

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE FOZ DO
IGUAÇU CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS – MESTRADO E
DOUTORADO**

ROBERTO RIGAUD NAVEGA-COSTA

**Memórias de Estado: representações das políticas externas de Brasil e Paraguai nos
arquivos da CIA (1945 - 1997)**

**FOZ DO IGUAÇU-PR
2025**

ROBERTO RIGAUD NAVEGA-COSTA

Memórias de Estado: representações das políticas externas de Brasil e Paraguai nos arquivos da CIA (1945 - 1997)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado, do Centro de Educação Letras e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida de Souza

**FOZ DO IGUAÇU-PR
2025**

Navega-Costa, Roberto Rigaud

Memórias de Estado: representações das políticas externas de Brasil e Paraguai nos arquivos da CIA (1945 - 1997) / Roberto Rigaud Navega-Costa; orientadora Silvana Aparecida de Souza. -- Foz do Iguaçu, 2025.

757 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2025.

1. Poder. 2. Memória de Estado. 3. Representações. 4. Brasil e Paraguai. I. Souza, Silvana Aparecida de, orient. II. Título.

NAVEGA-COSTA, R. R. Memórias de Estado: representações das políticas externas de Brasil e Paraguai nos arquivos da CIA (1945 - 1997). 757 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu, 2025. Roberto Rigaud Navega-Costa.

Aprovado em 11/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Silvana Aparecida de Souza – Orientadora
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Prof^a. Dr^a. Lissandra Espinosa de Mello Aguirre
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Prof. Dr. Rosalvo Schütz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Prof. Dr. Max André de Araújo Ferreira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dedico esta tese às seguintes pessoas:

Aos que se foram (por ordem de partida)

João Aquiles Costa (pai)

Dr. Carlos Velloso (médico)

Alberto Rodrigues Pereira (amigo)

Anderson Brito dos Santos (cunhado)

Fagner Brito (cunhado)

E aos que estão (por ordem de chegada)

Eny Navega (mãe)

Tatiane dos Santos Navega Costa (esposa)

Rian dos Santos Navega Costa (filho)

Natan Barbosa Alves dos Santos (sobrinho)

Ágata dos Santos Navega Costa (filha)

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr.^a Silvana Aparecida de Souza, pela boa vontade num momento muito difícil desta trajetória, por ter acreditado em mim e na minha proposta inicial.

Aos membros da banca de defesa de minha tese, por terem boa vontade em ler e analisar minha pesquisa.

À coordenação do PPGSCF, inicialmente a Vania Maria da Costa Valle, e posteriormente, a Aurea Ines Theisen Martines – Coordenadora de Apoio.

À Unioeste – Foz do Iguaçu.

À CAPES, pelo apoio financeiro neste doutorado e no Mestrado.

A Meisam Khodae, meu professor de inglês, por sua competência, paciência e amizade.

Especialmente à minha esposa, Tatiane Navega, pela dedicação, apoio, paciência, companheirismo, compreensão, amizade e amor.

O meu muito obrigado!

Teríamos desejado mais livros que questionassem do que livros que respondessem. É pelo questionamento e não pelas respostas que se alcança a medida do conhecimento.

Claude Raffestin, *Por uma geografia do Poder*, 1993.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. **Memórias de Estado: representações das políticas externas de Brasil e Paraguai nos arquivos da CIA (1945 - 1997)**. 757 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu. 2025.

RESUMO

Desde 1947, os Estados do globo estão sendo submetidos à espionagem, influência e intervenção norte-americana baseada em informações oriundas da *Central Intelligence Agency* (CIA). Esta tese analisa como uma agência estatal norte-americana produziu representações acerca do Brasil e do Paraguai em documentos, disponíveis para consulta pública, de 1945 a 1997, com o objetivo de compreender a construção de Memórias de Estado em relação às nações envolvidas, bem como elaborar um arcabouço teórico-metodológico que subsidie as análises dos documentos selecionados, identificar e analisar as Categorias Emergentes que sobressaem nos documentos definidos na delimitação, analisar como a construção de representações produzidas por meio de documentos de inteligência contribui para o fortalecimento de Memórias de Estado acerca do Brasil e do Paraguai. A metodologia utilizada nesta tese envolveu, primeiramente, a localização e seleção de documentos do banco de dados da CIA. Depois, a pesquisa se caracterizou pela análise de um grande volume de dados, o que exigiu o uso de tecnologia para o tratamento e revisão sistemática das informações. A metodologia principal foi a Análise Documental (AD), focando em documentos escritos (memorandos, cartas, relatórios, etc.) produzidos entre 1945 e 1997. As informações relevantes foram separadas, traduzidas para o português, agrupadas segundo Categorias Emergentes identificadas nos documentos e organizadas cronologicamente para posterior análise. Tal análise buscou compreender as representações dos agentes da CIA acerca do Brasil e do Paraguai, utilizando um arcabouço teórico interdisciplinar que incluiu conceitos como o de poder e desenvolvendo o conceito de Memória de Estado. Os resultados desta tese revelam representações moldadas pelas dinâmicas geopolíticas da Guerra Fria e pelos interesses estratégicos dos EUA na América do Sul. A análise demonstra como a CIA buscou informações sobre diversos aspectos de Brasil e Paraguai, visando subsidiar a tomada de decisões do governo norte-americano. A tese destaca as Memórias de Estado e as relações de poder na América do Sul durante o período analisado, revelando as representações do Brasil e do Paraguai para a categoria Política Externa. A pesquisa mostrou que a atuação da CIA se configurou como um esforço burocrático de coleta e análise de informações, com o objetivo de subsidiar as decisões do governo norte-americano em relação aos países espionados. A pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda da Memória de Estado, das Representações e das dinâmicas de poder na região durante o período estudado a partir dos documentos da inteligência dos EUA.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa; Agências de Inteligência; Documentos Secretos; Poder; Hegemonia.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. *Memorias de Estado: representaciones de las políticas exteriores de Brasil y Paraguay en los archivos de la CIA (1945 - 1997)*. 2023. 757 f. Tese (Doutorado en Sociedad, Cultura y Fronteras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Líder: Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu. 2025.

RESUMEN

Desde 1947, los Estados del mundo están siendo sometidos a espionaje, influencia e intervención de los Estados Unidos a partir de informaciones de la CIA. Esta tesis analiza cómo una agencia estatal norteamericana produjo representaciones sobre Brasil y Paraguay en documentos, disponibles para consulta pública, entre 1945 y 1997, con el objetivo de comprender la construcción de memorias estatales en relación con las naciones involucradas, así como construir un marco teórico-metodológico que subsidie los análisis de los documentos seleccionados, identificando y analizando las categorías emergentes que se destacan en los documentos definidos en la delimitación, analizando cómo la construcción de representaciones producidas a través de documentos de inteligencia contribuye a fortalecer o solidificar memorias estatales sobre Brasil y Paraguay. La metodología utilizada en esta tesis consistió, en primer lugar, en la localización y selección de documentos de la base de datos de la CIA. Luego, la investigación se caracterizó por el análisis de un gran volumen de datos, lo que requirió el uso de tecnología para procesar y revisar sistemáticamente la información. La metodología principal fue el análisis documental (AD), centrado en los documentos escritos (memorandos, cartas, informes, etc.) producidos entre 1945 y 1997. Se separó la información relevante, se tradujo al portugués, se agrupó según categorías emergentes identificadas en los documentos y se organizó cronológicamente para su posterior análisis. Este análisis buscó comprender las representaciones de los agentes de la CIA sobre Brasil y Paraguay, utilizando un marco teórico interdisciplinario que incluyó conceptos como poder y desarrollando el concepto de Memoria de Estado. Los resultados de esta tesis revelan representaciones moldeadas por la dinámica geopolítica de la Guerra Fría y los intereses estratégicos de los Estados Unidos en América del Sur. El análisis muestra cómo la CIA buscó información sobre diversos aspectos de Brasil y Paraguay para subsidiar la toma de decisiones del gobierno norteamericano. La tesis destaca las memorias estatales y las relaciones de poder en América del Sur durante el período analizado, revelando las representaciones de Brasil y Paraguay en la categoría Política Exterior. La investigación mostró que el trabajo de la CIA se configuró como un esfuerzo burocrático de recolección y análisis de informaciones, con el objetivo de subsidiar las decisiones del gobierno norteamericano en relación a los países estudiados. La investigación contribuye a una comprensión más profunda de las Memorias de Estado, Representaciones y de las dinámicas de poder en la región durante el período estudiado, a partir de los documentos de inteligencia de los Estados Unidos.

PALABRAS CLAVE: Política Exterior; Agencias de Inteligencia; Documentos Secretos; Poder; Hegemonía.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. *Memories of State: Representations of Brazil and Paraguay in the CIA's Secret Archives (1945 - 1997)*. 2023. 757 f. Thesis (Doctorate in Society, Culture and Borders) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Supervisor: Silvana Aparecida de Souza. Foz do Iguaçu. 2025.

ABSTRACT

Since 1947, states around the world have been subjected to US espionage, influence and intervention based on information from the CIA. This thesis analyzes how a US state agency produced representations about Brazil and Paraguay in documents available for public consultation from 1945 to 1997, with the aim of understanding the construction of memories of state in relation to the nations involved, as well as building a theoretical-methodological framework to support the analysis of the selected documents, identifying and analyzing the emerging categories that stand out in the documents defined in the delimitation, analyzing how the construction of representations produced through intelligence documents contributes to the strengthening or solidification of memories of state about Brazil and Paraguay. The methodology used in this thesis first involved locating and selecting documents from the CIA database. Then, the research was characterized by the analysis of a large volume of data, which required the use of technology to systematically process and review the information. The main methodology was document analysis (DA), focusing on written documents (memos, letters, reports, etc.) produced between 1945 and 1997. The relevant information was separated, translated into Portuguese, grouped according to emerging categories identified in the documents and organized chronologically for later analysis. This analysis sought to understand the CIA agents' representations of Brazil and Paraguay, using an interdisciplinary theoretical framework that included concepts such as power and developing the concept of memory of State. The results of this thesis reveal representations shaped by the geopolitical dynamics of the Cold War and US strategic interests in South America. The analysis shows how the CIA sought information on various aspects of Brazil and Paraguay in order to support the US government's decision-making. The thesis highlights memories of state and power relations in South America during the period analyzed, revealing the representations of Brazil and Paraguay in the Foreign Policy category. The research showed that the CIA's work was configured as a bureaucratic effort to collect and analyze information, with the aim of subsidizing the US government's decisions in relation to the countries studied. The research contributes to a deeper understanding of memories of state, Representations and power dynamics in the region during the period studied, based on US intelligence documents.

KEYWORDS: Foreign Policy; Intelligence Agencies; Secret Documents; Power; Hegemony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Revisão Documental	25
Figura 2 - Logomarca da CIA.....	30
Figura 3 - Função-autor	37
Figura 4 - Memória Coletiva	64
Figura 5 - O Conceito de Memória de Estado	74
Figura 6 - Diagrama representando grupo de questões de interesse da CIA.....	294
Figura 7 - Parte inicial do documento CIA-RDP78-01617A005900030001-9.....	368
Figura 8 - ‘Communist Influence in South America’	386
Figura 9 - Membros de partidos comunistas	395
Figura 10 - Partidos Comunistas Pró Soviéticos nas A.L. e Caribe	422
Figura 11 - Crescimento do PIB do Brasil entre 1959 e 1974.....	506
Figura 12 - Crescimento Anual Real do PIB Brasileiro	506
Figura 13 - Esboço do trecho a ser demarcado.....	524
Figura 14 - Solução Brasileira	541
Figura 15 - Solução Paraguaia.....	541
Figura 16 - Rota do Tráfico de Heroína e Cocaína na América do Sul.....	722

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contrabando do Paraguai ao Brasil	430
Tabela 2 - Um olhar sobre o contrabando de exportação de commodities (Brasil e Paraguai).....	433
Tabela 3 - Resumo das forças militares (p. 11)	462
Tabela 4 - Intervenção de Brasil e Paraguai na Economia via Estatais.....	484
Tabela 5 - Impactos do Preço do Petróleo (1973 – 1974)	504
Tabela 6 - Funcionários Norte-Americanos no Exterior	564
Tabela 7 - Problemas detectados pela CIA no Brasil e no Paraguai	567
Tabela 8 - Alguns Gastos e Status de Compras.....	570

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACEPAR	Aceros del Paraguay
ACNUR	Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
ADL	Anti-Defamation League
AGNU	United Nations General Assembly / Assembleia Geral das Nações Unidas
AID	USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
AMFORP	American and Foreign Power
AO	Auslandsorganisation
AP	Ação Popular
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
ARA	Applied Research Associates / Associados de Pesquisa Aplicada
BHE	Block der Heimatsvertriebenen und Entrechteten / Bloco dos sem-teto e Desprivilegiados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BJA	Bundeskriminalamt / República Federal da Alemanha
BNDD	Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CALT	Compañía Americana de Luz y Tracción
CCR	Ver JCR
CGT	Confederação General del Trabajo
CIA	Central Intelligence Agency
CIEP	Council on International Economic Policy
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
COI	Coordinator of Information
CONF	Confidential / Confidencial
CONFEN	Conselho Federal de Drogas
Congen	Consulate General / Consulado Geral
COP	Consejo Obrero del Paraguay
CORU	Coordinación de Organizaciones Revolucionarias Unidas
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DAI	Deutsches Ausland-Institut
DDCI	Deputy Director of the Central Intelligence
DEA	Drug Enforcement Agency
DOD	Department of Defense / Departamento de Defesa dos Estados Unidos
DOJ	Department of Justice / Departamento de Justiça
EBR	Eastern Border Region / Região da Fronteira Leste
ELN	Ejército de Liberación Nacional - Exército de Libertação Nacional
ERP	Exército Revolucionário Popular
ESG	Escola Superior de Guerra

EUA	Estados Unidos da América
EXDIS	Exclusive Distribution
FAB	Força Aérea Brasileira
FBI	Federal Bureau of Investigation
FEDRE	Frente dos Estudantes Democráticos
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIDEL	Frente Esquerdista de Libertação
FOIA	Freedom of Information Act
FonMin	Foreign Minister / Ministro das Relações Exteriores
FonOff	Foreign Office / Escritório das Relações Exteriores
FSM	Federación Sindical Mundial
FULNA	Frente Unida de Libertação Nacional
FUP	Federação Universitária Paraguaia
GOA	Government of Argentina / Governo da Argentina
GOB	Government of Brazil / Governo do Brasil
GOP	Government of Paraguay / Governo do Paraguai
GSP	Generalised System of Preferences / Sistema Generalizado de Preferências
IAPF	Força Interamericana de Paz
Ibri	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IISS	International Institute for Strategic Studies
INC	Industria Nacional del Cemento
INM	International Narcotics Matters / Assuntos Internacionais sobre Narcóticos
ISEB	Instituto Avançado de Estudos Brasileiros
JCR	Junta de Coordinación Revolucionaria / Junta de Coordenação Revolucionária
JID	Junta Interamericana de Defesa
JUC	Juventude Universitária Católica
LAFTA	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
LAP	Lineas Aereas Paraguayas
LaPES	Laboratory of Research on Software Engineering
LASO	Organização Latino-Americana de Solidariedade / Latin American Solidarity Organization
MDB	Multilateral development banks / Bancos multilaterais de desenvolvimento
memcon	Memorandum of Conversation / Memorando de conversa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFA	Ministry of Foreign Affairs / Ministério das Relações Exteriores
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
MLN-T	Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MRMN	Movimento de Resistência Militar Nacionalista
MRO	Movimento Revolucionário do Leste
MRO	Movimento Revolucionário Oriental
MSI	Movimento Neofascista Italiano
NAFTA	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
NAM	Movimento Não Alinhado / Non-Aligned Movement

NASA	National Aeronautics and Space Administration / Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NIH	National Institutes of Health / Institutos Nacionais da Saúde
NNICC	National Narcotics Intelligence Consumers Committee
NSC	National Security Council
NSDAP	Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ou Partido Nazista
OCI	Office of Current Intelligence
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
ORE	Office of Research and Evaluation
ORIs	Organizações Revolucionárias Integradas
ORO	Organización Republicana Obrera
ORR	Operational Readiness Review
OSI	Office of Special Investigations / Escritório de Investigações Especiais
OSS	Office of Strategic Services
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAA	Pan American Airways
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCP	Partido Comunista do Paraguai
PCU	Partido Comunista Uruguaio
PDC	Partido Democrata Cristão
PDF	Portable Document Format
PDS	Partido Democrático Social
PFIAB	President's Foreign Intelligence Advisory Board
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PKP	PC Palestina
PLR	Partido Liberal Radical
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOP	Política Operária
POR	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
POR/T	Partido Revolucionário dos Trabalhadores / Trotskistas
PR	Partido Republicano
PRF	Partido Revolucionario Febrerista
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RAN	Resistência Armada Nacionalista
RBPI	Revista Brasileira de Política Internacional
SD	Sicherheitsdienst / Serviço de Segurança
SEC	Securities and Exchange Commission
SED	Partido da Unidade Socialista
SR	Systematic Review
StArt	State of the Art through Systematic Review
STM	Superior Tribunal Militar
SVforce	Provável departamento dentro da estrutura da CIA
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UCR	União Cívica Radical
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNGA	United Nations General Assembly / Assembleia Geral das Nações Unidas
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USG	U.S. Government / Governo dos Estados Unidos
USINT	U.S. Interests Section
WFTU	II Congresso da Federação Sindical Mundial
WH	Casa Branca / White House

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 DA METODOLOGIA.....	28
2.1 Da CIA.....	29
2.2 Da Análise Documental.....	33
2.3 Política Externa dos EUA.....	39
2.3.1 Política Externa dos EUA para a América Latina	45
2.3.2 Política Externa dos EUA para a Brasil e Paraguai.....	47
2.4 Do Poder.....	49
2.5 Do Conceito de Memória de Estado.....	60
2.6 Do Conceito de Representação.....	80
2.7 Preâmbulo.....	88
3 AS MEMÓRIAS DE ESTADO	94
3.1 Tensões do pós-guerra no Cone Sul: fronteiras, instabilidades políticas, nazistas e comunistas no olhar da CIA (1945-1954)	94
3.2 Brasil e Paraguai (1955-1964): cenários políticos internos, fronteiras e influência comunista cubana na ótica da CIA	123
3.3 Brasil e Paraguai na visão da CIA (1965-1974): regimes militares, anticomunismo, Itaipu e narcotráfico.....	142
3.4 O olhar da CIA (1975-1984): operação condor, transição democrática no Brasil e novos equilíbrios geopolíticos	178
3.5 Análise da CIA (1985-1997): a sombra de Mengele, do narcotráfico e da corrupção endêmica.....	200
4 REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA DE BRASIL E PARAGUAI .	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
REFERÊNCIAS	304
APÊNDICE A - AS CATEGORIAS EMERGENTES.....	366
A.1 Comunismo.....	366
A.2 Contrabando.....	424
A.3 Cuba.....	435
A.4 Economia	465
A.5 Fronteiras	519
A.6 Política Externa.....	547
A.7 Nazismo	608
A.8 Política Interna.....	647
A.9 Terrorismo	682

A.10 Tráfico de Drogas	712
APÊNDICE B – LISTA DE FONTES	744

1 INTRODUÇÃO

As histórias de espões, principalmente durante o período da chamada Guerra Fria¹, renderam bons livros, filmes e séries, que tomaram nossa atenção e forneceram material para nossa imaginação. Tais histórias tinham quase sempre uma agência especializada em informações atrelada a algum Estado que a organizava e que recebia dela informações para subsidiar suas decisões. Provavelmente, a mais famosa destas agências governamentais de informação – e, por vezes, de espionagem – é a *Central Intelligence Agency*, mais conhecida como CIA, agência criada pelo governo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial.

A atividade de espionagem pode ser definida como sendo a coleta secreta de informações sobre as capacidades e intenções de alvos, como Estados ou organizações, sem o consentimento deles, com o objetivo principal de subsidiar o processo decisório governamental e proteger os interesses de segurança e política externa de um país (CEPIK, 2002; ROCHA, 2007). Como parte da atividade de inteligência e um componente do poder de Estado, ela emprega diversas formas de coleta de informações para reduzir incertezas e pode, por vezes, subsidiar operações encobertas, podendo gerar sérios dilemas éticos devido à sua natureza intrusiva e secreta (ANTUNES, 2007; CEPIK, 2002; CEPIK, 2003; MONIZ BANDEIRA, 2017).

¹ “Definimos Guerra Fria como uma série de processos que se sucederam entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a desintegração da URSS (1991). Grosso modo, está caracterizada pela nova distribuição global de forças a partir da derrota das potências consolidadas durante a primeira metade do século XX (Alemanha, Itália e Japão). A luta pela hegemonia mundial no pós-guerra precipitou o rompimento e o confronto entre as potências aliadas que outrora haviam derrotado o eixo nazifascista. (...) A partir de 1947, se concretiza uma leitura binária da realidade. Por um lado, estavam os EUA, com a vantajosa posição de quem não tinha sofrido os estragos da guerra no seu território. Possuidora de uma economia dinâmica, com um forte consenso em torno aos seus governantes, grande parte da sociedade civil estava mobilizada ao redor dos históricos pilares institucionais: ‘a igualdade e liberdade individuais, o respeito à propriedade privada, a livre concorrência e o convencimento de ser excepcionais’ (AGUAYO, 2014b) (...) Os EUA (a “decadência de Ocidente”) e a URSS (a “tirania de Oriente”), com modelos econômicos e projetos políticos e sociais divergentes e incompatíveis, iniciaram uma escalada competitiva que se manifesta enquanto uma construção cultural em termos dicotômicos, como anteriormente mencionamos. Outra característica é a construção discursiva desenvolvendo uma linguagem própria desse tempo. Conceitos como “Guerra Fria”, “Cortina de Ferro”, “esfera soviética”, “ameaça comunista”, “terrorismo”, entre outros, estão vinculados à espetacularização e popularização desenvolvida, acima de tudo, pela crescente força política outorgada aos meios de comunicação. O que foi devido, também, à massificação dos mesmos (VEIGA; DA CAL; DUARTE, 1998) (...) Dessa maneira, as forças pró-estadunidenses no continente começam a unir-se com três objetivos: 1) eliminar os partidos comunistas do continente; 2) reafirmar o controle do Estado sobre os sindicatos e qualquer outro tipo de organização que dê espaço à inconformidade; 3) isolamento diplomático soviético no continente” (SMITH, 1996) (JASO GALVÁN, p. 49, 2016).

Com agentes² distribuídos ao redor do mundo, a CIA compilou durante anos um enorme conjunto de informações acerca de outros Estados vigiados, nos quais constam os interesses, os fatos pouco conhecidos e os pontos de vista dos agentes que produziram memorandos, seja para superiores na CIA, para outros órgãos da administração norte-americana, ou apenas para arquivo.

Após a implantação em 1967 do *Freedom of Information Act* (FOIA), os memorandos secretos da CIA passaram a ser aos poucos liberados ao público. Com o advento da informática e com o desenvolvimento da internet, o FOIA passou a disponibilizar o conteúdo de tais documentos, anteriormente classificados, de forma *online*, o que franqueou o acesso quase imediato ao material já digitalizado. Esses fatos facilitaram o acesso e a pesquisa em tais arquivos, passando a fornecer aos pesquisadores material abundante e altamente informativo.

A partir dessa constatação construí a seguinte pergunta que, doravante, é norteadora da construção desta tese: como uma agência estatal norte-americana produziu representações acerca do Brasil e do Paraguai, em documentos formais, agora disponíveis à consulta pública, no período de 1945 (data do arquivamento do documento mais antigo do *corpus* desta tese) a 1997 (ano do documento mais recente), permitindo a construção de Memórias de Estado em relação às nações envolvidas? Dessa questão central, sobressaem questões complementares, que são:

- 1) Quais são os temas motrizes que aparecem nas representações dos agentes da CIA em relação aos países espionados?
- 2) As representações presentes em documentos de inteligência contribuem para forjar ou consolidar narrativas sobre Estados nacionais?
- 3) O material produzido pela agência de inteligência é uma referência de Memória de Estado?

Como o material *online* liberado pelo FOIA, agora disponível para pesquisa no *site* da CIA (<<https://www.cia.gov/readingroom/>>), pode ser acessado através de combinações de termos, o que vem formar uma *string* de busca específica, qualquer pessoa pode ter contato com o material já liberado. Para esta pesquisa, busquei documentos que obedecessem à seguinte *string* de busca: “*Brazil*” AND “*Paraguay*”, escritos seguindo o

² Usarei o termo agente para designar tanto os burocratas que escrevem os memorandos, quanto os técnicos, os espões, os *freelancers*, em suma todos que prestam algum serviço na estrutura do sistema de informação da Agência, a CIA.

idioma inglês. O resultado obtido formou um conjunto de 1629 arquivos digitalizados em *Portable Document Format* (PDF).

Com este material em mãos foi possível identificar as representações feitas pela CIA de Brasil e Paraguai por uma nova perspectiva, a dos agentes do serviço secreto norte-americano, o que só seria possível encontrando dados relevantes no interior de cada documento escrito. Este trabalho árduo passou por várias fases e gerou um conjunto vigoroso de informações. Assim, o que se poderá ler nas páginas abaixo é uma tentativa de identificar as principais representações destes dois países criadas por agentes da CIA, utilizando o material – que muitas vezes foi secreto – produzido por estes mesmos agentes, seja diretamente ou por reprodução de outras fontes, em uma pesquisa documental com característica incomum, já que não manuseia papéis em um arquivo empoeirado ou em uma biblioteca, como era comum, mas que utiliza o chamado *Big Data*³ para obter uma massa de dados antes quase impossível de se lidar.

Como os memorandos e demais tipos de documentos, disponíveis nos arquivos anteriormente secretos da CIA, foram produzidos em datas próximas dos eventos aos quais fazem referência, a questão que surgiu é se o conteúdo de tais documentos confirma ou não nosso conhecimento acerca desses eventos, ou haveria alguma informação nova aguardando para ser descoberta durante uma leitura atenta.

Uma preocupação surgida no contato com este banco de dados digital dizia respeito a quais eram os interesses da CIA no Brasil e no Paraguai. Que tipo de assuntos foram tratados nos relatórios dos agentes? Como estes assuntos poderiam ser categorizados para uma posterior Análise Documental? E o que uma Análise Documental poderia revelar acerca dos envolvidos nas centenas de documentos disponíveis para pesquisa? Afinal, o problema de pesquisa consiste em identificar quais representações os documentos analisados poderiam revelar.

Desta forma, o objetivo geral desta tese é analisar como as representações de agentes da CIA, a serviço dos Estados Unidos da América, produziram sentidos e significados relativos ao Brasil e ao Paraguai, por meio de documentos (memorandos, cartas, relatórios, matérias de jornais etc.) gerados entre o ano de 1945 e o ano de 1997.

Desta delimitação geral sobressaem três objetivos específicos, que são:

³ O termo descreve uma grande quantidade de informações, mas também a atividade de armazenar, organizar e tratar tais informações, que são fruto da informatização. Também pode ser conhecido por macrodados ou megadados.

- 1) Construir um arcabouço teórico-metodológico que subsidie as análises dos documentos selecionados;
- 2) Identificar as Categorias Emergentes que sobressaem nos documentos definidos na delimitação e analisar uma delas como exemplo do que se pode encontrar nos documentos escritos disponíveis para análise;
- 3) Analisar como a construção de Representações produzidas por meio de documentos de inteligência contribui para o fortalecimento de Memórias de Estado acerca do Brasil e do Paraguai.

Nesta tese não importou saber se cada uma das informações escritas nos documentos analisados (todos em formato de texto) foi algo verdadeiro ou não. A questão aqui não foi verificar o texto, mas descrever o que foi registrado efetivamente pelos agentes frente à tarefa – de produzir tais documentos – empreendida pela CIA. As possibilidades são: 1) as de que tais agentes tenham escrito o que realmente ocorreu; 2) que tenham escrito o que eles acreditavam que teria ocorrido – podendo ser real ou não, mas contando com boa-fé; 3) tenham inventado fatos para cumprir com a obrigação de relatar algo; 4) ou mesmo tenham mentido deliberadamente com a intenção de criar uma imagem distorcida da realidade, ganhando alguma compensação com isto. Como funcionários de um Estado, dirigidos por um governo com interesses e vieses próprios, seria natural esperar que os agentes da CIA refletissem em algum grau tais interesses e vieses durante a produção de seus memorandos para a Agência, em um processo autoconfirmatório do que já se esperava encontrar.

Mais um desafio é o de trabalhar com uma quantidade grande de dados, ao contrário do normal em pesquisas deste teor, que padecem de pouca informação, nas quais o pesquisador precisa aplicar um esforço enorme para retirar de suas fontes cada uma das pistas disponíveis. Aqui, pelo contrário, se apresentou a tarefa oposta, a de lidar com o fenômeno do já citado *Big Data*, padecendo, neste caso, de excesso de informações, o que poderia ter prejudicado a análise tão almejada. Tal desafio foi vencido com a ajuda da tecnologia disponível, que facilitou enormemente a tarefa (que continuou árdua, mas agora possível) quando aplicada a uma metodologia planejada para maximizar o tempo hábil.

Para vir a dar conta da tarefa proposta, lancei mão de alguns conceitos-chave com os quais tive contato durante minha formação e pesquisas posteriores, como também de algumas considerações conceituais e metodológicas que desenvolvi durante o processo de pesquisa, tanto no mestrado quanto neste doutorado.

Como já citado anteriormente, o procedimento chave desta tese é o de Análise Documental, conceito muito utilizado em pesquisas do campo da História. Ele foi tratado com mais cuidado no capítulo dedicado à metodologia nesta tese, e sem ele os dados de que disponho não teriam um modo de serem interpretados e tratados sistematicamente, como o foram nos capítulos dedicados às análises propriamente ditas.

Outro conceito que foi de muita utilidade neste trabalho é oriundo da Geografia, o que atesta a interdisciplinaridade desta pesquisa, que é o conceito de poder, conforme descrito por Claude Raffestin, em sua obra *Por uma Geografia do Poder* (1993). O conceito de poder é fundamental no contexto deste estudo, já que lidamos com um órgão de um Estado estrangeiro que patrocina a espionagem em outros Estados soberanos de todo o mundo, e no caso desta pesquisa também no Brasil e no Paraguai, focos do interesse atual. Considero aqui nesta tese que o poder constitui o elemento central da motivação da espionagem: mantê-lo e, se possível, ampliá-lo é o objetivo em jogo.

Desde os primeiros momentos nos quais surgiu a proposta empreendida nesta tese de doutoramento, parti do pressuposto de que os documentos secretos da CIA trariam informações importantes para conhecer as representações de várias nações, só que de um ponto de vista diferente do usual (do pesquisador), mas sim oriundo de um funcionário do serviço secreto, um agente treinado pela CIA que produz memorandos para o seu Departamento de Estado, para outras agências do governo, ou mesmo para seu presidente. Deste modo, a hipótese de trabalho é a de que é possível lidar com uma grande massa de dados e fazer uma Análise Documental de forma interdisciplinar, utilizando alguns conceitos como base para comparações entre o que existe nos documentos e o que o conceito prevê.

A visão aqui é que esta iniciativa pode ser importante para a sociedade dos países envolvidos – Brasil, Paraguai, demais nações sob vigilância da CIA e a dos Estados Unidos da América (EUA) –, pois traz várias informações ao mesmo tempo, seja dos países vigiados, seja de quem os vigiava. Mostrando as estratégias utilizadas pelos envolvidos, contando fatos desconhecidos, mudando narrativas ou mesmo confirmando o que já era conhecido por outras fontes, ler os textos secretos de uma organização deste porte, constituídos para os fins próprios que a caracteriza, nos permite compreender a partir da perspectiva do outro, especular como ele pensava a nosso respeito, dando-nos informações que provavelmente não tínhamos até então.

Academicamente falando, há a crença de que uma iniciativa interdisciplinar como esta pode abrir um novo modo de se encarar a maneira como lidamos com informação,

experimentando modos de trabalhar com uma massa consideravelmente grande de dados, interpretando-os à luz de métodos distintos e conceitos não necessariamente pensados para aquele objeto, mostrando as possibilidades da abordagem interdisciplinar para unir disciplinas estanques em um esforço de análise crítica ímpar em cada caso.

A esperança é que, caso esta iniciativa tenha sucesso, ela possa incentivar outras pesquisas no mesmo banco de dados e em bancos de dados informatizados semelhantes, com pesquisadores se utilizando de ferramentas digitais para separar o material útil, fornecendo dados para demais pesquisadores, tecendo uma malha de procedimentos interpretativos e classificatórios de distintas origens, para fazer o que Clifford Geertz chamou, em sua obra *A Interpretação das culturas* (2008), de “Descrição Densa”⁴.

Para alcançar os objetivos propostos nesta tese de doutorado desenvolvi uma metodologia que aliou uma série de partes distintas que tenderam a um resultado último harmônico. Começando pela localização, cópia, armazenamento, separação, classificação inicial, leitura dos textos, determinação das Categorias Emergentes, recorte do texto a ser traduzido para o português, arranjo cronológico dos recortes e composição dos capítulos dedicados a este material já refinado.

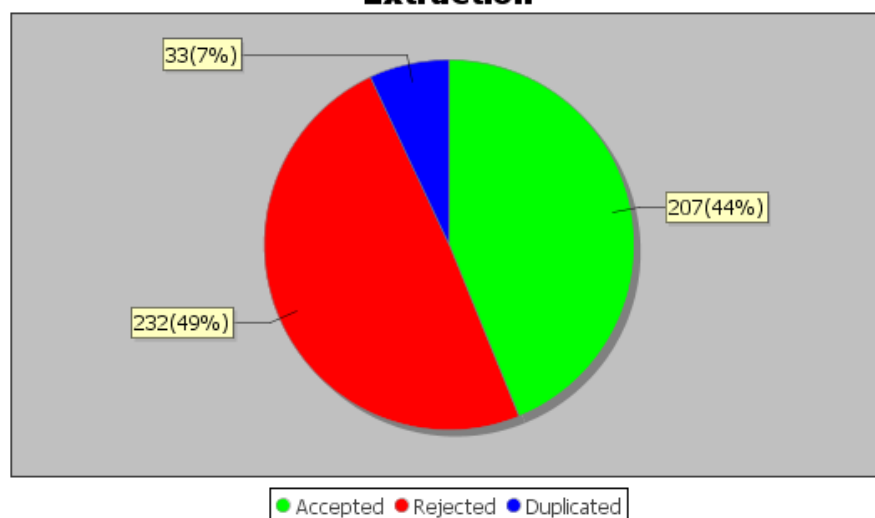
Os arquivos foram catalogados no software StArt⁵ (*State of the Art through Systematic Review*), que auxilia na revisão sistemática⁶ de dados. Dos 1629 documentos que retornaram da *string* de pesquisa “Brazil” AND “Paraguay”, foram recusados inicialmente 1061 documentos (muitos eram listas, outros eram sem importância para a pesquisa, outros ainda se compunham de notícias de jornais compiladas) por não servirem ao estudo e mais 96 por serem duplicatas de outros da lista. Dos 472 documentos restantes, após cuidadosa leitura do material, sobraram apenas 207 deles (o que formou o *corpus* de documentos da pesquisa, ou seja, as fontes propriamente ditas do estudo). Dos documentos rejeitados na segunda verificação, 232 não continham informações relevantes e mais 33 eram duplicados, trazendo integral ou parcialmente informações contidas nos 207 documentos aprovados (Ver gráfico na Figura 1).

⁴ Abordagem na qual “um grande número de variáveis aparece no texto para dar ao mesmo a maior quantidade possível de dados sobre o objeto de estudos, aumentando a quantidade de variáveis observáveis, fornecendo um panorama mais rico e completo” (NAVEGA-COSTA, 2021).

⁵ Site de referência: <http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool>.

⁶ “Systematic Review (SR) is a technique used to search for evidence in scientific literature that is conducted in a formal manner, applying well-defined steps, according to a previously elaborated protocol. As the SR has many steps and activities, its execution is laborious and repetitive” (Laboratory of Research on Software Engineering - LaPES, UFSCAR, <http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool>).

**Figura 1 – Revisão Documental
Extraction**



Fonte: Programa StArt.

Alguns daqueles 207 documentos aprovados para comporem o *corpus* documental continham informações que puderam abastecer mais de uma das categorias utilizadas no estudo, outros nitidamente poderiam ter o mesmo tratamento, mas o texto ficava mais compreensível se os mantivesse na categoria mais afeita a eles. Assim, pode ser percebido que há sobreposição de categorias em alguns momentos, quase não existindo texto 100% puro em sua classificação, o que demonstra a complexidade da realidade analisada.

Aqui cabem algumas explicações acerca das escolhas que orientaram a pesquisa e afetaram o resultado obtido. 1) O leitor deve se atentar ao fato de que foram utilizados apenas documentos escritos nesta pesquisa, isto é, nenhuma outra mídia, como gravações de sons e vídeos foram considerados para as análises empreendidas no decorrer da tese. 2) A escolha de dois países específicos, Brasil e Paraguai, para serem o foco da pesquisa, não se deu ao acaso, mas se deveu ao fato de terem sido estudados em minha dissertação de mestrado, quando o tema havia sido o contrabando e o descaminho pelas fronteiras dos dois países, sendo esta tese uma espécie de continuação ampliada do tema, mantendo o mesmo espaço geográfico. 3) Embora haja uma explicação acerca da metodologia empregada na tese na introdução desta pesquisa, esta explicação será retomada de forma mais detalhada no próximo capítulo. 4) Embora o *corpus* documental tenha sido construído com 207 documentos escritos e deles tenham surgido ao menos 10 categorias distintas, infelizmente esta tese não comportaria a análise das representações feitas pela CIA nos documentos do *corpus*, em todo o material em conjunto. No entanto, dada a sua relevância, as categorias são apresentadas em um apêndice extenso, cuja redução comprometeria a qualidade das

informações selecionadas, traduzidas e categorizadas. 5) Apenas a categoria Política Externa foi trabalhada na tese atual, conforme fortemente recomendado por uma banca de qualificação, mas a Análise Documental – o procedimento de separação, recorte, desmontagem e remontagem do texto – ocorreu conforme previsto e está disponível para a leitura nos capítulos 3 desta tese. 6) Embora pudesse ter sido feita uma organização dos documentos em tópicos, desmontando o texto e o reconstituindo de outra forma, optei por preservar a ordem cronológica de sua produção por considerar relevante ao leitor observar a mudança de interesses da CIA (e do governo dos EUA) ao longo do tempo.

Em seguida, as fontes da categoria Política Externa foram analisadas criticamente e passaram a compor um texto que as reorganizou, reconstituindo as representações produzidas pela CIA a respeito dos vizinhos sul-americanos selecionados. Tal tarefa contou com suporte conceitual adequado às necessidades do objeto de pesquisa e às fontes disponíveis.

Estruturalmente, esta tese foi composta por um capítulo que fornece explicações acerca dos conceitos principais que nortearam a pesquisa, desde o conceito de Análise Documental (AD) e de Poder, até minha proposta conceitual, trazendo o conceito de Memória de Estado, uma subcategoria adaptada do conceito de Memória Coletiva (em uma tentativa de oferecer contribuição original a este trabalho).

Em seguida, houve a distribuição das informações, organizadas por assunto, em 10 subcapítulos que encerram os conteúdos que foram recortados dos textos selecionados no *site* da CIA, estes foram reunidos em Categorias Emergentes, distribuídas nos seguintes assuntos: a) Comunismo; b) Contrabando; c) Cuba; d) Economia; e) Fronteira⁷; f) Nazismo; g) Política Externa; h) Política Interna; i) Terrorismo; j) Tráfico de drogas.

Termino a tese com as considerações finais necessárias a este tipo de trabalho acadêmico. Embora tenha havido apenas 207 documentos, a numeração dentro das categorias chega a 240, em razão de ter havido documentos que tratavam de múltiplos assuntos, enquanto houve também outros que, mesmo múltiplos, foram mantidos em um único bloco para preservar sua lógica interna. No entanto, ao final, apenas uma parte desses

⁷ Caso haja alguma dúvida acerca do conceito de fronteira que utilizo aqui, assinalo que se trata nesta seção das fronteiras politicamente estabelecidas pelos Estados, algo como o significado de *border* no idioma inglês. Há um estudo breve acerca de alguns significados de fronteira em minha dissertação de mestrado, *Entre o leão e as formigas: fronteiras dialéticas do contrabando e do descaminho* (NAVEGA-COSTA, 2021), que pode ser útil para retirar algumas dúvidas que estiverem pairando ao redor do problema de definição deste termo.

documentos foi trabalhada na análise das representações feitas pela CIA, apresentadas em um capítulo à parte, o de número 4.

2 DA METODOLOGIA

O atual capítulo é dedicado às informações referentes a como esta tese foi planejada e executada, quais foram os passos necessários e os pressupostos que guiaram o processo adotado nesta tarefa extensa e complexa. Obviamente que a busca de se cumprir os objetivos elencados na Introdução da tese guiaram o caminho necessário.

Com a definição dos objetivos de pesquisa, a tarefa consistiu em buscar junto ao banco de dados da CIA os documentos que obedecessem ao critério principal, a saber, os que citassem ao mesmo tempo a palavra Brasil (escrito em inglês: *Brazil*) e Paraguai (em inglês: *Paraguay*). Este procedimento explica-se por dois motivos: o primeiro é em razão de que o interesse era realmente saber dos dois países simultaneamente, para conhecer as representações elaboradas acerca deles, mesmo que, em alguns documentos, cada país fosse abordado em condições distintas, ou mesmo quando houvesse apenas uma única citação do nome do país, mas sem grande importância; o segundo motivo era para restringir o tamanho da amostra original, os dados brutos, já que, se considerasse apenas os documentos que trazem *Brazil*, haveria como resultado 12.439 possibilidades, e contendo a palavra *Paraguay* na busca haveria 2.967 entradas de arquivo, o que tornaria o trabalho ainda mais volumoso. Desta forma, os 1629 arquivos obtidos foram suficientes para uma busca inicial.

De posse dos arquivos que corresponderam à *string* de busca “*Brazil AND Paraguay*”, coloquei todos os metadados⁸ referentes a cada um dos 1629 arquivos no banco de dados do programa StArt, especializado em revisões bibliográficas sistemáticas, em uma tarefa que ocupou semanas de trabalho diante do computador.

Após a alimentação do programa, procedi à primeira avaliação acerca da importância de cada um dos documentos, rejeitando alguns pelo critério de insuficiência (1.061 arquivos) e de duplicidade (96), realizando, ao mesmo tempo, uma categorização prévia, de acordo com os assuntos abordados pelos documentos, utilizando a técnica de descobrir as categorias, que assim são chamadas de Categorias Emergentes.

Tais Categorias Emergentes são definidas no contexto de análise de dados qualitativos como assuntos que surgem diretamente a partir da interpretação dos dados empíricos, sem que tenham sido previamente estabelecidos ou planejados pelo pesquisador.

⁸ Metadado, também conhecido como Metainformação, é um dado que está informando acerca de outro dado, um item que pode explicar do que se trata aquele dado original, normalmente uma informação voltada a ser utilizada por um computador, o que visa facilitar o entendimento das relações e a utilidade das informações daquele dado original (RILEY, 2017).

Elas se referem a temas ou padrões que emergem durante o processo de análise, especialmente quando o pesquisador trabalha com métodos indutivos.

Os arquivos restantes (472) passaram para uma segunda fase de seleção, quando foram relidos e novamente rejeitados (232), considerados duplicatas totais ou parciais (33), ou foram aprovados (207 documentos escritos). Esta fase permitiu confirmar as categorias a que fariam parte integralmente, ou se seriam partidos em mais de uma categoria (quando o documento abordasse assuntos afeitos a diversas categorias).

As categorias que emergiram desta tarefa receberam nomes que remetiam ao assunto abordado pelos documentos que passaram a abrigar: Comunismo, Contrabando, Cuba, Economia, Fronteira, Política Externa, Nazismo, Política Interna, Terrorismo e Tráfico de Drogas. Esses nomes não foram fruto de criação arbitrária, mas o resultado da percepção de como a Agência e seus agentes lidavam com as informações. Assim, a percepção foi a de que havia para a CIA um conceito interno para cada um dos termos tratados. Muitas outras categorias poderiam ser extraídas do conjunto de documentos que vieram a compor este *corpus* específico. No entanto, tive de restringir as possibilidades a um máximo praticável de tipos ideais, já que o resultado ultrapassou o escopo inicialmente previsto, devido à riqueza de informações que pude obter dos diversos documentos pesquisados.

Tendo concluído a formação do *corpus* documental, passei a reler os documentos selecionados em busca dos trechos mais relevantes que pudessem fazer parte do apêndice dedicado às Categorias Emergentes, para que sua tradução para o português, a fim de facilitar o acesso ao material original, eliminando a barreira do idioma. Assim, separadas as partes relevantes de texto, elas foram traduzidas e digitadas de acordo com sua categoria, obedecendo a uma ordem. Houve uma indexação que visou facilitar a referência feita a cada um dos documentos que se encontram catalogados no Apêndice B. A consulta ao documento fonte de cada número pode ser feito diretamente no referido apêndice desta tese.

2.1 Da CIA

A *Central Intelligence Agency* (CIA) divulga em seu *site* de internet⁹ informações acerca de sua função dentro da estrutura do Estado norte-americano. A primeira informação que o *site* nos fornece é: “Nossa missão é direta, mas crítica: aproveitar o poder da informação para manter nossa Nação segura” (CIA, 2022). Estão aqui presentes os

⁹ <https://www.cia.gov/>.

elementos necessários para compreender a função da CIA: produz informação, e sendo esta uma das componentes do poder, segundo Claude Raffestin (1993), tal produção tende a ampliar o poder do Estado que a controla.

A logomarca da CIA traz a imagem de uma águia – ao mesmo tempo símbolo nacional dos EUA e animal famoso por sua visão aguçada – logo acima de um escudo contendo uma rosa dos ventos, remetendo a mapas e territórios (Figura 2) e, nas palavras da própria Agência¹⁰: “O selo da CIA apresenta vários símbolos: uma águia para alerta, um escudo para defesa e uma rosa dos ventos para coleta de inteligência global” (CIA, 2022).

Figura 2 – Logomarca da CIA



Fonte: CIA, 2022.

A comunidade de inteligência, agências de inteligência ou sistema de inteligência refere-se ao conjunto de organizações estatais responsáveis por atividades de obtenção, análise e difusão de conhecimentos que subsidiam o processo decisório governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado (ANTUNES, 2007; ROCHA, 2007). Esta é uma componente significativa do poder de um Estado, inserida no núcleo coercitivo que provê serviços públicos de defesa externa e manutenção da ordem institucional (ANTUNES, 2007).

Historicamente, tais comunidades de inteligência evoluíram por etapas distintas de especialização, inicialmente com raízes militares, mas expandindo-se para incluir órgãos civis e de defesa, resultando em uma verticalização onde múltiplos órgãos (militares e civis)

¹⁰ Usarei o termo “Agência” no texto em referência especificamente à CIA.

atuam em conjunto, formando uma burocracia permanente na área de segurança nacional (ANTUNES, 2007; CEPIK; RODRIGUEZ, 2022). O modelo contemporâneo, exemplificado pela comunidade de inteligência dos EUA, consolidou-se a partir de legislações como o Ato de Segurança Nacional de 1947, visando à manutenção dos interesses de soberania e segurança frente às complexas dinâmicas internacionais (CEPIK; RODRIGUEZ, 2022; NEVES JÚNIOR; LANZA, 2023; ROCHA, 2007).

Ainda no endereço eletrônico da Agência, há a afirmação de que a CIA é a primeira linha de defesa – por estar no território dos potenciais inimigos – realizando atos que outros não podem – sendo famosa por isto, não só pela espionagem (como nosso imaginário pode ter sido influenciado a crer), mas também obtenção de informações diversas, conforme interesse interno dos EUA, e mesmo intervenção nos lugares vigiados – indo onde outros não podem – pois há restrições a atividades de outras agências governamentais dos EUA.

A CIA, basicamente, fornece informações para a tomada de decisões do seu governo, recolhendo tais informações, analisando-as e agindo, para isso, em territórios estrangeiros. Também há a informação de que a Agência não existe para aplicar a lei (já que, agindo no exterior, a lei de seu país não teria validade), mas auxilia outras agências nesta tarefa se necessário (CIA, 2022).

Como ficará patente quando da leitura do material selecionado, constante do capítulo com a Análise Documental, revelando as representações feitas em contraste ao conceito de poder, o trabalho realizado pelos agentes da CIA está longe do que se pode crer ao ter-se contato com o material midiático. O trabalho do agente é burocrático, repetitivo e seu resultado guarda uma grande semelhança com o material produzido na academia, principalmente quando aborda um tema específico. Há grandes publicações com centenas de páginas acerca de países, regiões, economia, recursos, personalidades específicas, tudo com um aspecto muito próximo ao científico, havendo por vezes até referências a trabalhos acadêmicos externos à Agência (CIA, 2022).

O que salta aos olhos é a interdisciplinaridade dos trabalhos mais complexos, o que vai ao encontro aos objetivos presentes nesta tese. Nas próprias palavras da CIA: “Nossa Agência é composta por Centros de Missão multidisciplinares¹¹ que integram toda a gama de nossas capacidades analíticas, operacionais, de suporte, técnicas e digitais” (CIA, 2022).

¹¹ A principal diferença entre multidisciplinaridade e interdisciplinaridade está na intensidade das trocas entre as disciplinas e no grau de integração. A multidisciplinaridade se caracteriza pela justaposição de diferentes disciplinas que abordam um mesmo objeto de estudo sob diferentes ângulos, mas sem que haja uma real integração conceitual, metodológica ou epistemológica. Já a interdisciplinaridade pressupõe uma integração

Uma questão que surge é a de se saber que fatos originaram a necessidade de haver uma agência de informações nos moldes da CIA. Com o final da Segunda Guerra Mundial e com o novo *status* norte-americano como superpotência, houve a montagem de um grande aparato militar no país, sendo que em 1947 o próprio Congresso norte-americano ratificou tal iniciativa autorizando a criação da CIA, no âmbito de uma Lei de Segurança Nacional. Nas palavras de Smith (1983), montou-se uma verdadeira organização para uma “guerra das sombras”.

Esta nova maneira de agirem, de forma subterrânea, foi o ponto mais controverso da nova postura dos EUA. Inclusive, a própria história da CIA passou a chamar a atenção do público, já que a organização que a antecedeu, o *Office of Strategic Services*¹² (OSS), fundado em 13 de junho de 1942 e dissolvido em 20 de setembro de 1945, tinha um passado também sombrio, ocorrendo o mesmo com o *Coordinator of Information*¹³ (COI) (11 de julho de 1941 a 13 de junho de 1942). O que houve foi um crescimento e aperfeiçoamento dos métodos e da estrutura técnica e burocrática. Os nomes mudaram, mas os homens por detrás do comando permaneciam.

Para o autor Tim Weiner, em *Legacy of ashes: the history of the CIA*, de 2008, o fundador da OSS, o General William Joseph Donovan¹⁴, e seu braço direito, Allen Dulles¹⁵, ficaram impressionados com as possibilidades da espionagem e da sabotagem, passando a depender do auxílio britânico para treinar os agentes norte-americanos. Na visão de Weiner, os EUA falharam na tentativa de criar seu primeiro serviço de informações, uma falha que se apresenta como um perigo para a segurança da própria nação.

Apenas pudemos vir a conhecer parte dos métodos e modo de agir da CIA após a aprovação do FOIA, uma lei que garante a liberdade de informação ao cidadão dos EUA, que foi promulgada em 1966, que não visava apenas a CIA, mas toda a administração federal do país. A lei não prevê que se busquem informações particulares para o cidadão, mas sim que ele tenha acesso ao que já foi produzido internamente. Outro ponto importante é que a CIA não dará informações acerca de fontes e de métodos de coleta de informações, havendo

mais profunda, com intercâmbios recíprocos entre as disciplinas, de forma que cada uma delas saia enriquecida no processo, incorporando resultados, métodos e conceitos de outras áreas do conhecimento (JAPIASSU, 1976).

¹² Escritório de Serviços Estratégicos (SMITH, 1983).

¹³ Coordenador de Informação (SMITH, 1983).

¹⁴ William Joseph Donovan (1883 - 1959). Mais detalhes em: *Wild Bill Donovan: The spymaster who created the OSS and modern American espionage* (WALLER, 2011).

¹⁵ Allen Welsh Dulles (1893 - 1969) - advogado e diplomata americano, primeiro civil Diretor da CIA (SRODES, 2000).

a edição dos documentos que serão liberados, que são tarjados e recebem o rótulo de *sanitized*¹⁶.

2.2 Da Análise Documental

A proposta desta tese de doutorado é a de que se faça uma ampla Análise Documental do material selecionado do banco de dados de arquivos anteriormente vedados ao cidadão, oriundo da CIA, mas que agora encontra-se à disposição do público. No entanto, ainda se tem que determinar do que se está falando quando utiliza-se o termo Análise Documental. Abaixo se encontra uma curta revisão bibliográfica acerca do tema em questão, para tentar explicar melhor os fundamentos de tal abordagem metodológica.

Uma forma de entendermos nossa sociedade é com a utilização da ciência, sendo que a dimensão temporal desta é melhor estudada com o auxílio de documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021). Documentos funcionariam como instantâneos, fotografias de um dado momento passado, uma cápsula do tempo contendo informações que precisam ser decodificadas, um conjunto variado de dados, tempo cristalizado e espaço miniaturizado, conjunto de ideias autocontidas em si, completo por natureza, imodificável sem perder suas propriedades únicas, mas atualizável toda a vez que acessado, memória coagulada.

Para fazer frente ao desafio de conhecer este passado com o auxílio de documentos, vários pesquisadores usaram um conjunto de métodos e técnicas particulares para a pesquisa documental, visando a coleta, estudo e a análise destes documentos, sejam eles de que tipos forem (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021). No caso específico desta pesquisa, o tipo de documento mais comum é o memorando, seguido por cartas, transcrições de transmissões de rádio, matérias de jornais (este último tipo foi evitado quando possível, por não ter sido produzido por agentes da CIA ou autoridades do Estado norte-americano) e mesmo artigos científicos produzidos por não agentes da CIA.

Há quem considere que trabalhar com um documento requer uma abordagem semelhante à de um legista, de um psicanalista ou de um detetive, assim como na abordagem denominada de Paradigma Indiciário, notoriamente relacionada ao trabalho de Carlo Ginzburg (ABAURRE et al, 1995; COELHO, 2014; GINZBURG, 1987, 2021; GOMES, 2017; LEANDRO; PASSOS, 2021; RODRIGUES, 2014; TINEM; BORGES, 2003).

¹⁶ Traduza o termo diretamente como sanitizado, mas a ideia beira o higienizado, censurado. Tal termo, [sanitizado] aparecerá constantemente nos trechos selecionados.

Conforme o que se deseja descobrir de um dado documento toma-se uma certa direção, um procedimento *ad hoc*, buscando o que não está dado à vista, o invisível nas entrelinhas do documento.

Um documento é sempre uma obra humana. A natureza não produz documentos, apenas pessoas o fazem. Depois de feito ele passa a ser um objeto real, como um objeto físico. É coisa, não mais apenas ideia. É ideia materializada, matéria idealizada por um ser humano. No entanto, seu significado interno pode ser mais complexo do que um objeto do nosso cotidiano, pois há níveis de interpretações possíveis de serem alcançados em uma Análise Documental.

Quanto à forma do documento, ou melhor, seu suporte material, pode vir a ser qualquer ente que contenha informação em forma de registro, tratando-se de uma unidade, que possa ser consultado, estudado, testado, seja em forma de manuscritos, meios audiovisuais, sonoros, imagens etc. (APPOLINÁRIO, 2009 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021). No caso desta tese, todos os documentos utilizados foram escritos, produzidos em papel e depois digitalizados pela CIA, formando-se imagens armazenadas no formato PDF. Muitas foram originalmente folhas datilografadas, algumas passaram por telex¹⁷ ou por fax¹⁸, e sobre estes documentos escritos e digitalizados podem aparecer algumas anotações, assinaturas, rabiscos, correções etc.

Para se empreender uma Análise Documental é necessário preparar o *corpus* documental localizando os textos que obedecem a um critério previamente determinado, avaliando a credibilidade, representatividade, qualidade dos dados, o sentido da mensagem destes, lembrando-se de que é impossível transformar um documento, ele tem de ser tratado como se apresentou ao pesquisador, mesmo suas possíveis imperfeições ou lacunas são dados para a análise posterior (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021).

É necessário atentar-se para o contexto de produção, buscando saber o local e a época da sua confecção, assim como o destinatário do documento. Estas informações permitem entender melhor como o autor compôs a peça, o que ajuda a evitar anacronismos; o autor é parte importante da análise, sua identidade elucida a credibilidade do texto, o viés interpretativo, sua postura durante descrições, até as deformações em uma narração. No contexto englobam-se os esquemas de conceito do autor, sua reação, os personagens no

¹⁷ Forma de transmissão de dados, semelhante ao telégrafo, muito utilizada até a informatização das sociedades.

¹⁸ Tecnologia para envio e recebimento de dados via linha telefônica.

texto, os tempos e locais onde se deram os fatos descritos, deixando o pesquisador mais consciente acerca das origens do documento, evitando interpretá-lo anacronicamente (CELLARD, 2008).

O grau de autenticidade e confiabilidade do texto é outro ponto a observar-se, o quanto o autor foi testemunha direta ou não dos fatos relatados, qual foi o tempo decorrido entre o acontecimento e o relato, se há relato de conversas, o quanto o autor pode estar enganado, qual era a sua posição na observação dos fatos, qual sua capacidade de fazer julgamentos (CELLARD, 2008).

Tem-se que atentar para a natureza do texto, sua forma, estilo, o que se conecta com o contexto da produção; também os conceitos apresentados e a lógica inerente ao texto são fundamentais, assim como sua importância, seu sentido, o desenvolvimento do argumento, além da conexão entre as partes (CELLARD, 2008). Estes critérios foram observados na prática nos capítulos a seguir, dedicados à Memória de Estado e às Representações oriundas dos documentos escritos da CIA, assim como ao apêndice contendo as Categorias Emergentes.

Além de todos os procedimentos recomendados anteriormente, ainda é necessário que os documentos sejam contrastados com uma estrutura conceitual que facilite a compreensão de seu conteúdo, já que eles não existem apartados de ideologias e tendências (MAY, 2004). No caso desta tese, devido à grande quantidade de material e sua distribuição no tempo, esta tarefa se apresentou desafiadora, mas gratificante.

Para Pimentel (2021) a Análise Documental assemelha-se à montagem de um quebra-cabeça, criado pelo processo de garimpagem, no qual os documentos induzem a formação das categorias, que depois de tratados e orientados na direção da resolução do problema de pesquisa, começam a encaixarem-se as peças. Para o autor, a Análise Documental pode ser a parte fundamental de uma pesquisa, dependendo dos objetivos da mesma. Este é o caso desta tese, onde tal análise é fundamental.

Para Cellard (2008) o documento é uma fonte muito rica para os pesquisadores das ciências da sociedade, pois é fundamental para a reconstituição do passado, já que muitas vezes são as únicas testemunhas do passado humano em certas circunstâncias, principalmente nas questões mais particulares de um passado recente. De forma mais ampla, tudo o que remete ao passado, que serve de testemunha, é fonte, é documento, desde o material escrito, iconografia e vídeo, entre outros objetos do cotidiano, como o folclore, por exemplo, e mesmo relatórios de campo e anotações de observação.

No caso desta presente pesquisa, foram tratados documentos públicos escritos, oriundos dos arquivos da CIA. As possibilidades são enormes, dado o tamanho da base de dados. Ao final se deve reunir os aspectos analisados (teoria, contexto, autor, interesses, grau de confiança, natureza textual e os conceitos tratados), para daí proceder-se uma interpretação qualificada, sem esquecer-se da temática e do problema de pesquisa, em um processo ao mesmo tempo indutivo e dedutivo, operando-se uma desmontagem e remontagem dos dados (CELLARD, 2008).

Não se deve tratar o documento com critérios interpretativos de verdade ou falsidade, mas se deve entender a lógica interna do mesmo, elaborando-o, organizando, recortando, reordenando, repartindo-o, criando agrupamentos, apontando o que é pertinente, categorizando-o e mostrando relações. Desta forma, o documento não é mais uma matéria inerte, usada para reconstituir o passado, sem apenas um resíduo do que este foi, ele é definível por si só, por sua constituição, pela relação de suas partes (FOUCAULT, 2012).

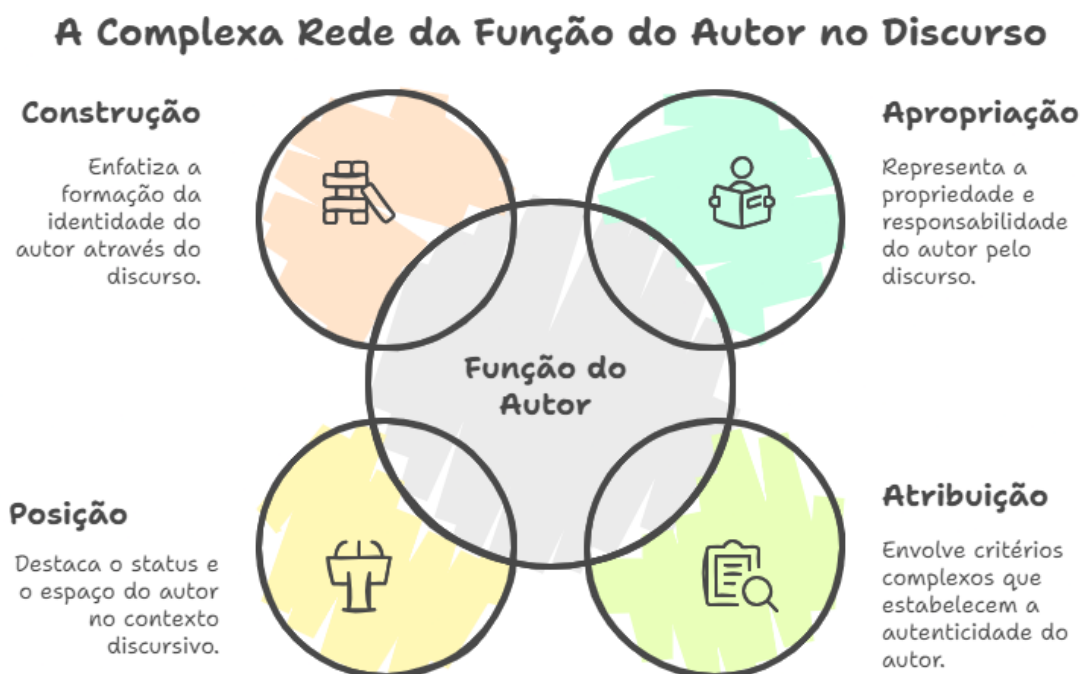
Para Foucault, a função-autor não se trata simplesmente do indivíduo que escreve ou fala, mas sim de um princípio de agrupamento do discurso, uma unidade e origem de suas significações, um foco de sua coerência. Ela caracteriza um modo de ser do discurso, diferenciando a palavra cotidiana, passageira e instantaneamente consumível, de um discurso específico que exige um status e uma recepção diferenciada (ALMEIDA, 2008; COELHO, 2019).

Há alguns pontos importantes a serem considerados na função-autor em Foucault:

- Apropriação: o autor é visto como proprietário e responsável pelo discurso. A necessidade de delimitar a autoria dos discursos e seus direitos e deveres os insere no sistema de propriedades da sociedade atual (COELHO, 2019; PIRES; LIMA, 2020).
- Atribuição: a função-autor não se dá espontaneamente, mas por meio de operações complexas de construção que definem a relação do nome do autor com a textualidade. São Jerônimo (citado por Foucault como referência), por exemplo, define quatro critérios de autenticidade que ilustram essas operações: nível constante de valor, coerência conceitual e teórica, unidade estilística e momento histórico definido (ALMEIDA, 2008; NUNES, 2007; PIRES; LIMA, 2020).
- Posição: o autor ocupa um espaço e recebe um status específico no livro, no discurso ou no campo discursivo (PIRES; LIMA, 2020).
- Construção: a figura do autor é construída no discurso, moldando a forma como a autoria é exercida (PIRES; LIMA, 2020).

O diagrama abaixo (Figura 3) resume a função-autor segundo Foucault:

Figura 3 – Função-autor



Quadro idealizado pelo autor e feito com a ajuda do software napkin.

Deve-se observar que nem todo discurso possui função-autor. Discursos cotidianos, como cartas, por exemplo, podem ter um signatário, mas não necessariamente um autor, pois não demandam um funcionamento específico nem possuem critérios rigorosos de circulação (COELHO, 2019).

A função-autor teria emergido na modernidade, impulsionada pela necessidade de responsabilização por discursos transgressores. A apropriação penal dos discursos, como a realizada na Inquisição¹⁹, buscava punir autores de textos considerados heréticos, consolidando a necessidade de identificar a autoria (ALMEIDA, 2008; PIRES; LIMA, 2020). A propriedade intelectual surge posteriormente, como um segundo enlace do discurso escrito (ALMEIDA, 2008).

¹⁹ O termo “Inquisição” refere-se à Comissão instituída por Paulo III em 1542, conhecida inicialmente como Santa Inquisição Romana e Universal. A sua missão original era atuar como Tribunal para causas de heresia e cisma. Ao longo do tempo, o seu campo de ação foi ampliado por Paulo IV (a partir de 1555) para incluir questões morais diversas, e depois por Sisto V (em 1588) para abranger tudo o que se referisse direta ou indiretamente à fé e à moral. Posteriormente, em 1908, Pio X reorganizou-a e mudou o seu nome para Sagrada Congregação do Santo Ofício (VATICAN, 2025).

Foucault destaca que o desaparecimento do autor no ato da escrita é obscurecido pelas noções de obra e escrita, que remetem à sua existência. A escrita, nesse contexto, é vista como um ato que pode ser punido, levando à necessidade de identificar o autor (ALMEIDA, 2008). O nome do autor, embora seja um nome próprio, possui uma singularidade paradoxal, já que ele funciona como um princípio de classificação e organização dos escritos, delimitando, classificando e unificando discursos (ALMEIDA, 2008; COELHO, 2019).

A função-autor leva a um reexame da noção de sujeito, questionando o papel fundador do indivíduo na análise do discurso. Para Foucault, o autor é uma função do discurso que produz, moldada por operações complexas e não pela simples atribuição a um indivíduo (LUZIO, 2014; MUCHAIL, 2002). Ao mesmo tempo, alguns autores, como Roland Barthes, criticam a centralidade do autor na interpretação textual, argumentando que o significado da obra não deve ser atrelado à figura do autor (LUZIO, 2014).

Tudo que pode ser extraído de pertinente de um documento deve estar ligado à temática que a pesquisa empreende, sendo que as explicações resultantes irão nesta direção, criando uma coerência interna própria, reconstruindo uma feição da sociedade estudada. Assim, o pesquisador é também parte da análise, pois seu viés de pesquisa guiará o processo até seu resultado (CELLARD, 2008). Além disto, o próprio texto da pesquisa pode vir a ser fonte para um outro estudo, realimentando a cadeia de produção documental, contribuindo para a complexificação das interpretações acerca da realidade.

De forma direta, a capacidade do pesquisador em separar, qualificar e analisar os dados que suas fontes lhe fornecem é o que torna a pesquisa mais rica. Tais fontes não são fruto de um outro trabalho analítico, e o que se busca é sua ligação com outras informações para criar novos significados. O documento ensina, exemplifica, é meio de comunicação, e quando participa de um *corpus* passa a interagir com outros documentos e significados, cuja intertextualidade é o que se deseja alcançar. Deve-se atentar para as características do documento: autenticidade; credibilidade; representatividade; e significação (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Deve-se categorizar as informações para proceder-se a análise dos dados, o que dependerá dos objetivos da pesquisa, reunindo elementos que tenham afinidade. Assim, deve-se criar, separar, classificar e ao final sintetizar, buscando algumas propriedades básicas: validade; homogeneidade; amplitude e precisão; além de exaustão e exclusão mútua. O que se pretende ao criar-se categorias é classificar, agrupando elementos em

comum, tendo como base um conceito que abarque todas estas partes (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015). A análise do material classificado em categorias, unidades de significado, pode gerar outras unidades devido à sua interação mútua, seja pela via empírica, teórica ou pela intervenção do pesquisador (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Manuela Ciconetto Bernardi (2020) resume bem tudo o que foi discutido nesta seção:

(...) é possível concluir que a seleção de fontes deve ser com base no problema de pesquisa; a investigação deve ser ampla, mas também focada; a seletividade é um componente que estará presente em toda e qualquer pesquisa documental; o pesquisador deve expor as diversas facetas do objeto investigado; cabe também o abandono da veracidade e supremacia documental; o resultado da pesquisa deve trazer elementos que mostrem uma visão no plural, em diálogo com o contexto e com outros elementos para a compreensão do fato ou fenômeno investigado; também, para ser uma pesquisa científica sólida e como característica marcante, é necessário a problematização do corpus (...). (p. 140)

Todos estes procedimentos, indicados nesta seção, foram observados e seguidos, o que pode ser verificado no decorrer da leitura.

2.3 Política Externa dos EUA

A política externa é o conjunto de ações, estratégias e diretrizes que moldam as interações de um Estado com o cenário internacional, visando projetar seus interesses nacionais e alcançar objetivos específicos (CEPIK, 2003; PECEQUILO, 2003; LAMPREIA, 1993). Sua formulação é um processo dinâmico, influenciado pelas condições domésticas de um país, seu posicionamento global e regional, e as circunstâncias do contexto internacional (PECEQUILO, 2003; LAMPREIA, 1993). Embora marcada por continuidade e adaptação (PECEQUILO, 2003), especialmente para potências hegemônicas, a política externa emprega uma variedade de instrumentos – da diplomacia e engajamento econômico a operações militares e secretas – para garantir a segurança, a prosperidade e a influência de uma nação (CEPIK, 2002; PECEQUILO, 2003; PECEQUILO, 2015).

A política externa envolve debates entre unilateralismo e multilateralismo, e busca conciliar soberania e interdependência, frequentemente definindo “amigos” e “inimigos” e aplicando táticas de engajamento e contenção conforme as considerações geopolíticas e geoeconômicas (PECEQUILO, 2003; PECEQUILO, 2015; LAMPREIA, 1993).

A política externa representa o conjunto de decisões e ações empreendidas por autoridades governamentais em nome do Estado, visando atingir objetivos internacionais.

Ela abrange as estratégias e instrumentos utilizados por um país para se conectar com outros atores no cenário internacional, como Estados, organizações internacionais e atores não-estatais (ARNSON, 2007).

A interação com outros países é elemento crucial da política externa, envolvendo a formação de alianças, negociação de acordos bilaterais e multilaterais e a participação em organizações internacionais. As organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial²⁰, proporcionam aos países a oportunidade de influenciar a agenda global e promover seus interesses em fóruns mundiais. A política externa também se aplica às relações com empresas multinacionais, ONGs e grupos considerados terroristas (KEGLEY JR; WITTKOPF, 1999).

Os objetivos da política externa de uma nação são moldados por seus interesses nacionais, que podem ser influenciados pelo contexto histórico, ideologia governamental, pressões internas e externas. Tais objetivos podem ser: proteger o território e a população de ameaças como agressões, terrorismo e crime organizado; impulsionar o crescimento econômico, o comércio internacional e o acesso a recursos e mercados estrangeiros; promover valores como democracia, direitos humanos e livre mercado; colaborar com outros países para enfrentar desafios como as mudanças climáticas, as pandemias e as crises humanitárias (GOLDSTEIN; PEVEHOUSE, 2014).

A formulação e implementação da política externa são afetadas por uma variedade de fatores internos e externos, como: a ideologia do governo influencia significativamente a política externa (MERKE; REYNOSO; SCHENONI, 2020); pressões e interesses de grupos políticos internos, como partidos, lobbies e opinião pública, podem moldar a política externa (AMORIM NETO, 2012); instituições políticas e processos decisórios internos podem afetar a política externa (ALLISON; ZELIKOW, 1999); contexto geopolítico global, relações de poder entre Estados e dinâmica das organizações internacionais (KEGLEY JR.; WITTKOPF, 1999); ações e políticas de outros países, principalmente potências, podem impactar a política externa.

²⁰ Segundo o Ministério da Educação: “O Grupo Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento e atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades” (MEC, 2025).

A política externa é dinâmica e está sujeita a alterações significativas ao longo do tempo, impulsionadas por: a ascensão de um novo governo, com ideologia ou prioridades distintas, pode levar à mudança da política externa; guerras, crises econômicas e desastres naturais podem forçar reavaliações de políticas externas; mobilização da opinião pública, ação de grupos de interesse e mudanças no cenário político interno (CARLSNAES, 2002).

Um conceito fundamental para o estudo da política externa é o de geopolítica. Geopolítica é a disciplina que investiga a interação entre fatores geográficos, históricos e o poder na condução das relações internacionais, constituindo uma ferramenta essencial para a análise realista da política externa e da segurança de um Estado (ALMEIDA MELLO, 1994a; MONIZ BANDEIRA, 2009; PRADO JUNIOR, 1972). Ela transcende a mera descrição, firmando-se como uma ciência que examina como a base territorial, os recursos (naturais, econômicos, militares) e a posição de um país no cenário global e regional influenciam suas estratégias e a projeção de seus interesses nacionais (ALMEIDA MELLO, 1994a; MONIZ BANDEIRA, 2009; PECEQUILO, 2014).

O conceito de Geopolítica, que se adapta à contínua mutação das relações internacionais, desde modelos históricos como os impérios antigos até o “ultraimperialismo” contemporâneo, explora dinâmicas de hegemonia, equilíbrio de poder e até conflito, por meio de instrumentos como a diplomacia, a inteligência e a presença militar (ALMEIDA MELLO, 1994a; MONIZ BANDEIRA, 2017; PECEQUILO, 2015; CEPIK, 2002; CEPIK, 2003).

Em sua essência, a geopolítica busca compreender o jogo de poder que se desenrola entre os Estados, abordando a luta por espaço econômico, fontes de energia, acesso a mercados e a definição de aliados e adversários no cenário mundial (ALMEIDA MELLO, 1994a; MONIZ BANDEIRA, 2009; PECEQUILO, 2015).

A política externa dos Estados Unidos da América em relação ao mundo é um tema complexo, moldada por uma série de fatores históricos, ideológicos e geopolíticos, abrangendo desde a era da Guerra Fria até os desafios do século XXI. A Ascensão à Superpotência Global e a Doutrina do Destino Manifesto marcam o início desta trajetória (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019).

Desde sua fundação, os EUA se viram imbuídos de uma missão especial, expressa na Doutrina do Destino Manifesto, que preconizava a expansão territorial e a difusão de seus valores e ideais. Essa crença em sua própria singularidade pode ter sido um fator principal

que moldou a política externa norte-americana, impulsionando sua ascensão à posição de superpotência global (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019).

A Doutrina do Destino Manifesto foi uma ideologia proeminente nos Estados Unidos durante o século XIX, que agrupava a crença de que os Estados Unidos tinham um direito divinamente concedido e uma obrigação de expandir seu domínio e disseminar sua influência por todo o continente norte-americano. Essa crença estava enraizada na percepção da superioridade da cultura e dos valores norte-americanos, bem como na convicção de que a expansão territorial era essencial para o progresso da nação. A Doutrina do Destino Manifesto teve um impacto profundo na política externa norte-americana, servindo como justificativa para a expansão territorial, guerras e intervenções em países vizinhos, moldando significativamente a história e as relações internacionais dos EUA no século XIX (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019).

Um exemplo paradigmático da aplicação dessa doutrina foi o Manifesto de Ostend de 1854, no qual diplomatas norte-americanos defenderam a anexação de Cuba por parte dos Estados Unidos, argumentando que a ilha era crucial para a segurança e os interesses norte-americanos (SCHOULTZ, 1998). O Manifesto de Ostend, embora tenha gerado controvérsia e não tenha levado à anexação imediata de Cuba, exemplifica a mentalidade expansionista impulsionada pela Doutrina do Destino Manifesto. Essa doutrina permeou as ações norte-americanas em relação à América Latina, servindo de justificativa para intervenções e para a busca de hegemonia regional (SCHULZ, 2000).

Desde o século XIX, os EUA expandiram seu território para o oeste, anexando terras do México e deslocando povos indígenas. A Doutrina Monroe, de 1823, estabeleceu a primazia norte-americana no Hemisfério Ocidental, advertindo as potências europeias contra intervenções na região. Essa postura intervencionista se manifestou em diversas ocasiões, como na Guerra Hispano-Americana (1898) e nas intervenções na América Central e no Caribe no início do século XX (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019; SCHOULTZ, 1998).

A Doutrina Monroe, articulada em 1823 pelo presidente James Monroe (SCHOULTZ, 1998), foi uma declaração de política externa dos Estados Unidos que proclamou o continente americano como zona de influência exclusiva dos EUA, vedando futuras colonizações europeias na região. A doutrina, que inicialmente visava proteger as recém-independentes nações latino-americanas da interferência europeia, evoluiu ao longo

do tempo para justificar intervenções norte-americanas em assuntos internos de países latino-americanos, muitas vezes em detrimento da soberania desses países (GRANDIN, 2006).

Um exemplo marcante da aplicação da Doutrina Monroe foi a disputa de fronteira entre a Venezuela e a Grã-Bretanha em 1895. Os EUA, invocando a Doutrina Monroe, intervieram diplomaticamente e pressionaram a Grã-Bretanha a submeter a disputa à arbitragem internacional, consolidando sua posição como árbitro regional e delineando o princípio de não-intervenção europeia nas Américas. A Doutrina Monroe, embora tenha se originado em um contexto histórico específico, continua a influenciar a política externa norte-americana em relação à América Latina, servindo como base para a defesa de interesses norte-americanos na região e para a justificativa de intervenções em nome da segurança nacional e da estabilidade hemisférica (HERRING, 2008).

As Guerras Mundiais marcaram um ponto de inflexão na política externa norte-americana. Os EUA, inicialmente relutantes em envolver-se em conflitos extracontinentais, assumiram um papel decisivo na vitória dos Aliados, consolidando sua posição como potência hegemônica global. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA se engajaram na reconstrução da Europa e do Japão, estabelecendo uma rede de alianças e instituições internacionais destinadas a promover a estabilidade e a prosperidade global (BLACKWILL; WRIGHT, 2020).

A Guerra Fria representou um novo capítulo na história da política externa norte-americana, marcada pela rivalidade ideológica e geopolítica com a União Soviética. A Doutrina Truman e a Política de Contenção buscavam impedir a expansão do comunismo, influenciando as relações dos EUA com países ao redor do mundo (CONDE, 2015; REED, 2012).

A Doutrina Truman e a Política de Contenção, conceitos intrinsecamente ligados, moldaram a política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (CONDE, 2015). A Doutrina Truman, enunciada pelo presidente Harry Truman em 1947, estabeleceu o compromisso norte-americano de conter a expansão do comunismo em escala global, fornecendo assistência econômica e militar a países ameaçados pela influência soviética. Essa doutrina foi fundamental para justificar a intervenção norte-americana na Guerra Civil Grega, fornecendo ajuda financeira e material ao governo grego para combater os guerrilheiros comunistas (GADDIS, 2006).

A Política de Contenção, por sua vez, representou a estratégia abrangente dos EUA para impedir a expansão do comunismo, utilizando uma variedade de instrumentos, desde

ajuda econômica e alianças militares até propaganda e operações secretas. O Plano Marshall, que canalizou bilhões de dólares para a reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, é um exemplo emblemático da Política de Contenção em ação (KOLKO; KOLKO, 1972).

A Doutrina Truman e a Política de Contenção, embora tenham sido eficazes na contenção do avanço comunista em algumas áreas, também foram criticadas por intensificar a Guerra Fria, alimentar conflitos regionais e, por vezes, apoiar regimes autoritários em nome do anticomunismo (WESTAD, 2005).

A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, formalizou a aliança militar entre os EUA e a Europa Ocidental, contrapondo-se ao Pacto de Varsóvia liderado pela URSS. A Guerra Fria também inaugurou uma corrida armamentista nuclear, na qual os EUA e a URSS acumularam arsenais cada vez maiores e mais poderosos (CZORNIK, 2020; STRATTON, 1989).

A Política de Contenção levou os EUA a intervir em conflitos ao redor do mundo, como na Guerra da Coreia (1950-1953) e na Guerra do Vietnã (1955-1975). Outra doutrina, conhecida como Doutrina do Dominó, constituiu uma teoria política proeminente durante a Guerra Fria, particularmente nos anos 1950 e 1960, que postulava que se um país em uma região caísse sob a influência do comunismo, os países vizinhos também sucumbiriam ao comunismo, um após o outro, como uma fileira de dominós caindo. Apesar de não haver um único criador atribuído à Doutrina, ela ganhou força durante a administração do presidente Dwight D. Eisenhower nos EUA (CONDE, 2015). A teoria foi usada para justificar intervenções militares norte-americanas no Sudeste Asiático, como na Guerra do Vietnã, cujo objetivo era impedir a propagação do comunismo na região (STRATTON, 1989).

A Guerra Fria foi caracterizada por momentos de grande tensão, como a Crise dos Mísseis de Cuba (1962), e por períodos de distensão, como a Política de *Détente* dos anos 1970 (BLACKWILL; WRIGHT, 2020). A Crise dos Mísseis de Cuba, também conhecida como “Crise de Outubro”, foi um tenso impasse político e militar de treze dias em outubro de 1962, entre os Estados Unidos e a União Soviética. A crise foi desencadeada pela descoberta de mísseis balísticos soviéticos com capacidade nuclear em Cuba, a apenas 90 milhas da costa da Flórida. A descoberta desses mísseis pelo governo Kennedy provocou um estado de alerta máximo nos EUA, levando a um bloqueio naval de Cuba e à ameaça de uma ação militar em grande escala (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

O mundo observava com apreensão, temendo uma guerra nuclear iminente. A crise atingiu o pico quando um avião espião norte-americano U-2 foi abatido sobre Cuba, aumentando o risco de uma retaliação norte-americana. Após intensas negociações secretas entre o presidente Kennedy e o premiê soviético Khrushchev, um acordo foi alcançado: a União Soviética concordou em remover os mísseis de Cuba, em troca de uma promessa dos EUA de não invadir a ilha e de remover os mísseis Júpiter da Turquia (ALLISON; ZELIKOW, 1999).

A Política de *Détente* constituiu uma estratégia diplomática adotada durante a Guerra Fria, destinada a diminuir as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, com o objetivo de coexistência pacífica entre as superpotências. Criada na década de 1970, a *Détente* foi articulada principalmente pelo presidente norte-americano Richard Nixon e seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger, em colaboração com os líderes soviéticos, como Leonid Brezhnev. Essa política marcou uma ruptura com as estratégias mais agressivas de contenção do comunismo, promovendo uma abordagem baseada em negociações e acordos de controle de armas. Um dos exemplos mais emblemáticos da *Détente* foi a assinatura dos Tratados de Limitação de Armas Estratégicas (SALT I e II), que estabeleceram limites na produção de mísseis nucleares (GADDIS, 2006).

A *Détente* também teve um impacto significativo em outras regiões, como o Sudeste Asiático e o Oriente Médio, onde os Estados Unidos e a União Soviética tentaram mediar conflitos regionais. No entanto, apesar dos avanços iniciais, a *Détente* foi criticada por não resolver conflitos ideológicos profundos e por ser frágil, já que as tensões entre as superpotências aumentaram novamente com a invasão soviética ao Afeganistão em 1979, o que efetivamente encerrou esse período de distensão (WESTAD, 2005).

Com o fim da Guerra Fria, os EUA se viram como a única superpotência global, mas confrontados com novos desafios e incertezas, como: o unilateralismo e a Guerra ao Terror; a ascensão da China e a competição multipolar; crises econômicas e instabilidade global; o papel das organizações multilaterais (ONU, FMI, Banco Mundial etc.) (BLACKWILL; WRIGHT, 2020; CONDE, 2015).

2.3.1 Política Externa dos EUA para a América Latina

Mudando a escala de observação, pode-se passar a olhar como os EUA moldaram sua política externa para a América latina. Tal política tem sido um tema de grande interesse

e debate. Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina se tornou um importante campo de batalha ideológico entre os EUA e a União Soviética. A Política de Contenção, impulsionada pela Doutrina Truman, já citadas anteriormente nesta seção, visavam impedir a expansão do comunismo na região. A América Latina era vista como o “quintal” dos EUA, e qualquer ameaça à sua hegemonia era considerada inaceitável (CONDE, 2015; REED, 2012; SCHOULTZ, 1998).

Durante esse período, os EUA intervieram em diversos países latino-americanos, seja por meio de apoio a golpes de Estado, como na Guatemala em 1954 (REED, 2012), ou por meio de intervenções militares diretas, como na República Dominicana em 1965 (KUTZ; PIERCE, 2023). O apoio a regimes autoritários, como a ditadura militar brasileira (1964-1985) e a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989), era justificado pela necessidade de combater o comunismo (CONDE, 2015).

A Aliança para o Progresso (1961), idealizada durante o governo do presidente John F. Kennedy, pretendia ser um programa de desenvolvimento econômico e social para a América Latina. O objetivo era promover o crescimento econômico e a justiça social como forma de conter o avanço do comunismo (FIELD JR, 2024). Apesar de alguns resultados, a Aliança para o Progresso não conseguiu alcançar seus objetivos e foi criticada por muitos por reforçar a dependência da região em relação aos EUA (MERKE; REYNOSO; SCHENONI, 2020).

Com o fim da Guerra Fria, a política externa dos EUA para a América Latina passou por um período de transição, marcado por uma ênfase na promoção da democracia e do livre mercado (CONDE, 2015; VILAS, 2005). Chegando à década de 1990, testemunhou-se a ascensão do Consenso de Washington, um conjunto de políticas econômicas neoliberais que preconizavam a liberalização do comércio, a privatização de empresas estatais e a redução do papel do Estado na economia. Essas políticas foram implementadas em diversos países latino-americanos, com resultados mistos (CONDE, 2015).

A política externa dos EUA para a América Latina não é moldada apenas por fatores internacionais, mas também por fatores domésticos. Por exemplo, o congresso norte-americano, com sua variedade de grupos de interesse e correntes políticas, exerce grande influência na formulação da política externa (CONDE, 2015). Lobbies empresariais, grupos de direitos humanos e outros atores domésticos podem pressionar o governo a adotar determinadas posições em relação à América Latina (HELLEINER, 2003; MERKE; REYNOSO; SCHENONI, 2020).

A opinião pública norte-americana também pode influenciar a política externa para a América Latina, especialmente em temas como imigração, comércio e direitos humanos (SCHOULTZ, 1998). Como já mencionado, também a ideologia do presidente norte-americano desempenha um papel fundamental na definição da política para a região (MERKE; REYNOSO; SCHENONI, 2020). Governos democratas tendem a enfatizar a promoção da democracia e dos direitos humanos, enquanto governos republicanos costumam priorizar o livre mercado e a segurança nacional (CONDE, 2015).

2.3.2 Política Externa dos EUA para a Brasil e Paraguai

Acerca da política externa dos EUA em relação ao Brasil, pode-se assinalar que ela tem sido marcada, também, por uma complexa interação de interesses geopolíticos, ideológicos e econômicos ao longo da história. Cada governo norte-americano, com suas nuances e prioridades, moldou a relação bilateral de maneiras distintas. Durante a Guerra Fria, a política externa norte-americana em relação à América Latina, incluindo o Brasil, foi fortemente influenciada pela Doutrina Truman e a Política de Contenção do comunismo. O objetivo central era impedir a expansão da influência soviética na região, e o Brasil, como maior país da América do Sul, assumiu um papel estratégico nesse contexto (BANDEIRA, 2017a).

O governo Truman (1945-1953) iniciou a Política de Contenção, oferecendo ajuda econômica e militar a países latino-americanos para fortalecer suas defesas contra o comunismo. No Brasil, o governo Vargas (1951-1954) buscou manter uma posição pragmática, aceitando ajuda norte-americana, mas também buscando autonomia na política externa (REED, 2012; STRATTON, 1989).

O governo Eisenhower (1953-1961) intensificou a Política de Contenção, intervindo diretamente em países como Guatemala (1954) para derrubar governos considerados pró-soviéticos. O Brasil sob Juscelino Kubitschek (1956-1961), evitando conflitos, adotou o *slogan* do “desenvolvimentismo” e buscou investimentos estrangeiros, incluindo o dos EUA, para impulsionar a industrialização do país (REED, 2012).

O governo Kennedy (1961-1963) lançou a “Aliança para o Progresso”, um programa de ajuda econômica e social para a América Latina, com o objetivo de promover o desenvolvimento e combater a pobreza, vistos como fatores que poderiam contribuir para a propagação do comunismo. O Brasil, durante o governo Jânio Quadros e João Goulart (1961-

1964), viveu um período de instabilidade política, culminando no golpe militar de 1964, apoiado pelos EUA (FIELD JR, 2024).

No governo Johnson (1963-1969) e Nixon (1969-1974) a política externa norte-americana se concentrou em apoiar regimes militares na América Latina, vistos como aliados na luta contra o comunismo. O Brasil, sob a ditadura militar (1964-1985), recebeu apoio econômico e militar dos EUA, alinhando-se com a política norte-americana na região (REED, 2012).

A administração Carter (1977-1981) enfatizou a defesa dos direitos humanos, criticando regimes autoritários na América Latina. As relações entre EUA e Brasil se deterioraram devido às críticas de Carter à ditadura militar brasileira (SCHOULTZ, 1998). Mas, o governo Reagan (1981-1989) retomou a política de apoio a regimes anticomunistas, intensificando a Guerra Fria. No entanto, o Brasil, em processo de redemocratização, buscou se distanciar da política norte-americana, ensaiando uma postura mais independente na política externa (CONDE, 2015).

No governo Bush (1989-1993), com o fim da Guerra Fria, buscou-se redefinir a política norte-americana para a América Latina, focando na promoção da democracia e do livre mercado. O Brasil, já redemocratizado, iniciou uma fase de aproximação com os EUA, buscando parcerias comerciais e diplomáticas (CONDE, 2015).

Neste mesmo período e sob as mesmas influências anteriormente citadas, o Paraguai, governado pelo ditador Alfredo Stroessner de 1954 a 1989, alinhou-se com os EUA durante a Guerra Fria, recebendo apoio norte-americano em troca de seu anticomunismo. A ditadura de Stroessner foi caracterizada por violações de direitos humanos, mas os EUA mantiveram seu apoio ao regime paraguaio por considerá-lo um aliado estratégico na região (FIORI, 2007; SCHOULTZ, 1998).

Com o fim da Guerra Fria, a política externa dos EUA em relação à América Latina passou por um período de transição. A promoção da democracia e do livre mercado tornaram-se os pilares da política norte-americana na região. O Paraguai, que passou por um processo de democratização no início dos anos 1990, continuou a receber apoio norte-americano para fortalecer suas instituições democráticas e promover o desenvolvimento econômico (FIORI, 2007; SCHOULTZ, 1998) enquanto que a globalização, a ascensão de novas potências e a crescente autonomia dos países latino-americanos moldaram esse novo cenário (CONDE, 2015).

A relação entre EUA e Paraguai continua a ser moldada por desafios como a pobreza, a desigualdade social, o narcotráfico e a instabilidade política na região. A cooperação em áreas como segurança, desenvolvimento econômico e combate à corrupção podem ser cruciais para fortalecer a relação bilateral e promover a estabilidade no Paraguai e na América Latina como um todo (KINGSTONE, 2018).

2.4 Do Poder

O conceito de poder tem sido objeto de estudo e debate em várias disciplinas, incluindo ciência política, sociologia e filosofia. Rodolfo Henrique Cerbaro argumenta que definir o conceito de poder de maneira abrangente tem se mostrado uma tarefa difícil. Ele reconhece a importância do conceito para todas as ciências sociais e a necessidade de encontrar uma forma incontroversa de conceitualizá-lo (CERBARO, 2011).

Para Sócrates, nos diálogos platônicos, o conceito de poder transcende a mera capacidade de realizar vontades ou impor ações. Em vez disso, o poder genuíno está intrinsecamente ligado ao conhecimento do bem e à ação justa. Essa perspectiva é evidenciada em um diálogo presente em *Górgias* (466e-469e), no qual Sócrates argumenta que indivíduos, como tiranos ou retóricos, que agem de acordo com o que lhes parece melhor, mas sem o conhecimento do que é verdadeiramente bom, não possuem grande poder. A ênfase na ação orientada pelo bem sugere que Sócrates associa o verdadeiro poder à capacidade de agir de forma justa e ética (PARIETTI, 2022). A busca pelo bem e a sua aplicação na prática, guiada pela inteligência e pelo conhecimento, constituem a base do poder genuíno na visão socrática. Sócrates distingue “fazer o que se quer” de “fazer o que parece melhor”, argumentando que a primeira ação, quando desprovida de conhecimento, não se traduz em poder real. O poder, para Sócrates, reside na capacidade de alcançar a felicidade por meio da justiça e da sabedoria, e não na mera satisfação de desejos ou na imposição da vontade sobre os outros (CAMPBELL, 2017).

Para Guido Parietti, o poder se manifesta como uma condição individual de ter possibilidades disponíveis para ação efetiva, aliada à representação dessas possibilidades como tal, e não como algo necessitado. Parietti argumenta que a dificuldade em definir o poder reside em sua natureza fundamental, o que leva a definições circulares que o descrevem por meio de termos como “capacidade” ou “habilidade”. Parietti critica as análises que se concentram em aspectos negativos do poder, como “excluir”, “reprimir” ou

“esconder”, pois, para ele, o poder também produz realidade, campos de objetos e rituais de verdade (SILVA; SOARES, 2022). Assim, o poder, para Parietti, não se limita à coerção ou à dominação, mas abrange a capacidade de agir e influenciar o curso dos eventos, reconhecendo e representando as possibilidades disponíveis para tal ação. Essa ênfase na representação sugere que a percepção individual das próprias possibilidades de ação desempenha um papel crucial na concepção de poder de Parietti.

Para Robert Dahl, o poder não se define por meio de uma essência abstrata ou de uma capacidade inerente a um indivíduo ou grupo, mas sim através da sua manifestação empírica em relações sociais, traduzida pela capacidade de um agente “A” influenciar o comportamento de um sujeito “B” para realizar uma ação que “B” não realizaria de outra forma. Essa ênfase na observação e mensuração da influência como indicador de poder é central na proposta de Dahl, que busca uma definição operacional do conceito, afastando-se de abordagens normativas ou filosóficas (PARIETTI, 2022).

Dahl argumenta que a definição tradicional, baseada na ideia de “poder como a capacidade de...”, incorre em circularidade, pois utiliza o próprio termo que se busca definir. Em sua crítica, ele destaca que essa circularidade impede a construção de uma teoria empiricamente testável sobre o poder, limitando a análise a uma mera constatação da sua presença em situações específicas (PARIETTI, 2022).

Para Dahl, a chave para uma análise mais rigorosa reside na observação das relações entre agentes e sujeitos (CLEGG; HAUGAARD, 2009). Essa abordagem, conhecida como behaviorismo, buscava aplicar os princípios da mecânica clássica ao estudo da política, concentrando-se na observação e mensuração de comportamentos como base para a construção de modelos explicativos (PARIETTI, 2022).

Para Stefano Guzzini, o poder não se limita à posse de recursos materiais ou à capacidade de influenciar diretamente o comportamento de outros. Influenciado pelo construtivismo, Guzzini argumenta que o poder é uma construção social que se manifesta em diferentes dimensões e opera por meio de significados compartilhados (GUZZINI, 2013). Em seus trabalhos ele critica as abordagens tradicionais, como o realismo, que reduzem o poder à sua dimensão material e observável. Guzzini defende a necessidade de ir além dessa visão simplista e considerar o poder como um conceito relacional, que se manifesta em diferentes áreas e opera de forma multidimensional (CREUS, 2013).

Para Guzzini, um dos aspectos centrais do poder é a capacidade de moldar as preferências e os comportamentos dos atores por meio da construção de narrativas e

discursos socialmente aceitos. Ele destaca o papel de instituições como o FMI na atribuição de rótulos e categorias que afetam a posição dos países nas relações internacionais. A imposição de significados e a criação de narrativas dominantes constituem, portanto, exercícios de poder que influenciam a forma como os atores percebem a realidade e agem em conformidade com essas percepções (CREUS, 2013).

Guzzini destaca a importância de se questionar não apenas o significado do poder, mas também as implicações do uso do próprio conceito de poder, pois a definição e a atribuição de poder são, em si mesmas, exercícios de poder. Essa perspectiva construtivista permite uma análise mais abrangente das relações de poder, reconhecendo a influência de fatores ideológicos, culturais e normativos na sua constituição e exercício (CREUS, 2013).

Para Steven Lukes, o poder se manifesta em três dimensões interrelacionadas que vão além da mera capacidade de influenciar decisões observáveis. A primeira dimensão, similar à definição de Dahl, como visto anteriormente, foca na capacidade de um agente “A” influenciar o comportamento de “B” para realizar ações que “B” não faria de outra forma (CREUS, 2013). A segunda dimensão expande essa noção, incorporando a capacidade de “A” controlar a agenda de decisões, limitando as opções de “B”, mesmo que “B” não esteja ciente dessa restrição (RYE, 2014). A terceira dimensão, a mais radical na visão de Lukes, aborda o poder de “A” moldar as percepções, cognições e preferências de “B” de forma a garantir sua conformidade com a ordem existente, mesmo que isso vá contra os interesses reais de “B” (RYE, 2014).

Lukes argumenta que essa dominação pode ser exercida através da manipulação ideológica, levando “B” a aceitar seu papel na estrutura de poder sem questionar alternativas ou percebendo a dominação como natural e benéfica (RYE, 2014). Ele reconhece a dificuldade em identificar os “interesses reais” de “B”, mas defende a validade do conceito ao argumentar que a análise do poder requer uma avaliação normativa da situação, considerando a possibilidade de “B” agir de forma diferente em condições de maior autonomia (CLEGG; HAUGAARD, 2009; HAY, 1997; PARIETTI, 2022).

Apesar de reconhecer que a dominação representa apenas um subconjunto do poder, Lukes destaca sua importância por limitar a liberdade dos indivíduos e perpetuar desigualdades (CLEGG; HAUGAARD, 2009; MORRISS, 2006; PARIETTI, 2022). Sua análise, enraizada no debate sobre “poder comunitário” e inspirada em autores como Gramsci, busca desvendar as formas sutis de dominação que operam na sociedade,

desafiando a visão behaviorista de Dahl e aprofundando a compreensão das relações de poder (HAY, 1997; RYE, 2014).

Para outro autor, Gerhard Göhler, o conceito de “poder para” deve ser interpretado como uma capacidade de agir ou alcançar algo independentemente de outros, o que o aproxima da ideia de poder como capacidade, em contraste com o poder como exercício. Göhler argumenta que essa distinção é crucial para evitar a confusão conceitual que permeia o estudo do poder, e propõe substituir os termos “poder para” e “poder sobre” por “poder intransitivo” e “poder transitivo”, respectivamente. Ele defende que o “poder para” intransitivo não envolve relações sociais, pois reside na habilidade individual de realizar algo sem a interferência de outros (CLEGG; HAUGAARD, 2009).

Para Michel Foucault, o poder não é um objeto ou uma substância, mas sim uma relação de forças em constante movimento. Ele se manifesta em uma rede complexa de interações sociais, presente em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até as instituições e estruturas de poder (SILVA; SOARES, 2022). Ao contrário da concepção tradicional, que vê o poder como algo repressivo e centralizado, Foucault argumenta que ele é produtivo, moldando a realidade, os indivíduos e os discursos (MANOKHA, 2013). O poder, segundo Foucault, não se aplica aos indivíduos, mas transita por eles, colocando-os em uma posição de constante exercício e resistência (SILVA; SOARES, 2022).

Foucault rejeita a ideia de um centro único de poder, argumentando que ele se manifesta em uma multiplicidade de focos, interligados por uma força dinâmica e onipresente. A análise do poder, para Foucault, deve partir das especificidades para os aspectos gerais, investigando as relações de poder nos seus contextos locais e específicos. É nesse nível “microfísico” que o poder se torna mais evidente, revelando suas nuances e estratégias. Em vez de buscar uma teoria geral do poder, Foucault propõe uma “analítica” do poder, que se concentra em como ele funciona em diferentes contextos e épocas (SILVA; SOARES, 2022).

O poder, para Foucault, está intrinsecamente ligado ao conhecimento. Não no sentido de que “conhecimento é poder”, mas sim que o poder molda o conhecimento e vice-versa, formando um campo de saber-poder que define as normas e as verdades de uma sociedade (MANOKHA, 2013). A resistência, por sua vez, é um elemento fundamental na dinâmica do poder, pois onde há poder, há resistência. A resistência, para Foucault, não é uma força

externa ao poder, mas sim uma resposta imanente, que surge das relações de poder e que contribui para a sua constante transformação (CHRISTENSEN, 2024).

Mitchell Dean argumenta que a obra de Foucault, apesar de rica em sua análise do “como” do poder, apresenta descontinuidades e dicotomias, limitando a compreensão das inter-relações entre diferentes formas de poder. Dean critica a tendência de Foucault em deslocar o foco de uma forma de poder para outra mais nova, como da soberania para o poder disciplinar, reproduzindo uma bipolaridade. Ao invés de dicotomizar as formas de poder, Dean propõe uma análise que reconhece a interação entre formas de poder aparentemente opostas, como a soberania, o poder disciplinar e a governamentalidade, argumentando que estas se entrelaçam e se manifestam de formas complexas nas práticas de governo contemporâneas. Dean ilustra essa interação ao analisar como a soberania, mesmo quando aparentemente deslocada, se manifesta de novas formas dentro do governo liberal, através de práticas materiais de apropriação, acumulação e exploração, demonstrando que a assinatura do poder se manifesta em uma variedade de formas e contextos (DEAN, 2013).

Para Bourdieu, o poder é relacional e se manifesta como uma “violência simbólica”, um tipo de dominação suave e muitas vezes imperceptível que molda o *habitus*, ou seja, as disposições incorporadas que estruturam a visão de mundo dos indivíduos (LUKES, 2012). Essa forma de poder não se baseia em coerção física, mas na imposição de significados e categorias de percepção que levam à internalização da dominação como algo natural e legítimo (GUZZINI, 2013). O poder simbólico se manifesta em diversos campos sociais, como o da educação, da cultura e da linguagem, e opera por meio da reprodução de estruturas de desigualdade (CHRISTENSEN, 2024). A posse de diferentes tipos de capital, como o capital cultural, social e econômico, confere aos indivíduos posições diferenciadas dentro do campo e influencia sua capacidade de exercer o poder simbólico (GUZZINI, 2013).

Em Habermas, o conceito de poder evoluiu ao longo de sua obra. Em “Teoria da Ação Comunicativa” (1981), o poder é apresentado como um meio de controle do sistema sobre o mundo da vida, associado à ação racional com respeito a fins e, portanto, sem potencial emancipatório. Já em “Facticidade e Validade” (1992), Habermas introduz o conceito de “poder comunicativo”, distinto do poder administrativo e do poder social. O poder comunicativo emerge da ação comunicativa na esfera pública, a partir da formação de consensos racionais e da mobilização de liberdades comunicativas para a produção de normas legítimas, influenciando o sistema político e limitando o poder administrativo. Esse

poder comunicativo é visto como um potencial para a radicalização da democracia (PALAZI; ZAN, 2021).

Já para Gramsci, o poder não se limita à coerção, mas se manifesta principalmente por meio da hegemonia, um processo no qual a classe dominante exerce liderança intelectual e moral para obter o consentimento das classes subordinadas. Essa hegemonia é construída através da educação, da cultura e da moral, moldando a visão de mundo das classes subalternas e levando-as a aceitar a ordem social existente “sem crítica” (MAYO, 2020). No entanto, a hegemonia não exclui o uso da força, que atua como um complemento para garantir a disciplina daqueles que não consentem (FUSARO, 2022). O conceito de “Estado Integral” de Gramsci reflete essa combinação de coerção e consenso, abrangendo tanto a sociedade política (governo, leis, polícia) quanto a sociedade civil (instituições ideológicas, cultura, educação), demonstrando a complexidade e a capilaridade do poder na sociedade (MAYO, 2020).

Se pode citar também Manuel Castells, que em seu artigo *A Sociology of Power: My Intellectual Journey* (2016) afirma considerar que as relações fundamentais nas sociedades são relações de poder.

(...) o poder é a chave para a compreensão da fonte primária da estruturação e dinâmica social. Considero as relações de poder como as relações fundantes da sociedade porque elas constroem e moldam as instituições e normas que regulam a vida social. Além disso, os atores sociais que exercem o poder constroem as instituições e organizações dominantes em qualquer sociedade de acordo com seus próprios valores e interesses, em uma configuração específica de cada sociedade – o que deriva de sua história, geografia e cultura. (CASTELLS, 2016, p. 2)

O poder seria uma capacidade relacional assimétrica que permite a alguns atores influenciarem as ações de outros, a fim de se beneficiarem. Ele é exercido pelo Estado, com o uso de coerção (usando violência legítima ou não), ou por uma construção de sentido na mente das pessoas (através da cultura). Estas relações de poder estão disseminadas por todos os âmbitos sociais, “particularmente nas finanças, na produção, no consumo, no comércio, na mídia, na comunicação, na cultura, na saúde, na educação, na ciência, na tecnologia e na construção social do espaço e do tempo” (CASTELLS, 2016, p. 2).

Se poderá perceber abaixo que Castells vai ao encontro a Raffestin, mas sem as minúcias que este último utiliza, nos legando ferramentas que podem ser contrastadas com

a realidade na tentativa de se verificar sua funcionalidade e na direção de nos fornecer um meio de compreender a realidade social.

De acordo com o que já foi dito na introdução desta tese, o plano de fundo conceitual que balizou esta pesquisa é proveniente do trabalho de Claude Raffestin, em *Por uma Geografia do Poder* (1993). O motivo desta escolha ficará evidente nos parágrafos seguintes desta seção, que apresentará o conceito em suas principais características, relacionando-o com nosso objeto de pesquisa. Tal compreensão se faz necessária, dado o fato de no fundo estarmos lidando com poderes estatais em conflito, disputando o acesso à informação.

Geografia do poder é uma disciplina que transcende a geografia política clássica, a qual se limitava à análise do Estado, para investigar a natureza, as manifestações e as consequências do poder em diversas escalas e em todas as relações sociais (RAFFESTIN, 1993). Ela se concentra na interação entre fatores geográficos, históricos e as dinâmicas de poder, revelando como o poder é exercido em todos os lugares e é presente em qualquer relação, não sendo apenas possuído ou adquirido (RAFFESTIN, 1993).

O campo da geografia do poder analisa como atores (indivíduos, grupos, organizações) transformam o espaço em território por meio de práticas, trabalho, energia e informação, resultando em relações assimétricas que definem dominação e controle sobre populações e recursos (BENELLI; COSTA-ROSA, 2003; RAFFESTIN, 1993). Abrangendo desde a microfísica do poder nas instituições (como vigilância e produção de subjetividade) até a macroescala global, a disciplina busca desvendar a engenharia institucional e as estratégias que moldam as centralidades, marginalidades e fluxos (de circulação, comunicação, energia, informação), frequentemente visando a homogeneização e a eliminação das diferenças, sendo, em essência, uma geografia das assimetrias (BENELLI; COSTA-ROSA, 2003; RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) tenta decifrar o conceito de poder, já adiantando que não é uma tarefa fácil representá-lo. Para tal, inicia tratando do conceito de recurso, que não se trataria de coisa, mas sim de uma relação, desta surgindo propriedades que satisfazem necessidades. O recurso tem dupla característica, a de ser possibilidade (potência) e a de ser realidade (dinâmica), sendo, portanto, instável, podendo perder suas propriedades.

Se um Estado passa a existir quando a população de um território detém a soberania de si, tal soberania depende de um controle, que passa pelo contábil, começando pelo monetário, criando uma equivalência idealizada entre as coisas desiguais. Ao mesmo tempo, o Estado, como uma forma de organização humana extremamente poderosa, condiciona tal

população a viver sob sua influência, pois já nascemos cercados de organizações que nos controlam, condicionam, regram, estando o Estado no topo de uma escala de grandeza (RAFFESTIN, 1993).

Internamente, quando se pensa na repartição do espaço feita pelo Estado, pode-se concluir que ele constrói tais malhas para poder manter o controle mais apropriado a seus fins. Os contatos para comunicação e a determinação de fronteiras seguem os mesmos motivos, nada muito diferente dos procedimentos de uma empresa privada: deve-se controlar os fluxos, permitindo-os ou bloqueando-os, canalizando-os (RAFFESTIN, 1993).

Espaço e tempo estão articulados na organização das atividades, que são construídas de forma dissimétrica, o que colabora para o conflito das partes interessadas, sejam empresas, grupos sociais ou Estados. Neste cenário distinguem-se dois tipos de atores, os sintagmáticos (que realizam um programa) e os paradigmáticos (surgidos de uma classificação, uma partição, não integrados em um programa) (RAFFESTIN, 1993).

Partindo desta taxonomia, o Estado se apresenta como um ator sintagmático exemplar, pois atua sobre um território, e empresas o são quando desenvolvem programas produtivos. Já uma população, vista como agrupamento humano, se apresenta como um trunfo neste esquema de coisas, como recurso disponível ao Estado, às empresas, igrejas, partidos, entre outros, trunfo disputado para sua posse, controle, para atrelá-lo aos programas em curso (RAFFESTIN, 1993).

O autor continua sua exposição introduzindo algumas definições úteis para o desenvolvimento de seu conceito. Fala acerca de estratégia, que seria o comportamento apresentado frente a circunstâncias que venham a se apresentar (RAFFESTIN, 1993). Já para Michel de Certeau (1998) estratégia seria o modo de agir do mais forte, do detentor de um lugar próprio, para dominar um território. Estaria em oposição a tática, que seria a forma de agir do mais fraco, o sujeito sem lugar próprio, na presença de uma estratégia que lhe tolhe as possibilidades de ação em um território.

Outras definições importantes são as de energia e informação. A primeira palavra a definir-se tratar-se-ia de um potencial, cuja propriedade é a de modificar ou de mudar a posição da matéria. Já a segunda se refere à ordem ou arranjo que se percebe em toda a matéria ou energia (RAFFESTIN, 1993).

Cada vez mais o autor está se aproximando das metáforas extraídas das ciências da natureza, o que fica bem claro ao descrever as “leis” da energia, nas quais ela teria uma quantidade disponível limitada; poderia ser aumentada ou diminuída; estaria ligada ao

rendimento dos processos; e (lembrando a 2ª lei da termodinâmica²¹) a energia degrada com o aumento da entropia (RAFFESTIN, 1993).

Há duas formas de considerar a natureza da informação: a quantitativa e a qualitativa. As “leis” da informação também foram descritas: ela não é limitada; ela não é aditiva; ela organiza para maior eficiência; e ela degrada-se com o passar do tempo (RAFFESTIN, 1993). Pode-se atentar que das 4 leis de cada um dos componentes do poder, as duas primeiras são opostas. Assim, enquanto a energia é um recurso escasso, limitado, a informação pode ser replicada indefinidamente; outra oposição vem do fato de a energia poder ser incrementada positiva ou negativamente, já a informação é como é, não é elástica.

Voltando às considerações acerca do espaço e do tempo, Raffestin (1993) acrescenta que ambos podem ser considerados como suportes, mas também como recursos, como trunfos. O espaço pode ser visto como aquele do plano da expressão ou como aquele do conteúdo, este último o dos atores sociais. O tempo também tem dupla característica, há o tempo do relógio, astronômico, absoluto; e há o tempo social, da ação, relativo. O primeiro tempo é natural, “dado”, e o segundo é inventado, mesmo que contido no primeiro. A interação entre tempo e espaço condicionam a relação energia-informação no âmbito da estratégia do ator social, por isto o par tempo-espaço sempre é levado em conta em toda análise (RAFFESTIN, 1993).

Abordando o conceito ambíguo de poder, há inicialmente dois tipos, o Poder (com ‘P’ maiúsculo) do Estado, ligado à soberania, à lei, aos aparatos de dominação; e há o poder (com ‘p’ minúsculo) escondido no Poder, principalmente quando está espalhado por todos os lugares, em todas as relações, em cada ação. O campo do poder é criado durante as relações, onde há trocas ou comunicações (RAFFESTIN, 1993).

Mais à frente Raffestin assume uma postura foucaultiana acerca do poder, quando pontua que: 1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (FOUCAULT, 1976).

²¹ Mais detalhes em *Max Planck e os enunciados da segunda lei da termodinâmica* (NÓBREGA; FREIRE; PINHO, 2013).

Como o par espaço-tempo é relacional, energia e informação se combinam para organizá-lo. Este outro par, energia-informação, forma-se, articula-se, combina-se e circula, estando sempre presente em todas as relações, nunca havendo um elemento sozinho, puro, sem o outro, mesmo uma conversa não é só informação, pois há a necessidade de se aplicar energia no processo (RAFFESTIN, 1993).

Mais à frente, o autor faz outra comparação usando ideias físico-matemáticas, relacionando o funcionamento do poder ao de um vetor, onde energia e informação se combinariam para formar uma imagem de possibilidades (RAFFESTIN, 1993). Imagino um plano cartesiano no qual se pudesse marcar o ponto ocupado por um dado poder, de acordo com seu grau de energia e de informação.

Também há uma dinâmica na utilização do poder, isto quando se separa energia e informação, e com elas recombina com outras energias e outras informações, o que resultaria em uma fissura social (RAFFESTIN, 1993). A própria divisão do trabalho pode ser usada como exemplo, já que cada atividade detém uma parcela da informação necessária para produzir algo, o poder de quem trabalha é limitado à sua função, restando uma parcela maior de poder a quem detiver cada vez mais informações acerca dos processos, dando vantagens a este último.

O poder é definível no seio da relação que o originou, sendo que os meios que detém para existir visam somente os trunfos. Tais trunfos podem ser reais (os referenciais) ou imaginários (simbólicos), sendo estes últimos o tipo ideal ao poder, mesmo tornando-o frágil. Este ideal tende a transformar energia em informação, o que implica em um custo elevado, o que apenas mostra sua importância (RAFFESTIN, 1993). Neste ponto pode-se considerar o investimento que faz um Estado para implantar serviços de informação ao redor do globo, o quanto de energia – na forma de dinheiro – é constantemente aplicada a tal estrutura, justamente para transformar esta energia em informação, sendo a CIA um dos melhores exemplos a se dar neste caso.

Não podemos enxergar as pessoas apenas como trunfos do poder, mesmo sendo detentores de energia própria, elas também abrigam informações, sendo que estas necessitam da linguagem para serem acumuladas e repassadas, sempre se utilizando de um código. Esta linguagem é composta pelas informações espalhadas na cultura, detendo também os meios de sua organização e manutenção, havendo identidade entre o termo cultura e o termo língua (RAFFESTIN, 1993). No caso desta tese de doutorado, temos três nações envolvidas (que abrigam em si diversos traços culturais) – a norte-americana, a paraguaia e a brasileira – e

quatro línguas – inglês, espanhol, português e o guarani (utilizado nas comunicações do dia a dia, vernacular). A presença de uma língua com raízes não europeias, como as outras três, provavelmente despendeu mais energia da parte do Estado espião para transformar as informações obtidas em informações em inglês, processadas para uso.

A língua ocupa uma posição ímpar no campo do poder por ser um instrumento da ação social, sendo um modo de agir sobre um outro, podendo ser manipulada conforme interesses. O poder estabelecido busca a isotropia (mais uma metáfora extraída das ciências duras) e para conseguir isto ele modifica, unificando, centralizando, concentrando, tornando homogêneo o que era diverso, dissolvendo as resistências inseridas nas diferenças, que por sua vez dificultam um poder total, ambos incompatíveis (RAFFESTIN, 1993). Ao transcrever as informações para o inglês, os agentes da CIA tornam homogêneas tais informações, conformando-as a um modelo de descrição do universo, o dos espões.

Sendo o espaço anterior ao território, quando o último é formado do primeiro por ação de um ator sintagmático, ocorre a temporalização deste espaço, no qual empreendeu-se um trabalho, com energia e informação sendo usadas, havendo a revelação de uma relação de poder. Assim, o espaço é dado, mas o território é criado, estando esta criação repleta de imagens/modelos que também são instrumentos de poder. O arranjo de um território aglutina energia e informação, organizadas de forma codificada, e seu objetivo pode ser entendido decifrando-se as relações entre os atores, mas seu meio entende-se buscando os custos e os ganhos com os quais tais atores têm de lidar, o que caracteriza o sistema territorial como sendo tanto produto quanto meio desta produção (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade, a vida tecida em um território pelas relações ali estabelecidas, apresenta esta tridimensionalidade, na qual sociedade, espaço e tempo integram-se para gerir os recursos do sistema, com produção, trocas e consumo (RAFFESTIN, 1993). Creio que parte do trabalho do agente de informação em um território estrangeiro é o de descrever para pessoas que lidam com uma certa territorialidade como os seus objetos de espionagem vivem sua territorialidade, em um processo de tradução cultural.

Um dos componentes do território são as fronteiras, neste caso entendidas como limites. Elas não existem apenas como função do espaço, mas também do tempo, sendo o par tempo-espaço, que abriga as relações de poder, um todo. Modificações sociais, econômicas e/ou políticas no território afetam o tempo social no seu interior, o que se reflete no funcionamento das fronteiras (RAFFESTIN, 1993).

A estratégia das grandes potências é cobrir a maior área possível, coletando a maior quantidade de informação e de energia, em uma disputa contra o tempo. Quanto maior o domínio territorial, maior deverá ser o gasto energético. Este gasto, quando ocorre na forma de dinheiro, consegue mostrar bem os fluxos nas redes de circulação e de comunicação. Vista por esta perspectiva, a moeda é energia e informação – o dinheiro circula por ser objeto, mas também informa, organiza, sinaliza (RAFFESTIN, 1993). Estas afirmações são bem exemplificadas no caso da CIA, que despende centenas de milhões de dólares anualmente para obter informações em âmbito mundial. Ela transforma energia (dinheiro) em informação, esta última pode vir a ser transformada novamente em dinheiro (energia) através de vantagens em relação aos demais Estados, ampliando ou mantendo o poder que já detém.

2.5 Do Conceito de Memória de Estado

Um dos maiores desafios a serem enfrentados por uma comunidade científica é a da comunicação. Com milhões de pessoas pesquisando e produzindo textos para a difusão de informações em artigos, ensaios, livros, entre outros formatos, as possibilidades de nos entendermos podem vir a ser afetadas por causa de má comunicação acerca dos termos utilizados, especialmente quando se trata de conceitos, pois os conceitos funcionariam como a base sobre a qual o pesquisador constrói sua pesquisa, seu pensamento, suas teorias, suas conclusões e, finalmente, seu texto.

Após a escolha dos conceitos a serem utilizados pelo pesquisador, a tarefa seguinte é a de definir teoricamente cada um deles, o que significam e como poderão ser utilizados (SHOEMAKER; TANKARD JR, 2003). No caso desta tese, o conceito que aparece em destaque, desde o título, é o de Memória de Estado. Trata-se de um ponto de vista particular acerca de um conceito já muito bem estabelecido nas ciências humanas, o de Memória Coletiva, mas focando no que é produzido pelo Estado e para o Estado, feita para ser secreta, vedando aos cidadãos o acesso a ela. Esta acepção particular foi tratada nesta seção do capítulo dedicada à metodologia, o que dará uma ideia ao leitor de como concebo tal ferramenta conceitual.

O que se faz ao introduzir um novo conceito é transmitir seu significado, algo como se faz em um dicionário (SHOEMAKER; TANKARD JR, 2003), cujo objetivo é ligar o termo desconhecido a alguns outros já conhecidos pelo leitor, dando-lhe oportunidade de criar uma imagem relacional entre ambos os significados, fazendo uma ponte entre o

desconhecido ou nebuloso e o já preestabelecido, tentando não perder a ideia principal durante tal processo.

Se pensarmos em classificar esta pesquisa de acordo com seu objetivo, por exemplo, sabendo que há três grandes grupos possíveis partindo-se deste critério: pesquisas exploratórias; as descritivas; e as explicativas (BHATTACHERJEE, 2012), poderemos identificar esta tese como sendo uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, pois seus objetivos vão ao encontro a descrever um determinado fenômeno, indicar algumas possibilidades analíticas para lidar com ele e propor estudos mais aprofundados acerca dele.

Outro desafio é o de facilitar o entendimento dos paradigmas que sustentam as afirmações acerca das teorias utilizadas e dos conceitos que as subsidiam (BHATTACHERJEE, 2012). Para tanto, é bom reforçar que esta tese tem como substrato infra estrutural um paradigma interdisciplinar, ou seja, aquele em que o pesquisador não precisa ficar preso pelas amarras da disciplina na qual se graduou ou especializou, mas pode lançar mão de outros conceitos, métodos e técnicas inicialmente disciplinares, desde que respeitando os seus significados originais e que tais conceitos, métodos e técnicas sirvam para lidar com os problemas que o estudo do objeto de pesquisa em questão suscita no pesquisador.

Trata-se aqui nesta seção, então, do processo de conceitualização, um processo puramente mental no qual conceitos (também conhecidos por constructos) apenas inicialmente citados de forma imprecisa, assim como suas partes e características constituintes, passam a ser formulados em termos mais precisos e estruturados (BHATTACHERJEE, 2012). Neste caso, o que seria uma Memória de Estado? Evidentemente, trata-se do conceito de memória, mas com uma atribuição que muda sua qualidade inicial. No entanto, como a característica que foi chamada de “de Estado” tende a criar um subconjunto no conceito memória, é necessário saber o que é memória.

No processo de introdução de um conceito deve-se explicitar o que está incluído e do que é excluído neste mesmo conceito, sendo que nas humanidades tal processo é ainda mais importante devido à imprecisão e ambiguidade de muitos construtos das ciências das sociedades (BHATTACHERJEE, 2012).

Jacques Le Goff, em *História e Memória* (1990), dedica uma seção inteira do livro na tentativa de dar um panorama geral acerca do que seria memória, isto desde uma perspectiva das funções psíquicas (campo próprio da psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e da psiquiatria), passando por sua importância pedagógica na

aprendizagem. O que parece certo afirmar é que a memória lida com a experiência humana no tempo e no espaço, em um intrincado “problema dos três corpos”²² social.

Na esfera das ciências sociais a memória é uma componente fundamental, sendo que a possibilidade da narração de seu conteúdo é uma função eminentemente social, pois possibilita a comunicação de informações, relembrando outro tempo e o objeto que motivou a recordação (LE GOFF, 1990). Também deve ser ressaltada a ligação entre a linguagem e a memória, a primeira sendo um produto da sociedade, estando ambas em uma relação recíproca de auto-organização (ATLAN apud LE GOFF, 1990).

A memória que nos interessa é a Memória Coletiva, algo associado aos atos ocorridos em sociedade, produzida durante tais ocorrências e que serve para influenciar os atos subsequentes. Nesta perspectiva, a Memória Coletiva seria cíclica, de um certo ponto de vista ela seria criada pelo passado vivido em grupo, e por outro pelo que esses grupos fazem deste conteúdo memorizado (NORA apud LE GOFF, 1990). Os elementos desta memória seriam sociais, com a linguagem atuando como instrumento espaço-temporal, tendo a função social de conservar identidades (MENDOZA GARCÍA apud JASO GALVÁN, 2016).

Tal Memória Coletiva, ela mesma, tem uma história que pode ser dividida em cinco formas de transmissão: a oral; a escrita em tábuas ou índices; a escrita em fichas; a mecanizada; e a registrada eletronicamente (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 1990). A Memória de Estado tem como destino final o registro eletrônico em um dos bancos de dados de serviços secretos de informação patrocinados por Estados ao redor do globo (isto após o advento da informatização). O certo é que a Memória Coletiva representa um fator de interação interdisciplinar entre as ciências da humanidade (LE GOFF, 1990), o que a faz carecer de ferramentas próprias para o seu estudo.

Nesta perspectiva, haveria certos lugares da memória, lugares de excelência da disciplina da História, como as bibliotecas, os arquivos, museus, cemitérios, edifícios que registram suas arquiteturas, locais de festas, peregrinações, comemorações, comícios, manuais diversos, associações, biografias etc., isto sem esquecermos dos criadores de tais memórias, as comunidades, gerações, os Estados, todos responsáveis pelo armazenamento e manutenção das memórias, isto de acordo com a função que elas exercem junto a tais agentes

²² O problema dos três corpos é bem conhecido nos campos da Física e da Matemática e se refere à dificuldade em se passar de um sistema dinâmico com dois objetos apenas para um com três corpos, o que acaba resultando em um conjunto caótico de resultados, impossível (até o momento) de se expressar com equações newtonianas. Ver “Métodos clássicos e qualitativos no estudo do problema dos três corpos” (PRAZERES, 2010) para maiores de talhes.

sociais (NORA apud LE GOFF, 1990). No entanto, a História não detém os direitos exclusivos do estudo da memória, coletiva ou social, pois como já dito, a memória é interdisciplinar e própria para ser objeto de muitas outras disciplinas, ou melhor dizendo, própria para ser interdisciplinarmente estudada. Assim, nos campos do Direito, Psicanálise, Sociologia, Antropologia, Ética, Literatura, Geografia, Ciências Políticas, entre outros, podemos encontrar ferramentas para o estudo da memória, o que assegura que a historicidade resultante dos estudos das memórias coletivas seja vista como sendo política, polífona e que possa ser contestada (FRENCH, 2012).

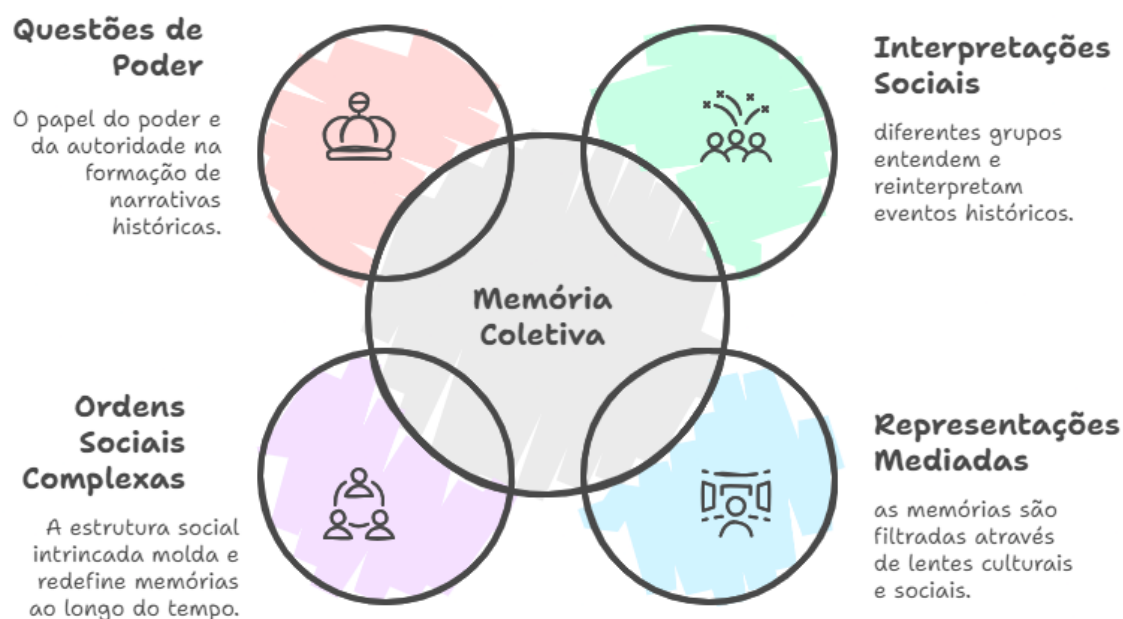
Halbwachs, um dos primeiros pesquisadores a teorizar acerca da Memória Coletiva, afirma que tal memória seria uma representação do passado, específica, que fora criada a partir de preocupações atuais, devendo ser pesquisada com vistas a esta perspectiva (FRENCH, 2012). Assim, o passado não é algo que foi preservado, é uma recriação feita no presente, contendo fatos que não são o resultado das lembranças de cada um dos envolvidos, sequer formas sem conteúdo que foram preenchidas com lembranças oriundas de alhures, sendo tais quadros coletivos instrumentos pelos quais as memórias coletivas utilizam na reconstrução de um passado condizente com os pensamentos hegemônicos da sociedade em cada momento (HALBWACHS apud FRENCH, 2012), então a sociedade no presente é a condicionante da Memória Coletiva, legitimando a ordem social atual (CONNERTON apud FRENCH, 2012), um passado partilhado coletivamente, de reconhecimento mútuo e que se reforça (SAVELSBERG; KING, 2007).

Houve um fenômeno, que o leitor pode vir a achar interessante, relativo ao termo memória, principalmente à Memória Coletiva, com o surgimento de um conjunto de outros termos associados à mesma ideia, uma tentativa de enriquecer e melhor especificar o tipo de memória envolvida, como no caso da “memória cultural, memória histórica, memória local, memória oficial, memória popular, memória pública, memória compartilhada, memória social, costume, herança, mito, raízes e tradição” (CLIMO; CATTELL apud FRENCH, 2012, p. 340). O caso desta tese é o mesmo, pois com o intuito de discriminar uma outra espécie de memória, uma com características próprias, optei por chamar a atenção a um conceito derivado do de Memória Coletiva e chamá-lo de Memória de Estado. Embora ainda não tenha dado uma definição completa deste último conceito, posso começar me utilizando das definições dadas a seguir para o conceito de Memória Coletiva para depois me aproximar do que quero estabelecer.

A Memória Coletiva é uma construção social feita por meio de uma multiplicidade de formas de signos circulantes, com interpretações compartilhadas por alguns atores sociais e instituições e contestadas por outros em resposta a posições heterogêneas em um campo social hierárquico no qual as representações do passado são mediadas por preocupações com o presente. Essa definição ressalta que as memórias coletivas são (a) receptivas às posições dos indivíduos na sociedade, mesmo que não sejam idiossincráticas; (b) representações mediadas em vez de verdades absolutas; (c) feitas e refeitas em ordens sociais complexas e desiguais; e (d) relacionadas a questões de poder, na medida em que memórias coletivas eficazes estão ligadas a afirmações de verdade autoritárias sobre fatos históricos. (FRENCH, 2012, p. 340)

O diagrama abaixo (Figura 4) ilustra o que fora afirmado na citação direta de French (2012):

Figura 4 – Memória Coletiva



Quadro idealizado pelo autor e feito com a ajuda do software napkin.

Desta forma, vemos que a interpretação e contestação desta interpretação são ações antigas e contam com muitas vozes, não sendo possível uma voz dominante em relação ao passado, não havendo apenas a intervenção dos Estados, mas também a de indivíduos, instituições, tendências ideológicas, tudo em uma disputa ainda não encerrada e com

resultados diversos, com perdas distintas de lado a lado (BROWN apud FRENCH, 2012), algo como um combate de memória contra memória, com afirmações que competem pela “verdade”, um combate contra o esquecimento e o silêncio (JELIN apud FRENCH, 2012).

As moldagens sociais das percepções do passado, como ilustradas anteriormente, são analisáveis pelos conceitos de historicidade e dos estudos da memória, marcadamente os da Memória Coletiva, ambas com um forte foco nas políticas empregadas na disputa pela versão do passado. No entanto, não se pode esquecer dos afetos (muitos deles fatores inconscientes), parte importante na construção das memórias, que podem gerar versões fora do padrão ocidentalizado de memória (STEWART, 2016).

Mais uma referência no estudo da memória é Elizabeth Jelin. Para ela a memória não se trata apenas de uma “faculdade psíquica” individual, mas de um processo ativo e construído socialmente, no qual os indivíduos e grupos dão sentido ao passado e o conectam com o presente (JELIN, 2002). É importante destacar que a memória não é um registro passivo e objetivo do passado, mas sim uma interpretação moldada por diversos fatores, como emoções, relações sociais e contextos culturais (JELIN, 2002).

Para Jelin, dois tipos de memória podem ser distinguidos: a memória habitual, que se refere aos conhecimentos adquiridos sobre hábitos sociais básicos e rotinas, geralmente sem reflexão consciente (JELIN, 2001) e; a memória narrativa, a que envolve reflexão e a busca por sentido, impulsionada por afetos e emoções, tornando os momentos “memoráveis” e comunicáveis a outros (JELIN, 2001).

A construção da memória narrativa ocorre em diálogo e interação com outros, sendo influenciada por diversos fatores, como: o sujeito, no qual a memória é individual, pois cada pessoa possui suas próprias recordações, mas também é social, pois é construída em contextos grupais e culturais (JELIN, 2002); os conteúdos, nos quais a memória abrange vivências pessoais, conhecimentos, crenças, padrões de comportamento, sentimentos e emoções que são transmitidos e recebidos na interação social (JELIN, 2002) e; o contexto social, no qual a memória é moldada pelos discursos socialmente aceitos, pelas comemorações públicas, pelos esquecimentos e silêncios impostos por diferentes grupos (JELIN, 2002).

Assim, para Jelin, a memória é seletiva e implica esquecimento. Esse esquecimento pode ser de três tipos: o esquecimento necessário, que é essencial para a sobrevivência e o funcionamento do indivíduo e dos grupos; o esquecimento voluntário, um resultado de estratégias para ocultar ou negar eventos traumáticos e; o esquecimento libertador, que seria

o que permite a superação do passado e a busca por um futuro diferente (JELIN, 2002). O fundamental é reconhecer que a memória é objeto de disputas políticas, com diferentes grupos buscando impor suas narrativas e sentidos do passado (JELIN, 2002).

Na obra de Jelin, o Estado desempenha um papel crucial na construção de uma narrativa nacional, muitas vezes buscando criar um senso de unidade e identidade por meio de uma versão oficial da história. Essa narrativa, frequentemente, privilegia a perspectiva dos “vencedores”, consolidando uma memória oficial que pode silenciar ou marginalizar outras vozes e experiências (JELIN, 2005).

Um exemplo disso pode ser visto na formação dos Estados-nação na América Latina no século XIX, quando a construção de uma “grande narrativa” nacional se tornou central. Essa narrativa, expressa em símbolos, monumentos e livros de história, visava promover a identificação e o pertencimento à nação, muitas vezes à custa de perspectivas alternativas (JELIN, 2005). A predominância de uma memória oficial, no entanto, não significa a inexistência de outras narrativas. A memória social é um campo dinâmico, onde diferentes atores sociais disputam os sentidos do passado (JELIN, 2001, 2003, 2004).

O Estado, por sua vez, não é um ator monolítico, e diferentes setores dentro do aparato estatal podem apresentar interpretações divergentes sobre o passado. Durante períodos de transição política, por exemplo, essa multiplicidade de vozes e perspectivas se torna ainda mais evidente. A transição, em si, representa uma tentativa de reconfigurar a relação com o passado, buscando construir novas bases para a legitimidade do Estado (JELIN, 2002).

No entanto, a influência do Estado na memória social vai além da construção de narrativas. As políticas estatais, em suas diversas formas, impactam diretamente a maneira como o passado é lembrado e mobilizado no presente. A criação de instituições, leis, políticas de reparação, memoriais e museus são exemplos de como o Estado atua, seja respondendo a demandas da sociedade civil, seja buscando moldar a memória social de acordo com seus próprios interesses (JELIN, 2014). O Estado, portanto, possui a capacidade de, por meio de suas ações, legitimar ou deslegitimar determinadas memórias, influenciar a construção de lugares de memória e determinar o acesso a arquivos e documentos históricos (JELIN, 2002, 2004, 2014).

A relação entre Estado e memória se manifesta também no âmbito da educação e da transmissão do passado para as novas gerações. O Estado, por meio do currículo escolar e de outras políticas educacionais, pode influenciar a maneira como os jovens se relacionam

com a história e constroem suas próprias narrativas sobre o passado. A escolha de quais eventos serão enfatizados, quais heróis serão celebrados e quais aspectos do passado serão silenciados, refletem as disputas políticas em torno da memória e o papel do Estado nesse processo (JELIN, 2002, 2014).

Falando-se de memória, um outro autor a ser destacado é Aleida Assmann. Para ela, a memória não se limita a um mero registro do passado, sendo um processo que molda nossa compreensão do presente e do futuro. Assmann diferencia entre dois tipos principais de memória: memória comunicativa e memória cultural (SEYDEL, 2014). A memória comunicativa é caracterizada por sua natureza efêmera e informal, baseada em experiências compartilhadas e transmitidas oralmente entre indivíduos dentro de um período de tempo relativamente curto (cerca de 80 a 100 anos). É a memória do dia a dia, das interações pessoais, e carece de suportes institucionais (SEYDEL, 2014).

A memória cultural, por outro lado, transcende às limitações da memória comunicativa, estendendo-se por gerações e utilizando uma variedade de suportes para preservar e transmitir o passado. Artefatos, monumentos, textos literários, ritos, símbolos e instituições como museus e arquivos desempenham um papel crucial na construção da memória cultural. É uma memória mais formal, elaborada, e que se refere a um passado “absoluto”, ou seja, que se torna objeto de lembrança mesmo quando não há mais testemunhas vivas do evento (SEYDEL, 2014).

Ainda dentro da memória cultural, Assmann introduz a distinção entre memória ativa e memória passiva. A memória ativa é aquela que está constantemente em circulação, moldando a identidade coletiva e orientando as ações no presente. É mantida viva por meio de textos normativos, lugares, figuras e artefatos que são considerados centrais para a comunidade e que são ativamente comunicados e representados. É a memória que se “preserva como presente”. Um exemplo seria o cânone literário, que molda a identidade de uma nação por meio de obras consideradas essenciais (ZYLBERMAN, 2021).

Já a memória passiva, por sua vez, reside nos arquivos e em outros espaços de armazenamento, onde o passado é preservado “como passado”. Essa memória pode não estar ativamente em uso no presente, mas permanece disponível para ser acessada e reinterpretada, caso necessário. A metáfora do museu ilustra bem essa distinção, com suas salas de exibição (memória ativa) e seus depósitos (memória passiva), onde inúmeros objetos são mantidos, mesmo que não estejam expostos ao público (ZYLBERMAN, 2021).

Assmann, em seus estudos sobre memória cultural, explora a relação entre a memória e o Estado. Ela reconhece o papel chave do Estado na formação da Memória Coletiva, atuando como um agente central na construção de narrativas históricas que servem para legitimar seu poder e unificar a nação. Ao mesmo tempo, Assmann também destaca o potencial para conflitos e contestações dentro dessa relação (SEYDEL, 2014).

O Estado, por meio de instituições como museus, arquivos e sistemas educacionais, atua no processo de formalização e institucionalização da memória, transformando-a em memória cultural, um conjunto de narrativas e símbolos oficialmente sancionados. Nesse processo de construção da memória cultural, o Estado exerce poder na seleção e na ênfase de eventos e figuras históricas específicas, muitas vezes com o objetivo de promover uma narrativa unificada e coesa da nação. Através da criação de monumentos, feriados nacionais e currículos escolares, o Estado molda a percepção do passado, destacando momentos de glória e heroísmo, enquanto negligencia ou minimiza eventos controversos ou traumáticos (SEYDEL, 2014).

Assmann, entretanto, adverte contra a visão simplista de um Estado monolítico ditando a Memória Coletiva. Ela reconhece a existência de múltiplas memórias competindo por espaço e reconhecimento dentro de um mesmo Estado-nação. Grupos minoritários, movimentos sociais e vozes dissidentes desafiam a narrativa oficial, buscando resgatar memórias marginalizadas e apresentar versões alternativas do passado. A memória, portanto, torna-se um campo de disputas, onde o Estado tenta manter o controle, mas enfrenta constantemente a resistência de narrativas contra-hegemônicas (SEYDEL, 2014).

A ascensão de novas mídias e tecnologias de comunicação, como o cinema independente e a internet, descentraliza a produção e a circulação da memória, oferecendo plataformas para a articulação de vozes e perspectivas que antes eram silenciadas. Assmann reconhece o potencial dessas novas mídias para democratizar o acesso à memória e desafiar as narrativas oficiais, abrindo espaço para a emergência de memórias plurais e complexas (SEYDEL, 2014).

Para Joanne Garde-Hansen, a memória não se limita a um mero registro do passado, mas se torna uma força ativa na construção do presente e na projeção do futuro. As histórias de vida individuais, muitas vezes negligenciadas, ganham destaque em sua perspectiva, revelando a riqueza e a complexidade da experiência humana. Essas narrativas, longe de serem relegadas ao esquecimento, ecoam no presente, moldando nossa identidade e

influenciando nossas ações (ROTHBERG; GARDE-HANSEN, 2021; WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2023).

A tecnologia, em especial a digital, é outro elemento central na compreensão da memória contemporânea. Garde-Hansen reconhece o impacto da internet e das mídias sociais na forma como lembramos e esquecemos. A imensa quantidade de informações e a velocidade com que circulam criam novos desafios para a preservação e o acesso à memória. No entanto, ela também enxerga as possibilidades que a tecnologia oferece para conectar pessoas e comunidades, democratizando o acesso às narrativas do passado e promovendo a produção de novas memórias (ROTHBERG; GARDE-HANSEN, 2021).

A dimensão afetiva da memória também é central na obra de Garde-Hansen. Ela ressalta que lembrar não é um processo puramente racional, mas envolve emoções, sensações e experiências subjetivas (ROTHBERG; GARDE-HANSEN, 2019). Essa perspectiva humanizada se reflete em sua ênfase na importância de metodologias participativas e colaborativas em projetos de memória, valorizando a escuta atenta e o respeito às diferentes vozes e perspectivas (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, 2023).

Garde-Hansen expande o conceito tradicional de patrimônio, incorporando a memória como um elemento fundamental do patrimônio imaterial. As histórias, as tradições, os saberes e as experiências de indivíduos e comunidades se tornam bens preciosos a serem preservados e transmitidos às futuras gerações (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016). Seus trabalhos com o Museu da Pessoa no Brasil demonstram o potencial da memória para fortalecer identidades, promover o diálogo intercultural e mobilizar comunidades em torno de causas sociais e ambientais (ROTHBERG; GARDE-HANSEN, 2021; WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016).

A pesquisadora destaca ainda a importância da ação e do engajamento em projetos de memória. A memória, em sua visão, não deve se limitar à nostalgia ou à contemplação do passado, mas precisa ser mobilizada para promover a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a transformação social (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016).

A memória em sua relação com o Estado, para Garde-Hansen, é um campo atravessado por relações de poder, sendo o Estado um agente importante na construção da Memória Coletiva. Um exemplo dessa influência estatal pode ser visto na forma como o patrimônio cultural é gerido e financiado. O apoio a museus, arquivos e projetos de memória muitas vezes reflete as prioridades e os valores do Estado, o que pode privilegiar certas narrativas em detrimento de outras (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, 2023).

No entanto, Garde-Hansen também reconhece a importância da memória como forma de resistência e contestação ao poder estabelecido. Movimentos sociais, grupos marginalizados e indivíduos utilizam a memória para desafiar as narrativas oficiais, reivindicar direitos e lutar por reconhecimento. O conceito de “memória-protesto”, presente em seus trabalhos, ilustra essa dimensão de luta e confronto. A memória, nesse contexto, torna-se uma ferramenta poderosa para questionar as injustiças do passado, denunciar abusos e promover a mudança social (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016).

É importante ressaltar que a relação entre Estado e memória não se limita a uma dicotomia entre controle e resistência. Garde-Hansen reconhece a complexidade desse processo, destacando as diferentes formas de interação e negociação entre o Estado e os diversos grupos sociais na produção da memória (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, 2023).

Para Pierre Nora, a memória não pode ser dissociada do contexto histórico e social em que se insere. Ele argumenta que a modernidade trouxe consigo uma profunda crise da memória, caracterizada pela aceleração do tempo histórico, pelo declínio das tradições e pela ascensão do individualismo. Assim, a memória se torna fragmentada, individualizada e cada vez mais distante da experiência vivida. A tradição, que antes garantia a transmissão da memória de forma orgânica e espontânea, perdeu espaço para uma memória artificial, construída e mediada por instituições e discursos (FERRAZ; CAMPOS, 2018; GONÇALVES, 2012; SANTA CRUZ, 2016).

Nora utiliza o conceito de “lugares de memória” para analisar essa transformação. Para ele, os lugares de memória são espaços, objetos, símbolos ou eventos que se tornam pontos de referência para a Memória Coletiva. Eles podem ser tanto físicos (museus, monumentos, arquivos) quanto simbólicos (datas comemorativas, hinos, bandeiras) (BACCIN; KRZYSCZAK, 2024).

A característica fundamental dos lugares de memória, segundo Nora, é a sua intencionalidade. Eles não são apenas resquícios do passado, mas sim construções deliberadas que visam preservar e transmitir a memória. Essa intencionalidade reflete a consciência da crise da memória e o esforço para combatê-la (GONÇALVES, 2012; SANTA CRUZ, 2016).

Nora argumenta que a proliferação de lugares de memória na sociedade contemporânea é um sintoma da “era da comemoração”. Vivemos em um tempo em que o passado é constantemente evocado, celebrado e instrumentalizado para fins políticos,

identitários e sociais. A memória se torna um campo de disputa, onde diferentes grupos competem por espaço e reconhecimento (DOSSE, 2011; GAGNEBIN, 2020; GONÇALVES, 2012). Essa “bulimia comemorativa” pode levar à distorção do passado e à manipulação da memória. A ênfase na comemoração muitas vezes obscurece a necessidade de uma análise crítica e histórica dos eventos, transformando a memória em um instrumento de poder e dominação (GAGNEBIN, 2020; GONÇALVES, 2012, 2015).

Desta forma, o historiador desempenha um papel fundamental nesse contexto. Cabe a ele analisar criticamente os lugares de memória, desconstruindo seus mecanismos, identificando as intencionalidades e revelando as disputas de poder que se travam em torno da memória (DOSSE, 2011; GONÇALVES, 2012, 2015). Nora destaca ainda a importância de se diferenciar a memória da história. Enquanto a memória é subjetiva, fragmentada e ligada à experiência vivida, a história busca uma abordagem objetiva, crítica e baseada em evidências. O historiador, portanto, não deve se curvar às pressões da memória, mas sim utilizar as ferramentas da história para compreendê-la e interpretá-la (GAGNEBIN, 2020; GONÇALVES, 2012).

A relação entre Estado e memória, para Nora, é ligada à já citada crise da memória na modernidade e à ascensão da “era da comemoração”. O Estado, nesse contexto, assume um papel central na construção de lugares de memória, espaços, objetos ou símbolos imbuídos de intencionalidade, que visam preservar e transmitir uma memória nacional em declínio (GONÇALVES, 2012; NORA; CUESTA, 1998). Essa intervenção estatal, contudo, é vista com ressalvas por Nora, que aponta para o risco da citada “bulimia comemorativa”.

Após repassar o conceito de memória, mais especificamente o de Memória Coletiva, como é que farei para conceitualizar Memória de Estado, o constructo que apresento nesta seção? Assim como em *A República*, Platão (427-347 a.C.) (2014), usando Sócrates como o personagem principal, ao tentar conceitualizar a “Justiça” passou da escala do indivíduo para a escala da cidade, posso ter uma ideia melhor olhando para o processo de teorização, bem mais complexo do que este que pretendo empreender ao conceitualizar, mas que é melhor estudado, havendo mais material disponível, além do fato de guardarem ambos, teoria e conceito, uma natureza próxima e relações mútuas.

Richard Swedberg, falando acerca do processo de teorização, diferencia dois contextos, o de descoberta e o de justificação. Assim, quando um pesquisador intui sua explicação teórica, tal momento não é automaticamente explicável para a comunidade científica, sendo necessário uma tradução para um jargão científico próprio, quando ocorre

a justificação do que havia sido intuído (SWEDBERG, 2016). Acredito que o mesmo se passe no processo de conceitualização, pois há um momento da descoberta/elaboração do conceito na mente do pesquisador, mas ele deve justificar cientificamente tal conceito posteriormente, para que seja entendido por seus pares.

Neste processo de justificação podem ser usadas metáforas, ligando o que já se conhece a algo novo que se quer introduzir. É comum tal uso nas humanidades, mas o procedimento não é o de se procurar semelhanças e diferenças, mas mira-se nas estruturas do que se conhece e tenta-se uma correlação com o que se quer definir (SWEDBERG, 2016). É exatamente o que pretendo nesta sessão, comparar o conceito de memória, mais especificamente a Memória Coletiva, ao conceito que explico: o de Memória de Estado. Peirce descreve todo o processo aqui narrado com a tríade: abdução, dedução e indução, ou seja, a intuição do conceito, seguida da dedução de como tudo funciona, para a aplicação a um caso particular que faça as vezes de teste (PEIRCE apud SWEDBERG, 2016).

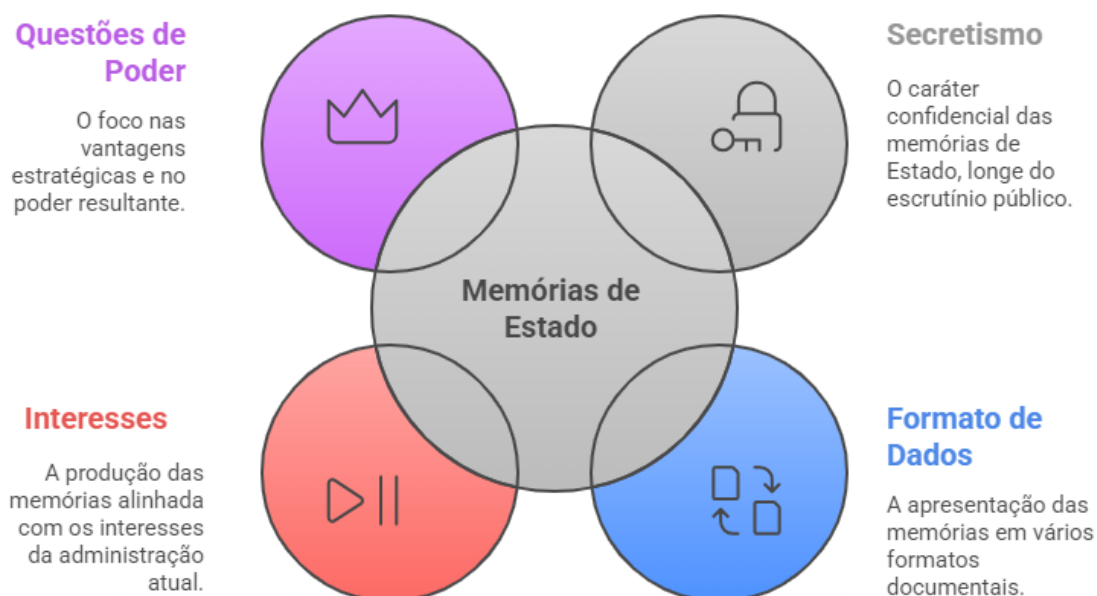
Assim, após o contato com o banco de dados de documentos liberados pela CIA para a consulta pública, através do FOIA, intuí que haveria algo de particular em relação a este conteúdo arquivado. Seria uma memória, pois registra ocorrências, opiniões, relatos, biografias, suposições etc., todas relativas a um dado momento em nossa história recente, mas era algo que atingia mais do que um grupo em uma localidade específica, como é comumente tratado nos estudos etnográficos e históricos, só que neste caso podia chegar a dizer respeito a todo o globo, principalmente quando se tratava de relações geopolíticas entre as antigas superpotências globais, os EUA e a URSS.

Neste caso, o dos documentos da CIA, tal memória era particularmente diversa, pois não fora gerada para que fosse conhecida fora dos gabinetes do governo dos EUA por agentes e membros com acesso privilegiado. Também, a fonte das informações factuais inseridas nos documentos arquivados era diferente, pois o governo norte-americano havia criado uma estrutura burocrática particular, a CIA, para produzir tal material, o que destoa da geração muitas vezes espontânea da Memória Coletiva. Outra particularidade fora do normal deste tipo de memória é sua característica de segredo, pois os dados constantes nos documentos nem sempre eram obtidos de forma lícita, sendo que o uso da espionagem, infiltração de agentes, subornos, entre outros expedientes ilegais nos países sob vigilância, deveriam ficar guardados do público norte-americano e especialmente fora do alcance de outros Estados.

No contexto dos conceitos científicos, é imperativo que um conceito seja formalmente delimitado com notável clareza e precisão. Tal rigor é fundamental, pois são esses conceitos que definirão a forma e o conteúdo da teoria que será desenvolvida pelo sujeito de conhecimento (BARROS, 2016).

Então, parafraseando French (2012) a Memória de Estado seriam em conjunto uma construção dos Estados, constituída utilizando-se de uma estrutura criada especialmente para sua geração, produzida com o fito de servir ao próprio Estado no intuito de manter ou ampliar o seu poder, em uma tentativa de estabelecer uma hegemonia em relação aos demais Estados, tendo de ser mantida afastada do indivíduo não pertencente aos quadros deste Estado, assim como ser mantida afastada do conhecimento dos demais Estados vigiados. Assim, a Memória de Estado seria: (a) secreta, tendo de ser abrigada longe dos olhares dos não autorizados; (b) apresentada na forma de dados, memorandos, pareceres, cartas, entre outros tipos de documentos, colhidos e avaliados por agentes a soldo de um Estado patrocinador; (c) produzida de acordo com os interesses da administração estatal da ocasião de sua produção; e (d) relacionada, eminentemente, a questões de poder, já que a Memória de Estado de maior valor é a que dá mais vantagens estratégicas ao Estado patrocinador da estrutura de produção de informação, que após ser gerada e distribuída pelos departamentos pertinentes no interior do mesmo Estado pode servir para gerar mais energia, o outro componente do poder (RAFFESTIN, 1993). Resumindo, a memória de Estado é, além da memória dos Estados espionados, memória do Estado espião. Abaixo pode-se ver um resumo em forma de diagrama acerca do conceito em pauta (Figura 5).

Figura 5 – O Conceito de Memória de Estado



Quadro idealizado pelo autor e feito com a ajuda do software napkin.

Outras considerações podem ser feitas neste ponto da discussão e para tal o livro de José D'Assunção Barros, *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*, de 2016, pode fornecer uma ajuda fundamental para se entender do que se constitui um conceito. Para ele a tradicional divisão da ciência em exatas e humanas também propicia duas tendências de se conceitualizar.

As ciências mais apoiadas em uma metodologia matemática tendem a manifestar a linguagem que expressa os seus conceitos utilizando fórmulas, algarismos, símbolos. Contudo, para a grande maioria das disciplinas (especialmente as ciências humanas), os conceitos têm de ser expressos por intermédio de palavras, mesmo que seja por um grupo pequeno delas (BARROS, 2016).

De forma bem completa, José D'Assunção Barros define o que seria conceito:

O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem-delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. Desse modo, a operacionalidade no interior de um certo campo de estudos é característica de um conceito, qualquer que ele seja. Embora o conceito possa se valer de uma palavra

comum, empregada na vida cotidiana para fins corriqueiros e cotidianos, é preciso compreender que há uma diferença muito grande entre o conceito e as palavras comuns, empregadas nas conversas diárias e sem pretensões científicas ou filosóficas. Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber sempre implicam discussões entre os seus praticantes, comportando escolhas derivadas de demandas específicas. Eles movimentam ou possibilitam perspectivas teóricas, e reaparecem com frequência nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores e pensadores do campo passando a integrar certo repertório conceitual. Os conceitos são pontos de apoio sistemáticos para um tipo de conhecimento a ser produzido, no interior de um campo específico de reflexões. (2016, pp. 26-27.)

Os conceitos não são estanques, não são criados isolados de outros conceitos, eles “existem” ligados internamente a outros da mesma natureza, tendo “dentro” de si componentes que são outros conceitos possíveis, que mantêm contatos particulares com outros semelhantes (BARROS, 2016). É o caso de nosso exemplo, pois a Memória de Estado, além de ser subsidiária do conceito de Memória Coletiva, ainda carece do conceito de Estado para comunicar seu significado pretendido.

Para Barros (2016), um conceito apresenta seis funções básicas: 1) comunicar; 2) organizar; 3) generalizar; 4) comparar; 5) problematizar e; 6) aprofundar. Munidos destas funções,

Os conceitos desempenham o importante papel de “unidades de comunicação”. Os conceitos convertem-se, então, em palavras preciosas - diamantes de alto quilate que cortam e recortam com maior precisão; palavras que, destacando-se das demais, brilham e ajudam a iluminar situações novas ou corriqueiras. (BARROS, 2016, p. 37)

No contexto acadêmico, os conceitos não buscam replicar a realidade em si, pois não a constituem, mas sim viabilizam a construção de imagens da realidade. Tais imagens são caracterizadas por serem organizadas, problematizadas e dotadas de profundidade, facilitando a realização de generalizações e comparações. Além disso, essas imagens são inerentemente comunicáveis, tornando-se, assim, o foco de debates entre especialistas cujo trabalho consiste precisamente em propor e discutir essas representações da realidade (BARROS, 2016).

Um conceito pode ser entendido como uma formulação abstrata e passível de generalização que serve como uma ferramenta essencial para as ciências. Sua função primordial é tornar algo inteligível, tanto para si mesmo quanto para outros. Nesse sentido, o conceito atua como um órgão para a percepção e a construção de conhecimento sobre a realidade. Contudo, sua aplicação não se restringe à singularidade de um objeto ou evento

isolado; pelo contrário, um conceito busca identificar o que conecta um objeto ou evento a outros de natureza semelhante, revelando sua inserção em um todo maior ou sua participação em uma determinada qualidade (BARROS, 2016).

No contexto do pensamento conceitual, frequentemente os conceitos atuam como categorias abrangentes que delimitam classes de objetos, fenômenos ou processos. A finalidade primordial desses conceitos agrupadores reside em sintetizar as características essenciais ou os aspectos comuns que interligam esses objetos ou fenômenos (BARROS, 2016).

Em contraste com um conceito mais direto, cujos elementos podem ser compreendidos ou medidos de forma imediata – seja por observação, mensuração ou dedução simplificada – um constructo não permite a apreensão ou mensuração direta de suas propriedades ou aspectos fundamentais. Frequentemente, a construção de um constructo exige a incorporação de outros conceitos com níveis de abstração inferiores, que servem como seus materiais básicos (BARROS, 2016).

No âmbito acadêmico, é importante reconhecer que os conceitos desenvolvidos nas ciências humanas frequentemente exibem um elevado grau de polissemia. Embora a polissemia, definida como a capacidade de um termo ou conceito possuir múltiplos significados aceitáveis, seja uma característica geral dos conceitos em diversas áreas, essa multiplicidade de sentidos é ainda mais pronunciada nos campos de saber associados às ciências humanas (BARROS, 2016). Isto pode ser percebido quando ao tomar-se contato com o conceito de Memória de Estado haver uma certa familiaridade com outros conceitos, principalmente em relação à arquivologia e campos afins. Tal confusão ocorre quando não se atenta para as particularidades da Memória de Estado e atenta-se apenas às semelhanças com demais conceitos.

As características frequentemente irregulares e a inerente fluidez polissêmica dos conceitos empregados nas ciências humanas – isto é, a sua capacidade de abrigar múltiplos significados – são elementos que asseguram o surgimento de uma diversidade de interpretações sobre os complexos fenômenos sociais e os intrincados processos históricos, demandando escolhas interpretativas por parte do pesquisador (BARROS, 2016). No caso do conceito presente pode haver o mesmo, sendo necessário discernimento maior no trato com as fontes.

Numa palavra, dizemos de qualquer conceito que ele sempre tem uma história, embora a história se desdobre em zigue-zague, embora cruze talvez outros problemas ou outros planos diferentes. Num conceito há, no

mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou cortado. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 26)

No contexto filosófico, todo conceito possui duas dimensões interligadas: a extensão, que se refere ao grau de sua abrangência ou o número de casos e fenômenos aos quais se aplica, e a compreensão, que consiste no detalhamento das características que o definem. Essas duas dimensões operam em uma relação inversa: quanto maior a extensão de um conceito – ou seja, quanto mais casos ele abrange – menor será sua compreensão, pois menos características específicas serão necessárias para sua definição. Por outro lado, à medida que a compreensão de um conceito é aprofundada, com a adição de mais elementos que o delimitam de forma mais precisa, sua extensão diminui, pois ele passa a se aplicar a um número menor de objetos ou casos que devem satisfazer todas as características adicionadas à sua definição (BARROS, 2016).

Tendo percorrido acerca de todos estes detalhes, afinal, o que justifica o esforço para que se construa a conceitualização da Memória de Estado como um tipo particular de memória? Creio que o estudo de Matthew James Connelly, registrado no livro *The declassification engine: what history reveals about America's top secrets* (2024), representa muito bem o que se está enfrentando em termos da magnitude do problema. O que ele chama de “Estado obscuro” usa do segredo para proteger seus membros a despeito dos cidadãos deste Estado.

Connelly (2024) destaca a prática de classificar informações como “confidenciais”, “secretas” ou “ultrassecretas” como um mecanismo de controle da informação pelo Estado. Para termos um exemplo da magnitude da questão, em 2013, apenas o Estado norte-americano classificou mais de 95 milhões de informações, fato que demonstra a magnitude dessa prática e o controle exercido pelo Estado sobre a informação. Esse processo, que atinge milhões de documentos anualmente, garante que apenas indivíduos autorizados, dentro da estrutura estatal, tenham acesso a essas informações por um período determinado. Essa prática se alinha diretamente com a definição de Memória de Estado apresentada anteriormente nesta seção, que a descreve como secreta e inacessível a indivíduos externos à estrutura estatal.

A criação de programas como o Projeto Manhattan, com protocolos para restringir o acesso à informação e a compartimentação do conhecimento, reforça o caráter secreto da

Memória de Estado e a busca por vantagem estratégica, sendo o melhor exemplo o controle de acesso à informação sobre armas nucleares durante a Guerra Fria. Isto demonstra como a Memória de Estado é moldada pelos interesses do Estado, muitas vezes em detrimento da transparência e da responsabilização. Connelly (2024) cita o aumento exponencial dos gastos com segurança de classificação, que em 2017 atingiram US\$ 18,4 bilhões, quase o dobro do valor gasto cinco anos antes.

Connelly (2024) também aborda o crescimento descontrolado do “Estado obscuro”, alimentado por agentes públicos que buscam poderes secretos para garantir a segurança nacional. Esse desejo de ver tudo sem ser visto, saber tudo sem que saibam disto e manter esse conhecimento em segredo para seus fins reflete a busca por poder e vantagem estratégica inerente à Memória de Estado.

Connelly (2024) também ilustra como a destruição ou ocultação de informações faz parte da construção da Memória de Estado. A recusa em aceitar limites razoáveis ao poder de definir segredos de Estado, a destruição de registros por órgãos como o Estado-Maior Conjunto e o uso de algoritmos para descartar documentos automaticamente sem análise prévia demonstram a manipulação da informação para fins obscuros e o apagamento seletivo de eventos e ações que poderiam comprometer a narrativa desejada pelo Estado. Assim, é comum a destruição de registros relacionados a operações secretas ou atividades controversas, como o exemplo do programa de vigilância da NSA revelado por Edward Snowden.

O texto em estudos também expõe os altos custos financeiros e as ineficiências do sistema de classificação de informações, além de questionar sua real eficácia na proteção da segurança nacional. A crítica se estende à própria estrutura do Arquivo Nacional dos EUA, que sofre com cortes orçamentários e falta de pessoal, dificultando o acesso à informação e perpetuando o ciclo de segredo (CONNELLY, 2024).

Os altos investimentos em agências de inteligência e em segurança para proteger segredos, como os gastos em 2017 citados anteriormente, demonstram a importância dada pelo Estado à proteção da Memória de Estado, mesmo que isso represente um alto custo para o país, custos que são exemplificados pela criação de agências como a CIA e a NSA, com orçamentos bilionários para coletar e proteger informações (CONNELLY, 2024).

A outra face da moeda é a dificuldade em desclassificar informações e o acúmulo de registros que evidenciam o controle exercido pelo Estado sobre a Memória de Estado e sua utilização para fins de poder, limitando o acesso público à informação. Mesmo com o FOIA,

a demora na liberação de documentos relacionados a eventos históricos importantes, como a Guerra do Vietnã ou o assassinato de John F. Kennedy, são exemplos de tais dificuldades impostas pelo “Estado obscuro” no acesso a seus segredos (CONNELLY, 2024).

A definição de Memória de Estado, como discutimos, destaca a construção e o controle de informações pelos Estados para fins de poder. O livro *Legacy of Ashes* (WEINER, 2008), ao narrar a história da CIA, oferece diversos exemplos de como essa agência de inteligência se torna um dínamo da Memória de Estado norte-americana.

A própria natureza da CIA, como agência de inteligência, envolve a coleta e o manejo de informações sigilosas, muitas vezes classificadas como “confidencial”, “secreto” ou “ultrassecreto”. Essa necessidade de sigilo se justifica pela busca por vantagem estratégica em relação a outros Estados (Poder) e pela alegada proteção da segurança nacional. A descrição da Operação Ajax, que culminou na derrubada do primeiro-ministro iraniano Mohammad Mossadegh em 1953, ilustra o uso de informações secretas e a manipulação de eventos para influenciar a política internacional (WEINER, 2008).

As ações encobertas da CIA, como as operações paramilitares, a propaganda e a subversão, demonstram como a existência de informações ocultas, a Memória de Estado, pode ser utilizada para influenciar eventos e moldar a percepção do público, pois esconder informações pode ser uma forma de modificar a percepção. A ocultação dessas ações e a dificuldade em acessá-las reforçam o controle estatal sobre a narrativa histórica. Como exemplo se pode citar a intervenção da CIA na Guatemala em 1954, que derrubou o governo de Jacobo Árbenz Guzmán, que demonstra o uso de operações encobertas para promover os interesses norte-americanos na América Latina (WEINER, 2008).

Weiner (2008) descreve como a CIA foi utilizada por diferentes presidentes norte-americanos para promover seus objetivos de política externa. A Agência se tornou um instrumento para influenciar governos, desestabilizar regimes e combater inimigos, atuando como um braço oculto do poder norte-americano, a exemplo da Operação Mongoose, que visava derrubar Fidel Castro em Cuba, que demonstra como a CIA se tornou um instrumento para a política externa norte-americana durante a Guerra Fria.

Também os relatórios de inteligência produzidos pela CIA podem moldar a percepção dos líderes norte-americanos sobre o mundo. A seleção de informações, a ênfase em determinados aspectos e a omissão de outros podem vir a contribuir para a construção de uma realidade que serve aos interesses de determinados homens fortes do Estado. Assim, a forma como a CIA interpretou e apresentou informações sobre o ataque no Golfo de Tonkin

em 1964 influenciou a decisão dos Estados Unidos de entrar na Guerra do Vietnã (WEINER, 2008).

A história da CIA, como narrada no texto *Legacy of Ashes*, ilustra como uma agência de inteligência pode se tornar um poderoso instrumento produtor e manipulador da Memória de Estado. Através do controle da informação, da execução de ações encobertas, da influência em eventos internacionais e da produção de relatórios que moldam a percepção da realidade, a CIA contribui para a construção de uma narrativa histórica que serve aos interesses do Estado norte-americano e perpetua seu poder.

2.6 Do Conceito de Representação

O conceito de Representação nas Humanidades refere-se à maneira como ideias, imagens, símbolos e significados são apresentados e comunicados através de diversas formas de mídia e práticas culturais. Representação envolve a produção de significados através da linguagem, arte, literatura, e outras formas de expressão simbólica, sendo uma ferramenta essencial para a construção e interpretação da realidade social e cultural (HALL, 1997).

Embora a ideia de representação possa ser rastreada até a filosofia clássica, especialmente nos trabalhos de Platão²³ e Aristóteles²⁴, que discutiram a mimese (imitação), o conceito moderno de Representação nas Humanidades foi significativamente desenvolvido no final do século XX. Este desenvolvimento está fortemente associado à teoria cultural e aos estudos pós-estruturalistas, que destacam como a representação é mediada por sistemas de poder e conhecimento.

Um dos teóricos mais influentes no campo dos estudos culturais, Stuart Hall (1932 – 2014) destacou a importância da representação na construção de significados e identidades. Em *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (1997), ele explora como as representações são moldadas pelo poder e pela ideologia. Michel Foucault examinou como os discursos e as práticas de representação são formas de poder que moldam

²³ Em “A República”, Platão (2014) aborda a mimese principalmente nos Livros II, III e X. Ele discute a natureza da poesia e da arte como formas de imitação, argumentando que elas estão distantes da verdade e podem corromper a alma. Já no Íon, um diálogo menor, Sócrates conversa com Íon, um rapsodo, sobre a natureza da inspiração poética e a habilidade dos poetas e rapsodos de imitar a realidade.

²⁴ Na Poética (Peri Poietikes), uma análise mais detalhada sobre a mimese, Aristóteles discute a natureza da tragédia, a comédia, a épica e outras formas de poesia, argumentando que a mimese é uma forma natural e importante de aprendizado e expressão humana. Já na Política (Politika), Aristóteles, em alguns trechos, toca no papel da música e da arte na educação e na formação moral dos cidadãos, onde a mimese também é um tema relevante (GAZONI, 2006).

a compreensão da realidade. Sua obra *The Order of Things* (1970) discute a relação entre conhecimento e representação. Em suas análises semiológicas, Roland Barthes explorou como os significados são construídos e comunicados através de signos. Sua obra *Mythologies* (1972) é um estudo seminal sobre a representação cultural.

O conceito de representação é aplicado em várias disciplinas dentro das Humanidades, incluindo os Estudos Culturais, na análise de como as culturas produzem e consomem significados através de representações. Na Literatura²⁵, na qual se estuda como os textos literários representam realidades sociais, culturais e históricas. Na Sociologia²⁶, no exame de como as representações influenciam e refletem as estruturas sociais e as relações de poder. Na História da Arte²⁷, na investigação de como as obras de arte representam temas, ideias e eventos.

O conceito de representação é fundamental para entender-se como os significados são construídos e comunicados em diversas formas culturais. Ele permite aos pesquisadores: 1) analisarem a maneira como as identidades e as realidades sociais são construídas; 2) compreenderem a influência das representações na formação de ideologias e na manutenção de estruturas de poder; 3) desconstruírem as narrativas dominantes e revelar as vozes e perspectivas marginalizadas; 4) investigarem a relação entre texto e contexto, bem como entre signo e significado (HALL, 1997).

Stuart Hall, um dos principais teóricos dos estudos culturais, oferece uma perspectiva influente sobre o conceito de representação. De acordo com Hall, a representação não é apenas uma forma de refletir o mundo, mas um processo ativo de construção de significados. Em seus trabalhos, especialmente no livro *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (1997), Hall explora como a linguagem, imagens e práticas culturais funcionam para criar significados no contexto social.

O Conceito de Representação segundo Stuart Hall (1997), engloba o Processo de Produção de Significados. Para esse autor, a representação é fundamentalmente sobre como os significados são produzidos e trocados entre os membros de uma cultura. Não se trata de

²⁵ No campo da literatura, Mikhail Bakhtin em sua obra “Problemas da Poética de Dostoiévski” é um exemplo de como o conceito de representação pode ser aplicado (BAKHTIN, 1997).

²⁶ Por exemplo, Pierre Bourdieu, com sua obra “A Distinção: Crítica Social do Julgamento”, de 2015, oferece uma análise sociológica profunda sobre o conceito de representação e como ele se relaciona com a estratificação social.

²⁷ Outro exemplo pode ser Erwin Panofsky e sua obra “Significado nas Artes Visuais”, mostrando como o conceito de representação é utilizado no campo da história da arte (PANOFSKY, 1991).

um reflexo passivo da realidade, mas de um processo ativo de construção de significados através da linguagem, imagens e outros sistemas de significação.

A Teoria da Linguagem adotada por Hall baseia-se na teoria semiológica de Ferdinand de Saussure, que distingue entre o “significante” (a forma ou a palavra) e o “significado” (o conceito ou a ideia). A relação entre significante e significado é arbitrária e convencional, sendo estabelecida pelas práticas culturais (HALL, 1997).

Deve-se atentar também para as Práticas Discursivas. Influenciado por Michel Foucault (1970), Hall enfatiza a importância de tais práticas. Os discursos são maneiras de falar sobre o mundo que não apenas o descrevem, mas também o constroem e o regulam. Eles determinam o que pode ser dito e o que é considerado verdadeiro ou falso dentro de um contexto cultural específico (HALL, 1997).

Já o par Codificação e Decodificação é relevante, pois em seu modelo de comunicação, Hall propõe que os produtores de mensagens “codificam” significados em textos culturais (como programas de televisão, filmes, etc.), enquanto os consumidores “decodificam” essas mensagens. A interpretação do público pode variar, resultando em diferentes leituras: dominante, negociada ou oposicional. Haveria, então, uma Política da Representação, a respeito da qual Hall argumenta que a representação está intrinsecamente ligada ao poder e à política. Quem controla os meios de representação tem o poder de definir e moldar as percepções da realidade. Portanto, as representações não são neutras; elas podem reforçar ou desafiar estruturas de poder existentes (HALL, 1980).

O Conceito de Representação pode ser aplicado a várias instâncias da realidade social, como na Mídia e Cultura Popular (por exemplo: pode-se analisar como grupos sociais, identidades e eventos são representados na mídia e na cultura popular, e como essas representações influenciam percepções e atitudes públicas), nos Estudos de Gênero e Raça (na investigação de como papéis sexuais/gênero e raça são construídos e representados em diferentes contextos culturais, e como essas representações impactam as relações sociais e a formação de identidades, assim como em Política e Identidade (na exploração de como a representação política afeta a formação de identidades nacionais e étnicas, bem como a inclusão e exclusão de grupos específicos na sociedade) (HALL, 1997).

Desta forma, o conceito de representação, segundo Stuart Hall, é crucial para entender como os significados são construídos e negociados em sociedades contemporâneas. Ele destaca a importância de analisar criticamente as práticas culturais e midiáticas para

revelar os mecanismos de poder e controle que operam através da linguagem e da imagem (Hall, 1997).

A representação é um componente crucial na maneira como os membros de uma cultura criam e compartilham significados. Ela envolve mais do que apenas a linguagem; abrange sinais e imagens que simbolizam coisas, embora esse processo não seja simples nem direto. A representação consiste em formar significados para conceitos em nossas mentes por meio da linguagem, permitindo-nos referenciar tanto o mundo real quanto mundos imaginários (Hall, 1997).

Conceitos não são formados apenas para coisas tangíveis, mas também para ideias abstratas como guerra, morte, amizade e amor, além de entidades e lugares fictícios. Esses conceitos nos ajudam a interpretar o mundo de maneira similar, possibilitando a construção de uma cultura com significados compartilhados e, conseqüentemente, um mundo social comum (Hall, 1997).

No entanto, para que esses significados sejam comunicados, precisamos de uma linguagem compartilhada. A linguagem é o segundo sistema de representação que traduz nosso mapa conceitual em palavras, sons ou imagens – os signos que carregam significado. Dois sistemas de representação estão no coração do processo de significação cultural: um que relaciona coisas do mundo a conceitos e outro que associa esses conceitos a signos (Hall, 1997). Assim, o significado não reside nos objetos ou palavras, mas é atribuído por nós, tornando-se aparentemente natural com o tempo. O significado é construído por sistemas de representação (Hall, 1997).

A abordagem construtivista da linguagem reconhece seu aspecto público e social, afirmando que nem os objetos nem os indivíduos podem fixar significados por si só. Os significados são construídos através de sistemas representacionais, e não devemos confundir o mundo material com os processos simbólicos de representação e significado. Os construtivistas aceitam a existência do mundo material, mas enfatizam que o significado é transmitido pelo sistema de linguagem. Os signos não fixam significados por si só; o significado é relacional e depende da conexão entre signo e conceito estabelecida por um código (Hall, 1997).

Outro importante autor que contribuiu para a estruturação do conceito de representação foi Roger Chartier, um renomado historiador francês. Ele trouxe contribuições significativas para o entendimento deste conceito, particularmente em relação às práticas culturais e sociais. Abaixo exploro o conceito de representação segundo Roger Chartier,

destacando suas implicações teóricas e metodológicas na historiografia e nas ciências sociais.

Roger Chartier aborda o conceito de representação como uma forma de entender como as sociedades dão sentido ao mundo e a si mesmas. Para ele, as representações não são meramente reflexos da realidade, mas são construções que moldam a percepção e a compreensão da realidade. Argumenta que as representações são produzidas através de práticas culturais, como a leitura, a escrita, o teatro e outras formas de expressão simbólica (CHARTIER, 1990).

Chartier enfatiza que as representações são inseparáveis das práticas culturais que as produzem e disseminam. Ele utiliza o termo “práticas de apropriação” para descrever como diferentes grupos sociais interpretam e utilizam representações de maneira diversa, dependendo de seus contextos históricos e culturais (CHARTIER, 1994). Assim, a análise das representações requer uma atenção cuidadosa às práticas que as sustentam e às condições de produção e recepção.

Um dos aspectos centrais do trabalho de Chartier é a materialidade dos textos. Ele argumenta que o formato, a disposição e a circulação dos textos influenciam significativamente as formas de leitura e interpretação (CHARTIER, 1990). Portanto, para entender plenamente uma representação, é necessário considerar não apenas o conteúdo, mas também o suporte material e o contexto de sua produção e consumo.

Chartier também discute como as representações estão ligadas às relações de poder. Ele sugere que as representações podem tanto reforçar quanto desafiar estruturas de poder existentes. Por exemplo, as práticas de leitura e escrita podem servir como ferramentas de controle social ou de resistência (CHARTIER, 1994). Assim, as representações são arenas de conflito onde diferentes grupos sociais disputam significados e legitimidade.

A metodologia de Chartier para analisar representações envolve uma abordagem interdisciplinar, combinando história cultural, sociologia da leitura e estudos literários. Ele defende uma “história social dos textos” que examina tanto os aspectos materiais quanto simbólicos das representações (CHARTIER, 1994). Esta abordagem permite uma compreensão mais rica e meticulosa das formas como as representações são criadas, transmitidas e apropriadas.

Portanto, o conceito de representação em Roger Chartier oferece uma lente poderosa para analisar as práticas culturais e sociais. Suas contribuições destacam a importância de considerar as práticas de apropriação, a materialidade dos textos e as relações de poder na

construção e interpretação das representações. A abordagem interdisciplinar de Chartier continua a influenciar a historiografia e as ciências sociais, oferecendo insights valiosos sobre como as sociedades entendem e moldam a realidade.

Para construir uma tese com os objetivos delineados na introdução desta pesquisa, o conceito de representação, tanto na perspectiva de Stuart Hall quanto na de Roger Chartier, oferece ferramentas teóricas e metodológicas cruciais para a análise de documentos de inteligência da CIA sobre o Brasil e o Paraguai. Como cada um desses autores contribui para cada objetivo específico desta tese?

Em se tratando de Stuart Hall, sua teoria da representação é fundamental para entender como os documentos da CIA não são meros reflexos da realidade brasileira e paraguaia, mas sim construções ativas de significado. Hall enfatiza que a representação envolve a produção de sentidos através da linguagem, imagens e práticas culturais. Ao analisar os documentos, se pode detectar uma relação entre eles, relação que é arbitrária e convencional, estabelecida por interesses específicos dos EUA.

Como a perspectiva de Hall ressalta a importância das práticas discursivas, os documentos da CIA podem ser vistos como parte de discursos que não apenas descrevem, mas também constroem e regulam a compreensão sobre esses países espionados. Identificar os discursos dominantes nos documentos (por exemplo, sobre desenvolvimento, segurança nacional, ameaça comunista, política externa etc.) é crucial para entender como a CIA moldou as percepções sobre Brasil e Paraguai.

O modelo de codificação e decodificação de Hall poderia ser adaptado para analisar como os agentes da CIA “codificavam” suas percepções e análises em relatórios e como essas informações eram potencialmente “decodificadas” por outros setores do governo dos EUA. As possíveis leituras dominantes, negociadas ou oposicionais (dentro do contexto da burocracia norte-americana) poderiam ser consideradas, embora o foco principal desta tese seja a produção das representações.

A política da representação de Hall é essencial, pois ele argumenta que a representação está intrinsecamente ligada ao poder. Analisar os documentos da CIA sob essa ótica permitiria examinar como as representações de Brasil e Paraguai podem ter servido para reforçar ou desafiar estruturas de poder e os interesses geopolíticos dos EUA na região.

Já no caso de Roger Chartier, cuja abordagem complementa a de Hall, há a ênfase na materialidade dos textos e nas práticas culturais de produção e apropriação das representações. Como Chartier argumenta que as representações são construções que

moldam a percepção e a compreensão da realidade, ao analisar-se os documentos, pode-se considerar como o próprio formato, a linguagem utilizada e o contexto de produção dos mesmos influenciaram as representações de Brasil e Paraguai. Por exemplo, um memorando urgente pode ter uma representação diferente de um relatório de longo prazo, um telex pode ser mais direto e incompleto do que um manual etc.

O conceito de “práticas de apropriação” de Chartier, embora mais focado na recepção, pode indiretamente iluminar a produção. Entender o público-alvo desses documentos (outros membros da CIA, atores políticos dentro da burocracia) ajudaria a compreender as representações construídas, pois elas seriam moldadas para serem inteligíveis e persuasivas para esse público específico.

A ligação que Chartier estabelece entre representações e relações de poder também é fundamental. Os documentos da CIA, como produtos de uma instituição com poder significativo, não são neutros. Eles podem ter contribuído para reforçar ou modificar certas visões sobre Brasil e Paraguai, tanto dentro dos EUA quanto em relação a esses países.

Hall oferece as ferramentas conceituais para analisar o conteúdo das representações: como os significados são construídos através da linguagem e de sistemas de signos nos documentos. A análise discursiva inspirada em Foucault e a lente da política da representação ajudariam a desvelar as ideologias e relações de poder subjacentes.

Chartier complementa ao direcionar o olhar para a materialidade e o contexto de produção dessas representações: quem produziu os documentos, em que circunstâncias, com que finalidade, e como a própria forma dos documentos pode influenciar o significado.

Assim, pode-se desenvolver uma Análise Documental detalhada, focando na identificação de padrões linguísticos e narrativas recorrentes, na análise dos discursos dominantes sobre Brasil e Paraguai nos documentos, no exame da materialidade dos documentos (tipo, formato, tom, autoria) e seu contexto de produção, na interpretação das representações à luz das relações de poder e dos interesses dos EUA na época.

As representações também ajudariam a identificar as Categorias Emergentes que sobressaem nos documentos definidos na delimitação e analisar uma delas como exemplo do que se pode identificar nos documentos escritos à nossa disposição. A perspectiva de Hall auxiliaria na identificação das Categorias Emergentes ao fornecer uma estrutura para entender como os significados são agrupados e comunicados. As categorias podem surgir da análise dos significantes (palavras, termos) que recorrentemente são associados a Brasil e Paraguai. Por exemplo, podem emergir categorias como “instabilidade política”, “influência

comunista”, “potencial de desenvolvimento”, “relações bilaterais”, etc. A análise de uma dessas categorias como exemplo envolveria examinar-se como a linguagem é utilizada para descrever essa categoria, que tipos de palavras e expressões são empregadas? Quais conotações elas carregam? Quais discursos essa categoria mobiliza: Ela se encaixa em narrativas maiores sobre a Guerra Fria, a América Latina, ou os interesses dos EUA? Quais significados e estereótipos são construídos em torno dessa categoria? Como essa categoria se relaciona com as relações de poder: Ela serve para justificar alguma ação ou política específica dos EUA?

A perspectiva de Chartier pode enriquecer a análise das Categorias Emergentes ao considerar como essa categoria é apresentada nos diferentes tipos de documentos: Um memorando pode abordar a “instabilidade política” de forma mais urgente e concisa do que um relatório anual. Portanto, o contexto em que a categoria emerge, ou seja, em que momento histórico específico e em resposta a que eventos essa categoria se torna mais proeminente nos documentos, enriqueceria a pesquisa.

Assim, se analisasse a Categoria “Influência Comunista”, por exemplo, se poderia examinar como os documentos da CIA representavam a presença e o impacto do comunismo no Brasil e no Paraguai. Segundo Hall, se analisaria a linguagem utilizada (termos como “ameaça vermelha”, “subversão”, “agitação”), os discursos mobilizados (o discurso da Guerra Fria, da segurança nacional), e os significados construídos (o comunismo como uma força “desestabilizadora” e “perigosa”). Segundo Chartier, se consideraria em que tipos de documentos essa categoria era mais enfatizada (relatórios de inteligência versus correspondências rotineiras), o contexto histórico em que essa representação ganhava força (em golpes militares, movimentos sociais), e como a materialidade dos documentos (classificações de sigilo) poderia ter influenciado a disseminação e o impacto dessa representação.

Também pode-se analisar como a construção de representações produzidas por meio de documentos de inteligências contribuem para o fortalecimento de Memórias de Estado acerca do Brasil e do Paraguai, sendo que a abordagem de Hall é diretamente aplicável a este objetivo, já que ele argumenta que quem controla os meios de representação tem o poder de definir e moldar as percepções da realidade. Portanto, os documentos da CIA, como registros oficiais de uma poderosa agência estatal, atuariam como meios de representação que contribuiriam para a formação de Memórias de Estado dos Estados Unidos sobre o Brasil e o Paraguai.

Ao consistentemente representar esses países de certas maneiras (como instáveis, suscetíveis à influência externa, importantes para os interesses dos EUA etc.), os documentos da CIA poderiam ter ajudado a solidificar narrativas e entendimentos dentro do aparato estatal norte-americano. Assim, como as representações presentes nos documentos podem ter sido reproduzidas e reforçadas em outras instâncias (relatórios governamentais ou políticas externas), teriam contribuído para a construção de uma memória institucional coerente. Desta forma, a análise da política da representação de Hall permitiria examinar como essas representações poderiam ter servido para justificar ações e políticas dos EUA em relação ao Brasil e ao Paraguai, integrando-se à Memória de Estado como justificativas para intervenções ou alianças.

Já a perspectiva de Chartier complementaria a de Hall ao enfatizar a longevidade e a circulação dos documentos como suportes da memória. Os arquivos da CIA e outros órgãos governamentais armazenam esses documentos, tornando-os artefatos materiais da Memória de Estado. A maneira como esses documentos são organizados, classificados e acessados influencia como a Memória de Estado é construída e mantida.

A análise de Chartier sobre como as representações podem reforçar estruturas de poder é relevante aqui. As representações de Brasil e Paraguai nos documentos da CIA podem ter contribuído para solidificar uma visão de mundo que justificava o papel dos EUA na região e as relações de poder desiguais.

2.7 Preâmbulo

Quando uma agência de informação a serviço de um Estado vigia os demais Estados, há um conjunto de assuntos que chamam mais a atenção destas agências do que outros. Tais interesses dão origem a relatórios, memorandos, cartas etc., que ao serem recolhidos a um arquivo podem vir a ser estudados posteriormente para que se possa tentar entender o que se passou tanto nos Estados que sofreram a ação de espionagem quanto no Estado que os espionou.

O comunismo, tanto em sua essência geral quanto no contexto específico de Cuba, atraiu atenção significativa dos Estados Unidos da América. Antes do estabelecimento da CIA em 1947, o OSS, seu precursor, se envolveu em operações contra os nazistas na Europa e iniciou a vigilância sobre a ex-URSS após a Segunda Guerra Mundial, refletindo a apreensão precoce em relação às atividades do Estado mencionado.

O Nazismo não deixou de ser um interesse da CIA, pois o destino dos criminosos de Guerra ainda despertava inquietações mundo afora. A Política Externa, desdobramento natural da grande preocupação norte-americana durante a denominada Guerra Fria, também figurou em destaque nas páginas dos memorandos de espionagem, assim como sua contraparte, a Política Interna que se praticou no interior das fronteiras de cada Estado vigiado.

Fronteiras também figuraram como um dos assuntos de atenção dos agentes da CIA, seja nas questões puramente de Política Externa, como nos acordos de demarcação, mas também nos desafios de controle fronteiriço, na tentativa de se evitar o Contrabando e o Tráfico de drogas ilícitas. Estas últimas facetas da atenção norte-americana desembocam em uma questão chave para qualquer Estado moderno, a questão da Economia.

Todas estas frações da realidade, que prenderam a atenção e os esforços dos agentes da CIA durante sua existência, dividiram o investimento estatal em tempo, trabalho e orçamento da Agência, com o fantasma do Terrorismo – perpetrado por grupos ou por Estados – rondando as preocupações.

Tendo em mente estes fatos, a tarefa do próximo capítulo é o de apresentar o material extraído dos 207 documentos escritos que compõem o *corpus* documental desta tese dedicado à recomposição do material analisado, em uma síntese que busca apresentar o desenrolar dos fatos registrados pela CIA, unindo todo o material anteriormente destacado nas Categorias Emergentes (Apêndice A). Este capítulo, chamado de “As Memórias de Estado”, sintetizará o material, reconstruindo cronologicamente o que os documentos da CIA registraram acerca dos países espionados.

Em seguida, virá um capítulo dedicado a descrever como a representação acerca do Brasil e do Paraguai foi registrada nos documentos internos (em sua maioria secretos) da CIA, que forneceram informações para o Estado norte-americano, guiando a tomada de decisão de seus líderes acerca destes dois países, o que pode ter interferido direta ou indiretamente nos destinos de suas populações, vigiando suas vidas, fornecendo vantagens ao Estado espião, o que se reverteria em Poder, de acordo com a concepção de Claude Raffestin (1993).

Porém, antes de encerrar este capítulo e passar aos seguintes e à tese propriamente dita, há certas observações úteis a se fazer. Assim, não cabe nesta tese discutir a natureza do Estado, mas creio que seja de conhecimento geral que o poder executivo de cada Estado é a parte que dirige mais fortemente as ações deles, o que geralmente concentra boa parte do

poder estatal na figura de um presidente, secretário geral, primeiro ministro ou alguma outra designação utilizada para nomear o cargo de comando do poder executivo, pois nem sempre o sistema de divisão em três poderes se apresenta equilibrado como na proposta de Montesquieu²⁸. Portanto, ao descrever qual era o dirigente do governo em cada período, se pode ter alguma ideia acerca de como o Estado que ele representava se comportava, quais eram suas preocupações, medos, fraquezas, linhas de ação tomadas e principalmente qual era a ideologia dominante em seu interior, o que se refletiria na direção que cada um tomava.

Desta forma, citarei os principais governantes que estavam atuantes durante as datas de publicação dos memorandos elencados nesta pesquisa, o que (acredito) ajudará o leitor a ter uma ideia do que estava acontecendo politicamente com cada país de interesse para minhas análises. O intuito é o de relacionar os acontecimentos descritos com os governos que os ocasionaram ou que sofreram seus resultados.

Como o primeiro documento com data confirmada foi fichado em 1945, posso iniciar informando a respeito dos principais governos que estavam estabelecidos àquele momento, de acordo com o foco desta tese. Começarei pelo governo que financiava a espionagem da CIA, o governo dos EUA. O presidente de então era Harry S. Truman²⁹ (1884 – 1972), que assumira o cargo após a morte de Franklin D. Roosevelt³⁰. Durante o governo Truman é que fora criada a CIA, isto em substituição ao OSS, que surgira para levantar dados de inteligência durante a Segunda Grande Guerra. Truman era membro do Partido Democrata, e em sua presidência houve a rendição alemã, a detonação de duas bombas atômicas (em Hiroshima e em Nagazaki³¹), com a posterior rendição dos japoneses e o início da Guerra Fria. Era um momento de muitas mudanças no cenário mundial, com o surgimento de duas grandes potências políticas, militares e econômicas, Os EUA e a URSS.

A antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ainda era governada por Joseph Stalin³² (1878 – 1953), dirigente comunista que dividia com Truman o fardo de disputar a hegemonia global. Stalin chegara ao poder após várias disputas internas dentro do

²⁸ Para maiores detalhes a respeito da visão do autor, consultar: *O espírito das leis* (MOTA, 2017).

²⁹ Harry S. Truman - 12 de abril de 1945 a 20 de janeiro de 1953 - Truman autorizou o uso das bombas atômicas contra o Japão em 1945, implantou o Plano Marshall após 1948, iniciou os acordos de criação da OTAN em 1949, envolveu os EUA na Guerra da Coreia entre 1950 e 1953 e criou a CIA (MCCOY, 1984).

³⁰ Franklin D. Roosevelt - 4 de março de 1933 a 12 de abril de 1945 - Sua administração foi marcada por programas de auxílio, medidas para gerar empregos, auxiliar na recuperação industrial e agrícola depois da Depressão e na Segunda Guerra Mundial. Foi o único presidente dos EUA a ser reeleito três vezes (1936, 1940 e 1944). Ele morreu durante o mandato (BRINKLEY, 2009).

³¹ Para maiores detalhes, consultar: *Hiroshima e Nagazaki: razões para experimentar a nova arma* (MOURÃO, 2005).

³² Para maiores detalhes, consultar: *Stálin: Paradoxos do poder 1878-1928* (KOTKIN, 2017).

partido Bolchevique, se consolidando como o vencedor delas após a morte de Vladimir Lenin³³ (1870 – 1924) e com a prática de diversos expurgos. Um dos intuitos da revolução russa, que originou a URSS e era dirigida pelo Partido Comunista (PC), era de espalhar o socialismo ao redor do mundo, como propunha o *Comintern*³⁴.

No Brasil, estava chegando ao fim o período ditatorial de Getúlio Vargas³⁵ (1883 – 1954), político gaúcho de São Borja, que havia governado desde 1930 e que deixaria o poder em 29 de outubro de 1945, isto após ter flertado com o fascismo e de ter apoiado as forças aliadas contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial. Mais abaixo um agente da CIA citará os motivos da derrubada do primeiro governo Vargas.

Na mesma época, tínhamos no Paraguai o governo de um militar, o General Higinio Morinigo³⁶ (1897 – 1985), que substituiu o presidente paraguaio anterior (após falecimento deste em 1940), tendo sido posteriormente eleito para o cargo em 1943. Assim como Getúlio Vargas em seu primeiro governo, Morinigo não estava filiado a nenhum partido político.

Tendo discorrido acerca da metodologia a ser aplicada e após ter definido alguns dos termos mais importantes que irei utilizar nesta tese, posso passar ao trabalho de pesquisa propriamente dito, ou seja, desenvolver a parte da tese que dá significado à mesma.

O critério de agrupamento dos conteúdos dos documentos selecionados, que deram origem ao capítulo de número 3, segue os preceitos da AD. Assim, os assuntos elencados, para que se organizem os dados e se dê início ao processo de análise, devem estar de acordo com os objetivos da pesquisa em curso, devem assegurar uma homogeneidade interna, ao mesmo tempo em que asseguram a heterogeneidade externa, ter inclusividade, apresentar coerência e plausibilidade (GUBA; LINCOLN, 1981).

Após a obtenção de um conjunto inicial de categorias, deve-se enriquecer o sistema criado mediante um processo divergente, obedecendo uma estratégia que promova o

³³ Para maiores detalhes, consultar: *Lênin: vida e obra* (BANDEIRA, 2017b).

³⁴ A Internacional Comunista ou Terceira Internacional - organização internacional fundada para reunir os partidos comunistas mundialmente (GLASER; LEE, 2020).

³⁵ Getúlio Vargas - governou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945 - Este período foi marcado por fases distintas, mas sempre com Vargas no comando, ocupando a posição de ditador, na chamada ditadura do Estado Novo. Há, também, uma forte influência dos governos fascistas da Itália e da Alemanha no modo de gerir o Estado, tendo sido a criação de leis trabalhistas um exemplo desta influência externa. Vargas foi afastado da presidência por um golpe encabeçado pelo general Góis Monteiro (Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889 - 1956) (CPDOC / FGV <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro>>.)), então ministro da Guerra do primeiro governo de Getúlio (NETO, 2013).

³⁶ Higinio Morinigo - 7 de setembro de 1940 a 13 de junho de 1948 - Após o falecimento do presidente José Félix Estigarribia, Morinigo foi designado presidente provisório pelo conselho de ministros. Em 1943, foi eleito Presidente constitucional para um mandato de 5 anos, mas em 1947 começou a Revolução Colorada e em 1948 foi derrubado do governo (GONZÁLEZ BOZZOLASCO, 2018; NOHLEN, 2005).

aprofundamento, faça ligações e ampliação. Isto se dá com a volta do pesquisador ao material previamente separado, examinando-o novamente, buscando ampliar seu conhecimento, encontrar novas perspectivas, apurar sua visão, buscar a ligação entre itens, assuntos, personagens, tentando encontrar as relações, associações, combinações, separando e reorganizando, o que pode apontar os elementos do material que precisar ser melhor estudado, com um foco especial (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021).

O processo está concluído quando não há mais documentos para análise, quando as buscas resultam em redundância ou a um acréscimo mínimo de informações relevantes, quando o esforço para obter mais dados se mostra infrutífero, quando o que surge apenas intensifica a informação que já se dispõe, é sinal de que o trabalho já está em fase de concluir-se (LÜDKE; ANDRÉ, 1986 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2021).

Seguindo a orientação dos autores citados neste capítulo, seja acerca de como se fazer a AD, como o poder é composto por informação e energia, de como as representações são construídas e do que seria Memória de Estado, nos próximos capítulos separei os trechos de documentos que trataram de informações acerca de Brasil e Paraguai, reconstruindo o texto cronologicamente para um melhor entendimento dos acontecimentos relatados em tais documentos, isto obedecendo a um agrupamento que reflita a relação entre os temas e a Categoria Emergente original (Apêndice A).

Abaixo, ao final de cada citação de uma das fontes oriundas da CIA, indexei o texto com números que estão entre o [1] e [240]. Cada número indica de qual trecho de documento da CIA partiu a informação citada, facilitando o acompanhamento, pois poderão ser consultados no Apêndice A desta tese. Adianto ao leitor que haverá números fora de ordem, já que eles foram atribuídos durante a confecção da lista de fontes oriundas do banco de dados da CIA/FOIA. Evitei a citação direta para não carregar este capítulo com muitas citações, apenas as ideias principais constam nele. Outro aviso é que, apesar de os textos terem sido traduzidos ao português, mantive seus títulos no original em inglês, isto para facilitar a busca no banco de dados da CIA/FOIA.

Nestes próximos capítulos tanto os governos quanto os Estados dos países envolvidos serão citados constantemente usando-se o nome do país. Assim, quando estiver escrito “o Brasil fez”, por exemplo, deve-se entender que se trata de uma essencialização do governo que representa o país naquele momento, ou mesmo o Estado representante. Tal medida visa manter o texto mais fluido, evitando constantes repetições de termos que podem

ser subentendidos pelo leitor, principalmente porque é assim que se faz no cotidiano das comunicações.

3 AS MEMÓRIAS DE ESTADO

A tarefa deste capítulo é apresentar como a Memória de Estado produzida pela CIA acerca do Brasil e do Paraguai, entre 1945 e 1997, foi descrita nos documentos internos secretos (em sua maioria) da CIA, que forneceram informações para o Estado norte-americano, guiando as tomadas de decisão de seus líderes a respeito destes dois países, possivelmente interferindo diretamente nos destinos de suas populações, vigiando suas vidas, fornecendo vantagens ao Estado espião, o que potencialmente se reverteu em Poder, de acordo com a concepção de Claude Raffestin (1993).

O fato de a CIA ter produzido os documentos não significa, necessariamente, que as informações que constam neles sejam total ou parcialmente verdadeiras. A descrição dos fatos em conjunto pode trazer incorreções em relação à realidade, mas contam o que a CIA considerou adequado registrar no período estudado.

3.1 Tensões do pós-guerra no Cone Sul: fronteiras, instabilidades políticas, nazistas e comunistas no olhar da CIA (1945-1954)

Começo a descrição da Memória de Estado em estudo com um personagem icônico para a compreensão da natureza estratégica que as fronteiras do Cone Sul³⁷ apresentavam, pois Josef Mengele estaria vivendo na Argentina, no Paraguai ou no Brasil [155]. O símbolo máximo da ligação destes três países é a denominada Tríplice Fronteira, que liga Puerto Iguazú, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Sendo locais de fluxo de mercadorias e dinheiro, pessoas podem circular de um país ao outro com facilidade, principalmente se precisam se esconder. Lembremos que o OSS havia sido criada para combater os nazistas e sendo a CIA uma sucessora do OSS é natural que houvesse um interesse especial em relação aos nazistas mais famosos e em relação a um possível, à época, ressurgimento do movimento fascista-nazista, especialmente na América do Sul.

As próprias fronteiras são uma preocupação dos Estados por serem possível foco de disputas, despertando interesse da Agência, sendo o resultado de acordos mútuos de demarcação. É o caso dos limites entre Brasil e Paraguai, que foram foco dos interesses norte-americanos durante as discussões acerca dos limites acordados entre estas nações após

³⁷ O Cone Sul é uma região geográfica no extremo sul da América do Sul, geralmente definida como incluindo Argentina, Chile, Uruguai e a parte sul do Brasil e Paraguai. O termo se refere a essa área devido à sua forma triangular, que lembra um cone formado no sul das Américas.

a chamada Guerra do Paraguai. Assim, em 1945 (antes da criação da CIA), já havia documentação narrando os acordos e desacordos quanto a demarcações [92]. Desde 1874 as nações que viriam a ser vigiadas já tentavam acertar seus limites, fabricando e instalando marcos de pedra a cada 400m, com exceção apenas de um trecho na região de Salto de Guairá que ficou sem tais marcos. Em um memorando o agente estrangeiro, Leslie E. Reed, revela que tem uma fonte no governo paraguaio e que mesmo o Instituto Geográfico Militar do Paraguai forneceria informações à embaixada dos EUA.

Em um segundo memorando [93], originado novamente na Embaixada dos EUA em Assunção, o agente forneceu uma nova data para os acordos de fronteira entre Brasil e Paraguai, agora 1872. Segundo Márcio Gimene de Oliveira (2008), a data do Tratado de Paz e Limites entre os dois países foi assinado em 1872, e ainda estaria em vigor. Isto é confirmado por Neto (2019), que acrescenta que no ano de 1874 houve a publicação de um relatório acerca do tratado, o que pode ter sido a origem do engano. O período entre 1872 e 1874 também foi o de preparação da comissão que demarcaria a linha fronteira (BARROS, 2009), mais uma possibilidade para a confusão.

No memorando em questão informam-se mais datas de acordos fronteiriços, 1927, 1930 e 1940, além do estado da demarcação até então, com 139 quilômetros ainda por delimitar, o que se mostrou um problema futuro para ambas as nações sul-americanas, pois o que falta a fazer se converterá em um trunfo para quem a possuir, se mostrando uma possível fonte de conflito armado na região.

Pode ser curioso para o leitor notar como a CIA, ao procurar compreender o estado das demarcações fronteiriças mundo afora, já conseguia apontar a possibilidade de um conflito futuro, bastando apenas esperar os desdobramentos da questão. Outro ponto a se considerar é o fato de as comissões de demarcação terem deixado um ponto tão problemático sem demarcação, o que pode demonstrar que já havia desacordo prévio ou que havia uma brecha proposital para a criação de uma disputa fronteira, neste caso onde viria a ser a usina hidrelétrica de Itaipu.

Neste meio tempo, houve a troca de alguns governos importantes para esta pesquisa, começando com a saída de Vargas do poder e a entrada de José Linhares (1886 – 1957) na presidência do Brasil, de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, para fazer a transição entre Getúlio e o próximo presidente eleito do Brasil, isto por Linhares ter sido o então presidente do Supremo Tribunal Federal (MOSCA, 1986). O papel de Linhares na presidência do Brasil encerrou-se com a posse de Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de

1946, tendo como vice-presidente Nereu Ramos, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) (MARTINS, 2021).

Para além das fronteiras, o que ocorria no interior das nações e seus possíveis desdobramentos era outro foco das atenções da CIA, sendo que o maior dos fantasmas que rondavam o imaginário norte-americano era o do domínio comunista do mundo. Tanto que durante uma guerra civil ocorrida no Paraguai, em 1947, o escritório da CIA em Assunção (que tinha o curioso nome de Trueblood) informou que o governo daquele país apontou a ameaça vermelha vinda da parte dos revoltosos [1]. Esta ameaça foi confirmada por MORA (1995), que afirmou a existência de uma coalisão de grupos políticos paraguaios com comunistas na denominada Guerra Civil Paraguaia de 1947. Nesta ocasião o governo do Paraguai pediu ajuda aos vizinhos, Argentina e Brasil, e este último teria concordado com o pedido, mas não há maiores detalhes.

No mesmo momento, havia outra guerra civil em curso, desta vez na Grécia. Este teria sido o primeiro conflito da Guerra Fria e recebeu atenção da recém criada ONU. O problema apontado no documento da CIA era que um representante brasileiro na Comissão de Inquérito do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) estaria dificultando os trabalhos, além de ser ao mesmo tempo antiamericano e anticomunista [1].

Este caso mostra como o Brasil estava em uma posição de destaque no pós-guerra, mas que alguns quadros pareciam estar aquém de suas responsabilidades, precisando até fingir-se de doente para furtar-se das atribuições (conforme denúncia de um outro membro brasileiro da comissão). Pode-se apontar também, neste caso, uma incerteza da parte do governo brasileiro em se posicionar, tentando se colocar de forma independente dos grandes blocos, algo que continuará a se repetir no futuro. Apesar destas tentativas de independência, o ministro das relações exteriores do Brasil sugeriu ao Embaixador norte-americano, Pawley, que seu governo organizasse uma ação hemisférica contra o comunismo [1].

Na mesma data houve a informação contraditória de que Argentina e EUA ficariam neutros no conflito paraguaio, com os segundos se recusando a fornecer equipamento, enquanto que o Brasil havia recusado ajudar com armas, auxiliando apenas nas mediações. Enquanto isso, no Paraguai houve um claro sinal de ruptura institucional quando alguns militares recusaram-se a combater os revoltosos, por serem seus companheiros. O curioso é que estes primeiros, que foram presos, foram treinados pelos norte-americanos. O certo era que o governo Morinigo estava ruindo, pois a Cavalaria e a Marinha estariam àquela altura

se voltando contra o presidente, situação piorada com a deserção da guarnição na região do Chaco [111].

A Bolívia, outro foco de disputas entre Brasil e Argentina, assinou em 8 de março de 1947 um acordo comercial com os portenhos que desagradou ao Brasil, pois daria acesso aos argentinos à região amazônica, e para evitar tal negociação o governo brasileiro prometera auxílio econômico à Bolívia [111]. Quanto a isto, a CIA acreditava que o Brasil não poderia fazer frente às iniciativas argentinas, dado sua baixa atividade econômica àquela época. Certamente, a Bolívia sairia ganhando nesta contenda, como o fez o Paraguai em vários momentos, se aproveitando da disputa entre os dois vizinhos gigantes.

Ao mesmo tempo, no Brasil e na Argentina operavam-se modificações importantes, o que gerou grande fluxo de comentários registrados pela CIA. No caso brasileiro, a revogação do registro do PCB foi o tema, no caso argentino, a volta do “anticomunista” Perón ao poder deu o tom. Ambos os acontecimentos foram creditados à influência dos EUA, que estariam patrocinando governos fascistas no hemisfério, além de querer implantar uma política de armamento uniforme [2]. Neste cenário o Paraguai é apenas citado como sendo um país sob a influência dos EUA.

O que houve no Brasil lançou o PCB na clandestinidade e agregou vários partidos comunistas em outros países nos protestos contra as medidas adotadas pelo Estado brasileiro. Prestes (então senador) e Marighella (então deputado federal) perderam seus mandatos por conta da medida e 455 sedes (do que teria sido o partido comunista mais poderoso do hemisfério) foram fechadas. Ao mesmo tempo o governo Dutra prometeu reformas trabalhistas para aplacar os ânimos dos operários [2].

Uma fonte militar brasileira havia informado a um agente da CIA que o governo argentino estaria negociando armamento com a URSS, o que iria contra a alegação anterior de que os EUA estariam influenciando os governos das Américas contra o comunismo. Mas, ao final do texto, há o comentário para que se desconfie de informações brasileiras acerca dos argentinos, o que demonstra que as más relações mútuas entre os vizinhos já eram conhecidas e levadas em consideração [112].

A diplomacia argentina negou o interesse em tais armamentos, mas ao mesmo tempo afirmou ser contra a uniformização dos armamentos defendida por Washington, informando que contava com a concordância de Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai no assunto. A opinião norte-americana no tema é a de que a Argentina estaria tentando negociar alguma vantagem

no caso, mas que o fracasso na padronização bélica apenas manteria a vantagem militar brasileira na região [112].

Neste ponto surge a questão de saber qual era o interesse norte-americano em padronizar os armamentos no hemisfério ocidental. Possivelmente a resposta é dupla, aumentar as vendas da indústria bélica dos EUA e ter um grupo de aliados capaz de apoiar os norte-americanos em uma guerra contra os países contra-hegemônicos, na época a URSS e seus satélites da Europa Oriental.

Já no Paraguai, o cenário mudara com o avanço das forças do governo sobre os rebeldes, que estariam diminuindo suas exigências. Ao mesmo tempo que a diplomacia brasileira não via uma alternativa negociada para o impasse, pois o governo paraguaio queria uma vitória militar, mas prometia anistiar os rebeldes e aposentá-los. Uma ofensiva na região norte do Paraguai estaria sendo preparada para evitar um ataque contra Assunção. Ao final, o que os rebeldes exigiram foram novas eleições e a reestruturação das forças armadas do país, mas o partido Colorado interveio e dificultou um acordo neste sentido [112].

Em outra frente de negociações, o Brasil poderia ser o destino de imigrantes da zona controlada pelos EUA-Reino Unido na Europa para um total de 50.000 pessoas, isto com auxílio financeiro destes últimos no valor de US\$ 50 milhões. Neste caso o país receberia uma porcentagem de imigrantes judeus equivalente a que havia na zona dos EUA, cerca de 15%, o que seria uma mudança, pois a ordem parecia ser de negar aos judeus abrigo no Brasil [112].

Ainda em 1947, os arranjos para um encontro entre governantes das Américas, no Rio de Janeiro, estariam incertos devido ao reconhecimento ou não do novo governo da Nicarágua, deixando o Brasil em posição delicada, precisando consultar os demais Estados. Em outra frente, o governo brasileiro estava pedindo ao governo Morinigo, do Paraguai, que negociasse a paz com os rebeldes, caso contrário abandonaria a mediação, e pediu que a Argentina fizesse o mesmo. Aparentemente a pressão funcionou e o armistício estaria próximo. No entanto, Morinigo atacou Concepción, em uma tentativa de chegar a um acordo em posição de superioridade [113].

Em meio ao impasse, os EUA poderiam ser convidados para as negociações. Isto teria sido informado pelo embaixador brasileiro, que teria recebido a informação do representante paraguaio. Neste ponto o agente da CIA recomendou que, se houvesse o convite, os EUA aceitassem, caso contrário eles poderiam perder influência na região se ausentassem da mediação. Neste ponto, as propostas seguiam as mesmas: anistia,

manutenção das patentes e o presidente no poder. Caso não houvesse evolução, as ameaças brasileiras de deixar a mesa de negociações continuariam, agora com a possível participação dos EUA (caso o Paraguai os convidasse) [113].

Embora os rebeldes tenham aceitado a fórmula brasileira, o governo paraguaio queria uma vitória militar, além de querer que a negociação fosse acordada antes do cessar-fogo. Ao final, o governo paraguaio aquiesceu e aceitou as condições para a paz, com a mediação brasileira e argentina [113]. Não houve menção à participação norte-americana na mesma.

Surgiu a notícia de que estaria havendo desembarque de armas no litoral brasileiro, sendo que elas teriam origem soviética. Tal hipótese foi desconsiderada pelo Adido Militar e a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, pois não houve avistamentos durante as buscas empreendidas [113]. Estaria o governo brasileiro preocupado com um levante comunista apoiado pela URSS, devido à cassação do PCB?

Houve, em 1947, um novo relatório do Adido Militar dos EUA no Brasil acerca da suspeita (não confirmada por voos de reconhecimento) de que um navio soviético, o Azov, teria desembarcado armas ilegais no litoral Sul do Brasil, o que havia sido confirmado por um informante do Ministério da Guerra do Brasil. O Navio partiu de Santos com destino a Buenos Aires [3]. Tal armamento poderia ter sido desembarcado no Brasil com destino ao Paraguai, para ajudar aos rebeldes contra o governo?

No mesmo período, em torno de 1000 rebeldes haviam atacado o Alto Comando Militar utilizando-se de dois barcos armados, na localidade de Ybapobo, no rio Paraguai. Assunção seria a próxima cidade atacada, o que levou ao reforço da segurança, e Concepción teria caído sob controle rebelde [3].

Notícias posteriores davam conta de que: (02/08/1947) 20 navios com milhares de soldados rebeldes estavam a 32 milhas da capital, junto à oposição a Morinigo; (09/08/1947) enfraquecimento das forças governamentais e perda de terreno, com possibilidade de os rebeldes ocuparem Assunção; (14/08/1947) tropas vindas de Concepción impediram a tomada da capital pelos rebeldes (confirmado pelo Adido Militar dos EUA); (18/08/1947) a capital estaria segura e a escassez de alimentos deveria acabar em breve, com a retomada do aeroporto e sem aviões rebeldes sobre a cidade. A CIA confirmou que os rebeldes se espalharam em pequenos grupos, o que poderia significar o final desta guerra civil [3]. Mas, o que revelou-se posteriormente foi que altos funcionários uruguaios estariam enviando armas do Uruguai para o Paraguai. O fato foi descoberto após a queda de um avião transportando esta carga, pois o piloto trazia documentos comprobatórios [3].

Em 1948 o setor do transporte aéreo no Paraguai recebeu uma má notícia, com a possibilidade de que os voos regulares entre Buenos Aires e Assunção fossem encerrados. Neste caso, a empresa norte-americana Pan American Airways (PAA) perderia os direitos de uso do aeródromo em Assunção, que passaria ao governo do Paraguai, que não tinha como mantê-lo [114]. Como o Brasil havia proibido voos para a Argentina com escala em Assunção, a aparência é de que houve uma manobra para que a Pan American Airways abandonasse o Paraguai e as empresas Argentinas e Brasileiras dominassem este mercado, às custas dos prejuízos da empresa de aviação dos EUA e do Paraguai. Se fosse este o caso, por um lado teria sido demonstrada a fragilidade paraguaia frente a seus vizinhos, e por outro que os EUA não detinham todo o poder de influência que se poderia imaginar.

Em 13 de junho de 1948, chegava ao fim o longo governo de Higinio Morinigo que, devido a desgastes após a Revolução Colorada de 1947, foi derrubado do cargo, sendo substituído pelo presidente do Poder Judiciário, Juan Manuel Frutos, pertencente aos quadros do Partido Colorado (SOLER, 2021). Logo em 15 de agosto de 1948, Juan Natalicio González tomou posse como presidente eleito do Paraguai (NOHLEN, 2005; PEÑA, 2013).

O novo governo do Paraguai, do presidente Gonzalez (após a queda de Morinigo), aventou a possibilidade de unir-se em aliança mútua com Chile, Brasil e Bolívia, para evitar consequências da escalada armamentista do governo argentino. Havia, também, a suspeita acerca do auxílio de Perón a grupos contra Gonzalez, com armas e munições. No entanto, o reforço argentino na fronteira com o Paraguai poderia dever-se ao combate ao contrabando e à imigração. De qualquer forma, a Argentina estava ampliando seu serviço secreto no Paraguai. O agente da CIA considerava que o governo da Argentina estava se precavendo contra a aproximação paraguaia do Brasil e dos EUA, o que levaria o Paraguai a se afastar da Argentina [115]. Isto mostraria a falta de condições próprias do Paraguai de tomar uma posição sem o auxílio de outros países mais fortes com quem pudesse se aliar.

Enquanto o governo era disputado no campo militar e diplomático, o Paraguai abrigava comunistas de origem eslava, por exemplo os irmãos Boleslav e Victor Pavlik, talvez os líderes na região de Encarnación, que continuamente contactavam Buenos Aires. Haveria uma organização pronta para ajudar em greves e revoluções, chamada “esquadrões voadores” [4]. O leitor pode achar interessante o fato de o agente indicar nomes, o que sugere que no movimento comunista local havia informantes.

No Brasil a campanha para exploração nacional do petróleo continuava. O inusitado teria sido a participação do governo argentino, que pressionava para que as empresas

internacionais ficassem fora do processo. Perón mandou um representante para influenciar na decisão. Aparentemente, para a Argentina, a presença internacional fortaleceria o Brasil, o que ia contra as pretensões do país de ser o líder regional. O agente da CIA forneceu várias informações acerca de um sindicalista peronista: que era antiamericano, qual voo ele tomou, a data, sua idade, estado civil, número do passaporte, endereço na Argentina [116]. Neste caso a aparência é de que o agente fez trabalho mais completo. Caso se quisesse encontrar o representante de Perón, seria bem fácil.

Com a sucessão de novos presidentes no Paraguai, a situação política estava bem delicada, o que inspirou uma publicação de *‘Adelante’* e outra da *‘Federación Juvenil Comunista Comité Ejecutivo’* com críticas gerais. As acusações eram as de que o governo Gonzalez seria um títere dos EUA e do Brasil; que Brasil e EUA pacificariam as tropas do Paraguai através de cursos de formação; que os EUA emprestaram dinheiro para a compra de navios, mas só os entregaria se houvesse alternância no governo; que haveria um acordo secreto entre os três países que permitiria ao Brasil instalar uma base para poder intervir no Paraguai se necessário. Ao mesmo tempo, surgiu a informação de que diplomatas argentinos reclamaram de uma campanha contra seu país nos jornais brasileiros, o que poderia levar a um conflito militar, onde Paraguai seria uma peça a cercar seu país. Os textos alegavam que haveria sindicatos sob controle do governo [5]. Saindo do Cone Sul, denúncias de artigos clandestinos acusavam os EUA de irem contra a ONU, pois estariam contra o desarmamento proposto pela URSS, manteria tropas na China e que queria a participação da Espanha de Franco na ONU [5].

É possivelmente interessante encontrar neste trecho anterior, como os interesses argentinos e de grupos comunistas convergiam, desde que fossem contra os interesses dos governos brasileiros e norte-americanos. Jogar os paraguaios contra estes dois outros governos enfraqueceria suas posições de influência e reabriria o espaço para o governo argentino, tradicionalmente mais presente na política do Paraguai àquela altura. A aparência é de ação portenha nesta propaganda, dando um ar de comunismo, o que aparece mais claro quando cita a argentina e depois vai à escala mundial, opondo URSS e EUA em suas relações com a ONU.

Em novembro de 1948 as notícias contaram acerca de uma reunião diplomática no Uruguai, entre o presidente do país e representantes seus na América Latina. A notícia importante foi de que Argentina estaria formando um bloco na ONU com Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Peru, mas sem o convite ao Uruguai. O presidente uruguaio

afirmou que havia a ideia de ressuscitar o vice-reinado do Rio da Prata, no qual a Argentina abrangeria o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e o sul do Brasil. Nesta perspectiva, O continente americano teria dois polos, ao norte os EUA e ao sul a Argentina. Já outra repartição englobaria a Grande Colômbia (Venezuela, Colômbia, Equador e Peru); Brasil (sem alterações); e Argentina (com Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai) [117].

Pode-se ver que também o Uruguai sofria das vicissitudes de Bolívia e Paraguai, ambos países militar e economicamente fracos, se comparados com seus vizinhos gigantes. Se lembrarmos que o território é um trunfo e é fonte de poder, de acordo com Raffestin (1993), vemos como é forte na mente dos governantes a necessidade de ampliar o que se tem ou de manter o já obtido. Esta foi a tônica das relações entre Estados na América do Sul, um jogo geopolítico secreto.

No âmbito global, a CIA estava preocupada com a infiltração soviética nos jornais, com agentes comunistas fazendo o trabalho dos partidos ao lado das tarefas normais. Tal infiltração seria mundial e no caso brasileiro os nomes eram conhecidos para alguns deles. Havia também financiamento para tais atividades de propaganda, além de intercâmbio, com viagens de jornalistas em missões especiais, levando verba e informações de um partido comunista (PC) a outro. O PC francês seria o organizador desta rede subterrânea de informações e propaganda, isto devido ao fato de vários jornalistas terem sido formados em Paris, onde teriam sido doutrinados e preparados para as tarefas futuras nos postos que ocuparam [6].

Publicações feitas em um determinado idioma eram traduzidas para outros e eram distribuídas, em um esforço para divulgar as ideias comunistas produzidas em diversos locais. Também havia a preocupação com partidos comunistas que não tinham verba suficiente para manter suas atividades, como no caso do PC do Paraguai, que precisou de auxílio oriundo do PC argentino. Ao mesmo tempo, a iniciativa soviética em criar, manter e disseminar a atividade e a presença de comunistas eslavos em escala global foi apontada em um abrangente documento da CIA [6]. Assim, tal informação vai ao encontro ao que foi relatado anteriormente a respeito de dois irmãos eslavos que atuavam no Paraguai em articulação com o PC da Argentina.

O que pode ser interessante ao leitor é que estratégias de se obter hegemonia com a utilização de intelectuais orgânicos³⁸, aos moldes do defendido por Antonio Gramsci (1999),

³⁸ São ligados histórica e politicamente a uma classe social, de onde se originaram (SILVA, 2012).

já estavam sendo utilizadas antes que sua fama se espalhasse, já que o *Cominform*³⁹ foi fundado em 05 de outubro de 1947 para organizar a disseminação de informações, mas a primeira publicação das obras de Gramsci ocorreu no ano de 1948, mesmo assim incompleta, pois outras cinco publicações completariam o conjunto inicial (DORE, 2006). Portanto, o que veio a ser conhecido como gramscismo já existia, apenas não havia sido codificado da forma que veio a se apresentar com a publicação póstuma dos trabalhos do comunista sardo⁴⁰.

No início de 1949, anunciou-se um congresso latino-americano para discutir a exploração de petróleo no continente, a ocorrer no Brasil. Segundo o agente da CIA que relatou o fato, tal iniciativa teve caráter comunista, pois seguia uma tendência iniciada por outro congresso ocorrido em Tampico (México), mas que mudaria o foco do trabalhismo para o nacionalismo [7]. O que sobressai aqui é a declaração do agente da CIA de que havia uma imprensa comunista no Brasil, um trunfo para tal movimento (pois seria fonte de informações), além do fato de o petróleo, outro trunfo (pois é fonte de energia), ter polarizado as discussões.

Para neutralizar qualquer discurso nacionalizante da parte da esquerda, Dutra anunciou que a exploração de petróleo no país seria feita por indústrias nacionais. Tal medida esvaziaria a força comunista, pois possíveis apoiadores já não teriam objeção ao governo brasileiro [7]. Este é um caso incomum, pois tanto o governo quanto os comunistas assumiram um mesmo discurso, o que levava a um futuro controle do setor petrolífero no país. De qualquer forma, os interesses norte-americanos saíram perdendo neste momento, o que demonstra que a posição dos EUA não era tão forte quanto é frequentemente alegada.

Internamente a política paraguaia se encontrava na mesma disputa, com o presidente em exercício, Gonzalez, tendo de lidar com uma oposição golpista, os ‘molistas’, que combatiam tanto os partidários do atual presidente quanto os correligionários de Morinigo. Com homens fortes em posições de poder (polícia, exército e judiciário) cada grupo pressionava de seu lado. Ao final, esperava-se que o exército tomasse um lado e pusesse fim a mais esta disputa pelo poder [185].

Novamente as forças armadas seriam o fiel da balança de poder em algum país da América Latina. Tanto que no Paraguai, em 30 de janeiro de 1949, chegava ao fim o breve

³⁹ Ver: *The communist movement: from Comintern to Cominform* (CLAUDIN; PEARCE; MACDONAGH, 1975).

⁴⁰ Gramsci foi natural da Sardenha, Itália (THOMAS, 2009).

governo de González, tendo sido substituído no cargo por Raimundo Rolón (1903 – 1981), após a sua derrubada (NOHLEN, 2005). Olhando-se do ponto de vista da Geografia do Poder (Raffestin, 1993), vemos que o exército, a instituição armada mais forte, detém o controle da energia, estando os demais poderes no controle desigual da informação. Tal concentração de energia em um único setor tenderia a desequilibrar o sistema político-social, fragilizando as demais instituições do Estado. Um equilíbrio poderia ser alcançado pelo aumento da informação nos demais âmbitos da sociedade civil.

Ainda preocupado com os destinos possíveis do Uruguai, seu presidente foi ao Brasil para saber a posição de Dutra frente a uma possível invasão Argentina. O governo brasileiro não tomou posição acerca da possibilidade, o que informou ao governante uruguaio que o Brasil poderia ser também uma ameaça ao Uruguai. Outro problema seria a eleição de Vargas que se aproximava, agora aliado de Prestes e do PCB, o que daria a Perón um aliado, e que colocaria não só o Uruguai em xeque, mas também o Paraguai. Quanto a isto, houve a visita de representantes do governo paraguaio a Montevideo para discutirem uma aliança informal em caso de ameaça da Argentina a um dos dois Estados. O presidente do Uruguai acreditava que o Brasil ajudaria o Paraguai em caso de intervenção militar da parte dos portenhos, pois o governo Perón já havia feito vários movimentos na tentativa de derrubar o governo paraguaio, e que os EUA fariam o mesmo [118].

Novamente a postura expansionista representada pelo governo de Perón, na Argentina, preocupava os vizinhos do país, que temiam a escalada armamentista dos portenhos (aquela que o agente da CIA colocou sob suspeita, pois a informação vinha do Brasil). O interessante é que anteriormente um memorando da CIA dizia que Perón era anticomunista e que isto preocupava os PCs na região, mas agora havia uma confluência de esforços entre Buenos Aires e os comunistas, seja na pressão para nacionalizar o petróleo brasileiro, seja nas propagandas antigoverno no Paraguai, ou nas alianças entre Perón e Vargas, e deste último com Prestes. Isto sugere que a realidade política sul-americana não era rígida, mas que havia uma série de possibilidades de arranjos inusitados, que não obedeciam a uma cartilha ideológica estrita.

Como previsto pela CIA, o exército paraguaio se posicionou e o presidente Gonzales foi deposto. Não houve uma alternância ideológica ou política, apenas mudaram as pessoas no governo seguinte. O novo golpe de Estado não afetou as relações paraguaias com seus vizinhos, nem com os EUA, sendo que o governo do Brasil demonstrou mais abertamente sua satisfação com o acontecimento. Não se esperava uma mudança significativa na fraca

economia paraguaia que, devido a seu isolamento, tinha de importar trigo argentino e óleos do Brasil, entre outros produtos, o que deixava a sua balança comercial deficitária. Suas exportações eram então de produtos primários ou pouco sofisticados, como extrato de quebracho, diversos grãos, óleo de tungue, carne enlatada e um pouco de algodão. O comércio paraguaio tinha a Argentina como principal comprador e fornecedor, seguido de Brasil, EUA e Reino Unido [119].

O agente da CIA, ao comentar a situação descrita no parágrafo anterior, teceu algumas afirmações bem elucidativas da situação paraguaia de inícios de 1949. Para ele, as indústrias exportadoras do país estavam em estado desesperador, com o populismo, os subornos e o desânimo generalizado quanto ao futuro, em dissonância com os discursos políticos [119]. O cenário descrito era desalentador, mas o problema é saber se a crise política era a causa ou o efeito da crise econômica da nação.

Enquanto isto, declarações de comunistas cubanos revelaram como as nações latino-americanas eram enxergadas do ponto de vista revolucionário em 1949. Para eles não haveria uma atitude libertadora da parte das nações da região à época, com exceção de Guatemala. Além disto, os EUA controlariam os governos do continente, nomeadamente Peru, Venezuela, Costa Rica, Chile, Brasil, Paraguai, República Dominicana e quase toda a América Central [44]. Se esta percepção fosse verdadeira, dois fatores seriam os responsáveis por tal poder norte-americano, a energia (militar e econômica) e a informação (papel da CIA) que aquele Estado já detinha desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O Paraguai apresentou mais um revés em sua situação política, com a troca de poder via intervenção militar. Desta vez o grupo no poder veio a ser o dos chamados Demo-Colorados, que afastaram o Guion Rojo, todos grupos do mesmo partido político, o Colorado. Aparentemente a situação política tendia a uma estabilidade, pois este grupo, tomou medidas que garantiriam sua permanência no poder, isto na visão do agente que redigiu o memorando. Foram elas: a nomeação do comandante da cavalaria; do comandante da polícia; diminuição dos poderes desta última; rebaixamento do opositor mais forte no exército; e substituição de pessoas nos postos-chave da administração. Além disto, já haveria um candidato às próximas eleições, Molas López, personagem que vinha articulando uma oposição constante aos governos precedentes [186].

Os “molistas”, então, tiveram sua vitória e em 26 de fevereiro de 1949 o Paraguai tinha um outro novo presidente, Felipe Molas López (1901 – 1954), isto após um grande

acordo no interior do partido Colorado, indicando Molas como seu candidato ao cargo (NICKSON, 2010).

Apesar da opinião acerca da intervenção norte-americana nos assuntos brasileiros, o tom de mais um memorando da CIA não apontava tal fato, dando uma impressão de que havia uma certa distância entre os governos. Na visão do agente da CIA, o Brasil de Dutra desfrutava de um alto grau de estabilidade política em seu quarto ano de mandato, mesmo com os fantasmas de Prestes, com o PCB, e Vargas, aliados para as próximas eleições presidenciais (os primeiros proscritos, o último deposto, ambos por intervenção de Dutra) [186].

A economia, na avaliação do agente, seria um fator decisivo na próxima eleição, tanto que Dutra havia apresentado um plano econômico que contou com a consultoria de especialistas norte-americanos, convidados para tal fim. A comissão estabelecida apontou que a falta de petróleo seria cada vez mais um problema, que isto emperraria o desenvolvimento do sistema de transporte nacional, somado à perda de divisas com importação de combustíveis (então por volta de US\$ 300.000 a cada dia) e à constatação de que não havia capital ou *know-how* técnico para a exploração da indústria petrolífera [186].

Para a CIA, os legisladores não estariam dispostos a aprovar os planos de Dutra em pontos que iam de encontro à opinião pública, que estava àquele momento recebendo forte influência das campanhas nacionalizantes, tanto de nacionalistas quanto de comunistas. A esperança seria a de que Dutra voltasse de sua visita a Washington com boas novas, com relações restabelecidas, após um afastamento logo depois da Segunda Guerra Mundial. O ideal seria a obtenção de um empréstimo direto, mas o medo era o de se fazer propaganda anti-imperialista contra os EUA. Ao mesmo tempo, houve a informação de que o sentimento antiamericano ainda era pequeno no país [186].

Se havia ou não um controle dos EUA sobre o governo brasileiro, ainda ter-se-á de investigar. O certo é que o fato de os norte-americanos terem justamente o que faltava ao Brasil, o capital e o *know-how*, os tornam suspeitos quando apontaram, através do relatório da comissão implantada a convite de Dutra, os problemas no processo exploratório do petróleo brasileiro. Ao mesmo tempo, o custo em divisas até o desenvolvimento da indústria nacional pode ter enfraquecido a economia brasileira durante décadas, sendo um cálculo difícil de fazer, dado que acabou-se escolhendo a alternativa nacionalista.

De qualquer modo, pegar um empréstimo para pagar os serviços de seu credor deixaria o país refém das condições desta negociação, de forma semelhante a apontada no

manifesto descrito anteriormente, onde a acusação era a de que os EUA emprestaram dinheiro para que se comprasse seus navios, mesmo assim se recusando a entregá-los nas condições políticas do Paraguai de então. Se endividar para melhorar as relações internacionais não parece ser a melhor maneira de se posicionar internacionalmente.

No Brasil, o governo investiu contra os denominados “Congressos da Paz”, frutos da campanha “Pró-Paz e Cultura” de inspiração comunista. Essas campanhas de mobilização e aglutinação da opinião pública tinham o mesmo intuito dos chamados centros de “Defesa do Petróleo”, que eram liderados por comunistas e que gozavam da simpatia de uma grande e influente porção da população. Devido a isso, o governo achou melhor não agir contra eles diretamente [8].

Acompanhando a movimentação comunista no país, o advento de um manifesto assinado por Prestes e mais quatro companheiros, afirmando que não lutaria contra a URSS, mas sim contra os opressores do povo no Brasil, criou animosidades contra as iniciativas comunistas, ajudando na supressão dos movimentos de “paz”, tanto que a imprensa não comunista se manifestou contra tais iniciativas, por serem instrumentos soviéticos [8].

Parece ter sido uma tática dos comunistas as campanhas populares em torno de um tema difícil de se posicionar contra. Quem seria contra a paz e contra a cultura? E quem não defenderia o petróleo? Ele está ameaçado por interesses externos? Junto com tais discursos de consenso surgem oportunidades de divulgação de ideologias revolucionárias, ao mesmo tempo em que se retira o apoio a uma ação de grupos antagônicos aos desejos comunistas. O que chama a atenção nesta informação é o fato de o agente da CIA ter classificado a imprensa em “comunista” e “não comunista”, isto desde 1949 e em um tom de naturalidade.

A eleição de Molas no Paraguai, conforme previsto, consolidou os Demo-Colorados como corrente hegemônica na política da nação, em um movimento planejado pelo presidente eleito. Mesmo assim, aparentemente, a posição de Molas não era consistente, pois detinha apenas prestígio, ficando dependente do grupo que o apoiou, que tinha bases no militarismo. Outro fator de estabilidade foi o reconhecimento do novo governo por Brasil, Argentina e EUA [120]. Desta forma, Molas López não detinha um dos elementos do poder (RAFFESTIN, 1993), a energia, que estava na posse dos Demo-Colorados àquele momento. Assim, seu prestígio funcionaria como um trunfo para mantê-lo na liderança.

Partindo-se desta última frase, o que seria o prestígio na concepção de poder de Raffestin (1993), informação ou energia? Seria uma terceira coisa ou uma mistura das duas características apontadas? O fato de o prestígio ser um valor imaginário o poria ligado à ideia

de símbolo, podendo ser necessário a consulta de Pierre Bourdieu (1989). No entanto, para os fins desta tese, não aumentarei a complexidade já apresentada até aqui, mas fica uma indicação para uma futura pesquisa.

A visita de Dutra a Washington rendeu uma proposta de tratados para aumentar o desenvolvimento, o comércio e investimentos norte-americanos no Brasil, ajustando questões tributárias, de câmbio e conversibilidade monetária, além de um acordo para o Brasil saldar dívidas atrasadas com credores dos EUA. Apesar das boas notícias, o governo sempre teme pressões de ultranacionalistas e de comunistas, como no caso do petróleo [69]. Como adiantado anteriormente, o que deve ter-se discutido foi um empréstimo dos EUA ao Brasil, com concessões e talvez a questão da exploração do petróleo tenha retornado à mesa de negociações.

Voltando às questões paraguaias, tínhamos mais um golpe no horizonte, pelo menos era o que avisava o agente da CIA, pois haveria descontentamento com o fato de o cargo de Ministro da Defesa ter sido assumido por um civil, mais um sinal da exclusão do exército do centro do poder político da nação. O agente citou o passado de golpes do Paraguai, lembrando que as intenções desconhecidas de alguns indivíduos decidiriam os próximos acontecimentos [69].

Este trecho chama a atenção, pois o agente, munido de informações acerca do descontentamento militar, adiciona à equação seu conhecimento a respeito das consequências comuns disto no Paraguai, e mesmo não citando nomes dos indivíduos que decidirão os rumos do governo do país, ele indicou o cenário mais provável. É de se observar, também, o fato de o agente confessar não conhecer o que os indivíduos influentes intentavam, indicando que o desconhecido era parte da análise que ele fez. De qualquer forma, seu desconhecimento mostra que ele não tinha fontes tão bem colocadas no ambiente governamental.

Mesmo com o clima de golpe, o presidente paraguaio, Molas, reaproximou o país da Argentina, com possibilidades desta última reorganizar a polícia do Paraguai, renovar o Instituto Geográfico Militar, além de mapear o país. Tudo sem ter consultado os EUA, com quem o Paraguai já tinha acordos militares da mesma natureza, o que poderia incentivar demais países a fazerem o mesmo. Isto pôde dever-se ao fato de a Argentina ter uma participação enorme na economia paraguaia e Molas estar apenas se rendendo à realidade. No entanto, o Paraguai tinha pouca importância nos assuntos de segurança dos EUA, segundo o agente da CIA [121].

Tal tipo de atitude tomada pelo governo paraguaio à época apenas colaboraria para o clima de golpe apontado anteriormente. Esta aproximação da Argentina deve ter incomodado também ao governo brasileiro, que perderia espaço, junto com os EUA. Outro fato interessante era ter havido denúncia de que tanto o Brasil quanto os EUA fariam algo semelhante ao que efetivamente estaria fazendo a Argentina, sendo que aquelas acusações teriam sido inventadas pelo próprio governo argentino para desgastar as relações entre os parceiros, e no final seria a Argentina que faria o que era condenado anteriormente.

Aqui abro um espaço para levantar mais uma questão. Neste caso descrito anteriormente, o que a Argentina teria feito foi disseminar informações incorretas ou, se corretas, condenáveis quando eram os outros que faziam o que fora denunciado, isto referente às acusações de interferência brasileira e norte-americana no Paraguai, com apoio militar, conforme alegado por *'Adelante'* e pela *'Federación Juvenil Comunista Comité Ejecutivo'*. No caso de informações deste tipo, ou seja, desinformação, com quem estaria o poder? A desinformação, neste caso, teria gerado maior poder à Argentina, a detentora da informação verdadeira (ou seja, a de que a Argentina é quem estaria se aproximando do Paraguai para interferir em assuntos militares no país). Assim, saber que algo é falso seria um trunfo.

As negociações entre os portenhos e os paraguaios estariam adiantadas, com uma comissão planejando uma série de acordos, o que garantiria à Argentina madeira, erva-mate, arroz, óleo de algodão e óleo de coco do Paraguai. Já o Paraguai receberia em troca investimentos e a instalação de uma indústria de beneficiamento de óleo, receberia trigo, produtos têxteis e laticínios, além de haver redução nos fretes de barcos fluviais de propriedade argentina [70].

Desta forma, a Argentina controlaria o mercado de exportação paraguaia, além de manter o controle da produção industrial local de óleo, e a importação de vários bens de consumo ao Paraguai, tudo com capital argentino. Na prática, o Paraguai estaria sem espaço para se industrializar por si, pois não teria como competir, nem teria outros mercados para expandir suas vendas, sem contar com a sua marinha mercante que não poderia competir contra os fretes mais baixos dos barcos argentinos, já que a falta de acesso paraguaio ao oceano é um trunfo para a Argentina. A aparência é de um mal negócio para o país.

Internamente no Brasil, ainda havia a preocupação comunista, tanto que fora apontado um plano de ação em Porto Alegre, que a imprensa teria aumentado de importância, como se fosse uma conspiração. O plano era o de criar uma revolta devido à proibição da

“conferência de paz” na cidade. Líderes comunistas da revolta foram presos e anunciou-se uma trama, que o agente reputou como exagero da mídia [9].

Já as preocupações norte-americanas acerca do Paraguai com os comunistas eram mínimas, devido à insignificância deles no país, sendo os problemas políticos os que afligiam a nação, pois a paz estava ameaçada pelo descontentamento dentro do governo e no meio militar. O agente repetiu que o país representava pouca importância no cenário geral para os EUA [9].

O que pode chamar a atenção é que para a CIA a imprensa nacional exagerou a importância do levante planejado para Porto Alegre, que de qualquer forma foi debelado com algumas prisões. O fato de o comunismo representar uma ameaça ao Brasil, mas não ao Paraguai, pode refletir a mesma observação que o agente fez em relação à pouca importância deste último para seu país. Esta pode ser a mesma avaliação feita pelo movimento comunista internacional em relação ao Brasil e ao Paraguai.

Não demorou muito e a perspectiva antes apontada pelo agente da CIA mostrou-se acertada, pois Molas foi forçado a renunciar de seu cargo, tendo sido substituído pelo líder Colorado Chaves⁴¹, encerrando a fissura no partido. O golpe não-violento ocorreu com o convencimento da cavalaria a apoiar Chaves (mesmo contra a posição do líder daquele grupamento), oriundo do chefe das Forças Armadas. O agente depois previra que pouco se mudaria na política paraguaia, interna ou externa, já que Chaves tinha ligações com a indústria do quebracho e da madeira, ambas dependentes da Argentina [187].

Enquanto no Brasil, segundo a CIA, os comunistas voltaram sua atenção dos “congressos de paz”, fracassados, para o petróleo novamente. O plano era divulgar na “imprensa comunista” uma convenção nacional, precedida de encontros menores, municipais e estaduais, e com isto recuperar o espaço perdido com as fracassadas campanhas pela paz. A razão apontada para o sucesso da campanha do petróleo foi o fato dela contar com apoio de conservadores, nacionalistas e parte do exército. O agente da CIA considerou que a nova campanha não angariaria tanto apoio quanto a do ano anterior, mas poderia atrasar a legislação favorável a investimentos estrangeiros. Além disto, ele cria que o governo Dutra não seria abalado por esta iniciativa [10].

Já no Paraguai, o fato de Chaves ter formado um governo civil incomodou aos militares e trouxe instabilidade ao governo provisório. Da parte do agente da CIA, nada

⁴¹ Em 11 de setembro de 1949, Federico Chaves tomou o lugar de Molas na presidência paraguaia.

mudou, já que a economia continuava em crise, os comunistas ainda eram insignificantes (apesar da volta de alguns líderes que estavam na Argentina, mas sem infiltração no governo) e o Paraguai continuava não representando problemas aos EUA. O governo apenas poderia prejudicar o próprio Paraguai [10].

Aqui, a sucessão presidencial no Brasil começava a tomar corpo e se iniciava a escolha dos candidatos e das coligações que os apoiariam. Um personagem importante, Nereu Ramos, poderia vir a renunciar à liderança do partido de Dutra devido a uma cisão no PSD. Ele esperava ser o candidato a suceder a Dutra, mas um candidato de Minas Gerais seria o indicado, ou mesmo Adhemar de Barros. Vargas ainda era o nome a ser vencido [188]. Como antecipado por um agente, Vargas seria a preocupação, pois contaria com o apoio comunista e ameaçaria os interesses dos EUA, enquanto agradaria a Buenos Aires, dado sua proximidade com Perón.

No âmbito internacional, em termos diplomáticos, os países latino-americanos tomavam atitudes distintas. No caso das relações com a Espanha de Franco, vários países não esperaram a ONU ou os EUA para reatarem relações diplomáticas, como o Brasil e o Peru. Outros, como a Argentina, Bolívia, República Dominicana, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela, já tinham relações com a Espanha. Mas, quando se tratava da URSS, a independência destes países diminuía, já que muitos seguiam os EUA em sua postura antagônica a Moscou, como Brasil, Chile e Colômbia. Já Argentina, Cuba, México, Uruguai e Venezuela mantiveram relações com Moscou, mas sem grandes acordos [122].

Aparentemente, nem os EUA estariam tão longe de Franco⁴², pois ele havia mantido a Espanha longe do comunismo, prestando um favor a Washington. Já quando o assunto é a URSS, realmente deve ter havido uma grande pressão para que os países do continente se mantivessem longe de Moscou, o que se refletiu nas posições distintas nos exemplos anteriores⁴³.

Economicamente, a situação brasileira parecia mais promissora no final de 1949, já que o FMI liberara um crédito para que o país saldasse compromissos em dólar. A previsão era de que, com os preços do café em alta e com as medidas de austeridade do governo, o saldo corrente ficaria em dia, podendo até haver mais liberdade para importações [71].

Como insinuado pelo agente em um memorando citado anteriormente acerca da visita de Dutra a Washington, as relações bilaterais ficariam melhores, o que se refletiu nesta linha

⁴² Ver: *Franco* (ELLWOOD, 2014).

⁴³ Ver: *The "Cuban Question" and the Cold War in Latin America, 1959–1964* (HARMER, 2019).

de crédito milionária. No entanto, ela apenas serviria para pagar as dívidas antigas, fazendo novas e abrindo espaço para maiores gargalos cambiais, pois se o país não arrecadasse dólares suficientes não conseguiria pagar os compromissos futuros, voltando a precisar de mais dinheiro, em um ciclo vicioso.

Enquanto a política interna era praticada no Brasil e no Paraguai, os grupos comunistas se articulavam em congressos e conferências nacionais, que contavam com a presença de representantes de outros países do continente, seja no Paraguai (Encarnación) ou no Brasil (próximo à fronteira argentina, em local não especificado). Ao mesmo tempo, encontros na Europa contaram com a presença de latino-americanos, como em Milão e em Budapeste [11]. Tais encontros demonstravam a articulação do movimento comunista, que era internacional, ao contrário dos grupos políticos tradicionais que detinham características nacionalistas, fazendo acordos mais econômicos do que ideológicos.

O final do ano de 1949 (1º de dezembro) viu surgir o segundo grande país comunista do mundo, a República Popular da China, sob comando de Mao Tsé-Tung (1893 – 1976), isto quando as tropas de Chiang Kai-Shek tiveram que recuar para a ilha de Formosa (Taiwan) (HALLIDAY; CHANG, 2012).

Chegando a abril de 1950, o Paraguai assistiu à convenção do partido Colorado, que escolheria seu candidato à presidência, que provavelmente seria o atual presidente, Chaves, que mesmo sofrendo oposição no partido, ainda detinha o apoio dos Demo-Colorados. Já no Brasil, as articulações se deram para as escolhas de candidatos viáveis para derrotar Vargas. Havia rumores de golpe de Estado, caso o PSD e a UDN não chegassem a um acordo para indicar um candidato viável. No campo burocrático, entrou em vigor uma lei que aposentava militares e policiais que estivessem ligados a partidos ilegais, o que funcionaria como um expurgo de elementos comunistas destas forças. Isto ao mesmo tempo em que as forças armadas nacionais buscavam a melhoria de sua capacitação com a criação da Escola Superior de Guerra [189].

Embora Paraguai e Brasil estivessem em ritmo de eleições, era nítida a diferença, já que no primeiro se comportavam como se houvesse apenas um partido, já no segundo jogava-se o jogo democrático, com a exceção do banimento do PCB. Ao mesmo tempo, ambos os países ainda conviviam com o espectro do golpe militar, mostrando a importância destes atores (os militares) na política de ambos os países.

No plano internacional, havia sinais conflitantes, pois de um lado o Brasil havia aderido à denominada Carta da OEA, o que agradou aos interesses norte-americanos. No

entanto, do lado brasileiro da relação bilateral, havia o descontentamento com o fato de o Plano Marshall poder beneficiar economias asiáticas e africanas que competiam diretamente com a economia nacional, a mesma desconfiança foi dirigida ao chamado Ponto Quatro, que poderia ter o mesmo efeito do Plano Marshall. Tudo piorou após um discurso proferido pelo Secretário de Estado Adjunto dos EUA, Miller, que defendia a manutenção do Brasil como sendo apenas o de fornecedor de matérias-primas para os EUA [123].

Realmente, seria interessante saber do efeito do Plano Marshall nas economias que não receberam os seus investimentos. No caso do Brasil, por exemplo, como um aliado importante nas duas guerras mundiais, e tendo ajudado no pós-guerra, desde 1945, pode ter ficado uma má impressão da ajuda a alguns dos antigos inimigos de guerra, em detrimento dos aliados. Foi isto o sugerido por um agente que escreveu um memorando a respeito do tema.

Mesmo com todo este incômodo, a economia brasileira estava apresentando bons números, com crescimento industrial e baixo desemprego. Até a posição da dívida externa melhorou, com pagamentos de débitos anteriores, embora a balança comercial tenha sido deficitária em 1949. Da parte dos EUA, o fato de não ter havido maiores carregamentos de manganês oriundos do Brasil pode ter incomodado seus interesses. Outro incômodo era o fato de o país ter estado a substituir importações, facilitando acordos privados e fazendo contratos com pagamentos em moedas diversas do dólar, além de ter buscado vários acordos, inclusive um já assinado com a Iugoslávia [72].

O interessante é que o discurso dos EUA é o de defesa da liberdade, inclusive econômica, mas o agente aponta o problema de o Brasil tentar fazer acordos e não receber em dólar como algo que desagrada àquele país. O dinheiro, como energia materializada, é um trunfo (RAFFESTIN, 1993), e o fato de os norte-americanos forçarem o dólar como moeda internacional é uma fonte, até hoje, de poder sobre as demais nações, que têm de fazer concessões para poderem obter a moeda.

Neste ano, o movimento comunista na América Latina iniciou uma recuperação. Embora no México, Argentina e Colômbia tenha havido ações contra as atividades comunistas, e tenham ficado paralisadas no Brasil, Bolívia e Chile, os avanços na Guatemala, El Salvador e Cuba foram perceptíveis, com participações comunistas na política dos países, o que aumentou seu número e seus fundos. Tal mudança poderia vir a ser um problema para os EUA, segundo um agente da CIA [12].

Em Cuba, a preocupação era com a propaganda disfarçada, a ajuda a outros grupos e a possível quebra da safra de açúcar. Já na Guatemala o temor era a utilização da estrutura do governo. No Chile, Bolívia, Paraguai e Equador, as condições difíceis de suas economias poderiam ajudar aos comunistas locais. Mesmo no Brasil, os comunistas mantiveram seu número e sua capacidade de propaganda contra os EUA, prejudicando o acordo referente ao Petróleo. Isto foi sentido no Rio de Janeiro, quando da reunião de Embaixadores dos EUA na cidade e com a visita de representantes do governo norte-americano (a polícia conseguiu evitar manifestações e violência nestes casos). A análise do agente da CIA é a de que, mesmo assim, os comunistas no Brasil não representariam uma ameaça real, devido à sua falta de representação entre os trabalhadores [12].

Este trecho anterior, que foi relatado por um agente da CIA, já apontava para muitos desdobramentos futuros em relação aos movimentos comunistas nos países citados, marcadamente Cuba, que viria a ser um ator fundamental na política das Américas por décadas. Já a ligação entre os comunistas e os trabalhadores pode ter sido outro acerto do agente, pois quando os primeiros passaram a focar no trabalhismo é que houve uma guinada para a esquerda na política nacional, o que é sentido até nossos dias.

Outro indicador de progresso no desenvolvimento do comunismo latino-americano, foi o 15º encontro do PC uruguaio, que contou com cerca de 1500 participantes e que, segundo um agente, funcionou como um relógio, com a presença de participantes brasileiros, argentinos e paraguaios, alguns identificados pelo nome [13]. As acomodações devem ter sido subavaliadas, pois apenas 200 pessoas puderam assistir aos debates, ou tais debates tiveram um tom de segredo.

Por volta de agosto de 1950, os jornais argentinos iniciaram uma campanha contra o governo Dutra, prejudicando as relações entre os países e as pretensões norte-americanas de solidariedade no continente, ao mesmo tempo em que elogiavam Vargas (o que poderia tê-lo prejudicado nas eleições), o que aparenta ter sido um erro de Perón. Já no Paraguai o clima era de estabilidade, mesmo com problemas entre o general Stroessner e o ministro do Interior, Chaves detinha o apoio militar e dos Demo-Colorados, o que colaborou para a duração incomum de seu governo, sendo a previsão de que continuasse durando, caso não houvesse problemas internos, mesmo porque os comunistas eram uma força inexpressiva no Paraguai naquele momento [124]. Pôde ser visto o nome de Stroessner aparecendo pela primeira vez neste *corpus* documental, já como alguém que participava da política paraguaia com papel de destaque.

O fato que chamou a atenção no Brasil foi a publicação de um manifesto, na imprensa comunista em 4 de agosto, atribuído a Prestes⁴⁴, que apresentava um tom mais violento, com convocação para uma revolta popular, estabelecendo um governo revolucionário, proibição da bomba atômica, confiscos e nacionalizações, e repúdio à dívida externa. A ideia poderia ser aumentar os votos comunistas nas próximas eleições e impedir a ajuda brasileira à Coreia do Sul⁴⁵ (que passava pelo que veio a chamar-se de Guerra da Coreia). Tal iniciativa poderia, na visão do agente, se virar contra os comunistas, causando uma reação do governo para reprimi-los [14].

Mais tarde surgiu, em 1951, a notícia de que comunistas argentinos e chilenos, estabelecidos no Uruguai, estariam planejando atentados contra o Brasil, caso o país se envolvesse em alguma guerra. Recomendou-se ações, contra tal ameaça, ao Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia [15]. Esta guerra poderia ser a da Coreia, como citado anteriormente. O apoio brasileiro, ao lado dos norte-americanos, iria contra os interesses soviéticos no conflito asiático. Tal ameaça pode ter sido real ou algo para manter a tensão entre o governo e os comunistas, não só no Brasil, mas em toda a região do Cone Sul.

Em 31 de janeiro de 1951, chegava ao fim o governo Dutra, no Brasil, e iniciava-se o segundo governo Vargas, agora eleito democraticamente (AURÉLIO, 2009). Ainda em 1951, perante a necessidade norte-americana de obter manganês, o governo brasileiro resolveu criar dificuldades para que um empréstimo internacional fosse concedido a um empreendimento conjunto entre uma empresa dos EUA e outra brasileira, para a ampliação da mineração, prevendo o transporte fluvial do minério. Aparentemente, o que o governo desejava era uma contrapartida, ou seja, a reforma de uma ferrovia no sul do país [73]. Isto demonstra como o governo brasileiro também sabia jogar com as necessidades dos seus parceiros comerciais, não parecendo tão subserviente quanto se poderia supor à primeira vista. Uma outra possibilidade se apresentava, pois o intuito poderia ter sido o de criar dificuldades para vender facilidades, ou seja, suborno.

Em se tratando de recursos que interessavam aos EUA, houve uma encomenda de levantamento, em forma de dois mapas, um da América do Sul e outro da América Central. Para o Brasil foram indicados como trunfos o minério de óxido de zircônio, berilo, café, hematita, mica, manganês, monazita, quartzo e tapioca. Já o Paraguai teria apenas quebracho para oferecer [74]. Este é mais um exemplo de como a informação compõe o poder. Com

⁴⁴ Ver: *Manifesto de Agosto de 1950* (PRESTES, 1982).

⁴⁵ Ver: *O PCB e a Guerra da Coréia: memória, história e imaginário social* (RIBEIRO, 2010).

tais mapas em mãos, o governo dos EUA pôde traçar suas estratégias de forma mais segura, já sabendo o que ele poderia vir a obter de cada país. É uma medida indireta da atenção distinta que o Brasil e o Paraguai recebiam da parte dos norte-americanos.

Um agente, em 1951, apontou que o potencial dos comunistas sul-americanos para ameaçar os interesses dos EUA era pequeno, mas que as economias locais podiam ser afetadas por eles. Naquela época, eles estreitaram laços com os comunistas europeus, fizeram propaganda de interesse soviético, enquanto incentivavam o isolacionismo e o antiamericanismo, e mesmo assim, não sofreram grande repressão dos governos. No Brasil, o PCB manteria seus membros entre 55 a 75 mil, havendo nichos mais favoráveis a ele junto aos trabalhadores. Sua influência como agitadores ou se infiltrando nas forças de segurança foi considerada pequena, exceto na indústria de munições. No entanto, havia rumores da criação de um exército revolucionário no interior do país, o que impediria o deslocamento de tropas brasileiras para servirem no exterior [16].

A infiltração em partidos políticos legalizados e eleição de comunistas foi percebida, e medidas repressivas foram tomadas pelo governo eleito de Vargas. A expectativa era a de que se houvesse uma guerra Leste-Oeste, os comunistas brasileiros executariam sabotagens, ao mesmo tempo em que se esperava que as forças do governo pudessem evitar ou remediar tais ataques. No Paraguai, ainda se apontava a penetração comunista como sendo insignificante [16].

O trecho anterior traz a informação de que havia uma preparação para um conflito em largas proporções, que envolveria o Oeste (países alinhados com os EUA) e o Leste (aliados à URSS), um conflito Ocidente-Oriente. Felizmente tal tragédia não ocorreu, mas pequenos conflitos locais tomaram o lugar deste maior, como no exemplo da Guerra da Coreia, mais um momento da Guerra Fria. Localmente, o apoio dos comunistas a Vargas não resultou em uma participação no governo, já que ele continuou a reprimi-los, como havia feito quando ditador.

Em 1952, foi produzido um memorando comentando acerca dos movimentos do PC paraguaio na tentativa de evitar o envolvimento do país na Guerra da Coreia. A ideia era a de apresentar uma petição de paz, com assinaturas populares, denunciando o fato de que o país precisava de seus soldados em seu território, evitando uma potencial agressão de seus vizinhos com tendências fascistas, Brasil e Argentina, ao mesmo tempo em que deveria exigir relações diplomáticas, econômicas e culturais com a URSS [17].

Já nos EUA, em 20 de janeiro de 1953, tomava posse, no lugar de Truman, Dwight D. Eisenhower, eleito pelo partido Republicano dos EUA, tendo como vice-presidente Richard Nixon. O General Eisenhower havia sido responsável pela condução da Segunda Guerra Mundial, ganhando notoriedade após a vitória das forças aliadas (PACH, 1991). Alguns meses após a posse nos EUA, morre Joseph Stalin em 5 de março de 1953, sendo substituído por Gueorgui Malenkov (1902 – 1988), político que dividiu o poder na URSS, na forma de um triunvirato informal, com Krushev e Molotov (1890 – 1986) (PEREIRA, 2006).

Ainda em 1953, a CIA produziu um extenso documento relatando as atividades nazistas na Argentina. O memorando contou que havia o ideal do ressurgimento do nazismo naquele país, dado sua colônia germânica ser considerável; de não ter havido rompimento de comunicações entre grupos nazistas no país, na Alemanha e no Oriente Médio; de ter havido uma imigração seletiva; de o governo argentino ter empregado economistas, técnicos militares e cientistas alemães. Aventou-se a possibilidade de fundar o partido nazista na Argentina, aproveitando-se a estrutura de uma organização de apoio a alemães no exterior. Esta organização (a *Auslandsorganisation* (AO)) atuaria como porta-voz, representaria os interesses alemães junto aos governos locais, facilitaria a migração e funcionaria como rede de informações [156].

A Argentina detinha as condições favoráveis para que os refugiados alemães se reorganizassem, pois já havia uma estrutura anterior à expulsão dos oficiais e agentes nazistas conhecidos do país. Perón tinha estreitas relações com a comunidade germânica, declarando seu respeito publicamente, além do fato de o peronismo ter tido identidade ideológica com o nazifascismo [156].

Embora apenas uma fração da colônia germânica se envolvesse com as organizações nazistas na Argentina, caso houvesse um ressurgimento das atividades o apoio local poderia crescer. Estes grupos careciam de liderança, mas contavam com uma base ideológica estruturada, com o desejo de substituir o capitalismo democrático por uma economia planificada, com um governo forte e totalitário em escala global. Isto guiados por um sentimento de otimismo em relação ao futuro e o financiamento de simpatizantes em diversos locais, contando com personagens famosos para angariar simpatizantes [156].

A Argentina havia recebido, até então, cerca de 7.000 refugiados alemães, em um processo facilitado, com direcionamento a quem tivesse histórico favorável à causa nazista. Os grupos nazistas na Argentina mantinham relações com outros núcleos na Alemanha e

outros grupos neofascistas europeus. Neste caso, tais organizações seriam antagônicas tanto aos EUA quanto à URSS, mas havia quem defendesse uma aproximação com os comunistas, com contatos na zona soviética da Alemanha ocupada. Da parte da URSS, o interesse foi mútuo, pois houve grande atenção à Argentina por parte dos soviéticos, que possivelmente viam em Perón um auxiliar no combate aos EUA. Caso a Argentina viesse a realizar sua aspiração nacional de liderar a América do Sul, se afastando da influência dos norte-americanos, isto seria útil tanto aos nazistas quanto aos comunistas [156].

A organização Nova Europa Socialista, havia escolhido a Argentina como centro sul-americano para disseminar suas ações, que iriam ao encontro do estabelecimento de governos fortes que evitariam crises econômicas globais e planificariam estas economias. Eles já contariam com financiadores internacionais e já estariam infiltrados em indústrias e no comércio da América do Sul, isto em uma rede de trocas de informações [156].

As iniciativas nazistas já estavam sendo estabelecidas desde antes do início da Segunda Guerra Mundial, pois a conhecida organização AO já havia se estabelecido na Argentina em 1933, com motivos comerciais, mas foi considerada ilegal em 1939 e banida. Outros meios foram utilizados para disseminação nazista, tanto via personagens conhecidos, mesmo membros do governo Perón, até revistas banidas da Alemanha, como a *Der Weg*, que circulava na Argentina, Chile e Brasil, e havia sido contrabandeada para a Alemanha por um serviço de distribuição de alimentos, que por sua vez já havia trabalhado para o *Cominform* na América Latina [156].

Houve a notícia de que agentes da *Sicherheitsdienst* (SD) haviam apoiado os integralistas brasileiros e os reunido com o Estado-Maior argentino, para a formação de um bloco sul-americano contra os EUA. Perón, por sua vez, disse que a Revolução Argentina era continental, sendo a Bolívia um exemplo disto, havendo desenvolvimentos no Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Os contatos entre personagens do Cone Sul eram constantes, como no caso da visita do ex-presidente paraguaio, Morinigo, ao presidente do Chile. Morinigo, vivendo na Argentina, gerenciava o Movimento Neofascista Italiano (MSI) local, um movimento neofascista, que contava com a liderança de um dos filhos de Mussolini [156].

Para a CIA, os antigos soldados nazistas que fugiram para Itália, Espanha, Argentina e Brasil, entre outros locais, mantiveram contato com grupos nazistas e seriam o maior perigo para o ressurgimento da ameaça nazista. Pelo lado francês/italiano, um grupo neonazista contava com filiais em Alexandria, Cairo, Madri e São Paulo. Por outro lado, grupos menores tinham apoio e financiamento na Argentina e nos EUA, contando com

elementos da nobreza alemã, na tentativa de fomentar o revisionismo e o renascimento da Alemanha [156]. No Paraguai, os imigrantes alemães tenderam a uma aliança com os comunistas, por acreditarem que seria a forma mais fácil de obterem resultados, o que aumentou o sentimento antiamericano no país.

O controle das organizações alemãs no estrangeiro já havia sido estabelecido desde 1933, quando os nazistas tiveram acesso aos arquivos da *Deutsches Ausland-Institut* (DAI), reunindo informações acerca dos alemães em todo o mundo. Mesmo antes, os nazistas já expandiam sua influência, já que em 1931 uma filial do partido nazista havia sido inaugurada no Paraguai. Mais que isto, os apoios a partidos com ideologias totalitárias estavam em ação, com os Conservadores na Colômbia, Integralistas no Brasil, Sinarquistas no México⁴⁶, além de grupos nacionalistas na Argentina. Outra ideia era a de formar um grupo de Estados totalitários com Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Brasil, sob controle alemão desde o Uruguai. Os grupos alinhados com os nazistas formariam uma quinta-coluna nestes países, aguardando a tomada nazista do hemisfério. As Direções Territoriais dos nazistas na América do Sul estavam em Buenos Aires, Santiago, Lima, Bogotá, Rio de Janeiro e Havana [156].

Pelo que pôde-se acompanhar no memorando descrito anteriormente, do ano de 1953, o cenário das ações subterrâneas de nazistas, fascistas, neonazistas e comunistas, entrecruzaram-se na América do Sul, marcadamente na Argentina, o aparente foco de disseminação da ideologia derrotada na Segunda Grande Guerra. Sua influência tocava, desde a política, com Perón, Morinigo, Ibáñez, e possivelmente outros não citados, passando ao setor produtivo, nas indústrias e comércio, chegando às populações de origem alemã, que como foi citado, tinham seus dados registrados à disposição dos nazistas.

No ano seguinte, o assunto fronteiras, entre Brasil e Paraguai, voltou aos memorandos da CIA, quando o Itamaraty comunicou que havia pouco a se fazer antes de acabar a demarcação definitiva da fronteira entre os países, o que envolveria a demarcação da área das Sete Quedas. O memorando pedia maiores declarações do Conselho Nacional de Geografia e, se possível, mais documentos oficiais [94]. O que sobressai aqui é o fato de haver instruções para que se obtivessem os tais documentos oficiais do governo brasileiro, mostrando que poderia haver fontes internas de informação, infiltrados vendendo dados à CIA.

⁴⁶ Ver: *The Sinarquista Movement with special reference to the period 1934-1944* (LEÓN, 1990).

Mais tarde, um agente da CIA empreendeu uma pesquisa acerca da realidade socioeconômica da fronteira Brasil-Paraguai, isto no ano de 1954. Para tal, ele se utilizou de uma cidade para exemplificar as demais, fazendo uso de uma figura de linguagem chamada de sinédoque (WHITE, 1992). A cidade escolhida para a descrição foi Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (Parte de Mato Grosso até 1977), na Região Centro-Oeste do país. A cidade teria por volta de nove mil habitantes, quase todos brasileiros, além de alemães e italianos. O agente comete um ato falho quando informa que há famílias negras, junto ao rol dos não brasileiros, mostrando que ele poderia considerar os brasileiros negros como não brasileiros. A subsistência era garantida pela agricultura e a pecuária [95].

A cidade contava, desde 1951, com uma escola secundária, uma escola de comércio e um banco/correio. Havia uma ligação ferroviária com Campo Grande, além de dois hospitais públicos com boa estrutura, que atendiam também aos paraguaios da região da fronteira (Pedro Juan Caballero e região). As crianças eram vacinadas na rede pública regularmente. A rede de água era abastecida por poço com água de boa qualidade. Não havia refrigeração e a carne fresca deveria ser consumida logo, havendo a possibilidade de se comprar comida enlatada. Havia uma boa oferta de alimentos de produção local, vegetais e animais, e quando havia quebra de safra, os agricultores podiam tomar empréstimos a juros razoáveis. O agente apontou que havia um espírito de ajuda mútua entre os colonos [95].

O contrabando já fazia parte do cotidiano da fronteira e era generalizado e quase incontrolável no limite dos dois países, não havia patrulhamento, sendo o gado vindo do Paraguai a mercadoria mais negociada, seguido de perfumes, tecidos japoneses e artigos de couro. As alfândegas eram apenas simbólicas, e a crise econômica no Brasil incentivava a prática ilícita. As tropas locais, dos dois países, confraternizavam nas folgas, com poucas rusgas, e os colonos de ambos os lados da fronteira transitavam sem problemas. Ao final o agente informa que havia pouca fricção entre os nacionais [95].

Em 1954 o Paraguai enfrentava mais uma revolta armada, novamente com disputas internas ao partido Colorado. O personagem de frente nos embates era o General Alfredo Stroessner, então o chefe das forças armadas, que naquele momento controlava Assunção, a polícia e todas as forças armadas, exceto a divisão de cavalaria, considerada criticamente importante. Grupos comunistas e da oposição (aparentemente) não estavam envolvidos. Prevvia-se a renúncia do Presidente Chávez, presidente desde 1949. Para substituí-lo apontava-se Stroessner, que era considerado pró-americano e pró-Brasil. O agente da CIA afirmou que a situação política estava incerta [190].

Em 4 de maio de 1954, chegava ao fim o governo de Federico Chaves no Paraguai, derrubado por um golpe militar chefiado por Stroessner, o que deixou a presidência vaga por 4 dias, quando foi ocupada por Tomás Romero Pereira (1886 – 1982). Romero ficou no cargo interinamente, aguardando o resultado das eleições em agosto daquele ano (NOHLEN, 2005).

O roteiro das sucessões no Paraguai parecia o mesmo, alguém ligado ao governo que era derrubado se reunia com mais descontentes dentro do partido Colorado e decidiam por uma revolta. Os presidentes anteriores seguiram o “*script*” e agora Stroessner se apresentava no centro do palco político nacional. Ao que parecia, na ausência de outros partidos fortes, as facções internas do partido Colorado, a exemplo do Guión Rojo e dos Demo-Colorados, funcionavam como se fossem partidos, sempre tramando na busca do poder, que por sua vez se mostrava transitório, pelo menos até aqui.

Como apontavam os rumos da política paraguaia em 1954, Alfredo Stroessner foi eleito para ocupar o cargo de presidente do país, iniciando seu governo em 15 de agosto de 1954. Já no Brasil, em 24 de agosto de 1954, terminava tragicamente a carreira política e a vida de Getúlio Vargas, e iniciava-se o governo de seu vice-presidente, Café Filho (1899 – 1970) (CUNHA, 2021).

Enquanto isto, preocupados com a zona de influência soviética, a CIA produziu um memorando comentando acerca dos satélites da URSS e a penetração em outros países. No caso do Paraguai, as observações chamaram a atenção, pois trouxeram que a URSS não tinha adidos no país e que a estabilidade política era muito ameaçada por revoltas, sendo o exército, como já observado anteriormente, o fiel da balança política nacional – a posição de adido militar colocaria este personagem em contato com as entranhas do poder paraguaio. Outra informação que rondava dizia respeito à existência de um político influente, possivelmente comunista, que estaria a planejar a derrubada de Stroessner [125].

Já a preocupação norte-americana em relação ao Brasil dizia respeito à distribuição das forças comunistas pelo território nacional, que somariam no final de 1954 cerca de 120 mil pessoas, distribuídas pelo litoral e nas grandes capitais do país [18]. Note-se que o número dos comunistas sofreu um grande incremento desde 1951, quando um memorando informou que tal montante seria de 55 a 75 mil pessoas [16]. Pode ter havido um exagero no memorando atual, para justificar a confecção de um mapa.

Ao longo desta seção, explorei a complexa Memória de Estado do Cone Sul entre 1945 e 1954, sob a lente dos memorandos da CIA. O Paraguai emergiu como um epicentro de instabilidade política, marcado por uma sucessão quase ininterrupta de golpes de Estado e mudanças governamentais, frequentemente orquestradas por facções internas do Partido Colorado e com o papel decisivo das forças armadas. Essa fragilidade política e econômica do Paraguai o tornou um palco às disputas de influência de seus vizinhos maiores, Brasil e Argentina, que competiam por hegemonia regional.

A preocupação com as fronteiras também se mostrou um tema persistente para a CIA, especialmente a demarcação inconclusiva entre Brasil e Paraguai na região de Salto de Guairá, que viria a ser o local da Usina de Itaipu, vista pela CIA como uma potencial fonte de conflito futuro. A Tríplice Fronteira, por sua vez, foi descrita como uma área de fácil circulação de pessoas e mercadorias, incluindo contrabando generalizado, destacando a fluidez e a informalidade desses limites.

A Guerra Fria impulsionou a atenção da CIA para as ameaças ideológicas, com o fantasma do domínio comunista global permeando as análises. Embora a atividade comunista no Paraguai fosse considerada insignificante, a agência monitorava de perto a sua influência no Brasil – especialmente após a cassação do PCB e através de campanhas de nacionalização do petróleo e dos “Congressos da Paz” – e a sua articulação internacional com financiamento e propaganda coordenada. Paralelamente, houve uma notável preocupação com o ressurgimento de ideais e atividades nazistas na Argentina, com ligações claras com o Paraguai e o Brasil, o que incluía a presença de figuras como Josef Mengele na região e o emprego de cientistas alemães pelo governo argentino. O peronismo, em particular, foi visto com identidades ideológicas com o nazifascismo, embora ocasionalmente suas ações pudessem convergir com interesses comunistas, desde que fossem contra os EUA e o Brasil.

Retrospectivamente, este período revela o Paraguai como um ponto sensível no tabuleiro geopolítico do Cone Sul, um país cujas fraquezas internas e posicionamento geográfico o tornaram suscetível às pressões e manobras das grandes potências regionais e globais. A análise das Memórias de Estado produzidas pela CIA oferece um panorama detalhado de uma região em constante efervescência, na qual as preocupações com segurança de fronteiras, instabilidade governamental e a propagação de ideologias totalitárias (nazismo e comunismo) moldaram a política externa dos Estados Unidos e as dinâmicas regionais.

3.2 Brasil e Paraguai (1955-1964): cenários políticos internos, fronteiras e influência comunista cubana na ótica da CIA

Em março de 1955, a CIA produziu um documento que trazia possibilidades para o Brasil após Vargas. O agente via como certa a posse de Café Filho, para completar o mandato de Getúlio, além de considerar que a compreensão dos últimos acontecimentos no país era a chave para entender os desdobramentos do futuro próximo. Vargas foi descrito como astuto, que soube manejar as facções, posando como um quase fascista (uma fachada ideológica). Mesmo com toda influência que detinha, ele foi discretamente deposto pelos militares, que elegeram seu candidato, Dutra, permitindo o surgimento de dois partidos fortes, o PSD (com associados antigos de Vargas) e a UDN (políticos de oposição) – ambos partidos eram moderados-conservadores [191].

Mesmo com a estabilidade do governo Dutra, os problemas econômicos mantiveram a popularidade de Vargas, que fortaleceu o seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), levando-o à vitória nas urnas em 1950, mas sem o controle do legislativo, dos governos dos estados e dos municípios, ainda controlados pela UDN e o PSD. Além disto, seu governo não teve sucesso na economia, foi vacilante e populista, o que diminuía seu apoio político. Para reverter este quadro, Vargas duplicou o salário mínimo, mesmo sem condições econômicas para tal. Faltava apenas um incidente para precipitar o fim de seu governo. Este incidente ocorreu na forma de um atentado a tiros contra um opositor, Carlos Lacerda, que acabou matando um oficial da Força Aérea, fato que retirou o apoio popular de Vargas, o que o levaria em breve à renúncia ao cargo e a um trágico suicídio [191].

O exército, como no caso paraguaio, tinha forte presença política no Brasil, enxergando a si mesmo como um garantidor da ordem, e já haviam exigido a troca de um ministro e desconfiava da tendência esquerdista do governo, acabando por posicionar-se contra a presidência de Vargas [191].

Café Filho foi louvado pelo agente da CIA, pois contaria com o apoio dos conservadores, mesmo não sendo um, e teria composto sua administração com pessoas bem qualificadas, sem interesses partidários. Mesmo assim, a economia seria seu maior desafio, sem divisas e com inflação alta, o que o levou a tomar atitudes austeras, que foram rejeitadas em parte pelo Congresso [191].

Pela primeira vez em 25 anos a política brasileira não estava contra ou a favor de Vargas, tendo aparecido lideranças trabalhistas e conservadoras a disputarem os votos populares, e mesmo o exército estava interessado nos resultados das eleições presidenciais

em 1955, pois temiam a vitória de um esquerdista, sendo sua intervenção esperada neste caso. Uma aliança entre PSD e PTB, que indicasse Kubitschek, poderia irritar os militares, que teriam de ser convencidos que ele seguiria um rumo austero, como o de Café Filho. No entanto, o voto que decidiria seria o dos trabalhadores, que tinham força para eleger um candidato se não dividissem os votos. Para forçar esta divisão, a UDN poderia lançar Jânio Quadros, na visão do agente da CIA, um esquerdista independente, ou optar por um conservador, caso a divisão da esquerda fosse evidente. No entanto, o agente da CIA apostou em Juscelino como o potencial presidente eleito, devido ao já citado voto trabalhista de esquerda [191].

Se pode notar que o agente que fez esta parte da análise política brasileira apostou no candidato vencedor, Juscelino Kubitschek, mostrando que estava bem a par das tendências nacionais, isto após a situação confusa que resultou do suicídio de Vargas. O mesmo agente utiliza de uma classificação entre esquerda e direita, conservadores e trabalhadores, indicando que estes índices dirigiam sua análise, mostrando ter algum conhecimento da ciência política.

A CIA continuou avaliando o cenário brasileiro, abordando agora a força militar do país. No total seriam 204 mil homens, entre eles 55 mil policiais militares, todos treinados aos moldes norte-americanos. Mesmo tendo problemas operacionais, o agente considerava as tropas brasileiras acima da média das demais forças latino-americanas, isto devido a treinamentos, participações em missões e na Segunda Guerra Mundial. Tanto que tal força poderia impedir uma tentativa de agressão de qualquer de seus vizinhos, mas em caso de uma invasão em larga escala careceria de apoio dos EUA, segundo o agente da CIA. Em caso de conflito global, os militares brasileiros poderiam servir guardando locais importantes contra sabotagens e ataques. A Marinha e a Aeronáutica poderiam fazer escoltas de comboios e o Exército poderia fornecer uma pequena força expedicionária [126].

Considerando-se aliados naturais dos EUA e militarmente superiores a seus vizinhos continentais, o Brasil tinha nos EUA seu mercado de café mais importante, fonte de ajuda financeira e técnica, mas se mostrando sensível a qualquer desatenção a suas pretensões, ao mesmo tempo em que rejeitava qualquer insinuação de tutela norte-americana, sendo o crescente nacionalismo uma fonte recente de conflitos, havendo uma impressão de que os EUA não estariam recompensando o país à altura de sua importância estratégica e seu alinhamento diplomático no continente e na ONU, havendo um ressentimento (comum nos outros países latino-americanos) de que Europa e Ásia recebiam melhor tratamento [126].

Apesar de relações com satélites soviéticos e da pressão interna para reatar relações com a URSS, o país seguia rompido deste 1947. Esta ligação poderia tornar o país mais independente politicamente, pois poderia barganhar em outro patamar com os países capitalistas, além de abrir mercado para suas exportações. Comunistas e nacionalistas estavam pressionando nesta direção. Já no âmbito regional, o Brasil sempre se contrapôs a uma liderança da Argentina, manobrando com os vizinhos em comum, Uruguai, Paraguai e Bolívia, para manter o equilíbrio, apoiando a ideia de solidariedade hemisférica ao invés da criação de um bloco latino-americano. Acreditava-se que o país continuaria a apoiar os EUA em relação à URSS e em questões importantes, isto se a influência comunista e ultranacionalista não aumentasse no Itamaraty. No entanto, o desejo de uma maior independência política e econômica poderia levar o país a se aproximar da Europa Ocidental e demais países da América Latina [126].

Segundo a CIA, o PCB havia crescido em importância desde a eleição de Vargas e seus membros haviam chegado entre 100 a 120 mil, e um número maior de simpatizantes. Embora com cúpula intelectual, seu apoio vinha dos trabalhadores urbanos, da classe média baixa e mesmo de militares reformados. Focando na consolidação de sua posição à época, o PCB contava com diversos jornais e centros de formação, tendendo para um modelo chinês de revolução, com guerrilhas originadas no campo, embora sua força estivesse nas grandes cidades e no Nordeste. As estratégias comunistas seriam duas: desestabilizar o governo; e estimular o sentimento contra os EUA e a favor do nacionalismo. Um de seus sucessos foi a legislação que afastava o capital estrangeiro da indústria do petróleo [19].

A CIA apontou que Vargas foi descuidado em relação ao avanço dos comunistas, que se infiltraram em organizações trabalhistas, no serviço público e nas forças armadas, pois ele acreditaria ser capaz de controlá-los. Café Filho tentou diminuir o problema, aposentando ou transferindo militares simpatizantes. Mesmo a Igreja católica no país subestimava a influência comunista e não engajou-se no seu combate [19].

A estratégia do PCB era atuar por intermédio de outros partidos, já que era proibido de atuar diretamente, mas a extensão de sua infiltração em outros partidos era desconhecida, entretanto ela pode ter sido grande no PTB, já que em 1954 cinco comunistas e simpatizantes foram eleitos utilizando-se deste expediente. Até o suicídio de Vargas ajudou o PCB, já que sua carta testamento suscitou revoltas populares, estando agora a figura do morto no rol dos mártires a serviço do partido [19].

O agente terminou este tópico prevendo o contínuo crescimento comunista, mas que não seria suficiente para que eles tomassem o poder no país, restando a eles a pressão popular, explorando problemas e incentivando o nacionalismo [19].

Em se tratando de 1955, a análise econômica feita pela CIA apontou que pouco progresso havia sido feito no Brasil, que dependia das exportações agrícolas, que não supriram as necessidades da indústria, que ficou sem investimentos estrangeiros devido ao nacionalismo. A inflação tinha mantido uma grande parte da população urbana em condições ruins, o que causava descontentamento, e mesmo nas classes médias e entre os militares a situação era desconfortável, principalmente pelo crescimento da esquerda-trabalhista e dos comunistas. No entanto, o país apresentou menos violência política do que alguns outros países latino-americanos no mesmo período [75].

O Brasil era o país com o maior potencial de crescimento econômico da América Latina, segundo a CIA, e com o final da Segunda Guerra Mundial os investimentos aumentaram substancialmente, o que se refletiu no PIB. No entanto, o setor de infraestrutura apresentava grande defasagem, o que foi agravado por regulações tarifárias e cambiais, além de uma inflação persistente. Estes fatores provocaram a escassez de divisas, que junto à dependência da importação de petróleo agravaram a crise, que era momentaneamente aplacada com empréstimos externos. Além disto, a queda do preço internacional do café agravou o quadro econômico [75].

No Brasil, em 8 de novembro de 1955, chegava ao fim o governo de Café Filho, do PSP, afastado por determinação médica, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados de então, Carlos Luz (1894 – 1961), do PSD, para um mandato de apenas três dias, após um impeachment, assumindo em lugar Nereu Ramos (1888 – 1958), também do PSD, que completou o tempo restante até a posse do próximo presidente eleito, isto sob estado de sítio (ARCHANGELO, 2015; FONSECA, 2017). Após 81 dias de governo, Ramos transmitiu o governo ao presidente eleito pelo PSD, Juscelino Kubitschek (1902-1976), em 31 de janeiro de 1956, tendo como vice-presidente João Goulart (TEIXEIRA, 2018).

Em 1957, a preocupação norte-americana foi a de saber quantos eram seus cidadãos que residiam no exterior, entre eles agentes. Para isto, houve um levantamento de dados dos anos de 1955, 1956 e 1957. Para o Brasil os números informavam um total de 27 agentes de informação em 1956 e 31 em 1957, podendo significar que houve um aumento de demanda por informações brasileiras, já para o Paraguai o total foi de apenas 2 agentes nestes dois anos. O fato de haver por volta de 15 vezes mais agentes de informação no Brasil do que no

Paraguai pode demonstrar a complexidade e as dificuldades de obter informações de inteligência em um país como o Brasil, de dimensões continentais e uma população enorme, mesmo para os padrões da época [127].

Ainda em 1957, o tema do petróleo voltou, sendo o comentário acerca do Brasil o mesmo de antes, que a produção era insuficiente para as necessidades diárias e que o país não detinha capital, *know-how* e as políticas certas para o desenvolvimento desta indústria. Naquela época, a produção nacional se concentrava na região do recôncavo baiano. Áreas potenciais encontravam-se na região da bacia amazônica, bacia do Maranhão e bacia do Paraná, outras bacias menores estavam no litoral. Até a metade do ano de 1956, a produção nacional de petróleo foi pouco maior que a produção dos EUA em um único dia naquele ano. Uma produção de 11 mil barris por dia para um consumo que poderia chegar a 264 mil no ano seguinte, sendo um dos que menos produziam na América Latina [76].

Muito deste problema foi atrelado ao fato de, entre 1939 a 1953, o Conselho Nacional do Petróleo ter ficado encarregado da tarefa, e em 1953 ter sido criado um monopólio, embalado pela opinião pública, nacionalismo e campanhas comunistas, que culminou na criação da Petrobras. Os números eram óbvios em seus impactos econômicos, pois as importações de petróleo em 1956 custaram US\$ 250 milhões, 20% do total importado àquele ano [76].

Se para o Brasil a situação já não era fácil, o Paraguai tinha ainda mais desafios em relação ao petróleo, pois não havia nem produção nem refino do produto em seu território, o que o forçava a importar, e mesmo com a prospecção feita por uma companhia norte-americana nada de substancial foi encontrado [76].

A insistência da CIA em abordar a questão do petróleo vai ao encontro ao que Raffestin (1993) já citava, pois o petróleo é um trunfo, se torna fonte de poder caso seja dominado, além do fato de nele estar contido as fontes do poder, a energia (que neste caso se configura no capital necessário para a montagem da estrutura de extração, transporte e refino) e informação (na forma dos conhecimentos técnicos necessários à indústria). A própria CIA com tais memorandos colaborava na produção de informações, dando mais um trunfo a seu governo.

Mostrando uma mudança na dinâmica política paraguaia, a CIA, no final de 1957, informou que o PC daquele país havia tentado uma aliança com o Partido Liberal, que não deu certo, voltando-se para a infiltração em organizações sindicais e em outros partidos, até

mesmo no Partido Colorado, mas seus membros acabaram sendo identificados em meados de 1956 [20].

Já no Brasil, os comunistas prepararam um relatório em quatro vias informando da participação dos EUA na economia nacional, suas finanças e identidade de políticos que eram sócios destas empresas. Uma cópia foi enviada a Moscou, as demais ficaram com o partido. As fontes eram públicas, diários oficiais e publicações norte-americanas, nada secreto. Outro caso foi a descoberta de armamento do PCB, junto com documentos e planos de formação de guerrilhas, além de textos didáticos de como combater tanques em meio urbano e as diferenças da guerrilha para a guerra convencional. Os discursos incitando à guerrilha datam de 1955, antes de haver qualquer grupo real formado. Já em 1957, várias sabotagens foram atribuídas aos comunistas, dirigidas a navios petroleiros, sendo que um militante comunista morreu devido a uma explosão, um dos jovens que compareceu em 1950 a encontros comunistas na Europa. O jovem foi enterrado como herói por seus camaradas e a imprensa comunista divulgou a versão de que a sabotagem havia sido feita pelos imperialistas contra a Petrobras [20].

No Paraguai, membros expulsos do PC estavam tramando contra o partido e seus líderes, e o PC determinou uma investigação interna [20]. Este último fato mostrava que além de fraco, como a CIA costumava afirmar, o movimento comunista paraguaio era desunido, o que o tornaria ainda mais insipiente.

No primeiro dia de 1958, foi datado um memorando que informava acerca dos periódicos comunistas e não comunistas na América Latina. De um total de 1266, 1153 seriam não comunistas, 108 estariam sob controle comunista e 5 deles sofreriam influência. No caso do Brasil teríamos 195 isentos e 39 controlados. Já o Paraguai teria 24 sem influência e 1 apenas controlado por comunistas. O Brasil liderava com a maior quantidade de periódicos comunistas, seguido por Cuba (15), e Argentina (14) [21].

Aqui, novamente chamo a atenção para a questão do poder e suas duas componentes. Como os partidos comunistas não detinham energia suficiente para pôr em prática sua revolução, eles se utilizavam da informação. Proporcionalmente ao Brasil e à Argentina, Cuba detinha uma quantidade bem grande de publicações controladas por comunistas, o que pode ter facilitado o trabalho da guerrilha, que em exato um ano após a publicação deste memorando entraria triunfante em Havana, marcando de forma definitiva a história das Américas.

As fronteiras continuavam a ser preocupações da CIA e no ano de 1958 surgiu mais um documento estudando-as na América Latina. Em se tratando do Brasil e do Paraguai temos a informação de que a fronteira estaria já demarcada e que não haveria conflito algum entre as nações. Logo em seguida, o texto traz um histórico do processo de demarcação, desde 1872 até 1930, apontando toda a área pelos seus nomes, citando por duas vezes a foz do Iguaçu como ponto mais ao sul desta fronteira política [96].

Neste ano, o interesse era também dirigido à penetração soviética na América Latina. No Brasil haveria de 50 a 60 mil membros do PCB, menos do que no México e na Argentina, todos aceitando as diretrizes do PC soviético, optando pela infiltração em grupos de esquerda e nacionalistas, sendo bem sucedidos entre os nacionalistas brasileiros e até entre os militares, havendo até significativa influência nos governos, além de poder ser um centro de disseminação comunista na região. Os quadros de liderança dos PCs do México, Brasil, El Salvador, Paraguai, Cuba, Guatemala, entre outros, estavam recebendo treinamento na URSS e na China, com replicação dos ensinamentos em escolas nos próprios países [22].

As táticas iam de documentação falsa, cirurgias, rotas de viagem alteradas, tudo para preparar as lideranças, inclusive a reconciliação de antigas dissidências. A estratégia é apoiar o retorno à normalidade diplomática, econômica e cultural com a URSS (e seus satélites) e a China [22].

Como se pode notar, houve a mudança nos números de comunistas no país, dos 100 a 120 mil foi para 50 a 60 mil. Isto pode ter se devido ao fato deste memorando ter sido assinado pelo chefe da CIA, Dulles, e dirigido ao Gen. A. J. Goodpaster, conselheiro de Eisenhower no período. Ou os primeiros números estavam exagerados, apenas para causar alarme, ou os segundos estavam atenuados, para não preocupar demais a Casa Branca. De qualquer forma, é uma diferença muito grande para ser acidental.

Logo em 1º de janeiro de 1959, Cuba presenciava a queda de Batista e a chegada a Havana do grupo de guerrilheiros comandado por Fidel Castro, que desde então tornou-se o governante de fato da ilha, apesar de ter havido outros nomes à frente do governo (COLTMAN, 2008).

Chegando a 1959, depois da prisão de membros do Partido Colorado no Paraguai, uma ala dissidente poderia ter ameaçado o governo Stroessner, isto após greves estudantis, a decretação de estado de sítio e dissolução do congresso. Um dos presos, Nelson Rolón (supostamente apoiado por movimentos clandestinos) fugiu para o Brasil e estaria montando um governo no exílio. Outro oponente abrigado no Brasil, Osvaldo Chaves, foi à Argentina

reunir a oposição a Stroessner. No entanto, o presidente aparentava ter ainda o apoio dos militares [192]. Pôde ser vista a mesma movimentação que derrubou os presidentes anteriores do Paraguai, algo que surge de dentro do partido e que movimenta a vida política da nação. O agente aponta o apoio militar por saber que no final das contas é o que decidia a situação da política guarani.

No final do mesmo ano, os senadores dos EUA ouviram o Gen. C. P. Cabell, então diretor adjunto da CIA, acerca da ameaça comunista, informando que os PCs na América Latina operam de forma integrada, onde eram legalizados buscavam ampliar membros e mídia, onde proibidos contavam com o auxílio de vizinhos, como no caso do PC Paraguai que era apoiado pelo PC Argentino e PC Uruguai. Mesmo as representações diplomáticas dos países satélites da URSS funcionavam como base de apoio aos PCs. A infiltração no ramo da educação era outro sucesso comunista nestes países, que contavam com bolsas de estudo na URSS e seus satélites. Até os sindicatos mais atuantes davam suporte aos mais fracos [23].

Quanto à participação de imigrantes chineses na rede comunista, a informação foi de que existem milhares de chineses de primeira ou segunda geração em países da América Latina, sendo Peru, Cuba e Equador os mais relevantes, São Paulo teria então 1.030 deles. Eles seriam potencialmente relevantes para uma ação comunista no continente [23].

Memorandos como este último mostram o quão preocupados estavam os norte-americanos com o avanço comunista nas Américas, tendo a CIA como base de informações acerca dos dados e fatos relevantes a este respeito. O curioso é que o representante da CIA passou um novo número ao senado, não os 100 a 120 mil, nem os 50 a 60 mil membros dos PCs, mas apenas 40 mil para o Brasil e 3 mil no Paraguai. Números com poucos meses de diferença em suas publicações. A CIA estaria propositalmente diminuindo tais quantidades para não alarmar seu governo e aos senadores?

No final de 1959, o governo brasileiro planejava uma nova postura diplomática, a neutralidade, prometendo tratar EUA e URSS da mesma forma, posição fruto de pressões internas. As alegações seriam as de que os EUA beneficiaram países da África em relação ao café e que trataria melhor a Argentina do que o Brasil, um aliado tradicional. Outro ponto era a crença de que no futuro as relações seriam polarizadas entre asiáticos-africanos e brancos, o que colocaria o Brasil em uma posição intermediária. Além disto, a postura brasileira já oscilava entre apoiar a Operação Pan-América (para combate ao

subdesenvolvimento) junto aos EUA, enquanto assinava acordos comerciais em Moscou, ensaiando um reatamento diplomático [128].

Novamente a queixa era a de tratamento diferenciado, o que pode ter sido verdade, mas pode ter sido provocado justamente pela aproximação nacional a Moscou. A previsão de uma polarização futura do mundo nos moldes alegados guarda certa relação estética com a atual geopolítica Sul-sul. Seria esta última fruto da primeira perspectiva?

Também a China comunista tentava expandir sua influência mundial, tanto que a CIA preparou, no início de 1960, um memorando relatando a visita de representantes de PCs de vários países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai, Venezuela, El Salvador, Honduras e Panamá. Prestes teria tido uma reunião particular com Mao em 25 de outubro de 1959 [24].

Mais tarde, houve outro memorando informando acerca de escolas de treinamento comunista na América Latina. Para os comunistas, o treinamento constante era a chave para o futuro sucesso de sua visão de mundo, sendo o centro de treinamento na URSS (a Escola Superior do Partido Comunista), na China ou em países satélites dos soviéticos, possibilidades internacionais. Mesmo assim, cada PC nacional tinha seu próprio centro de treinamento. Havia também a possibilidade de ensinamentos marxistas em grupos associados aos PCs, ou escolas controladas por eles, como o caso da Escola Avançada de Estudos Brasileiros no Brasil, sendo a infiltração em sistemas educacionais uma das táticas principais de tais grupos. Um exemplo foi o treinamento de comunistas paraguaios em um resort localizado em El Tigre, na Argentina, planejado para que depois voltassem ao Paraguai e repassassem os ensinamentos aos demais comunistas de lá. Também no Brasil, o PCB ministrou uma série de palestras, para preparar seus quadros, que foram replicadas pelo país. Mesmo o idioma russo era ensinado em Santos (SP), no Centro Estudantil de Santos. A escalada de cursos do tipo anteriormente descritos estava chamando a atenção e houve uma campanha na imprensa contra o Instituto Avançado de Estudos Brasileiros (ISEB), que se defendeu na imprensa comunista [25].

Novamente chamo a atenção para o fato de a informação ser um dos fatores apontados por Raffestin (1993) na composição do poder. Como não tinham o outro fator em abundância, a energia, os comunistas estavam investindo a pouca energia que detinham para ampliar a informação. Infiltrados em cursos, institutos e em escolas, os comunistas podiam reproduzir indefinidamente suas lições, já que a informação não é limitada como a energia.

Se pode constatar que a estratégia é poderosa e que tem surtido efeitos. No entanto, pode valer também para o outro espectro da política.

No Paraguai, exilados do regime de Stroessner iniciaram uma invasão contra a única ditadura sul-americana em 1960. Os ataques iniciaram pela Argentina e depois pelo Brasil, mas o exército alegava ser capaz de combatê-los. Um grupo de esquerda estaria por trás da iniciativa, talvez com apoio de um grupo comunista, mas sem a participação de moderados ou de Colorados, estes últimos buscando derrubar o presidente por dentro de seu partido. Embora Stroessner estivesse ensaiando liberalizar a política, os oponentes preferiam as vias normais, a revolta. Uma invasão semelhante à descrita foi tentada em dezembro último e foi muito divulgada pela imprensa cubana. A economia problemática enfraqueceu o presidente, que tentou se apoiar no Brasil e na Argentina, e estes iriam aumentar a repressão aos exilados na fronteira dos vizinhos [193].

Vemos que no Paraguai tentou-se o oposto que no Brasil, partir para o uso da força, ou seja, usar a energia, já que como visto anteriormente apenas havia uma publicação comunista no país, e os treinamentos dos rebeldes seriam feitos na Argentina. Parte da falta de informação seria suprida do exterior, agora com uma base territorial e política para ajudar, Cuba, as articulações e iniciativas comunistas teriam maior visibilidade e apoio desde o Caribe. A agência cubana de notícias, Prensa Latina, funcionou como difusora de notícias pró comunistas e anticapitalistas em todas as Américas.

No final do ano de 1960, os ataques ao governo paraguaio podem ter retornado, devido à aproximação maior de exilados do regime, que teriam atacado por três frentes distintas, em grupos de 60 pessoas. Os grupos de exilados, antagônicos em sua origem, passaram a unir forças contra seu inimigo em comum. Eles contavam com pequeno apoio externo em materiais e treinamento. Devido ao ataque vindo da Argentina, houve protestos do Paraguai àquele país. Já Brasil e Uruguai temiam uma revolução comunista no Paraguai, o que elevaria seu perigo interno. Para evitar o problema, o primeiro ofereceu material e treinamento ao Paraguai e o segundo apoiou o governo Stroessner externamente, perante os demais países do hemisfério, além de informar ao governo paraguaio acerca da entrada de 1600 pessoas em seu país, grande parte com documentos cubanos, que não foram mais localizadas e estariam infiltrados entre Paraguai, Brasil e Argentina [26]. Neste caso, Cuba poderia estar por trás do financiamento e treinamento dos atacantes no território paraguaio, isto antes de completar um ano do governo Castro na ilha.

Em 20 de janeiro de 1961, chegou ao fim o governo de Eisenhower nos EUA, e iniciava o governo do Democrata John F. Kennedy (1917 – 1963) (SALINGER, 1966). Alguns dias mais tarde, em 31 de janeiro de 1961, o Brasil também passava por uma troca de governo, com a saída de Juscelino Kubitschek e a entrada de Jânio Quadros (1917 – 1992), eleito pelo PTN (QUELER, 2008).

Ainda no início de 1961, a CIA produziu mais um memorando com informações do número de membros dos PCs da América Latina, o que trouxe mais distorções nos números, pois no caso do Brasil haveria no PCB 35 mil membros e 300 mil simpatizantes, já no Paraguai haveria 3 mil membros do PCP e 5 mil simpatizantes. Os totais para toda a América Latina seriam 295.528 membros e 939.350 simpatizantes [27]. Novamente temos a diminuição da quantidade de membros do PCB, mas agora surgem os simpatizantes para tentar equilibrar as distorções nos números.

Os demais países latino-americanos estavam, em 1961, majoritariamente contra o regime Castro em Cuba, com Paraguai francamente anti-Castro, mas o Brasil, com seu novo governo, não havia declarado ainda sua posição. Como o Paraguai vinha enfrentando rebeldes influenciados por Cuba, seria natural sua posição à época, já o Brasil de Jânio, na visão do agente da CIA, não ameaçaria o prestígio do país apoiando Cuba. Mesmo assim, Jânio visitara a ilha durante a campanha presidencial para atrair o voto da esquerda, além de demonstrar simpatia pela postura antiamericana do regime cubano [45]. Este memorando mostra a preocupação norte-americana com a legitimação do regime da ilha caso os demais países da OEA o apoiasse.

Ao contrário do que previra o agente da CIA, Jânio foi contra a postura anterior do Brasil e iniciou movimentos de aproximação ao bloco sino-soviético, apoio à China comunista na ONU, estabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária, e a renovação com a URSS era considerada, além da possibilidade da visita de Tito ao Brasil. Cuba ainda era um mistério, apesar dos elogios prévios ao regime. Quanto à África, Jânio pretendia fazer do Brasil um intermediário entre o continente e o Ocidente, algo que soa como uma visão do Itamaraty, já que fora expressa ideia semelhante anteriormente. Contra os EUA, Jânio retirou o país dos exercícios de guerra no ano anterior e estava relutante em contrair um empréstimo com os norte-americanos [129].

A busca de uma postura de independência do Brasil em relação aos EUA pode ter levado Jânio Quadros a adotar esta série de medidas que iam contra o que vinha sendo feito pelos seus predecessores. Outro ponto interessante é esta postura de intermediário entre

África e Ocidente, algo semelhante à ideia de que haveria no futuro uma polarização entre asiáticos e africanos, por um lado, e brancos, de outro.

O tema do apoio a Cuba retornou meses após o primeiro memorando, agora trazendo atualizações. O Paraguai, com outros países, rompeu com Cuba mesmo antes dos EUA fazê-lo, já o Brasil, junto com México, Chile e Equador, relutava em tomar medidas contra o regime de Castro [46]. Há duas possibilidades de leitura desta posição, sendo a primeira o medo de oferecer uma “arma” que poderia ser usada contra os países que fossem a favor de medidas contra Castro, e a segunda poderia ser o “jogo” que o Brasil praticava, de querer se demonstrar independente, talvez para negociar melhores acordos futuros. Uma mistura das duas possibilidades não pode ser afastada.

O governo de Jânio Quadros chegou ao fim em 25 de agosto de 1961, após sua renúncia (MOLON, 2006). Em seu lugar assumiu Ranieri Mazzilli (1910 – 1975) que, devido ao fato de ele ser à época o presidente da Câmara dos Deputados, ocupou interinamente o cargo por 13 dias, até que João Goulart (1919 – 1976), após vários problemas e acordos, assumisse a presidência (FERREIRA, 2015; RODRIGUES, 2017).

Na escala mundial, o 22º Congresso do PC da URSS provocou consequências nos PCs mundo afora, inclusive no Brasil e Paraguai. Aqui, houve a expulsão de alguns membros do PCB. A questão de fundo era o fato de o PC da URSS tomar posturas de comando sobre outros PCs, o que desagradou à Albânia, um país não completamente alinhado com Moscou, como a Iugoslávia de Tito e mesmo a China de Mao. Mas os PCs do Brasil e do Paraguai permaneceram fieis aos comandos soviéticos, apoiando-os incondicionalmente e repudiando os albaneses, pelo cisma, e os chineses, pelo apoio à Albânia. A atitude paraguaia repercutiu no Pravda inclusive [28].

Com o crescimento do comunismo em âmbito mundial, era de se esperar que houvesse em algum momento algum atrito entre as forças mais proeminentes, neste caso China e URSS. A Albânia teria servido apenas como um pretexto para a exposição das diferenças entre os gigantes comunistas, que agora antagonizavam publicamente.

Ainda em 1962, surgiu a notícia de que os últimos 25km de fronteira entre Brasil e Paraguai seriam finalmente demarcados. Isto se apresentou como uma boa notícia para os paraguaios, pois as fronteiras sempre haviam sido uma preocupação do país, principalmente as existentes com Bolívia e Argentina. A parte faltante compreendia as Sete Quedas [97].

Interessante é saber-se que ainda faltavam 25 km a serem demarcados, sendo que previamente outro memorando alegava que a demarcação estava completa. O documento

atual é o mais correto, pois apenas descreve o que foi publicado na imprensa paraguaia. O agente responsável pelo documento anterior pode ter sido leniente, apenas informando o que os superiores gostariam de ler, incorrendo em um erro agora demonstrado.

Voltando à escala mundial, após o discurso de Kennedy acerca da crise dos mísseis em Cuba, em 1962, juntamente com uma carta de Khrushchev confirmando um acordo entre EUA e URSS, houve um clamor de decepção na esquerda latino-americana. Leonel Brizola culpou os russos pelas consequências que Cuba sofreria, como o bloqueio comercial, pois teria sido usada como instrumento soviético. O governo Goulart protestou, se posicionando ao lado de Cuba, considerando o bloqueio ilegal. A carta de Khrushchev foi recebida como sinal de fraqueza, ao mesmo tempo em que a proposta brasileira de desnuclearização da América Latina e África foi recebida com bons olhos. No Paraguai não houve comentários oficiais acerca do discurso de Kennedy, enquanto que a carta de Khrushchev foi considerada um revés soviético, um recuo que deve ser explicado [47].

Tendo sido um momento crítico da Guerra Fria, a crise dos mísseis em Cuba trouxe o político Brizola a esta tese, um ator que se mostrará muito presente durante os próximos anos. Brasil e Paraguai estavam fora de sintonia na questão dos mísseis, pois o governo Goulart destoava francamente do de Stroessner, o que explica a defasagem.

Ainda lidando com as consequências da crise dos mísseis, a CIA considerava que Argentina, Venezuela, República Dominicana e Paraguai, viam Cuba como uma ameaça à América Latina, defendendo a remoção de Castro e do comunismo da ilha. Já o Brasil defendia a não intervenção e o retorno de Cuba à OEA. Chile, Bolívia, Uruguai e México, também se opunham à intervenção. O Paraguai apoiou totalmente os EUA, tendo o seu ministro das Relações Exteriores sugerido a instalação de mísseis nucleares no Paraguai, para melhor combater o comunismo [48]. Esta proposta do Paraguai tornaria o país mais difícil de atacar, o que fortaleceria sua posição no Cone Sul, ao mesmo tempo em que traria novos problemas à região.

A posição do governo Goulart passou a constar dos memorandos da CIA, que o viram se aproximando da extrema esquerda, o que incomodava a industriais e a conservadores brasileiros, mas a oposição ainda era fraca. Também nas forças armadas, as escolhas passaram a contemplar quadros esquerdistas, ao mesmo tempo em que a infiltração comunista no movimento trabalhista se intensificara. Já a área econômica do governo mostrava hostilidades aos EUA e se aproximava dos comunistas, sendo que um ministro admitiu haver um contingente de 10% de comunistas e antiamericanos em sua equipe [29].

No Rio Grande do Sul, além de Brizola ter desapropriado uma empresa norte-americana, ainda fechou um acordo para a construção de uma termelétrica com a Polônia, além da expectativa de apoio técnico e militar da URSS. No mesmo período, as divisas nacionais estavam se esgotando, com atrasos nos compromissos sem a devida atenção do governo, que visava prioritariamente o restabelecimento dos poderes presidenciais de Goulart [29].

Já Guevara, em uma entrevista ainda em 1962, afirmara que Cuba estaria dando suporte a guerrilhas em vários países latino-americanos, citando como exemplo a Venezuela, Guatemala, Paraguai e Colômbia, onde haveriam condições para as hostilidades. Ele afirmou que a solução armada era a única para derrotar os inimigos de classe [49]. Guevara apontou que os ataques ao Paraguai podem ter sido apoiados por Cuba, como foi aventado anteriormente.

Em 1963 haveria um total de 90 PCs ao redor do mundo, segundo o Pravda (que negligenciou a Iugoslávia), com 42,5 milhões de membros (mas segundo a CIA o número seria de 40 a 41 milhões). Os PCs de Cuba, Chile, Peru e Venezuela cresceram, já no Paraguai houve decréscimo de membros. No Brasil, como os partidos eram ideologicamente confusos, era difícil para os agentes determinarem as forças comunistas, mas pelo menos 4 parlamentares comunistas haviam sido eleitos por outros partidos em 1962 [30].

Dentro do PCB eclodiu um cisma que vinha acirrando os ânimos no movimento, entre os que queriam ações revolucionárias e os que queriam a infiltração progressiva nas instituições, tendo como resultado a expulsão de membros mais radicais e a formação do PCdoB, de inspiração maoísta e castrista. Já no Paraguai, o PCP tinha influência insignificante, com dirigentes no exílio, que organizaram no Uruguai uma frente unida, e sem penetração trabalhista, setor controlado pelo governo. Ele avançava entre intelectuais, secundaristas e universitários [30].

É interessante ver como no Brasil a penetração comunista sempre pareceu muito maior do que no Paraguai. O fato apontado de haver uma classe trabalhadora urbana pequena e um domínio poderoso do exército na vida política paraguaia pode explicar a diferença entre os dois países vizinhos.

A paz na fronteira Brasil-Paraguai foi quebrada com a notícia de que o governo brasileiro havia decidido desviar as águas das Sete Quedas para uso nacional, após emissão de nota, em 19 de setembro de 1962, informando que as cataratas no local eram apenas do Brasil. Este fato galvanizou a opinião pública paraguaia contra o Brasil e contra Stroessner,

pois ele era visto como amigo dos brasileiros (pois recebeu do Brasil treinamento, refúgio durante um golpe de Estado frustrado em 1948, a Ponte Internacional da Amizade, e apoio de Juscelino) e estaria em dívida com o vizinho. Uma nota oficial do governo paraguaio disse que o uso do local deve ser determinado por ambos os países, e que não considerava o Salto do Guaíra e as Sete Quedas demarcadas ainda. Já a nota brasileira informou que o Salto das Sete Quedas seria inteiramente brasileiro. A questão permanecia aberta e as relações diplomáticas abaladas [98].

Como o governo de Goulart estava à frente desta iniciativa, poder-se-ia suspeitar de que haveria uma pressão para desestabilizar o governo Stroessner, o que quase ocorreu. O Partido Liberal, de oposição, junto com alguns jornais, comandou os clamores contra os dois governos em disputa.

A Sociedade dos Amigos de Cuba, no Brasil, prometeu organizar um congresso de solidariedade àquele país para o final de 1963, com a presença de vários comunistas brasileiros conhecidos, entre eles Francisco Julião e Jorge Amado, convidando os povos latino-americanos, sob a direção de um general, Luis Gonzaga de Oliveira Leite [50]. Estas notícias do Pravda e do La Tarde, de Havana, mostram como militares, políticos, militantes e intelectuais, estavam unidos para influenciar a opinião pública brasileira para aceitarem Cuba e seu regime castrista.

Ainda em 1963, surgiu a informação de que muitas cópias de manuais de guerrilha estavam circulando nos grupos revolucionários latino-americanos. Para o Brasil, o texto das *150 perguntas* de Bayo era mimeografado e preparado na Colômbia. Além disto, muitas informações acerca das atividades guerrilheiras foram descobertas após um desastre aéreo no Peru, onde foram encontrados relatórios acerca de queixas de voluntários brasileiros que diziam não haver instrutores cubanos nos treinamentos. Já os que foram a Cuba receber treinamento, foram informados de que o país daria suporte às suas atividades subversivas, mas não houve menção a armamento. Parece que as representações cubanas e soviéticas no Brasil facilitavam o recrutamento. Já a China dependeria de Cuba para influenciar a América Latina, por não ter representações até então. No Uruguai, os cubanos não ameaçavam o governo, apenas utilizavam o país como base para ações na Argentina e no Paraguai, entre outros países [51].

Cuba seguia avançando e estabelecendo sua influência nos grupos comunistas latino-americanos, recrutando, treinando, financiando. Era uma ponte entre os soviéticos e os seus satélites, por um lado, e a China, por outro. A escolha do Uruguai como base dava aos

cubanos um local mais seguro e com acesso aos países do Cone Sul. A informação anterior, de que por volta de 1600 pessoas com vistos cubanos entraram no Uruguai e desapareceram, demonstra a utilidade daquele país para os planos de Cuba.

A propaganda cubana, em 1963, atacava os planos dos EUA para desenvolver as economias da América Latina, acusando-os de imperialistas, enquanto se anunciavam com a alternativa libertadora para a região, dando as eleições recentes no Paraguai como exemplo de engodo democrático forçado pelos EUA (pois para participar da OEA devia-se parecer democrático), havendo ataques midiáticos via Rádio Havana, transmitidos ao continente. Já os países que ainda mantinham relações diplomáticas com Cuba na região, México, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia, recebiam um tratamento crítico moderado por parte do regime castrista [52].

Ainda acerca do desastre de avião no Peru, os documentos revelaram financiamento cubano ao já citado congresso de solidariedade a Cuba, entre outras atividades, o que foi negado por Cuba, que alegou falsidade nos documentos, sugerindo dificuldades em reaver os corpos dos cubanos mortos e divulgando opiniões de autoridades brasileiras que desconsideraram as informações [52].

Ainda a Prensa Latina, de Cuba, anunciou a visita de Julião e mais dois jovens que receberiam bolsas de estudo em Cuba. Também os exilados latinos em Cuba se reuniram e criaram outra frente, isto com a organização de exilados paraguaios, ao mesmo tempo em que se denunciava que os empréstimos norte-americanos eram dirigidos ao combate à subversão e à compra obrigatória de produtos dos EUA, além de estarem retirando minerais para obtenção de tório no Piauí. Ao mesmo tempo, o Paraguai era atacado por Cuba proporcionalmente ao seu apoio aos EUA, enquanto o Brasil recebeu atenção cuidadosa [52].

O tratamento diferenciado que Cuba dava aos países latino-americanos seguia a linha ideológica de cada país, pois os exemplos distintos e antagônicos de Paraguai (uma ditadura militar pró EUA) e Brasil (uma democracia de esquerda anti-EUA) demonstraram tal fato. Ao mesmo tempo, algo que já observei, houve a denúncia de atrelamento de empréstimos a venda de produtos norte-americanos.

A presença de atividade subversiva no Uruguai tinha um caráter interessante, pois não visava diretamente o país, mas sim seus vizinhos, Brasil e Paraguai, entre os alvos. A representação diplomática cubana no Uruguai estaria lá para facilitar a entrada de pessoas e financiamento a guerrilheiros, isto ocorrendo mesmo em um país cujo governo era anticomunista, só que fraco, que acabou aceitando a situação desde que ficasse livre de

revoltas. Haveria no Uruguai àquele momento cerca de 70 funcionários ligados à diplomacia de países do Bloco comunista, formando uma base para operações, o que seria pouco praticável nos demais países do Cone Sul [53].

Com a visita de Castro a URSS, houve a discussão acerca de objetivos e táticas que deveriam ser adotados na América Latina, já que para algumas situações a atitude pacífica poderia funcionar melhor, principalmente no Brasil, onde os comunistas tradicionais, com pensamento ortodoxo, preferiam a infiltração no governo. Ao mesmo tempo, Cuba tentava reativar rotas aéreas para a ilha, via Cayman, ou em voos especiais, como o que levou o novo embaixador do país para o Brasil e junto três venezuelanos que haviam sequestrado uma embarcação. Os encontros pró Cuba foram tentados, mas o promovido no Brasil fracassou, assim como um seminário estudantil na Bahia [54].

No Chile e Bolívia, ainda não houve resultados no estabelecimento de uma nova organização trabalhista, além de um congresso da juventude no Chile. O que se verificou foi a mudança cubana no Brasil e no Chile, onde a moderação tomou o lugar da guerrilha, mas em outros países a revolta continuaria a ser incitada. Um exemplo seria a Bolívia, cujas condições eram consideradas ideais, que recebeu guerrilheiros peruanos treinados em Cuba, que entraram pelo Brasil, passaram ao Peru e de lá para Cochabamba, tendo sido hospedados pelo editor de um jornal pró comunista, além de outra hospedagem para guerrilheiros bolivianos já recém-treinados [54].

Ao mesmo tempo em que para o Brasil foi designado um embaixador escolhido pessoalmente por Castro para coordenar as ações no país, o papel relevante do Brasil gerou uma disputa entre PCB, Ligas Camponesas e PCdoB, para angariar o apoio cubano. O PCdoB havia ganhado a simpatia de Castro, assim como Julião, sendo que este último teria perdido tal apoio após a descoberta, no Brasil, de centros de treinamento. Uma viagem de Prestes e Julião a Cuba parece ter devolvido algum apoio ao último e mantido o do primeiro. Cuba também gastava dinheiro apoiando associações pró Cuba, e mesmo os exilados paraguaios, abrigados no Uruguai, Argentina, Brasil e Cuba também recebiam auxílio cubano e muitos foram treinados em subversão [54].

Com URSS e China disputando a liderança do movimento comunista mundial, Cuba se via dividida entre dois fortes aliados com modos de ação antagônicos, a infiltração política ou a revolução armada. Esta polarização se convertia em apoios distintos a cada país e a cada grupo, mas já marcava uma diminuição do ímpeto guerrilheiro cubano.

Nos EUA, com o assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963, assumiu seu vice-presidente, Lyndon B. Johnson (1908 – 1973), pertencente aos quadros do partido Democrata, assim como Kennedy (GALVAN, 2016).

Um agente da CIA registrou, em 21/01/1964, um encontro entre Goulart e Stroessner para fazerem um acordo a respeito da construção do que viria a ser a usina hidroelétrica de Itaipu [130]. Este fato pode mostrar que a situação em torno do controle das Sete Quedas havia sido um meio de pressionar o governo paraguaio no sentido de concordar com a construção de forma mais fácil. Aparentemente, não haveria um plano de ocupação do local.

Ainda em 1964, outro documento trouxe informações acerca de problemas que a CIA detectara nos países da América Latina. Para o caso de Brasil e Paraguai, das categorias elencadas: agitação camponesa; terrorismo pró-Castro; violência no trabalho; ameaça de golpe militar; ameaça de tomada do poder pela esquerda; nacionalismo virulento; alto desemprego; e inflação desenfreada, os dois países se encontravam quase que diametralmente opostos, pois o Brasil apresentava todas estas características, exceto o terrorismo pró-Castro, já o Paraguai estava isento de quase todas as categorias, apresentando apenas a agitação camponesa e o terrorismo pró-Castro [131].

Em 2 de abril de 1964, João Goulart era derrubado por um golpe militar no Brasil, implantando mais uma ditadura. Assumia novamente nesta data Ranieri Mazzilli, o então presidente da Câmara dos Deputados. Em 15 de abril de 1964, tomava posse o primeiro presidente da ditadura estabelecida em 1964, Humberto Castelo Branco (1897 – 1967) (SILVA, 2018; NETO, 2019).

Ao longo desta seção, a análise da CIA revelou um panorama complexo e em constante transformação da geopolítica do Cone Sul. No Brasil, o período foi marcado por uma sucessão de governos — de Café Filho a Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart — em um cenário pós-Vargas de busca por estabilidade política e econômica. A CIA observava de perto a fragilidade econômica do país, evidenciada pela alta inflação, dependência de exportações agrícolas e importação de petróleo, e escassez de divisas, fatores que geravam descontentamento popular e polarização política.

O Exército Brasileiro era visto como um garantidor da ordem, intervindo em momentos críticos e influenciando a política nacional. Houve um crescente nacionalismo brasileiro, que impulsionou o país a buscar uma política externa mais independente, afastando-se, por vezes, do alinhamento irrestrito com os EUA e explorando relações com o

bloco sino-soviético. A ascensão de João Goulart e sua aproximação com a esquerda, a infiltração comunista no movimento trabalhista e nas Forças Armadas, e as políticas econômicas hostis aos EUA culminariam no golpe militar de 1964, que implantou uma nova ditadura no Brasil.

O Paraguai, por sua vez, permaneceu sob o regime de Alfredo Stroessner, enfrentando desafios persistentes e tentativas de invasão por exilados vindos principalmente da Argentina e do Brasil. Apesar das tentativas de liberalização política, o governo de Stroessner dependia fortemente do apoio militar e, ocasionalmente, de ajuda externa (inclusive do Brasil e Uruguai) para conter as ameaças internas e externas. A atividade comunista no Paraguai era considerada, pela CIA, insignificante e desunida, com seus líderes frequentemente exilados e maior penetração apenas em círculos intelectuais e estudantis.

A questão das fronteiras continuou a ser um ponto de atenção, especialmente a demarcação inconclusiva dos quilômetros restantes entre Brasil e Paraguai na região das Sete Quedas/Salto del Guairá. A reivindicação brasileira unilateral sobre as Sete Quedas, durante o governo Goulart, gerou forte oposição paraguaia e abalou as relações diplomáticas, culminando em um encontro entre Goulart e Stroessner em 1964 para discutir a construção da futura usina de Itaipu.

Um dos temas mais proeminentes do período foi a crescente influência comunista na América Latina, impulsionada pela ascensão de Cuba após a Revolução de 1959. A CIA monitorava de perto o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos membros variaram em número, mas que se notabilizaram pela infiltração em organizações trabalhistas, no serviço público e nas Forças Armadas, além de promoverem o nacionalismo e a desestabilização governamental. Cuba tornou-se um polo de apoio a grupos revolucionários, oferecendo treinamento, financiamento e propaganda pró-comunista, e fomentando guerrilhas em diversos países, incluindo o Paraguai. A agência de notícias cubana, Prensa Latina, atuava como um vetor de notícias anticapitalistas em todo o continente.

A Crise dos Mísseis em Cuba (1962) expôs as diferentes posturas regionais: enquanto o Paraguai adotava uma posição francamente anti-Castro e alinhada aos EUA, chegando a sugerir a instalação de mísseis nucleares, o Brasil, sob Goulart, defendeu a não intervenção e o retorno de Cuba à OEA, buscando uma postura de maior independência. A divisão sino-soviética no movimento comunista global também foi observada, embora os PCs brasileiro e paraguaio se mantivessem fiéis a Moscou.

De forma sucinta, a década de 1955-1964, conforme documentado pela CIA, retrata o Brasil como uma nação em efervescência política e econômica, cada vez mais inclinada ao nacionalismo e, sob Goulart, à esquerda, o que gerou profunda preocupação em Washington. O Paraguai, por outro lado, permaneceu uma ditadura pró-EUA, lutando contra tentativas de subversão e buscando estabilidade. Ambos os países foram impactados pela emergência de Cuba como um farol do comunismo na América Latina, remodelando as estratégias da Guerra Fria na região e moldando as dinâmicas de poder e as intervenções da inteligência norte-americana.

3.3 Brasil e Paraguai na visão da CIA (1965-1974): regimes militares, anticomunismo, Itaipu e narcotráfico

Já no início de 1965, foi produzido um memorando que avaliava as economias latino-americanas, informando que a presença de empresas estatais estaria drenando a poupança interna dos países, o que causaria a grande inflação registrada. Tais estatais contariam com a crença de que os governos deveriam fornecer serviços, o que esbarraria em um nacionalismo forte, substituindo capital privado, como no caso da Petrobras. No mesmo período no Brasil, as estatais representaram 80% do déficit das contas do governo em julho de 1964, sendo que 57% do déficit deste ano resultou de subsídios apenas a ferrovias, portos, companhias aéreas e marinha mercante. Mesmo a ameaça de nacionalização afastava os investimentos estrangeiros, forçando o investimento estatal, drenando os investimentos da Aliança para o Progresso [77].

Para a política da região, as estatais eram símbolo de soberania e nacionalismo, tornando-se difícil para um governo ir contra tal posição, além do fato de que algumas empresas ganharam um poder político que competia com o do governo, o que aumentava a complexidade do problema [77].

Neste ponto pode surgir a questão de que esta estatização dos setores mais estratégicos da economia nacional latino-americana não seria fruto de uma tentativa de recriar o exemplo soviético, com a economia estatizada e planificada, mas sem tornar o país definitivamente socialista, ficando um sistema híbrido, nem sendo socialista de fato, nem sendo capitalista, o que causaria as distorções e os déficits apontados pelo agente da CIA.

Em julho de 1965 a CIA registrou uma reportagem que falava a respeito dos nazistas no Cone Sul, citando Mengele vivendo na Argentina, Paraguai e Brasil, entre outros

criminosos de guerra nazistas escondidos. Isto marca a volta do interesse norte-americano em tais criminosos procurados, em suas histórias e em seus laços na América do Sul [157].

Em setembro de 1965, a polícia brasileira prendeu 15 paraguaios em Campo Grande (hoje MS), incluindo um importante ex-militar, com armamento potencialmente fornecido por Cuba, ao mesmo tempo em que no Paraguai eram detidos cerca de 60 membros do PC paraguaio no centro do país, que tentavam formar guerrilhas rurais, ambos os grupos planejavam derrubar Stroessner. As ações puderam demonstrar articulação e boa vontade entre os dois governos envolvidos [31].

Notando-se a data do ocorrido, pode-se perceber que já havia acontecido o denominado “Golpe de 64” no Brasil, com a instauração de mais um governo militar no país, o que deve ter ajudado na coordenação de esforços apontados na informação anterior. Talvez sob Goulart não houvesse tal articulação ou interesse nestas prisões do lado brasileiro da fronteira.

Após quase 6 anos de regime revolucionário em Cuba, Castro viu todas as suas iniciativas de espalhar a revolução pela América Latina falharem. No entanto, os planos subversivos continuavam tendo o Paraguai como uma das possibilidades, mas com tática diferente, buscando a preparação de uma base antes da revolução, junto com propaganda com o objetivo de convencimento e a união entre grupos. As transmissões da rádio de Havana ocorriam até em guarani, na tentativa de atingir os paraguaios. Tudo isto mostra que Castro continuava firme em seus propósitos, treinando, convencendo e talvez financiando grupos insurgentes na região [55].

A beligerância cubana se refletia em números, pois Cuba mantinha a maior força armada da América Latina (excetuando-se o Brasil), que eram as mais bem equipadas da região, podendo combater ameaças diversas com seu armamento soviético, sendo que a URSS mantinha cerca de 2000 homens na ilha (para treinamento e consultoria). Embora continue a apoiar grupos insurgentes latino-americanos, Castro parecia à época acreditar que a revolução deveria ser de responsabilidade dos grupos locais, focando a ajuda onde eles são mais ativos, ao mesmo tempo em que se aproximou dos partidos ligados à URSS, que passariam a apoiar aqueles grupos ativos, até no Paraguai [56]. Sendo esta mudança gradual de Castro tendo sido apontada nos memorandos acerca de Cuba, se pode ver o valor do trabalho de informação deste tipo, já que tendências podem ser identificadas com o tempo.

A questão da disputa pelas Cataratas do Guaíra, que parecia pacificada, voltou a preocupar o Paraguai no final de 1965. Embora de pequena extensão, o local disputado

guardava o potencial hidrelétrico do rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai. O fato de ter havido soldados brasileiros na região disputada gerou protestos paraguaios, com a alegação brasileira de que eles estariam lá para combater guerrilhas e o contrabando, tendo havido a detenção de funcionários paraguaios no local. O Paraguai afirmou que há um trecho a ser demarcado na fronteira, enquanto o Brasil afirma que tudo já foi demarcado e que a parte reclamada estaria em seu território, sugerindo a arbitragem internacional para resolver o caso [99].

A reação nacionalista no Paraguai foi despertada pela situação, havendo pressão sobre o governo local, que estaria complacente em relação ao caso. Para negociar mais de perto, Castello Branco enviou o chefe do SNI, que conversando com o governo paraguaio teria sido bem sucedido (informação passada pelo Adido Militar brasileiro à Embaixada norte-americana), tentando evitar parecer agressivo. Após isto surgiu a informação de que as tropas brasileiras haviam deixado a área em disputa e que Stroessner pedira calma neste momento. O memorando chama a atenção para o fato de o Paraguai não ter divulgado a oferta brasileira de mediação [99].

Pode ser de interesse ver como o governo militar aproveitou o movimento iniciado no governo Goulart e aumentou a pressão sobre o Paraguai, o que parecia guiar a situação aos interesses brasileiros de construção de uma usina hidroelétrica no local. Ao mesmo tempo, qual seria o jogo do lado de lá da fronteira? A aparência é a de uma encenação para que o Paraguai conseguisse a melhor posição possível nas negociações, o que pareceu que veio a ocorrer mais tarde, como a história mostra.

A questão retornou à CIA em fevereiro de 1966, com um relato do embaixador dos EUA em Assunção, que contou uma conversa sua com o chanceler paraguaio. Ele informou que as negociações com o Brasil estariam difíceis, mas que outras com a Argentina estavam caminhando, em vista de um projeto de outra hidrelétrica no rio Paraná, na Cachoeira do Apipé, que interessava mais a Buenos Aires, já que Assunção preferia a hidroelétrica de Acaray, projeto mais desenvolvido. Além disto, um acordo de navegação ainda estava sendo discutido e a Argentina havia proposto a construção de uma ponte sobre o rio Paraguai, ligando os países [100].

Este episódio demonstra o que observei anteriormente: que o Paraguai jogava com os interesses de seus vizinhos, ora concordando com um, ora com o outro, angariando benefícios neste movimento. Os potenciais hidroelétricos, tanto do rio Paraná quanto do rio Paraguai, são um trunfo paraguaio, pois nada poderia ser feito sem sua anuência, e suas

necessidades energéticas eram menores do que as de Argentina e Brasil, bastando esperar as ofertas da parte dos mais interessados, como no caso da Ponte Internacional da Amizade e da ponte ofertada pela Argentina.

Ainda em 1966, o assunto era a disputa nas Cataratas de Guaíra, com a informação de que as tropas brasileiras estariam na região e uma estrada até lá estaria em construção. Em resposta, os paraguaios teriam enviado 150 homens para o local, o que era potencialmente perigoso. O desacordo surgiu com a afirmação do tratado de 1872, que dizia que a parte mais alta da serra no local marcaria a divisão. Para o Brasil, este ponto é ao sul, mas para o Paraguai é ao norte, havendo vários textos paraguaios reivindicando toda a área ao próprio Paraguai. O agente fez uma longa análise dos argumentos de ambos os lados e informou que o Brasil já estaria desviando a água das quedas para gerar energia para Porto Guaíra, havendo um projeto de se criar uma barragem após as cataratas, no rio Paraná, o que obrigaria a uma participação paraguaia. Em todo caso, na ótica do agente, o Brasil teria os melhores argumentos a seu favor, embora o Paraguai devesse ter participação em qualquer iniciativa no local [101].

Embora o agente tenha admitido não ter conhecimentos de direito internacional, sua análise foi bem conduzida e imparcial, levantando os argumentos e avaliando sua consistência perante o contraditório, ao mesmo tempo em que ele previu o desfecho final do caso, o que mostra a qualidade deste memorando e o seu valor como Memória de Estado.

Em menos de um mês, surgiu mais uma atualização a respeito da disputa pelos direitos das Cataratas de Guaíra. O agente da CIA foi ao ponto crítico da questão, energia. Como energia é um dos componentes do poder, em última instância a disputa é por mais poder. O agente compara o potencial de Guaíra às quedas do Niagara e do Iguaçu, locais de quedas com potenciais hidroelétricos enormes, mostrando que apesar de ter tido uma queda menor, Guaíra tinha um fluxo de água maior, podendo gerar de 10 a 25 milhões de kilowatts [102].

Os problemas iam além da soberania, chegando à toponímia, com nomes distintos para mesmos locais, além de problemas entre as versões dos tratados, com termos ambíguos, que teriam significados que comprometeriam o acordo. Os brasileiros já haviam estabelecido um povoamento no local de disputa, chamado Coronel Renato (ou Porto Renato), que contava apenas com um habitante até 1962, quando o interesse pelo local cresceu e o Paraguai assentou um grupo de 30 homens, afirmando que o nome do local era Puerto Renato, o que teria levado o grupamento de soldados do exército brasileiro ao local (dois

pelotões da companhia de fronteira). Tais fatos e os que se seguiriam despertaram um sentimento antibrasileiro no país vizinho [102].

Desde 1960 já havia uma usina hidroelétrica no local, gerando 600Kw para o Brasil. Em 1961 uma empresa japonesa concluiu um estudo que apontou o menor custo de produção de energia do mundo para o local. Em 1962 um grupo brasileiro estudou o potencial energético para o governo Goulart, que planejava a maior usina do mundo à época. Em 1963 a URSS ofereceu técnicos e material, além de fazer pesquisas, enquanto Goulart buscava financiamento. Em 1964 o BID, com Japão, EUA e outros países ocidentais, ofereceu um financiamento, enquanto os países em disputa estabeleciam estudos conjuntos para o desenvolvimento da área. Em 1965 as hostilidades cresceram entre os envolvidos, enquanto no Paraguai grupos nacionalistas e contra Stroessner aproveitaram para fazer pressão e ganhar prestígio político, resultando em uma reação proporcional nacionalista no Brasil [102].

O agente da CIA avaliou a questão e reconheceu que o Brasil tinha planos claros para a utilização do potencial energético do local; que outros países poderiam não gostar da posição paraguaia, pois têm também questões de fronteira a resolver; enquanto que o Paraguai alegava ser a parte fraca na disputa, o que a deixaria injusta. Não estaria à vista uma resolução breve, ao mesmo tempo em que as hostilidades não deveriam escalar. Apontava-se que a Argentina torceria para o desentendimento, o que afastaria os vizinhos, prejudicando o Brasil. A saída para Stroessner, que tinha a oposição explorando o problema, seria um acordo com o qual ele se diria o vencedor da disputa, ou seja, o desenvolvimento conjunto do local [102].

Em seguida, mais um memorando surgiu na CIA informando o desenvolvimento da disputa fronteira que veio se desenrolando nos parágrafos anteriores. A informação agora era a de que o governo brasileiro afirmara em nota que estaria disposto a negociar uma saída para a questão das Cataratas do Guaíra, estando aberto à utilização conjunta do potencial energético por ambos os países [103].

Em um novo memorando, o agente da CIA refez os argumentos de cada lado da disputa fronteira entre Brasil e Paraguai, analisando os pontos fortes e fracos, além de tentar prever as respostas possíveis a cada argumento [104]. Parecia haver mais interesse da parte dos EUA do que novidades que poderiam ser acrescentadas aos memorandos. Isto pode indicar quanto interesse o potencial local despertou, havendo várias solicitações de informação à CIA.

Em mais uma tentativa de resolver diplomaticamente o caso da disputa fronteiriça entre os pretendentes às Cataratas de Guaíra, houve em Foz do Iguaçu e em Puerto Stroessner reuniões contando com a presença dos ministros das Relações Exteriores de ambas as nações. Chegou-se às seguintes conclusões: a amizade mútua foi reafirmada; havia interesse de cada lado na resolução de problemas; combinou-se um estudo conjunto acerca do potencial econômico das cataratas em disputa; qualquer produção hidroelétrica no rio Paraná, até Foz do Iguaçu, seria dividida igualmente entre os vizinhos, com direitos de compra de excedentes, a preços justos combinados; os ministros participariam de uma reunião na Argentina e discutiriam outras questões, como as de navegação nos rios da região; as marinhas dos países em acordo removeriam obstáculos do rio Paraguai; haveria a reativação da comissão de fronteiras; os países empreenderiam esforços para manterem a paz e a amizade mútua. O governo brasileiro, em nota, afirmou ter direitos à área, mas que concederia ao Paraguai o condomínio da futura hidroelétrica, para manter a paz, além de remover o destacamento militar de porto Coronel Renato [132].

E assim, o Brasil conseguiu sua usina hidroelétrica no rio Paraná e o Paraguai conseguiu um fornecimento de energia muito superior às suas necessidades, o que lhe garantiria fundos enquanto houvesse produção. Ambos os governos poderiam agora se dizer vitoriosos, influentes e que conseguiram um bom acordo. O Brasil, além do descrito anteriormente, ainda conseguiria afastar mais um pouco o Paraguai da Argentina, aumentando sua zona de influência enquanto encolheria mais a zona de influência da rival continental.

Mais tarde, surgiu um outro memorando repetindo os fatos ocorridos quando do acordo assinado pelos ministros das Relações Exteriores de Brasil e Paraguai, mas acrescentando detalhes que não apareceram anteriormente, como o fato de o Brasil anunciar a troca de seu embaixador em Assunção, o que agradou até ao Itamaraty. Tal embaixador era considerado, pelos paraguaios, um dos fomentadores do conflito. Somou-se a isto o fato de ter havido a condenação de 14 guerrilheiros paraguaios capturados no Brasil [105].

A CIA voltou sua atenção, no final de 1966, para o campo militar da América Latina. Avaliou que as forças armadas nesta região eram tradicionalmente responsáveis por tarefas além das de defesa, mas recebiam parcelas pequenas do orçamento total do Estado, sendo que uma explicação poderia ser o fato de que desde a Guerra do Chaco, em 1935, não ter havido outros conflitos entre as nações da região. A modernização destas forças ocorreu com um tratado de assistência encabeçado pelos EUA, que transferia equipamentos. A

preocupação era principalmente com as guerrilhas e para evitar o envolvimento de militares na política destes países. A criação de academias militares mantinha um alto nível de capacidade dos militares, o que os habilitava a missões no exterior. O Brasil gastava entre 16 e 18% do orçamento em defesa (3 a 4% do PIB), por volta de 576 milhões de dólares. Já o Paraguai entre 26 e 28% (2,5 a 3,5% do PIB), algo como 16 milhões de dólares [133].

O conhecimento acerca da defesa de outros países daria aos EUA capacidade para fazer melhores vendas de material bélico, ao mesmo tempo em que poderia se precaver de uma escalada militar que poderia ameaçar seus interesses na região espionada pela CIA. Não se pode esquecer que a CIA foi criada justamente para evitar um segundo Pear Harbour (WEINER, 2008).

No início de 1967, a preocupação girava em torno da penetração comunista nas associações trabalhistas que, segundo o agente da CIA, era ainda insignificante, embora no Brasil houvesse alguma penetração neste sentido, principalmente pelo fracasso dos grupos não comunistas em conseguir melhorias substanciais nos países da América Latina. Mesmo com a cisão Sino-Soviética, com a mudança da tática cubana e com a exposição da penetração comunista nos sindicatos, pouco foi alterado da infiltração comunista anterior. Nem a derrubada de Goulart modificou a situação, apenas conteve o crescimento comunista [32].

Com alguma experiência, tempo e recursos, os comunistas conseguiram entrar em áreas dos governos, como educação, bem-estar, agricultura, e no Brasil até no trabalho. A tática era atrair trabalhadores urbanos e rurais sem o uso da violência. Tanto que no Brasil, após 1964, os comunistas diminuíram seu ímpeto e esperaram melhores condições. Removidos de seus cargos no governo, passaram a atuar nos sindicatos, sendo que o achatamento salarial e o aumento do custo de vida estavam naturalmente inclinando o movimento trabalhista nacional para a esquerda. Já no Paraguai, a penetração comunista no campo trabalhista era inexistente para a CIA, além de haver apenas 500 membros pouco ativos do PC paraguaio, somando-se ao fato de o governo Stroessner ter sido muito repressivo aos movimentos subversivos [32].

Este era um reflexo da postura soviética, a de se infiltrar primeiro, esperando que as falhas do oponente conduzissem a política à esquerda. Apenas uma mão de ferro, como no caso da política paraguaia, poderia conter esta infiltração. Note que o número de membros do PC do Paraguai estava ainda menor neste memorando.

Castelo Branco deixou o poder executivo no Brasil em 15 de março de 1967, e em seu lugar tomou posse o Marechal Artur da Costa e Silva (1899 – 1969), o segundo presidente da ditadura militar de 1964 (MORAES, 2007).

Voltando à guerrilha, a Bolívia seria um local ideal para as táticas desta natureza, devido à sua topografia e posição entre outros cinco países. Para ajudar o governo do país, os EUA forneceram treinamento e armamento a tropas especiais. O risco destas guerrilhas chamou a atenção de Argentina, Paraguai, Peru e Brasil, que aumentaram as patrulhas nas fronteiras com a Bolívia, além de ter havido ajuda material da Argentina e do Brasil [57]. A Bolívia foi uma aposta de Cuba, mas tornou-se uma decepção após combates da guerrilha com forças do governo, em 1967.

Quando o assunto era Cuba, a CIA descrevia em seus memorandos uma grande quantidade de informações relevantes, como no caso de mais um documento, de fevereiro de 1967, que confirmava o *status* do Brasil como país alvo de Cuba entre 61 e 63, com financiamento para criação de campos de treinamento de guerrilheiros em Goiás, além de verba para Julião e Brizola, tudo organizado pelo embaixador cubano no país, que teria afirmado que Brizola era a pessoa com maior potencial, no Brasil, para a revolução, tanto que quando Goulart foi derrubado, mensageiros estariam trazendo dinheiro para Brizola [58]. Aparentemente, segundo a CIA, os preparativos para uma mudança substancial do Brasil para um modelo cubano estariam próximos. O estranho era o fato de Brizola precisar de dinheiro cubano durante o governo Goulart. O presidente de então não conseguiria financiar sua base de apoio, ou Cuba queria garantir a fidelidade de Brizola, após a mudança para um regime oficialmente socialista/comunista, através de tal suporte financeiro? Poderia haver a previsão de que ocorreria alguma reação de forças conservadoras, sendo necessário uma força de guerrilha para defender o regime implantado? As possibilidades são várias, mas não há elementos para afirmar nada.

Para fazer frente às organizações influenciadas pelos EUA, Castro idealizou a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS/LASO), unindo e articulando os grupos revolucionários da América Latina. Assim, no Uruguai, Cuba financiava pessoas, partidos e jornais contra Paraguai e Argentina, financiava exilados, facilitava viagens à ilha para treinamento e incentivava a penetração em partidos, nos governos e em entidades diversas [58]. O Uruguai seria a porta de entrada do comunismo cubano no Cone Sul, segundo estas informações.

Já Brasil e China tiveram dois cenários distintos em sua relação, pois antes de 1964 o governo Goulart procurava aproximação das relações comerciais, políticas (com agentes ativos) e culturais, mas após a intervenção militar de 1964 descobriram-se planos de sabotagem e um esconderijo de armas, sob um aparato subversivo montado, acabando com as relações comerciais entre os países [58]. A materialidade desta afirmação pode ter sido fornecida pela prisão de 9 chineses envolvidos no caso, tendo havido publicidade nos jornais da época.

Ideólogos comunistas, como Debray, ainda acreditavam na guerrilha como tática a ser usada na América Latina, mesmo após tentativas frustradas na Argentina, Paraguai, República Dominicana e Peru, o que mostraria que os governos se prepararam e adaptaram para a batalha, mas não os guerrilheiros [58]. Provavelmente o advento da guerrilha cubana fez com que os demais países se preparassem para a possibilidade de enfrentarem o mesmo em seus territórios, gerando um processo de melhoria de táticas e estratégias, o que poderia explicar a falta de um segundo sucesso revolucionário até então.

Segundo a CIA, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, tinha contato direto com Cuba, tanto que membros do grupo treinavam na ilha e a família de Julião morava lá. Haveria evidências de financiamento às Ligas por parte de Cuba, além do fornecimento de armamento de baixo calibre. Castro havia se relacionado com membros do PCB, mas apoiara a criação de uma dissidência mais revolucionária no país. A imprensa chegou a denunciar, em 1963, a ação direta do embaixador cubano em atividades subversivas, o que preocupou os ministros militares, mas após a descoberta de centros de treinamento, Cuba teve de interromper o financiamento, trocar o embaixador e tentar trazer dissidentes do PCB para próximo de Julião [58].

Aparentemente, Cuba não apostava em apenas um grupo revolucionário no Brasil, dando apoio tanto ao tradicional PCB, como também a Brizola e a Julião. Caso um deles prosperassem em seus intuitos isto seria uma vitória para Castro, que ainda colecionava insucessos no continente americano.

A propaganda e a participação de cubanos em encontros no Brasil e de brasileiros em Cuba eram parte da tática de Castro. Mais tarde, o interesse cubano passou de Julião a Brizola, que aceitou o financiamento para publicidade e compra de armas para a Frente de Mobilização Popular e para o “Grupo dos 11”. A situação que era excelente para Cuba, após o golpe de 1964 levou muitos de seus aliados ao exílio, restando a Cuba a propaganda contra

o novo governo, mas sem indicações de financiamento a algum grupo entre abril de 1965 e abril de 1966 [58].

Com o rompimento paraguaio de suas relações com Cuba, em dezembro de 1960, a ilha passou a dar suporte a exilados residentes no Brasil e no Uruguai, financiando a compra de armas a guerrilheiros situados na Argentina e no Brasil, treinando em Cuba cerca de 100 membros do PCP e mais 100 em bases no Brasil e na Argentina, além de membros de outros partidos clandestinos paraguaios. Mesmo assim, os planos de revolução haviam fracassado e os campos de exilados haviam sido combatidos pelos governos locais. O rompimento diplomático entre Uruguai e Cuba, em 1964, dificultou o contato que havia, além do fato de os guerrilheiros se mostrarem aquém da tarefa a que se propunham, a derrubada à força de Stroessner [58].

Como os repetidos memorandos da CIA informavam, as forças subversivas no Paraguai eram inexpressivas, não sendo uma séria preocupação para os EUA. No entanto, para Stroessner sempre houve este risco no horizonte, tendo sido sua máquina de repressão suficientemente competente para proteger seu regime, pelo menos até então.

Outra preocupação da CIA era a segurança do presidente dos EUA no exterior. Como ocorreria um encontro de presidentes em Montevideo em breve, surgiu uma lista de presidentes mais ameaçados neste encontro: o da Argentina, seguido pelos do Brasil, Estados Unidos, Paraguai e Venezuela. A preocupação brasileira seria com 30 dos por volta de 300 exilados do país residentes no Uruguai, sendo que muitos destes teriam sido treinados em Cuba. Mas, até então, houve apenas a colagem de cartazes contra o encontro [33].

Mantendo-se em 1967, a próxima citação a Cuba nos documentos selecionados, relembra que a ilha transmitia 175 horas semanais de propaganda comunista em vários idiomas (português, espanhol e guarani entre eles). Cuba teria mais influência no Brasil, Equador, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, do que na América Central, mas sem nenhum caso de sucesso revolucionário. A atividade subversiva na Argentina, Paraguai ou Uruguai não foi registrada, sendo que no Chile a opção pela via pacífica frustrou Castro, que manteria contato com Brizola, mas sem esperanças de uma revolução no Brasil àquele momento [59]. O ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, parecia ser na época o personagem mais ativo na busca de uma solução armada para o combate ao regime militar brasileiro.

Também a guerrilha localizada no interior da Bolívia apresentava características de influência cubana, só que mais sofisticada e profissional que as demais conhecidas. Esta

descoberta estava levando os governos de países vizinhos a se precaverem. A inspiração vinha de Castro, Guevara e Debray, e o treinamento, propaganda e armas vieram por intermédio de Cuba. Estimativas falam em 100 guerrilheiros (bolivianos, cubanos e peruanos), podendo haver mais de um grupo, todos com armas contrabandeadas via Chile, Peru e Brasil. A dúvida era se o governo da Bolívia conseguiria lidar com o problema, o que poderia precipitar uma intervenção argentina e paraguaia no país vizinho, tanto que a Argentina reforçou suas tropas na fronteira boliviana [60].

Aparentemente, a Bolívia era a aposta de Castro para 1967, tanto que o próprio Che Guevara se deslocou para lá, onde teve seu grupo de guerrilha derrotado e onde foi executado. Caso o país se tornasse comunista, seus vizinhos teriam um grande desafio pela frente, pois o país está no coração da América do Sul e um conflito poderia ser inevitável. A Bolívia seria o país mais promissor para se tentar a guerrilha na América do Sul, muito devido ao seu isolamento, sua posição central, a presença de montanhas e florestas, rios navegáveis e uma população rural numerosa à época. O risco teria alertado os vizinhos que se organizaram para sua proteção e suporte à Bolívia, caso necessário.

Para a CIA, a Argentina, Brasil, Chile e Peru fariam compras grandes de equipamento militar em breve, com o intuito de substituir material obsoleto ou desgastado. Com presidentes militares na Argentina, no Brasil, Bolívia, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Paraguai, era compreensível tal escalada armamentista, o curioso (para a CIA) foi a demora para isto ocorrer [134]. O certo é que a cada país vizinho que se rearma surge a percepção de um perigo próximo em algum conflito armado, o que ajudaria a entender a simultaneidade do rearmamento na América Latina. No entanto, o próprio perigo de insurgências poderia influenciar na decisão de um país comprar armamento mais moderno.

Na economia em 1968, as notícias não eram boas para o Brasil, que teve o cruzeiro desvalorizado em 19% para combater a inflação, a mesma que deu combustível para uma campanha salarial do movimento trabalhista, contando com 6 das 7 confederações nacionais, a pressionar o congresso. O problema é que para o trabalhador o golpe de 1964 não trouxe melhorias perceptíveis, mas sim inflação, o que estava sendo uma arma de propaganda comunista contra o governo, por um lado, e por políticos como Carlos Lacerda, de outro. Mais uma alegação seria a intervenção estrangeira nos sindicatos nacionais, como o dos trabalhadores do setor do petróleo [34].

Já no Paraguai, após a volta do Partido Liberal Radical e seus membros exilados, poderia acontecer nova restrição política no país. Mesmo assim, com três partidos de

oposição, as próximas eleições paraguaias seriam as mais democráticas da história do país [34]. Desta forma, os dois vizinhos estariam em momentos políticos distintos, mas não sem problemas.

Uma vasta avaliação acerca do Brasil, produzida pela CIA, descreveu a economia do país em 1968 como sendo agrícola, mas com uma industrialização crescente, ambos com cerca de 28% do PIB, com destaques na produção de café (maior produtor), e também cacau, algodão, feijão, arroz e milho, além de ser um enorme criador de gado. Florestas e minérios também foram destaques no estudo, junto com recursos hídricos. Os pontos fracos foram a ausência de carvão e petróleo de boa qualidade. Mesmo assim, o país ainda era pobre, com renda per capita de 250 dólares (distribuídos muito desigualmente), apesar de um crescimento acelerado desde a década de 1950 até o ano de 1962, quando o governo Goulart tomou medidas que desaceleraram o crescimento, aumentaram a inflação e o déficit na balança comercial [78].

As receitas oriundas da exportação provinham principalmente do café, cacau, açúcar, algodão e tabaco. Só o café ocupava por volta de 11% da área cultivada e rendia 51% das receitas entre 1960-65. Para incentivar o setor agrícola, havia o financiamento e a colonização de áreas do governo, de acordo com a lei de reforma agrária de 1964 [78].

O setor industrial brasileiro era o mais desenvolvido e o que mais produzia na América do Sul, sendo o setor de maior crescimento após a Segunda Guerra Mundial, com uma taxa positiva média de 10% ao ano de 1956 a 1962. Entre 1963 e 1964 houve estagnação, e em 1965 houve queda devido ao impedimento de importações. Embora houvesse um grande grupo empreendedor, as dificuldades de transporte, mercado interno pequeno, pouca competição e taxa excessiva limitavam o crescimento possível, diminuindo a qualidade e aumentando os preços. A produção na área mais industrializada, no Sudeste, era voltada para bens de consumo, com um leve aumento nos bens de capital. Em relação à energia, o país importava petróleo, tendo poucas jazidas de carvão mineral de baixa qualidade e era o quinto produtor de eletricidade entre os latino-americanos, com 3/4 desta energia oriundas de hidroelétricas [78].

O crescimento econômico descrito anteriormente contou com investimentos públicos e privados desde 1950, com predominância do governo federal, com gastos crescentes que ultrapassavam as receitas, principalmente com estatais deficitárias [78]. Este cenário econômico mostra como se chegou à situação que temos hoje, um país muito industrializado, mas muito endividado, contando prioritariamente com o Estado como o investidor principal.

Olhando do ponto de vista da política, com a constituição de 1967, o presidente do Brasil podia suspender por até 10 anos os direitos políticos de pessoas consideradas subversivas ou corruptas, assim como poderia declarar estado de sítio por até 60 dias (prorrogável). Na percepção do agente da CIA, a corrupção no governo brasileiro era generalizada mesmo antes de Castello Branco, a burocracia inchava o Estado e os funcionários eram ineficientes. Já o presidente Costa e Silva foi descrito como um Marechal do Exército aposentado, ex-ministro da Guerra, de ação franca, gregário, astuto e menos intelectual do que Castello Branco. Seu governo herdou uma economia em recuperação, mas sob descrédito popular, defasagem salarial, tributação excessiva e confusa. O presidente pretendia humanizar o governo, focando na educação, habitação, saúde e assistência, facilitar o crédito, aumentar salários, estimular a economia e ganhar apoio. Poderia se afastar um pouco dos EUA, mais na aparência do que na realidade, com o objetivo de agradar a população [194].

A maior oposição ao governo eram os grupos desarticulados de direita, principalmente os oficiais “linha dura”. Os reformados queriam impedir a volta do antigo regime, já os mais jovens, idealistas, eram reformistas. Os antigos produtores agrícolas e industriais, prejudicados por medidas do governo, constituíam outro grupo descontente. O político mais perigoso era Carlos Lacerda, apontado como oportunista e inteligente, com laços em setores conservadores e reacionários, mas que fez alianças com políticos de esquerda, como Kubitschek e Goulart, o que poderia retirar seu apoio na direita [194].

Quando o assunto se volta para o contrabando e o tráfico, a extensão das fronteiras brasileiras se torna o ponto inicial dos argumentos, tanto que para a CIA esta é uma explicação inicial, à qual se junta a precariedade das estradas e dos controles. Em 1968, Belém era o maior entreposto para o contrabando no país, que se valia da rede fluvial para escoar produtos para as Guianas, como no caso do café e do cacau, de onde eram embarcados em navios para os EUA. Seguindo o caminho inverso, recebíamos cigarros, eletrônicos, bebidas e mesmo automóveis. Da Guiana para Boa Vista passavam diamantes, além do trânsito de garimpeiros pela fronteira, utilizando os rios ou até por via aérea, após a construção de pequenos campos de pouso. Outros pontos eram utilizados para contrabando, como a rota subindo o rio Amazonas até Iquitos, no Peru, ou Benjamin Constant no Rio Javari, uma rota importante para o contrabando, assim como os rios Juruá, Purus e Acre. Já o rio Mamoré, afluente do Madeira, era apontado como uma zona para contrabando, que trazia ao Brasil gado e carne seca da Bolívia. Entre Puerto Suarez, na Bolívia, e Corumbá,

no Brasil, estabeleceu-se um fluxo contínuo de contrabando, que chegaria de trem até o lado boliviano e passaria ao lado brasileiro à noite. Àquela época encontrou-se cigarros, uísques, perfumes, metralhadoras e munições em sacos de sal, com destino a Corumbá [40].

O contrabando entre Brasil e Paraguai, contava com alguns pontos tradicionais, incluindo Isla Margarita, pequena ilha perto de Porto Murtinho, com contrabando feito via pequenas embarcações. Já entre Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, o contrabando era feito atravessando-se a rua, onde café, algodão e eletrodomésticos eram o foco da atividade que fluía para o Paraguai, sendo que uísque, drogas, têxteis e armamento, viriam ao Brasil [40].

A prática pode ter diminuído graças a instalação de postos de controle após o golpe de 1964. Havia notícias de que muito do contrabando na região destas duas cidades se dava via aérea, em pequenas aeronaves. O mesmo cenário se verificava entre as aldeias de Antônio João, no Brasil, e Capitan Bado, no Paraguai, só que em condições mais precárias. Entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner foi construída uma ponte sobre o rio Paraná, que facilitou o escoamento de produtos paraguaios até o litoral brasileiro, em Paranaguá [40], tendo sido esta uma referência clara à Ponte Internacional da Amizade, já citada anteriormente.

No ponto de vista da CIA, ainda em 1968, a relação exterior mais importante do Brasil ocorria com os EUA, país que poderia ajudar o Brasil em sua rivalidade nacional com a Argentina e mantê-lo protegido contra ataques de países europeus. O histórico da relação já era longo, desde o apoio brasileiro na guerra Hispano-Americana, à Doutrina Monroe, nas duas Guerras Mundiais, longas relações comerciais, financiamentos e ajudas técnicas, entre outras. No entanto, o nacionalismo e a ideia de que o Brasil viria a ser uma potência mundial levou a uma política externa independente, na qual o país deveria deixar de ser um satélite norte-americano para se relacionar com todas as outras potências. Após 1964, com Castello Branco aderindo à Aliança para o Progresso, o país recebeu quase 1 bilhão de dólares em ajuda dos EUA, o que diminuiu o problema cambial, além de financiar a produção agrícola e industrial, com abertura a investimentos externos [135].

Na América do Sul, o maior rival do Brasil era a Argentina, sendo a estratégia nacional tentar atrapalhar a relação e diminuir a influência dela no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia. Mesmo assim, o país importava trigo da Argentina e exportava café e demais itens tropicais para ela. Com os demais países latino-americanos as relações eram boas. No entanto, com a Europa, devido ao Mercado Comum, o Brasil começou a sentir dificuldades

devido ao protecionismo praticado e a proteção a produtos de países africanos. Já com a URSS e o bloco soviético, as relações foram distantes até a percepção de que poderia haver um mercado para os produtos do país, mas com a China e outros países comunistas asiáticos não havia relações diplomáticas até então. Em se tratando de organizações internacionais, o Brasil teve um longo histórico de participação, seja na OEA, Liga das Nações, OIT, e ONU, tendo participado de missões de paz [135].

No Brasil, o sentimento anti-EUA era o combustível para o recrutamento de membros tanto para os comunistas russófilos quanto para os sinófilos, todos buscando dentre os nacionalistas o material humano de que necessitavam. A CIA reconhecia que mesmo proibido desde 1947, o PCB mantivera forte presença na imprensa, em instituições sociais e políticas, como sindicatos estudantis e de trabalhadores [35].

Também o problema fundiário era explorado no Nordeste do Brasil, com conflitos esporádicos. Mesmo assim, segundo a CIA, nenhuma ameaça concreta de subversão no campo foi localizada, e quando houve tentativa de sublevação, a população local ajudou as autoridades [35].

Ao mesmo tempo, as forças de segurança eram leais ao governo, sendo suficientes para o serviço antiguerrilha. Mesmo havendo pequenos grupos subversivos no Uruguai e no Brasil, eles não tinham capacidade de derrubar os governos. Apenas o PCB tinha a estrutura necessária, mas preferia a infiltração ao combate. Brizola montara, em Montevideo, um grupo guerrilheiro para iniciar uma revolta, mas não contava com o apoio popular. Suspeitava-se, em 1968, que os grupos subversivos poderiam tentar iniciar guerrilhas por Mato Grosso ou Goiás, devido à distância dos centros urbanos [35].

Um exemplo de guerrilha que se localizou justamente na área descrita no parágrafo anterior foi a conhecida Guerrilha do Araguaia. Ela teria sido ativa entre os anos de 1967 a 1974, e como o nome já informa, ela se localizava na bacia do rio Araguaia, que se localizava na divisa dos estados do Pará e de Goiás (agora Tocantins) (MORAES; SILVA, 2019). O fato de o agente da CIA ter acertado em sua descrição uma área propícia para a localização de uma guerrilha, pode ser indício de qualidade nas análises, ou de que o agente já detinha informação acerca do fato, guardando suas informações para um outro memorando.

Os exilados brasileiros, por volta de 400 pessoas, estavam abrigados no Chile, México, Cuba, Bolívia, França e Uruguai, sendo que neste último havia cerca de 200, organizados e ativos, divididos em 3 grupos principais, sendo que o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de Leonel Brizola era o maior deles; a Resistência Armada

Nacionalista (RAN), composta por ex-militares que não aceitavam a liderança de Brizola, não tinham ação conhecida, nem financiamento cubano ou chinês; e outros exilados do PCB e ligados a Goulart, como Miguel Arraes e Julião [35].

O grupo mais tradicional do comunismo brasileiro era o PCB, legalizado apenas entre 1945 e 1947, que em 1968 contabilizava 133.200 membros. Incentivado por Vargas, Kubitschek e Goulart, infiltrou-se em sindicatos, influenciando em campanhas, greves e manifestações. Ele contava com financiamento e organização da URSS, sendo o melhor estruturado do país, tendo optado pela infiltração ao invés da guerrilha. Mas, havia uma ala revolucionária no partido, chefiada por Marighella, que fora expulso em 1967 por conta de suas posições e seus contatos (Brizola, Arraes, Cuba e PCdoB) [35].

O agente da CIA informou que o PCdoB foi formado após dissidência dentro do PCB, em 1962, contando em 1966 com uns 1000 membros, que seguiam a linha chinesa de guerras de liberação nacional, com grupos de membros tendo recebido treinamento na China comunista⁴⁷. Além de não crescer nestes anos, o PCdoB teve muitos membros presos em 1966 e sofria do mesmo problema do PCB, um grupo queria se organizar enquanto outro queria ir à luta armada [35].

Havia outro grupo, a Ação Popular (AP), com uns 2000 membros, grupo estudantil cuja liderança era quase desconhecida, e alguns membros foram presos em 1967. Tivemos também a Política Operária (POLOP), igualmente estudantil, próximo do PCdoB, formada em 1960 por intelectuais marxistas. Além destes, havia grupos trotskistas, operando desde 1938, com a notoriedade do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (POR) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores/Trotskyistas (POR/T), mas que não tinham sequer 500 membros juntos. Seus sucessos ocorreram em sabotagens, como em operações tartaruga, sendo úteis para recrutar membros para outros grupos maiores. Ainda havia os exilados paraguaios no Brasil, cerca de 30, vivendo no Paraná e no Mato Grosso, que eram parte do PCP, com ligações com Marighella e Brizola, mantendo campos de treinamento no Mato Grosso [35].

A CIA analisou, em 1968, que o papel cubano na subversão comunista no Brasil não era o mesmo desde 1964, quando houve a interrupção das relações com a ilha. O PCB não acompanhava o modelo cubano de revolução armada, e condenava a atitude de Cuba em

⁴⁷ Ver: *História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico* (SALES, 2023).

financiar grupos revolucionários sem passar pelo PC do país visado, como no exemplo do apoio a Brizola, pagando viagens e treinando guerrilheiros em Cuba [61].

Stroessner também recebeu atenção da CIA, que considerou importante para a paz no país o equilíbrio alcançado na economia até 1968, pois ele seguiu recomendações do FMI e obteve bons resultados. Mesmo assim, o Paraguai ainda era um dos mais pobres países latino-americanos, mesmo crescendo a 4% ao ano desde 1961, com inflação de 2,5% e taxa de câmbio estável. No entanto, o isolamento geográfico e a rede de transporte precária, pequena população e poucos investimentos, falta de recursos naturais e mercado interno pouco desenvolvido, freavam o seu crescimento. Acrescentava-se a isto o nepotismo, o contrabando e a mão de obra sem especialização. O governo tentava aplacar os problemas com a liberalização do país e com o investimento em energia hidroelétrica, como em Acaray, o que estava atraindo indústrias [79].

Voltando a analisar do ponto de vista do poder, o que faltaria no Paraguai de Stroessner eram as duas componentes do poder, a energia, pois não havia investimentos suficientes ou recursos naturais, e a informação, pois a mão de obra não era especializada. Pelo menos, as hidroelétricas poderiam fornecer parte da energia necessária para fortalecer a economia.

Apesar de ter tomado à força o poder no Paraguai, o governo de Stroessner foi o mais estável no século XX. Destruindo a oposição, controlando militares, polícia e outras instituições de poder, o presidente paraguaio conseguiu as condições para gerir a economia e a política de acordo com seus interesses. Devido às suas características pessoais, Stroessner angariou uma popularidade incomum para um ditador, admitiu um partido de oposição e aumentou a liberdade de imprensa. A maioria de seus oponentes fugiu para o exílio, de onde tentaram iniciar guerrilhas contra ele, além de tentativas de golpes. Por mais contraditório que possa parecer, a constituição de 1940 e a de 1967 davam ao presidente os poderes para agir como Stroessner agia, de acordo com as leis paraguaias [195]. O que fazia do presidente um ditador constitucional, no final das contas, era o que dava a ele uma legitimidade interna forte.

Não havia em 1968 perspectivas de que Stroessner deixasse o poder tão cedo, pois não havia preparativos para formar um sucessor. Em caso de assassinato do presidente, a CIA previu que haveria duas fases, iniciando com o cumprimento das leis sob comando militar, com um governante temporário, que poderia ser derrubado por um golpe. Isto seria seguido por um período confuso, como entre 1948 e 1954, isto até que surgisse um outro

Stroessner para tomar o poder, que provavelmente seria um dos Colorados. Em todo caso, havia os descontentes, dentro do governo, com a liberdade política adotada. Para contrapô-los, o presidente poderia trocar pessoas dentro do governo por membros mais jovens do Colorado [195].

A CIA percebeu que o Paraguai estava saindo de sua posição de isolamento, que antes se preocupava apenas em ser independente da Argentina, jogando-a contra o Brasil. Mas a abertura do acesso ao porto de Paranaguá, os investimentos estrangeiros e uma nova frota mercante diminuíram sua dependência, e reuniões entre Stroessner e os presidentes vizinhos prometiam ajudar diplomaticamente. Reuniões com o presidente dos EUA, em 1965, o envio de tropas para a República Dominicana e a participação do país no Conselho de Segurança da ONU, em 1967, junto à atividade na OEA apoiando os EUA, são sinais do fim do isolamento nacional [136].

Internamente o Paraguai não tinha nenhuma ameaça de guerrilha ou outras ameaças (comunistas ou não), isto mesmo com a presença de uma dissidência interna ao Partido Colorado, o Movimento Popular, cujo líder se exilou no Uruguai. Já os comunistas, divididos em três grupos, não representavam perigo ao governo, por serem tratados severamente. A CIA via pouca possibilidade de derrubada de Stroessner nos anos próximos a 1968, pois os 21 mil homens das forças de segurança eram leais a ele [36].

A CIA se preocupou em analisar os motivos que levavam as nações latino-americanas a não terem governos civis estáveis. A conclusão era a de que quando há um vácuo no poder as forças em disputa se moveriam para ocupar tal espaço, e seria o que os militares fizeram na região. Os militares dividiriam com a Igreja Católica a categoria de instituições melhor desenvolvidas em cada país, o que teria inibido a estruturação dos partidos políticos. Esta militarização do poder era até vista com naturalidade em outros lugares, tanto que no final de 1930 Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela, México, entre algumas ilhas do Caribe eram ditaduras militares. Na década de 1950 Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Haiti e outros países da América Central seguiam o roteiro [137].

Na visão da CIA, os militares brasileiros teriam tomado o poder em 1964 com relutância, após o fracasso econômico e político do antigo governo, seguindo-se uma reforma econômica há muito adiada, mas com pouco progresso no campo político. O golpe contra Goulart teria sido apoiado pelos EUA devido ao apoio civil interno, que temia a ameaça comunista no país, acarretando um expurgo de líderes políticos nacionais. A

perspectiva da CIA era a de que se os militares saíssem após o segundo presidente, o retorno dos civis trouxesse de volta as condições que levaram ao golpe [137].

Na perspectiva teórica de Raffestin (1993), poder-se-ia pensar que a energia armazenada pelas forças armadas dava aos militares condições de intervirem à força nas nações a que serviam. Já a Igreja teria como ponto forte a informação, tendo uma aura de legitimidade conferida por sua atividade religiosa. No entanto, a explicação da CIA parece parcial, pois havia tanto forças armadas quanto instituições religiosas fortes em outras nações que não passavam àquele momento por regimes militares ditatoriais.

Quais seriam os elementos faltantes nesta equação sugerida pela CIA? Seria algo relacionado à nossa herança Ibérica? A Espanha de Franco (já citado anteriormente) quanto o Portugal de Salazar⁴⁸ viviam realidades semelhantes. Ou o fascismo dos anos 20 e 30, que culminou com a Segunda Guerra Mundial, ainda deixava sua marca entre nós? Mesmo o governo de Perón, civil, apresentava características fascistas (como trechos anteriores demonstraram em relação à recepção de nazistas, entre outros fascistas, na Argentina de Perón). Acredito que a explicação mais correta, se ela vier a existir, será algo muito mais complexo e carecerá de maiores elementos de prova, como documentos e análises mais profundas.

Do ponto de vista da CIA, o segundo presidente militar após 1964, Costa e Silva, alterou pouco a política econômica de seu predecessor, embora a inflação estivesse em queda, o desafio era melhorar a renda do trabalhador, além de educação, moradia e saúde, condições fundamentais para a estabilidade interna [80].

Ao mesmo tempo, havia grupos insatisfeitos no país, especialmente os estudantes com suas manifestações, novamente incentivados por comunistas, como na época de Goulart, explorando reclamações válidas, mas o governo se mantinha distante e apenas dava atenção quando havia atos públicos. Com um ministro da educação inepto e a repressão, foi fácil a cooptação dos estudantes [37].

Os trabalhadores urbanos também estavam insatisfeitos, já que seus salários ficaram defasados desde 1964, e os comunistas sugeriam que eles estavam pagando a conta do ajuste na economia. Havia a pressão da Igreja Católica, seja por parte de alas liberais, seja por clérigos de esquerda. A CIA apontou que o erro dos militares era o de não terem uma base civil junto à base militar, sendo que os dois partidos políticos permitidos não tinham apoio

⁴⁸ António de Oliveira Salazar (1889 - 1970) (NUNES, 2013).

popular, estando alguns políticos mais liberais a atacar o governo, sendo outra fonte de instabilidade [37].

O PCB, logo após 1964, teria visto seus quadros irem de 30 mil a 15 mil membros, o que não os demoveu de tentar a infiltração em sindicatos, grupos estudantis e no governo. Marighella, fora do PCB, teria recebido promessas de apoio de Cuba para revolução armada. Brizola continuava a tramar desde o Uruguai, no exílio. Não havia indícios de articulação entre os grupos, e tentativas revolucionárias de Brizola haviam sido desbaratadas, o que poderia conduzir a mudanças táticas [37].

Nas relações exteriores, o Brasil buscava a independência, sinalizando ao nacionalismo interno, na crença de que o país poderia vir a se tornar uma potência mundial, deixando de ser o eterno país do futuro⁴⁹. O programa nuclear faria parte desta estratégia, assim como a retirada do apoio brasileiro aos norte-americanos no Vietnã, passando a ser neutro, e nas Américas mudou seu apoio a uma força de paz pela ideia de desenvolvimento econômico e social. O chanceler brasileiro era favorável a reatar relações com Cuba, assim como as mantinha com a URSS e seus satélites europeus. O comércio com o bloco soviético estava em expansão e havia um crédito de 100 milhões de dólares da URSS ao Brasil (que não havia sido utilizado até 1968). Esta nova postura, unida com atos anti-EUA no Brasil, distanciou o país dos EUA, mas o agente da CIA previu que não haveria maiores problemas, mesmo com mais divergências [138].

O presidente Costa e Silva, na visão da CIA, imprimiu sua personalidade ao governo, liberalizando alguns controles, descentralizando e delegando aos ministros mais autoridade, o que possibilitou um abuso da parte de políticos mais ambiciosos. Sua saúde também era uma preocupação, apesar do apoio dos militares, o que garantia a estabilidade. Com atuação política decisiva, o descontentamento dos militares e o desejo de endurecimento contra a subversão, e a falta de firmeza do presidente preocupava a “linha dura” militar, inclusive havia suspeitas de leniência contra a corrupção em altos postos, sendo que as pressões eram para que se reprimisse políticos opostos ao governo, como Carlos Lacerda, medidas que o agente da CIA acreditava que seriam tomadas. Os militares queriam reajustes de salários e melhores equipamentos, a exemplo da aviação que estava defasada, necessitando de jatos como o F-5 ou o Mirage. Os planos para a marinha incluíam 80 navios, 4 submarinos e 4 escoltas de destróieres [196].

⁴⁹ Ver: *O pai do futurismo no país do futuro: (as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936)* (BARROS, 2010).

Em 20 de janeiro de 1969 chegava ao fim nos EUA o governo do Democrata Johnson e iniciava o do Republicano Richard Nixon (1913 – 1994) (MEIRELLES, 2016). Já em 31 de agosto de 1969, o Brasil passava por uma nova mudança de poder, saía Costa e Silva e entrava uma Junta Militar, formada por um representante de cada uma das três forças armadas do país (CURI, 2019). Mas, em 30 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici (1905 – 1985) tomou posse como presidente do Brasil (COSTA JÚNIOR, 2015).

Em 1970, os documentos da CIA informaram acerca de planos abortados para o assassinato de Stroessner, revelados após a prisão de mais de 60 pessoas, sendo que 4 delas haviam sido interceptados vindas da Argentina com armas e munições. No interrogatório dos quatro detidos (dois uruguaio, um argentino e um iraquiano) obteve-se a informação acerca dos demais (uruguaio e argentinos) que poderiam estar envolvidos no planejamento. A oposição pôde ficar mais complacente com o governo após a descoberta da trama [207].

Ainda em 1970, a preocupação norte-americana com as rotas das drogas ilícitas pôde ser vista em um documento da CIA que trazia uma série de informações. A preocupação com a América do Sul dizia respeito à cocaína e à maconha. Quanto à cocaína, o texto iniciava explicando a utilização tradicional da folha de coca pelos moradores do altiplano boliviano e peruano, entre outros povos. Já o produto extraído das folhas de coca, a cocaína, saíria em rotas de tráfico para exportação da Bolívia para o Brasil, entre as cidades de Puerto Suarez, na Bolívia, e Corumbá, no Brasil, indo parar em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Paraguai também recebia cargas de cocaína, que poderiam vir por via aérea ou pelos rios da região. O certo é que havia uma rota aérea do Uruguai para os EUA para tráfico de cocaína [226].

Do sul do Peru também havia rotas para o Brasil, trazendo cocaína, entrando por Guajará Mirim, indo ao Rio de Janeiro e São Paulo. Do norte do Peru a cocaína seguiria para a Colômbia e daí para São Paulo, vindo de Olivença, Tefé e Manaus, no Brasil, indo para a Itália ou para o Suriname, e desta última para Cuba e México, até os Estados Unidos [226].

A CIA informou que a maconha era plantada em todos os estados brasileiros, sendo os principais produtores Alagoas, Mato Grosso (aqui a presença de grandes plantações era recente), Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão e Bahia (em estados, então, mais pobres do país). Já o mercado consumidor era mais forte em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, com a maconha sendo transportada por caminhões ou automóveis [226].

Do Paraguai também provinha maconha para o Brasil, via Corumbá, o que a CIA alegava ter se iniciado em 1964. Em 1969 o tráfico de maconha virara um modo de vida em

cidades da fronteira, podendo o Paraguai ter se tornado o maior produtor mundial da droga. Este aumento na produção paraguaia pode ter sido causado pela repressão ao cultivo no Nordeste do Brasil, o que explicaria o crescimento no Mato Grosso e a data de 1964 para o tráfico via Corumbá. Para se ter uma ideia do lucro desta atividade, o preço da maconha dobrava apenas por passar pela fronteira, o que levava autoridades do Paraguai a entrar na atividade [226].

As drogas sintéticas apareceriam em 1970 como um problema no Brasil, tanto como rota quanto como mercado, produzida no Brasil ou importada de laboratórios clandestinos da Argentina e do Uruguai, passando pela fronteira em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, um local já conhecido pelo jogo, contrabando e prostituição. As drogas sintéticas passariam pelo Paraguai aproveitando a mesma estrutura que levaria a maconha à Argentina, apenas seguindo o fluxo contrário [226].

Já os opiáceos também preocupavam, apesar de não haver cultivo relevante ou produção de derivados do ópio. Foi identificada uma rota marítima, em 1966, de navios holandeses tripulados por chineses que abasteceriam Santos e São Paulo. Cidades sul-americanas se mostraram parte de uma rota de heroína da Europa aos EUA, com grupos franco-italianos e latino-americanos unidos na atividade, com conexões em Nova York, Nápoles, Buenos Aires, Santiago e São Paulo [226].

Em janeiro de 1971, a CIA voltou ao assunto do tráfico de drogas, complementando as informações anteriores, neste caso acerca da heroína, que viria de Buenos Aires, subiria o rio da Prata e o rio Paraná, podendo chegar a Corrientes, indo via aérea ao Paraguai, daí ao Brasil, tendo como destino final os EUA. Os grupos franco-italianos e latino-americanos, com conexões em Nova York, Nápoles, Buenos Aires e São Paulo, poderiam embarcar a droga no Rio de Janeiro, também para os EUA [227].

O terrorismo era um tema sensível para a CIA, tanto que foi produzido um artigo que estudava o processo revolucionário na América Latina, com a definição seguinte para o termo revolução: “desenvolvimento que, em um tempo relativamente curto, produz uma mudança fundamental e duradoura na estrutura política e social de um país (...) pode ser provocada por forças que usam meios violentos ou não violentos (...) começa quando novos grupos sociais entram em cena e exigem uma parcela do poder político”, ficando de fora os tradicionais golpes e as mudanças de longo prazo. O Brasil é apontado como um país onde poderia vir a ocorrer uma revolução, caso o governo não conseguisse atender às expectativas sociais. Já o Paraguai foi apontado como país estável, com pouca chance de revolução, onde

“as pressões sociais ainda não eram suficientemente fortes para derrubar o governo existente ou para obrigá-lo a produzir mudanças no *status quo*” [208].

Como na América Latina, por um lado as forças revolucionárias no campo se mostraram ineptas para a revolução, e por outro as forças de segurança aperfeiçoaram suas técnicas, a violência política – ligada à insurgência – na região diminuiu com o tempo – enquanto aumentava a ligada ao Estado –. Já o terrorismo urbano havia crescido na Guatemala, Brasil, Uruguai e Argentina, mesmo sem perspectiva de conseguir seu intento. Os grupos contavam majoritariamente com estudantes, que precisariam de uma aliança com grupos estabelecidos. Os trabalhistas queriam mais ganhos, não revolução. Como os governos haviam aliviado a pressão social ao invés de alimentá-la, a perspectiva de que houvesse alguma revolução violenta na região era pequena, segundo o agente da CIA [208].

Ainda no rastro da heroína, a CIA afirmava que o Paraguai, tradicional distribuidor de contrabando, passou a armazenar e distribuir grande parte da droga que chegava à América do Sul, que depois ia para os EUA. Havia a suspeita de que autoridades do país estivessem envolvidas no tráfico, mas sem a anuência do presidente. Esta nova rota seria devida ao combate na rota tradicional, Turquia-Marselha-Nova York, que passou para as Índias Ocidentais ou América do Sul, contando com a fiscalização leniente. No Paraguai passavam cargas de até 100Kg, que passavam antes pela Argentina, Brasil, Chile, Peru, Guiana, entre outros, transportados via aeronaves clandestinas de e lá para aeroportos oficiais e particulares (mais de 200 no país) [228].

O processo comum do tráfico era: produção (ópio) e refino (morfina) na Turquia, transporte à França (transformado em heroína), geralmente organizado por máfias francocorsas, que venderiam a droga para exilados cubanos, representantes de máfias argentino-italianas, que traziam a heroína ao Brasil ou Argentina via transporte aéreo regular, entre outras táticas, sendo que as rotas confusas podiam dever-se ao itinerário de tripulações de confiança dos traficantes. Chegando à América do Sul, seguiam de avião particular ao Paraguai, onde aguardavam negociações para ir aos EUA [228].

A escolha do Paraguai como entreposto de heroína explicava-se pela porosidade de suas fronteiras, a existência de redes de contrabando estabelecidas, a proteção de autoridades do governo, o grande número de pistas particulares de pouso, pequena população nas fronteiras, pouca estrutura de patrulhamento, a importante fatia do contrabando na economia do país, e a conceção de fatias da atividade ilícita a generais como garantia da estabilidade [228].

O poder dos traficantes internacionais viria, neste exemplo paraguaio, da informação que eles detinham acerca de todas estas características anteriormente descritas pelo agente da CIA. Mesmo tendo menos energia do que o governo paraguaio, a exploração das fraquezas nacionais dava aos traficantes o trunfo necessário para prosperarem em sua atividade ilegal. Daí, a informação era transformada em energia, na forma dos lucros obtidos na operação do narcotráfico internacional, o que aumentava paulatinamente o poder dos traficantes.

O combate ao contrabando e sua estrutura não ocorria porque poderia retirar o apoio político e popular de Stroessner, o que ajudava o tráfico de heroína de forma indireta. Mesmo assim, o tráfico poderia vir a ser combatido por decisão do presidente, separando-o da atividade tradicional do contrabando, já que o governo permitiu à imprensa divulgar o problema e expor autoridades envolvidas e líderes traficantes [228].

A informação interessante foi a de que Stroessner pedira à embaixada dos EUA que fornecesse provas de envolvimento de membros do governo com o tráfico, não necessariamente provas para um julgamento, mas suficientes para poder agir contra eles. Tais informações teriam sido repassadas e utilizadas no país, como no caso da prisão de um traficante importante, de origem francesa, com ligações importantes, cuja extradição fora pedida pelos EUA. Embora Stroessner estivesse aparentando querer correr o risco de ir contra interesses internos, baseado em provas, a CIA sabia que outra rota de tráfico de heroína seria logo estabelecida, mas neste meio tempo, a perda de proteção e a realocação da operação poderia expor alguns traficantes [228].

Neste caso, a informação oriunda do governo dos EUA seria transformada em energia, com a ação de Stroessner contra os traficantes e as autoridades que os protegessem. Após isto, a CIA esperava obter mais informações, pois os traficantes se reorganizariam e tentariam novas rotas internacionais, o que poderia ser conhecido pelas forças de segurança dos EUA (informação), que poderiam agir contra eles (energia), o que diminuiria o poder dos traficantes internacionais neste hiato, com perda de dinheiro (energia), isto sem esquecer-se das possibilidades de extorsão, cumplicidade e sociedade nas atividades de tráfico, que poderiam vir a ser tentadas tanto por autoridades paraguaias quanto por agentes da CIA, desde que estivessem de posse das informações atualizadas.

Fazendo um retrospecto da chamada violência política nas décadas passadas, um agente da CIA avaliou que a década de 1960 foi uma das mais violentas para a América Latina, isto devido à insurgência cubana e as tentativas de repeti-la (sem sucesso) na região,

por um lado, e as tentativas de golpes militares, por outro (17 delas bem sucedidos em 10 países). Embora menos frequentes que nas décadas de 1940 e 1950, os sucessos foram mais marcantes nos anos 1960, já que afetaram países com grande população (Brasil, Argentina e Peru) [139].

As guerrilhas nos anos 60 eram liquidadas logo que iniciavam suas atividades, mesmo com o apoio de Castro (como no Panamá, República Dominicana e Haiti), as tentativas de implantação de grupos armados na Argentina (1963), no sul do Brasil (1964) e no centro do Peru (1965) levaram apenas o tempo de organização dos militares para acabarem, sendo a tentativa de guerrilha de Guevara na Bolívia (1967) desbaratada em pouco mais de meio ano [139].

Em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Panamá, Peru, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai e El Salvador, os militares governaram diretamente ou houve participação civil em alguns momentos. Em Cuba é custoso saber se Castro é um ditador militar ou civil. Na região, apenas México e Costa Rica (este último sem forças armadas) estiveram livres de golpes militares. A lógica é a de que se poderia intervir nos governos com uso da força para corrigir os rumos da nação, tendo a ameaça subversiva como pano de fundo dos temores nas forças armadas. Também havia rancores contra os grupos políticos que deixaram o poder (peronistas, getulistas e apristas, são exemplos). Mais ainda, os golpes eram oportunidades para subir na hierarquia militar em cada país e fazer parte do governo [139].

Quando o governo norte-americano apoiou algum golpe militar na região, isto pareceu ajudar a consolidação do regime, como no caso do Brasil em 1964. Aqui ocorreu a retirada de apoio a Goulart, com diminuição de ajuda econômica, o que sinalizou a setores militares e civis, podendo ter havido conversas com representantes de cada lado e dos EUA, somado à percepção de que os interesses dos grupos nacionais poderiam sofrer com as políticas do antigo governo. O agente da CIA afirma que quando um grupo nacional decidia-se por um golpe, os EUA precisariam gastar muita energia se quisesse evitá-lo por muito tempo, o que se viu na República Dominicana mais tarde [139].

É interessante saber que o agente da CIA que escreveu acerca dos golpes militares descritos anteriormente, não sabia se (ou não queria afirmar que) os EUA haviam ou não tramado o Golpe de 1964 junto com civis e militares brasileiros. Isto poderia dever-se ao fato de estas tratativas, se houve, terem sido feitas na esfera do Departamento de Estado, ou de outra repartição do governo norte-americano, cabendo à CIA somente a coleta de

informações. Se isto procedeu desta forma, seria um jeito de limitar o enorme poder da CIA, uma forma de não deixar a mão direita saber o que se faz com a esquerda⁵⁰.

Olhando agora do ponto de vista da estratégia soviética para a América Latina, o caso do Chile⁵¹ demonstrou o sucesso da abordagem pacífica, indo de apenas três representações diplomáticas (Argentina, México e Uruguai), com Cuba aderindo logo depois, seguindo-se todos os países da América do Sul, exceto o Paraguai. Junto à diplomacia, havia os contatos comerciais e culturais, que ampliaram o alcance soviético, que se esforçaram para manter as relações mesmo onde as forças comunistas locais eram combatidas [139].

Para a CIA, os insurgentes na região ainda tentariam atos terroristas urbanos, que tinham grande impacto, mas que um governo resiliente poderia aguentar com medidas sociais paliativas, enquanto endurecesse a repressão. Em países sem capacidade de promover medidas sociais haveria um perigo real de ruptura, mas as brigas internas entre grupos subversivos enfraqueceriam seus resultados [139].

Ao final de 1971, a CIA produziu mais uma avaliação acerca do Brasil, considerando que o maior acerto dos governos militares até então havia sido no campo econômico, com crescimentos no PIB de 8 a 10 % ao ano e as exportações criando as reservas cambiais necessárias, gerando um clima de otimismo na classe empresarial do país, mesmo com o fracasso da tentativa de industrialização da região Nordeste, onde a reforma agrária e o crédito rural a pequenos produtores não foram implementados seriamente. Já a colonização da região amazônica também era uma meta dos governos militares, que abriram estradas e construíram assentamentos, a um custo elevado. Além de desenvolver a região, a ideia era a de proteger as fronteiras e dar acesso a minerais da região [81].

O governo Médici estava tolerando uma inflação de por volta de 20% e um desemprego/subemprego entre 25 a 30%, com incentivo a atividades intensivas em capital, não em trabalho. O crescimento de vagas de emprego apenas cobria o crescimento populacional, cerca de 3%, isto para uma população que passou dos 50% de urbanização, após a saída (na década de 1960) de por volta de 8 milhões de pessoas do campo (indo 7 milhões apenas para São Paulo), o que provocou a construção de habitações nos subúrbios e a favelização das cidades [81].

⁵⁰ “Mas, quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita; Para que a tua esmola seja dada em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, ele mesmo te recompensará publicamente.” Mateus 6:3-4, (BÍBLIA SAGRADA, 2007).

⁵¹ O Chile elegera o esquerdista Salvador Guillermo Allende Gossens à presidência (3 de novembro de 1970 a 11 de setembro de 1973).

O povo brasileiro foi descrito como apático, subempregado, quase metade analfabeto, com poucas expectativas no governo (civil ou militar). Programas educacionais estariam em andamento, mas o agente da CIA previa um aumento da consciência política no processo, o que faria crescer a pressão sobre o governo no futuro [81].

O governo Médici tinha planos ousados para a economia, que dependiam de crescimento contínuo do PIB e das exportações, mas a previsão do agente da CIA era de crescimento das importações, prejudicando as reservas, isto no maior devedor do BIRD e do Eximbank, o que comprometeria o crescimento em um círculo vicioso [81].

Ao avaliar a participação militar na política brasileira, o agente da CIA informou que os militares sempre se mantiveram participando, mas sem intervir diretamente na política, o que havia mudado em 1964. A ideia era a de manter as instituições independentes. No entanto, com o tempo, o governo radicalizou-se, reprimindo a dissidência enquanto aumentava o poder dos militares. A crença era a de que eles poderiam eliminar a corrupção, acabar com a subversão e promover o crescimento econômico, colocando o país em sua posição de destino no cenário mundial [197].

O governo, em 1971, estava organizado em torno do presidente, com legislativo fraco e judiciário sujeitado. Embora Médici tenha tido mais controle que seus antecessores, uma parte dos militares ultranacionalistas rejeitavam a ligação com os EUA, mesmo que favorecesse o país. Outro grupo linha-dura pregava medidas mais fortes contra a subversão e os sequestros. O próprio presidente tinha melhores relações públicas que os seus anteriores, muito devido a melhores gestores públicos, junto com menor corrupção no governo. Boa parte da população estava disposta a tolerar o autoritarismo em troca de prosperidade e alguma competência administrativa [197].

Os industriais de São Paulo e a classe média eram os apoios civis mais importantes do governo. Ao mesmo tempo, intelectuais, advogados, estudantes, jornalistas e artistas não estavam satisfeitos com a falta de liberdade e a repressão política. As centenas de prisões de advogados, políticos e demais críticos em 1970, censura e torturas, intimidaram os opositores do regime. Mas a aparência de sucesso do governo dificultava a adesão às críticas políticas [197].

Mesmo as organizações terroristas estavam paralisadas, divididas internamente, sem saber como agir e nervosas. Seu número de membros não passaria de 100, segundo o agente da CIA, devido a eficiência e violência da repressão, que conseguia confissões a base de torturas que podiam chegar à morte, tanto que os três maiores líderes dos grupos subversivos

que adotaram o terror haviam sido caçados e mortos (Marighella em 1969, Joaquim Câmara Ferreira em 1970 e Carlos Lamarca em 1971) e, mesmo ainda praticando assaltos e alguns atentados, os terroristas não eram mais um problema para o governo [197].

Médici recebeu a pressão mais significativa da parte da Igreja católica, que abrigava vários membros que apoiavam a subversão, mas mesmo os mais moderados criticavam o regime e sua repressão. Embora o governo tenha se mostrado intolerante à posição da Igreja, a hierarquia mantinha as críticas, mostrando a incompatibilidade de visões das instituições [197].

As perspectivas, do ponto de vista da CIA, eram as de que os governos militares continuariam por mais algum tempo, pois havia um grupo favorável a esta manutenção, que acreditava que esta era a missão dos militares, além de não confiarem nos políticos civis. No entanto, novos quadros militares já estavam substituindo os antigos generais, junto a oficiais formados em liderança política, mais nacionalistas. Mesmo assim, não havia força que pudesse derrubar o governo militar, já que a subversão estava cada vez mais fraca, além da repressão contínua da dissidência [197].

Ainda com a crença de que o Brasil estaria se tornando uma potência mundial, o governo Médici voltou sua atenção às relações exteriores, o que ainda levava o governo a demonstrações de independência, especialmente em relação aos EUA, seguindo a tendência nacionalista dos novos oficiais, o que se refletiu em disputas comerciais nos têxteis, café, frete e compra de armamentos, demarcação marítima e críticas à repressão, ao protecionismo e aos monopólios [140].

Na América Latina, o país tentava mostrar liderança, travando contatos bilaterais com os demais governos, assumindo liderança em instituições internacionais, apoiando um golpe na Bolívia⁵². Tudo passou a chamar a atenção de outros países e a incomodá-los, como o Peru (devido à transamazônica) e a Argentina (disputando influência no Paraguai, Bolívia e Uruguai) [140].

Agora em um documento de 1972, a CIA descreveu a atitude cubana em relação aos demais países da América Latina, aos quais inicialmente Cuba dava apoio (na forma de armas, equipamentos, dinheiro, treinamento, propaganda e pessoal cubano) a grupos rebeldes na região (Venezuela, Brasil, Paraguai, Argentina, Colômbia, Peru, América Central e Caribe), o que levou a OEA a aplicar sanções à ilha em 1964 [62]. As sanções

⁵² Pode referir-se ao Golpe de Estado que levou Hugo Banzer Suárez à presidência da Bolívia em 21 de agosto de 1971 (GIL, 2014).

funcionariam como uma forma de demonstrar poder, isto sem o uso da força (energia), sendo que elas dependem de um consenso mínimo para funcionarem, e o poder simbólico (informação) das decisões em grupo garantiria a observância das proibições.

Ao presidente norte-americano, a CIA informou que Brasil, Paraguai, Haiti, República Dominicana e vários Estados da América Central, se opunham a Castro, parte para agradar aos EUA e parte por medo de revoltas em seus próprios países (por exemplo, Castro afirmara que a violência era a única alternativa para o Uruguai). Cuba se valia do pouco apoio que detinha e esperava por mais, só que mais apoio podia diminuir o prestígio revolucionário do regime, e países como o Brasil preferiam liderar a região sem a sombra de Cuba. Restava saber se Castro conseguiria ceder em troca de alianças e reconhecimento [63].

Outro memorando da CIA a respeito de Mengele, este de 1972, trouxe dados de três relatórios que em conjunto informavam que o criminoso nazista vivia então circulando entre Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai, que ele havia sido vendedor, que nunca escondera sua identidade, que havia se naturalizado paraguaio em 1959, que tinha esposa e filho, e ainda tinha documentos argentinos emitidos em 1956. Ainda, que Mengele tentara adquirir terras perto da Argentina, onde acusaram a presença de uma propriedade apelidada de “Mengele, Becker e Varela”. Ele teria ido morar no Mato Grosso em 1960, época em que os israelenses o procuravam no Paraguai. Já em 1970, ele teria sido mecânico de automóveis em Caaguazú, perto da fronteira com o Brasil, ou em outra versão estaria escondido em um rancho guarnecido em Encarnación (ou mesmo no Chaco) sob proteção de Stroessner, Coleman ou Rodriguez [158].

A quantidade de informações desconexas a respeito de Mengele pode vir a dar a impressão de que pessoas plantavam tais dados e esperavam ganhar algo com isto. Este nome parecia suscitar interesses que iam além do desejo de justiça, podendo haver uma espécie de caçada a algo que não se queria realmente encontrar. O interesse parecia ser na busca, não na pessoa, pois o mito de Mengele parecia ter mais vida do que o próprio criminoso nazista. Neste caso, a desinformação (como uma negação da informação, ou uma forma enviesada de informação) atraía a energia (investimentos na busca), o que gerava mais publicidade (informação), o que realimentava o ciclo.

Voltando à política externa, a CIA previa um aumento de tensão nas relações entre os Estados sul-americanos, isto devido a rivalidades nacionais, desacordos acerca do papel dos EUA na região, questões históricas, de fronteira, tradicionais, diferenças culturais e ideológicas (por exemplo, a composição europeia do Chile, Uruguai e Argentina, colidia

com a composição afro-lusitana do Brasil). Um governante frustrado poderia culpar um vizinho por seu fracasso, causando conflitos, como no caso da expansão brasileira e sua política energética. Governos militares eram simpáticos entre si, desconfiando dos civis, socialistas de capitalistas, populistas de conservadores, e vice-versa [141].

O Brasil vinha despontando na região como uma espécie de líder, baseado em sua estabilidade política e seu crescimento econômico, o que casava com a autoimagem que os governantes faziam de si e da nação, especialmente na missão de combater o marxismo, o que levou o país a ajudar economicamente 12 países latino-americanos e dar assistência militar a outros mais, o que provocava reações contra um certo paternalismo, e que levou a Argentina a fazer o mesmo em relação a Uruguai, Bolívia e Paraguai. A América do Sul tornou-se, também, um mercado para os produtos brasileiros, desequilibrando a balança comercial em favor do Brasil, sem falar dos projetos hidroelétricos em rios que passam pela Argentina [141].

Brasil e Chile, tradicionais aliados, estavam em 1972 em lados ideológicos opostos, o que perturbava as demais nações da região. O fato de os EUA estarem cedendo lugar a um Brasil mais forte era outro ponto preocupante, o que incomodava à Argentina e ao Chile. O poderio militar brasileiro, por seu turno, ameaçava Uruguai e Argentina, enquanto que as compras militares chilenas alarmavam o Peru, que por seu turno estava incomodado com a Transamazônica⁵³. Toda esta mudança geopolítica levava as nações a tentarem novos acordos e alianças, ora se aliando ao Brasil (como a Colômbia e a Guiana), ora se afastando (como a Argentina e o Chile). Conscientes destes problemas, a diplomacia brasileira (a mais habilidosa da América do Sul, segundo o agente da CIA) tentava acalmar os vizinhos, mesmo sendo inevitável a desconfiança, a mesma que os EUA já conheciam bem [141].

Voltando à questão das drogas, a CIA informou que no Brasil a preocupação era com o consumo interno, sendo a maconha (vinda do Paraguai) e as anfetaminas (dos EUA) as mais usadas nos grandes centros urbanos, seguidos por cocaína e heroína, com quantidades ignoradas até então. Tal ocorrência motivou leis mais duras e previa reabilitação, mas as fronteiras ainda eram o problema, além do despreparo policial, sendo necessário um levantamento da realidade do consumo e do trânsito das drogas no país. Os EUA ofereceram ajuda para tentar impedir a entrada e saída de drogas do território nacional, o que seria benéfico para ambos os países [229].

⁵³ Ver: *Transamazônica: integrar para não entregar* (SOUZA, 2020).

Já no Paraguai a preocupação era com as rotas do narcotráfico que usavam o país como entreposto, aproveitando a estrutura do contrabando, as pistas de pouso, localização central na América do Sul e legislação frouxa. O uso pela população das drogas ilegais ainda era pequeno no país. Os EUA ofereceram apoio e treinamento aos novos combatentes do tráfico no Paraguai, além de abrirem um escritório do DEA na capital. Ainda se esperava a extradição de um traficante internacional preso no país (Ricord), além de investigações acerca da participação de autoridades no tráfico internacional, já com alguns resultados [229].

Em maio de 1973, a CIA informou ao governo dos EUA acerca do acordo para a construção de Itaipu, mesmo com a objeção da Argentina (comprometendo as relações diplomáticas com o Brasil), que seria a maior usina hidroelétrica do mundo até então. O Paraguai conseguiu, também, melhores condições para exportações, além da venda de sua parte da energia ao Brasil [142].

A CIA assinalou que a volta de Perón ao poder na Argentina poderia aumentar ainda mais as rivalidades do país com o Brasil, com atritos nas fronteiras⁵⁴, na diplomacia e na política, colocando os EUA em uma posição delicada. Além disto, os militares brasileiros gostavam menos de Perón do que dos presidentes argentinos anteriores, pois Perón era antibrasileiro, demagogo, trabalhista e estava ressentido pelo crescimento do Brasil. O agente da CIA definiu os argentinos como sofisticados e alfabetizados (com taxa de 90%) e os brasileiros multirraciais, pouco alfabetizados (com taxa de 50%). Os brasileiros viam os argentinos como metidos e racistas e os argentinos nos viam como mestiços incultos [143].

Ambos países disputavam a hegemonia local se utilizando dos chamados Estados-tampão (a Bolívia, Paraguai e Uruguai). Com o Paraguai seria construída Itaipu; com a Bolívia uma siderúrgica e um gasoduto; e as relações com os uruguaios eram as melhores após a ajuda contra os terroristas Tupamaros. Conquistas que levaram o Brasil à frente da Argentina junto a seus vizinhos. Na região norte, o Brasil expandia seus contatos junto com a transamazônica, para a Venezuela, as Guianas e a Colômbia. Tais fatos eram alardeados na imprensa portenha como sendo ameaças à Argentina. Isto sem falar na relação de apoio

⁵⁴ Já havia precedentes de conflitos entre gendarmes argentinos e contrabandistas brasileiros na região de fronteira com o Rio Grande do Sul em 1952. Para mais detalhes, ver: Conflito de Fronteira entre Argentina e Brasil em 1952 (NAVEGA-COSTA, 2020).

mútuo entre Brasil e EUA, dando a ideia de que os norte-americanos teriam escolhido os brasileiros como representantes na região sul das américas [143].

A reação argentina foi tentar aglutinar os países hispano-americanos a seu redor, aderindo ao Pacto Andino, tentando unir os trabalhistas sul-americanos, e buscando no Chile de Allende outro aliado contra a Brasil. Aqui a preocupação era com a união possível da esquerda, com Argentina, Chile e Cuba juntos, com revolucionários brasileiros refugiando-se na Argentina; com possíveis sabotagens em Itaipu. Para reagir, a espionagem aumentaria na Argentina, tanto quanto os contatos com militares insatisfeitos com o peronismo. No entanto, ambos países estavam reforçando suas tropas de fronteira e se rearmando [143].

O parágrafo anterior demonstra a divisão entre informação e energia na composição do poder (RAFFESTIN, 1993). Para aumentar seu poder o Brasil, segundo a CIA, iria intensificar a espionagem na Argentina, ou seja, iria produzir mais informação acerca de seu oponente regional (investindo parte do orçamento, ou seja, energia), ao mesmo tempo em que buscava aliança com militares opositores a Perón, ou seja, os detentores da energia na Argentina, isto enquanto os vizinhos se rearmavam e fortaleciam suas fronteiras (novamente, aumento da energia).

Os EUA, segundo o agente da CIA, deveriam se afastar da Argentina, pois Perón fazia questão de demonstrar independência (assim como fazia o Brasil algumas vezes). Caso isto ocorresse, os países hispânicos do Cone Sul poderiam apoiar a Argentina, mas um apoio a Perón enfraqueceria o Brasil, prejudicando o maior aliado dos EUA na região. Como a disputa era inevitável, os EUA se veriam sempre em dificuldades diplomáticas e como fornecedores de equipamentos. Uma alternativa seria incentivar outro país para apaziguar ambos os oponentes, além da diminuição pública de apoio ao Brasil [143].

A CIA havia produzido um relatório no qual trouxe recortes contendo notícia acerca da Comissão de Fronteira Brasil-Paraguai, que havia feito mais uma reunião. Nela ficou acertado a recuperação de alguns marcos fronteiriços. No entanto, a contestação a respeito do problema das Sete Quedas, em Guaíra, não havia sido resolvida. Isto deve ter se devido ao fato de que com a construção do lago da represa de Itaipu a área seria inundada, acabando com o problema [106].

A CIA observou que, na década de 1970, o Japão despontava como mais um *player* no cenário econômico mundial, jogando o mesmo jogo que os demais, fornecendo financiamento para a compra de seus próprios produtos, sendo que o Brasil era em 1973 o principal mercado do Japão na América Latina, mas México, Peru, Colômbia, Argentina, e

mesmo Cuba, estavam nos planos japoneses, o que para eles seria uma alternativa ao poderio norte-americano [82].

Já no final de 1973, Perón tentava se aproximar de Washington, mas desacordos internos e a relação com Cuba atrapalhavam. Ele também estava se aproximando da Bolívia, Panamá e Paraguai, o que aparentava ser um movimento para diminuir a influência brasileira na região [144]. Tentava na diplomacia e na política o que não conseguiria na economia.

O Golpe militar no Chile também foi tratado pela CIA, que reconheceu uma vitória brasileira e dos outros regimes militares da América Latina, sendo uma derrota para os radicais de outras nações. Agora as pressões contra Cuba deveriam aumentar dentro e fora da OEA. Na Argentina a perspectiva era a de um novo governo militar em breve, o que a situação chilena apenas intensificou, e estariam apenas esperando a saída de Perón para assumirem [145].

O Chile e o Uruguai entraram para o rol dos países latino-americanos governados por militares, que tinham o ideal de reformar os governos por dentro, como em uma missão, como no golpe de 1964 no Brasil, um dos primeiros países a reconhecerem o novo governo do Chile, país que fora um antigo local de exílio para brasileiros expulsos ou perseguidos pelo regime militar brasileiro. Após os fatos no Chile, a posição brasileira ficou mais forte e a Argentina ficou isolada, o Uruguai se viu mais tranquilo com a perda de uma base segura para os Tupamaros no Chile. O aumento da direita na região sul das américas pôde criar as condições para um trabalho conjunto dos regimes contra os grupos comunistas revolucionários [145].

Em 1974, a CIA avaliou como os países sul-americanos sentiriam a crise do petróleo⁵⁵: Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, por não serem produtores, sofreriam mais; Argentina, Colômbia e Peru, seriam pouco atingidos devido ao fato de produzirem boa parte do que necessitavam; já Bolívia, Equador e Venezuela, se beneficiariam, pois eram exportadores de petróleo. No Brasil o impacto teria o efeito de diminuir o crescimento econômico, pois o consumo de petróleo aumentara muito nos anos anteriores, e os custos com importação poderiam levar 30% das receitas de exportação do Brasil e quase 10% das do Paraguai. O relatório da CIA previa um menor crescimento do Brasil em relação ao ano

⁵⁵ As crises do petróleo foram períodos de forte alta nos preços do petróleo, causados instabilidade política em regiões produtoras de petróleo. Essas crises afetaram a economia global, elevando a inflação, desacelerando economias e incentivando a busca por fontes de energia alternativas. As principais crises ocorreram em 1973, 1979 e 1990-1991, com impactos significativos em diversos países (MELO, 2008).

anterior, entre 8 e 9%, contra 11,3% de 1973, já a inflação deveria passar dos 16% no mesmo ano [83].

Em 15 de março de 1974, Médici deixava a presidência do Brasil para dar posse a Ernesto Geisel (1907 – 1996) (MACEDO, 2016). Com o início do governo Geisel, a CIA produziu um memorando avaliando os cenários possíveis para seu governo. O Brasil continuaria com sua política independente, mas ainda pró-ocidente, tentando obter vantagens para o país e um destaque maior nos fóruns mundiais. O País ainda era um líder na América Latina, mas estava atento aos movimentos de Perón para tentar isolá-lo [146].

Internamente a política brasileira deveria se manter a mesma, seja na atenção à economia, no combate à subversão e na busca por prestígio internacional. Geisel havia sido indicado por Médici e confirmado pela cúpula militar, mas já tinha prestígio por ter sido presidente da Petrobras, tornando-a a maior empresa da América Latina. Ele já havia sido juiz do Superior Tribunal Militar (STM)⁵⁶ e conselheiro militar de Castello Branco, mais nacionalista e mais controlador que Médici, Geisel interferiria nas eleições nos estados, escolhendo candidatos preferidos, mas havia rumores de que o presidente flexibilizaria a política, já que o perigo terrorista estava afastado [198].

A economia continuaria, sob Simonsen, a buscar o crescimento, não a distribuição de renda, temendo os efeitos da inflação alta, que deu ao governo a desculpa para intervir nos preços, o que causou desabastecimento. O preço dos combustíveis também preocupava, o que poderia levar Geisel a abrir o mercado, na visão do agente da CIA. O cruzeiro também parecia muito valorizado, o que dificultava as exportações e os investimentos, além de uma política de subsídios que deveria ser revisada [84].

A Argentina continuava a reclamar da construção de Itaipu, alegando que prejudicaria sua futura hidroelétrica, mais abaixo no rio Paraná. Ela alegava que deveria ser consultada antes da construção, e com esta queixa buscava apoio em organizações internacionais. O agente da CIA afirmou que as alegações da Argentina eram infundadas, que se aplicariam às suas próprias usinas e as exigências reduziriam em 15% a produção da usina de Itaipu. A Bacia do Prata tem o terceiro maior potencial hidroelétrico do mundo (85% no rio Paraná) e seu aproveitamento diminuiria a dependência de termoelétricas, sendo o temor argentino o crescimento econômico que a energia mais abundante e barata daria ao

⁵⁶ Mais detalhes em: <https://www.stm.jus.br/>

Brasil, o que poderia diminuir a diferença de níveis de vida das populações dos dois países, segundo o agente da CIA [85].

O papel do Paraguai no conflito também foi citado, pois o país funcionaria como um amortecedor das tensões, isto desde o final da Guerra do Paraguai, quando quase deixou de existir, na visão do agente. O País escolhera um lado em relação a Itaipu, afastando-se mais ainda da Argentina. Mesmo assim, ainda havia projetos comuns de construção de usinas entre aqueles dois vizinhos [85].

Mudando de foco, mas ainda em 1974, um jornalista havia visitado o Paraguai em busca do paradeiro de Mengele, tendo recebido uma série de informações acerca de quem o havia conhecido e de como teria sido sua vida naquele país. Seu cotidiano giraria em torno dos colonos alemães estabelecidos no Paraguai, donos de hotel, ex-soldados nazistas, médicos, diplomatas, advogados, pastores, cada um acrescentando informações a respeito da personalidade e aspecto físico, entre outras características, os ingredientes básicos para uma história de mistério [159].

Em 9 de agosto de 1974, após a renúncia de Richard Nixon, assumia a presidência dos EUA o Republicano Gerald Ford (1913 – 2006) (MEIRELLES, 2016; CATTAL, 2018).

Voltando ao Brasil, a CIA informou que a política externa brasileira passou a focar em novos mercados para os produtos do país, buscando manter o antigo ritmo de crescimento, expandindo-se para a América Latina, oriente-Médio, África Subsaariana e até aos países comunistas, incluindo China. O agente diz que haveria um conflito de interesses com os EUA, já que passariam a competir nestes mercados, o que aguçaria o nosso nacionalismo, enquanto traria mais divergências na relação entre os Estados [147].

A CIA havia retornado ao problema da crise do petróleo em novembro de 1974, informando que para Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, os seis países da América Central e nos países do Caribe, o impacto havia sido grande, desacelerando o crescimento econômico. No Brasil o déficit chegaria a US\$ 1,5 bilhão na balança de pagamentos, além de problemas no mercado do café, soja e carne, e na safra de algodão. Embora o mercado do açúcar promettesse ser favorável, como o da soja, os pagamentos da dívida externa comprometeria mais uma vez a balança cambial em 1975 [87].

Ao longo desta seção a análise dos memorandos da CIA de 1965 a 1974 revelou uma fase importante das mudanças geopolíticas e socioeconômicas no Cone Sul, com particular atenção ao Brasil e ao Paraguai.

O Brasil vivenciou a consolidação do regime militar pós-1964, sob a liderança de presidentes como Castello Branco, Costa e Silva e Médici, culminando na posse de Geisel em 1974. A CIA observava a busca por estabilidade econômica, com foco no crescimento do PIB e nas exportações, mas também a persistência de problemas como inflação elevada e desigualdade de renda. As estatais eram vistas como um dreno à poupança interna, mas também como símbolos de soberania e nacionalismo, dificultando reformas.

Internamente, o governo militar brasileiro enfrentou oposição estudantil, trabalhista e da Igreja Católica, além de grupos subversivos e guerrilhas urbanas (como a Guerrilha do Araguaia) que, apesar de violentas, foram sistematicamente reprimidas e desarticuladas, muitas vezes com base em torturas e assassinatos de lideranças como Marighella e Lamarca. Na esfera externa, o Brasil buscava uma política mais independente em relação aos EUA, visando se tornar uma potência mundial, o que se refletiu em atritos comerciais e uma crescente rivalidade pela hegemonia regional com a Argentina.

O Paraguai, por sua vez, manteve-se sob a ditadura estável de Alfredo Stroessner, que controlava rigorosamente as forças de segurança e a oposição. Apesar de ser um dos países mais pobres da América Latina, Stroessner buscou a liberalização econômica e investimentos em energia hidrelétrica (como Acaray) para impulsionar o crescimento. A CIA notou o fim gradual do isolamento paraguaio, com o país estreitando laços com o Brasil e os EUA, participando mais ativamente em foros internacionais e diminuindo sua tradicional dependência da Argentina. A atividade comunista no Paraguai era consistentemente classificada como insignificante e desorganizada.

A prolongada e tensa disputa fronteiriça nas Cataratas do Guaíra/Sete Quedas entre Brasil e Paraguai, impulsionada pelo enorme potencial hidrelétrico, culminou no acordo de 1973 para a construção da Usina de Itaipu. Este marco não só garantiu energia para ambos os países, mas também consolidou a influência brasileira sobre o Paraguai, acentuando a rivalidade com a Argentina.

A Revolução Cubana (1959) continuou a ser uma fonte de preocupação para a CIA, que monitorava o apoio de Cuba a grupos insurgentes latino-americanos com treinamento, financiamento e propaganda. No entanto, as tentativas de revolução armada falharam consistentemente na região, mostrando a capacidade dos governos militares de se adaptar e reprimir essas iniciativas. O Chile de Allende representou um sucesso da “via pacífica” para a URSS, mas seu golpe militar em 1973 foi visto como uma vitória dos regimes militares na região.

A CIA analisou a prevalência de governos militares na região, atribuindo-a ao vácuo de poder deixado por governos civis e ao poder das Forças Armadas como instituições organizadas. O apoio dos EUA a alguns desses golpes, como no Brasil em 1964, é apontado como um fator que ajudou a consolidação dos regimes.

Um tema crescente de preocupação foi o tráfico de drogas ilícitas (cocaína, maconha e heroína). O Paraguai emergiu como um entreposto crucial para o tráfico internacional, beneficiando-se da porosidade de suas fronteiras, das redes de contrabando existentes e, em alguns casos, da suposta conivência ou envolvimento de autoridades governamentais. Os EUA intensificaram esforços de combate e cooperação com os governos locais para conter essa nova ameaça.

A CIA continuou a monitorar a presença de criminosos de guerra nazistas, como Josef Mengele, que circulava entre Argentina, Paraguai e Brasil, evidenciando as complexas redes e interesses que os protegiam.

Em síntese, o período de 1965-1974 foi de profunda reconfiguração no Cone Sul, marcado pela ascensão e consolidação de ditaduras militares que, com o apoio dos EUA, focaram na repressão a movimentos de esquerda e na estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que a rivalidades regionais se acirravam (especialmente entre Brasil e Argentina) e novas ameaças, como o narcotráfico, ganhavam destaque nas análises da inteligência norte-americana.

3.4 O olhar da CIA (1975-1984): operação condor, transição democrática no Brasil e novos equilíbrios geopolíticos

O interesse da CIA por terrorismo continuava grande e em 1975 ela fez um relatório de ocorrências a respeito do tema. No Brasil houve a libertação de um terrorista envolvido em uma tentativa de sabotagem a um avião em Londres, em 1971. No Paraguai ainda estavam detidos dois assassinos da esposa de um diplomata israelense, em 1970, além da aprovação de extradição de um paraguaio envolvido em um sequestro de avião na Colômbia, em 1973 [209].

Não era só no Brasil do regime pós 1964 onde havia conflitos com a Igreja Católica, no Paraguai de Stroessner repetia-se o problema, isto segundo a CIA. Houve uma batida policial em uma cooperativa agrícola apoiada pela igreja, além de acusações de tortura em

interrogatórios e corrupção. Um funcionário do governo disse a um membro do *staff* norte-americano que havia armas na cooperativa, mas nada foi provado [199].

Mais uma vez o conflito entre os detentores da energia e os detentores de uma informação simbólica. Militares e Igreja Católica pareciam disputar a hegemonia no Brasil e no Paraguai, o primeiro representante de um poder secular, a segunda a representante de um poder metafísico. O curioso em relação à Igreja era o fato de a infiltração comunista ter conseguido bons resultados na América Latina, mesmo apesar do fato de o movimento comunista internacional ser antirreligioso desde sua fundação⁵⁷.

A CIA conseguiu, de funcionários da Comissão Mista de Fronteira Paraguai-Brasil, documentos secretos que levaram a mais um memorando acerca do problema das fronteiras, cuja disputa girava em torno de um trecho de 11Km. Embora as alegações sejam as mesmas dos demais documentos, a criação do lago de Itaipu prometia resolver parte do problema ao cobrir uma grande área em disputa [107]. A questão da fronteira provocou o interesse do próprio Kissinger [108], que pedira mais informações, o que demonstra a diferença de tecnologia, entre a década de 1970 e o tempo da *Big Data*, pois na atualidade bastaria uma rápida consulta e o secretário já saberia a resposta que desejava. Este atraso e defasagem nas informações pode ter encarecido as operações da CIA, pois o retrabalho parecia ser constante, com memorandos repetidos acerca do mesmo tema, com pouco a acrescentar a cada um deles.

Voltando a prestar a atenção a Cuba, a CIA considerou que a mudança estratégica de Castro em relação à América Latina devia-se ao fato de a situação política regional ter mudado, já que muitos países haviam se preparado para prevenir a subversão. Ele passou a fazer acordos de governo a governo, pressionando em questões contra os interesses norte-americanos. No Brasil a tática cubana era a da infiltração junto aos militares, não mais a guerrilha, mas para o Uruguai a guerrilha ainda poderia ser testada, pois Cuba abrigava guerrilheiros Tupamaros. Já Paraguai e Bolívia, sem grupos organizados para a subversão, não apresentavam perigo imediato [64].

Quanto à questão de Sete Quedas, o agente da CIA informou que um funcionário do Itamaraty disse que da parte do Brasil a fronteira já estaria demarcada, o que não contava com a opinião paraguaia. O comitê conjunto decidiu viabilizar a demarcação/delineamento em 1976, mas as relações entre os países estariam ótimas [109].

⁵⁷ Para maiores detalhes ver: *Marxist-Leninist scientific atheism and the study of religion and atheism in the USSR* (THROWER, 2011).

A CIA também previra que as preocupações nacionais com as drogas cresceriam conforme o problema se agravasse. A articulação entre os países da América Latina era fraca, tanto que quase todas as grandes cidades da região eram rota de drogas aos EUA, sendo que Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideu e Assunção recebiam heroína da Europa para o mesmo destino [230].

A situação econômica do Brasil chamou a atenção da CIA em julho de 1976, quando o agente previu que no curto prazo o país teria pequeno crescimento e inflação alta, com déficit no comércio. Tal cenário ajudou a oposição política nas eleições passadas, e caso continuassem os problemas de natureza econômica o regime ficaria fraco e vulnerável a ataques nacionalistas. Este era o risco da descompressão política promovida por Geisel, além do desacordo interno no governo. No entanto, o pragmatismo econômico manteria os rumos da política exterior brasileira, focando na exportação e defendendo alguns interesses de outros países que se aliassem aos seus, na tentativa de ser uma potência mundial futuramente, deixando aberta a possibilidade de desenvolver tecnologia nuclear, colocando-se contra a posição norte-americana. Mesmo assim, a CIA previa um alinhamento em várias outras posições [87].

Parte do esforço brasileiro de ficar independente de revezes políticos estava na diversificação energética, com investimentos na Bolívia e compra de petróleo da União Soviética, Peru, Nigéria e México, desenvolvimento hidroelétrico de Itaipu, exploração de jazidas de carvão, além da opção nuclear. A ideia de “destino manifesto” de que o Brasil viria a ser desenvolvido pode ser sentida na relação com o Paraguai, Uruguai e Bolívia, e os problemas com a Argentina, Peru e Venezuela. O maior empecilho é a língua, o que impediria de o país se tornar o porta voz da região, principalmente para se contrapor ao protecionismo dos EUA a exportações, se afastando da visão de alinhado automático ao aliado do norte, sendo que as relações não ideológicas encontravam poucas objeções em 1975, principalmente devido a uma postura pragmática, de empresários e alguns funcionários públicos, de trocar liberdades por prosperidade, o que uma crise econômica poderia modificar [88].

Repetidamente os memorandos da CIA informavam que o pivô de sustentação do regime brasileiro era a economia. Os brasileiros trocariam suas liberdades políticas por prosperidade, mas baixo crescimento econômico e inflação alta poderiam retirar o apoio civil do regime, comprometendo sua continuidade.

O agente cita que os serviços de inteligência (no plural) acreditavam que o governo estava se afastando da base militar e se aproximando dos civis, defendendo mais justiça social para retirar esta queixa do discurso dos radicais. A revolução em Portugal e a truculência na Argentina alertaram o governo brasileiro para o perigo da volta do terrorismo, defendendo maior rigor contra alguns padres, jornalistas, intelectuais, professores, estudantes e políticos. Estes alvos para a tortura mostravam que Geisel não detinha o controle total das forças de segurança, recebendo informações errôneas sobre tal atividade, o que sinalizava que tais forças trabalhavam contra os subversivos ao mesmo tempo em que trabalhavam para constranger o governo, atrapalhando a abertura política [88].

Este parece ser um problema dos regimes autoritários, quando partes da estrutura repressiva se tornam independentes, já que trabalham nas sombras, de formas ilegais, com certa autonomia em relação aos líderes dos regimes. Estes grupos podem passar a ter uma agenda própria, deliberando suas ações, desinformando e sabotando outras partes dos governos.

A CIA, no final de 1975, analisou a política paraguaia, tendo como modelo as eleições municipais no país. Houve denúncias e suspeitas de fraude, mas acreditava-se que o Partido Colorado teria vencido mesmo sem tal expediente. O temor era o de uma tendência à esquerda dos liberais radicais. A estratégia foi a de financiar secretamente um partido nanico para minar os liberais radicais, que obtiveram 3% dos votos. Os febreristas receberam 156 votos no país. O próprio eleitor compareceu menos às urnas, mostrando que não havia clima político para mudanças [148].

No mesmo ano, a posição do Paraguai em sua relação com o Brasil e a Argentina foi analisada pela CIA, que descreveu que o país sempre tentou obter vantagens de cada um deles, mantendo uma distância que assegurava independência interna. Embora se sentissem mais ligados com a Argentina (origem cultural comum), os paraguaios temiam a aproximação daquele país à esquerda, enquanto que o regime brasileiro se assemelhava com o do próprio Paraguai, além de estar em plena expansão econômica naquele momento. O alinhamento com o Brasil se demonstrou na visita de Geisel ao Paraguai, quando houve feriado público de 3 dias e repressão a dissidentes, com cerca de 400 prisões. Geisel levou a iniciativa de resolver os problemas de fronteira e um financiamento para Itaipu, mas o Paraguai preocupava-se com a reação Argentina a esta relação próxima, e o Brasil com a reação da Argentina e da Bolívia [149].

A tática paraguaia, para permanecer independente, foi a de jogar os vizinhos maiores um contra o outro, se aproveitando de sua animosidade um com o outro, se deixando disputar por ambos, recebendo vantagens para se aproximar de um ou outro. A Ponte Internacional da Amizade é um bom exemplo, junto com a reforma da rodovia BR-277, que liga a ponte ao litoral do Paraná, possibilitando o escoamento da safra paraguaia até o porto de Paranaguá, onde o país tinha um terminal. As usinas hidroelétricas são outro bom exemplo, sendo Itaipu nosso melhor caso deste tipo de relação de interesses.

Ainda no ano de 1976, viu-se o retorno do tema terrorismo, no qual a CIA relaciona dois assassinatos ocorridos em Paris, o do general Joaquín Zenteno (boliviano) e o do coronel Ramon Trabal (uruguaio), que estiveram reprimindo a insurgência em seus países há alguns anos, com Trabal tendo derrotado os Tupamaros e Zenteno caçado e executado Che Guevara. Ambos estavam na Europa para se afastarem da política em seus países. Haveria uma lista de pessoas a serem assassinadas por vingança contra atos de repressão à esquerda, e estes dois estariam nela. Uma organização baseada na Argentina poderia estar por trás da implementação destes atos, a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), que aparentemente estaria atuando de forma semelhante aos grupos terroristas do oriente médio [210].

Ação e reação. Uma lei da natureza pode ser metaforizada nas relações humanas. Se você persegue e mata seus oponentes (que cometeram crimes, até assassinatos) poderá ser perseguido e morto por associados a eles. Ação e reação é o que pode gerar a perseguição dos que se vingaram, agora pelos associados dos primeiros assassinos, isto em uma reação em cadeia de assassinatos por vingança.

Aparentemente, houve alguma articulação entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, isto segundo mais um memorando da CIA. As questões levantadas pelo agente foram: qual era o grau de cooperação entre os governos; eles eram ativos ou somente aceitavam a execução de exilados políticos? [211].

Os governos militares estariam articulados para o assassinato planejado, mas eram poucas as evidências até àquele momento, podendo ser apenas uma questão interna da Argentina, que tinha então um regime militar, dificultando a vida dos exilados que afluíram para lá quando do último governo Perón. Estes exilados sofreram ataques oriundos das forças de segurança argentinas, de outros esquerdistas e de assassinos de direita, colocando em perigo por volta de 1000 chilenos e 400 exilados de outras nacionalidades, com casos de

tortura em interrogatórios, assassinato de dois ex-parlamentares uruguaios e um ex-presidente boliviano [211].

Os alvos prioritários seriam os associados a grupos terroristas argentinos; os estrangeiros que já tiveram envolvimento com guerrilha em seus países ou com argentinos que tenham tido tais envolvimento; exilados a serem assustados por direitistas; exilados localizados por militares linha-dura que queriam sabotar o governo enquanto combatiam os insurgentes. O certo é que as forças de segurança do país estavam envolvidas, e embora Videla (o presidente da Argentina àquele momento) não encorajasse a ação, parecia não ter força para impedi-la. Já os demais países do Cone Sul estariam trabalhando em conjunto, trocando informações, treinando especialistas, dando consultoria militar [211].

Já há dois anos antes do memorando que trouxe as informações acerca da perseguição a esquerdistas na Argentina, representantes dos países do Cone Sul, menos o Brasil, haviam concordado, em Buenos Aires, que seus países eram alvos de subversivos; que subversivos atravessavam as suas fronteiras; que o JCR estaria organizando grupos de subversivos destes países para ações conjuntas (principalmente propaganda na Europa Ocidental). Já em junho de 1976, representantes dos mesmos países, com observadores brasileiros, se encontraram no Chile, quando decidiram: criar um banco de dados comum com informações a respeito dos subversivos; aceitar o Brasil como membro do grupo; Argentina, Chile e Uruguai agiriam contra o JCR em Paris. Mesmo assim, o agente da CIA não conseguia afirmar que haveria então uma “empresa para assassinato”, mas haveria chilenos e uruguaios interrogando exilados na Argentina; Edgardo Enríquez (do MIR chileno) teria sido entregue aos chilenos e morto; uma fonte dita confiável afirmara que Brasil e Argentina praticavam a caça e eliminação de terroristas em ambos os lados das fronteiras [211].

Ainda observando a união das forças de segurança dos países do Cone Sul, a CIA relatou que um informante no governo boliviano contou que um certo “programa Condor” estaria se preparando para combater a JCR, agindo contra seus dirigentes na França e depois em outros países. Argentina, Chile e Uruguai estariam preparando equipes, tendo pessoal na França [211].

Para a CIA, os países do Cone Sul estavam com problemas, pois tinham que lidar com o Marxismo e seus braços terroristas, enquanto eram hostilizados pelas potências industriais que acreditavam nas propagandas dos primeiros. Para tanto, as forças de segurança dos países da região estão coordenando suas ações, podendo atuar nos territórios uns dos outros, agindo sob o nome de Operação Condor, visando o assassinato de membros

do CCR (chamada de JCR em outros memorandos), mas o Brasil estaria fora das ações para as mortes [212].

Tais iniciativas, para o agente da CIA, seriam fruto de uma paranoia após os atos terroristas no Chile, Uruguai e Argentina, mesmo após a diminuição do problema nos dois primeiros e da mesma possibilidade no último. Eles insistiam que o perigo era iminente e que deveriam continuar reprimindo, havendo a ideia de que o Cone Sul seria a última garantia da civilização cristã em caso de uma nova Guerra Mundial [212].

Para os membros da Condor, suas ações seriam tão justificadas com as de Israel contra os terroristas palestinos, além de acusarem os países democráticos de aplicarem um duplo padrão em relação a eles. O resultado interno é um afastamento entre os militares e a sociedade civil. Externamente, o contraterrorismo da Condor aumentaria o isolamento e os problemas ideológicos destes países, além de incentivar ações terroristas no estilo da OLP [212].

O certo é que a cooperação já existia, com reuniões, planejamento e uma rede de comunicações especial. Informantes no Paraguai e na Argentina justificaram suas ações em resposta ao financiamento internacional aos subversivos, que passaram a ser qualquer um que se opusesse ao governo, sendo que a consequência poderia ser a tortura e a morte, como no caso dos exilados uruguaios na Argentina. Se os governos descreviam o contraterrorismo como uma Terceira Guerra Mundial, medidas violentas se justificavam, além de cobrir o problema de um aspecto internacional, justificando as ações sem reconhecer fronteiras. Ao mesmo tempo, o perigo de terrorismo era real, mesmo que exagerado em alguns casos, pois guerrilheiros causaram grandes estragos até mesmo em países democráticos, o que gerou reações repressivas (até tortura e criação de esquadrões da morte). O agente se questionou o quanto teria valido a pena as ações de guerrilha com os resultados obtidos [212].

Na Argentina ainda havia um problema com os terroristas, mas a ameaça coletiva parecia ser a JCR, que teria sede em Paris. Para o agente, a JCR era tanto um resultado quanto um incentivo da ação conjunta dos países da Condor. Ao mesmo tempo a constatação era da derrota da esquerda, tanto a terrorista quanto a pacífica, já que Che havia sido derrotado (mostrando o fracasso da guerrilha rural), Allende foi derrubado (mostrando a falha da via eleitoral), a guerrilha urbana falhou (com Marighella no Brasil e os Tupamaros no Uruguai). No caso dos Tupamaros, devido à sua estrutura eficiente, pensou-se em uma guerra real, tanto que a tortura foi vista como inevitável para derrotá-los [212].

O agente previu que o governo argentino conseguisse derrotar os terroristas locais, já que eles não tinham mais refúgios nos países vizinhos. O que parecia é que as ameaças justificavam o orçamento elevado para os militares, os mesmos que debochavam dos norte-americanos por suas preocupações com as drogas, além de comemorarem derrotas terroristas em outros países, mas não no Uruguai, por exemplo, diferenças que levantavam suspeitas nos membros da Condor [212].

Os regimes do Cone Sul teriam em comum, na avaliação da CIA, o antimarxismo como uma força moral, já que se legitimavam no combate à ameaça terrorista e comunista. Apesar disto, o agente da CIA recomendava que se lidasse com o Brasil como sendo uma potência mundial, não como um problema, mesmo por ele ser um exemplo para seus vizinhos desde 1964, sendo que a distensão ainda deveria ocorrer, já que a esquerda estava esmagada em 1976. O Paraguai, por seu lado, tinha um regime descrito como sendo de desenho animado, do século XIX, que seguia os rumos de seus vizinhos, mas bem atrás, o que se justificaria pela derrota quase aniquilante na Guerra do Paraguai, o que não abriu espaço à democracia, havendo apenas um medo da esquerda [212].

Para a CIA, o Brasil e os EUA seriam aliados naturais, mas uma guinada à direita não ajudaria nesta aliança, e a existência da JCR poderia trazer problemas internacionais, já que os terroristas argentinos fugiram para a Europa e talvez aos EUA. Argentina, Chile e Uruguai seriam os líderes da Condor, com o Brasil bem receoso, dando suporte técnico. Havia a possibilidade de atos internacionais contra as embaixadas dos seis países ao estilo da OLP, sendo que a repressão estaria radicalizando os exilados que pareciam se pacificar ao voltarem para casa [212].

Seguindo com o tema do terrorismo em 1976, a CIA avaliou que o terrorismo convidava à repressão, pois quando os governos tomam atitudes contrterroristas o público passa a apoiar os terroristas, tanto que para Marighella, segundo o agente da CIA, o intuito era o de fazer a política se militarizar, para depois atribuir quaisquer males ao governo militar, dilacerando o tecido social, substituindo as instituições por decretos, com a repressão substituindo a liberdade, tornando a vida insuportável ao cidadão, para que ele clame por mudanças, quando as guerrilhas tomariam o poder. Embora esta tática tenha funcionado na Palestina sob os britânicos e em Chipre, nunca deu certo na América Latina, pelo contrário, onde o terrorismo foi mais brutal (Uruguai e Argentina) ocorreram as condições mais fortes para golpes militares [213].

A CIA considerou que o terrorismo como arma política datava da Revolução Francesa, empregado pelo governo que assumiu para incutir o medo e a submissão da população, atos simbólicos que influenciavam o comportamento político, sob atos ou ameaças de violência. Na América do Sul, segundo a CIA, o terrorismo nunca ameaçara realmente aos governos, por haver grupos fracos e pequenos. Por isto, a JCR preocupou aos governos locais, por representar uma articulação maior, causando como reação a união das forças de segurança no Cone Sul [213].

A longa descrição dos motivos e da criação da Operação Condor, no interior dos serviços de segurança dos países do Cone Sul, segue uma lógica não linear, mas sim dialética⁵⁸, na qual cada um dos grupos em conflito tem suas teses, vendo as dos outros como antíteses, e tendo cada uma das ações como síntese, o resultado da reação àquela antítese identificada. Desta forma, contra a guerrilha a repressão, contra a repressão o terrorismo, contra o terrorismo as prisões, torturas e assassinatos. Contra as prisões, torturas e assassinatos a JCR, contra a JCR a Condor. A cada movimento a violência escalava mais um degrau, novamente em um círculo vicioso.

O pano de fundo para este drama eram as ideologias concorrentes pela hegemonia, seja na escala das nações, com EUA e URSS sendo o exemplo máximo de cada modelo a ser seguido, chegando à disputa de cada consciência, à escala do indivíduo, que deveria escolher entre dois senhores, pois não se pode servir aos dois⁵⁹, colocando a população civil no meio desta disputa. A contradição dialética fica evidente ao constataremos que cada um dos lados da disputa era ao mesmo tempo vítima e algoz, pois quando agiam ou reagiam criavam as condições para uma vingança, uma reação da outra parte, e no final todos viemos a perder.

Em outro momento, a CIA produziu um memorando informando acerca do que já vinha sendo exposto em outros documentos, o que demonstrava duas coisas, havia mais de um agente espionando as atividades da Condor e que informações referentes ao terrorismo e ao contraterrorismo eram importantes para o governo norte-americano. Neste caso, o aviso era de que a Condor já podia coletar dados e dirigir operações no Cone Sul. Equipes seriam treinadas em Buenos Aires por forças do Chile, Argentina e Uruguai, visando a Europa Ocidental, sendo que os objetivos das missões seriam conhecidos apenas pelos líderes dos

⁵⁸ Para uma melhor compreensão acerca do conceito de dialética, ver: *Entre o Leão e as Formigas: Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho*, Seção 3.4, página 50 (NAVEGA-COSTA, 2021).

⁵⁹ Adaptado de: “Ninguém pode servir a dois senhores” Mateus 6:24, (BÍBLIA SAGRADA, 2007).

governos, mas as ações mais prováveis seriam em Paris, local com maior concentração de exilados [214].

Em agosto de 1976, a CIA informava que dos membros da Condor apenas o Brasil não havia concordado em participar de operações na Europa, apenas forneceria suporte para a Condortel (rede de comunicação dos países da Condor), sendo que Chile, Argentina e Uruguai participariam efetivamente em tais ações, antes treinando pessoal e dando tempo para que o Brasil mude de opinião. O agente da CIA não podia afirmar que os demais países envolvidos iriam adiante sem o Brasil, nem se algum país estaria tentando persuadi-lo [215].

A preocupação norte-americana se concentrava nas possíveis ramificações, na política e na segurança, que a Condor poderia criar. Um memorando dirigido ao alto escalão da CIA trazia os mesmos dados informados em documentos anteriores. As questões apresentadas eram as de se saber quais problemas a Agência teria agora e como deveria agir em relação às atividades ilegais planejadas, principalmente a CIA deveria se proteger de ser acusada de cumplicidade na operação [216].

Um lugar comum em muitos discursos políticos que se dirigem contra os EUA sempre foi a acusação de que a CIA intervinha mundialmente nos assuntos internos de outros países. O parágrafo anterior, que descreveu parte do conteúdo de um memorando, sugere o contrário, pois o agente da CIA estava preocupado de a Agência ser responsabilizada pela Condor, junto com os países membros da operação. Como o memorando fora produzido para leitura interna, sua credibilidade aumenta, a ponto de ser plausível que eles se preocupassem, sim, com tal acusação. Ao mesmo tempo, seria muita ingenuidade política acreditar que os demais governos mundiais precisariam do incentivo dos norte-americanos para serem cruéis, como se não pudessem praticar atrocidades por iniciativa própria.

Houve uma reunião convocada pelo Departamento de Estado dos EUA para discutirem o caso da Condor, dito de interesse dos direitos humanos, e foi informado que já havia comunicações com os países chave abordando o assunto, dizendo que não viam problemas com a coleta em conjunto de informações, planejamentos e atividades em conjunto dentro dos territórios dos países envolvidos, mas havia preocupação com os assassinatos planejados, pedindo a atenção dos altos escalões dos governos, que tais mortes seriam uma ofensa à civilização, além de prejudicar a imagem dos países membros da operação, com reações contrárias [216].

A orientação que se seguiu a esta explicação foi a de se proceder de forma diferente em cada um dos três principais países da Condor, de acordo com suas peculiaridades: no

Uruguai dever-se-ia ir a um general do governo, não ao presidente; na Argentina dever-se-ia ir direto ao presidente, afirmando que tais ações prejudicariam auxílios econômicos futuros; os embaixadores deveriam informar que havia conversas com os demais governos [216].

No relatório, a CIA informou que a Operação Condor nascera para combater o JCR, e que esta última seria fruto do grupo ERP (argentino), que uniria grupos terroristas na Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, todos financiados, treinados e equipados por Cuba, além de contar com os resgates milionários obtidos por via de sequestros na Argentina. O JCR era suspeito de envolvimento nos assassinatos de Zenteno e Trabal, já citados anteriormente [216].

Em uma análise posterior feita pela CIA, os países do Cone Sul estariam se articulando devido a percepção de que estariam sob ameaça comunista, de que estariam cada vez mais isolados do resto do mundo e que os EUA os estariam abandonando. O isolamento era constatado pela imagem que os países tinham nas matérias de jornais e pelo tratamento diferente que recebiam quando faziam a mesma coisa que Israel, por exemplo. As organizações internacionais também seriam muito condenatórias e que os países deveriam ter o direito de eliminar terroristas de seus territórios sem interferências [217].

Os acordos tiveram início com o Chile se aproximando do Brasil, na crença que este o protegeria em caso de invasão estrangeira; depois o Chile se aproximou da Bolívia, negociando a sonhada saída para o mar; o golpe na Argentina aproximou as nações sob ditadura militar, com o país mandando embaixadores especialmente escolhidos para melhorar as relações com seus vizinhos [217].

A colaboração para combate aos terroristas já havia ocorrido desde 1974, por iniciativa de oficiais ligados à segurança, mas os planos ficaram mais sérios em junho de 1976, quando o Brasil se reuniu com os demais países, quando notou-se um crescimento de operações contra exilados e terroristas. As ações internacionais estariam nos planos, mas os países esperavam por uma posição favorável do Brasil [217].

Já no início de 1977, a CIA reportou uma reunião em Buenos Aires de representantes da Condor, para revisão e planejamento de ações de guerra psicológica contra grupos esquerdistas e radicais, com a publicação em um dado país de propaganda útil a um outro, para não identificarem a fonte. Outra reunião havia sido marcada para junho de 1977, em Assunção ou La Paz [218].

Em 20 de janeiro de 1977, Ford deixava a presidência dos EUA e assumia o Democrata Jimmy Carter (ZELIZER, 2010; PEZZONIA, 2017).

A pressão de Washington para que os direitos humanos fossem observados nos países da OEA fez com que: o Chile viesse a libertar seu último preso político e negociar o fim de uma greve de fome; Brasil e Argentina instruíram suas forças de segurança para serem menos arbitrárias com os suspeitos; enquanto que o Paraguai admitiria a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No entanto o Cone Sul ainda seguia o Brasil, sendo um bloco intransigente [219].

No Brasil de Geisel, as críticas civis ao governo foram respondidas com a suspensão dos direitos políticos de dois opositores, um deles Alencar Furtado, o presidente da Câmara Federal. A popularidade do presidente era baixa em 1977 e poderiam interferir na escolha de seu sucessor [150].

A utilização de tecnologia nuclear também preocupava a CIA, que informou em memorando que Argentina, Brasil e México, tinham ou estavam construindo plantas nucleares. Já Chile, Venezuela e Cuba, tinham modestos programas de pesquisa. Além de Colômbia, Peru, Equador, Uruguai, Bolívia e Paraguai, que estariam apenas começando sua pesquisa nuclear. A Argentina estaria, aparentemente, na dianteira do desenvolvimento nuclear na América Latina, tanto que já exportava tecnologia. O programa brasileiro, no entanto, era mais ambicioso que o dos vizinhos, pois previa a construção de 8 reatores e plantas de processamento de urânio, mas continuaria dependente da Alemanha Ocidental. Além disso, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Guiana e Belize, não eram signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. No entanto, apenas Argentina e Brasil tinham àquela altura condições reais para desenvolverem armamento nuclear [150].

A CIA voltou a citar Cuba e sua mudança de atitude. Tendo tentado na América Latina (Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina, América Central e Caribe) e na África as mesmas táticas que aplicou para dominar Cuba, Castro transformou Havana no centro de subversão das Américas, fornecendo dinheiro, armas, munições, treinamento, propaganda e pessoal, a grupos revolucionários. No entanto, todas as tentativas fracassaram. Assim, Castro mudou sua abordagem, rompendo com a revolução violenta, o que resultou no reatamento diplomático da ilha com 11 nações latino-americanas e 34 africanas [65].

Voltando ao Cone Sul e à Operação Condor, a CIA produziu mais um documento abordando o caso, reproduzindo um documento alegadamente da Condor, chamado

Regulamento Teseo, que abordava: planejamento (metas, instruções, administração, formular requisitos e disponibilizar meios); pessoal (Condor 1 – Argentina – membros de todos os participantes, inteligência, operações e reservas); finanças (despesas no centro por conta do anfitrião, havendo um fundo com participação de todos os países, mais um fundo para despesas cotidianas, previsão de despesas no exterior, tudo contabilizado pela Argentina, cabendo aos grupos a cobrança de seus respectivos serviços de segurança, com prestação de contas após cada missão); meios (armas e munições, explosivos e acessórios, documentação, roupas e apetrechos, eletrônicos, comunicação etc.); sistema (equipes montadas para metas, alvos determinados e execução); comunicação (Condortel, telefone quando no exterior, mala diplomática); treinamento (por conta do país sede); sigilo (mínimo de pessoas devem ter informações); e regulamentos [220].

Aqui temos uma curiosidade, pois embora todo o conteúdo do documento corresponda ao que já vinha sendo informado pela CIA acerca da Operação Condor, o nome que constava do regulamento era Teseo. Assim, ou havia uma outra operação com o mesmo objetivo (o que seria pouco produtivo), ou o nome original seria Teseo, não Condor, e o nome teria mudado depois de o regulamento ter sido produzido, ou mesmo teria havido a intenção de confundir a quem lesse o regulamento, ou o nome seria mesmo Teseo e a CIA passou a usar Condor e o nome foi assumido posteriormente. Não há elementos para sabermos.

Teseo, o herói grego da antiguidade mítica, foi o responsável por derrotar o Minotauro, o que seria uma imagem interessante de como as forças de segurança dos países do Cone Sul enxergavam o problema do terrorismo, guerrilha e insurgência de esquerda durante a década de 1970. O monstro Minotauro vivia em um labirinto, onde aterrorizava e matava quem lá entrasse, isto até que Teseo conseguiu matá-lo (POUZADOUX, 2001). Seria esta a metáfora para a esquerda sul-americana? Estariam as forças de segurança em um labirinto? Matar o monstro seria a solução? Já Condor remetia ao pássaro dominante nos Andes, o que traria o nome para a região.

Voltando sua atenção ao Brasil, a CIA considerou o cenário nacional em 1977, com o crescimento populacional acelerado, com boa parte da população nos grandes centros, no Nordeste e nas fronteiras, inclusive com brasileiros ocupando a zona de fronteira entre Brasil e Paraguai ao mesmo tempo em que Itaipu saía do papel, poderia haver falta de alimentos mais à frente. Politicamente, junto com uma carta pedindo a democracia, as pressões sobre o regime para forçar a abertura e trazer o governo civil aumentavam, enquanto o apoio

popular decaía. No entanto, como única instituição coesa da nação, as forças armadas poderiam não querer sair do poder tão cedo [200].

No Brasil, em 15 de março de 1979 tomava posse João Figueiredo (1918 – 1999) no lugar de Geisel (BOSCATO, 2006).

O assunto nazismo, relacionando Brasil e Paraguai, retornou à CIA em 1979, quando a Agência arquivou uma matéria do Washington Post que informava acerca da suposta relação entre as ditaduras sul-americanas e os criminosos de guerra nazistas aqui refugiados, que em troca de proteção ensinariam aos serviços de segurança da região como proceder de forma desumana em torturas e extermínio. A matéria também relacionou a Operação Condor com os nazistas, alegando que não seria coincidência o fato de haver surgido tal iniciativa na região, alegando a possibilidade de que a morte, após explosão, de um refugiado chileno em Washington ter sido um possível assassinato cometido pela Condor [160].

Novamente chamo a atenção ao fato de ser atribuída uma origem às atividades de repressão, torturas e assassinatos empreendidas pelas forças de segurança dos países do Cone Sul, antes à CIA, agora aos nazistas. Considero que não se precisava de professores de violência, nem aqui na América do Sul, nem em nenhum outro lugar do planeta. Pessoas têm sido cruéis umas com as outras desde as origens da humanidade, sendo a imaginação humana neste tipo de atividade muito rica.

Em 20 de janeiro de 1981, terminava o governo Carter e iniciava o do Republicano Ronald Reagan (1911 – 2004) (TORRES, 2018). No mesmo ano houve o arquivamento na CIA de um artigo científico que descrevia a colonização brasileira no leste do Paraguai, fronteira com o Brasil. O artigo relata a disputa pelas Cataratas do Guaíra, a ocupação do local após 1964, tendo havido em 1966 um acordo que previa a utilização por ambos países do potencial energético das cataratas em disputa, o que teria representado uma vitória diplomática para o Brasil, sendo a construção de Itaipu o motor da ocupação da fronteira paraguaia por brasileiros, após a remoção das barreiras legais do lado paraguaio a tal colonização, autorizando a venda de terras fronteiriças a estrangeiros, com o Estado vendendo terras diretamente aos brasileiros [110].

Ainda com o mesmo artigo, mas tratando do assunto contrabando, o autor afirmava que boa parte da produção agrícola colhida na zona de fronteira por brasileiros era contrabandeada ao Brasil, onde era vendida juntamente com madeira retirada da região, o que teria contribuído para o crescimento do contrabando de produtos do Paraguai ao Brasil,

e até o Banco Mundial passou a levar em conta o comércio não declarado como parte de seus cálculos para a economia paraguaia [41].

A pouca interação da zona de fronteira com o restante da economia paraguaia era apontada como um fator facilitador do contrabando, além da familiaridade do comércio com o Brasil da parte dos colonos, tanto que a moeda mais utilizada na zona de fronteira era o cruzeiro, não sendo necessário nem a operação de câmbio para haver o contrabando. Outro facilitador era a pouca presença estatal na região, com serviços precários, forçando os colonos a irem ao Brasil para atendimentos. Os preços para a venda da produção também eram melhores no Brasil, pois dispensariam os intermediários [41].

Em 1981, Cuba voltou aos arquivos da CIA, relacionada aos critérios desta pesquisa, quando a Agência efetuou um levantamento da força bélica da ilha, que perdia ainda apenas para a do Brasil na América Latina, que havia deixado de ser uma força apenas para a defesa desde a década de 1970, tendo recebido mais de 2 bilhões de dólares em equipamentos da URSS desde 1960, somando um contingente militar de 225.000 homens [66].

Em 1982, a disputa pelas ilhas Malvinas deu à URSS e a Cuba renovadas expectativas para conflitos possíveis. Os soviéticos já haviam ajudado Nicarágua e Granada em suas revoluções, além de se aproximar economicamente de países como Argentina, Brasil e México, com grande parte das importações de alimentos vindo do Brasil e da Argentina (principalmente após a invasão do Afeganistão pela URSS e o embargo de grãos subsequente, desequilibrando a balança comercial em favor da Argentina e do Brasil), e com o Peru como comprador de armamentos [38].

Na América Latina o objetivo era criar boas relações entre os Estados, afastando-os dos EUA, o que poderia se reverter em apoio político à URSS. A região apresentava uma simpatia à revolução e muitos países se oporiam a uma intervenção norte-americana em algum país. Assim, Moscou continuaria, na visão do agente da CIA, a praticar política entre Estados por um lado, e a apoiar a revolução onde ela fosse possível, em locais com governos instáveis, por outro [38].

O problema nas ilhas Malvinas (ou Falklands) em 1982 recebeu atenção da CIA, pois seria inevitável algum conflito nas relações entre Estados da América Latina e os EUA, desde um grande afastamento com a Argentina, até um pequeno abalo do México à América Central. Já para a América do Sul foram previstas três reações possíveis: países que se portariam de forma dura com os EUA (Argentina, Venezuela, Peru e, um pouco menos, Bolívia); os intermediários, por simpatia à Argentina, mas não querendo manter relações

amistosas (Brasil, Equador, Uruguai e Paraguai); e os que se oporiam à Argentina por motivos jurídicos (Colômbia e Chile) [151].

O Caso do Brasil era interessante, por não querer afetar suas relações com os EUA, ao mesmo tempo em que queria manter sua aproximação a Buenos Aires, além de ter discursado em apoio ao vizinho e prometido ajuda. O perigo para o Brasil seria a subida ao poder de um governo peronista na Argentina em consequência da crise, além do risco de conflitos entre Argentina e Chile, cabendo ao Brasil manter o equilíbrio entre o nacionalismo argentino e seus interesses na região. Já outros países (Equador, Uruguai e Paraguai) gostariam de ficar bem distantes dos conflitos portenhos, e os EUA não teriam problemas com eles [151].

Os temores do governo brasileiro não eram infundados, pois após a derrota para o Reino Unido, o governo militar da Argentina iniciou seu fim, com a subida ao poder de um civil, Raúl Alfonsín, que sucedeu ao militar Reynaldo Bignone⁶⁰, que governou apenas entre 1º de julho de 1982 e 10 de dezembro de 1983.

Mesmo antes das Malvinas, os EUA já tinham problemas para obter apoio contra o comunismo, com muitos Estados vendo os problemas na América Central como sendo dos norte-americanos. Após as Malvinas, os membros de língua inglesa da OEA ficaram mais deslocados que antes, além do aumento da oposição argentina na organização, mas Brasil, Colômbia, Chile e até a Venezuela poderiam frear as iniciativas de modificação da OEA. O intercâmbio militar também deveria sofrer, na visão da CIA, pois já era uma tendência tal afastamento, e mesmo uma defesa hemisférica estaria cada vez mais longe, com a oposição brasileira e a total rejeição argentina. O resultado poderia ser uma corrida armamentista na América Latina, com a expansão das indústrias locais, principalmente no Brasil [151].

Para os comunistas, a crise das Malvinas foi uma oportunidade para propaganda, principalmente na Argentina, mas outras nações estavam alarmadas com tal abordagem, vendo a posição soviética como oportunista. No entanto, tal abordagem poderia funcionar e a Argentina poderia vir a comprar armamento soviético, o que faria com que Brasil e Venezuela se aproximassem de Washington para sua defesa regional [151].

Na avaliação do Departamento de Estado dos EUA, o problema despertado pela crise das Malvinas não afetaria muito as finanças e o comércio sul-americano com os EUA, e mesmo os discursos mais fortes não passariam de retórica, e que com o tempo tudo voltaria

⁶⁰ Mais informações em: *MORRE aos 90 anos Reynaldo Bignone, o último ditador da Argentina* (Estadão, 2018).

a ser como antes, além do fato de que em cada país houve uma reação particular, com Argentina, Venezuela e Peru, com mais resistência, Chile se aproximando dos EUA e Brasil, México e Caribe pouco reagentes. Com a Argentina a preocupação foi seu programa nuclear, o que poderia levar o Brasil a acelerar o seu próprio programa [152].

Para os analistas, o Brasil poderia ser o agente de equilíbrio na região, mesmo sem esta intenção, e os EUA deveriam incentivar tal postura. O Brasil prestava muita atenção aos desenvolvimentos argentinos e poderia se aproximar dela para evitar a influência soviética por lá. Ao mesmo tempo, o Brasil sempre teve a barreira da língua, o que o afastava dos vizinhos, e não queria ser um segundo EUA, mas seu poder econômico, sua dimensão e a ausência de disputas com os vizinhos o habilitavam ao papel de líder regional. O Departamento de Estado acreditava que os EUA deveriam incentivar esta imagem, pois os pouparia de fazê-lo, evitando a exposição [152].

O conflito das Malvinas aceleraria o rearmamento de vários países na América Latina, na visão da CIA, e muitos fornecedores apareceriam, inclusive a URSS. Para que se evitasse o fornecimento soviético e árabe, a estratégia norte-americana indicada seria a de incentivar todos os demais fornecedores, mesmo o Brasil, desde que a URSS e os árabes não participassem. Já com o Brasil a estratégia deveria ser de aproximação, com consultas constantes, mas evitando a insegurança argentina. Mesmo o programa nuclear brasileiro poderia ser apoiado pelos EUA, para poderem aplicar salvaguardas, além de cooperação militar, treinamento e desenvolvimento de armamentos, ciência e tecnologia, entre outras queixas brasileiras. Em outros países, antes apoiados pela Argentina, a ideia era a de pequenas ajudas econômicas para suprir a queda econômica que a Argentina sofreria [152].

Os criminosos nazistas ainda eram uma obsessão em 1984, e o principal nome era o de Josef Mengele. A CIA reportou que uma caçadora de nazistas, Beate Auguste Klarsfeld iria ao Paraguai para caçar o “Anjo da Morte”. A caçadora já havia sido presa duas vezes no Chile na mesma semana, quando procurava por outro nazista [161].

Com a aproximação das eleições indiretas para presidente do Brasil, a CIA produziu um comentário ao acontecimento, com a volta dos civis ao poder no país e o retorno dos militares aos quartéis. Embora houvesse pressão para que ocorressem eleições diretas, a opção pela escolha através do colégio eleitoral ainda parecia a mais provável àquele momento, em março de 1984. A CIA avaliava que os militares estariam inquietos, mas que seriam ainda leais a Figueiredo e acatariam o resultado da eleição. Os candidatos mais cotados àquela altura eram: Paulo Maluf (antipatizado por Figueiredo); Aureliano Chaves

(bem visto pelos moderados); Mário Andreazza (escolha do presidente, mas sem apoio); e Tancredo Neves (aceitável por ser moderado) [201].

Caso houvesse uma nova intervenção militar nas eleições, para evitar eleições diretas, a previsão da CIA era a de que os militares ficariam mais dois anos para preparar uma transição mais segura, e que pessoas não aceitáveis (como Brizola) seriam impedidos de se candidatar. Tal fato poderia ser tolerado pela oposição, por ser melhor do que uma permanência mais longa dos militares no poder. Além disso, a permanência dos militares no poder poderia desencorajar os movimentos civis em outros países da região [201].

Este trecho anterior é bem elucidador, pois apesar da pressão popular para que houvesse eleições diretas⁶¹ para presidente ao final do governo Figueiredo, a opção aprovada foi o colégio eleitoral, ou seja, as eleições indiretas. O temor poderia ser de que Brizola ou outro radical (na visão da CIA) vencesse as eleições, o que poderia fazer com que os militares voltassem a implantar um regime militar no país, o que levaria a situação política de volta a 1964. A Argentina havia passado por algo semelhante quando da volta de Perón, sendo que ao final os militares retornaram ao poder⁶².

A análise era a de que qualquer um que vencesse as eleições teria muitos problemas a enfrentar, de políticos a econômicos, mas que as relações com os EUA não mudariam muito, e que era positivo a volta da democracia ao Brasil, mas que o país ficaria mais imprevisível [201].

Muita coisa foi feita no governo Figueiredo para aprontar o país para o governo civil, desde a suspensão da censura, a diminuição dos poderes do presidente, a revisão da Lei de Segurança Nacional, que limitou o alcance dos serviços de inteligência, a anistia a boa parte dos atingidos por restrições políticas, e até realização de eleições abertas em 1982 [201].

Para a CIA, os problemas econômicos (recessão, desemprego, queda de renda e aumento na dívida externa) abalaram o regime militar e aceleraram a abertura, e deveria haver mesmo uma eleição indireta em 1985, sem manipulação por parte do governo. A tendência seria a de prestigiar Andreazza e difamar Maluf, e o apoio da imprensa norte-americana a um dos candidatos poderia ser encarado como intervenção nos assuntos nacionais, o que poderia prejudicar tal candidato. A princípio, Maluf seria o melhor

⁶¹ Para maiores detalhes, consultar: *Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites* (NERY, 2010).

⁶² Após a sucessão de 3 presidentes durante a chamada Revolução Argentina, de 1966 a 1973 (Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Alejandro Agustín Lanusse) houve a rápida sucessão de mais 4 presidentes civis, de 1973 a 1976 (Héctor José Cámpora, Raúl Alberto Lastiri, Juan Domingo Perón e María Estela Martínez de Perón). Tudo culminou em um novo golpe militar, em março de 1976 (LIDA; CRESPO; YANKELEVICH, 2007).

candidato para os EUA, por ser pró-negócios e por convidar Roberto Campos para compor o governo. Mas, seja quem viesse a ser o próximo presidente do Brasil ele teria que desafiar os EUA para demonstrar independência, enquanto teria que fazer concessões a grupos internos [201].

Como se pode notar anteriormente, um certo grau de teatro, com bravatas e demonstração de independência, já era esperado pela CIA, e possivelmente dentro de outros setores do governo norte-americano, pois o importante parecia ser a realidade das relações, não o que elas aparentavam ser. Desde que o próximo presidente civil brasileiro mantivesse os compromissos e a aliança de longa data com os EUA, não pareciam importarem os discursos dirigidos ao público interno do país.

A sucessão presidencial no Brasil estava preocupando aos militares, dada a quantidade de candidatos e as críticas ao atual governo. No Paraguai o temor era quanto a idade avançada de Stroessner e o possível fim de seu governo, além do fato de o governo civil na Argentina ter cortado o apoio ao país. O agente avaliou que deveriam esperar o desenrolar dos acontecimentos e que pouco os EUA poderiam fazer naquele momento [202].

Ainda observando os acontecimentos no Paraguai, a CIA avaliou que Stroessner poderia deixar o cargo em breve, segundo dois informantes (possivelmente a mando do presidente), que disseram à Embaixada dos EUA que o presidente não tentaria outro mandato em 1988 (devido à sua idade e condição de saúde), o que passou a movimentar os possíveis substitutos (militares, Colorados e oposição), já que Stroessner não havia apontado seu sucessor [203].

Quanto à busca por nazistas no Paraguai, em 1984 a Liga Antidifamação sugeriu que se investigasse o paradeiro de Mengele no país, o que não agradou ao governo. Ele teria sido visto no Brasil na década de 1970 e depois no Paraguai, perto da fronteira brasileira. O problema para o governo não era a busca em si, mas a publicidade negativa que atraía, pois os “caçadores nazis” se autopromoviam na imprensa. Ao mesmo tempo, a boa recepção de uma visita da Liga Antidifamação poderia ser boa propaganda internacional para o governo [161].

Escrevendo acerca de Cuba, a CIA avaliou que mesmo tendo recebido o auxílio cubano na década de 1960, os subversivos brasileiros haviam sido quase destruídos pelos serviços de segurança nacionais, e os que restaram foram abandonados por Castro, por não serem capazes de nenhuma ação concreta, ao mesmo tempo em que o PCB fazia campanha para sua legalização, o que enfraqueceu ainda mais os antigos grupos terroristas. Assim,

Havana buscou a via diplomática e comercial, e o governo civil que se aproximava prometia mais interação entre as nações [222].

Já no Paraguai, Cuba oscilava em apoiar ou não grupos subversivos, já que eles não apresentavam capacidade de derrubar o governo, além do fato de Cuba não ter representação no país e de que Stroessner acompanhava os movimentos de Havana nos países vizinhos cuidadosamente. O fato de tanto Cuba, quanto a URSS e seus satélites, terem nutrido aversão pelo regime paraguaio era usado por Stroessner como justificativa mesma do seu próprio regime, como prova de um complô internacional contra o país [222]. Assim, a ameaça comunista era na prática um dos sustentáculos do regime militar paraguaio, mais um exemplo de lógica dialética mostrando a contradição nas relações políticas.

Ainda a respeito de Cuba e suas relações na América Latina, o agente da CIA não acreditava que a atitude apresentada em 1984 mudaria nos próximos anos, nem que Brasília se voltaria a Cuba contra os interesses de grupos internos. Cuba esperaria o fim dos regimes no Chile, Paraguai e Uruguai, para melhorar suas relações nestes países. A busca por incentivar a subversão isolaria novamente a ilha, e a própria URSS não desejava que Cuba escalasse conflitos novamente, para não prejudicar seus interesses no Brasil e na Argentina. Outros países ainda reclamavam da inflexibilidade cubana em assuntos bilaterais e do histórico de Havana na proteção e abrigo de terroristas procurados. A opinião interna nos países também era levada em conta na decisão de manter Cuba afastada [67].

Após a criação do grupo de países não alinhados (NAM), Cuba procurou afirmar sua posição e vários outros Estados buscaram participar, principalmente após Castro deixar a presidência do grupo, o que fornecia um fórum que poderia se opor aos EUA, dando chance de representantes de Castro visitarem países com obstáculos a Cuba, como Brasil e Uruguai. Outro ponto era o fato de Cuba tentar não antagonizar os interesses soviéticos na região, pois a URSS dava muita importância à sua relação com Brasil, Argentina e Peru, além de Moscou acreditar que não haveria condições para revoluções naquela altura. Cuba aprendeu com o tempo e sua dependência de Moscou a forçava a ser pragmática [67].

Para o agente da CIA, Cuba ainda nutria esperanças de bons resultados no Brasil, já que a abertura daria oportunidades de maior entrada cubana. Já as perspectivas para Chile, Paraguai e Uruguai eram desanimadoras para a ilha, a não ser que mudassem os regimes, o que poderia ocorrer em breve no Uruguai [67].

Na avaliação do agente, Cuba não aumentaria muito sua influência na América Latina em breve, mesmo que conseguisse normalizar as relações diplomáticas, o comércio e os

intercâmbios culturais. O certo era que cada abertura aumentava a legitimidade do regime de Havana, fazendo maior sua presença regional. No entanto, a aura de ceticismo (nos militares, conservadores e até em moderados) acerca das intenções de Havana limitava seu alcance, mesmo porque a URSS se oporia a uma volta às armas, pois a culpa recairia nos partidos pró-Moscou e nos soviéticos (o que poderia valer a pena caso houvesse reais chances de sucesso) [67].

De volta aos nazistas, a caça a Mengele atraía todo o tipo de pessoa, a CIA arquivou um texto que contava a passagem de um advogado de Nova York, Robert Posner, pelo Paraguai. Ele havia encontrado o coronel Alejandro Von Eckstein, que teria trabalhado na inteligência paraguaia, e que teria ajudado Posner em sua pesquisa, já o tendo informado que Mengele visitara o país desde 1954 ou 55, vindo de Buenos Aires, sendo recebido por um representante comercial da empresa da família Mengele (equipamentos agrícolas), além de vários outros imigrantes com passado nazista. Mengele teria conseguido cidadania paraguaia em 1959, mas na década de 1970 ele havia se mudado para o Brasil, e não sabia se ele ainda estaria vivo [161].

Um agente israelense teria dito a Posner que Mengele havia sido encontrado em um local fortificado, mas que após o sequestro de Eichmann, em 1960, seu país não queria mais problemas diplomáticos, além da operação militar para entrar no abrigo. O mais importante seria o fato de Israel ter a questão do terrorismo a resolver, ficando a vingança em relação aos nazistas em segundo plano. Apenas organizações judaicas norte-americanas estariam ainda procurando por Mengele, além de alimentarem os jornais com o assunto [161].

O Embaixador dos EUA em Assunção recebeu pessoalmente informações a respeito de Mengele, do Diretor de Cerimônias do Paraguai, que disse que: ele havia se tornado cidadão do país em 1959; foi sócio de uma loja de ferragens; representou a empresa da família; teria ido à Alemanha várias vezes; que embora tenha tido relacionamentos nunca casou-se; que teria se mudado para Santa Catarina (Brasil) em 1965 para escapar dos “caçadores”; que fazia viagens a Portugal e mudou-se para lá depois; que enviava cartões de natal aos amigos de sua casa em Portugal; que pelo ano de 1980 as cartas pararam de chegar (o que poderia ter indicado sua morte); e que ele não usava pseudônimos [164].

No final de 1984, a CIA se preocupava com o ressurgimento do terrorismo na Argentina, já que um líder dos Montoneros havia sido extraditado do Brasil para lá. Sendo um problema antigo, o terrorismo de esquerda trouxera instabilidade política ao país, e o presidente à época, Alfonsín, parecia perceber o perigo. A CIA avaliava que ele deveria ser

duro para com os terroristas para poder ter mais força ao processar os militares que cometeram crimes durante o antigo regime, e mesmo assim manter os serviços de segurança atentos [223].

No decorrer desta seção, as memórias de Estado da CIA de 1975 a 1984 revelaram um período de intensas dinâmicas no Cone Sul, marcadas pela consolidação e, em alguns casos, pelo início do declínio dos regimes militares, pela emergência de novas preocupações geopolíticas e pela contínua influência da Guerra Fria na região.

Um dos temas mais proeminentes foi a Operação Condor, uma iniciativa de coordenação secreta entre as forças de segurança de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A Condor, também referida como “Teseo”, visava combater o “terrorismo” e a “subversão” de esquerda, frequentemente associados à Junta de Coordenação Revolucionária (JCR) e financiada por Cuba. Essa cooperação envolvia troca de informações, treinamento e até a execução planejada de exilados políticos em território estrangeiro, especialmente na Argentina e na Europa.

A CIA acompanhava de perto as ações da Condor, expressando preocupação com as ramificações políticas, de segurança e, notavelmente, com a possibilidade de ser acusada de cumplicidade em violações de direitos humanos. Os regimes militares justificavam a Operação Condor como uma “Terceira Guerra Mundial” contra o comunismo, agindo sem reconhecimento de fronteiras, e viam suas ações como uma resposta necessária à ameaça terrorista, embora muitas vezes exagerada e com desdobramentos violentos (torturas, assassinatos) que radicalizavam ainda mais a oposição. O Brasil, embora participasse da rede de comunicação Condortel, teria demonstrado relutância em se envolver diretamente em operações de assassinato na Europa, preferindo um papel de suporte técnico e aguardando uma posição favorável.

No Brasil, o período foi marcado pelo gradual, mas complexo, processo de transição democrática sob a “descompressão” do governo Geisel, que enfrentava baixa popularidade, problemas econômicos (inflação alta e baixo crescimento) e crescente pressão civil por abertura política. A CIA notou a preocupação do regime com a sustentação econômica, que era o “pivô de sustentação” do governo, e como a crise econômica poderia minar o apoio civil. Houve sinais de descontrole das forças de segurança por parte de Geisel, com setores agindo de forma independente, realizando torturas e sabotando a abertura política. A posse de João Figueiredo em 1979 e as eleições indiretas de 1985 sinalizaram o retorno dos civis

ao poder e a volta dos militares aos quartéis, embora a CIA previsse a possibilidade de os militares interferirem para impedir a ascensão de “radicais” como Brizola. A CIA avaliou que a democracia traria imprevisibilidade, mas que as relações com os EUA provavelmente se manteriam estáveis, com o próximo presidente civil buscando demonstrar independência.

O Paraguai, por sua vez, permaneceu sob a ditadura estável de Alfredo Stroessner, apesar de suspeitas de fraude em eleições municipais e de problemas com a Igreja Católica. A CIA monitorava a longevidade de Stroessner e as preocupações com sua sucessão no final do período. A relação com o Brasil foi consolidada pelo projeto de Itaipu, que embora trouxesse benefícios energéticos, também foi um vetor de colonização brasileira na fronteira leste do Paraguai e facilitador de um intenso contrabando.

As análises da CIA destacaram, também, a mudança estratégica de Cuba, que abandonou a tática de subversão violenta em favor de abordagens diplomáticas e comerciais na América Latina, reatando relações com diversos países e buscando legitimar seu regime ; o impacto da Guerra das Malvinas (1982), que a CIA previu que inevitavelmente abalaria as relações entre a América Latina e os EUA e; o desenvolvimento de programas nucleares na Argentina e no Brasil, com a Argentina na dianteira, mas o Brasil com um programa mais ambicioso.

A CIA monitorava a persistente busca por criminosos de guerra nazistas, como Josef Mengele, que supostamente circulava entre Argentina, Paraguai e Brasil. A CIA registrava os esforços de “caçadores de nazistas” e a publicidade negativa que isso gerava para os governos locais, embora o problema para Israel fosse o terrorismo, e não a perseguição de nazistas.

3.5 Análise da CIA (1985-1997): a sombra de Mengele, do narcotráfico e da corrupção endêmica

O nazismo era um assunto recorrente há algum tempo, tanto que o senador norte-americano D'Amato utilizava-se de sua posição para investigar e pedir informações constantemente. A CIA catalogou, em 1985, alguns documentos lidos pelo senador acerca do assunto. Em 1972 houve pedido de informações referentes a um certo Dr. Henrique Wollman, possível pseudônimo de Mengele. Um outro documento da DEA levantou suspeitas de ter havido relação entre Mengele e o narcotráfico, o que poderia explicar como ele conseguiria se esconder por tanto tempo sem ser capturado. D'Amato observou a relação

entre Mengele e o governo paraguaio, além do fato de que muito material da CIA tinha validade frágil, sem materialidade para informar o paradeiro de Mengele e se ele estaria vivo ou não. O agente da CIA repetiu as informações do advogado de Nova York e mais alguns relatos parecidos [165].

Para Wiesenthal, Mengele estaria vivo e transitando entre Paraguai, Brasil e Bolívia. Mesmo Stroessner levantava suspeitas de ter ajudado o criminoso nazista, por ser de origem alemã e por ter características fascistas. Mengele contaria com a simpatia de direitistas, do financiamento da família e da porosidade das fronteiras. Mas como as relações dos EUA com o Paraguai estavam abaladas por conta dos direitos humanos (que sofriam abusos, apesar do fato de que o presidente se mantinha popular), Stroessner só ajudaria nas buscas a Mengele se visse que ganharia algo com isto, sendo que acreditava-se que o presidente até poderia localizá-lo. A crença entre os associados do senador D'Amato era a de que Mengele ainda vivia. Ele perguntara o motivo da demissão de Klaus Barbie (outro criminoso de guerra nazista, abrigado na Bolívia), mas a resposta não constou do memorando da CIA [165].

Voltando ao assunto do tráfico de drogas, a CIA fez uma correlação entre a crise econômica nos países latino-americanos e o aumento do narcotráfico, incluindo o crescimento da corrupção, como no exemplo do México, onde funcionários trabalhavam contra as medidas do governo, e no Paraguai, onde o final das obras em Itaipu teriam diminuído a renda de altos funcionários do governo, que teriam passado a apoiar o narcotráfico. Brasil, Argentina e Venezuela poderiam ter maiores problemas devido à proximidade dos centros produtores de drogas, todos têm dívidas externas grandes e apresentavam problemas econômicos nos anos anteriores, além de um orçamento apertado [231].

O senador D'Amato continuou sua busca por Mengele, pedindo informações acerca de sua possível passagem por Portugal, onde teria morrido. A CIA levou a sério a investigação do senador, pois acionou seus contatos em Portugal para averiguar a história mais a fundo [166].

Em uma nova edição do *'Latin America Review'*, a CIA repetiu em 1985 tudo o que já se sabia sobre Mengele nos últimos memorandos e, embora os caçadores acreditassem que ele estaria sob proteção oficial no Paraguai, desde o final da década de 1960, a pista teria esfriado. Informações acrescentadas foram as de que Mengele teria sido médico de Stroessner e que sua cidadania Paraguai havia sido revogada em 1979 apenas devido à pressão internacional. Uma investigação ampla (com ajuda internacional) teria sido feita,

mas não teria encontrado nada, tendo sido acusada de incompleta e rápida, sendo que logo foi encerrada. O agente da CIA acreditava que teria sido apenas uma jogada de propaganda para aliviar a pressão sobre o governo. O prognóstico era de que se Mengele estivesse vivo no Paraguai, Stroessner teria um problema a explicar, estando assim pouco disposto a investigar, exceto se houvesse maior pressão internacional, além de incentivos econômicos e políticos ao Paraguai [167].

A CIA arquivou uma matéria do Washington Post que ligava Mengele ao tráfico de drogas, na década de 1970, alegando que a fonte da informação teria sido a própria CIA. Um traficante pequeno teria dito a agentes que Mengele respondia pelo nome de Dr. Henrique Wolfman e que era associado a narcotraficantes [168].

Mais tarde, em 1985, a CIA lembrou o atentado terrorista que matou, em 1980, o ex-presidente da Nicarágua, Anastasio Somoza, exilado desde 1979 no Paraguai. O atentado terrorista teria sido feito por argentinos do ERP. O memorando que descreveu o atentado trouxe muitos detalhes, inclusive que um membro do grupo teria entrado no Paraguai vindo do Brasil. O possível líder do grupo foi morto ao tentar fugir de seu esconderijo [224]. O ERP, segundo a CIA, era o grupo que originou o JCR, que teria assassinado dois militares sul-americanos na Europa, ato que inspirara a Operação Condor.

Ainda a respeito de Mengele, a CIA arquivou mais uma matéria de jornal, agora informando que ele teria sido visto em diversos lugares (Paraguai, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Peru, Alemanha Ocidental, Áustria, Portugal, Miami e Monte Kisco (no estado de Nova York)) e o interesse em seu destino teria relação com a proximidade do aniversário de 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, além da recompensa por sua captura, o que se refletia no congresso dos EUA, assim como seu possível envolvimento com o narcotráfico [169].

A publicidade em torno de Mengele e as drogas levou a mais um documento abordando o tema. A DEA teria registrado a ligação nos anos 1970, relacionando-o com Ricord, traficante internacional preso no Paraguai e que estava cumprindo prisão. Havia também o registro de uma prisão em São Paulo de um nazista que afirmara que Mengele vivia em Encarnación sob proteção de Stroessner, e outras notícias citavam a proteção de dois generais, Rodriguez (possível sucessor de Stroessner à época) e Colman, ambos suspeitos de contrabando e talvez tráfico de drogas [170].

Mengele teria sido associado a Becker e Varela (citados como donos de uma fazenda com Mengele), ambos presos em 1970 em conexão com a rede de Ricord (procurado na

França por crimes de guerra ao colaborar com a Gestapo durante a Segunda Grande Guerra). O memorando chegava à conclusão de que Mengele poderia ter, sim, se associado com o narcotráfico no Paraguai, fornecendo um conjunto de informações conectadas [170].

Em 15 de março de 1985, acabava o mandato do último presidente do regime militar implantado no Brasil desde 1964, João Batista Figueiredo, que foi substituído por José Sarney (pois o presidente eleito, Tancredo Neves veio a falecer em 21 de abril de 1985, sem ter sido empossado) (CASTRO, 2020).

Enquanto isso, o senador D'Amato continuava sua cruzada em busca de Mengele e a CIA arquivou outra carta que abordava o assunto, ainda em 1985, na qual ele pedia ao diretor da CIA que formasse um grupo para que encontrassem e desclassificassem documentos que revelassem informações acerca de Mengele, isto sob direta supervisão do próprio diretor da Agência, o que ajudaria na prisão do criminoso [171]. A pressão deu resultados e a CIA apresentou uma série de documentos que citavam Mengele [172]. Outro senador, Metzenbaum, pediu informações especificamente acerca do envolvimento possível de Mengele com o narcotráfico internacional [173].

Voltado a atenção para a eleição de Tancredo Neves no Brasil, a CIA avaliou positivamente este passo rumo à democratização do país. O presidente eleito tinha amplo apoio popular, e uma aura de honestidade, podendo unir os políticos em seu entorno, mas sua doença levaria José Sarney ao cargo, político com menor apoio e que poderia se ver pressionado a deixar o cargo após eleições diretas antecipadas. No entanto, a CIA previu que Sarney receberia apoio suficiente para assumir e exercer o cargo [204].

A Embaixada dos EUA em Brasília informou que não havia notícias de Mengele no Brasil, sequer de sua passagem pelo país, acrescentando que acreditava-se que o governo ajudaria em sua busca caso solicitado, sendo melhor pedi-lo ao Ministério das Relações Exteriores, à PF e ao SNI ao mesmo tempo [174].

Já no Paraguai, ocorria a contratação de mais dois agentes para a CIA, sendo que os interesses da Agência no país foram revelados em um memorando: a sucessão de Stroessner; a relação entre o governo paraguaio e os governos brasileiro e argentino; a possibilidade de o país ajudar na Nicarágua; o problema do tráfico de drogas e armas; campanhas contra as drogas; as buscas por Mengele; informações acerca de personagens de interesse no Paraguai. Do ponto de vista dos paraguaios, Mengele apenas se escondeu no país, não interferindo ou ameaçando os interesses da nação. Uma agente entrevistada considerava a questão em torno do criminoso nazista de difícil resolução, pois havia uma disputa [175].

Outros agentes, possivelmente no Brasil, foram acionados para investigar a passagem de Mengele pelo país [176]. Também o senador Spectre, dos EUA, conseguiu aprovação de uma emenda para que se empreendesse esforços (pressão) sobre o governo paraguaio para que se encontrasse e punisse Mengele [177]. Com estas medidas, a dúvida era como abordar Stroessner, como fazer as buscas, e se ele estaria no Brasil ou em Portugal, ainda conforme os relatórios anteriores [178].

Disputando a atenção com Mengele em 1985, o assunto das drogas era novamente abordado pela CIA, que desconfiava que o ouro que circulava no mercado colombiano, brasileiro, peruano e boliviano poderia ser fruto de negociação de drogas, pois a mineração oficial seria aquém da real. Além disto, a economia subterrânea estaria ajudando tanto Colômbia quanto Paraguai, os únicos países da região que mantiveram estáveis as economias durante a crise do petróleo, coincidentemente dois países com intenso fluxo de narcóticos [232].

Os traficantes colombianos também se utilizavam das fronteiras para sua segurança, já que transfeririam seus altos funcionários para o Brasil, e os riscos para as forças de segurança brasileiras, que poderiam já estar sob ameaça dos carteis. Também os controles contra o tráfico, mais rígidos na Colômbia, faziam do Brasil um local mais apropriado para negócios [232].

A CIA foi levada a voltar a Mengele, após a notícia de que seus restos mortais teriam sido encontrados em São Paulo, Brasil. Ele teria morado lá de 1967 a 1979, quando teria se afogado no mar, após um derrame, e mesmo socorrido teria vindo a falecer. Sua suposta sepultura foi aberta para exumação dos ossos (especialistas alemães alegaram falta de profissionalismo dos peritos brasileiros, o que teria levado à perda de informações úteis). A investigação teria virado um show midiático, com o delegado Romeu Tuma como ator principal, havendo o problema do interesse brasileiro em resolver o caso muito rápido, comprometendo os resultados [179].

O encontro dos restos mortais de Mengele pegou a muitos desprevenidos, mesmo porque Wiesenthal havia anunciado a pouco tempo um avistamento em 1984 no Paraguai, outros insistiam em datas que não bateram com a investigação definitiva. No entanto, a solução estivera na Alemanha, bastando o monitoramento da correspondência da família Mengele. Na opinião de um caçador de nazistas, o cancelamento da visita de Stroessner à Alemanha Ocidental era um indício de que ele poderia ter orientado as investigações a seu fim, por já saber da morte de Mengele [180].

Mais adiante em 1985, a CIA registrou a carta de um jornalista que levantava questões acerca de Mengele, se ele estaria realmente morto, pois as investigações dos EUA e de Israel tinham pistas dele em 1984, além do fato de as testemunhas que o teriam enterrado, em 1979, terem feito afirmações que contradiziam outras pistas já estabelecidas. O jornalista acreditava que as testemunhas finais deveriam ser interrogadas por norte-americanos, alemães e israelenses [181].

O tráfico de drogas, em 1985, ultrapassara as fronteiras dos países produtores e já se espalhara para os países vizinhos, que serviam de rota, devido à repressão naqueles países produtores, sendo que o Brasil representava um amplo campo fértil para a atividade, com alguns chefes dos esquemas se mudando para o país, já que tanto o cultivo, quanto o processamento de cocaína cresceram no país, como também o plantio da maconha, o que se refletiu no tráfico e consumo aumentados [233].

O Brasil, segundo a CIA, perderia a guerra contra as drogas, podendo no máximo retardar a velocidade do seu crescimento. Clima, tamanho, selva, fábricas locais de insumos, polícia despreparada, rede fluvial gigante e imenso mercado consumidor em potencial faziam do país um alvo [233].

A maconha era produzida no Centro-Oeste e Nordeste, dirigida ao mercado interno, mas podendo ser exportada. A coca era cultivada ao longo dos rios, na região oeste do estado do Amazonas, fomentada por traficantes do Peru e da Colômbia, onde passava por um processamento inicial, indo a laboratórios mais estruturados para ser transformada em cloridrato de cocaína, na qual usava-se éter, acetona e ácido clorídrico [233].

As crises, econômica e política, no Brasil podiam estimular o cultivo de drogas, além de gerar o aumento da corrupção. Outro risco seria o ressurgimento de terroristas e guerrilheiros, que poderiam associar-se ao narcotráfico, como ocorria em outros países [233]. O caso das FARC⁶³, na Colômbia, é um exemplo dos problemas que a ligação entre guerrilheiros, terroristas e narcotraficantes podiam ser gerados na sociedade de um país.

O Paraguai, por sua vez, servia tradicionalmente como rota de passagem de cocaína oriunda da Bolívia, operada por servidores militares e civis corruptos. Aparentemente, nenhuma cocaína era plantada no país, mas suspeitava-se de alguns locais de processamento (perto de San Estanislao, em propriedades de funcionários públicos). Já a maconha era plantada no Leste do país e exportada ao Brasil e à Argentina. Após uma redução nos anos

⁶³ Mais detalhes em: *Rebels-Turned-Narcos? The FARC-EP's Political Involvement in Colombia's Cocaine Economy* (GUTIÉRREZ D; THOMSON, 2020).

1970, o tráfico ressurgiu forte nos anos 1980. Este aumento foi atribuído ao final da construção de Itaipu, que havia sido fonte de renda para o país e para funcionários corruptos por anos, e também à repressão mais forte em outros países da região [233].

As rotas no Paraguai são muitas, já que a cocaína pode passar via aérea da Bolívia à região do Chaco, ou por rio até Baía Negra, daí seguindo ao Brasil e à Argentina, e depois aos EUA e Europa. Para o Brasil, as drogas passavam em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este, fronteira com Foz do Iguaçu), Pedro Juan Caballero (fronteira com Ponta Porã) e pelo aeroporto de Assunção [233].

O consumo de drogas no Paraguai ainda era pequeno em 1985, mas acreditava-se que estaria aumentando. Havia uma estratificação do consumo, com a maconha sendo mais utilizada por pessoas de baixa renda, enquanto que a cocaína era quase exclusiva das altas rendas. Outra característica nacional, era a participação de servidores (militares e civis) no contrabando, o que passava a incluir o tráfico de drogas, seja protegendo ou praticando [233].

Alguns chefes eram imunes à justiça, devido à suas conexões pessoais com autoridades. O caso de Ricord foi um exemplo, pois sua extradição foi bloqueada por meses por uma autoridade (cujo nome foi sanitizado pela CIA). Outros relatórios continuavam acusando personagens poderosos que protegiam traficantes de cocaína no país. Um exemplo foi o de 140 toneladas de produtos químicos (que serviriam para o refino de cocaína) confiscados, vindos da Alemanha Ocidental, que entraram no Paraguai através do Brasil, com destino à Bolívia. Os produtos deveriam ser destruídos, mas alguma força interna deteve o processo, com o governo paraguaio dizendo para os EUA comprarem a carga, e estes dizendo para devolver à Alemanha Ocidental [233].

Para a CIA, Stroessner apenas combateria seriamente o narcotráfico no Paraguai caso o consumo estivesse interferindo diretamente na sociedade, além do fato de que apenas ele teria poder para combater generais e outros funcionários em altos postos que estivessem envolvidos. Mesmo assim, contra uma figura como o general Rodríguez ele poderia não ser páreo. No caso Ricord, o presidente agiu para resolver o problema, mas, de lá para 1985, muitas outras pessoas teriam entrado no narcotráfico, o que deixaria tudo mais complexo [233].

E por falar em Stroessner, a CIA analisou novamente a sua sucessão, lembrando que não havia previsão de vir a ocorrer em breve, mas que já se apresentavam alguns candidatos dentro do Colorado, divididos em dois grupos, os que concordam com o presidente e os que discordam de suas medidas e querem uma abertura política. Mas o fiel da balança sucessória

deveria ser o major-general Andrés Rodríguez, com poder menor apenas do que o de Stroessner, que não assumiria o poder, a não ser em caso de uma disputa paralisante no país, o que poderia trazer conflitos com os EUA por conta dos Direitos Humanos e o tráfico de drogas [205].

A longevidade de Stroessner no cargo se deveu a um conjunto de práticas clássicas dos ditadores: nova constituição; eleições controladas; oposição restringida; partido da situação forte; poucos direitos civis; estados de sítio; sindicatos e estudantes calados; e apoio dos militares. No entanto, ele conseguiu o que seus antecessores e sucessores não puderam, estabilidade política, social e econômica, ao mesmo tempo em que mantinha a independência do país, jogando Brasil e Argentina em uma disputa por sua aliança [205].

Voltando ao narcotráfico, os produtores de coca, segundo a CIA, poderiam continuar a estimular o plantio da droga nos países vizinhos, Brasil, Equador, Panamá e Venezuela, ou mesmo outras regiões mais distantes. A dificuldade para obtenção de éter na Colômbia era outro incentivo para a disseminação das atividades. Em relação à maconha, o Brasil consumia quase tudo o que produzia. Já a coca plantada no Brasil era conhecida como “epadu”, com efeitos mais fracos que a coca dos Andes, e estaria plantada largamente desde 1982. Outra informação era a de que o costume do fumo da pasta de coca base de cocaína passou do Peru para a Bolívia, Colômbia e Equador, Venezuela e ao Paraguai [234].

A CIA considerava, em 1985, que o narcotráfico internacional representaria um perigo para os EUA que iria além das drogas em si, pois quadrilhas poderiam se infiltrar em governos, empresas, ONGs e serviços de segurança em vários países; grupos subversivos já estavam envolvidos com o tráfico; terroristas estariam se associando a traficantes; e alguns Estados apoiavam ou toleravam o tráfico. Muitas nações latino-americanas estariam ameaçadas pelo narcotráfico no futuro, incluindo-se Belize, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai e várias nações do Caribe. A infiltração do crime poderia agravar ainda mais a crise econômica no México, Peru, Bolívia e Brasil. Um exemplo era a substituição da produção agrícola de alimentos pelo cultivo de drogas, sendo que em alguns países este plantio já gerava mais exportações que os cultivos legítimos [235].

Voltando a Stroessner, a CIA avaliava que a economia seria o “calcanhar de Aquiles” do presidente, pois a política cambial de então (1985) prejudicava o crescimento, com balança fraca, fuga de investimentos e gasto de divisas. Havia pelo menos três câmbios oficiais fixos, de 160 guaranis por dólar (para pagamento da dívida externa), 240 guaranis

por dólar (para importações) e 320 guaranis por dólar (para exportações). No entanto, no mercado paralelo cada dólar era negociado a 800 guaranis [89].

Até a Argentina e o Brasil pressionavam o Paraguai para rever sua política de câmbio, pois ambas as nações tinham um grande fluxo de comércio com o país. No caso dos projetos hidroelétricos, a diferença de cotação dava prejuízos aos demais envolvidos, mas Stroessner não estaria disposto a mudar, pois acreditava que a estabilidade do país estava atrelada à moeda, e uma desvalorização poderia gerar inflação descontrolada. Outro componente era a corrupção, pois muitos funcionários se aproveitavam, comprando dólares a 240 guaranis e os vendendo no mercado negro a 800 guaranis, uma prática que teria lesado os cofres do governo em 40 milhões de dólares [89].

Já em Cuba, Castro foi entrevistado por Frei Betto (teólogo da libertação) e esta entrevista foi transformada em um livro, *Fidel y Religión*, o que foi considerado pela CIA mais uma peça de campanha publicitária comunista, com o objetivo de melhorar a imagem do ditador, na qual ele afirmava que valorizava sua educação jesuíta e que deveria ter se reconciliado com a Igreja a mais tempo [68].

A CIA arquivou uma revista contendo a denúncia de envolvimento entre a CIA e a SS nazista. O texto afirmava que o caso de Mengele estaria momentaneamente parado, mas que muitos nazistas haviam propositalmente sido considerados mortos, como no caso de Eichmann (declarado morto em 1947) e mesmo Mengele (que teria morrido em 1946, na Alemanha, e mais tarde em 1968, após o depoimento de Eichmann). Dois policiais brasileiros haviam fornecido depoimentos conflitantes afirmando terem presenciado a morte de Mengele em 1968 [182].

A publicação fala em uma conspiração para encobrir os criminosos nazistas procurados, pois um colega de Mengele em seus experimentos, Walter Schreiber, além de protegido de processo na Polônia, tornou-se pesquisador da Força Aérea dos EUA. Barbie forneceu quinino para farmacêuticas, além de ter praticado tráfico de armas e, segundo algumas fontes, tráfico de drogas junto com Ricord, que poderia ter tido negócios com Mengele. Este teria trabalhado com Pavelic, nazista que tinha uma fazenda fortificada perto de Assunção [182].

O que haveria era uma associação de ex-soldados nazistas que se ajudavam, com fuga, abrigo, proteção e trabalho, sendo que Mengele seria o representante do grupo no Paraguai. Todos estes criminosos de guerra, segundo a teoria, trabalharam para a CIA na

América do Sul, onde imprimiram seu estilo fascista de governo, sendo os esquadrões da morte um exemplo de seus métodos [182].

A ditadura paraguaia sentia que sua imagem estava associada ao narcotráfico e ao nazismo. O fato de o Paraguai ter sido acusado de ser o esconderijo de Mengele por muitos anos, enquanto ele estaria no Brasil todo este tempo, foi apontado como prova do preconceito, quando a verdade era que o país extraditou Ricord, que era nazista e narcotraficante. Ao mesmo tempo, o país dificultou o acesso aos registros de Mengele até sua descoberta no Brasil, enquanto que Ricord apenas foi extraditado após muito custo e de todas as possibilidades terem sido esgotadas. Para a CIA, quem podia pagar recebia proteção no Paraguai, como no caso dos terroristas croatas de 1971-1982. A rede de contrabando do país também depunha contra seu bom nome [183].

Com a posse de Sarney no Brasil, a CIA previra que ele manteria relações cordiais com o bloco soviético, que por sua vez aproveitaria a abertura política para estreitar os laços com os grupos de esquerda do país. O Brasil já tinha relações com tais países, exceto Cuba, com maior contato com a URSS. Esta atitude seria fruto de uma visão estratégica, de que uma potência como o Brasil deveria ter relações diretas com as duas superpotências de então [153].

Internamente, os países do bloco têm uma maior chance no Brasil após o fim da censura, pois sua propaganda não surtia grande efeito durante a ditadura, ao mesmo tempo em que partidos de esquerda puderam legalizarem-se, melhorando as oportunidades soviéticas no país, já que o PCB apresentara um crescimento de 6 mil membros (para 12 mil) desde o início da redemocratização, mas o PCdoB continuava distante da URSS. Moscou também teria se aproximado do Partido dos Trabalhadores (PT), que funcionou como um abrigo para marxistas durante a ditadura. Os soviéticos teriam financiado o PT nas eleições municipais anteriores a 1986, o que apresentou bons resultados. O controle do PT sobre a CUT abria o ramo trabalhista aos soviéticos. No entanto, personagens fortes da esquerda brasileira, como Brizola, se opunham à colaboração soviética, pois estariam tentando se conciliar com a classe média e com os militares para aumentar suas chances nas próximas eleições para presidente. E como não havia grupos subversivos ativos àquele momento, as chances de que os soviéticos os utilizassem eram nulas, na visão da CIA [153].

Em 1986, a CIA considerava o Brasil como sendo um potencial produtor de coca, compensando o terreno que os colombianos teriam perdido com o combate em seu país. Aqui, em 1983 50ha de coca foram destruídos, no ano seguinte mais 840ha, o que pode

indicar a escala da produção, já que a plantação fica entre a floresta, o que dificulta a observação aérea, tipo de vigilância que conta com uma estrutura precária e seriam muito dispendiosas em uma área gigantesca como a do Amazonas [236].

Os chefes colombianos organizaram a produção de forma vertical, desde a década de 1970, controlando cada aspecto da cadeia (do plantio ao transporte) unindo os membros com laços familiares, para fazerem frente aos grupos peruanos e bolivianos, e seriam estas organizações que estariam comandando o plantio de coca no Brasil, que estaria sendo cultivada pelos indígenas da Amazônia, segundo a DEA. O país produzia todos os itens necessários ao refino da coca, possui uma rede de transporte fluvial de difícil fiscalização, além das dificuldades em entrar nas reservas indígenas, que se tornariam santuários para os traficantes [236].

O Paraguai apresentava também seus desafios, por ser já rota de produtos químicos para refino, além de terem sido encontrados laboratórios no país. A existência de uma zona de livre comércio entre Brasil e Paraguai é outro problema, e também a questão da corrupção e do contrabando, com participação de servidores públicos. No Brasil, a CIA não encontrou relato de associação de altos funcionários com o narcotráfico, mas a crise nacional poderia induzir algum agente a se corromper [236].

Em 1986, também voltou à CIA o assunto do contrabando que, para a Agência, negava aos países subdesenvolvidos receitas fundamentais. A corrupção ocorreria em conjunto com o contrabando, o que corroeria a legitimidade dos governos. Os impactos do contrabando seriam maiores em economias menores, como as da Bolívia, Senegal, Paraguai, Colômbia, Birmânia, Gana, Serra Leoa, Guiana, Zaire e Etiópia, mas não era exclusividade deles, pois no exemplo da Argentina a perda chegaria a centenas de milhões de dólares, e no caso do Brasil a um bilhão de dólares àquela época, contando até com pagamentos em dólares em contas suíças para o contrabando de café brasileiro [42].

As políticas econômicas se reverterem em condições melhores ou piores para o contrabando, pois quando a Argentina manteve dois câmbios, em 1982, seus grãos foram contrabandeados ao Paraguai, voltando a serem declaradas quando a política mudou; já no Paraguai, quando os preços no Brasil para a soja eram melhores, ocorreu o contrabando ao vizinho, mas quando os preços mudaram em 1983 o fluxo se inverteu em favor do Paraguai. Assim, o contrabando oferece ao produtor um mercado mais lucrativo para comercialização, o que ajudaria a aumentar a produção e a renda deste produtor, o que cria novos empregos, mais do que existiriam sem o contrabando, o que se reverte em uma economia mais dinâmica

nas regiões onde ocorre o contrabando, com a criação de uma estrutura de serviços para atender o fluxo de bens e pessoas [42].

Para os Estados, o problema é a questão das divisas, pois eles não podem criar moeda estrangeira para saldar suas dívidas, dependendo de uma balança comercial positiva e que gere impostos de exportação. Ao mesmo tempo, há relações próximas entre grandes contrabandistas e os membros de governos, o que dificulta o combate à esta prática. Pode haver a suspeita de que um governo esteja incentivando o contrabando a seu país para obter vantagens com a reexportação, o que pode gerar um incentivo tácito ao comércio ilegal, prática já adotada pelo Paraguai para o café e a soja do Brasil. No entanto, a curto prazo, tais medidas podem estabilizar a situação econômica e social em um dado país. No exemplo do Paraguai, Stroessner permitia o contrabando e apaziguava os descontentes, mas ao mesmo tempo minava a economia da nação [42].

Enquanto isto, a CIA avaliava que o padrão de vida nos países da América Latina estava decrescendo, abaixo do padrão da década de 1970. A inflação corroeu os salários em 1985 (menos no Brasil, onde subiram 12%), acompanhada de desemprego. A previsão era de mais um ano estagnado, mesmo com a queda do preço do petróleo e taxas de juros menores. No Paraguai as perspectivas eram ruins (-8% do PIB), com a combinação de uma seca (-20% da safra), queda no preço das *commodities* e um câmbio exagerado [90].

O resultado foi a fuga de capitais, aumento do tráfico de drogas e desacordos políticos, além de corte de linhas de crédito. O controle de preços praticado apenas agravaria o quadro, com escassez e crescimento do mercado negro. O sistema cambial paraguaio também penalizava a economia, com quatro taxas, variando de 160 guaranis por dólar até 850 (no paralelo). Para a CIA, Stroessner não era tão hábil na economia quanto era na política, pois tentando proteger a moeda prejudicava o país, mas podia estar incentivando o contrabando e o tráfico, já que estimava-se que 15% da força de trabalho do país e altos funcionários públicos (civis e militares), estivessem operando com a economia subterrânea, em um montante de 150% do comércio exterior oficial, 1/3 do PIB real, o que enriquecia alguns grupos, mas corroía a economia com o tempo. A CIA chegou a chamar o Paraguai de “nação traficante”, ao prever o aumento do tráfico no país, com destino à Europa e aos EUA [90].

A CIA analisou a situação política no Paraguai em 1986 e acreditava que, mesmo com a agitação política naquele momento, Stroessner seria reeleito em 1988 e permaneceria no cargo até sua morte, quando os militares escolheriam seu sucessor, dirigindo o país a

reformas democráticas ou ao autoritarismo (de direita ou esquerda) pior que o do atual presidente. Caso ele fosse deposto pelo grupo reformista, a direção seria a democrática, mas sua derrubada poderia vir para defender o tráfico e o contrabando, levando a maior repressão, ou mesmo cair nas mãos da esquerda após um momento de convulsões sociais, todos cenários possíveis. Para a CIA um candidato viável seria o Colorado moderado Luis Maria Argana [206].

O crescimento econômico dos anos 1970 formou uma classe média no país que não era atendida por Stroessner, e o final da construção de Itaipu estava esvaziando a economia do país, mostrando os problemas econômicos existentes, tanto que até os empresários passaram a reclamar do panorama, e os mais jovens (que não conheceram a desordem anterior a Stroessner) pediam mudanças, junto com a Igreja e os partidos de oposição. Tudo poderia desaguar em deposição do presidente [206].

Voltando a observar o contrabando na América do Sul, a CIA avaliava que ele seria fruto das medidas econômicas restritivas aplicadas pelos governos locais, altas taxas de exportação, câmbios artificialmente valorizados e preços internos controlados por estatais, além de restrições à importação, criando um mercado interno mal atendido. Mesmo sendo difícil calcular os montantes operados com esta prática, pode-se pensar em bilhões de dólares ao ano, além de uma forte participação nas economias da região. Trigo e farinha da Argentina, automóveis da Argentina e do Brasil, além de alimentos embalados, soja e algodão entram no Paraguai, junto com madeira, carne e couro [43].

A cifra de 1,7 bilhão de dólares foi atribuída ao contrabando na Argentina, 1 bilhão em exportações ilegais e 0,7 para os vizinhos (em apenas dois dias de operação fiscal, 40 mil dólares em produtos haviam sido apreendidos na fronteira do país com o Paraguai); o Brasil sofre com o contrabando de café, de ouro e de soja. Pode ser curioso notar que os eletrônicos contrabandeados ao Brasil seguiam as mesmas rotas do tráfico de drogas. Mesmo sendo um reforço de renda para a população, o contrabando sabotava a capacidade de pagamento de dívidas externas dos governos [43].

Mais do que o contrabando, o tráfico de drogas era uma preocupação da CIA, que acreditava que os colombianos seriam os dominantes no tráfico de cocaína, levando risco à segurança dos países da região controlada e aos interesses dos EUA. Embora os mais atingidos fossem México, Colômbia, Bolívia e Peru, outros países poderiam ser perturbados pelo poder das organizações criminosas, como Panamá, Jamaica, Bahamas, Belize, Equador, Paraguai, Brasil e Venezuela. O Paraguai era um exemplo, pois altos funcionários do

governo estariam envolvidos com a atividade. Já no Brasil, a participação do tráfico na economia informal crescia com o tempo, refletindo-se no aumento do crime nas áreas urbanas [237].

Olhando novamente a questão do comunismo, a redemocratização de muitas nações latino-americanas, segundo a CIA, foi vista com bons olhos por Moscou, pois legalizaram os partidos de esquerda e ativaram laços políticos e econômicos. Os soviéticos analisavam cada abertura utilizando-se de alguns critérios: se as mudanças surgiram de forças internas ou por influência imperialista; como afetaram a esquerda; o que a URSS ganhou ou perdeu com o fato; como a política externa mudaria (favorável à URSS e/ou desfavorável ao Ocidente). Brasil, Argentina e Uruguai já haviam passado pela redemocratização, e estariam na lista Paraguai e Chile [39].

O certo é que os soviéticos trabalharam com cuidado as relações bilaterais por muito tempo, tendo tido bons resultados com o Brasil e com a Argentina, se aproximando do Uruguai. No entanto, a distância, o militarismo anticomunista, a fraqueza dos grupos comunistas (especialmente no Brasil e no Paraguai) e a pequena chance de revoluções de esquerda, colocaram a região em segundo plano, sendo a América Central mais promissora. Também os governos poderiam usar a URSS para mostrar independência política dos EUA [154].

Os problemas econômicos vividos nos países que adotaram os governos civis abriram uma oportunidade para os grupos de esquerda para acusarem o sistema econômico de então pelas más condições de vida, o que ajudava a recrutar mais membros para tais grupos. As preocupações com subversão não acabaram com o final dos governos militares, já que Manágua abrigava terroristas, como no caso dos Montoneros que trabalhavam para o governo da Nicarágua [154].

Moscou avaliava, segundo a CIA, cada país de acordo com seu potencial revolucionário e estratégico, depois o potencial econômico, estando o Brasil e a Argentina no caminho desejado pelo marxismo, pois desenvolveram seu proletariado industrial. Ligações claras e escondidas estariam sendo feitas entre Moscou e partidos e líderes políticos na região, só que no Brasil e na Argentina, com a esquerda ainda fraca, os resultados não teriam sido bons, e por outro lado, mesmo os líderes nos dois países não se mostraram receptivos aos soviéticos, e preferiam participar do Partido dos Trabalhadores a se integrarem no PCB [154].

Chegando a 1987, a CIA repercutia a operação conjunta antidrogas realizada pelos EUA e a Bolívia⁶⁴. Para a CIA, os demais países sul-americanos não receberam com bons olhos a operação, tanto que nenhum outro país mostrou interesse em fazer o mesmo, além de ter havido o pensamento de que o problema era dos EUA, já que eram os consumidores das drogas, e a operação conjunta parecia ferir a soberania do país vizinho, com alguns apontando maus resultados e outros afirmando que poderiam agir sozinhos nisto [238].

Quase no final de 1987, a CIA analisou novamente aspectos da economia paraguaia, como no caso das estatais do país que seriam um foco de corrupção e um fardo à nação, sendo usadas para aumentar o poder político e econômico de funcionários, com o Estado comprando 40% das importações e empregando cerca de 20% da população, com despesas de 25% do PIB (eram 12% em 1980), as despesas cresceram 17% e as receitas apenas 3% ao ano nesta década de 1980. A siderúrgica nacional (ACEPAR) não havia produzido aço ainda, mas tinha capacidade seis vezes maior do que as necessidades do país, e se produzisse algum aço ele custaria 16 vezes mais do que o produto feito no Brasil e na Argentina. Já o cimento produzido na estatal paraguaia custava o triplo que nestes vizinhos citados. Estimava-se que as duas empresas estatais gigantes (aço e cimento) representassem 23% da dívida externa paraguaia [91].

Até a legislação do Paraguai ia a favor das estatais e contra a iniciativa privada local, reservando mercado para as primeiras, forçando a compra de itens nacionais, além de crédito mais fácil. O déficit criado por todas estas medidas estaria alimentando uma inflação de cerca de 60% ao ano, o que, entre outros motivos, levou a classe empresarial a começar a reclamar das medidas do governo, como também a oposição passou a apontar a corrupção, que teria sido o motivo da criação das estatais e paraestatais, para aplacar a fome dos altos funcionários por propinas [91].

O governo não parecia disposto a rever sua política econômica em relação às empresas que possuía, pois fechá-las seria um problema político no país, além do fato de que Stroessner havia elogiado as empresas deficitárias, um sinal de que nada mudaria, e mesmo uma mudança de governo poderia representar um problema com os funcionários corruptos [91].

No campo do combate às drogas, a CIA percebeu que as rotas acompanhavam as mudanças de mercado, estando a Europa a figurar como um destino para a cocaína saída da

⁶⁴ Para maiores informações ver: *A Histórica Atuação dos Estados Unidos na Condução da Guerra às Drogas na Bolívia* (CASTRO, 2018).

Bolívia, Brasil e Argentina. Já a produção brasileira de coca não era totalmente conhecida, sabendo-se que a variedade aqui plantada era a mesma que se plantava no Equador (epadu⁶⁵, ipadu ou E.coca). O Brasil era considerado um importante centro de tráfico de drogas em 1987, pois fornecia éter e acetona para processamento da coca, sendo também um local de transbordo de cocaína vinda da Bolívia, sendo que as operações policiais tornaram as quadrilhas locais mais sofisticadas com o tempo [239].

Já o Paraguai era um importante local de trânsito da cocaína boliviana para exportação, sendo igualmente local de passagem de produtos químicos oriundos do Brasil e da Argentina, com destino à Bolívia. Lá a corrupção ligada ao narcotráfico era tão forte que até o ministro do interior paraguaio foi implicado nela, segundo a CIA [239].

A CIA avaliava que nos países onde o narcotráfico estava ainda se estabelecendo (Brasil, Equador, Argentina, Venezuela e Paraguai) seria mais fácil operar, pois as quadrilhas ainda não eram tão experientes e seu poder de penetração na sociedade não era tão forte quanto na Colômbia, Peru e Bolívia. Ao mesmo tempo, as forças de combate também não tinham a estrutura necessária, nem a experiência de campo suficiente para o combate, havendo apenas a vontade governamental em combater o narcotráfico, exceto no Paraguai, que resistia em desenvolver campanhas antidrogas preventivas [239].

A CIA produziu um documento, em 1988, relatando uma reunião da força-tarefa do comitê de relações exteriores da Câmara dos EUA, que questionava acerca dos programas antinarcóticos na Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia e Brasil. Na parte nº 6, houve a pergunta acerca de se os militares ainda impediam que a polícia fosse à região do Chaco, se uma chamada “conexão francesa” ainda operava no país, se a rede de chineses/bolivianos/paraguaios (desfeita em 1986) era relacionada com um “sr. Khan”, e se autoridades do país estariam envolvidas no tráfico de drogas. Neste mesmo documento (nº 7) revelou-se a inauguração de um escritório da DEA em Assunção. Já o Brasil apareceu na parte nº 11, na qual a depoente afirmava que não havia números precisos acerca do cultivo de coca no país, mas que o potencial era enorme [240].

Todas as perguntas feitas anteriormente na parte nº 6 mostram que havia muito mais complexidade nas operações de tráfico de drogas no Paraguai do que se pode imaginar apenas lendo os memorandos anteriores. Então o Chaco paraguaio era zona proibida para a

⁶⁵ Para maiores detalhes, consultar: *Cocaína: lendas, história e abuso* (FERREIRA; MARTINI, 2001).

polícia? Era protegida por militares? O que era a “conexão francesa” afinal? Qual é a história da rede de chineses/bolivianos/paraguaios? E quem era o “sr. Khan”?

Em 20 de janeiro de 1989, George H. W. Bush (1924 – 2018) tomou posse como o novo presidente dos EUA (NAFTALI, 2007). Em 3 de fevereiro de 1989, tomava posse no Paraguai Andrés Rodríguez Pedotti (1923 – 1997), após a derrubada de Stroessner (RODRÍGUEZ, 1991). Em 15 de março de 1990, tomava posse no Brasil o primeiro presidente eleito diretamente desde o Golpe de 1964, Fernando Collor (MACIEL, 2011).

Após um grande hiato de documentos relevantes acerca de Brasil e Paraguai, a CIA produziu em 1997 mais um a respeito de nazistas, citando o “ouro nazista” como preocupação do governo Argentino, isto após os atentados na embaixada israelense e na AMIA, em Buenos Aires, o que poderia deixar a comunidade israelita e a oposição política no país muito ativos [184].

No mesmo documento, tratou-se do tema terrorismo, pois um representante diplomático dos EUA afirmara que queria trabalhar junto aos governos da Argentina, do Brasil e do Paraguai contra a ameaça do terrorismo na Tríplice Fronteira [225].

A preocupação com a Tríplice Fronteira já existia, então, anteriormente aos atentados terroristas contra as torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001. A CIA já buscava monitorar a comunidade local com origem no Oriente Médio, isto provocado pelos atentados anteriormente citados, na embaixada israelense e na AMIA, em Buenos Aires. Tal vigilância deste local remete a questões de fronteira, política interna e externa, contrabando e talvez outras categorias tratadas aqui nesta tese.

Este capítulo se propôs a explorar a Memória de Estado que a CIA produziu sobre o Brasil e o Paraguai entre 1945 e 1997. Como discutido, a Memória de Estado, que é uma parte específica do conceito de Memória Coletiva, refere-se ao que é gerado pelo Estado e para o Estado, sendo criada para ser secreta e restringindo o acesso dos cidadãos a ela.

No caso da CIA, esta Memória de Estado foi criada com a coleta e no gerenciamento de informações frequentemente rotuladas como “confidenciais”, “secretas” ou “ultrasecretas”. Essas informações tinham como objetivo orientar as decisões dos líderes norte-americanos em relação ao Brasil e ao Paraguai, podendo interferir diretamente nos destinos de suas populações e oferecendo vantagens ao Estado espião, o que se traduziu em Poder, conforme a visão de Claude Raffestin (1993).

A análise dos 207 documentos desclassificados mostrou que a versão da CIA não garante que as informações contidas neles sejam totalmente verdadeiras, mas sim que são o que a Agência considerou relevante registrar durante o período em questão. Assim, essa Memória de Estado é uma construção social feita pelos Estados, sendo seletiva e implicando em esquecimento.

Ao longo das décadas, o capítulo destacou os interesses estratégicos da CIA, que variavam desde a importância das fronteiras do Cone Sul e suas demarcações, como a Tríplice Fronteira e os limites entre Brasil e Paraguai, até a percepção de ameaças comunistas dentro das nações, a busca por criminosos nazistas que se refugiaram na América do Sul e o crescimento do narcotráfico, com a infiltração de autoridades.

No final das contas, este capítulo mostrou como a CIA funcionou como um motor da Memória de Estado norte-americana, utilizando informações secretas para influenciar eventos e moldar a percepção da realidade em favor dos interesses do governo dos EUA. A continuidade do “Estado obscuro” (CONNELLY, 2024) e o controle sobre a informação, que inclui a classificação e até mesmo a destruição ou ocultação de documentos, destacam que as Memórias Coletivas, especialmente a Memória de Estado, são Representações filtradas e não verdades absolutas.

Este estudo, de caráter exploratório, ao revelar essas específicas Memórias de Estado, convida a uma análise crítica dos “lugares de memória”, desconstruindo seus mecanismos e expondo as disputas de poder que estão no cerne da construção da memória. Assim, abre-se um espaço para futuras investigações que possam, por exemplo, comparar essas Memórias de Estado com outras narrativas e experiências que foram silenciadas.

O próximo capítulo pretende demonstrar como os documentos da CIA, classificados nesta tese na categoria Política Externa, contribuíram para a criação das representações do governo norte-americano a respeito do Brasil e do Paraguai, seja individualmente ou em conjunto, direcionando potencialmente a forma de ação daquele Estado em relação a estes outros dois, deixando como testemunho desta criação da CIA um conjunto documental que conta estas Memórias de Estado particular.

4 REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA DE BRASIL E PARAGUAI

Este capítulo apresenta e analisa uma categoria oriunda dos documentos da CIA, a de Política Externa. Assim, ele se alinha com um dos objetivos específicos descritos na introdução desta tese, o de analisar as representações que constam dos documentos da CIA. Para tal, fora selecionada apenas uma das Categorias Emergentes para que a tese não se estendesse em demasia, tendo este capítulo, então, a característica de um recorte de um caso, o da aplicação do conceito de representação a um assunto particular, a política externa encontrada nos documentos de nosso *corpus*.

O documento que dá início a este capítulo é datado de 31 de março de 1947. Ao analisar o documento CIA-RDP78-01617A005900030001-9 (Doc. 40), é importante lembrar que as representações não são apenas descrições neutras dos eventos, elas são, na verdade, construções ativas de significado, especialmente no que diz respeito a ocorrências como a da Guerra Civil Paraguaia de 1947⁶⁶. Nesse contexto, a representação envolve a criação de sentidos por meio da linguagem e das práticas de inteligência, moldando a forma como a realidade é percebida pelo público-alvo desses documentos, que eram outros setores do governo dos EUA.

A CIA destacou, neste documento, a fragilidade e a crise do governo paraguaio. Este documento da CIA retrata o governo do Presidente Morinigo como vulnerável e à beira do colapso, sugerindo uma desintegração interna das suas forças armadas. Essa construção de significado tem o objetivo de transmitir a instabilidade da situação no Paraguai para as autoridades norte-americanas.

Na fonte afirma-se que o Presidente Morinigo estava “demonstrando a crescente fraqueza de sua posição” (Doc. 40, p. 46) ao solicitar ajuda dos EUA. A narrativa de

⁶⁶ A Guerra Civil Paraguaia de 1947 foi um conflito significativo que surgiu de tensões políticas entre o Partido Liberal e o Partido Colorado, no poder, levando a uma luta violenta pelo poder no país. Essa guerra foi marcada por divisões ideológicas e foi influenciada pelo contexto mais amplo da dinâmica política regional, incluindo o impacto do comunismo e as queixas históricas decorrentes de conflitos anteriores, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) (QUEVEDO; SOLER, 2020; KHEIFETS; KHEIFETS, 2012). No processo até o conflito, o regime autoritário do Partido Colorado suprimiu a oposição, principalmente a dos liberais, levando a um descontentamento generalizado; a ascensão dos movimentos de esquerda, incluindo o Partido Comunista, acrescentou complexidade ao cenário político, à medida que as facções disputavam influência (KHEIFETS; KHEIFETS, 2012). A guerra civil paraguaia começou em março de 1947, com as forças liberais lançando uma insurreição contra o governo. O conflito chamou a atenção dos países vizinhos, refletindo as tensões geopolíticas da época (QUEVEDO; SOLER, 2020). Ao final, a guerra resultou em vítimas e deslocamentos significativos, exacerbando as questões sociais e econômicas no Paraguai. O conflito também serviu para solidificar o domínio do Partido Colorado, levando a décadas de governo autoritário (QUEVEDO; SOLER, 2020).

desintegração é reforçada por trechos como: “seis oficiais do exército treinados pelos EUA que ‘se recusaram a lutar contra seus irmãos oficiais’ (...) o incidente é mais uma indicação de ‘ruptura dentro das forças armadas’” (Doc. 40, p. 41). A extensão do controle rebelde é também destacada, indicando a perda de controle do governo: “a deserção da guarnição na região do Chaco, agora confirmada, dá aos rebeldes o controle de uma grande parte do país e de suas forças armadas” (Doc. 40, p. 50).

Além disso, os documentos afirmam que havia a possibilidade de as forças leais expulsarem Morinigo e negociarem com os rebeldes: “a Cavalaria e a Marinha, que até o momento têm permanecido leais, podem agora expulsar Morinigo e negociar um acordo com o grupo rebelde em Concepción” (Doc. 40, p. 46), solidificando a representação de fraqueza e iminente colapso. Esta linguagem é parte das práticas discursivas da CIA, que não apenas descrevem o mundo, mas também o constroem por meio de suas representações, determinando o que é considerado verdadeiro para seus receptores.

O documento também reflete a postura dos EUA, Argentina e Brasil, que se manteriam “neutros” em relação ao conflito paraguaio, optando por não oferecer apoio militar direto ao governo de Morinigo. Essa posição ajuda a construir uma estratégia para os EUA, alinhando-se com seus compromissos no Hemisfério Americano.

A fonte explicita que “O Ministro das Relações Exteriores garantiu ao Embaixador Messersmith dos EUA que o governo argentino não está tomando partido no Paraguai, e pretende seguir a liderança dos EUA” (Doc. 40, p. 15). Em relação ao Brasil, foi escrito que “O Departamento de Estado foi informado pelo embaixador brasileiro que o Brasil recusou o pedido de envio de armas ao Paraguai” (Doc. 40, p. 19).

A recusa explícita dos EUA também é clara: “informar ao Presidente Morinigo que o cumprimento de seu pedido de aviões e tanques americanos... seria ‘totalmente inconsistente’ com os compromissos do Hemisfério Americano” (Doc. 40, p. 41). Essa ideia de “neutralidade” é um ótimo exemplo da política de representação de Stuart Hall. Como sabemos, quem controla os meios de representação tem o poder de definir e moldar como percebemos a realidade. Ao apresentar essa “neutralidade” como um compromisso com o Hemisfério, a CIA cria uma justificativa para não intervir, o que acaba reforçando os interesses geopolíticos dos EUA na região.

O trecho anteriormente destacado, de um documento da CIA, assim como os demais que virão no decorrer do capítulo, é um exemplo do que chamo Memória de Estado, pois é oriundo de um documento originalmente abrigado longe dos olhares públicos, tem um

formato condizente com o comumente utilizado pelos agentes de informação do Estado, tratando de assuntos do interesse do governo da ocasião, além de estar relacionado a questões que implicam poder, seja do lado espionado ou do lado que espiona.

Um novo documento, de título: *'DAILY SUMMARY 1947/06'*, não apenas relata fatos, mas ativamente constrói significados sobre as intenções militares e diplomáticas da Argentina e sobre a política externa dos EUA.

A fonte apresenta a Argentina como um ator que explora a aquisição de armamentos da União Soviética e que se opõe à padronização de armas do Hemisfério proposta pelos EUA, buscando apoio regional para essa posição. Essa representação constrói a imagem de uma Argentina com uma política externa e militar potencialmente divergente dos interesses norte-americanos, e com aspirações de formação de um bloco regional de oposição.

Trechos como “o recém-chegado Embaixador da Argentina na URSS ‘confidenciou’ que espera negociar uma troca ‘em larga escala’ de produtos argentinos por suprimentos militares da URSS” (Doc. 173, pp. 2-3) e “se oporá ao plano dos EUA de padronização de armas do Hemisfério” (Doc. 173, pp. 49-50) são centrais para essa construção.

Essa representação é um exemplo do processo de produção de significados. A informação é codificada e transmitida através de múltiplas camadas diplomáticas (Embaixador do Brasil, Embaixador do México, Embaixada dos EUA em Moscou). As práticas discursivas da CIA transformam essas confidências e relatos em uma representação que sinaliza um possível desafio à hegemonia dos EUA na região. A escolha das palavras e a inclusão desses relatos em um documento de inteligência moldam a percepção interna sobre a Argentina.

Os “Comentário CIG” são os elementos mais explícitos dessa representação, principalmente: “Qualquer relatório de uma fonte brasileira sobre a política militar argentina deve ser visto com ceticismo” (Doc. 173, pp. 2-3). Estes comentários são exemplos perfeitos das práticas discursivas. O CIG não apenas descreve o mundo, mas o constrói e o regula ao indicar como a informação deve ser interpretada.

A inserção desses comentários em um documento formalmente classificado como inteligência (mesmo com sanitizações) sublinha a ligação entre representações e relações de poder. A agência de inteligência, como um ator de poder, parece estar ativamente engajada na construção de uma “verdade” interna que justifica e orienta suas ações. A própria estrutura do documento, com “Comentário CIG” distinto dos relatos, reflete a materialidade do texto que influencia como a informação é percebida e avaliada.

Assim, três representações emergem do documento em tela, a da animosidade entre Brasil e Argentina, levando a um descrédito em denúncias mútuas entre estes Estados. Outra é a da Argentina jogando com a URSS e os EUA para obter vantagens em relação a compra futura de armamentos, com a Argentina acenando à URSS, mas secretamente esperando para decidir de acordo com o cenário que se armar. Por fim, a representação de um Brasil mais forte militarmente que a Argentina, o que uma padronização de armamentos (provavelmente vendidos pelos EUA) amenizaria.

Havendo decorrido apenas dois anos do final da Segunda Guerra Mundial, com as potências antagonistas (EUA e URSS) buscando alianças internacionais, os acenos da Argentina à URSS poderiam ser uma forma de atrair favores norte-americanos, por um lado, ou uma forma de buscar um aliado distante para fugir à influência hemisférica dos EUA.

O mesmo documento constrói uma imagem da guerra civil paraguaia que não é estática, mas dinâmica e, por vezes, contraditória, refletindo a incerteza do setor de inteligência em questão. Há representações tanto da fraqueza dos rebeldes quanto de sua resiliência. Já que, os rebeldes são representados como “diante da derrota iminente” e dispostos a negociar para “salvar suas carreiras militares” (Doc. 173, pp. 12-13). Esta representação sugere uma posição de vantagem para o governo do Paraguai.

No entanto, essa percepção é contrastada por uma representação posterior dos rebeldes que “continuam convencidos de que podem vencer depois de uma luta prolongada” (Doc. 173, p. 67) e que estão recebendo apoio externo. Esta representação, que molda a compreensão da força rebelde, demonstra como a CIA construía e atualizava as informações.

O governo, por sua vez, é representado com “indicações de que [...] está prestes a lançar uma ofensiva no norte” e que sua artilharia “deve ser capaz de impedir [...] aproximação [dos rebeldes]” (Doc. 173, p. 37) de canhoneiras rebeldes a Assunção. Ao mesmo tempo, ele expressa o desejo de que os EUA participem da mediação, mas “reitera sua opinião de que o governo ‘precisa de uma vitória militar’” (Doc. 173, p. 27). Esta ambivalência representa o governo como buscando tanto uma solução militar quanto diplomática.

O documento também representa a mediação como um processo árduo e, em última instância, falho, apontando os obstáculos e a intransigência das partes. O diplomata brasileiro, mediador do conflito, é representado como “pessimista quanto ao resultado de suas negociações” (Doc. 173, p. 19) após a recusa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em apoiar seu plano.

A mediação é finalmente representada como um “fracasso”, atribuído à “atitude intransigente adotada por uma ala extremista do grande partido que apoia o governo (o Partido Colorado)” (Doc. 173, p. 77). Esta representação não só relata o resultado, mas também atribui culpa, moldando a percepção sobre a causa do fracasso.

Dando andamento à análise do mesmo documento, a fonte representa o Brasil como potencialmente disposto a aceitar refugiados europeus do pós Segunda Guerra Mundial sob um programa conjunto, havendo a promessa de que o Brasil “aceitaria uma porcentagem de imigrantes judeus igual à proporção judaica da população atual da Zona dos EUA (supostamente 15%)” (Doc. 173, p. 28). No entanto, a representação da postura brasileira sofre uma reviravolta significativa, mostrando que as missões brasileiras “no momento parecem receber instruções para excluir todos os imigrantes judeus” (Doc. 173, p. 28).

A mudança de instruções para excluir imigrantes judeus é um exemplo de como as “práticas discursivas” da diplomacia e da inteligência moldam a compreensão da política brasileira. A contradição nas instruções mostra como as representações podem ser construídas e revisadas dentro do próprio sistema que as produz, impactando a percepção e a compreensão da realidade pelos atores envolvidos.

A fonte representa o plano de imigração para o Brasil, envolvendo um aporte financeiro dos EUA, não apenas como uma questão humanitária ou de cooperação, mas como uma vantagem estratégica clara para os Estados Unidos. Ao rotular o plano como uma “excelente oportunidade” (Doc. 173, p. 42), o documento não apenas descreve uma proposta, mas a constrói discursivamente de forma a alinhar a questão da imigração aos interesses geopolíticos norte-americanos.

O documento seguinte, de título: ‘*Daily Summary #420-445[15507262]*’ (Doc. 173), trata de vários temas, inclusive volta à Guerra Civil Paraguaia. A fonte constrói uma imagem do conflito paraguaio como sendo intrincado e sujeito a mudanças rápidas, com as partes envolvidas adotando posturas algumas vezes contraditórias. Há uma representação do governo paraguaio como inicialmente aberto a negociar, mas com uma clara preferência pela solução militar.

O governo paraguaio é representado como “disposto a aceitar plano de mediação” (Doc. 174, p. 24), o que sugere uma abertura diplomática. No entanto, essa disposição é rapidamente contrastada pela representação de que o governo “lança nova ofensiva” para “demonstrar sua superioridade militar antes do início do processo de mediação” (Doc. 174, p. 29). Essa ambivalência na representação mostra como este documento constrói e regula a

compreensão da situação, revelando as prioridades militares do governo apesar das negociações.

Mais adiante, essa preferência militar se solidifica, pois é dito que o governo paraguaio “objeta ao reconhecimento implícito da fórmula de que os rebeldes são ‘beligerantes’” e “ênfatiza a necessidade de uma vitória militar completa sobre os rebeldes” (Doc. 174, p. 64). Essa representação “pinta um quadro” de intransigência por parte do governo, moldando a percepção dos EUA sobre a possível inviabilidade da paz negociada.

O documento representa, também, um sentimento crescente de ressentimento contra os EUA no Paraguai, ao mesmo tempo em que destaca o papel ativo do Brasil como mediador, embora com condições. A representação de que os “EUA [são os] culpados pelo caos interno” e que o “sentimento anti-EUA está aumentando acentuadamente no Paraguai” (Doc. 174, p. 19), mostra como a fonte não apenas relata fatos, mas também tece significados sobre as consequências da política externa norte-americana, onde a percepção da realidade (neste caso, a culpa dos EUA) é apresentada, potencialmente influenciando futuras ações.

O Brasil é representado como um ator regional proativo, que “insiste na paz negociada” (Doc. 174, p. 19) e que tem uma “fórmula de mediação” (Doc. 174, p. 52). A declaração de que o Brasil “lavarás as mãos da situação” (Doc. 174, p. 19) e “abandonará as tentativas de mediação se sua fórmula for rejeitada” (Doc. 174, p. 52) representa o país como um mediador sério, porém com limites, impactando a percepção dos EUA sobre o apoio brasileiro à diplomacia.

A fonte não apenas apresenta eventos, mas também atua na validação ou desqualificação de certas narrativas que circulavam na época, como no caso do “contrabando de armas soviéticas”, baseada em “voos de reconhecimento aéreo brasileiros” (Doc. 174, p. 57) e na opinião da Embaixada dos EUA no Rio, o que demonstra como as representações são construídas e validadas dentro do sistema de inteligência.

O documento também representa o regime de Somoza na Nicarágua, utilizando uma linguagem que classifica e, implicitamente, avalia a sua legitimidade. A referência ao “regime fantoche de Somoza” (Doc. 174, p. 15) é um exemplo claro de como a linguagem usada nas representações constrói um significado específico sobre o regime nicaraguense. O termo “fantoche” não é neutro; ele reforça a percepção de falta de autonomia, influenciando como os destinatários da inteligência veem esse governo. As ações diplomáticas de Argentina e Brasil são então representadas em função de como elas podem fortalecer ou

enfraquecer a posição desse “regime fantoche”, evidenciando um determinado tratamento acerca das relações de poder.

A materialidade dos textos é evidente na notação deste documento e na estrutura de relatório de inteligência conciso. Esse formato influencia a forma como as informações são recebidas e interpretadas, consolidando essas representações como parte do registro oficial que contribui para a Memória de Estado dos EUA acerca dos países espionados.

O próximo documento analisado, de 01/03/1948, e de título: ‘*Weekly Intelligence Summary no. 1*’. O documento representa o controle norte-americano sobre o aeródromo de Assunção como algo que está inevitavelmente chegando ao fim, e com isso, a posição do Paraguai como um país isolado e vulnerável. No início, há a representação de um controle sólido, uma “concessão de 20 anos” para a Pan American Airways (PAA) após a construção do campo de pouso no âmbito do “Programa de Desenvolvimento de Aeroportos dos EUA em 1942” (Doc. 39, p. 3). Contudo, essa representação muda para uma de declínio.

O texto afirma que “O controle do aeródromo de Assunção provavelmente será revertido para o Paraguai” (Doc. 39, p. 3) já que seria inevitável o fim da eliminação das conexões aéreas operadas pelos EUA para Assunção. Mais alarmante ainda é a representação do impacto no Paraguai: “A reversão do campo de Assunção ao controle paraguaio enfraquecerá a posição do Paraguai” e que o país “não tem dinheiro nem pessoal para manter o campo”, o que “agravará a falta de comunicação do Paraguai com o mundo exterior” (Doc. 39, p. 3).

Essa construção discursiva não apenas relata a perda de controle, mas codifica uma preocupação e uma previsão de declínio. O documento utiliza uma linguagem que molda as percepções da realidade para os decisores norte-americanos, sugerindo uma falha na manutenção da influência dos EUA e uma consequente fragilidade do Paraguai. Em contraste com a representação da perda de influência dos EUA, a fonte representa o Brasil e a Argentina como atores regionais que estão ativamente restringindo o acesso e solidificando seu controle sobre as comunicações no Paraguai.

A “recusa brasileira em permitir que a Pan American voasse no trecho entre Rio e Assunção” e a “recente proibição argentina desse serviço de transporte” são apresentadas como causas diretas da situação. Além disso, o documento reforça que “todas as comunicações fluviais e ferroviárias [no Paraguai] são controladas por interesses brasileiros e argentinos” (Doc. 39, p. 3).

Ao destacar as ações e o controle do Brasil e da Argentina, o documento não apenas reporta, mas constrói uma narrativa de autonomia e domínio regional por parte desses países, em contraste com a retirada da influência dos EUA. É um exemplo de como os discursos (aqui, a descrição das ações brasileiras e argentinas) regulam a compreensão sobre o cenário geopolítico.

Segundo a CIA, o novo governo do Paraguai, do presidente Gonzalez (após a queda de Morinigo), aventou a possibilidade de unir-se em aliança mútua com Chile, Brasil e Bolívia, para evitar consequências da escalada armamentista do governo argentino. Havia, também, a suspeita acerca do auxílio de Perón a grupos contra Gonzalez, com armas e munições. No entanto, o reforço argentino na fronteira com o Paraguai poderia dever-se ao combate ao contrabando e à imigração. Isto conforme um outro documento composto por apenas uma única página, datado de 08/09/1948, de título: *‘Argentina-Paraguayan Relations’*.

O documento constrói uma imagem do governo paraguaio como estando receoso e não receptivo às iniciativas argentinas. A linguagem utilizada aqui não é neutra; ela serve para codificar uma percepção específica para o leitor. O texto afirma que “representantes argentinos no Paraguai informaram ao governo Perón que existe uma certa frieza naquele país em relação às aberturas diplomáticas e econômicas da Argentina” (Doc. 98, p. 1). Além disso, representa figuras do governo Gonzalez como “apreensivas com o programa de armamentos da Argentina” (Doc. 98, p. 1), o que reforça a ideia de uma ameaça percebida.

Essa representação, ao utilizar termos como “frieza” e “apreensivas”, não apenas descreve, mas produz um significado de desconfiança e cautela por parte do Paraguai em relação a seu vizinho. O documento representa o Paraguai não apenas como um ator passivo, mas como um país que ativamente busca equilibrar o poder regional através de alianças. Essa é uma representação da estratégia geopolítica paraguaia.

A fonte detalha que figuras do governo paraguaio “recomendaram a Gonzalez que o Paraguai explore a possibilidade de unir Paraguai, Chile, Brasil e Bolívia em um bloco que se oponha a qualquer tentativa de agressão dos argentinos” (Doc. 98, p. 1). O próprio governo argentino percebe isso, pois “espera que o governo [paraguaio] tente estabelecer laços mais estreitos com os Estados Unidos e o Brasil em um esforço para conter a influência da Argentina no Paraguai” (Doc. 98, p. 1).

O documento representa a Argentina como um país que exerce pressão, percebe hostilidade e intensifica suas próprias ações de vigilância, caracterizando-a como um rival

estratégico no cenário regional. Há a menção de que o informante da CIA “não conseguiu confirmar rumores de que a Argentina pode estar prestando apoio militar (armas e munições) aos opositores de Gonzalez” (Doc. 98, p. 1), o que já levanta uma sombra de dúvida e sugere uma possível ação subversiva.

O documento que segue recebeu a data de 09/11/1948 e o título: ‘*Argentinian Interest in Foreign Exploitation of Brazilian Oil*’. A CIA informou que no Brasil a campanha para exploração nacional do petróleo continuava. O inusitado teria sido a participação do governo argentino, que pressionava para que as empresas internacionais ficassem fora do processo. Perón mandou um representante para influenciar na decisão. Aparentemente, para a Argentina, a presença de companhias petrolíferas internacionais fortaleceria o Brasil, o que iria contra as pretensões daquele país de ser o líder regional. O agente da CIA forneceu várias informações acerca de um sindicalista peronista: que era antiamericano, qual voo ele tomou, a data, sua idade, estado civil, número do passaporte, endereço na Argentina. Neste caso a aparência é de que o agente fez um trabalho bem completo. Caso se quisesse encontrar o representante de Perón, seria bem fácil.

O documento constrói uma imagem do governo Perón e de seus representantes como mobilizadores de uma agenda nacionalista e anti-intervenção estrangeira na exploração de recursos, só que neste caso no Brasil. Essa representação não é uma simples descrição, mas uma atribuição de significado que molda a compreensão da política peronista.

O texto destaca que Pedro Andrés José Gomis foi “instruído a auxiliar na propaganda contra a exploração de recursos petrolíferos brasileiros por trustes americanos, britânicos e internacionais” (Doc. 99, p. 1). A descrição de Gomis como “peronista e antiamericano” (Doc. 99, p. 1) também reforça essa construção.

As palavras como “propaganda contra trustes” e “antiamericano” funcionam como significantes que, juntos, codificam a ideologia peronista para o leitor do relatório. Essa é uma prática discursiva que não só descreve, mas tece e regula a compreensão do que o peronismo representa para os interesses dos EUA.

O documento não apenas relata a visita de Gomis, mas constrói a possibilidade de uma articulação regional com base em interesses econômicos e nacionalistas compartilhados. A fonte indica que Gomis “pode convidar representantes brasileiros a vir a Buenos Aires para participar de um possível congresso de petroleiros latino-americanos” (Doc. 99, p. 1). A menção ao General Julio Casetano Horta Barbosa, “líder da campanha

brasileira contra a exploração estrangeira de petróleo brasileiro” (Doc. 99, p. 1), também constrói a ideia de um alinhamento pré-existente.

Essa representação, ao descrever a articulação de um “bloco” para “combater os trustes”, está produzindo um significado de potencial união regional que, para o governo dos EUA, poderia ser percebido como uma ameaça aos seus interesses, pois a “união” em torno do petróleo é construída como um fato potencial de preocupação. O fato de essa informação conter detalhes confere um peso de “realidade” a essa representação, tornando-a mais plausível aos destinatários da mensagem.

O leitor pode vir a achar interessante este documento de título: *‘Remarks by President Batlle Berres at Conference of Diplomats’*. Conforme a CIA, em novembro de 1948 as notícias contaram acerca de uma reunião diplomática no Uruguai, entre o presidente do país e representantes seus na América Latina. A notícia importante foi de que a Argentina estaria formando um bloco na ONU com Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Peru, mas sem o convite ao Uruguai.

O documento constrói uma imagem do Uruguai como um país que, apesar de “ouvir palavras amistosas”, se sente deliberadamente esquecido e ignorado no cenário latino-americano, ao mesmo tempo em que está altamente ciente e preocupado com ameaças à sua soberania. Essa representação não é uma simples constatação, mas uma atribuição de significado à posição geopolítica do Uruguai.

O próprio Presidente Luis Batlle Berres lamenta que, “por trás da tela da bajulação, o Uruguai é muitas vezes esquecido e ignorado” (Doc. 101, p. 1). A fonte detalha a exclusão deliberada do Uruguai de um bloco regional encabeçado pela Argentina. A preocupação é evidente quando afirma que “O perigo existente na Argentina torna-se cada vez mais evidente” (Doc. 101, p. 2).

Aqui, as palavras “esquecido”, “ignorado” e “deliberadamente excluído” funcionam como significantes que, ao serem combinados, codificam e produzem o significado de vulnerabilidade e marginalização para o Uruguai. A descrição de um “perigo” iminente faz parte das práticas discursivas que não apenas descrevem, mas constroem e regulam a percepção do leitor sobre a situação do Uruguai.

O documento constrói uma imagem da Argentina como uma força regional agressiva e com claras intenções expansionistas, percebida como uma ameaça direta à soberania dos países vizinhos, especialmente o Uruguai. Essa representação desvela uma tensão geopolítica fundamental na região.

A fonte cita o Dr. Lucio Manuel Moreno Quintana, que declara que “A República da Argentina deve incluir Uruguai, Paraguai, Bolívia e sul do Brasil, ou seja, o antigo ‘Virreinato’ do Rio da Prata” (Doc. 101, p. 2). Além disso, menciona um artigo que propõe dividir a América do Sul com a Argentina “incluindo Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai” (Doc. 101, p. 2). A Argentina também é descrita como encabeçando um bloco “para seu próprio benefício exclusivo” (Doc. 101, p. 2).

As frases “reconquistarmos esses territórios” e “recuperar o que pertence a nós” (Doc. 101, p. 2) são significantes poderosos que constroem o significado de uma Argentina com ambições hegemônicas. Essa é uma clara manifestação da política da representação, onde a Argentina é representada de uma forma que a posiciona como um potencial adversário e uma ameaça à estabilidade regional e aos interesses de outros países (e possivelmente do recebedor do relatório).

Este próximo documento, tem o título: *‘Attitude of Uruguayan President on Argentine Penetration’* e data 02/02/1949. Nele a fonte constrói uma imagem da Argentina peronista como um perigo iminente e ativo para a soberania dos países vizinhos. A preocupação central é articulada pelo Presidente uruguaio Luis Batlle Berres e pelo Dr. Arturo Dubra, que discutem o “perigo para o Uruguai da atual atitude e atividades do governo argentino” (Doc. 102, pp. 1-3). O governo de Perón é explicitamente chamado de “totalitário”, e a viagem de Batlle Berres ao Brasil tem como objetivo “averiguar que atitude os brasileiros adotariam se o Uruguai fosse ameaçado pela Argentina” (Doc. 102, pp. 1-3). A ameaça não se limita ao Uruguai, pois há menção de “agentes peronistas para derrubar o governo paraguaio” (Doc. 102, pp. 1-3), levando o Presidente paraguaio a considerar que possivelmente declararia guerra à Argentina.

As palavras como “perigo”, “totalitário”, “ameaçado” e “derrubar” funcionam como significantes que, juntos, codificam a Argentina como uma força desestabilizadora e agressiva. A forma como a Argentina é representada serve para alertar sobre uma força que poderia desafiar as estruturas de poder existentes.

O documento constrói a imagem do Uruguai como um país que, apesar de ativo diplomaticamente, se percebe em uma posição de fraqueza e isolamento estratégico diante das ameaças regionais. O Presidente Batlle Berres lamenta que, “por trás da tela da bajulação, o Uruguai é muitas vezes esquecido e ignorado” (Doc. 102, pp. 1-3). O “fracasso completo” de sua viagem ao Brasil em busca de apoio militar demonstra a percepção de isolamento. A conclusão de que “nenhum deles [Brasil e Argentina] o quer como aliado por

sua falta de força militar, o que tornaria o país um passivo caso surja algum perigo” (Doc. 102, pp. 1-3) é a materialização dessa vulnerabilidade.

Os termos “esquecido”, “ignorado”, “fracasso” e “passivo” são significantes que constroem o significado de um Uruguai em situação precária. Essa é uma prática discursiva que moldou a percepção da posição geopolítica uruguaia. A fonte inicialmente aponta o Brasil como um possível aliado, mas rapidamente o representa como uma nova fonte de preocupação, especialmente devido à percepção de fraqueza do governo Dutra e à iminente ascensão de Getúlio Vargas e suas alianças.

O fracasso da missão uruguaia ao Brasil, onde “o presidente brasileiro Dutra e um de seus assessores não prometeram nada e evitaram responder” (Doc. 102, pp. 1-3), leva Batlle Berres a concluir que “o Brasil, assim como a Argentina, poderia ser considerado um perigo para a independência do Uruguai” (Doc. 102, pp. 1-3). Essa representação é reforçada pela crença de que “Vargas vencerá nas próximas eleições” e que ele é “aliado do líder comunista brasileiro Luis Carlos Prestes e de Perón” (Doc. 102, pp. 1-3). A preocupação máxima é que “Se Vargas vencesse, o Brasil cooperaria com a Argentina em seu esforço para difundir sua influência em toda a América do Sul” (Doc. 102, pp. 1-3).

Esta é uma poderosa ressignificação do Brasil. De um potencial protetor, ele passa a ser um “perigo” através da codificação de seus laços políticos (Vargas com Prestes e Perón). As palavras “aliado”, “comunista” e “difundir sua influência” são significantes que criam um significado de aliança ideológica e política que poderia ser prejudicial aos interesses uruguaio e à hegemonia de outras potências (como os EUA, o criador e o receptor do relatório).

Na sequência dos documentos pesquisados, o intitulado: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 15 February 1949*’, datado de 15/02/1949, traz maiores informações acerca da troca de comando no Paraguai e suas consequências para Argentina, Brasil e EUA. Como previsto pela CIA, o exército paraguaio se posicionou e o presidente Gonzales foi deposto.

O documento tece uma imagem do exército como o verdadeiro pilar do poder no Paraguai. A afirmação de que “o exército irá continuar sendo um fator significativo nos desenvolvimentos políticos e qualquer governo que chegue ao poder deve depender muito da existência do apoio do exército e da polícia” (Doc. 54, p. 10) não é uma mera constatação, é uma produção de significado que codifica a compreensão da política paraguaia para o

leitor, posicionando as forças armadas como um elemento incontornável e essencial para qualquer regime.

Há uma clara representação da continuidade política subjacente às trocas de governo. O trecho “A mudança de regime não foi marcada por nenhuma evidência de mudanças ideológicas ou de mudança de atitude em relação aos vizinhos do Paraguai ou aos EUA. Presumivelmente, o novo governo será tão pró-EUA quanto o antigo” (Doc. 54, p. 10) funciona como um significante que, ao lado da ideia de “pro-EUA”, cria um significado de alinhamento constante. É uma codificação que busca solidificar uma percepção de lealdade e previsibilidade.

A fonte “pinta um quadro” desolador da economia paraguaia, referindo-se a ela como “sempre fraca”. Mais do que isso, a representação aponta para obstáculos intrínsecos e quase culturais, como “a prevalência do suborno e uma atitude popular de que nada pode ser feito pela economia do país” (Doc. 54, p. 10). Essa é uma construção ativa de significado que vai além dos dados econômicos. O trecho: “o Paraguai é principalmente um ‘eremita’, nação autossustentável e o comércio exterior é relativamente sem importância” (Doc. 54, p. 10), tem a palavra “eremita” sendo usada no texto pelo Agente para descrever a nação “autossustentável”, o que é um significante que atribui um sentido de isolamento quase voluntário ou inevitável.

A fonte constrói a Argentina como um ator econômico incontornável para o Paraguai, independentemente das alianças políticas: “A Argentina é normalmente o melhor cliente e principal fornecedor do Paraguai. Essa característica de seu comércio provavelmente permanecerá independentemente da orientação política do Paraguai” (Doc. 54, p. 10). Essa representação enfatiza a dependência paraguaia e a influência argentina, mostrando como as representações estão ligadas às relações de poder, descrevendo a Argentina como uma potência regional capaz de exercer pressão e ditar a estabilidade econômica de seu vizinho.

Em contraste com a Argentina, o Brasil é representado de forma mais benigna, como um país satisfeito com o novo regime e que talvez tenha tornado sua “satisfação um pouco mais patente” (Doc. 54, p. 10). Ele é também citado como um dos “outros importantes fornecedores e clientes do Paraguai” (Doc. 54, p. 10), após EUA e antes do Reino Unido. Esta é uma codificação do papel do Brasil, mostrando-o como um observador regional aprovador e um parceiro comercial secundário, sem a mesma conotação de “ameaça” ou “pressão” atribuída à Argentina em outros contextos (como na fonte sobre o Uruguai).

O próximo documento é mais um da série ‘*weekly Contributions*’, datado de 19/04/1949, ele trata da eleição de Molas no Paraguai, o que consolidou os Demo-Colorados como corrente hegemônica na política da nação, em um movimento planejado pelo presidente eleito.

O texto constrói a imagem do Dr. Felipe Molas López como um presidente eleito cujo cargo carece de poder real. O trecho “Sua permanência no cargo depende em grande parte da extensão de sua cooperação com os democratas colorados, que emergiram como o verdadeiro poder na política e nas forças armadas” (Doc. 56, pp. 5-6) é um significante que atribui um significado claro: a presidência é mais uma fachada do que o centro de decisão.

A fonte solidifica a ideia de que a facção dos “Colorados Democráticos” detém as rédeas do país, e não o presidente eleito. A afirmação “os democratas colorados, que emergiram como o verdadeiro poder na política e nas forças armadas” é uma produção de significado central. Ela não é uma mera constatação, mas uma prática discursiva que estabelece essa facção como o pivô da política paraguaia.

O documento estabelece uma condição para a estabilidade do país, ligando-a diretamente à capacidade e manutenção da força dos Colorados Democráticos. O texto diz: “Se mantiverem sua força atual, poderão implementar as medidas democráticas que prometeram e restaurar a tranquilidade e a relativa estabilidade ao país” (Doc. 56, pp. 5-6). Essa é uma construção de significado que associa a manutenção do *status quo* com o poder dessa facção.

Finalmente, o documento representa o reconhecimento por outras nações como um elemento crucial para a força política interna dos Colorados Democráticos. “O reconhecimento do regime de Molas pelos EUA, Argentina e Brasil deu força adicional aos Colorados democratas” (Doc. 56, pp. 5-6). Aqui, o ato de “reconhecimento” é representado como um significante que produz o significado de “força adicional” para o grupo.

Este próximo documento, de título: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 23 Aug...*’, foi datado de 23/08/1949. Ele conta que o presidente paraguaio, Molas, reaproximou o país da Argentina, com possibilidades desta última reorganizar a polícia do Paraguai, renovar o Instituto Geográfico Militar, além de mapear o país, mas sem ter consultado os EUA.

Este documento estabelece a aproximação com a Argentina como o “aspecto mais significativo da atual política externa do Paraguai” (Doc. 58, pp. 8-9). A linguagem utilizada codifica essa aproximação como um evento de grande relevância e diferenciação. Mais do

que isso, a representação atribui essa mudança a “fatos da vida' econômicos” (Doc. 58, pp. 8-9), sugerindo uma inevitabilidade dessa aproximação devido à geografia e ao controle argentino sobre o comércio de exportação paraguaio.

A fonte “pinta um quadro” da Argentina como o ator principal na órbita paraguaia, destacando a “delegação impressionante” e a capacidade de Perón de elaborar “acordo comercial e de pagamentos provisórios” e até mesmo de enviar uma “permissão argentina em Assunção para reorganizar todo o departamento de polícia e uma missão militar técnica argentina para renovar o Instituto Geográfico Militar Paraguaio” (Doc. 58, pp. 8-9). Essa prática discursiva não apenas relata a influência argentina, mas a constrói como um poder ativo e influente.

Há uma clara construção de uma narrativa de que a aproximação paraguaia com a Argentina representa um risco para a posição dos EUA na região. O texto alerta que a assinatura de um acordo de mapeamento “sem consulta aos EUA” é uma “violação do contrato da Missão Militar EUA-Paraguai” (Doc. 58, pp. 8-9). A representação vai além, ao prever que “a implementação do novo acordo sem o consentimento dos EUA pode constranger os EUA e possivelmente levar outros países latino-americanos a desconsiderar os contratos de missões militares dos EUA” (Doc. 58, pp. 8-9).

No próximo documento, de título: *‘Weekly Contributions Latin America Division ORE, CIA 29 November 1949’*, a CIA registra que no âmbito internacional, em termos diplomáticos, os países latino-americanos tomavam atitudes distintas.

O documento destaca que, em relação à Espanha, “os países latino-americanos assumiram a liderança em vez de esperar pelos EUA” (Doc. 61, p. 9). Essa é uma construção de significado que posiciona explicitamente as nações latino-americanas como agentes proativos em sua política externa, diferenciando sua postura da habitual expectativa de alinhamento com Washington. O texto, ao sublinhar que “Brasil e Peru retomaram suas relações diplomáticas normais com a Espanha” e que outros “mantiveram relações normais ou concluíram os preparativos para um retorno à normalidade antes da votação na Assembleia Geral” (Doc. 61, p. 9), serve como um significante que indica uma mudança no *status quo*, conferindo um sentido de independência regional.

Apesar da autonomia observada, a fonte imediatamente codifica essa nova realidade como inofensiva para os EUA: “Os interesses de segurança dos EUA, no entanto, não são afetados” (Doc. 61, p. 9). Esta é uma prática discursiva crucial, que regula a compreensão da liderança latino-americana, enquadrando-a como aceitável e desprovida de implicações

estratégicas negativas para Washington. A frase funciona como um mecanismo de produção de significado que minimiza a relevância da autonomia para os interesses norte-americanos, buscando manter a percepção de controle geopolítico, mesmo diante da iniciativa alheia.

Em contraste com a Espanha, a relação com a URSS é representada de forma vigilante. Embora se mencione que “apenas Argentina, Cuba, México, Uruguai e Venezuela têm representantes em Moscou” e que “Brasil, Chile e Colômbia [...] não tomaram medidas para renovar as relações”, o documento introduz uma clara diretriz: “Nenhum dos países latino-americanos, no entanto, deve explorar suas relações com a URSS de forma a prejudicar os interesses de segurança dos EUA” (Doc. 61, p. 9). Essa não é uma mera descrição, mas uma prática discursiva que constrói a relação com a URSS como perigosa, caso não esteja sob o escrutínio e consentimento dos EUA.

A constante menção e a centralidade dos “interesses de segurança dos EUA” (Doc. 61, p. 9) como o critério final para avaliar as relações diplomáticas latino-americanas representam os Estados Unidos como a potência hegemônica, cujas preocupações de segurança definem os limites aceitáveis da política externa de outras nações. Essa é uma construção de significado que posiciona os interesses de segurança americanos como o significado principal para o qual todas as ações diplomáticas devem ser aferidas.

O documento em estudo agora, com o título: *‘Weekly Contributions <Sanitized> ORE, CIA 11 April 1950’*, informa que havia sinais conflitantes: de um lado o Brasil havia aderido à denominada Carta da OEA, de outro havia o descontentamento com o fato de o Plano Marshall e o Ponto Quatro pudessem prejudicar o Brasil.

O documento começa por solidificar a imagem do Brasil como um parceiro alinhado aos interesses norte-americanos. A frase “Interesses norte-americanos de segurança de longo alcance continuam a ser favorecidos pelas políticas e práticas internacionais do Brasil” (Doc. 62, p. 7) é um significante que atribui ao Brasil o significado de um colaborador estratégico. O exemplo da “ratificação da Carta da OEA, tornando-se assim a quinta nação americana a ratificá-la” (Doc. 62, p. 7) serve como uma prática discursiva que codifica essa cooperação, moldando a percepção da lealdade brasileira para os leitores do documento.

Em contraste com a cooperação, o texto constrói a imagem de uma crescente insatisfação brasileira. O trecho “houve um sentimento anti-EUA considerável” (Doc. 62, p. 7) é central para essa representação. Ele é justificado pela percepção brasileira de que “em questões econômicas, os EUA não estão lhes dando a devida consideração, principalmente

tendo em vista que o Brasil tem um histórico de cooperação durante a Iª e a IIª Guerras Mundiais e no pós-guerra” (Doc. 62, p. 7).

A preocupação brasileira com o Plano Marshall, que estaria “beneficiando economias concorrentes na Ásia e África em detrimento do Brasil” (Doc. 62, p. 7), e o temor em relação ao Ponto Quatro, são significantes que contribuem para o significado de um Brasil que se sente economicamente preterido, gerando ressentimento. Esta é uma construção de significado que regula a compreensão sobre a tensão bilateral.

O documento detalha incidentes que moldam a percepção da insensibilidade norte-americana. As “audiências no Congresso dos Estados Unidos sobre o aumento do preço do café”, consideradas pelos brasileiros como “não objetivas”, são apresentadas como um “alvo mais imediato para as críticas” (Doc. 62, p. 7). A menção de um “economista’ de origem portuguesa, completamente desacreditado” (Doc. 62, p. 7) convidado a depor, serve para reforçar a percepção de desconsideração.

Além disso, a crítica ao discurso do Secretário Adjunto de Estado Miller por “indicar que o Brasil deveria ser mantido como exportador de matérias-primas para os EUA” (Doc. 62, p. 7) constrói a ideia de uma visão norte-americana que subalterniza o desenvolvimento brasileiro. Esses eventos são representados como elementos-chave na escalada do sentimento anti-EUA, contribuindo para a produção de significados sobre as fontes da tensão.

O texto finaliza a análise codificando o sentimento anti-EUA como uma ameaça direta à aliança. A afirmação “Se a atual onda de sentimento anti-EUA continuar [...] isso afetaria negativamente a estreita cooperação que o Brasil normalmente estende aos EUA” (Doc. 62, p. 7) é uma produção de significado que vincula a continuidade da boa relação à contenção desse sentimento. Essa representação não é neutra, ela serve para reforçar os interesses dos EUA ao salientar o risco de desvio da “normalidade” da cooperação, influenciando potencialmente a tomada de decisão para mitigar tal tendência.

Um novo memorando da CIA, com o título: *‘Weekly Contributions 32-50 <Sanitized> CIA 8 August 1950’*, traz informações acerca de Brasil e Paraguai: os jornais argentinos iniciaram uma campanha contra o governo Dutra, prejudicando as relações entre os países e as pretensões norte-americanas de solidariedade no continente; no Paraguai, o clima era de estabilidade, mesmo com problemas entre o general Stroessner e o ministro do Interior.

O documento imediatamente constrói um significado para a disputa entre Brasil e Argentina, classificando-a como prejudicial a um objetivo maior dos EUA. O trecho “Uma série recente de ataques dos jornais peronistas na Argentina contra o presidente Dutra e o governo brasileiro resultou em uma nítida deterioração das relações entre esses países em detrimento dos interesses norte-americanos de solidariedade hemisférica” (Doc. 63, p. 2) descreve e codifica a situação. Ao usar a expressão “em detrimento dos interesses norte-americanos”, o texto produz um significado que subordina a dinâmica regional à perspectiva de Washington, utilizando os “interesses norte-americanos de solidariedade hemisférica” como o significante central para interpretar a “deterioração”.

O documento gera a imagem das ações de Perón como equivocadas. Ao apontar que “Perón parece nitidamente ter criado uma situação tensa da qual não pode esperar nenhuma vantagem particular, possivelmente por causa de um uso imprudente de uma oportunidade para atacar Dutra” (Doc. 63, p. 2), o texto atribui um significado de falta de astúcia ou cálculo político à liderança argentina. Essa representação, ao invés de apenas narrar a hostilidade, moldou a percepção sobre a racionalidade estratégica de Perón, mesmo sem uma justificativa clara para sua atitude.

Em relação ao Paraguai, o documento constrói uma representação de estabilidade que é, simultaneamente, tranquilizadora e precária. Inicialmente, afirma-se que “A situação política no Paraguai melhorou desde o primeiro dia do ano” e que “as perspectivas são boas para a continuidade da estabilidade política” no “futuro imediato” (Doc. 63, p. 4). Isso produz o significado de um país sob controle, com o governo Chávez mantendo apoio militar e político.

No entanto, a representação da estabilidade é imediatamente qualificada, com a ressalva de que “a continuidade do mandato do governo não pode ser prevista por um período mais longo, pois a retirada do apoio do exército a qualquer momento poderia resultar em uma mudança de governo” (Doc. 63, p. 4). Esse discurso constrói a realidade paraguaia como inerentemente volátil, dependente do apoio militar e suscetível a “dissensão no Partido Colorado, ou se surgir um desacordo sério entre o comandante-em-chefe Díaz de Vivar e o presidente” (Doc. 63, p. 4).

Embora o documento mencione que os militares estão “ficando fora da política” e sem “relatos recentes de sua conspiração” (Doc. 63, p. 4), ele simultaneamente os representa como o sustentáculo final da estabilidade. A frase “o apoio da administração militar” é “indubitavelmente essencial para a estabilidade política” (Doc. 63, p. 4) é uma produção de

significado que posiciona as forças armadas como o principal significante da ordem. No entanto, essa mesma representação contém o germe da instabilidade: “a retirada do apoio do exército a qualquer momento poderia resultar em uma mudança de governo” (Doc. 63, p. 4).

Em um novo documento, datado de 07/09/1954, com título: *‘USSR and Satellites’*, a CIA tenta descrever a zona de influência soviética àquele tempo. Aqui o texto imediatamente estabelece uma imagem de um país inerentemente instável: “A estabilidade paraguaia é constantemente ameaçada por revoluções e a mudança de governo é relativamente rápida” (Doc. 152, p. 9). Essa não é uma observação pontual, mas uma produção de significado que classifica o Paraguai como um local de turbulência intrínseca. O uso do termo “constantemente” molda a percepção de que a instabilidade é uma característica permanente, uma norma, e não uma exceção.

O documento tece claramente a imagem dos militares como o poder por trás do trono: “Como o Exército é, de fato, o árbitro da política paraguaia” (Doc. 152, p. 9). Essa afirmação produz o significado de que a verdadeira autoridade reside nas forças armadas, não necessariamente no governo civil. O “Exército” aqui funciona como um significante que carrega o significado do controle político. Essa representação reforça uma estrutura de poder existente e sugere que qualquer análise política deve, primeiramente, considerar a lealdade aos movimentos militares.

Um ponto importante é a representação da própria carência de dados: “No momento, tal informação não está disponível (...) um político poderoso e oportunista, considerado por muitos [como sendo] comunista, está planejando um golpe contra o governo Stroessner” (Doc. 152, p. 9). A falta de informação não é apenas um fato, mas é representada como uma gravidade, uma vulnerabilidade que precisa ser preenchida. Essa prática discursiva não só descreve um cenário, mas constrói a necessidade de mais inteligência (“um Adido do Exército teria a melhor oportunidade de coletar informações” (Doc. 152, p. 9)), ligando-a diretamente à percepção de uma ameaça iminente. Essa é a representação em ação, onde a forma como a ausência de dados é representada serve para justificar ações e recursos.

O documento traz a figura de um “político poderoso e oportunista, considerado por muitos [como sendo] comunista, [que] está planejando um golpe” (Doc. 152, p. 9). O termo “comunista” é um significante carregado de significado dentro do contexto da Guerra Fria, remetendo a “ameaça”, “subversão” e “instabilidade”. A qualificação “considerado por muitos [como sendo] comunista” sugere que a categorização, por si só, já é parte da construção da ameaça, independentemente de uma adesão ideológica estrita.

O documento seguinte tem título '*Probable Developments in Brazil*' e foi datado a 15/03/1955. Nele a CIA continuou avaliando o cenário brasileiro, abordando agora a força militar do país. Este documento cria um significado para as Forças Armadas brasileiras que é, simultaneamente, de competência e de dependência. Embora afirme que "A eficácia operacional dos três serviços de combatentes é alta para os padrões latino-americanos" (Doc. 70, p. 12), essa representação da eficácia é imediatamente desqualificada. A ressalva de que "Sua eficácia é prejudicada, no entanto, pela falta de instalações de apoio adequadas, manutenção deficiente e obsolescência geral de equipamentos e dependência de fontes estrangeiras para reabastecimento de material, munições e combustível" (Doc. 70, p. 12) produz o significado de uma força que, apesar de competente regionalmente, é vulnerável e dependente de suporte externo, especialmente dos EUA.

A menção de que o Brasil recorre à Europa "em detrimento da padronização de armas do Hemisfério" (Doc. 70, p. 12) é uma prática discursiva que codifica essa escolha como problemática para um objetivo maior, implicitamente desejado pelos EUA, revelando uma política da representação que enquadra as ações brasileiras sob uma ótica hemisférica.

O texto "pinta a imagem" de um Brasil como parceiro tradicional e preferencial dos EUA: "Tradicionalmente, o Brasil se considera o amigo e aliado particular dos EUA na América Latina" (Doc. 70, p. 12). Essa representação é reforçada pela ideia de que o Brasil se via como "superior a seus vizinhos de língua espanhola e o associado natural dos EUA" (Doc. 70, p. 12).

Contudo, essa amizade é imediatamente nuançada por representações de "sensibilidades" brasileiras, como o país ser "altamente sensível a qualquer tendência dos EUA de não conceder consideração e favores especiais" e ser "sensível a qualquer implicação da tutela norte-americana" (Doc. 70, pp. 12-13). Além disso, o documento aponta que as relações são "ocasionalmente prejudicadas pelo crescente nacionalismo brasileiro" (Doc. 70, pp. 12-13). Essa representação do nacionalismo como um fator de "atrito" molda a percepção de uma tensão subjacente, na qual uma identidade nacional forte pode colidir com os interesses e expectativas dos EUA, mesmo dentro de uma aliança.

O documento também tece o significado das relações comerciais do Brasil com o Bloco Soviético. Embora o comércio seja "muito pequeno", ele é representado como um movimento com propósitos ulteriores: "Essa ideia é geralmente atraente devido à necessidade do Brasil de encontrar novos mercados para suas exportações, e provavelmente

também em níveis oficiais como forma de fortalecer a posição de barganha do Brasil em relação aos EUA” (Doc. 70, p. 13).

Essa é uma produção de significado que transforma uma necessidade econômica em uma tática geopolítica, ou seja, um significante (comércio com o Bloco) que adquire um significado de barganha e desafio à hegemonia norte-americana. A menção de que “Comunistas e seus simpatizantes estão pressionando a ideia de grandes mercados do Bloco para seus próprios propósitos ulteriores, com considerável apoio nacionalista” (Doc. 70, p. 13) acrescenta uma representação de subversão, associando o pragmatismo econômico a uma ameaça ideológica maior, moldando a percepção de que essa busca por novos mercados não é apenas econômica, mas também politicamente carregada e até perigosa.

O documento traz a representação de um Brasil ativo na diplomacia regional como um agente contra a influência argentina. Afirmar que o Brasil “sempre se opôs às candidaturas argentinas à liderança” e “procurou contrariar os desígnios argentinos no Uruguai, Paraguai e Bolívia” (Doc. 70, p. 13) produz o significado de uma rivalidade regional ativa, na qual o Brasil atua como um ator-chave. Também, a descrição de que o Brasil “desaprova a ideia de blocos concorrentes na América Latina e, em vez disso, promove o conceito de solidariedade hemisférica” (Doc. 70, p. 13) representa o Brasil como um ator alinhado com a visão dos EUA para a região, posicionando-o como um parceiro valioso na manutenção da ordem desejada por Washington, como um promotor da estabilidade.

Até este momento no tempo, a CIA representou majoritariamente o Brasil e Paraguai em um quadro de consequências oriundas do Pós Guerra, no qual os EUA aparentavam tentar consolidar sua posição continental de potência hegemônica. No entanto, as pressões internas nos países latino-americanos ameaçaram tal iniciativa e uma outra configuração de poderes se insinuava no horizonte de possibilidades. O antigo foco da CIA na ameaça comunista não desaparecera, mas o cenário ficou mais complexo, com países ensaiando uma maior independência.

Seguindo a ordem cronológica dos documentos da CIA temos um boletim com título: ‘*CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/12/14*’ (Doc. 3). Ele informa que no final de 1959 o governo brasileiro planejava uma nova postura diplomática, a neutralidade, prometendo tratar EUA e URSS da mesma forma, posição fruto de pressões internas.

O texto produz o significado de uma nova postura diplomática brasileira, que transcende os alinhamentos tradicionais da Guerra Fria. Ao afirmar que “Sob uma nova

política emanada do gabinete presidencial, o Brasil, atuando como uma ‘terceira força’, agora tratará todas as nações – incluindo os EUA e a URSS – com ‘a mesma atitude oficial, seguindo a política de outras nações neutras’” (Doc. 3, p. 9), o documento constrói a imagem de um Brasil autônomo, redefinindo sua identidade internacional. Essa é uma prática discursiva que sinaliza uma ruptura clara com o passado, conferindo um novo significado à sua atuação global.

O documento tece o significado do neutralismo brasileiro como uma reação direta a percepções de desconsideração por parte dos Estados Unidos. A mudança de política é representada como resultante da “decepção do Rio de Janeiro com a política atual de Washington, que, segundo eles, ‘não deu ao Brasil o tratamento favorecido que o Brasil tradicionalmente deu aos EUA’” (Doc. 3, p. 9). As “queixas específicas mencionadas foram a ajuda dos EUA à produção de café na África e o ‘aparente favoritismo dos EUA em relação à Argentina’” (Doc. 3, p. 9). Essa prática discursiva não só descreve as queixas, mas as codifica como justificativas legítimas para a reorientação, moldando a percepção de que o neutralismo não é capricho, mas uma consequência das ações dos EUA e da “tradicional preocupação do Brasil com a competição argentina pela liderança na América Latina” (Doc. 3, p. 9).

Uma face da representação do neutralismo é sua ligação com a demografia interna. O texto constrói o significado de que a própria constituição racial do Brasil o qualificaria para essa nova postura: “O Brasil considera sua composição racial branca, preta e amarela adequada para manter uma posição neutralista” (Doc. 3, p. 9). Essa é uma produção de significado que legitima a política externa com base em uma característica interna, buscando posicionar o Brasil de forma única no cenário geopolítico, especialmente em uma futura “divisão política mundial” entre “blocos afro-asiáticos e brancos” (Doc. 3, p. 9).

O documento constrói a imagem do neutralismo como uma ferramenta pragmática para a melhoria da posição internacional e econômica do Brasil. O envio de uma “missão comercial a Moscou” que assinou um “projeto de acordo pedindo US\$ 107.000.000 em comércio mútuo durante 1960-62” é representado como uma consequência direta das “pressões para melhorar a posição internacional e a situação econômica do Brasil por meio do neutralismo” (Doc. 3, p. 9).

A impressão de que a visita é um “prelúdio para a retomada das relações diplomáticas” (Doc. 3, p. 9) produz o significado de que o neutralismo estaria gerando resultados tangíveis e aproximando o Brasil de novos atores, o que, para o destinatário do

documento (os EUA), constrói a percepção de uma crescente aproximação com o Bloco Soviético, com as implicações que isso acarretava à época.

Com o título: '*Current Intelligence Weekly Summary*' e datado de 02/03/1961, o documento seguinte relata que Jânio foi contra a postura anterior do Brasil, a de Jucelino Kubitschek, e iniciou movimentos de aproximação ao bloco sino-soviético. O Paraguai, com mais 6 países, perdeu direito a voto na 15ª Assembleia Geral da ONU.

O texto deste documento constrói o significado de uma ruptura na diplomacia brasileira, afastando-se de alinhamentos anteriores para assumir uma postura autônoma. Ao afirmar que "Quadros deu os primeiros passos na política externa 'verdadeiramente independente' que propôs em 31 de janeiro em seu discurso de posse" (Doc. 45, p. 27), e que a recusa em participar de exercícios militares se baseava no desejo de Quadros de "estabelecer uma posição neutra para o Brasil nas relações exteriores" (Doc. 45, p. 27), o documento produz a imagem de um Brasil que redefinía sua identidade internacional, assumindo um papel mais autônomo no cenário global.

O documento descreve a imagem de uma administração voltada para a contenção de gastos e medidas drásticas, que, embora impopulares, foram retratadas como essenciais. Trechos como "ressaltou a necessidade de economia na administração doméstica" e a menção de "medidas econômicas drásticas que aparentemente planeja", incluindo a demissão de "mais de 10.000 funcionários do governo nomeados politicamente" e a exigência de "reduções de 30% em seus orçamentos" (Doc. 45, p. 27), moldam a percepção de um governo focado em austeridade fiscal. Isso alinha-se com a ideia de discursos que não apenas descrevem, mas também regulam o que seria considerado uma abordagem "verdadeira" ou "necessária" para a economia.

A indicação de que o novo presidente "pode preferir tirar o país de seu buraco financeiro através do aumento de negócios com o Oriente e o Ocidente", e a consideração de "renovação das relações diplomáticas com a URSS" e estabelecimento de relações com "Hungria, Romênia e Bulgária" (Doc. 45, p. 27), sugerem que o neutralismo visa benefícios comerciais. Além disso, o documento constrói o significado de que Quadros "provavelmente espera que os esquerdistas, que provavelmente protestarão contra suas medidas econômicas, possam ser conciliados com sua política externa" (Doc. 45, p. 27).

O texto também produz o significado de um papel singular para o Brasil no cenário internacional, especialmente em relação à África. Ao relatar que Quadros "indicou sua crença de que o Brasil poderia assumir o papel de uma ponte entre o Ocidente e a África"

(Doc. 45, p. 28), a representação constrói uma identidade para o país como um mediador cultural e diplomático, uma visão que confere um status particular ao Brasil no contexto da Guerra Fria e dos movimentos de descolonização. Essa é uma construção de identidade por meio da linguagem.

O documento que segue, de data 21/01/1964 e título: *The ‘President's Intelligence Checklist 21 January 1964’*, traz informações acerca de Itaipu em suas notas finais. O texto produz o significado da habilidade e sucesso de Goulart na negociação. Ao afirmar que ele “conseguiu seu acordo” (Doc. 179, p. 7) com o presidente paraguaio Stroessner, o documento constrói a imagem de um Goulart ativo e bem-sucedido na esfera diplomática.

O projeto de Sete Quedas é representado como uma “gigantesca hidrelétrica” (Doc. 179, p. 7). O uso do adjetivo “gigantesca” não é neutro; ele constrói um significado de magnitude, imponência e, por extensão, de grande relevância estratégica para o Brasil. Essa escolha de linguagem moldou a percepção sobre a dimensão e o impacto da iniciativa, que se traduz em um projeto de alto valor para o país.

O fato de Goulart ter “conseguido seu acordo para o Brasil prosseguir” (Doc. 179, p. 7) representa o consenso e a cooperação entre as nações para um projeto de grande porte. A observação “segundo informações da imprensa” (Doc. 179, p. 7) é um detalhe crucial, pois ela destaca que a informação sobre o acordo não é um dado bruto, mas uma representação que foi produzida e disseminada por uma prática cultural específica: a mídia. A imprensa atua como um sistema de significação que traduz o evento em uma narrativa, influenciando como o público (e talvez outros atores políticos) o compreende e apropria. A materialidade da notícia (como é veiculada, o tom, o contexto) pode ter influenciado significativamente a interpretação da representação do acordo.

O documento de título: *‘Cable to Ruehc/SecState WashDC from Amembassy Rio de Janeiro’*, datado de 25/06/1966, aborda mais uma tentativa de resolver diplomaticamente o caso da disputa fronteiriça entre os pretendentes às Cataratas de Guaíra. Houve em Foz do Iguaçu e em Puerto Stroessner reuniões contando com a presença dos ministros das Relações Exteriores de ambas as nações.

O texto cria uma imagem de harmonia e cooperação preexistente e duradoura entre Brasil e Paraguai. Ao afirmar que “Os dois ministros concordaram em reafirmar a amizade tradicional entre os dois povos irmãos, fundada no respeito mútuo, que constitui base indestrutível das relações entre os dois países” (Doc. 14, p. 1), a linguagem produz o

significado de uma base sólida para a relação, quase como se os problemas fossem apenas desvios temporários dessa amizade.

O acordo não apenas descreve a solução de problemas, mas também a maneira como ela foi alcançada. A declaração de que “Manifestaram viva vontade de superar, com o mesmo espírito de boa vontade e harmonia, qualquer dificuldade ou problema” (Doc. 14, p. 1) moldou a percepção do processo de negociação. Isso representa a diplomacia como um campo de conciliação e entendimento mútuo, minimizando possíveis tensões e destacando o lado construtivo da interação.

A fonte tece o significado de Sete Quedas não como um ponto de discórdia, mas como um empreendimento de benefício mútuo. A “intenção de ambos os governos realizarem, de comum acordo, um estudo e levantamento das possibilidades econômicas de Salto Grande das Sete Quedas” (Doc. 14, p. 2) e a decisão de que a energia produzida “será dividida em partes iguais entre os dois países” (Doc. 14, p. 2) produzem a imagem de uma parceria para o desenvolvimento e de uma divisão justa dos recursos, transformando um potencial foco de disputa em um símbolo de cooperação econômica.

No memorando separado do GOB (Governo Brasileiro), a decisão de “remover um pequeno destacamento militar estacionado na zona do porto Coronel Renato” (Doc. 14, p. 2) é cuidadosamente representada. O texto afirma que o GOB o fez “em pleno exercício de sua soberania territorial”, mas “desejando contribuir com o relaxamento total das tensões que vêm prejudicando as relações amistosas entre o Brasil e o Paraguai” (Doc. 14, p. 2). Essa escolha de palavras constrói o significado de que o Brasil agiu a partir de uma posição de direito e soberania, mas com a prioridade de desescalar conflitos e promover a amizade, um claro exemplo de como o discurso regula a compreensão de uma ação.

A contribuição seguinte a esta tese vem de um documento datado de 23/12/1966, com o título: *‘Assessment of Latin American Military and Arms Needs’*, mais um da série *‘Weekly Summary – Special Report’*. Nele a CIA voltou sua atenção e avaliou que as forças armadas nesta região eram tradicionalmente responsáveis por tarefas além das de defesa, mas que recebiam parcelas pequenas do orçamento total do Estado.

O texto cria o significado de que essas forças são sobrecarregadas e carentes de recursos, ao afirmar que elas “obtm consistentemente apenas uma pequena parte dos recursos disponíveis em seus países, mas são responsáveis, além da defesa, por uma série de funções normalmente desempenhadas em outros países por entidades civis” (Doc. 48, p. 3). Essa representação produz a ideia de um papel singular e expandido dos militares na região,

que vai além das atribuições tradicionais, mas com orçamentos apertados. Isso sugere uma realidade de grande responsabilidade com pouca verba, um contraste que gera a percepção de sua condição.

O documento produz o significado de uma relativa paz externa para a região. Ao destacar que “Não houve conflito militar internacional na América Latina desde a conclusão da Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia em 1935, e nenhum parece provável” (Doc. 48, p. 3), cria-se a imagem de um cenário geopolítico externo tranquilo. No entanto, essa percepção é rapidamente complementada pela representação de uma ameaça interna, com a afirmação de que, em 1960, “uma nova ênfase foi colocada no fortalecimento da segurança interna contra uma crescente ameaça de guerrilha” (Doc. 48, p. 5). Isso constrói a compreensão de uma mudança de foco estratégico, que se traduz em prioridades militares distintas.

O texto constrói uma imagem de alta qualidade e profissionalismo dentro das forças armadas latino-americanas, especialmente nas principais nações. A afirmação de que as academias militares e escolas técnicas “oferecem uma educação tão boa quanto a disponível nas melhores escolas civis e muitas vezes uma educação melhor do que a média dos graduados universitários” (Doc. 48, p. 5) produz o significado de que a formação militar é de alto nível, superando até mesmo padrões civis em alguns casos. Isso é uma produção de significado que eleva o *status* intelectual e técnico dos militares.

O documento também constrói o significado da dependência militar latino-americana em relação aos EUA após a Segunda Guerra Mundial. A descrição de que as nações da região “recorreram aos Estados Unidos em busca de assistência e armas” e que a política de defesa hemisférica “tornou-se a base para equipar muitas das forças armadas” (Doc. 48, p. 5) produz a percepção de uma relação hierárquica.

Além disso, a situação do F-5 supersônico representa os EUA como um “fornecedor” de tecnologia avançada. Ao mencionar que “Quando os EUA decidiram adiar as vendas do F-5 para a América Latina” (Doc. 48, p. 9), o texto moldou a percepção do controle americano sobre o acesso à tecnologia de ponta, forçando nações como a Argentina a aceitar modelos mais antigos ou o Chile a buscar alternativas mais caras na Europa.

O texto constrói o significado da aquisição de equipamentos militares como um símbolo de prestígio, mas também de um fardo. Ao descrever a posse de submarinos, cruzadores e porta-aviões por algumas nações, o documento produz a imagem de marinhas ambiciosas. Contudo, essa imagem é matizada pela observação de que, apesar de serem

“navios de prestígio”, eles são “bastante antigos, caros de operar e difíceis de manter” (Doc. 48, p. 9). Essa construção de significado revela a tensão entre a ambição de modernidade e as limitações operacionais e financeiras, ou seja, entre o significante (ter um porta-aviões) e o significado (sua real capacidade e custo).

O conhecimento acerca da defesa de outros países daria aos EUA capacidade para fazer melhores vendas de material bélico, ao mesmo tempo em que poderia se precaver de uma escalada militar que poderia ameaçar seus interesses na região espionada pela CIA. Não se pode esquecer que a CIA foi criada justamente para evitar um segundo Pear Harbour (WEINER, 2008). A representação da CIA para Brasil e Paraguai era o de países com baixo orçamento militar, mas com militares intervindo na política dos países, o que pode explicitar quão baixo era o PIB destes países, já que os militares estavam no comando dos governos e mesmo assim os orçamentos eram modestos na visão da CIA.

O documento seguinte, de título ‘*Some Perspective on Latin American Arms Purchases*’, datado de 25/10/1967. Para a CIA, a Argentina, Brasil, Chile e Peru fariam compras grandes de equipamento militar em breve, com o intuito de substituir material obsoleto ou desgastado.

O documento gera uma imagem de forças armadas profundamente defasadas e em estado precário na América Latina. Ao afirmar que “Muito do que eles têm é obsoleto; alguns deles estão completamente desgastados” (Doc. 68, p. 2), a linguagem produz o significado de uma urgência inegável. O exemplo concreto do bombardeiro Lancaster argentino: “aposentando o último de seus bombardeiros Lancaster antigos da Segunda Guerra Mundial; eles o transportaram diretamente para o museu militar” (Doc. 68, p. 2) é um significante que simboliza quão extrema era a obsolescência, moldando a percepção de que a aquisição de novos equipamentos não é apenas um desejo, mas uma necessidade premente.

A fonte tece a representação de que “Os líderes militares latino-americanos estão há muito tempo em posição de exercer grande influência política” (Doc. 68, p. 3), inclusive liderando governos em diversos países. Isso moldou a percepção de que são atores centrais na política regional. Contudo, o texto também produz o significado de uma “surpreendente” moderação histórica nos gastos militares: “o surpreendente não é que os militares estejam agora pressionando para a aquisição de vários itens de equipamento militar moderno, mas que por tanto tempo eles concordaram com a restrição dos gastos militares a níveis realmente muito modestos” (Doc. 68, p. 3). Essa construção de significado sugere que o

atual impulso por modernização é uma decorrência natural e até justificável de um poder que se manteve “contido” por muito tempo, influenciando como a pressão atual por aquisições é interpretada.

Também, a representação que a CIA fazia era a de países temerosos de seus vizinhos e ao mesmo tempo de forças insurgentes internas, o que poderia acelerar o rearmamento latino-americano. Tal rearmamento poderia gerar negócios para os EUA, ou seja, tanto uma suspeita em relação aos demais países da América Latina quanto de grupos insurgentes beneficiaria o país que produziu este memorando. Então manter este suspense em relação ao futuro, com a ameaça comunista e jogando com as animosidades entre vizinhos (informação) poderia gerar mais divisas ao país espião (energia), ao mesmo tempo em que aumentaria o prestígio da CIA por ter feito bem o seu papel, justificando mais investimentos (energia) para a reprodução do mesmo ciclo (informação).

O próximo documento, de nome *‘Intelligence Handbook<Classified> Brazil’* é datado de fevereiro de 1968. O texto constrói o significado de uma relação intrínseca e quase natural de amizade e dependência com os EUA. A afirmação de que “O principal vínculo externo do Brasil é com os Estados Unidos, com quem as relações são tradicionalmente amistosas e marcadas pela estreita cooperação” (Doc. 113, p. 216) produz a imagem de um alinhamento histórico. Além disso, a descrição da dependência econômica, na qual os EUA são “o principal mercado para o café brasileiro e outras exportações” e fornecem “ajuda financeira e tecnológica” (Doc. 113, p. 216) para o desenvolvimento, solidifica a percepção de uma ligação vital e hierárquica.

O documento produz o significado de um Brasil dividido entre a aspiração à independência e a realidade da dependência. A menção de que, após a Segunda Guerra Mundial, “o sentimento pró-EUA foi consideravelmente modificado por um aumento do nacionalismo” e a convicção de que o Brasil “deveria ter uma política externa independente” (Doc. 113, p. 216) tece a ideia de uma força interna que busca redefinir o *status* do país.

A representação de “Políticos ultranacionalistas e de extrema esquerda” como aqueles que retratam “os Estados Unidos como o principal responsável pelas dificuldades do Brasil” (Doc. 113, p. 216) molda a percepção de uma corrente de pensamento que desafia a narrativa dominante de cooperação.

O texto constrói a imagem da Argentina como a principal adversária na região, ao afirmar que “A Argentina é há muito tempo o principal rival do Brasil por prestígio na América Latina” e que o Brasil busca “contrariar os esforços da Argentina para expandir sua

influência no Uruguai, Paraguai e Bolívia” (Doc. 113, p. 217). Essa produção de significado estabelece um polo de competição regional. Em contraste, outras relações latino-americanas são representadas como geralmente cordiais, mas muitas vezes não particularmente próximas ou importantes, o que reforça a percepção de que a dinâmica Brasil-Argentina é a central para a América do Sul na visão apresentada.

O documento produz o significado de um Brasil que se vê como um ator importante no cenário mundial. A declaração de que “O Brasil leva a sério seu papel de importante potência com interesses e obrigações internacionais” (Doc. 113, p. 219) traça uma imagem de ambição e autoconfiança. A participação ativa em organizações internacionais como a OEA e a ONU, incluindo missões de paz e assentos no Conselho de Segurança, solidifica essa representação de um país com influência crescente.

No entanto, a representação de que, apesar do desejo de boas relações com a África e o ideal de ser uma “ponte” entre a África e o Ocidente, “o Brasil não teve comércio significativo com eles e está competindo com eles no mercado mundial de café” (Doc. 113, p. 218), matiza essa imagem, mostrando as contradições e os desafios reais enfrentados nas aspirações globais.

O texto constrói o significado de que a região é um campo de batalha ideológico. A oposição tradicional do Brasil à União Soviética e a ruptura de relações em 1947, retomadas apenas em 1961, produz a percepção de um forte alinhamento anticomunista. A mudança de política do governo Castelo Branco em 1964, que “rompeu relações com Cuba, baseando sua ação em ‘Cuba ser um regime comunista incompatível com o sistema interamericano’” (Doc. 113, p. 219), reforça a representação da política externa brasileira como parte integrante da lógica da Guerra Fria e da política da representação de Hall, na qual a narrativa sobre Cuba justifica ações e alinhamentos.

Portanto, do ponto de vista da CIA, o Brasil se esforçava para ter uma projeção internacional ampla, participando de várias organizações. Esta representação vai ao encontro à ideia de autoafirmação nacional, ganho de prestígio e maior reconhecimento entre seus pares, de acordo com a pretensão do país à grandeza a que teria direito. A relação brasileira com Cuba, no entanto, seguia delicada, de acordo com a CIA, aparentando ser um cuidado para manter a guerrilha longe do país.

O documento que segue é complexo, pois trata do Paraguai em vários aspectos. Ele recebeu a data de 01/03/1968 e o título: ‘*Stroessner’s Paraguay*’. Foi produzido pelo ‘*Directorate of Intelligence*’. A CIA percebeu que o Paraguai estava saindo de sua posição

de isolamento, que antes se preocupava apenas em ser independente da Argentina, jogando-a contra o Brasil.

O texto constrói o significado de um Paraguai que está abandonando uma postura tradicional de isolamento, em busca de maior protagonismo regional. A frase “Apesar de sua localização isolada, o Paraguai está se tornando mais ativo nos assuntos interamericanos” (Doc. 49, p. 7) produz a imagem de uma nação que, apesar das limitações geográficas, busca engajamento. Essa representação de um Paraguai mais ativo é reforçada pela menção de que Assunção “sediou várias conferências interamericanas” e foi “eleito para o Conselho de Segurança da ONU em 1967” (Doc. 49, p. 7). A linguagem utilizada aqui produz um significado de um país em ascensão no cenário diplomático, e a seleção dessas informações específicas sobre sua participação em fóruns internacionais atua como uma prática discursiva que constrói essa narrativa de crescente influência.

O documento produz a ideia de que a política externa paraguaia sempre foi caracterizada pela busca do “máximo de liberdade possível da interferência do poderoso vizinho do Paraguai, a Argentina, principalmente jogando a Argentina contra o Brasil” (Doc. 49, p. 7). No entanto, a fonte constrói uma representação de que, nos anos recentes (na década de 1960), o Paraguai se tornou “um pouco menos dependente da Argentina” (Doc. 49, p. 7).

Essa menor dependência é significada como resultado de “empréstimos e investimentos estrangeiros, da abertura de uma nova rota comercial para o litoral brasileiro e da aquisição de uma pequena frota mercante” (Doc. 49, p. 7). Essa construção de significado mostra um Paraguai que, através de novas estratégias e alianças econômicas, está se desvencilhando de uma dependência histórica. É uma representação da ação e da estratégia do Paraguai, nas quais o Brasil é apresentado como um contrapeso útil.

O texto constrói uma imagem de Alfredo Stroessner como o motor e principal arquiteto da política externa paraguaia, especialmente no que tange ao alinhamento com os Estados Unidos. A afirmação de que “Stroessner decidiu apoiar os Estados Unidos durante a crise na República Dominicana, fornecendo um contingente para a Força Interamericana de Paz (IAPF)” e que seu “interesse em contatos estrangeiros foi estimulado ainda mais por seu encontro com o presidente Johnson” (Doc. 49, p. 7) produz o significado de uma política externa moldada por suas decisões e relações pessoais.

O documento solidifica a representação do Paraguai como um parceiro ideologicamente alinhado com os EUA no contexto da Guerra Fria. Ao afirmar que “Dentro

da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Paraguai assume uma posição firme anticomunista e anticastrista” e que “geralmente apoia os Estados Unidos, particularmente em questões relacionadas à segurança hemisférica” (Doc. 49, p. 7), a fonte produz um significado de lealdade e confiabilidade. O uso de termos como “firme anticomunista e anticastrista” é um exemplo de como a linguagem codifica a posição do Paraguai de forma inequívoca, para ser decodificada pelos leitores (o governo dos EUA) como um ativo estratégico.

O texto constrói a imagem de um Paraguai que, embora faça parte da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), age com pragmatismo em relação à integração regional. A observação de que “ele não parece ser a favor do estabelecimento de um mercado comum latino-americano” (Doc. 49, p. 7), apesar de se opor a barreiras tarifárias, produz o significado de uma nação focada em obter vantagens específicas para suas “exportações de matérias-primas” (Doc. 49, p. 7).

Desta forma, a representação que a CIA forneceu aos EUA foi a de um país em modificação, o que fora justificado pelos exemplos dados. O que se mostra novamente é o possível comportamento do Paraguai, que aparentava fazer um jogo de alianças entre Argentina e Brasil, buscando vantagens na competição entre ambos, o mesmo que o Brasil estava ensaiando entre os EUA e a URSS (mas não apenas), tentando descolar uma imagem de dependência, conforme outras representações já expostas pela CIA.

Com a data de 30/04/1968, o documento intitulado ‘*The Political Role of the Military in Latin America*’ foi produzido no ‘*Office of National Estimates*’, em forma de memorando dirigido ao diretor (da CIA). Nele a CIA se preocupou em analisar os motivos que levavam as nações latino-americanas a não terem governos civis estáveis. A conclusão era a de que quando há um vácuo no poder as forças em disputa se moveriam para ocupar tal espaço, e seria o que os militares fizeram na região.

O texto constrói o significado de que o governo civil na América Latina era um “ideal e não uma realidade” (Doc. 65, p. 2) na maior parte da região. A afirmação de que “O fracasso do governo civil em grande parte da área é um assunto complexo” e que “quando existe um vácuo de poder político em uma determinada sociedade, outros elementos dessa sociedade se moverão para preenchê-lo” (Doc. 65, p. 2) produz a imagem de uma incapacidade intrínseca dos civis em governar, criando uma justificativa para a intervenção militar. Esse discurso monta o cenário para a aceitação das ações militares na América latina como uma resposta natural.

O documento inicialmente significa os militares como uma das “duas instituições mais desenvolvidas e poderosas” e um “fator particularmente inibidor” (Doc. 65, p. 2) na política latino-americana. No entanto, a narrativa produz uma nova representação dos militares na década de 1960. Embora exerçam uma influência “importante e, às vezes, dominante”, eles são apresentados como tendo “um desempenho bastante credível” (Doc. 65, p. 3) quando comparados aos seus antecessores civis.

A representação de intervenções militares como “com relutância” ou “em caráter provisório” (Doc. 65, p. 3) serve para legitimar suas ações, sugerindo que foram forçados pelas circunstâncias e não por um desejo inerente de poder. Isso demonstra a representação moldando a percepção da legitimidade dessas intervenções.

O caso do Brasil em 1964 é um exemplo claro de como a representação é construída para justificar a ação. O afastamento do presidente João Goulart é significado como necessário porque “suas ações ameaçavam a disciplina militar e as instituições brasileiras” (Doc. 65, p. 3). A descrição de sua “conduta desastrada de governo”, a beira do “desastre econômico” e a inclinação para “táticas demagógicas e conselheiros de extrema esquerda” (Doc. 65, p. -3) produzem o significado de uma ameaça iminente. O fato de que “o reconhecimento dos EUA não demorou muito” (Doc. 65, p. 3) após o golpe reforça essa representação como uma ação legítima e alinhada com os interesses norte-americanos.

Apesar de reconhecerem o uso de uma “abordagem pesada”, os regimes militares são representados como implementadores de “programas de reforma econômica há muito atrasados”, sobre os quais os civis “fizeram pouco mais do que falar” (Doc. 65, p. 3). No caso do Brasil, é afirmado que os militares “realizaram reformas econômicas extremamente necessárias” e “empreendeu medidas econômicas impopulares, mas extremamente necessárias, para reverter a queda da economia e restaurar a solvência fiscal” (Doc. 65, p. 3). Essa construção de significado posiciona os militares como eficazes e pragmáticos solucionadores de problemas econômicos, justificando o controle político através dos resultados.

Sobre o Brasil pós-1964, o documento constrói a representação de que, embora a “forma de governo constitucional foi mantida”, o “estabelecimento militar continua sendo o *locus* do poder político” e “as eleições são cuidadosamente controladas para manter a oposição impotente” (Doc. 65, p. 3). Isso produz o significado de um regime que, apesar de manter as aparências democráticas, exerce um controle substantivo e autoritário. A

materialidade do texto da CIA, um relatório interno, visa fornecer uma compreensão pragmática da realidade de poder, não uma condenação moral.

O documento que segue é datado de 24/05/1968 e tem o título: ‘*Brazil Under Costa e Silva*’. Nas relações exteriores, o Brasil buscava a independência, sinalizando ao nacionalismo interno, na crença de que o país poderia vir a se tornar uma potência mundial, deixando de ser o eterno país do futuro.

O documento tece a imagem de uma guinada na política externa brasileira, que “mudou para uma postura mais independente” (Doc. 50, pp. 7-8). O Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, é significado como o “principal arquiteto desse novo visual”, pressionando por “posições mais nacionalistas” (Doc. 50, pp. 7-8). Essa prática discursiva da CIA não apenas descreve, mas molda a percepção de uma força emergente no cenário internacional, aguçada por “um sentimento de insatisfação com a falta de progresso do Brasil e pelo medo de que o Brasil pode ser sempre a terra do futuro” (Doc. 50, pp. 7-8). A própria escolha dos termos “independente” e “nacionalista” atribui significados que podem ser lidos como um afastamento da órbita de influência norte-americana, revelando a política da representação em ação.

A representação do Brasil buscando o desenvolvimento nuclear é destacada como um sinal mais proeminente do crescente nacionalismo. A recusa brasileira em assinar o tratado de não proliferação é significada como uma oposição “que relegaria o Brasil para sempre ao status de segunda classe” (Doc. 50, pp. 7-8). Essa construção de significado mostra o Brasil como um ator que desafiava a hierarquia de poder global, reivindicando seu “direito de desenvolver dispositivos explosivos nucleares pacíficos” (Doc. 50, pp. 7-8). A linguagem utilizada cria a imagem de uma nação determinada a ascender ao “*status* de grande potência” (Doc. 50, pp. 7-8), o que para a CIA poderia ser visto como uma potencial ameaça ou desafio ao *status quo*.

O documento codifica a percepção de um “esfriamento nas relações Brasil-EUA, que eram incomumente próximas durante o regime de Castello Branco” (Doc. 50, pp. 7-8). A neutralidade brasileira no Vietnã, “em vez disso, o chanceler declarou a posição do Brasil como de ‘completa neutralidade’” (Doc. 50, pp. 7-8), e a busca por “restabelecer as relações [com Cuba], se fosse politicamente conveniente” (Doc. 50, pp. 7-8), bem como a expansão do comércio com o “bloco soviético”, produzem o significado de um país que está reavaliando suas alianças tradicionais.

A menção de “inúmeras explosões de sentimento anti-EUA” e “suspeitas crescentes das intenções do governo dos EUA” (Doc. 50, pp. 7-8) cria a imagem de uma relação em deterioração, situação na qual a “política externa brasileira provavelmente divergirá com mais frequência da dos EUA” (Doc. 50, pp. 7-8). Essa representação reflete a decodificação por parte da CIA da postura brasileira, que, de uma perspectiva norte-americana, pode ser vista como “oposicional” ou “negociada” em relação à sua própria agenda.

Novamente a representação feita do Brasil pela CIA era a de um país buscando por uma aparência de independência em relação ao seu aliado mais poderoso, isto acenando para uma outra potência contra hegemônica, a URSS. Ao mesmo tempo, estas representações da mesma natureza mostravam tomadas de posição cuidadosas e, talvez por isto, o agente da CIA não previa maiores conflitos entre os EUA e o Brasil, mesmo com o nacionalismo e o crescente sentimento antiamericano.

Uma nova contribuição é descrita abaixo, oriunda do documento com título: *‘Political Violence in Latin America’* e data 13/10/1971. Fazendo um retrospecto da chamada violência política nas décadas passadas, um agente da CIA avaliou que a década de 1960 foi uma das mais violentas para a América Latina, isto devido à insurgência cubana e as tentativas de repeti-la (sem sucesso) na região e as tentativas de golpes militares (17 deles bem sucedidos em 10 países).

Logo no início, o título e a introdução codificam uma imagem de uma região permanentemente turbulenta. A frase “Este memorando, que enfatiza as implicações internacionais da violência política endêmica da América Latina...” (Doc. 69, p. 1) não apenas descreve, mas atribui um significado de fragilidade inerente. Essa prática discursiva estabelece um enquadramento para a leitura de todo o documento, sugerindo que a violência é uma característica intrínseca, quase uma condição natural, da região. Ao classificar a violência como “endêmica”, a CIA constrói um conceito que sugere uma persistência e uma natureza quase inescapável desses fenômenos, o que, por sua vez, pode justificar uma atenção contínua e, talvez, intervenções externas.

O documento detalha que “os golpes dos anos sessenta levaram ao estabelecimento do comando direto dos militares como uma instituição em bases mais ou menos indefinidas” (Doc. 69, p. 34). Essa formulação é uma construção de significado que vai além da simples ocorrência de golpes. Ela representa os militares como uma entidade política institucionalizada. Países como Brasil, Argentina e Peru são apresentados como exemplos onde os “militares como instituição governaram mais ou menos diretamente” (Doc. 69, p.

48). Ao usar termos como “instituição”, o documento codifica a percepção de que a presença militar no poder não é um mero desvio temporário, mas uma característica arraigada.

Embora o texto reconheça as tentativas de guerrilha, ele representa seus sucessos diretos como limitados: “Nenhum o fez, embora vários ainda estejam em campo tentando” (Doc. 69, p. 34). As iniciativas revolucionárias são frequentemente retratadas como de curta duração, como a de Guevara na Bolívia, que “durou pouco mais de seis meses” (Doc. 69, p. 45). Essa codificação das guerrilhas minimiza seu poder de combate direto, ao mesmo tempo em que a linguagem da CIA as representa como uma “poderosa força disruptiva” capaz de gerar “polarização política, como no Uruguai; um estado de guarnição, como no Brasil; ou uma guerra civil incipiente como na Guatemala” (Doc. 69, p. 80). A política da representação aqui é evidente: ao descrever a ameaça terrorista urbana como uma força disruptiva que leva a estados de guarnição, o documento pode estar justificando a necessidade de regimes militares repressivos em resposta a essas ameaças, alinhando-se a interesses de segurança dos EUA.

No que se refere ao golpe militar no Brasil em 1964, o documento constrói uma narrativa que posiciona os EUA como facilitadores, e não como os participantes diretos. A representação cuidadosa afirma que a ação dos EUA “provavelmente facilitou a execução do golpe” (Doc. 69, p. 60). Trechos como “Quando Washington decidiu que não poderia mais cooperar com o governo Goulart, a redução da assistência econômica e outras evidências de estranhamento contribuíram para a polarização das forças políticas que precipitaram o golpe” (Doc. 69, p. 60) são exemplos claros de práticas discursivas que atribuem significado à complexa cadeia de eventos.

A CIA representou o Estado norte-americano como um agente que não teria o poder para parar um golpe militar, mas que pode sinalizar aprovação com algumas medidas. Assim, representou os Estados onde houve um destes golpes como tendo bastante autonomia para tê-lo feito.

O texto enfatiza que “o fator decisivo, de longe, no entanto, foi a percepção pela maioria dos oficiais superiores e por um amplo espectro de grupos civis influentes do perigo para seus interesses especiais e para o bem-estar nacional representado pelas políticas de Goulart” (Doc. 69, p. 60). Essa escolha de palavras representa a ação primária do golpe como interna ao Brasil, enquanto a influência dos EUA é apresentada como uma catalisadora de uma situação já madura para a mudança. Esta representação molda a percepção da

responsabilidade histórica e contribui para a Memória de Estado que protege a imagem da CIA.

O documento ainda representa a União Soviética como uma potência em expansão diplomática e econômica na região, que, apesar da “cautela considerável” (Doc. 69, p. 65), demonstra seu novo alcance como potência mundial. É interessante notar como a CIA representa a estratégia soviética de manter “todas as linhas estabelecidas abertas, mesmo quando governos militares chegaram ao poder e usaram medidas rigorosas, às vezes draconianas, contra as forças revolucionárias locais (por exemplo, no Brasil)” (Doc. 69, p. 65).

Portanto, a representação era a de que com alguma insistência, os países latino-americanos poderiam ser cooptados pelos soviéticos, a exemplo da estratégia destes para restabelecer relações diplomáticas, dando condições para uma maior infiltração (comercial e cultural, por exemplo). Para a CIA representar esta característica estratégica soviética como sendo efetiva a longo prazo podia ser uma forma de chamar a atenção para uma fraqueza da própria estratégia norte-americana, algo que careceria atenção de Washington.

Uma projeção para o futuro é representada no documento ao afirmar que “Brasil, Chile e Peru, se conseguirem lidar com os problemas nacionais, provavelmente se tornariam os modelos para as forças de mudança nos países vizinhos” (Doc. 69, p. 83). Essa construção de significado indica uma percepção da emergência de novos polos de influência regional, como uma potencial “intervenção direta de Brasil e Argentina em uma crise uruguaia” (Doc. 69, p. 83). Essa representação não só descreve, mas também prevê uma nova dinâmica geopolítica, elevando o *status* desses países na hierarquia regional e, implicitamente, sinalizando a necessidade de uma reavaliação da política externa dos EUA em relação a eles.

A CIA mostra, assim, que um dos critérios para ela avaliar e representar a violência política é a implantação de regimes militares, sendo a população atingida um índice para esta graduação, estando o Brasil e o Paraguai fazendo parte desta representação. Será que poderíamos classificar ações como as da CIA, espionando outros Estados em todo o globo, como também sendo violência política? Como a CIA se avaliaria neste quesito?

No documento a representação diminui o perigo da insurgência comunista da América Latina, uma representação da CIA que pode ir contra a representação interna aos países analisados. Também dá crédito às forças oficiais de segurança, enquanto desacredita as forças insurgentes. No entanto, a representação não deveria ser a que mostra as guerrilhas como tremendamente perigosas? A resposta pode ser que a CIA, mesmo se preocupando em

classificar a violência política, represente uma resposta militar mais dura como sendo a mais efetiva, como no exemplo do Brasil e da Bolívia.

Assim, a CIA representa os Estados da América Latina como sendo capazes de rechaçar ameaças internas de subversão comunista, o que pode ter sido algo real, pois após a Revolução Cubana⁶⁷ não houve outra grande revolução nesta parte do mundo.

Este novo documento, de data 01/12/1971 e título: *'The New Order in Brazil'*, foi feito pelo *'Office of National Estimates'* em conjunto com a CIA, mas não consta seu destino.

Ainda com a crença de que o Brasil estaria se tornando uma potência mundial, o governo Médici voltou sua atenção às relações exteriores, o que ainda levava o governo a demonstrações de independência, especialmente em relação aos EUA, seguindo a tendência nacionalista dos novos oficiais.

O documento tece ativamente a imagem de um Brasil com aspirações e capacidades crescentes. A afirmação de que “o governo brasileiro, confiante de que está arrumando rapidamente sua própria casa, começa a dar muito mais atenção às relações exteriores” (Doc. 66, p. 15) já estabelece uma imagem de autoconfiança. A codificação dessa ambição é explícita quando se afirma que “Médici e outros em seu governo estão convencidos de que o Brasil está rapidamente se tornando uma grande potência mundial e deve desempenhar um papel, tanto dentro quanto fora da América Latina, compatível com seu tamanho e destino” (Doc. 66, p. 16).

Essa é uma produção de significado que posiciona o Brasil como uma força em ascensão. Essa representação não é meramente descritiva, mas projeta uma percepção para o destinatário do documento da CIA, moldando a compreensão acerca do futuro da região e os possíveis desafios que o Brasil pode representar. O termo “emergente Colosso” (Doc. 66, p. 22) é a significação máxima dessa percepção, evocando uma imagem de poder e potencial dominância regional, o que, sob a política da representação, pode justificar uma mudança na abordagem dos EUA para com o Brasil.

A prática discursiva do documento enfatiza uma mudança na postura do Brasil. A frase “Uma característica importante desse impulso nacionalista é o desejo de demonstrar a independência do Brasil de todas as potências externas, especialmente dos EUA” (Doc. 66,

⁶⁷ A Revolução Cubana foi um movimento revolucionário que culminou na derrubada do regime ditatorial de Fulgencio Batista em Cuba. Este movimento, liderado por figuras proeminentes como Fidel Castro, Che Guevara, Camilo Cienfuegos e Raúl Castro, ocorreu entre 1953 e 1959, com seu momento decisivo em 1º de janeiro de 1959, quando Batista fugiu do país e os revolucionários tomaram o controle de Havana (PÉREZ-STABLE, 1999).

p. 15) descreve uma autonomia crescente. A representação vai além da mera observação, construindo o significado de um relacionamento mais complexo e desafiador.

O texto destaca que “O presidente Médici não compartilha a disposição de alguns de seus predecessores de seguir a liderança dos EUA nos assuntos mundiais” e que “o corpo de oficiais brasileiro como um todo está se tornando mais nacionalista” (Doc. 66, p. 16). Essa construção de significado serve para alertar a burocracia norte-americana sobre um parceiro menos dócil, indicando que “Os EUA vão considerá-los mais delicados e difíceis de lidar nos próximos anos, especialmente em questões comerciais” (Doc. 66, p. 22). Isso reflete uma representação que busca preparar a Agência para um novo cenário de relações bilaterais.

O documento constrói uma narrativa sobre as preocupações em torno do investimento estrangeiro, particularmente o americano. A afirmação “Mas muitos brasileiros ainda veem a própria superioridade do estrangeiro em tecnologia e financiamento como uma ameaça às empresas nacionais” e a previsão de que “a hostilidade ao capital estrangeiro provavelmente crescerá com o tempo” (Doc. 66, p. 16) codificam um cenário de risco. Mais especificamente, “Os investimentos dos EUA, que agora totalizam cerca de US\$ 1,7 bilhão, seriam particularmente vulneráveis, devido ao seu tamanho e visibilidade” (Doc. 66, p. 16).

Essa produção de significado não é apenas uma análise econômica, mas uma representação que significa um risco para os interesses dos EUA, moldando a percepção e podendo levar a recomendações de políticas que salvaguardem esses investimentos, ou que, como alerta o texto, desafiem “os empresários norte-americanos no Brasil [a] fazer novos acordos... e, em alguns casos, encontrar formas de se desfazer [dos negócios] sem perder suas camisas [dólares investidos]” (Doc. 66, p. 22).

O documento também representa o Brasil como um ator cada vez mais ativo e, potencialmente, intervencionista na América Latina. Trechos como “As autoridades brasileiras também estão tentando desempenhar um papel maior nos assuntos latino-americanos em geral” e “O regime intensificou os contatos bilaterais com a maioria dos governos latino-americanos em um esforço para alinhar apoio e exercer liderança continental” (Doc. 66, p. 22) criam o significado de uma potência regional assertiva.

A menção de que “O regime Médici ficou encantado com o golpe mais recente na Bolívia e foi rápido em ajudar o novo governo de direita” (Doc. 66, p. 22) demonstra uma codificação de alinhamento ideológico e ação direta. Essa representação se intensifica com a projeção de que “É improvável que o Brasil intervenha abertamente nos assuntos internos dos vizinhos, mas o regime não deixará de usar a ameaça de intervenção ou ferramentas de

diplomacia e ação política para manter amigos no cargo ou colocá-los lá em países como Uruguai e Bolívia” (Doc. 66, p. 22).

Essa prática discursiva não só descreve, mas significa o Brasil como um *player* regional que utiliza meios políticos e, implicitamente, militares para moldar a realidade dos países vizinhos, o que pode justificar maior atenção dos EUA. A política da representação aqui visa alertar que essa assertividade “pode levar outros governos latinos a trabalharem juntos para resistir às pressões do emergente Colosso” (Doc. 66, p. 22).

Porém, o documento também representa uma relação em processo de deterioração. A enumeração de pontos de conflito – “o fornecimento de equipamentos militares avançados para as forças armadas brasileiras; política comercial em áreas como têxteis, café e taxas de frete marítimo; a extensão brasileira de suas águas territoriais para 200 milhas; e críticas generalizadas nos EUA ao governo brasileiro como repressivo e autoritário” (Doc. 66, p. 16). – constrói o significado de uma parceria que enfrentava sérias tensões. Essa representação não é neutra; ela significa uma mudança no *status quo* e prepara o leitor para um futuro de dificuldades na relação, na qual o Brasil será mais delicado e difícil de lidar.

Portanto, a CIA retornava com a representação do Brasil como um Estado em busca de afirmação, agora tomando algumas medidas que desafiavam o parceiro hegemônico, os EUA, além de tentar se projetar como uma liderança regional.

Em seguida tem-se o documento datado de 25/08/1972 e de título: ‘*Some Thoughts on National Rivalries and Increasing Tensions in South America*’. Nele, mantendo a política externa como tema, a CIA previa um aumento de tensão nas relações entre os Estados sul-americanos, isto devido a rivalidades nacionais, desacordos acerca do papel dos EUA na região, questões históricas, de fronteira, tradicionais, diferenças culturais e ideológicas.

O documento, desde o início, constrói a representação de uma América do Sul intrinsecamente volátil. A Nota inicial já alerta: “prevemos um período de tensões crescentes na área” (Doc. 67, p. 5). Essa não é uma mera previsão, mas uma produção de significado que enquadra o continente como um espaço de instabilidade latente.

A codificação dessa ideia é reforçada ao se listar as razões para o aumento das tensões: “desenvolvimento econômico lento e desigual”, “instabilidade interna”, “queixas históricas, disputas de fronteira, rivalidades tradicionais, diferenças culturais e ideológicas” (Doc. 67, p. 5). A prática discursiva aqui é de caracterizar a região por suas fissuras, mesmo reconhecendo uma “certa cooperação” (Doc. 67, p. 5).

A menção de que as “nações mais europeizadas e caucasianas (Chile, Uruguai e Argentina) consideram-se muito superiores às nações formadas por ‘analfabetos mestiços’ – quer dizer, entre outros, Brasil, Peru e Bolívia” (Doc. 67, p. 5) não apenas descreve uma percepção, mas representa uma divisão racial e cultural que, para o analista, contribui para a “antipatia mútua” e torna “maiores as pequenas divergências” (Doc. 67, p. 5). Essa política da representação visa a solidificar a imagem de uma região onde os conflitos são a norma, justificando talvez uma constante vigilância e a necessidade de compreensão das dinâmicas internas para os interesses externos.

Esta é, talvez, a representação mais proeminente e central do documento. O Brasil é representado como uma força em ascensão que está “perturbando o tradicional equilíbrio de poder” (Doc. 67, p. 6). A linguagem utilizada aqui não é neutra; “perturbando” codifica uma mudança que exige atenção e, possivelmente, uma reavaliação da estratégia. O documento detalha o “despertar do Brasil”, resultado de uma “combinação rara na América do Sul nos dias de hoje – uma economia em expansão e estabilidade política doméstica” (Doc. 67, p. 6). Essa produção de significado eleva o Brasil a um patamar singular.

A visita do Presidente Médici a Washington é representada como um evento que “ajudou a persuadir os brasileiros e outros latino-americanos de que os Estados Unidos haviam de fato concedido ao Brasil o manto de liderança na região” (Doc. 67, p. 6). Essa é uma prática discursiva que atribui aos EUA um papel de endosso, solidificando a ideia de liderança brasileira. A representação se aprofunda ao descrever o Brasil não apenas como um poder em ascensão, mas como um “guardião da estabilidade latina e principal defensor contra mudanças radicais”, com uma “missão [de] prestar assistência a países que parecem estar em dificuldades políticas ou econômicas, particularmente se parecem ameaçados por radicais marxistas ou outros esquerdistas” (Doc. 67, p. 6).

Essa é uma representação de um papel ativo e ideologicamente alinhado. O “extenso programa de ajuda próprio” do Brasil, incluindo “apoio e treinamento de contra insurgência” (Doc. 67, p. 6) no Uruguai e na Bolívia, significa uma atuação direta e intervencionista, com o Brasil assumindo um papel antes associado aos EUA. A política da representação aqui é clara: o Brasil está se tornando um “Colosso”, similar aos EUA, e isso gera “medo da dominação brasileira” (Doc. 67, p. 6) em seus vizinhos, além de provocar resistência.

A rivalidade histórica entre os dois gigantes do Cone Sul é uma representação central das dinâmicas regionais. O documento marca essa rivalidade como “tradicional” e “baseada no desejo de cada país de dominar o Cone Sul” (Doc. 67, p. 6). A Argentina é explicitamente

representada como “invejosa do prestígio crescente do Brasil”, levando-a a ampliar seu apoio aos “países ‘tampão’ (Uruguai, Bolívia e Paraguai)” (Doc. 67, p. 6), o que é uma produção de significado de uma estratégia de contenção.

A prática discursiva detalha os pontos de atrito: “O fato de o Brasil vender muito mais produtos para a Argentina do que comprar ajuda a explicar por que as relações entre as duas nações são tão delicadas nos dias de hoje” (Doc. 67, p. 6), e a “fúria” dos argentinos com os projetos hidrelétricos brasileiros. Até mesmo interações diplomáticas são representadas sob essa luz: as “conversas de Lanusse com o chileno Allende foram cordiais e produtivas o suficiente para incomodar os brasileiros” (Doc. 67, p. 6), significando que a diplomacia é um campo de batalha para a influência.

As alianças são representadas como fluidas e pragmáticas, muitas vezes por “motivos geográficos e não por motivos culturais ou ideológicos”, com países “manobrando, tentando criar novos alinhamentos e relacionamentos” em resposta ao “crescente poder e mudança de papel do Brasil” (Doc. 67, p. 6). Essa representação não é fixa; ela ilustra um cenário de reconfiguração constante do poder regional.

O documento não se limita a descrever o poder brasileiro; ele representa suas implicações e as reações esperadas. A “extensão do poder militar e econômico do Brasil” é codificada como “uma nova ameaça que perturba o *status quo*” (Doc. 67, p. 6), especialmente para países como o Peru. A prática discursiva antecipa que “A tendência de alguns governos de se envolverem nos assuntos internos de outros provavelmente se tornará mais pronunciada. O Brasil tem um crescente programa de [Sanitizado] atividades voltadas para os seus vizinhos do sul e ao Chile”. Isso não é apenas uma observação, mas uma produção de significado que alerta para uma escalada de envolvimento. Ironicamente, é que o Brasil se tornaria “cada vez mais objeto do tipo de animosidade que os EUA sofreram por tanto tempo como o Colosso do Norte” (Doc. 67, p. 6), conforme a representação de uma analogia poderosa, significando que o aumento do poder naturalmente atrai resistência e antipatia.

Portanto, a representação que o agente da CIA faz do Brasil parece coadunar com a que outros documentos da CIA já aludiam, a de um país cada vez mais influente. Assim, parece haver um movimento da intenção brasileira de grandeza para uma admissão por parte da CIA deste fato. Um exemplo é o elogio à diplomacia brasileira, de sua estabilidade e poder econômico regional, fortalecendo a representação que estava em formação há alguns anos.

No próximo documento, datado de 04/05/1973 e de título: ‘*Central Intelligence Bulletin*’, a CIA informou ao governo dos EUA acerca do acordo para a construção de uma usina hidroelétrica no rio Paraná junto com o Paraguai, Itaipu, mesmo com a objeção da Argentina.

O documento cria a representação de um Brasil que age com visível autonomia e projeção de poder. A afirmação de que “Brasília e Assunção concordaram em construir a maior hidrelétrica do mundo, apesar das objeções da Argentina” (Doc. 87, p. 12) não é apenas um fato, mas uma produção de significado que codifica a capacidade brasileira de avançar com megaprojetos regionais, mesmo diante da oposição de um rival histórico. O termo “maior hidrelétrica do mundo” (Doc. 87, p. 12) serve como um significante que evoca a ideia de grandiosidade, capacidade tecnológica e econômica brasileira, solidificando a imagem de uma potência em ascensão.

A Argentina é representada não apenas como um opositor, mas como uma nação cujos interesses são diretamente ameaçados pela ação brasileira. O trecho “Buenos Aires teme que o complexo de Itaipu, como planejado atualmente, possa comprometer as barragens que planeja construir no baixo rio Paraná” (Doc. 87, p. 12) utiliza o verbo “teme” para codificar uma percepção de apreensão e vulnerabilidade argentina frente aos projetos brasileiros.

A frase “A polêmica reduziu as relações entre Brasil e Argentina ao ponto mais baixo em alguns anos” (Doc. 87, p. 12) produz o significado de uma rivalidade intensa, em que o avanço de um se dá em detrimento das relações com o outro. Isso evidencia a prática de enquadrar a relação Brasil-Argentina como um embate de poder, no qual o Brasil se mostra mais determinado e eficaz na concretização de seus objetivos estratégicos.

O Paraguai é representado como um beneficiário chave e, implicitamente, como um ponto de apoio para a influência brasileira. A descrição de que “o Brasil ofereceu ao Paraguai melhores saídas para suas exportações, e o Brasil comprará quase toda a metade paraguaia da energia de Itaipu” (Doc. 87, p. 12) codifica uma relação de dependência econômica e energética.

O prognóstico de que “Isso provavelmente faria do Paraguai o maior exportador mundial de energia elétrica” (Doc. 87, p. 12) significa uma elevação do *status* paraguaio, mas diretamente ligada ao acordo com o Brasil, reforçando a ideia de que o crescimento de Assunção está atrelado aos interesses de Brasília. Essa produção de significado sugere uma

dinâmica de poder assimétrica, no qual o Brasil assume um papel de mecenas e articulador regional, consolidando sua esfera de influência através de alianças estratégicas.

A análise implícita no documento é que as relações regionais são um campo de batalha para a influência e o poder, onde o ganho de um ator (Brasil) frequentemente significa uma perda ou ameaça para outro (Argentina). O próprio fato de o documento focar na “polêmica” e nas “objeções” destaca uma prática discursiva que enfatiza a competição sobre a cooperação. Essa representação do cenário sul-americano como um jogo de soma zero é crucial para a inteligência, pois molda a compreensão das dinâmicas regionais e as possíveis reações dos diferentes países envolvidos, alinhando-se à visão mais ampla de nacionalismo, de rivalidades e de poder presente na documentação da CIA.

Agora temos um novo documento datado de 04/09/1973 e intitulado ‘*The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina*’. Este memorando foi produzido pelo ‘*Office of National Estimates*’. Nele a CIA assinalou que a volta de Perón ao poder na Argentina poderia aumentar ainda mais as rivalidades do país com o Brasil, podendo haver atritos nas fronteiras⁶⁸, na diplomacia e na política, colocando os EUA em uma posição delicada.

O documento cria a imagem de um Brasil em franco desenvolvimento e dotado de “dinamismo e a autoconfiança” (Doc. 125, p. 7). A linguagem codifica a nação brasileira como uma força motriz, destacando que “A economia do Brasil está crescendo e suas exportações industriais estão se expandindo rapidamente” (Doc. 125, p. 7). Essa produção de significado reforça a ideia de uma hegemonia econômica e política no subcontinente.

O trecho que afirma que o Brasil usou seu novo poder para se tornar o “principal poder externo no Uruguai, Paraguai e Bolívia” (Doc. 125, p. 7) não é apenas uma descrição, mas uma representação ativa de sua capacidade de projeção de influência e de sua estratégia de alianças, como o acordo de Itaipu, construído “apesar das fortes objeções da Argentina” (Doc. 125, p. 7).

A representação do Brasil como aliado confiável dos EUA é explícita: “Os EUA têm pouca influência para atenuar a rixa entre Brasil e Argentina. Ambos os governos estarão no mercado por mais equipamentos militares e prefeririam comprá-los nos EUA” enquanto que “O principal desafio para os EUA será manter a amizade do Brasil enquanto evita de a Argentina se tornar um inimigo implacável dos EUA” (Doc. 125, p. 12). Essa linguagem

⁶⁸ Já havia precedentes de conflitos entre gendarmes argentinos e contrabandistas brasileiras na região de fronteira com o Rio Grande do Sul em 1952. Para mais detalhes, ver: Conflito de Fronteira entre Argentina e Brasil em 1952 (NAVEGA-COSTA, 2020).

codifica o Brasil como um parceiro estratégico fundamental para os interesses norte-americanos na região.

A Argentina é representada em contraposição ao Brasil, como uma nação marcada por “manobras caóticas da política argentina” e um “padrão frustrante de crescimento *stop and go* e inflação alta” (Doc. 125, p. 7). A produção de significado aqui é de instabilidade e inferioridade econômica em relação ao Brasil. A volta de Perón é codificada como um “pesadelo tornado realidade para os líderes militares do Brasil” (Doc. 125, p. 7), exacerbando uma rivalidade que já é descrita como intrínseca.

A narrativa enfatiza o “nacionalismo antibrasileiro” de Perón e a preocupação com o “expansionismo brasileiro” (Doc. 125, p. 7) por parte da imprensa argentina, representando uma nação apreensiva e ressentida. Além disso, a Argentina é representada como um ator que busca afirmar sua independência externa, podendo se tornar um “inimigo implacável dos EUA” (Doc. 125, p. 4), o que molda a percepção sobre o seu alinhamento geopolítico.

Perón, em sua volta ao poder, é representado como a personificação do antagonismo à ascensão brasileira e aos interesses dos EUA. A linguagem utilizada codifica sua figura como “inimigo implacável de volta ao poder” (Doc. 125, p. 4), especialmente para os brasileiros. As características atribuídas a ele – “nacionalismo antibrasileiro, sua demagogia e sua crença em um poderoso movimento trabalhista” (Doc. 125, p. 4) – produzem o significado de uma ameaça ideológica e de segurança para a estabilidade regional e para as relações dos EUA. Sua busca por independência nas relações exteriores é representada como um fator de deterioração das relações com os EUA.

O documento desenvolve a representação de uma região onde a “longa luta pela liderança no continente” (Doc. 125, p. 7) entre Brasil e Argentina é a dinâmica central. As nações menores, como Bolívia, Paraguai e Uruguai, são representadas como “Estados-tampão” e “principais alvos das diversas disputas de poder” (Doc. 125, p. 7), o que significa que são pontos de influência a serem conquistados.

A linguagem que descreve as “alianças opostas” (Doc. 125, p. 4) e a busca por aliados (como a Argentina se aliando ao Chile) reforça a ideia de uma representação que enquadra a região como um tabuleiro de xadrez, onde os EUA são um ator que precisa gerenciar as rivalidades. A menção de “jogos de guerra da Marinha do Brasil para 1973” tendo a Argentina como “alvo simulado” (Doc. 125, p. 10) é um significante poderoso que ilustra a tensão e a possibilidade, ainda que distante, de conflito direto.

Além do já citado, a representação apresentada pela CIA ao governo dos EUA é bem clara neste ponto, ao utilizar-se de dados estatísticos e dos preconceitos locais “pinta um quadro” imagético que nos descreve como nossos vizinhos também nos representam, enquanto representa nossos vizinhos com os nossos olhos. Tais informações podem ser valiosas política e diplomaticamente, pois em uma disputa que tenha Brasil e Argentina como partes, o negociador norte-americano pode se valer dos preconceitos mútuos para jogar com as emoções de ambos os contendores, podendo manipular as partes e conseguir um melhor acordo, o que demonstra a parcela da informação na composição do poder, segundo Raffestin (1993).

A representação neste texto, feita pela CIA, dos argentinos, os mostrou como ressentidos pelo crescimento político e econômico do Brasil. Este ressentimento, ao ser exposto é o que representa o Brasil no texto, consolidando e servindo como prova das representações anteriores acerca do Brasil, discutidas nos outros documentos estudados, primeiro como pretendente à grandeza, depois como estando no caminho desta pretensão, agora como algo mais concreto nesta direção.

O documento em estudo exemplifica a divisão entre informação e energia na composição do poder (RAFFESTIN, 1993), representando o Brasil como uma cópia regional dos EUA, que para aumentar seu poder, segundo a CIA, iria intensificar a espionagem na Argentina, ou seja, iria produzir mais informação acerca de seu oponente regional (investindo parte do orçamento, ou seja, energia), ao mesmo tempo em que buscaria aliança com militares opositores a Perón, ou seja, os detentores da energia na Argentina, isto enquanto os vizinhos se rearmavam e fortaleciam suas fronteiras (aumento da energia).

Partindo de todas estas representações, os EUA, segundo o agente da CIA, deveriam se afastar da Argentina, pois Perón fazia questão de demonstrar independência (assim como fazia o Brasil algumas vezes). Caso isto ocorresse, os países hispânicos do Cone Sul poderiam apoiar a Argentina, mas um apoio a Perón enfraqueceria o Brasil, prejudicando o maior aliado dos EUA na região. Como a disputa era inevitável, os EUA se veriam sempre em dificuldades diplomáticas e como fornecedores de equipamentos. Uma alternativa seria incentivar outro país para apaziguar ambos os oponentes, além da diminuição pública de apoio ao Brasil.

O próximo documento tratado aqui, foi datado de 09/11/1973 e recebeu o título: ‘*The President's Daily Brief 9 November 1973*’. A CIA registrou nele que Perón tentava se aproximar de Washington, mas desacordos internos e a relação com Cuba atrapalhavam.

O documento descreve Perón como um ator político ativo e com grandes ambições. Ele é imediatamente representado como alguém que “está mais uma vez tentando se estabelecer como o porta-voz proeminente da América Latina” (Doc. 178, p. 11). Essa formulação não apenas informa sobre suas ações, mas produz o significado de sua busca por liderança regional. A menção de que ele convidou líderes como o boliviano Banzer e o panamenho Torrijos, e planeja visitar Stroessner no Paraguai para um tratado de energia, reforça a representação de Perón como um diplomata ativo e calculista.

A descrição de Torrijos aceitando, ecoando e reforçando “as francas visões nacionalistas de Perón” (Doc. 178, p. 11) é uma produção de significado de sua ideologia, que para a inteligência norte-americana pode carregar conotações específicas (como desafio à influência dos EUA), sendo que essas são práticas discursivas que constroem a imagem de Perón dentro de um determinado enquadramento.

A análise da CIA elabora a representação de uma política externa argentina com objetivos claros, mesmo que “Essa onda de atividade não sinaliza grandes mudanças nos objetivos da política externa da Argentina” (Doc. 178, p. 11). O documento produz significado sobre as motivações por trás das aberturas diplomáticas de Perón: “As aberturas para a Bolívia e o Paraguai parecem calculadas para reduzir a influência do Brasil, arquirrival da Argentina” (Doc. 178, p. 11). Essa frase não é uma constatação neutra; ela expõe a rivalidade Brasil-Argentina como a força motriz por trás das ações de Perón, produzindo o significado de uma estratégia focada em conter a influência brasileira. A designação de Brasil como “arquirrival” é um significante poderoso que estabelece uma relação intrínseca de antagonismo.

O documento representa a relação bilateral entre Argentina e EUA como tensa, apesar dos esforços argentinos. A afirmação “Apesar dos esforços de Buenos Aires para minimizar as diferenças com os EUA, questões bilaterais, como as leis de investimento estrangeiro pendentes da Argentina e a pressão sobre as subsidiárias americanas para vender para Cuba, continuam problemáticas” (Doc. 178, p. 11) codifica a existência de atritos significativos.

A menção das tentativas de Perón de se encontrar com o presidente Nixon e do ministro das Relações Exteriores Vignes conversando com Kissinger produz o significado de um esforço argentino para melhorar as relações, mesmo diante das “questões problemáticas” (Doc. 178, p. 11). Isso mostra a política da representação, na qual a narrativa

sobre a Argentina é construída para ressaltar tanto a complexidade quanto os desafios para os interesses dos EUA.

O tom conciso e analítico, focado em “objetivos” e “cálculos”, serve a um propósito de “codificar” informações de uma maneira útil para os tomadores de decisão. Essas práticas culturais de inteligência são parte do processo de como as sociedades dão sentido ao mundo e a si mesmas. As representações contidas neste relatório contribuem para solidificar narrativas e justificar futuras políticas. Assim, a CIA representava o último governo Perón como uma ameaça ao Brasil dos militares, mas sem muitas perspectivas com Washington.

Seguindo a tendência de novas configurações de poder regional, os países sul-americanos, incluindo o foco desta pesquisa em Brasil e Paraguai, passaram a ser representados como agentes em busca de mais poder, seja político, seja militar ou diplomático. A tendência a uma escalada armamentista e à preponderância de governos militares na região somou mais desafios às representações identificadas nos documentos oriundos da CIA, isto sem ter havido a ausência das demais feições já elencadas: o alerta contra a subversão comunista e o posicionamento contra hegemônico com características Sul-Sul.

Continuando a análise do material oriundo dos documentos da CIA, algo que salta aos olhos neste momento é uma nova tendência à militarização na América do Sul. Não que agora o cenário tenha mudado de governos civis para militares, Paraguai e Brasil provam isto por serem, naquele momento descrito pelos memorandos elencados a seguir, ditaduras militares já há algum tempo, mas parece ter havido uma confluência de governos ditatoriais militares com Chile, Uruguai e Argentina cerrando fileiras. As demais características assinaladas nos parágrafos precedentes não deixaram de existir neste momento, mas se somaram a esta feição militarizante.

Seguindo a pesquisa, temos o documento datado de 15/11/1973 e de título: *Latin America: ‘The Aftermath of the Chilean Coup’*. O Golpe militar no Chile também foi estudado pela CIA, que reconheceu uma vitória brasileira e dos outros regimes militares da América Latina, sendo uma derrota para os radicais de outras nações.

O documento delineia a ascensão de regimes militares como um desdobramento natural e benéfico para os interesses conservadores. O governo militar brasileiro, por exemplo, é imediatamente representado como um ganhador: “O governo militar brasileiro, arquirrival de Allende na América Latina, e outros regimes militares conservadores ganharam confiança e prestígio” (Doc. 118, p. 5). Essa formulação não só registra um fato,

mas produz o significado de que esses regimes são os novos atores dominantes e validados na região.

A narrativa legitima a virada à direita, ao afirmar que “Ao desviar para a direita, ele [o governo militar argentino] ganhou maior apoio nas forças armadas” (Doc. 118, p. 7). O documento também tece a representação de uma “missão transcendente” para as elites militares: “Não há precedente, portanto, para a crença predominante entre as elites militares hoje, de que elas têm uma missão transcendente de governar indefinidamente enquanto realizam mudanças de longo alcance” (Doc. 118, p. 9). Isso é um exemplo claro de uma prática discursiva que normaliza e eleva a intervenção militar a um patamar quase ideológico.

Em contrapartida, os regimes de esquerda são representados como enfraquecidos e isolados. Allende, especificamente, é o “aliado mais forte” perdido, e agora os “governos radicais e reformistas” veem “seus objetivos externos desviados” (Doc. 118, p. 5). O “voto do Chile [na OEA] mudou para a coluna oposta” (Doc. 118, p. 5), é uma codificação que implica uma reorientação da região para um alinhamento favorável aos EUA.

A “política externa do ‘terceiro mundo’” (Doc. 118, p. 8) de Perón é representada como potencialmente “inibida”, sugerindo que suas ambições de liderança regional (mencionadas no documento anterior) estão agora sob pressão. É destacada aqui a política da representação em ação, na qual a narrativa enfraquece a legitimidade e a capacidade de atuação de Perón.

A rivalidade entre Brasil e Argentina é uma representação recorrente e central, moldando a dinâmica regional. O Brasil é o “arquirrival” de Allende e da Argentina. O golpe chileno é representado como um fator que aumenta a importância do Brasil e, simultaneamente, isola a Argentina: “A mudança de governo no Chile aumentou significativamente a crescente importância do Brasil na América do Sul. A Argentina, tradicional rival do Brasil, ficou ainda mais isolada pela adição de outro governo militar conservador em seus flancos” (Doc. 118, p. 9).

A descrição de que Perón terá “pouco espaço de manobra para um papel de liderança maior na América do Sul” (Doc. 118, p. 8) produz o significado de sua perda de influência, enquanto os militares argentinos, inspirados pela “solução chilena”, esperam nos bastidores. Essa representação não apenas descreve a geopolítica, mas a tendência, colocando a Argentina em uma posição de desvantagem.

O documento tece a representação de que o golpe chileno contribuiu para a segurança regional, especialmente no que tange ao combate a grupos considerados subversivos. O governo uruguaio, por exemplo, “acredita que sua situação de segurança melhorou agora que todos os países do cone sul são inóspitos para as centenas de guerrilheiros Tupamaro refugiados que encontraram refúgio no Chile” (Doc. 118, p. 10). Essa prática discursiva enquadra a repressão a esses grupos como um ganho de segurança. A sugestão de que o governo uruguaio “pode até tentar organizar um policiamento regional coordenado contra comunistas e revolucionários” (Doc. 118, p. 10) elabora a ideia de uma frente unificada contra as forças percebidas como ameaçadoras.

O aumento da direita na região sul das américas pôde criar as condições para um trabalho conjunto dos regimes contra os grupos comunistas revolucionários. Todos estes apontamentos da CIA representaram o Brasil, àquele momento, como o vencedor da disputa contra a Argentina de Perón. Ao apoiar o golpe no Chile a configuração política da América do Sul se modificava, o que beneficiava os EUA. Esta derrota de Perón gerou a representação, por parte da CIA, de um futuro novo golpe militar na Argentina.

O documento com data de 25/03/1974 e de título: *‘Weekly Summary Special Report Brazil: Geisel Takes Over’*. Com o início do governo Geisel, a CIA produziu um memorando avaliando os cenários possíveis para seu governo. O Brasil continuaria com sua política independente, mas ainda pró-ocidente, tentando obter vantagens para o país e um destaque maior nos fóruns mundiais. O país ainda era um líder na América Latina, mas estava atento aos movimentos de Perón para tentar isolá-lo.

A forma como o documento em tela articula a política externa de Geisel é um exemplo claro de produção de significado. O texto codifica a postura brasileira como “independente, mas essencialmente pró-ocidente” (Doc. 120, p. 9). Esta frase não é um mero registro, mas uma construção ativa que enquadra o Brasil em um cenário geopolítico específico, equilibrando uma autonomia aparente com um alinhamento ideológico desejado. É uma prática discursiva que busca definir o lugar do Brasil no mapa estratégico.

Além disso, a afirmação de que Brasília “buscará desempenhar um papel cada vez maior nos assuntos internacionais” (Doc. 120, p. 9) representa o Brasil como um ator em ascensão, com ambições de projeção global para além da América Latina, especialmente em busca de “vantagens comerciais de forma agressiva” (Doc. 120, p. 9).

O documento constrói uma representação de liderança regional para o Brasil, ao afirmar que “a diplomacia brasileira agora atrai um bloco de países conservadores que inclui

Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e a maior parte da América Central” (Doc. 120, p. 10). Essa representação do Brasil como um polo de atração para nações “conservadoras” não só descreve uma aliança, mas também produz o significado de que o Brasil se posiciona como um exemplo de estabilidade ideológica na região, um entendimento que poderia ser estrategicamente útil para os interesses dos EUA na Guerra Fria. É uma prática discursiva que legitimava e valorizava o alinhamento político desses países, reforçando certas estruturas de poder.

A velha rivalidade entre Brasil e Argentina é representada de forma contínua e tática. A preocupação do Itamaraty em relação às “tentativas do governo de Perón, na Argentina, de isolar o Brasil dos países de língua espanhola” (Doc. 120, p. 10) constrói o significado de uma competição regional permanente, com a Argentina buscando minar a influência brasileira. Esse tipo de representação destaca a dinâmica de poder e a vigilância mútua entre as duas nações.

A menção de que o Brasil é “sensível aos temores de seu crescente poder” (Doc. 120, p. 10) por parte de seus vizinhos produz o significado de sua posição dominante e a cautela que essa dominância exige. Essa representação geopolítica é crucial para a compreensão do cenário sul-americano pelos formuladores de política dos EUA.

O documento não apenas apresenta um perfil do novo chanceler, Antônio Azeredo da Silveira, mas constrói uma representação específica de sua estatura e capacidade. Ele é qualificado como um “Brasil em primeiro lugar, um nacionalista ardente” e “especialista em assuntos do Rio da Prata” (Doc. 120, p. 10). Essas são adjetivações que representam sua ideologia e sua expertise. Mas, a frase “Ele, no entanto, não parece ter a estatura pessoal para moldar novas diretrizes políticas ousadas por conta própria” (Doc. 120, p. 10) é uma construção de significado que limita a percepção de sua influência. Essa representação pôde ter vindo a influenciar a forma como os EUA interagiram com o Itamaraty.

Portanto, a representação criada pela CIA era a da continuidade das mesmas representações anteriores, as de um Brasil em franco crescimento, rivalizando com a Argentina de Perón, esta representada como em declínio após a deposição de Allende. Mais uma informação importante é a de que em 9 de agosto de 1974, após a renúncia de Richard Nixon, assumia a presidência dos EUA o Republicano Gerald Ford (1913 – 2006) (MEIRELLES, 2016; CATTAL, 2018).

O documento apresentado agora é o datado de 23/08/1974, recebendo o título: ‘*Weekly Review Special Report Brazil's Changing Foreign Policy*’. Mantendo o foco no

Brasil, a CIA informou que a política externa brasileira passou a focar em novos mercados para os produtos do país, buscando manter o antigo ritmo de crescimento, expandindo-se para a América Latina, oriente-Médio, África Subsaariana e até aos países comunistas, incluindo China.

O documento faz uma representação do Brasil como uma nação cuja política externa é primordialmente movida por imperativos econômicos. A afirmação de que “o Brasil passou a depender mais e mais fortemente do comércio internacional para sustentar seu ímpeto” e que “a busca por mercados e recursos tornou-se um dos principais objetivos da política externa” (Doc. 117, p. 5) não é apenas uma constatação, é uma codificação da sua principal motivação.

Vemos essa representação se aprofundar quando o texto aponta que “a urgência da busca levou o Brasil a reconsiderar e alterar suas atitudes políticas em relação a várias áreas do mundo”, incluindo uma “significativa mudança pró-árabe em sua posição política” devido à “crescente necessidade de petróleo” e uma disposição em “minimizar as diferenças ideológicas e a demonstrar maior disposição para reconhecer e negociar com as nações comunistas, incluindo a China” (Doc. 117, p. 5). Aqui, a política externa é representada como fluida, adaptável e desideologizada em nome do interesse comercial, construindo o significado de um Brasil focado em ganhos materiais.

O documento não apenas relata a atividade internacional do Brasil, mas também tece a representação de uma nação que se vê em ascensão. A frase “O aumento da atividade internacional está contribuindo para a crença em Brasília de que a proeminência mundial sustentada – um objetivo vago, mas profundamente sentido – está próximo” (Doc. 117, p. 5) é um exemplo vívido. Essa representação reflete uma percepção interna do Brasil, capturada pela inteligência norte-americana, de que o país está prestes a “chegar” ao palco mundial. A frase “um objetivo vago, mas profundamente sentido” já nos dá a representação dessa ambição, que, embora ainda indefinida em seus contornos, é sentida como iminente e fundamental para o Brasil.

Em seguida, a representação se manifesta de forma evidente. O documento não se limita a descrever o Brasil, ele cria uma representação do Brasil em relação aos Estados Unidos. A análise culmina na crucial observação: “Para os EUA (...) O Brasil se verá cada vez mais como um competidor por mercados e recursos. Esse fator, juntamente com o orgulho nacionalista – um sentimento de que o Brasil ‘chegou’, o levará a divergir dos EUA com mais frequência e em mais questões” (Doc. 117, p. 5). Esta não é uma descrição neutra,

mas uma representação do Brasil como um “competidor”, moldando a percepção futura de seu relacionamento com os EUA. O “orgulho nacionalista” é aqui representado como um motor para essa divergência, construindo o significado de que a ascensão brasileira implicará em atritos com Washington.

A representação tecida pela CIA vai ao encontro a duas faces da mesma moeda, o nacionalismo e o antiamericanismo, frutos da tendência do movimento de afirmação brasileira frente aos EUA.

Este próximo documento tem a data de 26/11/1975 e título: *‘Latin American Trends’*, nele a CIA analisou a política paraguaia, tendo como modelo as eleições municipais no país. Houve denúncias e suspeitas de fraude, mas acreditava-se que o Partido Colorado teria vencido mesmo sem tal expediente. O temor era o de uma tendência à esquerda dos liberais radicais.

O texto descreve a imagem de um processo eleitoral desprovido de real significado democrático. Quando o relatório afirma que as eleições municipais “não surpreenderam os espectadores veteranos da política paraguaia” e que o partido governista “obteve 87% dos votos”, enquanto a oposição “obteve 10%” (Doc. 83, p. 17), ele não apenas narra resultados, mas codifica a previsibilidade e a falta de competitividade do pleito.

A menção a “relatos dispersos de fraudes e intimidações” e à crença de que Stroessner teria “apoio popular suficiente para garantir uma vitória esmagadora [...] em uma disputa completamente honesta, mas o governo nunca esteve disposto a testar isso” (Doc. 83, p. 17), constrói a representação de um regime que prefere o controle à validação popular genuína.

A conclusão evidente de que “o processo eleitoral continuará a ser um exercício essencialmente irrelevante no Paraguai” (Doc. 83, p. 17) é a representação central: as eleições são uma fachada, uma formalidade vazia. Essa prática representativa da CIA molda a compreensão de que a democracia na administração Stroessner é uma farsa.

O documento também “pinta um quadro” de um governo que age por temor e com mão de ferro. A afirmação de que “há novas evidências de paranoia oficial em relação aos liberais radicais, que Stroessner aparentemente vê como sucumbindo às influências esquerdistas” (Doc. 83, p. 17) representa a mentalidade do regime. Essa codificação de paranoia oficial sugere um governo que vê ameaças onde talvez não existam, justificando seu controle. A estratégia de favorecer “o minúsculo partido liberal ‘Levi’ em um esforço calculado para enfraquecer os liberais radicais”, inclusive com “financiamento secreto”

(Doc. 83, p. 17), constrói a representação de um regime que manipula o cenário político para manter sua “rédea tão apertada” (Doc. 83, p. 17).

A maneira como a oposição é descrita gera uma representação de sua irrelevância e falta de poder. O Partido Liberal Radical, embora o maior grupo de oposição legal, “obteve 10%” (Doc. 83, p. 17). Seu líder, Domingo Laino, é caracterizado como quem “já foi acusado pelo governo de ter simpatias marxistas” (Doc. 83, p. 17), uma prática discursiva que pode minar sua legitimidade aos olhos do leitor do documento da CIA.

O partido “Levi” é “minúsculo” e “atraiu apenas três por cento dos votos”, com “a maior parte de seu apoio financeiro aberto de apenas sete membros” (Doc. 83, p. 17) – uma representação que destaca sua artificialidade e dependência. A conclusão de que “os partidos de oposição ainda não conseguem mostrar que a participação na política é especialmente útil” (Doc. 83, p. 17) e o declínio no número de eleitores registrados solidificam a representação de uma oposição enfraquecida e de uma população desiludida com o processo político. Assim, a representação da CIA acerca do Paraguai, referente às suas eleições, era a de um teatro democrático, no qual o governo manipulava as tendências eleitorais.

Embora o foco seja o Paraguai, uma breve menção sobre o Uruguai também ilustra a construção de representações. Ao notar a “afinidade de Bordaberry com o governo no Brasil e seu desejo de promover a integração econômica binacional tornando-se um cliente agrícola do Brasil” (Doc. 83, p. 17), o documento representa não apenas a posição de um líder estrangeiro, mas também a dinâmica das relações regionais e os interesses econômicos

O documento datado de 10/12/1975, com título: *‘Latin American Trends Staff Notes’*, abordou a posição do Paraguai em sua relação com o Brasil e a Argentina, que foi novamente analisada pela CIA. A Agência descreveu que o país sempre tentou obter vantagens de cada um deles, mantendo uma distância que assegurava independência interna.

O documento desenvolve a imagem do Paraguai não como um mero fantoche, mas como uma nação que, apesar de sua posição geográfica e histórica, age com uma calculada estratégia de sobrevivência e desenvolvimento. O texto inicialmente posiciona o Paraguai como um país que “no passado geralmente dispensava tratamento separado, mas mais ou menos igual” aos vizinhos gigantes, e que tentava “angariar as vantagens de cada relacionamento sem permitir que nenhum dos países maiores domine os assuntos paraguaios” (Doc. 136, p. 5).

Essa é uma representação de um equilíbrio diplomático delicado. A mudança de foco, então, é justificada por uma avaliação racional:

O governo, no entanto, vê o governo de Isabel Perón⁶⁹ como instável, está preocupado com uma possível guinada à esquerda da Argentina e agora indica uma acentuada inclinação em direção ao Brasil, que o Paraguai vê como uma futura potência mundial, cujos interesses econômicos na América Latina poderia ajudar o desenvolvimento paraguaio. (Doc. 136, p. 6)

Aqui, a linguagem constrói uma motivação clara: a instabilidade argentina e o temor de uma “guinada à esquerda” (um significante carregado de conotações na Guerra Fria) contrastam com a representação do Brasil como “futura potência mundial” e fonte de desenvolvimento. A própria observação de que “O Paraguai admite privadamente uma política deliberada de aproximação com o Brasil, mas ao mesmo tempo está preocupado com a retaliação da Argentina” (Doc. 136, p. 6) solidifica essa representação de pragmatismo e cautela.

O Brasil é claramente representado como a ascensão de uma nova força regional. A visita do Presidente Geisel é descrita com uma codificação de pompa e importância: “Pompa e cerimônia marcaram presença na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro em 35 anos, e o governo decretou feriado de três dias para funcionários públicos” (Doc. 136, p. 6). Esses detalhes não são apenas fatos; eles produzem o significado de um evento de grande relevância, sublinhando o peso do Brasil.

A concessão da “mais alta condecoração” e o gesto simbólico da devolução do “precioso livro de ouro capturado pelos brasileiros na Guerra da Tríplice Aliança” (Doc. 136, p. 6) constroem a representação de um parceiro respeitado e um tanto magnânimo, capaz de superar velhas feridas históricas. Mais concretamente, a menção de “US\$ 3,5 bilhões em créditos para a construção do projeto hidrelétrico de Itaipu” e um “novo tratado de amizade e cooperação que prevê o amplo envolvimento brasileiro no desenvolvimento paraguaio” (Doc. 136, p. 6) representa o Brasil como um parceiro economicamente poderoso e engajado, cujos interesses econômicos poderiam ajudar o desenvolvimento paraguaio. A frase “O Brasil quer aproximar o Paraguai de sua esfera de influência” (Doc. 136, p. 6) realça essa representação de uma potência em ascensão com ambições regionais.

Um elemento sutil, mas importante, de representação reside na menção à repressão política que precedeu a visita de Geisel. “Os preparativos incluíram uma repressão a membros do Partido Comunista e subversivos, com o número de prisões chegando a 400, embora os registros oficiais reconhecessem apenas cerca de um décimo” (Doc. 136, p. 6).

⁶⁹ María Estela Martínez de Perón (Isabelita Perón) - Presidente da Argentina de 1974 a 1976 (CORIGLIANO, 2007).

Essa informação, inserida no contexto de uma visita de Estado, constrói uma narrativa na qual a segurança e a estabilidade (associadas à parceria com o Brasil militar) exigem a eliminação de “subversivos”.

A discrepância entre os “400” e o “décimo” oficial é uma codificação da natureza autoritária do regime e de como a “verdade” oficial pode ser construída e regulada, um ponto central na teoria do discurso da representação. Essa prática discursiva da CIA em registrar esses números, mesmo com a ressalva acerca da contagem oficial, reforçaria o clima da Guerra Fria e a ideia de que a ameaça comunista seria uma preocupação legítima. Outra possibilidade é a de que a CIA inflaria o alegado problema do risco comunista, para justificar a manutenção e ampliação de suas fontes de financiamento de operações na região.

O documento também tece uma representação complexa das relações regionais. A “preocupação com a retaliação da Argentina, talvez na forma de assédio ao transporte fluvial” e a lembrança de que “A Argentina já havia tentado torpedear o projeto de Itaipu” (Doc. 136, p. 6) constroem uma imagem de concorrência e desconfiança entre os vizinhos.

A Argentina é representada como um ator que pode tentar subverter os interesses paraguaio-brasileiros. A preocupação do Brasil “com a reação da Argentina e da Bolívia” (Doc. 136, p. 6) representa a delicadeza das manobras geopolíticas, onde o avanço de uma nação pode gerar atrito com outras. A frase final, “Embora ambos os países esperem evitar ofensas desnecessárias com seu novo tratado, eles não têm certeza de que isso seja possível” (Doc. 136, p. 6), é uma representação de instabilidade interna e de dificuldade de manter um equilíbrio de poder na região.

A representação da CIA para o Paraguai obedece a mesma lógica da do Brasil em documentos precedentes, só que em uma escala regional para o Paraguai e mundial para o Brasil, respeitando a importância relativa de cada Estado, ou seja, o mesmo jogo de aproximação e afastamento entre rivais hegemônicos que o Paraguai foi acusado de fazer neste documento era feito pelo Brasil em relação aos EUA e a URSS (principalmente). Assim, a representação era a de um Estado em um jogo de “sedução” política e econômica, isto para angariar parcerias vantajosas para si junto aos seus “pretendentes”.

Em 20 de janeiro de 1977, Ford deixava a presidência dos EUA e assumia o Democrata Jimmy Carter (ZELIZER, 2010; PEZZONIA, 2017).

O documento datado em 14/07/1977, de título ‘*Latin America Regional and Political Analysis*’, volta ao Brasil de Geisel, quando as críticas civis ao governo foram respondidas

com a suspensão dos direitos políticos de dois opositores, um deles o presidente da Câmara Federal.

O documento cria a representação de um governo brasileiro (o de Geisel) que adota uma “política reativa” e de “linha dura com os críticos civis” (Doc. 85, p. 15). A linguagem empregada para descrever as ações de Geisel – “despojou o partido da oposição da maior parte de sua influência” e “suspendeu os direitos políticos de dois políticos do partido da oposição” (Doc. 85, p. 15) – é uma codificação que reflete uma visão de restrição das liberdades políticas.

Isto representava junto aos EUA, através do memorando da CIA, que a ditadura militar brasileira estava mais intransigente com a oposição, o que poderia significar um sinal de fraqueza, já que mais energia deveria ser dispendida em forma de perseguição e repressão para manter o *status quo* dentro do Estado.

Houve uma representação que sugeria a fragilidade do regime, ao afirmar que Geisel “está cada vez mais inseguro de seus objetivos e excessivamente sensível às críticas” (Doc. 85, p. 15). Essa não é uma mera constatação, mas uma construção de significado que posiciona o líder brasileiro de uma forma específica para o público interno da CIA.

A representação da repressão aos oponentes é clara: “demitiu uma pequena figura da oposição do cargo por ter citado um jornal comunista ilegal” (Doc. 85, p. 15). A justificativa é articulada por um “princípio básico da ‘Revolução Brasileira’ que os comunistas não devem exercer qualquer papel, mesmo que indiretamente, na política brasileira” (Doc. 85, p. 15). Este “princípio básico” funciona como um discurso dominante, legitimando a repressão e moldando a compreensão da realidade política brasileira.

A ausência de explicação para a cassação de Furtado e a reação do governo às “críticas – que condenavam veementemente o uso arbitrário do poder pelo governo e seu histórico de direitos humanos” (Doc. 85, p. 15) reforçam a representação de um regime que se vale do poder arbitrário para silenciar vozes.

A representação mais consistente feita pela CIA era a de um conjunto político resignado, esperando por maior radicalização do governo e talvez mais cassações de opositores ao regime. Assim, mesmo mostrando alguma atitude de oposição era sabido que o poder do governo militar, com o monopólio inclusive do uso da força bruta, era muito superior naquele momento.

A menção de que a “popularidade [de Geisel] está diminuindo e ele quer controlar a escolha de seu sucessor” (Doc. 85, p. 15) traça uma imagem de um líder sob pressão, com

implicações para a estabilidade política percebida pelos EUA. A descrição da oposição, como Freitas Nobre, é cautelosa, descrevendo-o como “hábil estrategista”, mas sugerindo que ele pode estar “excessivamente otimista sobre a influência que poderá exercer” (Doc. 85, p. 16), o que contribui para a representação de um cenário político controlado.

O documento também constrói a representação do Brasil como um ator nuclear com um “programa nuclear (...) menos avançado, mas mais ambicioso que o da Argentina” (Doc. 85, p. 25). Essa comparação estabelece uma comparação regional, posicionando o Brasil em relação aos seus vizinhos.

O acordo com a Alemanha Ocidental, que “prevê oito reatores de potência, bem como instalações para separação de isótopos de urânio, fabricação de combustível e reprocessamento químico” (Doc. 85, p. 25), significa um plano abrangente rumo à autossuficiência. A aspiração de que o Brasil “terá um ciclo completo de combustível nuclear e será autossuficiente em energia nuclear” (Doc. 85, p. 25) é uma representação da ambição brasileira.

No entanto, a representação dessa ambição é temperada por uma codificação de dependência e limitação: “O Brasil, no entanto, será quase totalmente dependente de tecnologia importada para seu programa nuclear, e as reservas comprovadas de urânio são insuficientes para atender às necessidades projetadas” (Doc. 85, p. 25). Essa formulação constrói uma imagem de potencial, mas com vulnerabilidades e desafios para a autossuficiência plena.

O fato de Argentina e Brasil serem destacados como os únicos países na região que são “potenciais desenvolvedores de dispositivos explosivos nucleares em um futuro previsível” (Doc. 85, p. 25) é um signifiante crucial, que constrói uma categoria emergente de preocupação para a política de não-proliferação dos EUA. Essa representação direta sobre a capacidade potencial brasileira molda a percepção referente a nação e seus riscos implícitos.

O documento também representa o cenário nuclear mais amplo da América Latina. Ele categoriza os países de acordo com o nível de desenvolvimento de seus programas nucleares – de “programas nucleares” avançados como Argentina, Brasil e México, a “modestos programas de pesquisa”, e outros “apenas começando a desenvolver programas de pesquisa nuclear e procuram assistência externa” (Doc. 85, p. 25). Essa organização de conceitos serve para estabelecer um panorama de referência.

A Argentina é representada como “o líder regional em desenvolvimento nuclear” e “possível fornecedor de equipamentos, materiais e tecnologia nuclear” (Doc. 85, p. 25), com diversos países buscando sua assistência, o que significa sua proeminência e influência. Em contraste, o programa mexicano é representado como “menos desenvolvido” e “fortemente dependente da assistência externa”, com “autoridades mexicanas (...) decepcionadas com ele” (Doc. 85, p. 25). Essa descrição detalhada dos diferentes programas nucleares regionais constrói uma rede de dependências tecnológicas.

A representação do Tratado de Tlatelolco como uma “zona livre de armas nucleares” que, no entanto, “não impede o desenvolvimento de explosivos nucleares para fins pacíficos” (Doc. 85, p. 25), aliada à informação de que Argentina, Brasil e Chile não ratificaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (NPT), cria uma representação de desafio aos regimes internacionais de controle.

A menção explícita de que “apenas Argentina e Brasil são potenciais desenvolvedores de dispositivos explosivos nucleares em um futuro previsível” (Doc. 85, p. 25) é uma prática de representação que aponta uma preocupação central para a inteligência norte-americana, marcando esses países como potenciais proliferadores de material nuclear.

Assim, representação da CIA acerca do Brasil e do Paraguai em relação ao desenvolvimento nuclear era diferente, pois o primeiro figurava como estando no caminho para o desenvolvimento amplo de aplicações deste tipo de tecnologia, enquanto o segundo ensaiava os primeiros passos, o que era consistente com o tamanho das economias nacionais de cada um e coerente com as demais representações feitas pela CIA até aqui.

No Brasil, em 15 de março de 1979 tomava posse João Figueiredo (1918 – 1999) no lugar de Geisel (BOSCATO, 2006). Em 20 de janeiro de 1981, terminava o governo Carter nos EUA e iniciava o do Republicano Ronald Reagan (1911 – 2004) (TORRES, 2018).

Dando continuidade à pesquisa, o documento seguinte foi datado em junho de 1982, com o título: *‘The Falklands Dispute: Implications for US Relations With Latin America and Western Europe’*. Nele o problema nas ilhas Malvinas (ou Falklands) em 1982 recebeu atenção da CIA, pois seria inevitável, segundo a mesma CIA, algum conflito nas relações entre Estados da América Latina e os EUA, desde um grande afastamento com a Argentina, até um pequeno abalo do México à América Central.

A crise das Malvinas é representada como um divisor de águas, com seu impacto nas relações dos EUA no hemisfério variando de “danos significativos e de longo prazo no caso da Argentina a efeitos pouco perceptíveis no México, América Central e Caribe” (Doc. 5, p.

6). Essa formulação é uma representação da extensão do abalo diplomático, que constrói uma diferenciação clara entre as regiões.

A representação acerca do mesmo conflito na América do Sul é feita por meio de categorias distintas de reação à posição dos EUA: “Os Estados que adotam uma postura dura e crítica em relação a Washington – Argentina, Venezuela, Peru e, em menor grau, Bolívia”; “Aqueles países que assumem uma posição intermediária, simpatizando com a Argentina, mas tentando evitar alienar os Estados Unidos – Brasil, Equador, Uruguai e Paraguai”; e “Aqueles que adotam uma abordagem ‘suave’, opondo-se às ações Argentinas em bases jurídicas e estratégicas – Colômbia e Chile” (Doc. 5, p. 6).

Essas categorias não são apenas descritivas, elas organizam o mapa de ação da inteligência americana, atribuindo significados a grupos de nações e suas relações diplomáticas para fins de análise e formulação de política. A linguagem utilizada — “postura dura”, “posição intermediária”, “abordagem ‘suave’” — são termos que traduzem a percepção dos analistas sobre o grau de alinhamento ou descontentamento com Washington.

O Brasil é representado com particular nuance, distanciando-o da condenação ferrenha à política dos EUA e da aproximação total à Argentina. Ele é caracterizado como um país com “forte apreciação de seus interesses políticos e econômicos globais” e que se esforçará “para não prejudicar seus laços com os Estados Unidos ou com o Reino Unido” (Doc. 5, p. 7). No entanto, “Brasília valoriza a melhoria das relações com Buenos Aires e não quis ficar atrás de seus vizinhos de língua espanhola na oferta de apoio vocal e material” (Doc. 5, p. 7). Essa descrição constrói a representação de um ator pragmático, capaz de um “delicado ato de equilíbrio” (Doc. 5, p. 7).

A principal preocupação brasileira, segundo o documento, é a “instabilidade pós- crise na Argentina, que pode levar ao poder um regime peronista de esquerda” (Doc. 5, p. 7). Esta é uma representação da Argentina como uma fonte potencial de instabilidade regional, e da preocupação brasileira com um viés ideológico particular do regime vizinho. A menção de que “os brasileiros também temem que a Argentina comece novas provocações contra os chilenos” (Doc. 5, p. 7) reforça a representação de uma Argentina imprevisível e um Brasil preocupado com a segurança regional.

No âmbito militar, o documento representa o Brasil com uma postura de autonomia e desinteresse em arranjos liderados pelos EUA: “O alto comando brasileiro continuará a rejeitar qualquer noção de um papel de liderança ampliado para os Estados Unidos na defesa hemisférica” (Doc. 5, p. 10). Além disso, a crise é representada como uma “bênção” para a

já “florescente indústria de armas” (Doc. 5, p. 10) brasileira, que vê uma oportunidade para expandir suas vendas, baseada na representação da pouca confiança em fornecedores ocidentais, inclusive os EUA. Isso não é apenas uma observação, mas uma codificação de uma tendência de autonomia e competição no setor de defesa, com implicações para a influência dos EUA na região.

O documento tece a representação de uma crescente dificuldade para Washington “mobilizar o hemisfério contra a ameaça do comunismo internacional” (Doc. 5, p. 8). Isso revela um discurso em transformação, no qual a insurgência na América Central é vista por muitos governos sul-americanos “principalmente como um problema dos EUA” (Doc. 5, p. 8). Essa é uma desconstrução de uma posição dominante que antes unia o continente sob a liderança dos EUA na Guerra Fria.

A OEA é representada como uma instituição em declínio, com “antigas diferenças” agravadas e “desconfiança mútua” que “debilitará ainda mais a OEA” (Doc. 5, p. 9). No entanto, há a representação de que “cabeças mais frias no Brasil, Colômbia, Chile” (Doc. 5, p. 9) conterão demandas por reestruturação radical, o que mostra uma percepção de que alguns atores ainda preferem a estabilidade, mesmo que a instituição esteja fragilizada.

A tendência de “diversificar as compras e o treinamento militar” é representada como parte de um esforço “para alcançar uma maior autonomia política e econômica de Washington” (Doc. 5, p. 10). Essa era uma constatação que apontava para um enfraquecimento da hegemonia militar dos EUA na região, moldando a compreensão da realidade de segurança para os formuladores de política.

A crise das Malvinas é representada como um catalisador para “uma nova rodada de grandes gastos militares” e a necessidade de “adquirir armas novas e mais sofisticadas”, além de “acelerar a diversificação de fornecedores de armas” e “expandir as indústrias domésticas de armas” (Doc. 5, p. 10). Essa representação das tendências militares regionais mostra o declínio da influência dos EUA e a ascensão de novas possibilidades.

A União Soviética é representada como tendo um “avanço líquido no sentido de propaganda de curto prazo, principalmente na Argentina” (Doc. 5, p. 11). No entanto, essa vitória é relativizada, pois “A maioria dos latino-americanos está alarmada com as perspectivas de laços mais estreitos entre Moscou e Buenos Aires” (Doc. 5, p. 11). A posição soviética é representada como “cínica e oportunista” (Doc. 5, p. 11) até mesmo pelos líderes argentinos.

Apesar disso, o documento constrói a representação de uma possível suscetibilidade argentina à “bajulação soviética”, especialmente se “a Argentina estabelecer laços mais estreitos com Moscou e compre quantidades substanciais de armas” (Doc. 5, p. 11). Essa é uma representação de um risco estratégico.

Em resposta a essa possibilidade, o Brasil foi representado como um parceiro-chave para os EUA: “o Brasil – e em menor grau a Venezuela – irá consultar regularmente e de perto Washington sobre questões de segurança” e estaria “interessado em explorar a questão da defesa do Atlântico Sul e questões mais amplas relacionadas à manutenção da paz regional” (Doc. 5, p. 11). Essa representação do Brasil serve para destacar sua importância estratégica no cenário pós-Malvinas, reposicionando-o como um possível aliado contra a influência soviética, o que demonstra a representação em ação para justificar alinhamentos.

O documento de data 17/06/1982 e título: ‘*U.S. Policy Toward Latin America*’, cita que na avaliação do Departamento de Estado dos EUA, segundo a CIA, o problema despertado pela crise das Malvinas não afetaria muito as finanças e o comércio sul-americano com os EUA.

Seguindo a mesma tendência dos relatórios anteriores, este relatório da CIA representa a crise das Malvinas como um evento que “prejudicou os interesses dos EUA”, mas com um impacto notavelmente “diferenciado de acordo com o país e a questão” (Doc. 109, p. 3). Essa é uma representação de problemas regionais, na qual o “problema” para Washington não é uniforme. A linguagem utilizada categoriza os países sul-americanos em distintos alinhamentos ou descontentamentos, o que simplifica o panorama para os formuladores de política.

Há os mais problemáticos, já citados anteriormente: “Nossos problemas mais graves são com Argentina, Venezuela e Peru” (Doc. 109, p. 3). Essa é uma representação desses países como fontes de fricção diplomática. Os que buscam aproximação, como no caso apontado: “O Chile tentou se aproximar dos Estados Unidos” (Doc. 109, p. 3), representando uma abertura para influência. Os menos afetados, representados aqui: “as relações com Brasil, México e região do Caribe foram pouco afetadas” (Doc. 109, p. 3). Esta representação minimiza o impacto, talvez para sugerir resiliência ou menor engajamento inicial na crise.

A Argentina é representada com um misto de preocupação e avaliação de risco. A menção de que a Argentina desenvolverá a “capacidade de construir um dispositivo nuclear o mais rápido possível” até mesmo “antes do final de 1985” (Doc. 109, p. 5) é uma representação de uma ameaça iminente de proliferação nuclear. A possibilidade de violação

de “salvaguardas nas instalações alemãs e canadenses” ou o uso de “materiais e instalações não protegidos desenvolvidos nativamente” (Doc. 109, p. 5) reforça a imagem de um ator que pode operar fora das normas estabelecidas.

A decisão de “testar um dispositivo”, inclusive, é representada como dependente da “avaliação da Argentina sobre os perigos de o Brasil se sentir compelido a desenvolver e testar sua própria arma” (Doc. 109, p. 5), o que não só destaca a Argentina, mas também o Brasil na dinâmica de segurança regional.

Esta representação da Argentina como um país com potencial nuclear e instabilidade pós-crise (como visto na preocupação brasileira com um “regime peronista de esquerda” (Doc. 5, p. 7)) serve para mobilizar um discurso de segurança e não proliferação, justificando a necessidade de “desenvolver uma política em relação ao rearmamento argentino para impedir as vendas soviéticas” (Doc. 109, p. 10). A Argentina, portanto, é representada como um ponto focal de atenção e controle estratégico para os EUA.

Neste cenário, o Brasil emerge como uma das representações mais complexas e estratégicas do documento. É representado como um potencial “novo ponto de equilíbrio”, com “importância” crescente no “ambiente sul-americano mais fluido” (Doc. 109, p. 6). Há uma clara intenção de “incentivar um papel maior para o Brasil e buscar influenciar as políticas brasileiras por meio do desenvolvimento de laços bilaterais mais próximos” (Doc. 109, p. 6). Esta é uma representação que busca reforçar o Brasil como um parceiro-chave para os interesses dos EUA na região.

Assim, a representação do Brasil, partindo-se do que a CIA registrou neste documento, é diferente das demais, embora a tendência seja a mesma, isto porque o Brasil aparece agora sem as pretensões de grandeza como antes, mas sim um país já poderoso e que teria influência regional mesmo se não quisesse. A língua era apontada como barreira, e de certa forma deve ser em algum grau, mas isto nunca impediu a hegemonia norte-americana, nem as medidas contra hegemônicas soviéticas, sendo um fator menor do que o poder em si de um Estado.

Apesar de o Brasil ser representado como não “pronto ou ansioso para assumir as responsabilidades do poder regional” e sensível a ser visto como um “substituto dos EUA”, seu “peso econômico e militar relativo”, “competência institucional” e “ausência de disputas territoriais” conferem-lhe “grande potencial de influência” (Doc. 109, p. 6).

A crise das Malvinas, por exemplo, é representada como um “sério retrocesso nos esforços do Brasil para encorajar uma Argentina forte e estável”, o que poderia “levar o

Brasil a se inclinar ainda mais para a Argentina em um esforço para antecipar a URSS” (Doc. 109, p. 6). Essa percepção molda o discurso sobre como os EUA devem interagir com o Brasil para evitar um alinhamento com a URSS.

As recomendações políticas são repletas de representações do que o Brasil poderia ser para os EUA: Um parceiro para “conter e, esperançosamente, resolver potenciais conflitos” (Doc. 109, p. 10). Um país com quem se deve ter “consultas de perto e regularmente em Washington e Brasília sobre os meios para manter um equilíbrio de poder regional estável” (Doc. 109, p. 10). Um país cujas “sensibilidades brasileiras de fechar excessivamente a associação pública conosco exigirá discrição e paciência” (Doc. 109, p. 10). Estas sendo representações das complexidades diplomáticas e da autonomia brasileira.

Mais ainda: Um aliado potencial na “coprodução de algumas armas” (Doc. 109, p. 11) e na “expansão dos programas de intercâmbio militar” (Doc. 109, p. 17), apesar do problema de “controle dos EUA sobre a reexportação de componentes” (Doc. 109, p. 17). A oferta de coprodução, mesmo que não viável, é representada como “simbolicamente importante” (Doc. 109, p. 17), revelando que a representação simbólica é tão valiosa quanto a material.

A crise das Malvinas é representada como um catalisador para um “aceleramento da aquisição militar com ênfase em sistemas mais sofisticados para todos os climas, manutenção aprimorada, maior autossuficiência e maiores estoques de munições e mísseis guiados com precisão” (Doc. 109, p. 9) na América do Sul. Esta é uma construção de significado que aponta para uma transformação nas estratégias de defesa regionais. A representação de que “Indústrias militares na Argentina, Brasil e vários outros países serão estimuladas” (Doc. 109, p. 9) não é apenas uma constatação, é um reconhecimento da autonomia crescente e da capacidade de produção local, o que, para os EUA, pode significar a perda de um mercado ou de uma alavanca de influência.

A menção de que “a França (e, em menor grau, a RFA, Itália, Espanha e Israel) têm a melhor posição competitiva” e que “As oportunidades soviéticas serão substanciais” (Doc. 109, p. 9) é uma representação da diversificação de fornecedores e da crescente competição no mercado de armas, desafiando a tradicional hegemonia dos EUA. Isso reforça a necessidade de os EUA se tornarem “o mais bilateralmente receptivo possível aos países individuais” (Doc. 109, p. 13) e de “Expandir os programas de intercâmbio militar” (Doc. 109, p. 17) para manter alguma influência.

A representação feita no trecho analisado revela a América do Sul como um espaço geopolítico envolto em uma corrida armamentista, influenciada por tensões externas (aqui a crise das Malvinas). Os países da região são descritos como agentes ativos em modernização militar, impulsionados pela necessidade de substituir sistemas defasados em suas forças armadas. O texto constrói uma imagem de dependência tecnológica e econômica desses países em relação a potências militares, especialmente europeias e norte-americanas, enquanto simultaneamente aponta o espaço para a entrada da URSS.

Através da lente da Memória de Estado, essa representação reflete os interesses estratégicos dos Estados Unidos em monitorar e controlar as dinâmicas militares na América Latina. Isso configura uma narrativa onde o poder, conforme definido por Raffestin, se manifesta através da circulação de energia e informação, moldada pela aquisição de sistemas de armas e sua redistribuição, em um jogo estratégico entre fornecedores e compradores, em busca de hegemonia regional.

Ao representar o Brasil como um ponto de equilíbrio e um parceiro potencial, ou a Argentina como uma ameaça nuclear, a CIA contribuiu para a construção de uma visão institucional coerente que pôde servir para justificar ações e políticas futuras dos EUA na região. A forma como o documento é organizado, as classificações que define para os países e as relações, e os discursos de segurança regional e influência geopolítica que mobiliza, tudo isso é parte de um processo ativo de representação que não só interpreta o passado, mas também projeta e molda o futuro das relações.

Este trecho final representa os esforços estratégicos dos EUA para aprofundar suas relações militares e políticas com países da América Latina, especialmente o Brasil, por meio de comissões interparlamentares e acordos de coprodução de armas. Ao propor a criação dessas comissões e acordos, os EUA buscam não apenas fortalecer laços diplomáticos, mas também consolidar sua influência militar e econômica na região.

A coprodução de armamentos, embora vista como um processo longo e burocrático, é representada como uma oportunidade de manter o Brasil e outros países latino-americanos como parceiros estratégicos, ao mesmo tempo em que simboliza um gesto político importante. A expansão dos programas de intercâmbio militar e a reciprocidade no treinamento de oficiais são apresentados como ferramentas de *soft power* que facilitam a cooperação e reduzem tensões.

Esses elementos refletem a busca dos EUA por manter o controle sobre a reexportação de componentes sensíveis e garantir que seus interesses geopolíticos

prevaleçam, ao mesmo tempo em que envolvem simbolicamente seus aliados latino-americanos em discussões concretas e promissoras de colaboração, sem contar com os contratos bilaterais que manteriam os países sul-americanos presos a compromissos acordados, o que fecharia as brechas para os soviéticos e demais competidores por mercado e hegemonia.

Resumindo, o conflito das Malvinas aceleraria o rearmamento de vários países na América Latina, na visão da CIA, e muitos fornecedores apareceriam, inclusive a URSS. Para que se evitasse o fornecimento soviético e árabe, a estratégia norte-americana indicada seria a de incentivar todos os demais fornecedores, mesmo o Brasil, desde que a URSS e os árabes não participassem.

Já com o Brasil a estratégia deveria ser de aproximação, com consultas constantes, mas evitando a insegurança argentina. Mesmo o programa nuclear brasileiro poderia ser apoiado pelos EUA, para poderem aplicar salvaguardas, além de cooperação militar, treinamento e desenvolvimento de armamentos, ciência e tecnologia, entre outras queixas brasileiras. Em outros países, antes apoiados pela Argentina, a ideia era a de pequenas ajudas econômicas para suprir a queda econômica que a Argentina sofreria.

Aqui tem-se mais um panorama a ser observado, quando a CIA passa a representar a posição dos EUA como temerosa e a do Brasil como mais consolidada do que antes se lhe representava. A preocupação é dupla, evitar o comércio com a URSS (e com países árabes), enfraquecendo os fluxos que vêm junto com tais acordos de compra e venda, ao mesmo tempo em que não se desejava criar insegurança na Argentina, nem que os EUA precisassem fazer concessões, mesmo que tecnológicas e nucleares.

Em 15 de março de 1985, acabava o mandato do último presidente do regime militar implantado no Brasil desde 1964, João Figueiredo, que foi substituído por José Sarney (pois o presidente eleito, Tancredo Neves, veio a falecer em 21 de abril de 1985, sem ter sido empossado) (CASTRO, 2020).

Continuando a análise de referências oriundas do banco de dados da CIA, temos o documento datado de 14/02/1986, com o título: *‘Latin America Review’*, que cita o Paraguai em sua ausência de relação com Cuba, mas o importante está na avaliação das relações entre o Brasil e o Bloco soviético.

O documento da CIA representa a transição do regime militar no Brasil como um momento de “leve degelo nas relações com o Bloco Soviético” (Doc. 146, p. 19). Essa é uma construção de significado que sugere uma abertura, mas imediatamente qualificada por uma

série de limitações, o que estabelece o tom geral da avaliação. A relação é “meramente cordial”, e o governo Sarney é representado como movendo-se “gradualmente para expandir os laços econômicos e culturais” (Doc. 146, p. 19), mas não políticos ou militares substantivos.

As motivações brasileiras para essa aproximação limitada são cuidadosamente codificadas. O relatório aponta que o Presidente Sarney “espera antecipar uma questão que a esquerda possa tentar usar contra ele em casa” e “explorar possíveis vias para expandir as exportações, aumentando assim a capacidade do Brasil de pagar sua dívida externa” (Doc. 146, p. 19). Aqui, o Brasil é representado como um ator pragmático, cujas ações são guiadas por cálculos políticos internos e necessidades econômicas, e não por uma inclinação ideológica profunda em relação ao Bloco Soviético.

Reforça a ideia anterior a menção de que a “nova abordagem também reflete a convicção de longa data do Brasil de que é uma potência democrática emergente que deve ter relações viáveis com ambas as superpotências” (Doc. 146, p. 19). Isso “pinta um quadro” de um Brasil buscando autonomia e equilíbrio, gerenciando sua posição global de forma independente.

A materialidade do texto e a autoridade da CIA como produtora dessas representações são cruciais. Ao apresentar essas motivações com base em “estimativas da Embaixada dos EUA em Brasília” (Doc. 146, p. 20), o documento solidifica a sua própria narrativa como uma avaliação informada e estratégica, contribuindo para uma visão institucional coerente dos EUA sobre o Brasil.

Um dos pilares das representações neste documento é a codificação da influência soviética no Brasil como marginal e ineficaz nos canais tradicionais. A “presença diplomática, militar e cultural” soviética é representada como mínima: “apenas 53 diplomatas”, “os soviéticos não vendem armas nem prestam assistência militar às forças armadas brasileiras fortemente anticomunistas” (Doc. 146, p. 20). Os “laços culturais estão quase moribundos”, com centros culturais “aparentemente restringindo suas atividades ao ensino de russo” (Doc. 146, p. 20). Essa linguagem de “apenas”, “moribundos” e “restrições” funciona para construir um discurso de limitação e ineficácia da influência soviética.

Os “laços econômicos” são representados como “incomumente limitados” e o comércio como “em declínio” (Doc. 146, p. 20). A “baixa qualidade” dos produtos do Bloco Comunista é mencionada como um fator que “encontrou resistência no mercado” brasileiro, enquanto o “rigor da moeda forte soviética” (Doc. 146, p. 20) dificultou as exportações

brasileiras. Esses detalhes servem para construir uma imagem de que a União Soviética não era um parceiro econômico atraente para o Brasil, enfraquecendo a narrativa de qualquer alinhamento significativo. Mesmo quando houve um aumento de vendas de *commodities* brasileiras devido ao embargo de grãos dos EUA no início dos anos 80, o documento logo contrapõe essa informação com dados de declínio no comércio posterior.

No entanto, o documento também representa uma área de possível, embora limitada, expansão da influência soviética: os “crescentes contatos esquerdistas” (Doc. 146, p. 21) no cenário doméstico brasileiro. A liberalização política é representada como um facilitador para “as atividades do Bloco Soviético” (Doc. 146, p. 21), permitindo a legalização de partidos radicais de esquerda. O documento detalha como Moscou “forneceu fundos e assessoria ao Partido Comunista Brasileiro” e estava “tentando cultivar o Partido dos Trabalhadores” (Doc. 146, p. 21). No entanto, mesmo essa potencial ameaça é imediatamente minimizada e contida por outras representações.

Um aspecto central da política da representação neste documento é a ênfase nos fatores internos do Brasil que atuam como “freios” (Doc. 146, p. 21) à influência soviética. O relatório codifica a dinâmica política brasileira para tranquilizar o leitor (provavelmente, o governo dos EUA) sobre o alcance da URSS e a “cautela de Brasília em expandir os laços” (Doc. 146, p. 19) é explicitamente mencionada.

O papel dos militares brasileiros também foi representado pela CIA: “O presidente, alguns conselheiros importantes e os militares – que ainda são influentes na tomada de decisões de política externa – continuam desconfiados dos motivos e da capacidade de causar problemas da União Soviética” (Doc. 146, p. 19). Desta forma, os militares foram representados como um baluarte anticomunista.

Embora houvesse “crescimento recente e vitórias em algumas eleições municipais” (Doc. 146, p. 21), os partidos de esquerda “ainda ocupam uma posição relativamente menor na estrutura de poder” (Doc. 146, p. 21). Além disso, o documento representa que o “maior partido governista centrista – o Movimento Democrático Brasileiro -, poderosos grupos empresariais e, mais importante, os militares, são importantes freios à esquerda” (Doc. 146, p. 21). Até mesmo “alguns políticos de esquerda aparentemente se opõem à cooperação estreita com os soviéticos” (Doc. 146, p. 21), com o exemplo de Leonel Brizola que “provavelmente manterá distância de Moscou para evitar prejudicar suas perspectivas presidenciais” (Doc. 146, p. 21).

A representação é de que há “pouca chance de que os soviéticos possam aumentar sua influência por meio de grupos subversivos, que não existem neste momento” (Doc. 146, p. 21). Essa é uma construção de significado que afasta a percepção de uma ameaça iminente de desestabilização interna, ao mesmo tempo em que a mantém como uma possibilidade remota se “o direito legal da esquerda de competir pelo poder político fosse rescindido” (Doc. 146, p. 21).

Essas representações servem para construir uma narrativa de resiliência e controle interno brasileiro que limita o avanço soviético, alinhando-se aos interesses dos EUA de conter a influência comunista. A análise discursiva nos permite ver como a linguagem usada (“freios”, “improvável”, “pouca chance”) molda a percepção de uma ameaça que, embora presente, está sob controle.

Ao consistentemente representar o Brasil como uma nação cautelosa, pragmática, com fortes defesas internas contra a influência externa e a União Soviética como um parceiro limitado e de menor impacto, o documento da CIA não apenas registra uma avaliação, mas participa ativamente da construção de uma visão institucional coerente. Essa visão, moldada por essas representações, pode servir para justificar ações e políticas dos EUA em relação ao Brasil, consolidando uma visão de mundo que reforça o papel dos EUA na região e suas relações de poder.

Na representação elaborada pela CIA, em relação às perspectivas das relações brasileiras e soviéticas, havia a alegação de que personagens fortes da esquerda brasileira, como Brizola, se opunham à colaboração soviética, pois ele estaria tentando se conciliar com a classe média e com os militares para aumentar suas chances nas próximas eleições para presidente. E como não havia grupos subversivos ativos àquele momento, as chances de que os soviéticos os utilizassem eram nulas, na visão da CIA.

O documento seguinte recebeu data de novembro de 1986 e título: ‘*South America and the Soviet Union: Slowly Expanding Ties*’, nele, segundo a CIA, é informado que os soviéticos trabalharam com cuidado as relações bilaterais por muito tempo, tendo tido bons resultados com o Brasil e com a Argentina, se aproximando do Uruguai.

O documento da CIA inicia sua avaliação representando a influência soviética na América do Sul como algo “modesto” e advindo, em grande parte, de um “cultivo cuidadoso das relações de Estado para Estado” (Doc. 155, p. 6). Esta é uma construção de significado que sugere que os ganhos de Moscou são mais uma questão de diplomacia pragmática do que de uma incursão ideológica ou militar avassaladora. O texto enfatiza que a região é uma

“prioridade de segunda ordem para Moscou” (Doc. 155, p. 7), devido à “distância do continente da URSS e o baixo potencial de mudança revolucionária em geral” (Doc. 155, p. 7).

A linguagem utilizada é de contenção: a URSS “não fará [...] grandes compromissos de recursos ou o risco de confronto com Washington para avançar seus objetivos na área” (Doc. 155, p. 7). Há uma clara codificação da União Soviética como um ator que, apesar de paciente, possui limites geográficos e estratégicos definidos, com suas apostas mais altas na América Central. Essa prática discursiva tem o efeito de minimizar a percepção de uma ameaça iminente na América do Sul, alinhando-se a uma Política de Contenção mais focada em outras regiões.

O relatório da CIA representa o retorno à democracia na América do Sul como um fator que “beneficia indiretamente os interesses soviéticos” (Doc. 155, p. 13) ao tornar os novos governos civis “mais abertos às relações com a União Soviética” (Doc. 155, p. 7). No entanto, essa abertura é imediatamente qualificada. Líderes como Sarney (Brasil) e Sanguinetti (Uruguai) são representados como buscando relações com a URSS para “mostrar que são independentes dos Estados Unidos para diminuir a pressão política dos esquerdistas domésticos” (Doc. 155, p. 7). Aqui, a motivação brasileira é codificada como um cálculo político interno e não como um alinhamento ideológico profundo com Moscou.

A política da representação é evidente ao destacar os “freios” internos à influência soviética. Os “estabelecimentos militares sul-americanos provavelmente permanecerão militantes anticomunistas” (Doc. 155, p. 7), e o “facciosismo dentro da esquerda minará a eficácia das coalizões de oposição” (Doc. 155, p. 7).

Especificamente para o Brasil, a “elite política brasileira desconfia da URSS e está ansiosa para não provocar os militares anticomunistas do país” (Doc. 155, p. 18). Além disso, a esquerda brasileira é representada como preferindo “partidos políticos locais, como o Partido dos Trabalhadores – uma ramificação do ativismo trabalhista militante em São Paulo [...] ao ortodoxo Partido Comunista Brasileiro de linha moscovita” (Doc. 155, p. 18). Essa construção de significado transmite uma mensagem de que, apesar da abertura democrática, as estruturas internas e as preferências ideológicas do Brasil limitam a capacidade soviética de aprofundar laços significativos.

O documento representa a “deterioração das Condições Econômicas” como um dos fatores que “beneficiam indiretamente os interesses soviéticos” (Doc. 155, p. 13). A necessidade de pagar dívidas externas leva Argentina, Brasil e Uruguai a “expandir o

comércio com a União Soviética” (Doc. 155, p. 13), especialmente após o embargo de grãos dos EUA em 1979. Essa é uma representação das relações econômicas como transacionais e impulsionadas por necessidades pragmáticas dos países sul-americanos, e não por uma convergência ideológica.

Contudo, mesmo nesse campo, a representação da efetividade soviética é contida. As trocas científicas e técnicas entre Brasil e Argentina e a URSS são limitadas a “indústrias não sensíveis, como ferro e aço” (Doc. 155, p. 22), e a URSS é representada como buscando coletar informações através delas. A “baixa qualidade” dos produtos do Bloco Comunista e o “rigor da moeda forte soviética” (Doc. 146, p. 20) são frequentemente mencionados em outros documentos da CIA como impedimentos, reforçando a ideia de que a cooperação econômica é pragmática e limitada, com um viés de interesse soviético em vez de benefício mútuo equilibrado.

O relatório da CIA codifica a influência cultural e revolucionária soviética na América do Sul como amplamente ineficaz. Os “graduados das escolas soviéticas não competem efetivamente com seus compatriotas americanos, europeus ocidentais ou educados no país” e “frequentemente voltam desiludidos com a vida soviética e as universidades” (Doc. 155, p. 22). A recusa de instituições brasileiras em reconhecer diplomas soviéticos é apontada como um fator que “limita a influência de tais graduados” (Doc. 155, p. 22).

Mesmo as tentativas de promoção de grupos de frente soviéticos, como o Conselho Mundial da Paz, são representadas como falhas, pois “muitas vezes saem pela culatra”. O exemplo de participantes argentinos e uruguaios que se sentiram “repelidos pela pesada gestão de palco dos soviéticos” (Doc. 155, p. 22) ilustra como a codificação aqui é de uma influência soviética desajeitada e pouco atraente.

Quanto à revolução, o documento faz uma representação explícita de que os “movimentos insurgentes são inexistentes, como no Brasil e no Paraguai, ou são muito pequenos ou inativos” (Doc. 155, p. 22). Os soviéticos são representados como “concluindo que a revolução é uma perspectiva de longo prazo na América do Sul” e “exortando os revolucionários [...] a explorar as oportunidades não violentas apresentadas pelo retorno da democracia” (Doc. 155, p. 22). Essa prática discursiva serve para reforçar a ideia de que a região não é um terreno fértil para a subversão comunista clássica, tranquilizando o leitor sobre a estabilidade regional.

Resumindo, Moscou avaliava, segundo a CIA, cada país de acordo com seu potencial revolucionário e estratégico, depois o potencial econômico, estando o Brasil e a Argentina no caminho desejado pela ideologia marxista, pois desenvolveram seu proletariado industrial. Ligações claras e escondidas estariam sendo feitas entre Moscou e partidos e líderes políticos na região. Só que no Brasil e na Argentina, com a esquerda ainda fraca, os resultados não teriam sido bons e, por outro lado, mesmo os líderes comunistas nos dois países não se mostraram receptivos aos soviéticos, e no Brasil preferiram participar do Partido dos Trabalhadores a se integrarem no PCB. Portanto, a CIA representava o Brasil, com este documento, como apresentando condições para uma revolução nos moldes esperados por Moscou, mas que a falta da esquerda estruturada para tal fim atrapalharia, já que a esquerda tendia mais a ser trabalhista do que membro do PCB àquela altura.

Em 20 de janeiro de 1989, George H. W. Bush (1924 – 2018) tomou posse como o novo presidente dos EUA (NAFTALI, 2007). Em 3 de fevereiro de 1989, tomava posse no Paraguai Andrés Rodríguez Pedotti (1923 – 1997), após a derrubada de Stroessner (RODRÍGUEZ, 1991). Em 15 de março de 1990, tomava posse no Brasil o primeiro presidente eleito diretamente desde o Golpe de 1964, Fernando Collor (MACIEL, 2011).

Neste capítulo da tese, examinei as representações referentes à política externa do Brasil e do Paraguai, destacando como as ações e percepções desses países foram registradas e representadas pela CIA. A análise abordou a influência da política externa nas relações internacionais e as dinâmicas econômicas, militares e diplomáticas que moldaram as interações desses países com seus vizinhos e com grandes potências globais.

Olhando a representação do contexto histórico e político, as representações da CIA acerca da política externa brasileira e paraguaia evidenciaram como esses países foram percebidos e como suas ações impactaram a região e além. O Brasil, por exemplo, foi retratado como um país em ascensão política e econômica, superando a Argentina em várias frentes e expandindo suas influências na América do Sul.

A política externa do Paraguai, especialmente durante o regime de Alfredo Stroessner, revelou uma tentativa de diminuir a dependência da Argentina, destacando a complexa relação entre os dois países. A CIA documentou como o Paraguai buscou alternativas para reduzir sua vulnerabilidade econômica e política, promovendo a aproximação com outras nações, como o Brasil e os Estados Unidos.

Focando a representação das relações bilaterais e regionais, este capítulo destacou a longa rivalidade entre Brasil e Argentina, na qual a diplomacia e as alianças estratégicas desempenharam papéis cruciais. O Brasil foi constantemente representado como uma potência emergente, fortalecendo suas relações com países como Uruguai, Paraguai e Bolívia através de acordos econômicos e projetos de infraestrutura, como a construção da usina hidroelétrica de Itaipu. Este movimento teria sido recebido com apreensão pela Argentina, conforme a CIA registrara, que veria suas próprias ambições regionais ameaçadas.

De acordo com a representação feita pela CIA, a economia paraguaia foi frágil e dependente de importações, especialmente da Argentina. A assinatura de acordos comerciais com a Argentina refletiu a tentativa paraguaia de melhorar as relações econômicas, mas também destacou a contínua dependência econômica do país vizinho. Em contrapartida, o Paraguai também teria buscado fortalecer seus laços com o Brasil, especialmente através de projetos de infraestrutura e acordos de cooperação.

Atentando para a representação da influência econômica e militar, a expansão econômica do Brasil e a estabilidade política imposta pelo regime militar foram contrastadas com os desafios econômicos e a instabilidade política da Argentina. O poder econômico do Brasil teria permitido a ele consolidar sua posição de liderança na região, oferecendo melhores condições econômicas a seus parceiros regionais e firmando acordos que desafiavam a influência argentina.

A representação da CIA a respeito do papel militar no Paraguai sugere que, apesar das mudanças de regime, a influência militar permaneceu significativa. Os governos anteriores a Stroessner mantiveram uma postura majoritariamente pró-Argentina, mas com Stroessner a orientação representada voltou-se a uma postura pró-EUA e Brasil, o que evidenciou a estabilidade nas relações internacionais do Paraguai com os Estados Unidos e outros aliados regionais. Assim, houve a representação da redução do isolamento e de uma nova política externa paraguaia.

Sob a liderança de Stroessner, o Paraguai passou por um processo de abertura e redução de seu isolamento. A construção de novas rotas comerciais e a entrada de investimentos estrangeiros teriam sido estratégias para diminuir a dependência da Argentina. Além disso, reuniões diplomáticas e a participação em conferências internacionais indicaram um esforço deliberado para reposicionar o Paraguai no cenário global. Durante o regime de

Stroessner, o Paraguai se tornou mais ativo nos assuntos interamericanos, participando de operações de paz e obtendo assentos em organizações internacionais.

Em termos da representação militar, a CIA documentou os esforços da Argentina em buscar suprimentos militares da URSS e a oposição ao plano de padronização de armas liderado pelos EUA, que favoreceria o Brasil. Este cenário destacou a competição armamentista entre os dois países e as implicações para a segurança regional, o que o desenvolvimento em pesquisa nuclear apenas teria deixado mais complexo.

Analisando a representação do papel do Brasil na política paraguaia, a influência do país é destacada na mediação de conflitos internos e na promoção de soluções negociadas para a guerra civil. A diplomacia brasileira foi apresentada como crucial para a estabilização do país, apesar das dificuldades em negociar, no exemplo de 1947, termos de rendição aceitáveis para todas as partes envolvidas.

Também, a representação das mudanças de alinhamento político foi descrita pela CIA. Este capítulo discutiu mudanças na política externa brasileira durante os governos sucessivos, com uma orientação mais neutra, com um distanciamento dos EUA em alguns momentos e com alianças e aproximação em outros. O movimento de afastamento foi interpretado como uma resposta às decepções com a política norte-americana e um esforço para melhorar a posição internacional e econômica do Brasil através de uma abordagem mais independente e multilateral, enquanto o país fazia acenos discretos ao bloco soviético.

Assim, os capítulos anteriores forneceram uma visão das representações da política externa brasileira e paraguaia, ilustrando como as dinâmicas de poder, as rivalidades regionais e as estratégias diplomáticas e econômicas moldaram as percepções e as ações desses países no cenário internacional. A análise baseada nos documentos da CIA revelou a complexidade das interações internacionais e as diversas facetas da política externa na América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esta tese de doutorado com a suspeita de que poderia vir a aprender muito com o conteúdo do *corpus* documental que se encontra disponível nos arquivos da CIA. Mais ainda, cria que este conteúdo poderia vir a contribuir para aumentar o conhecimento acadêmico que temos acerca de algumas facetas das nações vizinhas, Brasil e Paraguai. Para tanto fora necessário descobrir novas ferramentas tecnológicas, como o software StArt, que facilitou enormemente a revisão sistemática que fora empreendida nos 1629 documentos que obedeceram à *string* de busca, “*Brazil and Paraguay*”. Além disto, houve a oportunidade de desenvolver uma ferramenta conceitual *ad hoc*, a Memória de Estado, que serviu para diferenciar o tipo de informação a que tive acesso lidando com esta memória oriunda dos arquivos da CIA liberados pelo FOIA.

O desafio que me impus demandou um esforço enorme para selecionar dentre aqueles 1629 documentos PDF originais os 207 finais que comporiam o *corpus* documental desta pesquisa. A iniciativa empreendida era a de realizar uma Análise Documental no corpus selecionado após a revisão sistemática do material disponível. Foram centenas de páginas de texto em inglês, algumas com anotações, muitas com censura (sanitizadas). O que fiz foi ler, separar, traduzir, categorizar e reconstruir as informações em um texto contínuo, desde que ele trouxesse a Memória de Estado acerca do Brasil e do Paraguai (capítulo 3) e as representações em política externa dos mesmos países (capítulo 4), de acordo com as precondições que estabeleci para circunscrever tais informações cruas, ganhando em conhecimento tanto dos países vigiados, quanto do país espião, vindo a saber quais eram seus interesses conosco.

Sabendo quais eram as informações relevantes para os EUA, pude entender como a CIA funcionava, que para minha surpresa tal funcionamento se assemelhava muito ao do mundo acadêmico, sendo alguns dos arquivos verdadeiras dissertações acerca de um tema específico. Outro entendimento novo foi o de saber que não havia uma superestrutura de espionagem aos moldes de Hollywood, mas sim um esforço burocrático para prover informações contínuas à Agência utilizando de informantes locais, infiltrados nas burocracias estatais (pelo menos em relação ao material atualmente disponível para consulta).

A interdisciplinaridade foi garantida nesta tese com a adoção de múltiplos métodos de coleta e de tratamento da informação. O suporte da informática foi fundamental para dar

conta da seleção e catalogação dos dados. A disciplina de História forneceu a Análise Documental como método de tratar os dados, aumentando a consistência interna dos procedimentos adotados. O conceito de Representação, também oriundo das humanidades, acabou sendo o mais amplamente utilizado nesta tese. A Geografia do Poder, com o trabalho de Claude Raffestin (1993) funcionou como bússola metodológica para a avaliação científica do comportamento dos personagens citados nos arquivos da CIA.

Assim, criar uma *string* de busca, encontrar os arquivos PDF, armazená-los, lê-los, compreendê-los, aprová-los ou rejeitá-los, traduzi-los, categorizá-los, analisa-los e sintetizá-los foram etapas do processo metodológico geral adotado para esta pesquisa. Atuei heurísticamente, buscando a maior quantidade possível de informações para prover a maior cobertura possível dos fatos narrados pelos agentes da CIA nestes vários anos de vigilância, o que resultou em uma tese que pretende ir contra uma tendência atual de diminuir o volume dos trabalhos, o que foi parcialmente possível fazer, apesar de pressões várias que acabariam comprometendo os resultados finais, caso não houvesse ocorrido a bem-vinda intervenção da orientadora da tese, que abraçou a proposta de trabalho, apesar do pouco tempo.

Para aumentar o laço entre as informações oriundas dos documentos e a realidade histórica, optei por informar a respeito das alternâncias de poder nos governos dos EUA, Brasil e Paraguai, isto na tentativa de fornecer ao leitor o pano de fundo dos acontecimentos que poderiam alterar ou reforçar os interesses norte-americanos na região de nossa pesquisa.

A Memória de Estado foi conceitualizada para ajudar na compreensão de sua especificidade, por se tratar de uma memória, mas com particularidades que as fazem únicas, já que se tratam de Memórias de Estado, algo produzido e armazenado para uso estatal. A esperança é que tal iniciativa possa incentivar a pesquisa futura em bancos de dados da CIA e de outras agências de informação, promovendo a disseminação de informações anteriormente secretas e que sejam importantes para as sociedades vigiadas.

A bibliografia também foi um desafio, acarretando um grande esforço de leitura e catalogação de conceitos e fatos. Assim, alguns autores consagrados do campo da História (Le Goff, Burke, Cellard, Febvre etc.) apareceram para contribuir nesta pesquisa. Claude Raffestin, que apoiou este trabalho com sua Geografia do Poder, Stuart Hall e Roger Chartier, que nos forneceram as bases do conceito de Representação, também foram fundamentais. A Análise Documental foi descrita por autores como Bernardes, entre outros. Os demais acrescentaram seus pontos de vista ou confirmaram dados citados nos arquivos.

Finalmente, o que poderia acrescentar a esta tese que já não foi tratado nas páginas anteriores da mesma? Compreendo, após a pesquisa, que se pode recategorizar os fatos descritos nos dois capítulos anteriores (3 e 4) em quatro grandes grupos, de acordo com as suas naturezas. Evidentemente o intuito não é o de se esgotar as possibilidades explicativas, mas apenas de tentar acrescentar ainda mais facetas às já descritas, ao mesmo tempo incentivando o debate em torno de tais explicações, convidando outros pesquisadores a contestá-los, confirmá-los ou acrescentar algo mais a eles.

Se se pensar nas funções da CIA da perspectiva da Geografia do Poder, é possível pensarmos que haveria uma relação dialética entre a política externa de cada país espionado e a política interna aos mesmos. Assim, um acontecimento interno aos EUA ou à URSS (no período estudado aqui) poderia gerar repercussões mundiais, dado o grau de influência destes grandes *players* internacionais. Tais repercussões seriam percebidas no interior dos Estados vigiados e gerariam consequências, ora para diminuir os impactos, ora para dinamizá-los, promovendo acontecimentos nas políticas internas dos países.

Ao colher as informações acerca de tais acontecimentos internos, a CIA providenciava relatórios e os encaminhava a outras partes do Estado norte-americano, o que podia gerar outras respostas, por exemplo, da parte do Departamento de Estado dos EUA. Tudo em um jogo de ação e reação mútua. Outros Estados também responderiam da mesma forma a acontecimentos internos de um terceiro Estado, aumentando a complexidade.

O que se deveria saber era como tirar vantagem das informações colhidas em campo, em quem confiar, quem combater, como conseguir vantagens, lucros, hegemonia, poder. E manter o poder seria tão importante quanto conquistá-lo, sendo que os Estados inimigos deveriam ser conhecidos para serem derrotados.

Diante deste cenário, a proposta interpretativa seria a de um arranjo mutuamente dinâmico entre quatro campos de interesse da CIA (e possivelmente de qualquer agência com a mesma natureza), formados por questões de política externa ao Estado espionado (relações com vizinhos, relações com Estados distantes – mas influentes –, tensões militares, disputas regionais, busca por hegemonia local etc.), questões de política interna (como os Estados estavam sendo administrados e configurados internamente, quais suas forças políticas e suas tendências ideológicas, quem eram os poderosos, quem os ameaçava, quem os substituiria, quais os perigos e os conflitos no horizonte etc.), questões econômicas (oportunidades de negócio, recursos naturais, desenvolvimento, mercado, importações, exportações, empréstimos, balança de pagamentos etc.) e ameaças (quem eram os inimigos,

qual era sua força, quem eram seus aliados, para onde se expandiam, como agiam, quem os combatia etc.).

Então, chamei os quatro conjuntos de: a) Política Externa; b) Política Interna; c) Energia (poder econômico, dinheiro, mercado etc.); e d) Inimigos (reais, imaginários, criados, destruídos, representados). Assim, uma ocorrência internacional geraria uma resposta local, que poderia voltar a ser internacionalmente percebida (gerando mais respostas) ou provocar mudanças internas ao Estado espionado em questão. Tal resposta poderia vir a gerar oportunidades de aumentar o poder do Estado espião (no nosso caso os EUA), poder que tenderia ser materializado na forma de lucro, comprando ou vendendo, sendo pago por serviços ou uso de *know-how*, entre outras possibilidades de negócio. Tudo sendo usado para combater o inimigo, evitando o aumento de seu poder, buscando aliados, incentivando-os a romperem relações com tais inimigos, criando lados opostos de adesão, desincentivando acordos comerciais, culturais, diplomáticos ou de segurança, minando o outro lado e excluindo-o o máximo possível do contexto internacional, garantindo a hegemonia mundial (caso possível), regional ou local, ou alguma vantagem em um cenário de conflito direto (o que felizmente nunca ocorreu, mas que então era impossível de se saber).

O diagrama abaixo (Figura 6) tenta demonstrar graficamente minha visão da complexidade da relação de tais conjuntos, onde as áreas de intercessão se sobrepõem sucessivamente, mostrando o que os textos estudados oriundos da CIA já indicavam, que não havia memorando 100% pertencente a um tipo exclusivo de grupo, todos apontavam em maior ou menor grau níveis de interação.

Figura 6 – Diagrama representando grupo de questões de interesse da CIA



Quadro idealizado pelo autor.

Em meio a este arranjo dialético entre fatores que interagiram para moldar a realidade da política externa brasileira e paraguaia durante o período que foi estudado nesta tese, os documentos da CIA revelaram Memórias de Estado e suas representações diversas dos países foco da pesquisa, representações moldadas pelas dinâmicas geopolíticas da Guerra Fria e pelos interesses estratégicos dos EUA na região. Foi possível constatar como as percepções da CIA evoluíram ao longo do tempo, acompanhando as mudanças políticas, sociais e econômicas em ambos os países.

No caso do Brasil tivemos oportunidade de perceber um conjunto de representações oriundas dos documentos da CIA. Um deles diz respeito à ascensão do país como Potência Regional, o que teria ficado mais patente após a chegada ao poder do regime militar instaurado em 1964, quando a CIA reconheceu a crescente influência do Brasil na América do Sul, impulsionada por seu rápido crescimento econômico, estabilidade política e ambições de liderança regional. Como houve uma combinação de uma economia em expansão e estabilidade política forçada, os líderes brasileiros tenderam a buscar um papel mais ativo nos assuntos latino-americanos e mundiais. A CIA também observou o Brasil como uma espécie de representante dos EUA na liderança regional.

Outra representação recorrente está ligada ao nacionalismo crescente e ao pragmatismo da parte dos governos brasileiros. A CIA reconheceu o crescente nacionalismo brasileiro, manifestado na busca por uma política externa independente e na defesa de seus interesses econômicos. Assim como os documentos também apontam para o pragmatismo brasileiro, evidenciado na busca por relações com o bloco soviético por motivos comerciais, apesar da desconfiança em relação à URSS.

A influência brasileira junto aos governos do Paraguai foi representada pela CIA desde a Guerra Civil Paraguaia, em 1947, até os acordos com Stroessner. A CIA observou a crescente influência brasileira no Paraguai, especialmente após o acordo de Itaipu em 1973. O acordo foi representado como um símbolo da capacidade brasileira de oferecer incentivos econômicos e superar a Argentina na disputa pela influência no Paraguai.

Outra representação recorrente foi a da rivalidade com a Argentina. A CIA reconheceu a rivalidade histórica entre Brasil e Argentina, intensificada pela ascensão

brasileira e pelas disputas por influência em países como Paraguai, Uruguai e Bolívia. Os documentos apontaram para tensões em áreas como comércio, investimentos, recursos naturais e até mesmo modernização militar. A CIA representou uma rivalidade que continuaria a ser um fator importante na dinâmica regional e nas relações dos EUA com ambos os países.

Em relação aos vizinhos brasileiros na América do Sul, houve a representação de desconfiança e temores. A CIA reconheceu que o crescente poder brasileiro gerou desconforto e desconfiança entre seus vizinhos. Os documentos apontaram para o receio de um “expansionismo brasileiro” e representaram a busca por contrapesos à influência brasileira na região.

No caso do Paraguai pôde-se perceber um outro conjunto de representações identificadas nos documentos da CIA, como as representações de vulnerabilidade e dependência. A CIA retratou o Paraguai como um país vulnerável, dependente de seus vizinhos maiores, Argentina e Brasil, e suscetível à sua influência. A localização geográfica do Paraguai, sua fragilidade econômica e suas recorrentes instabilidades políticas foram apontadas como fatores que limitavam sua autonomia.

A aproximação com o Brasil, a partir da década de 1970, foi mais uma representação feita pela CIA, que registrou a crescente aproximação do Paraguai com o Brasil, impulsionada pela busca por apoio econômico e político. A visita do presidente Geisel ao Paraguai em 1975 foi vista como um marco dessa aproximação, simbolizando a crescente influência brasileira.

Além da aproximação descrita anteriormente, houve a representação das relações paraguaias com a Argentina. A CIA observou que o Paraguai buscava manter relações com a Argentina, mas a instabilidade política argentina e as tensões com o Brasil levaram o Paraguai a se inclinar mais para o lado brasileiro.

O isolamento e a repressão no Paraguai foram representados nos documentos estudados. A CIA descreveu o Paraguai sob Stroessner como um regime autoritário com histórico de repressão política e isolamento internacional. A CIA mencionou a repressão a opositores políticos e a ausência de relações com Cuba como exemplos do caráter fechado do regime paraguaio.

Outro viés de análise pode surgir se as estruturas discursivas presentes nos excertos dos documentos da CIA forem analisadas. Assim, pode-se revelar a construção de significados, como o reforço e o desafio a relações de poder e a transmissão de ideologias

específicas sobre Brasil e Paraguai. As narrativas elaboradas pela Agência moldariam a percepção acerca da região, justificando as ações norte-americanas e influenciando a formulação de políticas para lidar com estes países.

Desta forma, pode-se verificar a função da América do Sul como Campo de Batalha da Guerra Fria, com a construção de um inimigo. A retórica anticomunista presente nos documentos construiu a imagem da América do Sul como um campo de disputas da Guerra Fria, onde a ameaça subversiva representaria um perigo constante à segurança hemisférica. Essa narrativa demonizava movimentos de esquerda, sindicatos e líderes políticos que desafiassem os interesses norte-americanos, o que justificaria intervenções e o apoio a regimes autoritários.

Assim, a CIA colocaria os EUA como guardião da democracia e da liberdade, combatendo o comunismo e promovendo a estabilidade política na região. Essa narrativa mascararia o papel dos EUA na desestabilização de regimes democráticos e no apoio a ditaduras militares, ocultando as motivações geopolíticas e econômicas por trás de suas ações.

Ao representar a América do Sul, incluindo o Brasil e o Paraguai, como um espaço vulnerável à influência soviética, a CIA reforçaria a necessidade da presença e da liderança dos EUA na região. Essa narrativa justificaria a intervenção em assuntos internos, o apoio a governos alinhados a Washington e a busca por aliados estratégicos na luta contra o comunismo.

Em meio a este cenário, emergiu a representação da ascensão do Brasil e uma nova dinâmica regional na qual o Brasil oscilava como ameaça e oportunidade. Os documentos da CIA estudados reconheceram o crescente poderio brasileiro, mas oscilam entre a percepção do Brasil como uma ameaça potencial à hegemonia norte-americana e uma oportunidade de parceria estratégica. Essa ambiguidade reflete a complexidade das relações bilaterais, marcadas pela cooperação em áreas como o combate ao comunismo e a busca por mercados, mas também por divergências em questões como comércio internacional, investimentos estrangeiros e autonomia política.

Em meio a este cenário, a rivalidade Brasil-Argentina aparece como um fator de instabilidade regional. A disputa por hegemonia regional entre Brasil e Argentina foi representada como um fator de instabilidade, que poderia prejudicar os interesses norte-americanos e abrir espaço para a influência de potências estrangeiras, marcadamente a URSS. A CIA e suas representações abriu margem para que os EUA pudessem explorar

essa rivalidade em benefício próprio, apoiando ora um, ora outro país, de acordo com suas conveniências geopolíticas.

A representação da ascensão econômica e política do Brasil e sua busca por uma política externa mais independente desafiaram a ordem regional tradicional, liderada pelos EUA. Essa mudança na dinâmica de poder exigiu que a CIA sugerisse adaptações das estratégias norte-americanas, buscando novas formas de exercer influência sobre a região e lidar com a crescente autonomia dos países sul-americanos.

Olhando pelo ponto de vista dos interesses econômicos e a lógica do desenvolvimento, a América do Sul fora representada nos documentos da CIA como fonte de recursos e mercado consumidor. Os documentos da CIA revelaram a importância da América do Sul como fonte de recursos naturais e mercados para as empresas norte-americanas. A busca por matérias-primas estratégicas, como petróleo e minérios, e a necessidade de expandir os mercados consumidores influenciaram a política externa dos EUA para a região, frequentemente levando ao apoio a regimes autoritários que garantissem um ambiente favorável aos investimentos estrangeiros.

Outra característica apontada pelas representações identificadas no *corpus* estudado indica como a CIA via o desenvolvimento econômico como um instrumento de controle político, buscando moldar as economias da região de acordo com os interesses norte-americanos. A promoção de políticas de livre mercado, a abertura para investimentos estrangeiros e o combate a políticas nacionalistas visavam garantir a dependência da América do Sul em relação aos EUA e fortalecer sua influência sobre a região.

Neste cenário, as disputas por mercados, recursos naturais e investimentos estrangeiros entre os países da região são vistas como potenciais focos de conflito, que poderiam desestabilizar a América do Sul e prejudicar os interesses norte-americanos. A CIA tentaria sugerir mediações nessas disputas, buscando garantir um equilíbrio de poder que favorecesse a hegemonia norte-americana e a estabilidade regional.

Do ponto de vista das ideologias predominantes nas representações identificadas nos documentos da CIA, pode-se citar o anticomunismo, o capitalismo liberal e excepcionalismo norte-americano. A ideologia anticomunista permeia os documentos, moldando a percepção (já citada) de Brasil e Paraguai e dos demais países da América do Sul como um campo de batalha da Guerra Fria e justificando a intervenção norte-americana em assuntos internos.

Já a crença na superioridade do capitalismo liberal e na necessidade de promover o livre mercado nos dois países estudados, assim como em toda a América do Sul, é perceptível

nos documentos. A CIA defendeu a abertura para investimentos estrangeiros, a desregulamentação da economia e o combate a políticas nacionalistas, o que resultaria em moldar a região de acordo com os interesses norte-americanos.

Também a crença na missão civilizatória dos EUA e no seu papel de liderança global se manifesta na narrativa da CIA acerca dos países estudados. A agência se coloca como guardião da democracia e da liberdade, justificando sua intervenção na região como necessária para a proteção dos interesses norte-americanos e a promoção da estabilidade hemisférica.

Portanto, a análise das representações presentes nos documentos da CIA revela uma visão estratégica acerca dos países estudados, assim como da América do Sul, moldada por ideologias e interesses específicos. A narrativa construída pela agência visaria justificar a intervenção norte-americana na região, garantir o acesso a recursos estratégicos, promover a hegemonia dos EUA e conter a influência de rivais geopolíticos. A compreensão dessas representações é fundamental para uma análise crítica da atuação da CIA referente aos dois países estudados, e na América do Sul como um todo, e seus impactos sobre a região.

Retomando questões levantadas na introdução desta tese, como a de se saber qual foi a motivação para a CIA produzir representações a respeito do Brasil e do Paraguai, o que veio a permitir a criação de Memórias de Estado acerca das mesmas nações, acredito que tanto os capítulos 3 e 4, quanto estas constatações tecidas e sintetizadas nestas considerações finais, trazem esta resposta de forma a demonstrar tais representações em suas diferentes facetas.

De acordo com o que fora exposto nos capítulos anteriores, 3 e 4, a CIA, ao representar Brasil e Paraguai de uma determinada forma, poderia informar ao governo dos EUA acerca dos dois países, ao mesmo tempo em que poderia sugerir ações possíveis para conseguirem vantagens de acordo com tais informações, antecipando problemas ou criando oportunidades de ganho de poder por parte dos norte-americanos.

Quais foram os temas motrizes que aparecem nas representações dos agentes da CIA, em relação aos países alvo de espionagem, foi algo bem discutido durante o desenvolvimento da tese, desde a fraqueza econômica e o isolamento do Paraguai, ao desenvolvimento e aumento da influência regional do Brasil, passando pela disputa com a Argentina pela hegemonia na América do Sul, sendo o Paraguai um país a ser influenciado e trazido para mais próximo, o que resultou em vários acordos mútuos, como no caso da Hidroelétrica de Itaipu, por exemplo.

Também discutiu-se como as representações presentes em documentos de inteligência contribuiriam para forjar ou consolidar narrativas sobre Estados nacionais. Desta forma, as representações de um Brasil em crescimento poderiam ecoar internamente no país ou poderiam ser usadas pelo governo dos EUA para incentivar alianças ou levantar suspeitas de nossos vizinhos, assim como uma representação de um Paraguai estagnado poderia incentivar investimentos externos ou desincentivá-los, dependendo da propaganda associada e aos interesses norte-americanos no país.

Quanto a se determinar se o material produzido pela agência de inteligência é uma referência de Memória de Estado, acredito que o desenvolvimento da tese demonstra que sim, pois o que vimos ser produzido tem as características necessárias para esta determinação, por terem sido em sua maioria documentos secretos, serem documentos padronizados e típicos de organizações estatais, com seu conteúdo direcionado aos interesses do Estado produtor e consumidor das informações contidas em tais documentos, e sendo marcadamente instrumentos direcionados à manutenção ou ao aumento do poder do Estado produtor de tais documentos, servindo aos interesses deste, enquanto guarda uma enorme riqueza de informações acerca dos Estados espionados.

Portanto, o objetivo de analisar como as representações de agentes da CIA, a serviço dos Estados Unidos da América, produziram sentidos e significados relativos ao Brasil e ao Paraguai, por meio de documentos (memorandos, cartas, relatórios, matérias de jornais, etc.) foi alcançado com a utilização das ferramentas conceituais descritas no capítulo dedicado à metodologia, trazendo um conjunto amplo de material novo e as análises pertinentes aos trechos elencados.

Desta forma, foi desenvolvido um arcabouço teórico-metodológico para subsidiar as análises dos documentos selecionados, unindo o conceito de representação, o de poder e o de Memória de Estado. Daí, foi possível identificar as Categorias Emergentes que sobressaíram nos documentos definidos na delimitação e analisar uma delas como exemplo do que se pode encontrar nos documentos escritos à nossa disposição. Também foi possível analisar como a construção de representações produzidas por meio de documentos de inteligência contribuíram para o fortalecimento de determinada Memória de Estado acerca do Brasil e do Paraguai.

Quanto à hipótese de trabalho enunciada nesta tese, a de que é possível lidar com uma grande massa de dados e fazer uma Análise Documental de forma interdisciplinar, utilizando alguns conceitos como base para comparações entre o que existe nos documentos

e o que o conceito prevê, pôde em parte ser confirmada, isto porque apesar de o conjunto original de documentos tratados, 1629, corresponder à grande massa de dados esperada, ao final apenas uma das 10 categorias foi realmente trabalhada na tese, no capítulo 4, como forma de demonstrar as representações criadas pela CIA.

A presente tese, ao aprofundar-se no conceito de representação e ao propor uma acepção específica de memória – a Memória de Estado –, revelou a complexidade intrínseca das representações, do poder e da influência das agências de informação. Esta pesquisa demonstrou como as informações produzidas por uma agência como a CIA não apenas descrevem, mas ativamente constroem a percepção da realidade, impactando diretamente no destino de nações como o Brasil e o Paraguai.

O arcabouço teórico que fundamentou esta investigação é central. O conceito de Representação mostrou-se uma ferramenta analítica valiosa. Essa perspectiva foi fundamental para compreender como os documentos da CIA não se limitavam a descrever as realidades brasileira e paraguaia, mas as construíam ativamente, moldando a percepção dos receptores dessas informações.

A ênfase nas práticas discursivas e na ligação intrínseca entre representação e poder esclareceu como a Agência, ao codificar percepções e análises, determinava o que era considerado “verdadeiro” para os formuladores de política dos EUA.

A originalidade desta tese reside na conceitualização e aplicação da Memória de Estado. O estudo de Matthew James Connelly fortaleceu essa compreensão, destacando a prática de classificar milhões de informações como um mecanismo de controle do Estado sobre a informação, limitando o acesso público. A destruição ou ocultação de informações também faz parte da construção da Memória de Estado, como evidenciado pela recusa em aceitar limites ao poder de definir segredos.

O histórico da CIA, narrado por Tim Weiner, reforçou a compreensão da CIA como um agente central na produção dessa Memória de Estado, controlando informações classificadas, manipulando narrativas e, por vezes, ocultando ou destruindo registros para salvaguardar interesses geopolíticos e proteger seus agentes. A análise dos 207 documentos desclassificados, portanto, não buscou uma verdade absoluta, mas sim o que a CIA considerou relevante registrar, revelando uma construção seletiva e ligada ao poder.

Os resultados empíricos, detalhados nos capítulos 3 e 4, apresentaram um panorama abrangente das representações construídas pela CIA sobre a política externa de Brasil e Paraguai no período estudado.

Adicionalmente, esta tese abordou temas transversais presentes na Memória de Estado tecida pela CIA. A ameaça comunista, desde a Guerra Civil Paraguaia de 1947 até a influência cubana e a infiltração em sindicatos, foi um elemento constante que justificou a vigilância e, por vezes, o apoio a regimes autoritários.

A busca por criminosos nazistas, como Josef Mengele, revelou um contexto de desinformação, agendas ocultas e a complexa relação entre Estado, poder e a construção de narrativas, frequentemente ligando esses criminosos a redes de tráfico de drogas e, por vezes, à Operação Condor.

A militarização da política latino-americana, com o papel central das forças armadas como árbitros do poder e implementadores de reformas econômicas, foi uma representação recorrente, que a CIA utilizou para justificar sua facilitação de golpes, como o de 1964 no Brasil, enquanto a Operação Condor exemplificou a coordenação repressiva e a violência política na região.

Em síntese, esta tese foi além da descrição de eventos para oferecer uma compreensão crítica de como a informação, controlada e representada por um ator poderoso como a CIA, se torna um instrumento de poder. A Memória de Estado, distante de ser um registro objetivo, é uma construção intencional que reflete os interesses e as ideologias do Estado que a produz, influenciando a percepção do passado, a tomada de decisões no presente e a projeção de cenários futuros.

Este estudo, de caráter exploratório, ao revelar essa memória específica, propõe uma reflexão aprofundada sobre a construção da realidade nas relações internacionais e a responsabilidade dos pesquisadores em analisar narrativas dominantes para revelar vozes e perspectivas marginalizadas.

Encerrando esta jornada de 4 anos de estudos, leituras, pesquisas, reflexão e escrita, cheguei à conclusão de que todo este esforço, que seria desperdiçado caso minha nova orientadora não houvesse apoiado minha iniciativa original, pôde ser parcialmente recuperado (já que o tempo foi curto para um melhor fechamento da tese). Eu, que me encontrava decepcionado com todo o processo, espero que o leitor consiga apreender o significado geral do trabalho.

Ainda acredito e lamento que a academia não comporte mais trabalhos muito longos e que o sobretrabalho que muitos professores têm diariamente é um incentivo perverso em direção à simplificação, o que apenas nos empobrece a cada nova pesquisa tolhida de sua intenção original.

Desejo profundamente que esta tese, mesmo com seus inúmeros defeitos, possa incentivar novas iniciativas de igual direção, a dos estudos da Memória de Estado, do poder e das representações às quais somos submetidos sem sabermos, mas que nos essencializam em estereótipos de várias procedências e que servem, quando produzidos por Estados, para nos submeter a um poder maior que o do indivíduo livre.

Ainda há nove categorias das que foram elencadas para que se possa avançar nesta direção de pesquisa. Além disto, há mais algumas categorias não mencionadas, como a dos direitos humanos e a das migrações, por exemplo. De qualquer forma, está feito o convite para esta ainda pouco trabalhada direção de estudos.

REFERÊNCIAS

ABAURRE et al. Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 25, 1995.

ABU-ZEID, M. A.; EL-SHIBINI, F. Z. Egypt's high Aswan dam. **International Journal of Water Resources Development**, v. 13, n. 2, p. 209-218, 1997.

ACOSTA, Tomás Díez et al. LA PRIMERA VISITA DE FIDEL A LA URSS. **Ибероамериканские тетради**, n. 4, p. 55-61, 2015.

ADAMS, Jefferson. **Historical Dictionary of German Intelligence**. Scarecrow Press, 2009.

AGUAYO, Sergio. **El panteón de los mitos**; Estados Unidos y el nacionalismo mexicano. México, Editorial Ink, 2014b.

ALBUQUERQUE, César Augusto Rodrigues de. **Perestroika em curso: uma análise da evolução do pensamento político e econômico de Gorbachev (1984-1991)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALBURQUERQUE, Germán. América Latina no Movimento dos Países Não Alinhados: uma questão de autonomia e soberania, 1961-1990. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 3, p. 15, 2020.

ALCALA CALVO, Luis. **Bases jurídicas y sociales para la reforma del tribunal de imprenta en Bolivia**. 2017. Tese de Doutorado. Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 2018.

ALLISON, Graham; ZELIKOW, Philip. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. 2nd ed. New York: Longman, 1999.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais a partir de 1970**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. A função-autor: examinando o papel do nome do autor na trama discursiva. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, p. 221-235, 2008.

ALMEIDA MELLO, Leonel Itaussu. A geopolítica do poder terrestre revisitada. In: **LUA NOVA**, São Paulo, n. 34, p. 51-69, 1994.

ALMEYDA, Clodomiro. La OLAS y la crisis política en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 1, n. 3/4, p. 427-442, 1967.

AMADO, Jorge. **El Caballero de la Esperanza: Vida de Luís Carlos Prestes**. Fondo de Cultura Economica, 2022.

AMADO, Jorge; GOMES, Alvaro Cardoso; NEVES, Sonia Regina Rodrigues. **Jorge Amado**. Abril Educação, 1981.

AMORIM NETO, O. De **Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier Editorial Ltda. y Fundación Konrad Adenauer, 2012.

ANAIS do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, Niterói, Brasil: 28 a 30 de março de 1963. **Anais**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2022.

ANDRADE, Guilherme de Moraes. A Revolução dos generais:(Des) encontros entre movimentos sociais e o governo militar boliviano após o golpe de 1964. **Revista del CESLA**, v. 28, p. 75-94, 2021.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. O Governo provisório de Vichy - A criação do estado fascista francês e a perseguição aos judeus. **Revista Brasileira de História Militar**, nº 14, ago. 2014.

ANDREW, Christopher; Jeffreys-Jones, Rhodri. **Eternal Vigilance?: 50 years of the CIA**. Frank Cass & Company LTD. London, Portland, OR: 1997.

ANTUNES, Marília Mattos. **A revolução guiada: os Cuadernos de educación popular e o projeto de formação da consciência revolucionária do trabalhador. Chile, 1970-1973**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 399-417, jul./dez. 2007.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas. p. 300-300. 2007.

AR PEREIRA, Henrique Alonso de. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 308-320, 2010.

ARCHANGELO, Rodrigo. **Imagens da nação: política e prosperidade nos cinejornais Notícias da Semana e Atualidades Atlântida (1956-1961)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

ARGOTE-FREYRE, Frank. **Fulgencio Batista: The Making of a Dictator**. Rutgers University Press, 2006.

ARNSON, C.; HALEH, E.; STUBITS, A. In: Iran in **Latin America: Threat or Axis of Annoyance?** Woodrow Wilson Center Reports on the Americas, 2007. p. 54-66.

ARRAES, Virgílio Caixeta. **Estados Unidos e Síria: da descolonização do pós Primeira Guerra Mundial à Guerra Fria**. Meridiano 47, Brasília, v. 15, n. 142, p. 28-37, mar./abr. 2014.

Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10298/7728>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ARRIGHI, Jean Michel. **OEA-Organizacao dos Estados Americanos**. Editora Manole Ltda, 2004.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Editora Vozes, 2022.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal**. Tradução de Ana Corrêa da Silva. Coimbra: Tenacitas, [1963], 2003.

ATRAN, Scott. Psychology of transnational terrorism and extreme political conflict. **Annual review of psychology**, v. 72, p. 471-501, 2021.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas**. Universo dos Livros Editora, 2009.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. **Varia Historia**, v. 28, p. 361-389, 2012.

_____. O CASO LETELIER QUARENTA ANOS DEPOIS, 1976-2016. Ensaio de interpretação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.

AVILA, Gustavo Enrique Salcedo. Más allá de la Doctrina Betancourt: ayuda encubierta como instrumento de la política exterior de Venezuela durante la Guerra Fría (1959-64) DOI10. 5216/o. v14iespecial. 30014. **OPIS**, v. 14, p. 74-92, 2014.

AZEVEDO, Cecília. Regenerando a alma americana: os corpos da paz na América Latina. **ENCONTRO DA ANPHLAC**, v. 3, 1998.

BACCIN, Diego José; KRZYSCZAK, Fábio Roberto. A Persistência da Memória in VIANNA, Marcelo; MARTIARENA, Maria Augusta; RHODEN, Amanda Silveira (orgs.). **Educação profissional e tecnológica: memórias e conhecimento histórico** [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, V. N. Problemas da poética de Dostoiévski. **rev. Forense Universitária**, Rio de Janeiro: 1997.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

_____. **Lênin: vida e obra**. Editora José Olympio, 2017b.

BARCO cativo no rumo do Brasil. **Jornal do Brasil**, 1º Caderno, 16 fev. 1963, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1963_00040.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Octávio Brandão, centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **UERJ, Cultural** – SR3; Arquivo Público, 1996.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 3, n. 6, 2009.

BARROS, Orlando de. **O pai do futurismo no país do futuro: (as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936)**. Editora E-papers, 2010.

BARTHES, R. **Mythologies**. New York: Hill and Wang. 1972.

BAYO Y GIROUD, Alberto. **One Hundred and Fifty Questions to a Guerrilla**. Sardis, 2008.

BECANA, Antoni Cruanyes. Ramon Grau Sanmartín President de Cuba. **Sot de l'Aubó**, El, p. 4-11, 2007.

BELDA, Joaquín Baeza. La concertación: El último intento de legitimación de la dictadura argentina (1982). **História Unicap**, v. 3, n. 5, p. 85-99, 2016.

BENELLI, Sílvio José; COSTA-ROSA, Abílio da. Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 20, n. 2, p. 35-49, maio/agosto 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 75-84, 1993.

BERNARDI, Manuela Ciconetto. Pesquisa Documental: Diálogos e Caminhos Através da História Cultural. **Manduarisawa**, v. 4, n. 1, p. 127-143, 2020.

BERNSTEIN, Barton J. The Cuban Missile Crisis: Trading the Jupiters in Turkey?. **Political Science Quarterly**, v. 95, n. 1, p. 97-125, 1980.

BESOKY, Juan Luis. La gestión del ministro Ivanissevich y la derecha peronista: los 100 días de Ottalagano. **Folia Histórica del Nordeste**, n. 29, p. 145-174, 2017.

BETTO, Frei. **Fidel y la Religión**: conversaciones con Frei Betto. RUTH, 2016.

BHATTACHERJEE, Anol. **Social science research**: Principles, methods, and practices. Textbooks Collection. 3. University of South Florida, Tampa, Florida, USA, 2012.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

BÍBLIA SAGRADA. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: SBTB, 2007.

BIRDSALL, Nancy. What went wrong in Argentina. Washington, **Center for Global Development**, janvier, 2002.

BIZZARRO, Salvatore. **Historical dictionary of Chile**. Rowman & Littlefield, 2017.

BLACKWILL, Robert D.; WRIGHT, Thomas. **The End of World Order and American Foreign Policy**. Council on Foreign Relations, 2020.

BLANCO, Paul Sarmiento; CRUZ, Leidiedis Góngora. La renovación del Modus Vivendi hispano-cubano durante 1966: La gestión diplomática de Raúl Roa Kourí. Aportes. **Revista de Historia Contemporánea**, v. 36, n. 107, 2021.

BLONIGEN, Bruce A.; LIEBMAN, Benjamin H.; WILSON, Wesley W. **Trade policy and market power: The case of the us steel industry**. National Bureau of Economic Research, 2007.

BLANCHARD, Emily; HAKOBYAN, Shushanik. The US Generalised System of Preferences in principle and practice. **The World Economy**, v. 38, n. 3, p. 399-424, 2015.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. **Um povo sem-terra, numa terra sem povo': uma análise sobre a formação da propriedade fundiária em Goiás 1930/60**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

BOS, Kees van den. Unfairness and radicalization. **Annual review of psychology**, v. 71, n. 1, p. 563-88, 2020.

BOSCATO, Luiz Alberto de Lima. **Vivendo a sociedade alternativa: Raul Seixas no panorama da contracultura jovem**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. rev. 2. Reimpr. **Porto Alegre, RS: Zouk**, 2015.

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOWER, Tom. **Klaus Barbie: The Butcher of Lyons**. Open Road Media, 2017.

BRAHM GARCÍA, Enrique. La visión de la diplomacia alemana sobre un momento de crisis del régimen de gobierno chileno: la caída del Presidente Carlos Ibáñez del Campo en julio de 1931. **Revista de estudios histórico-jurídicos**, n. 33, p. 487-510, 2011.

BRAMBILA, Aurora Loyo. Bolivia: otra Lección para América Latina. **Revista Mexicana de Sociología** 35, no. 4 (1973): 908–12. <https://doi.org/10.2307/3539453>. 1973.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Os Comandos Nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. **História do Tempo presente**. RJ: FGV, p. 173-193, 2014.

BRASIL concede a Argentina la extradición del dirigente 'montonero' Mario Firmenich. **El País**. Seção Internacional. 20 jun. 1984. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1984/06/21/internacional/456616823_850215.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRINKLEY, Alan. **Franklin Delano Roosevelt**. Oxford University Press, 2009.

BRITANNICA. **Federico Chávez**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Federico-Chavez>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

_____. **Martin Bormann**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Martin-Bormann>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Fatah**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Fatah>> Acesso em: 15 jan. 2023.

BRONT, Julia. **Augusto Pinochet**: el dictador eterno. Museo de la Memoria y los Derechos Humanos: Chile. Recuperado el, v. 15, 2018.

BRUNS, Theo. Massenexodus von NS-Kriegsverbrechern nach Argentinien. Die größte Fluchthilfeoperation der Kriminalgeschichte. In: **Das Lateinamerika-Magazin**, nº 299,

out. 2006. Disponível em: <https://www.ila-web.de/ausgaben/299/massenexodus-von-ns-kriegsverbechern-nach-argentinien>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BROWN, D. US Military Bases and Host Country Dynamics. **Security Studies Quarterly**, v. 24, p. 89-110, 2017.

BUITER, Willem H. et al. **What Should the Multilateral Development Banks Do?**. London: European Bank for Reconstruction and Development, 2002.

BUSQUETS, José Miguel; DELBONO, Andrea. La dictadura cívico-militar en Uruguay (1973-1985): aproximación a su periodización y caracterización a la luz de algunas teorizaciones sobre el autoritarismo. **Revista de la Facultad de Derecho**, n. 41, p. 61-102, 2016.

BONAVENA, Pablo Augusto. Oscar Bidegain. La fugaz experiencia del Pacto Social en la provincia de Buenos Aires. Horacio Bustingorry. Secretaría de Cultura de la Provincia de Buenos Aires. Dirección Provincial de Museos y Preservación Patrimonial. Archivo Histórico. **Conflicto social**, v. 9, n. 16, p. 209-213, 2016.

BUSTOS, Gabriela. Docunoticieros: Muerte al invasor! (1961) y II Declaración de La Habana (1966). Consideraciones acerca del cine informativo cubano. In: DALLE, Pablo et.al. **Prácticas del oficio**: artículos seleccionados de las VII Jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto de Investigaciones Gino Germani. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.

CABALLERO JURADO, Carlos; Bujeiro, Ramiro. **The German Freikorps 1918-23**. Osprey Publishing. 2001.

CABALLERO, Manuel. **Rómulo Betancourt, político de nación**. Editorial Alfa, 2004.

CABELL, Craig; RICHARDS, Allan. **VE Day: A Day to Remember**. Casemate Publishers, 2005.

CALLAGHAN, J.; O'CONNOR, B.; PHYTHIAN, M. **Ideologies of American Foreign Policy**. New York: Routledge, 2019.

CÂMARA, Cristina Arruda. **Um comunista em família**: biografia de Diógenes da Arruda Câmara. Monografia de conclusão de curso na faculdade de Comunicação da UFRJ, 1997.

CAMPBELL, Duncan. Friends of terrorism. **The Guardian**, v. 18, 2002.

CAMPBELL, Ian. Power, Getting What You Want, and Happiness: Gorgias 466A4-472D7. **Journal of Ancient Philosophy**, v. 11, n. 2, p. 22-44, 2017.

CAMPERO, Ana M. Jaime Paz Zamora. El pragmático que venció al idealista. **NUEVA SOCIEDAD NRO**, v. 118, 1992.

CAMPINA, Ana; TOMÁS, Sérgio Tenreiro. Portugal, o Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: Posicionamento (s) e (i) legalidades no pós-II Guerra Mundial (1945-1970). In: ROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; CUNHA, Alice; VALENTE, Isabel Maria Freitas (Orgs.), **A Europa do Pós II Guerra Mundial**: o caminho da cooperação, e-Dossier IHC, n.º 1 [Documento electrónico]. Lisboa: IHC, 2016.

CAPOVILLA, C. Roland Corbisier: Nacional-desenvolvimentismo e hegeliano-marxismo no Iseb. **Princípios**, v. 40, n. 162, p. 75 - 96, 2 set. 2021.

CARLSNAES, Walter. Foreign Policy. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. London: Sage Publications, 2002. p. 331-349.

CARMICHAEL, Neil. A Brief History of the Berlin Crisis of 1961. **US National archives**. URL: <https://www.archives.gov/files/research/foreign-policy/cold-war/1961-berlin-crisis/overview/berlin-wall-overview.pdf> (pristup: 16.9. 2021.), 2011.

CARROZZA, Anthony R. **William D. Pawley: The Extraordinary Life of the Adventurer, Entrepreneur, and Diplomat Who Cofounded the Flying Tigers**. Potomac Books, Inc., 2012.

CARUANA, Anthony F. **William J. Donovan: Visionary, Strategic Leader, an Historical Perspective**. ARMY WAR COLL CARLISLE BARRACKS PA, 1991.

CARDONE, Edgardo Hugo. Dr. José María Guido: un desconocido dirigente político patagónico. 1997. Tese de Doctorado en Historia, Facultad de Historia y Letras, Universidad Del Salvador, Usal. Buenos Ayres. 1997.

CARDOSO, Celia Costa. Governo Castelo Branco, contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis (Brasil: 1964-68). **Perseu: História, Memória e Política**, n. Especial, 2014.

CASA ROSADA. **ARTURO FRONDIZI (1958 – 1962)**. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/18-nuestro-pais/galeria-de-presidentes/437-arturo-frondizi-1958-1962>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CASEY, Robert James. **An innovative approach to schedule management on the F/A-22 major defense acquisition program (MDAP): Demonstration of critical chain project management**. Virginia Polytechnic Institute and State University, 2005.

CASTELLS, Carlos. Tetãgua Sapukái: la insurrección obrera en la guerra civil paraguaya de 1947. In: **XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociology of power: My intellectual journey. **Annual Review of Sociology**, v. 42, n. 1, p. 1-19, 2016.

CASTRO, Helena Salim de. A Histórica Atuação dos Estados Unidos na Condução da Guerra às Drogas na Bolívia. **Anais do 10o Encontro Nacional da Associação Brasileira**

de Estudos de Defesa [recurso eletrônico], 3 a 5 de setembro de 2018 / Organização: Wanderley Messias da Costa... [et.al.]. -- São Paulo: FLCH/USP, 2018.

CASTRO, Marcio de. **Com quantas vozes se faz um coro: Teatro Forja, expedientes estéticos, formação cultural e sindical (1979-1986)**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2020.

CASTRO GOMES, Angela Maria de. **Jango: as múltiplas faces**. Fgv Editora, 2007.

CASTRO MENY, José Carlos. **El herrerismo como factor ‘amortiguador’ de la política exterior uruguaya**. Universidad de la República. 2021.

CATTAL, Júlio Barnez Pignata. **A revolta dos fatos contra a lei: antitotalitarismo e modernização jurídica no Brasil da Guerra Fria**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

CELLARD, André et al. A análise documental. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008.

CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. **Security and defense studies review**, v. 2, n. 2, p. 246-267, 2002.

CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, v. 46, p. 75-127, 2003.

CEPIK, Marco; RODRIGUEZ, Júlio. Instituições para emergências e a emergência das instituições: o caso da comunidade de inteligência nos Estados Unidos (1947-1960). **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, Lisboa, n. 75, p. 135-155, set. 2022.

CERBARO, Rodolfo Henrique. Competition-trapping the concept of power. **European Journal of Social Sciences**, v. 21, n. 1, p. 148-153, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHAGAS, Fábio AG. O nacionalismo revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil. **Locus: Revista de História**, v. 17, n. 2, 2011.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

CHAMORRO, Juan Carlos. Movimientos sociales en Bolivia. **Informe para Fjerne Naboer.**, 2008.

CHANGSHENG, Shu; MENEZES JR, Antonio Bezerra. A Guerra Sino-Indiana de 1962: Contornos de um Conflito Inevitável. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, n. 58, p. 180-200, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da UnB, 1994.

_____. **Formas e sentidos: a história dos textos, entre ciência e subjetividade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAVEZ, Ernesto Rodrigues; AMBRÓSIO, Cláudio. Migração, comunidade e adaptação dos cubanos nos Estados Unidos. **TRAVESSIA-revista do migrante**, n. 21, p. 37-41, 1995.

CHENOWETH, Erica. Terrorism and democracy. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 355-378, 2013.

_____. The Role of Violence in Nonviolent Resistance. **Annual Review of Political Science**, v. 26, p. 55-77, 2023.

CHRISTENSEN, Gerd. Three concepts of power: Foucault, Bourdieu, and Habermas. **Power and Education**, v. 16, n. 2, p. 182-195, 2024.

CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/>. Acesso em: 23 Jun. 2022.

CIDOB. **Andrés Rodríguez Pedotti**. Disponível em: <https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/paraguay/andres_rod_riguez_pedotti>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CIDOB. **Juan Carlos Wasmosy Monti**. Disponível em: <https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/paraguay/juan_carlo_s_wasmosy_monti>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CIDOB. **Julio María Sanguinetti Coirolo**. Disponível em: < <https://www.cidob.org/lider-politico/julio-maria-sanguinetti-coirolo>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CINI, Michelle; PÉREZ-SOLORZANO BORRAGÁN, Nieves. **European Union Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CLARK, E. Hollywood's Global Influence. **Cultural Studies Journal**, v. 21, p. 102-125, 2015.

CLAUDIN, Fernando; PEARCE, Brian; MACDONAGH, Francis. **The communist movement: from Comintern to Cominform**. New York: Monthly Review Press, 1975.

CLEGG, Stewart R.; HAUGAARD, Mark (Ed.). **The SAGE handbook of power**. Sage, 2009.

COCKS, Geoffrey. Nazis after Hitler: How Perpetrators of the Holocaust Cheated Justice and Truth. **The Historian**, v. 75, n. 1, p. 204-206, 2013.

COELHO, Ana Luíza F. O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos. **Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão**, v. 8, 2014.

COELHO, Micaela Pafume. A autoria do CLG: uma análise à luz do conceito foucaultiano de função autor. **Revista do GELNE**, v. 21, n. 1, p. 166-177, 2019.

COHEN, Elisabeth; TOOTHMAN, Adam. Grand Coulee Dam History. In: **World Environmental and Water Resources Congress 2014**. 2014. p. 1160-1175.

COHEN, Israel. **A short history of Zionism**. Muller, 1951.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. Editora Unifesp, 2021.

COLMÁN, Andrés. Paraguay de la “Iglesia del silencio” a la Iglesia Profética. **Diakonia**, n. 40, p. 401-405, 1986.

COLTMAN, Leycester. **The Real Fidel Castro**. Yale University Press, 2008.

CONDE, Leandro Carlos Dias. Continuidades da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria: os imperativos da democracia e do mercado. **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 29, p. 75-96, 2015.

CONNELLY, Matthew. **The Declassification Engine: What History Reveals about America's Top Secrets**. Vintage, 2024.

CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. **Operação Condor**. Nova Fronteira, 2019.

CORBO, Tomás Sansón. Carlos Pastore y “el general de la virgen espada”. Memoria y destino nacional en Paraguay. **Revista de historia de América**, n. 159, p. 161-178, 2020.

CORIGLIANO, Francisco. Colapso estatal y política exterior: el caso de la Argentina (des) gobernada por Isabel Perón (1974-1976). Revista SAAP. **Publicación de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político**, v. 3, n. 1, p. 55-79, 2007.

CORVALÁN, Luis. **El gobierno de Salvador Allende**. LOM ediciones, 2003.

COSTA, Eduardo et al. **Waffen-SS: a tropa de elite de Hitler**. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 2013.

COSTA JÚNIOR, Hélio Moreira da. **O onírico desacorrentado: o movimento cineclubista brasileiro (do engajamento estético à resistência política nos anos de chumbo-1928-1988)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do 'rouba, mas faz'**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

COUTO NETO, Renato Luís do et al. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 559-590, 2014.

CRABTREE, John. **Peru under Garcia: An opportunity lost**. Springer, 2016.

CRAIN, Andrew Downer. **The Ford Presidency: A History**. McFarland, 2009.

CREUS, Nicolás. El concepto de poder en las relaciones internacionales y la necesidad de incorporar nuevos enfoques. **Estudios internacionales (Santiago)**, v. 45, n. 175, p. 63-78, 2013.

CRUZ, Fabio Lucas da. **Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

CUNHA, Carlos Eduardo Vieira da. João Neves da Fontoura. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 25, n. 25, 2005.

CUNHA, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da. A construção de um exilado político: autobiografia e biografia do ex-presidente João Café Filho. **Mosaico**, v. 13, n. 20, p. 179-200, 2021.

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Um Mês de Desgosto: a atuação dos jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora na crise de agosto de 1954. **Faces de Clio**, v. 4, n. 8, p. 157-177, 2018.

CUNHA, Vinicius Moraes da. **À procura da revolução brasileira: itinerários do Movimento pela Emancipação do Proletariado**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

CURI, Isadora Volpato. **Juristas e o regime militar (1964-1985)**: atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

CYSNE, Rubens Penha. Mario Henrique Simonsen. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 139-154, 2001.

CZORNIK, Katarzyna. Determinants of US Foreign Policy Foreign Policy During the Cold War: The Intra-American Perspective. **Studia Politicae Universitatis Silesiensis**, n. 31, p. 123-144, 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Editora FGV, 2021.

DALLEK, Robert. **Lyndon B. Johnson**: Portrait of a president. Oxford University Press, 2004.

DALMÁS, Carine. **Brigadas Muralistas e cartazes de propaganda da experiência chilena (1970-1973)**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

DAVENPORT, Christian. State repression and political order. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 1-23, 2007.

DAVENPORT, Christian et al. The consequences of contention: Understanding the aftereffects of political conflict and violence. **Annual Review of Political Science**, v. 22, p. 361-377, 2019.

DEAN, Mitchell. **The signature of power: Sovereignty, governmentality and biopolitics**. Sage, 2013.

DEBRAY, Régis. **Revolución en la revolución?**. Havana: Casa de las Américas, 1967.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Editora 34, 1992.

DELLA PORTA, Donatella. Radicalization: A relational perspective. **Annual Review of Political Science**, v. 21, p. 461-474, 2018.

DHENIN, Miguel et al. O Papel do Militar-Estadista na Construção do Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 64, p. 32-48, 2017.

DORE, Rosemary. Apresentação: Gramsci, intelectuais e educação. **Cadernos CEDES [online]**. 2006, v. 26, n. 70, pp. 285-289. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300001>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

DOSSE, François. Pierre Nora, homo historicus. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, p. 354-357, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. O manganês do Amapá: o seu papel no desenvolvimento regional e nacional do Brasil (1957-1998). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 11, 2005.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri)/Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

DUMINELLI, Marta Lino; HAHN, Fábio André. Memórias Sobre o Nazismo no Paraná: O Caso de Josef Mengele. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. 2012.

DUNKERLEY, James. **Barrientos and Debray**: all gone or more to come?. ISA Occasional Papers, n. 2, 1992.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney**: a biografia. Leya, 2011.

EHRICK, Christine. Women, Politics, and Media in Uruguay, 1900–1950. In: **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. 2017.

ELLIS, Sylvia. Freedom's pragmatist: **Lyndon Johnson and civil rights**. University Press of Florida, 2013.

ELLWOOD, Sheelagh M. **Franco**. Routledge, 2014.

ESPÓSITO NETO, Tomaz et al. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979**: fronteira, energia e poder. Doutorado (Ciências Sociais) PUC-SP. 2012.

ESTENSSORO, Paz et al. **Bolivia at the Heart of Darkness**. Worldview, 23(11), 13-14. 2018. doi:10.1017/S0084255900042315

FALCOFF, Mark. Eduardo Frei Montalva (1911–1982). **The Review of Politics**, v. 44, n. 3, p. 323-327, 1982.

FENWICK, Charles G. Pan-American Action for Protection of Human Rights. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 243, n. 1, p. 139-143, 1946.

FERNANDES, Thomas Dreux Miranda. **Diplomacia militar-Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty e o regime militar 1974-1979**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas. **Dilemas da construção de identidade imigrante: história oral de vida de chilenos em Campinas**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes. Ditadura, violência e movimentos de guerrilha urbana no Cone Sul: o caso tupamaro. In: **II Seminário Internacional História do Tempo Presente**-ISSN 2237 4078. 2014.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; CAMPOS, Lucas Pacheco. Lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 2018.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista brasileira de história**, v. 24, p. 181-212, 2004.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Editora José Olympio, 2015.

FERREIRA, Pablo. Democracia, Orden y Legalidad: El surgimiento de un batllismo conservador y de derechas en el Uruguay feliz de los tempranos cincuenta. **Revista de historia americana y argentina**, v. 54, n. 2, p. 169-189, 2019.

FERREIRA, Pedro Eugênio M.; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: lendas, história e abuso. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 23, p. 96-99, 2001.

FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIELD JR, Thomas C. Agency, Empire, and the United States in Cold War Latin America. **Latin American Research Review**, v. 59, n. 2, p. 492-502, 2024.

FIGUEIREDO, Rui JP de; WEINGAST, Barry R. **Vicious cycles**: Endogenous political extremism and political violence. Hoover Inst., Stanford Univ. 2001.

FIORI, J. L. **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOIX, Alain. **Che Guevara**. L&PM Pocket, 2018.

FONSECA, André Dioneu. **'Temei a Deus, honrai ao Rei'**: revista A Seara e os (des) caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980). 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

FOREIGN Relations of the United States. **The Intelligence Community 1950–1955**. Department of State Publication. Office of the Historian. Bureau of Public Affairs. United States Government Printing Office. Washington. 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª edição. 2012.

_____. **Histoire de la sexualité**, 1. La volonté de savoir. Paris, Gallimard, 1976.

_____. **¿ Qué es un autor?**. Córdoba: Ediciones literales, 2010.

_____. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. New York: Vintage Books. 1970.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Livraria Freitas Bastos, 1959.

FRANK, Andre Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Sinal, 1968.

FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. **Frei Betto**: biografia. Editora José Olympio, 2017.

FRENCH, Brigittine M. The semiotics of collective memories. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 337-353, 2012.

FRENKEL, Alejandro. Junta Interamericana de Defesa (JID). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FROTA SIMÕES, Gustavo da. Geopolítica e atuação multilateral da política externa brasileira durante o Governo Castello Branco (1964-1967). **Conjuntura Austral**, v. 4, n. 15-16, p. 86-97, 2013.

FUENTES, Norberto. **A autobiografia de Fidel Castro**. Leya, 2017.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. A história de um plano. **Arquivos Celso Furtado**, v. 4, p. 7-22, 2011.

FUSARO, Lorenzo. Gramsci: Concepto de hegemonía nacional e internacional. **Ola Financiera**, v. 15, n. 42, p. 197-235, 2022.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War: a new history**. Penguin, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne. Os impedimentos da memória. **Estudos avançados**, v. 34, p. 201-218, 2020.

GALVAN, Azucena Citlalli Jaso. **Terrorismo de Estado e guerra suja: discursos e práticas da doutrina de segurança nacional e da contrainsurgência no México (1964-1982)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

GAMBINI, Hugo. **Frondizi, el estadista acorralado**. B DE BOOKS, 2016.

GARAY, Luis J.; PERRY, Guillermo. Algunos interrogantes sobre las perspectivas del Grupo Andino. **Revista Coyuntura Económica**, Vol. VI, No. 4. 1976.

GARCÍA-VILLAMARÍN, Ana Lucía. La imagen de Gustavo Rojas Pinilla en la propaganda política durante la dictadura militar, Colombia 1953-1957 1. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, v. 8, n. 2, p. 311-333, 2017.

GARTHOFF, Douglas F. **Directors of Central Intelligence as Leaders of the US Intelligence Community, 1946-2005**. Potomac Books, Inc., 2007.

GAVIÃO, Fabio Pires. **A “esquerda católica” e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dissertação (mestrado), professora orientadora Vavy Pacheco Borges, 2007.

GAZONI, Fernando Maciel. **A Poética de Aristóteles**: tradução e comentários. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIGLIO, James N. **The Presidency of John F. Kennedy**. American Presidency (University of K, 2006.

GIL, A. D. Considerações sobre o golpe militar de 21 de agosto de 1971 na Bolívia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 56, p. 291–300, 2014. DOI: 10.20396/rho.v14i56.8640450. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640450>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GILLEN, Ian Connor. **Conviction**: the policy impact of L. Paul Bremer III. Tese de Doutorado, University of Texas at Austin. 2014.

GINZBURG, Carlo. Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 23, n. 42, p. 7-26, 2021.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 1987.

GISBERT, Rosa Ruiz. José de San Martín y Matorras. **Isla de Arriarán: revista cultural y científica**, n. 34, p. 217-241, 2009.

GLASER, Amelia M.; LEE, Steven S. (Ed.). **Comintern Aesthetics**. University of Toronto Press, 2020.

GLEIJESES, Piero. Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975–1988. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 4, p. 98-146, 2006.

GNAVI, Pedro et al. Juan Carlos Onganía Carballo (military). **The South America Handbook**, p. 292, 2002.

GODIO, LEOPOLDO MA. **El Derecho Internacional Público en los primeros tiempos del peronismo: la Cátedra de Lucio M. Moreno Quintana (1947-1955)**. Hombres e ideas de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, p. 113-164, 2016.

GOLDFIELD, Michael. Communist Party of the United States of America (CPUSA). **The International Encyclopedia of Revolution and Protest**, p. 1-9, 2009.

GOLDSTEIN, Joshua S.; PEVEHOUSE, Jon C. **International Relations**. 10th ed. Boston: Pearson, 2014.

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. **CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro. 1987.

GOMES, Caio de Souza. **Quando um muro separa, uma ponte une: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

GOMES, Caio de Souza. '**Cada verso é uma semente no deserto do meu peito**': exílio, resistência e conexões transnacionais na canção engajada latino-americana (anos 1970). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

GOMES, Daniel Costa. Análise de Política Externa: Um Estudo Sobre a Ruptura das Relações Diplomáticas Entre Brasil e República Popular da China e Entre Brasil e União Soviética. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 9, n. 2, p. 2018, 2018.

GOMES, Emanuelle Garcia. O símbolo dos olhos através do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 193, p. 33-47, 2017.

GOMES, Enrico Diogo. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju. **Cadernos do CHDD**, v. 19, 2011.

GOMES, Nathalia Candido Stutz. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953) à luz do Programa Ponto Quatro (1949) do governo Truman. **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, p. e1195-e1195, 2022.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, v. 7, n. 13, p. 015-028, 2015.

_____. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.

GONZÁLEZ, Robert Alexander. **Designing Pan-America**: US architectural visions for the western hemisphere. University of Texas Press, 2011.

GONZÁLEZ BOZZOLASCO, I. Estado, movimiento obrero y corporativismo en Paraguay. Un análisis del desarrollo institucional y normativo en el periodo 1936-1948. In: Las Ciencias Sociales ante los retos de la Justicia Social. **Memorias del I Congreso Paraguayo de Ciencias Sociales**. 2018. p. 823-834.

GONZÁLEZ CEUNINCK, Agustina; SIMONOFF, Alejandro César. El retorno del peronismo al poder (1973-1976). In: GONZÁLEZ CEUNINCK, Agustina. **La Argentina y el mundo frente al Bicentenario de la Revolución de Mayo**. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP). 2010.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: L&PM Pocket, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Intellectuals and hegemony. Social theory: **The multicultural and classic readings**, v. 29, 1999.

_____. **Risorgimento italiano**. In: **Cuadernos de la Cárcel** (tomo 5). México, ERA-BUAP, 1975, p. 345-443.

GRANDIN, Greg. **Empire's workshop: Latin America, the United States, and the rise of the new imperialism**. Metropolitan Books, 2006.

GRANET, Marie. L'Opération « Bernhard » [Review of Operation Bernhard. The greatest forgery of all time, by A. Pirie]. **Revue d'histoire de la Deuxième Guerre Mondiale**, 15(57), 111–113. 1965.

GRIECO Y BAVIO, Alfredo; MURILLO ALIAGA, Mario. El Doctor y sus biógrafos: Balance de medio siglo de vidas de Víctor Paz Estenssoro. **Revista Ciencia y Cultura**, v. 20, n. 36, p. 137-165, 2016.

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. **Effective evaluation**. San Francisco, Jossey-Bass, 1981.

GUEDES, Alejandro; LUJÁN, Diego; KARDJIAN, Nicolás. Presidentes, partidos e ideología en Uruguay (1920-2009). **Documento de Trabajo (On Line)/FCS-ICP**; 01/11, 2011.

GUERRA, Francesco. Entre as margens do Atlântico: história e direito internacional no trânsito de criminosos entre a Europa e as Américas na segunda metade do século XX.

Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 126-138, jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/64713>. Acesso em: 14 ago. 2003.

GUEVARA, Ernesto. **Diario de Bolivia**. Barcelona: Linkgua ediciones S.L. 2008.

GUEVARA, Walter. **Los militares en Bolivia**. Rev. Nueva Sociedad, Nº56-57, Caracas, 1981.

GUTERMAN, Marcos. **Nazistas entre nós**: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra. Editora Contexto, 2016.

GUTIÉRREZ D, José Antonio; THOMSON, Frances. Rebels-turned-narcos? The FARC-EP's political involvement in Colombia's cocaine economy. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 44, n. 1, p. 26-51, 2020.

GUZZINI, Stefano. **Power, realism and constructivism**. Routledge, 2013.

HALL, Stuart. Encoding/Decoding. In HALL, Stuart et al. **Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies**, 1972-79. Hutchinson, 1980.

_____. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage Publications. 1997.

HALLIDAY, Jon; CHANG, Jung. **Mao: a história desconhecida**. Editora Companhia das Letras, 2012.

HARMER, Tanya. The “Cuban Question” and the Cold War in Latin America, 1959–1964. **Journal of Cold War Studies**, v. 21, n. 3, p. 114-151, 2019.

HAY, Colin. State of the art: Divided by a common language: Political theory and the concept of power. **politics**, v. 17, n. 1, p. 45-52, 1997.

HELLEINER, Eric. Dollarization diplomacy: US policy towards Latin America coming full circle?. **Review of International Political Economy**, v. 10, n. 3, p. 406-429, 2003.

HERRERA, César Villegas. La economía ilícita del narcotráfico en Centroamérica. Análisis del mercado de la cocaína y las respuestas políticas de los Estados. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, p. 245-262, 2014.

HERRERA GONZALEZ, Patricio. La Confederación de Trabajadores de América Latina: Una historia por (re)significar (1938-1963). **Secuencia**, México, n. 86, p. 195-218, agosto 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482013000200008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2022.

HERRING, George C. **From Colony to Superpower: US Foreign Relations Since 1776**. Oxford University Press, 2008.

HITCHENS, Christopher. **The Trial of Henry Kissinger**. Atlantic Books Ltd, 2012.

HUQ, Aziz Z. The political psychology of counterterrorism. **Annual review of law and social science**, v. 9, p. 71-94, 2013.

HUTTENBACH, Henry R. **In memoriam: Simon Wiesenthal**, December 31, 1908–September 20, 2005. 2006.

IASI, Mauro Luis. Três originalidades e um velho caminho. **Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 2, p. 109-120, 2009.

IÑÍGUEZ, Carlos Piñero. **El peronismo y la consagración de la nueva Argentina**: Desde la Revolución de Junio de 1943 hasta 1950-Año del Libertador. Ediciones Continente, 2021.

INSTABILIDADE no Paraguai faz perigar Itaipu. **Jornal do Brasil**, Caderno 1 - Américas. p. 9. 11 ago. 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=Paraguai&pagfis=77226>. Acesso em 21 ago. 2022.

IRIBARNE, María Clara. Obregón Cano: Entre la desestabilización presidencial y la pasividad montonera. Una interpretación del navarrazo. **PolHis: Boletín Bibliográfico Electrónico**, v. 6, n. 12, p. 118-131, 2013.

ISRAEL, Sergio. **El enigma Trabal**. Ediciones Trilce, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago editora, 1976.

JASO GALVÁN, Azucena Citlalli. **Terrorismo de Estado e guerra suja: Discursos e práticas da Doutrina de Segurança Nacional e da Contrainsurgência no México (1964-1982)**. 2016. 281 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

JELIN, Elizabeth. ¿ De qué hablamos cuando hablamos de memorias. **Los trabajos de la memoria**, p. 17-38, 2001.

_____. Fechas en la memoria social. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 18, p. 141-151, 2004.

_____. Historia, memoria social y testimonio o la legitimidad de la palabra. **Iberoamericana (2001)**, v. 1, n. 1, p. 87-97, 2001.

_____. Las luchas por la memoria. **Telar: Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos**, n. 2, p. 17-40, 2005.

_____. **Los trabajos de la memoria**. Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.

_____. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. **Cuadernos del IDES**, v. 2, p. 1-27, 2003.

_____. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 59, n. 221, p. 225-241, 2014.

JONES, Howard. **“A new kind of war”**: America's global strategy and the Truman doctrine in Greece. Oxford University Press on Demand, 1997.

JONES, L. Economic Sanctions: A Study on Iran. **Journal of International Economics**, v. 20, p. 1-20, 2020.

JUSTINO, Leonardo Jancowski de Avila. **A Fronteira Brasil-Paraguai Os Movimentos Migratórios Resultantes da Política de Aproximação Bilateral**. TCC (História - UFRGS). 38 p. Porto Alegre: 2014.

KALFON, Pierre; TORRES, Manuela; FÉLIX, Mário. **Che: Ernesto Guevara, uma lenda do século**. Terramar. 1997.

KEGLEY JR., C. W.; WITTKOPF, E. R. **World Politics: Trend and Transformation** (Seventh). United States of America: Macmillan Press, Ltd, 1999.

KHEIFETS, Lazar; KHEIFETS, Victor. The “International of Moscow” or the “International of Buenos Aires”? The Comintern and the Paraguayan Communist Party. **The International Newsletter of Communist Studies**, v. 18, n. 25, p. 123-136, 2012.

KHRUSHCHEV, Sergei. Nikita Khrushchev and the Creation of a Superpower. In: **Nikita Khrushchev and the Creation of a Superpower**. Penn State University Press, 2021.

KINGSTONE, Peter. **The Political Economy of Latin America: Reflections on Neoliberalism and Development after the Commodity Boom**. Routledge, 2018.

KLEIN, Christopher. **How South America Became a Nazi Haven**. History. com, 2015.

KLICH, Ignacio. Uki Goñi, The Real Odessa: How Perón Brought the Nazi War Criminals to Argentina (London: Granta, 2002), pp. xviii+ 282,£ 20.00, hb. **Journal of Latin American Studies**, v. 37, n. 2, p. 400-402, 2005.

KOEHL, Robert Lewis. História revelada da SS. **Planeta Estratégia**, 2021.

KOLKO, Joyce; KOLKO, Gabriel. **The limits of power: the world and United States foreign policy, 1945-1954**. HARPER & ROW, PUBLISHERS, New York, 1972.

KOMANDOKO, Gamal. **Ensiklopedia pelajar dan umum**. Pustaka Widyatama, 2010.

KOTKIN, Stephen. Stálin: **Paradoxos do poder 1878-1928**. Objetiva, 2017.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

KUTZ, Simon; PIERCE, Scott. United States Intervention in Latin America: Effects on Democracy During the Cold War. **Journal of Student Research**, v. 12, n. 4, 2023.

LA FUENTE, José Alberto de. **Víctor Raúl Haya de la Torre, el APRA y el Indoamericanismo**. Universidad Nacional de Cuyo, 2007.

LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. Editora Companhia das Letras, 2013.

LAFFIN, John. Fedayeen: **The Arab-Israeli Dilemma**. Cassell, 1973.

LAFREE, Gary; FREILICH, Joshua D. Government policies for counteracting violent extremism. **Annual Review of Criminology**, v. 2, p. 383-404, 2019.

LAFREE, Gary; ACKERMAN, Gary. The empirical study of terrorism: Social and legal research. **Annual Review of Law and Social Science**, v. 5, p. 347-374, 2009.

LAMOUNIER, Cel Av Renato Paiva. Audaciosas Ações de Otto Skorzeny - O Capitão que resgatou Mussolini. **Revista da Universidade da Força Aérea**, v. 2, n. 2, 2009.

LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e o atual ordenamento político econômico mundial. **Cadernos do IPRI**, 1993.

LANE, Richard. **Last stand at Le Paradis**: the events leading to the SS massacre of the Norfolks 1940. Casemate Publishers, 2009.

LAWNER, Miguel. **Retorno a Dawson**. Lom Ediciones, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória**. Editora da UNICAMP. Campinas, SP. 1990. (Coleção Repertórios), 1990.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglion. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

LEMONTE, Marco Vallada. **Profetas do apocalipse: os autores ocidentais com visão 'catastrofista' sobre o problema das nacionalidades na URSS**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

LEÓN, Héctor Hernández García de. **The Sinarquista Movement with special reference to the period 1934-1944**. London School of Economics and Political Science (United Kingdom), 1990.

LEWIS, Paul H. Leadership and conflict within the Febrerista Party of Paraguay. **Journal of Inter-American Studies**, v. 9, n. 2, p. 283-295, 1967.

LIDA, Clara Eugenia; CRESPO, Horacio Gutiérrez; YANKELEVICH, Pablo. **Argentina, 1976**: Estudios en torno al golpe de estado. El Colegio de Mexico AC, 2007.

LIRA ROCHA, Marina Maria de. O homem, o papel e a estrela: de como o exército revolucionário do povo escreveu aos argentinos. **Dia-Logos: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em História**, v. 4, 2010.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

LÓPEZ, Magdalena. The restoration of the democratic order in Paraguay. Notes to understand Fernando Lugo's victory inside a long incomplete transition. **Desafios**, v. 22, n. 2, p. 71, 2010.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**, v. 29, p. 187-208, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

LUKES, Steven. Power: A radical view [2005]. **Contemporary sociological theory**, v. 266, n. 3, p. 1-22, 2012.

LUZ, Alex Faverzani da. Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. **Revista Ágora**, n. 22, p. 350-360, 2015.

LUZIO, Hugo Ferreira. A função-autor em Michel Foucault. 2014. Dissertação (**Mestrado em Filosofia**) — Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

LYDOLPH, Paul E. A visit to Bratsk. **Soviet Geography**, v. 18, n. 9, p. 681-689, 1977.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, p. 453-489, 2006.

MCCORMICK, Gordon H. Terrorist decision making. **Annual Review of Political Science**, v. 6, n. 1, p. 473-507, 2003.

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977-2010)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

MACEDO, Francisco Barbosa de. **A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2010.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v. 13, n. 11, 2011.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: Participação política e engajamento na luta armada. Perseu: **História, Memória e Política**, n. 09, 2013.

MAESTRI FILHO, M. A Singularidade do Estado Francista: A Leitura de Oscar Creydt. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 2, p. 203-224, 15 ago. 2012.

MAGALHÃES, Leila Regina Gonçalves Rockert de. **Na senda do capital: a expatriação dos executivos brasileiros e respectivas famílias (1956-2005)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

MAGGIOLO, Oscar. Uruguay, tres años de dictadura. **Revista Nueva Sociedad**, v. 27, p. 74-84, 1976.

MALIN, Mauro. **Armênio Guedes: um comunista singular**. Ponteio Edições, 2018.

MAÑÉ, J. Ignacio Rubio. **El virreinato**. UNAM, 1983.

MANOKHA, Ivan. Foucault's concept of power and the global discourse of human rights. In: **Foucault and International Relations**. Routledge, 2013. p. 67-90.

MANRIQUE, Carlos Alberto Murgueitio. Los gobiernos militares de Marcos Pérez Jiménez y Gustavo Rojas Pinilla: nacionalismo, anticomunismo y sus relaciones con los Estados Unidos (1953–1957). **Historia y espacio**, v. 1, n. 25, p. 2, 2005.

MARIGHELLA, Carlos. **Minimanual of the urban guerrilla**. FOREIGN LANGUAGES PRESS - UTRECHT, 2016.

MARQUES, Artêmio Soares et al. **A Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso PCB**. 2009. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

MARTINEZ, Elias David Morales. O processo de vinculação das zonas livres de armas nucleares do hemisfério sul: implicações geopolíticas e estratégicas para o Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 1, 2018.

MARTINS, Enio Viterbo et al. **O governo de Eurico Gaspar Dutra e a transição de regime: entre o autoritarismo e as concepções democráticas**. Tese (Doutorado em História, na especialidade de História e Cultura do Brasil) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MAYO, Peter et al. Gramsci: Power, culture & education. **ACTIO NOVA: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada**, n. 4, p. 23-45, 2020.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MCCORMICK, Robert B. **Croatia Under Ante Pavelic: America, the Ustase and Croatian Genocide in World War II**. Bloomsbury Publishing, 2014.

MCCOY, Donald R. **The Presidency of Harry S. Truman**. American Presidency. University of K, 1984.

MCGUIRE, James W. **Peronism Without Perón: Unions, Parties, and Democracy in Argentina**. Stanford University Press, 1999.

MEC. **Banco Mundial – MEC – Ministério da Educação**. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20758-banco-mundial#:~:text=O%20Grupo%20Banco%20Mundial%2C%20uma,de%20conhecimentos%20para%20apoiar%20os>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MEDINA, Juan Manuel Abal. The Governments of the Republic of Argentina. **Journal of Management Policy & Practice**, v. 21, n. 1, 2020.

MEIRA MATTOS, Carlos de. A experiência brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP). **A Defesa Nacional**, v. 84, n. 779, 1998.

MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

MELO, Ana Amelia M. C. Intelectuais em ação. O MIR e a construção do intelectual revolucionário. **Tempo [online]**. 2021, v. 27, n. 2, pp. 473-478. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v270214>>. Acesso 18 out. 2022.

MELO, Isabela Esterminio de. **As crises do petróleo e seus impactos sobre a inflação do Brasil**. Departamento de Economia, PucRJ. 2008.

MENEZES, Alfredo da Mota. **The Stroessner heritage: a history of Brazilian-Paraguayan relations, 1955-1980**. Tulane University, 1984.

MERKE, Federico; REYNOSO, Diego; SCHENONI, Luis Leandro. Foreign Policy Change in Latin America: Exploring a Middle-Range Concept. **Latin American Research Review**, v. 55, n. 3, p. 413-429, 2020.

MERVIN, David. **Ronald Reagan: The American Presidency**. Routledge, 2014.

MÍGUEZ, María Cecilia. El canciller argentino Miguel Ángel Zavala Ortiz y la revisión del principio de no intervención en la Argentina de la década de 1960. **Revista de historia del derecho**, n. 50, p. 0-0, 2015.

MILLÁN, Mariano Ignacio. El movimiento estudiantil y la violencia política en Argentina, 1966-1976. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales. Instituto de Investigaciones Gino Germani; **Cuadernos de Marte**; 18; 6-2020; 89-137. 2020.

MISCAMBLE, Wilson D. **George F. Kennan and the Making of American Foreign Policy, 1947-1950**. Princeton University Press, 1993.

MITTER, Rana. **China's war with Japan, 1937-1945: The struggle for survival**. Penguin UK, 2013.

MOLINA, María Mercedes. El cannabis en la historia: pasado y presente. **Cultura y droga**, v. 13, n. 15, p. 95-110, 2008.

MOLON, Newton Duarte. **A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros**. 2006. Tese de Doutorado em comunicação. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo. 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Formação do Império Americano: da Guerra Contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009.

MONK, Ray. **Bertrand Russell**. UNESP, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 02, 2004.

MONTOYA, Víctor. Pasajes y personajes de la guerrilla de Ñancahuazú. **Fuentes, Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, v. 6, p. 39, 2012.

MORA, Frank O.; CARDOZA, Luz María Villasana. Poder duro y poder blando: la influencia en las relaciones Estados Unidos-Paraguay. **Foro Internacional**, v. 35, n. 2 (140, p. 219-261), 1995.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963**. Edipucrs, 2000.

MORAES, Ceres; COLMÁN, Evaristo. A guerrilha da FULNA: considerações preliminares. **IX Corredor de las Ideas del Cono Sur-X Coloquio Internacional de Filosofía Política**. 2010.

MORAES, Leticia Nunes de. **Cotidiano e Política em Carmen da Silva e David Nasser (1963-1973)**. 2007. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru) [online]**. 2006, v. 12, n. 1, pp. 117-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>>. Acesso em 26 ago. 2021.

MORAES, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. Geração Editorial, 2019.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Newton Estillac Leal: o militar de esquerda e o Exército na frágil democracia brasileira do pós-guerra**. São Paulo: USP, 2006.

MOREIRA, Neiva et al. **El caudillo Leonel Brizola**: um perfil biográfico. Editora Ground, 2008.

MOREIRA, Vânia Medeiros. O CPC da UNE na Bahia. Ditadura Militar Na Bahia: Histórias de Autoritarismo, **Conciliação e Resistência**. 2014.

MORRE aos 90 anos Reynaldo Bignone, o último ditador da Argentina. **Estadão**. Seção Internacional. 07 mar. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/morre-aos-90-anos-o-ex-ditador-argentino-reynaldo-bignone/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MORRISS, Peter. Steven Lukes on the concept of power. **Political Studies Review**, v. 4, n. 2, p. 124-135, 2006.

MOSCA, Hugo. **José Linhares**: centenário do seu nascimento. Supremo Tribunal Federal. Brasília. 1986.

MOTA, Pedro Vieira. **O espírito das leis**. Saraiva Educação SA, 2017.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Hiroshima e Nagazaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientiae Studia**, v. 3, p. 683-710, 2005.

MUAKAD, Irene Batista. Anfetaminas e drogas derivadas. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 108, p. 545-572, 2013.

MUCHAIL, Salma Tannus. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. **Margem, São Paulo**, n. 16, p. 129-135, 2002.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távara e Golbery do Couto e Silva**: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960). Goiânia: UFGO, 2007.

NAFTALI, Timothy. **George HW Bush**: The American Presidents Series: The 41st President, 1989-1993. Macmillan, 2007.

NAGORSKI, Andrew. **Cazadores de nazis**. Turner, 2017.

NASCIMENTO, Gabriela Goulart et al. **Erich Erdstein e a caça a nazistas**: um estudo sobre o livro “O Renascimento da Suástica no Brasil”. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

NAVAJAS, Carlos. **Raúl Alfonsín**: Un Legado de Democracia y Derechos Humanos. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. **Entre o Leão e as Formigas**: Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho. 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

_____. Conflito de Fronteira entre Argentina e Brasil em 1952. In: **Latinidades-Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços**. 2020.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud; KLAUCK, Samuel. Relação entre Brasil e CIA Exposta na Revista Counterspy. **Ideação**, v. 24, n. 2, p. 10-24, 2022.

NEAGLE, John. Argentina: Incidents, Statements Following La Tablada Attack. **Latin America Digital Beat (LADB)**, 1989.

_____, John. Paraguayan Dictator Ousted: Summary Of Events, Statements, Feb. 2-feb. 6. **Latin America Digital Beat (LADB)**, 1989.

NEITZEL, Sönke; WELZER, Harald. **Soldados**: sobre lutar, matar e morrer. Editora Companhia das Letras, 2014.

NERCESIAN, Inés. Cambio social, modernización y surgimiento de la lucha armada en Brasil, Chile y Uruguay (1950-1970). **Revista PolHis**, 2012.

NERY, V. E. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 24, p. 70–77, 2010. DOI: 10.23925/ls.v0i24.18836. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18836>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NETO, Lira. **Castello: a marcha para a ditadura**. Companhia das Letras, 2019.

_____. **Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. Editora Companhia das Letras, 2013.

NETO, Luiz Salgado. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). **Revista Cantareira**, n. 17, 2012.

NETO, Manoel Fernandes de Sousa. Linhas d'água na delimitação do território. O Mapa dos Limites do Império do Brasil com o Paraguay de 1872. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 12, 2019.

NETO, Sydenham Lourenço. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 7, n. 3, p. 473-489, 2015.

NETO, Tomaz Espósito. As relações Brasil-Paraguai: Do litígio da fronteira brasileiro-paraguaia (1962) à Ata das Cataratas (1966). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 7, n. 1, p. 33-49, 2013.

NETO, Waldemar Dalenogare. A Operação Condor e a Emenda Koch. **Sæculum—Revista de História**, p. 69-82, 2018.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis; LANZA, Fabio. Tradição, Família e Propriedade (TFP), anticomunismo e a comunidade de inteligência dos EUA. **Passagens. Revista**

Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 264-282, maio-ago. 2023.

NEWTON, Ronald C. The German Argentines between Nazism and Nationalism: The Patagonia Plot of 1939. **The International History Review**, v. 3, n. 1, p. 76-114, 1981.

NEWTON, Ronald C. The Neutralization of Fritz Mandl: Notes on Wartime Journalism, the Arms Trade, and Anglo-American Rivalry in Argentina during World War II. **Hispanic American Historical Review** 1 August 1986; 66 (3): 541–579. 1986. doi: <https://doi.org/10.1215/00182168-66.3.541>

NICHOLLS, David. Haiti: The rise and fall of Duvalierism. **Third World Quarterly**, v. 8, n. 4, p. 1239-1252, 1986.

NICKSON, Andrew. **El régimen de Stroessner (1954-1989)**. Historia del Paraguay. University of Birmingham. 2010.

NÓBREGA, M.L., FREIRE Jr., O. e PINTO, S.T.R. Max Planck e os enunciados da segunda lei da termodinâmica. **Revista Brasileira de Ensino de Física [online]**. 2013, v. 35, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-11172013000300026>>. Acesso: 14 nov. 2022.

NOHLEN, Dieter (Ed.). Elections in the Americas. **A Data Handbook** Volume 1: North America, Central America, and the Caribbean. OUP Oxford, 2005.

NORA, Pierre; CUESTA, Josefina. La aventura de Les lieux de mémoire. **Ayer**, n. 32, p. 17-34, 1998.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

NUNES, João Paulo Avelãs. António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política. **Ipsis Verbis**, v. 6, n. 1, p. 36-39, 2013.

NUNES, Maira. Novas tecnologias da comunicação e a função-autor na sociedade contemporânea. **Rastros–Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação**, v. 8, n. 8, 2007.

NÚÑEZ, Wilson Genao. Populismo y dictadura en República Dominicana: ¿Desarrolló el régimen de Rafael L. Trujillo Molina un discurso y una política social y económica cercana al populismo clásico?. **Diálogos Revista Electrónica**, p. 92-119, 2018.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **Polop**: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). 2007. 192 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. O sucessor do Barão em debate: Oswaldo Aranha pela historiografia. **Revista Crítica Histórica**, v. 12, n. 23, p. 331-360, 2021.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Militância ou profissionalização de gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai**: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. A Esquerda Radical de Osasco (São Paulo, Brasil). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 39, 2009.

OLIVEIRA NETO, Wilson de. A suástica sobre o Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 27, p. 517-522, 2019.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida**: San Tiago Dantas e a Frente Progressista. 2012. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2012.

OVERHOLT, William H. The rise and fall of Ferdinand Marcos. **Asian Survey**, v. 26, n. 11, p. 1137-1163, 1986.

PACH, Chester J. et al. **The Presidency of Dwight D. Eisenhower**. American Presidency. University of K, 1991.

PAGLIAI, Graciela De Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, p. 26-42, 2006.

PALAZI, Rafael; ZAN, Pedro Pacheco. Distinção do conceito de poder na obra de Jürgen Habermas. **DoisPontos**, v. 18, n. 2, 2021.

PALMAR, Aluizio. **Foz e a repressão**. Um Esclarecimento Necessário Acerca de Minha Pesquisa no Arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/anexo_57._fonte_aluizio_palmar.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PARIETTI, Guido. **On the concept of power: possibility, necessity, politics**. Oxford University Press, 2022.

PASTORE, Fortunato. **Soldados nus**: filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América Latina independente: 1810-2000. 2007. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. 2007.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. 2014.

PAULA, Orlando Fernandes de. Itaipu: disputas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 (Itaipu: disputes in Southern Cone in the 1960s and 1970s. **Cadernos de História**, v. 15, n. 23, p. 153-179, 2014.

PAULA, Rogério Henrique Cardoso de. As comunidades alemãs frente ao nazismo no Brasil e no Chile: uma História comparada. **Revista Trilhas da História**, v. 5, n. 10, p. 72-93, 2016.

PAXTON, John. Bolivia: República de Bolivia. The Statesman's Year-Book: Statistical and Historical Annual of the States of the World for the Year 1980–1981, p. 215-220, 1980.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Ed. UFRGS: Porto Alegre, RS, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Do alinhamento e autonomia ao engajamento e contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 21, n. 32, p. 92-114, 2014.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. República Dominicana 1965: guerra civil e intervenção. *A Defesa Nacional*, n. 842, 2020.

PEÑA, Enrique Vargas. Natalicio González contra Horacio Cartes. **La Nación**. 18 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.py/articulo/137965-natalicio-gonzalez-contra-horacio-cartes.html>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PENAS, Gonzalo. Walsh. Apuntes sobre el Derecho a la Información y la clandestinidad. Instituto de Investigaciones Gino Germani. **VII Jornadas de Jóvenes Investigadores**. 2013.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. O sindicato dos bancários do Espírito Santo durante a ditadura civil-militar. In: _____ et al (Org.). **Das Utopias ao Autoritarismo: historiografia, memória e cultura**, p. 15, Editora Milfontes, Serra, 2019.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. **Seleções do Reader's Digest 1954-1964**: um mapa da intolerância política. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016.

PÉREZ JR, Louis A. **The Cuban Revolution**: A Brief History. Institute for the Study of the Americas, Department of History, University of North Carolina at Chapel Hill. 2021.

PÉREZ-STABLE, Marifeli. **The Cuban Revolution**: Origins, Course, and Legacy. New York: Oxford University Press, 1999.

PEYERL, Drielli; DE MENDONÇA FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda; BOSETTI, Elvio Pinto. **The North American geologist Walter Karl Link and oil exploratory research at Petrobras (1954–1960)**. Earth Sciences History, v. 35, n. 2, p. 387-398, 2016.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em português**: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PINA, Luís Mah. **Cooperação Sul-Sul**: Um Novo Paradigma de Desenvolvimento? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

PINTO, Fabrício Ramires. **O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945)**. TCC (pós-graduação em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2018.

PINTO, Pedro Aguiar. **Grandezas Físicas, Unidades, Factores de Conversão e Constantes Úteis em Agronomia e Ecologia**. ISA/UTL. 16ª edição. 2010.

PINTO, Tão Gomes. **Itaipu**: integração em concreto ou uma pedra no caminho. Editora Manole Ltda, 2009.

PIRES, Andressa Andrade; LIMA, Sostenes. Função-autor de Foucault e commodificação discursiva no contexto do capitalismo cognitivo. **Via Litterae (ISSN 2176-6800): Revista de Linguística e Teoria Literária**, v. 12, n. 2, p. 292-304, 2020.

PLATÃO. **A República**. tradução Leonel Vallandro. [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

PORFÍRIO, Pablo. **Francisco Julião**. Paco Editorial, 2016.

POSNER, Gerald L.; WARE, John. **Mengele**: a história completa do anjo da morte de Auschwitz. Editora Cultrix, 2019.

POUZADOUX, Claude. **Contos e Lendas da Mitologia Grega**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRAZERES, Roberta Fonseca dos. **Métodos clássicos e qualitativos no estudo do problema dos três corpos**. Rio de Janeiro: IM/UFRJ. Dissertação (mestrado) - UFRJ /IM. Programa de pósgraduação em Ensino de Matemática, 2010.

PRESTES, Luis Carlos. Manifesto de Agosto de 1950. In: VINHAS, M. **O partido**: A luta por um partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982.

QUELER, Jefferson José et al. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Tese de Doutorado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UniCamp, SP. 2008.

QUEVEDO, Charles; SOLER, Lorena. El primer Partido Comunista del Paraguay, la Internacional Comunista y la guerra del Chaco. **Avances del Cesor**, v. 17, n. 22, p. 105-125, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAMÍREZ, Socorro V.; RESTREPO Luis Alberto M. **Actores en conflicto por la paz: el proceso de paz durante el gobierno de Belisario Betancur (1982-1986)**. Bogotá: Siglo Veintiuno, 1988.

RAMM, Hartmut. **The Political Philosophy of Régis Debray: Between Lenin And Guevara**. The Florida State University, 1974.

RAMOS, Marina Contin. Cruzeiro: a renovação monetária no Brasil e o governo Vargas. **Oficina do Historiador**, v. 10, n. 2, p. 61-76, 2017.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, social y política de la Argentina (1880-2003)**. Ediciones Macchi. 2007.

RAZOUX, Pierre. La guerra de las Malvinas. **Istor: revista de historia internacional**, año II, número 8, primavera de 2002, pp 9-28, 2002.

REED, B. A. American Foreign Policy in Latin America (1945-1975): The Containment Policy and the Perceptions of “Threat”. 2012. **Tese de Doutorado**. University of Pittsburgh.

RÊGO, Manoel. A trajetória de Juracy Magalhães na ditadura: entre suas memórias e a história. **XXIX Encontro Nacional de História**, 2017.

REYES, Jaime et al. El Presidente y su partido durante la época radical. Chile 1938-1952. **Estudios Públicos**, n. 35, 1989.

RIBEIRO, Arnor da Silva. **Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.

RIBEIRO, Jayme. O PCB e a Guerra da Coréia: memória, história e imaginário social. **Revista História & Perspectivas**, v. 23, n. 42, 2010.

RIBEIRO, Thiago Marques. New Deal e origens do Eximbank. **Revista Mosaico - Revista de História**, v. 9, n. 1, p. 35-55, 2017.

RILEY, Jenn. **Understanding metadata**. Washington DC, United States: National Information Standards Organization (<http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf>), v. 23, p. 7-10, 2017.

ROCHA, Anita Bethânia Silva da. Atividade de inteligência. **Revista Jurídica do Ministério Público**, v. 2, n. 2, p. 173-186, 2007.

ROCHA, Marina Maria de Lira. **'El río nos quedó adentro'**: direitos humanos e os debates sobre desaparecimento forçado e genocídio na justiça de transição do território rio-platense. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

ROCK, David. **Argentina, 1516-1982: from Spanish colonization to the Falklands War**. Univ of California Press, 1985.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Marinheiros contra a ditadura brasileira: AMFNB, prisão, guerrilha-nacionalismo e revolução?** 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

RODRÍGUEZ, José Carlos. Los laberintos de la obediencia. Paraguay 1954/1989. **Nueva sociedad**, v. 12, p. 49-55, 1991.

RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. **La edad de oro de los virreyes: el virreinato en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII**. Ediciones Akal, 2011.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Paradigmas para o século XXI: possibilidades de aplicação do paradigma indiciário de corte psicanalítico às ciências humanas e sociais. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 6, n. 2, p. 234-253, 2014.

RODRIGUES, Nelson. Presidente Emílio Garrastazu Médici. **A Defesa Nacional**, v. 93, n. 808, 2007.

ROHERTY, James Michael; ROHERTY, James. **State security in South Africa: civil-military relations under PW Botha**. ME Sharpe, 1992.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Mauad Editora Ltda, 2001.

ROMAN, Maitê; DRESCH, Victor Hugo. Rompimento da Aliança Sino-Soviética: A Influência dos Respectivos Líderes e da Política Doméstica Chinesa. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 10, n. 19, 2017.

ROMERO, Caio Henrique Vicente. **Política e edição de livros na Argentina: EUDEBA entre 1958 e 1974**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2020.

ROSITZKE, Harry. **The CIA's secret operations: espionage, counterespionage, and covert action**. Routledge, 2019.

ROTHBERG, Danilo; GARDE-HANSEN, Joanne. Improving water governance in Brazil: an organisational memory approach. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. e02113, 2021.

_____. Narratives and Memories for Resilience: Exploring the Missing Link between Engagement and Water Governance in

Brazil and the United Kingdom. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 8, n. 1-2, p. 263-284, 2019.

ROVERE, Richard H. **General MacArthur and President Truman: The Struggle for Control of American Foreign Policy**. Routledge, 2022.

ROUGUIE, Alain. **The Military and the State in Latin America**. University of California Press, 1987.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. Editora Iluminuras Ltda, 2006.

RYE, Danny. The concept of power in the analysis of organizations with social and political goals. **Journal of Political Power**, v. 8, n. 3, p. 301-320, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SABOTAGEM. Os sinistros no oleoduto e nos navios petroleiros. **Diário de Natal**. 26 jan. 1957.

SALCEDO AVILA, G. E. Além da Doutrina Betancourt: ajuda secreta como instrumento da política externa da Venezuela durante a Guerra Fria (1959-64) DOI10.5216/o.v14iespecial.30014. **OPIS**, Goiânia, v. 14, n. Especial, p. 74–92, 2015. DOI: 10.5216/o.v14iEspecial.30014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/30014>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SALES, Jean Rodrigues. A revolução cubana e as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**, São Paulo, 2011.

_____. Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 1, 2007.

_____. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290 - 311, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309212017290>. Acesso em: 15 jan. 2023. DOI: 10.5965/2175180309212017290.

SALINGER, Pierre. **With Kennedy**. Univ of California Press, 1966.

SANCHEZ BALCEWICH, Alvaro. **Fidelidades partidarias en las fuerzas armadas uruguayas durante el período dictatorial: el fracaso de Juan Maria Bordaberry**. Licenciatura en Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República. 2000.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio; DE LA CALLE, Luis. Domestic terrorism: The hidden side of political violence. **Annual Review of Political Science**, v. 12, p. 31-49, 2009.

SANDOVAL, Marco Antonio, (2016) “Los internacionalistas del Che Guevara: la primera Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR)”, **Pacarina del Sur [En línea]**, año 8, núm. 29, octubre-diciembre, 2016. Dossier 19: Herencias y exigencias. Usos de la memoria en los proyectos políticos de América Latina y el Caribe (1959-2010). De Chihuahua a los Andes. Huellas y caminos de las rebeliones en la sierra. ISSN: 2007-2309.

SANTA CRUZ, Lucia. OS RELEVOS DA MEMÓRIA. **Contracampo: Brazilian Journal of Communication**, v. 35, n. 3, 2016.

SCHELLING, Thomas C. Arms and influence. In: **Strategic Studies**. Routledge, 2008. p. 96-114.

SCHELOTTO, Magdalena. La dictadura cívico-militar uruguaya (1973-1985): militarización de los poderes del estado, transición política y contienda de competencias. Diacronie. **Studi di Storia Contemporanea**, n. 24, 4, 2015.

SCHOULTZ, L. **Beneath the United States: A History of U.S. Policy Toward Latin America.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

SCHULTZ, Frederick S. **Andropov and the US Media: A Comparative Study of Yuri Andropov's Premiership of the USSR as viewed through the New York Times and the Chicago Tribune.** 2011. Tese de Doutorado. University of Toledo. 2011.

SCHULZ, Donald E. The United States and Latin America: Shaping an Elusive Future. **Small Wars & Insurgencies**, v. 11, n. 3, p. 47-88, 2000.

SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 47, 2013.

SEČKAR, Ivo. The case of Krunoslav Draganović. **Obnovljeni Život: časopis za filozofiju i religijske znanosti**, v. 48, n. 3-4., p. 347-366, 1993.

SEOANE, María; MULEIRO, Vicente. **El dictador: la historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla.** Sudamericana, 2012.

SERVICE, Robert. **A History of Modern Russia: From Tsarism to the Twenty-first Century.** Harvard University Press, 2009.

SEYDEL, Ute. La constitución de la memoria cultural. **Acta poética**, v. 35, n. 2, p. 187-214, 2014.

SHERWOOD, Robert. The United Kingdom War Crimes Investigation Teams after World War II. In: **The Jews, the Holocaust, and the Public.** Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 207-222.

SHOEMAKER, Pamela J.; TANKARD JR, James William; LASORSA, **Dominic L. How to build social science theories.** Sage publications, 2003.

SIERRA, Luis M. The Precinct of the Dead and Saints for the Nation: The Bolivian National Revolution and Gualberto Villarroel, 1943-1956. **Journal of Urban History**, p. 00961442221143731, 2023.

SILVA, Antonio José Carlos da; SOARES, Daniel Benevides. Relações de Poder em Michel Foucault: Uma Ação sobre a Ação. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 281-296, 2022.

SILVA, Cristiane da; SILVA NETO, Amanda da; NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. Socialismo Soviético e Socialismo Iugoslavo: Mesmo Fim, Diferentes Meios. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 2, 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da; BENTURA, José Pablo. O Serviço Social uruguaio e suas bases críticas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 62-80, 2022.

SILVA, José Santana da. Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político. **Revista Plurais-Virtual** (ISSN 2238-3751), v. 1, n. 1, p. 84-105, 2012.

SILVA, Marcos Rafael da. **As desventuras de Os Zeróis**: cartuns e charges de Ziraldo, entre intenção e condição (1967-1972). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

SILVA, Paulo Renato da. Lecciones de Historia Paraguaya:(re) leituras da História do Paraguai pelo stronismo. In: XXVII Simposio Nacional de Historia. **ANPUH**. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370993984_ARQUIVO_anpuh2013.pdf. 2013. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974). 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

SILVA ALMEIDA, Anderson da. Almirante Aragão: do Golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. **Perseu: História, Memória e Política**, n. Especial, 2014.

SILVA CONCHA, Devanir da. **Masculinidad/es, Guerra Fría y América Latina: el caso del Cabo Anselmo, AMFNB y Golpe de Estado brasileño de 64.¿ Cobarde, traidor o héroe?** Curso: Guerra fría y América Latina. Facultad de Filosofía y Humanidades Programa de Doctorado en Estudios Latino americanos, Universidad de Chile. Santiago de Chile, 2014.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 09, p. 24-47, 2010.

SIVAK, Martín. **El dictador elegido**: Biografía no autorizada de Hugo Banzer Suárez. Plural editores, 2001.

SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. O Embargo a Cuba à Luz do Direito Internacional. **O Direito em Movimento**. Juiz de Fora: Editar, p. 87-100, 2015.

SMALL, Melvin. **The Presidency of Richard Nixon**. American Presidency. University of K, 1999.

SMITH, Bradley F. **The Shadow Warriors**: OSS and the Origins of the CIA. Basic Books, Inc., 1983.

SMITH, Peter H. **Talons of the Eagle**: Dynamics of U.S.-Latin American Relations. Oxford, Oxford University Press, 1996.

SMITH, R. The Iraq War and Middle Eastern Geopolitics. **Middle East Studies Review**, v. 28, p. 123-145, 2016.

SMITH, Richard Harris. **OSS**: the secret history of America's first central intelligence agency. Rowman & Littlefield, 2005.

SNELDERS, Stephen; PIETERS, Toine. Speed in the Third Reich: metamphetamine (Pervitin) use and a drug history from below. **Social History of Medicine**, v. 24, n. 3, p. 686-699, 2011.

SNITCOFSKY, Valeria. Villas de Buenos Aires y conflictos portuarios bajo el gobierno de Onganía: aportes para un análisis de la articulación entre sindicalismo de base y organización territorial. **La clase trabajadora argentina en el siglo XX: experiencias de lucha y organización**, p. 51-80, 2011.

SNOW, Nancy. United states information agency. **Foreign Policy in Focus**, v. 2, n. 40, p. 1-4, 1997.

SOARES, Herick Vazquez. **A incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro: uma interpretação histórica**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

SOLER, Lorena; SILVA, Paulo Renato da. **Stronismo: Nuevas Lupas**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

SOUSA, J. M. Leonides Alves da Silva Filho - O Nordeste e um instrumento de desenvolvimento regional. Interviewed: Leonides Alves da Silva Filho. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. **Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos): vol. 2 [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 201-223. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. 2020.

SOUTO, Cíntia Vieira. A crise política no Paraguai e o Brasil. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 13, p. 7-16, 2012.

SOUZA, Antônio Ricardo de. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. **Revista do Serviço Público**, v. 55, n. 4, p. 5-29, 2004.

SOUZA, Camilla Fontes de. **La acción cambiante**: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984). 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, 2011.

SOUZA, Felipe Alexandre Silva de. A Guerra Civil Grega (1943-1949). **Faces da História**, v. 8, n. 1, p. 386-405, 2021.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2020.

SPILERMAN, Seymour; STECKLOV, Guy. Societal responses to terrorist attacks. **Annual Review of Sociology**, v. 35, p. 167-189, 2009.

SPINELLI, María Estela. **Los vencedores vencidos**: el antiperonismo y la” revolución libertadora”. Editorial Biblos, 2005.

SRODES, James. **Allen Dulles**: master of spies. Regnery Publishing, 2000.

STAFF, L. A. D. B. **Paraguayan Vice President Luis Maria Argana Assassinated**. University of New Mexico, UNM Digital Repository, NotiSur, Latin America Digital Beat (LADB). 1999.

STEVENSON, William. **The Bormann Brotherhood**. Simon and Schuster, 2019.

STEWART, Charles. Historicity and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 45, p. 79-94, 2016.

STILLER, Jesse Herbert. **George S. Messersmith**: a diplomatic biography. City University of New York, 1984.

STRATTON, S. A. *The Ties That Bind: The Domino Theory in American Foreign Policy, 1947-1968. A Thesis Submitted to the School of Graduate Studies in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Master of Arts*. Ontario, McMaster University, 1989. 152 p.

STUHLREHER, Amalia. Régimen político y política exterior en Argentina. El caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989–1995). **Revista Perfiles Latinoamericanos**, v. 10, n. 22, p. 79-101, 2003.

STUENKEL, Oliver; WASMOSY, Juan Carlos. **Entrevista de historia oral para el proyecto “¿Pax Brasiliana? Um Estudio de la Actuación Brasileña en las Crisis Constitucionales y Políticas en América Latina (1990-2015)”**, Oliver Stuenkel, 23 de octubre de 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/24918>. Acesso em: 14 mai. 2022.

STUHLREHER, Amalia. Régimen político y política exterior en Argentina. El caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989–1995). **Revista Perfiles Latinoamericanos**, v. 10, n. 22, p. 79-101, 2003.

SUERO ROCA, Teresa et al. Alberto Bayo Giroud. **Alas republicanas**. 1979.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de ideias nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 2, p. 195-214, 1988.

SWEDBERG, Richard. Before theory comes theorizing or how to make social science more interesting. **The British journal of sociology**, v. 67, n. 1, p. 5-22, 2016.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 347-362, 2001.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente-reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 115-132, 2014.

TEIXEIRA, Ib. O Plano Salte. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 50, n. 5, p. 60-62, 1996.

TEIXEIRA, Mônica. **1964 na USP**: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

TELES, Paulo Roberto Alves. Terror no Cone Sul: O fundamentalismo islâmico e o Caso Amia-1994. **Cadernos de História**, v. 20, n. 32, p. 198-198, 2019.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. Carta aos brasileiros. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v. 72, 1977.

THOMAS, Peter D. **The Gramscian moment**: hegemony, philosophy and Marxism. Historical Materialism Book Series, Leiden: Brill, 2009.

THROWER, James. **Marxist-Leninist 'scientific Atheism' and the Study of Religion and Atheism in the USSR**. Walter de Gruyter, 2011.

TILLY, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge, UK: Cambridge Univ. 2003.

TINEM, Nelci; BORGES, Lucia. Ginzburg e o paradigma indiciário. **Simpósio Nacional de História**, v. 22, 2003.

TOMÁS-SÁBADO, Joaquín. Normas de Vancouver. **Revista Española de Salud Pública**, v. 78, n. 2004, p. 297, 2004.

TORRES, Aracele Lima. **A internet livre e aberta como ideologia**: o debate da neutralidade da rede no Brasil e nos Estados Unidos. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

TORRES, Ligia María Peña. La dictadura somocista: fuentes para su estudio. **Revista de Historia-IHNCA**, n. 3-4, p. 83-85, 2017.

TORRES-GUERRA, Andria; GUERRA-ARENCIBIA, Juana María. **Concepción dialéctica de la cultura en Juan Marinello Vidaurreta**. Santiago, p. 204-210, 2016.

TRIAS, Vivián. Getulio Vargas, Juan Domingo Perón y Batlle Berres-Herrera. Tres rostros del populismo. **Nueva Sociedad**, v. 34, p. 28-39, 1978.

TRINDADE, Bruno Marinho. Nas asas da resistência: a trajetória política do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt (1961-1980). **Revista Digital Estudos Historicos**, n. 24, p. 4, 2020.

TRINDADE, Héglio. **A tentação fascista no Brasil**: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. SciELO - Editora da UFRGS, 2016.

TUCHEL, Johannes. HEINRICH MÜLLER. In: **The Participants**: The Men of the Wannsee Conference. Berghahn Books, 2017. p. 32.

TULLY, John. **The devil's milk**: A social history of rubber. NYU Press, 2011.

TUNSTALL ALLCOCK, Thomas. Becoming "Mr. Latin America": Thomas C. Mann Reconsidered. **Diplomatic History**, v. 38, n. 5, p. 1017-1045, 2014.

TURK, Austin T. Sociology of terrorism. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 30, p. 271-286, 2004.

TURNER, B. **The Statesman's Yearbook 2008**: The Politics, Cultures and Economies of the World. Berlin: Springer. 2017. ISBN 9781349740246

TURNER, Frederick; MIGUENS, José Enrique (Ed.). **Juan Perón and the reshaping of Argentina**. University of Pittsburgh Pre, 1983.

U.S. Library of Congress. **The Constitution**. Disponível em: <http://countrystudies.us/uruguay/62.htm>. Acesso em: 25 jan. 2023.

VALENTINO, Benjamin A. Why we kill: The political science of political violence against civilians. **Annual Review of Political Science**, v. 17, p. 89-103, 2014.

VAN STEL, Richard. **Nacionalismo Territorial en Panamá Durante el Gobierno de Omar Torrijos**. Programa de Estudios Latinoamericanos (LAS), Facultad de Humanidades, Universidad de Leiden. 2017.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. **Paulo Schilling e o nacionalismo revolucionário**. 2021. Tese de Doutorado. 2021.

VATICAN. **Dicastério para a Doutrina da Fé: História e Organização**. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_pro_14071997_po.html>. Acesso em: 23 de jun. 2025].

VEIGA, Francisco; DA CAL, Enrique; DUARTE, Ángel. La Paz Simulada; **Una historia de la Guerra Fria, 1941-1991**. Madrid, Alianza Editorial, 1998.

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **A democracia e as armas**: a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

VIANNA MONIZ, Luiz Alberto Dias de et al. Notas sobre a POLOP e Erich Sachs. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 188, p. 01-37, 2017.

VILAS, Carlos M. Is There Any Room for Latin America in US Foreign Policy?. **Journal of Developing Societies**, v. 21, n. 3-4, p. 389-402, 2005.

VOLTMER, Katrin. Constructing political reality in Russia: Izvestiya—Between old and new journalistic practices. **European Journal of Communication**, v. 15, n. 4, p. 469-500, 2000.

WAGNER, Maria Luise. **Reformism in the Bolivian armed forces**: Juan Jose Torres, a case study. Georgetown University, 1986.

WALLER, Douglas. **Wild Bill Donovan**: The spymaster who created the OSS and modern American espionage. Simon and Schuster, 2011.

WARNER, Michael (Ed.). **Central Intelligence: Origin and Evolution**. Central Intelligence Agency, 2001.

WEINER, Tim. **Legacy of ashes: The history of the CIA**. Anchor, 2008.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge UP, 2005.

WHITE, Heyden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.

WILSON, J. The Impact of NAFTA on North American Economies. **International Trade Journal**, v. 32, p. 45-67, 2018.

WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. **Social memory technology: Theory, practice, action**. Routledge, 2016.

_____. **The Right to Memory: History, Media, Law, and Ethics**, v. 10, p. 132, 2023.

YÁÑEZ, Bernardo Navarrete. La modernización del Estado en la transición chilena. El gobierno de Patricio Aylwin (1990-1994). **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, v. 6, n. 9, p. 79-101, 2008.

ZELIZER, Julian E. **Jimmy Carter: The American Presidents Series: The 39th President, 1977-1981**. Macmillan, 2010.

ZYLBERMAN, Lior. Un archivo insomne. El Programa Memoria Colectiva e Inclusión Social y la filmación de los juicios. **Revista de la Carrera de Sociología Entramados y Perspectivas**, v. 11, n. 11, p. 64-87, 2021.

APÊNDICE A - AS CATEGORIAS EMERGENTES

Neste capítulo compilo as informações produzidas por agentes da CIA, oriundas dos documentos selecionados previamente que obedeceram aos critérios de seleção estabelecidos. São 10 Categorias Emergentes cujos conteúdos considerados mais importantes se encontram cronologicamente organizadas abaixo.

A.1 Comunismo

Nesta parte da pesquisa separei os trechos de documentos que trataram de informações acerca do comunismo (excetuando as informações sobre Cuba, que serão descritas em uma categoria à parte, dado sua relevância na dinâmica própria das Américas) e que trouxeram as palavras ‘*Brazil*’ e ‘*Paraguay*’ em algum contexto relevante para um melhor entendimento dos acontecimentos relatados em tais documentos.

Originalmente a pesquisa no banco de dados da CIA retornou 70 arquivos que obedeciam ao critério de busca geral e que abordavam o tema do Comunismo, sendo que após uma leitura mais próxima foram rejeitados 34 deles. São 36 os arquivos que correspondem à nossa busca para esta categoria, que cobrem datas que vão de 1947 a 1986.

1. O documento CIA-RDP78-01617A005900030001-9 (Doc. 40), é datado de 31/03/1947, registrado como sendo sem título (“*UNTITLED*”), no entanto há um nome, algo como “*BOOK I*” (Figura 7). A informação de quem produziu o documento está ausente, assim como a quem se destinava. O arquivo foi liberado para acesso em 12/02/2013.

Este documento, sem nome de acordo com a CIA, que poderia ter sido chamado de ‘*Daily Summary*’ (conforme consta logo no início, datilografado em uma etiqueta improvisada e colada com fita adesiva), é formado por 93 páginas. Aparenta ser um conjunto de resumos diários do primeiro trimestre de 1947. Há anotações feitas no papel, como datas e um código (F-1) na primeira página. Foi classificado como sendo ‘*top secret*’ e ‘*confidential*’, com carimbos distintos, o que pode sinalizar que houve momentos de revisão em que se mudou a terminologia, sendo que ‘*Top Secret*’ aparece sozinho na primeira página, que é apenas uma folha de rosto, já que a numeração tem início apenas na terceira página, com o número 1. Constam os números 268 (correspondente a janeiro de 1947) e 342 (correspondendo a 31/03/1947). Os assuntos tratam da escala mundial, separados por regiões

geográficas. Quando aparecem nomes e alguns comentários há o que se chama de Sanitização, ou seja, um funcionário encontrou alguma informação e a censurou, evitando que as identidades dos agentes ou informantes fossem reveladas ao leitor.

Este mesmo documento aparecerá na seção dedicada à Política Externa, mais abaixo neste mesmo capítulo. Aqui, em seguida, destaquei os trechos que falam de Brasil e de Paraguai no contexto do comunismo, de acordo com o documento em tela, já trazendo uma tradução possível na tentativa de garantir um melhor entendimento. Sempre que necessário haverá notas de rodapé para facilitar o acompanhamento dos fatos narrados.

O Comando Trueblood⁷⁰ informa de Assunção que (a) o governo paraguaio também solicitou ajuda do Brasil e da Argentina, alegando que a rebelião⁷¹ é “comunista” e, portanto, “perigosa para a segurança do Hemisfério⁷²; e (b) que o governo brasileiro recomendou ao seu governo uma ação favorável ao pedido⁷³. Trueblood acrescenta que o Governo, que já viu oito de seus pilotos e quatro de seus aviões passarem para os rebeldes, dificilmente ordenará mais aviões para sair do solo. (p. 42)

GRÉCIA⁷⁴: Problemas dentro da Comissão SC⁷⁵ – Mark Ethridge⁷⁶ informa de Salonika que o delegado brasileiro em exercício na Comissão de Investigação SC “solicita urgentemente” que o Departamento de Estado use sua influência junto ao governo brasileiro para obter a convocação do General Anor Santos⁷⁷, principal delegado brasileiro, alegando que Santos fingiu doença para evitar a responsabilidade da presidência, e é pró-alemão, anti-americano e anticomunista. Ethridge é a favor de “Santos continuar ausente do trabalho da Comissão”. (...) (Comentário CIG⁷⁸: À luz do preconceito pró-soviético do Secretariado da Comissão, da contínua

⁷⁰ Trata-se de um escritório da CIA em Assunção, Paraguai. O nome é bem pitoresco, mas não encontrei uma explicação para haver um apelido para este departamento específico, pois outros citados não o apresentam. Acredito que possa ser uma homenagem a algum personagem aposentado ou falecido, já que Trueblood pode ser um sobrenome.

⁷¹ Houve a presença de ações comunistas durante a Guerra Civil Paraguaia em 1947: "En marzo de 1947, una coalición de comunistas, liberales y febreristas (cuadros de la revolución de febrero de 1936) llevaron a cabo una insurrección contra el gobierno de Asunción" (MORA, 1995, p. 231).

⁷² A palavra Hemisfério é compreensível, mas a insistência com que é usada e a forma que é grafada sugerem que há alguma ideologia presente.

⁷³ O conflito parece ter chamado a atenção do governo brasileiro ou a CIA queria dar a entender que havia apoio regional a alguma ação dos EUA.

⁷⁴ Entre os anos de 1943 a 1949, a Grécia foi palco de uma guerra civil, onde teria ocorrido o primeiro conflito da chamada Guerra Fria, com os EUA apoiando o governo e a URSS apoiando os insurgentes comunistas (SOUZA, 2021; JONES, 1997).

⁷⁵ 'Security Council' - Conselho de Segurança da ONU.

⁷⁶ Jornalista norte-americano, especializado em matérias acerca dos países dos Balcãs, principalmente Romênia, Bulgária e Grécia. Ver: Collection Title: Mark F. Ethridge Papers, 1931-1981 <<https://finding-aids.lib.unc.edu/03842/>>.

⁷⁷ General Anor Teixeira dos Santos "tornou-se chefe da representação brasileira na Comissão de Inquérito do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em janeiro de 1947, embarcando para a Grécia. Exerceu essas funções até o mês de julho, quando retornou à Alemanha e reassumiu a chefia da comissão militar brasileira" - Verbete do CPDOC da FGV

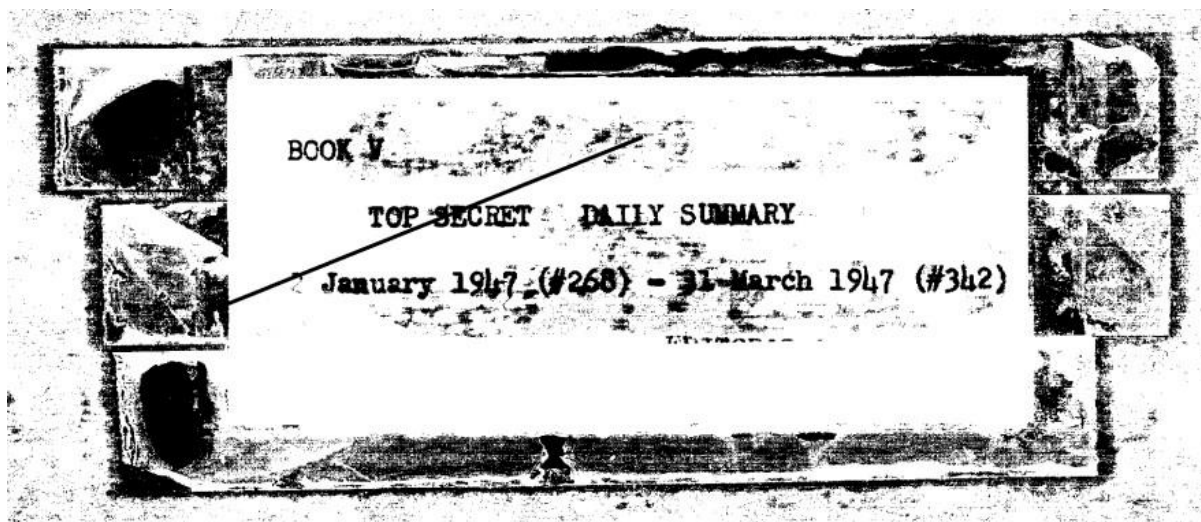
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santos-anor-teixeira-dos>>.

⁷⁸ 'Central Intelligence Group' - predecessora da CIA (GARTHOFF, 2007).

oposição dos delegados soviéticos e poloneses e da falta de experiência de vários outros membros da Comissão, é claro que a tarefa de Ethridge está se tornando cada vez mais difícil⁷⁹). (p. 62)

BRASIL: Sugerida ação hemisférica contra o comunismo – Segundo o embaixador norte-americano Pawley⁸⁰, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil⁸¹ declarou sua opinião de que os EUA devem tomar a iniciativa de convocar uma conferência interamericana para discutir ações contra as atividades comunistas no Hemisfério Ocidental. (p. 89)

Figura 7 – Parte inicial do documento CIA-RDP78-01617A005900030001-9



Fonte: CIA.

2. O segundo documento em tela é o de Código CIA-RDP78-04864A000100020014-3 (Doc. 42), datado de 10/06/1947, contendo o título '*Central Intelligence Group – Intelligence Report*' e assunto '*Propaganda of Anti-American Tendencies*', originado na CIG, destinado aos setores: "*State, War, Navy, AAF*"⁸², formado por 8 páginas, apresentando sanitização na primeira página, onde omitiu-se o país, o setor de origem, e uma pequena inscrição no canto superior direito da folha, onde apenas pode-se ler 82266 abaixo da tarja preta. O documento, liberado ao público em 01/09/1999, contém a inscrição 'confidencial' em cada página, '*duplicate*' fora escrito à mão, como os números 82266, além de inscrição '*CPYRGHT*'⁸³ ao lado das matérias de jornal destacadas.

⁷⁹ Aparentemente o General Anor Santos foi afastado de suas funções na comissão, conforme nota nº 8 acima.

⁸⁰ William D. Pawley - Diplomata norte-americano, defensor de instalações militares em vários países sul-americanos (CARROZZA, 2012).

⁸¹ À época teria sido Raul Fernandes (1877 - 1968): político e diplomata - biografia da CPDOC da FGV <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERNANDES,%20Raul.pdf>>.

⁸² Secretaria de Estado, da guerra (possivelmente exército), marinha e Força Aérea Americana.

⁸³ Copyrights.

Ao final do documento temos o seguinte aviso: “Este documento contém informações que afetam a defesa nacional dos Estados Unidos, na aceção da Lei de Espionagem 50, U.S.C. 31 e 32⁸⁴ conforme alterado. A sua transmissão ou a revelação do seu conteúdo de qualquer forma a uma pessoa não autorizada é proibida por lei.”

De forma geral, o texto traz partes de matérias de jornais, fora de ordem cronológica, informando a respeito de antiamericanismo, comunismo, plano de Truman⁸⁵ para homogeneizar os armamentos e as forças de defesa no ‘Hemisfério’, com o Paraguai sendo citado lateralmente como sendo um local de influência dos EUA.

Os comentários anti-americanos dos transmissores latino-americanos durante o mês de maio concentraram-se em dois pontos principais: a revogação do registro do PCB⁸⁶ (Partido Comunista Brasileiro), e a proposta de Truman para a defesa do hemisfério e armamentos uniformes (...). O teor geral dos argumentos antiamericanos que foram monitorados foi que o governo norte-americano “influenciou o governo brasileiro no julgamento contra os comunistas brasileiros”; a súbita “volta anticomunista do governo Peron⁸⁷” foi culpa de “Washington”; os “capitalistas reacionários” tinham decidido as questões no seu próprio interesse; o governo norte-americano está “protegendo” o fascismo no exterior.” (p. 1) LQR7 Buenos Aires, United Press, em espanhol *Morse to Latin America*, 8 de maio de 1947, 20:42 p.m. EST

Buenos Aires – Os textos dos telegramas enviados pelo Comitê Executivo do Partido (Comunista Argentino) a Luís Carlos Prestes⁸⁸, Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, e ao Tribunal Superior Eleitoral: Senador Luís Carlos Prestes, Senado do Brasil, Rio de Janeiro. Indignados com o desrespeito às liberdades democráticas e à soberania popular ofendidas pela proibição dos direitos eleitorais ao Partido Comunista Brasileiro, nós lhes transmitimos nossa calorosa solidariedade.

O ataque confirma (nossa crença) que o imperialismo ianque está encorajando a reação em países do continente com o objetivo de escravizar a democracia e a soberania americana e mundial. Estamos certos de que será possível, com a unidade da solidariedade interna, democrática (forças) e popular americana e mundial, anular uma medida tão iníqua”.

Saudações fraternais do Partido Comunista Argentino, Comitê Executivo. O outro telegrama é o seguinte: Tribunal Superior Eleitoral, Rio de Janeiro. O Partido Comunista Argentino, certo de interpretar os sentimentos de todas as forças democráticas do país, une seu protesto ao do povo irmão contra a medida que é uma afronta à democracia e à soberania dos povos americanos, ao negar seus legítimos direitos eleitorais a um setor importante do povo brasileiro, agrupado em torno do Partido Comunista.

⁸⁴ USC — Guerra e Defesa Nacional - Capítulo 4—Espionagem: § Art. 31, relativo à obtenção ou permissão ilícita de informações que afetem a defesa nacional. § Seção 32, relativa a divulgações ilícitas que afetem a defesa nacional <<https://uscode.house.gov/view.xhtml?path=/prelim@title50/cha pter4&edition=prelim>>.

⁸⁵ Harry S. Truman (1884-1972) - 33º presidente dos Estados Unidos.

⁸⁶ Ver: TSE. Resolução nº 1.841, de 07/05/1947 <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resol ucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>.

⁸⁷ Juan Domingo Perón (1895 - 1974) - presidente da Argentina em mandatos: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974 (TURNER; MIGUENS, 1983).

⁸⁸ Luís Carlos Prestes (1898 – 1990) - militar e político comunista brasileiro (AMADO, 2022).

O Partido Comunista Argentino espera que, em vista do reconhecimento deste fato, esta resolução, tão prejudicial à democracia brasileira, seja anulada. Comitê Executivo.

(HJCT) Bogotá, em espanhol para a Colômbia, 9 de maio de 1947, 21h30 EST-W (Trecho)

O Senado permaneceu em silêncio sobre a situação criada pelo fechamento do Partido Comunista, mas na Câmara dos Deputados, um deputado comunista, Carlos Marighella⁸⁹ [sic], atacou o que ele chamou de “imperialismo norte-americano” por ter exercido a maior pressão para que o Partido Comunista Brasileiro fosse declarado ilegal. Ele disse que o movimento foi um (ataque) à democracia brasileira”. (p. 2)

Relatório Buenos Aires – LRS Buenos Aires, em espanhol para a Argentina, 9 de maio de 1947, 21h30 EST-P (Texto)

O grupo de esquerda mais poderoso do Hemisfério foi colocado fora da vida política do país. Hoje, a polícia brasileira fechou mais de 455 sedes comunistas, além da sede metropolitana do partido, em cumprimento ao veredito emitido pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Manifestações populares foram proibidas em estados isolados do país. (p. 2)

O Congresso brasileiro, por sua vez, que em breve (terá uma sessão para considerar) a liberdade de imprensa, não comentou sobre os veredictos de quarta-feira. A situação política não foi mencionada no Senado, e na Câmara dos Deputados podemos destacar que o legislador comunista Marighella disse que o imperialismo está exercendo pressão para eliminar o partido esquerdista.

Entretanto, o Presidente Dutra⁹⁰ está tentando fortalecer a posição de seu governo com as classes proletárias. O Ministro do Trabalho deu instruções para acelerar a revisão das leis trabalhistas, com... dois dias semanais de folga, aumento dos salários e regulamentações do direito à greve. (p. 3)

3. Este documento, descrito na sequência, apresenta código fora dos padrões normais, DAILY%20SUMMARY%20%23446-471[15507013] (Doc. 175), além do fato de se tratar de um grande apanhado de pequenos resumos diários, com data de 02/08/1947. Seu título é ‘*Critical Situations*’ e sua origem e destinos não são claros, tendo sido bastante sanitizado e classificado como ‘*Top Secret*’, teve sua segurança modificada para ‘*Confidential*’ em uma revisão posterior e foi liberado definitivamente em 26/09/2018. O Brasil aparece pouco e o Paraguai tem uma crise interna descrita em todo o documento, até seu encerramento.

5. BRASIL: Desenvolvimentos na história do contrabando de armas soviéticas – O adido militar dos EUA no Rio relata que, de acordo com um informante do Ministério da Guerra brasileiro, certas armas desembarcadas no sul do Brasil de um navio soviético no início de julho já foram entregues ao seu destino. De acordo com o Adido Naval dos EUA no Rio, o navio soviético Azov saiu de Santos, Brasil, em 1º de julho e chegou lastreado tardiamente a Buenos Aires em 8 de julho. O adido militar acrescenta que os recentes voos de reconhecimento aéreo brasileiro (que não produziram

⁸⁹ Carlos Marighella (1911 - 1969) - político, escritor e guerrilheiro comunista brasileiro.

⁹⁰ Eurico Gaspar Dutra (1883 - 1974) - Foi presidente do Brasil de 1946 a 1951 (MARTINS, 2021).

evidências de contrabando de armas soviéticas; ver Resumo Diário de 28 de julho, item 12) foram ‘executados de forma inadequada e inconclusiva’. (p. 3)

9. PARAGUAI: Rebeldes atacam o Alto Comando do Governo⁹¹ – O Comando Trueblood em Assunção informa que: (a) cerca de 1.000 rebeldes procedentes de Assunção em dois barcos armados surpreenderam o Alto Comando do Governo em Ybapobo (entre Concepción e Assunção no Rio Paraguai) com uma tentativa de operação de pouso; (b) relatos conflitantes de um ataque rebelde iminente na própria Assunção levaram o governo a adotar medidas cautelares; e (c) Trueblood está inclinado a dar crédito à alegação do Governo de que Concepción caiu sob poder das tropas rebeldes. (p. 8)

5. PARAGUAI: Força rebelde a 32 milhas de Assunção – O Comando Trueblood informa que a frota rebelde, agora relatada como consistindo de cerca de 20 navios com vários milhares de soldados, chegou em 2 de agosto a um ponto 32 milhas ao norte de Assunção, onde a oposição ao governo os obrigou a voltar rio acima. (p. 11)

3. PARAGUAI: Rebeldes podem ocupar Assunção – Comando Trueblood relata de Assunção, a partir de 9 de agosto: (a) deterioração da situação militar do Governo; e (b) perda de terreno pelo governo em uma taxa que poderia resultar na ocupação rebelde de Assunção antes da chegada de reforços do norte. (p. 28)

9. PARAGUAI: Desenvolvidos na Guerra Civil – Trueblood relata que uma invasão rebelde em Assunção no início da manhã de 14 de agosto foi interrompida pela ‘chegada oportuna de cerca de 1.000 tropas montadas de combate pertencentes ao Primeiro Corpo do Governo’ (O Primeiro Corpo é a força do governo que ocupou Concepción no norte do Paraguai. Tropas deste corpo teriam marchado em socorro de Assunção). No entanto, o adido militar dos EUA, reportando no mesmo dia, não mencionou ‘1.000 tropas montadas’ e afirma que a força real da ajuda esperada pelo governo vinda do norte é desconhecida. (p. 44)

6. PARAGUAI: Alívio da Capital confirmado – O adido militar dos EUA em Assunção informou que em 14 de agosto tropas leais chegaram à cidade pelo norte e ‘aliviaram a situação crítica’. (p. 46)

10. PARAGUAI: Sucessos do governo na guerra civil – relatórios de Assunção do comando dos EUA, em 18 de agosto: (a) a ‘aparentemente garantida’ segurança de Assunção, com a atual escassez aguda de alimentos esperada para melhorar rapidamente; (b) a reconquista do aeroporto civil pelo Governo; e (c) a ausência de aviões rebeldes sobre a cidade nos últimos dois dias.

(Comentário CIG: [sanitizado] confirma os relatos da imprensa de que o restante das forças rebeldes de ataque se dividiram em vários grupos. Se outras notícias recentes da imprensa também forem confirmadas, a fase militar da guerra civil, exceto a possível continuação da ação guerrilheira em localidades distantes da capital, pode ser considerada encerrada.)

11. URUGUAI: Remessas de armas para rebeldes paraguaios – O Ministro Interino das Relações Exteriores do Paraguai informou à Embaixada dos Estados Unidos em Assunção e aos representantes diplomáticos das

⁹¹ O Jornal do Brasil noticiou, em 11/08/1976, que houve uma tentativa de golpe contra Stroessner, devido à tentativa do presidente paraguaio de alterar a legislação para admitir a reeleição presidencial. Vários partidos de oposição, além da Igreja Católica paraguaia, apoiaram a iniciativa contra o ditador. O governo alega que há entre os opositores golpistas elementos de esquerda revolucionária (Jornal do Brasil, Caderno 1 - Américas, p. 9).

Repúblicas Americanas que um avião que caiu perto de Montevideu em 15 de agosto transportava munições do governo uruguaio aos rebeldes paraguaios. A esse respeito, o adido militar norte-americano em Montevideu relata sua convicção, baseada em parte em um documento descoberto junto ao copiloto do avião em questão, de que altos funcionários uruguaio estão patrocinando remessas de armas aos rebeldes paraguaios. (p. 59)

11. PARAGUAI: Confirmada a vitória do governo – O comando norte-americano Trueblood em Assunção confirma as notícias da imprensa sobre a vitória decisiva do governo paraguaio sobre as forças rebeldes. Ele espera ‘paz, se não tranquilidade política’, sem mais ameaças rebeldes, a menos que organizadas de outros países. (p. 68)

5. PARAGUAI: Governo realizará eleições – A Embaixada dos EUA em Assunção informa que o presidente Morinigo disse a um grupo de diplomatas estrangeiros que pretende realizar eleições ‘no devido tempo’ e que entregará o governo ao partido vitorioso. (p. 80)

9. PARAGUAI: Recomenda-se a reativação das Missões dos EUA – O Comando Trueblood dos EUA em Assunção recomendou que as Missões Aéreas e Terrestres dos EUA no Paraguai sejam autorizadas a retomar a operação. (As Missões foram suspensas em março diante da possibilidade de que suas atividades fossem consideradas uma intervenção militar dos EUA na guerra civil do Paraguai). (p. 84)

4. O próximo documento de nossa lista é o de código: CIA-RDP82-00457R002000460002-1 (Doc. 98), que aparece no banco de dados da CIA com o nome de ‘*Argentinian Interest in Foreign Exploitation of Brazilian Oil*’, o que é incorreto, pois são na verdade dois documentos arquivados juntos, como se fossem apenas um. Isto pode ter se dado pelo fato de terem a mesma data e por terem sido arquivados em conjunto, pois pertencem a uma mesma área geográfica, a América do Sul. O segundo documento, o que interessa nesta parte da pesquisa, tem o nome de ‘*Slav Communism in Paraguay*’.

Não consta informação acerca de quem produziu os relatórios, havendo em cada uma das duas folhas a marcação do destino, pois há referência à distribuição a: Estado; Exército e Marinha. A data é 09/11/1948. Quanto à segurança, há a marcação de ‘*Confidential*’ e as páginas foram sanitizadas. A liberação ao público das informações foi registrada em 23/11/2001.

Estes textos, em 2 páginas, tiveram 9 partes suprimidas, com 6 marcas de “confidencial” em cada uma das páginas. Há outro carimbo que cita uma determinação do diretor da CIA e uma data para a revisão do segredo, em 2008. Na primeira página há a menção da viagem ao Brasil de um sindicalista argentino que visava impedir que o petróleo brasileiro fosse explorado por empresas internacionais. Há a informação de dados pessoais do citado. Esta parte será tratada na seção dedicada às relações de política externa. Na página

2 há a menção de que os movimentos de comunistas eslavos no Paraguai estavam lentos. Há a citação de nomes e de táticas possíveis, além da relação destes com a Argentina.

1. Não foram observadas grandes mudanças na situação do comunismo eslavo no sul do Paraguai nos últimos dois meses. A tendência dos líderes comunistas eslavos de viajar para Buenos Aires continua. Os irmãos Pavlik, Boleslav e Victor, provavelmente os líderes comunistas mais importantes na área de Encarnación, estão agora pensando em se mudar para Buenos Aires. O recrutamento de novos membros para as organizações do Partido parece estar parado, e a ênfase ainda parece estar na manutenção de um corpo bem organizado de trabalhadores subterrâneos confiáveis.

2. Entre os comunistas eslavos no sul do Paraguai existem “esquadrões voadores” de comunistas profissionais que estão disponíveis para serem enviados a países onde forem necessários para participar de revoluções, greves importantes e similares e estão à disposição de alguma liderança central em Buenos Aires. (p. 2)

5. No dia seguinte foi distribuído o documento de código: CIA-RDP82-00457R002000520007-9 (Doc. 100), com o título: *‘Paraguayan Communist Propaganda’*. O aspecto é o mesmo do anterior, com carimbos e avisos. A origem e o autor do documento foram suprimidos, já o destino é o mesmo do anterior: Estado, Exército e Marinha, sendo datado em 10/11/1948, marcado como ‘Confidential’ e sanitizado para encobrir identidades. Foi liberado ao público em 23/11/2001.

O relatório informa que houve uma publicação com 10 páginas mimeografadas, ‘Adelante’, do ‘órgão do partido comunista do Paraguai’, em 24/09/1948, tendo havido outra em 11/02/1947. Uma outra publicação atribuída à *‘Federación Juvenil Comunista Comité Ejecutivo’*, de 29/09/1948, afirma que os norte-americanos planejam o assassinato de comunistas detidos em prisões. O agente [sanitizado] informou que se alguém é pego com esta publicação é levado preso. Além disto, há as seguintes informações:

a. O artigo de primeira página, ‘Natalicio González⁹², Quisling⁹³ do imperialismo ianque’, afirma que a principal ajuda de que Gonzalez depende para se manter no poder é a diplomacia norte-americana. As missões militares brasileiras e ianques trabalharam a favor de González, pacificando oficiais do Exército paraguaio contrários a González e instituindo cursos breves e concentrados para formar um novo grupo de oficiais do exército favoráveis ao atual regime. Os Estados Unidos emprestaram ao governo provisório de Manuel Frutos cinco milhões de dólares com a condição de que González pudesse assumir o cargo em 15 de agosto de 1948 e retiveram a entrega de cinco novos barcos para a Frota

⁹² Juan Natalicio González Paredes (1897 - 1966) - jornalista e político paraguaio, presidente da República de 16 de agosto de 1948 até 30 de janeiro de 1949.

⁹³ Pessoa que trai seu país.

Mercante do Estado paraguaio até que fosse dada a garantia de que Gonzalez tomaria posse.

b. O artigo também observa que foi assinado um pacto militar secreto pelo Paraguai com o Brasil e os Estados Unidos, prevendo a movimentação dos arsenais para o interior do país e a construção de uma base aérea militar que poderia ser usada para trazer tropas brasileiras para o Paraguai. Este pacto é uma ameaça à independência do Paraguai e seu objetivo pode ser entendido lembrando que em recente ocasião o chanceler argentino, alertando o povo brasileiro contra a agressiva campanha anti-argentina que está sendo conduzida por alguns jornais brasileiros, afirmou que os monopolistas eram os únicos interessados em empurrar o Brasil para um conflito com a Argentina. O governo González, totalmente controlado pelos Estados Unidos e pelas embaixadas brasileiras, propõe fazer do Paraguai um peão no trabalho de cercar política e militarmente a Argentina.

c. A fragilidade do atual governo paraguaio é alegada em sua inerente incapacidade de se consolidar e resolver os problemas econômicos e financeiros do país. Elementos do exército estão ficando enojados com a má gestão do Guion Rojo⁹⁴. (p. 1)

d. Outro artigo do ‘Adelante’ afirma que o ‘*Consejo Obrero del Paraguay*’⁹⁵ (COP) é a única esperança dos trabalhadores. Quando membros do sindicato ferroviário (*sanitizado* Comentário. Um sindicato sob a ‘*Organización Republicana Obrera*’⁹⁶ (ORO), que a publicação critica) solicitaram em uma reunião pública que o sindicato pedisse um aumento salarial para atender ao aumento do custo de vida, eles foram informados pelos dirigentes do sindicato que o governo havia ordenado que não fossem concedidos mais aumentos durante o restante do ano.

e. Um artigo intitulado ‘Os imperialistas fazem tentativa ilegal contra as Nações Unidas’, aponta que a política do governo americano é criar blocos na Europa e em outros continentes e, assim, atacar a própria fundação das Nações Unidas. Os EUA têm se oposto aos pedidos da União Soviética por desarmamento, controle atômico e conclusão de tratados com a Alemanha e o Japão, e têm mantido suas tropas na China enquanto a URSS evacuou as suas. O maior insulto de todos à democracia é a recomendação dos Estados Unidos de que o regime de Franco seja reconhecido e que a Espanha seja incluída nas Nações Unidas. (p. 2)

6. O documento com o código: CIA-RDP83-00415R001500100001-2 (Doc. 106), de 22/11/1948, recebeu o título de ‘*Break-Down in Negotiations Between Yugoslav Government*’, no entanto isto induz a erro, já que logo na página 2 temos o título correto, ‘*Co-ordination and Control of the International Communist Movement*’, pois apenas a primeira página trata do caso Iugoslavo, sendo que as demais 122 páginas (parcialmente

⁹⁴ "Natalicio González había creado una organización paramilitar, una fuerza de choque ultraderechista dentro del partido, que rápidamente tomó el nombre de "Guión Rojo", por un supuesto distintivo de ese color usado por sus miembros" (CASTELLS, 2017, p. 9)

⁹⁵ A COP "desarrolló actividades de articulación entre 1944 y 1946, sin lograr su reconocimiento legal y con mayoritaria influencia del Partido Comunista en su dirección" (GONZÁLEZ BOZZOLASCO, 2018, p. 831).

⁹⁶ Criada por iniciativa do Guión Rojo (CASTELLS, 2017), ligada ao governo e ao partido Colorado (GONZÁLEZ BOZZOLASCO, 2018).

sanitizadas) lidam com o assunto de nosso interesse aqui nesta seção, o comunismo, além do fato de que dentre as informações há citações ao Brasil e ao Paraguai.

Apesar das anotações feitas à mão e dos carimbos, não há como determinar quem produziu o documento e qual foi o seu destino, apenas sabemos que era secreto e que deveria voltar à central de arquivos assim que terminasse sua utilização. Acabou liberado em 22/08/2006, sendo o terceiro de uma série de pesquisas acerca do comunismo do pós Segunda Guerra Mundial. O primeiro foi chamado ‘*The Third (Communist) International, Structure and Functions*’, datado de 01/11/1947 e o segundo ‘*The Third (Communist) International, Personnel*’, lançado um mês depois. Os trabalhos em conjunto buscavam analisar o *modus operandi* do Comintern⁹⁷ até 1943, sendo este em tela dirigido ao estudo das estratégias do Cominform⁹⁸, sucessor da primeira organização. O foco soviético mudou das ações diretas para uma penetração midiática de sua influência, estando a expectativa da CIA voltada para a criação de uma rede de espiões que sabotariam internamente os inimigos soviéticos em uma possível futura guerra.

Jornalistas comunistas: Editores, correspondentes e repórteres de jornais e revistas comunistas podem, sob o disfarce de seu ofício, mover-se comparativamente desimpedidos através das fronteiras geográficas e cumprir as questões do Partido do lado que lhes forem confiados, além de suas funções jornalísticas normais. Os movimentos pós-guerra dos jornalistas do Partido atingiram proporções bastante substanciais. (...) Em um plano relativamente local, por exemplo, o PCB⁹⁹ no ano passado despachou Armenio Guedes¹⁰⁰ como correspondente da Tribuna Popular em viagem do Brasil, para Cuba, Costa Rica, Panamá, Equador, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai (1947).

O jornalista comunista americano (...) Joseph Starobin¹⁰¹ (...) teria sido acusado de verificar a situação financeira dos PCs da América Latina, particularmente no Brasil e na Venezuela, e, enquanto no Brasil, tentou obter ajuda financeira do PCB para o PC Colômbia. (p. 33)

Através do intercâmbio constante dessas publicações (...) versões em inglês dos folhetos do PC Palestina (PKP) e boletins de notícias publicados pelo Partido da Unidade Socialista (SED) da Alemanha e do PC da Tchecoslováquia chegam até o PC do Brasil. (...) Tal intercâmbio de publicações dos Partidos pode ser formalizado por certos Partidos como uma questão de rotina. O PCB, por exemplo, designou um homem para

⁹⁷ A Internacional Comunista ou Terceira Internacional - organização internacional fundada para reunir os partidos comunistas mundialmente (GLASER; LEE, 2020).

⁹⁸ Organização que disseminava informações de interesse soviético, como ideologia e táticas, aos partidos comunistas em todo o mundo.

⁹⁹ Partido Comunista Brasileiro.

¹⁰⁰ Ver: ‘Armênio Guedes: um comunista singular’ de Mauro malin (2018).

¹⁰¹ "Joseph R. Starobin (1913-1976) e seu filho, Robert S. Starobin (1939-1971) desempenharam papéis significativos nos movimentos radicais de seu tempo, a chamada Velha Esquerda e Nova Esquerda." SNAC <<https://snaccooperative.org/ark:/99166/w6gq6w9g>>.

cuidar dos contatos com publicações e correspondências comunistas em todo o mundo. (p. 35)

Contribuições Diretas das Partes; os fundos muitas vezes são transferidos diretamente de um partido para outro (...). No verão de 1947, quando o PC Paraguai não conseguiu arrecadar fundos, um comunista argentino recebeu aproximadamente 650 dólares do Partido Argentino para entrega direta a um líder paraguaio. (p. 36)

PC França; Como um partido latino, o PC França aparentemente se tornou um centro consultivo para os partidos latino-americanos, um desenvolvimento que pode ser substancialmente devido ao fato de que muitos comunistas latino-americanos receberam sua educação em Paris, obtendo suas ideias revolucionárias e o primeiro contato com o movimento de lá. (...) Um importante escritor comunista brasileiro, Aníbal Machado¹⁰², foi para a França em março de 1947, reconhecidamente para discutir assuntos de interesse mútuo. (pp. 45-46)

Em termos práticos, também deve ser considerado que um número de partidos está em uma forma organizacional tão ruim e/ou opera sob condições tão severas de supressão que o emprego de controles organizacionais representa um esforço desperdiçado ou é pouco viável. À primeira categoria pertencem as organizações do Partido comparativamente insignificantes na Eritreia, Luxemburgo, Haiti e Panamá; a este último, as Partes ou núcleos na própria Espanha, Portugal, Turquia, União Sul-Africana, Paraguai, Guatemala, República Dominicana e Nicarágua. (p. 87)

Igualmente passíveis de interpretações errôneas estão os esforços do governo soviético, canalizado por meio de seus funcionários no exterior, para propagandear, organizar e controlar elementos eslavos em países estrangeiros, notadamente na Argentina, Brasil, Uruguai, China, França e Oriente Médio. Desde a criação do primeiro Comitê de Todos os Eslavos em Moscou em 1941 até a organização final do Comitê de Todos os Eslavos em Belgrado em 1946, oficiais soviéticos têm consistentemente iniciado, auxiliado e guiado grupos de pressão no exterior como a União Eslava e seus afiliados na Argentina, Brasil e Uruguai. (p. 101)

Houve outras menções ao Brasil no texto, mas sem grande relevância. Ao final, no Apêndice A é divulgada uma lista de membros do Comitê Executivo da Internacional Comunista eleitos em 1935, dentre eles Prestes como representante brasileiro, não havendo menção a representante paraguaio: “PRESTES, Luis Carlos – Secretário Geral / PCB” (p. 111)

7. Este documento, com o código: CIA-RDP79-01090A000200010003-6 (Doc. 53), datado de 18/01/1949, tem o título ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE*¹⁰³, CIA’, é composto por 6 páginas e marcado com os carimbos de ‘*Secret*’ e de ‘*Confidential*’. Sua liberação ao público se deu em 02/09/1999. Trata-se de um relatório semanal com informações pertinentes acerca de assuntos ocorridos na América Latina. Como não foi

¹⁰² Aníbal Monteiro Machado (1894 – 1964) - escritor e teatrólogo brasileiro.

¹⁰³ Office of Research and Evaluation (ORE) (Andrew; Jeffreys-Jones, 1997), ou Office of Reports and Evaluation (Escritório de Relatórios e Avaliação) (Foreign Relations of the United States, 2007).

sanitizado, pode-se afirmar que não há nenhuma citação a nomes de agentes, sendo desnecessária a medida de censura.

BRASIL: o Congresso Latino-Americano em Defesa do Petróleo programado para 21 de abril de 1949 no Rio de Janeiro, pela diretoria do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, foi noticiado recentemente na imprensa comunista brasileira. A inspiração para este congresso projetado é definitivamente comunista, e seu propósito é relatado como sendo o de proporcionar “Oportunidade de contato entre os representantes dos povos do Continente para assegurar a propriedade nacional não apenas do ouro negro, mas de todas as outras riquezas do subsolo, tais como minério de ferro, manganês, tório, urânio, etc.”. Foi planejado que este congresso será diferente do Congresso dos Trabalhadores do Petróleo de Tampico, de inspiração comunista, na medida em que será empregada uma frente de propaganda mais ampla. Governos, organizações trabalhistas e estudantis em todos os países da América do Sul e Central serão convidados a participar, e o apelo de propaganda será feito ao nacionalismo em vez de especificamente ao trabalho. (p. 2)

É pouco provável que o congresso ocorra na forma sugerida pela imprensa comunista. O anúncio do presidente Dutra de que o governo federal facilitaria o estabelecimento de uma indústria refinadora nacional foi amplamente recebido como uma manifestação concreta da intenção do governo de manter o controle da futura indústria petrolífera em mãos brasileiras. Consequentemente, o anúncio foi o esforço comunista para unir todos os elementos vocais da população contra o governo sobre a questão do petróleo. O congresso, se realizado, provavelmente será silencioso e ineficaz, porque os comunistas agora não têm mais o apoio daqueles elementos não comunistas no Brasil que seriam necessários para assegurar o sucesso de tal reunião internacional. (p. 3)

8. O próximo documento, o de código CIA-RDP79-01090A000200020003-5 (Doc. 56), é mais um da série ‘*weekly Contributions*’, sanitizado, com autoria não informada e destino suprimido, datado de 19/04/1949, sendo uma espécie de *briefing* semanal, constituído por 11 páginas datilografadas. Seu conteúdo foi marcado como sendo secreto e apenas foi liberado em 10/10/2002 ao público. Abaixo veremos que no Brasil, o governo agiu para impedir um congresso com tendências comunistas. O trecho que cita o Paraguai, quando houve a chegada ao poder de um novo presidente, será tratado na parte dedicada à Geopolítica. Cuba é citada, no entanto, sem relação com nosso objeto de estudos, Brasil e/ou Paraguai.

6. BRASIL: Ato do governo para acabar com “Congressos da Paz” – A ação decisiva tomada na semana passada pelo “ministro da Justiça”¹⁰⁴ ao recomendar a todos os governadores estaduais que não deveriam permitir a realização de mais “Congressos da Paz” tenha, acredita-se, dado o golpe mortal na campanha “Pró-Paz e Cultura” de inspiração comunista no

¹⁰⁴ Provavelmente Adroaldo Mesquita da Costa (1894 - 1985).

Brasil. A oposição ao movimento sob a alegação de que era “uma manobra comunista” já havia surgido de vários setores não comunistas. Isso fornece um contraste interessante com o caso dos centros de “Defesa do Petróleo” liderados pelos comunistas, que gozavam da simpatia de um corpo tão grande e influente da população que o governo achou politicamente inconveniente agir diretamente contra eles.

Enquanto o “manifesto pela preservação da paz” que anunciava o início da campanha trazia as assinaturas de muitos políticos e jornalistas não comunistas proeminentes que se prestaram a outros movimentos patrocinados pelos comunistas, a ausência de apoio militar foi perceptível desde o início. A campanha, de fato, não apelou aos sentimentos patrióticos e nacionalistas que deram força aos centros de Defesa do Petróleo. A publicação em março de um manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes e outros quatro importantes comunistas brasileiros (todos na clandestinidade) declarando que jamais pegariam em armas contra a União Soviética, mas que “pegariam em armas, se fosse necessário, contra os opressores de nosso povo” pode ter ajudado a cristalizar a oposição não comunista ao movimento de “paz” ao direcionar a atenção para suas origens, e no início deste mês a imprensa não comunista iniciou uma campanha contra o movimento, denunciando-o como um instrumento da política soviética. (p. 5)

9. Uma nova contribuição pode ser acrescentada com a descrição do conteúdo, pertinente a esta pesquisa (datada em 23/08/1949), oriundo do documento de código CIA-RDP79-01090A000200030008-9 (Doc. 58). Trata-se de mais um resumo semanal, composto por 9 páginas, intitulado ‘*weekly Contributions*’ (como o anterior), mas que apresenta detalhes quanto sua origem, ‘*Latin America Branch (ORE, CIA)*’, enquanto a quem se destina é desconhecido. Há um subtítulo, ‘*CIA Working Paper*’, na página 2 e seguintes, todas com a inscrição de ‘secreto’. Seu conteúdo foi disponibilizado a partir de 29/08/2000.

3- BRASIL: Os relatos da imprensa exageraram muito o alcance da “conspiração” comunista que foi anulada pela polícia de Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul) na semana passada. Não há evidências de um movimento revolucionário cronometrado para irromper simultaneamente em vários estados. Pelo contrário, o que parece ter sido planejado em Porto Alegre foi uma explosão de violência local em conexão com uma tentativa de realizar uma “conferência de paz regional” que havia sido proibida pela polícia. A ação policial neste caso seguiu o padrão estabelecido em outros esforços para impedir a realização de conferências locais em preparação ao “Congresso pela Paz e Democracia” da Cidade do México – a prisão “preventiva” de líderes comunistas, seguida, a título de justificativa, pelo anúncio da descoberta de uma trama revolucionária. No entanto, a tenacidade com que os comunistas estão tentando avançar com as reuniões de “paz” programadas, embora não seja prova de uma conspiração, apoia a polícia em sua crença de que mais violência pode ser tentada. (p. 3)

A situação atual no Paraguai – (Resumo) Uma cisão no grupo governante e insatisfação entre os militares ameaça a estabilidade do atual regime e marca um período de três meses de relativa calma. Os comunistas continuam tendo pouca importância. Indicações de tentativas de

aproximação com a Argentina são notadas na assinatura de acordos comerciais e militares entre os dois países. – Embora o interesse dos EUA na estabilidade seja adversamente afetado pelas atuais tendências políticas paraguaias, o impacto do Paraguai sobre os interesses de segurança dos EUA é tão pequeno que nem as possíveis mudanças de governo neste momento, nem a crescente orientação do Paraguai para a Argentina é importante para os interesses básicos dos EUA). (p. 5)

Subversivo – A influência comunista permanece de pouca importância, nem houve nenhum movimento subversivo real contra o governo vindo de outras direções. Não há razão para acreditar que a trama (que dizem ser liderada pelo ex-presidente Frutos, muitos Guiones e ex-membros da força policial sob o regime de González), que o governo afirma ter frustrado, tenha sido de grande importância.” (p. 6)

10. Seguindo a sequência de documentos relevantes, chegamos ao de código CIA – RDP79-01090A000200040006-0 (Doc. 60) e título ‘*Weekly Contributions Latin American Division*’, datado de 08/11/1949, mais um resumo semanal de acontecimentos na América latina, criado pela ‘*Latin American Division, ORE, CIA*’, mas sem destino informado, contendo sanitização e classificado como secreto, isto até sua liberação em 02/09/1999.

Trata-se de um documento com 6 páginas, que informa que no Brasil os grupos comunistas passaram a influenciar na iniciativa para a nacionalização da exploração do petróleo; e o Paraguai mudou de presidente após mais um golpe, só que este que tomou posse agora poderia vir a sofrer mais um novo golpe de Estado.

BRASIL: Comunistas revivem campanha pela nacionalização do petróleo – O Comitê Nacional de Estudos para a Defesa do Petróleo e da Economia Nacional¹⁰⁵ (um grupo de frente comunista) anunciou, na imprensa comunista, planos para uma convenção nacional no Rio em dezembro. Esta reunião deverá ser precedida por convenções municipais e estaduais durante novembro e início de dezembro. Os comunistas evidentemente planejam reviver a “campanha do petróleo” porque a supressão do governo das reuniões da “campanha de paz” (...) tem prejudicado seriamente os comunistas em sua propaganda antiamericana. Um renascimento da campanha relativamente adormecida de “o petróleo é nosso” dará aos comunistas uma oportunidade adicional para uma atividade de propaganda muito maior contra os EUA, bem como um possível meio de fortalecer suas atividades organizacionais que tinham sido reduzidas pela ação do governo contra o “movimento de paz”.

Embora seja de se esperar que os oficiais brasileiros não deixem escapar esta nova manobra comunista, será um pouco mais difícil para eles proibir as reuniões em nome da nacionalização do petróleo e outros recursos naturais, uma vez que estas reuniões, ao contrário do “movimento pacifista”, desfrutarão, como aconteceu em 1948, do apoio de alguns

¹⁰⁵ CEDPEN - Comitê Nacional de Estudos para a Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-de-estudo-dos-e-defesa-do-petroleo-e-da-economia-nacional-cedpen>>).

elementos conservadores e nacionalistas, incluindo alguns poucos oficiais do Exército.

O D/LA¹⁰⁶ estima que, embora a “campanha do petróleo” não seja susceptível de ganhar tantos seguidores não comunistas como ganhou há um ano, ela poderia atrasar ainda mais qualquer ação do Congresso sobre um código petrolífero suficientemente favorável para atrair os investimentos de capital estrangeiro (particularmente dos EUA) necessários para o desenvolvimento da indústria petrolífera do Brasil. A estabilidade da administração Dutra não será afetada negativamente por esta atividade renovada dos comunistas. (p. 2)

A Situação Atual no Paraguai – (Resumo – A estabilidade do governo integralmente civil do Presidente Provisório Federico Chaves¹⁰⁷ está agora seriamente ameaçada por elementos militares, que continuam profundamente envolvidos na política. As condições econômicas são geralmente desfavoráveis, a influência comunista permanece insignificante. Nenhuma mudança nas relações internacionais do Paraguai foi aparente nos últimos meses – os atuais desenvolvimentos no Paraguai têm pouco efeito real sobre os interesses de segurança dos EUA, embora as ameaças ao governo sejam prejudiciais ao progresso paraguaio). (p. 4)

Subversivo – A influência comunista no Paraguai continua sendo insignificante. Embora seja relatado que alguns membros importantes do Partido Comunista voltaram do exílio na Argentina, nenhum caso de sucesso na infiltração no governo foi evidente. O possível papel subversivo dos militares como uma ameaça para o governo é discutido na seção política. (p. 5)

11. O documento que vem na sequência é este extenso relatório, com 173 páginas, que segue a lógica do anterior, informando de forma concatenada acerca de acontecimentos mundiais referentes a iniciativas comunistas. O código do documento é CIA-RDP78-00915R000100260002-0 (Doc. 35), e seu título é ‘*International Communist Movements*’. Tanto sua origem como seu destino não constam do corpo do documento e a sua data é um mistério, já que ele aponta para um período de apuração, de 1º de maio a 1º de setembro, tendo sido posto como tendo apenas ano, 1949 (no entanto pode ter sido produzido em anos posteriores). Foi originalmente classificado como secreto e consta como sanitizado, tendo sido liberado em 08/07/1998. É um documento que traz, em forma de tabela, datas, eventos, locais, pessoas e assuntos tratados que envolveram comunistas conhecidos, em um período de 4 meses, sendo o 5º de uma série.

c. Congressos e Conferências Nacionais (...) Vários Congressos foram realizados na América Latina (Brasil, Equador, Colômbia), mas sua importância internacional parecia reduzida, dando ocasião para reunir alguns líderes latino-americanos – não havia delegados de outros continentes. (pp. 3-4)

¹⁰⁶ Algo como: Departamento (ou Divisão) da América Latina.

¹⁰⁷ “Federico Chaves Careaga foi um político e militar paraguaio, presidente do Paraguai de 1949 a 1954.” (JUSTINO, 2014, p. 13).

Data: 20 de abril – 20 de maio de 49 – Reunião: Série de reuniões do PC Paraguai – Local: Encarnação, Paraguai – Delegados: Uruguai desconhecido, mas possivelmente Amador Roche¹⁰⁸, irmão de Julia Arevalo de Roche¹⁰⁹ – sem Observações. (p. 8)

Data: 1 a 5 de maio 49 – Reunião: Conferência de líderes comunistas Local: Brasil (próximo à fronteira argentina) – Brasil – Brandão, Octavio¹¹⁰ (Comitê Nacional), Prestes, Luis Carlos (Sec Gen); Paraguai. – N.U.¹¹¹. Observações: Na reunião foi decidido enviar Geronimo Arnedo Alvarez (Sec Gen, PC Argentina) ao 9º Congresso do PC Tchecoslováquia (Reunião não confirmada). (p. 11)

Data: 9 a 10 de junho de 49 – Reunião: Congresso Nacional, PCB – Observações: Não há relato de delegados estrangeiros. (p. 25)

Data: 29 de junho – 10 de julho de 49 – Reunião: II Congresso da Federação Sindical Mundial (WFTU¹¹²) – Local: Milão, Itália Delegados: Brasil – Diógenes de Arruda Câmara¹¹³, Francisco de Oliveira¹¹⁴ (Comitê Nacional), Roberto Morena¹¹⁵ (Comitê Exec. WFTU), Orli Ferreira¹¹⁶, Geraldo Rodrigues dos Santos¹¹⁷, Jocelyn Santos¹¹⁸ (Diretor, Gazeta Sindical). (pp. 35-36)

Data: 14 – 28 agosto de 49 – Encontro: Festival Mundial da Juventude – Local: Budapeste, Hungria – Delegados: Brasil – Mario Ferreira Coutinho¹¹⁹ (11. D.) (...) – Observações: Aos delegados iugoslavos foi recusado o visto húngaro. Os grupos de jovens americanos envolvidos incluíam “*American Youth for a Free World*” e “*Committee on International Student Cooperation*”. (p. 57)

Este documento traz mais referências ao Brasil, mas em contextos pouco significativos para esta pesquisa, pois trata de viagens, sem contexto definido, além de explicações de siglas e abreviaturas.

12. O próximo documento em nossa lista foi arquivado pela CIA com o código: CIA-RDP79-01090A000200050015-9 (Doc. 62), datado de 11/04/1950 e apresentando o título: ‘*Weekly Contributions <Sanitized> ORE, CIA 11 April 1950*’. Ele traz muitos dados que

¹⁰⁸ Sem referências externas.

¹⁰⁹ Julia Arévalo de Roche (1898 - 1985) - uma das primeiras mulheres eleitas para a Assembleia Geral, na Câmara dos Representantes (1943 a 1947) e no Senado (1947 a 1951) (EHRICK, 2017).

¹¹⁰ Octávio Brandão Rego (1896 - 1980) - político e ativista brasileiro (BARROS, 1996), militante do PCB (RIBEIRO, 2011).

¹¹¹ ‘*Name Unknown*’.

¹¹² World Federation of Trade Unions.

¹¹³ Diógenes Arruda Câmara (1914 - 1979) - ingressou em 1934 no Partido Comunista do Brasil (CÂMARA, 1997; SILVA, 2007).

¹¹⁴ José Francisco de Oliveira consta como membro nacional do PCB no verbete ‘PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)’ do CODOC da FGV <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>

¹¹⁵ Roberto Morena (1902 - 1978) - político brasileiro e militante do Partido Comunista Brasileiro - CODOC/FGV

¹¹⁶ Sem referências externas.

¹¹⁷ Geraldão (1923 - 2006) - parte do PCB desde o início da década de 1940.

¹¹⁸ Sem referências externas.

¹¹⁹ Sem referências externas.

correspondem a categorias distintas criadas para organizar esta tese, sendo que aqui informaremos acerca de comunismo e mais adiante ele aparecerá com mais dados. Uma parte de suas informações de origem foi sanitizada, dificultando encontrar a fonte do documento, assim como seu destino. Suas 10 páginas foram parcialmente sanitizadas e sua classificação original trazia a inscrição de secreto. Ele foi finalmente liberado em 21/10/2002.

Geral: Aparentemente a tendência de declínio dos movimentos comunistas na América Latina está terminando – Embora a força e a influência comunistas na América Latina permaneçam geralmente em um nível baixo, a tendência de negociação gradual que se tornou evidente em 1947 não continuou em todos os países. Aparentemente, ela se inverteu recentemente em pelo menos três países e se estabilizou em vários outros. Os comunistas sofreram perdas no México, Argentina e Colômbia como resultado de novas ou crescentes ações anticomunistas do governo; e foram impedidos de obter ganhos no Brasil, Bolívia e Chile pela contínua ação repressiva. Eles fizeram alguns ganhos políticos recentes, no entanto, na Guatemala, El Salvador e Cuba, onde os principais partidos políticos aceitaram sua colaboração. Tal colaboração reduziu o isolamento político comunista, tornando mais difícil a ação anticomunista; aumentou a respeitabilidade comunista, aumentando assim sua capacidade de atrair novos recrutas e arrecadar fundos; e colocou certos políticos em obrigação para com eles. Embora esses desvios recentes da tendência de declínio não representem uma grande mudança nas capacidades políticas comunistas, eles são importantes como sinais de possíveis adições futuras às já irritantes capacidades comunistas menores para afetar os interesses de segurança dos EUA em vários países. Em Cuba, por exemplo, os comunistas são capazes de distribuir propaganda considerável – às vezes disfarçada em um traje semiconservador destinado a minar o prestígio e a influência dos EUA; e podem enviar seus organizadores para ajudar os partidos comunistas em outros países. Além disso, os comunistas podem prejudicar significativamente a safra de açúcar em caso de emergência. Comunistas e simpatizantes comunistas do governo guatemalteco poderiam usar algumas das instalações desse governo em benefício do comunismo. As condições econômicas e políticas instáveis do Chile, Bolívia, Paraguai e Equador proporcionam situações que os comunistas têm a capacidade de explorar. No Brasil, apesar da repressão considerável, os comunistas mantiveram um número substancial de seguidores e demonstraram sua capacidade de fazer propaganda contra os EUA com eficácia suficiente para retardar a aprovação de um código do petróleo favorável aos interesses dos EUA. (p. 2)

Subversivo – A atividade comunista mais virulenta nos últimos meses foi a campanha durante fevereiro e início de março contra as visitas do Sr. Kennan¹²⁰ e do Secretário de Estado Adjunto Miller¹²¹ em conexão com a reunião no Rio de Janeiro dos Embaixadores dos EUA nos países da América do Sul. A polícia, evidentemente ciente de tais planos, conseguiu

¹²⁰ Provavelmente se refere a George F. Kennan (1904 - 2005) - foi diplomata, cientista político e historiador (MISCAMBLE, 1993).

¹²¹ Provavelmente esta citação se refere a Edward Godfrey Miller Jr. (1911–1968) que foi Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos de 1949 a 1952. (Office of Historian <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/miller-edward-godfrey>>).

impedir grandes manifestações ou qualquer violência em particular [sanitizado] (...).

Os comunistas brasileiros que participaram da reunião pró-comunista do CTAL¹²² em Montevideu no mês passado [sanitizado] (...) não são totalmente representativos da mão de obra brasileira, e sua influência é insignificante.

Os comunistas brasileiros ainda não estão em condições de ameaçar a segurança nacional e não devem obter ganhos nesse sentido no futuro próximo. (pp. 6-7)

13. O próximo documento estudado é o de código: CIA-RDP82-00457R005000550002-8 (Doc. 104) e título: ‘*XV National Congress of CPU*’, que não fornece informação acerca da origem, mas sim do destino das informações contidas nele, a marinha, o exército e a força aérea, assim como o departamento de Estado norte-americano. Datado de 20/06/1950, neste relatório trata-se de um comentário acerca do 15º encontro do partido comunista uruguaio. Ele foi sanitizado com muitas partes censuradas na primeira página, sendo classificado como secreto e como confidencial (carimbos), com anotações à mão de códigos. Foi liberado em 27/03/1999.

Neste documento com 5 páginas, se relatou um encontro perfeito, sem atrasos, discussões ou questionamentos, funcionando como um relógio. Palestrantes reforçaram esforços por uma campanha de “paz” e contra os EUA. Por volta de 1500 membros dos partidos compareceram, sendo que 200 escolhidos puderam assistir aos debates. Houve representantes do Brasil (Pedro de Carvalho Braga¹²³ e Joaquim da Silva¹²⁴), Argentina e Paraguai (Hugo Pintos¹²⁵), entre outros.

14. Um novo memorando da CIA, com 5 páginas, de código: CIA-RDP79-01090A000200050032-0 (Doc. 63), com o título: ‘*Weekly Contributions 32-50 <Sanitized> CIA 8 August 1950*’, traz informações acerca de Brasil e Paraguai, tocando em vários assuntos que podem ajudar nesta pesquisa. Tanto origem quanto destino deste memorando não são informados, o que pode significar que era para consumo interno apenas. Ele data de 08/08/1950, foi classificado como secreto e foi sanitizado antes de sua liberação em 28/08/2002.

¹²² Confederación De Trabajadores De América Latina (HERRERA GONZALEZ, 2013).

¹²³ Aparece como membro do PCB no CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbe-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>.

¹²⁴ Possivelmente Mariano Joaquim da Silva (1930-1971) <<http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/mariano-joaquim-da-silva/>>, embora o *site* do Governo do estado de São Paulo informe que “Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1952”.

¹²⁵ Sem referências externas.

2. BRASIL: Propaganda comunista Crescente – A declaração mais violenta e clara dos objetivos comunistas até agora publicada na imprensa comunista brasileira está contida em um manifesto de 4 de agosto, supostamente assinado pelo líder comunista Luis Carlos Prestes. Este manifesto apela a uma ‘frente democrática de libertação nacional’ e visa o estabelecimento de um governo ‘revolucionário’; a proibição da bomba atômica; denúncia do Tratado do Rio¹²⁶ e outros tratados semelhantes; confisco e nacionalização imediata de todas as empresas dos poderes ‘imperialistas’ e o repúdio da dívida externa brasileira; e a nacionalização de todas as empresas industriais e comerciais ‘monopolistas’ com ou sem indenização, ‘dependendo da posição dos proprietários em relação à luta contra o imperialismo’. Prestes teria acrescentado que a situação internacional e interna nunca foi mais favorável para o sucesso de tal movimento e que a violência das massas era inevitável e necessária. O propósito de tal manifesto, que também se refere ao voto comunista nas eleições gerais de outubro, sem dúvida é estimular os comunistas e camaradas a uma oposição mais enérgica a qualquer ajuda brasileira à Coréia¹²⁷, já que os comunistas aparentemente não planejam nenhum movimento revolucionário imediato em larga escala. Este manifesto pode sair pela culatra contra os comunistas, no entanto, causando medidas repressivas adicionais e mais severas por parte do governo, incluindo o fechamento da imprensa comunista, acabar com a aprovação no Congresso da tão debatida Lei de Segurança Nacional. (p. 2)

Subversivo – Os comunistas continuam a ter pouca importância nos assuntos paraguaios. Outros elementos subversivos dentro de partidos que não estão no poder não foram suficientemente fortes ou unificados para derrubar o governo. [Nome de agente da CIA sanitizado] acredita que essas forças não constituem uma ameaça séria no momento atual. (p. 5)

15. Dando continuidade a esta pesquisa, trataremos do documento de código: CIA-RDP83-00415R007000100003-9 (Doc. 107), que tem o título: ‘*Communist Plans For Sabotage*’, produzido com informações oriundas do escritório do FBI no Rio de Janeiro. Este documento, de 04/01/1951, com duas páginas, traz as mesmas informações nas duas partes, sendo que na primeira está quase ilegível, tendo seu conteúdo reescrito de forma compreensível logo a seguir. Seu destino consta como sendo a ORR¹²⁸, seu conteúdo foi sanitizado e sua classificação era secreta, tendo sido liberado em 22/10/2003.

O FBI teria recebido informações, no Rio de Janeiro, a respeito de planos feitos por comunistas argentinos e chilenos, residentes no Uruguai, para fazer sabotagem no Brasil, caso este viesse a se envolver em alguma guerra. Recomendou-se que os países citados, junto com Paraguai e Bolívia, tomassem medidas preventivas.

¹²⁶ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) - é um tratado de defesa mútua, de 1947, firmado entre diversos países das Américas.

¹²⁷ A chamada Guerra da Coréia durou de 25 de junho de 1950 – 27 de julho de 1953, após um cessar-fogo que perdura até hoje, sem um final definitivo.

¹²⁸ Operational Readiness Review (ORR) (ROSITZKE, 2019).

Também foi indicado ao nosso representante que o Uruguai havia proposto a realização de uma Conferência de Segurança composta por representantes do Paraguai, Bolívia e dos países mencionados, a fim de discutir os métodos pelos quais medidas preventivas poderiam ser tomadas pelos países envolvidos.

Esta informação está sendo fornecida confidencialmente e não se destina a divulgação posterior. (p. 2)

16. O documento seguinte, de código: CIA-RDP79S01060A000100220001-0 (Doc. 72), datado de 21/11/1951, é muito interessante, pois traz o panorama mundial acerca do assunto comunismo naquela data, como entendido pela CIA. Seu título é '*Current Intelligence Review*', originado no '*Office of Current Intelligence*', sem informação de destinatário. Contém 22 páginas e sofreu sanitização. Sua classificação foi '*Top Secret*' até sua liberação em 03/08/2004. A página 16 (originalmente grafada como 15) foi inteiramente censurada, como também a parte do índice que apontava para aquela seção do documento, o que pode demonstrar a importância dos dados presentes naquela parte.

Este documento traz um mapa temático da América do Sul (Figura 8), no qual se pode ver três categorias de influência comunista nos países representados, Moderada (Equador, Chile e Uruguai), Leve (Venezuela, Guiana Inglesa, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil) e Negligenciável (Colômbia, Suriname, Guiana Francesa e Paraguai). Há também a informação acerca da representação diplomática em alguns dos países.

ARTIGO ESPECIAL – COMUNISMO MUNDIAL: A SITUAÇÃO COMUNISTA NA AMÉRICA DO SUL – Os comunistas sul-americanos, embora não sejam uma ameaça forte ou imediata à segurança dos EUA, possuem um potencial considerável de interferência nas atividades econômicas. Durante o ano passado, eles fortaleceram seus laços com a Europa comunista, intensificaram seus esforços em prol dos objetivos da propaganda soviética e ajudaram a estimular o sentimento isolacionista, nacionalista e anti-EUA. Embora tenham recebido pouca ou nenhuma cooperação dos vários governos, também não foram submetidos a uma repressão generalizada ou completa. (p. 18)

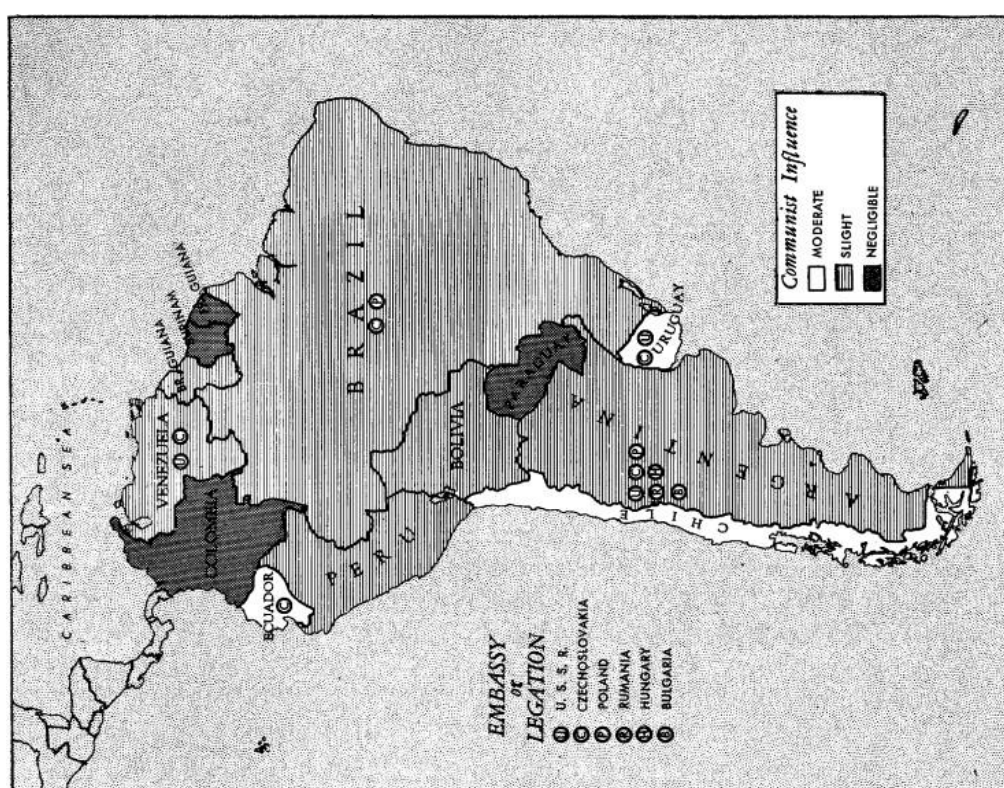
Brasil: O Partido Comunista no Brasil, proibido desde 1947, mantém uma adesão estimada entre 55.000 a 75.000. A influência comunista é maior entre trabalhadores marítimos, portuários e estivadores, trabalhadores de serviços públicos e funcionários de algumas ferrovias. No ano passado, os comunistas não conseguiram iniciar greves ou prolongar as convocadas por outros. Suas tentativas de se infiltrar nas forças armadas tiveram pouco sucesso. Houve, no entanto, alguma infiltração na indústria de munições. Também tem havido um número crescente de relatos da construção, especialmente no interior, de um "Exército de Libertação" comunista. Tal força, se bem treinada e armada, poderia imobilizar unidades do exército brasileiro que poderiam ser usadas para defesa ou serviço sob as Nações Unidas. Em algumas áreas os comunistas se infiltraram em partidos políticos legais e foram eleitos para cargos estaduais e locais.

O governo Vargas¹²⁹, que recentemente vem tomando medidas mais fortes contra os comunistas, está ciente dessa infiltração e toma medidas de proteção quando surgem emergências.

No caso de uma guerra Leste-Oeste, os comunistas brasileiros tentarão sabotar as ferrovias, as docas e os serviços públicos das grandes cidades. Sua força perto das importantes bases aéreas do Nordeste facilitaria tentativas de sabotar instalações aéreas estratégicas. Em geral, porém, as forças de segurança brasileiras são capazes de conter tal atividade e evitar atrasos prolongados no embarque de materiais estratégicos. (p. 20)

Paraguai: A força comunista no Paraguai parece insignificante, apesar das indicações de alguma penetração no governo, nas forças armadas e na confederação trabalhista do país.” (p. 21)

Figura 8 – ‘Communist Influence in South America’



Fonte: CIA

17. O documento datado de 07/08/1952, cujo código é CIA-RDP82-00457R013200230012-1 (Doc. 105), tem o sugestivo título de ‘*Paraguayan Communist Party Activities*’. Sua origem foi o Paraguai, mas não consta o autor, e seu destino era o departamento de Estado e três forças armadas dos EUA. O documento foi sanitizado e sua classificação era confidencial até sua liberação em 09/08/2002.

¹²⁹ Getúlio Dornelles Vargas (1882 - 1954) - foi líder da Revolução de 1930, governou o Brasil de 1930 a 1945 e entre 1951 e 1954 AURÉLIO, 2009).

Basicamente, o documento trata de revelar os atos do PC do Paraguai (Partido Comunista do Paraguai – PCP) para evitar que o governo do Paraguai se envolvesse na guerra da Coreia. Este memorando de uma página afirma que o PC paraguaio pressionava para que o Paraguai não ajudasse os EUA no conflito em andamento na Coreia, o que ajudaria a URSS. Brasil e Argentina são citados como países com governos com tendência fascista.

1. Uma cópia de uma diretriz redigida em nome do Comitê Nacional Provisório de Partidários da Paz, convidando todos os membros do Partido a multiplicarem seus esforços para obter mais assinaturas para a petição de paz, [sanitizado] o panfleto deveria ser ‘disseminado’ para aumentar o número de signatários pró-paz.
2. Seguindo a linha usual do Partido, o Comitê denunciou o envio de tropas paraguaias à Coreia e voltou a enfatizar o fato de que a juventude paraguaia deve ser protegida contra os imperialistas norte-americanos. De acordo com o panfleto, como o Paraguai tem uma população pequena e uma economia pobre, as forças armadas da nação devem se fortalecer ao máximo para a defesa do Paraguai contra países vizinhos de tendências fascistas, como Argentina e Brasil. Como ajuda na construção das forças armadas e como proteção para o Paraguai, o Comitê declarou que todos os partidários da paz deveriam exigir o estabelecimento de relações diplomáticas, culturais e comerciais com a União Soviética. (p. 1)

18. O próximo documento na seção dedicada ao comunismo é datado de novembro de 1954, de código CIA-RDP79R01012A006200020014-8 (Doc. 71) e título ‘*Distribution of Communist Strength November 1954*’. Trata-se de um mapa do Brasil, no qual vemos partes de outros países sul americanos, entre eles o Paraguai, e que tem como propósito descrever graficamente a distribuição das forças comunistas no país. Foi classificado como secreto, tendo sido liberado em 20/05/2013. Tanto sua origem quanto a quem se destinava não consta do documento. O interessante é que pode-se perceber que Rio de Janeiro (capital do Brasil à época), São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e os estados do nordeste concentravam uma enorme parcela de tais forças, em um total apontado de 120 mil pessoas.

19. O arquivo do qual tratarei agora é muito importante, pois traz uma grande quantidade de informações a respeito do Brasil, seja acerca do comunismo, economia, geopolítica e política interna nacional. Ele foi inspirado pelas incertezas oriundas do suicídio de Getúlio Vargas em 1954. O Paraguai é pouco citado em contraste com o Brasil. O documento contido neste arquivo tem código: CIA-RDP79R01012A006200020007-6 (Doc. 70) e foi datado a 15/03/1955, recebendo o título de ‘*Probable Developments in Brazil*’.

Ele teve origem interagências: CIA, Departamento de Estado, Exército, Marinha, Força Aérea e Estado-Maior Conjunto. O documento se destinava ao “Assistente Especial

do Secretário de Inteligência, para o Departamento de Estado”; “Chefe assistente de Estado-maior, G-2, para o Departamento do Exército”; “Diretor de Inteligência Naval, do Departamento da Marinha”; “Diretor de Inteligência da USAF, para o Departamento da Força Aérea”; “Vice-Diretor de Inteligência, Equipe Conjunta, para o Estado-Maior Conjunto”; “Diretor de Inteligência, AEC, para a comissão de Energia Atômica”; Assistente do Diretor, FBI, para o FBI”; “Diretor Assistente de Coleta e Divulgação, CIA”.

Suas 15 páginas incluem um mapa do Brasil ao final, estando a última página totalmente em branco. O documento foi classificado como secreto, mas não sofreu sanitização antes de sua liberação, em 20/05/2013, tendo havido apenas alguns rabiscos feitos à mão sobre a palavra ‘*Secret*’ em algumas páginas.

Os comunistas – 27. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perdeu força depois de ter sido banido em 1947. No entanto, desde 1951 (quando Vargas voltou ao poder), e principalmente nos últimos dois anos, teve notável sucesso na captação de recursos e recrutamento de novos membros. Estima-se agora que tenha de 100.000 a 120.000 membros e um número muito maior de simpatizantes. Obtém seu principal apoio do trabalho urbano e de grupos de classe média baixa, embora a liderança do partido seja composta principalmente por profissionais e intelectuais. Militares aposentados também têm atuado na liderança de organizações de frente. Por enquanto, o principal esforço do partido está voltado para a consolidação de seus ganhos recentes, e não para uma maior expansão. Os comunistas não apenas mantêm numerosos jornais para a divulgação da propaganda, mas também estabeleceram um extenso sistema escolar para a doutrinação dos quadros do partido. Eles falam em desenvolver o partido de acordo com “o padrão revolucionário chinês”: isto é, pela agitação e organização entre os camponeses levando à resistência guerrilheira no interior e à revolução eventual. Sua força atual está concentrada dentro e ao redor da cidade do Rio de Janeiro, no importante estado de São Paulo, e na “corcova¹³⁰” estratégica do Brasil.

28. O PCB parece ter dois objetivos imediatos: (a) estimular e explorar o descontentamento popular para desacreditar o governo conservador moderado, e (b) estimular e explorar o nacionalismo anti-americano para neutralizar o Brasil como um aliado efetivo dos Estados Unidos. Um bom exemplo da técnica comunista é a agitação, em conjunto com a dos ultranacionalistas não comunistas, que contribuiu para a promulgação da lei existente que exclui o capital estrangeiro da participação no desenvolvimento dos recursos petrolíferos do Brasil.

29. Vargas foi bastante indiferente ao rápido renascimento do comunismo no Brasil durante sua presidência. Não sendo um simpatizante comunista, ele presumivelmente supôs que poderia controlar a situação. Sua indiferença, no entanto, permitiu a intensa infiltração comunista em

¹³⁰ A palavra em inglês usada foi ‘*hump*’, que pode ser traduzida também como corcunda. Não está claro a que lugar se refere o texto. Uma possibilidade pode ser a Serra do Mar, que segue todo o litoral, mas provavelmente a referência é ao nordeste, que no mapa forma uma protuberância em direção ao oceano, e como a assunto era concentração de comunistas pode-se ver no mapa da página 14 uma boa quantidade deles nesta região.

algumas organizações trabalhistas e, em menor grau, na burocracia e nas forças armadas.

30. A administração de Café¹³¹ tomou algumas medidas para neutralizar essa infiltração comunista. Oficiais militares de conhecidas simpatias comunistas foram aposentados ou transferidos; comunistas conhecidos entre o pessoal alistado estão sendo levados à corte marcial. Os comunistas também estão sendo removidos dos cargos de liderança sindical. Até agora, no entanto, pouco foi feito para remover os comunistas da burocracia ou de cargos públicos eletivos. (...) Possivelmente porque a Igreja Católica brasileira subestima a força do comunismo no Brasil, não se engajou em uma campanha militante contra o comunismo. De qualquer forma, a influência da Igreja na política brasileira costuma ser fraca.

31. Na medida em que o Partido Comunista, como tal, ainda é proibido, a ação política comunista deve ser realizada por meio de outros partidos políticos. A extensão da penetração comunista de outras organizações políticas é desconhecida; pode ser extensa no PTB. Na eleição para o Congresso de 1954, foram eleitos pelo menos cinco comunistas e simpatizantes do comunismo, concorrendo sob rótulos de partidos não comunistas, em comparação com um desses deputados no Congresso anterior.

32. Os comunistas brasileiros podem tirar vantagem do suicídio de Vargas e de seu “testamento político”, que coincidiu notavelmente com a linha do Partido Comunista. Sua condenação anterior a Vargas foi obscurecida por seu esforço de incitar uma reação popular violenta ao seu suicídio. Eles agora podem reclamá-lo como um mártir do “imperialismo ianque”. Além disso, nas próximas eleições presidenciais eles estarão em posição vantajosa para impulsionar seu programa de frente única, leiloando um grande bloco de votos garantidos em troca de concessões políticas.

33. Por algum tempo, o Partido Comunista Brasileiro provavelmente continuará a aumentar em número de membros e influência política. Não é provável, entretanto, que o partido possa, em um futuro previsível, ganhar força suficiente para conquistar o controle direto do Brasil por meios eleitorais ou pela força. Sua influência na política brasileira será exercida por meio das pressões populares engendradas pela exploração do descontentamento social e das tendências nacionalistas na população não comunista. (pp. 7-8)

20. Em seguida temos o documento CIA-RDP78-00915R000600160014-3 (Doc. 36), intitulado ‘*Communist Party Clandestine Organization and Activity 1954 – 1956*’, cuja origem e destino são ignorados. Ele tem 64 páginas e data de dezembro de 1957, tendo sido classificado como secreto até sua liberação em 27/08/2000.

1. Paraguai. Após o fracasso da aliança política com o Partido Liberal em maio de 1955, o Partido Comunista do Paraguai tentou aumentar sua infiltração em outras organizações de massa, incluindo sindicatos e outros partidos políticos. Certos membros secretos do Partido Comunista que foram usados como agentes de penetração em outros partidos foram identificados pelos serviços de segurança locais.

¹³¹ João Fernandes Campos Café Filho (1899 - 1970) - substituiu Getúlio Vargas após sua morte entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955 (CUNHA, 2021).

O programa de penetração foi bem-sucedido até certo ponto, por volta de meados de 1956. No Partido Colorado, a organização política conservadora dominante do Paraguai, os comunistas conseguiram penetrações nos níveis médios. Por exemplo, o ex-presidente de uma das unidades do Partido Colorado em Assunção era considerado comunista pelas autoridades paraguaias. (p. 18)

1. Brasil. Durante um período de dois anos, o Partido Comunista do Brasil compilou informações detalhadas sobre a extensão da participação dos Estados Unidos na economia brasileira. Os resultados desse esforço foram tabulados em um relatório preparado em quatro exemplares aproximadamente em janeiro de 1956. Um exemplar foi enviado a Moscou para uso das pessoas que planejavam a política econômica soviética em relação ao Brasil; os três restantes foram retidos pelo Partido para seu próprio uso. O relatório continha informações detalhadas sobre as finanças e a organização das empresas norte-americanas no Brasil, bem como as identidades das figuras políticas brasileiras que investiram nessas empresas. A maior parte do material utilizado no relatório foi coletado de publicações econômicas dos Estados Unidos e do Diário Oficial, publicação do governo brasileiro. (p. 35)

1. Brasil. A descoberta de um esconderijo de armas do Partido Comunista, a apreensão de um documento do Partido que estabelece os princípios básicos a serem seguidos pelos comunistas na realização da ação revolucionária no Brasil e a menção específica em um discurso do Partido à formação de bandos de guerrilha armada indicam que a ação militar recebeu alguma consideração pelo Partido Comunista do Brasil. Dois documentos em português foram confiscados, um deles intitulado 'Guerra Convencional e Guerra de Guerrilha', encontrado em poder de um membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil que o abandonou ao fugir da polícia, e outro intitulado '*Combating Tanks in Street Fighting*'. As seguintes passagens pertinentes apareceram no primeiro documento '*Conventional Warfare and Guerrilla Warfare*':

'Quaisquer que sejam os desenvolvimentos na situação internacional (paz ou guerra), a perspectiva do estabelecimento em nossa nação de um governo revolucionário popular está intimamente ligada ao estabelecimento de um exército revolucionário popular. Fundamentalmente, a base de um exército popular é o armamento das massas. Pode-se dizer que o novo Exército do Povo está se formando entre nós atualmente nas lutas das massas dos trabalhadores brasileiros contra a fome, a exploração e a violência policial nas regiões urbanas e rurais, pela resistência da maioria da nação contra a colonização do Brasil e pela ameaça iminente de outra guerra imperialista. Por outro lado, em um país como o nosso, em que as Forças Armadas têm tradições tão fortes de confraternização e até de participação ativa em movimentos de independência popular, pela república e contra o imperialismo, a inestimável contribuição que a nação espera e deve receber de suas Forças Armadas deve ser levada em conta, seja a contribuição do quadro ou do apoio das grandes massas de soldados e marinheiros nas lutas das massas trabalhadoras, seja pela adesão de unidades inteiras, homens e materiais, à luta patriótica'.

'Um intenso, constante e incansável esforço de organização é fundamental e necessário para lutar nessas condições. Todo lutador deve ter conhecimento da situação econômica e social de seu país e de sua região. Deve estar vinculado às lutas do povo e deve ter uma noção clara dos objetivos a serem alcançados e das perspectivas que se apresentam à

Nação. Além disso, deve estudar e trabalhar para o pleno domínio da ciência militar – não só do poder dominante, mas, sobretudo, todos, da ciência militar proletária... Ele também deve ter assimilado as experiências e as iniciativas características das lutas populares.’

Um esconderijo de armas do Partido Comunista que foi descoberto em Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1956, continha quatro metralhadoras e outras armas. Acreditava-se que o local era usado para treinar militantes do Partido no uso de armas e guerrilha.

A menção específica à formação de bandos guerrilheiros foi feita em discurso proferido perante o Comitê Central em fevereiro de 1955. Como o Partido Comunista do Brasil não era conhecido por ter grupos guerrilheiros naquela data, é provável que o discurso tivesse a intenção de preparar psicologicamente os membros para este tipo de ação caso o Partido decida pelo seu uso. (pp. 43-44)

1. Brasil. Vários incidentes que parecem ser atos de sabotagem atribuíveis a comunistas ocorreram em janeiro de 1957 nos portos brasileiros¹³². De acordo com a imprensa, uma explosão no dia 13 de janeiro no estado do Maranhão no navio Ipanema resultou na perda de 600 barris de querosene e gasolina de aviação e no naufrágio do navio. Na tarde do dia 17 de janeiro o petroleiro Amapá da frota da Petrobras (monopólio brasileiro do petróleo) foi parcialmente destruído na Baía de Guanabara. Uma explosão ocorreu no navio após o petróleo, trazido de uma refinaria em Cubatão, São Paulo, ter sido descarregado em jazidas da *Atlantic Refining Company* no Rio de Janeiro. O navio foi parcialmente destruído.

Em 22 de janeiro, um grande incêndio eclodiu nas docas de Saboa, Santos, enquanto o maior navio-tanque do mundo, o *Universe Leader*, estava descarregando petróleo. De acordo com a reportagem da imprensa, o fogo começou em um ancoradouro próximo para barcos de pesca e se espalhou rapidamente sobre o pântano oleoso para oleodutos. Através da ação de alerta da tripulação do *Universe Leader*, a linha de óleo foi retirada e o navio foi afastado do cais.

O corpo parcialmente carbonizado de um jovem militante comunista foi encontrado posteriormente em um pequeno barco de pesca em um estuário perto do incêndio, onde ele aparentemente ficou preso quando o fogo se espalhou repentinamente como resultado da explosão do oleoduto. Em seus bolsos foi encontrada uma quantidade de fósforos e trapos cuja análise mostrou estar embebida em gasolina. Os danos ao oleoduto foram estimados em vários milhões de cruzeiros. O jovem comunista envolvido, Raymundo Nonato de Oliveira, havia participado de congressos de jovens e estudantes patrocinados pelos comunistas em Bucareste e Varsóvia em agosto e setembro de 1950.

No funeral de Oliveira, dois comunistas que falaram declararam que Oliveira não foi o primeiro nem o último ‘patriota brasileiro a morrer como herói’, seguindo a linha da imprensa comunista brasileira que apresentou os incidentes como ‘sabotagem imperialista’ da frota da Petrobrás. Por exemplo, na edição de 19 de janeiro de 1957 da *Voz Operária*, semanário comunista brasileiro, encontra-se a manchete ‘Washington conspira contra a Petrobras’. (pp. 48-49)

¹³² “Muita coincidência nos acidentes ocorridos com o ‘Amapá’ e ‘Ipanema’ e o oleoduto de Santos obra de sabotadores, revela diretor da ordem política e social - misteriosa explosão de seiscentos tambores de gasolina!!!” (SABOTAGEM. Os sinistros no oleoduto e nos navios petroleiros. Diário de Natal. 26 jan. 1957, p. 1).

3. Paraguai. Um documento confidencial do Partido Comunista Paraguai (PCP) anunciava que os líderes do Partido estavam cientes de que certas pessoas expulsas do Partido estavam manobrando dentro das organizações trabalhistas rurais para obter documentos secretos do Partido e conhecer as atividades dos líderes do Partido. Por essas razões, resolveu-se nomear uma Comissão de Investigações Políticas dentro de todo o Partido. O documento chamava a atenção dos membros do Partido para o fato de que em suas fileiras havia ‘anarquistas-oportunistas, traidores, vendedores de segredos políticos aos inimigos da democracia e do Paraguai’. Vinte e nove membros da nova Comissão foram nomeados no documento. Os líderes do partido em cada zona e grupo foram solicitados a facilitar o trabalho da comissão de investigação. (pp. 62-63)

21. Passando à consideração do documento seguinte, o de código: CIA – RDP60 - 00321R000400110034-9 (Doc. 26), datado pela CIA em 01/01/1958, mas sem inscrição de data visível na imagem, com o título ‘*Communist and Non-Communist Newspapers in Latin America*’, sem origem ou destino discerníveis, conta com apenas uma página, tendo sido sanitizado. Não é possível saber sua classificação quanto ao sigilo, sendo que ele foi liberado em 16/05/2013. Seu conteúdo pode ser bem interessante ao leitor, pois traz em forma de tabela dados acerca da quantidade de periódicos totais, os sob controle e os com influência comunista.

O total de periódicos (diários e semanais) na América Latina, segundo a tabela, seria de 1266, sendo que destes 1153 não teriam influência comunista, 108 estariam sob controle comunista e teriam apenas influência 5 deles. No caso do Brasil teríamos 195 isentos e 39 controlados. Já o Paraguai teria 24 sem influência e 1 controlado por comunistas. Comparando Brasil e os demais países, aqui havia a maior quantidade de periódicos comunistas, seguido por Cuba, com 15, e Argentina, com 14.

22. O documento CIA-RDP80B01676R004200160018-2 (Doc. 96), datado de 14/03/1958, intitulado ‘*Soviet Bloc Efforts at Penetration of Latin America*’, foi assinado pelo diretor da CIA à época, Allen W. Dulles, e endereçado ao General A. J. Goodpaster, sendo composto por 7 páginas, sanitizadas parcialmente. Sua liberação se deu em 15/01/2004.

Os maiores e mais bem organizados partidos comunistas são os da Argentina (70-80.000), Brasil (50-60.000), Chile (20.000), Uruguai (2.800-3.000), Cuba (12.000) e México (três partidos marxistas totalizam o máximo de 80.000). Em toda a área, os partidos comunistas aceitaram a linha de frente popular flexível do PCUS e estão cada vez mais dispostos a renunciar à liderança para participar ou se infiltrar em grupos de esquerda e nacionalistas. Há evidências do sucesso dessa tática. No Brasil, o Partido Comunista conseguiu identificar-se com elementos nacionalistas extremistas que têm uma força considerável nos setores de esquerda de todos os partidos e nas Forças Armadas. (p. 2)

No Haiti, Peru e Colômbia as condições tornaram-se mais favoráveis para os censistas, e nos comunistas, e em países como Brasil, Bolívia, Chile e México, os comunistas ou simpatizantes individuais continuam a ter influência significativa dentro dos governos. (p. 3)

Há evidências consideráveis de que os comunistas estão ativamente implementando este programa de ação de Moscou em uma base prioritária. O México está sendo desenvolvido como um centro coordenador de atividades de PCs na parte norte da América Latina, e o desenvolvimento de um ou mais centros similares na América do Sul (no Uruguai, Argentina, Brasil ou Chile) também é visível. Evidências de muitos países indicam, infelizmente, o treinamento contínuo dos principais líderes dos Partidos Comunistas Latino-Americanos na URSS e na China, com ênfase especial nas técnicas de trabalho ilegal ou clandestino. Líderes do partido com até dois anos de treinamento na URSS retornaram recentemente ao México, Brasil, El Salvador, Paraguai, Cuba, Guatemala e provavelmente outros países. Sabe-se que o aumento da formação na URSS e na China está previsto para o futuro, e que escolas especiais e cursos de formação estão sendo estabelecidos na América Latina. Documentação falsa, aparência física alterada, agendamento irregular de rotas de viagem e outros dispositivos desse tipo são cada vez mais usados quando necessário. Esforços intensificados estão sendo feitos para reconciliar comunistas dissidentes e ex-líderes e consolidar o movimento onde ele foi dividido. (p. 4)

Os comunistas latino-americanos, particularmente no Brasil, estão apoiando vigorosamente a campanha do bloco sino-soviético para expandir os laços diplomáticos, ampliar as relações econômicas e aumentar os contatos culturais. (p. 4)

Para o período janeiro-outubro de 1957 o comércio do Brasil com o Bloco totalizou US \$67.5 milhões em comparação com os US \$73.8 milhões para o mesmo período de 1956. Um grande esforço tem sido feito para reverter essa tendência. Em 3 de dezembro, o jornal comunista Imprensa Popular publicou uma entrevista com Nikita Krushchev na qual ele apontou a possibilidade de comércio ampliado soviético-brasileiro. No final de 1957, a missão polonesa visitou o Estado Brasileiro de Minas Gerais. A Bulgária e a Romênia também estavam exercendo uma pressão contínua para expandir as relações comerciais.

No início de dezembro, o Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que havia escrito ofertas da Polônia para o desenvolvimento de minério de ferro e outros recursos em Minas Gerais com financiamento suplementar da URSS se necessário. Poucas semanas depois ele relatou que a URSS havia se oferecido para comprar uma quantidade não especificada de café com pagamento em libras esterlinas. (p. 5)

23. O documento seguinte, o de código: CIA-RDP91-00965R000200020027-7 (Doc. 166), datado de 05/11/1959, tem o título '*Communist Threat to the United States Through the Caribbean*', teve origem no *Committee on the Judiciary – United States Senate*, sendo destinado ao público, tendo sido liberado em 17/10/2006. Conta com 49 páginas sem sanitização alguma. Este texto traz o testemunho do General C. P. Cabell, diretor adjunto da CIA, a respeito de sua percepção acerca de possíveis ameaças comunistas. Ao final das

citações há uma tabela com dados referentes à quantidade de membros em PCs latino-americanos (Figura 9).

O Partido Comunista goza de status legal ou legalidade de fato em nove países latino-americanos. No entanto, é capaz de operar com relativamente pouca oposição em vários outros países, e é organizado e atua de forma clandestina em praticamente todos os países [...] onde atua legalmente ou semi-legalmente, como na Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Venezuela, Colômbia, Uruguai, México e Equador, busca ampliar seus membros e seus órgãos de propaganda [...] Utiliza esses países como bases operacionais para o apoio às atividades em países onde o partido está proscrito. Assim, as atividades no Paraguai são apoiadas pela Argentina e Uruguai. Atividades na América Central e Caribe a partir de Cuba e Venezuela. [...] Nestes países estão localizadas missões de países satélites de caráter diplomático, consular ou comercial, bem como Bolívia, Brasil, Chile e Colômbia. (pp. 5-6)

Esforços de infiltração no campo educacional têm sido intensificados em um empenho para ganhar respeitabilidade e reconhecimento para o pensamento marxista, um impulso que alcançou sucesso em vários países. Um exemplo notável é o Instituto Brasileiro de Estudos Avançados. Além disso, bolsas de estudos não-políticas são oferecidas pela União Soviética e países satélites para treinamento em artes e ciências. (p. 11)

Finalmente, os sindicatos com histórico de sucesso na “luta de libertação nacional” devem aconselhar os sindicatos menos experientes, e a Federação Sindical Mundial¹³³ prometeu fortalecer seu próprio papel no intercâmbio internacional de experiências táticas [...] A estreita adesão a essas diretrizes é vista na propaganda comunista e no trabalho organizacional na Argentina, Brasil, Chile, Cuba, México e outros países latino-americanos. (p. 14)

Sr. General SOURWINE, os grupos chineses residentes na América Latina são significativos no que diz respeito à penetração comunista?

Sr. General CABELL, existem inúmeras colônias chinesas na América Latina, localizadas principalmente nas grandes cidades. Muitos desses chineses são de segunda geração ou mais.

No Peru, onde existe a maior população chinesa, o total, incluindo a segunda geração, é de cerca de 50.000. Destes, cerca de 14.000 são de nacionalidade chinesa, ou seja, imigrantes com documentação nacionalista chinesa, e 11.000 estão localizados em Lima, a capital. Em Cuba, a população total chinesa é de cerca de 40.000, dos quais cerca de 20.000 estão em Havana.

Em Guayaquil, Equador, são mais de 5.000; em São Paulo, Brasil, são mais de 1.030. (p. 29)

Na Argentina e no Brasil também existem grupos minoritários eslavos significativos. Como no Uruguai, os principais veículos de influência comunista são os vários institutos culturais ou sociedades de “amizade”. (p. 30)

Pode-se notar também que “Problemas de paz e socialismo”, que é uma revista Marxista Mundial, a mais importante revista teórica comunista internacional, foi publicada em espanhol localmente em dois pontos da

¹³³ FSM ou World Federation of Trade Unions (WFTU) - “La Federación Sindical Mundial (FSM) fue fundada en París el 3 de octubre de 1945” <<http://www.wftucentral.org/historia-2/?lang=pt-br>>.

América Latina, Bogotá e Buenos Aires, e em português no Brasil, em um esforço efetivo para assegurar sua divulgação. (p. 32)

Figura 9 – Membros de partidos comunistas

COMMUNIST PARTY MEMBERSHIP			
Argentina	80,000	Haiti	15
Bolivia	5,000	Honduras	700
Brazil	40,000	Mexico	2,500
Chile	30,000	Nicaragua	50
Colombia	6,000	Panama	110
Costa Rica	300	Paraguay	3,000
Cuba	17,000	Peru	6,000
Dominican Republic	50	Uruguay	3,400
Ecuador	3,000	Venezuela	40,000
El Salvador	500		
Guatemala	1,100	Total	238,725

Fonte: CIA

24. Neste novo documento, o CIA-RDP80-01445R000100180001-8 (Doc. 92), de 26/02/1960, de título '*Chinese Communism and Latin America*', produzido pelo '*Senior Research Staff on International Communism*', endereçado ao Departamento de Estado, classificado como sendo secreto (até sua liberação em 23/05/2000), tem como foco principal o fato de que comitivas de partidos comunistas foram a Pequim para comemorar o 10º aniversário do governo Mao, incluindo brasileiros e paraguaios.

Mao 'ênfatizou a importância da América Latina, e especialmente da revolução cubana'. Em 25 de outubro, a delegação do Partido Comunista Brasileiro, liderada por seu secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, teve uma sessão privada com Mao e outros funcionários do PCC. (...) A presença de delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela foi anunciada pela Rádio Pequim. Representantes de El Salvador, Honduras e Panamá também estariam presentes. (p. 13)

25. Em março de 1960, a CIA produziu o documento mal concatenado de código CIA-RDP78-00915R001100230001-3 (Doc. 37), intitulado '*Communist Party Training Schools and Related Activities in Latin America*', cujas origens e destinos não foram descritos nas páginas do mesmo. O documento apresenta um erro, pois há duas cópias do mesmo memorando registradas em sequência, a cópia número 1 e outra não numerada de mesmo teor. Desta forma, apesar de constarem 35 páginas, o documento em si não tem mais de 17. A capa fora sanitizada em apenas uma pequena parte, talvez encobrendo uma rubrica de funcionário, o mesmo na página 6. O documento original era secreto e foi liberado em

13/09/2000. O intuito do documento era descrever como os partidos comunistas latino-americanos treinavam seus membros. A parte dedicada ao Brasil foi bem minuciosa.

Estudo, treinamento, doutrinação, crítica e autocrítica são básicos para a filiação ao partido comunista. Cada Partido se considera uma “vanguarda” – isto é, uma organização na qual os membros devem estar preparados, por meio de conhecimento e treinamento, para influenciar os não-comunistas em favor dos conceitos marxistas de materialismo histórico e liderança comunista. Em todos os partidos comunistas, há ênfase periódica, se não contínua, na discussão, doutrinação e treinamento desde a célula até o nível nacional e internacional. (p. 2)

Os comunistas latino-americanos recebem alguns de seus treinamentos mais importantes no exterior, na Escola Superior do Partido Comunista da União Soviética, nos cursos ministrados para latino-americanos pelo Partido Comunista da China, nas escolas de outros partidos comunistas em ambos os países do Mundo Livre e do Bloco¹³⁴, em escolas especiais patrocinadas pelas frentes internacionais, e em treinamento durante serviço na sede da Frente Internacional. No entanto, praticamente todos os partidos comunistas têm seu próprio programa de treinamento. (p.3)

Além das escolas do Partido Comunista e dos cursos, a formação no marxismo pode ser realizada através de escolas administradas por outros partidos, como o Partido Popular (*Popular Party*), no México, que controla a Universidade dos Trabalhadores, ou por instituições de filiação comunista, como a Escola Avançada de Estudos Brasileiros no Brasil. A infiltração de sistemas educacionais locais e nacionais é um objetivo comunista universal. Em Cuba, por exemplo, é evidente que os comunistas estão usando o sistema educacional como um veículo de instrução em conceitos primários marxistas. (p. 4)

Em maio de 1959, [trecho sanitizado, possivelmente contendo a identificação do agente da CIA que forneceu a informação] paraguaios e outros comunistas estrangeiros estavam sendo treinados em uma escola de treinamento comunista em El Tigre, Argentina, um resort perto de Buenos Aires. Oscar Creydt¹³⁵, secretário-geral exilado do PC Paraguai, foi responsável por todo ou parte do treinamento. Esperava-se que os paraguaios e outros comunistas que haviam sido treinados na escola El Tigre entrassem no Paraguai para treinar membros do Partido Comunista Paraguai em teoria e táticas. (p. 6)

No Brasil, no final de 1958, o Comitê Central do Partido teria decretado que um curso de formação deveria ser iniciado para os membros o mais rápido possível, em locais e horários que seriam seguros e convenientes. O objetivo do curso era preparar os comunistas para assumir um papel mais ativo no trabalho em massa, particularmente entre os trabalhadores.

Consequentemente, o Partido Comunista Brasileiro realizou uma série de palestras para seus membros em São Paulo a partir de 10 de abril e se estendendo até 19 de junho. (...) Constantino STOIANO¹³⁶, primeiro secretário do Comitê Empresarial de Transportes do Partido, foi um dos selecionados para apresentar essas palestras.

O conteúdo dessas palestras e outros materiais apareceram mais tarde em uma série de cursos de capacitação ministrados em todo o Brasil. O melhor

¹³⁴ Bloco de países comunistas.

¹³⁵ Óscar Adalberto Federico Creydt (1906 - 1987) - Membro do PC Paraguai (MAESTRI FILHO, 2012).

¹³⁶ Ver em: *A ESQUERDA RADICAL DE OSASCO* (OLIVEIRA, 2009).

exemplo, e o que tem mais informações disponíveis, é o curso que foi ministrado em Santos durante o verão de 1959.

No dia 12 de julho, a primeira palestra do curso foi ministrada na Rua do Comércio 9, sede de Santos do *Novos Rumos*¹³⁷, jornal semanal oficial do PCB publicado no Rio de Janeiro. A palestra, intitulada ‘O Processo de Desenvolvimento Econômico do Brasil e a Democratização da Vida Política Nacional’ foi ministrada por Arlindo Alves LUCENA¹³⁸, secretário político do Comitê Municipal de Santos.

A segunda palestra, ‘Crescem no Mundo as Forças da Paz, da Democracia e do Socialismo’ foi ministrada no mesmo discurso de Alves LUCENA. As duas palestras foram combinadas na primeira classe.

Uma segunda turma foi realizada em 19 de julho, com base em material contido em um documento de quatro páginas com o mesmo título que o da segunda palestra. (...) Aparentemente quatro aulas adicionais foram realizadas em Santos durante 29 de julho – 27 de agosto de 1959. Um documento de quatro páginas, intitulado ‘Aprofunda-se a Contradição Entre a Nação Brasileira e o Imperialismo Norte-Americano’ foi apresentado aos membros da terceira classe. (...) Uma quarta turma, realizada no dia 12 de agosto, concentrou seu estudo em outro documento de quatro páginas, ‘A Frente Unica e a Luta por um Governo Nacionalista e Democrática’. (...) Na quinta classe, realizada em 12 de agosto de 1959, foi utilizado um documento de três páginas, intitulado ‘O Movimento Nacionalista’. (...) A sexta classe, em 27 de agosto de 1959, estava preocupada com um documento de quatro páginas intitulado ‘Aliança do Proletariado com a Burguesia’ (...) Este curso teria sido dado em várias outras partes do estado de São Paulo. Em 20 de julho de 1959, [parte sanitizada] informou que este curso seria ministrado para membros do Partido na área de Santo André a partir de 24 de julho. O instrutor seria Moisés WAISCHENKER¹³⁹, membro do Comitê Central e secretário organizacional do Comitê do Estado de São Paulo. Um relatório posterior também afirmou que o curso de Santo André começaria em 24 de julho e seria lecionado nas sextas-feiras consecutivas posteriormente. As aulas seriam ministradas na Rua Delfim Moreira 11, São Paulo, sede em São Paulo de *Novos Rumos* (...). O instrutor dessas aulas era José CARECA (pseudônimo de WAISCHENKER). O mesmo relatório mencionou que CARECA deu um *briefing* sobre seu curso no endereço acima em 17 de julho e distribuiu cópias da programação de palestras aos presentes.

Em setembro, foi relatado que um curso político seria oferecido em um futuro próximo aos membros do Partido em Pernambuco. Os cursos seriam dados informalmente em todas as unidades do Partido a partir de organizações de base (células) até o comitê regional. A leitura para o curso incluiu as “Fundações do Leninismo” de Stalin e “Sobre os Problemas do Leninismo”, o Programa do Partido, a Declaração Política do Partido de março de 1958, entrevistas publicadas na imprensa e artigos de Luiz Carlos PRESTES, secretário-geral do Partido. Uma revisão da série bastante elaborada de perguntas formuladas para este curso, que foram baseadas na

¹³⁷ “Jornal carioca semanal, distribuído nacionalmente, criado pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em fevereiro de 1959 e extinto em 19 de abril de 1964” (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetematico/novos-rumos>>).

¹³⁸ Consta do Relatório Projeto Brasil Nunca Mais TOMO I - O Regime Militar\TOMO II - Vol 2 Os Atingidos (p. 19) com 3 citações, uma delas é definido como radiodifusor (ARNS, 2022).

¹³⁹ Referência externa não encontrada.

Declaração Política de Março de 1958, revela que o material era bastante semelhante ao abordado no treinamento dado na região de São Paulo.

Outra atividade de treinamento comunista, a partir do final de setembro 1959, incluiu um curso de língua russa oferecido aos jovens comunistas em Santos, sob os auspícios do Centro Estudantil de Santos¹⁴⁰. O Comitê Municipal de Santos do Partido emitiu instruções para quem tiver interesse em fazer o curso para conversar com Luiz Rodrigues CORVO¹⁴¹, membro do Partido e líder estudantil em Santos. Em atos de doutrinação relacionados, menção deve ser feita ao ‘colégio de guerra civil’, Instituto Avançado de Estudos Brasileiros ISEB¹⁴², uma escola de pós-graduação de estudos sociais apoiada pelo governo que é penetrada e dominada, se não controlada, pelos comunistas. Composta predominantemente por ultranacionalistas, incluindo comunistas, a escola proporciona treinamento intensivo sobre problemas brasileiros e é projetada para acelerar o desenvolvimento nacional. Ela busca doutrinar grupos seletos de líderes atuais ou potenciais do governo e da indústria que se tornarão quadros pregando uma nova filosofia para o Brasil.

Até agosto, o ISEB tinha quatro cursos. O primeiro foi um curso básico regular, dos quais refletiam ideias ultra nacionalistas, esquerdistas e neutras de ‘terceira força’. Foi relatado que o tema dominante era o materialismo dialético, com o elogio da Rússia soviética e da China comunista e a denegrir os Estados Unidos. A maioria dos professores era caracterizada como comunistas conhecidos ou ultra nacionalistas de esquerda. O segundo, um curso especial, estava sendo ministrado para 250 jovens oficiais militares, a maioria de major para baixo. Um terceiro curso de oito palestras estava sendo patrocinado pelos diretores dos conselhos estudantis de duas grandes universidades do Rio de Janeiro. Era destinado a estudantes universitários, e os títulos das palestras refletem o ultranacionalismo e até mesmo o marxismo. Quatro dos professores eram comunistas conhecidos. Um curso especial também ministrado, ao qual o público em geral foi convidado, foi intitulado ‘A Estrutura dos Nossos Recursos Naturais’.

Durante o período de 1956 a 1958, o ISEB formou aproximadamente 130 alunos de seu curso regular. Eles vieram de todos os setores da vida nacional. Informações depreciativas são ministradas a quase um quarto desses estudantes, a maioria em conexão com as atividades comunistas.

¹⁴⁰ “Fundado em 8 de janeiro de 1932, o CES foi a primeira entidade geral estudantil do Brasil e esteve presente em diversas lutas históricas em defesa da educação como: Fundação da UNE, Diretas Já, Meia entrada, Universidade Pública para a Baixada Santista, Redução das Mensalidades e tantas outras que aconteceram durante seus 90 anos de existência! O CES é a entidade representativa dos estudantes do ensino superior da Baixada Santista, tendo como principal tarefa a organização da rede do movimento estudantil, com os centros acadêmicos e as atléticas” <<https://cesbaixada.com.br/>>.

¹⁴¹ Para maiores detalhes ver ‘De político perseguido a advogado’ <<http://jornalperspectiva.com.br/memoria/de-politico-perseguido-a-advogado/>>

¹⁴² “Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Desapareceu em 1964” (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>>).

Em agosto de 1959, Armenio GUEDES¹⁴³, um dos principais líderes do Partido Comunista Brasileiro, participava de cursos regulares no ISEB. Relatórios recentes afirmam que comunistas, esquerdistas e outros partidários do ISEB estão agora muito na defensiva diante dos ataques atuais da imprensa local sobre a influência comunista no Instituto. Juntamente com esses ataques da imprensa, vários brasileiros influentes e respeitados, incluindo o presidente KUBITSCHKEK¹⁴⁴, fizeram declarações públicas acusando os ultranacionalistas de não terem os melhores interesses do Brasil no coração. O resultado foi uma barragem desorganizada de acusações de entreguismo pela imprensa esquerdista e comunista, e uma longa e fraca defesa do ISEB por seu diretor, Roland CORBISIER¹⁴⁵. (pp. 10-17)

26. Em seguida temos o documento código CIA-RDP79-00927A003000070001-2 (Doc. 44), datado de 29/12/1960, apresentando o título ‘*Current Intelligence Weekly Summary*’, Com origem e destino desconhecidos, composto por 31 páginas, tendo sido sanitizado, com páginas inteiras censuradas, marcado como secreto e confidencial, mas finalmente liberado em 23/10/2007.

O texto aborda fatos mundialmente relevantes, parecendo haver uma hierarquia subjacente, pois o sumário inicia com as grandes questões geopolíticas com foco na URSS, passa pela China, Cuba, Oriente Médio, França, África e finalmente chega à América do Sul e depois analisa dados econômicos do Japão. A parte que nos interessa aqui é a seguinte:

PARAGUAI PODE ENFRENTAR NOVOS ATAQUES REBELDES

- A ditadura de Stroessner¹⁴⁶, agora em seu sétimo ano, pode estar enfrentando uma nova série de ataques de guerrilha por grupos exilados paraguaios que trabalham em cooperação mais estreita do que antes. O governo reprimiu rapidamente os ataques de comandos perto de Assunção por cerca de 60 rebeldes que se infiltraram pela Argentina em 21 de dezembro, mas outro grupo de 60 está operando em Yhu e Itaquyry há seis semanas, e uma nova tentativa pode ser feita nos próximos dias. Apesar dos antagonismos de longa data, os vários grupos de exilados estão avançando nas negociações visando uma cooperação mais estreita. Eles esperam que a coordenação de suas atividades encoraje o aumento da assistência externa, que parece limitada até agora a pequenos materiais e ajuda de treinamento.

O Paraguai protestou em Buenos Aires pela falha das autoridades de fronteira argentinas em impedir a travessia do rio, embora o presidente

¹⁴³ Armênio Guedes (1918 - 2015), “figura relevante na história do Partido Comunista Brasileiro” <<https://marxismo21.org/armenio-guedes/>>.

¹⁴⁴ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) - o 21º Presidente do Brasil entre 1956 e 1961 (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-deoliveira>>)

¹⁴⁵ Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier (1914-2005) - filósofo e político brasileiro (CAPOVILLA, 2021).

¹⁴⁶ Alfredo Stroessner Matiauda (1912 — 2006) - militar, político e Presidente do Paraguai (de 15 de agosto de 1954 a 3 de fevereiro de 1989) (MORAES, 2000).

Stroessner tenha declarado publicamente sua convicção de que o presidente Frondizi¹⁴⁷ não estava envolvido. [Parágrafo Sanitizado]

Tanto o governo brasileiro quanto o uruguaio temem que uma revolução no Paraguai seja explorada por elementos comunistas, já que a oposição aparentemente não realizou nenhum planejamento conjunto para um governo interino. O Brasil deu algum apoio material e considerável de treinamento ao Paraguai, onde deseja reforçar sua posição contra o domínio tradicional argentino, e o Uruguai ajudou a campanha de Stroessner por uma posição de maior respeitabilidade no hemisfério. (p. 23)

O conselheiro nacional uruguaio Haedo¹⁴⁸ recentemente enviou seu secretário particular para discutir com Stroessner a infiltração comunista na área do Rio da Prata, relatando que em pouco tempo cerca de 1.600 pessoas entraram no Uruguai, a maioria com vistos cubanos, e depois desapareceram completamente. Haedo assume que eles estão se infiltrando no Paraguai, Brasil e Argentina.

As dificuldades políticas de Stroessner foram agravadas pela deterioração das condições econômicas, incluindo uma escassez sazonal de alimentos, mas ele ainda mantém a lealdade das Forças Armadas, chave para o poder político no Paraguai. Ele protestou contra a frouxidão argentina na proteção da fronteira e pode intensificar sua campanha diplomática contra a ajuda externa, que os exilados precisam para montar uma tentativa de destituição bem-sucedida. [sanitizado] (p. 24)

27. Temos a seguir mais um documento que traz informações acerca da organização de partidos comunistas/marxistas na América-Latina. Ele data de janeiro de 1961 e seu código é CIA-RDP78-00915R001200220001-3 (Doc. 38). O título é '*Communist and Marxist Parties of Latin America*', contém seis páginas marcadas como sendo secretas até sua liberação em data ignorada, assim como quem produziu e a quem se dirigiam os dados informados. Há partes sanitizadas e bastante anotações feitas à mão.

Das informações oriundas da tabela da CIA chamo a atenção para os seguintes dados:

Brasil – Partido Comunista do Brasil – Comunista – Ilegal – 35.000 membros – 300.000 simpatizantes (p. 1) (...) Paraguai – Partido Comunista Paraguaio – Comunista – Ilegal – 3.000 membros – 5.000 simpatizantes (p. 4) (...) Totais na América-Latina: 295.528 membros e 939.350 simpatizantes (p. 6).

28. No mês de maio de 1962 a CIA emitiu um documento, de código CIA-RDP78-02646R000400330001-7 (Doc. 41) e de título: '*The Impact of the 22nd CPSU Congress on the Communist Parties of the Free World*', com origem e destino não informados no documento, contendo 70 páginas ao todo, que havia sido classificado como secreto e como

¹⁴⁷ Arturo Frondizi Ercoi (1908 - 1995) advogado e político argentino, Presidente da República (1 de maio de 1958 a) 29 de março de 1962 (GAMBINI, 2016).

¹⁴⁸ Possivelmente Eduardo Víctor Haedo (1901 - 1970) - jornalista e político uruguaio.

confidencial, mas fora liberado ao público em 20/08/1999. O objetivo deste documento era comentar como o 22º congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em outubro de 1961, afetou os partidos comunistas fora do bloco, deixando aparente atritos e desentendimentos entre os soviéticos e os chineses, devido a posições albanesas. O Brasil é citado algumas vezes e as partes relevantes estão abaixo, junto com citação ao Paraguai.

11. Brasil e Paraguai – a. Contra o plano de fundo de parte do discurso de Corvalán¹⁴⁹, a decisão do partido brasileiro em dezembro de expulsar um grupo de dissidentes de esquerda logo após o secretário-geral, Luís Carlos Prestes, retornar das discussões em Moscou também pode ser uma consequência de ações do PCUS¹⁵⁰ em outubro e novembro. Um artigo no semanário do partido, *Novos Rumos* de 15 de fevereiro, de um dos veteranos, Ivan Ramos Ribeiro¹⁵¹, é de especial interesse. Além de detalhar a circulação em vários idiomas da resolução albanesa de 3 de agosto de 1961 sobre o ‘prazo final de Berlim’¹⁵², uma resolução caracterizada por Ribeiro como ‘perigosa’ e ‘estranha’, o artigo faz uma distinção entre “igualdade de direitos” de todos os partidos e ‘a ideia anarco-revisionista idealista de que esses partidos são iguais’. Este argumento de um PCUS mais-igual-que-os-outros é similar a outro de Ib Nørnlund¹⁵³, do PC dinamarquês em Tiden (janeiro-fevereiro de 1962), e a coincidência sugere inspiração soviética.

b. A resolução adotada pelo Comitê Central do PC Paraguai no final de dezembro se enquadra no padrão das ações brasileiras. Deu apoio incondicional ao PCUS, atacou os albaneses por terem de fato rompido com o movimento comunista e por terem colocado armas nas mãos do inimigo e criticado duramente os chineses por seu apoio à Albânia. O ataque paraguaio foi repetido com destaque pelo *Pravda*¹⁵⁴ em 12 de janeiro, e suas acusações são semelhantes às apresentadas no editorial principal da edição de janeiro de 1962 de ‘Problemas de paz e socialismo’. A edição de março desta publicação também cita a resolução paraguaia, entre várias outras. (pp. 43-44)

29. O próximo documento disponível para estudo, datado de 07/12/1962, é o de código: CIA-RDP79-00927A003800120001-9 (Doc. 46), arquivado pela CIA como sem título (*UNTITLED*), mas que na primeira página já traz o nome correto, ‘*Current Intelligence Weekly Summary*’, mais uma série de notícias acerca dos acontecimentos mundiais dispostas em 54 páginas. Tanto origem como a quem eram destinados não são informados no

¹⁴⁹ Luis Corvalán - secretário do partido comunista chileno.

¹⁵⁰ Partido Comunista da União Soviética.

¹⁵¹ Ivan Ramos Ribeiro (1911 - 1970) - membro do PCB(CPDOC / FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-ramos-ribeiro>>).

¹⁵² Crise iniciada quando a URSS determinou uma data para a retirada das forças militares ocidentais de Berlim, culminando com o início da construção do Muro de Berlim (CARMICHAEL, 2021).

¹⁵³ Ib Nørnlund (1917 - 1989).

¹⁵⁴ Jornal oficial do regime da antiga União Soviética.

documento. Sua classificação foi secreta até 07/05/2008, tendo sido bastante sanitizado pelos revisores.

O grande assunto nesta semana foi o recuo soviético após a crise dos mísseis em Cuba. O Paraguai foi citado em uma entrevista com Che Guevara¹⁵⁵ e o texto que corresponde ao país vizinho será apresentado na seção da tese que tratará de Cuba, esta subdivisão privilegiada do assunto comunismo. O trecho que trata do Brasil pode ser lido logo abaixo.

TENDÊNCIA À ESQUERDA NO BRASIL – O governo do presidente brasileiro Goulart parece estar dando cada vez mais influência à extrema esquerda. O sentimento anti-Goulart está aumentando, particularmente no importante estado industrial de São Paulo e em um grande partido conservador. Moderados e conservadores, no entanto, não estão fazendo nenhum movimento significativo em direção à uma oposição organizada. Enquanto a maioria dos oficiais das Forças Armadas são moderados ou conservadores, a recente nomeação do general de extrema esquerda Oromar Osório¹⁵⁶ como comandante da divisão de artilharia no Rio de Janeiro dá continuidade à política do governo Goulart de escolher os oficiais mais esquerdistas para cargos de comando. [Parágrafo suprimido] Os comunistas também estão obtendo ganhos no movimento trabalhista tradicionalmente dominado pelo governo. No final de novembro, Roberto Morena, um proeminente comunista de linha antiga há muito ativo no movimento operário comunista internacional, foi eleito presidente do Instituto de Pensão dos Trabalhadores Industriais¹⁵⁷. O instituto tem fundos substanciais à sua disposição, e pode-se esperar que Morena os use para fins comunistas.

Autoridades brasileiras preocupadas com o desenvolvimento econômico estão mostrando crescente hostilidade em relação aos Estados Unidos e uma disposição cada vez mais aberta para se dar bem com os comunistas. Celso Furtado¹⁵⁸, ministro do desenvolvimento econômico e chefe de uma importante agência de desenvolvimento econômico, disse recentemente a autoridades americanas que ‘10%’ do pessoal de sua agência, incluindo comunistas conhecidos, se opõem à cooperação com os Estados Unidos. Ele disse que não tem intenção de remover esses elementos.

Furtado e alguns de seus subordinados criticaram fortemente a Aliança para o Progresso¹⁵⁹ durante o mês passado.

O acordo brasileiro-polonês de 3 de dezembro prevê um crédito de US\$ 26 milhões para a construção de uma usina termelétrica de 200.000 watts no Rio Grande do Sul. Uma companhia de energia dos Estados Unidos

¹⁵⁵ Ver: Che: Ernesto Guevara, uma lenda do século (KALFON; TORRES; FÉLIX, 2004).

¹⁵⁶ Ver O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira (FICO, 2008).

¹⁵⁷ Sem referências externas encontradas.

¹⁵⁸ Celso Monteiro Furtado (1920 - 2004) - economista e político brasileiro (SZMRECSÁNYI, 2001).

¹⁵⁹ "Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante" (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tem-atico/alianca-para-o-progresso-1>>).

naquele estado foi desapropriada em 1959 pelo governador Leonel Brizola¹⁶⁰, cunhado ultranacionalista de Goulart. O crédito polonês é o primeiro crédito em bloco de tamanho considerável para o Brasil. A possibilidade de ajuda técnica e militar soviética está em discussão.

O Brasil enfrenta uma crise financeira. É provável que as reservas de ouro e divisas se esgotem até o final do ano, e os atrasos comerciais são substanciais. Goulart, no entanto, parece dedicar pouca atenção a esse problema. Ele está preocupado com o plebiscito de 6 de janeiro¹⁶¹, que deve restaurar plenos poderes à presidência.

Facções parlamentares moderadas e conservadoras votaram em 30 de novembro para confirmar o primeiro-ministro Hermes Lima¹⁶². Eles provavelmente foram motivados pela conclusão de que uma crise ministerial tão próxima do plebiscito, somando-se à exasperação com o sistema parlamentarista, aumentaria significativamente o apoio esperado para a assunção de Goulart de plenos poderes presidenciais. [Frase suprimida] (p. 34)

30. O próximo documento é um relatório muito completo acerca da força dos partidos comunistas ao redor do globo, sendo composto por 136 páginas. Seu código é CIA-RDP65-00756R000300100001-6 (Doc. 29), tendo sido datado em janeiro de 1963, recebendo o título de *'World Strength of the Communist Party Organizations'*. Foi feito pelo *'Bureau of Intelligence and Research'*, trazendo o subtítulo de *'Intelligence Report No. 4489 R-15'*, tendo sido revisado pelo departamento de Estado norte-americano, a quem deve ter sido endereçado. Não consta sanitização no documento e ele foi liberado em 19/12/2006.

Este documento informa que no Brasil haveria de 25 a 35 mil membros do PCB e mais 1000 do PC do B. Já o PCP¹⁶³ teria por volta de 3 a 4 mil membros.

Em novembro de 1962, o Pravda afirmou que havia 90 partidos comunistas (excluindo a Iugoslávia¹⁶⁴?) com 42,5 milhões de membros. A adesão mundial aos 90 partidos comunistas registrados aqui é de aproximadamente 40-41 milhões. Contando o CPUSA¹⁶⁵, há um total de 91 partidos. Esse cálculo inclui os partidos comunistas da Jamaica e da Costa do Marfim, cujas credenciais são incertas, e exclui os partidos comunistas que existem em alguns países ao lado de partidos tradicionalmente associados ao movimento mundial, por exemplo, no Brasil¹⁶⁶ e no Iraque.

¹⁶⁰ Leonel de Moura Brizola (1922 - 2004) - engenheiro civil e político brasileiro, foi governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. (MOREIRA, 2008).

¹⁶¹ O referendo de 1963 ocorreu em 6 de janeiro daquele ano, no Brasil, para determinar o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) do país. O presidencialismo foi o sistema escolhido. (BENEVIDES, 1993).

¹⁶² Hermes Lima (1902 - 1978) - político, jurista, jornalista, professor e ensaísta brasileiro (ABL <<https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D129/biografia>>).

¹⁶³ Partido Comunista Paraguaio.

¹⁶⁴ O governo do Marechal Josip Broz Tito rompeu com a URSS e passou a agir de forma independente (SILVA; SILVA NETO; NASCIMENTO, 2018).

¹⁶⁵ Communist Party of the United States of America (Partido Comunista dos EUA) (GOLDFIELD, 2009).

¹⁶⁶ A referência é ao PC do B, dissidência do PCB.

Os números de membros, comparados ao ano passado, não mostram tendências surpreendentes. Em Cuba, no entanto, o número de membros nas chamadas Organizações Revolucionárias Integradas¹⁶⁷ dobrou para o que agora são 60.000. Os partidos no Chile, Peru e Venezuela aumentaram seus seguidores, enquanto o Partido Comunista Paraguaio declinou. Na Índia, o Partido Comunista, sofrendo as consequências da divisão sino-soviética¹⁶⁸ e da disputa fronteiriça sino-indiana¹⁶⁹, perdeu cerca de 25.000 membros. (p. 3)

Como a maioria dos partidos brasileiros é heterogênea e carece de uma base ideológica firme, a classificação acima¹⁷⁰ é um tanto arbitrária. Em jogo nas eleições para o Congresso de outubro de 1962 estavam as 409 cadeiras da Câmara dos Deputados e 45 das 66 cadeiras do Senado. Pelo menos quatro comunistas conhecidos e um pequeno número de simpatizantes foram eleitos para o Congresso por outros partidos. (p. 123) O Partido Comunista Brasileiro (PCB), banido em 7 de maio de 1947 por ação do Tribunal Superior Eleitoral do BRASIL, conseguiu explorar apenas parcialmente as oportunidades apresentadas pela crise político-econômica no Brasil desde agosto de 1961¹⁷¹. Seus resultados na eleição de outubro de 1962 não foram substancialmente melhores do que em 1958 e 1960, embora tenha conseguido eleger um pequeno número de seguidores nas chapas de outros partidos. No entanto, as candidaturas de vários membros do Partido Comunista de São Paulo foram cassadas pela Justiça Eleitoral e os recursos contra essa ação até agora não tiveram sucesso. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do presidente João (Jango) Goulart¹⁷² e o pequeno Partido Socialista Brasileiro (PSB) contêm números significativos de comunistas e simpatizantes, entre eles o organizador das Ligas Camponesas¹⁷³ Francisco Julião¹⁷⁴, o recém-eleito deputado federal e autoproclamado marxista, que pediu uma revolução do tipo Castrista entre os camponeses oprimidos do aflito Nordeste do Brasil. Outra importante figura pró-comunista é Miguel Arrais¹⁷⁵, recém-eleito Governador do Estado de Pernambuco em uma chapa combinada PSB-PTB. O Partido Comunista tem sido prejudicado pela contínua dissensão interna provocada

¹⁶⁷ "ORIs (Organizações Revolucionárias Integradas) que deveriam ser compostas a partir dos locais de trabalho e comitês de defesa de quadra e os quadros que integrariam o partido e suas direções deveriam ser indicados pelos trabalhadores entre aqueles que estes considerassem os mais capazes e firmes" (IASI, 2009).

¹⁶⁸ Ao final da década de 1950 as relações diplomáticas entre China e a URSS sofreram abalos, polarizando os partidos comunistas em âmbito mundial (ROMAN; DRESCH, 2017).

¹⁶⁹ Para maiores detalhes ver: 'A Guerra Sino-Indiana de 1962: Contornos de um Conflito Inevitável' (CHANGSHENG; MENEZES JR, 2014).

¹⁷⁰ Esta é uma alusão a uma tabela presente no documento, que tenta classificar as tendências políticas dos principais partidos.

¹⁷¹ Jânio da Silva Quadros renunciou ao cargo de presidente em 25 de agosto de 1961 (LOUREIRO, 2009).

¹⁷² João Belchior Marques Goulart (Jango) (1919 - 1976) - advogado e político brasileiro, 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964 (deposto) (CASTRO GOMES, 2007).

¹⁷³ "As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964" (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>>). Ver também MONTENEGRO (2004).

¹⁷⁴ Francisco Julião Arruda de Paula (1915 — 1999) - advogado, político, liderou as ligas camponesas (PORFÍRIO, 2016).

¹⁷⁵ Miguel Arraes de Alencar (1916 — 2005) - advogado, economista e político brasileiro (ROZOWYKWIAT, 2006).

por oponentes ‘esquerdistas’ da linha ‘soft’ do chefe do partido de longa data Luiz Carlos Prestes, e a adesão ao partido diminuiu constantemente nos últimos anos. Em dezembro de 1961, vários dos principais opositores de Prestes foram expulsos do PCB e, posteriormente, formaram o dissidente Partido Comunista do Brasil¹⁷⁶, que favorece táticas violentas no modelo comunista cubano e chinês como meio de promover a revolução socialista no Brasil. O PCB ortodoxo ganhou respeitabilidade, no entanto, devido ao restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, conseguiu controlar a principal organização nacional de estudantes universitários e grupos trabalhistas locais, estaduais e nacionais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI)¹⁷⁷.

O Partido Comunista Paraguaio, que foi banido pelo Decreto nº 5484 de 7 de outubro de 1936, tem influência mínima. A maioria de seus membros está no exílio. O partido nunca foi capaz de estabelecer uma base trabalhista efetiva porque a economia é em grande parte agrária e também porque o governo controla firmemente uma pequena confederação de trabalhadores. A principal fonte de apoio comunista tem sido nos círculos intelectuais, onde a Frente dos Estudantes Democráticos (FEDRE)¹⁷⁸, de inspiração comunista, parece estar fazendo incursões entre os estudantes universitários e do ensino médio. O Partido também está tentando, mas com pouco sucesso até agora, penetrar no exército e nas áreas rurais. A mais eficaz das organizações de exilados infiltrados pelos comunistas é a Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA)¹⁷⁹, com sede em Montevidéu, que conta com o apoio de alguns exilados não comunistas que se opõem ao atual governo paraguaio. (p. 124)

31. Seguindo com a catalogação dos dados relevantes acerca do Brasil e Paraguai, nos documentos da CIA, no que tange ao comunismo, passamos ao documento código: CIA-RDP79T00472A001100050001-4 (Doc. 78), da série ‘*Intelligence Memorandum*’, datado de 01/09/1965, com o título ‘*Review of Insurgency Problems*’¹⁸⁰, contendo 15 páginas, muitas partes suprimidas (sanitizadas), tendo sido considerado secreto até a liberação em 17/03/2006. A confecção do memorando é atribuída a ‘*Directorate of Intelligence – Office of Current Intelligence*’ (OCI) e foi provavelmente destinado ao ‘*State Department*’, pois consta que houve revisão feita por este órgão. A ordem dos assuntos foi a seguinte: Colômbia; Paraguai 2; Peru 3; Venezuela 5; e Tailândia.

¹⁷⁶ PC do B.

¹⁷⁷ “A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, foi fundada em 19 de julho de 1946 e reconhecida pelo Decreto nº 21.978, de 25 de outubro do mesmo ano. Completou, em 2016, 70 anos de existência, marcada por permanente luta em busca de melhores condições de vida e de trabalho dos industriários brasileiros” (informação oriunda do *site* da própria CNTI <<https://cnti.org.br/html/entidade.htm>>).

¹⁷⁸ Sem referência externa encontrada.

¹⁷⁹ A FULNA foi fundada no Uruguai por iniciativa do Partido Comunista Paraguaio (PCP), com o intuito de entrar no Paraguai e derrubar Stroessner (MORAES; COLMÁN, 2010; BARROS, 2009).

¹⁸⁰ O memorando é descrito da seguinte forma: “Esta publicação fornece uma revisão periódica da segurança interna em países subdesenvolvidos onde há uma ameaça de insurgência apoiada por Comunistas” (p. 1).

2. Paraguai – Autoridades brasileiras invadiram um acampamento de guerrilheiros perto de Campo Grande, no estado de Mato Grosso¹⁸¹, e prenderam cerca de 15 membros de um grupo guerrilheiro comunista paraguaio. Entre os 15 presos está o ex-tenente-coronel do Exército paraguaio Lorenzo Abel Arrua¹⁸², descrito como chefe das atividades de guerrilha paraguaia no Brasil. As autoridades de segurança brasileiras aparentemente descobriram um esconderijo de armas bem guardado contendo armas de vários países, que acreditam ter sido fornecidas por Cuba. Os guerrilheiros parecem ter se engajado principalmente em atividades de treinamento destinadas a operações para derrubar o governo do presidente Alfredo Stroessner no Paraguai.

A ação brasileira ocorreu aproximadamente ao mesmo tempo em que as próprias forças de segurança do Paraguai prenderam cerca de 60 membros de baixo escalão do Partido Comunista Paraguaio (PCP) em áreas rurais do centro do Paraguai, onde tentavam formar quadros para colunas de guerrilha. As duas séries de detenções parecem deixar o PCP com ainda menos bens do que antes na sua luta desigual contra o governo Stroessner. [Sanitizado]

A pronta ação brasileira em cercar os guerrilheiros e a intenção declarada dos agentes de segurança em acompanhar suas investigações certamente serão outro ponto positivo nas relações geralmente cordiais entre Brasil e Paraguai. [Sanitizado]

32. O documento que segue, o de código: CIA-RDP79T00826A001600010038-7 (Doc. 79), data 01/02/1967 e título: ‘*Communist Influence in Latin American Labor*’, teve origem no ‘*Office of Current Intelligence*’ em coordenação com o ‘*Office of Research and Reports*’ e ‘*Office of National Estimates*’, tendo sido destinado ao Departamento de Estado dos EUA. Suas 44 páginas foram sanitizadas antes da remoção de sua condição de secreto, com sua liberação em 29/02/2008.

No resto da América Latina, a influência comunista no trabalho organizado varia de insignificante a uma capacidade, em alguns países, de explorar queixas trabalhistas contra as administrações incumbentes. Atualmente, por exemplo, os comunistas parecem estar obtendo alguns ganhos no Brasil, na República Dominicana e possivelmente na Costa Rica. Embora a força de trabalho livre agora exceda em muito a dominada pelos comunistas, o fracasso da liderança trabalhista não comunista em aumentar os benefícios e salários dos trabalhadores poderia facilitar ainda mais a infiltração comunista e o controle de grupos trabalhistas urbanos e rurais em vários países latino-americanos. (p. 3)

6. Atualmente, a força de trabalho livre excede em muito a controlada pelos comunistas na América Latina; os comunistas desempenham um papel dominante nos movimentos trabalhistas apenas no Chile e no

¹⁸¹ Campo Grande é hoje capital do Mato Grosso do Sul, pois este estado desmembrou-se do Mato Grosso em 11 de outubro de 1977.

¹⁸² “ARRÚA, Lorenzo Abel (nombres de guerra: “Jorge”, “Pico” y “Cleofe”) (Estación Sosa, Caazapá, Paraguay, 10/08/1908 – todavía activo en 1973, sin datos precisos de fallecimiento)” (Diccionario Biográfico de las Izquierdas Latinoamericanas - <<https://diccionario.cedinci.org/arrua-lorenzo/>>).

Uruguai, mas parecem estar obtendo ganhos modestos no Brasil, na República Dominicana e possivelmente na Costa Rica. (p. 5)

7. Apesar do fato de que a maioria dos partidos pró-Moscou latino-americanos estarem enfrentando alguma competição de grupos dissidentes pró-Pequim, os sucessos comunistas no trabalho latino-americano não foram afetados em nenhum grau apreciável pela divisão sino-soviética. Tampouco o apelo dos comunistas ao trabalho e sua capacidade de penetrar e explorar sindicatos não comunistas foram frustrados pela deterioração divulgada da liderança comunista cubana na América Latina, pelas amargas lições aprendidas por muitos grupos democráticos que formaram parcerias trabalhistas no passado com os comunistas, nem pelos desdobramentos políticos em vários países – por exemplo, a exposição de elementos comunistas no movimento trabalhista brasileiro e a derrota do candidato da coalizão pró-comunista nas eleições chilenas de 1964.

8. Embora os comunistas tenham conseguido conquistar posições fortes nas organizações trabalhistas de alguns países latino-americanos, nem sempre conseguiram manter sua influência. Assim, a ascensão de Perón logo minou o importante papel que os comunistas haviam obtido no trabalho argentino em meados de 1943; o colapso do controle comunista sobre o trabalho guatemalteco seguiu duramente a expulsão de Arbenz em 1954; a destituição de Goulart em 1964 reverteu a crescente influência dos comunistas no movimento trabalhista brasileiro; e, desde a derrubada do regime de Paz Estenssoro¹⁸³ no final de 1964, a forte posição comunista anterior nos sindicatos de mineiros bolivianos foi drasticamente reduzida pelo governo de Barrientos¹⁸⁴. (p. 6)

13. Ativistas menores também trabalham nos sindicatos locais. Mais uma vez, eles têm os fundos, o tempo e o talento de organização para entrar em pontos estratégicos. Eles trabalham duro nas reclamações dos trabalhadores, na negociação de contratos e no tratamento de detalhes e papéis para o sindicato ao lidar com órgãos governamentais. Eles ganham influência nos jornais sindicais e usam esse meio de propaganda para ampliar sua influência. Seus esforços às vezes compensam o suficiente para permitir a penetração subsequente de certos ministérios-chave do governo (por exemplo, educação, bem-estar e agricultura, bem como no trabalho, como ocorreu no Brasil sob os presidentes Vargas e Goulart).

14. Quaisquer efeitos duradouros de divergências ideológicas e táticas ou um aumento súbito da tensão entre elementos pró-Moscou e pró-Pequim, no campo do trabalho, especialmente se a linha pacífica no Brasil e no Chile falhar, continuam a ser vistas. Até agora, no entanto, os comunistas pró-Moscou dominantes estão tentando reconstruir sua força e atrair as classes médias baixas e emergentes ou trabalhadores urbanos e grupos camponeses sem recorrer à violência. (p. 8)

Brasil – Atividades Atuais e Avaliação dos Comunistas no Trabalho – 1. Após a revolução de 1964, a maioria dos líderes sindicais comunistas foram expurgados e o governo interveio em muitos sindicatos. Por causa do controle do governo, atualmente exercido sobre o movimento trabalhista, os comunistas parecem se contentar em sentar, manter um nível mínimo de atividade e esperar. As restrições salariais do governo resultaram em um declínio nos salários reais de quase todos os

¹⁸³ Ángel Víctor Paz Estenssoro (1907 - 2001) três vezes presidiu a Bolívia: de 1952 a 1956, 1960 a 1964 e 1985 a 1989 (GRIECO Y BAVIO; MURILLO ALIAGA, 2016).

¹⁸⁴ René Barrientos Ortuño (1919 - 1989) - Presidente da Bolívia de 1964 a 1969 (ANDRADE, 2021).

trabalhadores. A liderança não comunista que foi mais ou menos imposta de cima a muitos sindicatos – não conseguiu obter aumentos salariais alinhados com o aumento do custo de vida. Como resultado, tem havido um desvio contínuo para a esquerda no sentimento sindical que provavelmente não será revertido, pelo menos até que os salários reais comecem a aumentar. 2. As perspectivas de longo prazo para os comunistas são bastante favoráveis. Eles conseguiram ocupar uma posição como ponto focal para o sentimento antigovernamental. A guinada gradual para a esquerda e o ressurgimento da liderança esquerdista e pró-comunista nos sindicatos podem ser afetados por vários fatores. Por exemplo, qualquer greve violenta que levasse os trabalhadores a confrontos violentos com as forças de segurança poderia acelerar a virada para a esquerda, assim como uma política trabalhista repressiva do governo. Por outro lado, tal oscilação poderia ser retardada se o governo tentasse conversar com os trabalhadores e aliviar seus problemas mais prementes – salários, moradia, educação etc. No entanto, existe uma organização de base comunista e provavelmente recuperaria considerável influência se os controles governamentais fossem suspensos. (p. 14)

PARAGUAI – C. Atividades Atuais e Avaliação dos Comunistas no Trabalho – 1. Para todos os efeitos práticos, não há penetração comunista do que se apresenta como movimento operário no Paraguai. O Partido Comunista tem menos de 500 membros no país e a maioria deles não é particularmente ativa. O governo Stroessner é fortemente anticomunista, mantém um controle de perto sobre a atividade comunista e rapidamente encerraria qualquer esforço para influenciar o CPT¹⁸⁵ ou os sindicatos membros. (p. 35)

33. O próximo documento em nossa lista é o de código: CIA-RDP79T00826A001700010052-9 (Doc. 80), contendo a data de 15/03/1967 e o título ‘*The Security Situation in Uruguay*’, mais um ‘*Intelligence Memorandum*’, como o anterior. Ele apresenta 4 páginas marcadas com a palavra ‘*secret*’, mas sem sanitização aparente, tendo sido liberado a 20/10/2006.

1. O chefe de polícia de Montevideu foi informado sobre a missão geral do Serviço Secreto¹⁸⁶ de proteger o presidente Johnson¹⁸⁷ e prometeu todo o apoio dentro de suas capacidades.

2. De acordo com uma lista elaborada pelos serviços de segurança brasileiros, o presidente em maior perigo na reunião de Cúpula é o presidente argentino¹⁸⁸. O presidente do Brasil¹⁸⁹, em segundo lugar na

¹⁸⁵ Confederação Paraguaia de Trabalhadores.

¹⁸⁶ Referente ao Serviço Secreto norte-americano.

¹⁸⁷ Lyndon Baines Johnson (1908 - 1973) - político norte-americano, 36º presidente dos EUA (ELLIS, 2013).

¹⁸⁸ Àquele momento se tratava de Juan Carlos Onganía Carballo (1914 – 1995) foi presidente de 1966 a 1970 (SNITCOFSKY, 2011).

¹⁸⁹ A data do documento coincide com a do último dia de mandato de Humberto Castelo Branco (1897 - 1967). Então a referência deve ser a Artur da Costa e Silva (1899 - 1969).

lista, é considerado em perigo muito menor, seguido pelos presidentes dos Estados Unidos, Paraguai¹⁹⁰ e Venezuela¹⁹¹.

Os brasileiros estão preocupados com apenas cerca de 30 dos cerca de 300 exilados brasileiros no Uruguai em relação à segurança da delegação brasileira. A maioria dos 30 teria sido treinada em Cuba e alguns deles gostariam de manter o apoio de Castro¹⁹² impressionando-o com um ato de violência. Parece improvável, neste momento, que os uruguaios de mentalidade democrática tomem uma ação muito efetiva para neutralizar ou confinar esses potenciais encenqueiros com os quais os brasileiros estão preocupados.

3. O Movimento Revolucionário do Uruguai¹⁹³, uma pequena organização pró-chinesa, iniciou um bem executado ataque de cartazes contra a conferência. No entanto, as finanças do grupo são limitadas e, a menos que obtenha fundos novos e inesperados, não poderá montar uma campanha extensa ou sustentada. Enquanto isso, as associações trabalhistas e estudantis dominadas pelos comunistas continuam trabalhando em seu plano conjunto de “cancelar a cúpula”. Eles agora planejam obter o apoio de Bertrand Russell¹⁹⁴ e um grande número de outros intelectuais de esquerda locais e estrangeiros para sua ‘luta’. (p. 3)

34. O documento seguinte, de código CIA-RDP79-00927A006200040001-1 (Doc. 86), produzido pela ‘*Directorate of Intelligence*’, contendo 33 páginas, datado de 05/01/1968, tem o nome genérico de ‘*Weekly Summary*’, um briefing de notícias semanal, que nesta data trouxe informações acerca de Brasil e Paraguai. Ele foi classificado como secreto e teve tal restrição removida em 14/02/2005. Neste documento pode-se ver como os problemas econômicos interferem com a política, o que abre uma oportunidade para mudanças.

No Brasil, onde o governo desvalorizou o cruzeiro¹⁹⁵ em 19% em 29 de dezembro, o presidente Costa e Silva enfatizou a redução das pressões inflacionárias durante 1967 e, para o futuro, reafirmou sua intenção de promover o pleno uso da energia nuclear em seu país. (p. 26)

Mão de Obra Brasileira se Tornando Inquieta – O movimento trabalhista brasileiro, há muito silencioso, iniciou uma campanha unida contra a lei salarial restritiva do governo e a inflação contínua. Seis das sete confederações trabalhistas do país concordaram com um plano de convocação de reuniões sindicais conjuntas e a formação de comitês para coordenar queixas com o objetivo de solicitar ao Congresso a revogação da lei. A outra confederação – a maior – elaborou um memorando apelando diretamente ao presidente Costa e Silva.

¹⁹⁰ Alfredo Stroessner.

¹⁹¹ Raúl Leoni (1905 - 1972).

¹⁹² Fidel Alejandro Castro Ruz (1926 - 2016) (FUENTES, 2017).

¹⁹³ Sem referências externas localizadas.

¹⁹⁴ Bertrand Arthur William Russell (1872 - 1970) - 3º Conde Russell um dos mais influentes e longevos filósofos do século XX (MONK, 2000).

¹⁹⁵ Padrão monetário brasileiro de 1942 a 1967, 1970 a 1986 e de 1990 a 1993 (RAMOS, 2017).

Os trabalhadores até agora não se beneficiaram da revolução¹⁹⁶ de 1964 que derrubou o presidente de esquerda Goulart e, de fato, perderam terreno. O custo de vida continuou a subir, embora a taxa de aumento nos primeiros 11 meses de 1967 tenha sido de apenas 24%, em comparação com 41% em todo o ano de 1966. estima-se que os salários reais podem ter caído dez por cento desde 1964.

Como resultado, os trabalhadores acreditam que estão sendo obrigados a suportar o peso do programa de estabilização do governo. Essa crença tornou mais fácil para os comunistas e esquerdistas recuperarem a influência que tinham nos principais sindicatos sob Goulart. [Um parágrafo inteiro foi sanitizado]

Além disso, a alienação dos trabalhadores tem sido explorada por políticos oportunistas, como o impetuoso líder conservador Carlos Lacerda¹⁹⁷. Ele já atacou o governo em termos gerais e agora está se concentrando na política salarial.

A campanha concertada oferece um alvo fácil para exploração por comunistas e outros esquerdistas. Eles já convocaram uma audiência no Congresso a ser realizada este mês sobre acusações de ‘intervenção estrangeira’ nos sindicatos brasileiros. A Federação Internacional dos Trabalhadores do Petróleo¹⁹⁸ tem sido um alvo particular de tais alegações e os indícios de cumplicidade dos EUA receberam tratamento de manchete. Não está claro qual será a resposta da administração a um novo movimento trabalhista barulhento. O governo é muito sensível a casos de possível subversão. Por outro lado, a legitimidade de muitas das queixas dos trabalhadores e o desejo frequentemente declarado do presidente de ‘humanizar’ a revolução brasileira como ela evoluiu sob seu antecessor podem levar o governo a buscar algum compromisso. [Sanitizado] (p. 28) Paraguai – Aperto de Oposição Novamente – A atmosfera de liberalização política que existiu durante a convenção constitucional do último verão no Paraguai parece estar se deteriorando um pouco com o estresse da atual campanha eleitoral presidencial.

No ano passado, o presidente Stroessner permitiu que o Partido Liberal Radical (PLR) se tornasse o principal partido da oposição, depois de ter sido banido por 25 anos, permitindo que vários de seus membros exilados retornassem ao Paraguai. Agora, embora Stroessner esteja prestes a ser reeleito, seu governo pode estar pensando duas vezes sobre permitir que a oposição faça campanha livremente para as eleições de fevereiro.

No final de setembro, Carlos Pastore¹⁹⁹, ex-presidente do Partido Liberal no exílio, foi detido para interrogatório pela polícia logo após retornar ao Paraguai. Na semana passada, após um discurso de campanha de linha dura feito pelo próprio Stroessner, o jornal do Partido Colorado lembrou aos eleitores das atividades conspiratórias passadas do PLR e expressou a esperança de que o retorno dos exilados não constituiria uma nova ameaça. Essa mudança na atmosfera pode estar afetando os líderes da oposição. Autoridades do PLR recentemente alegaram total ignorância de uma transmissão de rádio patrocinada pelo partido que supostamente se referia ao presidente Stroessner como um ‘chefe de polícia’ e atacou a assistência dos EUA ao Paraguai como uma das principais características do regime.

¹⁹⁶ Este termo está em disputa, pois é mais comum encontrarmos golpe em seu lugar, para designar a derrubada do governo de João Goulart e o início dos governos militares após 1964.

¹⁹⁷ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914 - 1977) jornalista e político brasileiro (LACERDA, 2013).

¹⁹⁸ Referência externa não encontrada.

¹⁹⁹ Carlos Agustín Pastore Goiburú (1907 - 1996) - político paraguaio (CORBO, 2020).

Um alto funcionário do partido afirmou ainda que o programa não estava sob o controle direto do partido.

Apesar das aparentes restrições à atividade da oposição, no entanto, as eleições do próximo mês provavelmente serão as mais democráticas da história paraguaia, já que três partidos da oposição estão sendo autorizados a participar abertamente da campanha. [Sanitizado] (p. 29)

35. Este próximo documento, de código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 112), é possivelmente o mais complexo de todos neste *corpus*, pois tem como tema o Brasil como um todo, abordando diversos matizes de nossa nação, indo muito além das categorias que criei aqui para analisar este conjunto de documentos. Como esta primeira seção se dedica ao comunismo, destacarei as partes relevantes em seguida.

Datado de fevereiro de 1968, este documento recebeu o nome de ‘*Intelligence Handbook<Classified> Brazil*’ e foi feito pela ‘Diretoria de Inteligência’, não havendo destino informado. Suas 331 páginas foram parcialmente sanitizadas, tendo havido remoção de seções inteiras de texto, já que sua classificação foi secreta até 24/09/1999.

Há uma polarização da opinião pública em relação aos Estados Unidos. Por um lado, os Estados Unidos são reconhecidos como o principal parceiro comercial, como fonte de crédito e capacitação para o desenvolvimento econômico e como representante de uma cultura material a que muitos brasileiros aspiram. Por outro lado, o papel dominante desempenhado pelo ‘colosso do norte’, sua riqueza esmagadora e seu sistema de valores supostamente exclusivamente materialista, são causas que podem ser encontradas na raiz do sentimento anti-norte-americano e sobre as quais os extremistas capitalizam. As fórmulas anti-norte-americanas estão sendo usadas com maior frequência pelos partidos políticos e são o tema principal dos comunistas, tanto russófilos quanto sinófilos. Os comunistas, é claro, capitalizam os sentimentos nacionalistas e recrutam vários de seus apoiadores populares entre os nacionalistas, tornando extremamente difícil diferenciar entre elementos comunistas subversivos e nacionalistas genuínos.

Embora o Partido Comunista tenha sido proibido desde 1947, os comunistas tiveram uma imprensa poderosa e forte influência na maioria das instituições políticas e sociais. Sua influência mais forte é evidente em sindicatos e organizações estudantis, de onde apontam o dedo para os Estados Unidos como a principal causa de males sociais e econômicos.

Os comunistas estão estabelecidos no Nordeste litorâneo, a parte mais antiga e mais pobre do país, onde a grande população rural, composta em sua maioria por trabalhadores das plantações, vem se afastando das instituições tradicionais sem criar novas para lidar com seus problemas. Aqui, e esporadicamente em outras partes do país, ocorrem confrontos armados entre camponeses famintos de terra e latifundiários. Embora o regionalismo seja forte e a agitação no Nordeste esteja crescendo, é improvável que qualquer região em particular venha a ter uma influência decisiva no desenvolvimento político no futuro próximo. (pp. 19-20)

F. Subversão e Insurgência – 1. Geral – Não há nenhuma insurgência ativa significativa no Brasil neste momento. Embora existam grupos subversivos

ou potencialmente subversivos entre elementos de esquerda e de direita, o povo do Brasil não está disposto a apoiar qualquer esforço que busque derrubar o atual governo por meio de uma revolução armada. Nos dois casos conhecidos nos últimos anos em que grupos guerrilheiros operaram no campo, os habitantes locais ajudaram ativamente as forças armadas a localizá-los e destruí-los. As forças armadas, os serviços de segurança e as forças policiais são leais ao governo e têm buscado energeticamente eliminar grupos e prender indivíduos envolvidos em atividades subversivas. No atual baixo nível de insurgência, as forças disponíveis ao governo são suficientes para impedir o estabelecimento bem-sucedido de uma base de guerrilha. O exército mantém uma boa reputação entre o povo por meio de programas de ação cívica e está continuamente melhorando sua capacidade de combate à subversão. Sua escola de contra insurgência e guerra na selva²⁰⁰, localizada no estado do Amazonas, treinou 1.600 oficiais e suboficiais. Recentemente, devido à insurgência na Bolívia, o exército começou a realizar manobras em áreas de atividade guerrilheira relatada. Nos estados menos populosos onde a insurgência rural pode ocorrer, como Mato Grosso, Goiás, Amazonas e os quatro territórios, os esforços de contra insurgência são de responsabilidade exclusiva das forças armadas. Nos estados mais desenvolvidos e populosos, no entanto, o exército é auxiliado por organizações de polícia civil e militar na prevenção de insurgências.

Existem vários grupos no Brasil e no Uruguai que defendem a derrubada do governo brasileiro por meio da revolução armada. Esses grupos, no entanto, não têm a capacidade de iniciar ou manter a insurgência rural ou urbana. Embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha o maior potencial para apoiar um esforço de insurgência, segue a política de que o caminho 'correto' para o poder neste momento no Brasil é através da infiltração pacífica nos sistemas políticos e econômicos do país.

O Movimento Nacionalista Revolucionário²⁰¹ de Leonel Brizola, uma organização de exilados com sede em Montevidéu, Uruguai, tem tentado ativamente estabelecer uma insurgência armada no Brasil recentemente. Os grupos guerrilheiros que surgiram, no entanto, são embrionários e carecem de apoio popular mesmo na área imediata das operações.

Há indícios crescentes de que grupos subversivos acreditam que os estados de Mato Grosso e Goiás são as áreas mais adequadas para o início da insurgência rural. Ambos os estados são remotos e dispõem de recursos suficientes para sustentar um bando de guerrilheiros.

2. Grupos de Exilados Brasileiros – Há concentrações de exilados brasileiros que se opõem ao atual governo brasileiro no Uruguai, Chile, México, Cuba, Bolívia e França. Dos cerca de 400 exilados conhecidos, cerca de 200 estão no Uruguai, e somente no Uruguai eles se organizaram em grupos ativos. Existem três desses grupos:

a. o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); b. a Resistência Armada Nacionalista (RAN²⁰²); e c. outros exilados, incluindo ex-líderes trabalhistas voltados principalmente para o PCB e seguidores do ex-

²⁰⁰ O CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva - foi criado em 02 de março de 1964, pelo decreto nº 53649, tendo como seu primeiro Comandante o então Major de Artilharia Jorge Teixeira de Oliveira (CIGS <<https://www.cigs.eb.mil.br/o-cigs.html>>).

²⁰¹ Movimento Nacionalista Revolucionário - organização de brasileiros contra a ditadura militar, composta por militares cassados pelo novo regime (CHAGAS, 2011).

²⁰² RAN - Resistência Armada Nacionalista - foi um grupo guerrilheiro brasileiro liderado pelo ex-almirante Cândido de Assis Aragão, reunindo ex oficiais do Exército e da FAB (SILVA ALMEIDA, 2014).

presidente João Goulart. Apenas RAN e MNR podem ser considerados orientados para a insurgência.

a. Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – Entre os vários grupos que se opõem ao governo existente, o Movimento Nacional Revolucionário de Leonel Brizola é considerado o mais ativo. Desde seu exílio no Uruguai em 1964, Leonel Brizola buscou o poder por meio da insurgência armada. Brizola afirma ter tentado iniciar atividades subversivas seis vezes apenas no Rio Grande do Sul, mas houve apenas dois casos em que os esforços foram de guerrilha. Sob o patrocínio de Brizola, em março de 1965, 15 homens atacaram postos policiais estaduais no Rio Grande do Sul. O grupo foi capturado após uma perseguição de três dias que terminou no estado do Paraná. Em abril de 1967, um grupo de aproximadamente 40 homens de Brizola foi descoberto no parque nacional da Serra do Caparaó²⁰³, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. A guerrilha operou clandestinamente por aproximadamente cinco meses antes de ser eliminada pelas forças de segurança brasileiras. Os guerrilheiros capturados revelaram que o grupo de Brizola havia planejado a operação, fornecido dinheiro, armas, pessoal e treinamento (no Uruguai e em Cuba) e estabelecido um mecanismo de apoio rudimentar centrado principalmente no estado da Guanabara.

O MNR recebe apoio de ultranacionalistas brasileiros, bem como de membros descontentes de outros grupos de esquerda, particularmente nos estados da Guanabara e Rio Grande do Sul. A adesão mais forte está no Uruguai, onde tem uma organização estabelecida e é assistida por três tenentes: Paulo de Abreu Romero Schilling Schirmer²⁰⁴ é assessor político; ex-deputado federal José Guimarães Neiva Moreira²⁰⁵ é responsável pelos contatos e ligações internacionais de Brizola; e o ex-Coronel do Exército Dagoberto Rodrigues²⁰⁶ é assessor militar de Brizola. O ex-deputado federal Max da Costa Santos²⁰⁷, que está exilado em Paris, atua como contato europeu para apoiadores do MNR que viajam para Cuba via Praga para treinamento de guerrilha e outros.

Brizola conseguiu um grau de ‘proteção’ para ele e sua organização no Uruguai, desenvolvendo relações estreitas com vários políticos e funcionários do governo uruguaio. Também mantém bons contatos com grupos revolucionários daquele país, como o Movimento Revolucionário do Leste (MRO²⁰⁸), a Frente Esquerdista de Libertação²⁰⁹ (FIDEL) e o Partido Comunista Uruguaio (PCU). Brizola sempre se deparou com a escassez de pessoal brasileiro treinado e disposto a enfrentar os perigos e as dificuldades sofridas pela guerrilha. Isso o levou a manter contatos com grupos guerrilheiros uruguaio e paraguaio como potenciais fontes de homens.

²⁰³ A Guerrilha do Caparaó (1966-1967) foi a segunda tentativa de insurgência armada contra a ditadura militar brasileira feita por ex-militares cassados, tendo sido inspirada na guerrilha de Sierra Maestra (SALES, 2007).

²⁰⁴ Ver: 'Paulo Schilling e o nacionalismo revolucionário' (VASCONCELLOS, 2021).

²⁰⁵ José Guimarães Neiva Moreira (1917 - 2012) - jornalista e político brasileiro exilado (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira>>).

²⁰⁶ Ver: Militares de esquerda: Participação política e engajamento na luta armada (MACIEL, 2013).

²⁰⁷ Max José da Costa Santos (1921 - 1978) (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/max-jose-da-costa-santos>>).

²⁰⁸ O Movimento Revolucionário Oriental (MRO) foi um grupo político da esquerda revolucionária criado em 1961 por Ariel Collazo (NERCESIAN, 2012).

²⁰⁹ Referência externa não encontrada.

Brizola também recebe apoio financeiro cubano e envia regularmente membros do MNR a Cuba para treinamento. Apesar disso, ele mantém firmemente sua relutância em aceitar os cubanos como membros de seus grupos guerrilheiros, provavelmente temendo perder o controle de sua organização. Ele já afirmou várias vezes que pretende chegar ao poder apenas com os esforços brasileiros.

A insistência de Brizola em ser o único comandante de qualquer operação o colocou em desacordo com outros grupos brasileiros e contribuiu para que não obtivesse apoio unânime mesmo entre os exilados brasileiros no Uruguai.

b. Resistência Armada Nacionalista (RAN) – Este grupo, sediado em Montevideu, Uruguai, e anteriormente conhecido como Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), é composto quase que exclusivamente por ex-militares que fugiram para o Uruguai e que, por diversos motivos, não querem aceitar Brizola, um político civil, como líder. O grupo surgiu graças aos esforços do Almirante Cândido da Costa Aragão²¹⁰, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil na época da revolução de março de 1964 e ex-presidente da Organização dos Exilados Brasileiros no Uruguai. Aragão tornou-se líder titular do que ficou conhecido como RAN, mas a liderança real foi exercida pelo ex-Coronel do Exército Emmanuel Nicol²¹¹ e o ex-Capitão da Força Aérea Alfredo Ribeiro Daudt²¹². Embora a RAN fale em lançar uma insurgência armada e cometer atos terroristas contra os americanos, eles ainda precisam agir nesse sentido.

A RAN tem poucos membros. A maioria dos exilados favoráveis à insurgência aderiu ao MNR. A RAN também não obteve sucesso em conseguir apoio significativo de cubanos ou comunistas chineses. Em setembro de 1967, Aragão teria procurado ajuda financeira enquanto visitava Cuba e a China Vermelha.

c. Outros Exilados – Dois outros líderes exilados podem fomentar a insurgência no Brasil. Um deles é Miguel Arraes de Alencar, governador deposto de Pernambuco, que atualmente alterna seu local de exílio entre a França e a Argélia. Ele deriva seu apoio popular principalmente do nordeste brasileiro. Arraes não foi tão direto quanto Brizola ao declarar sua posição sobre a revolução armada e não goza de uma posição tão proeminente nos círculos revolucionários.

Ele tenta exercer influência na esfera puramente política, como na ‘Frente Ampla’²¹³, recentemente formada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A extensão, composição e eficácia de sua organização não é conhecida. Relatórios recentes indicam que ele ofereceu apoio monetário considerável a Leonel Brizola e a Carlos Marighella, ex-líder do PCB. A fonte dos fundos de Arraes é desconhecida, mas pode ser a Argélia.

O segundo líder de potencial importância é Francisco Julião Arruda de Paulo, atualmente exilado no México. Ele é ex-deputado federal e ex-líder das extintas Ligas Camponesas no nordeste do Brasil. Antes da derrubada

²¹⁰ Cândido da Costa Aragão (1907 – 1998) foi um almirante da Marinha do Brasil (SILVA ALMEIDA, 2014).

²¹¹ Referência externa não encontrada.

²¹² Ver em: ‘Nas asas da resistência: a trajetória política do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt (1961-1980)’ (TRINDADE, 2020).

²¹³ Frente Ampla - grupo político criado a partir de 1966, reunindo Carlos Lacerda e antigos adversários Juscelino Kubitschek e João Goulart, contra o Regime Militar de 1964 (CARDOSO, 2014).

do governo de Goulart, ele defendia a revolução violenta como o único caminho para o reajuste social no Brasil e recebeu apoio cubano.

3. Partido Comunista Brasileiro (PCB) – O Partido Comunista Brasileiro (PCB) segue a linha soviética e é o maior grupo revolucionário disciplinado do Brasil. Em 1966, contava com aproximadamente 133.200 [membros], de acordo com a liderança do PCB.

O PCB foi fundado em 1922 e foi ilegal, exceto por um breve período entre 1945 e 1947. O partido sempre exerceu uma influência muito maior do que seus membros relativamente pequenos poderiam sugerir. Recebeu incentivo de Vargas, de Kubitschek e principalmente de Goulart. Durante os mandatos desses três presidentes (1950-1964), os comunistas conseguiram se infiltrar no movimento operário em troca de seu apoio em campanhas eleitorais e na organização de greves e manifestações políticas. O PCB tem uma organização em cada um dos estados brasileiros, mecanismos de financiamento confiáveis, capacidade de aquisição de documentos, liderança experiente, uma ampla gama de membros e, o mais importante, vínculos estabelecidos com a URSS, da qual suprimentos, fundos, assessoria e apoio político internacional são obtidos. O PCB, no entanto, de acordo com a atual política soviética em relação ao Brasil, tem se recusado consistentemente a tentar qualquer insurgência rural ou urbana. O PC soviético informou ao PCB que a URSS não forneceria treinamento paramilitar a nenhum membro do PCB neste momento. Além disso, o PCB condenou vigorosamente Cuba por apoiar grupos revolucionários armados em vários países latino-americanos sem antes obter a anuência do PC local. Apesar da posição da direção do PCB e da aprovação dessa política pelo PC soviético, uma facção dentro do partido continua descontente com a inatividade no campo da insurgência. Carlos Marighella, membro do Comitê Central e da Comissão Executiva, até ser expulso do PCB em setembro de 1967, era o líder da facção pró-insurgência. Ele foi expulso por participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS²¹⁴) realizada em agosto de 1967 em Havana sem a permissão do Partido. Marighella afirma que a decisão do secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, de que as condições não são ‘corretas’ para a revolução armada condena o partido a uma posição estagnada. Dois outros membros do Comitê Central, bem como vários líderes estaduais também foram expulsos por apoiar a posição de Marighella.

A importância da expulsão de Marighella do PCB dependerá do número de seus apoiadores que o seguem do Partido. Marighella gozava de considerável apoio do Partido nos estados de São Paulo e Guanabara. O PCB acredita que Marighella já esteve envolvido na formação de grupos insurgentes. Tem contatos com Cuba, com Leonel Brizola, com Miguel Arraes e possivelmente com elementos do dissidente Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de linha chinesa. Uma das principais preocupações de Marighella é encontrar um patrono estrangeiro para substituir a URSS.

4. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi formado em 1962 a partir de um elemento dissidente do PCB. Estimava sua adesão em 1966 em 1.000 [membros], e segue a linha chinesa, defendendo guerras de libertação nacional. Três ou quatro grupos de membros do PCdoB, totalizando pelo menos 30 homens, receberam de três a seis meses de treinamento em insurgência rural e

²¹⁴ A Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) - organização criada em Cuba por iniciativa de Salvador Allende, com diversos movimentos revolucionários da América Latina que se inspiravam nas estratégias da Revolução Cubana (MARQUES, 2009).

urbana na China comunista. Quase todos esses revolucionários, que deveriam atuar como quadros de treinamento ao retornar, presumivelmente agora estão no Brasil.

O PCdoB sofre de uma série de fragilidades que o impedem de criar uma força de guerrilha. A adesão ao partido não cresceu a um tamanho significativo, e não se recuperou das numerosas prisões no final de 1966 que interromperam sua organização nos estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Brasília. O Partido também vive dissensões internas entre as lideranças em nível nacional. A ‘velha guarda’ que originalmente estabeleceu o PCdoB quer se concentrar na expansão organizacional; os líderes secundários mais jovens pedem uma ação radical imediata.

5. A Ação Popular (AP²¹⁵) – A AP é um grupo estudantil radicalmente esquerdista estimado em 2.000 membros que até recentemente tem sido eficaz na organização de manifestações estudantis antiamericanas e antigovernamentais. Tem um quadro de liderança bem treinado que a nível nacional permanece praticamente desconhecido. Em janeiro de 1967, a AP atingiu um estágio organizacional avançado que lhe permitiu iniciar uma campanha de recrutamento em todo o país. Em fevereiro, no entanto, sofreu um golpe severo, mas talvez temporário, quando mais de 20 de seus líderes no estado-chave da Guanabara foram presos e interrogados pelos serviços de segurança brasileiros. Isso pode explicar a falta de sucesso da AP em montar manifestações estudantis, bem como sua falha em causar distúrbios quando havia queixas legítimas dos alunos. A revolução armada é uma parte intrínseca da doutrina da AP, mas a organização não é conhecida por ter um programa de insurgência. Se a AP iniciar uma insurgência, provavelmente tomará a forma de terrorismo urbano. Muito sobre esta organização é especulação. Ainda não há conhecimento detalhado sobre seus fundos, extensão ou sofisticação. Há relatos não confirmados de que a AP em São Paulo estabeleceu ligações com Brizola e Carlos Marighella e indícios de seu possível envolvimento em um esforço para estabelecer um grupo de insurgência rural em Itauçu, Goiás.

6. Política Operária (POLOP²¹⁶) – Um segundo grupo atuante principalmente na política estudantil é o POLOP, traduzido livremente como ‘Política dos Trabalhadores’. Esse grupo é próximo, embora provavelmente não formalmente aliado, ao dissidente PCdoB. A POLOP, formada em 1960, é um grupo pouco coeso de intelectuais marxistas que acreditam que o Brasil só pode ser salvo por meio de uma revolução violenta baseada em uma aliança estudantes-trabalhadores. Eles não parecem ter uma capacidade de insurgência neste momento.

7. Os Grupos Trotskistas – O movimento trotskista, que existe no Brasil desde 1938, parece ter seu maior apoio no estado de São Paulo e nos estados do nordeste. Nunca foi um movimento unificado no Brasil, seus diversos grupos, como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (POR) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores / Trotskistas (POR/T), juntos provavelmente têm menos de 500 membros. Tradicionalmente orientados para preparar e liderar revoltas camponesas, eles têm sido mais consistentemente culpados por tentativas de atos isolados de terrorismo e

²¹⁵ A Ação Popular (AP) - organização política de esquerda, criada em 1962, formada por militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outros grupos da Ação Católica Brasileira (GAVIÃO, 2007).

²¹⁶ Organização Revolucionária Marxista Política Operária - grupo da esquerda brasileira, contrária ao Partido Comunista Brasileiro, que deu origem a várias outras: Colina; VPR; POC; VAR-Palmares; OCML-PO; MCR; MEP; OMP; MM5 (OLIVEIRA, 2007).

sabotagem. Seu sucesso mais notável ocorreu no porto de Santos quando o POR/T, por um curto período, organizou uma desaceleração entre os trabalhadores portuários, operação que foi popularmente chamada de ‘Operação Tartaruga’. Devido ao seu pequeno número, falta de organização nacional eficaz, canais de financiamento deficientes e apoio popular limitado, seu principal valor é como fonte de recrutas para grupos de insurgência já estabelecidos.

8. Exilados paraguaios – Outra organização no Brasil com potencial de insurgência é um grupo de aproximadamente 30 exilados paraguaios liderados pelo coronel Lorenzo Abel Arrua. Está localizada nos estados de Mato Grosso e Paraná. Embora esse grupo atualmente seja leal à facção de Oscar Creydt do Partido Comunista Paraguaio (PCP), Arrua também mantém contato com Marighella e Brizola. O PCP é orientado para a insurgência e estabeleceu campos de treinamento de guerrilheiros em Mato Grosso. (pp. 219-226)

36. O documento que segue é complexo, pois trata do Paraguai em vários aspectos. Seu código é: CIA-RDP79-00927A006300040003-8 (Doc. 49), recebeu data de 01/03/1968 e o título: ‘*Stroessner’s Paraguay*’. Foi produzido pelo ‘*Directorate of Intelligence*’, mas sem destino explícito. Suas 11 páginas foram secretas até sua liberação em 19/12/2006, após sanitização.

A ameaça da subversão – Apesar dos repetidos esforços de exilados comunistas e não comunistas, não houve atividade guerrilheira bem-sucedida no Paraguai. Não parece haver nenhuma ameaça imediata significativa de subversão bem-sucedida contra o regime de Stroessner.

Provavelmente, o grupo de exilados mais forte é o Movimento Popular Colorado, uma ala dissidente do Partido Colorado no poder. Sua figura principal é Epifanio Méndez Fleitas²¹⁷, ex-chefe de polícia de Assunção e chefe do Banco Central, agora morando no Uruguai. Embora Méndez Fleitas frequentemente afirme ter se infiltrado no exército e no governo de Stroessner, seus poucos seguidores são cuidadosamente observados pelas forças de segurança paraguaias.

Os comunistas paraguaios são de menor importância. Vivendo principalmente no exílio, divididos em três grupos rivais e severamente reprimidos no Paraguai, eles não representam uma séria ameaça ao atual governo. De 1958 a 1961, um grupo de frente comunista de diversos elementos chamado Frente Unida de Libertação Nacional tentou unificar os vários grupos de exilados para promover a atividade guerrilheira, mas entrou em colapso. Liberais dissidentes e febreristas foram igualmente incapazes de manter uma frente única no exílio.

É muito improvável que Stroessner seja derrubado no futuro próximo. As forças de segurança paraguaias totais, incluindo a polícia, somam 21.000 e são leais ao regime. O exército é o serviço mais eficaz e pode lidar com grandes distúrbios internos. Stroessner serve ativamente como comandante em chefe das forças armadas. (pp. 9-10)

²¹⁷ Epifanio Méndez Fleitas (1917 - 1985) - foi presidente do Banco Central do Paraguai de 1952 a 1954 e em 1955. Exilou-se do Paraguai durante o governo Stroessner (NICKSON, 2010).

37. O documento que segue tem o código: CIA-RDP79-00927A006400080003-3 (Doc. 50), é datado de 24/05/1968 e tem o título: ‘*Brazil Under Costa e Silva*’. Foi produzido pelo ‘*Directorate of Intelligence*’, mas sem destino divulgado. Suas 9 páginas trazem informações que serão distribuídas em algumas outras seções. Ele deixou sua condição de secreto, após sanitização, em 27/12/2006.

Sinais de insatisfação – Já há sinais de insatisfação em muitos dos grupos politicamente significativos do Brasil. Os mais visíveis e vocais são os estudantes. A agitação estudantil levou a manifestações em todo o país em várias ocasiões recentes, as mais graves de 28 de março a 4 de abril. Comunistas e outros extremistas começaram a exercer novamente a liderança que exerceram sobre estudantes politicamente motivados sob o presidente Goulart. Eles exploraram as queixas legítimas dos estudantes para ampliar sua influência. O governo está basicamente fora de contato com estudantes de todas as convicções políticas e presta atenção aos problemas estudantis apenas quando diretamente desafiado. O ministro da Educação²¹⁸ é amplamente considerado como o membro mais inepto do gabinete. A indiferença do governo, a atitude ‘dura’ e o uso frequentemente pesado da força contra a oposição estudantil contribuíram para a capacidade dos extremistas de obter um apoio estudantil mais amplo. Qualquer motivo bastante razoável é suficiente para fazer os estudantes protestarem – em parte porque desfilar nas ruas e gritar *slogans* é divertido e em parte por oposição genuína ao governo.

Outro setor insatisfeito é o trabalho urbano, que vem sofrendo com um declínio constante nos salários reais – talvez até 10% desde 1964. Comunistas e esquerdistas radicais estão explorando a crença dos trabalhadores de que estão suportando o peso dos esforços de estabilização do governo e estão recuperando o poder e influência que perderam após a revolução de 1964, que derrubou Goulart.

Elementos liberais da Igreja Católica aumentaram a crítica. As relações entre a Igreja e o governo, particularmente seus apoiadores militares, ficaram cada vez mais tensas. Isso se deve em parte a diferenças de filosofia e ao envolvimento de certos clérigos com grupos estudantis subversivos.

Um dos principais fracassos do governo Costa e Silva – como foi com o de Castello Branco – foi sua incapacidade de estabelecer uma base civil genuína como contrapeso ao seu apoio militar. Os dois partidos políticos (o governista Aliança Renovadora Nacional²¹⁹ e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro²²⁰) foram criados durante o governo de Castello Branco após a abolição dos 13 partidos que existiam antes de 1965. Ambos os partidos não conseguiram atrair apoio popular. Eles são, de fato, popularmente conhecidos como os partidos ‘Sim’ e ‘Sim, Senhor’. Nenhum dos dois é uma entidade disciplinada, e o personalismo e as rivalidades regionais continuam a governar o comportamento da maioria dos políticos. Essa insatisfação se cristalizou em oposição aberta. Alguns deputados da oposição liberal, no entanto, têm sido cada vez mais veementes em atacar o governo, dando apoio vociferante aos protestos estudantis e trabalhistas.

²¹⁸ Costa e Silva teve dois ministros da educação durante seu mandato: Tarso Dutra e Favorino Bastos Mércio.

²¹⁹ ARENA.

²²⁰ MDB.

Grupos de esquerda radicais tradicionais ficaram muito desorientados pela revolução de 1964. A adesão ao Partido Comunista diminuiu de cerca de 30.000 no início de 1964 para não mais de 15.000. O partido está dividido, mas continua seus esforços para obter o controle de grupos estudantis e trabalhistas e minar o prestígio do governo. Um setor dissidente do partido sob a liderança de Carlos Marighella, que defende táticas revolucionárias violentas, recentemente se separou do partido. Marighella tem promessas de apoio cubano se ele e seus poucos milhares de simpatizantes se opuserem ativamente ao governo, e está procurando formar uma aliança com grupos de mentalidade semelhante. O extrema esquerda Leonel Brizola continua tramando de seu exílio no Uruguai. O dissidente Partido Comunista Chinês tem apenas de 750-1000 membros e está muito dividido. Não há evidências conclusivas de que esses grupos estejam cooperando neste momento. Tentativas anteriores de atividade de guerrilha rural patrocinadas principalmente por Brizola foram rapidamente reprimidas pelas forças de segurança, e agora parece provável uma mudança para táticas de terrorismo urbano. (pp. 3-5)

38. O documento seguinte, de código CIA-RDP84B00049R000701830026-0 (Doc. 110) e data 25/06/1982, de título '*Soviet Policies and Activities in Latin America and the Caribbean*', foi classificado como secreto, tendo sido largamente sanitizado, o que incluiu vários parágrafos e até páginas inteiras do texto, além das corriqueiras censuras a nomes de agentes e afins. O documento foi liberado com data de 30/08/2007. Consta que foi produzido por um grande conjunto de departamentos, como 'a Agência Central de Inteligência, a Agência de Inteligência de Defesa, a Agência nacional de Segurança, a organização de inteligência do Departamento de Estado, o Assistente *Chief* do Pessoal de Inteligência do Departamento do Exército, o Diretor de Inteligência Naval do Departamento da Marinha, o Chefe assistente de pessoal do Departamento da Força Aérea, o Diretor de Inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais. Tal lista indica a importância atribuída a tal relatório, tudo distribuído em 27 páginas.

O Brasil aparece em várias partes do texto, ora como exemplo, ora com a descrição de algum dado ou comportamento. Os dados econômicos foram parcialmente omitidos, já que não contribuem para o assunto desta seção da pesquisa. O Paraguai aparece apenas na tabela criada pela CIA para divulgar os números de membros de partidos comunistas apoiadores da URSS.

Considerações Chave – A atividade e o interesse soviéticos na América Latina aumentaram significativamente nos últimos anos e, após a batalha pelas Malvinas²²¹, os soviéticos e seus aliados cubanos estão procurando novas oportunidades. Desde 1979, Moscou agiu de forma mais agressiva

²²¹ A Guerra das Malvinas (ou Falklands) - conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982 (RAZOUX, 2002).

para explorar as oportunidades apresentadas pelas pressões por mudanças revolucionárias na América Central e no Caribe e pela disposição dos Estados latino-americanos de lidar com a URSS e seus aliados. A União Soviética ajudou a consolidar regimes revolucionários na Nicarágua e Granada, forneceu ajuda considerável – principalmente por meio de representantes e outros terceiros – a revolucionários em outras partes da América Latina e intensificou seus esforços para desenvolver laços políticos e econômicos favoráveis com países como Argentina, Brasil e México. Apesar desse interesse intensificado, a distância geográfica tende a relegar a América Latina – exceto Cuba – à periferia das preocupações de segurança soviéticas. (p. 6)

Na Argentina, Brasil, México e Peru, a política de Moscou visa em grande parte cultivar relações positivas de Estado para Estado. Essa abordagem enfatizou a expansão do comércio e – em alguns casos – a prontidão para vender equipamentos militares. Embora esses esforços geralmente não tenham se traduzido em aumento da influência soviética, eles deram a alguns países latino-americanos oportunidades adicionais para afirmar sua independência dos Estados Unidos. Com base nos laços bilaterais, a URSS também busca atingir objetivos econômicos específicos e espera obter um apoio político mais amplo para suas iniciativas políticas no hemisfério e em outras partes do mundo. (p. 7)

A simpatia pelas causas revolucionárias persistirá em países como México e Panamá. Mesmo países menos simpáticos às causas esquerdistas, como Brasil e Venezuela, se oporiam à intervenção militar dos EUA para frear os ganhos revolucionários na América Central e no Caribe. (p. 9)

Uma parte substancial das importações agrícolas da URSS vem da Argentina e do Brasil, e Moscou tem uma importante relação de fornecimento de armas com o Peru. (p. 10)

Relações bilaterais entre Estados – 43. Na Argentina, Brasil, México e Peru, a política de Moscou visa em grande parte cultivar relações positivas de Estado para Estado. Essa abordagem enfatizou a expansão do comércio e – em alguns casos – a prontidão para vender equipamentos militares. Embora esses esforços soviéticos geralmente não tenham se traduzido em maior influência soviética, eles deram a alguns países latino-americanos oportunidades adicionais para afirmar sua independência dos Estados Unidos. Com base nos laços bilaterais, a URSS também busca atingir objetivos econômicos específicos e espera obter um apoio político mais amplo para suas iniciativas políticas no hemisfério e em outras partes do mundo.

44. Econômico – O embargo parcial de grãos patrocinado pelos EUA após a invasão do Afeganistão, combinado com os problemas agrícolas soviéticos, intensificou o interesse e a atividade econômica soviética na América Latina. Isso levou a um crescimento significativo nas compras de grãos da Argentina e do Brasil. Desde 1980, a URSS se tornou o maior comprador de grãos da Argentina, respondendo por cerca de 80% das exportações de grãos daquele país em 1981. Apesar da crise das Malvinas, as vendas deste ano ainda devem ser de 11 a 12 milhões de toneladas métricas, ou cerca de um quarto das importações totais de grãos da URSS – embora o volume final dependa dos resultados da colheita de grãos soviética. A URSS e a Argentina também concluíram um acordo de cinco anos que prevê a compra anual soviética de 60.000 a 100.000 toneladas métricas de carne bovina argentina; as compras de 1981 totalizaram 87.000 toneladas.

45. Tais negociações econômicas com a URSS até agora renderam bons dividendos para os países latino-americanos. Moscou importou à vista e incorreu em enormes déficits comerciais. De acordo com os últimos números soviéticos, o déficit comercial de Moscou com a Argentina atingiu US\$ 3,3 bilhões em 1981. As exportações brasileiras para a URSS também cresceram – aumentando de 1980 em mais de 100% para US\$ 744 milhões em 1981 – enquanto as importações totalizaram apenas cerca de US\$ 23 milhões. Esses acordos comerciais altamente favoráveis são de grande benefício para a Argentina e de benefício mais modesto para o Brasil, ajudando a compensar seus déficits no balanço de pagamentos. (p. 18)

67. A antipatia aos soviéticos é outra restrição para Moscou. Mesmo os governos que desenvolveram importantes laços bilaterais com a URSS, como Argentina e o Brasil, permanecem fortemente anticomunistas [aqui inicia-se uma sanitização de parágrafo inteiro] governos e reforçam suas suspeitas de interferência inspirada na União Soviética em suas políticas internas. Esse apoio também estimularia os protestos anticomunistas entre importantes grupos sociais, especialmente as várias igrejas. (p. 24)

71. Os soviéticos continuarão a usar abordagens de Estado para Estado e revolucionárias, dependendo da situação. Moscou provavelmente continuará a julgar que, a longo prazo, tem muito a ganhar, continuando a desenvolver posições de influência nas tentativas mais politicamente significativas, como Argentina, Brasil, México e Peru. Se ligará esse interesse com a exploração do fermento em países envolvidos em insurgências ou governados por regimes instáveis. (p. 25)

Figura 10 – Partidos Comunistas Pró Soviéticos nas A.L. e Caribe

Pro-Soviet Communist Parties in Latin America and the Caribbean			
Country	Estimated Population, Mid-1981	Communist Party	
		Estimated Membership	Status
Argentina.....	28,130,000	45,000	Proscribed
Bolivia.....	5,490,000	500	Proscribed
Brazil.....	124,800,000	6,000	Proscribed
Chile.....	11,162,000	20,000	Proscribed
Colombia.....	25,217,000	12,000	Legal
Costa Rica.....	2,332,000	3,200 (PVP)	Legal
Dominican Republic.....	5,855,000	6,000	Legal
Ecuador.....	8,275,000	1,000	Legal
El Salvador.....	4,610,000	800	Proscribed
Guadeloupe.....	304,000	3,000	Legal
Guatemala.....	7,310,000	750 (PGT)	Proscribed
Guyana.....	857,000	Unknown (PPP)	Legal
Haiti.....	5,923,000	350 (PUCH)	Proscribed
Honduras.....	3,940,000	1,500	Proscribed
Jamaica.....	2,268,000	Unknown (WPI)	Legal
Martinique.....	302,000	1,000	Legal
Mexico.....	69,100,000	112,000 *	Legal
Nicaragua.....	2,559,000	250 (PSN)	Legal
Panama.....	1,928,000	550 (PPP)	Legal
Paraguay.....	3,268,000	3,500	Proscribed
Peru.....	18,119,000	3,000	Legal
Uruguay.....	2,944,000	7,000	Proscribed
Venezuela.....	17,913,000	4,500	Legal

Fonte: CIA (p. 22).

39. O último documento selecionado nesta seção, que se dedicou ao comunismo nos arquivos da CIA, que traziam Paraguai e Brasil em contextos relevantes para o entendimento da história de ambos os países, tem características de políticas externas, pois discute a mudança de orientação de regimes políticos no chamado terceiro mundo. O comunismo vem atrelado por se tratar de uma análise do ponto de vista soviético acerca de tais mudanças.

O documento é o de código: CIA-RDP86T01017R000505320001-5 (Doc. 137), datado de 10/09/1986, intitulado ‘*UNTITLED*’, mas que em realidade chama-se ‘*Soviet Views of Democratically-Oriented Change and Economic Liberalization in the Third World*’, sendo composto por 10 páginas, contendo sanitização. Sua classificação não é clara, pois foi suprimida também, mas sua liberação é conhecida, 08/03/2011. Sua autoria é atribuída a Ronald St. Martin do ‘*National Security Council*’ e ‘Diretoria de Inteligência’. O destinatário não foi informado.

Analistas soviéticos, em sua maioria, viram a transição dos regimes militares do Terceiro Mundo para governos civis eleitos como trabalhando em benefício de Moscou. Tais movimentos, eles alegaram, muitas vezes abriram oportunidades para as forças de esquerda, melhoraram as relações políticas e econômicas com a URSS, e pareciam de acordo com as concepções ideológicas soviéticas da progressão do Terceiro Mundo em direção ao socialismo. A maioria dos observadores soviéticos, por exemplo, tem visto o movimento em direção à democracia na Argentina, Brasil e Uruguai favoravelmente, vendo nessas mudanças oportunidades para os comunistas locais prosperarem e melhorarem os laços políticos e econômicos soviéticos. (p. 1)

Na Argentina (1983), Brasil (1985) e Uruguai (1985), governantes militares autoritários deram lugar a governos civis eleitos. (p. 2)

Nas últimas três décadas, o Kremlin tem procurado favoravelmente a transição política de regimes militares para governos civis eleitos. Em um nível prático, essa mudança frequentemente abriu oportunidades para forças comunistas e esquerdistas previamente suprimidas e removeu o que os soviéticos descreveram como 'barreiras artificiais' para relações diplomáticas e econômicas com a URSS. (p. 3)

A participação de Moscou na Argentina, Brasil e Uruguai foi bastante limitada sob os regimes militares. Os soviéticos tinham relações diplomáticas e diferentes níveis de comércio com os três países. No entanto, Moscou e os governos militares – particularmente os de Brasília e Montevidéu – tinham pouco em comum em questões de política externa, e todos os três suprimiram seus partidos comunistas nacionais em diferentes graus. A análise soviética das implicações da transição para o regime civil concentrou-se nas seguintes quatro questões:

A mudança em um determinado país foi resultado da pressão das forças políticas internas, ou foi orquestrada de fora por 'interesses imperialistas' – os Estados Unidos? Como essas mudanças políticas e econômicas afetam as perspectivas de forças de esquerda especialmente comunistas – em um determinado país? O que a URSS ganha ou perde no domínio das relações Estado-Estado e econômicas? Quais são as chances de um país que vivencia essas mudanças reorientar sua política externa? A reorientação será favorável à URSS ou, pelo menos, desfavorável ao Ocidente? (pp. 3-4)

Nos três países [Argentina, Brasil e Uruguai], as publicações soviéticas viram a mudança para a democracia como favorável às forças de esquerda em geral e partidos comunistas – que foram oficialmente legalizadas pelos novos governos – em particular, embora isso tenha sido qualificado por um reconhecimento da relativa fraqueza dos comunistas. Como disse o líder do Partido Comunista Brasileiro, o PCB “hoje em dia... pode realmente respirar, pensar e sentir”. No entanto, ele observou que os comunistas tinham que operar como parte de uma frente democrática ampla e não por conta própria, devido à sua fraqueza organizacional e à força dos elementos anticomunistas na política brasileira. (p. 4)

O influente analista político da *Izvestiya*²²² Aleksandr Bovin²²³ e o escritor do *New Times* Vladislav Chirkov analisaram a questão geral da capacidade dos EUA de “substituir” líderes que supostamente sobreviveram à sua

²²² *Izvestiya* - jornal russo fundado em São Petersburgo em 1917. Foi o Diário Oficial na União Soviética de 1917 até 1991 (VOLTMER, 2000).

²²³ Aleksandr Yevgenyevich Bovin (1930 - 2004) - jornalista, cientista político e diplomata soviético (*The Times*, 05 mai. 2004 <<https://www.thetimes.co.uk/article/alexander-bovin-s35bqz5h5vq>>).

utilidade e sugeriram que isso poderia representar uma ameaça aos interesses soviéticos de longo prazo no Terceiro Mundo. Bovin vê a substituição orquestrada pelos EUA de Duvalier²²⁴ e Marcos²²⁵ como um exemplo do ‘neoliberalismo’ americano – uma política de envolvimento político e militar agressivo dos EUA no Terceiro Mundo – projetada para frustrar a pressão por uma mudança revolucionária genuína. Chirkov, por sua vez, afirma que o chileno Pinochet²²⁶ e o paraguaio Stroessner são os próximos na lista de Washington, à qual Bovin adicionou o presidente sul-africano Botha²²⁷. (p. 6)

A restauração do regime democrático na Argentina, Brasil e Uruguai, em particular, não está muito associada a políticas específicas dos EUA. De fato, muitos europeus criticam os Estados Unidos por não pressionarem mais ativamente pela democratização em sua ‘esfera de influência’ latino-americana. (p. 8)

A.2 Contrabando

Esta seção é dedicada aos documentos da CIA que tratam do tema contrabando e que ao mesmo tempo informam acerca de Brasil e Paraguai em algum contexto significativo para o entendimento das representações de ambos países fronteiriços e suas sociedades, ora confirmando informações que já existiam, ora acrescentando outras que ainda estavam por ser inseridas no rol dos estudos acadêmicos.

Curiosamente, esta é a seção que menos informação nos trouxe o banco de dados da CIA. No entanto, pouca informação ainda é alguma informação, inclusive o fato de ser pouca já é uma informação em si, ou seja, se em meio a 1629 documentos apenas quatro deles lidaram diretamente com o tema do contrabando e foram considerados significativos, sinaliza que o tema contrabando em nossas fronteiras não era importante o suficiente para que os agentes do serviço secreto se dedicassem a ele, como fazem em relação a outros temas mais críticos.

40. Podemos iniciar esta seção com um documento polivalente, de 331 páginas, que fará parte de várias outras seções desta tese, de código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 112), datado de fevereiro de 1968, chamado ‘*Intelligence Handbook <Classified> Brazil*’. A parte que nos interessa aqui é a que segue.

²²⁴ Jean-Claude Duvalier (1951 — 2014), conhecido como Baby Doc, presidiu o Haiti de 1971 a 1986, tendo sucedido seu pai, François Duvalier, conhecido como Papa Doc (NICHOLLS, 1986).

²²⁵ Ferdinand Emmanuel Edralín Marcos (1917 — 1989) foi presidente das Filipinas de 1965 a 1986 (OVERHOLT, 1986).

²²⁶ Augusto Pinochet (1915 - 2006) - foi presidente do Chile de 17 de dezembro de 1974 a 11 de março de 1990 (BRONT, 2018).

²²⁷ Pieter Willem Botha (1916 - 2006) - foi Primeiro ministro e depois Presidente da África do Sul (ROHERTY; ROHERTY, 1992).

G. Movimento Transfronteiriço – O Brasil faz fronteira com todos os outros países da América do Sul, exceto Chile e Equador. Os limites têm um comprimento combinado de mais de 9.700 milhas²²⁸ e passam principalmente por zonas escassamente habitadas e pouco desenvolvidas, distantes dos centros populacionais (...). As estradas e outras instalações de transporte nestas zonas fronteiriças isoladas são escassas e extremamente difíceis de patrulhar de forma eficaz. Não é de admirar, portanto, que o contrabando e outros tráfegos ilícitos entre o Brasil e seus vizinhos sejam difíceis de detectar ou prevenir.

Belém é provavelmente o maior centro de contrabando do Brasil, mas a maioria das operações ali envolve transporte marítimo. Milhares de sacas de café e cacau enviadas do Sul são contrabandeadas de Belém em escunas costeiras e pequenas embarcações movidas a diesel com destino às Guianas. De Caiena (Guiana Francesa) ou Paramaribo (Suriname), os principais pontos de trânsito, as cargas são recolhidas por navios a vapor para entrega nos portos da América do Norte. Da mesma forma, cigarros, uísques, rádios, televisores e até automóveis americanos são contrabandeados para Belém.

1. Movimento através das fronteiras da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia – O contrabando em menor escala é realizado por via terrestre com as Guianas. Os diamantes são trazidos da Guiana (antiga Guiana Inglesa) para compradores em Boa Vista, no norte de Roraima, e garimpeiros de pequena escala provavelmente fazem frequentes travessias ilegais de fronteira em busca de minerais. O trânsito ilegal da fronteira para quem pode pagar passagem aérea foi facilitado pelo estabelecimento de pequenos campos de pouso associados a entrepostos comerciais nas zonas fronteiriças. Qualquer outro movimento, legal ou ilegal, entre o Brasil e as Guianas é por via fluvial ou por trilha, pois não há estradas ou ferrovias.

As vias navegáveis interiores e as trilhas também são os únicos meios de transporte nas zonas fronteiriças brasileiras com a Venezuela, Colômbia e Peru. O Rio Negro é a principal avenida de circulação na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Colômbia, mas o trânsito é muito leve. Mais ao sul, onde se encontram Brasil, Colômbia e Peru, a Amazônia é a principal artéria de transporte e o tráfego transfronteiriço é intenso. Grande parte do comércio local concentra-se no porto franco de Letícia, o único ponto de venda da Colômbia na Amazônia. Perto fica o pequeno posto fronteiriço brasileiro de Tabatinga.

Navios oceânicos continuam subindo o Amazonas até Iquitos, Peru, a cerca de 300 milhas da fronteira, ou fazem escala em Benjamin Constant no Rio Javari, a uma curta distância a montante de sua junção com o Amazonas. O Javari forma mais de 500 milhas da fronteira entre Brasil e Peru e é uma importante rota de tráfico de contrabando entre os dois países. O Rio Juruá e o Rio Purus com seu afluente, o Rio Acre, fornecem rotas navegáveis adicionais entre o Brasil e o Peru.

O Acre também serve como rota entre o Brasil e o Departamento de Pando, coberto por florestas, no norte da Bolívia. Cobija, capital de Pando, está localizada na margem direita do Acre, em frente à cidade brasileira de Brasiléia. Pequenas lanchas transportam passageiros de um lado para o outro do rio. Nenhuma verificação de imigração ou alfândega foi relatada em ambos os lados até maio de 1963, e pessoas e mercadorias se movem livremente em ambas as direções. Às vezes, durante a estação seca (maio a agosto), o Acre é atravessável a pé entre Cobija e Brasiléia.

²²⁸ Mais do que 15.000 Km.

A única conexão de superfície do Brasil com o norte da Bolívia, além do Rio Acre, consiste em afluentes navegáveis do sistema Rio Madeira. O principal deles é o Rio Mamoré. O Mamoré, que forma cerca de 160 milhas da fronteira entre a Bolívia e o Brasil, é apontado como uma avenida de contrabando.

Milhares de cabeças de gado e carne seca são trazidas para o Brasil da Bolívia através do Mamoré todos os anos. Guajará-Mirim, na margem direita do rio, é o principal porto brasileiro, enquanto Puerto Sucre (também conhecido como Guayamerin²²⁹), na margem esquerda, é o principal porto boliviano da região.

Guajará-Mirim está ligada por estrada e ferrovia a Porto Velho no Rio Madeira. Puerto Sucre está conectado por trilha com Riberalta perto da confluência de dois rios navegáveis, o Rio Beni e seu afluente, o Rio Madre de Dios. O Beni é navegável para barcos de calado raso por quase 600 milhas a sudoeste na direção de La Paz, enquanto o Madre de Dios é navegável por pequenos trechos ao longo de seu curso na Bolívia e por 50 milhas no Peru até Puerto Maldonado. Subversivos treinados em Cuba, depois de transitarem pelo Brasil e pela Bolívia, usaram o Madre de Dios para entrar no Peru.

O Rio Guaporé, um importante afluente do Mamoré, forma aproximadamente 500 milhas da fronteira entre a Bolívia e o Brasil. O tráfego no rio é extremamente leve, mas o serviço regular é mantido desde Guajará-Mirim, no Mamoré, rio acima da cidade de Mato Grosso até a conexão com o Guaporé. Existem poucos assentamentos na área além de pequenas aldeias indígenas e postos avançados dispersos para coleta de borracha. A partir de Mato Grosso, inúmeras trilhas se estendem até a Bolívia e uma estrada (BR-416) segue para sudeste até Cáceres, no Rio Paraguai.

Durante 1964, guerrilheiros operando nos departamentos de Beni e Santa Cruz, na Bolívia, teriam atravessado o Rio Guaporé com frequência para o Brasil. Diz-se que as travessias teriam sido feitas nas imediações de Príncipe da Beira e em vários outros pontos ao longo do rio. Suprimentos para os guerrilheiros bolivianos teriam sido trazidos do Brasil por hidroaviões do tipo Catalina, que usaram alguns dos muitos pequenos lagos na zona de fronteira ao sul do Rio Guaporé.

A única ligação ferroviária entre a Bolívia e o Brasil é a linha férrea Santa Cruz-Corumbá, que entra no estado de Mato Grosso a partir do leste da Bolívia. Foi dito que a cidade fronteiriça boliviana na linha, Puerto Suarez, existe praticamente pelo contrabando. As mercadorias trazidas para Puerto Suárez por via férrea são contrabandeadas pela fronteira à noite para Corumbá, no Brasil, onde paga-se bons preços. Além dos cigarros habituais, uísque e perfume, metralhadoras e munições escondidas em sacos de sal foram recentemente descobertas sendo enviadas para Corumbá, da Bolívia. O serviço regular de balsas é mantido entre Puerto Suarez e Corumbá.

Ladário, próximo a Corumbá, funciona como quartel-general do Comando Naval de Mato Grosso na fronteira, e suas instalações fazem a manutenção das canhoneiras que patrulham o rio. Vários pequenos lagos ao longo da fronteira dão à Bolívia acesso ao Rio Paraguai. Por uma curta distância, o Rio Paraguai forma a parte mais ao sul da fronteira entre a Bolívia e o Brasil.

²²⁹ Provavelmente se refira a Guayaramerín.

2. Movimento na fronteira com o Paraguai – O Rio Paraguai forma cerca de 200 milhas²³⁰ da fronteira Brasil-Paraguai. As instalações de transporte ao longo dos lados brasileiro e paraguaio do rio são muito limitadas. Várias ferrovias de bitola estreita estendem-se até o Chaco paraguaio a partir de portos menores no rio. A maioria dos outros assentamentos no rio têm poucas ou nenhuma instalação de desembarque. Em Bahia Negra e Olímpio, por exemplo, os barcos simplesmente atracam na ribanceira do rio. Descendo pelo lado brasileiro, a primeira cidade de alguma importância é Porto Murtinho, que tem uma ligação rodoviária (BR-267) indo para o leste, para se juntar à principal malha rodoviária de Mato Grosso. A Isla Margarita, uma pequena ilha paraguaia no rio perto de Porto Murtinho, teria sido o local de considerável atividade de contrabando. Embarcações fluviais atracam diretamente na praia.

Cerca de 25 milhas ao sul do Porto Murtinho a divisa é formada pelo Rio Apa, afluente da margem esquerda do Rio Paraguai. Bela Vista, do lado brasileiro, é a única cidade de tamanho considerável neste rio. Possui uma pista de pouso e uma estrada (BR-74) que segue no sentido norte até Jardim, para se conectar com o restante do sistema viário de Mato Grosso. Do lado paraguaio, em frente a Bela Vista, está Bella Vista, que também tem uma pequena pista de pouso e uma estrada de terra precária que leva ao sul, até Concepción. Planos recentes preveem uma ponte sobre o Rio Apa para ligar as duas cidades.

A sudeste da Bela Vista, além das cabeceiras do Apa, a divisa Brasil-Paraguai segue um divisor de águas até o Rio Paraná. Em vários lugares neste segmento, os assentamentos realmente se estendem pela fronteira. Por exemplo, Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) são praticamente uma única cidade, com a fronteira estendendo-se pela rua principal. O movimento de pessoas ou mercadorias de uma cidade para outra não é controlado, e o local tem sido o centro de um florescente comércio de contrabando. Café, algodão, eletrodomésticos e outros itens entraram no Paraguai através desta cidade fronteira, enquanto uísque, drogas, tecidos e armas de fogo teriam se movido na outra direção.

Desde a revolução brasileira de 1º de abril de 1964, no entanto, postos de controle militares foram estabelecidos ao longo das estradas de Ponta Porã, o que pode ter reduzido o fluxo de contrabando. Estradas de terra paralelas à fronteira do lado brasileiro, ao norte e ao sul de Ponta Porã, e uma rodovia federal (BR-86) seguem em direção nordeste até Dourados. Um ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estende-se de Ponta Porã a Campo Grande, onde se une ao ramal de Bauru a Corumbá. Um aeródromo com pistas de cascalho está localizado a uma curta distância a sudeste de Ponta Porã.

As facilidades de transporte no lado paraguaio da fronteira são mais limitadas. As estradas podem ser usadas com bom tempo para o transporte de café, mas não há ferrovias, e a estrada em melhores condições até Concepción ainda está em construção. Um pequeno aeródromo a sudeste de Concepción é utilizado para voos quinzenais de aeronaves DC-3 do serviço de Transporte Aéreo Militar do Paraguai. Alegadamente, muitos dos bens contrabandeados que chegam a Pedro Juan Caballero continuam suas viagens para outros destinos por via aérea.

A relação entre as aldeias fronteiriças de Antônio João (Brasil) e Capitan Bado (Paraguai) é semelhante àquela entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, embora as vilas sejam menores. A fronteira desce a rua principal

²³⁰ Cerca de 320 Km.

e o comércio entre os dois lados é provavelmente totalmente livre. As estradas do lado paraguaio são pouco melhores que as trilhas. Do lado brasileiro uma estrada de terra se estende até Amambai e se conecta com a rodovia que leva a Ponta Porã. Um pequeno aeródromo está localizado a cerca de uma milha ao norte de Antônio João. Durante a estação chuvosa (novembro a maio), pequenos barcos de calado raso podem navegar nas proximidades do Rio Iguatemi por cerca de 130 milhas²³¹ a jusante, até sua confluência com o Rio Paraná.

O Rio Paraná forma a fronteira entre o Brasil e o Paraguai por cerca de 130 milhas – logo acima das grandes cachoeiras conhecidas como Sete Quedas a jusante até a foz do Rio Iguaçu. Vários portos menores – Guaíra, Porto Mendes, Porto Britânia, Porto Santa Helena e Foz do Iguaçu – estão localizados no lado brasileiro do rio, mas, com exceção de alguns portos improvisados, a maior parte da área ao longo do lado paraguaio não inclui nada mais que florestas densas. Os portos fluviais brasileiros estão ligados por estradas secundárias à principal malha rodoviária do Paraná, e uma pequena ferrovia vai de Porto Mendes a Guaíra, como um desvio para as Sete Quedas. Os poucos pequenos povoados do lado paraguaio do rio são conectados por trilhas e estradas madeireiras.

Uma ponte internacional recém-inaugurada sobre o Rio Paraná ao norte de Foz do Iguaçu fornece uma importante ligação ao sistema rodoviário pan-americano entre o Brasil e o Paraguai (...). A conclusão da ponte abre uma rota desde Assunção, no Paraguai, até o porto de Paranaguá, na costa atlântica. O serviço de Transporte Aéreo Militar do Paraguai realiza voos regulares para um pequeno aeródromo em Puerto Presidente Stroessner²³², uma nova vila no lado paraguaio da ponte internacional. Do lado brasileiro do rio, uma pequena pista de pouso próxima a Foz do Iguaçu é usada regularmente em voos entre Brasil e Paraguai. Muitos turistas desembarcam neste aeródromo e visitam as famosas Cataratas do Iguaçu a uma curta distância rio acima no Rio Iguaçu, principalmente no período de maio a novembro. Uma estrada de cascalho (BR-277) segue em direção nordeste de Foz do Iguaçu a Cascavel. (pp. 283-289)

41. Este documento, de código: CIA-RDP08C01297R000400370001-9 (Doc. 9), possivelmente datável em 1981, tem título: *‘Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay’*, tendo origem, destinos e classificação não informados. Suas 11 páginas trazem um artigo científico que não recebeu sanitização e foi liberado em 24/09/2012. Segue o trecho que nos interessa aqui. Outra parte será tratada na seção Fronteiras.

Contrabando – Grande parte dessa nova produção agrícola dos colonos brasileiros na EBR²³³ é contrabandeada pela fronteira e comercializada no Brasil. Esse tráfico, combinado com o contrabando de madeira do EBR, é responsável pela maior parte da rápida expansão do contrabando de mercadorias paraguaias para o Brasil nos últimos anos. Durante todo o período de 1967-75, as importações brasileiras registradas do Paraguai

²³¹ Por volta de 200 Km.

²³² Atual Ciudad del Este.

²³³ *Eastern Border Region* (Região da Fronteira Leste).

foram mais de cinco vezes maiores do que as exportações registradas do Paraguai para o Brasil. Como mostra a Tabela 1, a maior parte desse tráfico ilegal ocorreu após 1972, quando ocorreu uma aceleração na taxa de migração brasileira para a EBR. O comércio de contrabando atingiu tais proporções que em 1977 o Banco Mundial começou a fazer estimativas independentes de ‘comércio não registrado’ para obter uma imagem mais realista do tamanho do setor de comércio exterior paraguaio do que a fornecida pelas estatísticas oficiais de comércio.

O contrabando generalizado da produção agrícola da EBR para o Brasil deve ser visto no contexto da integração muito fraca da região com o restante da economia paraguaia e a prévia familiaridade e preferência pelos canais de comercialização brasileiros entre os colonos brasileiros que respondem pela maior parte da produção no EBR. Esta fraca integração é mais claramente evidenciada pela circulação monetária na região. O cruzeiro brasileiro é a moeda de uso mais comum em todo o EBR, em vez do guarani paraguaio. Consequentemente, o contrabando nem sequer exige a necessidade de troca de moeda.

A presença mínima do setor público também aponta para a fraca integração da região. A administração do Governo Local é apenas nominal em grande parte do EBR, e a má prestação de serviços de educação, saúde e telecomunicações não tem relação com a riqueza da região. Consequentemente, os colonos recorrem ao Brasil para atender sua demanda por esses serviços. Da mesma forma, eles são atraídos pelos canais de comercialização cooperativas do Estado do Paraná que já conhecem. Os preços ao produtor tendem a ser mais altos do que no Paraguai, onde os intermediários paraguaios tradicionalmente cobram margens muito mais altas na ausência de qualquer sistema estatal de comercialização agrícola. (p. 10)

Tabela 1 - Contrabando do Paraguai ao Brasil

Estimate of Smuggling of Paraguayan goods to Brazil
(in US \$ mn)

	<i>Paraguayan Exports to Brazil (a)</i>	<i>Brazilian Imports from Paraguay (b)</i>	<i>Smuggling Estimate</i>
1967	0.2	1.0	0.8
1968	0.2	0.4	0.2
1969	0.1	0.4	0.3
1970	1.1	1.4	0.3
1971	0.8	2.6	1.8
1972	0.7	6.2	5.5
1973	2.9	23.1	20.2
1974	6.1	35.8	29.7
1975	5.7	29.4	23.7
1967-75	17.8	100.3	82.5

(a) *Source*: Paraguayan Trade Statistics(b) *Source*: Brazilian Trade Statistics

Source: R. A. Nickson, 'El Comercio ilegal entre Paraguay y Brasil: un intento de aproximación cuantitativa', *Revista Criterio*, No 1. Segunda Época (Asunción. March, 1977).

Fonte: Documento CIA-RDP08C01297R000400370001-9 (CIA, 1981)

42. O terceiro documento a ser descrito nesta seção, datado de abril de 1986, é o de código: CIA-RDP97R00694R000600030001-1 (Doc. 168), apresentando como título: '*Commodity Smuggling in LDC²³⁴s: Economic Boon, Political Bane?*'. Embora haja uma sanitização na atribuição de autoria, ainda pode ser lido que o estudo originou-se no '*Office of Global Issues*', mas sem indicação a quem se destinavam as 23 páginas marcadas como sendo secretas, isto até sua liberação em 18/11/2011, e após a sanitização de partes sensíveis do texto.

O contrabando nega aos tesouros dos Países Subdesenvolvidos receitas e divisas extremamente necessárias. Por exemplo, os ganhos registrados do Paraguai com exportações caíram em dois terços desde 1980, em grande parte devido ao aumento do contrabando, de acordo com um estudo do FMI.

A corrupção relacionada ao contrabando corroeu o poder e a legitimidade do governo em muitos mercados produtores, incluindo Serra Leoa, Paraguai e Filipinas. (p. 5)

O contrabando tem seu maior impacto nos países menores que dependem de *commodities* para grande parte de suas receitas de exportação e divisas,

²³⁴ LDC - Least developed countries - o que corresponde a Países Subdesenvolvidos em português.

como Bolívia, Senegal, Paraguai, Colômbia, Birmânia, Gana, Serra Leoa, Guiana, Zaire e Etiópia. No entanto, os mercados produtores maiores também têm problemas de contrabando. Estudos da embaixada concluem que as exportações ilegais de *commodities* da Argentina chegaram a várias centenas de milhões de dólares e cerca de um bilhão de dólares no Brasil. (p. 6)

A sofisticação do contrabando pode ser vista em suas operações de financiamento. Os jornais do comércio relatam que o pagamento aos contrabandistas de café brasileiros é feito em dólares americanos para contas bancárias na Suíça. Mesmo as pequenas operações têm alguma estrutura: famílias produtoras de cacau em Gana juntam seus fundos para contratar contrabandistas para levar suas colheitas aos países vizinhos. (p. 13)

Reações a Mudanças na Política – Embora o contrabando de mercadorias seja frequentemente citado como um problema ‘crônico’, há evidências de que as reformas das políticas dos mercados produtores podem aumentar rapidamente a quantidade de uma mercadoria exportada por meio de canais oficiais. Por exemplo, quando a Argentina introduziu uma taxa de câmbio dupla em 1982, as estatísticas do comércio mostram que o fluxo de grãos pelos canais oficiais caiu para metade do nível normal – grande parte da diferença foi contrabandeada por terra para o Paraguai ou enviada sem ser declarada. Em grande parte, como resultado da perda de receita e divisas, a Argentina reverteu sua política cambial e o nível das exportações oficiais de grãos aumentou. Em outro exemplo dramático, grande parte das 600.000 toneladas métricas de soja do Paraguai foram contrabandeadas durante a temporada de 1982 e vendidas por preços mais altos no Brasil. Em 1983, no entanto, o preço da soja foi fixado mais alto no Paraguai – fazendo com que o fluxo se invertesse com talvez 400.000 toneladas sendo contrabandeadas do Brasil [sanitizado] (pp. 13-14)

Quantitativamente, o contrabando fornece um mercado para produtores de *commodities* que não teriam tanto lucro dentro dos canais legais de comercialização. Este mercado negro fornece incentivos para o aumento da produção e, como resultado, as estatísticas oficiais podem refletir apenas parte da produção real de *commodities* – e, portanto, renda – em um mercado produtor. Por exemplo, o aumento do contrabando é em grande parte responsável por relatos de declínio na produção de estanho na Tailândia, produção de diamantes em Serra Leoa, exportações de algodão do Paraguai e colheitas de amendoim no Senegal. Essa produção “sombra” aumenta o emprego nos mercados produtores além do nível que existiria na ausência da economia subterrânea. A renda gerada por esse emprego adicional ajuda a impulsionar a economia em todo o país. (...) De acordo com relatórios da Embaixada, as exportações ilegais de ouro e diamantes tornaram-se “grandes motores” para a economia paralela da Guiana. Lojas ao longo da fronteira no Brasil compram mercadorias contrabandeadas da Guiana e vendem bens de consumo para serem contrabandeados de volta ao mercado negro da Guiana. (p. 14)

A perda de impostos de exportação devido ao contrabando é um custo severo para muitos mercados produtores dependentes de *commodities*. O governo etíope, por exemplo, obtém uma média de 10% de sua receita com as exportações de café. Mas uma fonte do governo relata que muito – talvez a maior parte – do café do país nunca chega à agência de compra de café do Estado. A receita do Paraguai com as exportações caiu em dois terços nos últimos cinco anos, em grande parte devido ao aumento do contrabando, de acordo com um estudo do FMI. (p. 16)

Talvez o mais crítico para os governos dos mercados produtores seja a perda de divisas. Ao contrário das receitas que podem ser adquiridas internamente, as divisas normalmente só podem ser obtidas por meio de exportações em troca de moeda forte. No caso etíope dado acima, o governo ganha a maior parte de suas divisas com o café. Muitos outros governos nos últimos anos perderam quantidades significativas de divisas para exportações não oficiais de *commodities*. Estes incluem os governos de Serra Leoa, Uganda, Angola, Nigéria, Senegal, Gana, República Centro-Africana, Zaire, Guiana, Paraguai, Bolívia, Tailândia e Filipinas. (p. 16)

As conexões familiares dentro dos governos geralmente permitem que os indivíduos conduzam operações de contrabando livres de processos judiciais. A Embaixada dos EUA no Paraguai informou que um empresário acusado de contrabando de algodão fugiu para a casa da filha do presidente até que as acusações fossem retiradas. [Sanitizado] (p. 17)

Além de criar dificuldades políticas domésticas, o contrabando levou a tensões diplomáticas entre os países menos desenvolvidos vizinhos. Um exportador de *commodities* que está perdendo divisas preciosas para um mercado produtor vizinho muitas vezes suspeita que o governo vizinho seja cúmplice. De fato, devido aos benefícios de receber e reexportar mercadorias contrabandeadas, juntamente com os custos financeiros e políticos da repressão ao contrabando, os governos vizinhos muitas vezes estimulam os comerciantes ilegais. Por exemplo, o Paraguai incentiva o contrabando de café e soja do Brasil ao estabelecer taxas de câmbio mais favoráveis para esses produtos destinados à reexportação, segundo relatórios da Embaixada.

A maioria dos outros casos de ajuda e conforto dados aos contrabandistas é mais sutil, no entanto. Por exemplo, o norte do Brasil tem muitas lojas especializadas na compra de ouro e diamantes contrabandeados da Guiana e na venda de itens de consumo que serão levados ilegalmente de volta à Guiana. [Sanitizado] (p. 18)

Em muitos outros casos, a perda de receita do governo ocorre em um momento em que o câmbio em moeda forte é fundamental para o pagamento da dívida pública. Argentina, Serra Leoa, Paraguai e Equador se enquadram nesta categoria [Sanitizado] (p. 18)

Por outro lado, embora a economia clandestina enfraqueça a autoridade do governo, ela pode, na verdade, aumentar a estabilidade política no curto prazo, já que a atividade do mercado negro neutraliza a agitação civil sobre questões econômicas. Além de empregar uma força de trabalho potencialmente descontente, a evasão das políticas governamentais reduz o impacto negativo dessas políticas – reduzindo o desejo popular de uma mudança de governo. Isto é particularmente verdade na agricultura, onde os rendimentos ilegais podem aumentar os rendimentos das zonas rurais. Em níveis mais influentes, muitos contrabandistas poderosos operam lucrativamente sob a proteção de funcionários corruptos. Isso dá a ambas as partes um interesse em manter o status quo. [Sanitizado]

Ao tolerar o contrabando, o presidente Stroessner aplaca os poderosos e inescrupulosos, que, enquanto enriquecem burlando as regras, são menos propensos a desafiar o próprio legislador. Ao mesmo tempo, graças ao contrabando, a economia se atrapalha. (Excerto de março de 1985 – Telegrama da Embaixada dos EUA do Paraguai [Sanitizado]) (pp. 18-19)

Dados os interesses envolvidos, os mercados produtores maiores, mais ricos e mais estáveis que tentam lidar com o contrabando de mercadorias – Brasil, Argentina e Tailândia, por exemplo – têm uma chance melhor de

eventualmente atingir um equilíbrio sustentável entre controlar o comércio e lucrar com a exportação de seus recursos naturais. (p. 19)

Tabela 2 - Um olhar sobre o contrabando de exportação de *commodities* (Brasil e Paraguai)

Pais	Amplitude	Causas	Medidas Oficiais	Efeitos Econômicos	Observações
Paraguai	Quantidades substanciais de algodão, a exportação número um, são contrabandeadas para fabricantes no Brasil.	O preço do algodão no Brasil costuma ser o dobro do preço oficial paraguaio. O algodão contrabandeado rende dólares americanos ou cruzados brasileiros, em vez dos	Uma recente repressão da fiscalização concentrou-se em operadoras menores.	Perda de grandes quantidades de divisas. A embaixada relata, no entanto, que o contrabando de importação e exportação está ajudando a economia a resistir às políticas	O Paraguai incentiva o contrabando de café e soja do Brasil ao estabelecer taxas de câmbio mais favoráveis para esses produtos destinados à reexportação.
Brasil	O governo estima que 800 mil sacas de café foram contrabandeadas para o Paraguai na última temporada.	Os agricultores recebem preços baixos das organizações comerciais estatais brasileiras. Os preços do café são cinco vezes mais altos no Paraguai.	Em 1984, o governo aumentou os preços do café para os agricultores em 10%, e o Ministro da Justiça no ano passado anunciou uma repressão	O contrabando reduziu a receita de exportação do Brasil, mas sustentou a renda agrícola.	Reportagens da imprensa afirmam que o contrabando de café está intimamente ligado ao contrabando de drogas.
	Estimamos que mais de 100.000 toneladas métricas de soja foram contrabandeadas para o Paraguai na última	Para manter os preços internos baixos e estimular as exportações de valor agregado, o governo restringe as exportações de soja.	A recente redução das cotas de exportação existentes provavelmente aumentará o contrabando nesta temporada.	Enfraquece os esforços do Brasil para exportar produtos processados de soja.	Em 1983, 400.000 toneladas de soja foram contrabandeadas para o Paraguai.
	20 a 25 por cento da produção de ouro do Brasil é contrabandeada, dizem funcionários do governo.	Os gamineiros privados devem vender ao governo abaixo dos preços mundiais.	A mineração privada é supervisionada por 10 agências governamentais lideradas pelo Serviço Secreto.	Perda de potenciais reservas de ouro e divisas do Banco Central.	O Brasil está em meio a uma corrida do ouro, com 300.000 brasileiros minerando na Amazônia, e se tornou o quarto maior produtor mundial.

Fonte: CIA (1986).

43. O quarto e último documento desta seção, dedicada ao assunto Contrabando, foi registrado com o código: CIA-RDP97R00694R000600250001-7 (Doc. 169), tendo sido datado em julho de 1986. Seu título é ‘*South American Regional Trade: Economic, Geographic, and Policy Constraints*’ e foi produzido pelo ‘Escritório de Questões Globais’ em coordenação com o ‘Departamento de Comércio dos EUA’. Possui 29 páginas que foram largamente sanitizadas, já que o documento era secreto até 18/11/2011. A parte referente a contrabando está abaixo.

Contrabando: o comércio regional subterrâneo – As políticas comerciais restritivas dos governos sul-americanos fomentaram o contrabando generalizado de colheitas, minerais e bens de consumo em toda a região, de acordo com relatórios da Embaixada dos EUA. As exportações ilegais para os países vizinhos são incentivadas por altas taxas de exportação, taxas de câmbio supervalorizadas e baixos preços pagos por empresas estatais dos governos aos produtores de *commodities*. As importações de contrabando são o resultado de severas restrições de importação – particularmente de bens de luxo – cobradas em um esforço para impedir a saída de divisas.

Embora seja difícil fazer estimativas precisas desse comércio clandestino na América do Sul, as evidências indicam que o valor envolvido é de vários bilhões de dólares por ano e é um elemento importante nas economias locais:

- A rede de contrabando do Paraguai responde por metade do comércio exterior do país e emprega 15% da força de trabalho, de acordo com um estudo da Embaixada²³⁵. As importações ilegais de trigo e farinha argentinos – cerca de 150.000 toneladas métricas por ano – sabotaram o programa de autossuficiência alimentar do governo. A maioria dos veículos motorizados nas estradas paraguaias foi originalmente roubada no Brasil ou na Argentina, e grande parte dos alimentos embalados vendidos é contrabando. Do lado das exportações, US\$ 350-700 milhões em algodão e soja não são registrados no Brasil a cada ano, juntamente com grandes quantidades de madeira, gado, carne e couro.
 - O comércio ilegal total da Argentina em 1984 foi de cerca de US\$ 1,7 bilhão, de acordo com relatórios da Embaixada. Embora se acredite que mais de US\$ 1 bilhão sejam provenientes de exportações não declaradas para o mercado mundial, grande parte do restante é comércio de bens de consumo com o Paraguai, Brasil e Uruguai. Uma repressão em dezembro de 1984 em uma cidade na fronteira com o Paraguai rendeu US\$ 40.000 em contrabando em dois dias.
 - A maior exportação de contrabando do Brasil para os países vizinhos é o café – estimamos cerca de 800.000 sacas em 1985. A maior parte do ouro extraído no Brasil é contrabandeado e geralmente enviado diretamente para a Europa ou os Estados Unidos. Nos últimos anos, grande parte da safra de soja passou pelo Paraguai, mas as mudanças na política de preços reverteram o fluxo. Nos estados brasileiros ao longo da fronteira com a Bolívia e o Paraguai, o contrabando de bens de consumo é uma indústria importante. Fontes da embaixada afirmam que uma quantidade significativa de comércio eletrônico de contrabando é enviada em caminhões e aviões junto com narcóticos.
 - Na Colômbia, estudos acadêmicos estimam que as exportações ilegais de produtos manufaturados para o Brasil, Venezuela, Equador e Peru variaram de US\$ 100 a 200 milhões por ano nos últimos anos. Bens de consumo proibidos, incluindo tudo, desde cigarros brasileiros até televisores venezuelanos, são abundantes nas cidades colombianas. Especialistas acreditam que o contrabando de mercadorias no varejo emprega 100.000 trabalhadores nas maiores cidades da Colômbia. Embora acreditemos que o comércio de contrabando generalizado tenha impulsionado a saúde subjacente das economias sul-americanas, o contrabando prejudica os esforços do governo para pagar a dívida pública externa. Ao ignorar os canais oficiais de exportação, os contrabandistas mantêm as divisas em moeda forte para si, em vez de canalizá-las através do banco central.
- A longo prazo, talvez o efeito mais prejudicial do contrabando seja promover o *status quo* entre os interesses estabelecidos: muitos indivíduos e funcionários poderosos – particularmente na Bolívia e no Paraguai – estão fortemente envolvidos no contrabando e veriam a liberalização econômica como uma ameaça aos seus negócios. Além disso, os mercados negros neutralizam a agitação civil sobre questões econômicas fornecendo mais e melhores bens – reduzindo a pressão pública por reformas políticas. (p. 13)

²³⁵ Dos EUA.

A.3 Cuba

A seção que se inicia agora é dedicada aos documentos secretos da CIA que associaram os temas Cuba, Brasil e Paraguai em algum contexto considerado significativo. Desta forma, ainda há muito material que foi excluído por não despertar o interesse, sendo que outro pesquisador poderia ter acatado alguns dos descartados ou ter descartado alguns dos selecionados. No entanto, espero que a minha seleção de documentos seja suficiente para demonstrar a importância de Cuba em nossa história comum de Brasil e Paraguai, além de nos ajudar a entender como a CIA lidava com as informações de que dispunha à época.

Como já citado, Cuba foi destacada do tema Comunismo por ser bem presente nos documentos estudados, podendo representar individualizada um conjunto mais coeso de dados, do que se estivesse diluída no conjunto da seção dedicada ao comunismo. Espero que esta escolha se mostre frutífera nas páginas seguintes.

44. O primeiro documento, datado de 22/03/1949, a ser descrito aqui é o de código: CIA-RDP82-00457R002500070010-0 (Doc. 103), de título: *'Political Views of Cuban Communist Leader'*, com origem censurada e destinado ao Departamento de Estado e às forças armadas dos EUA, contendo duas páginas, com classificação secreta e que depois passou a ser confidencial, isto até sua liberação em 18/05/2000 e depois de ser bastante sanitizado.

As crenças políticas de Marinello²³⁶, conforme declaradas a Catalan²³⁷, podem ser resumidas da seguinte forma: a) Ele não acredita que o povo latino-americano ou seus governos tenham um plano de 'ação libertadora' e que pouquíssimos governos neste continente realmente desejem tal programa, mas que Guatemala é uma exceção. Washington controla a maior parte dos governos da América Latina, Peru, Venezuela e Costa Rica ficaram sob este mandato no ano passado, enquanto Chile, Brasil, Paraguai, República Dominicana e quase toda a América Central continuam sob ele. (p. 1)

45. O documento seguinte, de código: CIA-RDP85T00875R002000190005-1 (Doc. 126), datado de 13/02/1961, de título: *'Attitudes of Other Latin American Governments Toward Cuba'*, produzido pelo *'Office of National Estimates'*, sem indicação de destino, contendo 12 páginas, foi classificado como sendo secreto e após sua sanitização foi liberado em

²³⁶ Juan Marinello Vidaurreta (1898 - 1977) - foi político, Reitor da Universidade de Havana e escritor cubano (TORRES-GUERRA; GUERRA-ARENCIBIA, 2016).

²³⁷ Jornalista guatemalteco do *'Diario de Centroamerica'*, órgão oficial do governo guatemalteco (CIA).

22/06/2005. Como o nome sugere, o documento trata da possível posição de cada país da OEA em relação ao governo de Fidel Castro.

1. A opinião oficial na América Latina já se cristalizou em geral contra o regime de Castro e, na maioria das vezes, os governos latino-americanos estão um pouco menos temerosos de incitar a oposição pró-Castro em casa do que tinham inicialmente. Até que ponto os governos individuais podem estar dispostos a manifestar sua oposição a Castro dependeria muito das circunstâncias.
2. Em geral, porém, os 19 membros latinos da OEA²³⁸ (com a óbvia exclusão de Cuba) parecem se enquadrar nas seguintes categorias:
 - a. Oito (Colômbia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela) são declaradamente anti-Castro e gostariam, se não jogassem todo o seu peso, de uma medida coletiva contra ele.
 - b. Cinco (Argentina, Chile, Costa Rica, Haiti e Uruguai) são geralmente anti-Castro, mas em graus variados menos militantes; eles provavelmente concordariam com movimentos menos extremos da OEA contra Cuba.
 - c. Quatro (Bolívia, Equador, Honduras e México) agora aparecem por razões domésticas, relutantes ou incapazes de se manifestar abertamente contra Castro.
 - d. Dois (República Dominicana e Brasil) são casos especiais. A ditadura de Trujillo²³⁹ se opõe fundamentalmente a Castro e ao Castrismo, mas em sua atual condição sitiada é errático e imprevisível. O novo presidente do Brasil²⁴⁰ escondeu sua posição sobre Cuba. (p. 3)
6. Paraguai. A ditadura de Stroessner, cujas provocações internas incluem há algum tempo ataques de guerrilheiros de influência cubana, suspendeu as relações com Cuba. Este governo apoiaria medidas coletivas contra Cuba. (p. 5)
2. Brasil. O sentimento do novo presidente sobre Cuba é incerto, no entanto, parece improvável que Quadros sacrifique o que ele concebe ser a reputação do Brasil como uma potência mundial emergente por uma identificação muito próxima com a revolução do pequeno país de Castro. Tampouco será provável que ele tolere muita atividade pró-Castro em casa se isso interferir em seu programa. Por outro lado, Quadros visitou Cuba no início do ano passado²⁴¹, provavelmente com o objetivo de atrair o voto da esquerda, demonstrando simpatia por Cuba e sua independência dos EUA. Além disso, enquanto Quadros em seu discurso de posse se queixou da interferência comunista em seu país e em outras partes do hemisfério, ele escondeu sua posição sobre Cuba. (pp. 10-11)

46. O documento seguinte continua lidando com o mesmo tema do anterior, a posição dos países da OEA em relação ao regime de Castro em Cuba. Seu código é CIA-RDP64B00346R000500080030-0 (Doc. 28), datado de 16/05/1961, apresentando o título:

²³⁸ Organização dos Estados Americanos (ARRIGHI, 2004).

²³⁹ Rafael Leónidas Trujillo Molina (1891 - 1961) foi ditador na República Dominicana entre 1930 e 1961 (NÚÑEZ, 2018).

²⁴⁰ Provavelmente se referindo a Jânio Quadros.

²⁴¹ Jânio Quadros visitou Cuba entre os dias 29/03/1960 e 04/04/1960 (MOLON, 2006).

‘*Latin American Reaction to Cuban Developments*’. Trata-se de um DCI²⁴² briefing, contendo 4 páginas parcialmente sanitizadas, tendo sido liberado ao público em 27/01/2005.

2. Anteriormente, El Salvador, Peru, Paraguai, Nicarágua, Guatemala, Haiti e República Dominicana haviam rompido com Cuba – todos, exceto El Salvador, antes do rompimento com os EUA em janeiro passado. (p. 1) O “núcleo duro” relutante em agir contra Castro consiste em países-chave como México, Brasil e Chile, além do Equador. (p. 2)

3. Até mesmo o embaixador hondurenho, fortemente anti-Castro, destacou que qualquer política sobre Cuba deveria ter o apoio de Argentina, Brasil, Chile e México, porque tal apoio influenciaria os latino-americanos menores.

E. Se dada uma escolha, a maioria dos governos latino-americanos preferiria [Sanitizado] fugir de toda a responsabilidade por qualquer ação anti-Castro. (p. 4) [parágrafo Sanitizado ao final]

47. O próximo documento, um memorando especial, repercute o discurso de Kennedy²⁴³ acerca dos mísseis soviéticos em Cuba²⁴⁴ e a carta de Khrushchev²⁴⁵ em resposta a um acordo mútuo. Seu código é CIA-RDP79T00428A000200050007-4 (Doc. 73), datado de 03/11/1962, com o título: ‘*Latin American Reaction to the Cuban Crisis*’, originado no ‘*Foreign Broadcast Information Division – Office Of Operations*’, mas sem informação de destino. Suas 12 páginas foram sanitizadas uma única vez, na primeira página, omitindo provavelmente uma rubrica de funcionário. Sua liberação deu-se em 01/06/2005.

Embora a visão seja geral de que os Estados Unidos obtiveram um importante sucesso, várias transmissões calorosas de gritos de vitória prematuras, advertindo que Khrushchev pode buscar compensação em outro lugar – talvez Berlim – por seu revés cubano. Comentaristas da área notam a onda de desilusão envolvendo esquerdistas latino-americanos, incluindo o governador provincial brasileiro Leonel Brizola que, segundo ele, agora culpa os russos pela situação cubana depois de acusar originalmente os Estados Unidos de um ‘ato de agressão’ quando anunciou o bloqueio²⁴⁶. (p. 3)

BRASIL – O Discurso de Kennedy²⁴⁷: A reportagem do discurso do Presidente Kennedy foi imediata através do uso do material da Voz da América, seguido dentro de duas horas por textos completos do discurso. A posição oficial noticiada no ar era aparentemente ambígua, apoiando a decisão da OEA, mas se opondo ao uso da força direcionada para esse fim. A oposição à posição americana foi vocal e amplamente divulgada. A

²⁴² Director of Central Intelligence (WARNER, 2001).

²⁴³ John Fitzgerald Kennedy - JFK (1917 - 1963) - Presidente dos Estados Unidos de 1961 a 1963 (SALINGER, 1966).

²⁴⁴ Ver A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras (AVILA, 2012).

²⁴⁵ Nikita Serguêievitch Khrushchov (1894 - 1971) - foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética de 1953 a 1964 (KHRUSHCHEV, 2021).

²⁴⁶ Ver: O Embargo a Cuba à Luz do Direito Internacional (SLOBODA, 2015).

²⁴⁷ Ver: The Cuban Missile Crisis: Trading the Jupiters in Turkey? (BERNSTEIN, 1980).

Rádio Nacional citou o Primeiro Ministro Hermes Lima²⁴⁸ reafirmando ‘a posição brasileira em favor da autodeterminação e da livre iniciativa para todos os Estados’ diante de um grupo de manifestantes logo após o discurso de Kennedy. A AFP²⁴⁹ informou que Lima disse: ‘Nós, latino-americanos, temos o dever de defender o direito que Cuba tem de realizar a experiência política que está realizando’, e o ex-chanceler San Tiago Dantas²⁵⁰ é citado como chamando um bloqueio naval ‘não legalmente justificado’ e pedindo a verificação dos EUA da acusação de Kennedy contra Cuba. Relatos de voz e de imprensa indicavam sérias dúvidas entre o povo brasileiro de que a acusação de Kennedy contra Cuba fosse válida e uma determinação praticamente universal de insistir em métodos exclusivamente pacíficos de atacar o problema. Por outro lado, segundo a TRANSPRESS, as Forças Armadas brasileiras estavam prontas para cumprir as ordens do Presidente, ‘principalmente no caso de uma nação estrangeira fornecer armas a uma nação do continente americano’.

Carta de Khrushchev: Conforme citado pela AFP, o primeiro-ministro Hermes Lima disse que o desfecho da crise cubana atesta a ‘grande capacidade política’ dos Estados Unidos e a visão ‘estadista’ do presidente Kennedy, e também do primeiro-ministro Khrushchev. O líder brasileiro elogia a ‘prudência’ e ‘cautela’ do governo americano. E o líder da esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro, governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, é citado pela Lima AFP acusando a URSS de ter usado o povo cubano como mero instrumento na Guerra Fria. Brizola acusou originalmente o presidente Kennedy de um ‘ato de agressão’ quando iniciou a ação de quarentena. A AFP diz que a declaração de Brizola atacando Khrushchev testemunha a desilusão dos esquerdistas no Brasil que acreditavam que Cuba estava administrando seus próprios assuntos. O influente JORNAL DO BRASIL lamenta que ‘certos grupos’ estejam apontando a carta de Khrushchev como uma indicação da fraqueza soviética. Ao gritar que o adversário é fraco, ele será forçado a provar o contrário, diz o jornal. Fontes brasileiras dedicam considerável atenção à proposta brasileira de criar uma zona livre de armas nucleares na América Latina²⁵¹. A imprensa sente, segundo a AFP, que a política externa brasileira obteve uma ‘bela vitória’ com o resultado em Cuba. (pp. 4-5)

Um comentarista da Televisora Nacional (Panamá) observa a proposta brasileira de ‘desnuclearização’ da África e da América Latina e diz que a iniciativa brasileira merece ‘grande consideração’. (p. 10)

PARAGUAI – O Discurso de Kennedy: Embora as estações paraguaias retransmissem o discurso da ‘*Voice of America*’, nenhum comentário sobre o discurso ou desenvolvimentos relacionados foi ouvido.

Carta de Khrushchev: Afirmando que o cenário político mundial está ‘se limpando rapidamente’, a Rádio Encarnación diz que Castro agora não tem outra alternativa senão permitir a inspeção das bases de mísseis guiados instaladas pelos soviéticos em sua ilha em vista das demandas urgentes dos EUA. A emissora paraguaia diz que isso pode ser considerado um revés para a política soviética – um revés que Khrushchev terá que explicar a

²⁴⁸ Primeiro-ministro do Brasil entre 18 de setembro de 1962 e 24 de janeiro de 1963 (FURTADO, 2011).

²⁴⁹ Agence France-Presse.

²⁵⁰ Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911 - 1964) - foi chanceler e ministro da Fazenda do governo de João Goulart (ONOFRE, 2012).

²⁵¹ Ver: O processo de vinculação das zonas livres de armas nucleares do hemisfério sul: implicações geopolíticas e estratégicas para o Brasil (MARTINEZ, 2018).

outros líderes Vermelhos. Outro comentário de Encarnación diz que Khrushchev ‘teve que recuar’. (p. 10)

48. O documento seguinte de nossa pesquisa acerca de Cuba, de acordo com nosso critério chave, tem código: CIA-RDP80B01676R001900100037-3 (Doc. 95), é datado de 20/11/1962 e intitulado: <Sanitized>, mas o correto seria ‘*Attitude of Latin American Governments on Survival of Castro Cuba*’, pois é o que consta no documento. Foi produzido pelo ‘*Office of Current Intelligence*’ em forma de memorando e não consta destinatário. Suas 5 páginas foram sanitizadas, incluindo parágrafos inteiros e a última página completa, e sua liberação ocorreu em 22/04/2005.

Há vários governos latino-americanos que ainda considerarão uma Cuba dominada por Fidel Castro como uma ameaça à sua segurança, mesmo após a retirada das armas ofensivas soviéticas.

Os seis países da América Central, juntamente com Argentina, Venezuela, República Dominicana e Paraguai, são todos favoráveis a medidas fortes para eliminar o regime de Castro e a ameaça comunista em Cuba, embora os mísseis tenham sido removidos. A Colômbia assumiu uma posição semelhante no passado, mas a preocupação com questões econômicas e de segurança interna reduziu um pouco o apoio a ações hemisféricas contra Cuba.

O Brasil segue firme na sua política não intervencionista, a ponto de tentar reintegrar a Cuba de Castro na OEA. Os outros quatro países com relações com Cuba – Chile, Bolívia, Uruguai e México – se opuseram à intervenção nos assuntos internos de Cuba. [Sanitizado] (p. 1)

Paraguai: O Paraguai apoiou incondicionalmente os Estados Unidos em todos os esforços para eliminar a base comunista castrista neste hemisfério. Em 8 de novembro, o ministro das Relações Exteriores, Sapena²⁵², disse ao embaixador dos EUA que duvidava da sabedoria da proposta brasileira de desnuclearização, dizendo que, se transformando o Paraguai em uma base de mísseis nucleares em algum momento futuro, o comunismo pudesse ser melhor combatido com um bombardeio, seu governo desejaria ser livre para aceitar os mísseis. (p. 4)

49. Esta é uma parte do documento código: CIA-RDP79-00927A003800120001-9 (Doc. 46), de 07/12/1962, chamado (UNTITLED) ‘*Current Intelligence Weekly Summary*’, que já foi tratado na seção dedicada ao comunismo, só que aqui há a menção a uma entrevista de Che Guevara citando a preparação para a guerrilha, inclusive no Paraguai. O Brasil é citado em outra parte já abordada.

Mais tarde na entrevista, Guevara enfatizou as visões duras do governo cubano sobre a importância da revolução cubana na liderança da ‘revolução anti-imperialista’ na América Latina. ‘Não há solução senão a luta armada’, disse ele. ‘Cuba mostrou que pequenos grupos guerrilheiros, bem liderados

²⁵² Raúl Sapena Pastor (1908 - 1989) - Ministro das Relações Exteriores do Paraguai (1956-1976) e Senador do Paraguai (1976–1989) (NETO, 2013).

e localizados em pontos-chave... podem eventualmente destruir as forças armadas do inimigo de classe.' Anunciou que existem 'condições objetivas' para o início da luta armada e observou que a guerrilha já atua na Venezuela, Guatemala, Paraguai e Colômbia. (p. 10)

50. O documento seguinte: CIA-RDP65B00383R000200040121-4 (Doc. 30), com 7 páginas, também foi chamado de '(UNTITLED)' e neste caso é justificado, pois não há outros dados que possam ajudar a identificar seu título original. Trata-se de um grupo de matérias de jornal em conjunto, sem dados de produção ou destinatário, sem classificação ou sanitização, constando apenas a data da liberação, 28/08/2001. A data de sua produção é incerta, tanto que apenas o ano pôde ser estabelecido, 1963. Embora muitos documentos que traziam matérias de jornal tenham sido excluídos durante a seleção inicial, este conjunto parece bem significativo para nossos propósitos de acompanharmos o desenrolar dos fatos acerca de Cuba na história de Brasil e Paraguai.

O trecho seguinte é um bom exemplo do que o documento traz em suas 7 páginas, estando o Paraguai citado lateralmente, apenas apontado em nomes de entidades que apoiam um encontro de solidariedade, pois o foco é o apoio brasileiro ao governo de Cuba.

No final de janeiro de 1963, um congresso continental sobre solidariedade com Cuba será convocado no Rio de Janeiro. Para prepará-la, foi criada uma comissão organizacional chefiada pelo general Luis Gonzaga de Oliveira Leite²⁵³, presidente da Sociedade dos Amigos de Cuba. (Kiev, Pravda, Ucrânia, 11 de novembro de 62) (p. 1)

Brasil – Convite emitido para o Congresso Continental Pró-Cubano. O Gen. Luis Gonzaga de Oliveira Leite, presidente da Associação Amigos de Cuba no Brasil e da comissão para a organização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, programado para 18-19 de janeiro de 1963 no Rio de Janeiro, convidou todos os povos latino-americanos a participar no Congresso.

Entre os patrocinadores brasileiros estão Francisco Julião, presidente das Ligas Camponesas; Dante Pellacani²⁵⁴, presidente do CNTI; Vinicius Brant²⁵⁵, presidente da UNE; e escritor Jorge Amado²⁵⁶. (Havana, La Tarde, 17 de novembro de 62) (p. 2)

²⁵³ A grafia correta é Luiz Gonzaga de Oliveira Leite. Este General teve seus direitos políticos cassados pelo AI1 (Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 1, de 10 de abril de 1964 - Ato Nº 1 Suspende Direitos Políticos) sendo o oitavo em uma lista com 100 nomes. Diário Oficial da União Seção 1 - 10/4/1964, Página 3217.

²⁵⁴ Dante Pellacani (1923 - 1981) - presidente da CGT entre 1962-1964 (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pellacani-dante>>).

²⁵⁵ Vinicius Caldeira Brant (1941 - 1999) - presidiu a UNE entre 1962-1963 (UNE <<https://www.une.org.br/presidentes/vinicius-caldeira-brant>>).

²⁵⁶ Jorge Leal Amado de Faria (1912 - 2001) - escritor brasileiro (AMADO; GOMES; NEVES, 1981).

51. O documento da CIA código: CIA-RDP65B00383R000400060004-0 (Doc. 31), datado de 19/02/1963, intitulado: ‘*Statement by the Honorable John A. McCone – Director Of Central Intelligence to the House of Representatives Committee on Foreign Affairs*’, é formado por 13 páginas parcialmente sanitizadas, mas que traz ao final a informação de que foram suprimidas mais 57 páginas extras. Tendo sido liberado em 15/03/2004, tanto origem quanto destino estão faltando, mas o assunto é claro: Cuba. McCone descreve um cenário de subversão comunista cubana em larga escala na América-Latina. Destaquei os pontos que citam Brasil e Paraguai.

Outra versão, com 100 perguntas e respostas, baseada nos livros de Guevara²⁵⁷ e Bayo^{258 259}, foi escrita especialmente para uso peruano e mimeografada no Peru. Isso é cerca de 5x8²⁶⁰ e inclui desenhos sobre como colocar cargas de demolição e gráficos para calcular a força de vários explosivos. Há um texto em português do livro de Guevara no Brasil e um resumo mimeografado das 150 perguntas de Bayo preparado por uma organização terrorista-guerrilheira na Colômbia. (p. 5)

No Brasil, de fato, a queixa dos guerrilheiros nos campos de treinamento era de que haviam sido recrutados por promessa de instrutores cubanos, mas constataram que não havia nenhum. Isso veio à tona na imprensa brasileira quando o relatório de um agente de inteligência cubano, transmitindo suas queixas a Havana, apareceu nos destroços do avião da Varig que caiu no Peru em novembro²⁶¹. (p. 7)

Líderes de grupos militantes na Venezuela, Brasil e Peru que foram a Cuba em busca de assistência foram informados pelos líderes cubanos de que Cuba está disposta a fornecer fundos, treinamento e assistência técnica. A referência a armas é claramente omitida. (p. 7)

Os soviéticos e em alguns casos também alguns satélites têm missões diplomáticas no México, Brasil, Argentina e Uruguai. A URSS mantém relações com a Bolívia, mas não tem nenhuma missão residente lá. Cuba mantém embaixadas no México, Brasil, Bolívia, Uruguai e Chile. (p. 11)

Os comunistas chineses, é claro, não têm laços diplomáticos na América Latina, exceto com Cuba. Esse fato por si só tornaria as missões cubanas importantes para os chineses. Apenas sete países latino-americanos – Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai e Peru – não têm vínculos oficiais com nenhum país do bloco. (p. 11)

As atividades subversivas comunistas no Uruguai não visam agora promover a atividade revolucionária contra o governo. Nesse caso, até os cubanos parecem estar muito mais interessados em manter a boa vontade

²⁵⁷ Textos sobre a guerrilha.

²⁵⁸ ‘150 Perguntas sobre guerrilha’, escrito por um veterano da Guerra Civil Espanhola, Alberto Bayo. Ver mais em ‘One Hundred and Fifty Questions to a Guerrilla’ (BAYO Y GIROUD, 2008).

²⁵⁹ Alberto Bayo y Giroud (1892 - 1967) - foi comandante militar cubano da facção republicana durante a Guerra Civil Espanhola (SUERO ROCA et al., 1979).

²⁶⁰ Isto em polegadas, o que representa 12,5 x 20,0 cm.

²⁶¹ O Voo Varig 810 sofreu um acidente em 27 de novembro de 1962, em Lima, no Peru. Todos os 80 passageiros e 17 tripulantes morreram no desastre (Aviation Safety Network <<https://aviation-safety.net/database/record.php?id=19621127-0>>).

do governo para que possam continuar usando o país como base de operações contra Argentina, Paraguai etc. (p. 11)

Na Venezuela, apesar da grande pressão subversiva, o presidente Betancourt²⁶² parece estar provando que seu governo pode controlar essas forças subversivas. A menos que ocorra algum desastre, há toda a probabilidade de que ele seja o primeiro presidente venezuelano eleito livremente na história a completar seu mandato. No Brasil, alguns moderados foram eleitos para cargos parlamentares e governamentais no outono passado. (p. 12)

52. Dando continuidade à pesquisa, passamos a abordar um documento, datado de 19/02/1963, de código: CIA-RDP79T00429A000400020017-6 (Doc. 74), e título: *'Report on Cuban Propaganda -- No.4 Havana's Revolutionary Program for Latin America'*, com origem e destinos não informados, contendo 39 páginas, apresentando sanitização em algumas partes e classificação *'Official use only'*. Sua liberação deu-se em 08/10/2004. Como o nome sugere, o relatório traz um conjunto de dados acerca da propaganda cubana na América Latina.

A Aliança para o Progresso²⁶³, sob constante ataque cubano desde sua criação, tem sido usada na propaganda de Havana para simbolizar a falência de um sistema político-social vinculado aos Estados Unidos. Os ataques à Aliança aumentaram desde a crise cubana, juntamente com a intensificação do esforço para encorajar a derrubada do sistema, entrelaçado com os ataques à Aliança, e permeando a propaganda cubana para e sobre o hemisfério, é o tema mais antigo das 'explorações imperialistas'. A democracia representativa é desprezada como representativa apenas dos exploradores, com uma concentração recente neste tema ligado às eleições no Paraguai e na Nicarágua. Enfiada na propaganda sobre todos esses temas está a noção de que apenas uma ação radical e revolucionária no padrão cubano pode trazer independência e verdadeira democracia ao hemisfério. (pp. 3-4)

A América Central ocupou o segundo lugar depois da Venezuela como principal alvo de propaganda de incitação, com a República Dominicana em terceiro lugar. A Rádio Havana atualmente opera serviços especiais de rádio dirigidos à República Dominicana e ao Peru, que se tornou alvo de propaganda incendiária desde a crise de outubro. O governo do Paraguai sofreu um ataque considerável no momento das recentes eleições e os regimes na Argentina, Colômbia e Equador foram frequentemente censurados, embora tenha havido pouca incitação direta à revolta nesses países. A propaganda de Havana é mais cordial – e mais cuidadosa – no tratamento do México e do Brasil, e relativamente amigável em relação ao Chile, Uruguai e Bolívia, todos os cinco países ainda mantêm relações diplomáticas com Castro. (p. 4)

Numerosas transmissões de Havana e transmissões da PRENSA LATINA também reconheceram acusações peruanas relacionadas ao acidente de

²⁶² Rómulo Ernesto Betancourt Bello (1908 - 1981) foi presidente da Venezuela de 1945 a 1948 e de 1959 a 1964 (CABALLERO, 2004).

²⁶³ Aliança para o Progresso - programa de cooperação econômica na América Latina visando se contrapor ao avanço do socialismo no continente (AR PEREIRA, 2010).

avião brasileiro no Peru em 27 de novembro de 1962, no qual vários funcionários cubanos foram mortos. Segundo o governo peruano, documentos levados pelos cubanos revelaram que Cuba estava fornecendo dinheiro para financiar uma reunião de ‘solidariedade a Cuba’ programada no Brasil e outras atividades subversivas naquele país. A rádio cubana rebateu essas acusações de três maneiras: (1) questionando a autenticidade dos documentos, (2) acusando o Peru de ter insultado Cuba ao recusar a entrada de vários membros da missão cubana enviada para reivindicar os corpos das vítimas cubanas, e (3) dando ampla cobertura a declarações de autoridades brasileiras desconsiderando a importância dos documentos. (p. 12)

A PRENSA LATINA²⁶⁴ informou em 18 de fevereiro que o líder camponês Francisco Julião havia deixado o Brasil para uma visita a Cuba, acompanhado de dois jovens cujos pais foram ‘assassinados por grandes latifundiários’. Esses jovens, informa a PRENSA LATINA, ‘receberam bolsas de estudo do governo revolucionário cubano’. (p. 14)

Em 6 de outubro de 1962: os exilados latino-americanos que vivem em Cuba se reunirão em Havana em 11 de outubro para formar a Frente Unida dos Exilados Latino-Americanos²⁶⁵. O evento está sendo organizado pelo ‘Comitê Cubano para a Libertação do Paraguai²⁶⁶’. (p. 15)

Esses apelos à ação dos líderes cubanos foram apoiados pela propaganda de rádio e televisão na mesma linha. Assim, em 8 de fevereiro, uma transmissão de rádio/TV afirmou: ‘A tensão na América Latina está aumentando. Os últimos despachos refletem a postura rebelde evidente em toda a nossa América, que é maltratada, explorada e sacrificada pelo imperialismo astuto e brutal ao norte de nós que nos despreza. Dezenove pessoas foram mortas na Colômbia, onde o governo colocou soldados nas ruas para agir contra o povo. Na Nicarágua o exército ainda está atacando os manifestantes que protestavam contra a farsa eleitoral. No Paraguai aumenta o terror implantado pelo sanguinário Stroessner. Na Venezuela, nesta mesma tarde, as forças de libertação incendiaram a Câmara de Comércio dos EUA. A América está em chamas!’ (p. 17)

Outro item da PRENSA LATINA, em 10 de dezembro de 1962, pretendia citar o ex-presidente do Brasil Kubitschek sob uma data do Rio de Janeiro: ‘A Ação Pan-Americana²⁶⁷ destinou 130 milhões de dólares para o sudeste do Brasil, mas até agora nenhum centavo foi entregue. Os norte-americanos não conhecem a América Latina, e a ajuda concedida é apenas para evitar a subversão. Essa é uma manobra política óbvia.’ (p. 21)

PRENSA LATINA em 8 de janeiro de 1963: ‘Natal, Brasil – Miguel Arraes, governador eleito do estado de Pernambuco, declarou: ‘A Aliança para o Progresso tem um caráter condenável no que diz respeito à assistência. O que o Brasil precisa é de desenvolvimento econômico, não de proteção na forma de ajuda’. (p. 21)

PRENSA LATINA em 14 de janeiro de 1963: ‘Rio de Janeiro – Os Estados Unidos estão retirando o tório sem o conhecimento das autoridades brasileiras, segundo denúncias feitas por Leonides Alves Silva²⁶⁸, ex-

²⁶⁴ Agência de notícias estatal de Cuba, fundada em 1959 logo após a Revolução Cubana. transmite notícias, variedades e propaganda comunista pró-Castro (PENAS, 2013).

²⁶⁵ Sem referências externas localizadas.

²⁶⁶ Sem referências externas localizadas.

²⁶⁷ Possível referência a Pan-American Action for Protection of Human Rights (FENWICK, 1946).

²⁶⁸ Ver Leonides Alves da Silva Filho - O Nordeste e um instrumento de desenvolvimento regional (SOUSA, 2020).

secretário de economia do estado do Piauí. Ele diz que três helicópteros da Força Aérea dos EUA em uma operação constante e secreta estão transportando do interior sacos que os habitantes afirmam conter areia monazítica, o material do qual o tório é extraído... Os voos estão acontecendo há cerca de 60 dias. Diz-se que as cargas úteis foram desembarcadas em uma base norte-americana na Guiana Britânica.’ (p. 24) Elaborando o tema de que a ajuda americana é dada apenas para beneficiar os EUA, os monopolistas, os comentaristas observam que a maior parte da ajuda é na forma de bens excedentes: e os supostos beneficiários latino-americanos estão arruinados porque os agricultores são roubados de seus mercados. Uma transmissão para as Américas em 31 de janeiro de 1963 denunciou o ‘caráter antinacional’ da ajuda dos EUA citando declarações atribuídas a líderes trabalhistas bolivianos. Informou a PRENSA LATINA do Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 1963, citando porta-vozes do Itamaraty, que praticamente toda a ajuda norte-americana ao Brasil está condicionada à compra de bens e serviços dos EUA, ‘ajudando assim a preencher a lacuna na indústria de exportação dos EUA’. O despacho alegou que ‘a afirmação de que a ajuda dos EUA sobrecarrega os contribuintes dos EUA é exagerada, porque nos EUA, os contribuintes e os consumidores se beneficiaram nos últimos anos’ dos auxílios concedidos ao Brasil. (pp. 24-25)

Um terceiro grande alvo de propaganda, a democracia representativa, tornou-se proeminente desde o início de 1963. A recente concentração no assunto parece ser atribuída em grande parte às recentes eleições na Nicarágua e no Paraguai, e pode estar relacionada de forma mais geral à campanha de propaganda para acelerar a atividade revolucionária na América Latina. (p. 25)

Um comentário recente, atrelado às eleições da Nicarágua e do Paraguai, denunciou todo o sistema de democracia representativa. O comentarista Gomez Wanguemert²⁶⁹ declarou em 6 de fevereiro de 1963: ‘Qual é o significado da eleição no Paraguai? É simplesmente que os Estados Unidos pressionaram o ditador paraguaio na tentativa de manter a ficção da democracia representativa em um continente onde a esmagadora maioria do povo não sabe nada sobre democracia real... (pp. 25-26)

A OEA é atacada ao mesmo tempo. O seguinte comentário foi transmitido em 11 de fevereiro de 1963: O Paraguai deve ser visto à luz dos argumentos de que a democracia representativa é um pré-requisito para a adesão à OEA. Há um ano, em Punta del Este, o Departamento de Estado dos Estados Unidos conseguiu, por vários meios e pressões, obter uma maioria de dois terços para a exclusão ilegal de Cuba da OEA, embora os países que se abstiveram ou vetaram a expulsão representem dois terços dos da América Latina, a Cuba Democrática, onde o povo tem poder, foi expulsa pelos votos de ditaduras corruptas e servis manipuladas pelo Departamento de Estado, que agora procura fazer com que seus aliados pareçam verdadeiras democracias. (p. 26)

Além da Venezuela e dos países que receberam transmissões especiais de Havana, o Paraguai foi o discutido na linguagem mais cáustica nas transmissões para as Américas. O Paraguai sofreu um ataque considerável durante as últimas eleições.

Os países latino-americanos que recebem o tratamento mais cordial nas transmissões cubanas são os cinco que ainda reconhecem o regime cubano

²⁶⁹ Houve um escritor chamado Luis Felipe Gómez Wangüemert em Cuba, mas faleceu em 1942. Este citado no documento pode ser um parente próximo, mas sem maiores referências externas.

– México, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia. As críticas diretas aos governos desses países são raras. Os dois países que recebem o tratamento mais cuidadoso são o México e o Brasil, o México é o único país da América Latina que mantém contatos aéreos com Cuba e fornece um ponto de trânsito para o fluxo de visitantes indo e vindo de Cuba, os propagandistas de Havana citam os brasileiros com mais frequência do que porta-vozes de qualquer outro país. (p. 36)

53. A próxima contribuição a esta pesquisa vem do documento de código: CIA-RDP65B00383R000400080029-1 (Doc. 32), com data de 25/02/1963, apresentando o título: *‘Statement by the Director for Use of the Staff of the Preparedness Investigating Subcommittee of Senator Stennis’*, com o subtítulo *‘Cuban Subversion in Latin America’*, o que é mais apropriado para descrever o conteúdo. Não há menção ao setor que produziu o documento e nem a quem se destinavam suas 17 páginas, que foram muito sanitizadas, havendo censura em parágrafos completos, além da omissão da última página inteira, sendo que o texto final informa que havia mais 8 páginas que não constam mais no corpo do documento. Este texto foi classificado como secreto e foi finalmente liberado em 09/02/2006.

Um dos ativos comunistas mais importantes na América Latina é um grande número de missões diplomáticas e cubanas do Bloco²⁷⁰. Essas missões são usadas para promover atividades subversivas comunistas mesmo em países onde não há missões diplomáticas do Bloco. A URSS, e em alguns casos também alguns Satélites²⁷¹, têm missões diplomáticas no México, Brasil, Argentina e Uruguai. A URSS mantém relações com a Bolívia, mas não tem missão residente no país. Cuba mantém embaixadas no México, Brasil, Bolívia, Uruguai e Chile. Os comunistas chineses não têm laços diplomáticos na América Latina, exceto com Cuba. Esse fato por si só tornaria as missões cubanas importantes para os chineses. Apenas sete países latino-americanos – Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai e Peru – não têm vínculos oficiais com nenhum país do bloco. (p. 15)

O Uruguai oferece um bom exemplo de como os comunistas abusam das missões diplomáticas e da importância que os comunistas atribuem a elas. Descobrimos que as atividades subversivas comunistas no Uruguai não visam agora promover a atividade revolucionária contra o governo. Nesse caso, até os cubanos parecem estar muito mais interessados em manter a boa vontade do governo para que possam continuar usando o país como base de operações contra Argentina, Paraguai, etc. As missões diplomáticas comunistas, no entanto, são ativas no apoio aos comunistas locais e outros grupos pró-Castro para manter influência suficiente dentro do país, de modo a evitar que os grupos anti-Castro forcem uma ruptura

²⁷⁰ Bloco comunista, especialmente da URSS.

²⁷¹ Em diferentes graus de controle e articulação, podemos citar estes países como sendo parte da zona de influência soviética durante a Guerra Fria: Alemanha Oriental, Finlândia, Afeganistão, Bulgária, Hungria, Polónia, Mongólia, Albânia, Romênia e Tchecoslováquia (FRANK, 1968).

nas relações. O próprio mal arranjado governo uruguaio é anticomunista, mas é altamente tolerante com as atividades dessas missões e do próprio partido comunista uruguaio. A URSS, a maioria dos satélites e Cuba, têm missões diplomáticas em Montevideu – cerca de 70 funcionários do bloco. Além disso, mensageiros e viajantes podem ir e voltar entre esta cidade e os países do bloco e Cuba a qualquer momento. (pp. 15-16)

54. O próximo documento em nossa lista é o de código: CIA-RDP79-00927A004100090003-7 (Doc. 47), datado de 09/08/1963, trazendo o título: ‘*Cuban Subversion in Latin America*’. Produzido pelo ‘*Office of Current Intelligence*’ da CIA, ele não informa o seu destinatário. Suas 16 páginas são sanitizadas, mas sem exagero. Sua classificação é ‘*Secret*’, tendo sido liberado em 16/12/2006. O tema é o mesmo que já foi visto acima, onde a preocupação é descrever as táticas cubanas para se infiltrar nos demais países da América Latina.

Todo o assunto dos objetivos e táticas comunistas na América Latina foi quase certamente um assunto de discussão durante a visita de Castro²⁷². O comunicado conjunto cubano-soviético sugere um acordo sobre o ponto de vista que as condições em certos países latino-americanos oferecem mais esperança de vitória comunista por meios pacíficos do que por meio da violência. Houve indícios antes da viagem a Moscou de que a URSS estava preocupada com o apoio cubano a grupos revolucionários dissidentes comunistas ou não comunistas em certos países, notadamente o Brasil²⁷³, sobre a oposição de comunistas ortodoxos cuja estratégia era tentar influenciar e, eventualmente, dominar o governo em vez de derrubá-lo. (p. 5)

Também houve esforços cubanos bem-sucedidos para devolver alguns visitantes a Cuba por meio da Ilha Grand Cayman e outros aeródromos do hemisfério ocidental. Além disso, 24 sul-americanos que visitaram Cuba no 1º de maio voltaram para casa em um voo especial CUBANA²⁷⁴, cujo único objetivo declarado era levar o novo embaixador cubano ao seu posto no Brasil. Em sua viagem de volta, este voo especial transportou três dos venezuelanos que participaram da apreensão do SS Anzoategui²⁷⁵ no início deste ano. (p. 7)

Cuba também está procurando – sem muito sucesso até agora – promover seus objetivos na América Latina por vários meios abertos, como a participação em várias conferências internacionais. O ‘Congresso de Solidariedade a Cuba²⁷⁶’, realizado em Niterói, Brasil, em março, foi um fracasso como esforço de propaganda. O Seminário Estudantil sobre o Mundo Subdesenvolvido²⁷⁷, realizado na Bahia, Brasil, em julho, também

²⁷² Visita à URSS em 27 de abril de 1963 (ACOSTA, 2015).

²⁷³ Ver: A revolução cubana e as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 (SALES, 2011).

²⁷⁴ Cubana de Aviación - companhia aérea cubana.

²⁷⁵ Ver mais detalhes em: BARCO cativo no rumo do Brasil. <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1963_00040.pdf>.

²⁷⁶ Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, Niterói, Brasil: 28 a 30 de março de 1963.

²⁷⁷ Ver detalhes em: O CPC Da UNE Na Bahia. Ditadura Militar Na Bahia: Histórias De Autoritarismo, Conciliação e Resistência (MOREIRA, 2014).

parece ter fracassado. As reuniões preparatórias com líderes trabalhistas chilenos, bolivianos e outros latino-americanos em um esforço para patrocinar a formação de uma nova organização trabalhista interamericana para substituir o CTAL²⁷⁸ como veículo sindical comunista na América Latina ainda não produziram resultados concretos. O II Congresso Latino-Americano da Juventude²⁷⁹, que deveria ser realizado no Chile no próximo mês, teve de ser adiado depois que os organizadores se conscientizaram cada vez mais das dificuldades que poderiam ser encontradas naquele país. (p. 7)

Um resumo, país por país, do esforço subversivo cubano na América Latina sugere fortemente que o esforço cubano total não diminuiu durante os últimos seis meses. Em alguns países, notadamente Brasil e Chile, onde Havana pode ter concordado com Moscou que os métodos pacíficos oferecem mais esperança de uma vitória comunista do que a violência, Cuba está mostrando moderação. Em outros, como Venezuela, Peru e Colômbia, o esforço cubano parece continuar como antes. (p. 8)

Bolívia – Evidências de que Cuba considera a Bolívia como um palco para enviar subversivos treinados para países vizinhos foram reforçadas desde o final de maio pela prisão de vários subversivos peruanos, alguns dos quais receberam treinamento em Cuba. Esses subversivos treinados em Cuba aparentemente entraram na Bolívia vindos do Brasil, avançando em uma jornada pelo Peru através das densas e não patrulhadas regiões da selva. Além disso, dois peruanos com fundos e propaganda cubanos foram encontrados em Cochabamba, na Bolívia, hospedados na casa de um editor de jornal pró-comunista. A Embaixada de Cuba em La Paz teria se oferecido para pagar o aluguel mensal de um local de encontro para um grupo de jovens bolivianos recém-formados. (p. 9)

Brasil – A nomeação de Raul Roa Kouri²⁸⁰, filho do chanceler cubano, para embaixador no Rio de Janeiro é uma evidência clara da importância que Cuba atribui ao Brasil em seu planejamento hemisférico geral. Roa provou ser um diplomata capaz e popular em sua missão anterior em Praga e é relatado com segurança que foi a escolha pessoal de Fidel Castro para o cargo no Rio.

Os primeiros seis meses deste ano foram caracterizados por uma luta entre vários grupos comunistas e pró-comunistas brasileiros para conquistar o apoio cubano. Os principais entre eles são o partido comunista ortodoxo²⁸¹ liderado por Luiz Carlos Prestes, aquela parte das Ligas Camponesas do Nordeste do Brasil ainda liderada por Francisco Julião, e o relativamente pequeno partido comunista dissidente que é ideologicamente aliado à China comunista²⁸². Durante 1962, Castro mostrou sua simpatia por Julião e pelos comunistas dissidentes, ambos a favor da abordagem revolucionária violenta do poder, e deu apoio a cada um. O apoio às Ligas Camponesas de Julião terminou abruptamente em dezembro passado, no entanto, após a erupção de dissensões dentro do movimento e a descoberta de vários centros de treinamento²⁸³ pelas autoridades brasileiras.

²⁷⁸ Confederación de Trabajadores de América Latina (HERRERA GONZALEZ, 2012, 2013).

²⁷⁹ Sem referências externas encontradas.

²⁸⁰ Ver mais detalhes acerca do citado em: 'La renovación del Modus Vivendi hispano-cubano durante 1966: La gestión diplomática de Raúl Roa Kouri' (BLANCO; CRUZ, 2021).

²⁸¹ PCB.

²⁸² PC do B.

²⁸³ Ver mais em: O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro (ROLLEMBERG, 2001).

No final de fevereiro, Julião e Prestes viajaram para Havana para conversar com os líderes cubanos, e Prestes parou para conversar em Moscou tanto no caminho quanto no retorno de Cuba. Em seu retorno de Cuba, Julião e Prestes alegaram ter conquistado o apoio de Castro — Prestes por uma abordagem “pacífica” e Julião por violência contínua. O apoio cubano a Julião aparentemente foi retomado, embora possivelmente em escala reduzida.

O regime de Castro despendeu esforços e fundos consideráveis em atividades que pretendiam impressionar os brasileiros com as conquistas de Cuba sob Castro. O apoio cubano vai regularmente para várias sociedades de amizade e cultura cubano-brasileiras estabelecidas na maioria das grandes cidades brasileiras e organizações nacionais como a Sociedade dos Amigos de Cuba²⁸⁴ e o Comitê Nacional Contra a Intervenção em Cuba²⁸⁵. Pelo menos 27 brasileiros foram a Cuba para as comemorações do 26 de julho. (pp. 9-10)

Paraguai – Exilados paraguaios continuam viajando para Cuba e alguns deles recebem treinamento em subversão. Pelo menos três vieram para as comemorações de 26 de julho.

A influência cubana é pronunciada em alguns dos grupos de exilados paraguaios ativos no Uruguai, Brasil e Argentina. Em abril, a Rádio Havana anunciou que os moradores paraguaios de Cuba formaram uma associação “para divulgar a luta do povo paraguaio contra a ditadura de Stroessner e informar ao povo paraguaio oprimido sobre as conquistas da revolução cubana”. (p. 14)

Uruguai – A importância do Uruguai para o esforço subversivo cubano na América Latina está em seu valor como um lugar onde cubanos e agentes cubanos são relativamente livres para manter contatos subversivos com dissidentes de países vizinhos, particularmente argentinos e paraguaios. A Embaixada de Cuba em Montevidéu tem sido o ponto focal desta atividade. Durante os últimos seis meses, o Uruguai também foi útil a Cuba como ponto de distribuição da propaganda cubana. Vários milhares de exemplares de Cuba²⁸⁶, impressos no Uruguai por uma editora local e pagos pela Embaixada de Cuba, são distribuídos com bastante regularidade. Pelo menos 15 uruguaios viajaram a Cuba para as comemorações do 26 de julho. (p. 15)

55. O memorando descrito a seguir, datado de 02/09/1965, está contido no documento código: CIA-RDP79T00472A000800010020-8 (Doc. 76), com título: ‘*Cuban Subversion in Latin America*’, o mesmo nome do documento anteriormente descrito, não apresentando procedência ou destinação, contendo 5 páginas parcialmente sanitizadas, apesar de não haver classificação visível no documento. Sua liberação se deu em 08/10/2004.

2. Embora Castro nunca tenha vacilado em sua crença de que a revolução varrerá a América Latina, sua avaliação das realidades práticas em vários países sofreu uma mudança. Nos últimos dois anos, as políticas de Castro sofreram reveses na Venezuela, Guiana Britânica, Chile e Brasil, bem como no fracasso de qualquer um dos grupos subversivos militantes do

²⁸⁴ Sem referências externas claras.

²⁸⁵ Sem referências externas encontradas.

²⁸⁶ Edição não encontrada.

continente em derrubar governos latino-americanos. Estes serviram para convencer Castro de que sua revolução ‘inevitável’ não é iminente. (p. 1) O foco principal do interesse cubano, no entanto, está nos países onde Havana sente que existe um potencial revolucionário genuíno. Conforme especificado no comunicado da conferência de Havana e reiterado consistentemente pelos líderes cubanos, os três alvos mais imediatos são Venezuela, Guatemala e Colômbia. Haiti, Honduras e Paraguai também foram mencionados, assim como o Panamá. Em seu discurso de 26 de julho, Fidel Castro acrescentou o Peru à lista ‘oficial’ de países onde existe uma situação revolucionária viável e explorável. (p. 2)

7. Em sua propaganda, Cuba parece ter se desviado de seus apelos anteriores e flagrantes à revolução, e agora gasta mais tempo preparando as bases para a atividade revolucionária. Isso inclui relatórios ostensivamente objetivos das condições econômicas e políticas na América Latina, juntamente com relatórios muito exagerados dos sucessos de grupos militantes subversivos e apelos à unidade entre grupos revolucionários em países selecionados. A rádio de Havana transmite 143 horas por semana para a América Latina em espanhol, francês, crioulo (Haiti), aimará e quíchua (países andinos) e guarani (Paraguai). A ênfase está nas transmissões para os ‘três primeiros’ – Venezuela, Guatemala e Colômbia – e há até um programa semanal especial, o ‘Venezuelano Panorama’, embora uma parte do esforço cubano seja dedicada a quase todos os países do hemisfério. (p. 3)

11. Em suma, embora Cuba possa estar em processo de alteração de suas táticas, não mudou nem seu desejo nem a disposição de ajudar a subversão na América Latina. Havana continuará oferecendo treinamento e apoio à propaganda – e provavelmente assistência monetária – a grupos revolucionários ativos em todo o hemisfério. (p. 5)

56. O documento seguinte em nossa pesquisa é mais um memorando contendo um resumo da situação cubana até então, 01/11/1965, com código: CIA-RDP79T00472A000800020012-6 (Doc. 77) e título: Cuba: ‘*A Brief Survey of the Current Situation*’. Felizmente há na página 11, a última do documento, uma ‘folha de rosto’, um formulário padrão, que possibilitou saber como este tipo de memorando é organizado. Neste caso, quem requisitou os dados foi o ‘DDP VIA DDI’, provavelmente siglas de departamentos internos da CIA. O documento foi classificado como secreto e após sanitização foi liberado em 24/01/2002.

1. Os militares cubanos são os mais bem equipados da América Latina e, com exceção do Brasil, os maiores. Acredita-se que seja capaz de combater ameaças internas ou externas, impedindo a assistência em grande escala dos EUA. A maioria dos equipamentos militares cubanos é fornecida pelos soviéticos. Acredita-se que as remessas militares que chegam periodicamente da URSS consistem principalmente de itens de reposição, peças sobressalentes e munição. Os programas de treinamento, tanto em Cuba quanto no Bloco, provavelmente contribuíram para sua eficácia geral. Além de exercícios de campo e operações contrainsurgentes ocasionais, as forças não têm experiência em combate. Aproximadamente

2.000 militares soviéticos permanecem em Cuba, principalmente como ajuda militar e grupo consultivo. (p. 4)

Esforços cubanos para ‘exportar a revolução’ – 4. Cuba continua a estender considerável apoio de propaganda, algum treinamento de guerrilha e pequenas somas de dinheiro a determinados grupos comunistas e outros grupos extremistas de esquerda latino-americanos. No entanto, Castro parece ter se convencido de que agora mais do que nunca a principal responsabilidade pela realização da revolução recai sobre os elementos locais. Ele parece estar concentrando o apoio de Cuba nos países onde os revolucionários são ativos – Venezuela, Guatemala, Colômbia e Peru em vez de ajudar indiscriminadamente todos os grupos revolucionários que solicitam ajuda. Junto com essa mudança, Castro começou a cooperar mais estreitamente com os partidos comunistas pró-Moscou na América Latina. Em troca, esses partidos prometeram dar ‘ajuda ativa’ a grupos revolucionários nos seis países listados na Conferência de Havana (Venezuela, Guatemala, Colômbia, Haiti, Honduras e Paraguai). (p. 7)

57. Seguindo com a pesquisa, o próximo documento em destaque é o de código: CIA-RDP85-00671R000300070004-0 (Doc. 114), sem data especificada, mas que muito provavelmente foi produzido no final de 1967 ou início de 1968, pois se refere a setembro de 1967 como data mais próxima e à posterior morte de Guevara²⁸⁷, não apresenta folha de rosto, como o anterior, ou nenhuma informação de origem e destino. O assunto é a guerrilha na Bolívia, tendo o caso da morte de Che Guevara um destaque maior nas considerações. Seu título é ‘*The Setting*’ e realmente, em suas 8 páginas, apresenta o contexto da situação boliviana de então. Sua classificação é ‘Secreto/Sem divulgação Estrangeira’, tendo sido liberado sem sinais de sanitização (pode ter havido na última página, pois ela está totalmente em branco) em 14/09/2000.

O Contexto – Como campo de batalha de um movimento de guerrilha rural, a Bolívia parece ser o cenário ideal. Geograficamente, o país é dividido pelas cordilheiras dos Andes em áreas nitidamente diferentes de altitudes e topografias variadas, o que torna as comunicações terrestres especialmente difíceis para as forças de segurança convencionais. A parte sudeste do país em que os guerrilheiros escolheram operar é escassamente povoada, as estradas são poucas e distantes entre si, e o terreno, com seus córregos estreitos e cobertos de arbustos e leitos de rios como principais rotas de viagem, é ideal para emboscadas. A Bolívia também seria uma excelente base para operações de guerrilha internacional, pois faz fronteira com áreas relativamente desabitadas de outras cinco nações latino-americanas: Brasil, Paraguai, Peru, Argentina e Chile. (p. 1)

Cada vez mais alarmado, o governo boliviano buscou ajuda dos EUA e de alguns de seus vizinhos – Argentina, Brasil e Peru. Em resposta, os EUA forneceram um programa de treinamento de contrainsurgência para o Segundo Batalhão de Guarda-parques da Bolívia, que se mudou para a zona de guerrilha em setembro de 1967. Os EUA também forneceram

²⁸⁷ Ocorreu em 9 de outubro de 1967 (FOIX, 2018).

algumas armas automáticas relativamente modernas e outros equipamentos ao exército boliviano. (p. 3)

A importância ou potencial do movimento guerrilheiro não passou despercebido aos vizinhos da Bolívia. Argentina, Paraguai, Peru e, em menor grau, o Brasil começaram a considerar que medidas poderiam tomar para evitar uma tomada comunista na Bolívia, que ameaçaria suas fronteiras. As patrulhas nas áreas da Argentina, Brasil e Paraguai contíguas à zona de guerrilha boliviana foram aumentadas e Argentina e Peru discutiram a possibilidade de enviar tropas para ajudar o Exército boliviano a reprimir a insurgência. Paraguai e Argentina planejaram manobras antiguerrilha perto da fronteira boliviana e a Bolívia recebeu alguma assistência material da Argentina e do Brasil. (p. 3)

58. O documento que vem a seguir é muito completo, abordando várias facetas do ponto de vista da CIA acerca de Cuba e seu regime político. Datado de 06/02/1967, seu código é CIA-RDP79T00827A000900110001-6 (Doc. 82), e seu título: '*Cuban Subversion in Latin America*', um lugar comum a respeito de títulos, o que demonstra a preocupação norte-americana com Cuba. As informações de procedência e destinação se encontram ausentes. Algumas informações, aparentemente nomes de agentes, foram suprimidas (sanitizadas) neste documento anteriormente classificado como secreto, mas que veio a ser liberado em 14/06/2000. A parte que nos interessa está descrita abaixo, no entanto o documento com 195 páginas pode ser muito interessante ao leitor e sua leitura completa é recomendada.

O Brasil foi um dos países-alvo de Castro durante este período de 1961-1963. A assistência financeira cubana foi enviada a elementos subversivos brasileiros que buscavam estabelecer campos de treinamento de guerrilheiros no estado de Goiás, bem como ao líder camponês Francisco Julião e ao então governador Leonel Brizola. Depois que o filho do chanceler cubano Roa, Raul Roa Kouri, foi nomeado embaixador no Brasil em abril de 1963, ele serviu como canal para fundos cubanos e orientação para subversivos brasileiros. A certa altura, Roa descreveu Brizola como 'o brasileiro com maior potencial revolucionário' [Sanitizado].

2. Os mensageiros cubanos estavam a caminho do Brasil com fundos clandestinos destinados a Brizola e seus associados quando o presidente Goulart foi derrubado. (pp. 6-7)

Outras potenciais Guerrilhas – XVI. Existe potencial de guerrilha no Panamá, Peru, República Dominicana e talvez até no Brasil, vossa excelência²⁸⁸. Até agora, porém, nada de significativo se desenvolveu. (p. 32)

A LASO²⁸⁹ foi fundada por 27 delegações militantes latino-americanas imediatamente após a conferência tricontinental de janeiro de 1966 para 'coordenar a luta contra o imperialismo dos EUA'. Em agosto de 1966, um comitê organizador composto por representantes de Cuba, Brasil,

²⁸⁸ Esta parte do memorando deve ter sido dirigida a um alto funcionário da burocracia norte-americana, pelo que sugere a deferência.

²⁸⁹ Organização Latino-Americana de Solidariedade (Latin American Solidarity Organization) (ALMEYDA, 1967).

Colômbia, Guiana, Guatemala, México, Peru, Uruguai e Venezuela se reuniu para planejar a conferência de 1967. Em outubro, esse comitê emitiu um rascunho de agenda, obviamente inspirado na política externa militante de Fidel Castro, que basicamente pedia a discussão de uma estratégia comum de insurreição armada para todos os movimentos revolucionários latino-americanos para alcançar a Libertação Nacional. Também lançou um apelo para a criação de comitês nacionais da LASO nos vários países da América Latina. (pp. 63-64)

[Sanitizado] listou as operações de inteligência de Cuba e os objetivos no Uruguai da seguinte forma: angariação de apoio ao regime de Castro através do apoio monetário de pessoas, partidos políticos, e jornais amigos de Cuba; penetração de organizações de exilados para fins de subversão no Paraguai e na Argentina; a facilitação de viagens a Cuba para treinamento e outros fins; e a penetração do governo, partidos políticos e organizações, para obter informações sobre os planos e operações uruguaias. (pp. 103-104)

Brasil – 1. As relações sino-brasileiras e, conseqüentemente, a atividade comunista chinesa no Brasil passaram por duas fases bastante distintas. Antes de 1964, especialmente sob a presidência de Goulart, formaram-se vínculos econômicos (por exemplo, em fevereiro de 1964, a China estabeleceu um escritório comercial permanente, não oficial, no Rio de Janeiro), bem como vínculos de amizade e cultura (o Brasil enviou mais visitantes à China do que a maioria dos outros países da América Latina, e desde 1954, uma Sociedade Cultural Sino-Brasileira²⁹⁰ existe no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), finalmente laços políticos através da instalação em 1960 de um escritório da ‘*New China News Agency*’²⁹¹, cujos funcionários, Wang Wei-Chen²⁹² e Chou Chi-tung²⁹³, provaram ser particularmente ativos.

2. Após a deposição de Goulart, foram tomadas várias medidas políticas de limpeza doméstica que deram um duro golpe nas atividades comunistas em geral, e nas chinesas em particular. Investigações no início de 1964 feitas pela polícia brasileira levaram à descoberta de planos de sabotagem traçados com uma organização de fachada – o Instituto Cultural China-Brasil²⁹⁴, e até um esconderijo de armas. Outras evidências apontavam para a instalação de um importante aparato subversivo. Em 3 de abril de 1964, os membros da missão comercial chinesa foram presos, bem como o pessoal da ‘*New China News Agency*’ (todos os nove foram expulsos em 1966 após serem condenados por subversão). Não há mais relações comerciais entre os dois países, a ‘*New China News Agency*’ foi fechada e todos os partidos comunistas ainda estão proibidos. (pp. 71-73)

B. Falhas de guerrilha – Em seu livro, o primeiro objetivo de Debray²⁹⁵ é refutar a convicção amplamente difundida de que a Revolução Cubana não pode ser repetida. Ele admite que até pouco tempo acreditava nisso, e em dois artigos anteriores sobre a América Latina lamentou que o sucesso cubano tenha elevado o nível de preparação material e ideológica entre os governos americanos e não entre as vanguardas revolucionárias. Tentativas

²⁹⁰ Sem referências específicas encontradas.

²⁹¹ Agência de Notícias Nova China.

²⁹² Há menção à prisão de 9 chineses em 'O Jornal' na data de 5 de setembro de 1964 e em mais outras 3 edições.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Sem referências específicas encontradas.

²⁹⁵ Jules Régis Debray - Escritor Marxista e professor (RAMM, 1974).

de lançar uma guerra de guerrilha fracassaram na Argentina, Paraguai, República Dominicana e Peru. Mesmo em *Revolución en la Revolución*²⁹⁶ Debray adverte que ‘o inimigo’ aumentou sua vigilância. O exército e os guardas rurais gozam de certo prestígio; as comunicações foram melhoradas sob o pretexto de ‘assistência técnica e social’ e os membros dos *Corpos de Paz*²⁹⁷ foram integrados nas áreas rurais como resultado de ‘trabalho duro, paciência e às vezes abnegação real’. Em virtude disso e de seu poder militar superior, os recursos do atual governo não devem ser subestimados, mas os conselhos de Debray parecem ser mais uma receita de sobrevivência do que uma solução para o problema da tomada do poder político, apesar de sua afirmação de que a conquista do poder é o único recurso legítimo dos movimentos revolucionários. (pp. 92-93)

Atividades subversivas cubanas no Brasil 1959 – 1967 – 1. Durante os anos 1960-1963, o regime castrista desenvolveu laços estreitos com Francisco Julião, o autoproclamado comunista e líder das Ligas Camponesas no nordeste do Brasil. Julião, cuja esposa e filhos residem em Cuba, viajou para lá em várias ocasiões, e vários de seus associados e membros da Liga foram a Cuba para treinamento agrícola, sem dúvida muito carregado de doutrinação ideológica. O transporte direto do nordeste do Brasil a Cuba foi fornecido por companhias aéreas cubanas em pelo menos uma ocasião. Evidências circunstanciais sugerem fortemente que Julião recebeu assistência financeira para seu movimento do governo cubano. Os líderes comunistas brasileiros declararam, de fato, que as Ligas Camponesas de Julião recebiam não apenas dinheiro, mas também carregamentos de armas pequenas de Cuba. Esses comunistas brasileiros também diziam que o motivo de Julião ter enviado sua família para Cuba era que ele temia que eles pudessem estar em perigo na guerra civil que deveria estourar a qualquer momento no Brasil.

2. O governo Cubano ainda durante 1962 cultivou relações próximas com líderes do partido comunista dissidente do Brasil (PCB²⁹⁸). [Sanitizado] que Castro expressou identidade de sentimento com os dissidentes comunistas brasileiros e criticou o partido comunista regular²⁹⁹ por sua falha em ‘adotar uma forte linha revolucionária’ de acordo com a decisão do 22º congresso do Partido Comunista da União Soviética. Castro aprovou a política insurrecional do PCB e exortou os líderes a organizarem atividades de guerrilha e iniciarem o movimento revolucionário no Brasil ‘o mais rápido possível’. Castro aconselhou então que as represálias do governo contra a ação revolucionária no Brasil apenas aumentariam o descontentamento popular e engrossariam as fileiras dos revolucionários. Ele aconselhou aos líderes do PCB a darem ênfase especial à garantia de uma base tão ampla quanto possível entre os trabalhadores agrícolas e os habitantes das áreas rurais.

3. A embaixada cubana no Rio de Janeiro foi fonte de assistência aos elementos comunistas e pró-comunistas durante esse período. Em maio de 1963, vazamentos à imprensa brasileira relataram discussões no gabinete brasileiro sobre as atividades subversivas dirigidas pelo embaixador

²⁹⁶ Ver: DEBRAY, Régis. *Revolución en la revolución?*. Havana: Casa de las Américas, 1967.

²⁹⁷ Peace Corps - agência federal norte-americana criada em 1961 pelo Presidente John F. Kennedy, para auxiliar países em desenvolvimento. Mais detalhes em ‘Regenerando a alma americana: os corpos da paz na América Latina’ (AZEVEDO, 1998).

²⁹⁸ Provavelmente a referência correta é ao PC do B.

²⁹⁹ Neste caso deve tratar-se do PCB.

cubano Joaquin Hernandez Armas³⁰⁰. Mais tarde, os ministros da Marinha e do Exército expressaram preocupação particular com as atividades de Hernandez.

4. Em dezembro de 1962, os fundos cubanos e a propaganda das Ligas Camponesas de Julião foram interrompidos quando as autoridades brasileiras descobriram vários centros de treinamento de guerrilheiros ao mesmo tempo em que irrompiam dissensões no movimento. No início de 1963, a Embaixada de Cuba estava pronta para ajudar o principal elemento dissidente, enquanto Julião começou a vender bens pessoais para arrecadar fundos. No final de junho, porém, Julião afirmou ter o apoio do embaixador cubano Raúl Roa Kourí, filho do chanceler cubano Raúl Roa, que havia chegado ao Brasil no dia 3 de janeiro. Segundo relatos, Roa retomou o financiamento de Julião e tentou trazer elementos do dissidente PCB³⁰¹ para a órbita de Julião.

5. Durante 1963, os cubanos também despenderam esforços e recursos consideráveis em atividades destinadas a enfatizar aos brasileiros as conquistas da revolução cubana. Este foi o objetivo de enviar uma delegação de 115 pessoas por avião para os Quartos Jogos Pan Americanos em São Paulo, realizados de 20 de abril a 5 de maio. três representantes cubanos também participaram da Conferência de Educadores da América Latina no Rio, onde exaltaram as realizações da educação em Cuba, mais de 100 arquitetos brasileiros foram convidados para o Congresso do Sindicato Internacional dos Arquitetos em Havana no outono, e o presidente cubano Dorticos³⁰² convidou o presidente brasileiro Goulart para visitar Cuba.

6. No outono de 1963, o embaixador Roa parecia estar mudando de ideia sobre apoiar Julião e passou a favorecer Leonel Brizola, cunhado violentamente antiamericano do presidente Goulart. No final de fevereiro de 1964, [trecho sanitizado] Brizola concordou em aceitar ofertas de assistência financeira cubana para expansão de suas atividades de imprensa e rádio e ‘comprar algumas armas’ para sua Frente de Mobilização Popular³⁰³. [Trecho sanitizado] os primeiros fundos para armas chegaram a Brizola em 5 de março de 1964, em moeda boliviana, venezuelana e uruguaia. Além disso, [trecho sanitizado] uns 10 dias antes da queda de Goulart, Havana enviou dinheiro ao Brasil em um esforço para reforçar o ‘Grupo dos 11’³⁰⁴ de Brizola. Quatro mensageiros cubanos supostamente levaram dinheiro para o Brasil via Cidade do México.

7. O Brasil antes da derrubada de Goulart oferecia a Cuba uma excelente base para promover grupos de frente pró-cubanos em todo o hemisfério, foi também o centro de uma importante operação de propaganda e foi usada como uma área de trânsito para alguns subversivos

³⁰⁰ Há poucas menções acerca deste embaixador, além de algumas matérias de jornal ele é citado no artigo ‘Notas sobre a POLOP e Erich Sachs’ (VIANNA MONIZ et al, 2017).

³⁰¹ Aqui pode ser o PCB mesmo, se o agente estiver considerando que a dissidência é entre a atitude pró guerrilha de Julião, mas pode ser o PC do B, se se considerar que ele foi formado após desentendimentos internos no PCB.

³⁰² Osvaldo Dorticós Torrado (1919 - 1983) - foi o 14º Presidente de Cuba, de 1959 a 1976 (BUSTOS, 2015).

³⁰³ A Frente de Mobilização Popular surgida em 1962 objetivou que se implantasse as chamadas Reformas de Base (FERREIRA, 2004).

³⁰⁴ Grupos de Onze Companheiros, Grupos dos Onze, Gr-11 ou Comandos Nacionalistas foram criados por Leonel Brizola no fim de 1963 (BRANDALISE; HARRES, 2014).

latino-americanos que retornavam a seus países após terem recebido treinamento em Cuba.

8. A revolução de 30 de março – 1 de abril de 1964, e o rompimento das relações com Cuba em maio, privou Havana desta importante base e forçou muitos dos ativos cubanos, como Brizola, a ir para o exílio ou para a prisão.

9. Durante o balanço de 1964 e 1965, dispersos [sanitizado] relatórios alegavam contatos contínuos, mas limitados, entre emissários de Brizola e agentes cubanos baseados na Europa. A Rádio Havana intensificou sua propaganda conclamando ‘todos os nacionalistas de esquerda’ a assumir a luta contra o governo brasileiro. No entanto, nenhum relatório foi recebido entre abril de 1965 e abril de 1966 indicando que Havana continuava a financiar grupos de luta.

10. Reportagens recentes indicam que Havana disse a Brizola, que estava no Uruguai, para começar a operação de guerrilha ou perder o já mínimo financiamento de Cuba. É duvidoso, no entanto, que Castro realmente conta com Brizola ou qualquer outro brasileiro para iniciar uma campanha antigoverno em breve. (pp. 112-117)

Atividades subversivas cubanas no Paraguai 1959 – 1967 – 1. Depois que o Paraguai rompeu relações diplomáticas com Cuba em 5 de dezembro de 1960, exilados paraguaios no Uruguai e no Brasil começaram a receber assistência financeira cubana. Quatro membros da Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA), um grupo comunista paraguaio exilado no Uruguai, agora extinto, teria recebido \$230³⁰⁵ mensais em 1962 da embaixada cubana em Montevidéu para financiar atividades pró-Castro.

2. Em fevereiro de 1964, relatórios indicavam que exilados paraguaios na Argentina e no Brasil haviam recebido \$30.000 de representantes cubanos em Montevidéu para apoiar suas tentativas de derrubar o regime de Stroessner. Enquanto isso, Cuba teria financiado também a compra de armas e munições que estavam armazenadas na Argentina e no Brasil pelo Partido Comunista Paraguaio (PCP), usando membros que haviam sido treinados em Cuba.

3. O PCP afirma agora que mais de 200 homens receberam alguma instrução em guerrilha – cerca de metade em Cuba e o restante em bases de treinamento na Argentina e no Brasil, dado por quem regressou de Cuba. Além disso, alguns membros Febreristas³⁰⁶ e de grupos jovens do partido Liberal no exílio estão em Cuba para treinamento em táticas de guerrilha. Alguns dos treinados teriam retornado ao Paraguai, mas a maioria continuou no exílio para treinar guerrilheiros.

4. Apesar dos planos elaborados, o movimento insurgente paraguaio tem, até agora, sido um fracasso. Os campos de guerrilheiros exilados na Argentina e no Brasil têm sido alvo de constante perseguição por parte das autoridades. A ruptura das relações diplomáticas entre Uruguai e Cuba em agosto de 1964 privou Havana de uma base importante para apoiar os exilados anti-Stroessner. Além disso, os próprios líderes guerrilheiros se mostraram ineficazes na montagem de operações contra as forças de segurança eficientes do regime de Stroessner. (pp. 138-139)

³⁰⁵ Moeda não determinada. Podem ser dólares, já que o autor do texto trabalhava para a CIA.

³⁰⁶ Partido Revolucionario Febrerista (PRF) - Partido político ligado aos sociais democratas (LEWIS, 1967).

59. O documento de código: CIA-RDP79T00827A000800050001-4 (Doc. 81), com data: 04/04/1967 e título: '*Cuban Subversive Activities in Latin America*' (mais um de uma série), não traz informações de quem o produziu, mas informa que foi feito para uma Reunião do Subcomitê do Senado em 6 de abril 1967. Suas 17 páginas foram pouco sanitizadas, apesar de ter sido um documento secreto, com aviso para não haver disseminação ao estrangeiro, liberado em 12/05/2000.

2. Havana agora está transmitindo cerca de 175 horas por semana para a América Latina, principalmente em espanhol e português. Há também, no entanto, propaganda em francês, Crioulo para o Haiti, Guaraní para o Paraguai e Quechua para a Bolívia. A programação Quechua para a Bolívia foi aumentada de 1^{1/2} hora por semana para sete em 31 de março. (p. 7)

V. Apesar da proximidade de Cuba com a América Central, é na América do Sul que Castro fez seu avanço mais significativo na influência de grupos subversivos. Desde 1960, grupos dissidentes que respondem à influência de Castro têm atuado em vários momentos no Brasil, Equador, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Nenhum desses grupos chegou perto de derrubar um governo, mas os da Venezuela e da Colômbia conseguiram perseguir os regimes em exercício. (p. 11)

A. Não houve nenhuma atividade recente dirigida contra os governos da Argentina, Paraguai ou Uruguai, e a firme adesão do Partido Comunista do Chile à 'via pacífica' ou ao caminho pacífico para o poder frustrou os objetivos de Castro lá. (p. 15)

B. Em relação ao Brasil, Castro manteve contato com o exilado Leonel Brizola, ex-agente favorecido de Castro e cunhado do ex-presidente Goulart. [4 a 5 linhas de texto sanitizadas] É duvidoso, entretanto, que Castro realmente conte com Brizola ou qualquer outro brasileiro para iniciar em breve uma determinada campanha antigovernamental no Brasil. (p. 16)

60. O documento código: CIA-RDP85-00671R000300070005-9 (Doc. 115), com 16 páginas, apresentando o título: '*The Bolivian Guerrilla Movement: An Interim Assessment*', datado de 08/08/1967, é mais um dos memorandos de inteligência que temos acompanhado durante esta pesquisa. Seu conteúdo foi classificado como secreto, mas acabou sendo liberado aos leitores externos em 04/12/2001. Consta que foi produzido pelo '*Office of Current Intelligence*' em conjunto com o '*Office of National Estimates and the Clandestine Services*', não havendo menção a quem se destinava.

Um movimento de guerrilha descoberto na Bolívia em março de 1967 parece, por sua gênese, natureza e táticas, ser um esforço revolucionário concentrado ao estilo de Castro que parece mais sofisticado e mais profissional do que esforços semelhantes em outros lugares da América Latina. O sucesso dos insurgentes até agora, [parte correspondente a 3 linhas foi suprimida] está estimulando os vizinhos da Bolívia a desenvolver planos de contingência para intervenção militar caso a situação se deteriore drasticamente.

Os guerrilheiros aderem de perto às teorias revolucionárias defendidas em vários momentos por Fidel Castro, Ernesto ‘Che’ Guevara e o teórico marxista francês Jules Régis Debray. Os insurgentes receberam treinamento, apoio de propaganda e algumas armas e equipamentos de Cuba. (p. 3)

Eficácia e Orientação do Movimento Guerrilheiro – 3. Embora muito tenha sido escrito e relatado sobre os guerrilheiros bolivianos desde sua descoberta, ainda há muito a ser aprendido sobre eles. Poucos relatos confiáveis de suas atividades foram obtidos dos próprios guerrilheiros, e o extremo isolamento das áreas onde os guerrilheiros têm atuado proíbe a cobertura pela mídia comum. Até o número e a nacionalidade dos guerrilheiros permanecem incertos. A última estimativa indica que são cerca de 100 deles, a maioria bolivianos e cubanos, com alguns peruanos. Pode existir mais de um grupo. Eles aparentemente são fornecidos com armas que foram contrabandeadas para o país através do Chile, Peru e Brasil. (p. 6)

Impacto da insurgência nos vizinhos da Bolívia – 20. Há uma dúvida considerável entre os vizinhos da Bolívia, especialmente Paraguai, Argentina, Chile e Peru, de que o governo de Barrientos³⁰⁷ possa lidar com o problema da insurgência. Os presidentes Onganía da Argentina e Stroessner do Paraguai concordam que, se Barrientos for derrubado, eles podem ter que intervir militarmente. O governo argentino forneceu alimentos, roupas e armas leves a Barrientos. Não há confirmação de notícias recentes da imprensa de que a Bolívia tenha solicitado a ajuda de tropas militares argentinas. A Argentina enviou reforços militares e policiais para a fronteira boliviana, no entanto, e uma aceleração no treinamento antiguerrilha foi ordenada. (p. 14)

61. O documento de código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 113), datado de fevereiro de 1968, de título: *‘Intelligence Handbook<Classified> Brazil’*, já foi abordado na seção Comunismo desta tese e o será em seções posteriores a esta, pois suas 331 páginas estão repletas de informações relevantes. Aqui há um trecho acerca de Cuba.

9. O Papel de Cuba – Embora Cuba seja o mais ativo defensor da insurgência na América Latina, há pouca ou nenhuma evidência confirmada de esforços subversivos cubanos no Brasil desde a ruptura nas relações diplomáticas entre Brasil e Cuba em maio de 1964. O PCB, a organização no Brasil com o melhor potencial para apoiar a atividade guerrilheira, se recusa a apoiar a insurgência incentivada por Cuba, por enquanto, e condenou forte e abertamente Fidel Castro por apoiar esforços de guerrilha independentes na América Latina que não têm a aprovação do comando do Partido Comunista local. A indicação mais clara do envolvimento de Cuba é o apoio ao grupo de exilados de Leonel Brizola. Os mensageiros cubanos contatam e financiam insurgentes brasileiros no Uruguai e financiam suas viagens a Cuba para treinamento em guerrilha. A presença na recente conferência da OLAS de pelo menos três membros proeminentes de vários grupos de insurgência brasileiros foi confirmada. Eram Carlos Marighella, José Anselmo dos Santos³⁰⁸, que afirmava

³⁰⁷ René Barrientos Ortuño (1919 - 1989) - Presidente da Bolívia de 1964 a 1969 (ANDRADE, 2021).

³⁰⁸ José Anselmo dos Santos (1942 - 2022) - conhecido como Cabo Anselmo, foi um militar, líder durante a Revolta dos Marinheiros (SILVA CONCHA, 2014).

representar o MNR, mas que teria também representado a AP, e Aluísio Palhano Pedreira Ferreira³⁰⁹, membro permanente da Comissão Organizadora da OLAS. Também foi relatado que Cândido Aragão³¹⁰, líder da RAN, visitou Cuba logo após o término da conferência da OLAS.

A existência de um mecanismo de apoio ou rede de fuga e evasão no Brasil para uso do grupo guerrilheiro na Bolívia foi recentemente descoberta. Procedimentos de contato e nomes e endereços em Porto Alegre, e possivelmente Cuiabá no Mato Grosso foram encontrados em um esconderijo de guerrilha na Bolívia. (p. 226)

62. O documento de código: CIA-RDP85T00875R001500040004-4 (Doc. 119), datado de 28/01/1972, tem o título: *'Weekly Summary Special Report – Cuba's Changing Relations With Latin America'*. O semanário foi produzido pela 'Diretoria de Inteligência' e não consta a quem se destinam suas 11 páginas, que foram parcialmente sanitizadas durante a passagem do texto e censuradas páginas completas em certos pontos. Sua classificação era secreta e sua liberação deu-se em 11/01/2005.

Como o nome sugere, é um resumo que conta a mudança de Castro em relação à América Latina, saindo de sua postura revolucionária para uma posição mais diplomática. O próprio documento é bem diferente dos anteriores, trazendo fotos de Castro em perfil, revolucionários com armas, Fidel encontrando outros chefes de Estado, como se o relatório fosse uma revista semanal e não uma produção da CIA. Há uma tabela na página 7 que resume as relações cubanas com os demais países latino-americanos, na qual Brasil e Paraguai aparecem sem nenhum contato diplomático com o regime cubano.

Após os fracassos das expedições em 1959, o esforço subversivo cubano não foi interrompido, mas tornou-se mais cuidadosamente organizado e mais amplo. A Direção Geral de Inteligência foi criada em 1961 sob orientação soviética e recebeu a principal responsabilidade de dirigir o esforço na América Latina. O apoio de Cuba, embora às vezes em pequena escala, foi disponibilizado a grupos rebeldes na Venezuela, Brasil, Paraguai, Argentina, Colômbia, Peru, América Central e Caribe. Esse apoio – armas, equipamentos, dinheiro, treinamento, propaganda e, em alguns casos, pessoal cubano – colocaram Cuba em conflito com a Organização dos Estados Americanos, que votou em 1964 para impor sanções diplomáticas e econômicas contra Havana. (pp. 5-6)

63. Seguindo esta pesquisa, temos o documento de código: DOC_0005993107 (Doc. 177), datado de 28/01/1972, com o título: *'The President's Daily Brief 28 January 1972'*. O departamento que produziu o documento não é citado nele e o destino é claro: *'For The*

³⁰⁹ Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (1922 - 1971) - bancário sindicalista, militante do grupo de luta armada Vanguarda Popular Revolucionária, desapareceu na ditadura militar brasileira. (PEREIRA, 2019).

³¹⁰ O ex-almirante Cândido de Assis Aragão.

President Only'. Suas 16 páginas foram classificadas com a marca '*Top Secret*' e há sanitização em alguns pontos. Sua liberação se deu em 14/06/2016. As informações que mais nos interessam estão destacadas logo abaixo.

Vários governos latinos, no entanto, ainda se opõem fortemente a Castro. Brasil, Paraguai, Haiti, República Dominicana e vários Estados da América Central [Sanitizado] se opõem a qualquer reconciliação com o governo Castro. Tal oposição é em parte em deferência à posição dos EUA, mas vários países latino-americanos ainda percebem uma ameaça da subversão cubana. Além disso, o governo uruguaio ficou especialmente irritado com a declaração de Castro no Chile de que a violência era o único caminho para o poder no Uruguai. A raiva do Uruguai pode ser apenas temporária, mas os países fortemente anti-Castro provavelmente rejeitarão os laços com Cuba por algum tempo, mesmo que vários outros Estados normalizem as relações com Cuba. (p. 14)

O sucesso final da política de Castro dependerá da continuação no poder dos atuais regimes mais simpáticos na América Latina e até que ponto as relações de Castro com eles podem colocar em marcha um movimento limitado em favor de Cuba. À medida que mais laços são estabelecidos, no entanto, Cuba pode se tornar um símbolo menos atraente pelo qual os líderes latinos podem demonstrar a independência dos EUA. Obstáculos históricos, econômicos e políticos ainda estarão no caminho da busca de Castro por uma posição de liderança. Os Estados sul-americanos, por exemplo, tradicionalmente carecem de relacionamento com as nações caribenhas, considerando-as como 'repúblicas das bananas'. A fraca posição econômica internacional de Cuba provavelmente não lhe dará muita vantagem em relação a países como o Brasil, que já está reivindicando a liderança latina. Além disso, muitos outros líderes ainda consideram Castro um arrivista impetuoso, rude e arrogante. O líder cubano está acostumado a fazer o que quer em casa, e resta saber se ele pode lidar com as frustrações de contratempos ocasionais, a necessidade de se comprometer e a rejeição total ocasional de seus pontos de vista em suas relações com outras nações latino-americanas. (pp. 14-15)

64. O próximo documento a ser estudado é o datado de 02/05/1975, com o código: CIA-RDP85T00353R000100170001-7 (Doc. 116) e título: '*The Status of Cuban Subversion in Latin America*'. Quanto à origem, temos a informação de que 'Este memorando foi preparado pelo Escritório de Inteligência coordenado com a Diretoria de Operações', mas não há indicação de destino. São 8 páginas sem classificação aparente, mas que mesmo assim foram sanitizadas em algumas partes antes de sua liberação em 06/06/2003.

2. O maior interesse do regime castrista em buscar a diplomacia convencional foi muito influenciado pelo clima atual na América Latina. A crescente prontidão de muitos governos latino-americanos para cooperar com outros governos do Terceiro Mundo, especialmente em questões econômicas, a diminuição do senso de interesse mútuo entre a América Latina e os Estados Unidos e a crescente respeitabilidade do próprio Castro no hemisfério fazendo acordos governo a governo parece uma abordagem mais proveitosa do que a subversiva. Castro usou seus laços cada vez

melhores com os líderes de países amigos para pressionar pela unidade latina em questões que afetam os interesses dos EUA. Mesmo com aqueles governos com os quais a liderança cubana não compartilha uma visão de mundo – como Argentina e até mesmo Brasil – Havana achou uma abordagem pragmática vantajosa. [Sanitizado] (p. 2)

O governo Castro, embora antagônico ao Brasil, sabe que a subversão armada praticamente não tem chance de sucesso lá. Castro supostamente agora vê o impulso mais provável para a mudança no Brasil como vindo de dentro das forças armadas, e não de qualquer movimento de guerrilha. Havana cooperou com os brasileiros em algumas questões econômicas e aparentemente espera que o Brasil afrouxe seus laços com os EUA.

11. As repetidas acusações do chanceler uruguaio Blanco³¹¹ de que Cuba não cessou seus esforços para fomentar a revolução no Uruguai ainda não foram fundamentadas. O governo Castro oferece um porto seguro para um número desconhecido de ex-guerrilheiros Tupamaro³¹² e também pode fornecer treinamento e assistência técnica. Raul Roa teria declarado recentemente que os Tupamaros quase desapareceram como movimento, e a liderança cubana aparentemente tem pouca esperança de que eles se tornem novamente uma ameaça ao governo. Não há evidências de apoio cubano aos subversivos no Paraguai ou na Bolívia e, enquanto não houver grupos de oposição de esquerda viáveis nesses países, Havana provavelmente não se envolverá. (p. 5)

65. Este novo documento em estudo, de código: CIA-RDP79R00603A002800070001-7 (Doc. 64), datado de julho de 1977, com título: ‘*Cuban Support for Nationalist Movements and Revolutionary Groups*’, não tem autoria definida, havendo a inscrição de que se trata de um ‘Memorando de Inteligência Interagências’, e seu destino não foi informado, além disto há um conjunto de códigos na primeira página que podem indicar estes dados. As 10 páginas deste memorando foram substancialmente sanitizadas antes de sua liberação da classificação de ‘*Top Secret*’ em 06/03/2007. As informações que nos dizem respeito neste documento estão destacadas logo abaixo.

2. No início e meados da década de 1960, Castro tentou empregar em grande escala na América Latina e em escala mais limitada na África³¹³ – as mesmas táticas que haviam trazido seu sucesso em Cuba. Havana tornou-se o centro de operações subversivas contra outros países latino-americanos. Apoio cubano – incluindo dinheiro, armas, treinamento, propaganda e pessoal cubano – foi fornecido a grupos revolucionários na Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina, América Central e Caribe. Durante este período [Sanitizado] os latino-americanos receberam treinamento de guerrilha e doutrinação política em Cuba. Com a única exceção de sua luta em Cuba, no entanto,

³¹¹ Juan Carlos Blanco Estradé (1934 - 2001) - Ministro de Relaciones Exteriores do Uruguai (Sitios de Memoria Uruguay <<https://sitiosdememoria.uy/blanco-estrade-juan-carlos>>).

³¹² Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T) - grupo guerrilheiro marxista-leninista uruguaio de guerrilha urbana atuante nas décadas de 1960 e 1970 (FERRARI, 2014).

³¹³ Para mais detalhes ver: Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975–1988 (GLEIJESES, 2006).

os esforços revolucionários de Castro na América Latina resultaram em uma série ininterrupta de fracassos. (p. 5)

7. O processo de desengajamento suscitou reclamações de líderes de movimentos guerrilheiros na Venezuela e na Colômbia. Castro respondeu com um ataque amargo a seus críticos, afirmando que os verdadeiros revolucionários dispostos a lutar e morrer sempre podiam contar com a ajuda de Cuba, mas os pseudo-revolucionários que desperdiçavam oportunidades não conseguiriam nada. A ruptura de Fidel com o apoio em larga escala à revolução violenta não foi rápida nem limpa. Ele ficou impressionado com as manchetes dos Tupamaros no Uruguai e Carlos Marighella no Brasil, e por um curto período defendeu e promoveu o terrorismo urbano. Isso também foi desconsiderado, no entanto, após a morte ou captura de importantes líderes rebeldes pró-cubanos na Bolívia, Brasil, Nicarágua, Haiti e Panamá no final de 1969 e 1970.

(...) A nova política alcançou rápido sucesso. O governo cubano agora tem relações diplomáticas com 11 nações latino-americanas e 34 africanas. (p. 6)

66. O documento em análise neste momento é o de código: CIA-RDP84B00049R001800100003-4 (Doc. 111), datado possivelmente de dezembro de 1981 (não há data explícita, mas há uma anotação feita no final da segunda página que diz ‘Dec. 81’, além disso, há dados descritos que vão até setembro de 1981), com o título: ‘*Cuba's Renewed Support for Violence in Latin America*’, contendo 17 páginas originalmente desclassificadas (sem segredo ou restrições), liberado em 08/03/2007.

Trata-se de um anexo, parte de outro documento maior e principal, que informa acerca da força militar cubana e sua capacidade de tomar ações militares com suporte soviético, pois houve neste mesmo ano de 1981 um grande incremento no fornecimento de armamento da URSS a Cuba, apenas perdendo para o ano de 1962 (quando houve a crise dos mísseis), sendo que os dados de 1981 vão apenas até setembro. As informações relevantes para esta pesquisa são:

Cuba tem, de longe, a força militar mais formidável da bacia do Caribe, com a única exceção dos EUA. Em termos de tamanho, suas forças são maiores do que qualquer outra nação da América Central ou do Caribe. Em toda a América Latina, apenas o Brasil – um país com uma população 12 vezes maior que a de Cuba – tem um estabelecimento militar maior. (p. 2) Desde meados da década de 1970, quando Cuba interveio em Angola em grande escala e a União Soviética começou a modernizar as forças armadas de Cuba com novos equipamentos, os militares cubanos passaram de uma força de defesa predominantemente interna para um poder formidável em relação aos seus vizinhos latino-americanos. A lista de armas soviéticas entregues a Castro desde 1960 ultrapassa 2 bilhões de dólares. Desde o envolvimento de Cuba em Angola em 1975, o valor monetário das entregas anuais tem sido mais que o dobro do valor das entregas anuais feitas durante os 15 anos precedentes. Até agora neste ano, os soviéticos forneceram a Cuba quase 60.000 toneladas de equipamento militar, o valor

mais alto desde 1962. (250.000 toneladas – gráfico 1). As forças armadas de Cuba somam atualmente mais de 225.000 pessoas – 200.000 Exército, 15.000 Força Aérea e Defesa Aérea e 10.000 Marinha – incluindo tanto os da ativa em Cuba ou no exterior quanto os pertencentes às reservas prontas, sujeitas à mobilização imediata. Com uma população de pouco menos de dez milhões, Cuba tem de longe a maior força militar na bacia do Caribe e a segunda maior da América Latina depois do Brasil, com uma população de mais de 120 milhões. Mais de 2% da população cubana pertence às reservas militares e prontas da ativa, em comparação com uma média de menos de 0,4% em outros países da bacia do Caribe. (...) Além disso, as grandes organizações e reservas paramilitares de Cuba estariam disponíveis para apoiar os militares internamente. (p. 3)

Tabela 3 - Resumo das forças militares (p. 11)

Pais	População (x 1000)	Militares (x 1000)	Porcentagem da População
Cuba	9900	226,5	2,29
Brazil	126000	272,55	0,22
Paraguai	3300	16	0,48

Fonte: CIA (1981)

67. O documento descrito a seguir tem código: CIA-RDP04T00367R000100160001-5 (Doc. 6), foi datado em setembro de 1984 e recebeu o título: ‘*Cuba's Evolving Relations With Latin America*’. Ele foi preparado pelo ‘Escritório de Análises Africanas e Latino-Americanas’ e coordenado pela ‘Diretoria de Operações’, mas não revela a quem se dirigiam suas 24 páginas sanitizadas em palavras, frases curtas, parágrafos e até laudas inteiras. Tendo sido classificado como secreto, sua liberação se deu em 18/01/2011. Este documento é particularmente interessante, pois há muita interferência do agente da CIA colocando sua opinião.

No geral, no entanto, duvidamos que o impacto de Cuba na região nos próximos anos seja muito maior. As perspectivas de curto prazo de Cuba para estabelecer relações diplomáticas com outros Estados sul-americanos são geralmente fracas. Duvidamos que Brasília vá aderir às propostas de Havana em face da oposição de grupos políticos, militares e conservadores. Havana está preparada para esperar até que os regimes militares “párias” no Chile, Uruguai e Paraguai sejam substituídos antes de buscar melhores relações, segundo declarações públicas de autoridades cubanas. (p. 5)

Retornar a uma política regional dominada pela promoção da subversão, em nossa opinião, quase certamente aumentaria o isolamento diplomático de Cuba no momento em que Castro precisa desesperadamente de aliados. Acreditamos que a URSS, que, de acordo com o que a Embaixada [Sanitizado] relata, endossa a campanha de Havana para melhorar os laços com seus vizinhos, tentaria conter Castro por preocupação com seus próprios interesses diplomáticos e comerciais consideráveis em países como Argentina e Brasil. (p. 6)

No entanto, autoridades de vários países sul-americanos permaneceram em dúvida sobre os motivos de Cuba. De acordo com o que a Embaixada [Sanitizado] informa, autoridades venezuelanas, equatorianas e peruanas ficaram irritadas com o fato de Havana ainda se recusar a fazer concessões em disputas bilaterais – como questões de asilo diplomático relacionadas ao êxodo de Mariel em 1980³¹⁴ – que haviam azedado as relações bilaterais em primeiro lugar. No caso da Venezuela, houve a disputa adicional sobre a decisão judicial paralisada de Caracas sobre Orlando Bosch³¹⁵, acusado do atentado de 1976 a um avião Cubano que matou todos a bordo. Até mesmo o presidente Betancur, de acordo com relatórios da Embaixada, temia que, caso agisse rapidamente para restabelecer os laços com Havana, enfrentaria repercussões políticas internas, devido ao histórico de apoio de Cuba aos guerrilheiros do M-19³¹⁶. Os cubanos experimentaram reveses semelhantes no Brasil e em alguns países do Caribe – no caso de Brasília, por causa da animosidade de longa data dos militares, e no de vários países do Caribe, por causa da ansiedade em relação às tendências subversivas regionais de Havana. (p. 12)

Diplomacia Multilateral: Complementando as Políticas Latino-americanas – Os esforços de Havana para fortalecer sua posição no NAM³¹⁷, cultivar melhores relações com a Europa Ocidental e promover outros aspectos de sua diplomacia multilateral destinavam-se, em parte, a complementar a melhoria das relações com os governos latino-americanos, de acordo com a Seção de Interesses dos EUA³¹⁸. Durante o final de 1982 e o início de 1983, por exemplo, Havana teve sucesso em seu esforço persistente de encorajar uma maior adesão latino-americana ao NAM. Esperava, assim, segundo a mesma fonte, promover um bloco regional responsivo ao prolongamento de sua liderança no movimento. Colômbia, República Dominicana, Barbados, Bahamas e Antígua e Barbuda – cada um para seus próprios fins – solicitaram o status de NAM. Do ponto de vista de Havana, quando Castro deixou o cargo de presidente do NAM em março de 1983, apenas alguns governos latino-americanos importantes – notadamente Brasil e México – pareciam desinteressados em ingressar. [Trecho sanitizado] (p. 15)

Acreditamos que Havana vê várias vantagens e poucos riscos decorrentes da maior visibilidade e acesso direto a muitas das principais figuras latino-americanas proporcionadas pelas reuniões³¹⁹. Elas oferecem uma oportunidade para aprofundar a “solidariedade” de Havana com a América Latina em oposição aos Estados Unidos.

³¹⁴ Emigração em massa de cubanos partindo do Porto de Mariel para os Estados Unidos, que ocorreu entre os dias 15 de abril e 31 de outubro de 1980 (CHAVEZ; AMBRÓSIO, 1995).

³¹⁵ Orlando Bosch Ávila (1926 - 2011) - foi um exilado cubano que formou a CORU (Coordinación de Organizaciones Revolucionarias Unidas). Fez atentados contra o governo cubano e é acusado de ter sido agente da CIA (CAMPBELL, 2002).

³¹⁶ Organização de guerrilha urbana, surgida na década de 1970, formada por jovens da classe média colombiana (VIANNA, 2015).

³¹⁷ Movimento Não Alinhado (Non-Aligned Movement) - Movimento dos Países Não Alinhados é grupo com 120 nações que não estariam formalmente ligadas a qualquer grande bloco de poder internacional. (ALBURQUERQUE, 2020).

³¹⁸ “During President Carter’s administration in 1977, the United States and Cuba signed an agreement establishing the U.S. Interests Section (USINT) in Havana, and the Cuban Interests Section in Washington, DC. Both diplomatic missions operated under the protection of the Embassy of Switzerland” (US Embassy in Cuba <<https://cu.usembassy.gov/embassy/havana/>>).

³¹⁹ Referência aos grupos de países da NAM, no qual Cuba parece ter tido participação discreta.

Além disso, a participação em algumas reuniões permite que autoridades cubanas visitem países com relações tensas ou inexistentes, como Brasil, República Dominicana e Uruguai. Por fim, a maioria das conferências têm sido ideais para explorar informalmente a remoção de obstáculos à melhoria dos vínculos. [Trecho sanitizado] (p. 16)

Os líderes cubanos, por sua vez, [sanitizado] ao longo dos últimos anos geralmente têm tido o cuidado de não trabalhar em oposição a Moscou, pelo menos em relação a vários países sul-americanos. Havana percebe, por exemplo, que Moscou valoriza muito seu comércio considerável e relações basicamente cordiais com a Argentina e o Brasil, bem como sua relação militar única com o Peru. Além disso, Moscou aparentemente acredita que as condições na América do Sul ainda não são propícias para os partidos comunistas pró-soviéticos e seus aliados para promoverem a ‘luta armada’. A atitude de Moscou, as lições da década de 1960 e a crescente dependência econômica de Cuba dos soviéticos reforçam, sem dúvida, a decisão de Havana de usar uma via diplomática pragmática, particularmente na América do Sul. [Trecho sanitizado] (p. 19)

O Brasil é o único outro país sul-americano onde Havana erroneamente – em nossa opinião – pode esperar alcançar um avanço. No ano passado, Havana fez várias tentativas de abertura, e Castro pode ser encorajado pelas declarações pró-cubanas de algumas autoridades brasileiras. Ele pode acreditar que a eleição de um presidente civil no início de 1985 tornará Brasília mais receptiva, especialmente se as relações de Havana com um ou mais países sul-americanos melhorarem. Acreditamos, no entanto, que um novo governo civil em Brasília dificilmente ofenderá tão gratuitamente os militares brasileiros pelo menos durante seu primeiro ano de mandato. Este importante vazio na presença diplomática de Cuba na América do Sul provavelmente irritará Castro cada vez mais porque continuará a frustrar seu esforço para recuperar a ‘legitimidade’ na América Latina [Sanitizado] (p. 20).

Em outras partes da América do Sul, Havana quase certamente não fará nenhuma abertura para relações formais com Chile, Paraguai e Uruguai, a menos que seus regimes militares de direita sejam substituídos. A julgar pelo tratamento da mídia cubana e alguns contatos oficiais limitados, Havana aparentemente espera que o Uruguai – programado para retornar ao governo civil em 1985 – seja o primeiro dos três a passar por uma liberalização política suficiente para justificar uma mudança de abordagem. Enquanto isso, Castro pode preferir os benefícios da propaganda de proclamar que Havana não tem interesse nas relações com esses regimes “párias”. [Sanitizado] (p. 21)

Duvidamos que o impacto de Cuba na região nos próximos anos seja muito aumentado pelo resultado de sua campanha em andamento, que no máximo equivalerá à normalização dos laços diplomáticos com vários países adicionais, alguma expansão comercial e aumento dos intercâmbios culturais e outros. Embora cada país que abre ou melhora as relações com Cuba acrescente uma medida de respeitabilidade ao regime de Castro e oportunidades para uma maior presença cubana, a influência regional de Havana será circunscrita por um ceticismo generalizado sobre as intenções cubanas. Mesmo atividades cubanas legítimas provavelmente aumentarão as ansiedades daqueles setores políticos militares e conservadores – e talvez muitos moderados – que se opõem quase universalmente às relações com Havana. Além disso, considerando a hostilidade em relação a Cuba por parte do Chile, Uruguai, Paraguai, a maior parte do Caribe e provavelmente o Brasil, pelo menos no curto prazo, os ganhos

diplomáticos de Cuba ficarão consideravelmente aquém do sucesso hemisférico que Castro está buscando. [Sanitizado]

(...) acreditamos que os soviéticos se oporiam a qualquer decisão cubana de retomar táticas de ‘luta armada’ em larga escala, especialmente na América do sul, devido à importância dos interesses comerciais e políticos soviéticos na região. Moscou provavelmente calcularia que a União Soviética e os partidos comunistas pró-Moscou na região seriam responsabilizados junto com Cuba. Se Havana tentasse promover uma insurgência ampla na América do Sul, seja em reação a reveses aos seus aliados da América Central ou porque seus ganhos diplomáticos na América do Sul foram revertidos, acreditamos que Moscou tentaria conter Havana ameaçando reter seu apoio econômico vital, como fez no final da década de 1960. Se Havana aumentasse a assistência a grupos rebeldes individuais cujas fortunas pareciam claramente promissoras, no entanto, Castro correria um risco insignificante de uma reação soviética negativa e a postura de Moscou seria decidida caso a caso. [Sanitizado] (p. 23)

68. Este é o documento final da seção dedicada a Cuba em sua relação tanto com o Brasil quanto com o Paraguai. Seu código é CIA-RDP87T00289R000200940001-4 (Doc. 145), tendo sido datado em 22/11/1985, com o título: ‘*Latin America Review*’, mais um conjunto de notícias internacionais, com origem não informada, assim como a quem se destinavam suas 44 páginas, originalmente secretas, mas que após serem sanitizadas foram liberadas em 02/03/2012. O Paraguai aparece no documento em um contexto econômico e será abordado na seção seguinte a esta.

A campanha³²⁰ de Castro está recebendo outro impulso com a publicação de ‘*Fidel y Religión*’³²¹, um livro baseado nas entrevistas do teólogo da libertação³²² brasileiro Frei Betto³²³ com Castro. Nas entrevistas, Castro valoriza muito a influência formativa de sua educação jesuíta e afirma que deveria ter sido mais rápido para consertar as relações com a Igreja. O objetivo aparente do livro é estabelecer as credenciais de Castro como amigo da teologia da libertação e mudar sua imagem antirreligiosa. Em uma entrevista, Castro chama a teologia da libertação de “um dos acontecimentos mais significativos do nosso tempo”. Betto, há muito admirador de Castro, levou suas crenças religiosas radicais da teoria à prática ao ajudar grupos terroristas brasileiros durante a década de 1960. [Sanitizado] (p. 11)

A.4 Economia

³²⁰ Tentativa de se aproximar de religiosos cristãos para melhorar sua imagem internacional.

³²¹ Fidel y la Religión: conversaciones con Frei Betto (BETTO, 2016).

³²² Teologia da libertação - corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção pelos pobres (NORONHA, 2012).

³²³ Carlos Alberto Libânio Christo - frade dominicano, jornalista e escritor (FREIRE; SYDOW, 2017).

Inicia-se nesta parte a seção deste que tratará dos documentos da CIA que em conjunto abordem o tema da economia em algum aspecto e ao mesmo tempo citem Brasil e Paraguai em algum contexto relevante para o aumento do entendimento e conhecimento mais amplo de nossa história comum, isto visto pelos olhos de agentes da CIA.

69. O primeiro documento no qual trabalharei nesta seção, com data de 26/07/1949, é o de código: CIA-RDP79-01090A000200030004-3 (Doc. 57) e título: '*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE CIA 26 July 1949*', que como o nome informa foi produzido pela filial latino-americana da CIA, mas sem destino específico apontado. Composto por 6 páginas, este documento foi classificado como secreto e após sanitização foi liberado em 29/08/2000. Abaixo destaco a parte que mais nos interessa.

2. BRASIL: Perspectivas para Tratados Econômicos – Os EUA estão agora preparados para entrar em negociações formais com o Brasil sobre assuntos econômicos de interesse mútuo, conforme nota do Secretário de Estado dos EUA ao Embaixador do Brasil. Os EUA propõem que as negociações incluam: (1) um tratado de amizade, desenvolvimento econômico e comércio, com cláusulas de investimentos; (2) um tratado sobre as relações tributárias entre os dois países; (3) um empreendimento conjunto relativo à conversão cambial com garantia de conversibilidade; e (4) um acordo para liquidação de compromissos de câmbio de dólares comerciais vencidos no Brasil. Essas propostas estão de acordo com o anúncio conjunto dos presidentes Truman e Dutra, durante a recente visita deste último a Washington, sobre a conveniência de promover o desenvolvimento econômico e o progresso social mutuamente benéficos. Um arranjo para a liquidação da carteira de dólares em atraso, devido aos exportadores dos EUA, faria muito para aliviar as atuais dificuldades econômicas do Brasil (...) e a negociação bem-sucedida do restante dos EUA, as propostas encorajariam grandemente o fluxo de investimento de capital dos EUA para o Brasil e, assim, em longo prazo, fortaleceriam e desenvolveriam a economia daquele país e aumentariam sua capacidade de fornecer aos EUA materiais críticos. É provável que a maioria dessas propostas sejam bem recebidas pelo Brasil. Pode haver alguma dificuldade, no entanto, com o projeto de Tratado de Amizade, Desenvolvimento Econômico e Comércio³²⁴ em sua forma atual. Poderão, portanto, levar vários meses até que as negociações sejam concluídas e os tratados sejam submetidos aos respectivos governos para ratificação do desenvolvimento do petróleo. O presidente Dutra e outros funcionários do governo são conhecidos por temerem a pressão que poderia ser exercida pelos ultranacionalistas e comunistas em um renascimento da 'Campanha de Defesa do Petróleo'³²⁵ que ganhou tanto impulso desde 1946. (pp. 2-3)

5. PARAGUAI – A tensão recente entre o exército e o governo civil colorado despertou preocupação em Assunção e é aparentemente responsável por rumores de um golpe militar iminente. Relatos de divisão entre os elementos civis do governo acrescentam peso a esses rumores. A causa anunciada do atrito entre o exército e o governo é a presença de um

³²⁴ Não foram encontradas informações externas a respeito do tema.

³²⁵ Também conhecida como campanha "O petróleo é nosso!" (COHN, 2021).

civil no cargo de Ministro da Defesa, mas este é possivelmente apenas um aspecto do ressentimento do exército por seu papel subordinado no governo de Molas³²⁶. O general Dias de Vivar³²⁷, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, recebeu plena autoridade em fevereiro para reorganizar o exército, de modo que já deveria ser ele o líder efetivo e em condições de organizar tal golpe com a ajuda de alguns outros líderes. Tendo em vista a propensão do Paraguai à revolta armada, o B/LA³²⁸ estima que os problemas latentes no Paraguai poderiam facilmente se transformar em violência aberta a qualquer momento. O momento de uma revolta – ou seu adiamento indefinido – está nas mãos de alguns indivíduos cujas intenções ainda não são conhecidas. (p. 3)

70. O segundo arquivo em nossa lista de documentos significativos já foi abordado na seção dedicada ao comunismo e ainda será lembrada mais uma vez, mais a frente, na seção que abordará a política externa. Seu código é: CIA-RDP79-01090A000200030008-9 (Doc. 58), datado de 23/08/1949, com título: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 23 Aug...*’, produzido pelo ‘*Latin America Branch*’, mas sem destino declarado. Seu conteúdo foi secreto, sem sanitização nas suas 9 páginas, até 29/08/2000. Esta parte trata da economia paraguaia.

Econômico – As relações comerciais mais estreitas com a Argentina, seguindo o padrão geral de orientação pró-Argentina (...), têm sido a tônica da atual política econômica do governo. Como resultado das medidas tomadas pelo presidente Molas López logo após sua posse, um acordo foi elaborado em Buenos Aires por uma comissão conjunta argentino-paraguaia pelo qual o Paraguai forneceria à Argentina madeira, erva-mate, arroz, óleo de algodão e toda a produção de óleo de coco do Paraguai. A Argentina forneceria o capital e instalaria uma fábrica de prensagem de óleo no Paraguai, forneceria ao Paraguai quantidades mínimas de trigo, têxteis e laticínios e reduziria os fretes dos barcos fluviais de propriedade argentina. (p. 6)

71. Passo agora para um outro documento na sequência de informações relevantes acerca de economia, com código: CIA-RDP79-01090A000200040009-7 (Doc. 61), datado de 29/11/1949, ele recebeu o título de “*Weekly Contributions Latin America Division* ORE, CIA 29 November 1949*”. Suas 10 páginas foram classificadas como sendo secretas e depois como confidenciais, mas não aparenta ter sido sanitizada. Sua liberação data de 02/09/1999.

BRASIL: O Fundo Monetário Internacional³²⁹ concede ao Brasil permissão para sacar US\$ 22,5 milhões, segundo a imprensa. Esse dinheiro será destinado ao pagamento da carteira comercial do Brasil, estimada em mais

³²⁶ Felipe Benigno Molas López (1901 - 1954) - foi presidente do Paraguai de 27 de abril a 11 de setembro de 1949 (LÓPEZ, 2010).

³²⁷ Sem referências externas encontradas.

³²⁸ Latin America Branch.

³²⁹ FMI.

de US\$ 100 milhões. D/LA³³⁰ estima que, com a ajuda desse empréstimo, o aumento da receita em dólares por causa do atual alto preço do café (que deve permanecer alto por pelo menos mais um ou dois anos) e continuação da estrita aderência a regulamentações de exportação-importação, o Brasil deve poder, até janeiro, colocar grande parte de seus pagamentos de dívida comercial em bases correntes. D/LA estima ainda que essa melhora na condição financeira permitirá ao Brasil relaxar seus controles sobre as importações em dólar durante o segundo semestre de 1950. (p. 2)

72. O documento seguinte, de código: CIA-RDP79-01090A000200050015-9 (Doc. 62), de 11/04/1950, já foi citado anteriormente e ainda será tratado em seções adiante. Aqui veremos o que de econômico as informações contidas nele nos trazem.

Econômico – A situação econômica e financeira do Brasil, melhor agora do que nos últimos anos, deve continuar melhorando nos próximos meses. A atividade industrial permanece vigorosa com pouco ou nenhum desemprego relatado. Embora não esteja à vista uma solução completa para o problema da inflação, o governo negou a maioria das demandas por aumentos salariais e esforços estão sendo feitos para reduzir o alto custo de vida.

A posição da dívida externa melhorou consideravelmente por conta de grandes pagamentos da dívida comercial com exportadores americanos, e parece haver divisas suficientes para colocar o Brasil em uma situação corrente assim que os atrasos administrativos puderem ser superados. Embora a balança comercial global Brasileira para 1949 tenha apresentado um déficit de Cr\$³³¹ 495,9 milhões (cerca de US\$ 26,7 milhões), seu comércio com os EUA foi favorável em US\$ 73,6 milhões – revertendo assim uma tendência do pós-guerra.

Uma balança comercial favorável continuada com os EUA, e possivelmente com todos os países, parece provável. No entanto, os interesses de segurança dos EUA não foram favorecidos devido à dificuldade contínua em obter maiores embarques de manganês do Brasil [sanitizado] (...).

Um desenvolvimento conflitante com as políticas comerciais dos EUA é o crescente incentivo oficial de transações privadas de troca destinadas a movimentar mercadorias de exportação encontrando pouca demanda externa, em troca de itens de luxo e importações essenciais, sem usar o câmbio do dólar, o Brasil está atualmente discutindo acordos comerciais com doze nações, incluindo a Alemanha Ocidental, enquanto as discussões com a Iugoslávia teriam sido concluídas no mês passado com a assinatura de um acordo (ainda não ratificado). (p. 6)

73. Apresentando o código: CURRENT%20INTELLIGENCE%20BULL[15587357] (Doc. 172), nosso próximo documento em exame data de 08/03/1951 e traz o título: ‘*Current Intelligence Bulletin*’. Ele aparenta ter sido produzido pelo “*Office of Current Intelligence*”, mas não traz a informação de seu destino. Suas 7 páginas foram sanitizadas antes de sua

³³⁰ Possivelmente Latin American Division.

³³¹ Cruzeiros.

classificação de secreto ser removida desde sua liberação em 14/03/2019. As informações que interessam para nós seguem logo abaixo.

6. Ministério das Relações Exteriores do Brasil³³² solicita atraso no empréstimo do Eximbank³³³ para beneficiamento de manganês [sanitizado]. Um funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil solicitou que o Banco de Exportação-Importação atrasasse temporariamente a ação sobre o pedido de empréstimo para a Sobramil³³⁴, empresa de propriedade conjunta da US Steel³³⁵ e da família Chamma do Brasil, para a exploração das vastas jazidas de manganês de Urucum em Mato Grosso³³⁶. O funcionário afirmou que o pedido está em estudo detalhado pelo Conselho de Segurança Nacional brasileiro porque a validade da concessão Chamma do estado de Mato Grosso está sendo questionada; além disso, alguns membros do Conselho consideram que, como a concessão está localizada em uma zona de fronteira, é necessária a aprovação dos governos estadual e federal.

Comentário: O depósito de manganês na concessão de Chamma, que se acredita conter 33 milhões de toneladas de manganês, é o maior do Hemisfério Ocidental. A Constituição brasileira não exige expressamente que tais concessões tenham a aprovação dos governos estaduais.

Embora os militares do Conselho de Segurança Nacional brasileiro continuem a favorecer o transporte ferroviário de minério de manganês (para obter dos norte-americanos a melhoria da ferrovia no sul do Brasil), o empréstimo do Eximbank prevê a construção de instalações para o transporte do minério por barcaça descendo o rio Paraguai-Paraná até um porto de águas profundas. Esse desejo por parte dos militares brasileiros é um possível motivo para a demora no pedido de empréstimo. O atraso também pode indicar que o Brasil pretende usar a necessidade americana de manganês como ponto de barganha na reunião dos chanceleres interamericanos deste mês. (pp. 6-7)

74. Dando sequência a esta tese encontramos um curioso documento, datado de 11/06/1951, de código: CIA-RDP79T01049A000300090001-8 (Doc. 90) e título: ‘*Two maps of South and Central America*’, que mostra como as requisições e as comunicações se davam no interior da CIA no início da década de 1950. Na verdade, temos um conjunto de diferentes documentos no interior deste, pois temos em 02 de junho de 1951 uma requisição para a confecção de dois mapas, e esta requisição foi enviada para ‘*Chief, Reports Division, Office*

³³² O ministro àquele momento provavelmente se tratava de João Neves da Fontoura (1887 - 1963) - foi ministro das Relações Exteriores do Brasil de 31 de janeiro de 1951 a 19 de junho de 1953 (CUNHA, 2005).

³³³ O Export-Import Bank of the United States - agência de créditos oficial do governo federal norte-americano (RIBEIRO, 2017).

³³⁴ Provavelmente se refere a Sobramil Sociedade Brasileira de Mineracao LTDA - CNPJ nº 33.331.067/0001-68 - fundada em 08/02/1937 (Receita Federal <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp>).

³³⁵ United States Steel Corporation, ou U.S. Steel é uma siderúrgica que tem suas operações concentradas nos Estados Unidos, Canadá e Europa Central (BLONIGEN; LIEBMAN; WILSON, 2007).

³³⁶ Atualmente se encontra no Mato Grosso do Sul, após a criação deste estado.

of *Research and Reports*'. Em 08 de junho deste ano, há uma anotação feita à mão aparentemente encaminhando a primeira requisição.

Já em 11 de junho de 1951, data que foi atribuída ao documento como um todo, há uma repetição do pedido do dia 02, agora feito pela '*OPC (General Services Division)*', informando que os mapas devem ser distribuídos para vários setores da CIA. A última atualização que aparece é um outro bilhete manuscrito repetindo o pedido dos mapas, este datado de 19 de maio de 1952, quase um ano após o primeiro pedido.

Há também um formulário padrão preenchido à mão com dados de '*Routing and Record*' (formulário nº 51-10). Todas as partes citadas estão fora de ordem, aparecendo primeiro o dia 11/06/1951, depois o bilhete de 19/05/1952, em seguida um anexo, após a parte datada de 02/06/1951, depois outro bilhete manuscrito de 08 de junho de 1951 (formulário nº 36-8), em seguida o citado formulário 51-10, finalizando com a segunda parte do anexo iniciado no documento de 02 de junho. Tudo dá a aparência de uma bagunça burocrática. Isto em 7 páginas sanitizadas, originalmente secretas, e liberadas em 12/05/2000.

O que nos interessa é que os mapas devem trazer dados acerca dos interesses norte-americanos e o que cada país poderia suprir. No caso do Brasil temos Baddeleyite³³⁷, berilo³³⁸, café, emetine³³⁹, mica, manganês, monazita³⁴⁰, quartzo e tapioca. Já o Paraguai teria apenas quebracho³⁴¹.

75. Este documento, de código: CIA-RDP79R01012A006200020007-6 (Doc. 70), datado de 15/03/1955, intitulado '*Probable Developments in Brazil*', já foi tratado parcialmente na seção Comunismo e voltará mais à frente em Política Interna e Política Externa. Aqui, em economia, temos o que segue.

10. Exceto em algumas áreas geográficas (por exemplo, São Paulo), pouco progresso foi feito no desenvolvimento dos grandes recursos humanos e materiais do Brasil. A economia nacional continua a depender das exportações de produtos agrícolas. Os ganhos dessas exportações não foram suficientes para sustentar a taxa de desenvolvimento industrial do pós-guerra, enquanto ao mesmo tempo o nacionalismo econômico impediu o investimento estrangeiro. A industrialização que ocorreu desde 1930 foi

³³⁷ Baddeleyita é um mineral de óxido de zircônio.

³³⁸ O berilo é usado na produção de giroscópios e guias inerciais de mísseis e foguetes. Mas a sua principal aplicação é na fabricação de ligas de cobre-berílio, que são usadas em reatores nucleares.

³³⁹ Pode ser hematita e não emetine.

³⁴⁰ A monazita é basicamente um fosfato de terras raras, urânio e tório. Esse fosfato é matéria prima importante na produção de terras raras, que são insumos para a fabricação de produtos como baterias recarregáveis, televisores, catalisadores automotivos e equipamentos de craqueamento de petróleo.

³⁴¹ Tipo de madeira dura.

acompanhada por uma forte inflação e por tensões econômicas e sociais sentidas particularmente pela população urbana em rápido crescimento.

11. As fortes migrações do interior para as cidades trouxeram centenas de milhares de brasileiros ao primeiro contato com padrões de vida mais elevados, desigualdades gritantes e insegurança da vida urbana. Aguçadas pela inflação, as massas urbanas em geral estão cada vez mais insatisfeitas com seu nível de vida e clamando por melhorias. Ao mesmo tempo, conservadores de classe média e alta, incluindo líderes do Exército, bem como interesses comerciais e industriais, têm sido perturbados pelas perspectivas adversas de manutenção de uma alta taxa de desenvolvimento econômico e pelo crescimento da força trabalhista-esquerdista e comunista, que ameaça sua posição dominante na vida brasileira. Os conflitos e tensões que inevitavelmente surgem em tempos de rápidas mudanças econômicas e sociais são continuamente explorados no Brasil tanto por nacionalistas extremistas quanto por comunistas. O Brasil, no entanto, tem sido menos sujeito à violência política do que a maioria dos países latino-americanos. (pp. 4-5)

III. A SITUAÇÃO ECONÔMICA E PERSPECTIVAS – 35. O Brasil tem o maior potencial econômico de qualquer país da América Latina. Territorialmente maior do que os Estados Unidos, tem uma população em rápido crescimento de cerca de 58 milhões, que é cerca do dobro da próxima maior república latino-americana (México). Embora a agricultura ocupe mais de dois terços da população, apenas cinco por cento da terra arável é cultivada. Apesar disso, o Brasil é o maior produtor mundial de café e banana, ocupa o segundo lugar na produção de cacau e frutas cítricas e ocupa pelo menos a quinta posição na produção de açúcar, fumo, milho e algodão. Os rebanhos de bovinos e suínos do Brasil são o quarto maior do mundo. Embora grande parte do país ainda esteja por explorar, acredita-se que o Brasil tenha recursos para autossuficiência na maioria dos principais minerais, com as principais exceções sendo estanho, zinco, chumbo, cobre, enxofre e carvão. O Brasil é uma área importante para o comércio dos EUA (o comércio nos dois sentidos em 1953 era de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão) e para o investimento direto de capital privado dos EUA. Em 1953, esse investimento totalizou pouco mais de US\$ 1 bilhão.

36. O crescimento econômico do Brasil desde 1930 tem sido rápido. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o investimento bruto totalizou cerca de 16% do PIB anual, sendo a esmagadora proporção destinada à indústria e à construção. O PIB aumentou cerca de 5% ao ano, de estimados US\$ 10,8 bilhões em 1950 para US\$ 12,5 bilhões (a preços de 1950) em 1953. Em 1951, o setor manufatureiro (incluindo a construção) passou a contribuir com 24,5% para o PIB total, igualando assim a contribuição feita pelo setor agrícola. O Brasil continuou, no entanto, a depender predominantemente das exportações agrícolas e animais para obter divisas. Essas exportações, exceto durante a Segunda Guerra Mundial, representaram bem mais de 90% das exportações brasileiras, com o café contribuindo entre 40% e 70%. (O Brasil normalmente fornece cerca de metade das importações de café dos EUA, adquirindo assim as divisas que permitiram ao Brasil se tornar um dos importantes mercados americanos para máquinas e veículos. Durante 1953 e 1954, o Brasil forneceu apenas 40% do mercado de café dos EUA. No entanto, no último ano, a queda foi particularmente grave para o Brasil, uma vez que as importações totais de café dos EUA caíram 19% sob o impacto de um preço de café sem precedentes).

37. As divergências na taxa de crescimento entre os diversos setores da economia têm gerado graves desajustes. A rápida expansão industrial não foi acompanhada por um desenvolvimento proporcional das instalações de transporte e energia. A produção agrícola e mineira para exportação tem sido negligenciada em favor das indústrias manufatureiras. Além disso, a ênfase nas indústrias de bens de capital dentro do setor industrial tendia a criar um desequilíbrio entre a oferta e a demanda efetiva de bens de consumo. Inadequações nas instalações produtivas básicas e alto custo dos serviços distributivos contribuíram para os altos custos unitários dos bens de consumo, mantidos e incentivados por uma política deliberada de proteção por meio de regulamentações tarifárias e cambiais.

38. O rápido crescimento da economia brasileira ocorreu em condições de inflação ininterrupta. Nos últimos 15 anos, o custo de vida aumentou a uma taxa anual de mais de 16%; nos primeiros 11 meses de 1954, o custo de vida aumentou 22%. Os preços no final de 1954 estavam cerca de 770% acima dos de 1939. Essa taxa de aumento de preços é de uma ordem de magnitude diferente daquela historicamente experimentada pelo Brasil, ou seja, cerca de 2,5% ao ano. Em geral, os salários ficaram atrás dos preços. A inflação tem sido o resultado de vários fatores. Durante alguns anos anteriores a 1947, foi estimulada pela acumulação de substanciais superávits cambiais, que o Brasil não conseguiu converter em bens de consumo. Desde 1947, fatores domésticos, como déficits governamentais e a expansão do crédito, têm fomentado a inflação. De considerável importância também foi o fato de que uma grande proporção do investimento foi de longo prazo, o que não resultou em um aumento da produção de bens de consumo.

39. O esforço do Brasil para manter a taxa de industrialização, mesmo à custa de uma inflação severa, levou a recorrentes escassezes de divisas. A fim de permitir que a indústria nacional comprasse a baixo custo suas importações necessárias, manteve-se um valor altamente inflacionado para o cruzeiro. Esta sobrevalorização provocou um enfraquecimento da posição competitiva das exportações brasileiras e uma perda concomitante de divisas. Ao mesmo tempo, a expansão da indústria estimulou a demanda brasileira por matérias-primas, bens de capital e combustíveis, principalmente petróleo. Embora a produção industrial tenha sido capaz de gerar divisas significativas durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra não conseguiu competir com os países industrializados mais antigos, em parte por causa da supervalorização do cruzeiro. Da mesma forma, embora o governo brasileiro tenha insistido nos últimos anos que os novos investimentos estrangeiros sejam “construtivos”, ele deu maior ênfase à industrialização do que a investimentos que produziriam divisas. Consequentemente, a drenagem de recursos cambiais causada pelo aumento da produção industrial do Brasil tem sido incomparável com o novo poder aquisitivo de divisas.

40. As dificuldades cambiais do Brasil são dominadas pela grande e crescente demanda por importação de combustíveis. Cerca de um terço das receitas previstas em dólares de 1955 são destinados às importações de petróleo. A ideia de assegurar capital estrangeiro para encontrar e explorar os recursos petrolíferos domésticos, que foram inferidas da estrutura geológica do Brasil, há muito é reconhecida por muitos brasileiros proeminentes, em vista da falta de boas reservas de carvão e recursos hidrelétricos mal localizados. Em 1953, no entanto, nacionalistas e comunistas extremistas lideraram a aprovação da legislação estabelecendo

o monopólio do petróleo ao governo e excluindo o capital estrangeiro, e desde então impediram uma modificação da legislação pela nova administração. O monopólio do Brasil provavelmente não terá sucesso, exceto, talvez, a longo prazo, por causa da falta de recursos e habilidade técnica do país. No entanto, na ausência de recursos naturais de combustível, um maior crescimento econômico colocará uma pressão cada vez maior sobre os já inadequados recursos cambiais.

41. Durante 1953 foi feita uma séria tentativa de resolver o problema cambial. No início do ano, o governo Vargas enfrentou uma crise cambial e uma grande dívida comercial, que foi temporariamente resolvida por um empréstimo de US\$ 300 milhões do Banco Export-Import. Pouco depois, um novo ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha³⁴², tentou reorientar a economia para eliminar algumas das causas óbvias do desequilíbrio. Ele fez um esforço determinado para estimular as exportações fornecendo subsídios e incentivos cambiais. Simultaneamente, ele iniciou um sistema de câmbio que restringiu o volume de todas as importações, mas especialmente as menos essenciais. Particularmente importante foi a preferência dada pelo controle cambial ao desenvolvimento das indústrias de serviços básicos atrasadas, como transporte e energia. Aranha não conseguiu, no entanto, garantir o apoio adequado do Executivo ou do Congresso. O Executivo temia que a contenção da inflação com a consequente restrição do desenvolvimento industrial prejudicasse seriamente a já enfraquecida posição política de Vargas. O Congresso, por outro lado, recusou-se a aceitar o risco político de abrir o petróleo brasileiro ao investimento estrangeiro. Tanto o Congresso quanto Vargas aparentemente esperavam que grandes exportações de café a preços favoráveis adiassem ou eliminassem o problema do drástico reajuste econômico interno.

42. No entanto, os preços do café caíram em maio de 1954, agravando seriamente a situação econômica do Brasil. Vargas então tentou fixar o preço do café, um movimento que resultou em uma séria redução no volume de exportações e nas receitas de câmbio do Brasil. As obrigações cambiais comerciais mais uma vez atingiram proporções sérias. Ao mesmo tempo, permitiu-se que a inflação corresse, alimentada pelos déficits do tesouro, pela expansão dos créditos bancários e pela desvalorização de fato do cruzeiro. A espiral preço-salário foi novamente acionada por uma série de aumentos salariais, principalmente pela duplicação do salário mínimo decretada por Vargas a partir de 1º de maio de 1954.

43. A administração de Café demonstrou sua consciência da necessidade de medidas politicamente intragáveis para enfrentar as dificuldades econômicas do Brasil. No entanto, não se sentiu suficientemente forte politicamente para propor reformas básicas como a restrição de salários, o abandono da estabilização do café ou a admissão de capital estrangeiro para o desenvolvimento do petróleo. Além disso, a cooperação do Congresso não está se desenvolvendo. 44. Ao assumir o cargo, a administração de Café foi imediatamente confrontada com uma crise cambial que foi enfrentada com a ajuda de um empréstimo de US\$ 200 milhões de bancos americanos. Ao mesmo tempo, empreendeu um programa para aumentar as exportações e reduzir as importações, principalmente em relação à área do dólar. O padrão de comércio planejado para 1955 prevê importações de áreas de moeda conversível

³⁴² Oswaldo Euclides de Sousa Aranha (1894 - 1960) (OLIVEIRA, 2021).

(principalmente os EUA) no valor de US\$ 532 milhões, uma queda acentuada em relação aos US\$ 755 milhões de 1954. O mecanismo para implementar essa redução está em uma redução puramente administrativa do câmbio do dólar leiloado para importadores. Essa redução é provavelmente viável, uma vez que algumas importações podem ser transferidas para a conta não conversível, onde há pouca dificuldade de pagamento, exceto em relação à libra esterlina. As exportações para as áreas de moeda conversível devem aumentar de US\$ 580 milhões em 1954 para US\$ 720 milhões em 1955. A reconquista do Brasil de sua tradicional participação no mercado americano de café será essencial para a realização dessa meta de exportação.

45. O principal impedimento para a adequação das vendas de café nos últimos oito meses foi o programa de estabilização de preços instituído por Vargas nos últimos meses de seu regime, com conotações nacionalistas de “proteger” os interesses do café brasileiro de “financiadores internacionais”. De acordo com o programa, foi estabelecido um preço mínimo de exportação, e o Banco do Brasil concedeu aos produtores de café empréstimos equivalentes a 100% do valor dos estoques, avaliados ao preço de Nova York de 87 centavos por libra-peso. Quando a política foi instituída, esperava-se que o preço de Nova York fosse forçado a subir. De fato, diminuiu cerca de 33%, principalmente em duas etapas, em agosto de 1954 e fevereiro de 1955. Enquanto isso, os investidores em café continuam recebendo o mesmo valor mínimo em cruzeiros e não sofrem pressão financeira para se desfazer de seus estoques, e as receitas cambiais das vendas de café estão abaixo dos requisitos mínimos do Brasil. Como resultado disso, o Brasil foi forçado a buscar novas ajudas financeiras no início deste ano. Em 9 de fevereiro de 1955, o Export-Import Bank concedeu um crédito de US\$ 75 milhões, do qual o Brasil pode sacar à taxa de US\$ 15 milhões mensais, se necessário, para atender aos requisitos mínimos estimados de câmbio em dólares. Compromissos financeiros internacionais em dólares, que não podem ser adiados, exigem ganhos em moeda estrangeira (incluindo saques sob o novo crédito de US\$ 75 milhões do Export-Import Bank) de pelo menos US\$ 60 milhões mensais; tais ganhos só podem ser obtidos com exportações de café para os Estados Unidos em maior quantidade do que em janeiro. Se isso não ocorrer, o uso de saldos de caixa e direitos de empréstimos existentes de bancos privados americanos podem fechar a lacuna por um curto período, mas posteriormente o Brasil voltaria a buscar ajuda do governo dos EUA. O governo brasileiro pode acreditar que os exportadores americanos, alarmados com a perda de seus mercados no Brasil para empresas europeias não afetadas pela escassez de dólares, pressionariam com sucesso o governo dos EUA a conceder ajuda financeira efetiva.

46. A administração Café reconhece a necessidade de controlar a inflação, mas, na situação política existente, as opções que lhe são abertas são estreitamente circunscritas. Tem crédito bancário restrito. Também propôs novos impostos para reduzir seus gastos deficitários, mas conseguiu do Congresso apenas um terço do aumento de impostos solicitado. Comprometeu-se, então, a reduzir os gastos do governo, mas na verdade foi obrigado a conceder aos seus funcionários civis e militares aumentos salariais “temporários” não previstos no orçamento. Além disso, o governo brasileiro é responsável, na opinião pública, pelo contínuo crescimento econômico do país e, portanto, está sob forte pressão para manter uma alta taxa de atividade econômica. Uma queda continuada na taxa de investimento privado, como ocorreu em 1953-1954, provavelmente

obrigaria o governo a retomar os gastos com obras públicas, mesmo sabendo dos efeitos inflacionários dessa política. Consequentemente, há poucas perspectivas de que a administração Café possa retardar substancialmente o progresso da inflação.

Nessas circunstâncias (parágrafos 43-46), não se pode esperar que a administração Café consiga muito para a solução das profundas e politicamente perigosas dificuldades econômicas do Brasil. A administração a ser eleita em outubro de 1955 terá que enfrentar os mesmos problemas. Há pouca perspectiva de que terá força política para impor remédios drásticos. De fato, enquanto qualquer governo brasileiro assumir que os empréstimos em dólares estão prontamente disponíveis, há pouca probabilidade de que incorra nos riscos políticos envolvidos na estabilização da economia. No entanto, o governo estaria ainda menos disposto a seguir medidas politicamente perigosas na ausência de empréstimos em dólares. Em vez disso, estaria sob extrema pressão para aplicar soluções radicais e nacionalistas aos problemas econômicos do Brasil. De qualquer forma, será necessária uma ação efetiva por um longo período para estabilizar a economia brasileira. (pp. 8-12)

76. A próxima contribuição a esta tese provém de um documento bem extenso, contendo 120 páginas, que recebeu a data de agosto de 1957, o código: CIA-RDP79T01018A000200060001-6 (Doc. 88) e o título: '*Petroleum in Latin America*'. Ele traz de forma não técnica, dados acerca da produção, refino, distribuição e consumo de petróleo e seus derivados nos países da América Latina. Ele recebeu a classificação inicial de secreto e depois passou a confidencial, tendo sido liberado em 16/05/2005.

Acredita-se que o Brasil tenha vastos recursos petrolíferos, mas a quantidade de petróleo realmente produzida é muito menor do que o necessário para atender até mesmo às necessidades domésticas. A razão para esta situação é simplesmente que o Brasil carece de capital, conhecimento técnico e incentivos necessários para desenvolver os recursos petrolíferos, mas se recusa a permitir a participação plena de empresas estrangeiras que possam suprir essas necessidades. (pp. 12-13)

C. Brasil – 1. Situação Geográfica dos Campos Petrolíferos – Todos os campos petrolíferos produtores do Brasil estão localizados na bacia do Recôncavo, próximo à costa atlântica, no estado da Bahia, ao norte e noroeste da cidade de Salvador. A maioria dos campos petrolíferos nesta área semitropical está na planície costeira baixa e ondulada. Parte da terra está desmatada, mas a maior parte está coberta com matagal ou arbustos densos o suficiente para exigir o uso de tratores para construir estradas e limpar o local para poços. Petróleo bruto, produtos refinados e suprimentos de campos petrolíferos são transportados através da vizinha Baía de Todos os Santos.

Além da bacia do Recôncavo, pelo menos 3 outras grandes bacias sedimentares medindo centenas de milhares de milhas quadradas, bem como 5 ou 6 bacias menores, têm possibilidades petrolíferas. As bacias maiores incluem os vales amazônicos e Sub-Andinos, que cobrem grande parte da bacia amazônica e o sopé oriental dos Andes; a bacia do Maranhão no centro-norte do Brasil; e a bacia do Paraná, abrangendo a maior parte do sul do Brasil. As bacias menores se estendem ao longo da costa atlântica

desde as proximidades de Fortaleza, no nordeste do Brasil, até o Cabo de São Tomé, ao norte do Rio de Janeiro.

2. Status e Desenvolvimento – Acredita-se que o Brasil tenha enormes recursos petrolíferos, mas a quantidade de petróleo que foi realmente retirada do solo é diminuta quando comparada às potencialidades do país ou às suas necessidades domésticas. A produção acumulada de petróleo bruto até meados de 1956 foi de apenas 7,5 milhões de barris, o que não é muito mais do que a produção dos EUA para um único dia em 1956. A produção brasileira em 1956 foi de 11 mil b/d³⁴³ contra uma demanda de 165 mil b/d. Se a demanda continuar a aumentar no ritmo atual, deve chegar a 264 mil b/d em 1958.

A produção brasileira de petróleo bruto vem aumentando nos últimos anos, embora não tenha acompanhado o aumento da demanda. Em 1940, foram produzidos apenas 2 mil barris; em 1950, a produção subiu para 339 mil barris.; e em 1955 superou a marca de 2 milhões. Apesar dessa melhora, o Brasil ainda está quase no final da lista dos países produtores de petróleo da América Latina.

Entre 1920 e 1939, uma prospecção bastante irregular de petróleo foi realizada – mas sem sucesso – em várias partes do Brasil por agências nacionais e estatais e por alguns operadores privados mal equipados financiados pelo capital brasileiro. Finalmente, em 1939, foi descoberto o primeiro poço comercialmente produtivo na bacia do Recôncavo.

O capital estrangeiro privado foi excluído da exploração e desenvolvimento do petróleo desde 1937. De 1939 a 1953, o Conselho Nacional do Petróleo ficou totalmente encarregado da busca de petróleo. Com a ajuda de técnicos estrangeiros, o Conselho desenvolveu os campos do Recôncavo e realizou programas de exploração limitados em outras partes do Brasil.

Embora o Brasil não tivesse capital e capacidade técnica suficientes para desenvolver rapidamente sua indústria petrolífera, o governo em 1953 adotou uma política que resultou em praticamente um monopólio estatal da indústria petrolífera brasileira. A opinião pública, inflamada pela propaganda comunista e nacionalista, influenciou muito a forma da legislação consubstanciada na Lei da Petrobras³⁴⁴ (Petróleo Brasileiro), promulgada em 1953, que resultou na quase completa nacionalização da indústria.

De acordo com as disposições da nova lei, uma empresa nacional de petróleo, a Petrobras, foi estabelecida e recebeu direitos quase exclusivos em todos os ramos da indústria, exceto *marketing*. A lei autoriza a criação de monopólios governamentais para toda exploração, desenvolvimento, refino e transporte de petróleo brasileiro sob administração da Petrobras. Embora a Petrobras tenha feito grande progresso recentemente no aumento da produção da única área produtora, grande parte desse aumento foi possível pela conclusão de um sistema de coleta de dutos, e não pela descoberta de novos campos. A produção local ainda fornece menos de um décimo do consumo, e as importações de petróleo bruto e produtos refinados em 1956 custaram o equivalente a cerca de US\$ 250 milhões, ou bem mais de 20% do valor de todas as importações brasileiras.

³⁴³ Barris por dia.

³⁴⁴ Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953: Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.

A magnitude da tarefa de explorar os recursos petrolíferos do Brasil é ilustrada pelo fato de que a área a ser explorada – com recursos de capital muito limitados – é maior que os Estados Unidos; o estado brasileiro do Amazonas sozinho, o atual foco de exploração, é mais que o dobro do tamanho do Texas.

A logística da busca de petróleo a mil milhas no interior é formidável. A área de floresta tropical é acessível apenas pelo rio. A exploração deve ser acelerada durante os poucos meses da estação ‘seca’, mais precisamente chamada de baixa-mar, que vai do final de julho a setembro. Os mapas topográficos são muitas vezes imprecisos; em alguns casos, os rios estão localizados a até 30 milhas de seus cursos reais.

Um dos poucos pontos positivos no cenário petrolífero brasileiro é o fato de que a Petrobras aparentemente está reunindo um corpo de técnicos com experiência suficiente para enfrentar a tarefa monumental de identificar os vastos recursos petrolíferos do país. O chefe do departamento de exploração da Petrobras³⁴⁵ tem muitos anos de experiência geológica, grande parte na América do Sul. Ele foi anteriormente o geólogo-chefe da Standard Oil Company de Nova Jersey, e formou uma equipe de geólogos e geofísicos de muitas partes do mundo.

3. Produção – O Brasil começou a produzir petróleo bruto em 1939 após a descoberta do campo de Lobato na bacia do Recôncavo. Esta bacia continua sendo a única área produtora no Brasil, apesar das vastas reservas que se acredita existirem em outras partes do país. O campo de Lobato produziu cerca de 80 mil barris de petróleo, mas agora está abandonado. Perfurações exploratórias posteriores revelaram uma série de outros campos na área do Recôncavo, mas apenas dois – Candeias, descoberto em 1941, e Dom João, em 1947 se mostraram grandes produtores.

O campo de Candeias contribuiu com cerca de dois terços de todo o petróleo bruto produzido no Brasil; em 1956 tinha uma taxa de produção de 3.000 b/d. O campo de Dom João produziu cerca de um quinto do petróleo brasileiro e, no ano passado, com uma produção diária de 2.000 barris, ficou atrás apenas de Candeias. Espera-se que o campo de Dom João contribua com uma porcentagem crescente da produção do país pelo menos nos próximos anos, pois parece que o campo de Candeias pode ter atingido seu pico de produção.

A produção total de 1940 de petróleo do Brasil, todos do campo de Lobato, totalizou apenas 2.089 barris, ou uma média de 5-7 b/d. Embora os campos de Candeias, Dom João e outros tenham sido descobertos nos últimos 7 anos, a produção total de 1947 foi inferior a 100.000 barris. Desde 1947 a produção anual tem mostrado um aumento constante. Em 1955 a produção ultrapassou 2 milhões de barris, mais de 20 vezes mais do que em 1947. Ainda não há informações disponíveis sobre a produção total de 1956, mas a taxa diária mais que dobrou, de 5,2 mil barris, em 1955, para 11 mil em 1956.

4. Reservas – As estimativas de reservas provadas no Brasil mudaram sensivelmente desde 1947. Naquele ano, as estimativas variaram de 3 milhões a 15 milhões de barris. No final de 1955, as reservas provadas do

³⁴⁵ Walter Karl Link - geólogo norte-americano, foi chefe de operações da Petrobras de 1955 a 1962 (PEYERL; DE MENDONÇA FIGUEIRÔA; BOSETTI, 2016; CPDOC/FGV <[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/link-walter#:~:text=Walter%20Link%2C%20ge%C3%B3logo%20norte%2Damericano,%2C%20Juraci%20Magalh%C3%A3es%20\(1954\)>](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/link-walter#:~:text=Walter%20Link%2C%20ge%C3%B3logo%20norte%2Damericano,%2C%20Juraci%20Magalh%C3%A3es%20(1954)>)>)

Brasil atingiram 40 milhões de barris. A melhora na posição das reservas provadas desde 1947 deve-se principalmente à descoberta do campo Dom João, que contém cerca de dois terços das reservas atuais. Outros aumentos substanciais são prováveis, principalmente se as áreas prospectivas fora da bacia do Recôncavo forem consideradas produtivas.

Os campos produtores da bacia do Recôncavo são há muito considerados as únicas áreas petrolíferas ‘provadas’ no Brasil. O petróleo foi atingido perto de Nova Olinda, no vale do Amazonas, em março de 1955, no entanto, essa área também pode ser considerada ‘comprovada’. Até que mais poços de teste sejam perfurados e mais explorações sejam concluídas, será impossível fornecer uma estimativa confiável da extensão das reservas na área. De fato, com base nos dados atualmente disponíveis, não é possível afirmar inequivocamente que existe petróleo em quantidades comerciais, embora não haja dúvida de que algum petróleo está disponível. No entanto, os brasileiros estão otimistas com as perspectivas para esta parte do vale amazônico. Um responsável brasileiro afirmou que a descoberta do poço de Nova Olinda, cerca de 160 quilômetros a sudeste de Manaus, mostrou que ‘sem dúvida há acumulações petrolíferas na bacia amazônica e que esta bacia, por sua extensão e espessura de sedimentação, pode conter estruturas capazes de acumular petróleo suficiente para satisfazer o consumo doméstico brasileiro por muitos anos e podem eventualmente fornecer um excedente de exportação’. O chefe do departamento de exploração da Petrobras caracterizou a perfuração de Nova Olinda como um dos maiores eventos petrolíferos do hemisfério.

Até o momento, o recorde de produção de Nova Olinda dificilmente justificaria tanto entusiasmo, exceto possivelmente do ponto de vista especulativo de longo alcance. Inicialmente, a vazão do poço descoberto era de 250 b/d, mas depois caiu para 17 a 30 b/d. Em julho de 1956 foi relatado que o poço estava totalmente fechado, e até o final de 1955 ainda não havia produção comercial. Mais poços estão sendo perfurados na área. A bacia do Paraná, a bacia de Sergipe-Alagoas, a bacia do Tucano e a bacia costeira entre Baía de Todos os Santos e Ilhéus são classificadas como áreas ‘favoráveis’ de prospecção de petróleo. A bacia do Maranhão, a Bacia Amazônica e Sub-Andina (com exceção da área provada de Nova Olinda), a faixa de planície costeira entre Ilhéus e o Cabo de São Tomé e as bacias costeiras do Nordeste são todas classificadas como áreas ‘possíveis’ de prospecção de petróleo. Em 1956, foram exploradas as bacias do Amazonas e Sergipe-Alagoas, a bacia costeira do nordeste do Rio Grande do Norte, a bacia do Maranhão, a bacia do Paraná e novos trechos da área do Recôncavo.

5. Refinarias – Ainda em 1951, o Brasil tinha apenas 4 pequenas refinarias de petróleo com capacidade combinada de 4.000 b/d. Os rendimentos dessas instalações atendiam apenas a uma fração das necessidades do país. Desde que a importação de produtos refinados impôs uma forte drenagem nas divisas brasileiras, houve uma forte tendência para o desenvolvimento de refinarias locais.

Atualmente, a capacidade total de refino é de cerca de 111.000 b/d, ou suficiente para atender cerca de metade das necessidades de produtos refinados do país. São 8 refinarias, sendo 2 de propriedade da Petrobras e 1 usina de asfalto que também é uma unidade da Petrobras. As refinarias da Petrobras respondem por 61% da capacidade diária do país. Dois grandes projetos estão programados pela Petrobras: a construção de uma nova planta de 90.000 b/d para o Rio de Janeiro, a ser concluída em 1959; e o aumento da capacidade da refinaria de Mataripe para 37.000 b/d.

Em setembro de 1956, uma nova refinaria de 5.000 b/d iniciou a produção a poucos quilômetros a leste da cidade de Manaus, no vale do Amazonas. É de propriedade da Companhia de Petróleo da Amazônia, uma empresa brasileira de controle privado autorizada a operar a usina porque estava em construção na época da criação da Petrobras. O petróleo venezuelano foi usado para a produção inicial, mas espera-se que a principal fonte seja o campo de Ganso Azul, localizado no lado leste dos Andes no Peru, ou o próprio vale do Amazonas, caso o petróleo nativo esteja disponível em quantidade adequada.

6. Mercados e Transportes – O período de desenvolvimento econômico do pós-guerra no Brasil foi acompanhado por uma taxa de aumento no uso de derivados de petróleo que foi superada em apenas um país do Hemisfério Ocidental – a Venezuela. O crescimento concomitante da produção brasileira de petróleo, no entanto, tem sido relativamente pequeno e, conseqüentemente, as importações de petróleo aumentaram rapidamente. Durante 1955, o Brasil inseriu cerca de 22 milhões de barris de petróleo bruto, ou mais do que qualquer outro país da América Latina, exceto a Argentina. Naquele ano, o Brasil produziu apenas 2 milhões de barris de petróleo bruto. A partir de 1956, a distância entre oferta e demanda ainda era grande. A produção foi de apenas 11 mil b/d contra uma demanda de 165 mil b/d. A dificuldade de se tornar autossuficiente em petróleo aumentará em vez de diminuir; se a demanda continuar a aumentar no ritmo atual, deve chegar a 264 mil b/d em 1958.

A Venezuela é a principal fonte de petróleo bruto importado do Brasil. Kuwait e Arábia Saudita, a partir do início de 1956, também forneceram uma quantidade significativa de petróleo ao Brasil, mas não há informações sobre o efeito da atual crise do Oriente Médio³⁴⁶ sobre essa fonte de abastecimento.

Em 1955, o Brasil importou cerca de 38 milhões de barris de produtos refinados, a maior parte dos quais veio diretamente da Venezuela, de Aruba ou Curaçao, onde parte do petróleo bruto venezuelano é refinado. Trinidad, Estados Unidos e Peru também fornecem ao Brasil produtos refinados, mas em quantidades relativamente menores.

O transporte e consumo do petróleo bruto produzido no Brasil limita-se, em geral, à área dos campos produtores. Como a maior parte do petróleo bruto e derivados usados no Brasil são importados, as frotas de navios-tanque do governo e das diversas empresas distribuidoras são o fator de transporte mais importante. O único grande duto liga Santos, porto de descarga de produtos importados, com a área industrial de São Paulo. O restante do país é servido por ferrovias, que transportam petróleo dos terminais portuários para os terminais terrestres e graneleiros. A distribuição local a partir desses pontos é feita principalmente por caminhão. Na bacia amazônica, no entanto, o petróleo pode ser transportado pelo rio Amazonas por barcas ou navios-tanque. (pp. 30-37)

G. Paraguai – Não há produção de petróleo no Paraguai, e o país não possui refinarias de petróleo. Todas as exigências domésticas para produtos petrolíferos devem ser satisfeitas por meio de importações. Tem havido especulações, no entanto, sobre a possibilidade de que os campos petrolíferos bolivianos e argentinos possam se estender até o oeste do Paraguai. Devido a esta possibilidade, a Union Oil Company da Califórnia em 1944 obteve autorização do governo para explorar petróleo no Gran

³⁴⁶ Pode estar se referindo à Crise de Suez (NETO, 2012) ou à Crise da Síria (ARRAES, 2016).

Chaco; no final de 1949, no entanto, as operações foram abandonadas, aparentemente sem ter encontrado petróleo em quantidades comerciais. (p. 56)

77. O próximo documento em estudo tem o código CIA-RDP79-01009A002600010006-7 (Doc. 52) e foi produzido em setembro de 1960. Tem o título: 'PARAGUAY - PART II: THE CENTRAL REGION', foi levemente sanitizado, foi produzido pelo Office of Research and Reports, contém 25 páginas marcadas como confidenciais, com destino não identificado. Sua liberação se deu em 10/02/2004. Como o nome sugere, ele se dedicou a falar da parte central do Paraguai.

III. Atividade econômica - As principais atividades econômicas, em ordem provável de importância, são agricultura, pecuária, manufatura e extração de madeira. A Região Central lidera o país em produção agrícola e também em manufatura, a maior parte concentrada em Assunção e arredores.

A maior parte das terras agrícolas está localizada na parte norte do Departamento Central, nas partes sul e leste do Departamento de Cordillera, ao longo da ferrovia entre Paraguarí e Villarica, e na área ao norte de Encarnación. As culturas comerciais, por ordem de importância, são a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. A cana-de-açúcar é geralmente refinada localmente, enquanto o algodão é enviado para Pilar e Assunção para processamento e o tabaco para Assunção, onde é transformado em cigarros (para homens) e charutos (para mulheres). As principais culturas de subsistência da região são a mandioca (manioc, cassava), que é de longe a mais importante, e o milho, a batata-doce, o arroz, o amendoim e a cebola, listados por ordem de produção.

A fazenda típica é um pequeno terreno, cerca de três quartos do qual é plantado com culturas de subsistência, uma pequena parte das quais é comercializada. O restante da terra cultivável é dedicado ao tabaco ou ao algodão. Os quintais e campos são repletos de árvores frutíferas — principalmente manga, abacate, mamão e banana — e de cocoteros (palmeiras de coco), que são semelhantes a palmeiras, e não a coqueiros. Cada fazenda tem algumas galinhas e porcos.

A pecuária é mais desenvolvida no sul. As partes sul dos Departamentos de Paraguarí e Misiones e as partes oeste dos Departamentos de Itapúa e Caazapá são predominantemente pastagens. O gado é criado exclusivamente e a carne bovina é consumida em Assunção, Villarica e Encarnación. Os couros são vendidos em Assunção e processados lá.

Embora a maior parte da manufatura esteja concentrada em Assunção, as indústrias de processamento de alimentos e de madeira têm uma distribuição mais ampla. As refinarias de açúcar e destilarias associadas, fábricas de processamento de arroz e erva-mate, fábricas de sabão e padarias estão espalhadas por toda a região, mas a única cervejaria, a fábrica de fósforos e as fábricas de cigarros, fábricas têxteis, fábricas de vidro e curtumes estão concentradas na capital. As madeireiras geralmente estão localizadas nas cidades maiores ao longo da ferrovia, perto dos centros de produção de madeira.

A mineração tem pouca importância. Um pouco de sal é extraído em Lambaré (25°21'S-57°39'W), perto de Assunção, e alguns afloramentos de calcário são explorados em outros lugares, todos em pequena escala. Os

depósitos de ferro, cobre e outros minerais são bem conhecidos, mas as quantidades não são suficientes para a exploração comercial. (pp. 18-19)

78. O documento de código CIA-RDP79T00472A000400010014-2 (Doc. 75) foi datado em 15/01/1965 e recebeu o título de '*Some Political and Economic Problems Arising From State*'. Trata-se de um memorando produzido pela Diretoria de Inteligência. Contendo 22 páginas foi parcialmente desclassificado, tendo sido originalmente confidencial, e sanitizado com remoção de pelo menos 3 páginas. Ele foi liberado em 22/08/2012.

1. Os problemas econômicos e políticos decorrentes da experiência da América Latina com empresas estatais estão intimamente ligados às preocupações dos EUA sobre a eficácia das políticas de assistência externa. O secretário de Estado adjunto, Thomas C. Mann³⁴⁷, apontou os déficits das empresas estatais latino-americanas como uma das principais causas da 'inflação crônica e galopante' e como um dreno da poupança doméstica, urgentemente necessária para fins de desenvolvimento. (p. 4)

4. Considerações políticas e econômicas contribuíram para a origem e expansão das empresas estatais. O orgulho nacional tem sido um fator no estabelecimento de certas agências econômicas estatais e praticamente transformou em 'vacas sagradas' empreendimentos como complexos de petróleo e mineração, sistemas ferroviários, marinha mercante e siderúrgicas. Além disso, há ampla aceitação na América Latina da filosofia de que o governo deve ter o monopólio de certos serviços 'sociais' e fornecê-los aos usuários sem considerar os custos de produção. Em muitos países, a ausência de uma classe empresarial dinâmica deixou um investimento nulo para o Estado. Em alguns casos, o capital privado reconheceu que não poderia sobreviver sob a política e regulamentação do governo e buscou uma venda negociada de seus ativos para o Estado. (pp. 4-5)

11. Mais recentemente, as políticas governamentais de preços e outras regulamentações, bem como a nacionalização, levaram a uma maior liquidação do investimento privado, particularmente em transporte público e serviços de energia elétrica. Ainda em outras esferas, o Estado (como política ou para satisfazer as aspirações populares) estabeleceu monopólios – por exemplo, a indústria do petróleo no México, Chile e Brasil. O Estado também interveio para reposicionar ou substituir o capital privado em setores que não podem atrair fundos privados. Por outro lado, os governos latino-americanos geralmente tiveram acesso a consideráveis créditos estrangeiros e domésticos e outras assistências para financiar os programas de empresas estatais, exceto talvez na exploração de petróleo. (p. 7)

17. No entanto, as demonstrações financeiras refletem os pesados gastos com mão de obra. Em grande medida, várias empresas econômicas estatais servem como projetos de obras públicas numa área onde as taxas de subemprego e desemprego têm sido elevadas nos últimos anos. Tanto a gestão como a força de trabalho são geralmente excedentes em uma média mínima de 30% a 35%. Por exemplo, a Companhia Automobilística Nacional do Brasil em 1962 produziu 1.178 veículos com uma força de trabalho de 3.800 pessoas. A afiliada da Ford Motor Company produziu

³⁴⁷ Thomas Clifton Mann (1912 - 1999) - diplomata norte-americano especialista em assuntos latino-americanos (TUNSTALL ALLCOCK, 2014).

14.000 veículos de marcas comparáveis com aproximadamente o mesmo número de funcionários. As entidades petrolíferas estatais fornecem mais uma ilustração desse padrão. De 1959 a 1964, o emprego na estatal brasileira de petróleo Petrobras triplicou, enquanto a produção aumentou apenas cerca de 5%. A agência de petróleo do México PEMEX, que emprega mais trabalhadores do que o total de várias empresas petrolíferas privadas na Venezuela – cada uma com sua administração e força de operações separadas – tem uma produção equivalente a cerca de 12% da Venezuela. A boa vida é desenfreada em agências como as ferrovias argentinas, brasileiras e bolivianas e a mineradora estatal boliviana COMIBOL. A política e os regulamentos governamentais, no entanto, impedem amplamente a demissão de trabalhadores excedentes pela administração.

18. Além dos custos que aparecem ou deveriam aparecer nas demonstrações de resultados, existem muitos custos indiretos para a economia, como o impacto inflacionário. O ministro do Planejamento brasileiro informou em julho passado que as perdas operacionais das empresas estatais brasileiras foram iguais a 80% do déficit do governo central. Só os subsídios concedidos a quatro dessas entidades no ano passado – ferrovias, portos, companhias aéreas e marinha mercante somaram cerca de 57% do déficit. As perdas das empresas estatais atingiram cerca de 30% dos déficits centrais do Chile nos últimos anos. O déficit de US\$ 300 milhões das ferrovias estatais da Argentina para o ano fiscal encerrado em outubro de 1964 – e estimado em 70% do líquido de perdas operacionais de todas as empresas estatais – totalizou cerca de 25% do déficit total do governo. A Embaixada dos Estados Unidos em La Paz declarou em 1962 que os déficits da mineradora estatal sozinha eram em média entre metade e dois terços do valor do programa de ajuda dos Estados Unidos. Uma causa importante dos déficits orçamentários mexicanos nos últimos anos tem sido o subsídio de empresas estatais que precificam seus bens e serviços abaixo do custo. Os déficits operacionais das empresas estatais também são um fator importante nos déficits centrais no Uruguai, onde só os subsídios às ferrovias e companhias aéreas estatais somarão mais de um terço do total em 1964. Em todos esses países, exceto no México, grandes déficits governamentais têm contribuído para espirais inflacionárias acentuadas.

19. Outro custo indireto da empresa estatal na América Latina tem sido o impacto adverso sobre o investimento privado, doméstico e estrangeiro. Declarações de líderes políticos, bem como planos de desenvolvimento nacional formulados sob a Aliança para o Progresso reconheceram a necessidade de um alto nível de investimento privado para complementar os recursos do setor público. No entanto, os governos inibiram ou reduziram o investimento privado em vários países por meio de regulamentações restritivas, práticas administrativas, legislação e controles de preços. Essas políticas e medidas têm o efeito de colocar uma pressão crescente sobre os limitados fundos públicos de desenvolvimento. Em alguns casos, a nacionalização ou a ameaça de sua nacionalização agravou os problemas do balanço de pagamentos ao afugentar o potencial investimento estrangeiro e ao direcionar o capital doméstico privado para países mais seguros no exterior. A imprecisão da política oficial em relação à indústria petrolífera privada na Argentina, Venezuela e Peru, a indústria de cobre de propriedade estrangeira no Chile, o setor privado de mineração no México e a indústria de energia elétrica no México e no Brasil nos

últimos anos são exemplos sérios de impedimentos para novos investimentos na América Latina. (pp. 9-11)

23. A maioria dos países maiores, incluindo Brasil, Argentina, México, Chile e Venezuela, tem ampla experiência com empresas estatais, e dois dos menores – Bolívia e Uruguai – são virtualmente de orientação socialista. Os governos da Colômbia, Peru e Paraguai estão menos envolvidos, mas também sofreram drenos financeiros devido ao subsídio de entidades estatais. Em todas essas áreas, o Estado é um grande investidor ou diretor de corporações ‘mistas’ e geralmente disponibiliza grandes créditos para suas operações. As agências estatais e mistas em cada uma dessas nações estão entre as maiores empresas, do ponto de vista da capitalização e da produção total. (p. 12)

27. Há muito que os principais contribuintes para os déficits operacionais das empresas estatais são os sistemas ferroviários nacionais. Isso vale para Argentina, México, Brasil, Chile e Uruguai. As perdas ferroviárias com estatais também são relativamente pesadas na Bolívia, Paraguai, Equador, Peru e Colômbia. Durante 1964, as perdas operacionais combinadas das ferrovias estatais da Argentina e do Brasil foram estimadas em cerca de US\$ 500 milhões, ou 25% do novo investimento anual projetado de fontes externas sob a Aliança para o Progresso. Os registros financeiros de outras entidades estatais de transporte também foram adversos, com poucas exceções, mas o tamanho da perda foi geralmente menor. (p. 13)

29. As empresas que fornecem energia elétrica ao público na América Latina, tanto governamentais quanto privadas, têm sido severamente prejudicadas por políticas tarifárias governamentais e subsídios de depreciação que impedem sua capacidade de acumular fundos internos para manutenção e expansão. Os baixos retornos também os impediram de competir no mercado aberto para levantar capital. Taxas baixas combinadas com condições inflacionárias forçaram a liquidação de empresas privadas. Por exemplo, a American and Foreign Power (AMFORP) negociou a venda de suas subsidiárias nos últimos anos para empresas elétricas governamentais na Argentina, Colômbia, México e Brasil. [Sanitizado] O futuro do setor privado remanescente no setor de energia elétrica em muitos dos principais países parece precário. (p. 14)

31. Na mineração e fundição, a empresa estatal de mineração da Bolívia COMIBOL é o principal exemplo de desempenho deficitário das entidades estatais. As minas de carvão estatais na Argentina, Venezuela e Brasil também exigiram muito dos fundos públicos para cobrir déficits operacionais e necessidades de capital. (p. 14)

34. A empresa estatal é uma questão política extremamente sensível em toda a América Latina, em grande parte porque está inseparavelmente ligada à soberania e ao orgulho nacional. Governos instáveis na América Latina, preocupados principalmente com a sobrevivência política, geralmente preferem evitar os riscos da decisão nesse campo. Essa hesitação em agir é reforçada pelo fato de que as empresas econômicas governamentais, em muitos casos, alcançaram poder autônomo, o que representa um desafio latente à autoridade do governo central. Alguns se tornaram impérios dentro de um império, desafiando com sucesso os esforços para reformá-los. As ferrovias estatais da Argentina e a mineradora estatal da Bolívia se enquadram nesta categoria. No Uruguai, o Presidente do Conselho Nacional de Governo informou recentemente ao Embaixador dos Estados Unidos que as agências estatais eram ‘pequenas repúblicas com independente desrespeito pelo bem-estar geral e pela política governamental’. Nenhum político mexicano questionaria a posição

de monopólio da PEMEX ou criticaria publicamente seu histórico administrativo ou financeiro. A Petrobras no Brasil é igualmente sacrossanta, principalmente porque sua gestão por tradição pertence aos militares. As agências autônomas brasileiras de transporte ferroviárias, marinha mercante e outras – estão quase fora do controle de seu órgão nominal de coordenação, o Ministério dos Transportes e Obras Públicas. (p. 16)

Tabela 4 - Intervenção de Brasil e Paraguai na Economia via Estatais

Pais	Ferovias	Emp. Aéreas	Transp. Marítimo	Telecomunicações	Setor Elétrico	Petróleo	Mineração	Bancos	Aço	Outras
Brasil	M	IP	PD	IP	PD	MV	PD	PD	PD	IP
Paraguai	M	M	PD	M	M	-	-	-	-	IP
Legenda:	M	Monopólio								
	IP	Investimento Pesado								
	PD	Posição Dominante								
	-	Não Apresenta								

Fonte: Adaptada de CIA-RDP79T00472A000400010014-2 (1965)

79. O documento seguinte, código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 112), de fevereiro de 1968, intitulado '*Intelligence Handbook <Classified> Brazil*', já foi trabalhado nas seções Comunismo. Cuba e Contrabando. Ele será abordado aqui em Economia e depois em Política Externa e Política Interna. Suas 331 páginas são muito ricas em dados úteis e infelizmente não é possível utilizá-las todas.

VI. Economia – A. Geral – O Brasil, embora seja basicamente um país agrícola, construiu um setor industrial impressionante em um período de tempo relativamente curto. A indústria e a agricultura contribuem cada uma com cerca de 28% para o Produto Interno Bruto (PIB).

As vastas extensões de terras agrícolas tropicais e subtropicais potencialmente boas do Brasil oferecem uma ampla gama de possibilidades agrícolas. Além de ser o maior produtor e exportador mundial de café, o Brasil é um grande produtor de cacau, algodão, feijão, arroz e milho e possui um dos maiores estoques de gado do mundo. O Brasil também possui vastos recursos florestais, grandes depósitos minerais (especialmente minério de ferro) e extensos recursos hidrelétricos. As principais deficiências de recursos do país são carvão e petróleo de alta qualidade. Apesar dessa base de recursos diversificada e extensa, o Brasil continua sendo um país pobre. A renda per capita média é de apenas US\$ 250 e, devido à desigualdade na distribuição da riqueza do país, a grande maioria da população recebe muito menos do que a média.

Na década de 1950, o Brasil desfrutou de um período de crescimento econômico sustentado, alcançando um crescimento médio anual do PIB de 6% de 1950 a 1961. Esse crescimento ocorreu principalmente no setor industrial, sob o estímulo de pesados investimentos públicos e uma entrada substancial de capital estrangeiro privado e tecnologia. Em 1962, no entanto, a taxa de crescimento econômico desacelerou e, em 1963, caiu para 1,6%, em grande parte como resultado de políticas econômicas

inadequadas que levaram a uma inflação em espiral e a grandes déficits na balança de pagamentos do Brasil.

Após a revolução de 1964, o governo Castello Branco procurou estabelecer uma nova base para o crescimento econômico sustentado sob um amplo programa de estabilização econômica. Durante 1964-66, sob este programa, os déficits governamentais foram reduzidos, o balanço de pagamentos do país foi melhorado e a taxa de inflação foi reduzida de 87% em 1964 para 41% em 1966. A taxa de crescimento econômico foi em média de apenas 3,8% em 1964-66, não conseguindo atingir a meta do governo em grande parte por causa das restrições do programa às importações e ao crédito. O novo governo Costa e Silva³⁴⁸, instalado em março de 1967, aparentemente pretende dar continuidade ao programa de estabilização, mas com maior ênfase na aceleração do crescimento econômico e menos na contenção da inflação do que no governo Castello Branco.

B. Agricultura – Cerca de metade da força de trabalho do Brasil é empregada na agricultura e ramos da indústria de processamento de *commodities* agrícolas dominam o setor manufatureiro. As exportações de *commodities* agrícolas – café, cacau, açúcar, algodão e tabaco – são a fonte de cerca de 80% das receitas cambiais do Brasil. A cultura mais importante produzida no Brasil é o café, que ocupou mais de 11% do total de terras cultivadas em 1965 e representou 51% do total das receitas de exportação nos anos 1960-65. A cultura do café está concentrada nos estados do sul do Paraná e São Paulo. O café foi a força motriz da agricultura até o final da década de 1950, quando a produção excedente e a queda dos preços internacionais levaram a políticas governamentais que enfatizavam a diversificação. Em 1966, o governo federal introduziu um novo programa para erradicar os cafezais e incentivar sua substituição por culturas alimentares. Esse programa teve sucesso limitado, resultando na retirada da produção de cerca de 625 milhões destas árvores até março de 1967 (o equivalente a cerca de 5 milhões de sacas de café). O algodão é uma das culturas mais importantes do Brasil. Em 1965, as exportações de algodão bruto foram de 0,2 milhão de toneladas métricas, representando cerca de 6% (US\$ 96 milhões) do total das receitas de exportação. Existem duas áreas distintas de produção de algodão no Brasil, o Sul e o Nordeste.

O Brasil produz cerca de um terço da produção mundial de cacau, a maior parte produzida no estado da Bahia. Tanto a produção quanto as exportações de cacau caíram durante o período 1960-65, mas, encorajadas pela recuperação dos preços mundiais, a produção aumentou 6% em 1966 para 171.000 toneladas métricas com exportações de 13.000 toneladas métricas.

A cana-de-açúcar é a quarta cultura mais valiosa cultivada no Brasil, e o país ocupa o quarto lugar no mundo na produção de açúcar. A produção de cana-de-açúcar aumentou rapidamente na última década em resposta à crescente demanda doméstica e de exportação. As exportações de açúcar (cru) atingiram uma média anual de 0,6 milhão de toneladas métricas durante 1960-65 e atingiram um recorde de 1,0 milhão de toneladas métricas em 1966, respondendo por cerca de 4% das receitas de exportação (US\$ 80 milhões).

O Brasil é autossuficiente na maioria dos alimentos, exceto trigo. As principais culturas alimentares domésticas são milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim e trigo. Pequenas quantidades dessas culturas (com

³⁴⁸ Ver: A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969 (MACARINI, 2006).

exceção do trigo) foram exportadas nos últimos anos. O trigo é a principal importação de alimentos. Durante o período 1960-65, o Brasil produziu uma média de 0,6 milhão de toneladas métricas de trigo anualmente, enquanto as importações anuais de trigo atingiram uma média de 2,1 milhões de toneladas métricas.

Desde 1964, o governo tem dado maior atenção ao setor agrícola há muito negligenciado. Medidas de curto prazo para promover a produção agrícola e melhorar os retornos financeiros para os agricultores incluíram a melhoria do crédito agrícola, preços mínimos para produtos agrícolas e maior assistência técnica. A abordagem de longo prazo para a agricultura envolve o desmembramento de grandes propriedades e colonização de terras governamentais, conforme previsto na Lei de Reforma Agrária de 1964³⁴⁹. A implementação da lei, até agora, limitou-se à conclusão de um levantamento de terras (em 1966).

C. Manufatura – O Brasil possui o complexo industrial mais desenvolvido da América do Sul e lidera todos os demais países sul-americanos em volume de produção industrial. A manufatura tem sido o setor de crescimento mais rápido da economia desde a Segunda Guerra Mundial, registrando um aumento médio anual de quase 10% no período 1956-62. Em 1963-64, a produção manufatureira estagnou e em 1965 declinou como resultado da redução da demanda e redução das importações sob o programa de estabilização econômica do governo.

O desenvolvimento da manufatura foi estimulado pela pronta disponibilidade de mão de obra, muitas matérias-primas industriais e pela presença de uma classe empreendedora de líderes industriais. A expansão industrial para o mercado doméstico tem sido limitada, no entanto, pela falta de um mercado nacional como resultado de meios de transporte inadequados, grandes disparidades regionais de riqueza e o fato de que um grande segmento da população está fora da economia monetária. Além disso, a proteção tarifária excessiva minimizou a competição empresarial, resultando em altos custos e baixa qualidade.

A área mais industrializada do país é a área triangular formada pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A manufatura é composta em grande parte pela produção de bens de consumo, dos quais os produtos alimentícios e os têxteis são os mais importantes. A produção de itens intermediários e bens de capital também cresceu rapidamente desde 1955 – o Brasil deu grandes passos na expansão da produção de madeira, produtos de papel, produtos químicos, veículos automotores, ferro e aço, máquinas e equipamentos.

A produção de veículos automotores, por exemplo, passou de menos de 31.000 unidades em 1957 para 225.000 unidades em 1966. O Brasil desenvolveu a maior indústria siderúrgica da América Latina, respondendo por cerca de 35% da produção total de aço da América Latina. Em 1966, o Brasil produziu 3,7 milhões de toneladas métricas de lingotes de aço. O Brasil tem cerca de 30 produtores de máquinas industriais pesadas. Uma ampla gama de produtos é feita, incluindo equipamentos para fornos siderúrgicos e laminadores, e a produção completa de turbinas, geradores de vapor, transformadores e equipamentos de energia elétrica.

³⁴⁹ LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 - "Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola." (BRASIL, 1964 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>)

D. Combustíveis, Energia e Mineração – O Brasil ocupa o quinto lugar no mundo em potencial hidrelétrico, mas suas reservas de combustíveis sólidos são pequenas. Os recursos comprovados de carvão, principalmente betuminoso (geralmente de baixa qualidade), são estimados em 2,2 milhões de toneladas. A produção de carvão foi de 3,1 milhão de toneladas métricas em 1965. A produção doméstica de petróleo bruto – 34 milhões de barris em 1965 – forneceu apenas cerca de um terço do consumo total e foi complementada por importações de 76 milhões de barris de petróleo bruto em 1965. O Brasil ocupa o quinto lugar entre os países latino-americanos em produção de energia elétrica (33,7 bilhões de quilowatts-hora em 1966) e em capacidade instalada (8,3 milhões de quilowatts em 1966). Aproximadamente três quartos da capacidade instalada estão em instalações hidrelétricas. Apesar do progresso considerável desde 1960 na expansão da capacidade, a demanda continuou a exceder a oferta, causando repetidas faltas e frequentemente exigindo o racionamento do consumo.

O Brasil possui extensos recursos minerais, dos quais os mais importantes são minério de ferro, manganês e minerais utilizados na produção de energia nuclear. Outros depósitos significativos incluem bauxita, cobre, chumbo e níquel. Apenas uma pequena parcela do potencial mineral do país é explorada. A mineração contribuiu com cerca de 2% para o PIB em 1964. O desenvolvimento da mineração foi impedido pela inacessibilidade de depósitos, falta de capital doméstico e desencorajamento governamental de investimentos estrangeiros – uma política que foi revertida desde 1964.

E. Investimentos, Finanças e Bancos – Durante todo o período pós-guerra, o rápido crescimento da economia brasileira foi resultado de investimentos de capital consideráveis por parte dos setores público e privado e um grande influxo de capital estrangeiro (mais de US\$ 100 milhões anualmente no período 1950-61). Nos anos de 1955-63, o investimento bruto foi em média de cerca de 16,5%. O setor privado (incluindo empresas governamentais autônomas) foi responsável pela maior proporção do investimento desde 1955, com sua participação variando de um mínimo de 60% a um máximo de 80% do total. No final da década de 1950 e continuando na década de 1960, as instalações industriais, de energia elétrica e as estradas foram os principais destinatários dos investimentos. A maior parte do investimento estrangeiro direto no Brasil concentrou-se na indústria. No final de 1965, os investimentos privados norte-americanos no Brasil totalizavam aproximadamente US\$ 1,1 bilhão, dos quais US\$ 0,7 bilhão no setor manufatureiro.

O orçamento do governo federal é o elemento dominante na política financeira brasileira. A história do orçamento federal desde o início da década de 1950 até 1963 tem sido de gastos em rápido crescimento sem paralelos com aumentos correspondentes nas receitas. Em 1963, apenas 66% das despesas eram cobertas por receitas. O rápido crescimento das despesas foi o resultado de uma série de fatores, incluindo grandes despesas de investimento público e o subsídio de empresas autônomas estatais ineficientes.

Sob o programa de estabilização econômica de 1964-66, os déficits orçamentários federais foram bastante reduzidos à medida que as taxas de impostos foram aumentadas, a administração tributária foi melhorada e os gastos foram colocados sob controle mais rígido. Em 1966, aproximadamente 90% das despesas foram cobertas por receitas. Além disso, os efeitos inflacionários dos déficits foram reduzidos ao financiá-los em maior medida com a venda de títulos ao público em vez de empréstimos junto ao sistema bancário.

O sistema bancário do Brasil é composto pelo Banco Central (criado em 1964), 320 bancos comerciais e 45 agências de bancos estrangeiros. Instituições bancárias e de crédito nacionais especializadas que fornecem crédito na agricultura, indústria e para o desenvolvimento de instalações básicas como transporte, portos e usinas de energia incluem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco de Crédito da Amazônia e o Banco do Nordeste. Fontes suplementares significativas de crédito incluem bancos de poupança e instituições de previdência social. Além disso, recursos de crédito substanciais são canalizados por meio de aproximadamente 300 financeiras, algumas das quais subsidiárias de bancos comerciais. F. Relações Econômicas Internacionais – As receitas de exportação, que em 1965 equivaliam a 7% do PIB, não foram um fator importante para o crescimento da economia brasileira desde meados da década de 1950. Ao longo da maior parte dos anos do pós-guerra, o comércio exterior brasileiro caracterizou-se, salvo raras exceções, pelo excesso de importações sobre as exportações. Esses déficits comerciais resultaram do fracasso do Brasil em expandir as exportações por meio da diversificação, da queda dos preços no mercado mundial para as exportações tradicionais e do fracasso em desvalorizar o cruzeiro tão rapidamente quanto os preços domésticos aumentaram. A partir de 1964, sob o programa de estabilização econômica, no entanto, o novo governo procurou aumentar as exportações, reduzir as importações e alcançar uma taxa de câmbio realista. O sucesso da política do governo é evidenciado pela forte melhora da balança comercial externa do país, que registrou superávits no triênio 1964-66. O superávit comercial em 1966 foi de cerca de US\$ 245 milhões.

O comércio de exportação do Brasil é dominado pelo café, que em 1965 respondeu por 44% das receitas totais de exportação de US\$ 1.596 milhões. Outros alimentos exportados incluem cacau e açúcar, que juntos representaram 6% do total das exportações em 1965. As exportações de matérias-primas industriais – algodão, minério de ferro, madeira e minério de manganês – ocupam o segundo lugar depois dos alimentos, respondendo por 18% do total das exportações em 1965. As exportações de manufaturados, que em 1963 estavam avaliadas em apenas US\$ 38 milhões ou 3% do total das exportações, atingiram um recorde histórico de US\$ 110 milhões em 1965 ou cerca de 7% do total das exportações.

As importações do Brasil (US\$ 1.096 milhões em 1965) são predominantemente bens de capital, produtos industriais intermediários e matérias-primas industriais. Estas três categorias representam cerca de dois terços do valor total das importações. As importações restantes consistem principalmente em manufaturas diversas e gêneros alimentícios.

Os EUA são o parceiro comercial mais importante do Brasil. Em 1965, a participação dos EUA no comércio total do Brasil era de 31%. A Alemanha Ocidental ocupa o segundo lugar depois dos EUA entre os parceiros comerciais do Brasil em termos de exportações e importações. Outros importantes parceiros comerciais do Brasil na Europa Ocidental incluem França, Itália, Bélgica-Luxemburgo, Holanda e Reino Unido. O comércio do Brasil com outros membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (LAFTA³⁵⁰) aumentou rapidamente, passando de US\$ 195 milhões em 1960 para US\$ 388 milhões em 1965, o equivalente a 14% do comércio total do Brasil em 1965. Trocas com países comunistas em 1965

³⁵⁰ Latin American Free Trade Association.

chegaram a US\$ 153 milhões ou 6% do valor total do comércio exterior do Brasil.

A participação não mudou significativamente durante a década de 1960. O Brasil tem experimentado graves dificuldades na balança de pagamentos desde o final da década de 1950, mas no período 1964-66 o país registrou três superávits consecutivos no balanço de pagamentos. Esses superávits se devem principalmente a grandes superávits comerciais, complementados por uma recuperação moderada do investimento privado estrangeiro e por saques de créditos estrangeiros concedidos pelos EUA, instituições financeiras internacionais e credores privados. Os pagamentos do serviço da dívida pública são um fardo pesado para a balança de pagamentos; em 1967, chegarão a US\$ 350 milhões ou cerca de 20% das receitas de exportação.

O Brasil tem sido o maior receptor de assistência econômica estrangeira na América Latina. Os compromissos totais de ajuda externa dos EUA e de instituições internacionais na forma de doações e empréstimos (excluindo o apoio à balança de pagamentos) totalizaram US\$ 3,1 bilhões de 1946 a 1965 – Esses compromissos representaram quase 25% do total da assistência econômica estendida à América Latina dessas duas fontes.

G. Principais Metas Econômicas – As principais metas econômicas estratégicas no Brasil são as grandes concentrações urbanas. São sete áreas-alvo estratégicas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília. Com exceção de Brasília, todas essas áreas-alvo são as principais concentrações brasileiras de indústria, comércio, instalações portuárias (exceto Belo Horizonte), telecomunicações e terminais de transporte. A área de São Paulo, por exemplo, (incluindo o porto de Santos) é a área mais industrializada do país e também o centro comercial-financeiro do país. Além disso, Santos é um dos dois principais portos do país (o outro é o Rio de Janeiro). A área de São Paulo-Santos contém várias usinas de energia elétrica e metalúrgicas, uma refinaria de petróleo, a maioria das fábricas de automóveis do Brasil e vários outros estabelecimentos industriais que produzem uma ampla gama de produtos, incluindo máquinas e equipamentos, produtos químicos têxteis, papel e calçados. (pp. 232-238)

80. O documento que segue é semelhante a outro que temos nesta tese, o que trata do Brasil, pois se refere ao Paraguai em vários aspectos. Seu código é: CIA-RDP79-00927A006300040003-8 (Doc. 49), recebeu data de 01/03/1968 e o título: '*Stroessner's Paraguay*'. Ele aparece em algumas outras seções desta tese.

Desenvolvimentos Econômicos Recentes – Nos últimos anos, o Paraguai alcançou um histórico respeitável de estabilidade de preços e crescimento econômico que tem sido um fator importante para melhorar a estabilidade social. Em 1956, Stroessner convidou uma equipe do Fundo Monetário Internacional para ajudá-lo a aliviar os problemas econômicos mais graves do Paraguai. Desde então, uma série de reformas drásticas melhoraram as finanças governamentais, aumentaram a produção e as exportações e permitiram uma expansão econômica que resultou em melhorias constantes nos níveis de bem-estar social e econômico.

O Paraguai, no entanto, ainda é um dos países menos desenvolvidos da América Latina. Sua taxa de crescimento anual do produto interno bruto desde 1961 foi de quase 4%, mas foi acompanhada por um aumento

populacional de 3% ao ano. Durante esse período, os preços permaneceram relativamente estáveis, aumentando a uma taxa anual inferior a 2,5%. A taxa de câmbio, fixada em 126 guaranis por dólar desde 1956, é uma das mais estáveis da América Latina.

Políticas monetárias e salariais rigorosamente mantidas praticamente eliminaram a outrora grave inflação e mantiveram os déficits orçamentários em um nível viável. No entanto, os principais impedimentos para o rápido desenvolvimento econômico ainda permanecem. O progresso econômico e social tem sido retardado pelo isolamento geográfico e por meios de transporte pouco desenvolvidos. A maior parte do comércio exterior deve seguir a rota cara do sistema fluvial Paraguai-Paraná-Prata até Buenos Aires.

A população escassa e a falta de investimentos limitam a exploração efetiva de florestas, pastagens e terras agrícolas. Obstáculos à expansão das exportações, a virtual ausência de recursos minerais conhecidos e o pequeno tamanho do mercado interno desencorajaram o investimento estrangeiro e impediram o desenvolvimento de muitas outras indústrias além do processamento de produtos agrícolas.

O nepotismo, o contrabando institucionalizado e a escassez de mão de obra treinada que continuam a caracterizar o governo não são um mecanismo ideal para formular, financiar e executar grandes programas de desenvolvimento. No entanto, Stroessner está fazendo um esforço sério para desenvolver a infraestrutura econômica e social, melhorar as finanças públicas por meio de reformas fiscais e tributárias e incentivar o investimento privado. As leis de incentivo ao investimento estrangeiro, já liberais, estão em processo de aperfeiçoamento.

Embora a dívida externa pública tenha aumentado de apenas US\$ 8 milhões em 1954 para US\$ 120 milhões em 1967, o cronograma de pagamento é tal que o ônus do serviço da dívida é moderado. Os pagamentos de amortização representam, em média, cerca de 7% dos ganhos em moeda estrangeira em conta corrente.

Recentemente, o governo embarcou em um programa de longo alcance de desenvolvimento hidrelétrico. Uma das fontes de energia mais importantes será a barragem de Acaray, 320 quilômetros a leste de Assunção, que entrará em operação este ano. Sua capacidade inicial de 45.000 quilowatts deverá dobrar dentro de alguns anos. A melhoria da capacidade hidrelétrica já permitiu o estabelecimento de duas plantas de pasteurização de leite e cinco plantas de refrigeração para os abatedouros de gado. O desenvolvimento adicional de indústrias relacionadas com a agricultura resultante de novas instalações de energia fornecerá uma base melhorada para o crescimento econômico sustentado. Em grande medida, as perspectivas econômicas de longo prazo do Paraguai dependem de sua capacidade de tornar sua produção agrícola mais eficiente e de converter sua matéria-prima em produtos mais avançados e aceitáveis nos mercados mundiais. (pp. 7-9)

81. O documento logo a seguir tem o código: CIA-RDP79-00927A006400080003-3 (Doc. 50), é datado de 24/05/1968 e tem o título: '*Brazil Under Costa e Silva*' e foi citado em outras seções desta tese.

Fatores Econômicos – Costa e Silva manteve em geral o programa de desenvolvimento e estabilização iniciado por Castello Branco. Uma

recessão nos negócios foi interrompida, a atividade econômica se recuperou e está em alta, e o custo de vida agora está subindo a um ritmo mais lento (41,1% em 1966, 24,5% em 1967). A ênfase está tanto no desenvolvimento quanto na desaceleração da inflação, mas o problema básico continua sendo o de manter os esforços de estabilização necessários e, ao mesmo tempo, produzir alguns ganhos tangíveis para as massas brasileiras. A população continua a crescer a uma taxa alarmante de 3,1% ao ano, quase consumindo os benefícios do aumento do crescimento econômico. A satisfação mais rápida das necessidades do povo por educação, moradia, melhores padrões de saúde e muitas outras aspirações legítimas é essencial para que o Brasil possa alcançar a base para a estabilidade interna de longo prazo e um papel responsável e consistente nos assuntos mundiais. (p. 7)

82. Este novo documento, de código: CIA-RDP79R00967A000400020007-9 (Doc. 66), data 01/12/1971 e título: *'The New Order in Brazil'*, foi feito pelo *'Office of National Estimates'* em conjunto com a CIA. Não consta seu destino. As 23 páginas que o compõem foram secretas até 08/03/2007, quando houve sua liberação. Como se trata de um documento muito rico, ele foi dividido em outras seções.

III. Programas Econômicos e Sociais – 12. A conquista mais significativa do governo militar foi o desempenho econômico do Brasil. De fato, sua reputação agora depende, em grande medida, da força da economia. Nos últimos quatro anos, o produto nacional bruto aumentou a uma taxa anual de 8 a 10 por cento, com as exportações e a produção industrial liderando. As importações também aumentaram acentuadamente, mas a força do setor exportador, juntamente com grandes entradas de capital estrangeiro, aumentaram substancialmente as reservas cambiais do Brasil.

13. Essas conquistas impressionantes se devem em parte ao grande mercado interno do Brasil, sua vigorosa classe empresarial e sua ampla base de recursos. Mas também se devem em grande medida às iniciativas políticas empreendidas pelos governos militares desde 1964. O desenvolvimento econômico está recebendo a mais alta prioridade, mesmo sob o risco de instabilidade contínua dos preços. Além disso, os governantes militares do Brasil reverteram políticas anteriores que desencorajavam tanto as exportações quanto os investimentos estrangeiros. As exportações foram estimuladas e diversificadas por sucessivas desvalorizações do cruzeiro e por um amplo programa de subsídios e incentivos fiscais aos exportadores. O investimento estrangeiro tem sido ativamente incentivado, e o capital está fluindo para o Brasil a uma taxa de mais de um bilhão de dólares por ano. De igual importância, o governo ajudou a fomentar um clima de otimismo dentro da comunidade empresarial brasileira; o investimento privado doméstico recuperou-se dos baixos níveis prevalecentes em meados da década de 1960.

14. O governo teve muito menos sucesso em seus esforços para integrar a região rural e empobrecida do Nordeste à economia moderna. Nos últimos anos, algumas indústrias se mudaram para o Nordeste sob um programa governamental de incentivos fiscais, mas pouco progresso foi feito lá no desenvolvimento da indústria ou no alívio do desemprego e subemprego em massa. O plano de industrialização está agora a ser abandonado e os seus fundos desviados para um novo programa

(Proterra³⁵¹) destinado a desenvolver os recursos agrícolas da região. Ainda não está claro como esse novo programa funcionará. O governo diz que vai promover a redistribuição de terras, a melhoria da tecnologia agrícola e a expansão do ‘agronegócio’. Até agora, o governo expropriou terras de apenas algumas plantações de açúcar ineficientes e parece não querer desafiar os poderosos interesses do açúcar que dominam a região e prosperam por causa dos subsídios do governo e dos baixos custos trabalhistas. Os pequenos proprietários ainda têm dificuldade em obter crédito bancário.

15. De longe, o plano mais ambicioso do governo – comparável em escopo à construção de Brasília – é o plano de abrir a bacia amazônica ao desenvolvimento econômico. Duas vastas rodovias, cruzando o interior, já estão em construção. Sete novas cidades estão planejadas e o governo espera reassentar agricultores do Nordeste ao longo das rodovias. Grande parte do solo, no entanto, não é especialmente fértil e pode ser esgotado após alguns anos de uso intenso. Embora alguns colonos já tenham se dirigido para o oeste do superlotado Nordeste, o governo provavelmente terá dificuldade em persuadir muitos outros a arriscar as incertezas da fronteira. Um problema adicional é o enorme custo do projeto (US\$ 500 milhões apenas para a primeira etapa). Os fundos já estão sendo desviados de outras regiões, e o governo pode acabar gastando ainda mais do que planeja.

16. O programa Transamazônico tornou-se um símbolo importante para os líderes militares do Brasil. Para eles, representa o amadurecimento do Brasil e a realização de seu destino manifesto. Além disso, eles veem vantagens de segurança em ter a fronteira ocidental mais acessível e querem dar acesso a vários depósitos minerais inexplorados. Apesar das críticas de alguns especialistas brasileiros e estrangeiros, o atual regime não está disposto a retroceder.

17. O regime Médici parece menos comprometido em acabar com a inflação ou conter o desemprego e o subemprego. Depois de cair de um nível muito alto há alguns anos, a inflação permaneceu em cerca de 20% nos últimos três anos. Aproximadamente 25-30 por cento da força de trabalho está desempregada ou subempregada, e ainda assim as políticas econômicas do governo favorecem formas de desenvolvimento de capital intensivo em vez de trabalho intensivo. Nos últimos anos, o emprego tem crescido apenas cerca de 3% ao ano, pouco mais do que o suficiente para cobrir os aumentos anuais da força de trabalho. As taxas de salário mínimo do governo acompanharam o ritmo nos últimos anos com o aumento do custo de vida, mas as leis de salário mínimo não são efetivamente aplicadas e muitos trabalhadores recebem menos do que deveriam. Existem milhões de trabalhadores subempregados nas cidades e no campo que se beneficiam apenas de forma indireta e lenta da expansão econômica.

18. A taxa de crescimento populacional do Brasil aumenta o problema da pobreza. Embora a taxa provavelmente tenha diminuído nos últimos anos, ainda é de cerca de três por cento. A população total do Brasil, segundo o censo de 1970, é de 93 milhões. Pelas projeções atuais, chegará a 100 milhões em 1973 e o dobro antes do ano 2000. O regime de Médici ainda não reconheceu a alta taxa de crescimento populacional do Brasil como um problema. De fato, a linha oficial é que o Brasil deve continuar

³⁵¹ “Em 1971 foi instituído o PROTERRA para facilitar a aquisição de terras para os produtores que se deslocassem para a Amazônia” (ALMEIDA, 2008); “Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste” (BORBA, 2018).

a expandir sua população para alcançar a grandeza nacional, um mercado interno mais amplo para bens industriais, a colonização do interior e uma postura de defesa mais forte. Aconselhamento em planejamento familiar é fornecido por algumas instituições privadas e algumas clínicas públicas por iniciativa local, mas nenhuma publicidade é permitida. Acredita-se que a taxa de aborto ilegal seja muito alta.

19. Pela primeira vez em sua história, o Brasil passa a ter maioria urbana. Na década de 1960, mais de oito milhões de pessoas deixaram o campo para as cidades. Só São Paulo cresceu para mais de sete milhões. O governo tentou controlar a expansão das favelas construindo novas moradias na periferia de várias cidades. No entanto, as favelas continuam crescendo, assim como o congestionamento do tráfego e a poluição do ar. As pressões da vida urbana, no entanto, ainda não criaram sérios problemas políticos para o regime. A maioria dos moradores pobres das cidades aparentemente prefere estar perto de empregos, escolas, hospitais e luzes brilhantes, em vez de ficar presa no campo. À medida que suas expectativas aumentam, o governo terá um problema mais sério.

20. A apatia ainda é generalizada entre a maior parte da população brasileira. A maioria espera pouco do governo, seja ele civil ou militar. Para muitos, o subemprego é um modo de vida. A taxa de analfabetismo do Brasil (quase 50%) está entre as mais altas da América Latina. A maioria das crianças em idade escolar nunca vai além da quarta série. O governo está tentando melhorar as instalações e os currículos educacionais e definiu a melhoria do sistema educacional brasileiro como uma alta prioridade. Uma campanha de educação patrocinada pelo governo está em andamento. No processo, o regime corre o risco de aumentar a consciência política entre as massas. Uma população mais instruída provavelmente exigiria mais de seu governo central, mas isso é um problema e um desafio para os futuros regimes, não para o presidente Médici. (pp. 10-15)

28. A estabilidade atual pode não durar se o governo for incapaz de sustentar seu atual nível de realização econômica. O presidente Médici acaba de anunciar com algum alarde um ambicioso novo plano econômico para o período 1972-1974³⁵². Exige, entre outras coisas, o crescimento contínuo do PIB de 8 a 10% ao ano e o crescimento das exportações em 15% ao ano. Se os objetivos do plano não forem alcançados, a aura de sucesso que agora envolve o governo pode começar a se desvanecer. Os elementos da oposição teriam uma questão conspícua para explorar, e a dissensão provavelmente aumentaria dentro das próprias forças armadas à medida que a eficácia do governo parecesse declinar.

29. No momento, as chances de atingir as metas de exportação do plano não são boas, mas a economia como um todo deve manter uma alta taxa de crescimento pelo menos até 1974. Parece razoável esperar aumentos no PIB entre a média anual de 6% mantida desde a Segunda Guerra Mundial até 1964 e os 8 a 10% alcançados durante os últimos anos. O investimento como porcentagem do PIB está atualmente próximo de níveis recordes e espera-se que aumente devido ao contínuo otimismo dos investidores privados e aos gastos de desenvolvimento planejados pelo governo.

³⁵² “O I Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1971, no governo Médici, estabeleceu ações prioritárias que visavam, dentro outras realizações e metas: manter o país na lista dos 10 países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), ultrapassar barreira dos 500 dólares de renda per capita, em 1974. (BRASIL. Senado Federal. Estado Brasileiro (Org.). Lei nº: 5.727 de 4 de novembro de 1971:I - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) - 1972/1974)” (SOARES, 2015).

30. A situação do balanço de pagamentos começou a piorar, e é provável que isso continue. É quase certo que as importações crescerão a um ritmo mais rápido do que as exportações. Além disso, o Brasil deve financiar o aumento dos encargos do serviço da dívida; é agora o maior mutuário do Banco de Exportação-Importação e do BIRD. Se grandes déficits no balanço de pagamentos se desenvolverem, eles terão apenas um impacto gradual no crescimento da economia, por causa das grandes reservas que o Brasil acumulou nos últimos anos. Eventualmente, no entanto, os déficits exigiriam alguma ação corretiva.

31. Não importa o que aconteça com a economia, os graves problemas sociais do Brasil não serão resolvidos. Milhões de camponeses e cidadãos pobres com um papel apenas marginal na vida econômica continuarão olhando de fora. Os programas sociais do governo parecem improváveis de melhorar as condições de vida para a grande maioria dos brasileiros. De fato, a rodovia Transamazônica e o impulso de desenvolvimento que a acompanha provavelmente desviarão dinheiro do Nordeste e das favelas urbanas de todo o país. No entanto, a apatia pública e a absorção de energias nos problemas diários provavelmente prejudicarão qualquer esforço para politizar as massas. Os brasileiros estão acostumados com governos que ignoram ou não conseguem lidar com os problemas da pobreza. As altas taxas de crescimento populacional agravarão alguns desses problemas, mas o governo continua convencido de que a pretensão de grandeza do Brasil será reforçada à medida que seus números aumentarem. (pp. 19-21)

83. O documento de código: CIA-RDP79T01098A000200020001-2 (Doc. 91), de outubro de 1973, recebeu o nome de ‘<Sanitized> *Growing Economic Ties With Latin America*’. O texto não fornece claras indicações de origem e destino das informações. Ao final há um formulário preenchido à mão com letra de forma, fornecendo alguns dados de catalogação, como data, código, assunto, região geográfica e países mais citados. Suas 22 páginas foram confidenciais até 30/04/2001, quando foram parcialmente sanitizadas para a liberação. O Brasil aparece em destaque, mas o Paraguai apenas lateralmente quase ao final do documento.

RESUMO – A presença econômica do Japão na América Latina está se expandindo rapidamente à medida que os japoneses se movem para diversificar seus mercados no exterior e desenvolver saídas para capital de investimento. Os japoneses já estabeleceram uma pequena presença em muitos mercados latino-americanos, e as vendas para a região devem chegar a US\$ 2 bilhões este ano, ou aproximadamente o dobro do nível de 1970. [Sanitizado]

Para ajudar a impulsionar as vendas e garantir um fornecimento estável de matérias-primas da região, o Japão está fornecendo quantidades relativamente grandes de capital para os países da América Latina. Desde o início de 1972, fontes privadas e governamentais disponibilizaram para financiar cerca de US\$ 2 bilhões em empréstimos de médio e longo prazo para compras de produtos japoneses. [Sanitizado]

Grande parte do interesse econômico do Japão na América Latina está concentrado no Brasil e no México. A maioria dos investimentos feitos até

agora está no Brasil, e um terço do comércio do Japão com a América Latina envolve Brasil e México. Os japoneses, no entanto, também estão expandindo seus laços comerciais e econômicos em outros países, como Peru, Colômbia, Argentina e até Cuba. De modo geral, os países latino-americanos têm incentivado o Japão a ampliar seu envolvimento econômico na área, em alguns casos encarando-o como uma forma de reduzir sua ainda muito forte dependência dos Estados Unidos. (p. 3)

5. O Japão concentrou seus esforços de negócios em alguns países-chave, notadamente o Brasil, Venezuela e México (...). Os programas desses países para desenvolver indústrias básicas como ferro, aço e petroquímica abriram grandes novas oportunidades de negócios. (...) As vendas para o Brasil – de longe o maior mercado mais do que dobraram entre 1970 e 1972, atingindo cerca de US\$ 395 milhões. Durante o mesmo período, as vendas para o México e a Venezuela aumentaram mais de 50%, para cerca de US\$ 335 milhões. Ganhos substanciais de exportação foram obtidos em outros mercados, mas na maioria dos casos as vendas ainda chegam a menos de US\$ 50 milhões por ano. (pp. 4-6)

7. O Japão tem sido particularmente bem sucedido na conquista de contratos de fornecimento no Brasil. Contratos no valor de quase US\$ 500 milhões foram concedidos no ano passado. A maioria desses contratos é de fornecimento de máquinas e equipamentos para a indústria siderúrgica brasileira em expansão ou para instalações de transporte (...). Como os japoneses têm ou planejam um investimento de capital substancial em muitas indústrias brasileiras, eles têm uma vantagem especial sobre outros fornecedores em potencial quando fazem licitações em contratos. Ao impulsionar as vendas para o Brasil e outros países da região, os japoneses também se beneficiam de seu papel de grandes compradores de matérias-primas. Frequentemente, eles financiam o desenvolvimento desses recursos, e os fundos geralmente estão vinculados à compra de equipamentos japoneses. (p. 6)

Ajuda Oficial à América Latina – 20. Até 1970, a ajuda econômica oficial à América Latina era mínima. A ajuda foi limitada a três empréstimos de desenvolvimento totalizando US\$ 31 milhões para Paraguai, Brasil e México, mais US\$ 8 milhões em assistência técnica. Os termos dos empréstimos eram menos generosos do que os oferecidos a países em regiões onde a participação econômica do Japão era maior. A ajuda multilateral consistiu em US\$ 30 milhões em empréstimos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

21. Durante o ano passado, Tóquio intensificou sua ajuda, concedendo empréstimos no total de US\$ 152 milhões ao Peru, México, Paraguai, Costa Rica e Chile. Além disso, os termos do auxílio foram substancialmente facilitados, reduzindo as taxas de juros para até 3,5% e estendendo os prazos de reembolso para 20 ou 25 anos. Em todos os casos, a ajuda continua vinculada à compra de produtos japoneses. (p. 13)

84. O documento seguinte, de código: CIA-RDP85T00875R001900010186-2 (Doc. 122), datado de 19/02/1974, recebeu o título: *'Impact of Higher Oil Prices on South America'*, tendo sua origem incerta, ele foi dirigido a Charles L. MacDonald (Departamento do Tesouro). Suas 25 páginas receberam a classificação de *'Confidential'*, tendo sido liberado após sanitização em 26/09/2006.

1. O impacto dos custos mais altos do petróleo nos países sul-americanos em 1974 irá variar. O crescimento e a estabilidade de preços serão impedidos em alguns países. As receitas de exportação aumentarão acentuadamente para os outros. Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – países amplamente dependentes de suprimentos estrangeiros de petróleo – sofrerão mais. Argentina, Colômbia e Peru, que produzem a maior parte de suas próprias necessidades, serão afetados apenas moderadamente. Bolívia, Equador e Venezuela, exportadores de petróleo, ganharão substancialmente com maiores ganhos em divisas, maiores pagamentos de *royalties* e impostos pelas companhias petrolíferas. (p. 3)

3. Se preços mais altos impedirem a manutenção ou expansão das importações de petróleo, o crescimento econômico será reduzido ainda mais. O consumo de petróleo tem aumentado de forma constante na região, a taxas que variam de 8% para a Colômbia a 12% para o Brasil. Como grande parte da energia elétrica e meios de transporte da região são abastecidos por petróleo, o crescimento da produção industrial provavelmente diminuirá e o transporte poderá ser interrompido. Existem poucas fontes de energia substitutas prontamente disponíveis.

4. A conta de importação de petróleo do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai poderia atingir US\$ 2,7 bilhões em 1974, o equivalente a cerca de 30% de suas receitas de exportação. O Brasil responderia por cerca de US\$ 2,2 bilhões e o Chile quase todo o restante. As importações para o Paraguai e Uruguai são pequenas. As importações de petróleo projetadas do Brasil custarão cerca de 30% das receitas de exportação projetadas e as do Chile cerca de 23%. As importações do Uruguai equivalerão a cerca de 45% das receitas de exportação. Como as necessidades do Paraguai são pequenas, as importações de petróleo podem ser inferiores a 10% das receitas de exportação projetadas. A forte posição de reservas e capacidade de exportação do Brasil permitirão que ele absorva os custos mais altos de importação de petróleo. Em contraste, os preços mais altos do petróleo terão um efeito particularmente prejudicial sobre as economias do Chile e do Uruguai, porque eles também precisam importar outros alimentos e matérias-primas essenciais e suas indústrias de exportação não serão capazes de expandir as receitas o suficiente para compensar os custos de importação crescentes. (pp. 3-4)

7. O Uruguai e o Paraguai se beneficiaram muito com os preços mais altos dos produtos agrícolas. As exportações do Uruguai cresceram 52% em 1973, chegando a US\$ 300 milhões. Para evitar um déficit substancial de pagamentos, no entanto, era necessário reduzir as importações, restringir os movimentos de capital e vender as reservas oficiais de ouro no mercado. Assim, as reservas cambiais líquidas foram mantidas em menos de US\$ 20 milhões. As reservas cambiais do Paraguai aumentaram cerca de 40% para US\$ 43 milhões durante 1973, refletindo em grande parte um superávit comercial estimado de US\$ 21 milhões que compensaram pequenas saídas de capital. (p. 6)

10. O Paraguai deve ser capaz de financiar sua crescente conta de importação com maiores receitas de exportação e com base em suas reservas cambiais. O Uruguai terá dificuldade em pagar suas importações. Montevideú foi forçada a manter as importações dentro das atuais receitas de exportação nos últimos anos por causa da posição de reserva externa do país, seus atrasos comerciais substanciais e baixa classificação de crédito internacional. Embora as exportações possam atingir um valor estimado de US\$ 325 milhões, 45% disso irá para pagar as importações de petróleo. Tais pagamentos exigiriam um corte substancial nas outras importações do

Uruguai principalmente matérias-primas e bens intermediários para a indústria local. (p. 7)

Brasil – 30. A conta de importação de petróleo do Brasil durante 1974 provavelmente ultrapassará US\$ 2 bilhões, cerca de 30% das receitas de exportação estimadas em 1974. A forte posição de reserva externa do Brasil e a capacidade de exportação permitirão que o Brasil absorva o aumento da carga e o impacto na economia doméstica será apenas moderado.

31. Nos últimos dois anos, o Brasil teve um desempenho excepcional na balança de pagamentos. As exportações subiram à medida que os preços do mercado mundial para suas exportações agrícolas dispararam e as vendas no exterior de produtos manufaturados expandiram rapidamente. Em 1973, as exportações aumentaram 55% para US\$ 6,2 bilhões. As importações aumentaram 42%, para US\$ 6,8 bilhões. Nos últimos anos, entradas substanciais e crescentes de investimento estrangeiro compensaram grandes déficits em conta corrente. Em 1973, o superávit da balança de pagamentos ultrapassou US\$ 2 bilhões. Como resultado, as reservas de ouro e divisas aumentaram rapidamente, atingindo US\$ 6,4 bilhões no final de 1973, suficientes para financiar quase 70% das importações projetadas para 1974.

32. O aumento dos custos do petróleo terá um impacto substancial na balança de pagamentos. Os preços mais altos do petróleo e a expansão esperada de outras importações podem aumentar a conta total de importação em mais de 35%, para uma projeção de US\$ 9,2 bilhões. Sem os aumentos inesperados de preços dos últimos anos, as exportações devem crescer apenas 20%, atingindo cerca de US\$ 7,2 bilhões.

O déficit comercial de 1974, de cerca de US\$ 2 bilhões, seria mais do que o triplo do déficit do ano passado. Aumentos contínuos nas importações de matérias-primas, intermediários e bens de capital são essenciais para que a rápida expansão do Brasil continue. Grandes pagamentos ao exterior contribuirão para o déficit em conta corrente estimado entre US\$ 2,5 a US\$ 3 bilhões, acima dos US\$ 1,4 bilhão em 1973. A turbulência nos círculos de investimento internacional pode reduzir o investimento estrangeiro direto e outras entradas de capital a níveis que não compensariam totalmente a conta corrente, causando assim um déficit moderado na balança de pagamentos durante 1974. As autoridades governamentais provavelmente estariam dispostas a sacar reservas cambiais para financiar um déficit moderado na balança de pagamentos.

33. Apesar da alta dos preços do petróleo, a economia brasileira deve continuar crescendo em ritmo acelerado, embora um pouco abaixo da taxa de 1973. O crescimento econômico é projetado em cerca de 8% 9% em 1974, em comparação com 11,3% no ano passado. O crescimento mais lento reflete em grande parte as importações menores e os esforços do governo para reduzir as pressões inflacionárias que eram perceptíveis antes do recente aumento dos preços do petróleo. Os preços mais altos, no entanto, aumentarão a pressão sobre o crescimento. Mesmo com medidas deflacionárias, a inflação deverá superar os 16% registrados em 1973. (pp. 17-18)

85. O documento de código: CIA-RDP85T00875R001500060005-1 (Doc. 120), data 25/03/1974 e título: '*Weekly Summary Special Report Brazil: Geisel Takes Over*', não informa origem ou destino de suas 10 páginas. Como houve sanitização, estas informações

podem ter sido suprimidas durante a sanitização. Sua condição de secreto foi eliminada em 28/09/2004, quando de sua liberação.

Problemas econômicos – Para implementar a política econômica, Geisel escolheu como ministro Mário Henrique Simonsen³⁵³, um economista de 39 anos, altamente talentoso em empreendimentos acadêmicos, empresariais e governamentais. Simonsen, como seu antecessor, favorece a enérgica busca de crescimento ao invés de redistribuição de renda. Outro importante membro da equipe econômica é o atual ministro do planejamento, Reis Velloso³⁵⁴, também um hábil economista, que ficará no mesmo posto. O principal assessor financeiro de Geisel, Shigeaki Ueki³⁵⁵, se juntará ao gabinete como ministro de Minas e Energia.

Mesmo que a economia do Brasil tenha crescido há vários anos e não esteja em perigo aparente no futuro, é possível discernir áreas de preocupação para a nova administração. Uma é a inflação, que o novo ministro das Finanças vê como um sério problema doméstico. No ano passado, o aumento do custo de vida ultrapassou a meta declarada pelo regime de 12%, a primeira vez que Médici não conseguiu mantê-lo na marca estabelecida. O aumento dos preços de importação, bem como aumentos extraordinariamente grandes na oferta de dinheiro, alimentaram a inflação. Especialmente atingidos foram os preços de alimentos básicos, como arroz, feijão, carne bovina e leite. Em um esforço para conter a tendência de alta, o governo colocou controles sobre os preços, limitou as exportações de alimentos e importou alguns itens básicos que são particularmente escassos. No entanto, houve escassez nas lojas de alimentos. A seleção da Geisel de vários especialistas em agricultura para cargos de gabinete sugere que ele pretende dar grande ênfase ao aumento da produção de alimentos do Brasil como uma forma de lidar com a escassez e a inflação. Como o Brasil deve importar a maior parte de seu petróleo e o consumo está em constante aumento, o preço acentuadamente mais alto do petróleo também contribui fortemente para as pressões inflacionárias. Já este ano houve dois aumentos substanciais dos preços da gasolina. Como o novo presidente tem um conhecimento especializado do petróleo e da indústria petrolífera, o Brasil certamente continuará aprimorando suas técnicas na busca por mais petróleo. As inovações podem incluir acordos de troca de *commodities* como açúcar, arroz e soja por petróleo bruto. Geisel pode até chamar empresas estrangeiras de petróleo para ajudar na difícil e cara exploração no Brasil. Em uma nação tradicionalmente cautelosa em permitir a exploração estrangeira, as credenciais de Geisel como especialista em petróleo e forte nacionalista o colocariam em uma posição muito melhor do que qualquer outro brasileiro para considerar tal movimento.

O alto preço do petróleo importado causou algum declínio nas reservas internacionais do Brasil. A queda levou o governo a abandonar a exigência de depósito de 40% que havia imposto ao forte fluxo de empréstimos

³⁵³ Mário Henrique Simonsen (1935 - 1997) - Ministro da Fazenda do Brasil durante o governo de Ernesto Geisel, de 16 de março de 1974 a 15 de março de 1979, e Ministro do Planejamento no governo Figueiredo (CYSNE, 2001).

³⁵⁴ João Paulo dos Reis Velloso (1931 - 2019) - Ministro do Planejamento do Brasil de 1969 a 1979 (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-paulo-dos-reis-veloso>>).

³⁵⁵ Shigeaki Ueki - “min. Minas e Energia 1974-1979; pres. Petrobrás 1979-1984” (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ueki-shigeaki>>).

estrangeiros no ano passado como forma de conter as pressões inflacionárias. O Brasil espera que a flexibilização encoraje os credores estrangeiros, que ultimamente têm demonstrado alguma hesitação em negociar com empresas brasileiras. Como as reservas externas do país são consideráveis, nenhuma ameaça real é vista no curto prazo. O gerenciamento cuidadoso pode ser necessário, no entanto, para evitar consequências mais graves e de longo prazo. A prática brasileira de ‘mini desvalorizações’ relativamente frequentes do cruzeiro aparentemente está sendo alterada e pode sofrer novas mudanças. Já houve duas desvalorizações este ano, ambas maiores que o normal. Os exportadores do Brasil alegam há algum tempo que o cruzeiro está supervalorizado em relação a outras moedas mundiais, talvez em até 10%, reduzindo assim sua capacidade de competir. O governo Geisel pode acelerar ainda mais o ritmo e a escala das desvalorizações para garantir uma vantagem competitiva no comércio.

Há também a possibilidade de que o programa governamental de incentivos às indústrias exportadoras seja reformulado. Os EUA estão considerando direitos compensatórios sobre os calçados brasileiros, que fizeram grandes incursões no mercado norte-americano, alegando que os subsídios brasileiros à indústria dão uma vantagem injusta. Se tal movimento for realizado, Brasília teme medidas semelhantes contra suas outras exportações de manufaturados. O novo ministro das Finanças supostamente favorece menos subsídios diretos e maior uso do ajuste da taxa de câmbio para incentivar as exportações. (pp. 8-9)

86. Este documento não é exatamente classificável como sendo de Economia, mas esta é a parte mais forte do texto, sendo que Política Externa e Fronteiras poderiam ser enriquecidos por seu conteúdo. No entanto, todo o material necessário para esta tese será apresentado logo abaixo. Seu código é CIA-RDP84-00825R000300210001-7 (Doc. 108), datando de maio de 1974, e seu título é ‘*Power Politics in the Rio de la Plata Basin*’. A origem do documento é informada na seguinte nota: ‘*This memorandum was prepared by the Office of Basic and Geographic Intelligence and coordinated within the Directorate of Intelligence. Comments and questions may be directed to [Sanitizado]*’, já o destino é informado ao final do memorando principal: ‘Departamento de Estado – INR/RAR (Sr. Harvey Summ)’. As 56 páginas do documento foram pouco sanitizadas, tendo sido confidenciais até 10/08/2005.

Política de poder na bacia do Rio da Prata – Resumo – Uma disputa latente entre Argentina e Brasil pela construção da gigante hidrelétrica de Itaipu pode ressurgir na Sexta Conferência de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, a ser realizada em Buenos Aires em 10 de junho de 1974. A Argentina alega que a usina de Itaipu, um projeto conjunto brasileiro-paraguaio, projetado para ter a maior capacidade de geração instalada do mundo, impedirá o desenvolvimento ótimo do potencial hidrelétrico a jusante ao longo do trecho argentino do rio Paraná.

A controvérsia está enraizada em interesses econômicos e políticos conflitantes dos dois rivais tradicionais, embora os argumentos sejam redigidos em termos de direito internacional e impacto ambiental. A Argentina alega que Brasil e Paraguai são obrigados a consultá-la antes de

concluir seus planos para a barragem, uma vez que, segundo ela, sua construção afetará negativamente seu uso do rio a jusante. Ela sustenta que a usina de Itaipu reduzirá a carga hidráulica disponível, destruindo a viabilidade econômica de uma proposta de hidrelétrica conjunta argentino-paraguaia em Corpus, e pede que o projeto de Itaipu seja modificado.

A Argentina ganhou apoio para sua posição em conferências internacionais, e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas aprovou uma resolução proposta pela Argentina pedindo consultas entre os países vizinhos antes que qualquer parte explore ‘recursos comuns’. Seus quatro países irmãos da Bacia do Prata, no entanto, não apoiaram esta resolução. O Brasil ainda pode apontar a ‘Declaração de Assunção’, adotada por unanimidade na IV Conferência de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, que afirma que ‘no caso de rios internacionais com cursos sucessivos e sobre os quais não há soberania, cada Estado pode explorar a água de acordo com suas necessidades e desde que não cause danos importantes a outro Estado da bacia’.

As alegações argentinas de impacto ambiental adverso parecem amplamente infundadas; mesmo que fossem sólidas, inquestionavelmente se aplicariam com igual força aos seus próprios projetos hidrelétricos propostos. Por outro lado, é válida sua posição de que o Rio Paraná pode ser desenvolvido de forma mais racional por meio de um planejamento conjunto, com maior acúmulo de benefícios econômicos para a região como um todo. Parece também que as modificações de projeto que a Argentina solicita em Itaipu são tecnicamente viáveis, embora reduzam a capacidade de geração em cerca de 15%.

É improvável que Brasil e Paraguai aceitem a opinião da Argentina sobre consulta prévia e a incluam no processo decisório de Itaipu. As perspectivas são para a continuação do planejamento e subsequente construção em base binacional, mas talvez com algum acordo *ad hoc* vinculando modificações no projeto de Itaipu a alocação de eletricidade de Corpus ao sistema de Itaipu para compensar a perda na capacidade de geração de Itaipu. Se um acordo não for alcançado, Argentina e Paraguai podem escolher outra – mas menos desejável barragem no lugar de Corpus para seu projeto hidrelétrico conjunto. Garupa, cerca de 65 quilômetros a jusante, tem sido mencionada na imprensa como uma possível alternativa. (pp. 5-6)

Região Econômica Chave – 6. A base de recursos naturais é ampla, mas pouco diversificada. Embora uma porcentagem relativamente pequena da terra arável esteja atualmente sob cultivo, a agricultura é uma parte significativa da economia, com café, milho, algodão, arroz, soja, açúcar e trigo, todos em papéis importantes. A silvicultura é um grande gerador de renda no Brasil e no Paraguai e tem um bom potencial para um maior desenvolvimento.

7. A indústria da Bacia está atualmente muito concentrada no estado de São Paulo, Brasil, e na província de Buenos Aires, Argentina. A base industrial é grande e relativamente sofisticada, variando de aço e produtos químicos a uma ampla variedade de bens de consumo acabados. Os recursos minerais e combustíveis têm uma importância mais do que passageira, mas estão distribuídos de forma desigual na Bacia. O Brasil possui depósitos substanciais de minério de ferro, manganês e bauxita; e a Bolívia possui reservas significativas de petróleo, gás natural e minério de ferro. O petróleo da Bolívia é exportado tanto para o Paraguai quanto para a Argentina, e um gasoduto para a Argentina está em operação desde o início de 1972. Um acordo está sendo feito com o Brasil para trocar gás

natural para assistência no desenvolvimento de um complexo industrial no sudeste da Bolívia.

8. Um dos ativos mais importantes da Bacia do Prata é o seu grande potencial hidrelétrico em uma região de baixa energia. A proximidade dos recursos hidrelétricos da Bacia com as áreas industriais densamente povoadas em sua orla oriental é um fator importante em seu desenvolvimento (...). Pelo menos na próxima década, a energia hídrica desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento da energia na Bacia. (pp. 8-10)

O Tratado da Bacia do Rio da Prata – 12. Um dos principais objetivos do Tratado da Bacia é aumentar o comércio regional por meio da melhoria das instalações de transporte e comunicações e o fornecimento de fontes econômicas de energia, mercados adequados e centros de produção. Seu foco está na criação de uma infraestrutura econômica suficientemente forte para permitir um fluxo de mercadorias bastante expandido.

13. O tratado, até certo ponto, facilitou os esforços de coordenação econômica que anteriormente eram tratados apenas por acordos *ad hoc* e bilaterais. De particular importância, o tratado fornece um mecanismo através do qual os cinco países da Bacia podem trabalhar em conjunto com doadores de ajuda internacional interessados em apoiar projetos regionais. Os países membros são livres, no entanto, para concluir acordos bilaterais ou multilaterais para projetos de desenvolvimento fora do mecanismo do tratado. (p. 12)

O potencial hidrelétrico – 15. Os três principais rios e centenas de afluentes da Bacia do Prata têm um potencial de desenvolvimento hidrelétrico entre os mais altos do mundo. Embora os dados estejam incompletos, seu potencial estimado de mais de 60.000 megawatts provavelmente é superado apenas pela bacia do Yangtze³⁵⁶ (217.500 megawatts) e pela bacia do Congo (mais de 100.000 megawatts). Se desenvolvida, esta seria energia suficiente para atender a maior parte das crescentes demandas de energia elétrica dos Estados da Bacia pelo menos na próxima década. Menos de cinco por cento do potencial já foi explorado, principalmente no Brasil (...). Os planos de produção de energia até a década de 1980 exigem a construção de uma série de projetos hidrelétricos nacionais e conjuntos, bem como o desenvolvimento da energia nuclear. (...) Essas duas fontes de energia acabarão por reduzir a forte dependência atual da energia gerada termicamente.

16. Oitenta e cinco por cento do potencial hidrelétrico total da Bacia do Prata está na sub-bacia do Paraná, localizada principalmente no Brasil. Acredita-se que o local de Itaipu no Paraná, abaixo das Cataratas do Guaíra (Salto del Guaira), tenha o maior potencial hidrelétrico de qualquer local no mundo, e a produção da usina planejada de Itaipu quase dobrará a produção atual do Brasil quando concluída.

17. Aproximadamente 13% do potencial total da Bacia está na sub-bacia do Paraguai. Isso provavelmente será difícil de realizar, no entanto, devido a problemas de assoreamento excessivo e baixos gradientes no rio principal e correntes desreguladas em alguns de seus afluentes. Apenas 2% do potencial total está dentro da sub-bacia do Uruguai, totalmente representada pelos rios Uruguai e Negro. (pp. 12-13)

Os Projetos Conjuntos – 19. Dos vários projetos conjuntos, apenas os planos de Itaipu foram contestados. O projeto atual prevê uma única

³⁵⁶ Na China.

barragem alta e uma usina que terá uma capacidade de geração instalada de 10.710 megawatts – a maior do mundo (...). Funcionará como uma usina de carga básica e gerará aproximadamente 56 bilhões de quilowatts/hora por ano. O local selecionado para a barragem, 165 quilômetros (100 milhas) a jusante das Cataratas do Guaíra, aproveita a carga hidráulica disponível das cachoeiras mais a carga hidráulica adicional que existe dentro do desfiladeiro entre a base das cataratas e Itaipu (...). Assim, no local da barragem pode-se realizar uma queda bruta de 120 metros (394 pés) na descida da superfície do reservatório, a uma cota de 220 metros (722 pés), até o canal de fuga abaixo, a uma cota de 100 metros (328 pés). As quatorze unidades turbogeradoras serão maiores do que qualquer outra construída anteriormente. É improvável que qualquer empresa individual tenha a capacidade de produzi-los; provavelmente será necessário um consórcio de fabricantes.

A controvérsia – 20. À medida que os planos do projeto de Itaipu avançavam, desenvolveu-se uma disputa entre Argentina e Brasil sobre o uso de rios que fluem sucessivamente de um país para outro. De acordo com a interpretação argentina do direito internacional, Brasil e Paraguai são obrigados a consultá-la antes de finalizar os planos para Itaipu, pois, segundo ela, o projeto afetará negativamente o uso argentino do rio a jusante. O Brasil sustenta que o projeto não afetará negativamente o uso argentino do rio e que, em qualquer caso, não há obrigação legal de consulta prévia. Ela concorda, no entanto, em fornecer informações sobre o projeto à Argentina e reconhece o princípio da indenização a posteriori por danos causados por um Estado ao meio ambiente de outro Estado. A controvérsia envolve, portanto, questões jurídicas e políticas, bem como considerações de engenharia e ambientais. (pp. 14-18)

Questões Jurídicas e Políticas – 22. Grande parte das disputas atuais sobre o uso do Rio Paraná provavelmente pode ser atribuída aos temores da Argentina de ser completamente superada economicamente pelo Brasil, seu tradicional rival pela liderança continental. A Argentina, com um padrão de vida geralmente mais alto, ainda pode ser classificada como a mais avançada, mas o Brasil está diminuindo a diferença. A rápida expansão industrial do Brasil contrasta marcadamente com o ritmo lento da economia argentina. (p. 18)

24. O Paraguai, situado no coração da Bacia do Prata, também serviu de amortecedor entre a Argentina e o Brasil. Em 1870, no final da sangrenta Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai), apenas o ciúme entre as duas grandes potências salvou o Paraguai da completa obliteração. Ambos os países maiores, de fato, cortaram grandes extensões do território paraguaio. (A Argentina adquiriu toda a atual Província Misiones). Desde então, a política paraguaia tem sido geralmente evitar antagonizar a Argentina ou o Brasil, desviando-se muito para um lado ou outro. Agora, como parceiro do Brasil na construção de Itaipu e defensor da posição daquele país em relação à ‘consulta prévia’, o Paraguai parece estar se afastando da Argentina. O Paraguai, no entanto, também assinou um tratado com a Argentina para a construção de uma barragem no sítio Yacyretá-Apipé, no baixo Paraná, e tem interesse em um projeto semelhante na área de Corpus. Para fortalecer ainda mais as relações, o presidente Juan Perón da Argentina prometeu uma visita oficial ao Paraguai em algum momento de 1974. (p. 20)

26. À medida que as negociações entre Brasil e Paraguai prosseguiram durante a década de 1960 sobre o desenvolvimento conjunto do potencial hidrelétrico do rio Paraná no setor das Cataratas de Guaíra, a Argentina

tornou-se cada vez mais preocupada com os possíveis efeitos adversos do projeto a jusante. Vários locais estavam sendo considerados para a barragem, desde as Cataratas do Guairá até as corredeiras de Itaipu, localizadas a 165 quilômetros (100 milhas) a jusante e a 24 quilômetros (15 milhas) da fronteira argentina. (p. 21)

Conclusões – 60. A alegação Argentina de que a construção do projeto de Itaipu causará inundações e desequilíbrios ecológicos catastróficos a jusante parecem infundados. Certamente, as terríveis previsões se aplicam igualmente aos projetos Yacyretá-Apipé e Corpus que a Argentina aprova. A posição argentina parece basear-se em considerações econômicas e políticas e não puramente ambientais. Sua posição de que o Rio Paraná pode ser mais efetivamente desenvolvido por meio de um planejamento conjunto, com maiores benefícios econômicos para a região como um todo, certamente é válida em teoria. Parece que é tecnicamente viável compatibilizar os projetos Itaipu e Corpus. No entanto, para que as mudanças de projeto sejam aceitáveis para o Brasil, a troca de menor geração de energia em Itaipu por maior geração de energia em Corpus presumivelmente deve incluir uma transferência compensatória de parte da energia gerada em Corpus para a empresa Itaipu Binacional. (p. 32)

87. Este documento é especialmente interessante, pois retoma o tema do aumento dos preços do petróleo e suas consequências, publicado em fevereiro de 1974 no documento de título *‘Impact of Higher Oil Prices on South America’*. O código deste documento atual, datado de novembro de 1974, é CIA-RDP85T00875R002000010023-0 (Doc. 123), com o título: *‘A Year Later: Impact of Higher Oil Prices on Latin America’*. Na página 10 temos uma pista da origem deste memorando, *‘Latin America Branch – Office of Economic research’*, e de seu destino, *‘Defense Intelligence Agency’* e *‘Departamento de Estado’*. Suas 11 páginas foram pouco sanitizadas, apesar de terem sido classificadas como sendo secretas, isto até 28/09/2001.

Geral – 1. As contas altas do petróleo estão criando sérios problemas de balança de pagamentos para a maioria dos países latino-americanos que são importantes importadores de petróleo. A maioria de seus governos está sendo forçada a conter outras importações, desacelerando o crescimento econômico e aumentando as pressões inflacionárias. O impacto foi mais severo no Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, nos seis países da América Central e na maioria dos países do Caribe. (p. 2)

Brasil – 6. O déficit da balança de pagamentos do Brasil deve atingir US\$ 1,5 bilhão este ano, em contraste com um superávit de US\$ 2,2 bilhões em 1973. O déficit comercial ultrapassará US\$ 6,0 bilhões este ano, acima dos quase US\$ 800 milhões no último ano. As importações estão crescendo por causa do petróleo mais caro e dos esforços dos fabricantes para estocar materiais importados em falta.

Ao mesmo tempo, o crescimento das exportações caiu para menos de 20% em 1974, em comparação com 55% no ano passado. O desempenho das exportações do Brasil foi limitado por um mercado de café enfraquecido, uma safra ruim de algodão, restrições às exportações de carne bovina e a venda da maior parte da safra de soja quando os preços estavam no menor

nível do ano. Apesar das grandes entradas de capital, mais de US\$ 1,0 bilhão das reservas externas do país terão que ser sacados para financiar o déficit em conta corrente. O crescimento mais lento das exportações e o impacto atenuante das medidas anti-inflacionárias reduziram o crescimento do PIB para 9% a 10%, abaixo dos quase 12% em 1973.

7. A taxa de crescimento econômico diminuirá ainda mais em 1975. O crescimento das importações será severamente contido, a fim de evitar uma redução ainda maior das reservas estrangeiras. Embora o desempenho das exportações deva melhorar por causa do mercado de açúcar em expansão e dos fortes preços da soja, a entrada vital de capital estrangeiro vacilou muito nos últimos meses e suas perspectivas para o próximo ano são incertas. Além disso, os pagamentos de juros da dívida externa aumentarão acentuadamente em 1975, absorvendo uma parcela significativa do aumento esperado das receitas de exportação. (pp. 3-4)

Tabela 5 - Impactos do Preço do Petróleo (1973 – 1974)

	Reservas Externas Brutas (Milhões de US\$)		Posição da Balança de Pagamentos (Milhões de US\$)		Gastos líquidos de petróleo ou lucros (Milhões de US\$)		Taxa Real de Crescimento Econômico (%)	
	31/12/1973	Dado mais	1973 (Estimado)	1974 (Projetado)	1973	1974 (Projetado)	1973	1974
Brasil	6.417	5.485	2.200	-1.500	-1.145	-2.800	11,9	9 a 10
Paraguai	97	81	22	-10	-5	-25	5,8	2 a 4

Fonte: Documento CIA-RDP85T00875R002000010023-0 (CIA, 1974)

88. O documento que segue é extremamente rico e sofre do mesmo grupo de problemas dos deste tipo, o de não caber nesta tese. São tantas informações importantes que fica difícil decidir o recorte correto. Para dar uma ideia geral e poupar o leitor de um excesso de detalhes, informarei aqui alguns conteúdos que podem ser enquadradas em outras seções, mas que estão muito misturados no texto para serem mutilados arbitrariamente.

Datado de 11/07/1975, seu código é fora do padrão: LOC-HAK-105-11-8-4 (Doc. 181) e seu título é ‘*The Outlook For Brazil*’. O departamento da CIA que produziu o documento não ficou claramente informado e o destinatário principal foi o ‘*Special Assistant to the Secretary of State – Mr. L. Paul Bremer*³⁵⁷’. As 25 páginas sofreram algumas censuras antes de sua liberação em 08/03/2010, deixando sua condição de secreto.

RESUMO – As perspectivas econômicas de longo prazo do Brasil são boas, mas no curto prazo ele experimentará taxas de crescimento reduzidas, taxas de inflação relativamente altas e grandes déficits em sua balança comercial.

— A taxa de crescimento prospectiva do Brasil para 1975 constitui um bom desempenho para os padrões mundiais atuais, embora seja um desapontamento das expectativas após o crescimento anual de 10% de 1968-1974.

³⁵⁷ Possivelmente se trate de Lewis Paul Bremer III. Para saber mais acerca deste diplomata norte-americano recomenda-se a leitura de ‘*Conviction: the policy impact of L. Paul Bremer III*’ (GILLEN, 2014).

— O descontentamento com as condições econômicas contribuiu para o sucesso inesperado do partido de oposição nas eleições de novembro passado.

— Se as condições econômicas piorassem sensivelmente, o regime se tornaria cada vez mais vulnerável a ataques de seus críticos domésticos e poderia haver um ressurgimento do nacionalismo econômico.

O presidente Geisel³⁵⁸ se comprometeu a liberalizar o sistema político por meio de um processo que ficou conhecido como ‘descompressão’³⁵⁹.

— O objetivo é facilitar os controles sobre a atividade política e ampliar a participação no processo político.

— A ‘descompressão’ teve alguns resultados importantes, incluindo as eleições parlamentares de 1974, notavelmente livres, e alguma flexibilização da censura à imprensa.

— Mas se baseia em um consenso frágil entre vários grupos para não desafiar o *status quo* de maneira séria, e enfrentou oposição de membros conservadores da hierarquia militar.

— As perspectivas para a liberalização política no Brasil, embora melhores do que em qualquer outro momento desde 1968, ainda não são particularmente favoráveis.

— Um retorno ao regime civil nos próximos anos é altamente improvável. Considerações pragmáticas, principalmente econômicas, continuarão a nortear a formulação da política externa brasileira.

— O tratamento preferencial das exportações brasileiras será um objetivo primordial, e as medidas protecionistas dos países desenvolvidos serão vistas como hostis aos interesses vitais do Brasil.

— O Brasil aspira a ser uma potência mundial emergente e seus formuladores de políticas têm uma compreensão sofisticada da realidade da interdependência econômica e das restrições impostas à autonomia do Brasil por sua necessidade de capital estrangeiro, tecnologia e matérias-primas.

— No entanto, o Brasil continua sendo um país subdesenvolvido e ficará do lado desses países em muitas questões para garantir concessões econômicas e forçar uma redistribuição da riqueza mundial em seu próprio benefício.

— O Brasil não pode aspirar a ser porta-voz dos países de língua espanhola da América Latina, mas quer solidificar sua posição de potência suprema para poder desempenhar um papel internacional como uma grande potência emergente.

Embora o Brasil quase certamente não tenha tomado a decisão de desenvolver armas nucleares, o governo não quer excluir essa opção. — Ele vê a energia nuclear como um fator importante para suprir suas necessidades futuras de energia.

— Considera a pressão dos EUA para assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear uma violação inaceitável de seus direitos soberanos.

— Está comprando da Alemanha Ocidental a tecnologia e as instalações para um ciclo completo do combustível nuclear. Dentro de um quadro de fortes laços tradicionais, a política externa do Brasil quase certamente divergirá cada vez mais da dos EUA.

— Os desacordos são mais prováveis de envolver questões econômicas e provavelmente se tornarão mais numerosos com o passar do tempo.

³⁵⁸ Ernesto Beckmann Geisel - político e militar brasileiro, presidente entre 1974 e 1979 (D'ARAUJO, 2021).

³⁵⁹ Ler: A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64 (COUTO NETO, 2014).

— Apesar das diferenças em questões específicas, o Brasil em geral continuará desejando relações estreitas e cooperativas com os EUA. (pp. 9-10)

Figura 11 – Crescimento do PIB do Brasil entre 1959 e 1974

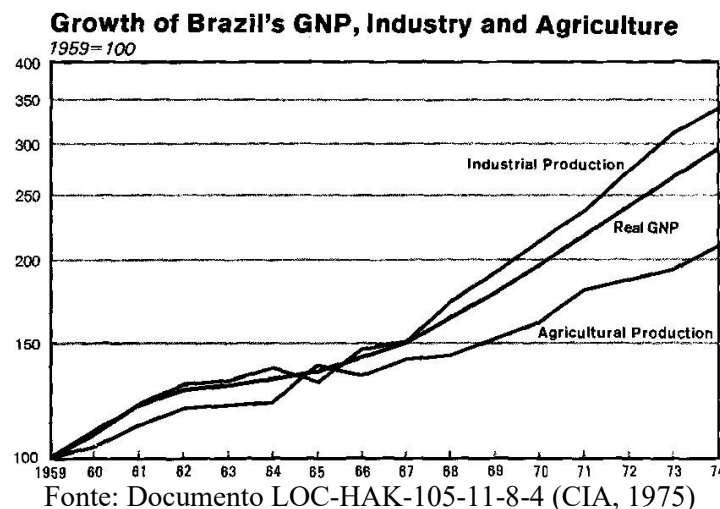
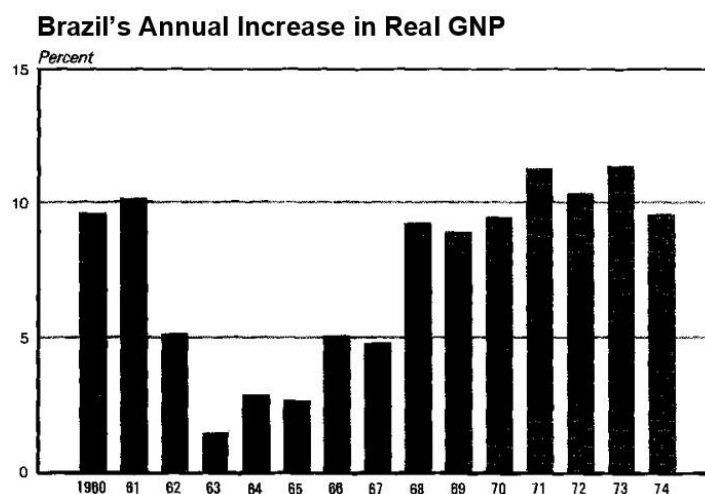


Figura 12 – Crescimento Anual Real do PIB Brasileiro



20. Simultaneamente, o Brasil está tentando diversificar suas fontes de energia para se tornar menos vulnerável a manipulações de mercado politicamente inspiradas. Está investindo nos campos de petróleo e gás do leste da Bolívia e concluiu acordos de importação de petróleo com a União Soviética, Peru, Nigéria e México. Esforços urgentes para desenvolver energia hidrelétrica na bacia do Paraná estreitaram os laços com o Paraguai e agravaram o relacionamento sempre espinhoso do Brasil com a Argentina. O governo está incentivando a exploração das jazidas de carvão de baixo teor do Brasil como alternativa ao uso de petróleo e carvão importado de alta qualidade. As fontes de energia também estão sendo expandidas através do desenvolvimento da energia nuclear. (p. 17)

22. Os avanços econômicos do Brasil, juntamente com seu tamanho físico e grande população, contribuíram para um sentimento de 'destino manifesto' como uma grande potência emergente. O Brasil exerce uma

influência crescente na economia e na política do Paraguai, Uruguai e Bolívia, e o medo do poder brasileiro produziu reações defensivas na Argentina, Peru e Venezuela. O Brasil tentou tranquilizar as nações de língua espanhola do continente que suas intenções não são agressivas, mas continua apreensivo que organizações sub-regionais como o Grupo Andino³⁶⁰ possam ser usadas para frustrar os interesses do Brasil, especialmente se a Argentina se juntar. Na América Latina, o Brasil quer solidificar sua posição como potência suprema. Não pode pretender realisticamente tornar-se porta-voz da área, pois os países de língua espanhola não lhe concederão tal papel, mas deseja uma base segura a partir da qual possa exercer o que considera ser seu papel internacional como emergente grande potência. (p. 17)

25. A importância da expansão das exportações para a economia brasileira tornou o Brasil extremamente sensível às medidas protecionistas dos EUA e de outras nações desenvolvidas. A controvérsia sobre os direitos compensatórios sobre os calçados ilustra os temores brasileiros de que os EUA tomem medidas semelhantes contra uma gama mais ampla de produtos brasileiros, e certas disposições da Lei de Reforma Comercial dos EUA de 1974 reforçaram essas ansiedades. Reclamações pendentes contra outras importações do Brasil ameaçam complicar as relações EUA-Brasil nos próximos meses. Os brasileiros estão convencidos da necessidade de os EUA e o resto do mundo desenvolvido concederem tratamento preferencial às exportações de manufaturados de nações em desenvolvimento, bem como a seus produtos primários e semimanufaturados. Apesar de suas pretensões de importância global, o Brasil ainda não é uma nação desenvolvida, e a inclusão de seus produtos em um sistema geral de preferências por meio de negociações comerciais multilaterais continua sendo um dos principais objetivos da política externa brasileira.

26. No quadro de laços tradicionais ainda fortes, são crescentes as divergências entre Brasil e Estados Unidos, principalmente em questões econômicas. Embora haja um grande exagero na ideia de que o Brasil segue a liderança norte-americana desde 1964, o chanceler Silveira³⁶¹ (que defendia uma 'política externa independente' no início dos anos 1960) tem insistido repetidamente que o Brasil não está sujeito a 'alinhamentos automáticos'. Iniciativas pragmáticas e não ideológicas para expandir as opções internacionais do Brasil encontraram pouca resistência efetiva no Brasil, mesmo de elementos conservadores desconfiados das relações com países comunistas. (p. 18)

30. Os brasileiros quase certamente não tomaram a decisão de desenvolver armas nucleares, mas o governo não quer excluir essa opção. Se o Brasil embarcasse em tal empreendimento em um futuro próximo usando instalações nacionais, provavelmente poderia desenvolver um dispositivo nuclear no início da década de 1980, contornando os acordos de salvaguarda. Testes nucleares e desenvolvimento adicional, provavelmente exigindo pelo menos dois anos, seriam necessários para fornecer uma versão armada adequada para entrega por aeronaves de combate. (p. 19)

³⁶⁰ A Comunidade Andina (fundada em 1969) - bloco econômico formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, o Chile (em 1977) e Venezuela (em 2006) saíram do grupo. Foi chamado Pacto Andino até 1996. Mais detalhes em: *Algunos interrogantes sobre las perspectivas del Grupo Andino* (GARAY; PERRY, 1976).

³⁶¹ Antonio Francisco Azeredo da Silveira (1917 - 1990) - diplomata, ministro das Relações Exteriores no governo de Ernesto Geisel (1974 - 1979) (FERNANDES, 2016).

32. O regime obteve seu principal apoio civil de empresários que se beneficiaram notavelmente das políticas desenvolvimentistas e fiscais seguidas desde 1964, particularmente interesses industriais e comerciais concentrados em São Paulo. Além disso, o governo tem recebido considerável apoio das classes média e média alta e de profissionais liberais, tecnocratas e funcionários públicos. Grande parte desse apoio é baseado em interesses econômicos pragmáticos, ou seja, uma perda de liberdade e influência política foi aceita como o preço do desenvolvimento econômico e da prosperidade. (p. 19)

34. O regime foi fortalecido pelo sucesso econômico e pela crença generalizada no Brasil de que o país está finalmente a caminho de alcançar seu lugar de direito no mundo. Isso reforçou sua visão de que somente um governo autoritário, bem integrado, livre dos interesses conflitantes representados pelos políticos, pode impulsionar o Brasil da condição de país subdesenvolvido para o status de potência mundial. Por outro lado, uma desaceleração no crescimento econômico quase certamente aumentará a oposição ao governo. Também levantaria questões sobre a capacidade única dos regimes militares de cumprir seu papel autoproclamado e sobre a legitimidade da reivindicação do poder dos militares. (p. 19)

42. Os serviços de inteligência acreditam que o governo está cada vez mais dissociado de sua base militar, sacrificando o apoio das forças armadas em seu desejo de cultivar o favor civil. Eles defendem uma distribuição mais equitativa da riqueza, a fim de eliminar as disparidades que os ‘subversivos’ podem explorar, mas também defendem uma censura mais rigorosa e a perseguição mais vigorosa de dissidentes e subversivos. Eles estão claramente perturbados pela revolução portuguesa³⁶² e pela violência política na Argentina³⁶³, e temem um novo surto de terrorismo no Brasil se a vigilância for diminuída. Eles se opõem a qualquer degelo político que permita maior liberdade de expressão para ‘comunistas’ – uma categoria que, aos seus olhos, inclui muitos padres, jornalistas, intelectuais, professores, estudantes e políticos de esquerda.

43. Há evidências consideráveis de que Geisel não tem controle total das atividades das forças de segurança interna. Embora o presidente e os altos funcionários militares tenham manifestado firme oposição à tortura de presos políticos, tais práticas continuam, enquanto o presidente e outras autoridades receberam informações incompletas ou enganosas sobre essas atividades. O padrão de prisões políticas desde a posse de Geisel sugere fortemente que as forças de segurança operam com considerável independência, selecionando alvos destinados não apenas a intimidar os críticos do regime militar e outros ‘subversivos’, mas também para constranger o governo e impedir sua ação de tentar abrir o processo político.

44. Embora as perspectivas de longo prazo para a economia brasileira sejam boas, ela experimentará uma taxa de crescimento mais lenta, inflação alta e sérios desequilíbrios comerciais durante o próximo ano ou dois. A gravidade desses problemas dependerá em grande parte das forças econômicas externas sobre as quais o Brasil tem pouco ou nenhum controle. A incerteza dos movimentos dos preços das *commodities* e da velocidade de recuperação da recessão mundial são fatores que complicam qualquer previsão. Ao mesmo tempo em que os motivos para críticas se

³⁶² A Revolução de 25 de Abril, Revolução dos Cravos, Revolução de Abril ou 25 de Abril, assinala o evento, na história de Portugal, que depôs o regime do Estado Novo (1933 - 1974) (SECCO, 2013).

³⁶³ Ver: El movimiento estudiantil y la violencia política en Argentina, 1966-1976 (MILLÁN, 2020).

tornam cada vez mais evidentes, os militares da linha dura se oporão mais vigorosamente a qualquer abertura do regime a uma participação mais ampla. (p. 21)

89. Na sequência dos documentos, abordaremos um que já foi tratado na seção dedicada a Cuba, o de código: CIA-RDP87T00289R000200940001-4 (Doc. 144), datado de 22/11/1985, com o título: '*Latin America Review*'. Os detalhes se encontram em seu primeiro comentário. Aqui trataremos do Paraguai.

Paraguai: Ponto cego econômico de Stroessner [Sanitizado] – O progresso econômico do Paraguai nos últimos três anos está, a nosso ver, comprometido pela atual política cambial do governo. A relutância do presidente Stroessner em desvalorizar a moeda levou a um enfraquecimento da balança comercial, fuga de capitais e perda de reservas. A menos que ele ceda, acreditamos que o Paraguai enfrentará uma situação de pagamentos externos cada vez mais incontrolável. [Sanitizado]

Pressão para desvalorização – As instituições financeiras multilaterais e os principais parceiros comerciais do Paraguai estão demonstrando maior preocupação com a diferença entre as múltiplas taxas de câmbio oficiais e paralelas da moeda paraguaia, o guarani. Atualmente, o guarani está fixado em 160 por dólar para o serviço da dívida externa do setor público, 240 para as importações dos principais itens agrícolas e industriais e 320 para todos os negócios de exportação. Durante os últimos seis meses, no entanto, a moeda ficou muito sobrevalorizada, subindo para mais de 800 guaranis por dólar no mercado paralelo. Neste verão, o Banco Mundial recomendou que Assunção abolisse as taxas de câmbio múltiplas e fixasse o guarani em 400 por dólar. [Sanitizado]

Em agosto, o FMI – preocupado com o fato de que a deterioração da postura de pagamentos do Paraguai em breve forçaria um reescalonamento de sua dívida externa de US\$ 1,7 bilhão – propôs um ajuste completo da economia nacional, incluindo uma política monetária mais rígida, um sistema de imposto de renda revisado e uma desvalorização do guarani. Assunção, no entanto, optou por estabelecer uma comissão de estudos em vez de agir de acordo com as recomendações do Fundo. [Sanitizado]

Argentina e Brasil também têm pressionado Stroessner para desvalorizar. Ambos os países comercializam fortemente com o Paraguai e colaboram com Assunção em vários projetos hidrelétricos ao longo do rio Paraná. Segundo a Embaixada dos Estados Unidos, Buenos Aires e Brasília estão descontentes com o câmbio pouco remunerado para pagamentos desses projetos. No projeto da barragem de Yacyretá, já com problemas financeiros, por exemplo, um funcionário argentino estima que o guarani supervalorizado aumentou os custos em 13%. A menos que o Paraguai reduza o valor do guarani, esperamos mais atrasos na construção de Yacyretá e perdas substanciais de receita para ambos os países. [Sanitizado]

Stroessner não vai ceder – De acordo com a Embaixada dos EUA, o presidente Stroessner rejeitou todas as propostas de reforma monetária. A compreensão da economia de Stroessner nunca correspondeu à sua experiência política, em nossa opinião, e aparentemente sua recusa inflexível em desvalorizar se baseia parcialmente em sua crença relatada de que a estabilidade política está diretamente relacionada à estabilidade

da moeda. Segundo a Embaixada dos EUA, o presidente teme que uma desvalorização possa desencadear uma espiral de inflação, levando a novas desvalorizações, graves dificuldades econômicas e descontentamento político. Stroessner também reconhece que uma desvalorização aumentaria o custo do serviço da dívida externa. Em vez de aumentar os impostos para aumentar as receitas, ele prefere manter o câmbio baixo e tributar as exportações. [Sanitizado]

Embora muitos funcionários paraguaios de alto nível pareçam reconhecer os custos líquidos do guarani supervalorizado, nenhum conseguiu obter a atenção de Stroessner. Ele categoricamente recusou uma recomendação recente do presidente do Banco Central a desvalorizar para retardar o esgotamento das reservas internacionais de Assunção. Stroessner, segundo a Embaixada dos EUA, presta mais atenção a um grupo de conselheiros economicamente pouco sofisticados que apenas reforçam suas opiniões sobre ele. [Sanitizado]

Um último fator que reforça a atual política cambial é a corrupção que permeia o governo. De acordo com a Embaixada dos EUA, empresários paraguaios bem informados acreditam que muitos funcionários do governo lucram pessoalmente com os guaranis com taxa artificialmente baixa. Por exemplo, o Banco Central descobriu uma série de casos de falsas importações este ano, representando perdas de mais de US\$ 40 milhões. Dólares foram comprados à razão de 240 guaranis para transações de importação que nunca foram concluídas. Em vez disso, os dólares foram vendidos no mercado negro pelo triplo dessa taxa. [Sanitizado]

Implicações – O não ajuste da taxa de câmbio também está minando a confiança interna no guarani, estimulando grandes saques de dólares dos bancos e aumentando a fuga de capitais. Esse nervosismo foi dramaticamente demonstrado em julho, quando, segundo a Embaixada dos EUA, rumores de que o governo poderia nacionalizar depósitos em dólares precipitaram uma corrida de US\$ 50 milhões aos bancos. [Sanitizados] vários empresários e líderes políticos proeminentes transferiram somas substanciais de dinheiro para fora do país. Acreditamos que essa fuga de capitais se acelerará enquanto a taxa de câmbio permanecer inalterada, pressionando o já esgotado estoque de reservas estrangeiras de Assunção – US\$ 500 milhões em agosto. [Sanitizado]

O valor atual do guarani também está reduzindo o superávit comercial de Assunção, desencorajando o investimento estrangeiro e tornando mais difícil para o Paraguai administrar seus pagamentos de dívida externa. Embora o volume de exportação tenha aumentado este ano, as receitas caíram, em parte devido à queda nos preços mundiais do algodão e da soja, principais exportações do Paraguai. Sem um ajuste cambial, esperamos que tanto o valor bruto das exportações quanto o superávit comercial continuem a encolher, agravando o problema existente com os atrasos no serviço da dívida. O repetido fracasso do Paraguai em cumprir os pagamentos da dívida já fez os credores estrangeiros relutarem em emprestar dinheiro novo. [Sanitizado]

Acreditamos que o governo será fortemente pressionado para lidar com a economia atual sem grandes ajustes monetários, preferencialmente realizando algum programa mais amplo de estabilização econômica. Duvidamos, no entanto, que Stroessner ceda à pressão pela desvalorização no curto prazo. Nessas circunstâncias, esperamos que a situação dos pagamentos se torne tão insustentável que o Paraguai tenha pouca escolha a longo prazo, a não ser abandonar sua atual combinação de políticas e buscar um reescalonamento da dívida. [Sanitizado] (pp. 25-27)

90. A contribuição principal deste documento que segue é referente ao Paraguai, havendo, como no caso do anteriormente tratado, um grande conjunto de dados misturados, que caberiam em outras seções, mas que não serão separados neste texto. Seu código é: CIA-RDP87T00289R000301530001-7 (Doc. 147), datado de 09/05/1986, de título: '*Latin America Review*'. São 32 páginas secretas, que foram vigorosamente sanitizadas antes da liberação em 02/03/2012.

Perigo de uma crise da dívida – (...) Em conjunto, os padrões de vida latino-americanos permaneceram decrescentes. As estatísticas dos governos indicam que a renda per capita em toda a região ainda estava abaixo dos picos registrados no final da década de 1970. A inflação alta e persistente fez com que os salários reais caíssem em 1985 em todos os principais países, exceto no Brasil, onde aumentaram 12%. Os salários reais caíram 20,5% no Peru e 9,9% na Argentina no ano passado – as quedas mais severas – e 8,0% no México. Além disso, o crescimento econômico estagnado resultou no aumento do desemprego em vários países da América Latina. Na Argentina, o desemprego urbano aumentou 2 pontos percentuais para 6,6%, enquanto o desemprego urbano colombiano atingiu uma média de 14,2%, acima dos 13,5% em 1984. [Sanitizado]

Um olhar antecipado – Com base nas projeções de vários serviços de previsão econométrica, acreditamos que a maioria das economias enfrentará mais um ano de desempenho medíocre. Embora alguns se beneficiem da queda do preço do petróleo – notadamente Brasil e Chile – e todos recebam um impulso da aceleração do crescimento da OCDE³⁶⁴ e taxas de juros mais baixas, a continuação dos programas de ajuste econômico manterá a recuperação sob controle. Por exemplo, acreditamos que o programa antinflacionário recentemente imposto pelo presidente Sarney³⁶⁵ e os efeitos da seca reduzirão mais da metade a taxa de crescimento do PIB brasileiro, enquanto a queda nos preços do petróleo exigirá nova contenção no México, Venezuela e Equador. A Argentina e a Bolívia mantêm programas antinflacionários rígidos, e as políticas de ajustes fiscais e econômicos necessárias para fazer progressos significativos contra a inflação estão sendo implementadas no Chile, Colômbia e Uruguai. [Sanitizado] (p. 6)

A Queda – (...) As classes alta e média provavelmente também pressionarão seus governos para evitar os riscos políticos ao empreender reformas econômicas estruturais para satisfazer as demandas dos credores. De acordo com pesquisas de opinião patrocinadas pela USIA³⁶⁶ feitas em novembro de 1985, a maioria do público urbano no Brasil, Colômbia e Venezuela prefere o controle centralizado da economia pelo governo (o que foi equiparado à democracia). Os mexicanos dividem-se igualmente entre o forte controle governamental e as políticas econômicas ao estilo dos EUA. [Sanitizado] (p. 8)

Paraguai: Perspectivas econômicas sombrias – A economia do Paraguai está passando por severas pressões devido à seca, baixos preços para as

³⁶⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

³⁶⁵ José Sarney de Araújo Costa - presidente do Brasil de 1985 a 1990 (ECHEVERRIA, 2011).

³⁶⁶ *United States Information Agency* - Criada em 1953 e extinta em 1999.

exportações de *commodities* e uma taxa de câmbio supervalorizada. Esperamos que a economia se contraia em até 8% este ano, com a produção agrícola caindo quase 20%. O declínio das exportações e dos investimentos aumentará o déficit em conta corrente e provavelmente forçará Assunção a reduzir suas reservas estrangeiras quase esgotadas e acumular mais dívidas em atraso. A resposta inadequada do presidente Stroessner às perspectivas econômicas sombrias está contribuindo para o aumento da fuga de capitais, tráfico de narcóticos e descontentamento político. Mais criticamente, parceiros comerciais e bancos estrangeiros estão cortando linhas de crédito e retendo desembolsos de empréstimos, deixando o Paraguai com uma situação incontrolável de pagamentos estrangeiros. [Sanitizado]

Dificuldades Financeiras – O Paraguai é um dos dois países sul-americanos que não reescalonaram sua dívida externa, mas julgamos que o dia do acerto de contas do Paraguai está se aproximando rapidamente. Assunção financiou seu déficit em conta corrente de US\$ 361 milhões com a redução de suas reservas internacionais e acumulando cerca de US\$ 250 milhões em pagamentos comerciais atrasados em sua dívida de US\$ 1,8 bilhão. De acordo com a Embaixada dos EUA, os bancos estrangeiros estão ficando cada vez mais impacientes com o contínuo arrastamento de Assunção e relutam em distribuir novos créditos. A Embaixada estima que o Paraguai precisará destinar 70% de suas receitas em divisas este ano para atender a sua conta de juros projetada de US\$ 248 milhões. [Sanitizado]

O Paraguai também enfrenta um grave problema de fuga de capitais. As reservas externas líquidas do Banco Central caíram 16% para US\$ 400 milhões entre setembro de 1984 e dezembro de 1985. A Embaixada prevê que as reservas podem cair abaixo de US\$ 300 milhões este ano. O presidente do Banco Central, Acosta³⁶⁷, disse à Embaixada no final de dezembro que, sob as políticas atuais, as reservas cambiais estariam totalmente esgotadas até o final de 1986. [Sanitizado] (p. 23)

Enfraquecimento da economia – A seca que afeta as regiões do sul da América do Sul está tendo um impacto desastroso na economia baseada na agricultura e está reduzindo os padrões de vida da maioria da população. Acreditamos que as exportações de algodão e soja – que representaram mais de 80% das receitas de exportação de US\$ 310 milhões do Paraguai em 1985 – podem não chegar a US\$ 200 milhões este ano. As culturas produzidas principalmente para consumo doméstico também estão sofrendo. Por exemplo, a produção de milho nesta temporada pode cair mais de 40%; seu preço triplicou desde dezembro e a escassez de ração também pode reduzir a produção de suínos e frangos de corte. Assunção recentemente respondeu à situação colocando controles de preços em vários produtos básicos, mas acreditamos que isso apenas agravará a escassez nas áreas urbanas e aumentará a atividade do mercado negro. [Sanitizado]

As diminuições agrícolas terão um forte impacto no resto da economia. Estimamos que a atividade industrial possa cair 7% este ano, porque é voltada para o agronegócio e depende do setor agropecuário para matérias-primas. A escassez já é aguda no álcool combustível, por exemplo. A construção quase certamente contrairá este ano e a atividade comercial pode diminuir em 10% porque os agricultores – que representam 44% da força de trabalho do Paraguai terão renda disponível mais baixa. O

³⁶⁷ César Romeo Acosta Martínez - Presidente do Banco Central do Paraguai de 1959 a 1989.

emprego e os salários reais em todos os setores provavelmente cairão. [Sanitizado]

Por fim, o desempenho econômico desanimador esperado reduzirá as receitas do governo e alimentará a inflação. O orçamento de 1986 que previa um pequeno superávit – foi preparado antes que o impacto total da seca fosse aparente. Acreditamos que a queda da arrecadação vai empurrar o orçamento para o vermelho e que o Banco Central cobrirá o déficit imprimindo dinheiro, acelerando a taxa de inflação e enfraquecendo ainda mais o guarani. [Sanitizado]

A má gestão econômica de Assunção – O Paraguai mantém um sistema cambial complicado e ineficiente que penaliza as exportações, subsidia o pagamento do serviço da dívida do governo e incentiva a corrupção. Desde fevereiro de 1985, o sistema consiste em quatro taxas básicas que variam de 160 guaranis por dólar americano, para pagamentos de capital do setor público e serviço da dívida externa, até a taxa de mercado livre de 850 guaranis por dólar americano para a maioria das importações. [Sanitizado]

As instituições financeiras multilaterais estão demonstrando maior preocupação com a diferença entre as taxas de câmbio oficiais e paralelas. O Banco Mundial recomendou que Assunção fizesse grandes mudanças em sua política de taxas de juros, abolisse as taxas de câmbio múltiplas e atrelasse o guarani a 400 por dólar. Desde meados de 1985, o Banco efetivamente cortou empréstimos ao Paraguai porque Assunção insiste em subfinanciar projetos do BIRD aplicando a taxa de câmbio oficial. Em agosto, o FMI – preocupado que a deterioração da postura de pagamentos do Paraguai em breve forçaria um reescalonamento de sua dívida externa – propôs um ajuste completo da economia nacional, incluindo uma política monetária mais apertada, um sistema de imposto de renda revisado e, mais importante, uma desvalorização dos guaranis. Assunção optou apenas por formar uma comissão para estudar as recomendações do Fundo. [Sanitizado]

Os países vizinhos também têm pressionado Stroessner para desvalorizar. De acordo com relatórios da Embaixada, Argentina e Brasil – os principais parceiros comerciais do Paraguai e financiadores de projetos hidrelétricos ao longo das fronteiras do Paraguai – estão descontentes com a taxa de câmbio pouco lucrativa para pagamentos desses projetos. A menos que o Paraguai reduza o valor do guarani, esperamos mais atrasos na construção da barragem e perdas substanciais de receita para Argentina e Paraguai. Além disso, reportagens da imprensa indicam que credores furiosos embargaram navios paraguaios em três países e Tóquio cortou o financiamento para o aeroporto de Ciudad Presidente Stroessner. [Sanitizado]

Mais recentemente, a comunidade empresarial normalmente reticente do Paraguai se manifestou. Em fevereiro, a Federação da Produção, Indústria e Comércio – a organização guarda-chuva das associações empresariais – pediu um programa de reativação econômica. A Federação propôs especificamente uma taxa de câmbio livre, de mercado, para estimular o comércio legal, reduzir os incentivos à corrupção e atrair investimentos estrangeiros. O setor empresarial paraguaio costuma hesitar em criticar o regime de Stroessner por medo de comprometer negócios lucrativos com o governo. Os líderes empresariais, no entanto, aparentemente agora sentem que as políticas monetárias, fiscais e de crédito são tão inadequadas que devem fazer suas opiniões serem ouvidas antes que a economia deslize para uma recessão profunda. [Sanitizado]

O presidente Stroessner rejeitou todas as propostas de reforma econômica. A compreensão da economia de Stroessner, em nossa opinião, nunca se igualou à sua habilidade política; sua recusa em desvalorizar parece basear-se parcialmente em sua crença de que a estabilidade política está diretamente relacionada à estabilidade da moeda. Segundo a Embaixada, o presidente teme que uma desvalorização possa desencadear uma espiral de inflação, levando a mais desvalorizações, graves dificuldades econômicas e descontentamento político. Stroessner também reconhece que uma desvalorização aumentaria o custo do serviço da dívida externa. Em vez de aumentar os impostos para aumentar as receitas, ele prefere manter o câmbio baixo e tributar as exportações. [Sanitizado]

Embora muitos funcionários paraguaios de alto nível pareçam reconhecer os custos líquidos do guarani supervalorizado, nenhum conseguiu obter a atenção de Stroessner. Ele rejeitou categoricamente uma recomendação do presidente do Banco Central, Acosta, de desvalorizar a fim de retardar o esgotamento das reservas cambiais de Assunção. Segundo a Embaixada, Stroessner presta mais atenção a um grupo de bajuladores sem sofisticação econômica. [Sanitizado] Um último fator que reforça a atual política cambial é a corrupção que permeia o governo. Segundo a Embaixada, empresários informados acreditam que funcionários do governo lucram pessoalmente com a taxa artificialmente baixa do guarani. Por exemplo, a imprensa expôs um escândalo no Banco Central no ano passado em que funcionários criaram empresas fictícias que compravam dólares à taxa oficial de 160 guaranis e depois os revendiam à taxa do mercado negro de 800 guaranis por dólar. A Embaixada estima que tais esquemas podem ter custado ao Banco cerca de US\$ 100 milhões nos últimos cinco anos. [Parte do parágrafo sanitizada]

O impacto de uma moeda sobrevalorizada – A falha no ajuste da taxa de câmbio está minando a confiança doméstica no guarani, estimulando grandes saques de dólares dos bancos e aumentando a fuga de capitais. Esse nervosismo foi dramaticamente demonstrado em julho, quando, segundo a Embaixada, rumores de que o governo poderia nacionalizar depósitos em dólares precipitaram uma corrida de US\$ 50 milhões aos bancos. [Sanitizado] Acreditamos que a fuga de capitais se acelerará enquanto a taxa de câmbio permanecer inalterada, pressionando as já esgotadas reservas estrangeiras de Assunção. [Sanitizado]

O valor atual do guarani também está reduzindo as exportações de Assunção, desencorajando o investimento estrangeiro e tornando mais difícil para o Paraguai administrar seus pagamentos de dívida externa. A moeda supervalorizada deprimirá ainda mais a queda nas receitas de algodão e soja. Sem um ajuste cambial, esperamos que tanto o valor das exportações quanto o superávit comercial continuem a encolher, agravando os problemas existentes de atrasos no serviço da dívida. [Sanitizado]

A taxa de câmbio supervalorizada também está incentivando o contrabando e o tráfico de entorpecentes. A Embaixada informa que tais atividades ilícitas podem envolver até 15% da força de trabalho e alguns dos mais poderosos funcionários políticos e militares do país. Eles geram cerca de uma vez e meia as receitas do comércio exterior registrado e representam cerca de um terço do PIB real do país, segundo relatos da imprensa. O contrabando e o tráfico de drogas, de acordo com a Embaixada, reforçam a posição política de Stroessner no curto prazo, enriquecendo elites poderosas que podem desafiar uma administração mais intrusiva. A longo prazo, no entanto, acreditamos que a proliferação de tais práticas corrói a autoridade legal e moral do governo e virtualmente destrói

sua capacidade de dirigir ou regular quaisquer aspectos significativos da economia nacional. [Sanitizado]

Problemas econômicos crescentes também estão aumentando o descontentamento político e a incerteza – já em ascensão por causa do fracasso de Stroessner, de 75 anos, em estabelecer as bases para uma sucessão ordenada. [Sanitizado] elementos dentro do Partido Colorado, os militares e o setor empresarial estão preocupados, divididos pela corrupção e má gestão econômica do regime de Stroessner. O presidente, no entanto, permanece totalmente no comando e respondeu a manifestações e protestos com fortes limites aos direitos civis. Acreditamos que ele intensificará o uso de tais medidas repressivas, cortejando, assim, confrontos mais frequentes com Washington por violações de direitos humanos nos próximos meses. [Sanitizado]

Perspectivas e Implicações para os Estados Unidos – Acreditamos que Assunção terá dificuldades para enfrentar os problemas econômicos atuais sem realizar grandes ajustes monetários, de preferência como parte de um programa mais amplo de estabilização econômica. Duvidamos, no entanto, que Stroessner ceda à pressão de desvalorização nos próximos meses. Nessas circunstâncias, esperamos que a posição de pagamentos se torne tão insustentável que o Paraguai possa ser forçado a abandonar sua atual combinação de políticas no início do próximo ano e buscar o reescalonamento da dívida com bancos estrangeiros no contexto de um programa de estabilização apoiado pelo FMI. [Sanitizado]

A menos que Stroessner mude seu curso, acreditamos que a recessão e os desincentivos à exportação aumentarão a atividade de contrabando e ampliarão a economia subterrânea. O maior impacto sobre os interesses dos EUA será o aumento do tráfico de narcóticos, que também é promovido pela corrupção oficial e um aparato ineficaz de repressão às drogas. O Paraguai já é um importante local de trânsito da cocaína boliviana destinada à Europa e aos Estados Unidos, além de ser um importante produtor de maconha. A persistência das atuais condições econômicas e políticas, a nosso ver, aumentará o papel do país como nação traficante e poderá estimular o surgimento de um significativo cultivo e processamento de cocaína em solo paraguaio. [Sanitizado] (pp. 23-28)

91. Chegamos ao último dos documentos da seção dedicada à Economia e que envolvem Brasil e Paraguai de alguma forma. O seu código é CIA-RDP90T00114R000100470001-6 (Doc. 165), com data de 15/09/1987 e título: *'Paraguay's Public Enterprises: Destroying Economic Growth'*. O texto originou-se na *'South America Division, Office of African and Latin American Analysis'* e foi encomendado por *'Mr. Robert Gelbard, Deputy Assistant Secretary of State for South American Affairs'*. Suas 7 páginas foram bastante sanitizadas, o que impede até que saibamos a classificação original que lhe foram atribuídas, tendo sido liberadas em 06/03/2012.

Resumo – As grandes e ineficientes empresas estatais do Paraguai, que se expandiram rapidamente após o boom econômico da década de 1970, emergiram como o fardo econômico mais significativo do país e como um poderoso ímã para grandes oportunidades de corrupção. Longe de reconhecer as crescentes críticas de grupos domésticos e autoridades

financeiras internacionais pedindo cortes dramáticos de gastos e a privatização de empresas estatais, os funcionários do governo estão usando as entidades estatais para aumentar seu controle político e aumentar sua riqueza pessoal. Apesar de alguma pressão emergente do setor empresarial, vemos poucas perspectivas de reformas. Acreditamos que a busca contínua do regime por políticas econômicas estatistas e sua corrupção generalizada aumentarão a dívida externa do Paraguai, incentivarão a fuga de capitais e nutrirão o crescente papel do país como centro regional de contrabando e narcóticos. A longo prazo, esses fatores provavelmente contribuirão para a instabilidade política após a morte do presidente Stroessner. [Sanitizado]

(p. 1)

O cenário econômico antes das paraestatais – Circunstâncias externas favoráveis ao longo da última década alimentaram o desenvolvimento econômico extraordinariamente rápido no Paraguai, onde as taxas de crescimento anuais médias foram de 8% na década de 1970. A barragem binacional de Itaipu, financiada pelo Brasil, o maior projeto hidrelétrico do mundo, estimulou a demanda doméstica proporcionando emprego direto ou indireto para mais de um quinto da população – e gerou entradas de divisas que, por vezes, superaram as receitas de exportação do Paraguai, segundo reportagens da imprensa. Simultaneamente, o aumento da demanda mundial e os preços internacionais favoráveis dos produtos agrícolas – principais exportações do Paraguai – aceleraram o desenvolvimento de fazendas modernas de algodão e soja. [Sanitizado]

O regime de Stroessner, no entanto, aproveitou as condições econômicas em expansão para adiar ajustes estruturais e supervalorizar sua moeda, o que desencorajou o desenvolvimento das exportações e corroeu as receitas fiscais do país baseadas no comércio. Essas políticas, a nosso ver, deixaram o Paraguai vulnerável às tensões econômicas causadas pela forte reversão das tendências externas que começaram no início desta década. A quase conclusão de Itaipu removeu o principal motor do crescimento: a imprensa financeira informa que as receitas da barragem caíram de 13% do PIB em 1981 para menos de 2% este ano. O colapso dos preços mundiais dos produtos agrícolas – combinado com desastres de enchentes e secas – reduziu as receitas das exportações registradas de US\$ 753 milhões em 1981 para menos de US\$ 250 milhões no ano passado. [Sanitizado]

A Ascensão das Paraestatais – Com a queda das receitas de Itaipu, o regime voltou-se para empresas estatais, como siderúrgicas e cimenteiras, para proporcionar maior crescimento econômico. O investimento maciço nessas empresas estatais aumentou acentuadamente a partir do final da década de 1970, impulsionando, por sua vez, o papel do setor público na economia. Por exemplo, o Estado agora consome 40% das importações registradas e emprega um quinto da força de trabalho – incluindo milhares de trabalhadores fantasmas nas empresas estatais – e as despesas orçadas do setor público agora equivalem a um quarto do PIB – em oposição a cerca de 12% em 1980. A imprensa informa que os gastos do setor público cresceram em média 17% ao ano na década de 1980, enquanto as receitas aumentaram apenas 3% ao ano, criando um enorme déficit fiscal. [Sanitizado]

Embora o Paraguai tenha relativamente poucas paraestatais, apenas dois elefantes brancos, as empresas nacionais de aço (ACEPAR) e cimento (INC) – que Assunção gastou recentemente mais de meio bilhão de dólares para modernizar – são fatores-chave na crise financeira e no declínio econômico do país. Por exemplo, a siderúrgica movida a carvão vegetal – administrada pelos militares ainda não vendeu nenhum aço

comercialmente, mas tem uma capacidade instalada quase seis vezes maior do que as necessidades do mercado doméstico. Economistas independentes estimam que, mesmo que a ACEPAR produzisse tanto aço quanto o Paraguai usa, sua produção custaria 16 vezes mais do que um produto comparável do Brasil ou da Argentina. Da mesma forma, o cimento do Paraguai é duas a três vezes mais caro que o cimento produzido nos países vizinhos. Embora os prazos de pagamento das duas empresas sejam rígidos, reportagens da imprensa estimam que suas obrigações somam 23% da dívida externa total do Paraguai. [Sanitizado]

Além das pressões financeiras que essas duas grandes empresas estatais exercem sobre os limitados recursos econômicos do Paraguai, Assunção está ajudando um grupo de pequenas empresas estatais contra produtores privados de outros setores, legislando sobre vantagens competitivas. Por exemplo, a frota mercante estatal tem o primeiro direito a todas as cargas de exportação e alguns produtores privados de bebidas alcoólicas devem comprar todas as suas matérias-primas da administração de álcool do Estado. Além disso, as paraestatais desfrutam de fácil acesso ao crédito de longo prazo, enquanto o banco estatal de desenvolvimento não pode conceder empréstimos a empresas privadas por mais de um ano, limitando severamente seus investimentos de capital fixo. Concordamos com os relatórios da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) que culpam essas distorções pelo encolhimento da base industrial do país. Além disso, embora essas políticas estejam levando à falência empresas privadas paraguaias, reportagens da imprensa indicam que não ajudaram as paraestatais a impedir que empresas estrangeiras aumentassem sua participação no mercado local. [Sanitizado]

O Impacto do Crescimento do Setor Público – O apoio às florescentes empresas do setor público inibiu a capacidade do regime de administrar o resto da economia. Embora o Banco Central informe que o déficit do setor público é de 4% do PIB, avaliações financeiras independentes concluem que, se as importações do setor público e os pagamentos do serviço da dívida fossem registrados à taxa de câmbio do mercado, o déficit fiscal ultrapassaria 7% do PIB, tornando-se o mais alto da região. Além de limitar os recursos disponíveis para investimentos do setor privado no país, acreditamos que esse déficit está estimulando a inflação, que agora está em mais de 60% ao ano. Além disso, de acordo com a Embaixada dos EUA, a poupança e os depósitos a prazo de empresas públicas – que representam mais de 40% dos depósitos em bancos comerciais – aumentaram a oferta de dinheiro em um ritmo recorde este ano, agravando ainda mais as pressões inflacionárias até que o Banco Central limitou suas participações em junho. [Sanitizado]

Além de prejudicar a capacidade produtiva do Paraguai, as paraestatais, em nossa opinião, estão acelerando a acumulação de dívida externa em um ritmo insustentável, drenando as reservas de moeda forte do país. Segundo dados do Banco Central, o setor público detém praticamente toda a dívida externa do Paraguai, que quase dobrou desde 1981 para mais de US\$ 2 bilhões. As obrigações externas coletivas das empresas estatais representam quase dois terços da dívida externa do país e uma parcela ainda maior de sua conta anual de serviço da dívida estimada em US\$ 260 milhões. As práticas do governo de permitir mordomias, corrupção dentro das empresas estatais e conceder subsídios na forma de taxas de câmbio preferenciais para pagamentos de dívidas paraestatais e taxas de importação, contribuíram para essa tendência. [Sanitizado]

Preocupação comercial – A comunidade empresarial paraguaia há muito adormecida, que gradualmente se alarmou com a deterioração das condições econômicas e financeiras nos últimos dois anos, recentemente concentrou sua atenção no apoio de Assunção às empresas estatais. Alguns empresários começaram a comentar publicamente acerca das áreas problemáticas, apontando que o orçamento da INC supera o do Ministério da Agricultura e que os gastos anuais da companhia aérea estatal poderiam financiar integralmente a universidade nacional por 20 anos. Os palestrantes de um recente fórum empresarial chegaram a exigir que o governo canalizasse crédito de paraestatais ineficientes para empresas privadas produtivas, inclusive pedindo a privatização de algumas entidades estatais – um exemplo sem paralelo de descontentamento de um setor anteriormente conhecido por sua deferência ao regime. [Sanitizado]

Líderes empresariais, bem como alguns opositores políticos do regime, também começaram a mirar o fator corrupção, culpando as operações estatais (de poderosos funcionários do governo) por grande parte da ineficiência do setor. Empresários privados reclamaram que a expansão do setor público nos últimos seis anos foi quase exclusivamente em resposta aos apetites políticos e financeiros pessoais dos funcionários do governo. Por exemplo, eles notaram que a companhia telefônica nacional pode dedicar um quinto de sua folha de pagamento a trabalhadores fantasmas. [Sanitizado]

Pobres Perspectivas de Reforma – Julgamos remota a probabilidade de uma reforma do setor público – ou de qualquer reforma econômica no Paraguai no próximo ano. Em nossa opinião, o fracasso do plano de reativação econômica de setembro passado ressaltou a profundidade do compromisso do regime em manter as paraestatais, independentemente dos custos de longo prazo para a economia. Autoridades paraguaias enfatizaram durante consultas com o FMI em agosto passado que, a não ser que fechassem as grandes empresas estatais – que consideravam politicamente inaceitáveis – não poderiam limitar os déficits das empresas. [Sanitizado]

Além disso, longe de considerar reformas que exigiriam a constrição do setor público, o governo sinalizou que planeja incentivar e até expandir o alcance e as finanças das paraestatais. Stroessner elogiou recentemente o crescente papel do setor na economia em seu discurso sobre o Estado da Nação, elogiando especificamente várias das operações mais deficitárias. O ministro Ugarte³⁶⁸ anunciou em junho que Assunção planeja construir uma fábrica têxtil e de fertilizantes, ambas estatais, alegando – dissimuladamente em nossa opinião – que os gastos de investimento necessários estavam além da capacidade financeira do setor privado. [Sanitizado]

Por fim, muitos funcionários, indiferentes à crise econômica e esperando mergulhar nas receitas das empresas públicas até a chegada do próximo ‘Itaipu’, quase certamente resistirão a qualquer mudança que possa cortar sua receita ilegal dessas empresas. De fato, suspeitamos que a crescente ansiedade em Assunção em relação à composição de qualquer governo pós-Stroessner induzirá os funcionários do regime a se arrumarem com uma determinação ainda maior para se proteger contra qualquer reversão repentina da fortuna política. [Sanitizado]

Panorama – Acreditamos que o contínuo compromisso do regime com políticas estatistas e dominadas pela corrupção apenas aprofundará o mal-

³⁶⁸ Provavelmente se trate de Delfim Ugarte Centurion - Ministro da Indústria e do Comércio do Paraguai.

estar econômico iniciado pela falta de atenção aos problemas estruturais durante o boom da década de 1970. Projetadas no ritmo atual, as contas de pagamento do serviço da dívida para as entidades do setor público subiriam para impressionantes US\$ 1 bilhão nos próximos 10 anos. A taxa de câmbio supervalorizada desencorajará a produção para vendas externas, minará ainda mais a confiança doméstica no guarani, estimulará cada vez mais saques de dólares dos bancos e acelerará a fuga de capitais. Esses desenvolvimentos, a nosso ver, só fortalecerão os crescentes setores de contrabando e tráfico de entorpecentes, que, segundo algumas estimativas da imprensa, já geram uma vez e meia as receitas do comércio legal. [Sanitizado]

Apesar do crescente descontentamento com as empresas estatais, não acreditamos que seu impacto corrosivo na economia possa ser aproveitado para gerar descontentamento político suficiente para ameaçar o poder do regime de Stroessner. No longo prazo, no entanto, as políticas econômicas ineptas de Assunção [Sanitizado] provavelmente colocarão uma pressão considerável no sistema político do Paraguai – possivelmente durante o período de transição pós-Stroessner potencialmente delicado, quando o país pode ser menos capaz de lidar com isso. Em particular, a má gerência econômica quase certamente agravará as crescentes fraturas de estresse entre os partidários de Stroessner e facções moderadas do partido governista Colorado, e pode tornar a liderança militar [Sanitizado] cada vez mais inquieta.

A.5 Fronteiras

Esta seção da tese em desenvolvimento lida com o tema das fronteiras, mais especificamente das fronteiras e assuntos correlatos que estejam citados nos documentos da CIA, liberados pelo FOIA, e que citem Brasil e Paraguai em algum contexto relevante para entendermos a história comum de ambas nações. Caso haja alguma dúvida acerca do conceito de fronteira que utilizo aqui, assinalo que se trata nesta seção das fronteiras politicamente estabelecidas pelos Estados, algo como o significado de *border* no idioma inglês. Há um estudo breve acerca de alguns significados de fronteira em minha dissertação de mestrado, *Entre o leão e as formigas: fronteiras dialéticas do contrabando e do descaminho* (NAVEGA-COSTA, 2021), que pode ser útil para retirar algumas dúvidas que estiverem pairando ao redor do problema de definição deste termo.

92. Datado de 24/07/1945, o primeiro documento desta seção é o de código: CIA-RDP08C01297R000400370025-3 (Doc. 24), tendo como título: ‘*Marking of Paraguayan-Brazilian Frontier Present Status*’. Tal documento foi assinado por Leslie E. Reed³⁶⁹,

³⁶⁹ Leslie Edgar Reed (1890 - 1972) (Office of the Historian, Foreign Service Institute - United States Department of State <<https://history.state.gov/departments/history/people/reed-leslie-edgar>>).

*Chargé d’Affaires*³⁷⁰ (a.i.³⁷¹) da Embaixada dos Estados Unidos da América, Assunção, Paraguay, tendo sido destinada ao Secretário de Estado, em Washington, D.C., EUA. Trata-se de uma carta de uma página, sem sanitização, liberada em 24/09/2012.

A fronteira Brasil-Paraguai foi estabelecida por tratado em 1874 e em 1932 uma Comissão Mista foi nomeada para demarcar a fronteira com marcos de pedra em intervalos de 400 metros.

Este trabalho foi iniciado no ponto norte da fronteira paraguaio-brasileira, mas fui informado pelo Presidente da Comissão de Fronteira do Paraguai que todas as pedras não foram colocadas ao longo do rio Paraguai, onde o Brasil fica em frente ao Chaco paraguaio. A obra já está concluída, porém, de Puerto Sastre, ao longo do Rio Apa e da Cordilheira de Amambay (fronteira nordeste), espera-se que durante o presente ano civil a marcação chegue às Cataratas do Guaíra no Rio Paraná. A mesma fonte afirma que das Cataratas de Guaíra até a fronteira argentina, próximo às Cataratas do Iguaçu, o Rio Paraná é considerado um limite satisfatório, pois está livre de ilhas como as do alto Paraguai.

O Instituto Geográfico Militar do Paraguai prometeu fornecer à Embaixada um relatório que dará informações mais detalhadas sobre a fronteira brasileira e o estado atual de sua marcação. Este relatório será transmitido ao Departamento para seus registros quando recebido. (p. 1)

93. O documento seguinte, de código: CIA-RDP08C01297R000400370024-4 (Doc. 23), data 10/08/1945 e título: ‘*Paraguay #787 Enclosure no. 2 to Despatch no. 1021, Dated*’, foi produzido pela Embaixada dos EUA, Assunção, Paraguai, tendo destino não informado no memorando. Com apenas uma página, sem sanitização, ele foi liberado em 24/09/2012. Provavelmente havia um mapa anexado ao memorando, pois há a menção a escala de representação cartográfica ao final do texto.

Atividades da comissão de fronteiras do Paraguai com os EUA e Brasil – resumo da lei nº. 14 e 15 assinada pela comissão mista sobre limites e demarcação da fronteira Paraguai-Brasil em 26 e 29 de maio no Rio de Janeiro.

a) São declarados inaugurados os marcos construídos nas áreas da divisa entre as nascentes do rio Paraná e Paraguai nas serras do Amambay e Mbaracayu, desde a nascente do ribeiro Estrella, início da linha seca entre os dois países, ao pilar astronômico situado nas proximidades da nascente do córrego Itanara, tocando o primeiro, segundo e parte do terceiro setor, mencionados no Ato da XII Conferência da Comissão Mista celebrada em Assunção, em 20 de junho de 1940.

b) Pelo 15º Ato foram inaugurados 417 marcos do tipo da segunda ordem especial, que atendem às características estabelecidas no Ato da 13ª Conferência da Comissão Mista de Fronteiras e Marcação da Fronteira Paraguaio-Brasileira, celebrada em Ponta Porã, em 5 de maio de 1941.

c) Os marcos assim inaugurados, conforme o texto do 15º Ato, constituem os vértices do polígono retilíneo de aproximadamente 230

³⁷⁰ Encarregado de Negócios.

³⁷¹ Sigla não identificada.

quilômetros de extensão, que, na parte anteriormente mencionada, passa a ser a linha de fronteira entre os dois países, em decorrência do Tratado de Fronteiras Complementar ao de 1872, assinado nesta capital em 21 de maio de 1927 e seu respectivo Protocolo de Instruções, também assinado no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1930 (?) e o acordo dos Primeiros Comissários de 20 de junho de 1940, que estabeleceu linhas convencionais de limites nas quatro cidades mais importantes da fronteira paraguaio-brasileira.

d) Registam-se detalhadamente o azimuth dos moldes da poligonal da fronteira e a respectiva distância de um marco a outro, bem como as suas altitudes; todos os azimuths são referidos ao norte verdadeiro e as altitudes do fundo de cada marcador são calculadas a partir do nível do selo.

Os marcos recém-inaugurados somam 448, que cobrem uma extensão de aproximadamente 230 quilômetros, restando 139 quilômetros para definir a linha de fronteira na parte seca.

94. O próximo documento descrito tem código: CIA-RDP08C01297R000400330010-3 (Doc. 8), data: 26/03/1954 e título: *'Information on Boundaries of Brazil'*. Se originou na Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro, e foi dirigida ao Departamento de Estado dos EUA, tendo sido assinada pelo Embaixador George H. Owen. Suas 4 páginas foram sanitizadas, tendo a última sido completamente censurada, onde provavelmente se encontrava um mapa mostrando as fronteiras. A liberação do documento, originalmente *'Unclassified'* deu-se em 28/11/2012. Embora haja menção a outras fronteiras, destaquei apenas as que lidavam com o Paraguai e o Brasil.

Fronteira Brasil-Paraguai – O Itamaraty afirma que agora falta apenas a colocação de novos marcos entre o 'Marco' do Jacaré e o Salto das Sete Quedas, numa distância de aproximadamente 50km.

A Embaixada devolve o mapa intitulado: 'Brasil', que foi encaminhado com a Instrução A-116. Como as informações fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores indicam que houve muito pouca mudança no status dos segmentos de fronteira que já são de conhecimento do Departamento, nenhuma tentativa foi feita para transferir as informações para o mapa. (p. 2)

Fronteira Brasil-Paraguai – A área até aproximadamente 24°00'S, 55°00'W é mostrada como 'demarcação em andamento' no mapa anexo.

Sugere-se que seja obtida uma declaração oficial de um órgão competente do Governo do Brasil sobre sua interpretação da situação atual dos segmentos de fronteira mencionados anteriormente.

Uma possível fonte a ser contatada para uma apresentação precisa do limite, incluindo informações sobre mapas oficiais de demarcação, é o Conselho Nacional de Geografia. Cópias de documentos fronteiriços recentes, materiais textuais e publicações oficiais, se disponíveis, seriam de valor considerável. (p. 3)

95. O documento código: CIA-RDP82-00047R000400370002-4 (Doc. 97), teve data assinalada em 29/04/1954, e título: *'Sociological and Economic Conditions in Border Area'*.

Contendo apenas uma página, ele foi sanitizado a ponto de não ser possível determinar origem ou destino. Ele foi liberado ao público em 10/12/2003.

1. A cidade de Ponta Porã (22°28'S, 55°44'W), localizada no lado brasileiro da fronteira Brasil-Paraguai, tem uma população de cerca de nove mil habitantes. Os brasileiros nativos compõem a maior parte da população, embora existam algumas famílias alemãs, italianas e negras. A agricultura e a pecuária são os principais meios de subsistência.
2. Desde 1951, uma nova escola secundária, escola de comércio, e combinação de banco e correio foram construídas. Além disso, uma linha férrea que liga Ponta Porã a Campo-Grande foi concluída, permitindo assim a comunicação ferroviária com a costa. Existem dois hospitais e grandes operações podem ser realizadas. Os pobres são tratados de graça. Cidadãos paraguaios de Pedro Juan Caballero e arredores têm acesso às instalações hospitalares de Ponta Porã.
3. O sistema de água de Ponta Porã é dependente de poços individuais. O abastecimento de água é adequado e a pureza é boa. Não ocorreram epidemias devido à poluição. Os hospitais fornecem vacinas e inoculações habituais a crianças. Não há sistema de refrigeração para manipulação de alimentos a granel, e a carne deve ser consumida sem pendurar. Produtos enlatados estão disponíveis nas lojas.
4. Os produtos das fazendas locais incluem frutas, milho, cana, mate (chá), legumes e aves. Durante anos ocasionais de más colheitas, os empréstimos bancários estão disponíveis para os agricultores a taxas muito razoáveis. Um espírito cooperativo de fronteira prevalecente entre os colonos resulta em ajuda mútua conforme necessário. Os pecuaristas embarcam o gado para Campo Grande e daí para o litoral.
5. A atividade de contrabando é generalizada e praticamente incontrolável entre o Paraguai e o Brasil. Para todos os fins práticos, a fronteira não é patrulhada. A maior parte do contrabando é feito do Paraguai para o Brasil e consiste geralmente de gado. Certos itens de luxo, como perfumes, rendas japonesas e artigos de couro, também são trazidos ilegalmente para o Brasil. As estações alfandegárias entre o Brasil e o Paraguai são apenas símbolos de autoridade. O ciclo inflacionário no Brasil fez com que o contrabando nos últimos anos entrasse no país. O preço dos bens de consumo ainda está subindo.
6. Tropas paraguaias e brasileiras estacionadas nas cidades fronteiriças se misturam livremente enquanto estão de folga. As relações são bastante boas, exceto por disputas e brigas geralmente após danças e festas. A disciplina no dever é frouxa. Os colonos de cada lado da fronteira cruzam de um lado para o outro sem impedimentos ou formalidades. Há relativamente pouca fricção entre os nacionais. (p. 1)

96. O documento que vem a seguir tem código: CIA-RDP79T01018A000200090001-3 (Doc. 89), é datado de março de 1958 e tem título: '*International Boundaries in Latin America*'. Foi produzido pelo 'Escritório de Pesquisa e Relatórios da CIA' e embora não haja sanitização aparente, não se pôde determinar seu destino. Sua liberação ocorreu em 01/06/2000. É um trabalho bem interessante e completo, que em suas 108 páginas lida com

cada uma das fronteiras na América latina, trazendo os conflitos que existiam quando de sua confecção.

Trarei apenas o texto que se refere a Brasil e Paraguai.

10. Brasil-Paraguai – Status do limite: Demarcado. Áreas problemáticas: Nenhuma. Descrição do limite: (Um tratado foi) assinado em Assunção em 9 de janeiro de 1872... estabelecendo que (artigo 1º) a linha divisória deveria ser o leito ou canal do Paraná desde o início das possessões brasileiras na foz do Iguaçu até a Grande Catarata das Sete Quedas no Paraná; daí pela cordilheira da Serra de Maracaju até o final; daí por uma linha reta, ou uma linha o mais reta possível, pelo terreno mais elevado até a Serra de Amambay; daí pela crista mais alta desta serra até a nascente principal do Apa e descendo pelo canal do Apa até sua foz na margem leste do Paraguai; todas as vertentes que se inclinam para norte e leste para pertencer ao Brasil, aquelas que se inclinam para sul e oeste para o Paraguai; a ilha de Fecho dos Morros para pertencer ao Brasil...

O comissário brasileiro partiu para Assunção em 16 de julho de 1872, e os trabalhos de demarcação foram concluídos em 14 de novembro de 1874. Por protocolo assinado em Assunção, em 7 de janeiro de 1874, foi acordado que o córrego Estrella era de fato a fonte principal do Apa, e que a linha de fronteira deveria passar por ele.

Estabelecida definitivamente a fronteira na porção da foz do Iguaçu no Paraná até a foz do Apa no Paraguai, foi assinado um tratado de fronteira complementar no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1927, que previa que (Artigo 1º) da confluência do Apa, no Paraguai, até a entrada ou saída da Bahia Negra a fronteira deveria ser formada pelo leito do Paraguai, a margem esquerda (leste) pertencendo ao Brasil e a margem direita (oeste) para o Paraguai; (Artigo 2º) com exceção do Fecho dos Morros, que é brasileiro, as demais ilhas situadas no lado leste ou oeste da linha de fronteira, determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade e mais fácil e livre para a navegação, tal como aceita no momento da demarcação e de acordo com os estudos realizados, deveria pertencer respectivamente ao Brasil ou ao Paraguai, ilhas formadas no futuro a serem adjudicadas segundo o mesmo critério;... Um protocolo de instruções para a comissão mista de demarcação foi assinado no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1930... (Foi concluída a demarcação dos trechos de terra). (pp. 71-72)

97. O documento abordado agora tem código: CIA-RDP08C01297R000400370022-6 (Doc. 22), data de 23/07/1962 e tem título: '*Boundary Survey – Paraguay/Brazil*'. Trata-se de um comentário que parte de um artigo de um jornal de Assunção, PY, e que aborda mais um momento da demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. O memorando é oriundo da Força Aérea dos EUA, escrito pelo Major Dowe S. Rhodes, aparentemente foi feito na capital paraguaia e enviado via Buenos Aires, mas sua destinação não é clara. Sua classificação era confidencial, mas não sofreu sanitização em suas 2 páginas, sequer nas anotações feitas no papel xerocopiado, tendo sido liberado em 05/11/2012.

Este relatório transmite uma tradução de um artigo do jornal ‘La Tribuna’ de Assunção, Paraguai, de 5 de julho de 1962, anunciando um trabalho de levantamento de fronteiras que completará toda a fronteira paraguaio/brasileira.

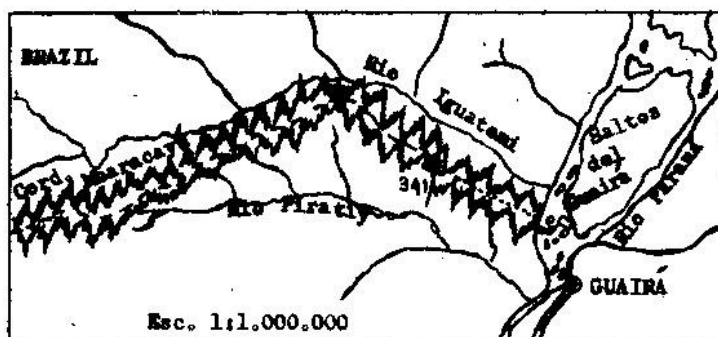
(A seguir, texto traduzido do artigo): Conforme anunciado pela Comissão Nacional de Determinação de Fronteiras, ao meio-dia de hoje terão início importantes determinações da fronteira entre Paraguai e Brasil, em conjunto com sua contraparte, a Comissão Brasileira de Determinação de Fronteiras.

O trabalho a ser feito consistirá em um levantamento topográfico, tão preciso quanto o terreno permitir, do último trecho da Serra do Maracaju ainda não levantado, a partir das Cataratas do Guairá (ou Sete Cataratas) por uma distância de aproximadamente 25 quilômetros para o ponto de referência 341/IV, mostrado no esboço por um triângulo. Isso permitirá uma determinação precisa do limite nesta área (ver Figura 12).

A marcação da fronteira entre os dois países é feita por meio de marcos, que são pilares de concreto, solidamente fixados no solo e com uma altura de 2,2 metros, colocados a quilômetros de distância, para que um possa ser visto do outro. Eles são numerados consecutivamente por setor.

Também foi anunciado pela Comissão Mista Paraguaio-Brasileira que ‘a grande harmonia prevalecente na comissão e o alto padrão intelectual e técnico de seus membros, prevê para a próxima campanha, um resultado feliz, justo e honroso para os dois países irmãos, Paraguai e Brasil’.

Figura 13 – Esboço do trecho a ser demarcado



(Caption under illustration): Sketch of the distance of approximately 25

Fonte: Documento CIA-RDP08C01297R000400370022-6 (CIA, 1962)

Comentários do Relator: (CONF) O Paraguai é atormentado há muito tempo por disputas de fronteira e deve estar feliz pelo fato de que em breve começará a trabalhar nos últimos 25 quilômetros de sua fronteira com o Brasil, pois ainda há um longo caminho a percorrer com a Argentina e Bolívia.

Esta parte da fronteira com o Brasil foi definida por um tratado anos atrás, como o divisor de águas ao longo da borda do Maracaju (também escrito Mbaracayu). Embora o artigo se refira às ‘Montanhas de Maracayu’, esta não é realmente uma cadeia de montanhas, mas mais propriamente um planalto que se estende até o Mato Grosso³⁷², Brasil. As ‘montanhas’

³⁷² Atualmente no Mato Grosso do Sul.

referidas são realmente a escarpa deste planalto, onde desce em um padrão muito irregular até o terreno mais baixo que se inclina para oeste até o rio Paraguai. A divisa segue esta escarpa desde as Cataratas do Guaira no Rio Paraná até as cabeceiras do Rio Apa.

Este é um belo país selvagem e acidentado, em grande parte coberto por florestas tropicais, mas com ocasionais prados gramados abertos. A caça é abundante, incluindo algumas espécies fantásticas e exóticas. A flora é extremamente interessante, as florestas variam e as principais indústrias são florestais, com algum gado. (pp. 1-2)

98. Este novo documento tem código: CIA-RDP08C01297R000400370021-7 (Doc. 21), é datado de 19/06/1963 e recebeu o título: '*Paraguay's Position On The Guaira Falls*'. Ele foi produzido na Embaixada dos EUA em Assunção e foi dirigido ao Departamento de Estado norte-americano. Sua classificação era de '*Limited Official Use*', não tendo sido submetido a sanitização, e foi liberado em 24/09/2012. É um documento muito interessante, pois mostra uma tentativa brasileira de tomar posse da região das Sete Quedas, onde mais tarde foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Resumo – Após relatos de que o governo brasileiro decidiu desviar as águas das Cataratas do Guairá para uso próprio, os partidos políticos da oposição³⁷³ manifestaram sua indignação. A oposição política no Congresso conseguiu aprovar uma resolução, pedindo ao Partido Republicano que apresentasse um relatório ao Congresso sobre o assunto. O relatório do GOP³⁷⁴, baseado em tratados e acordos internacionais firmados com o Brasil, observa que a área em questão ainda não foi delimitada pela Comissão Mista de Fronteiras Paraguai-Brasil. A posição do GOP, portanto, é aguardar a demarcação definitiva da área, não obstante o fato de a nota brasileira de 19 de setembro de 1962, endereçada ao GOP, afirmar que as Cataratas estão 'totalmente situadas no território do Brasil'. O relatório do Partido Republicano foi recebido favoravelmente pelo Congresso e, ao que parece, pelo menos por enquanto, aplacou os temores da oposição. A persistência dessa tranquilidade restaurada, no entanto, parece depender de se o Brasil insistirá ou não em manter sua posição.

Uma breve discussão sobre as implicações políticas – Por um tempo, parecia que as forças políticas de oposição haviam se unido em defesa do patrimônio da nação. O ponto de convergência foram as reportagens, originalmente veiculadas pelo jornal brasileiro 'Jornal do Brasil' em 13 de fevereiro de 1962, no sentido de que o governo brasileiro havia decidido contratar uma empresa privada para um levantamento preliminar para a utilização das Cataratas do Guairá pelos brasileiros. Isso foi interpretado pelos partidos de oposição locais, liderados pelos Liberais, como uma 'venda' feita pelo governo Colorado. A oposição argumentou que as Cataratas parcialmente, senão totalmente, faziam parte dos limites territoriais da nação e, portanto, os brasileiros estavam infringindo a soberania do Paraguai. O argumento, como apresentado, era bastante convincente e tinha o tipo de apelo nacionalista que costuma despertar o

³⁷³ No Paraguai.

³⁷⁴ *Government of Paraguay*.

espírito belicoso dos paraguaios. Entre outras coisas, foram feitas sugestões no sentido de que o Presidente Stroessner, por ter aceitado o treinamento militar no Brasil; por ter se refugiado na Embaixada do Brasil na época de seu golpe de Estado abortado em 1948; por ter aceitado presentes como a ponte internacional em Puerto presidente Stroessner³⁷⁵; e por ter recebido o tão necessário apoio moral dos brasileiros em geral, particularmente durante o tempo de Juscelino Kubitschek, ficou tão endividado que não pôde tomar uma posição firme sobre a questão das Cataratas do Guaíra.

Apenas o semanário católico '*Comunidad*', embora tardiamente, se comprometeu a apresentar o problema de forma racional. Sua edição de 15 de junho revisou o assunto desde o início (1872) e notou que a área em disputa, as Cataratas do Guaíra, ainda estava em estudo e que, ainda, o limite exato permanecia indeterminado.

Houve um comentário, no entanto, que o grupo dissidente da *Dirección Revolucionaria* do Partido Liberal, chefiado pelo Dr. Carlos Levi Rufinelli³⁷⁶, assumindo a liderança dos liberais regulares, apresentou uma resolução (adotada em 2 de maio de 1963) no Congresso, pedindo ao Poder Executivo um relatório completo sobre o assunto.

A posição do GOP – O relatório do Itamaraty ao Congresso foi publicado na primeira página da edição de 20 de junho do '*Patria*' (...), órgão oficial do Partido Colorado. O Ministério afirma que existem apenas três acordos com o Brasil sobre as Cataratas do Guaíra: o Tratado de Fronteiras de 9 de janeiro de 1872, assinado em Assunção; um acordo complementar ao Tratado de 1872, assinado no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1927; e o Protocolo de Instruções para Demarcações e Caracterização da Fronteira com o Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1930. O Itamaraty nega assim que existam acordos recentes ou secretos com o Brasil.

O relatório do Itamaraty indica que os trabalhos da Comissão Mista de Fronteiras Paraguaio-Brasileira evoluíram satisfatoriamente de 1949 a 1958. Desde então, porém, não foram estabelecidos novos marcos de fronteira. A Comissão, durante este período, tem estudado a bacia hidrográfica ao longo da Cordilheira de Mbaracayu, nos últimos 20 km antes que esta faixa cruze o Rio Alto Paraná ou próximo às Cataratas do Guairá.

O relatório do Ministério das Relações Exteriores ao Congresso inclui o texto integral de uma nota de protesto paraguaia aos brasileiros, datada de 12 de março de 1962; o texto em português da resposta brasileira de 19 de setembro de 1962; e outra nota paraguaia de 10 de junho de 1963.

A primeira nota do Paraguai encaminhou recortes de jornais brasileiros com notícias de que o Ministro de Minas e Energia do Brasil, Gabriel Passos, havia sido autorizado pelo Conselho de Ministros a prosseguir com a contratação de um levantamento para o aproveitamento do potencial energético das Cataratas do Guaíra. A nota paraguaia indicou que as notícias incluíam detalhes minuciosos sobre os planos de uso das Cataratas. A primeira nota Paraguaia então fez dois apontamentos: 1) que o GOP não considera que o Paraguai ou o Brasil, sozinhos, pudessem propor unilateralmente o uso da energia hidrelétrica das cataratas enquanto o trabalho da Comissão Mista de Fronteira estivesse incompleto; e 2) que o

³⁷⁵ Ponte Internacional da Amizade.

³⁷⁶ Para mais detalhes, ver: '*Lecciones de Historia Paraguaya:(re) leituras da História do Paraguai pelo stronismo*' (SILVA, 2013).

GOP ‘considera que seu domínio territorial e fluvial se estende sobre o Salto del Guairá ou Salto Grande de las Siete Caídas em uma extensão que será determinada pelos resultados das demarcações e caracterizações das fronteiras’. No entanto, conclui a nota, se as notícias fossem verdadeiras e os brasileiros prosseguissem com sua proposta, haveria um agravamento das relações cordiais existentes atualmente entre os dois povos e seus países.

A resposta brasileira de 19 de setembro de 1962 refere-se a um acordo firmado pela Comissão Paraguaia em Assunção, em 20 de outubro de 1874, cujo original, alega-se, encontra-se nos arquivos do Itamaraty. O governo brasileiro afirma em nota que não vê motivos para esperar a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista de Fronteira, que está trabalhando em ‘uma linha seca de fronteira’ entre marcos já colocados e acordados no período 1872-1874.

Começa assim um parágrafo da nota brasileira: ‘quanto ao desenvolvimento do Salto das Sete Cataratas, totalmente situado no território do Brasil, desejo informar a Vossa Excelência que o governo brasileiro se disporá oportunamente a examinar a possibilidade da participação da República do Paraguai na utilização dos recursos elétricos...’

A resposta paraguaia à nota brasileira afirma que o Tratado de 1872 ‘não estabelece em nenhum lugar que o Salto Grande de las Siete Caídas ou Salto del Guairá pertença exclusivamente a qualquer um dos dois Estados’. Essa nota continua: ‘O Salto del Guairá ou Salto Grande de las Siete Caídas não só não está totalmente situado no território do Brasil – como afirma Vossa Nota de 19 de setembro de 1962 – como a República do Paraguai tem direitos de soberania territorial sobre sua margem ocidental e, conseqüentemente, direitos de soberania e os direitos de condomínio sobre as águas, na medida em que qualquer de seus recursos possa ser utilizado’. A nota fecha com a afirmação de que o Paraguai está bastante disposto a estudar com o Brasil um acordo para uso da energia hidrelétrica das cataratas, mas ‘reitera que os meros anúncios de quaisquer projetos de utilização exclusiva por parte do Brasil, prejudicando os direitos do Paraguai, atrapalha consideravelmente as relações entre nossos Povos e Governos’.

Como que para enfatizar o teor da última nota paraguaia, abreviou-se a expressão tradicional de ‘minha mais alta consideração’ no final das notas diplomáticas. A primeira nota terminava com ‘*mi más alta y distinguida consideración*’, enquanto a segunda nota era mais austera, terminando com ‘*con distinguida consideración*’.

Reações políticas – Oficialmente, como refletido em ‘*El Enano*’, o Partido Liberal regular permaneceu não convencido. O GOP não agiu energicamente no caso. Demorou para responder à nota brasileira até ser praticamente obrigada a fazê-lo pela oposição (a nota brasileira de 19 de setembro de 1962 não foi respondida até 10 de junho de 1963. Isso, por si só, era indicativo de conluio. Extra Oficialmente, a Embaixada foi informada que a liderança Liberal regular está de acordo com a posição legal assumida pelo GOP e está inclinada a acreditar que a questão da área disputada pode ser resolvida por uma delimitação equitativa da fronteira.

A direção revolucionária do Partido Liberal, por outro lado, ficou plenamente satisfeita com o relatório do governo e sua suposta ação em defesa da integridade territorial da nação. Um membro liberal do Congresso expressou sua opinião a um funcionário da Embaixada no

sentido de que o relatório do GOP sobre as Cataratas do Guairá será aprovado por unanimidade pelo Congresso.

Comentário: O caso do governo, baseado em tratados e acordos internacionais, em geral, foi bem apresentado e bem recebido. Parece ter conseguido remover internamente um argumento político potencialmente explosivo; e, ao mesmo tempo, parece ter evitado, pelo menos temporariamente, uma amarga disputa internacional. Muito parece depender, no entanto, da resposta que o Brasil dará à última nota do Partido Republicano. Se o Brasil reafirmar sua posição e reafirmar que as Cataratas estão dentro de sua jurisdição territorial, é de se esperar que o comentário político interno renasça com maior força e indignação.

99. Este documento que segue, tem código: CIA-RDP08C01297R000400370018-1 (Doc. 20), é datado de 01/12/1965 e recebeu o título de: *‘Guaira Falls Boundary Dispute With Brasil’*. Ele originou-se na Embaixada dos EUA em Assunção e foi destinada ao Departamento de Estado e a Embaixada no Rio de Janeiro do mesmo país. O documento confidencial não foi sanitizado, sendo possível ver as marcas, anotações, códigos, encaminhamentos feitos pelo *staff* da burocracia norte-americana da década de 1960. As suas 10 páginas, que trazem as 4 primeiras com o texto reproduzido abaixo e as demais com recortes de jornal relatando os mesmos fatos, foram liberadas em 07/12/2012.

RESUMO – Três notas diplomáticas brasileiras sobre a disputa de fronteira perto das Cataratas do Guairá (Sete Quedas) despertaram muito ressentimento público no Paraguai no final de novembro. No entanto, uma visita de um enviado especial brasileiro supostamente tranquilizou o GOP do desejo do governo do Brasil de resolver o assunto de forma amigável e os líderes do GOP estão pedindo calma. No entanto, as diferenças permanecem e os paraguaios ainda não deram nenhuma indicação de que estão interessados em aceitar uma oferta de arbitragem brasileira.

Contexto: A longa disputa de fronteira entre Brasil e Paraguai, na área das Cataratas do Guairá (aproximadamente 24°03' Sul, 54°22' Oeste), está apenas incidentalmente preocupada com a pequena quantidade de território envolvido. Em vez disso, a importância da questão reside onde a fronteira internacional atinge o rio Paraná, determinando assim os direitos do Paraguai ao potencial hidrelétrico das enormes cachoeiras de Guaíra. Simplificando, a alegação paraguaia é de que a fronteira internacional não está demarcada desde as Cataratas até a posição do último marco acordado, cerca de vinte quilômetros a noroeste. Os paraguaios sustentam que a demarcação progressiva da fronteira, começando no marco e seguindo o cume do mais alto dos dois picos da Cordilheira de Mbaracayu, fará com que a fronteira atinja o Paraná na cabeceira das Cataratas. Os brasileiros, por outro lado, afirmam que o marco de fronteira das Cataratas foi definitivamente fixado mais ao sul, em frente à quinta da série de sete quedas, e que os vinte quilômetros de fronteira entre o último marco de fronteira acordado e as quedas já estão assim determinados (...).

A fase mais recente da disputa surgiu a partir de um protesto paraguaio pela presença de um destacamento de tropas brasileiras no que o GOP considera estar dentro da zona disputada. Uma resposta brasileira de 1º de setembro afirmava que o destacamento era necessário para evitar a

formação de guerrilhas e controlar o contrabando. Notas paraguaias subsequentes (1) reafirmaram a alegação do Partido Republicano de que a fronteira continua sem demarcação e (2) protestaram contra a detenção temporária do subsecretário do Ministério das Relações Exteriores Pedro GODINOT de VILAIRE³⁷⁷, três outros funcionários e um fotógrafo por soldados brasileiros na área disputada. (...)

Reivindicações Brasileiras Sobre a Fronteira – A questão ficou mais definida quando o GOP publicou em meados de novembro três notas diplomáticas brasileiras respondendo aos protestos paraguaios. A nota brasileira nº 310, de 29 de outubro, afirmava, em resposta à nota do GOP de 25 de setembro, que a fronteira está ‘perfeitamente demarcada’ e que o destacamento de tropas localizado em Puerto Coronel Renato (na zona disputada) está lá ‘na área exclusiva de segurança interna de interesse do Brasil...’. A nota brasileira de redação bastante engomada, no entanto, ofereceu submeter a controvérsia à arbitragem internacional (...). A nota brasileira nº 321, de 8 de novembro, modifica ligeiramente o texto da nota anterior (...). A nota brasileira nº 322 é a resposta brasileira ao protesto paraguaio em relação à detenção temporária dos funcionários do GOP. Ele levanta uma série de pontos de diferença factual com o relato do GOP sobre o incidente, mas novamente se refere ao método de resolver o problema sugerido anteriormente, ou seja, a arbitragem internacional.

Reação paraguaia – O nacionalismo paraguaio foi rapidamente despertado com a publicação das notas diplomáticas brasileiras. A Comissão Permanente do Congresso Nacional Paraguaio protestou contra a ‘atitude deplorável e hostil’ do governo brasileiro. Organizações estudantis, profissionais e cívicas emitiram declarações defendendo os direitos paraguaios às Cataratas do Guaíra. Líderes dos partidos Liberal Regular, Febrerista e Demócrata Cristão assinaram um manifesto ‘para salvar os direitos e a dignidade’ do Paraguai do ‘perigo mortal’ dos brasileiros no Guaíra. De fato, a questão é um ponto de encontro para todos os paraguaios. A única crítica da oposição ao Governo é que não é suficientemente diligente ou inflexível na defesa do interesse nacional.

Uma manifestação de um grupo de estudantes em frente ao Centro Comercial e Cultural Brasileiro, no centro de Assunção, em 27 de novembro, culminou com o lançamento de dois coquetéis molotov. Alguns danos foram causados ao prédio e vários estudantes foram detidos pela polícia. No entanto, a Federação Universitária Paraguaia (FUP)³⁷⁸ negou prontamente qualquer ligação com o distúrbio.

Outro resultado da disputa foi uma campanha de imprensa desencadeada pelo jornal *Levi-Liberal* ‘La Libertad’ pedindo a saída da Missão Militar Brasileira.

Visita do Enviado Especial Brasileiro – O general Golbery do Couto e Silva³⁷⁹, chefe do Serviço Nacional de Informações³⁸⁰ do Brasil, chegou a Assunção em 24 de novembro como enviado especial do presidente Castello Branco³⁸¹. O general teria assegurado aos líderes do Partido Republicano o desejo brasileiro de resolver a disputa de fronteira de forma

³⁷⁷ Citado em: The Stroessner heritage: a history of Brazilian-Paraguayan relations, 1955-1980 (MENEZES, 1984).

³⁷⁸ Referências externas não encontradas.

³⁷⁹ Golbery do Couto e Silva (1911 - 1987) (LUZ, 2015).

³⁸⁰ SNI - Fundado em 13 de junho de 1964 e dissolvido em 15 de março de 1990.

³⁸¹ Humberto de Alencar Castello Branco (1897 - 1967) - primeiro presidente do Brasil no período da Ditadura Militar de 1964 (FROTA SIMÕES, 2013).

amigável e sem mais incidentes. O general teria sido selecionado para esta missão devido ao seu serviço anterior na Missão Militar Brasileira no Paraguai e sua amizade com altos funcionários do GOP. O Adido Militar Brasileiro informou ao Adido de Defesa da Embaixada³⁸² que a visita do General foi bem sucedida em tranquilizar os oficiais do Partido Republicano. Ele e outros oficiais brasileiros também afirmam que o Brasil deseja evitar a aparência de ser excessivamente dominador em suas relações com seu vizinho menor. Status atual da disputa: Parece que os dois governos podem agora estar despejando ‘óleo nas águas turbulentas’. Relatos não confirmados que chegaram a Assunção no último mês de novembro indicam que os brasileiros podem ter retirado seu destacamento de tropas da área disputada. Além disso, um anúncio oficial do GOP datado de 27 de novembro foi redigido em termos conciliatórios e elogiou a visita do general Golbery do Couto e Silva. O jornal do Partido Colorado ‘Patria’ citou o presidente Stroessner em 1º de dezembro como pedindo uma atitude calma e racional, em vez de explosões emocionais sobre o assunto. É interessante que os paraguaios não tenham tomado conhecimento público da oferta brasileira de mediar a disputa. Em vez disso, o GOP continua a sustentar que a disputa pode ser melhor resolvida pela Comissão Mista de Fronteiras, renovando seus trabalhos e completando a demarcação da fronteira na zona disputada. Os termos sob os quais a Comissão realizaria sua tarefa continuam sendo uma questão difícil e não resolvida entre os dois países.

Pelo Embaixador: Dale M. Povenmire 2º Secretário da Embaixada

100. A pesquisa prossegue abordando um novo documento, datado de 02/02/1966, de código: CIA-RDP08C01297R000800100003-2 (Doc. 25) e título: ‘*Navigation Rights on the Parana River; Paraguayan- Argentine Dispute*’. Ele foi produzido pela embaixada norte-americana em Assunção e enviado ao Departamento de Estado dos EUA, com cópia para a embaixada em Buenos Aires. Suas 4 páginas confidenciais foram liberadas em 24/12/2012 sem terem sofrido sanitização aparente.

No sábado, 29 de janeiro, o chanceler³⁸³ me chamou principalmente para discutir as dificuldades que o Paraguai estava tendo com o Brasil na demarcação da fronteira internacional nas Cataratas del Guaira (...).

Aproveitei também para perguntar ao Ministro como andam as negociações com os argentinos sobre os direitos de navegação. Ele respondeu que, embora, como acabara de explicar, o céu parecesse escuro na direção do Brasil, achava que o sol estava aparecendo por entre as nuvens sobre o território argentino.

No final do ano passado ele havia colocado à disposição dos argentinos um simples projeto de tratado que substituiria a polêmica Acta de Buenos Aires e a ultrapassaria em qualquer caso, porque este último documento não estava sujeito a ratificação, ao contrário de um tratado formal. Expressei interesse em saber como o GOP havia abordado o problema no novo rascunho, o que o levou a tirar uma cópia de sua mesa e entregá-la a mim.

³⁸² Dos EUA.

³⁸³ Raul Sapena Pastor.

Quando o Ministro esteve no Rio de Janeiro em novembro passado para participar da Segunda Conferência Extraordinária Interamericana, ele havia se empenhado vigorosamente no assunto ao lado da delegação argentina. Zavala Ortiz³⁸⁴ no início estava rígido e sem resposta. Zavala começou por dizer que nunca tinha visto o projeto de tratado proposto pelo GOP embora tivesse ouvido falar dele, mas Sapena Pastor, antecipando-se, tinha uma cópia no bolso que colocou na frente de Zavala Ortiz, Sapena apontou-lhe que os argentinos, em seu próprio interesse, deveriam ser mais cooperativos. Em primeiro lugar, eram eles que pressionavam por um acordo para a instalação de uma grande hidrelétrica na Cachoeira do Apipé, no Alto Paraná. O Paraguai não estava interessado porque já tinha o projeto de Acaray bem encaminhado. A energia de Acaray (1,8 milhão de Kwh) supriria as necessidades do Paraguai pelos próximos dez ou quinze anos, além de permitir a exportação de energia tanto para o Brasil quanto para a Argentina. Em segundo lugar, o governo argentino havia convidado publicamente o presidente Stroessner para uma visita de Estado a Buenos Aires em junho próximo. O Presidente certamente não estaria disposto a fazer tal visita na ausência de uma solução satisfatória do problema da navegação fluvial. Em terceiro lugar, foram os argentinos que quiseram construir uma ponte sobre o rio Paraguai, seja perto de Assunção ou em algum ponto mais ao sul. Os paraguaios não estavam nem um pouco ansiosos por isso. Eles não fariam nada para facilitar, a menos que a questão da navegação fosse resolvida. (pp. 1-2)

O Departamento notará que a nova proposta do GOP evita quase inteiramente detalhes, mas é redigida para cobrir, em princípio e com base na reciprocidade, tudo o que o Paraguai deseja. Até resolve a questão da soberania de uma maneira que os argentinos terão dificuldade em encontrar falhas, embora eles (ou seja, a Marinha) possam não gostar do que está escrito. Enquanto isso, os navios de ambas as bandeiras cruzam o rio, apesar da discussão contínua, e os argentinos podem se dar ao luxo de ficar particularmente satisfeitos quando veem as animosidades paraguaias sendo direcionadas principalmente ao Brasil, para variar.

William P. Snow – Embaixador (p. 3)

101. O documento de código: CIA-RDP08C01297R000400370015-4 (Doc. 19), data: 16/02/1966 e título: '*Analysis of the Guaira Falls Dispute*', foi produzido na embaixada norte-americana em Assunção e foi enviada ao Departamento de Estado e à embaixada no Rio de Janeiro. Suas 9 páginas foram classificadas como confidenciais, mas não sofreram sanitização, sendo possível encontrar anotações e códigos por todas as partes da primeira página. Sua liberação deu-se em 07/12/2012. Na última página há um mapa da região em disputa, mas sua qualidade é péssima.

Em 1962-63, a disputa se acirrou, incitando nosso A-167³⁸⁵, pois a imprensa brasileira havia anunciado um plano para desenvolver o potencial hidrelétrico das cataratas. Atualmente, o principal problema é a presença de tropas brasileiras em território que os paraguaios consideram ainda inexplorado. O desenvolvimento mais recente é o relatório paraguaio de

³⁸⁴ Miguel Ángel Zavala Ortiz (1905 - 1982) - ministro de Relaciones Exteriores (MÍGUEZ, 2015).

³⁸⁵ Um relatório anteriormente produzido para descrever o problema.

que essas tropas foram reforçadas e que os brasileiros estão agora construindo uma estrada para a área disputada. Este desenvolvimento é especialmente grave porque os próprios paraguaios enviaram um novo destacamento de fronteira de mais de 150 homens e oficiais para Guaíra. Claramente, à medida que o número de tropas aumenta, as possibilidades de um incidente também aumentam.

Embora a fronteira com o Brasil tenha sido estabelecida por um tratado em 1872 e por uma Comissão Mista de Fronteiras em 1872-74, havia ambiguidades quanto aos detalhes. Um Protocolo assinado em 1930 deu poderes a uma nova Comissão Mista de Fronteiras para colocar balizas intermediárias na área do Guaíra. Surgiram duas questões principais: uma, mais diretamente relacionada ao problema hidrelétrico, era se as próprias Cataratas do Guaíra (Salto de las Siete Caídas) pertenciam ao Brasil ou ao Paraguai e Brasil em *condominium*; a outra, mais pertinente à atual disputa sobre as tropas brasileiras, era se a fronteira ao longo da serra do Mbaracayu, que corre a oeste de Guaíra, seguia o cume norte ou o Sul, pouco antes das cataratas. Os brasileiros afirmam que a serra sul é a fronteira e suas tropas penetraram na zona entre essas duas serras paralelas. Desde que o Tratado de 1872 dizia que a fronteira Leste-Oeste deveria seguir a parte mais alta da cordilheira de Mbaracayu, e como os paraguaios acreditam que a cordilheira norte é a mais alta, o Paraguai protestou contra esse movimento de tropas brasileiras.

Abaixo, o relator procurou analisar as principais questões envolvidas na disputa. Espera-se que essa abordagem forneça informações úteis sobre os problemas que ainda precisam ser resolvidos, bem como sugerir possíveis bases para uma solução. A abordagem não é histórica, e as comunicações mencionadas anteriormente devem ser vistas para obter mais informações sobre o caso. Ao discutir os vários aspectos da disputa, o escritor recorreu a documentos oficiais sempre que possível. Vários tratados foram escritos por paraguaios sobre o Guaíra, muitos dos quais reivindicam toda a área para o Paraguai. O seguinte pretende representar estritamente os pontos de vista oficiais de governo para governo.

C. Problemas – A fronteira foi definitivamente estabelecida em 1874? Pode haver pouca dúvida de que as linhas de fronteira traçadas pela Comissão Mista de Fronteiras em 1872-74 estabeleceram a junção da cordilheira de Mbaracayu e as quedas em um ponto próximo à quinta queda. Isto é citado explicitamente no 16º Ato da primeira Comissão de Fronteiras de 19 de outubro de 1874. Tal conjuntura parece favorecer a afirmação brasileira de que a fronteira segue a crista sul do Mbaracayu nas cataratas. Mas também se pode traçar uma linha do final da crista norte até a quinta queda, e o texto do 16º Ato não parece ser explícito o suficiente para desconsiderar isso. (O texto diz que a linha vai na ‘direção geral’ de tantos graus por tantos quilômetros até chegar à ‘quinta e mais importante’ das Sete Cataratas). Para ter certeza de onde está o limite, seria necessário um mapa detalhado. Infelizmente, a Embaixada não possui cópias dos mapas oficiais que foram desenhados em 1874 e assinados pelos membros paraguaios e brasileiros da comissão de fronteira. Parece, no entanto, que o mapa oficial é desfavorável aos paraguaios já que eles insistem muito fortemente em sua última nota (...) que os tratados têm precedência sobre os atos e os atos sobre os mapas quando uma fronteira está em questão.

Os brasileiros, é claro, insistem que o trabalho da comissão em 1872-74 estabeleceu definitivamente a fronteira.

A questão foi reaberta em 1930? – Em resposta ao argumento brasileiro de que a fronteira foi estabelecida pela Comissão de Fronteira de 1872-74, os

paraguaios recorrem a outro documento; o Protocolo de 1930. O objetivo principal deste Protocolo era criar uma Comissão de Fronteira para cumprir os termos de um Tratado de Fronteira Complementar assinado em 1927, que não faz menção à área das Cataratas de Guaíra. Mas o Protocolo também deu poderes à nova Comissão de Fronteiras para reparar antigos marcos de fronteira e colocar marcos intermediários ao longo do Mbaracayu até Guaíra. Esses novos marcadores deveriam ser colocados de forma que fossem diretamente visíveis um do outro. Embora o Protocolo acrescente que as linhas devem ser traçadas de acordo com o Tratado de 1872 e com o ato final da Comissão de Fronteiras de 1872-74, os paraguaios sustentam que essencialmente reabriu a questão fronteiriça. Os atos da Comissão de Fronteiras de 1872-74 estabeleceram apenas um marco oficial ao longo do Mbaracayu; a de Ybicui, onde a cordilheira se junta às montanhas de Amambay. Nenhum marco foi colocado nas cataratas, uma vez que elas eram consideradas um 'limite natural'. Assim, os paraguaios alegam que toda a fronteira ao longo do Mbaracayu de Ybycui até as cataratas – 135 quilômetros não foi efetivamente demarcada até que a nova Comissão começou seu trabalho. Eles repreendem os brasileiros por alegarem que a fronteira está completamente demarcada desde 1874, quando a reconstituída Comissão de Fronteiras colocou cerca de 341 novos marcos de Ybycui até o ponto em que a cordilheira se divide pouco antes das quedas.

Os paraguaios usam o caso dos marcos de 1934 (...) para reforçar seu argumento de que o Protocolo de 1930 reabriu a questão fronteiriça. Estes marcos, construídos pela nova Comissão como um 'posto de observação', ficam no sopé do cume sul do Mbaracayu. Embora o Brasil desejasse ter um marco oficial de fronteira estabelecido nesta área, os paraguaios se recusaram a aceitar até a ideia de que observações científicas pudessem ser feitas. Assim, os paraguaios estabeleceram para registro, no início dos trabalhos da nova Comissão, que ao menos consideravam a fronteira ainda indeterminada.

Onde está o cume? – O Tratado de 1872 afirma definitivamente que a fronteira fica ao longo do cume, ou a parte mais alta, do Mbaracayu. Os paraguaios afirmam que a crista norte é o cume e, portanto, deveria ser a fronteira. Esta afirmação baseia-se no fato de que a medição mais recente da nova Comissão de Fronteira mostra que os três pontos altos na crista Norte são mais altos em média do que os três pontos mais altos no Sul. (...) No entanto, o ponto mais alto em qualquer cume está no Sul, e o cume Sul tem mais pontos altos no total do que o cume ao Norte. Pode haver, portanto, um ponto para argumentar que o cume é a crista Sul, mesmo com base nas medições mais recentes.

Outro fator que complica a questão é o da bacia hidrográfica. Os brasileiros parecem acreditar que a bacia hidrográfica está ao longo da serra sul o que, se for verdade (e assumindo que uma bacia hidrográfica seja estabelecida neste ponto), seria outro argumento a favor da crista sul como o cume. (...) As quedas em si pertencem ao Brasil? – O Tratado de 1872 é indefinido neste ponto, afirmando simplesmente que a fronteira sobe o rio Paraná até o Salto Grande e depois do Salto Grande através do Mbaracayu. Como os paraguaios insistem na primazia do tratado, é interessante notar que a expressão 'salto grande' parece implicar em 'quinta queda', o que deixa em aberto a possibilidade de atribuir pelo menos as quatro primeiras quedas exclusivamente ao Brasil por inteiro. No entanto, pode-se argumentar, como a maioria dos escritores paraguaios, que 'Salto Grande' é um termo genérico para as cataratas como um todo. Além disso, mesmo que a quinta

queda seja aceita como limite, uma linha reta traçada do sopé da cordilheira norte (assumindo que o Norte é considerado o cume) até a crista da quinta queda cortaria as quatro quedas do norte ao invés de deixá-las exclusivamente para o Brasil.

Se passarmos do Tratado para os atos da Comissão de Fronteiras de 1872-74, fica claro que a fronteira deveria estar na quinta queda. Mas mesmo esses atos não resolvem a questão de saber se essa linha deveria ir até a crista da queda ou a algum ponto na frente da queda. Embora os mapas oficiais da Comissão de Fronteiras elucidassem essa questão se desenhados com detalhes suficientes, eles poderiam ser ambíguos, especialmente porque os brasileiros enfatizam os atos em vez dos mapas de 1872-74 ao defender sua ideia de que a fronteira termina em frente às cataratas. (Embora os mapas possam resolver a questão de qual cume do Mbaracayu foi considerado o limite em 1874, seria necessário mais detalhes para determinar o término exato da linha nas cataratas). A visão da Comissão de 1872-74 de que as quedas em si constituem um ‘marcador natural de fronteira’ é um argumento possível contra a afirmação brasileira de que a linha para na frente das quedas.

Vale a pena considerar mais detalhadamente a posição brasileira. Em sua recente Nota nº 310, os brasileiros sustentam que o ponto ‘extremo leste’ da fronteira paraguaia fica na margem direita do rio, exatamente na área do posto de observação de 1934. Eles citam os 16º e 17º Atos da Comissão de Fronteiras de 1872-74 em apoio a essa posição. (...) No entanto, esta é uma interpretação dos 16º e 17º Atos e não é especificamente declarada nestes documentos. De fato, os brasileiros parecem ter tomado uma posição de margem direita como ponto de barganha, pois, na disputa de 1934 pelo posto de observação, aparentemente entregaram aos paraguaios pelo menos até o talvegue³⁸⁶, ou a parte mais profunda do rio antes das cataratas. (...)

Esta questão do talvegue é interessante (...). Parece que os brasileiros originalmente tentaram estabelecer a margem direita do rio como fronteira no Tratado de 1872, mas comprometeram-se com a redação de que deveria seguir a ‘cauce o canal’³⁸⁷. Embora esta formulação seja ambígua, pode-se argumentar a partir da estrutura peculiar das quedas – caindo do leste em um desfiladeiro norte-sul – que o ‘canal’ é o próprio desfiladeiro e não as quedas, que ficariam assim a Leste em território brasileiro. Isso significaria que, com base no próprio Tratado (que os paraguaios consideram o documento principal do caso), as quedas pertencem ao Brasil. No entanto, os paraguaios poderiam contestar com o argumento de que o canal principal deve ser seguido à direita, até as próprias cachoeiras, ou que todo o conceito de canal de talvegue é inaplicável quando se chega a uma cachoeira.

E o desenvolvimento hidrelétrico? – O desenvolvimento hidrelétrico é, sem dúvida, a principal questão por trás da disputa de Guaíra. Os paraguaios gostariam de ter a fronteira o mais ao norte possível para fortalecer sua reivindicação sobre as cataratas, enquanto os brasileiros gostariam de vê-la parar na margem direita do Paraná, deixando as cataratas exclusivamente para o Brasil. Embora o principal ponto de discórdia na recente troca de

³⁸⁶ “Linha mais ou menos sinuosa, no fundo de um vale, pela qual correm as águas; canal mais profundo do leito de um curso de água” (Dicionário Online de Português <<https://www.dicio.com.br/talvegue/>>).

³⁸⁷ O autor pode ter escrito erroneamente esta citação, pois embora possa significar o calço, a base do canal, não fica claro. O próprio autor do memorando pode não ter entendido e mudado o sentido original, ou a forma de escrever a ideia em 1972 era outra, dificultando a análise.

notas tenha sido o cume norte versus sul, com as tropas brasileiras no meio, os paraguaios desenvolveram um argumento interessante na troca de 1962-63, instigado diretamente pela questão do desenvolvimento hidrelétrico. O argumento era que, como o Paraguai é dono da margem direita do rio nas cataratas, tem direito sobre a vazão e condomínio sobre o uso dos recursos hídricos. Este argumento pode ser usado, mesmo se for determinado que o limite termina na margem direita. (...)

Curiosamente, os brasileiros já estão desviando a água ao redor das cataratas ao sul da sétima cachoeira para fornecer eletricidade para a cidade de Porto Guaíra. Isso foi feito aparentemente sem protesto do Partido Republicano. O projeto que gerou a disputa do Guaíra em 1962 previa um grande desvio para o leste das cataratas, devolvendo a água ao rio em um ponto cerca de 25 quilômetros abaixo das cataratas (...). Vale notar, no entanto, que outra proposta era desenvolver a energia elétrica construindo uma barragem abaixo das cataratas do próprio Paraná. Como o rio é o limite ao sul das cataratas, essa proposta exigiria uma abordagem de condomínio.

D. Comentário: Quem tem o melhor caso? – O redator não é advogado e não conhece as práticas legais seguidas em disputas de limites. Sem um profundo conhecimento de direito internacional, é difícil julgar, por exemplo, se um tratado deve ter precedência sobre o trabalho de uma comissão criada por esse tratado, após o trabalho da comissão ter sido aprovado por ambos os governos. Da mesma forma, é difícil julgar até que ponto um protocolo como o de 1930 pode reabrir uma questão supostamente resolvida mais de 60 anos antes, especialmente quando o protocolo especifica que o trabalho anterior deve ser seguido. Outras questões de natureza mais técnica, como determinar a parte mais alta de uma serra ou como tratar os problemas de talvegue e condomínio, também exigem o conhecimento de precedentes do direito internacional.

Outro problema é descobrir exatamente o que pretendiam os signatários do Tratado de 1872, o que foi determinado pela Comissão de 1872-74 e quais foram os princípios orientadores e as decisões da Comissão de 1930 desde o início de seus trabalhos. Os documentos que foram disponibilizados até agora estão incompletos. Seria muito interessante, como sugerido anteriormente, ter os mapas oficiais assinados pelos membros da Comissão Mista em 1874. Além disso, seria particularmente instrutivo ter o último Ato da nova Comissão e qualquer outra informação disponível em seu trabalho em 1962-63, quando a questão das duas cristas paralelas veio à tona. Da última nota do GOP, parece que a conclusão e aprovação da obra no trecho final da fronteira de Mbaracayu foi adiada pela ‘má saúde’ do Primeiro Comissário brasileiro (...). Os brasileiros alegam, no entanto, que a obra parou porque o comissário paraguaio ‘não quis terminar 19 marcos já construídos, nem concordar com a construção de outros 12 marcos já planejados’. (...)

No entanto, com essas qualificações em mente, o relator daria a opinião de um leigo de que os brasileiros provavelmente têm o caso mais forte, tanto para os cumes de Mbaracayu quanto para as quedas. Os paraguaios podem argumentar que os tratados anteriores deram a área de Guaíra ao Paraguai e que eles estavam sob coação em 1872, tendo acabado de perder a Guerra da Tríplice Aliança³⁸⁸ (este último ponto é sugerido na Nota 712 do GOP), mas o GOP baseou seu caso sobre o tratado de 1872 tal como está e este certamente seria o primeiro ponto de referência em qualquer julgamento

³⁸⁸ Conhecida como Guerra do Paraguai entre os brasileiros (FRAGOSO, 1959).

jurídico do caso. Com certeza, o tratado e os atos subsequentes são ambíguos. Além disso, o Protocolo de 1930 reabriu a questão da fronteira em um sentido, quer os brasileiros admitam ou não, mas o peso da tradição passada parece estar do lado de pelo menos a maior parte do que os brasileiros reivindicam.

Na medida em que a posse real das quedas pode servir como argumento a favor da propriedade, os brasileiros também parecem ter o argumento mais forte. Eles já estão usando as cachoeiras para eletricidade, eles têm uma cidade grande, Porto Guaíra, nas proximidades e eles têm a única estrada acessível atualmente que leva à área. (Além disso, foi relatado que a maioria das pessoas no território concedido ao Paraguai são brasileiros e usam moeda brasileira).

Mas o fato de o Brasil ter o caso mais forte não significa que tenha o único caso. Para a maioria dos paraguaios, esta questão é de vital importância. Os brasileiros não parecem ter dado a devida atenção. Suas notas têm um tom antipático e pouco magnânimo, e, ao que parece, têm deliberadamente provocado os paraguaios ao deslocar tropas e construir uma estrada para a área disputada. Um esforço de conciliação por parte dos brasileiros parece adequado, especialmente dado o princípio de que nações maiores devem ser abertas em disputas com seus vizinhos menores e menos poderosos (...). Necessidade de uma solução abrangente – Pode-se ver facilmente do exposto que esta disputa é complicada. É necessária uma solução abrangente que resolva de uma vez por todas as questões dos cumes das montanhas, a propriedade das quedas e os direitos das hidrelétricas. Dado os sentimentos altamente carregados do lado paraguaio, parece duvidoso que as duas nações consigam resolver o litígio numa base bilateral. Talvez um acordo temporário possa ser feito, com a retirada das tropas brasileiras, mas isso apenas adiaria a resolução final das questões. Por isso, e já que há várias questões jurídicas envolvidas, seria aconselhável levar todo o assunto a um tribunal internacional. É claro que os paraguaios sempre poderiam se recusar a aceitar a decisão de tal tribunal, e bem poderiam, se fosse contra eles. Mas o próprio fato de um organismo internacional objetivo ter decidido assim tenderia, a longo prazo, a erodir a sensibilidade paraguaia ao que eles consideram o ‘imperialismo’ do Brasil.

Embora seja impertinente antecipar a solução para a disputa, uma sugestão que pode valer a pena considerar, vis-à-vis a questão complicada, é contornar a questão das duas cristas paralelas completamente, traçando o limite do último ponto alto pouco antes da divisão, que é mais alta do que qualquer ponto subsequente nas duas cristas e vai direto para a quinta queda. (Se a nossa indicação dos dois cumes no mapa anexo estiver correta, então tal linha também pode contornar o problema da estrada brasileira e da pista de pouso paraguaia, cortando-os nitidamente) Com relação às quedas propriamente ditas, deve-se notar que, ainda que sejam concedidos exclusivamente ao Brasil, parece haver alguma justiça na reivindicação paraguaia de uma voz em seu desenvolvimento. Uma solução para essa questão poderia ser assegurar ao Paraguai uma opção de propriedade parcial, até um determinado percentual, em qualquer usina hidrelétrica a ser construída na área.

102. Seguindo a mesma lógica do documento anterior, este foi datado de 08/03/1966, tem código: CIA-RDP08C01297R000400370014-5 (Doc. 18) e título: ‘*BRAZIL*’. Trata-se de um boletim da DIA, que não informa o destino, mas como continua o assunto anterior,

provavelmente foi dirigido ao Departamento de Estado norte-americano. Suas 11 páginas não foram sanitizadas, mesmo tendo sido classificado originalmente como secreto e sua 11ª página está em branco. Há algumas anotações feitas à mão. A liberação do documento ocorreu em 12/12/2012.

Suplemento – Cataratas do Guaíra: Relações Tensas Entre Brasil e Paraguai – Este é o segundo de uma série sobre disputas de fronteira e reivindicações territoriais – Acredita-se que o maior potencial hidrelétrico do mundo esteja concentrado nas sete quedas, que ocupam uma área de cerca de três quilômetros no rio Paraná, entre Brasil e Paraguai, enquanto o Niágara (57 metros de altura) e o Iguaçu (67 metros de altura e localizada 160 quilômetros ao sul) excedem os 130 pés das sete quedas em disputa, seu fluxo médio de água totaliza 470.000 pés cúbicos por segundo, em comparação com os 212.000 do Niágara e os 61.600 do Iguaçu. Alguns planejadores ambiciosos acreditam que uma única usina nas cataratas poderia gerar 10 milhões de quilowatts de energia e que o potencial total é de aproximadamente 25 milhões de quilowatts.

O acordo geral sobre o potencial das quedas não se estende à questão básica da soberania sobre a área. A fronteira entre Brasil e Paraguai foi estabelecida por tratado em 1872 e comissões mistas de fronteira têm realizado pesquisas desde então, mas as ambiguidades ainda atormentam os negociadores. Talvez a melhor indicação das diferenças subjacentes seja que cada lado tem seu próprio vocabulário para topografia local. As quedas, chamadas de Guaíra, são pronunciadas pelos paraguaios como Guai-RAH³⁸⁹, enquanto os brasileiros se referem a elas como Gua-EAR-ah³⁹⁰, enquanto um brasileiro as menciona como Sete Quedas (...), um conselheiro paraguaio se refere a elas como Saltos del Guaira (...). Diferentes nomes também são aplicados às principais cadeias de montanhas a oeste das cataratas, com os brasileiros chamando-as de Maracajá e os paraguaios usando Mbaracayu. A batalha da semântica se estendeu à questão de exatamente qual parte do rio Paraná serve de fronteira entre as duas nações. O Paraguai acredita que sua versão em espanhol dos acordos existentes estipula o meio do rio do 'canal'; os brasileiros se apegam à palavra portuguesa 'álveo', que pode ser interpretada como significando todo o corpo d'água.

Duas questões principais derivam das controvérsias sobre coisas como marcadores de fronteira, assentamentos e movimentos de tropas. A primeira delas diz respeito ao potencial hidrelétrico e envolve a questão de saber se há uma soberania clara sobre as quedas ou se elas devem ser exploradas por ambas as nações em condomínio. A segunda envolve a faixa de 20 km de terra entre as serras norte e sul da serra de Mbaracayu (ou Maracaju).

O Tratado de 1872 afirma que a fronteira entre os dois países fica ao longo da parte mais alta da cordilheira. De acordo com esse conceito, os brasileiros insistiram que a serra sul é a fronteira, pois contém o ponto mais alto; eles sentem que seu argumento é reforçado por suas alegações de que a bacia hidrográfica está ao longo do cume sul. Os paraguaios argumentam que os três pontos altos do cume norte são, em média, mais altos do que os três pontos mais altos do cume sul; consequentemente, eles afirmam que a

³⁸⁹ Soa como Guairá (oxítone).

³⁹⁰ Soa Guaíra (paroxítone).

área ao sul do cume norte é deles. Não obstante a fórmula das médias, o ponto mais alto de cada cume fica ao sul, e esse cume tem mais pontos altos do que o do norte.

O trecho de 20 km entre as serras era mais ou menos uma ‘terra de ninguém’ até 1962. Um assentamento brasileiro conhecido como Coronel Renato dissolveu-se até restar um habitante idoso depois de ser inundado pelo lago Paraná 10 anos antes. No início de 1962, porém, o anúncio do Brasil de que iria traçar planos para desenvolver o potencial hidrelétrico das Cataratas levou os paraguaios a despachar um contingente de 30 homens para o que havia sido Porto Renato, onde plantou a bandeira paraguaia na margem direita do Rio. Aqui, novamente, a semântica entrou na disputa: os paraguaios alegaram que o assentamento era realmente conhecido como Puerto Renato e, assim, tentaram estabelecê-lo como seu ‘povoamento’. O movimento paraguaio desencadeou um contra posicionamento de dois pelotões da companhia de fronteira na cidade brasileira (10.000 pessoas) de Guaíra. Posteriormente, vários incidentes menores atraíram a imaginação de paraguaios intensamente patrióticos e orgulhosos que começaram a despertar sentimentos antibrasileiros em Assunção.

Datas importantes na controvérsia das Cataratas do Guaíra:

1525 – Descoberto por Alejo Garcia;

1750-1777 – Os Tratados entre Portugal e Espanha concedem as Cataratas ao Brasil;

1780 – Cataratas retorna à jurisdição paraguaia por demarcação;

1872 – Atual demarcação controversa estabelecida após a derrota do

Paraguai Na guerra contra Argentina, Brasil e Uruguai;

1927 – Comissão Conjunta de Fronteira Brasil-Paraguai criada;

1930 – Nova Comissão estabelecida;

1934 – A controvérsia ferveu enquanto os brasileiros insistiam em instalar marcos na margem direita do Rio Paraná próximo à quinta cachoeira;

1960 - Planta piloto de 600 kw construída no Brasil;

1961 - O Japão patrocinou um estudo do Overseas Electrical Industry Survey Institute que concluiu que a energia poderia ser produzida com o menor custo do mundo – 1,24 cruzeiros por quilowatt;

1962 - Grupo brasileiro conhecido como OMF recebe contrato do governo para estudar o potencial de Guaíra. Instalação recomendada de 21 geradores com potencial de 10 milhões de quilowatts com custo estimado de US\$ 1.025 bilhões. O projeto seria o maior do mundo, superando Grand Coulee³⁹¹, Aswan³⁹² ou Bratsk³⁹³;

1963 - O presidente Goulart buscou financiamento externo; pesquisa realizada por técnicos soviéticos, e a URSS ofereceu assistência técnica e material;

1964 - O Banco Interamericano de Desenvolvimento³⁹⁴ supostamente ofereceu financiamento com a participação do Japão, EUA e outras nações ocidentais; – Assunção anuncia o estabelecimento de uma Comissão

³⁹¹ Represa localizada no Rio Columbia, no estado de Washington, inaugurada em 1941 (COHEN; TOOTHMAN, 2014).

³⁹² A Represa Alta de Aswan ou Aswan Alta é localizada no rio Nilo, Egito, tendo sido inaugurada em 1970 (ABU-ZEID, M. A.; EL-SHIBINI, 1997).

³⁹³ A usina hidrelétrica de Bratsk é localizada no rio Angara, Rússia, tendo sido inaugurada em 1967 (LYDOLPH, 1977).

³⁹⁴ BID.

brasileiro-paraguaia para estudar o desenvolvimento bilateral do potencial hidrelétrico das cataratas;

1964 - Violência eclodiu na área disputada, e pequenos destacamentos militares foram implantados por ambos os governos.

Ambos os governos, no entanto, procuraram evitar que as paixões afetassem as relações cordiais gerais.

No final de 1965, o Paraguai denunciou a construção de uma estrada no trecho de 20 km por um grande número de militares brasileiros fortemente armados. Os paraguaios também protestaram contra a detenção de um de seus grupos de investigação. Uma combinação resultante de nacionalismo e oportunismo político, destinado a embarçar o regime de Stroessner, levou a manifestações, ataques a propriedades brasileiras em Assunção e a um fluxo constante de propaganda antibrasileira.

O Brasil, inicialmente relaxado, recentemente endureceu sua atitude. A mídia jogou fortemente com os insultos paraguaios à bandeira e aos representantes diplomáticos e despertou muito mais interesse na disputa básica do que normalmente teria havido. Como resultado, o Itamaraty embelezou suas recentes declarações públicas com afirmações positivas da soberania de Brasília sobre a área e desdém pelos protestos paraguaios sobre a movimentação de tropas em território ‘brasileiro’.

Quanto à propriedade das quedas propriamente ditas, os paraguaios argumentam que o Tratado de 1872 e a Comissão de Fronteiras de 1874 estabeleceram a fronteira até o cume da quinta – e mais importante – das quedas, dando assim direito à copropriedade ao Paraguai; a contínua erosão da terra a oeste reforçou as reivindicações paraguaias. Os brasileiros, por outro lado, argumentam que a divisa termina em algum ponto em frente às quedas e que a erosão não é um fator, pois os acordos básicos tratavam do terreno tal como existia na época. A propriedade das cataratas também está intimamente relacionada com qual cumeada da serra é utilizada e com a questão de saber se o limite está localizado na margem oeste ou no canal do Paraná.

Se a referência do Tratado à ‘Grande Queda’ for interpretada como significando a quinta queda, parece que o Brasil tem uma reivindicação clara de jurisdição exclusiva sobre as primeiras quatro quedas. Se, como afirmam os brasileiros, a fronteira na quinta queda se estende para oeste ao longo da cumeeira sul da margem direita do rio, eles também têm direito exclusivo a essa queda e as outras duas.

Na visão paraguaia, a ‘Grande Queda’ mencionada no Tratado significa realmente todo o complexo de sete quedas: a linha para o oeste deve, portanto, começar na primeira queda que é oposta à crista norte e seus pontos mais altos ‘médios’. Os paraguaios também afirmam que a fronteira norte-sul estabelecida pelo Paraná está localizada pelo menos no meio do rio e, conseqüentemente, lhes dá direito à propriedade igual de seus desvios (as quedas).

Uma vez que a arbitragem final sobrecarregará severamente o conhecimento e a paciência dos especialistas em direito internacional, não seria prudente emitir um julgamento sobre as questões complexas neste resumo, parece, no entanto, que ambos os lados têm alguns argumentos fortes – ambos legal e emocionalmente, os seguintes fatores parecem emergir como favoráveis ao Brasil:

1. Embora ambíguo, o Tratado de 1872 reforça o caso de Brasília;
2. Os brasileiros já estão usando as cataratas para fornecer energia às áreas locais; eles estabeleceram a cidade de Porto Guaíra (aproximadamente 10.000 pessoas) na área; a maioria das pessoas em ambos os lados do rio,

perto das cataratas, são brasileiros e usam moeda brasileira; e o Brasil construiu a única estrada acessível na área;

3. O governo tem oferecido consistentemente submeter a controvérsia à arbitragem internacional;

4. O Brasil tem expectativas razoáveis de poder desenvolver o potencial hidrelétrico das cataratas e provavelmente pode estabelecer uma necessidade de energia; o Paraguai não tem essas expectativas; 5. É improvável que a maioria das outras nações latino-americanas simpatize com o questionamento do Paraguai sobre a validade do tratado, pois temem um precedente que pode permitir que alguns de seus antigos e questionáveis acordos sejam reabertos.

O caso do Paraguai é fortalecido por:

1. A ambiguidade do tratado básico e seus documentos de implementação e a defesa firme de Assunção de sua posição;

2. Alegações de que os brasileiros obtiveram vantagens injustas em 1872, pois o Paraguai acabava de ser derrotado na guerra contra Argentina, Brasil e Uruguai;

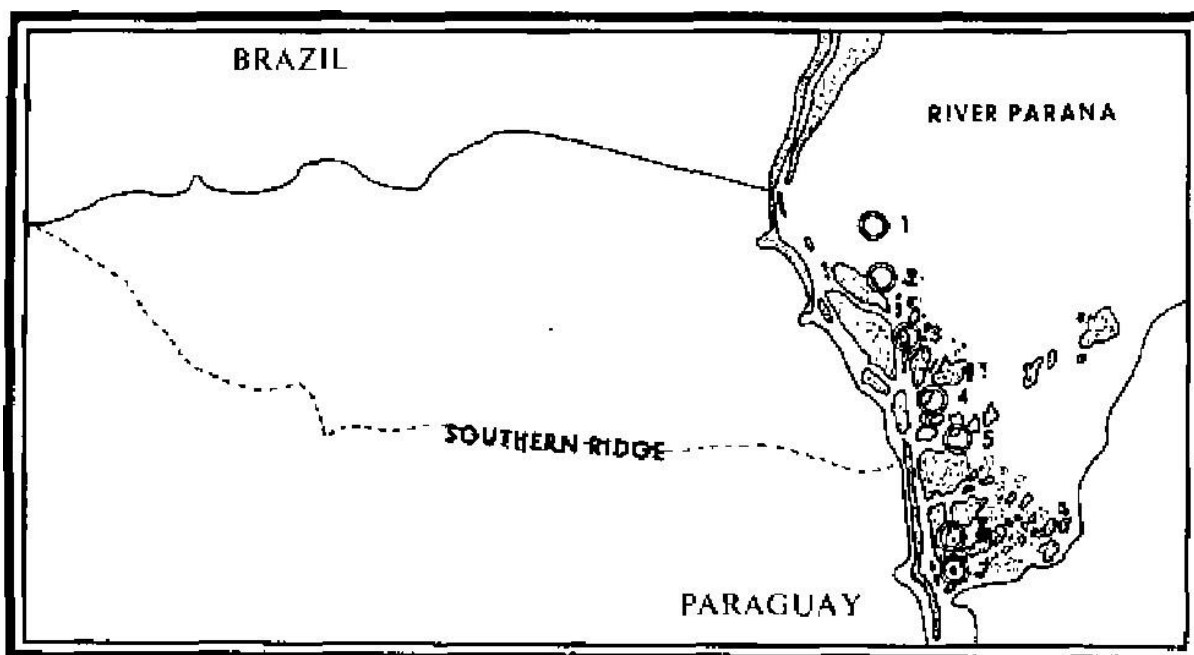
3. Afirmações de que é o ‘azarão’ pois é pequeno, fraco e pobre, e seu oponente é grande, forte e rico.

Mesmo que os sentimentos de ambos os lados estejam muito carregados e os paraguaios tenham respondido recentemente à presença militar brasileira colocando um destacamento de cavalaria de 150 homens na região disputada, é improvável que a controvérsia vá além do estágio de pequenos incidentes e manifestações barulhentas. Parece igualmente improvável que um acordo final seja alcançado em breve.

A possibilidade de os bons ofícios de um terceiro país serem empregados – particularmente os de outra nação do hemisfério – é remota no momento. Vários países podem tentar argumentar com os disputantes, mas nenhum desejará pôr em risco sua posição no Brasil ou no Paraguai. A Argentina, por exemplo, já foi identificada, pela imprensa brasileira, como torcendo pelo Paraguai para ganhar ascendência sobre o Brasil naquela nação. Na melhor das hipóteses, o envolvimento externo pode ser projetado para transferir a questão para seu aspecto mais fundamental – planejamento eficaz para o desenvolvimento conjunto do potencial hidrelétrico. Uma solução baseada no desenvolvimento e não na área cultivada pode ganhar maior aceitabilidade se uma usina hidrelétrica for proposta em um local a jusante das cataratas onde as respectivas soberanias estejam claramente estabelecidas.

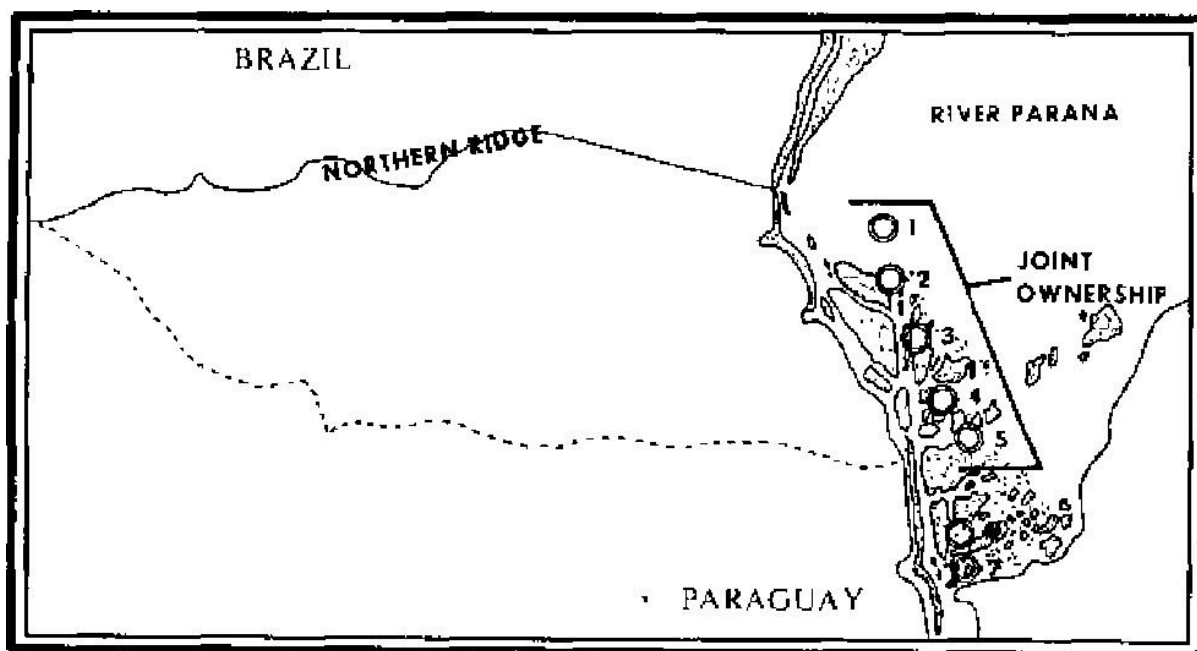
As indicações são de que o presidente Stroessner está cada vez mais inquieto com o fato de que ele pode ter se encurralado nesta questão, embora inicialmente tenha encorajado e aplaudido a reação xenófoba de seu povo, ele provavelmente não percebeu que a oposição política que ele cuidadosamente fomentou exploraria o problema como parte de seus esforços para derrubá-lo. Stroessner provavelmente aceitará uma fórmula de ‘desenvolvimento’ e procurará aplacar os ânimos excitados ao seu redor com alegações de que o Paraguai ‘ganhou’ o confronto. O Brasil, por outro lado, provavelmente tolerará uma certa dose de bravata não-violenta paraguaia, mas provavelmente não admitirá ‘derrotas’ ou tolerará afrontas à sua dignidade. (pp. 3-10)

Figura 14 – Solução Brasileira



Fonte: Documento CIA-RDP08C01297R000400370014-5 (CIA, 1966)

Figura 15 – Solução Paraguaia



Fonte: Documento CIA-RDP08C01297R000400370014-5 (CIA, 1966)

103. O documento seguinte, Código: CIA-RDP08C01297R000400370013-6 (Doc. 17), de 26/03/1966, de título: '*Guaira Falls Dispute*', teve origem na Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, com destino ao Departamento de Estado daquele país, com cópia para as embaixadas de Assunção, Buenos Aires, Montevideo, Brasília e o consulado em São Paulo.

Embora o documento não tenha sido classificado ele sofreu alguma sanitização, tendo sido disponibilizado em 24/09/2012.

Ele segue a mesma lógica dos dois precedentes, reafirmando agora a posição do Brasil, em nota, de uma abertura à negociação e ao aproveitamento conjunto do potencial hidroelétrico que a topografia proporciona a ambos os países.

104. Seguindo para mais um documento, datado de 20/04/1966, com o código: CIA-RDP08C01297R000400370010-9 (Doc. 16) e título: '*Latest Brazilian Note on Guaira*', produzido pela Embaixada norte-americana em Assunção e destinada ao Departamento de Estado, copiado para a Embaixada no Rio de Janeiro, do mesmo país, temos o desenrolar dos fatos narrados acerca dos limites da fronteira entre Brasil e Paraguai na região da Sete Quedas, em Guaíra. As 6 páginas que compõem o memorando não aparentam terem sido sanitizadas quando de sua liberação em 07/12/2012, apesar de sua classificação anterior como confidencial.

Não há muito de novo, o autor repassa os problemas e analisa mais uma nota brasileira endereçada ao Paraguai, contendo uma série de argumentos, ora fortes, ora fracos, prevê as respostas possíveis do governo paraguaio e analisa o que pode vir a ocorrer. Parece uma queda de braços em disputa das quedas e de seu potencial energético.

105. Agora veremos o documento de código: CIA-RDP08C01297R000400370009-1 (Doc. 15), datado de 25/06/1966, com o título: '*Paraguayan And Brazilian Foreign Ministers Meet To Discuss Guaira Falls Problem*'. Ele foi produzido na Embaixada dos EUA em Assunção e dirigido ao Departamento de Estado daquele país, assim como para as embaixadas no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Suas 6 páginas aparentemente não foram submetidas a sanitização e pode-se ver anotações diversas, o que condiz com um documento não classificado, além da assinatura de um Snow ao final da parte não copiada do texto. Há a reprodução de notas oficiais e de uma declaração em conjunto. A liberação deste documento deu-se em 24/09/2012. A parte que nos interessa está abaixo transcrita.

4. Uma declaração conjunta de oito pontos também foi emitida em 22 de junho, na qual os dois Ministros, entre outras coisas:

- a. Reafirmaram a tradicional amizade existente entre seus dois povos;
- b. Manifestaram o desejo de superar todas as dificuldades e resolver todos os problemas com boa vontade e de forma compatível com o interesse de ambas as nações;
- c. Declararam que ambos os Governos estavam prontos para um estudo e avaliação conjunta das possibilidades econômicas e, em particular, dos recursos hidrológicos do condomínio das Cataratas do Guaíra;

- d. Acordaram que qualquer energia elétrica produzida pelas águas do rio Paraná, desde o alto das Cataratas do Guairá até a junção do Paraná com o rio Iguaçu, será dividida igualmente, com cada país tendo preferência na compra de qualquer energia que possa ser em excesso às necessidades do outro país;
 - e. Acordaram que ambos os países participarão de uma próxima conferência de Estados ribeirinhos a ser realizada em Buenos Aires, a convite do Governo argentino, com o objetivo de resolver os múltiplos problemas jurídicos e econômicos envolvidos na melhor utilização e navegação do sistema do rio da Prata;
 - f. Acordaram que as marinhas dos dois países removeriam ou destruiriam as embarcações afundadas que impediam a navegação internacional no rio Paraguai;
 - g. Declararam que a Comissão de Fronteira Mista retomaria seus trabalhos em um momento considerado adequado por ambos os governos;
 - h. Elogiaram o espírito construtivo que prevaleceu durante as conversas. (...)
4. Ressalta-se que ações recentes do Governo do Brasil ajudaram a criar um clima que facilitou as negociações dos chanceleres. O anúncio, em 17 de junho, de que o embaixador do Brasil no Paraguai, Dr. Jayme SOUZA GOMES³⁹⁵, seria substituído em breve, foi recebido com alívio mal disfarçado no Itamaraty. O GOP há muito considerava o embaixador brasileiro como uma das principais razões pelas quais a disputa de fronteira se acirrou nos últimos meses. Além disso, a sentença dos tribunais brasileiros, em 17 de junho, de 14 paraguaios capturados no Brasil por atividades de guerrilha comunistas contra o governo do Paraguai durante 1965, só poderia ter tido um efeito salutar nas negociações, servindo como um lembrete aos paraguaios de que eles podem novamente depender da boa vontade dos brasileiros para mais cooperação dessa natureza no futuro. [Assinado por] SNOW (pp. 2-3)

106. Este novo documento é formado por uma série de trechos de artigos de jornal em formato de *briefing*. Não há indicação de origem ou destino, aparentando ser parte de um documento maior. A parte que nos interessa está destacada a caneta no papel que recebeu o texto, mostrando que só esta parte interessava para o arquivamento, tanto que a segunda página recebeu um grande X, mostrando sua rejeição. Há uma anotação inicial da sigla FBI. O código é CIA-RDP08C01297R000400370005-5 (Doc. 13), datado de 27/09/1973, com título: '*Briefs*'. Suas 2 páginas não aparentam terem sido sanitizadas e sua classificação não é indicada, tendo sido liberado em 24/09/2012.

³⁹⁵ Jaime de Sousa Gomes (1908 - ?) - "substituiu Mário Palmério como titular da embaixada do Brasil no Paraguai, função que exerceu até novembro de 1966, quando transmitiu o posto a Mário Gibson Barbosa. De 1967 a 1973 atuou como embaixador do Brasil em Oslo, na Noruega, sendo então aposentado por limite de idade" (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-jaime-de-sousa>>). Ver também: Itaipu integração em concreto ou uma pedra no caminho (Pinto, 2009), Itaipu: disputas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 (PAULA, 2014) e Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju (GOMES, 2011).

FRONTEIRA PARAGUAI – Brasília – A Comissão de Fronteira Brasil-Paraguai encerrou ontem sua 24ª reunião sem tomar qualquer decisão relacionada aos territórios contestados na área de fronteira, uma vez que grande parte da área será coberta por água com a construção da hidrelétrica de Itaipu. As únicas decisões tomadas diziam respeito à recuperação de antigos marcos instalados na fronteira. O trabalho de recuperação começará em abril próximo. A próxima reunião da comissão será no segundo semestre de 1974. (Rio de Janeiro O GLOBO em Português 15 set 73 p 2 X) (p. 1)

107. Em mais um novo momento na disputa pelas Sete Quedas, a CIA arquivou um documento datado de 20/03/1975, com código: CIA-RDP08C01297R000400370004-6 (Doc. 12) e título: '*Brazil-Paraguay Boundary*', que foi produzido pela Embaixada dos EUA em Assunção e dirigido ao Departamento de Estado, com cópia para a Embaixada correspondente em Brasília e os consulados em São Paulo e Rio de Janeiro. Suas 3 páginas não sofreram censura, sendo possível ver as anotações e a assinatura final. Na página 3 há uma carta topográfica com o desenho do relevo, mostrando um esforço maior para descrever a situação. A confidencialidade do documento foi extinta em 07/12/2012.

Notas – As informações abaixo e o mapa anexo foram fornecidos à Embaixada por membros paraguaios da Comissão Mista de Fronteira Paraguai-Brasil e devem ser tratados como confidenciais.

A única parte da fronteira Paraguai-Brasil que permanece em disputa é um setor de 11 quilômetros entre a Serra de Maracaju e o Rio Paraná (...). A Comissão Mista de Fronteiras, trabalhando do oeste em direção ao Rio Paraná, colocou pilares de demarcação até um ponto na Serra de Maracaju, cerca de 14 quilômetros a noroeste das Cataratas do Guaíra. Paraguai e Brasil chegaram a um acordo sobre a linha de fronteira do último pilar de demarcação (nº 366) até um ponto cerca de três quilômetros a leste (...). A Comissão Mista de Fronteiras planeja colocar pilares de demarcação ao longo desse setor de três quilômetros até 1976. Do terminal leste desse setor (...) até as Cataratas do Guaíra, uma distância de cerca de 11 quilômetros, o limite ainda é disputado.

De acordo com o tratado Paraguai-Brasil de 1872 que rege o trabalho da Comissão Mista de Fronteiras, a fronteira sobre o setor em disputa deve seguir a linha de maior elevação (cume) até as Cataratas do Guaíra. O Paraguai afirma que a linha de maior elevação se estende do Ponto A até a primeira das sete maiores quedas de Guaíra (...). O Brasil afirma que a linha de maior elevação fica vários quilômetros a sudeste, estendendo-se do Ponto A até a quinta cachoeira de Guaíra (...).

O Paraguai acredita que sua reivindicação é baseada em dados topográficos sólidos e que o Brasil eventualmente irá aderir à posição paraguaia. No entanto, o GOP não prevê chegar a um acordo com o Brasil antes da conclusão do projeto hidrelétrico de Itaipu (1982 no mínimo). O projeto de Itaipu inundará parte da área disputada, e os paraguaios acreditam que isso facilitará o acordo.

[Assinado por] LANDAU (pp. 1-2)

108. Este documento é muito interessante, pois faz a rota oposta, vem do Departamento de Estado norte-americano e vai para as Embaixadas dos EUA em Brasília e Assunção, tendo como detalhe o nome de Henry Kissinger³⁹⁶. O código é CIA-RDP08C01297R000400370003-7 (Doc. 11), datado de 28/03/1975, tendo sido chamado pelo título: ‘*Brazil-Paraguay Boundary*’, como o anterior de apenas três dias antes. Sua única página era ‘*Unclassified*’ e não recebeu sanitização, tendo sido liberada em 24/09/2012.

São necessários dados adicionais sobre a situação atual da fronteira Brasil-Paraguai. Esta solicitação está sendo feita a ambas as Embaixadas para garantir que os pontos de vista dos dois Estados sejam considerados em possíveis questões de contenção.

As informações disponíveis indicam que o setor Salto das Sete Quedas desta divisa do Rio Paraná permanece em disputa, e a linha não é demarcada por pilares entre a Serra de Maracaju e o Rio Paraná. Caso esta disputa tenha sido resolvida e a demarcação concluída, dados sobre o atual alinhamento deste setor seriam apreciados. Da mesma forma, seria útil saber se existem outras disputas ao longo dessa fronteira. [Assinado por] KISSINGER (p. 1)

109. Houve outro memorando, desta vez vindo da Embaixada dos EUA em Brasília, com destino ao Departamento de Estado e cópia para a Embaixada em Assunção, que pode tratar-se de uma resposta ao memorando anterior. Ele foi datado em 02/05/1975 e seu código é CIA-RDP08C01297R000400370002-8 (Doc. 10), assumindo o mesmo título: ‘*Brazil-Paraguay Boundary*’ dos anteriores. Sua única página não sofreu sanitização e sua classificação, antes da liberação em 24/09/2012, era nula (‘*unclassified*’).

Sobre a questão do setor desta divisa com o Rio Paraná (Salto das Sete Quedas – Cataratas do Guaíra), segundo informações prestadas informalmente por um funcionário do Itamaraty, o Brasil entende que aquele setor já foi demarcado, mas que a área ainda precisa ser devidamente delineada (caracterizada), e um maior número de pilares instalados na região. O Paraguai entende, por outro lado, que a área ainda precisa ser demarcada.

Durante a Conferência de Fronteiras realizada em Assunção, no início de abril de 1975, o Comitê Misto Brasileiro-Paraguaio de Fronteiras decidiu, segundo o mesmo funcionário, que deveriam ser iniciados imediatamente os estudos visando a realização da demarcação (para o Paraguai) e do delineamento (para o Brasil) da área em 1976.

O responsável destacou, no entanto, que as relações entre Brasil e Paraguai nesta área são excelentes, e que esta é apenas uma pequena divergência que será resolvida em breve.

De qualquer forma, ressaltou, alguns técnicos acreditam que a área será inundada quando a barragem de Itaipu entrar em operação. (p. 1)

³⁹⁶ Henry Alfred Kissinger - Secretário de Estado dos EUA (1973–1977) (HITCHENS, 2012).

110. O documento seguinte é bem interessante, tanto em conteúdo quanto na escolha de sua catalogação. Trata-se de um artigo científico de um renomado pesquisador de questões do Paraguai, Andrew Nickson, que em 1981 publicou esta interessante pesquisa. É curioso o fato de um agente da CIA se apropriar de tal artigo científico para servir de material interno. Há apenas uma anotação feita com caneta que diz “BR-PA BORDER” e o resto é simples cópia. O ano foi estimado em 1981 por causa do artigo, mas não há sinal de em qual ano houve o arquivamento. O código do documento é CIA-RDP08C01297R000400370001-9 (Doc. 9) e seu título: *‘Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay’*. A origem e o destino das 11 páginas não são especificados, não havendo sanitização ou classificação. Sua liberação se deu em 24/09/2012. Destacamos abaixo a parte que nos interessa.

Também ocorreu uma mudança notável na política externa paraguaia que fortaleceu os laços com o Brasil. Durante décadas as relações entre os dois países foram ofuscadas por uma disputa de fronteira pela posse das Cataratas do Guaira, as maiores cachoeiras do mundo na fronteira entre os dois países na EBR³⁹⁷. Em maio de 1964, o Brasil ocupou militarmente as Cataratas e as relações esfriaram consideravelmente quando o vice-chanceler paraguaio foi expulso sem cerimônia da área por tropas brasileiras durante uma missão de apuração de fatos. Nos dois anos seguintes, o Brasil consolidou sua posição, assumindo o controle de fato de ambas as margens do rio Paraná em torno das Cataratas. Apesar do crescente ressentimento no Paraguai pelo que foi visto como agressão brasileira, o presidente Stroessner do Paraguai e o presidente Castelo Branco do Brasil assinaram a Lei do Iguaçu em 22 de junho de 1966, que afirmava que o aproveitamento do enorme potencial energético das Cataratas do Guaira seria compartilhado em partes iguais entre os dois países na forma de condomínio. Essa declaração conjunta constituiu um triunfo diplomático para o Brasil, pois significou uma renúncia implícita por parte do Paraguai de sua antiga reivindicação de posse exclusiva das Cataratas do Guaira. Esse revés diplomático foi um passo crucial para a consequente concretização do projeto de Itaipu sob hegemonia brasileira, o que viria a ser um forte estímulo à imigração brasileira para a EBR. Em troca da retirada das tropas brasileiras das Cataratas, acordada na Lei do Iguaçu, o governo paraguaio removeu as restrições existentes à colonização brasileira da EBR. Em 1967, o governo paraguaio revogou um Estatuto Agrário que anteriormente proibia a venda a estrangeiros de terras situadas em um raio de 150 km da fronteira nacional. Logo depois disso, o EBR começou a vender grandes extensões de terras virgens do Estado no EBR para empresas brasileiras de terras.

No espaço de apenas cinco anos (1962-67) as comunicações entre o EBR e o Brasil foram dramaticamente melhoradas, o conflito fronteiriço entre os dois países foi resolvido em favor do Brasil e as restrições legais foram removidas para a compra de terras brasileiras no EBR. Em vista das forças

³⁹⁷ *Eastern Border Region* (Região da Fronteira Leste).

migratórias já emanando do próprio Brasil, o cenário estava montado para a rápida migração brasileira para a EBR a partir do final dos anos 1960. (p. 6)

A.6 Política Externa

Esta seção é dedicada a documentos que abordaram direta ou lateralmente o tema da política externa. Como nas seções precedentes e nas seguintes, apresentarei os extratos mais significativos de cada um dos memorandos selecionados para que em capítulo posterior tratá-los em conjunto, para formar uma imagem da história contada por estes mesmos documentos.

Diferencio os assuntos políticos tratados pelos agentes da CIA nos memorandos que compõem nosso *corpus* em dois grupos: política interna, quando abordar preferencialmente a política local das nações referidas e política externa, quando o foco da argumentação do agente da CIA for na relação entre Estados, numa escala de observação privilegiada. Parto do princípio de que o leitor tenha alguma noção de ambos os termos e que não seja necessário alongar-me nas definições detalhadas.

111. O documento Código CIA-RDP78-01617A005900030001-9 (Doc. 40) já foi citado na parte da pesquisa referente ao Comunismo, sendo que os trechos abaixo não se enquadram naquele contexto, mas no de política externa, motivo para sua repartição. Ele é datado de 31/03/1947, contendo um resumo de três meses de notícias acerca de assuntos relevantes para a CIA no primeiro trimestre daquele ano. Logo a seguir temos os trechos que interessam a esta pesquisa.

ARGENTINA: O Governo seguirá a política dos EUA no Paraguai O Ministro das Relações Exteriores garantiu ao Embaixador Messersmith³⁹⁸ dos EUA que o governo argentino não está tomando partido no Paraguai, e pretende seguir a liderança dos EUA. (p. 15)

PARAGUAI: O Brasil recusa ajuda ao governo – O Departamento de Estado foi informado pelo embaixador brasileiro³⁹⁹ que o Brasil recusou o pedido de envio de armas ao Paraguai, mas se ofereceu para se juntar aos países vizinhos na mediação da guerra civil paraguaia, desde que as partes em disputa desejem mediação e concordem com as eleições. (p. 19)

PARAGUAI: Oficiais do exército dissidentes presos – [Sanitizado] prendeu seis oficiais do exército treinados pelos EUA que ‘se recusaram a

³⁹⁸ George Strausser Messersmith (1883 - 1960) - diplomata dos Estados Unidos na Alemanha, Áustria, Cuba, México e Argentina (STILLER, 1984).

³⁹⁹ Carlos Martins Pereira e Souza (1884 - 1965) - embaixador do Brasil e Washington entre 1939 e 1948, e em Paris de 1948 a 1949 (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-martins-pereira-e-souza>>).

lutar contra seus irmãos oficiais'. O MA comenta que o incidente é mais uma indicação de 'ruptura dentro das forças armadas'. (p. 35)

PARAGUAI: Os EUA recusam ajuda ao Presidente Morinigo – O Departamento de Estado instruiu a Embaixada dos EUA em Assunção para informar ao Presidente Morinigo que o cumprimento de seu pedido de aviões e tanques americanos a serem utilizados contra os rebeldes de Concepción [Sanitizado] seria 'totalmente inconsistente' com os compromissos do Hemisfério Americano⁴⁰⁰. (p. 41)

8. BOLÍVIA: O Brasil oferece ajuda financeira – O Embaixador brasileiro informou ao Embaixador Flack⁴⁰¹ que (a) seu Governo está oferecendo assistência financeira que 'libertaria a Bolívia da dependência' das propostas da Missão Econômica Argentina; e (b) o Brasil informou à Bolívia que vê com desagrado as cláusulas do acordo argentino-boliviano que resultariam na 'entrada de novas influências' na região amazônica.

(Comentário CIG: Este é aparentemente o primeiro passo do Brasil para contrariar a atual ofensiva comercial argentina. Tendo em vista a posição do Brasil em relação a seu comércio externo, é pouco provável que possa superar a Argentina em negociações deste tipo). (p. 42)

8. PARAGUAI: O governo procura armas dos EUA – A US Charge Trueblood informa que o Presidente Morinigo 'demonstrando a crescente fraqueza de sua posição', solicitou aviões, possivelmente pilotos, e tanques dos EUA que derrubassem a revolta de Concepción. Ele acrescenta que, de acordo com rumores persistentes, a Cavalaria e a Marinha, que até o momento têm permanecido leais, podem agora expulsar Morinigo e negociar um acordo com o grupo rebelde em Concepción. (p. 46)

9. PARAGUAI: A revolução se espalha – [Sanitizado] que a deserção da guarnição na região do Chaco, agora confirmada, dá aos rebeldes o controle de uma grande parte do país e de suas forças armadas. (p. 50)

5. BOLÍVIA: Brasil preocupado com o tratado argentino-boliviano – O embaixador americano Flack informa que o embaixador brasileiro em La Paz recebeu instruções para expressar a preocupação do Brasil com as disposições do tratado econômico argentino-boliviano assinado em 8 de março, que prevê a produção de borracha e ferro na Bolívia perto da fronteira brasileira. (p. 66)

112. Este novo documento, de código: DAILY SUMMARY #395-419[15507261] (Doc. 173), com data de junho de 1947, e título: '*DAILY SUMMARY #395-419[15507261]*', é outro daqueles em forma de briefings, que reúnem informações curtas para uma leitura rápida e atualização. Não consta origem ou destino e sua classificação original era de '*Top Secret*', passando a confidencial posteriormente. O documento não sofreu sanitização e foi liberado ao público em 26/09/2018.

3. ARGENTINA busca suprimentos militares da URSS – Embaixada dos EUA em Moscou foi informada pelo Embaixador do Brasil que o recém-chegado Embaixador da Argentina na URSS 'confidenciou' que espera

⁴⁰⁰ Ver detalhes em: *Designing Pan-America: US architectural visions for the western hemisphere* (GONZÁLEZ, 2011).

⁴⁰¹ Referência externa não encontrada.

negociar uma troca ‘em larga escala’ de produtos argentinos por suprimentos militares do URSS.

O Adido Militar dos EUA em Moscou comenta que o Exército Argentino está familiarizado com o ‘uso técnico’ do material militar alemão, do qual a URSS agora possui grande quantidade.

(Comentário CIG: Qualquer relatório de uma fonte brasileira sobre a política militar argentina deve ser visto com ceticismo.) (pp. 2-3)

14. PARAGUAI: Campanha do governo atrasada – US Charge Trueblood informa que a campanha do governo no norte está sendo retardada pelas chuvas recentes, que tornaram a fronteira do rio intransitável, e pela escassez aguda de gasolina. Trueblood foi informado pelo secretário do presidente Morinigo, no entanto, que os rebeldes ‘diante da derrota iminente’ não estão mais insistindo que Morinigo abandone seu cargo e estão preparados para considerar termos que ‘salvarão suas carreiras militares’. (pp. 12-13)

10. PARAGUAI: Brasil recusa pedido do mediador – US Charge Trueblood foi informado pelo diplomata brasileiro que busca uma paz negociada na guerra civil do Paraguai que: (a) o Ministério das Relações Exteriores do Brasil se recusou a levantar a questão do possível apoio EUA-Argentina pelo seu plano de mediação; e (b) o diplomata está agora pessimista quanto ao resultado de suas negociações. (p. 19)

12. PARAGUAI: Mediador conversa com rebeldes – US Charge Trueblood foi informado por Negrão de Lima⁴⁰², o diplomata brasileiro que busca uma paz negociada na guerra civil do Paraguai, que: (a) em breve ele voltará a conversar com porta-vozes rebeldes; e (b) o Governo Morinigo está agora preparado para aposentar (mas não para deixar na ativa) oficiais que participaram da revolta e conceder uma anistia aos rebeldes restantes. O chanceler paraguaio informou a Trueblood que seu governo deseja que os EUA participem de qualquer mediação que possa ser realizada, mas reitera sua opinião de que o governo ‘precisa de uma vitória militar’. (p. 27)

O Brasil pode aceitar DPs⁴⁰³ das Zonas EUA-Reino Unido na Europa O embaixador dos EUA Pawley relata que o Brasil pode ser persuadido a entrar em um acordo sob o qual o Brasil receberia a maioria das pessoas deslocadas nas zonas EUA-Reino Unido na Europa sob um programa financiado e dirigido conjuntamente pelos governos dos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil.

Pawley havia sido previamente assegurado, por autoridades brasileiras, de que o Brasil aceitaria uma porcentagem de imigrantes judeus igual à proporção judaica da população atual da Zona dos EUA (supostamente 15%). As missões brasileiras, segundo Pawley, no momento parecem receber instruções para excluir todos os imigrantes judeus. (p. 28)

7. PARAGUAI: Começa a ofensiva do governo – EUA Charge Trueblood em Assunção relata indicações de que o governo está prestes a lançar uma ofensiva no norte. De acordo com o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, o governo informou que duas canhoneiras rebeldes estão recebendo armas e suprimentos uruguaios e podem tentar seguir para Assunção; o ministro acrescentou que a artilharia do governo em Assunção deve ser capaz de impedir sua aproximação. (p. 37)

⁴⁰² Francisco Negrão de Lima (1901 - 1981) - político brasileiro; governador do estado da Guanabara de 1965 até 1971 (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-negrao-de-lima>>).

⁴⁰³ Possivelmente ‘*Deported Persons*’ (Pessoas Deportadas).

BRASIL: Governo estuda plano de imigração – O embaixador dos EUA Pawley informa que o governo brasileiro está considerando um plano para um programa conjunto de imigração EUA-Brasil que traria para o Brasil um número inicial de 50.000 pessoas deslocadas da Zona dos EUA Alemanha e exigiria US\$ 50.000.000 de contribuição dos EUA contra uma soma maior do Brasil, para Pawley, o plano oferece aos EUA uma ‘excelente oportunidade’. (p. 42)

11. ARGENTINA: Relatada oposição argentina ao plano de armas – O embaixador argentino em Moscou disse ao embaixador mexicano, segundo a Embaixada dos EUA em Moscou, que a Argentina: (a) não está muito interessada em adquirir armas da URSS (...); (b) se oporá ao plano dos EUA de padronização de armas do Hemisfério; e (c) pode contar com o apoio no assunto do Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

(Comentário do CIG: A Embaixada dos EUA em Buenos Aires tem relatado consistentemente nos últimos meses que a Argentina está adiando a compra de armas em grande escala até a negociação de um Pacto de Defesa do Hemisfério. O Embaixador Messersmith tem reiterado frequentemente a intenção da Argentina de cooperar lealmente com as outras repúblicas americanas. A derrota do plano de padronização de armas convidaria à perpetuação, por meio de negociações bilaterais, da atual vantagem armamentista do Brasil sobre a Argentina. (pp. 49-50)

4. PARAGUAI: Revelados os termos da mediação rebelde – O emissário brasileiro, Negrão de Lima (que está tentando conseguir uma paz negociada na guerra civil do Paraguai), disse ao comando dos EUA em Assunción que os rebeldes, consultados por ele recentemente, continuam convencidos de que podem vencer depois de uma luta prolongada. De acordo com Negrão, os rebeldes concordarão com o fim das hostilidades e com a manutenção do presidente Morinigo no cargo até o término de seu atual mandato, desde que recebam garantias de eleições livres e uma reorganização das forças armadas. (p. 67)

7. PARAGUAI: Esforços de mediação falham – US Charge Trueblood informa que o mediador brasileiro, Negrão de Lima, agora considera que falhou em sua tentativa de trazer uma paz negociada na guerra civil do Paraguai e atribui seu fracasso à atitude intransigente adotada por uma ala extremista do grande partido que apoia o governo (o Partido Colorado). (p. 77)

113. Este documento seguinte, datado de 01/07/1947, de código: DAILY SUMMARY #420-445[15507262] (Doc. 174) e título: ‘*Daily Summary #420-445[15507262]*’, não informa origem ou destino, estando suas 68 páginas quase sem sanitização. A classificação foi de ‘*Top Secret*’ para ‘*Confidential*’ até sua liberação em 26/09/2018.

6. NICARÁGUA: Reconhecimento do regime fantoche de Somoza⁴⁰⁴ – A Embaixada dos Estados Unidos em Manágua informa que o escritório argentino entregou ao governo de fato da Nicarágua uma nota que está sendo interpretada em Manágua como implicando reconhecimento.

(Comentário CIG: A menos que o governo argentino repudie prontamente qualquer alegação nicaraguense de que sua nota implica reconhecimento,

⁴⁰⁴ Anastasio "Tacho" Somoza García (1896 - 1956) - militar e político da Nicarágua, governou o país como ditador de 1936 até ser assassinado em 1956 (TORRES, 2017).

esta nova reviravolta fortalecerá a mão daqueles que, desejando manter os problemas de reconhecimento fora da agenda do Rio, gostariam que a Nicarágua fosse convidada. O Brasil está prestes a ‘consultar’ as repúblicas americanas sobre a emissão do convite). (p. 15)

4. PARAGUAI: EUA culpados pelo caos interno – US Charge Trueblood acredita que o sentimento anti-EUA está aumentando acentuadamente no Paraguai. Ele cita o embaixador chileno dizendo que muitos paraguaios sentem que os EUA são responsáveis pela atual condição ‘caótica’ do Paraguai porque ele ‘permitiu’ que a Declaração de Chapultepec⁴⁰⁵ fosse ‘desrespeitada’ no país.

Brasil insiste na paz negociada – O escritório brasileiro informou à Trueblood que, a menos que o governo Morinigo concorde em aceitar uma paz negociada, o governo brasileiro ‘lavará as mãos da situação’ e que o Brasil pediu ao governo argentino que adote uma posição semelhante. (p. 19)

8. PARAGUAI: Governo disposto a aceitar plano de mediação – O escritório brasileiro em Assunção informou ao escritório Trueblood dos EUA que o presidente Morinigo e o chanceler, em nome do governo paraguaio, concordaram com um plano para um armistício imediato na guerra civil do Paraguai a ser seguida pela mediação das questões. (p. 24)

7. PARAGUAI: Governo lança nova ofensiva – O escritório dos EUA em Assunção informa que em 15 de julho as forças do governo paraguaio lançaram uma nova investida contra Concepción, o reduto rebelde, em uma aparente tentativa de demonstrar sua superioridade militar antes do início do processo de mediação (...). (p. 29)

6. PARAGUAI: EUA podem ser convidados a participar da mediação – De acordo com US Charge Trueblood, o embaixador brasileiro foi informado pelo chanceler do Paraguai que o Paraguai provavelmente convidará os EUA a participar da mediação da guerra civil paraguaia. Trueblood recomenda que os EUA aceitem o convite se os EUA planejam continuar sua política de cooperação ativa no desenvolvimento do Paraguai. (p. 32)

6. PARAGUAI: A fórmula de mediação do Brasil – O embaixador norte-americano Pawley informa que a fórmula brasileira de mediação na guerra civil do Paraguai inclui a manutenção do *status quo* militar enquanto as negociações prosseguem, anistia aos rebeldes e ‘respeito’ à posição de Morinigo. Pawley foi informado pelo chefe da divisão política do Itamaraty que: (a) cabe ao governo paraguaio tomar a iniciativa de incluir os EUA entre os mediadores; e (b) o Brasil abandonará as tentativas de mediação se sua fórmula for rejeitada. (p. 52)

11. PARAGUAI: Governo se opõe à fórmula de mediação do Brasil O embaixador dos EUA no Rio, Pawley, foi informado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil que os rebeldes paraguaios aceitaram a fórmula de mediação do Brasil (...), mas que o governo paraguaio: (a) objeta ao reconhecimento implícito da fórmula de que os rebeldes são ‘beligerantes’; (b) insiste que a mediação deve preceder a interrupção das hostilidades; e (c) enfatiza a necessidade de uma vitória militar completa sobre os rebeldes.

⁴⁰⁵ Ou: Ata de Chapultepec - declaração de solidariedade interamericana assinada na Cidade do México, em 6 de março de 1945. Ver: O Plano de Segurança Hemisférico (Tiar) na guerra fria e a Geopolítica Brasileira (BRIGOLA; DE ALBUQUERQUE, 2016).

12. BRASIL: História de contrabando de armas soviéticas desconsiderada – O adido Naval dos EUA no Rio relata que voos de reconhecimento aéreo brasileiros não produziram evidências de contrabando de armas soviéticas ao longo da costa brasileira. A Embaixada dos EUA no Rio também desmente a história do desembarque de armas. (p. 57)

7. PARAGUAI: Governo disposto a iniciar mediação – O Embaixador do Brasil em Assunção informou ao US Charge Trueblood que o Governo paraguaio concordou com o estabelecimento de um conselho de mediação entre Argentina e Brasil, com a condição de que o conselho determine o tempo para as hostilidades terminarem. (p. 64)

114. Este documento é o de código: CIA-RDP78-01617A005000010002-3 (Doc. 39), datado de 01/03/1948, e com título: ‘*Weekly Intelligence Summary no. 1*’. Ele trata de uma questão que está entre Economia e Geopolítica. Não há referências à origem ou ao destino, sendo sua classificação ‘*Secret*’. Suas 4 páginas não foram sanitizadas e sua liberação deu-se em 24/04/2013.

Controle dos EUA do aeródromo de Assunção ameaçado – O controle do aeródromo de Assunção provavelmente será revertido para o Paraguai agora que a Pan American Airways foi proibida de operar seu serviço de transporte Buenos Aires-Assunção. Em conexão com a construção deste campo, realizada no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos dos EUA em 1942, a Pan American Airways (PAA) recebeu uma concessão de 20 anos, sob a qual passou a controlar o aeródromo. O acordo previa, no entanto, que, a menos que o PAA mantivesse conexões aéreas regulares para Assunção, o controle do campo seria revertido para o Paraguai.

Originalmente, a Pan American havia voado para Buenos-Aires via Rio de Janeiro para encontrar Assunção. A recusa brasileira em permitir que a Pan American voasse no trecho entre Rio e Assunção, no entanto, posteriormente limitou a Pan American à rota direta do Rio a Buenos Aires, com um serviço de transporte de volta a Assunção. A recente proibição argentina desse serviço de transporte não é um golpe sério para a Pan-American porque o tráfego que termina ou se origina em Assunção é insuficiente para operações lucrativas.

O acordo aéreo bilateral EUA-Paraguai é de pouco valor para manter os direitos dos EUA em Assunção, a menos que a transportadora americana designada tenha permissão para sobrevoar a Argentina, o Brasil ou a Bolívia. (Os EUA não têm acordo aéreo com a Bolívia e tanto o Brasil quanto a Argentina estão tentando reservar tráfego aéreo regional para suas companhias aéreas locais.) Nenhuma transportadora aérea dos EUA além da PAA está em condições de voar na rota de Assunção sem demora. A Braniff Airways, embora certificada pelos EUA para voar para o Paraguai com ajuda concedida a uma rota pela costa oeste da América do Sul, não fez progressos na instituição desse serviço e, portanto, não pode fazer uso dos direitos dos EUA que o PAA está renunciando. Parece improvável que todas essas dificuldades possam ser resolvidas. A reversão do campo de Assunção para o Paraguai, o fim da eliminação das conexões aéreas operadas pelos EUA para Assunção parece, portanto, inevitáveis.

A reversão do campo de Assunção ao controle paraguaio enfraquecerá a posição do Paraguai. Sem dúvida, as instalações aeroportuárias de Assunção se deteriorarão rapidamente, já que o Paraguai não tem dinheiro nem pessoal para manter o campo. Isso agravará a falta de comunicação do Paraguai com o mundo exterior: todas as comunicações fluviais e ferroviárias são controladas por interesses brasileiros e argentinos. (p. 3)

115. Composto por apenas uma única página, datado de 08/09/1948, o documento de código: CIA-RDP82-00457R001800820008-8 (Doc. 98) e título: '*Argentina-Paraguayan Relations*', teve sua origem sanitizada, assim como seu destino imediato. No final do documento há a indicação de envio ao Departamento de Estado, Exército e Marinha. A liberação do documento ocorreu em 08/09/1999.

1. Dizem que os representantes argentinos no Paraguai informaram ao governo Perón que existe uma certa frieza naquele país em relação às aberturas diplomáticas e econômicas da Argentina. Também alegaram que algumas figuras do governo Gonzalez estão apreensivas com o programa de armamentos da Argentina e recomendaram a Gonzalez que o Paraguai explore a possibilidade de unir Paraguai, Chile, Brasil e Bolívia em um bloco que se oponha a qualquer tentativa de agressão dos argentinos.

2. Apesar da insatisfação da Argentina com a situação no Paraguai, a fonte não conseguiu confirmar rumores de que a Argentina pode estar prestando apoio militar (armas e munições) aos opositores de Gonzalez. Os destacamentos da Gendarmeria Nacional Argentina na fronteira argentino-paraguaia foram fortalecidos e receberam recentemente carregamentos adicionais de armas pequenas e munições, embora alguns desses suprimentos possam eventualmente chegar a grupos anti-Gonzalez no Paraguai, a Gendarmeria precisa ser ostensivamente fortificada para combater o contrabando, a imigração ilegal para a Argentina e outros problemas na área.

3. Como resultado dos acontecimentos no Paraguai, a Argentina busca fortalecer seu serviço de inteligência naquele país.

Comentário: O governo argentino, que considera o atual governo paraguaio anti-argentino, espera que o governo tente estabelecer laços mais estreitos com os Estados Unidos e o Brasil em um esforço para conter a influência da Argentina no Paraguai. Em particular, a Argentina considera que o presidente Natalicio Gonzalez e os ministros da Economia, Obras Públicas e Relações Exteriores (Mario Mallorquin⁴⁰⁶, Victor Morinigo⁴⁰⁷ e Domingo Montanaro⁴⁰⁸, respectivamente) se opõem à Argentina. (p. 1)

116. O documento que segue já foi tratado inicialmente na seção Comunismo. Seu código é: CIA-RDP82-00457R002000460002-1 (Doc. 99), recebendo a data de 09/11/1948 e o título: '*Argentinian Interest in Foreign Exploitation of Brazilian Oil*'.

⁴⁰⁶ Referência externa não encontrada.

⁴⁰⁷ Citado em: Paraguaio na Argentina: o caso de Víctor Morínigo (Quinteros, 2015).

⁴⁰⁸ Referência externa não encontrada.

1. Pedro Andrés José Gomis⁴⁰⁹, representante dos Sindicatos Unidos Petroleros del Estado foi autorizado pelo governo Perón a aceitar um convite para visitar o Brasil e foi instruído a auxiliar na propaganda contra a exploração de recursos petrolíferos brasileiros por trustes americanos, britânicos e internacionais, e apoiar a posição de que o petróleo brasileiro seja explorado com capital, gestão e mão de obra brasileiros. Ele teria sido convidado ao Brasil pelo general Julio Casetano Horta Barbosa⁴¹⁰, líder da campanha brasileira contra a exploração estrangeira de petróleo brasileiro.
2. Gomis, peronista e antiamericano, pode convidar representantes brasileiros a vir a Buenos Aires para participar de um possível congresso de petroleiros latino-americanos. O congresso, que está sendo planejado pela Confederación General del Trabajo (CGT), discutirá meios para combater os trustes do petróleo.
3. Gomis partiu para o Rio de Janeiro no voo PAA 202 em 20 de outubro de 1948. Ele consta como tendo 32 anos, solteiro, com passaporte argentino nº 1450215, e residência na Calle Salta 1789, Buenos Aires. (p. 1)

117. Muito interessante este documento de código: CIA-RDP82-00457R002100030004-5 (Doc. 101), datado de 22/11/1948, com título: *‘Remarks by President Batlle Berres at Conference of Diplomats’*, cujas informações acerca de origem e destino foram sanitizadas, de classificação inicial secreto e posterior confidencial, formado por 3 páginas e sem data de liberação. Ele traz declarações feitas em uma reunião privada do presidente uruguaio à época com seus diplomatas na América latina. As partes relevantes estão abaixo.

O Presidente do Uruguai realizou recentemente uma conferência com seus chefes de missões diplomáticas em outros países da América Latina. No dia de abertura da conferência, 26 de outubro, o Presidente Luis Batlle Berres⁴¹¹ dirigiu-se à assembleia e presidiu a reunião de negócios que se seguiu. No dia 29 de outubro foi realizado um banquete em homenagem aos diplomatas. Segue a sinopse das declarações do presidente. A fonte afirma que este relatório está completo e que nenhum outro assunto além desses resumidos foi abordado.

2. No cenário internacional, o Uruguai ouve palavras amistosas, mas apesar disso, por trás da tela da bajulação, o Uruguai é muitas vezes esquecido e ignorado. Batlle Berres disse ao grupo que, pouco antes da reunião, havia recebido um telegrama da delegação uruguaia à Assembleia da ONU em Paris sobre um bloco latino-americano formado entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Peru, e encabeçado pela Argentina para seu próprio benefício exclusivo. O Uruguai foi deliberadamente excluído desse grupo. (p. 1)

⁴⁰⁹ Referência externa não encontrada.

⁴¹⁰ Júlio Caetano Horta Barbosa (1881 - 1965) (CPDOC/FGV

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-caetano-horta-barbosa>>).

Citado em: O Papel do Militar-Estadista na Construção do Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil (DHENIN, 2017).

⁴¹¹ Luis Batlle Berres (1897 - 1964) - jornalista e político. Citado em: Getulio Vargas, Juan Domingo Perón y Batlle Berres-Herrera. Tres rostros del populismo (TRIAS, 1978).

7. O perigo existente na Argentina torna-se cada vez mais evidente nos artigos da imprensa do governo daquele país e nas declarações de vários peronistas importantes. Em uma palestra para estudantes da Universidade de Buenos Aires recentemente, o Dr. Lucio Manuel Moreno Quintana⁴¹², Professor de Direito Internacional da Universidade e ex-Subsecretário de Relações Exteriores, declarou: ‘A República da Argentina deve incluir Uruguai, Paraguai, Bolívia e sul do Brasil, ou seja, o antigo ‘Virreinato’⁴¹³ do Rio da Prata. O dia em que reconquistarmos esses territórios será glorioso para todos os argentinos. Nosso maior desejo deve ser recuperar o que pertence a nós. Os Estados Unidos querem ser o chefe do Norte, nós seremos o chefe do Sul’.

8. O Presidente lembrou um artigo publicado pelo senador herrerista⁴¹⁴, Victor Haedo⁴¹⁵, em uma revista ultranacionalista argentina, que afirmava que a América do Sul deveria ser dividida em três grupos: Grande Colômbia (‘La Gran Colombia’), incluindo Venezuela, Colômbia, Equador e Peru; Brasil; e Argentina, incluindo Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai. (p. 2)

118. Este próximo documento, de código: CIA-RDP82-00457R002300250001-2 (Doc. 102) e data 02/02/1949, com título: ‘*Attitude of Uruguayan President on Argentine Penetration*’, é composto por 3 páginas parcialmente sanitizadas, que dificultam a identificação da origem e do destino do memorando, havendo uma pista deste último no rodapé da primeira página, onde foram marcados os quadrinhos correspondentes ao Departamento de Estado e às forças armadas norte-americanas. Foi classificado como confidencial até sua liberação, cuja data não fora informada.

1. Em 21 de dezembro de 1948, o presidente uruguaio Luis Batlle Berres e o deputado populista uruguaio Dr. Arturo Dubra⁴¹⁶ deram uma entrevista sobre o perigo para o Uruguai da atual atitude e atividades do governo argentino. (...) Dubra havia apontado os perigos para o Uruguai do governo totalitário de Perón e posteriormente havia discutido o assunto com o ministro da Administração Pública Manuel Rodrigues Correa⁴¹⁷. (...)

d. O Presidente admitiu ao Dr. Dubra que o único motivo de sua viagem ao Brasil era discutir a questão da independência do Uruguai com os líderes do governo brasileiro e averiguar que atitude os brasileiros adotariam se o Uruguai fosse ameaçado pela Argentina. Ele então declarou confidencialmente que sua viagem havia sido um fracasso completo a esse respeito. O presidente brasileiro Dutra e um de seus assessores não prometeram nada e evitaram responder que atitude adotariam caso o Uruguai fosse ameaçado. Batlle Berres concluiu que o Brasil, assim como a Argentina, poderia ser considerado um perigo para a independência do

⁴¹² Lucio Manuel Moreno Quintana (1898 - 1979). Citado em: El Derecho Internacional Público en los primeros tiempos del peronismo: la Cátedra de Lucio M. Moreno Quintana (1947-1955) (GODIO, 2016).

⁴¹³ Vice Reinado. Ver: El virreinato (MAÑÉ, 1983) e La edad de oro de los virreyes: el virreinato en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII (RODRÍGUEZ, 2011).

⁴¹⁴ Referente a grupo político de centro-direita do Partido Nacional do Uruguai (CASTRO MENY, 2021).

⁴¹⁵ Eduardo Víctor Haedo (1901 - 1970).

⁴¹⁶ Referência externa não encontrada.

⁴¹⁷ Referência externa não encontrada.

Uruguai. Dutra e seus associados sentem que sua posição atual é fraca e estão quase convencidos de que Vargas vencerá nas próximas eleições. Vargas é aliado do líder comunista brasileiro Luis Carlos Prestes e de Perón, que lhe dará apoio financeiro para sua campanha. Se Vargas vencesse, o Brasil cooperaria com a Argentina em seu esforço para difundir sua influência em toda a América do Sul. Como resultado da visita de Batlle Berres ao Brasil, ele sente que, apesar de os países vizinhos serem favoráveis ao Uruguai, nenhum deles o quer como aliado por sua falta de força militar, o que tornaria o país um passivo caso surja algum perigo.

f. Batlle Berres relatou que depois de várias tentativas por parte de agentes peronistas para derrubar o governo paraguaio, o presidente paraguaio Natalicio González organizou uma reunião em Montevideu para a qual enviou um delegado pessoal e representantes dos partidos Liberal e Febrerista. Nessa reunião, o delegado de González levantou o problema da independência e da existência do Paraguai como Estado soberano. Ele propôs que os liberais, os febreristas, e o grupo agora no poder deixassem de lado suas dificuldades até que o problema da independência paraguaia pudesse ser resolvido. Ele então citou o presidente González no sentido de que se outro levante preparado por agentes peronistas colocasse em risco a posição atual, ele declararia guerra à Argentina. Foi nesse ponto que o delegado de González buscou o apoio dos outros dois partidos. Os liberais aceitaram, mas os febreristas recusaram a proposta. Batlle Berres expressou a esperança de que esta situação no Paraguai possa desviar o perigo do Uruguai. Indicou que o Brasil apoiaria o Paraguai na luta contra a Argentina neste momento, e manifestou sua convicção de que os Estados Unidos também apoiariam González. (pp. 1-3)

119. Na sequência dos documentos, o de código: CIA-RDP79-01090A000200010006-3 (Doc. 54), datado de 15/02/1949 e intitulado: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 15 February 1949*’, traz maiores informações acerca da troca de comando no Paraguai e suas consequências para Argentina, Brasil e EUA. Sua origem foi informada como tendo sido produzido no ‘*Latin America branch*’, mas seu destino não foi informado. Não houve sanitização em suas 10 páginas, apenas foram riscadas as classificações de secreto e de confidencial em cada página. Sua liberação ocorreu em 02/09/1999.

Situação Memorando 7-49 – eventualidade, mas o exército irá continuar sendo um fator significativo nos desenvolvimentos políticos e qualquer governo que chegue ao poder deve depender muito da existência do apoio do exército e da polícia.

A mudança de regime não foi marcada por nenhuma evidência de mudanças ideológicas ou de mudança de atitude em relação aos vizinhos do Paraguai ou aos EUA. Presumivelmente, o novo governo será tão pró-EUA quanto o antigo. Tanto o Brasil quanto a Argentina parecem satisfeitos com o novo regime. O Brasil, talvez, tenha tornado sua satisfação um pouco mais patente do que a Argentina.

A economia do Paraguai, sempre fraca, não superou os reveses causados pela guerra civil de 1947. Os recentes distúrbios políticos, no entanto, tiveram um efeito relativamente pequeno. Espera-se que as culturas alimentares básicas – milho, feijão e mandioca – sejam suficientes para as necessidades normais da população. A oferta de animais para abate parece

ser maior do que em 1948. Trigo e farinha de trigo, como sempre, terão que ser importados da Argentina. Da mesma forma, as importações recentes de óleos comestíveis do Brasil cobrirão as necessidades até meados de março, quando os suprimentos locais estarão disponíveis, o Paraguai é principalmente um 'eremita', nação autossustentável e o comércio exterior é relativamente sem importância devido ao desenvolvimento econômico e industrial limitado do país. Recentemente, no entanto, as exportações normais do Paraguai de um número bastante limitado de produtos, como extrato de quebracho, grãos menores e óleos de tungue⁴¹⁸, carne enlatada e um pouco de algodão, não conseguiram pagar suas modestas importações. O padrão pós-guerra de um excesso de importações sobre exportações continuou a esgotar as divisas ao ponto de uma situação cada vez mais difícil se aproximar.

A Argentina é normalmente o melhor cliente e principal fornecedor do Paraguai. Essa característica de seu comércio provavelmente permanecerá independentemente da orientação política do Paraguai. Um regime favorecido por Perón presumivelmente facilitaria as relações comerciais harmoniosas e reduziria os temores do Paraguai quanto à pressão econômica argentina. Os EUA, Brasil e Reino Unido seguem nessa ordem como outros importantes fornecedores e clientes do Paraguai.

Uma tentativa de melhorar e modernizar a agricultura foi iniciada pelo ex-presidente González. Os primeiros carregamentos de equipamentos agrícolas norte-americanos encomendados por ele chegaram a Assunção em dezembro passado. Embora não se saiba se o novo governo dará continuidade ao programa, é duvidoso que qualquer esforço governamental avance no desenvolvimento de uma economia paraguaia mais sólida. Os principais obstáculos são o estado atual quase desesperado das indústrias exportadoras paraguaias, a prevalência do suborno e uma atitude popular de que nada pode ser feito pela economia do país, apesar da costumeira fachada de medidas altissonantes sempre propostas pelos políticos. (p. 10)

120. O próximo documento, datado de 19/04/1949, já foi inicialmente tratado na seção dedicada ao Comunismo e retorna aqui para complementar os estudos em política externa. Seu código é CIA-RDP79-01090A000200020003-5 (Doc. 56).

7. PARAGUAI: A eleição de 17 de abril do Dr. Felipe Molas López, candidato à presidência do Partido Colorado (sem oposição), realmente consolida a posição dos Colorados Democráticos no governo, embora marque tecnicamente o sucesso alcançado por Molas do cargo para o qual ele aspira desde novembro de 1947. Desde essa data, Molas, líder da facção militante do Partido Colorado, tem figurado com destaque e tem melhorado sua posição em todas as manobras políticas. Sua eleição se tornou uma certeza quando ele rompeu com seu parceiro político, Liberato Rodríguez⁴¹⁹, formando uma coalizão com os conservadores democratas Colorados e se tornou o único candidato presidencial. O sucesso de Molas, no entanto, provavelmente fica aquém de sua ambição, uma vez que sua posição atual traz consigo apenas o prestígio e não o poder que geralmente acompanha o cargo. Sua permanência no cargo depende em grande parte da extensão de sua cooperação com os democratas colorados, que

⁴¹⁸ De origem vegetal, é utilizado na proteção de superfícies de madeira, como um verniz.

⁴¹⁹ Referência externa não encontrada.

emergiram como o verdadeiro poder na política e nas forças armadas. Se mantiverem sua força atual, poderão implementar as medidas democráticas que prometeram e restaurar a tranquilidade e a relativa estabilidade ao país. O reconhecimento do regime de Molas pelos EUA, Argentina e Brasil deu força adicional aos Colorados democratas. (pp. 5-6)

121. Este próximo documento, de código: CIA-RDP79-01090A000200030008-9 (Doc. 58), datado de 23/08/1949, com o título: '*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 23 Aug...*', já foi tratado nas seções Comunismo e Economia desta tese, restando alguns dados mais afeitos à Geopolítica.

Internacional – O aspecto mais significativo da atual política externa do Paraguai é o recente passo em direção à aproximação com a Argentina. O primeiro passo nessa direção ficou evidente quando a Argentina enviou uma delegação impressionante, chefiada pelo amigo de Molas, Dr. Ivanissevich⁴²⁰, para participar das cerimônias de posse – um forte contraste com o grupo indistinto que foi enviado para a posse do ex-presidente González. Através de seu amigo Ivanissevich, Molas conseguiu enviar seu Comandante-em-Chefe das Forças Armadas para discutir com Péron alguns problemas comerciais paraguaios-argentinos.

Nessas conversações foi elaborado um acordo comercial e de pagamentos provisórios. Outros acordos Paraguai-Argentina, ainda em fase provisória, incluem disposições para o estabelecimento de uma permissão argentina em Assunção para reorganizar todo o departamento de polícia e uma missão militar técnica argentina para renovar o Instituto Geográfico Militar Paraguai e colaborar em um projeto de levantamento e mapeamento do Paraguai.

A assinatura, sem consulta aos EUA, do acordo de mapeamento pode ter um significado especial. Embora o acordo não seja um contrato formal, ele estabelece a base para um contrato subsequente. Além disso, o Adido Militar dos EUA em Assunção considera que é uma violação do contrato da Missão Militar EUA-Paraguai. A implementação do novo acordo sem o consentimento dos EUA pode constranger os EUA e possivelmente levar outros países latino-americanos a desconsiderar os contratos de missões militares dos EUA de maneira semelhante quando adequado ao seu propósito. A aproximação com a Argentina deve ser vista em função da peculiar situação geográfica do Paraguai, que torna o país menor algo menos que um agente completamente livre. Em primeiro lugar, o fato de a Argentina praticamente controlar o comércio de exportação paraguaio coloca este último país, em certa medida, dentro da esfera natural de influência do primeiro; portanto, os movimentos de Molas que partem para consertar as relações argentino-paraguaias, bastante ruins nos últimos dois anos, podem ser consideradas apenas um reconhecimento dos 'fatos da vida' econômicos. Pode-se esperar que grupos se oponham a qualquer investida no campo argentino. Finalmente, o impacto do Paraguai sobre os interesses de segurança dos EUA é tão pequeno que sua maior orientação para a Argentina é significativa apenas porque aumenta em algum grau a capacidade da Argentina de afetar esses interesses. (pp. 8-9)

⁴²⁰ Oscar Ivanissevich (1895 - 1976). Ver mais em: La gestión del ministro Ivanissevich y la derecha peronista: los 100 días de Ottalagano (BESOKY, 2017).

122. O documento de código: CIA-RDP79-01090A000200040009-7 (Doc. 61) já foi trabalhado anteriormente na seção Economia. Ele data de 29/11/1949 e tem como título: *‘Weekly Contributions Latin America Division ORE, CIA 29 November 1949’*.

Relações com nações fora do Hemisfério Ocidental: Espanha: Na terceira seção da UNGA⁴²¹, Bolívia, Colômbia, Brasil e Peru uniram-se para patrocinar uma resolução que permitisse total liberdade de ação no que diz respeito às relações diplomáticas com a Espanha. Embora a Assembleia Geral não tenha adotado essa resolução, Brasil e Peru retomaram suas relações diplomáticas normais com a Espanha. Outros, como Argentina, Bolívia, República Dominicana, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela, mantiveram relações normais ou concluíram os preparativos para um retorno à normalidade antes da votação na Assembleia Geral. A Venezuela ainda não enviou um embaixador. Neste assunto, os países latino-americanos assumiram a liderança em vez de esperar pelos EUA. Os interesses de segurança dos EUA, no entanto, não são afetados.

URSS: Atualmente, apenas Argentina, Cuba, México, Uruguai e Venezuela têm representantes em Moscou, embora alguns desses países menores tenham relações diplomáticas técnicas. Brasil, Chile e Colômbia, que romperam com a URSS nos últimos dois anos, não tomaram medidas para renovar as relações. Nenhum dos países latino-americanos, no entanto, deve explorar suas relações com a URSS de forma a prejudicar os interesses de segurança dos EUA. (p. 9)

123. O documento em estudo agora contribuiu, por conta de sua múltipla abrangência de temas, com outras seções desta pesquisa, como a dedicada ao comunismo, a economia e a política. Seu código é: CIA-RDP79-01090A000200050015-9 (Doc. 62) e sua data de publicação é 11/04/1950. Passarei a descrever o conteúdo geopolítico deste documento.

Internacional – Interesses norte-americanos de segurança de longo alcance continuam a ser favorecidos pelas políticas e práticas internacionais do Brasil [sanitizado] (...). Um exemplo é o fato de o Brasil ter depositado em 13 de março sua ratificação da Carta da OEA, tornando-se assim a quinta nação americana a ratificá-la.

Por outro lado, durante os vários meses deste pacto, houve um sentimento anti-EUA considerável. Subjacente às críticas recentes aos EUA está o sentimento dos brasileiros de que, em questões econômicas, os EUA não estão lhes dando a devida consideração, principalmente tendo em vista que o Brasil tem um histórico de cooperação durante a Iª e a IIª Guerras Mundiais e no pós-guerra. Tem havido, por exemplo, um crescente medo e ressentimento entre as autoridades e o público brasileiro de que o plano Marshall⁴²² esteja beneficiando economias concorrentes na Ásia e África em detrimento do Brasil e de outras repúblicas americanas, os brasileiros

⁴²¹ United Nations General Assembly (Assembleia Geral das Nações Unidas).

⁴²² Foi o principal projeto dos Estados Unidos para a recuperação econômica dos países aliados dos EUA nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (SIMON, 2010).

agora até temem que o Ponto Quatro⁴²³, se implementado pelo congresso dos EUA, terá um efeito semelhante.

Um alvo mais imediato para as críticas tem sido as audiências no Congresso dos Estados Unidos sobre o aumento do preço do café, os brasileiros consideram as audiências como não objetivas e estão culpando os cafeeiros latino-americanos – brasileiros em particular [sanitizado] (...). O convite feito a um ‘economista’ de origem portuguesa, completamente desacreditado, para vir do Rio para depor nas audiências agravou a sensibilidade brasileira. Essa sensibilidade também se refletiu nos editoriais de um grande jornal de São Paulo, geralmente pró-EUA (considerado o New York Times do Brasil), criticando o discurso de 22 de março do secretário adjunto de Estado Miller por indicar que o Brasil deveria ser mantido como exportador de matérias-primas para os EUA.

Se a atual onda de sentimento anti-EUA continuar – até agora não há evidência em contrário – isso afetaria negativamente a estreita cooperação que o Brasil normalmente estende aos EUA. (p. 7)

124. O documento seguinte já foi tratado na seção Comunismo. Ele recebeu a data de 08/08/1950, o código: CIA-RDP79-01090A000200050032-0 (Doc. 63) e o título: ‘*Weekly Contributions 32-50 <Sanitized> CIA 8 August 1950*’.

1. GERAL – Uma série recente de ataques dos jornais peronistas na Argentina contra o presidente Dutra e o governo brasileiro resultou em uma nítida deterioração das relações entre esses países em detrimento dos interesses norte-americanos de solidariedade hemisférica. Simultaneamente aos ataques a Dutra, esses jornais abraçaram a candidatura do ex-ditador Getúlio Vargas nas eleições de outubro deste ano no Brasil. Parece quase certo que a candidatura de Vargas sofrerá como resultado dessa aparente ‘coalizão’ entre Perón e Vargas. Qualquer benefício que possa resultar para Perón como resultado deste movimento não é claro. No entanto, Vargas talvez esteja mais próximo de Perón em seu pensamento do que qualquer outro candidato, e parece não haver vantagem para Perón em prejudicar as chances de Vargas. Além disso, não há outro candidato favorável a Perón cujas chances seriam aumentadas por tal movimento. Assim, Perón parece nitidamente ter criado uma situação tensa da qual não pode esperar nenhuma vantagem particular, possivelmente por causa de um uso imprudente de uma oportunidade para atacar Dutra. (p. 2)

A situação política no Paraguai melhorou desde o primeiro dia do ano. Embora existam relatos de prisões políticas e de desacordo entre o general de brigada Alfredo Stroessner e o ministro do Interior Rigoberto Caballero⁴²⁴, nenhum desses fatores é considerado de sérias consequências

⁴²³ Programa Ponto Quatro - "instituído pelo presidente Truman para o auxílio às áreas subdesenvolvidas da África, Oriente, Oceânia, América do Sul e Central" (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-geral/JSP/textual/o-ponto-quatro-desenvolvimento-economico-sem-recursos-financeiros-artigo-sobre-o-programa-ponto-quatro-instituido-pelo-presidente-truman-para-o-au>>). Veja Também: ‘A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953) à luz do Programa Ponto Quatro (1949) do governo Truman’ (GOMES, 2022).

⁴²⁴ Referências externas não encontradas.

neste momento. O presidente Chávez⁴²⁵ manteve o apoio do setor democrata do Partido Colorado e dos militares – apoio que possibilitou que seu governo permanecesse no poder por um período relativamente longo em comparação com outros governos dos últimos dois anos. Embora o apoio da administração militar seja indubitavelmente essencial para a estabilidade política, os militares estão ficando fora da política, e não há relatos recentes de sua conspiração. Nenhum caso de violência ocorreu quando o estado de sítio foi levantado para permitir a votação em 16 de julho.

A posse de Chávez como presidente em 15 de agosto não deve resultar em grandes mudanças no governo ou em suas políticas. Para o futuro imediato, as perspectivas são boas para a continuidade da estabilidade política. Mesmo na ausência de elementos disruptivos na situação atual, no entanto, a continuidade do mandato do governo não pode ser prevista por um período mais longo, pois a retirada do apoio do exército a qualquer momento poderia resultar em uma mudança de governo – algo que poderia muito bem ocorrer, por exemplo, se houver dissensão no Partido Colorado, ou se surgir um desacordo sério entre o comandante-em-chefe Díaz de Vivar⁴²⁶ e o presidente.

125. Este documento, código: CIA-RDP88-00374R000100110006-2 (Doc. 152), datado de 07/09/1954, com título: ‘*USSR and Satellites*’, que tenta descrever a zona de influência soviética àquele tempo, não informa origem ou destino, não tendo sofrido sanitização perceptível, excetuando um risco em cada palavra ‘*Secret*’ escrita nas 10 folhas do documento. Sua liberação deu-se em 04/09/2001.

2. Paraguai: Não há adidos de serviço no Paraguai. A estabilidade paraguaia é constantemente ameaçada por revoluções e a mudança de governo é relativamente rápida. Como o Exército é, de fato, o árbitro da política paraguaia, um Adido do Exército teria a melhor oportunidade de coletar informações sobre as lealdades pessoais de importantes elementos militares e perspectivas de estabilidade, bem como informações militares de rotina. No momento, tal informação não está disponível. A gravidade dessa falta de informação é demonstrada pelos relatos atuais de que um político poderoso e oportunista, considerado por muitos [como sendo] comunista, está planejando um golpe contra o governo Stroessner.

126. O documento de código: CIA-RDP79R01012A006200020007-6 (Doc. 70), já foi trabalhado em partes nas seções Comunismo e Economia. Aqui em Política Externa veremos mais facetas de tão rico exemplo do trabalho interno da CIA. Como já informei anteriormente, o Paraguai é apenas citado, não tendo papel de destaque, mas há outros

⁴²⁵ Federico Cháves Careaga (1882 - 1978) - presidente do Paraguai de 1949 a 1954 (Encyclopedia Britannica <<https://www.britannica.com/biography/Federico-Chavez>>).

⁴²⁶ Referências externas inconclusivas.

documentos que fazem o mesmo que este, só que tendo o Paraguai como destaque. Lembro que a data atribuída a ele é 15/03/1955 e seu título é '*Probable Developments in Brazil*'.

4. AS FORÇAS ARMADAS – 48. As Forças Armadas brasileiras, organizadas e treinadas nas linhas norte-americanas, têm um efetivo total de aproximadamente 204.000 homens. O Exército, totalizando 108.000, consiste em 7 divisões de infantaria, 1 blindada e 4 divisões de cavalaria, várias unidades de combate separadas e tropas de apoio. Além disso, há 55.000 policiais militarizados disponíveis para uso local e regional. A Marinha, com um contingente de pessoal de 21.000, tem uma força de combate de 2 cruzadores leves, 7 destróieres e 32 navios menores de escolta, patrulha e varredores de minas. Dois destróieres adicionais agora em construção podem ficar disponíveis durante 1955. A Força Aérea, com um contingente de pessoal de 20.000 (incluindo cerca de 1.000 pilotos), mantém 5 caças, 2 bombardeiros leves, 2 patrulhas, 2 reconhecimento e 2 esquadrões de transporte. Tem cerca de 950 aviões de combate, reconhecimento e transporte, incluindo 68 caças britânicos.

49. A eficácia operacional dos três serviços de combatentes é alta para os padrões latino-americanos, como resultado de sua reorganização, reequipamento e experiência operacional com as forças dos EUA na Segunda Guerra Mundial e da assistência às missões militares dos EUA. Sua eficácia é prejudicada, no entanto, pela falta de instalações de apoio adequadas, manutenção deficiente e obsolescência geral de equipamentos e dependência de fontes estrangeiras para reabastecimento de material, munições e combustível. A grave escassez de dólares e o alto custo ou indisponibilidade de suprimentos militares dos EUA fizeram com que o Brasil recorresse à Europa em busca de algumas aeronaves e equipamentos militares, em detrimento da padronização de armas do Hemisfério. No entanto, a aquisição desta fonte também é severamente limitada por considerações fiscais.

50. O Brasil participa ativamente da Junta Interamericana de Defesa⁴²⁷ e possui acordo bilateral de assistência militar com os Estados Unidos. Sob este acordo, o Brasil designou certas unidades como disponíveis para a defesa do Hemisfério, incluindo serviço fora de seu próprio território nacional. Com o apoio do MDAP⁴²⁸, os equipamentos e treinamento dessas unidades serão aprimorados.

51. As forças armadas brasileiras são adequadas para manter a segurança interna e deter a agressão de qualquer potência vizinha. Eles não poderiam repelir uma grande invasão no exterior sem a ajuda dos EUA. Em caso de guerra geral, eles provavelmente poderiam proteger prédios e instalações estrategicamente importantes contra extensa sabotagem e possíveis ataques. A Marinha e a Força Aérea do Brasil têm capacidades limitadas de escolta de comboios e guerra antissubmarina, mas o patrulhamento eficaz da longa costa brasileira exigiria a participação ativa das forças americanas. Com o apoio logístico dos EUA, o Exército poderia fornecer uma pequena força expedicionária.

V. PROVÁVEL POLÍTICA EXTERNA – 52. Tradicionalmente, o Brasil se considera o amigo e aliado particular dos EUA na América Latina. Com

⁴²⁷ A Junta Interamericana de Defesa (JID) - organização militar internacional composta por representantes civis e militares de 28 países. Presta serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos militares e de defesa no hemisfério americano, para a OEA e seus membros (FRENKEL, 2018).

⁴²⁸ Major Defense Acquisition Program (CASEY, 2005).

uma autoconfiança baseada em sua vasta extensão e relativa estabilidade política, considerou-se superior a seus vizinhos de língua espanhola e o associado natural dos EUA. Além disso, os EUA são de longe o mercado de café mais importante do Brasil e a única fonte importante de ajuda financeira e técnica necessária. Por essas razões, o Brasil deseja fortemente a amizade e o apoio dos EUA e é altamente sensível a qualquer tendência dos EUA de não conceder consideração e favores especiais ao Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil é sensível a qualquer implicação da tutela norte-americana.

53. Nos últimos anos, as relações EUA-Brasil foram ocasionalmente prejudicadas pelo crescente nacionalismo brasileiro, o que gerou atritos tanto nos assuntos econômicos quanto político-militares. Um fator importante nesse desenvolvimento tem sido um sentimento crescente no Brasil de que os EUA desvalorizam a amizade do Brasil e tendem a tomá-la como certa. Em particular, os brasileiros sentem que a assistência econômica e financeira dos EUA ao Brasil não foi compatível com os serviços anteriores do Brasil e sua importância estratégica atual para os EUA, ou com o valor do Brasil para os EUA como uma influência moderadora na América Latina e nos assuntos da ONU. Assim como outros latino-americanos, os brasileiros se ressentem do que consideram a posição privilegiada da Europa e da Ásia em relação à quantidade e aos termos da assistência dos EUA.

54. O Brasil não fez nenhum movimento para restabelecer as relações diplomáticas com a URSS rompidas pelo Brasil em 1947. Mantém relações diplomáticas com a Polônia e a Tchecoslováquia e recebeu uma missão comercial da Hungria. O comércio do Brasil com o Bloco aumentou acentuadamente no ano passado, mas ainda é muito pequeno. Há crescentes pressões populares para ampliar as relações com o Bloco. Essa ideia é geralmente atraente devido à necessidade do Brasil de encontrar novos mercados para suas exportações, e provavelmente também em níveis oficiais como forma de fortalecer a posição de barganha do Brasil em relação aos EUA. Comunistas e seus simpatizantes estão pressionando a ideia de grandes mercados do Bloco para seus próprios propósitos ulteriores, com considerável apoio nacionalista.

55. Na comunidade latino-americana, o Brasil sempre se opôs às candidaturas argentinas à liderança. Em particular, procurou contrariar os desígnios argentinos no Uruguai, Paraguai e Bolívia. Fundamentalmente, o Brasil desaprova a ideia de blocos concorrentes na América Latina e, em vez disso, promove o conceito de solidariedade hemisférica⁴²⁹.

56. Os líderes políticos e militares do Brasil são favoráveis ao conceito de defesa coletiva do Hemisfério e também parecem contrários a posições neutras em relação a problemas internacionais mais amplos. Em caso de guerra geral, o Brasil quase certamente participaria ativamente em apoio aos EUA.

57. É quase certo que o Brasil continuará apoiando os EUA em questões importantes entre os EUA e o Bloco Soviético. Salvo um aumento na influência das facções comunistas e extremistas-nacionalistas no Ministério das Relações Exteriores, o Brasil quase certamente continuará apoiando os EUA nas questões mais importantes nos assuntos do Hemisfério. Os materiais estratégicos do Brasil continuarão disponíveis

⁴²⁹ Ver: Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais (PAGLIAI, 2006).

para os EUA e é provável que o progresso no desenvolvimento de manganês⁴³⁰ em larga escala no nordeste do Amapá permita que os embarques para os EUA comecem no início de 1956. No entanto, o desejo de fortalecer sua posição de barganha vis-à-vis os EUA será um fator importante na diplomacia brasileira em tempos de paz, e os atritos quase certamente continuarão a ocorrer, principalmente em questões econômicas. O Brasil buscará estabelecer relações econômicas mais estreitas na América Latina e com a Europa Ocidental, e também buscará aumentar seu agora pequeno comércio não estratégico com o Bloco Soviético. (pp. 12-13)

127. Nossa próxima apreciação se dá ao documento de código: CIA-RDP86T00268R000900020013-9 (Doc. 132), datado de 15/07/1957, de título: *‘Interim Report of U.S. Personnel Stationed in Foreign Countries’*, que fornece informações acerca do contingente de funcionários norte-americanos no exterior. Originado na ‘Junta Coordenadora de Operações’, foi dirigido ao ‘Conselho Nacional de Segurança’ dos EUA. Suas 37 páginas organizam dados dos cerca de 1.665.000 cidadãos norte-americanos no exterior, por volta de 1% do total em 1957, sendo que 1.005.668 militares e seus dependentes e 80.724 servidores civis e seus dependentes, não tendo os demais vínculos com o governo. O documento consta como sanitizado, tendo sido classificado como secreto até 22/08/2013.

A tabela abaixo concatena as informações contidas em algumas tabelas do memorando analisado, trazendo informações parciais dos anos 1955, 1956 e 1957, especificamente para Brasil e Paraguai. Não há dados para os 3 anos simultaneamente, havendo ora para 1955 e 1956, ora para 1956 e 1957, e no caso das forças armadas os dados são para 1º de janeiro de 1957, ou seja, consolidados de 1956.

Tabela 6 - Funcionários Norte-Americanos no Exterior

Departamentos	Dep. de Estado			Dep. Defesa			Adm. e Coop.			Informação			Forças Armadas		
Ano	1955	1956	1957	1955	1956	1957	1955	1956	1957	1955	1956	1957	1955	1956	1957
Brasil	106	96			215	193		113	115		27	31		4275	
Paraguai	22	25			30	33		45	45		2	2		185	

Fonte: Documento CIA-RDP86T00268R000900020013-9 (CIA, 1957)

128. Tendo mesmo título e código: *‘CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/12/14’* (Doc. 3), o documento cuja data já foi informada tem origem e destino censurados, estando suas 11 páginas *‘Top Secret’* muito sanitizadas. Sua liberação deu-se em 21/02/2020.

⁴³⁰ O manganês é essencial na fabricação de ligas metálicas, combinado com o ferro, na produção de aço. Além de ser utilizado em ligas de cobre, zinco, alumínio, estanho e chumbo. (DRUMMOND, 2005).

Mudança na política externa brasileira para o neutralismo divulgada [sanitizado] Sob uma nova política emanada do gabinete presidencial, o Brasil, atuando como uma ‘terceira força’, agora tratará todas as nações – incluindo os EUA e a URSS – com ‘a mesma atitude oficial, seguindo a política de outras nações neutras’. [sanitizado] Tal diretriz de política ainda não foi relatada especificamente por outras fontes e provavelmente seria contestada por alguns assessores presidenciais, mas as pressões para tal movimento vêm se fortalecendo no Brasil.

Diz-se que a mudança de política resulta da decepção do Rio de Janeiro com a política atual de Washington, que, segundo eles, ‘não deu ao Brasil o tratamento favorecido que o Brasil tradicionalmente deu aos EUA’. As queixas específicas mencionadas foram a ajuda dos EUA à produção de café na África e o ‘aparente favoritismo dos EUA em relação à Argentina’ – esta última, uma expressão persistente da tradicional preocupação do Brasil com a competição argentina pela liderança na América Latina.

Outra razão relatada para a mudança é a estimativa do Brasil de que a futura divisão política mundial será entre os blocos afro-asiáticos e brancos, e não entre os EUA e a URSS. O Brasil considera sua composição racial branca, preta e amarela adequada para manter uma posição neutralista.

As pressões para melhorar a posição internacional e a situação econômica do Brasil por meio do neutralismo influenciaram, mas não controlaram, a proposta do presidente Kubitschek de uma campanha conjunta interamericana contra o subdesenvolvimento – ‘Operação Pan-América’ – e o envio de uma missão comercial a Moscou. Em 9 de dezembro, essa missão assinou um projeto de acordo pedindo US\$ 107.000.000 em comércio mútuo durante 1960-62. O primeiro secretário da Embaixada do Uruguai em Moscou afirmou que, a partir de contatos com a missão brasileira, ficou a impressão de que a visita da missão é um prelúdio para a retomada das relações diplomáticas, que pode ocorrer em cerca de seis meses. [sanitizado] (p. 9)

129. Com o código: CIA-RDP79-00927A003100040001-4 (Doc. 45), datado de 02/03/1961 e com título: ‘*Current Intelligence Weekly Summary*’, o documento em tela foi feito pelo ‘*Office of Current Intelligence*’ sem informação de destino. Suas 43 páginas foram largamente sanitizadas quando perdeu sua condição de secreto e de confidencial em 23/10/2007. O Paraguai foi citado como tendo perdido direito a voto na 15ª Assembleia Geral da ONU, junto com mais 6 países.

O primeiro mês do Brasil sob Quadros – Jânio Quadros, no primeiro mês de seu mandato de cinco anos, deu alguns passos para estreitar as relações com o bloco sino-soviético e ressaltou a necessidade de economia na administração doméstica. O novo presidente brasileiro teve que gastar um tempo considerável no preenchimento de cargos de subgabinete, mas também dedicou atenção aos programas de cada um de seus ministros.

Quadros deu os primeiros passos na política externa ‘verdadeiramente independente’ que propôs em 31 de janeiro em seu discurso de posse. Seu governo anunciou recentemente que apoiará a inclusão da questão da representação chinesa na agenda da Assembleia Geral da ONU na próxima sessão, embora ainda não tenha decidido se reconhecerá a China comunista ou apoiará sua admissão nas Nações Unidas.

O Itamaraty anunciou em 23 de fevereiro que o Brasil estabelecerá relações com a Hungria, Romênia e Bulgária. A renovação das relações diplomáticas com a URSS também está sob consideração ativa. Tchecoslováquia e Polônia são os únicos países do bloco em que o Brasil já tem missões.

Além disso, o chanceler Arinos, em 24 de fevereiro, sugeriu uma visita ao Brasil do marechal Tito em resposta a uma pergunta de um jornalista iugoslavo no Brasil sobre como os dois países poderiam ampliar as relações.

Com relação a Cuba, Quadros não tomou uma posição decisiva, apesar de suas palavras de elogio ao regime de Castro durante a campanha. Ele, no entanto, manteve sua posição de oposição a medidas coletivas contra Castro. Embora Quadros ainda não tenha delineado publicamente uma política para a África, ele indicou sua crença de que o Brasil poderia assumir o papel de uma ponte entre o Ocidente e a África – uma crença que seu antecessor expressou durante 1960. Quadros propôs em 24 de fevereiro, por exemplo, que seja ampliado um programa de bolsas para fomentar as relações brasileiras com a África, apesar da necessidade de austeridade do país.

Quando o Brasil se recusou a participar dos exercícios militares interamericanos deste ano com os Estados Unidos, um diplomata brasileiro comentou com uma autoridade americana que acreditava que a decisão se baseava principalmente no desejo de Quadros de estabelecer uma posição neutra para o Brasil nas relações exteriores. Reportagens da imprensa do Brasil afirmam que o governo está hesitante sobre uma oferta de empréstimo de US\$ 100.000.000 dos Estados Unidos e comentam que o novo presidente pode preferir tirar o país de seu buraco financeiro através do aumento de negócios com o Oriente e o Ocidente.

Quadros ainda não divulgou publicamente as medidas econômicas drásticas que aparentemente planeja, mas aproveitou o entusiasmo inicial de seu governo para prolongar o horário de trabalho do governo e demitir mais de 10.000 funcionários do governo nomeados politicamente – um passo semelhante aos seus primeiros movimentos como governador e prefeito de São Paulo no início de sua carreira. Comissões foram nomeadas para elaborar planos nas próximas semanas para resolver problemas específicos, e os ministérios individuais devem apresentar relatórios até 9 de março sobre os planos para reduções de 30% em seus orçamentos. Quadros provavelmente espera que os esquerdistas, que provavelmente protestarão contra suas medidas econômicas, possam ser conciliados com sua política externa. [sanitizado] (pp. 27-28)

130. O documento que segue, de código: DOC_0005996785 (Doc. 179), data 21/01/1964 e título: The ‘*President's Intelligence Checklist 21 January 1964*’, traz informações acerca de Itaipu em suas notas finais. Ele não revela setor de origem, nem destino, estando bastante sanitizado, o que corresponde à sua condição prévia de classificação como sendo ‘*Top Secret*’. Suas 7 páginas foram liberadas em 24/07/2015.

B. Brasil-Paraguai – Goulart se reuniu com o presidente do Paraguai, Stroessner, no domingo, e, segundo informações da imprensa, conseguiu seu acordo para o Brasil prosseguir com a gigantesca hidrelétrica de Sete Quedas. (p. 7)

131. Partindo do documento de código: CIA-RDP88-01365R000300310145-3 (Doc. 153), com data de 20/03/1964 e título: ‘*Score Sheet for a Troubled Continent*’, construí uma tabela com apenas Brasil e Paraguai, mostrando o que a CIA considerava problemático nas Américas naquele momento. Há um mapa mostrando do México à Argentina, onde o Paraguai é marcado como tendo um governo não representativo. Sua única página não apresenta maiores informações, tendo uma inscrição dizendo ‘Newsweek’ (o que pode indicar uma matéria de revista), mas sem origem ou destinos claros, não havendo sinais de sanitização. Sua liberação ocorreu em 13/01/2005.

Tabela 7 - Problemas detectados pela CIA no Brasil e no Paraguai

Problema	Brasil	Paraguai
Agitação Camponesa	X	X
Terrorismo Pró-Castro		X
Violência no Trabalho	X	
Ameaça de Golpe Militar	X	
Ameaça de Tomada de Poder pela Esquerda	X	
Nacionalismo Virulento	X	
Alto Desemprego	X	
Inflação Desenfreada	X	

Fonte: Documento CIA-RDP88-01365R000300310145-3 (CIA, 1964)

132. O documento de código: CIA-RDP08C01297R000400370008-2 (Doc. 14), datado de 25/06/1966, com título: ‘*Cable to Ruehc/SecState WashDC from Amembassy Rio de Janeiro*’, como o nome sugere, traz uma comunicação entre a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado daquele país. Suas 2 páginas não foram classificadas e o documento foi liberado em 24/09/2012.

1. Segue uma tradução livre das disposições do acordo de nove pontos de Foz do Iguaçu alcançado por FonMin⁴³¹ Magalhães e Sapena Pastor conforme divulgado pelo FonOff⁴³²: em 21 e 22 de junho de 1966, o chanceler do Brasil, Juracy Magalhães⁴³³ e o ministro do Paraguai, Raúl Sapena Pastor, reuniram-se em Foz do Iguaçu e em Porto Presidente Stroessner⁴³⁴ com o objetivo de rever vários aspectos das relações entre os dois países, incluindo pontos de divergência recentes entre os dois

⁴³¹ *Foreign Minister* (Ministro das Relações Exteriores).

⁴³² *Foreign Office* (algo como Escritório das Relações Exteriores).

⁴³³ Juracy Montenegro Magalhães (1905 - 2001). Ver: A trajetória de Juracy Magalhães na Ditadura: entre suas memórias e a história (RÊGO, 2017).

⁴³⁴ Atual Ciudad del Este.

FonOffs. Após várias reuniões de caráter pessoal e outras na presença das respectivas delegações, os FonMins do Brasil e Paraguai chegaram às seguintes conclusões:

A. Os dois ministros concordaram em reafirmar a amizade tradicional entre os dois povos irmãos, fundada no respeito mútuo, que constitui base indestrutível das relações entre os dois países.

B. Manifestaram viva vontade de superar, com o mesmo espírito de boa vontade e harmonia, qualquer dificuldade ou problema, buscando soluções compatíveis nos interesses de ambas as nações.

C. Proclamaram a intenção de ambos os governos realizarem, de comum acordo, um estudo e levantamento das possibilidades econômicas de Salto Grande das Sete Quedas ou Salto de Guairá, particularmente recursos hídricos pertencentes a condomínios de ambos os países.

D. Concordaram que a partir de agora a energia elétrica eventualmente produzida pela queda do Rio Paraná, desde e incluindo Salto Grande das Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, cada um tendo direito de preferência na aquisição de energia a preço justo, que será oportunamente fixado por especialistas de ambos os países, de qualquer quantidade não utilizada no atendimento das necessidades de consumo do outro país.

E. Os dois ministros concordaram em participar da reunião dos FonMins dos Estados limítrofes da Bacia do Prata a ser realizada em Buenos Aires a convite do GOA⁴³⁵, a fim de estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover a plena utilização dos recursos naturais da região e seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; bem como rever e solucionar problemas jurídicos relativos à navegação, demarcação, dragagem, pilotagem de rios pertencentes ao sistema do Prata, aproveitamento do potencial energético dos mesmos e canalização, represamento ou retenção de suas águas, seja para irrigação ou para regularização das respectivas saídas, de proteção de suas margens ou de facilitação do tráfego pluvial.

F. Concordaram que as respectivas marinhas de ambos os países procederão, sem demora, à destruição ou remoção dos cascos afundados que atualmente representam riscos à navegação internacional nas águas do rio Paraguai.

G. No que diz respeito aos trabalhos da Comissão Mista de Fronteira e Caracterização do Brasil-Paraguai, os ministros decidiram que tal trabalho será realizado em data que ambos os governos considerem conveniente.

H. Finalmente, dois ministros parabenizaram-se pelo espírito construtivo que prevaleceu durante as conversações e expressaram a esperança de uma união cada vez maior e fraterna entre Brasil e Paraguai, comprometendo-se a não poupar esforços para fortalecer ainda mais os laços de amizade que unem os dois países.

I. O presente ato com cópias em português e espanhol depois de lido e aprovado foi assinado em Foz do Iguaçu pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil e Paraguai em 22 de junho de 1966.

1. Segue a tradução livre do memorando separado do GOB⁴³⁶ sobre questão militar emitido no final da conferência, conforme divulgado em 23 de junho: o GOB convencido dos direitos que o tratado de fronteira de 9 de janeiro de 1872 lhe atribui, mas desejando contribuir com o relaxamento total das tensões que vêm prejudicando as relações amistosas entre o Brasil

⁴³⁵ *Government of Argentina* (Governo da Argentina).

⁴³⁶ *Government of Brazil* (Governo do Brasil).

e o Paraguai, resolveu em pleno exercício de sua soberania territorial, remover um pequeno destacamento militar estacionado na zona do porto Coronel Renato. (pp. 1-2)

133. A contribuição seguinte a esta tese vem de um documento datado de 23/12/1966, com código: CIA-RDP79-00927A005600010002-0 (Doc. 48) e título: '*Assessment of Latin American Military and Arms Needs*', mais um da série '*Weekly Summary – Special Report*', assinado pela Diretoria de Inteligência, mas sem destinatário declarado. Sua classificação foi secreta, havendo uma das suas 11 páginas censurada por conta de sua liberação em 12/10/2006. O memorando informa acerca das compras de armamento dos países da América Latina.

As forças armadas latino-americanas obtêm consistentemente apenas uma pequena parte dos recursos disponíveis em seus países, mas são responsáveis, além da defesa, por uma série de funções normalmente desempenhadas em outros países por entidades civis. Devido aos rápidos avanços tecnológicos em aeronaves, sistemas de comunicação e armas terrestres, esses países encontram-se fortemente pressionados a manter sua capacidade de defesa nacional e segurança interna, mantendo seus orçamentos de defesa em níveis proporcionalmente baixos. (...) Não houve conflito militar internacional na América Latina desde a conclusão da Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia em 1935, e nenhum parece provável. (p. 3)

Após a Segunda Guerra Mundial, em que apenas o Brasil e o México (dos países ao sul da fronteira) tinham forças ativamente envolvidas, as nações da região recorreram aos Estados Unidos em busca de assistência e armas. Impulsionada pela assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca no Rio de Janeiro⁴³⁷ em 1947, a política de defesa hemisférica cooperativa tornou-se a base para equipar muitas das forças armadas com navios, aviões, tanques e canhões mais modernos. Em 1960, uma nova ênfase foi colocada no fortalecimento da segurança interna contra uma crescente ameaça de guerrilha. A ação cívica também foi enfatizada, projetada para ajudar no desenvolvimento nacional, bem como para conter o envolvimento contínuo dos militares na política. (p. 5)

Profissionalização e Modernização – Os serviços militares nos principais países alcançaram seu nível relativamente alto de profissionalismo através da criação de academias militares e escolas técnicas. Estes oferecem uma educação tão boa quanto a disponível nas melhores escolas civis e muitas vezes uma educação melhor do que a média dos graduados universitários. Oficiais treinados nestas academias frequentemente conseguem obter mais escolaridade nos EUA ou nos programas especiais na Zona do Canal e, ocasionalmente, frequentam escolas em países europeus. Argentina, Brasil e Chile alcançaram um nível profissional suficientemente alto para permitir o envio de missões militares a alguns dos países menores. (p. 5)

Várias nações latinas têm submarinos e cruzadores, bem como destróieres em suas marinhas. Argentina e Brasil também possuem pequenos porta-aviões. Alguns navios, incluindo os porta-aviões, e alguns cruzadores e

⁴³⁷ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR ou Tratado do Rio) - acordo de defesa mútua assinado em 1947 no Rio de Janeiro entre diversos países das Américas (NETO, 2015).

destróieres, foram comprados da Europa, enquanto outros foram comprados ou emprestados dos EUA. Embora os porta-aviões e cruzadores sejam navios de prestígio, especialmente nas manobras interamericanas, eles são bastante antigos, caros de operar e difíceis de manter. Esses países também querem equipamentos aprimorados de comunicação e navegação para apoiar suas forças navais. (p. 6)

Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela manifestaram interesse em comprar o F-5 supersônico '*Freedom Fighter*', uma aeronave tática de jato duplo que pode ser usada em uma variedade de funções. O F-5 já está sendo fornecido para vários países africanos e asiáticos. Quando os EUA decidiram adiar as vendas do F-5 para a América Latina, a Argentina concordou em aceitar o A-4B mais antigo e mais lento, pois poderia obter esse modelo a um preço atraente. No entanto, as exigências da guerra no Vietnã impediram novas vendas do A-4B, e as outras nações que queriam os aviões mais novos receberam apenas o venerável F-86. Portanto, o Chile recorreu à Grã-Bretanha para os '*Hawker Hunters*', uma aeronave semelhante ao A-4B, mas muito mais cara. O Brasil, por outro lado, pediu instrutores de jato aos EUA, aparentemente com a ideia de esperar o momento em que o F-5 finalmente seja disponibilizado, ou eventualmente procurar na Europa por aviões táticos. (pp. 8-9)

Tabela 8 - Alguns Gastos e Status de Compras

GASTOS COM DEFESA LATINO-AMERICANA							
PAÍS	% do ORÇAMENTO			% do PIB			Orçamento 1966
	1964	1965	1966*	1964	1965	1966*	(Milhões de US\$)**
Brasil	16	16	18	4.0	3.0	4.0	576
Paraguai	28	24	26	2.5	2.6	3.5	16
* = Estimado							
** = Câmbio na data							

STATUS ATUAL DAS COMPRAS DE AERONAVES A JATO				
PAÍS	AERONAVES TIPO	NÚMERO	CUSTO SUS	PARA SUBSTITUIR
Brasil	T-37 jato subsônico de treino	30	7,5 milhões	T-6 de treino antigos

Fonte: Adaptado pelo autor de CIA-RDP79-00927A005600010002-0 (CIA – 1966)

134. O documento seguinte, de código: CIA-RDP79R00967A001200010019-8 (Doc. 68), datado de 25/10/1967, apenas vem reforçar apontamentos feitos no anteriormente tratado. Seu título é '*Some Perspective on Latin American Arms Purchases*', ele foi produzido pelo '*Office Of National Estimates*' e pela '*LA Staff*'⁴³⁸, sendo uma nota inspirada por um comentário interno acerca dos fatos relatados abaixo. A nota foi secreta até 13/07/2005, quando sofreu uma única sanitização e suas 6 páginas foram liberadas.

⁴³⁸ Equipe dedicada à América latina.

1. Quatro dos maiores países da América Latina – Argentina, Brasil, Chile e Peru – quase certamente comprarão quantidades consideráveis de novos equipamentos militares sofisticados nos próximos anos. Vários dos países menores provavelmente farão o mesmo, embora em menor escala. A motivação para tais compras não é complicada. Os estabelecimentos militares na América Latina adquiriram relativamente poucos equipamentos novos desde os anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Muito do que eles têm é obsoleto; alguns deles estão completamente desgastados. Os argentinos (...) aposentaram o último de seus bombardeiros Lancaster antigos da Segunda Guerra Mundial; eles o transportaram diretamente para o museu militar. (p. 2)
2. Os líderes militares latino-americanos estão há muito tempo em posição de exercer grande influência política. Militares atualmente lideram os governos de dois grandes países, Argentina e Brasil, e de cinco menores, Bolívia, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Os estabelecimentos militares em vários outros países não deixaram de se considerar os árbitros políticos finais. Em vista desse potencial de poder, o surpreendente não é que os militares estejam agora pressionando para a aquisição de vários itens de equipamento militar moderno, mas que por tanto tempo eles concordaram com a restrição dos gastos militares a níveis realmente muito modestos. (p. 3)

135. O próximo documento, de código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 112), já foi abordado nas seções Comunismo e Economia. Ele traz o Brasil como um todo, abordando diversas facetas da nação, e é datado de fevereiro de 1968, recebendo o nome de *‘Intelligence Handbook<Classified> Brazil’*.

E. Relações Exteriores – O principal vínculo externo do Brasil é com os Estados Unidos, com quem as relações são tradicionalmente amistosas e marcadas pela estreita cooperação. O Brasil buscou o apoio dos Estados Unidos em sua longa rivalidade com a Argentina pela influência preponderante na América do Sul e pela proteção contra qualquer agressor europeu. Durante a Guerra Hispano-Americana, o Brasil simpatizou com os Estados Unidos e tentou contrariar as críticas à Doutrina Monroe⁴³⁹ no final do século XIX e início do XX. O Brasil também cooperou com os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais; a Força Expedicionária Brasileira lutou junto com as forças americanas na Itália na Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos há muito fornecem o principal mercado para o café brasileiro e outras exportações, e esse vínculo econômico se fortaleceu à medida que o Brasil se tornou mais dependente da ajuda financeira e tecnológica dos EUA em seu ambicioso programa de desenvolvimento econômico. Os Estados Unidos são o principal cliente e fonte de importações do Brasil.

Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, o sentimento pró-EUA foi consideravelmente modificado por um aumento do nacionalismo. Cresceu a convicção de que o Brasil estava destinado a se tornar uma potência mundial e, como tal, deveria ter uma política externa independente. Políticos ultranacionalistas e de extrema esquerda, embora não numerosos, exerceram uma influência desproporcional ao explorar o

⁴³⁹ Doutrina anunciada pelo presidente norte-americano James Monroe em 1823: 'A América para os Americanos' (TEIXEIRA, 2014).

descontentamento social e econômico generalizado e retratar os Estados Unidos como o principal responsável pelas dificuldades do Brasil. Eles argumentaram que para alcançar o status de grande potência o Brasil deve desenvolver relações com todas as potências mundiais e romper sua relação ‘satélite’ com os Estados Unidos.

Um novo capítulo nas relações EUA-Brasil começou em 1964, quando o governo Castelo Branco proclamou seu apoio à Aliança para o Progresso, sob a qual os Estados Unidos forneceram quase US\$ 1 bilhão em assistência econômica somente ao Brasil. Essa ajuda sustentou os esforços de estabilização e reforma do governo, forneceu uma margem vital de câmbio enquanto o balanço de pagamentos estava sendo estabilizado e ajudou a direcionar investimentos governamentais e privados para setores atrasados, como agricultura e habitação de baixo custo. O governo tomou medidas para incentivar o investimento estrangeiro e recebeu respostas favoráveis de empresas americanas e europeias.

A Argentina é há muito tempo o principal rival do Brasil por prestígio na América Latina, e uma das principais preocupações do Brasil tem sido contrariar os esforços da Argentina para expandir sua influência no Uruguai, Paraguai e Bolívia. Nos últimos anos, porém, as relações com a Argentina têm sido cordiais. O Brasil é um importante consumidor de trigo argentino em troca de café brasileiro e outros produtos tropicais.

As relações do Brasil com outros países latino-americanos também têm sido geralmente cordiais. As relações com o Paraguai são boas, embora não tenha sido resolvida uma disputa fronteiriça sobre a área das Cataratas de Guaíra (Salto das Sete Quedas). As relações com o Chile têm sido tradicionalmente calorosas. Em várias disputas entre Peru e Equador, o Brasil tem desempenhado um importante papel conciliador. Os contatos com a Colômbia e a América Central têm sido geralmente amigáveis, mas não particularmente próximos ou importantes, exceto pela participação brasileira com essas áreas em acordos internacionais do café. Brasil e Venezuela restabeleceram relações diplomáticas em dezembro de 1966 após a eleição de Costa e Silva; eles haviam sido interrompidos em 1964 porque a Doutrina Betancourt⁴⁴⁰ da Venezuela se opunha ao reconhecimento do governo Branco como um regime levado ao poder por um golpe de Estado.

As relações do Brasil com a Europa Ocidental têm sido principalmente econômicas e culturais. Negado como associado do Mercado Comum Europeu, o Brasil tem sido um dos países mais atingidos pelas políticas protecionistas da organização e pelo tratamento preferencial concedido aos associados africanos. O Reino Unido, que era o principal investidor estrangeiro no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial e ainda tem investimentos substanciais lá, caiu do segundo lugar como parceiro comercial em 1960 para o sexto lugar em 1965 – a Alemanha Ocidental ocupa o terceiro lugar depois dos Estados Unidos e Argentina como cliente brasileiro e fonte de importações.

Portugal é visto com carinho como a pátria de onde os imigrantes foram admitidos mesmo quando a entrada de outros foi restringida, mas muitos brasileiros desaprovam o regime de Salazar⁴⁴¹. Em 1963, o Brasil votou a favor de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando a

⁴⁴⁰ Ver detalhes em 'Más allá de la Doctrina Betancourt: ayuda encubierta como instrumento de la política exterior de Venezuela durante la Guerra Fría (1959-64)' (AVILA, 2014).

⁴⁴¹ António de Oliveira Salazar (1989 - 1970) - ditador português que chefiou diversos ministérios, foi presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo (CAMPINA; TOMÁS, 2016).

política colonial portuguesa. Por seus laços culturais e históricos, no entanto, o Brasil tem um forte sentimento de solidariedade com Portugal que transcende as diferenças ideológicas. O atual governo brasileiro é mais pró-português do que muitos de seus antecessores.

Assim, apesar de seu desejo de boas relações com os países independentes da África, o Brasil está dando cada vez mais apoio a Portugal na questão de seus territórios africanos portugueses.

A cultura da França é tida em alta estima, e o interesse francês renovado no Brasil tem sido calorosamente recebido. A França, no entanto, ocupa apenas o sétimo lugar como parceiro comercial. As relações são muito amistosas com a Itália, que, com Portugal, tem sido a principal fonte europeia de imigrantes para o Brasil e, em 1965, era o quarto parceiro comercial. O Brasil também mantém representação diplomática na Cidade do Vaticano. Os brasileiros têm criticado a ditadura de Franco⁴⁴², e as relações diplomáticas entre Espanha e Brasil, suspensas durante 1945-50, são mantidas em uma base fria e oficial, embora se espere um aumento comercial.

As relações com o Japão têm sido cada vez mais cordiais nos últimos anos. Visitas de Estado de alto nível ocorreram e um tratado tributário Japão-Brasil foi concluído no início de 1967. O principal elemento nas relações Brasil-Japão tem sido a imigração, principalmente na década de 1920, de cerca de 200.000 japoneses, que com seus filhos nascidos no Brasil representam a maior comunidade japonesa no exterior. Eles se estabeleceram principalmente no estado de São Paulo e fizeram muito para melhorar a agricultura e estão participando cada vez mais ativamente dos negócios. Cerca de um quarto do investimento japonês no exterior está no Brasil. O capital japonês foi investido principalmente na siderurgia brasileira, construção naval e pesca. O Japão ocupa o nono lugar como parceiro comercial brasileiro.

O Brasil estabeleceu relações com a maioria das nações da África. Alguns brasileiros afirmam que seu país, por sua localização e suas conquistas na democracia racial, é especialmente qualificado para servir de ponte entre essas nações e o Ocidente. Até agora, porém, o Brasil não teve comércio significativo com eles e está competindo com eles no mercado mundial de café.

O Brasil, apoiado pela opinião pública majoritária, tradicionalmente se opôs à União Soviética e suas políticas. As relações diplomáticas, que não se estabeleceram até 1946, foram rompidas um ano depois e só foram retomadas em novembro de 1961. O Brasil, porém, acreditando que seus mercados tradicionais no Ocidente estavam praticamente saturados com alguns de seus produtos, ampliou seu comércio com o bloco soviético. O Brasil e a União Soviética concluíram um acordo de crédito de US\$ 100 milhões em 1966 que pode facilitar o comércio. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia e Bulgária mantêm missões diplomáticas no Brasil, e a Alemanha Oriental tem uma missão comercial. O Brasil não tem relações com a China comunista ou qualquer país comunista asiático. Membros de uma missão comercial comunista chinesa foram expulsos do Brasil em 1964 sob a acusação de envolvimento em atividades subversivas. O Brasil leva a sério seu papel de importante potência com interesses e obrigações internacionais. Tem participado ativamente de organizações

⁴⁴² Francisco Franco Bahamonde (1892 - 1975) - chefe de Estado e ditador espanhol ('Generalíssimo'). Em 1936 ajudou em um golpe de Estado na Espanha contra a Segunda República, dando início à Guerra Civil Espanhola (GRAHAM, 2013).

internacionais, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e a Corte Permanente de Justiça Internacional. Desde 1946, o Brasil foi escolhido cinco vezes como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e participou de missões de paz da ONU no Oriente Médio, Congo e Chipre.

O Brasil tem desempenhado um papel de liderança como membro da OEA. Apoiou a resolução de quarentena da OEA durante a crise cubana de outubro de 1962, mas sob o presidente Goulart defendeu uma política de não interferência em relação a Cuba e o não alinhamento na Guerra Fria. Em 1964, no entanto, o governo Castello Branco rompeu relações com Cuba, baseando sua ação em ‘Cuba ser um regime comunista incompatível com o sistema interamericano’ e na ‘interferência ativa do atual governo cubano nos assuntos internos do Brasil’. O Brasil contribuiu com tropas e liderança para a Força Interamericana de Paz⁴⁴³ durante a guerra civil da República Dominicana em 1965 e tem sido uma voz de liderança na promoção da criação de uma força de defesa hemisférica permanente. O Brasil apoia firmemente o conceito de segurança coletiva e geralmente vê a OEA como um dissuasor de conflitos entre os Estados membros, defendendo a OEA em vez da primazia da ONU na manutenção da paz hemisférica. No entanto, o Brasil se opõe a conceder poderes de ‘solução pacífica’ à OEA, temendo que isso possa reabrir antigas disputas resolvidas por seus tratados de fronteira. (pp. 216-219)

136. O documento que segue é muito rico, pois trata do Paraguai em vários aspectos. Seu código é: CIA-RDP79-00927A006300040003-8 (Doc. 49), recebeu data de 01/03/1968 e o título: ‘*Stroessner’s Paraguay*’. Ele aparece em algumas outras seções desta tese.

Relações Exteriores Sob Stroessner – Apesar de sua localização isolada, o Paraguai está se tornando mais ativo nos assuntos interamericanos. A política externa tradicional concentrava-se principalmente em obter o máximo de liberdade possível da interferência do poderoso vizinho do Paraguai, a Argentina, principalmente jogando a Argentina contra o Brasil. Nos últimos anos, no entanto, o Paraguai tornou-se um pouco menos dependente da Argentina, em parte como resultado da entrada de empréstimos e investimentos estrangeiros, da abertura de uma nova rota comercial para o litoral brasileiro e da aquisição de uma pequena frota mercante. Além disso, Stroessner promoveu a melhoria das relações diplomáticas por meio de reuniões com os presidentes dos países vizinhos. Inicialmente preocupado com assuntos internos, em maio de 1965 Stroessner decidiu apoiar os Estados Unidos durante a crise na República Dominicana⁴⁴⁴, fornecendo um contingente para a Força Interamericana de Paz⁴⁴⁵ (IAPF). Seu interesse em contatos estrangeiros foi estimulado ainda mais por seu encontro com o presidente Johnson durante a conferência de cúpula do ano passado em Punta del Este, Uruguai.

⁴⁴³ FIP - criada pela OEA em 1965 para intervir na República Dominicana (MEIRA MATTOS, 1998).

⁴⁴⁴ Ver: República Dominicana 1965: guerra civil e intervenção (PEDROSA, 2020).

⁴⁴⁵ A Força Interamericana de Paz - organizada pela OEA, em 23 de maio de 1965, após uma intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana (PEDROSA, 2020).

A participação do Paraguai nos assuntos internacionais também aumentou. Foi eleito para o Conselho de Segurança da ONU em 1967. No ano passado, Assunção sediou várias conferências interamericanas.

Dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Paraguai assume uma posição firme anticomunista e anticastrista. Embora não seja o principal impulsionador ou porta-voz influente na OEA, o Paraguai geralmente apoia os Estados Unidos, particularmente em questões relacionadas à segurança hemisférica, e é a favor da continuidade da IAPF. Embora Stroessner se oponha à construção de barreiras tarifárias e comerciais às exportações paraguaias por outros países latino-americanos, ele não parece ser a favor do estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Como membro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o Paraguai obteve grandes concessões tarifárias dos membros mais ricos em suas exportações de matérias-primas, mas frequentemente não obteve concessões para produtos secundários ou semiacabados. (p. 7)

137. Com o código: CIA-RDP79R00904A001400020019-7 (Doc. 65) e data 30/04/1968, o documento intitulado ‘*The Political Role of the Military in Latin America*’ foi produzido no ‘*Office of National Estimates*’, em forma de memorando dirigido ao diretor (da CIA). Suas 29 páginas são bem ricas em opiniões e até há piadas no texto. Aparentemente não houve sanitização deste texto anteriormente secreto, isto até 24/12/2005.

I. INTRODUÇÃO – 1. Na melhor de todas as Américas Latinas possíveis, os governos estariam encarregados de civis honestos e capazes, escolhidos em eleições livres e dedicados a alcançar os objetivos anunciados da Aliança para o Progresso. O fato preocupante, no entanto, é que esse tipo de governo continua sendo um ideal e não uma realidade na maior parte da América Latina. O fracasso do governo civil em grande parte da área é um assunto complexo. Não propomos lidar com as causas desse fracasso, mas apenas sugerir alguns de seus efeitos neste momento. Um resultado óbvio é que quando existe um vácuo de poder político em uma determinada sociedade, outros elementos dessa sociedade se moverão para preenchê-lo. Isso nos leva, então, a uma consideração sobre o papel político que os militares têm desempenhado em vários Estados latino-americanos.

2. Historicamente, os militares e a Igreja Católica Romana têm sido as duas instituições mais desenvolvidas e poderosas da América Latina. No passado, a influência dessas duas instituições, às vezes, inibiu o crescimento de partidos e instituições políticas representativas. Os militares, embora cedendo lugar à Igreja em certos campos, como educação e bem-estar social, têm sido um fator particularmente inibidor, uma vez que geralmente têm sido o grupo de pressão mais importante na política latino-americana. Apesar de algumas mudanças marcantes nas atitudes dos líderes militares em relação ao seu papel no governo, eles continuam a exercer uma influência importante e, às vezes, dominante na política nacional em grande parte da área. Até a última década, essa influência era geralmente aceita e recebia relativamente pouca atenção crítica dos observadores da cena latino-americana. Exceto quando vinham aos montes, como em 1930, as ditaduras militares tendiam a ser vistas como parte do modo de vida político na América Latina. Woodrow Wilson obviamente falhou em seu objetivo declarado de ‘ensinar essas pessoas a

eleger bons governos'. E há a história, talvez apócrifa, de que quando Harry Hopkins protestou com seu chefe sobre dar a Tacho Somoza ('aquele F.D.P.'), o tratamento de tapete vermelho, o presidente Roosevelt teria respondido: 'Ah, mas Harry, ele é nosso F.D.P.' (pp. 2-3)

Nota de rodapé: No final de 1930, os governos no poder na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela, México e vários países do Caribe estavam sob o controle de ditadores militares ou sob forte influência militar. Em meados da década de 1950, o mesmo ocorreu na Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Haiti e grande parte da América Central. Em 1954, por exemplo, 13 das 20 repúblicas eram controladas pelos militares. (p. 3)

10. Nas oito intervenções militares mais recentes há certamente muito que pode ser criticado. No geral, no entanto, e quando comparados com seus predecessores civis, a maioria desses governos militares teve um desempenho bastante credível. Em três casos – Brasil e Bolívia (em 1964) e Argentina (1966) – os líderes militares tomaram o poder com relutância e somente depois que seus predecessores civis revelaram pouca capacidade de lidar com problemas nacionais básicos, incluindo ameaças crescentes à estabilidade política e econômica. Em todos os três, os regimes militares usaram uma abordagem pesada, mas nenhum recorreu ao tipo de tática de Estado policial usado pelo governo Paz Estenssoro, que foi derrubado na Bolívia. E em cada um desses países o governo militar empreendeu programas de reforma econômica há muito atrasados, sobre os quais seus predecessores civis fizeram pouco mais do que falar. Em três outros casos – Peru (1962), Equador (1963) e Guatemala (1963) – os líderes militares tomaram o poder, em caráter provisório, para corrigir situações que consideravam intoleráveis. Nestes três, a intervenção militar pouco fez para resolver problemas básicos, mas os líderes militares estão apoiando as autoridades civis a quem devolveram ou abriram mão do poder. (pp. 10-11)

6. Brasil (abril de 1964) – Os militares brasileiros afastaram o presidente João Goulart porque suas ações ameaçavam a disciplina militar e as instituições brasileiras. As administrações controladas pelos militares realizaram reformas econômicas extremamente necessárias, mas não foram capazes de fazer progressos semelhantes em problemas políticos. Quando o presidente João Goulart do Brasil foi removido por um golpe militar apoiado por civis, o reconhecimento dos EUA não demorou muito. Embora Goulart fosse um presidente constitucional, sua conduta desastrosa de governo levou o país à beira do desastre econômico e alienou um amplo espectro de opinião que normalmente se opõe à intervenção militar na política. Sua inclinação para táticas demagógicas e conselheiros de extrema esquerda também despertou os temores de líderes anticomunistas no Brasil e no exterior. Quando Goulart interveio para anular medidas disciplinares militares que haviam sido impostas a alistados para agitação política em seu apoio, os líderes militares anti-Goulart usaram sua ação para unir o *establishment* militar contra ele.

Após a destituição de Goulart, o governo militar brasileiro realizou um extenso expurgo dos líderes políticos do país, extinguiu os partidos políticos e organizou novos. Também empreendeu medidas econômicas impopulares, mas extremamente necessárias, para reverter a queda da economia e restaurar a solvência fiscal. A forma de governo constitucional foi mantida, mas o estabelecimento militar continua sendo o *locus* do poder político; um segundo general sucedeu o primeiro na presidência e as eleições são cuidadosamente controladas para manter a oposição

impotente. Após quase quatro anos de governo responsável pelos militares, no entanto, as chances são de que a retirada dos militares da política pode ser seguida por um retorno ao tipo de regime civil que produziu os problemas econômicos e conflitos políticos que levaram à tomada do poder pelos militares em primeiro lugar. (pp. 24-25)

138. O documento apresentado logo abaixo, que já foi abordado em outras seções da tese, tem o código: CIA-RDP79-00927A006400080003-3 (Doc. 50), é datado de 24/05/1968 e tem o título: '*Brazil Under Costa e Silva*'.

Política externa – Embora o Brasil mantenha sua visão basicamente pró-Occidente, a política externa do governo Costa e Silva mudou para uma postura mais independente. O ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto⁴⁴⁶ – um político astuto com fortes ambições presidenciais – é o principal arquiteto desse novo visual. Ele pressionou por posições mais nacionalistas, avaliando com precisão seu apelo popular aos brasileiros que acreditam que seu país está no limiar do status de grande potência. Esse nacionalismo crescente é aguçado por um sentimento de insatisfação com a falta de progresso do Brasil e pelo medo de que o Brasil pode ser sempre a terra do futuro.

Um dos sinais mais proeminentes do crescente nacionalismo é a forte ênfase no desenvolvimento nuclear. O Brasil se opôs consistentemente ao projeto de tratado de não proliferação nuclear, alegando que relegaria o Brasil para sempre ao status de segunda classe. O ministro das Relações Exteriores afirmou repetidamente que seu país não aceitará nenhuma limitação em seu programa de desenvolvimento de energia nuclear, incluindo seu direito de desenvolver dispositivos explosivos nucleares pacíficos.

Outras mudanças na política externa também ocorreram. Por exemplo, o governo recuou da posição de Castello Branco de apoio aberto ao esforço dos EUA no Vietnã. Em vez disso, o chanceler declarou a posição do Brasil como de 'completa neutralidade'. Nos assuntos hemisféricos, o Brasil perdeu o entusiasmo pelo conceito de Força Interamericana de Paz e, em vez disso, prega o desenvolvimento econômico e social como o melhor remédio para os males do Hemisfério. O ministro das Relações Exteriores não é favorável a sanções fortes contra Cuba e, de fato, gostaria de restabelecer as relações, se fosse politicamente conveniente.

O Brasil mantém relações diplomáticas com a URSS e todos os países comunistas do Leste Europeu, exceto a Alemanha Oriental, que tem missões comerciais no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Brasil está buscando expandir seu comércio com o bloco soviético, que recebe cerca de 6% de suas exportações totais anualmente. Em 1966, o Brasil e a URSS concluíram um contrato de crédito de US\$ 100 milhões, mas nenhum crédito ainda foi usado.

O novo visual da política externa brasileira resultou em algum esfriamento nas relações Brasil-EUA, que eram incomumente próximas durante o regime de Castello Branco. Houve inúmeras explosões de sentimento anti-EUA e, embora a maioria dos brasileiros mantenha sua boa vontade para com o povo americano, há suspeitas crescentes das intenções do governo

⁴⁴⁶ José de Magalhães Pinto (1909 -1996) (CPDOC/FGV
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>).

dos EUA. A política externa brasileira provavelmente divergirá com mais frequência da dos EUA, mas os atritos inevitáveis devem se mostrar toleráveis. (pp. 7-8)

139. Uma nova contribuição é descrita abaixo, oriunda do documento com título: ‘*Political Violence in Latin America*’, de código: CIA-RDP79R00967A001400030003-1 (Doc. 69) e data 13/10/1971. Produzido pelo ‘*Office of National Estimates*’, contendo 83 páginas sanitizadas em alguns pontos, sua única classificação foi ‘*Official Use Only*’, tendo sido liberado em 07/03/2007.

Este memorando, que enfatiza as implicações internacionais da violência política endêmica da América Latina, pode ser de interesse dos membros do Conselho. Baseia-se nos documentos que preparei no início do ano para os seminários sobre violência política do Instituto de Estudos Estratégicos⁴⁴⁷. O último capítulo é um resumo das minhas opiniões sobre o assunto, filtradas pela distância e inocência dos materiais atuais. (p. 1)

III. O RECORDE DOS ANOS 60: INSURGÊNCIAS E GOLPES – 41. Mais do que qualquer mudança na frequência, as mudanças nas causas e nos tipos de violência política na América Latina parecem diferenciar os anos sessenta do registro das décadas anteriores. Enquanto as insurgências de guerrilha eram raras antes da campanha de Castro, mais de uma vintena de tentativas de duplicar esse sucesso foi montada durante a década de 1960. Nenhum o fez, embora vários ainda estejam em campo tentando. Houve também mais de uma vintena de tentativas de golpes militares; 17 conseguiram alterar a sucessão presidencial, afetando 10 países. Essas estatísticas de golpe são um pouco mais baixas do que a média das décadas de 1940 e 1950. Mas muito mais significativos, no Brasil, Argentina e Peru respectivamente a primeira, terceira e quinta repúblicas mais populosas – os golpes dos anos sessenta levaram ao estabelecimento do comando direto dos militares como uma instituição em bases mais ou menos indefinidas. (p. 34)

56. O processo de combate militar era muitas vezes igualmente simples. Mesmo exércitos que tinham pouca experiência de combate, e talvez pouco poder de permanência se as coisas ficassem difíceis, não foram muito testados por grupos guerrilheiros que não tinham experiência de combate e enfrentaram grandes dificuldades para criar raízes. Vários grupos de insurgência foram exterminados logo depois que surgiram como combatentes. Logo depois de tomar o poder em 1959, Castro patrocinou ou sancionou expedições de obstrução ao Panamá, República Dominicana e Haiti que foram destruídas ou dispersadas ao desembarcar (um destino que Castro escapou por pouco quando desembarcou em Cuba, vindo do México, em 1956). As tentativas dos revolucionários de colocar grupos de campo no norte da Argentina (1963), no sul do Brasil (1964) e no centro do Peru (1965) duraram apenas o tempo que os militares levaram para alcançar e vasculhar a zona de combate. A fase de luta da famosa aventura de guerrilha de Guevara na Bolívia (1967) durou pouco mais de seis meses. (p. 45)

60. Alguns observadores otimistas esperavam que o advento da década de 1960 desse início a uma era de relativamente pouca participação para os

⁴⁴⁷ Possivelmente: *International Institute for Strategic Studies* (IISS <<https://www.iiss.org/>>).

militares na política na América Latina. De fato, parecia haver um ‘Crepúsculo dos Tiranos’ como consequência da retirada do poder da maioria dos homens-fortes militares da década de 1950: General Perón na Argentina, General Rojas Pinilla⁴⁴⁸ na Colômbia, General Batista⁴⁴⁹ em Cuba, General Trujillo na República Dominicana, General Pérez Jiménez⁴⁵⁰ na Venezuela. No entanto, no final da década, a influência dos militares na política havia se recuperado fortemente. Os militares como instituição governaram mais ou menos diretamente na Argentina, Bolívia, Brasil, Panamá e Peru; enquanto na República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai e El Salvador o Presidente da República era um oficial militar ou um civil preocupado mais ou menos regularmente com o temperamento político das Forças Armadas. Os militares também desempenham um papel proeminente em Cuba, onde é difícil decidir se Castro é essencialmente um governante militar ou civil. Chile, Colômbia, Uruguai e talvez Venezuela agora têm tradições bastante bem estabelecidas de dominação civil dos militares, embora em períodos de forte tensão política ainda possam surgir preocupações sobre uma possível intervenção militar, como foi o caso durante as eleições presidenciais de 1970, tanto no Chile quanto na Colômbia. Isso deixaria o México, que tem uma tradição firmemente estabelecida de dominação civil, e a Costa Rica, que desfez suas forças militares há cerca de 20 anos. (pp. 48-49)

67. Essa [ideia que se pode intervir nos governos civis para endireitar os rumos] é mais ou menos a lógica por trás dos governos militares que agora governam no Brasil (desde 1964), Argentina (desde 1966) e Peru (desde 1968). É, obviamente, uma interpretação idealizada e egoísta, mas não tanto pelo que inclui quanto pelo que omite. Em cada caso, os militares estavam preocupados com um mal-estar político crescente, dificuldades econômicas crescentes e tensões sociais crescentes que eles viam como ameaças tanto às perspectivas de desenvolvimento nacional quanto à integridade do caráter e das instituições nacionais. Eles acreditavam que a inépcia e o partidarismo excessivo por parte dos líderes políticos civis, bem como o egoísmo e a miopia das elites sociais e econômicas em geral, poderiam produzir um colapso descontrolado da ordem social existente e abrir caminho ao poder para grupos extremistas sem princípios e demagogos. Os militares, ademais, acreditavam que tinham treinamento, estrutura institucional e vontade de colocar em prática as mudanças necessárias para estimular o desenvolvimento e o progresso nacional sem desordem indevida e perturbação.

68. Mas em todos os três países também havia medo (se não também ódio) de um determinado grupo político cujo controle real ou futuro do governo ameaçava o papel independente dos militares como árbitros do interesse nacional: os peronistas na Argentina, os herdeiros políticos do ditador Getúlio Vargas no Brasil (isto é, os getulistas) e os apristas no Peru (apoiadores do perene candidato presidencial Victor Raul Haya de la Torre⁴⁵¹). Além disso, havia oficiais individuais, incluindo alguns

⁴⁴⁸ Gustavo Rojas Pinilla (1900 - 1975) - foi ditador na Colômbia de 1953 a 1957 (GARCÍA - VILLAMARÍN, 2017).

⁴⁴⁹ Fulgencio Batista Zaldívar (1901 - 1973) presidente eleito de Cuba (1940 e 1944) e ditador de 1952 a 1959 (ARGOTE-FREYRE, 2006).

⁴⁵⁰ Marcos Pérez Jiménez (1914 - 2001) presidente da Venezuela de 1952 a 1958 (MANRIQUE, 2005).

⁴⁵¹ Víctor Raúl Haya de la Torre (1895 - 1979) Fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) (LA FUENTE, 2007).

proeminentes nos estágios iniciais da conspiração do golpe, que estavam interessados em melhorar seu status pessoal ou poder por meio de uma mudança de governo. (...) (pp. 54-55)

75. Nos raros casos em que os Estados Unidos pareciam acolher um golpe militar – principalmente no Brasil em 1964 – esse fato provavelmente facilitou a execução do golpe. Quando Washington decidiu que não poderia mais cooperar com o governo Goulart, a redução da assistência econômica e outras evidências de estranhamento contribuíram para a polarização das forças políticas que precipitaram o golpe. Com o tempo, garantias privadas de uma retomada de relações próximas foram, sem dúvida, trocadas entre representantes do governo dos EUA e os conspiradores militares e civis. O fator decisivo, de longe, no entanto, foi a percepção pela maioria dos oficiais superiores e por um amplo espectro de grupos civis influentes do perigo para seus interesses especiais e para o bem-estar nacional representado pelas políticas de Goulart. Dito de outra forma, uma vez que as elites militares e civis decidiram que Goulart deveria ser destituído do cargo, seria necessária uma intervenção maciça e direta dos Estados Unidos para conter o golpe por muito tempo – sem dúvida muitas vezes o número de tropas usadas na intervenção dominicana no ano seguinte. (p. 60)

82. A política soviética teve um certo grau de sucesso mesmo antes de sua impressionante reivindicação no Chile em 1970, que viu a eleição de um governo marxista com forte participação do partido comunista. No início da década de 1960, a União Soviética mantinha relações diplomáticas apenas com Argentina, México e Uruguai. Cuba foi adicionada em 1960, e depois seguiu todas as repúblicas sul-americanas, exceto o Paraguai: Brasil em 1961; Chile em 1965; Colômbia em 1968; Peru em 1969; e Bolívia, Equador e Venezuela em 1970. A promoção de linhas de comércio e ajuda, bem como intercâmbios culturais também caracterizavam a abordagem soviética.

E embora as relações econômicas e diplomáticas fossem caracterizadas por uma cautela considerável, elas demonstraram o novo alcance da União Soviética como potência mundial.

Curiosamente, os soviéticos trabalharam para manter todas as linhas estabelecidas abertas, mesmo quando governos militares chegaram ao poder e usaram medidas rigorosas, às vezes draconianas, contra as forças revolucionárias locais (por exemplo, no Brasil). (p. 65)

102. Pelo menos por um tempo, os insurgentes revolucionários provavelmente continuarão a se concentrar no terrorismo urbano como tática. Isso geralmente lhes fornecerá uma poderosa força disruptiva, mas não necessariamente uma estratégia revolucionária eficaz. A força da ruptura poderia produzir polarização política, como no Uruguai; um estado de guarnição, como no Brasil; ou uma guerra civil incipiente como na Guatemala. Mas se o governo permanecer razoavelmente resiliente, ainda terá uma boa chance de prevalecer, mesmo que apenas prometendo mais para as massas e ao mesmo tempo apertando os parafusos contra os revolucionários. O maior perigo de ruptura do sistema, como sempre, será nos países menores e menos sofisticados, onde os governos, em crise, podem contar apenas com a repressão: por exemplo, República Dominicana, Haiti e Guatemala. Na Bolívia, o colapso dos militares por faccionalismo e indecisão também poderia oferecer uma oportunidade especial aos grupos revolucionários, se eles pudessem evitar as mesmas tendências. (pp. 80-81)

105. É improvável que Cuba continue a ser o segundo país mais significativo na mesma proporção que na década de 1960. Brasil, Chile e Peru, se conseguirem lidar com os problemas nacionais, provavelmente se tornarão os modelos para as forças de mudança nos países vizinhos. Além disso, haveria alguma chance de intervenção direta de Brasil e Argentina em uma crise uruguaia e de Argentina e Peru em uma crise chilena. (p. 83)

140. Este novo documento, de código: CIA-RDP79R00967A000400020007-9 (Doc. 66), data 01/12/1971 e título: *'The New Order in Brazil'*, foi dividido e encontra-se em partes em outras seções.

IV. Relações Exteriores – 21. O governo brasileiro, confiante de que está arrumando rapidamente sua própria casa, começa a dar muito mais atenção às relações exteriores. Médici e outros em seu governo estão convencidos de que o Brasil está rapidamente se tornando uma grande potência mundial e deve desempenhar um papel, tanto dentro quanto fora da América Latina, compatível com seu tamanho e destino. Uma característica importante desse impulso nacionalista é o desejo de demonstrar a independência do Brasil de todas as potências externas, especialmente dos EUA.

22. O presidente Médici não compartilha a disposição de alguns de seus predecessores de seguir a liderança dos EUA nos assuntos mundiais. Isso ocorre em parte porque o corpo de oficiais brasileiro como um todo está se tornando mais nacionalista. Os generais, como Castello Branco, que lutou com o Exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial, não estão mais no comando. Além disso, o Brasil não é mais tão dependente da assistência econômica dos EUA. Ao longo do último ano, o Brasil esteve em conflito com os EUA em várias questões específicas: o fornecimento de equipamentos militares avançados para as forças armadas brasileiras; política comercial em áreas como têxteis, café e taxas de frete marítimo; a extensão brasileira de suas águas territoriais para 200 milhas; e críticas generalizadas nos EUA ao governo brasileiro como repressivo e autoritário.

23. Uma possível área futura de atrito é a atitude do Brasil em relação ao investimento estrangeiro. Alguns setores da economia são propriedade do governo há vários anos (principalmente petróleo e serviços públicos); outros são reservados para empresas nativas brasileiras. O governo incentiva o investimento estrangeiro em indústrias como a siderúrgica, onde a tecnologia e o capital estrangeiros são necessários. Mas muitos brasileiros ainda veem a própria superioridade do estrangeiro em tecnologia e financiamento como uma ameaça às empresas nacionais. As *joint ventures* estão na moda agora, mas a hostilidade ao capital estrangeiro provavelmente crescerá com o tempo. Os investimentos dos EUA, que agora totalizam cerca de US\$ 1,7 bilhão, seriam particularmente vulneráveis, devido ao seu tamanho e visibilidade.

24. As autoridades brasileiras também estão tentando desempenhar um papel maior nos assuntos latino-americanos em geral. O regime intensificou os contatos bilaterais com a maioria dos governos latino-americanos em um esforço para alinhar apoio e exercer liderança continental. O regime Médici ficou encantado com o golpe mais recente na Bolívia e foi rápido em ajudar o novo governo de direita. O Brasil assumiu a liderança em vários fóruns interamericanos e internacionais sobre questões de comércio e limites marítimos territoriais. Em algumas

questões, no entanto, o Brasil foi rejeitado nas reuniões da OEA, e seu destaque está despertando considerável desconforto em outros países latinos igualmente preocupados com sua independência e soberania. Os peruanos, por exemplo, estão nervosos com o programa Transamazônico do Brasil, enquanto a Argentina está competindo com o Brasil por influência no Paraguai, Bolívia e Uruguai. (pp. 15-17)

32. Os militares brasileiros provavelmente adotarão uma linha cada vez mais nacionalista e independente nas relações exteriores. Os EUA vão considerá-los mais delicados e difíceis de lidar nos próximos anos, especialmente em questões comerciais. Os empresários norte-americanos no Brasil terão o desafio de fazer novos acordos com as autoridades brasileiras e, em alguns casos, encontrar formas de se desfazer [dos negócios] sem perder suas camisas [dólares investidos]. Ao mesmo tempo, o Brasil terá um papel maior nos assuntos hemisféricos. É improvável que o Brasil intervenha abertamente nos assuntos internos dos vizinhos, mas o regime não deixará de usar a ameaça de intervenção ou ferramentas de diplomacia e ação política para manter amigos no cargo ou colocá-los lá em países como Uruguai e Bolívia. A assertividade do Brasil no continente pode levar outros governos latinos a trabalharem juntos para resistir às pressões do emergente Colosso. (pp. 21-22)

141. Em seguida tem-se o documento código: CIA-RDP79R00967A000500020006-2 (Doc. 67), datado de 25/08/1972 e com título: *'Some Thoughts on National Rivalries and Increasing Tensions in South America'*. Suas 20 páginas foram produzidas no *'Office of National Estimates'* em cooperação com a CIA, tendo como destino o Diretor da CIA, o Departamento de Estado, Secretaria do Tesouro, *National Security Council* (NSC), *Council on International Economic Policy* (CIEP), *Deputy Director of the Central Intelligence* (DDCI). Houve alguma sanitização, e sua condição de memorando secreto teve fim em 07/03/2007.

NOTA – Muita atenção tem sido dada, em recentes NIEs⁴⁵² e outros relatórios de inteligência, ao ressurgimento do nacionalismo nos países sul-americanos e ao seu impacto nas relações com os EUA; relativamente pouco foi dito sobre as implicações para as relações entre os próprios países sul-americanos. Aqui exploramos as rivalidades nacionais e as alianças cambiantes no continente a partir do segundo ponto de vista, enfatizando as mudanças em curso no equilíbrio regional. Apesar da crescente tendência de muitas nações sul-americanas de cooperar em certos assuntos de benefício mútuo (como as políticas econômicas em relação ao mundo desenvolvido), prevemos um período de tensões crescentes na área. (p. 4)

1. Por uma série de razões, as rivalidades e tensões nas relações dos países sul-americanos entre si provavelmente aumentarão. O desenvolvimento econômico lento e desigual na área é frustrante para os líderes fortemente preocupados com o desenvolvimento como uma meta nacional chave. A instabilidade interna de algumas nações aumentou a tendência de seus líderes culparem forças externas por seus problemas e

⁴⁵² *National Intelligence Estimates*.

buscarem bodes expiatórios externos. Há discordância entre os sul-americanos sobre até que ponto e com que rapidez o papel dos EUA na área deve ser reduzido. Ao mesmo tempo, o poder crescente do Brasil e a política energética estão perturbando o tradicional equilíbrio de poder. E queixas históricas, disputas de fronteira, rivalidades tradicionais, diferenças culturais e ideológicas ainda são importantes.

2. Para muitos de fora, as semelhanças entre os países sul-americanos parecem mais impressionantes do que as diferenças. Os habitantes dessas nações, no entanto, estão muito conscientes da extrema diversidade da região. O grande tamanho do Brasil e sua herança afro-lusitana conferem-lhe uma posição única na América do Sul. As nações mais europeizadas e caucasianas (Chile, Uruguai e Argentina) consideram-se muito superiores às nações formadas por ‘analfabetos mestiços’ – quer dizer, entre outros, Brasil, Peru e Bolívia. O sentimento é recíproco: a maioria das nações ao norte despreza os sulistas arrogantes e condescendentes, cujas jactâncias parecem estar muito à frente de suas realizações. Essa antipatia mútua não impede uma certa cooperação entre os países, mas gera pequenas brigas e torna maiores as pequenas divergências.

3. Diferenças na ideologia e na organização política dos regimes ocasionalmente também foram importantes fontes de atrito. [Sanitizado] Os governos militares em um país tendiam a sentir certa afinidade com os governos militares em outros e a desconfiar dos governos civis. As atuais diferenças de estilo institucional – civil versus militar, socialista versus capitalista, ditadura versus democracia e até militar-populista versus militar-conservador contribuíram para renovar as tensões. Por exemplo, o advento da administração de Allende⁴⁵³ no Chile preocupou vários outros governos. Allende, por sua vez, ficou bastante preocupado quando o regime de esquerda do general Torres⁴⁵⁴ na Bolívia foi derrubado em 1971 por oficiais de direita apoiados pela Argentina e pelo Brasil.

4. No entanto, as alianças geralmente são formadas por motivos geográficos e não por motivos culturais ou ideológicos. Cada país sul-americano sempre suspeitou ou temeu seus vizinhos imediatos e buscou apoio político e militar em nações mais distantes. A tradicional rivalidade entre Argentina e Brasil, baseada no desejo de cada país de dominar o Cone Sul, contribuiu, até bem recentemente, para um equilíbrio de poder difícil. O Brasil, que faz fronteira com todos os países sul-americanos, exceto Chile e Equador, teve sérias disputas de fronteira com cada um de seus vizinhos. Seu aliado tradicional tem sido o Chile – uma conexão irônica, dadas as suspeitas mútuas entre os governos dos dois países hoje. Peru e Bolívia têm sido hostis ao Chile por mais de um século, e os problemas de fronteira entre Argentina e Chile têm aparecido com frequência. A Argentina tem laços estreitos, embora paternalistas, com o Peru desde que San Martín⁴⁵⁵, um argentino, ajudou a libertar o Peru na década de 1820. Embora as alianças tenham mudado ao longo dos anos, Argentina, Peru e Bolívia foram aliados com mais frequência, geralmente contra Brasil e Chile. (pp. 5-7)

5. (...) Brasil e Argentina brigaram pelo Uruguai e estiveram perto de romper relações em outras ocasiões. Todos esses três países lutaram contra o Paraguai em um conflito longo e especialmente sangrento que eliminou

⁴⁵³ Salvador Guillermo Allende Gossens (1908 - 1973) governou o Chile de 1970 a 1973 (CORVALÁN, 2003).

⁴⁵⁴ Juan José Torres Gonzáles (1920 - 1976) presidente da Bolívia entre 7 de outubro de 1970 e 21 de agosto de 1971 (WAGNER, 1986).

⁴⁵⁵ José Francisco de San Martín y Matorras (1778 - 1850) (GISBERT, 2009).

quase todos os homens paraguaios adultos. Na década de 1930, o Paraguai havia se recuperado o suficiente para derrotar a Bolívia. (p. 8)

7. (...) Alguns até acreditam que os EUA já nomearam o Brasil como guardião da estabilidade latina e principal defensor contra mudanças radicais. (p. 9)

8. Certamente o desenvolvimento mais dramático nos últimos anos foi o despertar do Brasil. Uma combinação rara na América do Sul nos dias de hoje – uma economia em expansão e estabilidade política doméstica – convenceu os líderes do Brasil de que sua própria casa está em ordem e que eles estão prontos para desempenhar um papel maior nos assuntos latino-americanos e mundiais. A visita do presidente Médici⁴⁵⁶ a Washington em dezembro de 1971 ajudou a persuadir os brasileiros e outros latino-americanos de que os Estados Unidos haviam de fato concedido ao Brasil o manto de liderança na região. O governo brasileiro vê como parte de sua missão prestar assistência a países que parecem estar em dificuldades políticas ou econômicas, particularmente se parecem ameaçados por radicais marxistas ou outros esquerdistas.

9. Em parte, como consequência, o Brasil desenvolveu um extenso programa de ajuda próprio. Está prestando assistência econômica a 12 países latino-americanos e assistência militar a vários. No Uruguai e na Bolívia, essa assistência inclui apoio e treinamento de contra insurgência, porque os brasileiros consideram esses governos especialmente inseguros e vulneráveis à subversão radical. Embora satisfeitos com a ajuda do Brasil, alguns dos beneficiários desconfiam do doador e ficam irritados com sua atitude paternalista. Para alguns, o medo da dominação brasileira já pode corresponder em intensidade aos seus medos dos EUA. E a Argentina, invejosa do prestígio crescente do Brasil e também preocupada com a influência radical de seus vizinhos, ampliou seu apoio ao Uruguai, Bolívia e Paraguai – os países ‘tampão’ que têm sido uma arena de competição entre os dois gigantes do Cone Sul por mais de um século.

10. Além de seu impacto nas relações externas, o crescente poderio econômico do Brasil está despertando considerável preocupação em termos econômicos. A América do Sul tornou-se um mercado cada vez mais importante para os produtos manufaturados brasileiros, mas os novos parceiros comerciais do Brasil podem oferecer relativamente pouco em troca. O fato de o Brasil vender muito mais produtos para a Argentina do que comprar ajuda a explicar por que as relações entre as duas nações são tão delicadas nos dias de hoje. Os pecuaristas uruguaios acham mais lucrativo e eficiente contrabandear seus rebanhos através da fronteira para o Brasil do que vendê-los a preços uruguaios. As autoridades uruguaias estão cientes do contrabando, mas não conseguem impedi-lo, pelo menos em parte porque o governo brasileiro se recusa a se envolver.

11. A competição pelos recursos naturais é outro fator subjacente às tensões regionais. Os argentinos estão furiosos com os projetos hidrelétricos brasileiros, previstos para os rios que eventualmente desaguam na Argentina. Tanto o Brasil quanto a Argentina procuram os Estados ‘tampão’ para acesso a recursos e mercados potenciais. Ao mesmo tempo, as disputas territoriais no extremo norte da América do Sul ganharam nova importância devido à descoberta de recursos naturais ao longo das fronteiras e a perspectiva de que mais serão encontrados.

⁴⁵⁶ Emílio Garrastazu Médici (1905 - 1985) Presidente do Brasil de 1969 a 1974 (RODRIGUES, 2007).

Depósitos substanciais de petróleo foram descobertos, por exemplo, na área próxima às fronteiras do Peru e do Equador.

[Sanitizado]

12. No último ano, aproximadamente, a atividade diplomática na América do Sul adquiriu um novo entusiasmo. Chefes de Estado e seus chanceleres andam de um lado para o outro – se perguntando o que fazer com o ‘problema do Brasil’, o ‘problema do Chile’ e o que eles veem como o novo papel dos EUA (desengajamento político, incentivo tácito de um Brasil ativista e uma política econômica nacionalista). Ocasionalmente, essas visitas pioraram as relações, por exemplo, as visitas do presidente Lanusse⁴⁵⁷ ao Brasil em março de 1972, que não resolveram nenhum dos conflitos bilaterais entre as duas nações e, na verdade, adicionaram algumas queixas pessoais. Por outro lado, as conversas de Lanusse com o chileno Allende foram cordiais e produtivas o suficiente para incomodar os brasileiros.

Perspectivas e Implicações – 13. A combinação de ameaças reais e imaginárias tenderá a manter altas as tensões na América do Sul. A tendência de alguns governos de se envolverem nos assuntos internos de outros provavelmente se tornará mais pronunciada. O Brasil tem um crescente programa de [Sanitizado] atividades voltadas para os seus vizinhos do sul e ao Chile. Tanto os argentinos quanto os chilenos desconfiam especialmente do Brasil e provavelmente se tornarão cada vez mais críticos dessas atividades.

14. A orientação geral das forças armadas na área continuará sendo uma preocupação particular. Assim, os líderes argentinos e uruguaios continuarão a ser intimidados até certo ponto pelas formidáveis forças que o Brasil mantém ao longo de sua fronteira sul. Os líderes militares peruanos, quase paranoicos em relação às compras militares chilenas, continuarão a organizar suas forças armadas na suposição de que um dia o Peru terá que lutar novamente contra o Chile. Os peruanos também estão nervosos com a construção da rodovia Transamazônica no Brasil, porque ela representa uma extensão do poder militar e econômico do Brasil – na verdade, uma nova ameaça que perturba o *status quo*. (pp. 9-13)

16. Vários líderes do continente estarão manobrando, tentando criar novos alinhamentos e relacionamentos, principalmente por causa do crescente poder e mudança de papel do Brasil. Algumas nações provavelmente buscarão aumentar os laços políticos, econômicos e militares com o Brasil como forma de proteção contra outros países. Os governos da Colômbia e da Guiana aparentemente acreditam que tendo o Brasil como forte aliado não estariam vulneráveis à pressão militar da Venezuela. Outros países, no entanto, já falam em montar uma espécie de cordão de segurança para conter o novo espírito missionário do Brasil. Há indícios de que, apesar de suas diferenças ideológicas e suspeitas mútuas, a Argentina está se aproximando do Chile na esteira da recente assertividade do Brasil. Se então, esse seria mais um sinal de que as preocupações com o equilíbrio de poder na área ainda pesam muito.

17. As autoridades brasileiras estão cientes dessas agitações e tentarão convencer os vizinhos do Brasil de sua benevolência. Os diplomatas do Brasil, provavelmente os mais habilidosos da América do Sul, estarão [Sanitizado] exercendo liderança e influência. Mas eles provavelmente não podem ter as duas coisas. Quanto mais o Brasil conseguir se afirmar, mais

⁴⁵⁷ Alejandro Agustín Lanusse Gelly (1918 - 1996) presidente da Argentina de 1971 a 1973.

resistência vai despertar. Ironicamente, à medida que o Brasil se torna a nação dominante no continente, é provável que se veja cada vez mais objeto do tipo de animosidade que os EUA sofreram por tanto tempo como o Colosso do Norte. (pp. 14-15)

142. O próximo documento, código: CIA-RDP79T00975A024400020001-8 (Doc. 87), datado de 04/05/1973 e título: '*Central Intelligence Bulletin*', não informa origem ou destino. Suas 13 páginas estão sanitizadas, havendo omissão de algumas delas. Sua classificação foi secreta até 27/08/2003.

BRASIL-PARAGUAI – Brasília e Assunção concordaram em construir a maior hidrelétrica do mundo, apesar das objeções da Argentina. Buenos Aires teme que o complexo de Itaipu, como planejado atualmente, possa comprometer as barragens que planeja construir no baixo rio Paraná. A polêmica reduziu as relações entre Brasil e Argentina ao ponto mais baixo em alguns anos. Como parte do acordo da usina, o Brasil ofereceu ao Paraguai melhores saídas para suas exportações, e o Brasil comprará quase toda a metade paraguaia da energia de Itaipu. Isso provavelmente faria do Paraguai o maior exportador mundial de energia elétrica. [Sanitizado] (p. 12)

143. Agora temos o documento de código CIA-RDP85T00875R002000120044-5 (Doc. 125), datado de 04/09/1973 e intitulado '*The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina*'. Este memorando foi produzido pelo '*Office of National Estimates*', não havendo indicação de destino. Suas 12 páginas sofreram sanitização antes de sua liberação em 08/02/2007.

A intensificação da rivalidade entre Brasil e Argentina pela liderança da América do Sul, estimulada pela volta ao poder de Juan Perón, poderia produzir periódicas escaramuças das fronteiras, bem como confrontos diplomáticos e políticos em diversas frentes. A rivalidade complicará as relações dos EUA com os dois países e com a região como um todo. O principal desafio para os EUA será manter laços cordiais e produtivos com o Brasil, evitando que a Argentina se torne um inimigo implacável dos EUA e uma força para levar todas as nações hispano-americanas nessa direção.

1. A retomada do poder de Juan Perón na Argentina é um pesadelo tornado realidade para os líderes militares do Brasil. Eles não se davam bem com os outros chefes da Argentina, mas pelo menos estavam felizes em ver o movimento peronista excluído do governo. A vitória peronista nas urnas foi uma surpresa desagradável para os brasileiros e, agora que o próprio Perón está pronto para reassumir a presidência, os brasileiros estão especialmente preocupados. Eles desprezam Perón e o que ele representa, em particular seu nacionalismo antibrasileiro, sua demagogia e sua crença em um poderoso movimento trabalhista. Os brasileiros estão preocupados com as implicações de segurança de terem um inimigo implacável de volta ao poder ao lado e as implicações das atitudes políticas peronistas contagiando a população brasileira. Por sua vez, Peron despreza os brasileiros e se ressentido das conquistas dos últimos anos. Em certas

questões, Perón pode ter se tornado mais calmo e cauteloso ao longo do tempo, mas sua firme convicção de que a Argentina deve desafiar o Brasil pela liderança na América do Sul aparentemente não diminuiu.

2. Não é preciso muito para reacender a amarga rivalidade entre Argentina e Brasil. Com efeito, as duas populações têm pouco em comum, exceto sua fronteira. A Argentina, com sua cultura espanhola, população de origem europeia e sofisticação cosmopolita, contrasta fortemente com a herança afro-portuguesa, a população multirracial e a cultura local do Brasil. A Argentina tem uma enorme classe média e uma taxa de alfabetização de mais de 90%. A classe média do Brasil é pequena, embora esteja crescendo, e a taxa de alfabetização no Brasil está pouco acima de 50%. Os brasileiros consideram os argentinos altivos, paternalistas e racistas; os argentinos veem os brasileiros como mestiços e incultos. Eles são inimigos clássicos.

3. Por mais de um século, o curso da diplomacia argentino-brasileira tem sido uma longa luta pela liderança no continente. Eles travaram duas guerras pelo Uruguai no século XIX e, embora não tenham entrado em confronto desde então, quase invariavelmente fizeram parte de alianças opostas. Por razões geopolíticas, a Argentina tem se aliado mais frequentemente com o Peru, enquanto o Brasil tem visto seus interesses geralmente coincidirem com os de Chile. Os chamados Estados-tampão entre Brasil e Argentina (Bolívia, Paraguai e Uruguai) têm sido os principais alvos das diversas disputas de poder.

4. Durante os anos do primeiro governo Peronista (1946-1955), a Argentina tinha clara superioridade na área econômica e era de longe a potência predominante no cone sul da América do Sul. Este não é mais o caso. A economia do Brasil está crescendo e suas exportações industriais estão se expandindo rapidamente. A Argentina está sofrendo com um padrão frustrante de crescimento *stop and go* e inflação alta. Além disso, a estabilidade política imposta pelos militares ao Brasil contrasta fortemente com as manobras caóticas da política argentina. O dinamismo e a autoconfiança que o acompanha têm levado a mudanças significativas em suas relações com seus vizinhos.

5. O Brasil usou seu novo poder econômico e energia política para se tornar o principal poder externo no Uruguai, Paraguai e Bolívia. Em maio de 1973, Brasil e Paraguai concordaram em construir a maior usina hidrelétrica do mundo em Itaipu, apesar das fortes objeções da Argentina. O Brasil ofereceu ao Paraguai melhores saídas para suas exportações e prometeu comprar quase toda a energia gerada pela participação do Paraguai no complexo. Os argentinos, preocupados em colocar em risco as barragens no baixo rio Paraná, simplesmente não conseguiram igualar a oferta do Brasil. Nos últimos meses, o Brasil também fortaleceu seus laços econômicos e políticos com a Bolívia. O Brasil concordou em construir uma siderúrgica na Bolívia e um gasoduto de Santa Cruz a São Paulo e o presidente da Bolívia, Banzer⁴⁵⁸, temendo que a amizade do governo argentino não possa mais ser contada com a volta de Perón ao poder, concordou em se aproximar diplomaticamente do Brasil. No Uruguai, os brasileiros têm laços estreitos com o Exército, em parte por causa da assistência anterior para lidar com os terroristas Tupamaro.

6. As rodovias transamazônicas, além de abrirem novas perspectivas de crescimento econômico, projetam a influência brasileira para a Venezuela, as Guianas e a Colômbia. E o Brasil fez propostas para todos

⁴⁵⁸ Hugo Banzer Suárez (1926 - 2002) - presidente da Bolívia de 1971 a 1978 e de 1997 a 2001 (SIVAK, 2001).

os países da América do Sul com grandes depósitos de petróleo. O Brasil está ajudando alguns (incluindo Venezuela, Bolívia e Equador) a explorar petróleo e organizando a compra de grandes quantidades do que for descoberto. Tudo isso deixa os argentinos extremamente desconfortáveis. A imprensa em Buenos Aires insiste continuamente nos perigos do expansionismo brasileiro e faz grande questão de supostas ameaças aos interesses de segurança argentinos, como propostas de expedições brasileiras à Antártica e o lançamento planejado de satélites de comunicação.

7. Os argentinos também são extremamente sensíveis aos laços estreitos entre Brasília e Washington. Do ponto de vista de Buenos Aires, parece que os EUA escolheram o Brasil como seu representante no Hemisfério Sul. Neste contexto, os argentinos descrevem o papel brasileiro como 'sub-imperialista'. Todo o tempo quando um funcionário dos EUA elogia o Brasil por seu crescimento econômico, estabilidade política e atitude favorável ao investimento estrangeiro, o argentino estremece. A viagem triunfal do presidente Médici a Washington em dezembro de 1971 foi especialmente irritante, porque evocava imagens dos EUA e do Brasil combinando forças para manter outros países sul-americanos sob controle.

8. Em retaliação, os Peronistas vêm falando sobre liderar uma união fortalecida de nações hispano-americanas. Eles estão tentando aderir ao Pacto Andino e estão ativamente fazendo lobby entre seus membros em um esforço para erguer barreiras contra a expansão econômica brasileira e a influência política. Eles estão empurrando a ideia de que os países de língua espanhola devem trabalhar juntos para resistir às pressões da suposta aliança Brasil-EUA, e eles estão ganhando convertidos, particularmente no Chile e no Peru.

9. Os peronistas também estão pressionando pela unidade do movimento trabalhista na América do Sul. O seu apelo por uma nova central de trabalho não deve chegar muito longe, mas é o tipo de iniciativa que irrita e preocupa os militares brasileiros. Os planejadores brasileiros sabem que seria difícil manter altas taxas de crescimento econômico se os sindicatos brasileiros se tornassem vigorosos e exigentes como os argentinos. Consequentemente, o governo brasileiro estará ansioso para rebater qualquer movimento argentino que cheire a sindicalismo internacional.

10. As relações da Argentina com o Chile melhoraram nos últimos anos, em parte porque ambos os países sentem a necessidade urgente de buscar aliados. O Chile também mantém relações tensas com o Brasil e se preocupa com a intervenção brasileira em seus assuntos internos. A Argentina sempre concedeu crédito ao regime de Allende, e o comércio entre os dois países é extenso, apesar da situação econômica caótica em Santiago. O próprio Allende foi o convidado especial da posse de Hector Campora⁴⁵⁹ como presidente. Assim, apesar de suas diferenças ideológicas, os governos argentino e chileno consideram mutuamente vantajoso cooperar. É provável que Perón desenvolva suas próprias relações próximas com Allende porque simpatiza pessoalmente com a situação de Allende e se sente ameaçado pelos laços estreitos entre os EUA e o Brasil.

11. O governo brasileiro está preocupado com os laços argentinos tanto com o Chile quanto com Cuba, e está preocupado com os contatos dos países de esquerda com inclinações subversivas. Os brasileiros supõem que

⁴⁵⁹ Héctor José Cámpora Demaestre (1909 - 1980) presidiu a Argentina de 25 de maio até 13 de julho de 1973 (RAPOPORT, 2007).

os terroristas brasileiros poderão obter refúgio e apoio físico na Argentina e estão preocupados com a sabotagem do complexo hidrelétrico de Itaipu. Consequentemente, os brasileiros estão intensificando suas atividades de inteligência na Argentina. Eles também planejam manter contatos com os elementos das forças armadas argentinas que se opõem aos peronistas, especialmente na marinha.

12. As hostilidades militares diretas entre os dois países são apenas uma possibilidade distante, mas os governos estão em processo de reorientação e modernização de suas forças armadas por precaução. O Brasil planeja reforçar suas unidades no sul do Brasil, reforçar os controles de fronteira, iniciar a vigilância de argentinos suspeitos no Brasil e comprar mais equipamentos militares. A Argentina reorientou algumas divisões do exército que normalmente enfrentam a fronteira chilena e está se preparando para aumentar substancialmente sua força de tanques leves M41. O presidente Médici disse a assessores que se opõe a agir contra os países vizinhos, mas que é a favor de mais planos de contingência. Como exemplo da preocupação brasileira, a Argentina foi escolhida como alvo simulado dos jogos de guerra da Marinha do Brasil para 1973. Nessa atmosfera, não seria de surpreender que surgissem periodicamente escaramuças ao longo das fronteiras, seja por provocações deliberadas ou reações impulsivas.

13. As relações dos EUA com a Argentina tendem a piorar de qualquer forma, pois o governo peronista aproveita todas as oportunidades para enfatizar sua independência nas relações exteriores (por exemplo, sua recente adesão ao grupo de nações não alinhadas). Mesmo os brasileiros de vez em quando acharão útil tomar posições anti-EUA em questões de independência econômica e orgulho nacional. No entanto, a rivalidade intensificada de entre Brasil e Argentina complicará as relações dos Estados Unidos com os dois países e com a região como um todo. Se os EUA se identificarem mais com o governo brasileiro, isso exacerbará a rivalidade nos países do cone sul e tornará mais fácil para a Argentina unir os países de língua espanhola. Um Pacto Andino ampliado, determinado a contrabalançar a influência econômica e política dos EUA e do Brasil, poderia causar sérios problemas para os EUA. Por outro lado, qualquer abertura dos EUA a Perón que enfatize o papel de liderança da Argentina na América do Sul enfureceria os brasileiros, nossos aliados mais confiáveis e formidáveis na área.

14. Os EUA têm pouca influência para atenuar a rixa entre Brasil e Argentina. Ambos os governos estarão no mercado por mais equipamentos militares e prefeririam comprá-los nos EUA, mas também há muitos vendedores em potencial na Europa Ocidental. Nas reuniões da OEA e de outros órgãos internacionais, onde diplomatas argentinos e brasileiros competirão por influência, os EUA muitas vezes serão pegos no meio e não conseguirão acomodar os dois países ao mesmo tempo.

15. O principal desafio para os EUA será manter a amizade do Brasil enquanto evita de a Argentina se tornar um inimigo implacável dos EUA e um líder regional nessa direção. Talvez algumas questões possam ser pontuadas indiretamente na estrutura da OEA, incentivando-se privadamente outros países sul-americanos a trabalhar para amenizar a rivalidade argentino-brasileira, em nome da paz e da harmonia regionais. Tal abordagem exigiria uma redução pública da ênfase dos EUA no Brasil como o filho sul-americano favorito. (pp. 1-12)

144. O documento de código: DOC_0005993981 (Doc. 178), foi datado de 09/11/1973 e recebeu o título: *'The President's Daily Brief 9 November 1973'*. Sua origem não está declarada e seu destino é taxativo: *'For the President Only'*. Suas 11 páginas foram sanitizadas e sua classificação de *'Top Secret'* foi retirada em 20/06/2016.

ARGENTINA – Perón está mais uma vez tentando se estabelecer como o porta-voz proeminente da América Latina.

Perón decidiu visitar a ONU em dezembro, aparentemente na esperança de que uma reunião com o presidente Nixon⁴⁶⁰ possa ser marcada. O ministro das Relações Exteriores Vignes⁴⁶¹ defende fortemente essa reunião como uma continuação de suas próprias conversas na ONU, no mês passado, com o secretário Kissinger. Vignes acredita que o cenário está pronto para reduzir as tensões nas relações e nomeou um novo e bem qualificado embaixador em Washington. Apesar dos esforços de Buenos Aires para minimizar as diferenças com os EUA, questões bilaterais, como as leis de investimento estrangeiro pendentes da Argentina e a pressão sobre as subsidiárias americanas para vender para Cuba, continuam problemáticas. Perón também está se movendo para estreitar os laços com outros líderes latinos. Ele convidou o presidente boliviano Banzer e o homem forte panamenho Torrijos⁴⁶² para visitar Buenos Aires este mês, e supostamente quer ir ao Paraguai no final de novembro para assinar um novo tratado de energia com o presidente Stroessner.

Essa onda de atividade não sinaliza grandes mudanças nos objetivos da política externa da Argentina. As aberturas para a Bolívia e o Paraguai parecem calculadas para reduzir a influência do Brasil, arquirrival da Argentina, enquanto Torrijos deve aceitar, ecoar e reforçar as francas visões nacionalistas de Perón. (p. 11)

145. Seguindo a pesquisa, temos o documento datado de 15/11/1973, de código: CIA-RDP85T00875R001100160083-8 (Doc. 118) e título: Latin America: *'The Aftermath of the Chilean Coup'*. Este memorando de inteligência foi revisado pelo Departamento de Estado. Suas 14 páginas secretas foram sanitizadas antes de sua liberação em 05/02/2007.

Os assuntos internacionais dos Estados americanos também começaram a refletir o impacto do golpe. O governo militar brasileiro, arquirrival de Allende na América Latina, e outros regimes militares conservadores ganharam confiança e prestígio. Os governos radicais e reformistas, por outro lado, perderam seu aliado mais forte e agora podem ver alguns de seus objetivos externos desviados. As atuais negociações destinadas a revitalizar a Organização dos Estados Americanos provavelmente não terminarão com mais do que recomendações superficiais de mudança, agora que o voto do Chile mudou para a coluna oposta. Da mesma forma, o movimento para reintegrar Cuba no sistema interamericano está parado no momento. (p. 5)

⁴⁶⁰ Richard Milhous Nixon (1913 - 1994) 37.º Presidente dos Estados Unidos de 1969 até 1974 (SMALL, 1999).

⁴⁶¹ Alberto Juan Vignes (1896 - 1978) (GONZÁLEZ CEUNINCK; SIMONOFF, 2010).

⁴⁶² Omar Efraín Torrijos Herrera (1929 - 1981) Líder Máximo da Revolução Panamenha e Comandante-Chefe da Guarda Nacional (VAN STEL, 2017).

Ao desviar para a direita, ele ganhou maior apoio nas forças armadas em um momento em que o compromisso de oficiais superiores de toda a América Latina com missões políticas está crescendo. Os militares argentinos, com uma longa tradição de envolvimento político, cederam o poder aos civis apenas em maio passado, depois de mais de seis anos no poder, mas muitos oficiais superiores continuam acreditando que em breve serão obrigados a intervir novamente. Esta convicção teria sido reforçada pelo golpe no Chile. Um alto oficial do exército disse recentemente a um funcionário da embaixada dos EUA em Buenos Aires que os militares estão impressionados com 'a solução chilena' e estão esperando nos bastidores até que Perón morra, ou fique incapacitado, ou até que seu governo afunde. A posição regional da Argentina também foi diretamente afetada pelo golpe. Agora que a Argentina está cercada por governos militares conservadores que têm mais em comum com seu arquirrival Brasil, Perón terá pouco espaço de manobra para um papel de liderança maior na América do Sul. Sua política externa do 'terceiro mundo' poderia muito bem ser inibida e, no curto prazo, ele pode ceder às pressões por uma linha mais moderada tanto em casa quanto no exterior. (pp. 7-8)

O Golpe e os Governos Militares – Mais da metade dos países latino-americanos são dominados por militares; pela primeira vez desde 1931, o Chile está entre eles. As estatísticas são particularmente ponderadas na América do Sul. Em 1961 havia apenas um governo militar, enquanto hoje existem sete. Houve outras épocas em que tantos países estavam sob regime militar, mas antes da década de 1960, quase nenhum dos caudilhos e 'homens a cavalo' encarregados tinha programas abrangentes para realizar. Não há precedente, portanto, para a crença predominante entre as elites militares hoje, de que elas têm uma missão transcendente de governar indefinidamente enquanto realizam mudanças de longo alcance. Esse conceito tornou-se uma força poderosa após o golpe militar no Brasil em 1964. Ganhou vários outros adeptos nos anos seguintes e pareceu se tornar quase irresistível este ano, pois tanto Uruguai quanto Chile, os países com as mais longas tradições de governo civil, ficaram sob domínio militar. O impacto do golpe no Chile sobre os principais governos militares é discutido a seguir.

Os militares brasileiros foram um dos primeiros a anunciar o reconhecimento da junta chilena e, em particular, estão se regozijando com o colapso do regime socialista. Allende e seus apoiadores eram os principais adversários dos generais brasileiros no hemisfério, tanto porque o Chile era o anfitrião de um grande contingente de exilados e revolucionários brasileiros quanto porque os dois governos estavam ideologicamente em polos opostos. A mudança de governo no Chile aumentou significativamente a crescente importância do Brasil na América do Sul. A Argentina, tradicional rival do Brasil, ficou ainda mais isolada pela adição de outro governo militar conservador em seus flancos. No novo governo chileno, Brasília pode voltar a ter um aliado na costa do Pacífico e um defensor no Grupo Andino de nações que têm se esforçado para criar um contrapeso econômico à crescente influência do Brasil. Brasília já forneceu pelo menos US\$ 70 milhões em créditos em condições altamente favoráveis ao Chile, e funcionários do governo brasileiro disseram que estão preparados para fazer empréstimos adicionais consideráveis. (p. 9)

O governo uruguaio acredita que sua situação de segurança melhorou agora que todos os países do cone sul são inóspitos para as centenas de guerrilheiros Tupamaro refugiados que encontraram refúgio no Chile e uma base para planejar as operações. Cada vez mais convencido de que sua

linha conservadora está correta, o governo militar provavelmente continuará se movendo gradualmente para a direita e pode até tentar organizar um policiamento regional coordenado contra comunistas e revolucionários. Da mesma forma, o governo Stroessner no Paraguai, sem dúvida, acredita que seus críticos estrangeiros ficarão calados por um tempo. Além disso, poderia lucrar diretamente com o golpe se a Argentina, por causa de seu crescente isolamento, buscasse reduzir sua rivalidade com o Brasil, diminuindo assim as pressões sobre Assunção para escolher um lado entre seus dois grandes vizinhos. (p. 10)

146. O documento de código: CIA-RDP85T00875R001500060005-1 (Doc. 119), data 25/03/1974 e título: *'Weekly Summary Special Report Brazil: Geisel Takes Over'*, não informa origem ou destino de suas 10 páginas. Este mesmo documento aparece na seção Economia e na de Política.

Política estrangeira – Geisel provavelmente não fará nenhuma mudança significativa na política externa independente, mas essencialmente pró-ocidente do Brasil. Fora da América Latina, e especialmente nos fóruns internacionais, Brasília continuará a buscar vantagens comerciais de forma agressiva e buscará desempenhar um papel cada vez maior nos assuntos internacionais.

Nos conclaves interamericanos, a diplomacia brasileira agora atrai um bloco de países conservadores que inclui Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e a maior parte da América Central. Ao mesmo tempo, funcionários do Itamaraty estarão atentos a qualquer tentativa do governo de Perón, na Argentina, de isolar o Brasil dos países de língua espanhola, principalmente os do Pacto Andino.

O novo chanceler, Antonio Azeredo da Silveira⁴⁶³, é um 'Brasil em primeiro lugar', um nacionalista ardente. Desde 1969 é embaixador em Buenos Aires e é considerado um especialista em assuntos do Rio da Prata. Ele, no entanto, não parece ter a estatura pessoal para moldar novas diretrizes políticas ousadas por conta própria. O Brasil já tem fortes laços econômicos com países vizinhos e continuará sensível aos temores de seu crescente poder. (pp. 9-10)

147. O documento apresentado agora é o datado de 23/08/1974, que recebeu o código: CIA-RDP85T00875R001000070016-3 (Doc. 117) e o título: *'Weekly Review Special Report Brazil's Changing Foreign Policy'*. Sua origem e destino não estão claros, estando suas 12 páginas bem ilustradas, como se fossem as de uma revista. Sua classificação como secreto foi suspensa em 07/01/2011, após sanitização.

Após vários anos de rápido crescimento econômico, o Brasil passou a depender mais e mais fortemente do comércio internacional para sustentar

⁴⁶³ Antônio Francisco Azeredo da Silveira (1917 - 1990) - 'diplomata; emb. Bras. Argentina 1969-1974; min. Rel. Ext. 1974-1979; emb. Bras. EUA 1979-1983; emb. Bras. Portugal 1983-1985' (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-francisco-azeredo-da-silveira>>).

seu ímpeto. Assim, a busca por mercados e recursos tornou-se um dos principais objetivos da política externa. De fato, a urgência da busca levou o Brasil a reconsiderar e alterar suas atitudes políticas em relação a várias áreas do mundo. O aumento da atividade internacional está contribuindo para a crença em Brasília de que a proeminência mundial sustentada – um objetivo vago, mas profundamente sentido – está próximo.

Na América Latina, o Brasil busca minimizar a instabilidade política e reduzir as ameaças à segurança que podem prejudicar seu desenvolvimento e atividades comerciais. No Oriente Médio, a crescente necessidade de petróleo do Brasil provocou uma significativa mudança pró-árabe em sua posição política. Na África Subsaariana, o interesse antigo, mas até então vago, do Brasil está se concentrando na natureza e extensão dos mercados potenciais e na disponibilidade de recursos. A busca por mercados também induziu o Brasil a minimizar as diferenças ideológicas e a demonstrar maior disposição para reconhecer e negociar com as nações comunistas, incluindo a China. Para os EUA, certas implicações são claras. O Brasil se verá cada vez mais como um competidor por mercados e recursos. Esse fator, juntamente com o orgulho nacionalista – um sentimento de que o Brasil ‘chegou’, o levará a divergir dos EUA com mais frequência e em mais questões. (p. 5)

148. Este novo documento tem código: CIA-RDP79T00865A002200240001-2 (Doc. 83), data de 26/11/1975 e título: ‘*Latin American Trends*’. Com origem e destino não informados, sua condição de secreto foi abolida em 08/08/2001, após sanitização de suas 18 páginas.

Paraguai – Democracia na Tradição Stroessner – As eleições municipais do mês passado não surpreenderam os espectadores veteranos da política paraguaia. Conforme previsto, (...), o partido governista Colorado obteve 87% dos votos, e o maior grupo de oposição legal, os Radicais Liberais, obteve 10%.

Como costuma acontecer nesses concursos, houve relatos dispersos de fraudes e intimidações. O chefe do Partido Liberal Radical, Domingo Laino⁴⁶⁴ – que já foi acusado pelo governo de ter simpatias marxistas – reclama que lhe foi negado um voto quando entrou na cabine de votação. Acredita-se geralmente que o presidente Stroessner tem apoio popular suficiente para garantir uma vitória esmagadora para os candidatos do Colorado em uma disputa completamente honesta, mas o governo nunca esteve disposto a testar isso. Pelo contrário, há novas evidências de paranoia oficial em relação aos liberais radicais, que Stroessner aparentemente vê como sucumbindo às influências esquerdistas.

O governo aparentemente mais uma vez favoreceu o minúsculo partido liberal ‘Levi’ em um esforço calculado para enfraquecer os liberais radicais. A facção Levi – o único grupo liberal legal de 1962-1967 – teria recebido financiamento secreto antes da recente eleição. Embora tenha atraído apenas três por cento dos votos, sua exibição foi surpreendentemente forte para uma organização que, de acordo com seus próprios líderes, recebe a maior parte de seu apoio financeiro aberto de apenas sete membros.

⁴⁶⁴ Domingo Isabelino Laino Figueredo - Economista e Político paraguaio.

O outro partido legal, os febreristas, depois de debater se deveriam participar, apresentou candidatos em três dos 16 distritos eleitorais do país e obteve 156 votos.

Em suma, os partidos de oposição ainda não conseguem mostrar que a participação na política é especialmente útil. Na verdade, houve um declínio no número de cidadãos que se dão ao trabalho de votar. Em 1973 havia 1.052.000 eleitores registrados e em 1975 apenas 870.000. Enquanto Stroessner continuar a exercer uma rédea tão apertada – e depois de 21 anos no cargo as perspectivas de uma liberalização mais significativa são fracas – o processo eleitoral continuará a ser um exercício essencialmente irrelevante no Paraguai. (CONFIDENCIAL) (pp. 10-11)

Uruguai – (...) No entanto, alguns de seus detalhes fornecem informações valiosas sobre os assuntos atuais. Por exemplo, ele observa que o pai do presidente Bordaberry⁴⁶⁵ foi o principal organizador do sentimento de oposição rural a Battle durante as primeiras décadas deste século e fornece informações básicas que são úteis para entender a posição atual de Bordaberry sobre questões agrícolas. Ele também menciona a afinidade de Bordaberry com o governo no Brasil e seu desejo de promover a integração econômica binacional tornando-se um cliente agrícola do Brasil. (p. 17)

149. O documento de código: CIA-RDP86T00608R000300120049-4 (Doc. 136), datado de 10/12/1975, com título: '*Latin American Trends Staff Notes*', foi classificado como secreto, tendo suas 14 páginas sanitizadas quando de sua liberação em 01/07/2005.

Paraguai: rumo ao Brasil – O Paraguai, em sua posição intermediária entre os grandes países da Argentina e do Brasil, no passado geralmente dispensava tratamento separado, mas mais ou menos igual. Não tem necessariamente tentado jogar um grande poder contra o outro, mas tem tentado angariar as vantagens de cada relacionamento sem permitir que nenhum dos países maiores domine os assuntos paraguaios. Tradicionalmente, os paraguaios se identificam culturalmente com os argentinos. O governo, no entanto, vê o governo de Isabel Perón como instável, está preocupado com uma possível guinada à esquerda da Argentina e agora indica uma acentuada inclinação em direção ao Brasil, que o Paraguai vê como uma futura potência mundial, cujos interesses econômicos na América Latina poderia ajudar o desenvolvimento paraguaio.

Essa inclinação ficou particularmente evidente durante a visita ao Paraguai do presidente brasileiro Geisel no início de dezembro. Pompa e cerimônia marcaram presença na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro em 35 anos, e o governo decretou feriado de três dias para funcionários públicos. Os preparativos incluíram uma repressão a membros do Partido Comunista e subversivos, com o número de prisões chegando a 400, embora os registros oficiais reconhecessem apenas cerca de um décimo. O presidente Geisel recebeu a mais alta condecoração que o Paraguai concede a um funcionário estrangeiro e devolveu um precioso livro de ouro capturado pelos brasileiros na Guerra da Tríplice Aliança há cerca de 100 anos. Realizações mais concretas incluíram a resolução de uma disputa de

⁴⁶⁵ Juan María Bordaberry Arocena (1928 - 2011) presidente do Uruguai de 1972 a 1976 (SANCHEZ BALCEWICH, 2000).

fronteira, a concessão ao Paraguai de US\$ 3,5 bilhões em créditos para a construção do projeto hidrelétrico de Itaipu e a assinatura de um novo tratado de amizade e cooperação que prevê o amplo envolvimento brasileiro no desenvolvimento paraguaio.

O Paraguai admite privadamente uma política deliberada de aproximação com o Brasil, mas ao mesmo tempo está preocupado com a retaliação da Argentina, talvez na forma de assédio ao transporte fluvial. A Argentina já havia tentado torpedear o projeto de Itaipu. O Brasil quer aproximar o Paraguai de sua esfera de influência, mas também está preocupado com a reação da Argentina e da Bolívia. Embora ambos os países esperem evitar ofensas desnecessárias com seu novo tratado, eles não têm certeza de que isso seja possível. [Sanitizado] (pp. 5-6)

150. Com o código CIA-RDP79T00912A000700010013-8 (Doc. 85), o documento datado em 14/07/1977, de título '*Latin America Regional and Political Analysis*', tem origem e destinação não informadas, exceto pela inscrição de revisão do Departamento de Estado. As 33 páginas secretas foram sanitizadas antes de sua liberação em 08/03/2007.

Brasil: política reativa – O presidente brasileiro Geisel continua a adotar uma linha dura com os críticos civis de seu governo. Desde que despojou o partido da oposição da maior parte de sua influência em abril passado, Geisel suspendeu os direitos políticos de dois políticos do partido da oposição, incluindo o líder da Câmara⁴⁶⁶ dos Deputados, por 10 anos. O recurso de Geisel a essas medidas duras reforça uma crença já difundida entre os observadores políticos de que ele está cada vez mais inseguro de seus objetivos e excessivamente sensível às críticas.

Em meados de junho, ele demitiu uma pequena figura da oposição do cargo por ter citado um jornal comunista ilegal em um discurso no Congresso. Embora seja um princípio básico da 'Revolução Brasileira' que os comunistas não devem exercer qualquer papel, mesmo que indiretamente, na política brasileira, [Sanitizado] Autoridades de segurança brasileiras estavam pressionando Geisel a tomar medidas punitivas. Se for verdade, tais esforços poderiam ter persuadido o presidente a agir, especialmente porque sua popularidade está diminuindo e ele quer controlar a escolha de seu sucessor – o que deve ser decidido pelo alto comando militar no próximo ano.

A última ação de Geisel contra seus oponentes ocorreu depois que o líder da oposição Alencar Furtado e dois de seus colegas criticaram o governo na televisão nacional. Como é de praxe, Geisel não deu nenhuma explicação para cassar Furtado, mas é óbvio que suas críticas – que condenavam veementemente o uso arbitrário do poder pelo governo e seu histórico de direitos humanos – atingiam nervos à flor da pele.

A oposição não elegeu formalmente um sucessor de Furtado porque o Congresso está em recesso. A provável escolha, no entanto, Freitas Nobre⁴⁶⁷, já disse aos funcionários da embaixada norte-americana que, se for escolhido, pretende diminuir o volume da retórica política, mas continuar em uma firme trajetória ideológica contra o governo. Freitas

⁴⁶⁶ José Alencar Furtado (1925 - 2021) exerceu três mandatos de deputado federal pelo Paraná (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-alencar-furtado>>).

⁴⁶⁷ José Freitas Nobre (1921 - 1990) (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-freitas-nobre>>).

Nobre pode estar excessivamente otimista sobre a influência que poderá exercer – dados os graves reveses que a oposição recebeu, mas é conhecido por ser um homem de princípios e um hábil estrategista e pode ser uma figura difícil de controlar pelo governo ou censura.

A maioria dos políticos brasileiros, no entanto, parece resignada com a crença de que o governo Geisel continuará a se mover para a direita. Ainda existem algumas vozes eficazes dentro da oposição, mas podem muito bem ser silenciadas se ultrapassarem os limites do regime, que estão tornando-se menos distintos. [Sanitizado] (pp. 15-16)

Vários países da América Latina têm programas nucleares, mas apenas Argentina, Brasil e México têm energia nuclear junto com instalações de ciclo de combustível em construção ou planejadas. Chile, Venezuela e Cuba têm modestos programas de pesquisa nuclear focados no desenvolvimento da energia nuclear em um futuro próximo. Colômbia, Peru, Equador, Uruguai, Bolívia e Paraguai estão apenas começando a desenvolver programas de pesquisa nuclear e procuram assistência externa. (...)

A maioria das outras nações latino-americanas considera a Argentina não apenas o líder regional em desenvolvimento nuclear, mas também um possível fornecedor de equipamentos, materiais e tecnologia nuclear. Quatro países latino-americanos já recebem assistência nuclear da Argentina. Os argentinos estão fornecendo reatores de pesquisa para o Peru, projetando uma planta piloto de reprocessamento químico para o México, treinando pessoal chileno e construindo uma planta de tratamento de minério de urânio na Bolívia. Equador, Uruguai e Paraguai estão buscando assistência nuclear da Argentina.

O programa nuclear do Brasil é menos avançado, mas mais ambicioso que o da Argentina. A Westinghouse está construindo um reator nuclear no Brasil com conclusão prevista para o próximo ano. O programa nuclear brasileiro é baseado em um acordo de assistência nuclear com a Alemanha Ocidental que prevê oito reatores de potência, bem como instalações para separação de isótopos de urânio, fabricação de combustível e reprocessamento químico.

Se o acordo for totalmente implementado e se for possível desenvolver um suprimento adequado de urânio, o Brasil terá um ciclo completo de combustível nuclear e será autossuficiente em energia nuclear. O Brasil, no entanto, será quase totalmente dependente de tecnologia importada para seu programa nuclear, e as reservas comprovadas de urânio são insuficientes para atender às necessidades projetadas.

O programa de energia nuclear do México, como o do Brasil, é fortemente dependente da assistência externa. O programa é menos desenvolvido do que os programas argentino e brasileiro, e as autoridades mexicanas estão decepcionadas com ele. A construção de dois reatores de energia fornecidos pelos EUA, que começou em 1972, foi adiada, e a data de conclusão do projeto caiu para 1982, cerca de cinco anos atrasada. (...)

Uruguai, Peru, Bolívia, Paraguai e Equador estão apenas começando a pesquisa nuclear. Todos têm depósitos de urânio e estão recebendo ou planejam obter assistência nuclear da Argentina.

A América Latina é a única região continental que possui um tratado de zona livre de armas nucleares. O tratado proíbe o desenvolvimento, fabricação ou armazenamento de armas nucleares, mas não impede o desenvolvimento de explosivos nucleares para fins pacíficos. O tratado ainda não está em vigor na Argentina, Brasil, Chile ou Cuba, e é improvável que essa situação mude no futuro próximo.

Argentina, Brasil e Chile não assinaram ou ratificaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, nem Cuba, Guiana e Belize. Desses países, apenas Argentina e Brasil são potenciais desenvolvedores de dispositivos explosivos nucleares em um futuro previsível. (pp. 23-25)

151. Dando continuidade à pesquisa, o documento seguinte é o datado de junho de 1982, de código: CIA-RDP03T02547R000100880001-5 (Doc. 5) e título: *'The Falklands Dispute: Implications for US Relations With Latin America and Western Europe'*. Ele foi produzido pelo *'Office of African and Latin American'* e pelo *'Falkland Islands Working Group'*. Suas 16 páginas foram sanitizadas para que sua condição de secreto fosse eliminada, isto em 19/08/2008.

Relações bilaterais dos EUA – O impacto sobre as relações bilaterais dos EUA no hemisfério irá variar de danos significativos e de longo prazo no caso da Argentina a efeitos pouco perceptíveis no México, América Central e Caribe. [Sanitizado]

Com a América do Sul – A reação sulamericana à posição dos EUA na crise se enquadra em três grandes categorias:

- Os Estados que adotam uma postura dura e crítica em relação a Washington – Argentina, Venezuela, Peru e, em menor grau, Bolívia.
- Aqueles países que assumem uma posição intermediária, simpatizando com a Argentina, mas tentando evitar alienar os Estados Unidos – Brasil, Equador, Uruguai e Paraguai.
- Aqueles que adotam uma abordagem 'suave', opondo-se às ações Argentinas em bases jurídicas e estratégicas – Colômbia e Chile. [Sanitizado] (...)

As relações dos EUA com os países que adotam uma posição intermediária não devem ser afetadas significativamente. O Brasil, mais do que qualquer país da região, tem uma forte apreciação de seus interesses políticos e econômicos globais e se esforçará para não prejudicar seus laços com os Estados Unidos ou com o Reino Unido. No entanto, Brasília valoriza a melhoria das relações com Buenos Aires e não quis ficar atrás de seus vizinhos de língua espanhola na oferta de apoio vocal e material. [Sanitizado]

[Sanitizado] A principal preocupação do Brasil é a instabilidade pós-crise na Argentina, que pode levar ao poder um regime peronista de esquerda. Os brasileiros também temem que a Argentina comece novas provocações contra os chilenos. Acreditamos, portanto, que o Brasil continuará seu delicado ato de equilíbrio, tentando evitar a ira do ressurgente nacionalismo argentino e, ao mesmo tempo, proteger seus interesses econômicos e de segurança mais amplos. Equador, Uruguai e Paraguai estavam ansiosos para ficar longe do conflito, e os Estados Unidos não ganharão nem perderão nesses países. [Sanitizado] (...)

Segurança e Cooperação Regional – Mesmo antes do conflito nas Malvinas, era cada vez mais difícil para Washington mobilizar o hemisfério contra a ameaça do comunismo internacional. A maioria dos governos sul-americanos, embora preocupados com Cuba e Nicarágua, vê a luta na América Central principalmente como um problema dos EUA. Além disso, eles temem que a política dos EUA tenha o efeito de introduzir tensões Leste-Oeste na região. No ano passado, por exemplo, esse tipo de

preocupação e o temor de que os Estados Unidos agissem diretamente na América Central levaram o chanceler venezuelano a discutir com seus pares do Brasil, Argentina e México a formulação de uma política externa latino-americana unificada para sensibilizar Washington das preocupações da região. [Sanitizado] (...)

A questão das Malvinas agravou fortemente as antigas diferenças entre os membros caribenhos de língua inglesa da OEA e a maioria dos latino-americanos. A desconfiança mútua ilustrada por suas posições opostas sobre as Malvinas provavelmente crescerá e debilitará ainda mais a OEA. A cooperação tradicionalmente limitada de Buenos Aires com os Estados Unidos na OEA certamente reaparecerá, aumentando ainda mais o declínio da instituição. No entanto, as demandas emocionais para a reestruturação ou substituição da OEA serão contidas por cabeças mais frias no Brasil, Colômbia, Chile – e possivelmente até na Venezuela, que, [Sanitizado] pode estar repensando sua posição anterior de vanguarda em favor de mudanças de longo alcance no sistema interamericano.

Muitos líderes latino-americanos – e especialmente os brasileiros têm sérias dúvidas sobre a viabilidade de organizações regionais exclusivamente latinas, principalmente para fins políticos e de segurança. Os que existem – e são essencialmente agrupamentos econômicos – não funcionaram bem. (...)

Vendas e treinamento militar – A crise acelerará a erosão da colaboração militar com os Estados Unidos em várias áreas. Nas últimas duas décadas, os esforços latino-americanos para diversificar as compras e o treinamento militar fizeram parte de um esforço mais amplo para alcançar uma maior autonomia política e econômica de Washington. [Sanitizado] (...)

O alto comando brasileiro continuará a rejeitar qualquer noção de um papel de liderança ampliado para os Estados Unidos na defesa hemisférica. O desinteresse brasileiro por um arranjo multilateral no Atlântico Sul será reforçado pela crise; A associação da Argentina com os Estados Unidos em tal empreendimento está fora de questão. [Sanitizado] (...)

Esses conflitos territoriais e a probabilidade de a crise das Malvinas provocar uma nova rodada de grandes gastos militares ressaltam os perigos de um acúmulo de armas na região. Mesmo antes da disputa, vários países sul-americanos estavam planejando ou estavam em meio a grandes programas de modernização militar. A luta nas Malvinas está sendo cuidadosamente avaliada por planejadores e estrategistas militares. Até agora, sua reação – embora hesitante e essencialmente impulsiva – enfatiza a necessidade de adquirir armas novas e mais sofisticadas; acelerar a diversificação de fornecedores de armas; e, no caso do Brasil e da Argentina, expandir as indústrias domésticas de armas. Os brasileiros, em particular, acreditam que a crise será uma benção para sua já florescente indústria de armas. Eles argumentam que os países vizinhos, bem como muitos outros Estados do Terceiro Mundo, estarão convencidos de que os Estados Unidos e a Europa Ocidental não são confiáveis. [Sanitizado] (...)

Perspectivas para ganhos comunistas – A crise permitiu aos soviéticos um avanço líquido no sentido de propaganda de curto prazo, principalmente na Argentina. Os ganhos soviéticos podem não ser duradouros, no entanto. A maioria dos latino-americanos está alarmada com as perspectivas de laços mais estreitos entre Moscou e Buenos Aires, e a agressividade soviética em explorar a situação pode se transformar em desvantagem soviética. Autoridades brasileiras e venezuelanas, por exemplo, citam essa preocupação como uma das principais razões para criticar a política dos

EUA. Mesmo os líderes argentinos devem ver a posição soviética na disputa como cínica e oportunista. [Sanitizado] (...)

Com o tempo, o exemplo dado pelo Peru, a preocupação com a confiabilidade dos fornecedores ocidentais e os problemas econômicos podem tornar os argentinos mais suscetíveis à bajulação soviética. Caso a Argentina estabeleça laços mais estreitos com Moscou e compre quantidades substanciais de armas, o Brasil – e em menor grau a Venezuela – irá consultar regularmente e de perto Washington sobre questões de segurança. Em particular, acreditamos que Brasília estaria interessada em explorar a questão da defesa do Atlântico Sul e questões mais amplas relacionadas à manutenção da paz regional. [Sanitizado] (pp. 6-11)

152. O documento de código: CIA-RDP84B00049R000501100005-5 (Doc. 109), data 17/06/1982 e título: ‘*U.S. Policy Toward Latin America*’, aparentemente teve origem no Departamento de Estado dos EUA e foi arquivado pela CIA devido sua relevância, tendo sido destinado a 11 órgãos diferentes do governo, incluindo-se a CIA, o Departamento do Tesouro e o da Defesa. Sua classificação era secreta até 08/02/2007 e suas 21 páginas aparentemente não sofreram sanitização.

AValiação – Concluimos que a crise do Atlântico Sul prejudicou os interesses dos EUA e influenciou de forma bastante diferenciada de acordo com o país e a questão. Os padrões subjacentes de comércio e finanças, por exemplo, provavelmente não serão muito afetados. Além disso, parte da reação generalizada é retórica e dará lugar com o tempo a esforços renovados de acomodação interamericana. (...)

As relações oficiais de Estado para Estado foram afetadas de forma bastante desigual. Nossos problemas mais graves são com Argentina, Venezuela e Peru; O Chile tentou se aproximar dos Estados Unidos; as relações com Brasil, México e região do Caribe foram pouco afetadas. Em termos geopolíticos, o ambiente sul-americano é mais fluido, aumentando a importância do Brasil. (p. 3)

Esperamos que a Argentina desenvolva a capacidade de construir um dispositivo nuclear o mais rápido possível. Isso pode acontecer antes do final de 1985 (violando as salvaguardas nas instalações alemãs e canadenses) ou até 1987 (usando materiais e instalações não protegidos desenvolvidos nativamente). A negação de insumos externos, principalmente da Alemanha, pode atrasar esse desenvolvimento, mas não o impedirá. A decisão de testar um dispositivo, no entanto, pode depender da avaliação da Argentina sobre os perigos de o Brasil se sentir compelido a desenvolver e testar sua própria arma. (p. 5)

No novo ambiente criado pela crise no Atlântico Sul, o Brasil pode emergir como o novo ponto de equilíbrio – talvez até contra sua vontade. Devemos incentivar um papel maior para o Brasil e buscar influenciar as políticas brasileiras por meio do desenvolvimento de laços bilaterais mais próximos. A crise é um sério retrocesso nos esforços do Brasil para encorajar uma Argentina forte e estável, com a qual o Brasil poderia ter um relacionamento não-adversário. A sensibilidade brasileira aos desenvolvimentos políticos domésticos argentinos e a oposição às incursões substanciais soviéticas na América do Sul poderiam levar o

Brasil a se inclinar ainda mais para a Argentina em um esforço para antecipar a URSS.

O Brasil não está pronto ou ansioso para assumir as responsabilidades do poder regional. Assim como os Estados Unidos, o Brasil é um ‘homem estranho’ no mundo de língua espanhola e tem interesses crescentes na África e no Oriente Médio. A política externa brasileira é comercialmente pragmática e politicamente muito sensível aos temores sul-americanos de que o Brasil possa atuar como um substituto dos EUA. Mesmo sem buscar uma posição de liderança ostensiva, no entanto, o peso econômico e militar relativo do Brasil, a competência institucional e a ausência de disputas territoriais com qualquer de seus vizinhos lhe conferem grande potencial de influência.

É de nosso interesse fomentar a influência brasileira como complemento de nossos próprios esforços. Caso não consigamos induzir o Brasil a assumir maiores responsabilidades, nosso próprio papel teria que ser maior, com riscos correspondentemente maiores de superexposição ou compromissos politicamente indesejáveis (por exemplo, Chile). (p. 6)

Chile, Colômbia e elites econômicas geralmente resistirão com sucesso às pressões por políticas econômicas mais estatistas e nacionalistas, mas a batalha retórica será árdua. A preocupação do Brasil de que os Estados Unidos sejam insensíveis tanto às suas necessidades de desenvolvimento quanto ao seu peso global podem levá-lo a adotar uma posição ambígua. O antiamericanismo do México, sempre presente, continuará a surgir de tempos em tempos, embora a relação única com os EUA continue exercendo seu controle. (p. 7)

Mesmo antes da crise das Malvinas dramatizar os argumentos para as forças modernas, sete países – todos na América do Sul – haviam embarcado em programas significativos de aquisição de armas para atualizar ou substituir sistemas de armas envelhecidos. Eram Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A crise das Malvinas acelerará a aquisição militar com ênfase em sistemas mais sofisticados para todos os climas, manutenção aprimorada, maior autossuficiência e maiores estoques de munições e mísseis guiados com precisão. A França (e, em menor grau, a RFA⁴⁶⁸, Itália, Espanha e Israel) têm a melhor posição competitiva, mas todos os fornecedores, incluindo os EUA, serão elegíveis. As oportunidades soviéticas serão substanciais. Indústrias militares na Argentina, Brasil e vários outros países serão estimuladas. O México e a América Central já iniciaram programas de modernização limitados e serão menos afetados. (pp. 8-9)

3. Desenvolver uma política em relação ao rearmamento argentino para impedir as vendas soviéticas. (A) Não levantar objeções em princípio ao Brasil, Israel e fornecedores da Europa Ocidental, particularmente a RFA, Itália, Espanha e França, para impedir as vendas de armas soviéticas e árabes para a Argentina. (...)

6. Com o Brasil, nosso objetivo poderia ser desenvolver um relacionamento em que ambos os países atuem para conter e, esperançosamente, resolver potenciais conflitos – não necessariamente em conjunto, mas com o conhecimento pleno e compartilhado de que a estabilidade deve ser mantida. Superar as sensibilidades brasileiras de fechar excessivamente a associação pública conosco exigirá discrição e paciência. Além disso, ao ampliar o relacionamento com o Brasil, devemos tentar evitar contribuir para as inseguranças argentinas. As etapas

⁴⁶⁸ República Federal da Alemanha.

principais podem incluir: – consultar de perto e regularmente em Washington e Brasília sobre os meios para manter um equilíbrio de poder regional estável. Gostaríamos de deixar claro que acreditamos que isso só pode ser alcançado a longo prazo se não trabalharmos com propósitos cruzados. O Brasil gostaria de consultar sobre uma ampla gama de questões; devemos concordar. (...) melhorar e ampliar os intercâmbios regulares de inteligência; convidar o Brasil, como a sétima maior economia do mundo livre, a participar da próxima cúpula econômica. A aceitação seria improvável, mas o gesto mostraria que levamos o Brasil a sério; desenvolver um relacionamento mais próximo com o programa nuclear brasileiro, incluindo a resolução do problema de fornecimento nuclear (o que exigiria a aceitação do Brasil de um regime de salvaguardas completo ou mudanças na lei dos EUA) seriam sinais importantes de nossa aceitação; – cultivar contatos e relacionamentos militares-militares, incluindo cooperação naval e coprodução de algumas armas (com os controles exigidos pela lei dos EUA sobre reexportação); – fortalecimento da cooperação em ciência e tecnologia; – e abordar as queixas do Brasil sobre as cotas de açúcar dos EUA e lidar com a percepção do Brasil de que as políticas dos EUA sobre a graduação do GSP⁴⁶⁹ e do MDB⁴⁷⁰ refletem a insensibilidade dos EUA aos problemas econômicos do Brasil. No açúcar, precisaremos ajustar o sistema de cotas para permitir o crescimento das exportações para os EUA. Na graduação do GSP, devemos cuidar para minimizar os danos às exportações brasileiras. No MDB, devemos buscar oportunidades para reiterar o alto nível que apoiamos a aplicação flexível desta política, na qual as disparidades regionais de renda de um país, outros problemas e necessidades únicos sejam totalmente levados em consideração.

7. Aumentar a cooperação dos EUA em ciência e tecnologia (a) com os governos do Pacto Andino, Argentina, Brasil e Chile e (b) com seus setores privados. Vários países, especialmente o Brasil, estão prontos para uma cooperação produtiva em benefício mútuo. Tal programa coincidiria com o desejo de fortalecer a capacidade nativa de P&D⁴⁷¹ na esteira da Crise das Malvinas. Os programas existentes do governo dos EUA estão distribuídos entre várias agências (NASA, Energia, Transporte, NIH⁴⁷², AID⁴⁷³, Agricultura). (...)

8. Ser o mais bilateralmente receptivo possível aos países individuais, incluindo esforços para evitar que as tensões passadas afetem as relações futuras se as condições permitirem (Chile, Uruguai, Bolívia). A cooperação contínua com os países andinos deve reduzir os custos da crise das Malvinas para nossos interesses. Esforços modestos de assistência devem ser mantidos na Bolívia, Peru, Equador e Paraguai para limitar as repercussões das fraquezas econômicas argentinas. (...) (pp. 11-13)
Estabelecer Comissões Interparlamentares com os Congressos de países sul-americanos selecionados, seguindo o modelo mexicano. As possibilidades incluem Brasil, Colômbia e, mais adiante, Venezuela. (p. 15)

⁴⁶⁹ *Generalised System of Preferences* (Sistema Generalizado de Preferências). Ver detalhes em: *The US Generalised System of Preferences in principle and practice* (BLANCHARD; HAKOBYAN, 2015).

⁴⁷⁰ *Multilateral development banks* (Bancos multilaterais de desenvolvimento). Ver mais em: *What Should the Multilateral Development Banks Do?* (BUIITER, 2002).

⁴⁷¹ Pesquisa e Desenvolvimento.

⁴⁷² *National Institutes of Health* (Institutos Nacionais da Saúde).

⁴⁷³ USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

3. Considere os acordos de coprodução com o Brasil, e talvez simbolicamente em algumas armas com o Pacto Andino. A América Latina buscará cada vez mais desenvolver sua própria produção material. Os acordos de coprodução ou licenciamento podem levar alguns anos para serem desenvolvidos, mas podem nos permitir reduzir parte do custo, prazo de entrega, burocracia e atrasos críticos que afligem as vendas nos EUA. Mais importante ainda, mesmo que não se encontrem arranjos viáveis, a oferta seria simbolicamente importante e nos daria um assunto concreto para discussões políticas e posterior cooperação com o Brasil. Apenas um grande esforço de alto nível fará com que isso decole. (Um grande ponto de discórdia será o controle dos EUA sobre a reexportação de componentes dos EUA para, por exemplo, o Iraque.)

4. Expandir os programas de intercâmbio militar. Dar prioridade à promulgação do Congresso da disposição no projeto de lei de autorização de ajuda externa (agora aguardando ação no plenário em ambas as casas) expandindo a autoridade do DOD⁴⁷⁴ para fornecer treinamento gratuito em escolas militares dos EUA para países que fornecem esse treinamento a oficiais dos EUA. Ao remover um incômodo em nossas relações com o Brasil, onde não conseguimos retribuir o treinamento brasileiro de oficiais norte-americanos, a autoridade solicitada poderia permitir a expansão do treinamento recíproco em outros países da América Latina. (...) (pp. 16-17)

153. Continuando a catalogação de referências, temos o documento datado de 14/02/1986, com o código: CIA-RDP87T00289R000201030001-3 (Doc. 146) e o título: *‘Latin America Review’*, que cita o Paraguai em sua não relação com Cuba, mas o importante está na avaliação das relações entre o Brasil e o Bloco soviético. A publicação em forma de revista com 38 páginas, classificadas como secretas, foi largamente sanitizada, antes de sua liberação em 30/12/2011. Não consta origem ou destinos, que podem ter sido sanitizados.

Relações Brasil-Bloco Soviético [sanitizado] – A transição do regime militar para o civil no Brasil trouxe um leve degelo nas relações com o Bloco Soviético. O governo Sarney provavelmente se moverá gradualmente para expandir os laços econômicos e culturais, mas manterá relações políticas e diplomáticas meramente cordiais. Moscou e seus aliados provavelmente podem expandir sua influência por meio de maiores contatos com a esquerda ressurgente, embora acreditemos que é improvável que tenham um grande impacto na política interna brasileira. [sanitizado]

Laços Bilaterais – O Brasil mantém relações diplomáticas plenas com todas as nações do Bloco, exceto Cuba, embora os laços bilaterais sejam mais amplos com os soviéticos. Em contraste com a relutância do governo militar em cultivar novos laços, o governo Sarney adotou uma atitude mais amigável em relação à URSS e seus aliados. Acreditamos que o presidente Sarney espera antecipar uma questão que a esquerda possa tentar usar contra ele em casa e explorar possíveis vias para expandir as exportações, aumentando assim a capacidade do Brasil de pagar sua dívida externa. A nova abordagem também reflete a convicção de longa data do Brasil de

⁴⁷⁴ *Department of Defense* (Departamento de Defesa dos Estados Unidos).

que é uma potência democrática emergente que deve ter relações viáveis com ambas as superpotências. [sanitizado]

O tom mais amistoso das relações com os soviéticos é melhor ilustrado pela visita do ministro das Relações Exteriores⁴⁷⁵ a Moscou em dezembro passado, a primeira visita de alto nível desde 1961. A falta de qualquer expansão significativa dos laços bilaterais como resultado da visita se refletiu na ausência de cerimônias anunciando novos acordos importantes. Em vez disso, a viagem foi mais simbólica do que substantiva, refletindo a cautela de Brasília em expandir os laços. O presidente, alguns conselheiros importantes e os militares – que ainda são influentes na tomada de decisões de política externa – continuam desconfiados dos motivos e da capacidade de causar problemas da União Soviética. [sanitizado]

Presença Diplomática, Militar e Cultural – Apesar da tendência de aquecimento, a União Soviética e seus aliados do Leste Europeu têm apenas 53 diplomatas designados para Brasília, segundo estimativas da Embaixada dos EUA em Brasília, e Moscou recentemente criou uma comissão bilateral para realizar consultas periódicas, mas não regularmente agendadas, sobre assuntos políticos. [sanitizado]

Os soviéticos não vendem armas nem prestam assistência militar às forças armadas brasileiras fortemente anticomunistas, que [sanitizado] se opõem ao fortalecimento de vínculos. [sanitizado]

Até os laços culturais estão quase moribundos, refletindo o histórico desinteresse do Brasil pelo Bloco Soviético. Atualmente, não existe nenhum acordo cultural e as autoridades brasileiras não parecem dispostas a assinar um, segundo a Embaixada dos EUA. Embora existam centros culturais brasileiro-soviéticos em cinco grandes cidades, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, eles aparentemente restringem suas atividades ao ensino de russo, [sanitizado]. Os alemães orientais mantêm centros semelhantes. Os intercâmbios e bolsas de estudo também são limitados. [sanitizado]

Laços Econômicos – Os vínculos econômicos entre o Brasil e as nações do Bloco Soviético são incomumente limitados. Não há programas de assistência econômica patrocinados por países comunistas no Brasil. Várias comissões intergovernamentais promovem o comércio e o investimento, mas geralmente são insignificantes e se reúnem com pouca frequência. Embora as empresas do setor privado e público do Brasil tenham fechado acordos para obter energia e tecnologias de mineração do Oriente, Brasília, em sua maior parte, presta apenas elogios à cooperação tecnológica expandida. Isso explica o pequeno número de técnicos do Bloco Soviético no Brasil. [sanitizado]

O Brasil está desapontado com seus esforços para expandir o comércio com a União Soviética e o Leste Europeu. Os produtos de baixa qualidade do Bloco Comunista encontraram resistência no mercado, limitando os aumentos nas vendas soviéticas. Simultaneamente, o rigor da moeda forte soviética e as colheitas recentes maiores sufocaram as tentativas brasileiras de expandir as exportações, especialmente em vista da reticência de Brasília em estender créditos em grande escala para compras do Bloco Soviético. Brasília ficou prejudicada ao oferecer créditos comerciais a devedores do Leste Europeu que não conseguiram cumprir as obrigações durante as agudas dificuldades do balanço de pagamentos do Brasil em

⁴⁷⁵ Olavo Egydio Setúbal (1923 - 2008).

1982-83; dívidas incobráveis da Polônia ainda são uma questão política. [sanitizado]

Embora Brasília tenha capitalizado o embargo de grãos dos EUA para aumentar rapidamente as vendas de *commodities* para Moscou no início dos anos 1980, o comércio entre o Brasil e o bloco soviético está em declínio. Em 1984, por exemplo, o Brasil exportou US\$ 1,4 bilhão para os países do Bloco Comunista (5% das exportações brasileiras), mas importou apenas US\$ 420 milhões (3% de suas importações). Dados preliminares do comércio de 1985 indicam que as exportações do Brasil para os países comunistas caíram 36%, para apenas US\$ 900 milhões, e as importações caíram 33%, para apenas US\$ 280 milhões. [sanitizado]

Crescentes contatos esquerdistas – No *front* doméstico, o compromisso do governo civil com a liberalização política promoveu uma atmosfera mais propícia para as atividades do Bloco Soviético. O levantamento da censura facilitará os esforços de propaganda do bloco que foram menores e amplamente ineficazes. A decisão de Sarney de legalizar partidos radicais de esquerda permitiu que os grupos com fortes laços com os soviéticos se reconstruíssem. Durante as eleições municipais nacionais de novembro passado, alguns partidos de esquerda tiveram um bom desempenho, conquistando várias prefeituras importantes. [sanitizado]

Moscou forneceu fundos e assessoria ao Partido Comunista Brasileiro, que supostamente dobrou seu número de membros de 6.000 para 12.000 sob o regime civil. O Kremlin provavelmente também mantém laços com o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro, um resquício político do movimento de guerrilha dos anos 1970. Por outro lado, o Partido Comunista Maoísta do Brasil⁴⁷⁶ continuou a rejeitar as propostas soviéticas. [sanitizado]

No clima político mais livre do Brasil, os soviéticos também estão tentando expandir suas relações com grupos de esquerda que não têm laços de longa data com Estados comunistas. Por exemplo, Moscou está tentando cultivar o Partido dos Trabalhadores, um grupo guarda-chuva de partidos marxistas. [sanitizado] os soviéticos forneceram financiamento ao partido, que venceu várias eleições municipais em áreas fora de seu tradicional reduto de São Paulo. Como o partido controla a Central Única dos Trabalhadores, a confederação trabalhista mais radical e ativa do Brasil, oferece aos soviéticos uma oportunidade de aumentar a influência no setor trabalhista. [sanitizado]

Perspectivas – Acreditamos que Brasília provavelmente continuará cautelosa na melhoria das relações com o Bloco Soviético. Laços ampliados são mais prováveis nas áreas que o governo Sarney considera inócuas, como intercâmbios culturais. Além disso, o Brasil gostaria de expandir as relações econômicas, em nossa opinião, mas encontrará desagrado soviético pela relutância do Brasil em reduzir seu grande superávit comercial importando mais produtos soviéticos. Em dezembro, os brasileiros estenderam por três anos um acordo para importar US\$ 20 milhões em máquinas e equipamentos soviéticos, mas esses esforços são pequenos gestos. Novos acordos de transferência de tecnologia continuarão sujeitos às dificuldades de lidar com o setor privado e empresas estatais do Brasil. Em nossa opinião, a menos que os soviéticos tenham uma grande quebra de safra, o comércio do Brasil com o Bloco provavelmente ficará estagnado no curto prazo. [sanitizado]

⁴⁷⁶ Provavelmente o PCdoB.

O governo também acompanhará de perto as atividades políticas das nações do Bloco. [sanitizado]

Acreditamos que é improvável que a URSS tenha um grande impacto na dinâmica política do Brasil no futuro próximo. Apesar do crescimento recente e das vitórias em algumas eleições municipais, os partidos de esquerda ainda ocupam uma posição relativamente menor na estrutura de poder. O maior partido governista centrista – o Movimento Democrático Brasileiro –, poderosos grupos empresariais e, mais importante, os militares, são importantes freios à esquerda. Além disso, até mesmo alguns políticos de esquerda aparentemente se opõem à cooperação estreita com os soviéticos. O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, o mais proeminente político de esquerda, está tentando construir apoio entre a classe média e consertar as relações com seus inimigos de longa data, os militares. Portanto, ele provavelmente manterá distância de Moscou para evitar prejudicar suas perspectivas presidenciais. [sanitizado]

No momento, acreditamos que há pouca chance de que os soviéticos possam aumentar sua influência por meio de grupos subversivos, que não existem neste momento. Se o direito legal da esquerda de competir pelo poder político fosse rescindido pela maioria centrista e pelos militares – um evento improvável – alguns grupos poderiam decidir recorrer às armas e buscar o apoio soviético. Impulsionados pelo sucesso nas recentes eleições municipais, porém, os partidos de esquerda pretendem agora manter a via eleitoral pacífica, a nosso ver. [sanitizado] (pp. 19-21)

154. O documento seguinte, código: CIA-RDP88T00768R000400470001-1 (Doc. 155), recebeu data de novembro de 1986 e título: ‘*South America and the Soviet Union: Slowly Expanding Ties*’, foi produzido pelo ‘*Office of African and Latin American Analysis*’ coordenado com o ‘*Directorate of Operations*’, mas seu destino não é claro. Suas 29 páginas secretas foram sanitizadas antes de sua liberação ao público em 16/07/2012.

Os recentes ganhos soviéticos na região foram modestos e vêm em grande parte como resultado do cultivo cuidadoso das relações de Estado para Estado. Essa diplomacia paciente já reforçou os laços de Moscou com o Brasil e particularmente com a Argentina, as principais potências regionais, e está ajudando os soviéticos a fazer incursões no Uruguai. [sanitizado] (p. 6)

Acreditamos que vários fatores importantes, no entanto, inibirão tanto a vontade soviética quanto a capacidade de penetrar na América do Sul. A distância do continente da URSS e o baixo potencial de mudança revolucionária em geral a manterão como prioridade de segunda ordem para Moscou. Além disso, a URSS não fará, em nossa opinião, grandes compromissos de recursos ou o risco de confronto com Washington para avançar seus objetivos na área, e permanecerá mais preocupada com os desenvolvimentos na América Central, onde Moscou vê suas apostas muito mais altas. Além disso, os estabelecimentos militares sul-americanos provavelmente permanecerão militantes anticomunistas, e o facciosismo dentro da esquerda minará a eficácia das coalizões de oposição que Moscou está apoiando. Exceto no Chile, e possivelmente no Brasil, os partidos comunistas patrocinados pelos soviéticos não ganharão muito apoio popular adicional. [sanitizado] (p. 7)

O retorno à democracia – Desde 1980, cinco nações sul-americanas, incluindo as principais potências da Argentina e do Brasil, retornaram ao regime democrático, e os novos governos civis – em contraste com a maioria de seus predecessores militares – foram mais abertos às relações com a União Soviética. Líderes de partidos de centro-esquerda, como Alfonsín⁴⁷⁷, da Argentina, e Alan Garcia⁴⁷⁸, do Peru, são herdeiros de tradições políticas que enfatizam políticas externas independentes. Outros, como Sarney do Brasil e Sanguinetti⁴⁷⁹ do Uruguai, querem mostrar que são independentes dos Estados Unidos para diminuir a pressão política dos esquerdistas domésticos. [sanitizado]

Os partidos comunistas e outros grupos de esquerda alinhados ideologicamente, ou pelo menos simpatizantes de Moscou, têm sido mais livres do que sob as forças armadas para recrutar membros e se envolver em atividades políticas. Por exemplo, a Embaixada dos EUA em Brasília informa que o Partido Comunista Brasileiro, operando legalmente pela primeira vez em décadas, dobrou seu número de membros desde o início de 1985. Embora a esquerda marxista não controle nenhum governo sul-americano, sua influência política, em nossa opinião, está subindo. As embaixadas dos EUA [sanitizado] afirmam, por exemplo, que os esquerdistas domésticos locais influenciaram o presidente brasileiro Sarney e o presidente argentino Alfonsín a silenciar suas críticas à crescente repressão interna dos sandinistas e à manipulação de Manágua do processo de paz na América Central. [sanitizado]

Deterioração das Condições Econômicas – As enormes dívidas externas contraídas no final da década de 1970 estão afetando o clima político interno e as relações externas dos países sul-americanos de várias maneiras que beneficiam indiretamente os interesses soviéticos. Quando os Estados Unidos embargaram as vendas de grãos para a URSS em 1979, os soviéticos garantiram suprimentos confiáveis e de longo prazo da Argentina, Brasil e Uruguai; esses três países agora têm interesse em expandir o comércio com a União Soviética para aliviar seus problemas de dívida e de balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo, grupos de esquerda e nacionalistas na região – alguns com apoio soviético aberto ou tácito – atacaram os programas de austeridade adotados pelos governos da área para lidar com a dívida externa como um ‘complô imperialista ocidental’ para transferir riqueza para o ‘norte’ e manter a América do Sul atolada na pobreza. Organizações de frente soviética, como o Conselho Mundial da Paz, adicionaram denúncias da dívida à sua propaganda padrão, enquanto no Peru o presidente Garcia usou o confronto com instituições financeiras ocidentais para superar os oponentes de esquerda. Finalmente, o declínio dos padrões de vida, de acordo com a imprensa e relatórios da Embaixada dos EUA, está expandindo o grupo de potenciais recrutas para grupos revolucionários de esquerda. [sanitizado] (p. 13)

Evidências substanciais demonstram que o interesse dos soviéticos pelos assuntos sul-americanos aumentou nos últimos anos [sanitizado] por exemplo, que desde 1983 Moscou lançou novas aberturas para Argentina, Brasil, Colômbia e Peru para cooperação comercial e econômica. A

⁴⁷⁷ Raúl Ricardo Alfonsín Foulkes (1927 - 2009) - presidente da Argentina entre 1983 e 1989 (MCGUIRE, 1999).

⁴⁷⁸ Alan Gabriel Ludwig García Pérez (1949 - 2019) - presidente do Peru duas vezes, de 1985 a 1990 e de 2006 a 2011 (CRABTREE, 2016).

⁴⁷⁹ Julio María Sanguinetti Coirolo - presidente do Uruguai de 1985 a 1990 e de 1995 a 2000 (cidob.org).

frequência de visitas sul-americanas de alto nível à União Soviética é inédita, incluindo os ex-chanceleres brasileiro e argentino no final de 1985 e início de 1986, respectivamente, e o chanceler uruguaio em julho deste ano. Além disso, o presidente argentino Alfonsín foi a Moscou em outubro, e será seguido pelo presidente brasileiro Sarney em 1987. [sanitizado] (p. 14)

[sanitizado] os nicaraguenses forneceram assistência mais limitada aos esquerdistas da Argentina, Venezuela, Brasil e Bolívia. No caso argentino, por exemplo, funcionários do governo Alfonsín disseram à embaixada dos Estados Unidos que membros da organização terrorista Montonero estavam em Manágua e que um membro do grupo trabalhava para o governo nicaraguense. [sanitizado] Radicais venezuelanos e brasileiros planejaram viajar para a Nicarágua em 1983 e 1985 para obter experiência em combate lutando contra os insurgentes antissandinistas. (p. 16)

Uma revisão da literatura soviética sobre a América do Sul nos leva a concluir que Moscou estabelece prioridades dentro da região com base no potencial estratégico e revolucionário dos diferentes países e, em menor grau, no ganho econômico percebido para a URSS. As publicações soviéticas indicam que os desenvolvimentos na Argentina e no Brasil serão decisivos para a região porque são os países maiores e mais desenvolvidos; uma análise soviética publicada em 1984 afirmou [sanitizado] que ambos os países estavam desenvolvendo proletariados industriais, um sinal de que o processo revolucionário marxista clássico poderia começar a se desenrolar. As publicações soviéticas também mostram um forte interesse no Chile por causa da experiência de Allende e do potencial revolucionário da esquerda, e no Peru – em grande parte devido à relação de assistência militar. Análises soviéticas publicadas atribuem a Venezuela, Colômbia, Bolívia e Equador um segundo escalão de interesse variável – mas não crítico, dependendo do tipo, ritmo e impacto da mudança política em cada país na estratégia regional de Moscou. [sanitizado]

Contatos Políticos Crescentes – Relatórios da Embaixada dos EUA indicam que a União Soviética está construindo ligações abertas e encobertas com influentes partidos e líderes políticos de esquerda independentes sul-americanos. Os soviéticos tiveram mais sucesso no Peru e no Uruguai, que têm importantes movimentos de oposição de esquerda e quase nenhuma capacidade de contrainteligência. Eles foram menos bem-sucedidos no Brasil e na Argentina, onde a esquerda é fraca ou se comporta com cautela devido ao recente retorno à democracia e às contínuas sensibilidades militares. [sanitizado] (...)

Por outro lado, os partidos e líderes políticos argentinos e brasileiros têm se mostrado menos dispostos, tanto por razões pragmáticas quanto ideológicas, a aprofundar seu relacionamento com os soviéticos, de acordo com relatórios da Embaixada dos EUA. [sanitizado] a Embaixada dos EUA em Brasília informa que, em geral, os soviéticos tiveram poucos contatos com figuras políticas não comunistas, em grande parte porque a elite política brasileira desconfia da URSS e está ansiosa para não provocar os militares anticomunistas do país que só recentemente abandonaram o poder político. Esquerdistas brasileiros, incluindo marxistas, também têm preferido partidos políticos locais, como o Partido dos Trabalhadores – uma ramificação do ativismo trabalhista militante em São Paulo no final da década de 1970 – ao ortodoxo Partido Comunista Brasileiro de linha moscovita. [sanitizado] (p. 18)

(...) Embaixadas dos EUA em outras partes do continente relatam, no entanto, que os graduados das escolas soviéticas não competem

efetivamente com seus compatriotas americanos, europeus ocidentais ou educados no país e, no caso da Colômbia, frequentemente voltam desiludidos com vida soviética e universidades. A recusa de instituições educacionais e agências governamentais colombianas e brasileiras em reconhecer graus acadêmicos soviéticos limita a influência de tais graduados nesses países. [sanitizado] (...)

Apenas Brasil e Argentina participam com alguma regularidade de intercâmbios científicos e técnicos com a União Soviética, segundo informe da embaixada regional. As trocas cobrem vários campos científicos, mas ambos os países parecem limitar a transferência de tecnologia para indústrias não sensíveis, como ferro e aço. A URSS, no entanto, está tentando usar as trocas para coletar informações. [sanitizado] (...)

O Conselho Mundial da Paz, um antigo grupo de frente soviético, estabeleceu um novo capítulo no Uruguai e está realizando reuniões mais frequentes de seus capítulos argentinos, brasileiros e equatorianos. Tais empreendimentos, no entanto, muitas vezes saem pela culatra. Em 1985, por exemplo, depois que os soviéticos convidaram grandes delegações sul-americanas para o festival da juventude de Moscou, muitos participantes argentinos e uruguaios disseram à Embaixada dos EUA em Montevidéu que se sentiam repelidos pela pesada gestão de palco dos soviéticos sobre o evento. [sanitizado]

Em nossa opinião, os soviéticos limitaram seu papel no apoio à insurgência por razões ideológicas e táticas:

- Tendo concluído que a revolução é uma perspectiva de longo prazo na América do Sul, os soviéticos exortam os revolucionários, exceto no Chile, a explorar as oportunidades não violentas apresentadas pelo retorno da democracia. Essa abordagem também ajuda os soviéticos a evitar qualquer dano ao seu cuidadoso cultivo de relações Estado a Estado na área, particularmente com o Brasil e a Argentina.
- Moscou está ciente de que em outras partes do continente os movimentos insurgentes são inexistentes, como no Brasil e no Paraguai, ou são muito pequenos ou inativos, como na Argentina, Uruguai e Venezuela.
- Desde 1984, os altos comandos brasileiros, colombianos e venezuelanos recusaram-se a trocar adidos militares com a URSS por causa das possíveis ramificações de segurança e inteligência. (p. 22)

A.7 Nazismo

155. O primeiro documento do qual tratarei aqui tem o mesmo código e título: ‘Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0015’ (Doc. 185), mas a data não foi informada. Acredito que seja bem antigo, pois trata-se de um formulário padrão escrito à máquina de datilografar, trazendo o nome, data e local de nascimento de Josef Mengele, além de sua possível localização: ‘Paraguai, Argentina e Brasil’ (p. 1), ou seja, é uma simples ficha burocraticamente arquivada. O documento era secreto, mas não foi informada a data de sua liberação.

156. Este documento, de código: CIA-RDP62-00865R000300030004-4 (Doc. 27), datado de 08/07/1953 e título: ‘*German Nationalist and Neo-Nazi Activities in Argentina*’. Sua origem foi sanitizada e seu destino consta como sendo ‘*WH Division*⁴⁸⁰’. Suas 61 páginas são fonte de uma gama bem considerável de informações acerca de personagens, datas, organização, ações políticas, espionagem e assuntos variados de segurança. Por ter sido secreto foi sanitizado antes de sua liberação em 11/04/2000.

A introdução do documento é colocada na íntegra, abaixo, por servir para situar o leitor acerca dos acontecimentos que envolveram os nazistas, principalmente na Argentina, para depois trazermos mais informações dos demais documentos desta seção e tocarmos em Brasil e Paraguai, nosso foco principal.

RESUMO – A evidência da intenção de continuar as atividades nazistas e da crença no eventual ressurgimento do nazismo tem sido aparente entre os alemães na Argentina desde 1946. Organizações paralelas deixadas para traz por oficiais do Partido Nazista e do Terceiro Reich após o rompimento das relações diplomáticas entre Argentina e Alemanha, em 1944, continuaram a funcionar. As comunicações não foram interrompidas entre núcleos de nazistas radicais na Argentina, Europa e Oriente Médio. Desde 1945, a imigração selecionada tem sido promovida por organizações alemãs com a ajuda do governo argentino. O próprio governo e as Forças Armadas empregaram economistas nazistas e especialistas militares como assessores técnicos. Cientistas alemães são contratados para pesquisas em física nuclear, propulsão a jato e mísseis guiados.

A fim de melhorar e regular as comunicações entre a pátria e os alemães no exterior, líderes nacionalistas e neonazistas na Alemanha discutiram a possibilidade de estabelecer uma nova entidade como a Organização Estrangeira do Partido Nazista, *Auslandsorganisation*⁴⁸¹ (AO⁴⁸²), NSDAP⁴⁸³. Por meio dessa agência, os governantes do Terceiro Reich arregimentaram populações germânicas em países estrangeiros, cumpriram objetivos políticos e econômicos nazistas no exterior, coletaram informações e realizaram operações secretas; o sucesso desta instrumentalidade foi notável na Argentina. A nova ‘AO’ proposta serviria a um propósito quádruplo semelhante: atuar como porta-voz dos alemães no exterior, representar seus interesses na política alemã e no governo local, facilitar a emigração e obter informações por meio de alemães que vivem ou viajam fora das fronteiras da Alemanha.

Foi o grande partido de refugiados de direita do Gesamtdeutscher Block⁴⁸⁴ da Alemanha, mais conhecido como BHE⁴⁸⁵, que patrocinou esta proposta. Os problemas dos refugiados e o sentimento irredentista na Alemanha

⁴⁸⁰ Possivelmente se refere à Casa Branca (*White House*).

⁴⁸¹ Organização estrangeira.

⁴⁸² Ver: As comunidades alemãs frente ao nazismo no Brasil e no Chile: uma História comparada (PAULA, 2016).

⁴⁸³ Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ou Partido Nazista. Ver: A suástica sobre o Brasil (OLIVEIRA NETO, 2019).

⁴⁸⁴ Bloco exclusivamente alemão.

⁴⁸⁵ *Block der Heimatsvertriebenen und Entrechteten* (Bloco dos sem-teto e desprivilegiados).

continuarão a dar substância à agitação e aos esforços organizacionais dos extremistas. Pode-se esperar que os grupos direitistas e nacionalistas mantenham viva, de alguma forma, a ideia de uma Organização Estrangeira reconstituída.

A situação na Argentina é particularmente favorável para tal renascimento. Uma organização bem enraizada foi estabelecida antes da retirada ou expulsão de oficiais alemães e agentes nazistas conhecidos. O presidente PERÓN⁴⁸⁶ é politicamente obrigado aos líderes da colônia alemã e em um discurso recente reafirmou publicamente sua amizade por seus ‘velhos camaradas da Wehrmacht’⁴⁸⁷ e ‘a eterna e gloriosa Alemanha de todos os tempos’. Há pouca diferença ideológica entre peronismo e nazi-fascismo. Seria perfeitamente possível, em circunstâncias favoráveis, que o partido do governo peronista se voltasse para uma colaboração aberta com o neonazismo-fascismo. Uma minoria da colônia alemã na Argentina hoje está envolvida em atividades neonazistas. No entanto, ‘no caso de um forte ressurgimento do nazi-fascismo como fator de poder na Europa, os grupos pró-fascistas locais poderiam rapidamente alcançar uma importância desproporcional ao seu pequeno número atual’.

Tanto o movimento neonazista na Argentina quanto as organizações nacionalistas radicais na Alemanha carecem de unidade e liderança dominante. Eles são geralmente guiados, no entanto, por um único objetivo básico, que é destruir ou invalidar o capitalismo democrático e estabelecer uma economia planejada em escala global, através da agência de governos fortes e totalitários. Os dispersos neonazistas também têm em comum certo otimismo quanto ao futuro e parecem contar com amplo apoio financeiro. Eles recebem apoio de industriais e financistas como Ludwig FREUDE⁴⁸⁸ e, possivelmente, Fritz MANDL⁴⁸⁹ na Argentina e Johannes BERNHARDT⁴⁹⁰ na Espanha. Veteranos de guerra nazistas como Otto SKORZENY⁴⁹¹ e o ás da aviação coronel Hans-Ulrich RUDEL⁴⁹² servem ou são usados por líderes desconhecidos para estimular o interesse e coordenar os esforços organizacionais. Durante os últimos cinco anos, Skorzeny e Rudel viajaram em um trajeto que tocou Buenos Aires, Madri, Cairo, Munique, Viena, Dublin e Paris.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de 7.000 alemães entraram na Argentina. Essa imigração foi facilitada pelo governo argentino, que permitiu que seus escritórios consulares no exterior fornecessem documentação e criou postos para funcionários nazistas e neonazistas argentinos nos quais eles poderiam selecionar imigrantes de acordo com a história política e as tendências ideológicas dos requerentes.

Há evidências substanciais de comunicações e planejamento coordenado, desde aquela época, que ligam grupos neonazistas na Argentina com: (1) vários núcleos de atividade nacionalista radical na Alemanha,

⁴⁸⁶ Ênfase do texto original, o que se repetirá em muitos dos nomes que aparecerão.

⁴⁸⁷ Wehrmacht - nome das forças armadas da Alemanha Nazista (NEITZEL; WELZER, 2014).

⁴⁸⁸ Ludwig Freude (1889 - 1956) (BRUNS, 20026).

⁴⁸⁹ Friedrich Alexander Maria "Fritz" Mandl (NEWTON, 1986).

⁴⁹⁰ Johannes Eberhard Franz Bernhardt (1897 - 1980) empresário hispano-alemão e conhecido nazista. Ver: Johannes Bernhardt. *Un nazi en Madrid* (<<http://www.historiadeiberiavieja.com/secciones/historia-contemporanea/johannes-bernhardt-nazi-madrid>>).

⁴⁹¹ Otto Skorzeny (1904 - 1975) oficial da Schutzstaffel, especialista em operações especiais durante a Segunda Guerra Mundial (LAMOUNIER, 2009).

⁴⁹² Hans-Ulrich Rudel (1916 - 1982) aviador militar alemão (GUTERMAN, 2016).

particularmente a Bruderschaft⁴⁹³ e Freikorps Deutschland⁴⁹⁴; e (2) os líderes da organização internacional neofascista ‘Associação de Movimentos Nacionalistas Europeus’, através de seu escritório permanente na Espanha.

Os nacionalistas argentinos e os neonazistas geralmente são hostis aos EUA e à URSS. Alguns líderes neonazistas na Argentina e na Alemanha, no entanto, defendem a colaboração com os comunistas. Eles estiveram em comunicação com o antigo escritório da Wehrmacht e Waffen-SS⁴⁹⁵ na Zona Soviética da Alemanha e com membros do chamado Círculo Naumann⁴⁹⁶, recentemente presos pelas autoridades da Zona Britânica por conspiração para derrubar a República da Alemanha Ocidental. Membros do Círculo Naumann, com quem neonazistas da Argentina tinham contato, negociavam com representantes soviéticos.

O governo da URSS mostrou um interesse marcante na Argentina peronista nos últimos meses. O novo embaixador argentino foi recebido com atenção lisonjeira. Uma missão comercial soviética chefiada por um alto funcionário foi enviada à Argentina. A União Soviética apoia indiretamente e aparentemente planeja capitalizar a propaganda e as intrigas antiamericanas de Perón. A diplomacia soviética no futuro poderá prestar atenção em cortejar os peronistas e possivelmente seguir a linha estabelecida pela política alemã vinte anos atrás; ou seja, encorajar a ambição de longa data da Argentina de dominar um bloco de nações sul-americanas. Isso satisfaria tanto os desejos comunistas quanto os neonazistas-fascistas, se tendesse a separar a área da influência dos EUA e obstruísse os esforços dos EUA para preservar a unidade hemisférica e as alianças dentro da Organização dos Estados Americanos. (pp. 3-4)

A organização ‘A Nova Europa Socialista’, de acordo com o relatório de Bruxelas, previa a destruição do sistema democrático no mundo e ‘a instalação de governos fortes e autoritários capazes de... impedir o retorno de crises econômicas... estabelecimento da economia planificada em escala global’. A filial sul-americana, centralizada na Argentina, combateria a influência dos EUA em todo aquele continente. Com a cumplicidade de alguns grandes financistas internacionais, bem como através da alocação de certos créditos criteriosamente colocados, ‘grande parte do comércio e indústria da América do Sul, principalmente na Argentina, Brasil, Honduras e Paraguai, representando cerca de um bilhão de dólares’, já se dizia estar ‘nas mãos dos promotores deste novo movimento’. Seus agentes, disfarçados de representantes comerciais, já ‘estavam pesquisando os países ocidentais e comunicando informações aos centros de Madri e Buenos Aires’. (p. 15)

III. A ORGANIZAÇÃO FIQUE PARA TRÁS⁴⁹⁷ NAZI NA ARGENTINA – Quando a filial argentina da *Auslandsorganisation* foi estabelecida em 1933 sob o comando do Dr. Gottfried BRANDT⁴⁹⁸, foi com o propósito anunciado de fomentar as relações comerciais entre Argentina, Brasil e

⁴⁹³ Fraternidade, fraternidade, confraria.

⁴⁹⁴ Freikorps - grupos paramilitares que surgiram em toda a Alemanha após a derrota do país na Primeira Guerra Mundial (CABALLERO JURADO; BUJEIRO, 2001).

⁴⁹⁵ Waffen-SS - ramo militar da organização Schutzstaffel do Partido Nazista (Costa, 2013).

⁴⁹⁶ O Círculo Naumann - grupo de ex-nazistas em torno de Werner Naumann.

⁴⁹⁷ O termo usado foi *Stay-behind*.

⁴⁹⁸ Citado em: *The German Argentines between Nazism and Nationalism: The Patagonia Plot of 1939* (NEWTON, 1981).

Alemanha. A polícia argentina logo percebeu que suas operações não se limitavam a assuntos comerciais e o colocou sob vigilância. Foi finalmente ordenado o seu fechamento por Decreto Executivo de 15 de maio de 1939. Este decreto foi dirigido contra a infiltração totalitária na Argentina. Três meses depois, porém, estava Alfred MUELLER⁴⁹⁹, já conhecido dos serviços de inteligência argentinos ‘por sua capacidade de inculcar objetivos e métodos nazistas no país para o qual foi designado’. (p. 18) Rodolfo Freude⁵⁰⁰ renunciou ou foi demitido do cargo por Perón em 1951, após o início de uma investigação sobre suas atividades fora do país, especialmente no Paraguai. No entanto, ele continua ativo nos assuntos que o ligam aos imigrantes nazistas e às atividades nazistas ressurgentes na colônia alemã. (p. 24)

A revista *Der Weg*⁵⁰¹ apareceu pela primeira vez em julho de 1947. É a porta-voz do neonazismo e por isso foi banida da Alemanha Ocidental. Diz-se que sua circulação mensal é de 3.000 exemplares. Atualmente, a influência de *Der Weg* na Argentina não é considerada significativa, mas pode servir para colocar ex-nazistas argentinos e recém-chegados alemães em contato com o movimento neonazista secreto. A revista também é distribuída no Chile e no Brasil. Cópias gratuitas foram incluídas em pacotes de alimentos enviados para a Alemanha por um serviço local conhecido como ‘McMillan’. Esta empresa teria circulado para países da América Latina literatura Cominform⁵⁰² que já havia sido traduzida para o espanhol na Rússia. (p. 26)

Em 1º de novembro de 1943, os agentes do SD⁵⁰³ informaram à Alemanha que haviam reunido alguns integralistas⁵⁰⁴ brasileiros com o Estado-Maior argentino e foi oferecido ajuda aos integralistas ‘com a formação de um bloco sul-americano contra os EUA...’ Em outra mensagem, os agentes da SD disseram que ‘Perón caracterizou a Revolução Argentina como Continental. O primeiro resultado é a Bolívia. O movimento está se desenvolvendo satisfatoriamente no Chile, Paraguai, Peru e até no Uruguai’. (p. 27)

Outro ex-amigo pró-Eixo e recente visitante do presidente Ibáñez⁵⁰⁵ é o ex-presidente Higinio MORÍNIGO do Paraguai. O General Morínigo agora vive na Argentina. Ele é gerente da filial de Buenos Aires do MSI, o movimento neofascista italiano, liderado na Argentina por Vittorio MUSSOLINI⁵⁰⁶. (p. 28)

As atividades neonazistas na Argentina aparentemente se conectam em vários pontos diferentes com os movimentos de direita alemães. Tanto o Freikorps Deutschland quanto o Die Bruderschaft têm vínculos definitivos com a Argentina, e estão entre esses grupos de veteranos, com sua filosofia irredentista e simpatizantes expulsos, que são os perigos reais de um renascimento nacional-socialista. Após o colapso em 1945, a maioria dos líderes do Partido que escaparam da execução e não cometeram suicídio

⁴⁹⁹ Referência externa conclusiva não encontrada.

⁵⁰⁰ Rodolfo Freude (1922 - 2003) - homem próximo do presidente Juan Perón como diretor da Divisão de Informação.

⁵⁰¹ O caminho.

⁵⁰² Também conhecido como *Kominform*.

⁵⁰³ *Sicherheitsdienst* (Serviço de Segurança).

⁵⁰⁴ Ver: A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas (TRINDADE, 2016).

⁵⁰⁵ Carlos Ibáñez del Campo (1877 - 1960) - presidente do Chile (1927 a 1931 e de 1952 a 1958) (BRAHM GARCÍA, 2011).

⁵⁰⁶ Vittorio Mussolini (1916 - 1997) - o segundo filho do ditador italiano Benito Mussolini.

foram presos ou fugiram para a Itália, Espanha, Argentina ou Brasil. Quando foram libertados ou emergiram de seus esconderijos, eles não se juntaram ou formaram partidos políticos abertamente. Suas atividades foram realizadas dentro de pequenos círculos privados que mantiveram contato com os grupos nazistas no exterior e com as Waffen-SS. (p. 29)

Em outra fase do movimento neofascista durante 1951, Pierre PASCAL⁵⁰⁷, especialista em propaganda e ex-colaborador de Pierre LAVAL⁵⁰⁸, tentou formar uma confederação de elementos nacionalistas franceses e italianos e estabelecer centros na França através de conexões neonazistas francesas. As filiais da Pascal supostamente tinham centros em Alexandria, Cairo, Madri e São Paulo. Alegadamente, eles estavam em contato com o príncipe Hubertus zu LOEWENSTEIN⁵⁰⁹, que lidera um grupo alemão menor chamado Ação Alemã (Deutsche Aktion), defendendo o revisionismo e a restauração nacional da Alemanha. Nada mais foi relatado ligando Loewenstein ao movimento neofascista internacional. Seu apoio na Alemanha vem de círculos intelectuais e aristocráticos, e ele também recebe ajuda financeira da Argentina e dos EUA. (p. 35)

Uma fonte no Paraguai, relatando em maio de 1953, afirma que um grande número de alemães naquela área estão se inclinando cada vez mais para o lado dos comunistas, não por simpatia pró-comunista, mas por acreditar que a Alemanha pode alcançar melhor seus objetivos nacionais através da aliança com os soviéticos. Esta atitude foi inculcada pelos esforços de propaganda por parte dos colonos alemães do pós-guerra que continuam a chegar à área; houve um consequente aumento do sentimento anti-EUA. (p. 38)

Entre os especialistas econômicos alemães consultados por Perón junto com o Dr. Guido Schmidt⁵¹⁰, segundo o relatório citado, estava Karl von RITTER⁵¹¹, ex-embaixador nazista no Brasil, que retornou à América do Sul desde a Segunda Guerra Mundial. Antes de sua missão no Brasil, von Ritter foi Diretor da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. O Dr. Clodius⁵¹² serviu então sob sua direção. A coincidência desta associação anterior não implica que von Ritter endosse os pontos de vista atuais do Dr. Clodius, mas pode indicar um canal de comunicação para a apresentação desses pontos de vista. (p. 42)

Imediatamente depois que os nazistas chegaram ao poder, em 30 de janeiro de 1933, foram tomadas medidas para absorver no Partido todos os indivíduos, instituições e sociedades culturais alemãs localizadas em países estrangeiros. O antigo *Deutsches Ausland-Institut* (DAI), foi formado em 1917 com o objetivo de promover os interesses alemães, mantendo contato com pessoas de origem alemã no exterior. Em 1933, esta organização foi colocada sob controle nazista direto. Ao assumir os arquivos da DAI, os nazistas obtiveram dados abrangentes sobre todos os alemães em todo o mundo. Foi dada atenção simultaneamente para trazer todas as

⁵⁰⁷ Referência externa não localizada.

⁵⁰⁸ Citado em: O Governo provisório de Vichy-A criação do Estado fascista francês e a perseguição aos judeus (ANDRADE, 2014).

⁵⁰⁹ Possivelmente se trate de Hubertus zu Löwenstein - Wertheim-Freudenberg (1906 - 1984).

⁵¹⁰ Referência externa não localizada.

⁵¹¹ Karl von RITTER (1883 - 1968) - "Em junho de 1937, chegou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para assumir as funções de embaixador de seu país" (CPDOC / FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ritter-karl>>).

⁵¹² Possivelmente: Carl August Clodius (1897 - 1952), mas as datas não batem.

organizações alemãs estabelecidas para a estrutura unificada do NSDAP em países específicos. A primeira organização nacional do Partido Nazista fora da Alemanha foi efetivada no PARAGUAI em 1931. (p. 53)

Ainda mais eficazes, por causa de sua maior influência política, foram os esforços nazistas para se infiltrar, organizar ou patrocinar partidos políticos nativos de inclinação totalitária ou nacionalista extrema. Entre estes estavam o Partido Conservador da Colômbia, os Integralistas do Brasil, os Sinarquistas no México e várias facções nacionalistas na Argentina. A Legião Cívica Argentina, a Associação Argentina de Grêmios, a *Alianza de la Juventud Nacionalista* e o Partido Social Argentino (não socialista) foram usados para desenvolver propaganda e agitação contra as democracias e a favor do totalitarismo.

A estratégia nazista previa a criação de um grupo de Estados totalitários, incluindo Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Brasil, todos controlados sob a orientação alemã, a partir do Uruguai. Os movimentos nacionalistas nativos deveriam ser usados para promover esse objetivo e servir como a quinta coluna local quando os nazistas tomassem o hemisfério. Eles se tornariam baluartes para a proteção política dos interesses alemães. (p. 55)

Havia seis Direções Territoriais controlando as várias zonas de organização nazista na América do Sul, com sede em Buenos Aires, Santiago, Lima, Bogotá, Rio de Janeiro e Havana. (p. 57)

157. O documento que segue descrito abaixo tem data de 11/07/1965 e código: CIA-RDP73-00475R000402650001-0 (Doc. 33). Seu título é ‘*The Last Nazi Redoubt*’ e trata-se de um artigo de jornal, possivelmente publicado pelo ‘*Washington Post and Times Herald*’, assinado por Jack Brannan. Sua única página traz informações acerca da presença de Nazistas conhecidos no Cone Sul e da perseguição israelense a eles. Embora haja informação de sanitização, aparentemente não houve essa prática. Sua liberação deu-se em 20/12/2013.

O Dr. Josef Mengele⁵¹³, médico chefe do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, era conhecido como o ‘Anjo da Morte’. Ele reside no Paraguai sob um nome falso que aparentemente é desconhecido das autoridades paraguaias ou da Alemanha Ocidental. Mas fontes altamente autorizadas confirmam sua presença lá. (...)

Um grupo [de agentes secretos israelenses] que se identificou como ‘Aqueles que nunca esquecerão’ localizou um ex-chefe do partido nazista na Letônia, Herbert Albert Cukurs⁵¹⁴, que operava um negócio de excursões de hidroavião em São Paulo, Brasil. Atraíram-no para Montevideú, Uruguai, com uma oferta de negócios em fevereiro e o assassinaram.

(...) Mengele viveu abertamente na Argentina, Brasil e Paraguai durante anos e não mudou de nome até que Eichmann⁵¹⁵ foi capturado. (...)

⁵¹³ Josef Mengele (1911 – 1979) - médico no campo de concentração de Auschwitz durante a 2ª Guerra Mundial (DUMINELLI; HAHN, 2012).

⁵¹⁴ ‘O açougueiro da Letônia’ (1900 – 1965) (NAGORSKI, 2017).

⁵¹⁵ Otto Adolf Eichmann (1906 - 1962) - SS-*Obersturmbannführer* da Alemanha Nazista, responsável pela organização do transporte de judeus (principalmente) aos campos de concentração (ARENDDT, 2003).

Mas do outro lado do baralho, a polícia brasileira prendeu o ex-falsário nazista Franz Bauer Ribka⁵¹⁶ em março passado por usar sua habilidade de falsificar para benefício pessoal no Brasil. Ribka foi associado ao famoso círculo de espionagem Cícero⁵¹⁷ dos nazistas, que imprimia dólares falsos para uso contra os Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Fontes oficiais dizem que pelo menos 50.000 alemães migraram para Argentina, Brasil, Chile e Paraguai entre 1945 e 1951. (...) (p. 1)

158. O próximo documento, de código e título: ‘Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0020’ (Doc. 186), datado de 18/07/1972, é composto por duas páginas sanitizadas, com trechos sublinhados, anotações, rubricas, riscos, códigos diversos e carimbos, como se tivesse passado por diversas mãos distintas. trata-se de um formulário secreto. Devido à confusa apresentação é difícil determinar origem e destino, assim como a data de liberação. O memorando informativo pode ter sido escrito por um agente da CIA hispanófono com origem ou parentesco germânico, pois os erros na escrita em inglês ora soam como alemão (und no lugar de and), ora como espanhol.

1. De acordo com três relatórios de contato separados, Mengele chegou ao Paraguai pela primeira vez por volta de 1951 e vive alternadamente no Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai. Ele trabalhou por algum tempo como vendedor da empresa de máquinas agrícolas da Alemanha Ocidental no Paraguai e Argentina. Durante o tempo em que esteve no Paraguai, Mengele nunca tentou esconder a identidade ou usar nome falso, mesmo em viagens frequentes à Argentina e ao Brasil. Em 27 de novembro de 59 foi naturalizado cidadão paraguaio sob o nome de Josep Mengele, natural de Gunzburg, Baviera, 16 de março de 1911, esposa Marta Maria Hill⁵¹⁸, filho Rudolf ou Rolf.

Segundo [sanitizado] estava tentando adquirir terras agrícolas na zona do alto Paraná, em frente à província argentina (esta é a mesma área da fazenda mencionada como propriedade de Mengele, Becker e Varela⁵¹⁹). Mengele desapareceu misteriosamente em 1960 e, segundo rumores, foi para Mato Grosso, Brasil. agentes israelenses em meados de 1960 fizeram uma busca intensa tanto em Assunção quanto no interior do Paraguai, não encontraram Mengele e sentiram que ele havia ido para o Brasil. A Alemanha Ocidental solicitou a extradição de Mengele em 11 de agosto de 62 e o tribunal paraguaio emitiu uma ordem de detenção para ele em 7 de novembro de 62.

Em 16 de novembro de 70, um juiz paraguaio declarou esta ordem ainda em vigor. Mengele também detinha a cédula argentina no. 3.940.484, emitida em Buenos Aires em 27 de novembro de 56.

⁵¹⁶ Referências externas não encontradas.

⁵¹⁷ Pode estar se referindo a Elyesa Bazna (albanês: Iliaz Bazda, 1904 - 1970) foi um famoso agente secreto da Segunda Guerra Mundial, conhecido como Cícero (ADAMS, 2009).

⁵¹⁸ Marta Maria Hill teria sido cunhada de Josef Mengele, cujo irmão morrera anos antes (<https://veja.abril.com.br/cultura/ditadura-argentina-copiou-metodo-nazista-para-roubar-bebe-s-diz-historiador/>).

⁵¹⁹ Mais informações em: Mengele: a história completa do anjo da morte de Auschwitz (POSNER; WARE, 2019).

2. Carlos Meya Cheblic⁵²⁰ relatou em 19 de novembro de 70 que tinha ouvido de um amigo não identificado que o dr. Jose (sic) Menvele estava residindo recentemente em Villa Curuguaty em 25 de outubro de 70 (Curuguaty está localizado a nordeste de Assunção a aproximadamente 45 km da fronteira brasileira, no departamento de Caaguazú). Mengele estava trabalhando como mecânico de automóveis.
3. [sanitizado] telegrama 1819, 20 de novembro 70 noticiado [sanitizado] e seus colegas alemães e israelenses concordam com os pronunciamentos do GOP⁵²¹ afirmando que nenhuma informação veio à tona nos últimos anos para indicar Mengele no Paraguai.
4. Os rumores recorrentes relatados são de que Mengele está em um rancho bem guardado, perto de Encarnación, no leste do Paraguai, ou no Chaco, e que ele é protegido por Stroessner, Coleman⁵²² ou Rodriguez⁵²³. (pp. 1-2)

159. Este novo documento, de código e título ‘Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0022’ (Doc. 187) foi datado de 10/06/1974, tendo 5 páginas com marcas de secreto e confidencial, mas que foi sanitizado em poucos pontos. A data de liberação não consta no documento. Foi dirigido ao ‘chefe da divisão do hemisfério ocidental’ e produzido pelo ‘chefe da estação [sanitizado]’.

1. Por volta das 14 horas do dia 4 de junho, o Sr. Peter Jacoby⁵²⁴[anotação ilegível nesta parte] me convidou para participar de uma sessão de esclarecimento com o Sr. Robert Trostle⁵²⁵, um colaborador do Chicago Daily News. Trostle estava tentando determinar o paradeiro de Josef Mengele, o ex-médico nazista que havia sido responsável pela instalação médica em Auschwitz. Trostle havia falado com o embaixador alemão Von Sothen⁵²⁶ na tentativa de determinar a localização atual de Mengele no Paraguai. O embaixador alemão não tinha nenhuma informação específica recente e deu a entender que eles não tentariam ativamente encontrar Mengele. Ele disse que um ex-soldado alemão chamado Federichi havia sido espancado até a morte no ano passado por terroristas de Israel que pensavam que ele era Mengele. A esposa de Federichi perdeu partes de uma de suas orelhas e seu estômago estava aberto como resultado do espancamento. Ela sobreviveu à tentativa e, aparentemente, escreveu uma carta ao embaixador alemão solicitando uma pensão como resultado de seu marido ser um ex-soldado. Essas pessoas eram bem conhecidas dos habitantes paraguaios locais. Eles vieram da

⁵²⁰ Referência externa não encontrada.

⁵²¹ *Government of Paraguay* (Governo do Paraguai).

⁵²² General Patricio Coleman, citado em *The Military and the State in Latin America* (ROUGUIE, 1987, <<https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft9b69p386&chunk.id=nsd0e3229&toc.id=endnotes&toc.depth=1&brand=ucpress&anchor.id=d0e3595#X>>).

⁵²³ General Andrés Rodríguez Pedotti (1923 - 1997) - Presidente do Paraguai de 1989 a 1993, citado em *The Military and the State in Latin America* (ROUGUIE, 1987, <<https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft9b69p386&chunk.id=nsd0e3229&toc.id=endnotes&toc.depth=1&brand=ucpress&anchor.id=d0e3595#X>>).

⁵²⁴ Referência externa não encontrada.

⁵²⁵ Referência externa não encontrada.

⁵²⁶ Referência externa não encontrada.

Prússia Oriental no final da Segunda Guerra Mundial em uma tentativa de fugir das atividades políticas.

2. Trostle, com base na recomendação do embaixador Landau, foi ao Tirol Hotel⁵²⁷ perto de Encarnación e falou com o gerente, Armando Reynerats⁵²⁸, um ex-cidadão belga e pró-nazista que supostamente conhecia Mengele muito bem. Reynerats disse que a última vez que viu Mengele foi em 1970. Mengele era um hóspede e visitante frequente e residia na comunidade alemã vizinha chamada Hohenau em uma fazenda de propriedade de Alvin Krugg⁵²⁹. Reynerats disse que Mengele era uma pessoa legal, que ele havia prestado assistência médica para muitas pessoas sem nenhum custo; que Mengele jogava com mais frequência um jogo de cartas chamado Scat⁵³⁰; que ele nunca falava de política, mas visitava frequentemente o hotel. Ele passou a noite lá em quatro ou cinco ocasiões diferentes. Reynerats recomendou que Trostle falasse com o pastor Held⁵³¹, um ministro alemão que vivia em Hohenau desde 1970 e que conhecia bem Mengele. Quando Trostle falou com o pastor Held, ele inicialmente disse que nunca tinha ouvido falar ou conhecido Mengele. O pastor Held perguntou a Trostle quem o havia enviado e quando Trostle mencionou o nome Reynerats, o pastor Held então confessou que Mengele havia morado lá. Ele disse que estava com medo de revelar os detalhes a um estranho. O pastor Held recomendou que Trostle falasse com Ebaldo Krugg⁵³² e disse que poderia fornecer mais detalhes sobre Mengele. Quando Trostle falou com Krugg, ele admitiu que era um Nazista e estava esperando o renascimento do Partido Nazista da América Latina. A princípio, ele se recusou a admitir que Mengele estivesse em sua casa, mas depois admitiu que poderia entrar em contato com Mengele, se necessário. Krugg disse que havia fornecido detalhes a duas revistas alemãs há cerca de dois anos, e que mais tarde um paraguaio se identificando como secretário particular do presidente Stroessner foi até sua casa e o aconselhou a manter a boca fechada sobre o assunto e não liberar quaisquer dados adicionais. Krugg disse que Mengele ainda aparece, mas que tem seus protetores (guarda-costas).

3. O Dr. Miguel Angel Bestard⁵³³, Secretário Geral do Ministério do Interior, deu a Trostle os nomes de duas pessoas que poderiam ajudá-lo. O primeiro foi o Dr. Guillermo Heike⁵³⁴, Cônsul da Finlândia e dentista. Heike também admitiu ser nazista. De acordo com Bestard, Heike era o dentista de Mengele. Heike disse que nunca havia sido dentista de Mengele, mas logo discutiu em detalhes os dentes de Mengele. Mais tarde, ele admitiu ter mudado os dentes de Mengele. Heike disse que havia duas pessoas que poderiam fornecer detalhes sobre Mengele. O primeiro, Werner Jung⁵³⁵, presidente do Partido Nazista Paraguaio, um nazista

⁵²⁷ O hotel ainda existe, mas encontra-se fechado.

⁵²⁸ Referência externa não encontrada.

⁵²⁹ Referência externa não encontrada.

⁵³⁰ Ver: Conheça o jogo de cartas alemão skat, que completa 200 anos (<<https://m.folha.uol.com.br/dw/2013/11/1363846-conheca-o-jogo-de-cartas-alemao-skat-que-completa-200-anos.shtml>>).

⁵³¹ Referência externa não encontrada.

⁵³² Referência externa não encontrada.

⁵³³ Citado em: *Paraguayan Dictator Ousted: Summary Of Events* (NEAGLE, 1989).

⁵³⁴ Referência externa não encontrada.

⁵³⁵ Referência externa não encontrada.

inflexível que foi forçado a deixar o Paraguai e agora vive em Barcelona, Espanha. Ele era um amigo íntimo de Mengele. O segundo foi Otto Biss⁵³⁶, um médico que anteriormente serviu no corpo médico do exército alemão como médico. Trostle descreveu Biss como um homem idoso que conhecia bem Mengele e como o único médico no Paraguai que teve amplo contato profissional com Mengele. De acordo com Biss, ele foi chamado como consultor em um caso médico há aproximadamente seis anos (por volta de 1968), porque Martin Bormann estava morando com Mengele e estava seriamente doente. Biss disse que tratou pessoalmente Bormann e deu a entender que Bormann ainda estava no Paraguai e ainda precisava de tratamento médico para sua doença. Biss disse que Mengele está aqui no Paraguai e que ele pensaria em fornecer dados de pesquisa para Trostle. Biss disse que Mengele passou por uma cirurgia plástica e que parece muito mais jovem do que sua idade. Biss perguntou se Trostle tinha visto César Agosto SONABRIG⁵³⁷, que foi advogado de Mengele em Assunção. Sonabrig era o segundo nome que Bestard recomendara a Trostle porque Sonabrig era advogado de Mengele quando Mengele solicitou a cidadania. Ele reside em 1065 F. R. Moreno em Assunção (Fulgencio R. Moreno #507 é supostamente uma casa na qual Mengele viveu.) A casa aparentemente estava bem protegida e guardada pelo que Trostle chamou de ‘armamento pesado’. Quando Sonabrig falou com Trostle, ele disse que só havia encontrado Mengele em uma ocasião, quando teve que preparar seu escrito para o tribunal supremo sobre seu pedido de cidadania. Ele classificou isso como apenas uma ocorrência profissional, e que eles não falavam de política. Sonabrig não admitiu ter nenhum contato recente com Mengele.

160. Este documento que segue tem a mesma forma do anterior, ele traz uma matéria de *The Washington Post*, datado de 03/08/1979, código: CIA-RDP90-01208R000100140089-1 (Doc. 162) e título: ‘*Nazis Abound in South America*’, de autoria de Jack Anderson. Sua única página foi liberada em 22/02/2011.

Aparentemente, não é coincidência que algumas dessas ditaduras sejam refúgios para criminosos de guerra nazistas que conseguiram escapar do colapso da Alemanha de Hitler em 1945. Fontes competentes disseram ao nosso associado Dale Van Atta⁵³⁸ que os refugiados nazistas ofereceram seus conhecimentos desumanos à polícia secreta de seus países adotivos e podem até estar dirigindo algumas das torturas e extermínio de dissidentes políticos ao estilo de Hitler.

E pode não ser coincidência que cinco dos países citados nas acusações de tortura – Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina também sejam membros de um consórcio internacional de assassinatos conhecido como ‘Operação Condor⁵³⁹’. Como informamos anteriormente, a seção ‘Fase Três’ da Condor primeiro identifica inimigos comuns em países estrangeiros (incluindo os Estados Unidos), depois os rastreia e finalmente os elimina. A execução com dinamite do líder exilado chileno Orlando

⁵³⁶ Referência externa não encontrada.

⁵³⁷ Referência externa não encontrada.

⁵³⁸ Dale Van Atta - palestrante, romancista e jornalista.

⁵³⁹ Ver detalhes na seção Terrorismo desta tese.

Letelier⁵⁴⁰ em Washington há três anos foi listada pelo FBI como uma possível operação da Condor. (p. 1)

161. Neste novo documento, de código: NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1_0004 (Doc. 201), datado de fevereiro de 1984 e título: '*Nazis in South America (DI) Vol. 1_0004*', o Brasil apenas aparece negociando tarifas de exportação de aço. A parte interessante cabe ao Paraguai. Originado no Departamento de Estado, o documento foi destinado aos postos diplomáticos norte-americanos. Suas 13 páginas foram liberadas devido ao '*Nazi War Crimes Disclosure Act*', mas a data não pôde ser precisada. A comunicação foi feita de forma semelhante a um antigo Fac-símile (Fax) e todo escrito em caixa alta.

PARAGUAI: Serviços de transmissão de Assunção, página 6, ('Caçador de nazi em busca de Mengele no paraguai') diz que a caçadora de nazi Beate Klarsfeld⁵⁴¹ (*sic*) vai para o Paraguai quinta-feira para procurar o criminoso de guerra dr. Josef Mengele, o 'anjo da morte' acusado de conduzir experiências bizarras em presos de campos de concentração. Klarsfeld (*sic*) foi presa duas vezes no Chile esta semana quando tentava buscar a expulsão de outro fugitivo nazi, Walter Rauff⁵⁴². (p. 6)

162. Apresentando a mesma estética do documento anterior, com maiúsculas e aparência de ter passado por uma impressora matricial e depois mandada via Fax, o documento de nome e código: '*Nazis in South America (DI) Vol. 1/Nazis in South America (DI) Vol. 1_0018*' (Doc. 199) foi datado de julho de 1984. A origem da informação consta como tendo sido militar, o destino parece o mesmo do documento anterior. São 3 páginas que foram liberadas pelo '*Nazi War Crimes Disclosure Act*' possivelmente em 19/04/2002, mas o fato de esta informação ter sido escrita manualmente pode levar a erro.

Paraguai: Busca por criminoso de guerra continua. (...) texto: 1. (c/nf) funcionários do governo reagiram com cautela à sugestão de busca no país do dr Josef Mengele, acusado de crimes de guerra nazista, a serem realizadas pela Liga Anti-Difamação⁵⁴³.

2. (...) Mengele evitou sua captura desde 1945, quando foi acusado de crimes contra a humanidade. Ele foi visto primeiramente no Brasil na década de 1970 e mais recentemente no Paraguai perto da fronteira com o Brasil.

⁵⁴⁰ Orlando Letelier del Solar (1932 - 1976) - diplomata e político chileno, ativista político contra a ditadura de Augusto Pinochet (AVILA, 2017).

⁵⁴¹ Beate Auguste Klarsfeld - jornalista franco-alemã que, junto do marido, Serge Klarsfeld, ficaram conhecidos como "caçadores de nazistas", por terem conduzido à justiça nazistas como Klaus Barbie, após o fim da Segunda Guerra Mundial (<<http://www.klarsfeldfoundation.org/index.html>>).

⁵⁴² Walter Rauff (1906 - 1984) (COCKS, 2013).

⁵⁴³ *Anti-Defamation League* (ADL) - ONG judaica internacional com sede nos Estados Unidos (<<https://www.adl.org/>>).

3. (...) comentário: funcionários paraguaios não estão entusiasmados com a perspectiva de uma visita de outro ‘caçador nazi’. O caso mais recente envolveu um indivíduo que supostamente queria encontrar Mengele, mas em vez disso limitou a visita a atividades de busca de publicidade. No entanto, os funcionários do governo de Assunção não descartaram a possibilidade de uma visita da liga anti-difamação e podem até divulgá-la para ganhar uma reação internacional favorável. (p. 1)

163. Com código e título ‘*Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0042*’ (Doc. 188), o documento datado de 07/12/1984 é composto por 3 páginas com muitas inscrições. Ele foi classificado como confidencial, mas não consta a data de sua liberação. Sua produção deu-se por meio de John P. Leonard (provavelmente um agente da CIA) e consta a inscrição: ‘para os arquivos’ como destino do memorando.

No dia 3 de dezembro, encontrei-me na Embaixada com o Sr. Robert Posner⁵⁴⁴, um advogado de Nova York que visitava o Paraguai para pesquisar um livro sobre Josef Mengele. Posner tinha acabado de chegar de um almoço com o coronel Alejandro Von Eckstein⁵⁴⁵, o emigrante russo que vive no Paraguai há 50 anos e que se descreve como responsável pelos assuntos de inteligência do presidente Stroessner. Posner disse que no decorrer de várias conversas com Von Eckstein nos últimos 2 dias ele ganhou a confiança do velho. Von Eckstein disse que estava disposto a contar a Posner o que sabia sobre

Mengele, e que havia providenciado para que os dois viajassem para Encarnación para falar com pessoas naquela área que tenham conhecimento do criminoso de guerra nazista. Ele também disse que providenciaria para Posner se encontrar com o presidente Stroessner para falar sobre Mengele.

Posner disse que ainda estava cultivando Von Eckstein e que ainda não havia começado a questioná-lo sistematicamente sobre Mengele. No entanto, o velho já havia divulgado muitas informações sobre o médico nazista em seus discursos incoerentes. Segundo Von Eckstein, Mengele começou a vir para o Paraguai em 1954 ou 55, quando ainda morava em Buenos Aires. Tanto então como depois, Mengele ficaria com um homem chamado Werner Jung⁵⁴⁶ quando visitava Assunção. Jung era, segundo Posner, o representante local da empresa Mengele na Alemanha, que fabrica equipamentos agrícolas.

Von Eckstein disse que foi apresentado a Mengele pelo coronel Hans Rudel, o famoso piloto alemão da Segunda Guerra Mundial. Outras

⁵⁴⁴ Possivelmente trata-se de Gerald Leo Posner, que escreveu Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz.

⁵⁴⁵ Autor de ‘*Pitiantuta: la chispa que encendió la hoguera en el Chaco paraguayo*’ (VON ECKSTEIN, 1986). Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “Foi durante uma viagem ao Paraguai, em 1954, que Mengele conheceu outro contato-chave, Alejandro von Eckstein” (POSNER; WARE, 2019, p. 173).

⁵⁴⁶ Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “O amigo nazista de Mengele, Werner Jung, que morava em Asunción” (POSNER; WARE, 2019, p. 192). Há outra referência ao personagem citado: ‘Assunção: Um alemão chamado Werner Jung apareceu repetidas vezes como ajudante de Mengele e possivelmente Bormann’ (Quem foi Werner Jung? Wochenblatt, 3 de set. 2017 <<https://wochenblatt.cc/wer-war-werner-jung/>>).

pessoas próximas a Mengele durante seus anos no Paraguai foram Alban Krug⁵⁴⁷, em cuja casa de fazenda grandemente fortificada, perto de Encarnación, Mengele ficou dez anos, e Otto Biss⁵⁴⁸, um nazista húngaro. Além disso, Mengele às vezes ficava no Hotel Tirol fora de Encarnación. Von Eckstein confirmou que garantiu Mengele quando este solicitou e obteve a cidadania paraguaia em 1959. Estava esticando a verdade quando apoiou a alegação deste último de ter residido aqui por 5 anos, a fim de obter sua cidadania.

Von Eckstein confirmou as afirmações do homem que atuou como advogado de Mengele no processo de naturalização, Cesar Augusto Sanabria⁵⁴⁹, de que não tinha relação com Mengele além de ter preparado os documentos para sua naturalização.

De acordo com Von Eckstein, Mengele permaneceu no Paraguai até 1965. Depois disso, ele visitaria o Paraguai regularmente, ficando com Jung em Assunção, ou com Krug ou no Hotel Tirol em Encarnación. Ele continuou esse padrão até algum tempo na década de 1970, quando deixou de vir ao Paraguai. Von Eckstein disse que até poucos anos atrás ele sabia do paradeiro de Mengele no Brasil. Ele alegou que se absteve deliberadamente de descobrir sobre Mengele mais recentemente, sentindo que faria mais mal do que bem em vista da constante publicidade sobre ele. No entanto, ele expressou confiança de que poderia localizá-lo rapidamente e descobrir se ele ainda estava vivo.

Von Eckstein afirmou não ter preconceitos contra os judeus, mas disse que se opunha aos ‘sionistas⁵⁵⁰’. Ele falou bem de Mengele e afirmou que em Auschwitz ele simplesmente ‘seguiu ordens’. Ele também falou muito bem da personalidade de Mengele, dizendo que ele era inteligente e bem falante. Ele disse que em um período ele costumava ver Mengele regularmente, pelo menos uma vez por semana.

Von Eckstein alegou que no momento em que a República Federal da Alemanha pediu pela primeira vez ao Paraguai a extradição de Mengele, seu embaixador⁵⁵¹ em Assunção apenas fez o pedido. Ele alegou que o embaixador ligou para ele um dia e o convidou para seu escritório. Ele disse a Von Eckstein que ia perguntar sobre o paradeiro de Mengele. Ele então olhou para ele com cuidado e disse: ‘Se eu te perguntasse isso, você não saberia, não é?’ Von Eckstein concordou. Questionado sobre por que ele achava que Von Eckstein parecia tão disposto a cooperar com ele, Posner observou que havia escrito uma carta para ele com antecedência,

⁵⁴⁷ Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “Mengele se alojou na casa de um dos mais inflexíveis nacional socialistas de Nueva Bavaria, o agricultor Alban Krug, que era também presidente da cooperativa local de agricultores” (POSNER; WARE, 2019, p. 199).

⁵⁴⁸ Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “um médico de Asunción de nacionalidade austríaca, dr. Otto Biss, foi escoltado por uma mulher até a casa de Werner Jung depois que Mengele não conseguira diagnosticar o estado de um misterioso hóspede que estava gravemente doente” (POSNER; WARE, 2019, p. 205).

⁵⁴⁹ Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “Tanto Jung quanto Von Eckstein concordaram em agir como padrinhos de Mengele. O Dr. Sanabria se recordou com clareza de quando lhe trouxeram o novo cliente” (POSNER; WARE, 2019, p. 202).

⁵⁵⁰ Defensores do sionismo, movimento político que defende a existência de um Estado nacional judaico independente e soberano no território onde historicamente existiu o antigo Reino de Israel. Ver: *A short history of Zionism* (COHEN, 1951).

⁵⁵¹ Talvez se trate de Werner Junkers, citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: “Werner Junkers, fora ele próprio membro ativo do Partido Nazista e um importante assistente do ministro do exterior de Hitler, Joachim von Ribbentrop” (POSNER; WARE, 2019, p. 185).

ênfatizando seu desejo de escrever um livro completamente preciso e ‘objetivo’ (se possível neste caso) sobre Mengele. Von Eckstein parecia ansioso para falar com alguém que lhe desse uma audiência e relatasse com precisão o que ele dissesse. Posner também especulou que talvez pelo envelhecimento Von Eckstein (ele tem 79 anos) queria contar sua história antes de morrer.

Além do relato de suas conversas com Von Eckstein, Posner também relatou uma discussão que disse ter tido com Iser Harel⁵⁵², ex-chefe do serviço de inteligência israelense. De acordo com Harel, o serviço israelense havia rastreado Mengele no início dos anos 1960 até a fazenda de Krug perto de Encarnación. A fazenda era fortemente vigiada e fortificada e Harel disse que seria necessária uma operação de comando para invadi-la e capturar ou matar Mengele. Ele disse que depois do sequestro de Eichmann em 1960, o governo israelense não estava disposto a realizar tal operação. Em meados da década de 1960, disse Harel, Israel tinha outras preocupações mais prementes, como a ascensão de terroristas palestinos. A questão Mengele foi de fato arquivada.

Posner disse que, com os israelenses fora da caça, as únicas pessoas que estavam procurando ativamente por Mengele eram certas organizações judaicas nos Estados Unidos. Uma dessas organizações, disse ele, estava por trás das notícias recentes da imprensa sobre uma suposta tentativa em 1977 de capturar Mengele, que não deu em nada. De fato, disse Posner, o grupo judeu lhe disse que a ‘tentativa’ foi feita em 1980. De acordo com o que disseram a Posner, eles ofereceram 500.000 dólares a cada um dos dois oficiais da inteligência militar paraguaia para capturar e entregar Mengele ao seu ‘agente’ em Foz do Iguaçu.

Os dois paraguaios teriam encurralado Mengele em um banco de Assunção, que ele supostamente visitava regularmente. Mengele, no entanto, prontamente ofereceu ao casal mais dinheiro do que o grupo judeu, e foi autorizado a fugir. Posner disse que o grupo judeu conseguiu pistas sobre o paradeiro de Mengele e dos ‘oficiais de inteligência’ paraguaios de personalidades da oposição no Paraguai, incluindo o Dr. Joel Filartiga⁵⁵³. Ele disse que os membros da organização judaica com quem ele falou pareciam acreditar nessa história absurda. (pp. 1-3)

164. Poucos dias depois, 14/12/1984, foi registrado outro memorando, o de código e título ‘*Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0043*’ (Doc. 189), assinado pelo embaixador Davis⁵⁵⁴ e dirigido aos arquivos. Sua única página foi classificada como confidencial, mas sem data visível de liberação.

⁵⁵² Isser Harel (1912 - 2003) - Ex-Membro do Knesset israelense. Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: ‘... Isser Harel, chefe do Mossad...’ (POSNER; WARE, 2019, p. 256).

⁵⁵³ Joel Holden Filártiga Ferreira (1932 - 2019) - médico e ativista dos direitos humanos paraguaio. Conhecido depois que Joelito Filártiga, seu filho, foi morto pela polícia da ditadura Stroessner em 1976 (<http://www.portalguarani.com/115_joel_filartiga.html>).

⁵⁵⁴ Arthur H. Davis Jr. (1917 - 2000) - *Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary* (Paraguay) 1982 - 1985 (<<https://history.state.gov/departmenthistory/people/davis-arthur-h-jr>>).

Durante uma conversa em 11 de dezembro, Conrado Pappalardo⁵⁵⁵, Diretor de Cerimônia de Estado do Governo paraguaio, disse ao Embaixador o que sabia sobre Josef Mengele. De acordo com Pappalardo, Mengele só veio morar no Paraguai depois de receber sua cidadania paraguaia em 1959. Quando morou no Paraguai no início dos anos 1960, Mengele tinha negócios com um homem chamado Werner e também com um oficial militar paraguaio. Eles administravam a Ferreteria Alemana (uma grande loja de ferragens em Assunção). A esse respeito também representou a empresa Mengele na Alemanha, de propriedade da família Mengele, que vende máquinas agrícolas. Durante esse período, Mengele fez várias visitas à Alemanha para visitar seu irmão em Emsburg.

De acordo com Pappalardo, de 1959 a 1965 Mengele viveu com a família Krug em Costa Nu, perto de Encarnación. Ficaria com eles durante a semana, de segunda a quinta-feira, e naquele dia dirigiria para Assunção, passando o resto da semana na capital antes de retornar à Costa Nu no fim de semana. Pappalardo comentou que Mengele teve várias companheiras naqueles anos, mas que nunca se casou.

Pappalardo disse que Mengele mudou-se para Santa Katarina [sic] no Brasil em 1965, quando vários ‘caçadores de nazistas’ estavam em seu encalço. Durante os seus anos lá, fazia frequentes viagens a Portugal. Alguns anos depois mudou-se para Portugal, de onde enviaria cartões de Natal para amigos no Paraguai. Por volta de 1980 as cartas pararam de chegar. Muitos de seus amigos entenderam que isso significava que Mengele havia morrido, já que ele estava no final dos anos 60 ou início dos 70 anos. Segundo Pappalardo, Mengele sempre usou seu próprio nome.

165. Este próximo documento, o de código CIA-RDP87M01152R000100090028-7 (Doc. 141) e nome: ‘*Briefing of Senator Alfonse D'amato (R-N.Y.) on Dr. Josef Mengele*’, recebeu a data de 29/01/1985. Suas 4 páginas confidenciais foram sanitizadas e liberadas em 16/03/2010. Foi assinado pelo ‘Chefe da Divisão de Ligação, OLL’ e depois arquivado.

(...) Todos os documentos a seguir (anexos) foram lidos pelo Senador D'Amato: (1) 12 de julho de 1972 – cabo para Assunção. O senador D'Amato estava interessado no uso do Dr. Henrique Wollman⁵⁵⁶ como pseudônimo de Mengele. Ele pediu a seu assistente que anotasse isso para que pudesse ser entregue ao Centro Simon Wiesenthal. (2) 18 de julho de 1972 cabo de Assunção. (3) 10 de junho de 74 despacho de Assunção. (4) Memorando de 1 de outubro de 1979 para a Drug Enforcement Agency (DEA). O senador D'Amato comentou que não sabia por que os narcóticos estariam interessados, a menos que Mengele estivesse envolvido em narcóticos, o que explicaria como ele poderia ficar escondido. (5) Documento do FBIS de 30 de agosto de 1972. (6) Nota de 30 de novembro de 1979 à DEA. (7) Memorando de 15 de outubro de 1979 da DEA.

4. [Sanitizado] resumiu as evidências disponíveis até o momento sobre Mengele, sua validade e fez algumas observações sobre a relação de

⁵⁵⁵ Citado em La Nación, 22 out. 2020. Falleció a los 85 años el político colorado Conrado Pappalardo. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2020/10/22/fallecio-a-los-85-anos-el-politico-colorado-conrado-pappalardo/>>. Acesso em: 06 out. 2022.

⁵⁵⁶ Citado em Mengele: A História Completa do Anjo da Morte de Auschwitz: ‘Já em 1972, relatórios da CIA sugeriam que Mengele estava usando o nome de dr. Henrique Wollman, morava perto de Encarnación e “que [ele] e outros [estão] fortemente envolvidos com o tráfico de narcóticos”.’ (POSNER; WARE, 2019, p. 444).

Mengele com o governo paraguaio, sua capacidade de escapar da captura, bem como potenciais alavancas sobre o governo paraguaio. Ele afirmou que muitas das informações são datadas e de validade questionável e realmente de pouca utilidade para confirmar o paradeiro de Mengele ou mesmo se ele está vivo. Para o registro, a seguir estão algumas das evidências apresentadas. Um relato oficial, mas questionável, dos movimentos de Mengele nos últimos anos veio como resultado de uma conversa entre um advogado de Nova York que pesquisa Mengele e [Sanitizado]

Mengele começou a viver no Paraguai em meados da década de 1950; foi concedida a cidadania em 1959; viveu lá até 1965; então visitado regularmente até a década de 1970. Um oficial de inteligência israelense afirmou que Mengele estava em uma fazenda perto de Encarnación no início dos anos 1960, mas a inteligência israelense não tinha a capacidade de invadir a casa fortificada. Algumas das informações acima foram corroboradas por um associado próximo de Stroessner em uma conversa em meados de dezembro de 1984 com o embaixador dos EUA no Paraguai. Ele afirmou que, de 1959 a 1965, Mengele morou no Paraguai em uma fazenda perto de Encarnación, trabalhou no ramo de ferragens em Assunção e depois se mudou para o Brasil. Também foi alegado que Mengele se mudou para Portugal no final da década de 1960 e amigos receberam cartões de Natal até 1980. Os amigos de Mengele acreditam que a cessação dos cartões é uma indicação de que ele morreu.

Wiesenthal fez alegações infundadas em 1982 de que Mengele estava vivo e se movendo entre Paraguai, Brasil e Bolívia. O senador D'Amato se interessou pelo comentário do oficial de inteligência israelense e afirmou que entraria em contato com um informante israelense dele.

4. [Sanitizado] comentou a trajetória do presidente Stroessner ressaltando que ele era de ascendência alemã e era do molde corporativista dos anos 1930 com tendências fascistas. Houve um relatório de que o vínculo entre Stroessner e Mengele decorre do tratamento de Mengele de um caso grave de sífilis, mas todos os participantes desconsideraram isso. A mobilidade de Mengele se baseia em sua considerável riqueza pessoal (a família possui uma empresa de equipamentos agrícolas na Alemanha), na simpatia dos direitistas e na fluidez das fronteiras com os países vizinhos.

5. O senador D'Amato foi informado de que as relações bilaterais com o Paraguai estão em um ponto muito baixo, dada a postura dos direitos humanos dos EUA, e Stroessner só cooperará conosco quando vir algum ganho em fazê-lo. Acredita-se que ele poderia localizar Mengele. O senador queria conhecer a relação do embaixador Davis com o governo paraguaio; foi-lhe dito que era ruim por causa do grande esforço do embaixador em direitos humanos. Em resposta à pergunta do senador sobre os direitos humanos paraguaios, foi-lhe dito que há abusos, mas Stroessner ainda é extremamente popular.

6. Houve uma discussão entre os participantes sobre o melhor palpite sobre se Mengele está vivo ou morto. Curiosamente, o consenso foi de que ele ainda está vivo. [Sanitizado] por causa de sua experiência no Departamento de Justiça na coleta de informações sobre criminosos de guerra nazistas, deu os nomes de várias bibliotecas e coleções que a equipe do Senador deveria verificar. O senador D'Amato perguntou por que Barbie foi demitido e um rápido resumo foi dado sobre o caso.

7. O Senador D'Amato disse estar profundamente agradecido pelo trabalho realizado. Ele mencionou que havia dito à imprensa que estava tendo uma reunião com representantes da CIA e eles lhe dariam a oportunidade de ver quais documentos estavam disponíveis. O senador D'Amato perguntou se fariamos [Sanitizado] para ver se houve avistamentos de Mengele por lá. O senador D'Amato comentou que as informações sobre o possível negócio de drogas e o uso de Wollman como pseudônimo eram novas.

8. O senador D'Amato queria saber o que poderia ser dito publicamente. O Sr. Sporkin⁵⁵⁷ disse que o senador poderia declarar que a CIA forneceu um briefing completo. [Sanitizado] comentou que, no que lhe diz respeito, não há nada de sensível nas descobertas porque elas farão parte de um livro, mas o senador deve verificar com o embaixador Davis em sua reunião das 16h30, já que a informação foi relatada pelo embaixador. O Senador D'Amato afirmou que poderia dizer que a CIA será mais do que franca nas áreas em que pode e não estar retendo informações nessa área. O Sr. Sporkin disse que se o Senador decidisse dar um comunicado à imprensa, ficaríamos muito felizes em analisar e esclarecer um comunicado à imprensa.

9. Após a reunião, o Sr. Bruce⁵⁵⁸ comentou que é ele quem costuma fazer os pedidos e queria saber se os sete documentos lidos pelo Senador poderiam ser disponibilizados ao Senador para passagem ao Centro Wiesenthal. [Sanitizado] (pp. 1-4)

166. Este novo documento, o de título e código: MENGELE, JOSEF VOL. 1_0047 (Doc. 190), de fevereiro de 1985, é um memorando que tem a estrutura de um fax ou mesmo um telex. É breve, com apenas uma única página sanitizada e vai direto ao ponto. O emissor e o receptor devem se conhecer, pois há uma certa informalidade no tom. As identificações estão censuradas, pois trata-se de um documento secreto, isto até sua liberação em data ignorada.

Consulta sobre possível localização em Portugal do dr. Mengele – em 29 de janeiro, SVforce⁵⁵⁹ informou ao senador Alfonso d'Amato, a seu pedido, sobre o Dr. Josef Mengele. Este último, como você deve se lembrar, foi o chamado 'anjo da morte', realizou experiências atrozess em campos de concentração nazistas. Ele escapou da captura após a Segunda Guerra Mundial e supostamente viveu no Paraguai por vários anos. Parte do *briefing* foi baseado em um memcon⁵⁶⁰ da embaixada em Assunção, de dezembro de 1984, descrevendo a investigação no Paraguai por um acadêmico que alegou que Mengele havia deixado o Paraguai no final dos anos 1970 e tinha ido via Brasil para Portugal, onde morreu em 1980. Não tenho informações para confirmar esta história.

2. O senador d'Amato perguntou se o [ilegível] pode confirmar a presença de Mengele em Portugal e se ele está morto. Solicito que você consulte fontes apropriadas, incluindo contato, para que possamos atender a esse pedido.

⁵⁵⁷ Stanley Sporkin (1932 – 2020) foi diretor de fiscalização da *Securities and Exchange Commission* (SEC), conselheiro geral da CIA (FJC <<https://www.fjc.gov/node/1388151>>).

⁵⁵⁸ Referência externa não localizada.

⁵⁵⁹ Provável departamento dentro da estrutura da CIA.

⁵⁶⁰ *Memorandum of Conversation* (Memorando de conversa).

167. Este novo documento, de código: CIA-RDP85T01184R000301570001-0 (Doc. 129), datado de 15/02/1985, e título: '*Latin America Review*', não informa origem ou destino em suas 37 páginas, que foram sanitizadas, perdendo sua condição de secretas em 21/12/2010. Foi destacada apenas a parte referente ao nazismo.

Paraguai-América Latina: O Caso do Dr. Mengele – A busca pelo criminoso de guerra alemão Josef Mengele se concentrou na América do Sul, há muito um refúgio para fugitivos nazistas. O Paraguai tem sido um alvo especial para os investigadores. Mengele supostamente viveu lá durante o início dos anos 1960, e alguns caçadores de nazistas acreditam que ele ainda reside no Paraguai sob proteção oficial.

Mengele, um médico, é acusado de selecionar dezenas de milhares de presos no campo de concentração de Auschwitz para experimentos médicos ou extermínio em câmaras de gás. A maioria das informações que temos sobre suas atividades no pós-guerra é infundada – o último avistamento confirmado foi no final da década de 1960, segundo relatos da imprensa – e serve mais para documentar os movimentos passados de Mengele do que para fornecer indicações se ele ainda está vivo ou seu paradeiro atual.

O governo paraguaio respondeu apenas moderadamente às perguntas sobre Mengele, e o presidente Stroessner proibiu investigações independentes, rotulando-as como interferência em assuntos internos. A nosso ver, se Mengele – que agora teria 73 anos – estiver vivo e residindo no Paraguai, a atitude do regime, aliada à falta de informações recentes sobre seu paradeiro, lhe dá uma chance razoável de continuar fugindo da captura.

Residência anterior no Paraguai – Em dezembro passado, duas fontes forneceram ao pessoal da Embaixada dos EUA relatos aparentemente plausíveis, embora não confirmados, dos movimentos de Mengele até o início dos anos 1970. A primeira fonte, um advogado de Nova York, estava visitando o Paraguai para colher informações para um livro sobre Mengele. Ele se encontrou várias vezes lá com Alejandro von Eckstein, um emigrante russo que vive no país há 50 anos e afirma ter um longo relacionamento com o fugitivo nazista. Von Eckstein disse ao advogado que Mengele começou a visitar o Paraguai em meados da década de 1950 enquanto residia em Buenos Aires, tornou-se cidadão paraguaio em 1959 e viveu em Assunção e arredores até 1965. Mengele então se mudou para o Brasil, segundo von Eckstein, e visitou o Paraguai várias vezes no final da década de 1960. Von Eckstein disse que Mengele morou no Brasil até vários anos atrás. O russo alegou que sabia a localização exata no Brasil e que poderia descobrir facilmente se Mengele ainda estava vivo.

Conrado Pappalardo, um alto funcionário do governo paraguaio, corroborou e complementou esta informação em uma reunião posterior com funcionários da Embaixada dos Estados Unidos. Segundo Pappalardo, Mengele foi sócio de uma grande loja de ferragens em Assunção entre 1959 e 1965, e nesse período usou seu próprio nome. A loja tinha ligações com uma fábrica de implementos agrícolas de propriedade da família Mengele na Alemanha, e Mengele supostamente visitou a Alemanha várias vezes. Pappalardo disse que Mengele deixou o Paraguai para o Brasil em 1965, depois que caçadores de nazistas descobriram seu paradeiro. Eventualmente, de acordo com Pappalardo, o fugitivo nazista seguiu para Portugal, mas continuou se correspondendo com amigos na América do

Sul até por volta de 1980. Pappalardo disse que os amigos de Mengele acreditam que a ausência de correspondência desde então indicava que Mengele havia morrido.

Como Mengele evitou a captura – Perseguição sem entusiasmo. O advogado de Nova York disse ao pessoal da Embaixada dos EUA que obteve evidências de que os israelenses interromperam seus esforços para capturar Mengele duas décadas antes. Ele disse que um oficial de inteligência israelense de alto nível designado para rastrear nazistas lhe disse que, no início dos anos 1960, agentes israelenses seguiram Mengele até uma fazenda perto de Encarnación, no sul do Paraguai. A fazenda era altamente fortificada e difícil de invadir. Os israelenses, segundo o oficial de inteligência, também foram inibidos de agir pelo alvoroço internacional sobre o sequestro do fugitivo nazista Adolph Eichmann em Buenos Aires em 1960. O israelense disse que, em meados da década de 1960, Tel Aviv tinha preocupações mais urgentes em outros lugares e a busca por Mengele foi arquivada.

Os alemães ocidentais também hesitaram mais ou menos na mesma época, de acordo com von Eckstein. Ele alegou que o embaixador da Alemanha Ocidental em Assunção o havia questionado sobre o paradeiro de Mengele, mas depois pediu a von Eckstein que omitisse a informação. Von Eckstein acreditava que o embaixador não queria ser colocado em uma posição em que teria que pressionar o Paraguai para extraditar o fugitivo para a Alemanha Ocidental.

Proteção paraguaia – Ainda mais importante, a nosso ver, era a proteção oficial que Mengele evidentemente gozava no Paraguai. Stroessner, que está no poder desde 1954, é de origem alemã e simpatizava com as potências do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial [Sanitizado] Mengele serviu ocasionalmente como médico pessoal de Stroessner. Stroessner concordou apenas sob forte pressão internacional para revogar a cidadania paraguaia de Mengele em 1979.

Mengele também recebeu ajuda considerável da rede de pessoas prósperas de origem alemã que vivem no Paraguai. Por exemplo, seu sócio na loja de ferragens de Assunção, segundo Pappalardo, era descendente de alemães. A fazenda fortificada em que Mengele estava hospedado quando os israelenses o localizaram pertencia a uma família de origem alemã.

Acontecimentos recentes – Embora o último avistamento confirmado de Mengele tenha ocorrido há quase duas décadas no Paraguai, houve vários relatos infundados nos últimos anos. Em janeiro de 1982, o caçador de nazistas de longa data Simon Wiesenthal afirmou que Mengele estava vivo, embora sofresse de câncer, e estava se movendo entre Paraguai, Uruguai e Bolívia. Outro caçador de nazistas acredita que Mengele abandonou o Paraguai e está viajando entre Brasil, Chile e Uruguai. Outros afirmam tê-lo visto em vários momentos no Brasil, Venezuela, Argentina e Estados Unidos. Em agosto passado, Mengele teria sido visto nas cidades paraguaias de Filadélfia, Puerto Stroessner e Pedro Juan Caballero. Em meados de fevereiro, um paraguaio exilado em Buenos Aires alegou que Mengele estava vivendo em uma base militar em Laureles, uma cidade a leste de Desmochados, no sudoeste do Paraguai, onde Stroessner tem sua casa de veraneio.

Stroessner foi apenas levemente cooperativo na investigação de tais rumores. Em novembro passado, em resposta a um pedido de uma delegação liderada por um ex-membro do Congresso dos EUA, o presidente ordenou uma caçada nacional a Mengele e ofereceu permitir que pessoas de fora auxiliassem os investigadores da polícia paraguaia.

Reportagens da imprensa indicam, no entanto, que o inquérito paraguaio foi tímido – Assunção anunciou em poucos dias que não havia encontrado nada – e Stroessner logo renegou sua oferta de permitir que não paraguaios auxiliassem seus investigadores. Acreditamos que sua iniciativa foi pouco mais do que uma jogada destinada a aliviar a pressão internacional.

Perspectivas de captura – Se Mengele ainda estiver vivo, acreditamos que sua riqueza pessoal, suas conexões entre alemães no Paraguai e em outros lugares da América do Sul, a porosidade das fronteiras na região e a falta de avistamentos confirmados recentemente dificultarão os esforços de localização e captura dele. Além disso, vemos pouca indicação de que Stroessner atualmente pretenda ser cooperativo. Se Mengele está agora residindo no Paraguai, o presidente provavelmente gostaria de evitar o constrangimento de encontrá-lo lá. O ressentimento paraguaio em relação às políticas de direitos humanos dos EUA também impedirá os esforços para persuadir Assunção a ajudar a rastrear Mengele. Esperamos que apenas uma combinação de intensa pressão internacional e incentivos econômicos ou políticos levará Stroessner a cooperar. (pp. 25-28)

168. O documento de código: CIA-RDP90-00552R000404200040-9 (Doc. 160) recebeu a data de 27/02/1985 e o título: *‘Nazi Fugitive Linked to Drug Trafficking’*. Ele foi composto por uma matéria do Washington Post assinada por Bill Peterson, em apenas uma página sem sanitização aparente. Sua liberação deu-se em 06/07/2010.

Josef Mengele, o médico nazista conhecido como o ‘Anjo da Morte’ no campo de concentração de Auschwitz, pode ter estado ‘fortemente envolvido no tráfico de narcóticos’ de sua casa no Paraguai na década de 1970, de acordo com documentos da CIA divulgados ontem.

O material desclassificado mostra que Mengele, o mais notório criminoso de guerra nazista acusado de ainda estar foragido, viajou livremente pela América do Sul, não tentou esconder sua identidade e pode ter vivido sob a proteção do presidente paraguaio Alfredo Stroessner. (...)

Um documento de 1972 dizia que Mengele chegou ao Paraguai pela primeira vez em 1951 e viveu alternadamente lá e no Brasil, Argentina e Uruguai, trabalhando às vezes como vendedor para uma empresa de máquinas agrícolas da Alemanha Ocidental de propriedade da sua família e como um mecânico de automóveis?! Mengele ‘nunca tentou’ esconder a identidade em seus primeiros anos na América do Sul e em 1959 foi naturalizado como cidadão paraguaio com seu próprio nome, segundo outro documento. Em 1970 a CIA comunicou rumores de que ele residia em um rancho bem guardado no leste do Paraguai ‘protegida por Stroessner’. (...)

Mengele aparentemente foi trazido à atenção da CIA pela primeira vez por um ‘criminoso insignificante’, que lhes disse que Mengele, usando o nome de Dr. Henrique Wolfman, morava em uma fazenda perto de Encarnación, Paraguai, e estava ‘fortemente envolvido no tráfico de narcóticos’. (p. 1)

169. Este próximo documento, de código: CIA-RDP90-00552R000404200030-0 (Doc. 159), com data de 03/03/1985 e título: *‘Nazis Who Are Alive and Well May Finally Be Living in Fear’*. Trata-se de outro artigo de jornal, desta vez escrito por Ralph Blumenthal para o

New York Times. Tendo apenas uma página, o artigo foi sanitizado em suas bordas, o que provavelmente indica que havia alguma anotação. Ele foi liberado em 06/07/2010.

Ao longo dos anos, sua presença foi relatada em muitos lugares, incluindo Paraguai, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Peru, Alemanha Ocidental, Áustria, Portugal, Miami e até Monte Kisco, N.Y. À medida que o 40º aniversário do dia V-E⁵⁶¹ se aproxima, Josef Mengele, o notório médico do campo de extermínio de Auschwitz, provavelmente está vivo aos 73 anos e, com um preço de US\$ 1,4 milhão por sua cabeça, é o centro de um crescente clamor internacional que irrompeu novamente no Congresso na semana passada. (...)

De 1945, quando fugiu de Auschwitz, até 1949, acredita-se que o Dr. Mengele tenha vivido em sua cidade natal de Günzburg, na Baviera, onde sua família operava a fábrica de máquinas agrícolas Mengele. Durante algum tempo nos anos 1950, de acordo com Serge Klarsfeld⁵⁶² (um advogado francês e arquivista do Holocausto) o Dr. Mengele viveu sob seu próprio nome em Buenos Aires, em uma cidade com uma grande, embora nervosa, comunidade judaica. No Paraguai, na década de 1970, relatórios de que o Dr. Mengele estava fortemente envolvido no tráfico ilegal de narcóticos chegaram ao conhecimento da Agência Central de Inteligência, de acordo com documentos da agência censurados divulgados na semana passada por dois senadores republicanos, Alfonse M. D'Amato⁵⁶³ de Nova York e Arlen Specter⁵⁶⁴ da Pensilvânia. (p. 1)

170. Seguindo o fluxo de informação oriunda dos arquivos da CIA, tem-se agora o documento de código: CIA-RDP87M01152R000100100012-2 (Doc. 143), datado de 08/03/1985, com título: *'Letter To Bernard McMahon From Charles A. Briggs'*, que já nos fez o favor de informar a origem e destino das informações seguintes. O documento com 9 páginas foi sanitizado e sua condição de secreto foi eliminada em 24/03/2010.

A questão Mengele-Narcóticos – O artigo de 25 de fevereiro de 1985 no New York Times refere-se a um rascunho de artigo de 1979 submetido ao DI da *International Narcotics Review* sobre a conexão entre o Dr. Josef Mengele e o contrabando de drogas. O artigo foi elaborado pelo então analista da Equipe de Entorpecentes do Escritório de Pesquisas Estratégicas Geográficas e Cartográficas. (...)

RESUMO – Há cerca de oito anos, obtiveram-se informações de que o Dr. Josef MENGELE, o notório criminoso de guerra alemão fugitivo, que se acredita estar escondido no Paraguai, estaria provavelmente envolvido no tráfico de entorpecentes e pode até ter sido associado de Auguste RICORD, (...) que atualmente cumpre uma pena de 20 anos de prisão. Acredita-se

⁵⁶¹ Victory in Europe Day - Dia da Vitória dos Aliados na Europa na Segunda Guerra Mundial - 8 de maio de 1945 (CABELL; RICHARDS, 2005).

⁵⁶² Serge Klarsfeld - historiador e advogado franco-Romeno que, junto com Beate Klarsfeld (já citada), foram 'caçadores de nazistas'. Ver: *Hunting the Truth: Memoirs of Beate and Serge Klarsfeld* (KLARSFELD; KLARSFELD, 2018).

⁵⁶³ Alfonse Marcello "Al" D'Amato (<http://topics.nytimes.com/topics/reference/timestopics/people/d/alfonse_m_damato/index.html>).

⁵⁶⁴ Arlen Specter (1930 - 2012) (<https://www.huffpost.com/entry/arlen-specter-dead-dies_n_196516>).

que RICORD tenha contrabandeado cerca de 2,5 bilhões de dólares em heroína para os Estados Unidos durante um período de cinco anos (1967-1972⁵⁶⁵), e em sua sentença foi descrito pelo promotor como o ‘maior traficante de narcóticos de todos os tempos levado à justiça nos Estados Unidos’. A seguir, uma análise de alguns fragmentos de um quebra-cabeça que pode lançar luz sobre as atividades do pós-guerra do Dr. MENGELE, já que ele fugiu da acusação para encontrar refúgio no Paraguai. [Grande trecho sanitizado]

2. Intrigado com a possibilidade de o ‘Mengele’ citado no relatório [sanitizado] ser o Dr. MENGELE, o criminoso de guerra, uma série de ações foram iniciadas. Registros confidenciais na sede da CIA foram revisados, mas os resultados foram decepcionantes. Uma busca em fontes abertas, no entanto, principalmente arquivos de jornais, revelou que o Dr. Josef MENGELE, o criminoso de guerra, vivia em Encarnación, Paraguai – a mesma cidade onde o ‘Mengele’ do relatório [sanitizado] foi dito residir. Além disso, um relatório do FBIS⁵⁶⁶ de uma transmissão de rádio do Rio de Janeiro, de 12 de março de 1965, observou que o ex-membro da SS Alfred FRANKEL⁵⁶⁷ (fonético) havia sido preso em São Paulo, Brasil, onde vivia sob pseudônimo. Quando questionado por representantes da INTERPOL, FRANKEL afirmou que o Dr. Josef MENGELE foi visto na cidade de Encarnación e que ele goza da proteção do presidente paraguaio, Alfredo STROESSNER.

3. [sanitizado] reportou rumores recorrentes de que o Dr. MENGELE estava vivendo em uma fazenda bem guardada perto de Encarnación ou Chaco e que em 1959, ele tentou comprar terras agrícolas na mesma área da Fazenda Mengele/Becker/Varela citada no relatório [sanitizado]. [sanitizado] também relatou que MENGELE supostamente foi protegido não apenas pelo presidente STROESSNER, mas também pelos generais RODRIGUEZ e COLMAN, e que ambos estavam profundamente envolvidos em atividades de contrabando que supostamente incluíam narcóticos. (Na época, os dois generais eram provavelmente as figuras militares mais poderosas do Paraguai e; atualmente, o general RODRIGUEZ é visto como um possível sucessor do presidente STROESSNER.) [sanitizado]

4. Foram solicitados dados adicionais e localizado um segundo documento, um relatório da Alfândega, que continha informações sobre as atividades de contrabando dos paraguaios Felix BECKER⁵⁶⁸ e Enio VARELA Segovia⁵⁶⁹, que se acredita serem os mesmos ‘Becker’ e ‘Enio Varela’ citados no relatório [sanitizado] como donos-de-registro da fazenda ‘Mengele’. O relatório da Alfândega observou que ambos haviam sido presos na cidade de Nova York em 1970 por contrabando de heroína em um caso que envolvia Auguste RICORD, que chefiava o império do tráfico que levava seu nome. [sanitizado]

5. As razões pelas quais os dois homens citados em ambos os relatórios são considerados os mesmos são: a) Em ambos os relatórios os nomes são praticamente idênticos, sendo os nomes no relatório da Alfândega simplesmente os mais completos; b) Ambos os relatórios descrevem

⁵⁶⁵ Datas anotadas manualmente na página.

⁵⁶⁶ *Foreign Broadcast Information Service*.

⁵⁶⁷ Referência externa não encontrada.

⁵⁶⁸ https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Felix%20BECKER%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=228204

⁵⁶⁹ Referência externa não encontrada.

BECKER como cidadão paraguaio; c) Ambos os relatórios descrevem BECKER e VARELA como uma equipe e; d) Ambos os relatórios citam os dois homens presos na cidade de Nova York em 1970. As informações do relatório da Alfândega, portanto, vinculam o ‘Mengele’ do relatório [sanitizado] a dois traficantes de entorpecentes. [sanitizado]

6. Informações adicionais sobre a prisão de BECKER e VARELA em 1970 revelaram que VARELA seria o principal responsável pela logística do esquema RICORD e que a heroína apreendida pertencia a Auguste RICORD. (A remessa pesava cerca de 96 quilos e no mercado de hoje, se fosse 90% pura, seria vendida por aproximadamente US\$ 190 milhões.) Em uma fuga da custódia federal, que se acredita ter sido projetada por RICORD, VARELA fugiu dos Estados Unidos. Retornando ao Paraguai, retomou suas atividades no tráfico; e, a partir de 1974, teria trabalhado em colaboração e sob a proteção do genro do presidente STROESSNER, Humberto DOMINGUEZ Dibb⁵⁷⁰. (...)

7. Mais informações sobre BECKER foram fornecidas pelo relatório [sanitizado] no qual ele foi descrito como cunhado de Carlos BARRETO⁵⁷¹, um conhecido contrabandista que opera no Paraguai. BARRETO mantinha três aeronaves em uma pista de pouso em um rancho adjacente ao Mengele/Becker/Varela, uma propriedade que pertenceria ao general paraguaio Andrés RODRIGUEZ, o mesmo indivíduo que [sanitizado] relatou estar protegendo o Dr. Josef MENGELE, o criminoso de guerra. A informação [sanitizado] portanto, coloca o ‘Mengele’ do relatório [sanitizado] não apenas na proximidade física de um homem que supostamente estava protegendo o Dr. MENGELE, o criminoso de guerra, mas também relatado como profundamente envolvido no contrabando que se acreditava incluir narcóticos. [sanitizado]

8. Para definir ainda mais a identificação do MENGELE, foram buscados dados adicionais. Por meio de intermediários apropriados, Simon WIESENTHAL, do Centro de Documentação de Viena, foi consultado como uma autoridade importante em crimes de guerra nazistas; e foi capaz de fornecer uma confirmação informal da identificação. Além disso, a probabilidade de um vínculo entre o Dr. MENGELE e Auguste RICORD foi reforçada quando se soube que RICORD, como MENGELE, era procurado por crimes de guerra, tendo RICORD sido condenado à morte na França por colaboração com a Gestapo. Tendo em vista seus problemas comuns, sua postura ideológica e sua notoriedade, há pouca dúvida de que MENGELE e RICORD estavam cientes da presença um do outro no Paraguai; e, o fato de ser um país tão pequeno sugere que eles podem até ter se movido nos mesmos círculos.

O peso da evidência quando cuidadosamente examinada e tomada em sua totalidade constrói um forte argumento de que o ‘Mengele’ do relatório [sanitizado] e Josef MENGELE, o médico do Campo de Concentração de Auschwitz são um só e o mesmo; e na data da informação, o Dr. MENGELE provavelmente estava envolvido no tráfico de entorpecentes. [sanitizado]

9. Até onde sabemos, não há relatos recentes que vinculem o Dr. MENGELE ao tráfico de entorpecentes. No entanto, se MENGELE considerava tais atividades lucrativas há oito anos, há poucas razões para acreditar que ele as consideraria menos lucrativas hoje. Seus associados, BECKER e VARELA, continuam envolvidos no tráfico em grande escala

⁵⁷⁰ Referências externas irrelevantes para o caso.

⁵⁷¹ Referências externas inconclusivas, por se tratar de um nome relativamente comum.

e seu protetor, General RODRIGUEZ, teria se tornado tão voraz que ofende até os padrões paraguaios. Como as atividades ilícitas de BECKER, VARELA e RODRIGUEZ continuam em ritmo acelerado, a lógica sugere que uma investigação mais aprofundada sobre as atividades atuais do Dr. MENGELE também pode desenvolver informações de possível importância. (pp. 4-9)

171. Tendo recebido a mesma data do documento anterior e tendo a mesma natureza textual, uma carta, o documento de código: CIA-RDP87M01152R000100100013-1 (Doc. 144), data 08/03/1985 e título: *'Letter to William J. Casey from Alfonse D'amato'*, já informa origem e destino. Suas 6 páginas foram pouco sanitizadas e sua condição de confidencial foi removida em 24/11/2010.

O Honrável William J. Casey – Diretor da Agência Central de Inteligência Central Washington, D.C. 20505 – Caro Bill: Escrevo hoje para pedir sua ajuda em um assunto de profunda preocupação para mim, para o povo americano, e para a comunidade internacional. Peço que direcione a formação de uma equipe especial para conduzir uma busca intensiva de registros de inteligência para toda e qualquer informação direta ou indireta sobre o Dr. Josef Mengele, o médico-chefe do campo de extermínio nazista em Auschwitz. Peço-lhe ainda que revise pessoalmente qualquer informação localizada por esta busca e que exerça sua autoridade para desclassificá-la e liberá-la ao público, para que o 'Anjo da Morte' de Auschwitz possa ser apreendido e levado à justiça por seus crimes monstruosos.

Um artigo publicado no New York Times em 23 de janeiro de 1985, intitulado *'Papers Indicate Mengele May Have Been Held and Freed After War'*, é baseado em registros de inteligência desclassificados obtidos pelo Simon Wiesenthal Center em Los Angeles. A história afirma que 'os documentos desclassificados incluem uma carta datada de 26 de abril de 1947, de Ben J. M. Gorby, um agente especial do Corpo de Contra-Inteligência [C.I.C.] dos Estados Unidos na Alemanha, para o comandante do 430º destacamento do C.I.C. em Viena. Um informante, continuou ele, afirmou que, pelo que sabe, o Dr. Mengele foi preso na Zona dos EUA na Alemanha – uma referência aparentemente errônea a Viena, onde a 430ª unidade estava estacionada'.

Entendo que os registros do pós-guerra são volumosos, mal catalogados e mal indexados. Entendo ainda que esses índices não são cruzados ou são mal encaminhados. Assim, é improvável que uma pesquisa convencional em resposta a um pedido de Lei de Liberdade de Informação localize informações que de fato possam existir nesses registros.

Os Estados Unidos não devem permitir que um dos piores criminosos de guerra nazistas escapem da justiça por causa das peculiaridades do nosso sistema de arquivamento de registros de agências de inteligência. Assim, peço que entre em contato com o pessoal aposentado do C.I.C. do Exército e com o pessoal aposentado da CIA que trabalhou com esses registros durante os períodos especificados nos documentos do Centro Wiesenthal, e recrute uma equipe para procurar informações de Mengele nesses registros armazenados. Peço ainda que você designe um membro de sua equipe para liderar esta equipe para acelerar seu esforço e para retornar

rapidamente qualquer informação que possa localizar para sua revisão rápida.

A convocação desses funcionários para o serviço ativo de forma voluntária e temporária exigirá fundos. Estou preparado para oferecer uma emenda legislativa para fornecer fundos adicionais para salários e despesas gerais para este esforço. Exorto-o a iniciar este esforço agora, no entanto, com a confiança de que serei capaz de obter um acordo para fornecer quaisquer fundos adicionais necessários para o seu apoio.

Eu também gostaria de me encontrar com você em seu escritório o mais cedo possível para discutir este importante esforço. Minha equipe entrará em contato em breve para marcar essa reunião. Atenciosamente, Alfonse D'Amato – Senador dos Estados Unidos

172. O documento de código: CIA-RDP87M00539R001902990005-4 (Doc. 139), datado de 11/03/1985, com título: *'Letter to Charles B. Rangel from Charles A. Briggs'*, é composto por 30 páginas que tentam responder à requisição acima pedida pelo senador D'Amato. Há uma série de fotocópias de memorandos que tratam de Mengele ou que podem conter informações que levem a ele. As imagens estão profundamente sanitizadas e os textos legíveis trazem praticamente as mesmas informações já identificadas nesta sequência de documentos acima. A liberação desta carta se deu em 13/11/2009.

173. O documento código: CIA-RDP87M01152R000100100005-0 (Doc. 142), de 19/03/1985, de título: *'Hearing Before the Subcommittee on Juvenile Justice, Senate Committee on the Judiciary on the Search for Dr. Josef Mengele, Nazi War Criminal'*, traz um grande conjunto de falas feitas no senado norte-americano acerca das buscas por Josef Mengele. Suas 45 páginas são muito reveladoras. Destaquei abaixo o que mais contribuirá para o entendimento geral do caso como um todo. O texto foi produzido pelo senado para ser arquivado. A sanitização sofrida foi leve, exceto por uma página, a 27ª, totalmente removida, na qual está escrito ilegível. A liberação do documento deu-se em 24/11/2010.

6. O senador Metzenbaum questionou longamente o Sr. Trott, primeiro perguntando-lhe o grau de cooperação que a Justiça recebeu da CIA, e depois perguntando repetidamente ao Sr. Trott o que o DOJ⁵⁷² (ou qualquer outra pessoa) estava fazendo sobre o Paraguai e qual era a extensão do envolvimento da Agência Antidrogas na investigação. O Sr. Trott respondeu que a cooperação com a CIA foi boa e acredita que continuará a obter boa cooperação da CIA. Várias vezes ele se recusou educadamente a entrar em detalhes sobre o envolvimento de Mengele no tráfico de drogas e citou a necessidade de confidencialidade sobre o que a Justiça, Escritório de Investigações Especiais (OSI⁵⁷³), está fazendo no Paraguai. (p. 43)

⁵⁷² *Department of Justice.*

⁵⁷³ *Office of Special Investigations.*

174. O documento de código e título: MENGELE, JOSEF VOL. 1_0075 (Doc. 191), datado de abril de 1985, teve origem na embaixada dos EUA em Brasília e foi dirigido à Secretaria de Estado, e às embaixadas norte-americanas em Assunção, Buenos Aires, La Paz e Santiago. Sua única página era secreta até sua liberação, no entanto não consta a data desta ocorrência. O texto é semelhante a um fax ou telex, contendo várias anotações à caneta e sem sinal de sanitização. Parece ter sido assinado por alguém chamado Asencio. Há, também, uma palavra de difícil decifração: Siro.

2. Embora ao longo dos anos tenha havido rumores de que Mengele cruzou para o Brasil vindo do Paraguai ocasionalmente, não temos conhecimento de nenhum relato recente de que ele esteja ou tenha estado no Brasil. Prevemos, no entanto, que o GOB⁵⁷⁴ cooperaria se pedíssemos que ajudassem a localizá-lo.

3. Nossa abordagem mais eficaz provavelmente seria solicitar assistência ao Ministério das Relações Exteriores, à polícia nacional e (através da ligação siro) ao serviço de inteligência nacional simultaneamente. Obviamente, quanto mais informações pudéssemos fornecer sobre a possibilidade da presença de Mengele no Brasil, mais rapidamente o GOB poderia reagir. Asencio. (p. 1)

175. Este documento que segue, de código e nome: MENGELE, JOSEF VOL. 1_0079 (Doc. 192), também de abril de 1985, com origem e destino largamente sanitizados, contém 7 páginas que descrevem o recrutamento de dois novos agentes da CIA para o Paraguai e reuniões com uma informante próxima a Stroessner.

Reuniões com Akule e Svdish⁵⁷⁵ em 1 de abril – 4. Reuniões em 1º de abril com [sanitizado] incluindo [sanitizado] e [sanitizado] representando o oficial de relatórios de Svdish e Akule, chefe de filial, oficial de escritório, e [sanitizado] a reunião começou com uma expressão de agradecimento pela valiosa ajuda de [sanitizado] ao Pnvalue⁵⁷⁶ e o fato de ela ter fornecido ao Pnvalue acesso exclusivo a informações sobre o Paraguai que eram de grande interesse tanto para o Pnvalue quanto para outras entidades Nvblazon⁵⁷⁷. O papel e as interrelações entre cada um dos oficiais na reunião foram explicados a [sanitizado] pelo restante da manhã até o final das discussões em cerca de 1400 horas abordando uma série de tópicos. A seguir estão as respostas de [sanitizado] a essas questões: seu uso operacional continuado e possibilidade de viagens mais frequentes para o Paraguai; potenciais ativos de apoio para [sanitizado] em Assunção; a questão sucessória; a relação entre o presidente (Stroessner) e os governos brasileiro e argentino; a possibilidade de que Stroessner respondesse a um pedido de assistência da Nvblazon na nicarágua; tráfico de drogas e armas

⁵⁷⁴ *Government of Brazil.*

⁵⁷⁵ Codinomes de dois agentes em processo de contratação pela CIA.

⁵⁷⁶ Outro agente cognominado.

⁵⁷⁷ Mais um código interno que pode ser composto por N (Nazi) V (?) B (*bureau*) LA (*Latin America*) ZON (*zone*), pois esta palavra apenas aparece em 12 documentos da CIA e todos relacionados com o nazismo.

no Paraguai; resposta pública à questão das drogas e à busca por Mengele; observações de várias personalidades de interesse no Paraguai. (p. 2)

11. [sanitizado] descreveu Stroessner como tendo total controle e comando dos eventos no Paraguai. Ela sente que ele tem a resposta para a maioria, se não todas, as questões paraguaias de interesse atual da Nvblazon, por exemplo: tráfico de drogas e Josef (Mengele). [sanitizado] afirmou que Stroessner é extremamente leal e protetor com as pessoas ao seu redor que o ajudaram no passado. Ela disse que ele não é irrealista sobre relacionamentos e sempre teve algum conflito com aqueles que discordavam dele. Ele tem uma mística profética sobre ele, pois acredita que sempre provou estar certo em qualquer desacordo. Outros no governo do Paraguai respeitam sua perspectiva histórica e [sanitizado] aponta que Stroessner se destacou firme em sua posição com a Argentina no projeto hidrelétrico, apesar dos conselhos daqueles ao seu redor. A Argentina finalmente cedeu às exigências de Stroessner e ele sentiu justificada sua posição. Sente que será justificado pela história e reconhecido como certo em relação à sua liderança no Paraguai. (p. 4)

16. [sanitizado] considera que uma abordagem semelhante poderia funcionar em relação ao problema das drogas no Paraguai, mas não em relação à questão do paradeiro de Mengele. Em relação ao narcotráfico, o [sanitizado] aponta o general Andrés (Rodríguez) como o perpetrador mais provável. Ela acredita que se o Nvblazon pudesse reunir provas concretas contra Rodríguez e depois colocá-lo no centro das atenções do público, o público e possivelmente Stroessner o acolheriam. Ela observa que o problema de Stroessner em lidar com a situação das drogas é seu apoio contínuo para e dos militares. No entanto, se Rodríguez pudesse ser mostrado envolvido no tráfico de drogas, isso poderia corroer o forte apoio de Rodríguez pelos militares e possivelmente dar a Stroessner um mecanismo para remover Rodríguez e cuidar do problema das drogas. [sanitizado] observa que a força de Rodríguez é derivada de sua escolha de comando militar, sua estreita relação pessoal e familiar com Stroessner e sua própria crueldade. Ela reiterou informações de personalidade sobre Rodríguez que foram fornecidas em contato anterior. Ela observou que Rodríguez é conhecido por estar envolvido em roubo de cavalos, embora ninguém no Paraguai tenha conseguido fazer nada a respeito. Ela também observou um boato recente de que no verão passado um general paraguaio não identificado acompanhou traficantes de drogas para a Europa, onde eles visitaram o local de onde os controversos produtos químicos de processamento de drogas teriam sido enviados. [sanitizado] destacou que Rodríguez tem duas fazendas, uma perto de Assunção e outra em uma região remota da área do Chaco. Ela não acredita que a fazenda do Chaco tenha qualquer utilidade para criação de gado ou outro empreendimento comercial, mas provavelmente é usada por Rodríguez para tráfico de drogas/contrabando.

17. [sanitizado] não sente que o público paraguaio terá a mesma reação à atual busca pelo Mengele. Mengele usou o Paraguai apenas como refúgio, não teve impacto nos assuntos internos do Paraguai e não foi considerado uma ameaça pelo público. Ela acredita que o quebra-cabeça Mengele será difícil de resolver, pois se tornou um 'futebol político', fazendo com que muitas fontes potenciais de informação sequem. Ela ressaltou que o recente artigo do New York Times sobre o Paraguai fez pouco para ajudar as relações Nvblazon/Paraguay e irá trabalhar contra os esforços da Nvblazon para determinar o paradeiro de Mengele. Ela observou que Stroessner sente que a Nvblazon muda suas alianças com

muita facilidade e que ele não consegue entender por que a política da Nvblazon muda com cada mudança no partido político no poder. Ela descreveu Stroessner como genuinamente intrigado a esse respeito, mas ela observou que a atual administração da Nvblazon é bem vista entre o público paraguaio. (pp. 5-6)

176. Este novo documento é breve e escrito de forma telegráfica. Aparenta atenção a algum programa que abordará o caso Mengele. O código e o título são o mesmo: MENGELE, JOSEF VOL. 1_0084 (Doc. 193) e a data é imprecisa, abril de 1985. Sua única página secreta foi sanitizada sem informação de data de liberação. Não há informações claras de quem produziu o documento, mas ele foi dirigido ao Diretor (da CIA).

2. Planos de estação levantam assunto com [sanitizado] na próxima oportunidade. Irá informá-lo sobre o alto nível de interesse no caso Mengele, e solicitar que ele informe se o serviço de [sanitizado] está sendo feito, ou fez algum esforço para apurar relatos anteriores não confirmados de entrada de Mengele no Brasil a partir do vizinho Paraguai. Informar os resultados da reunião com [sanitizado].

3. A emissora também pretende discutir o assunto com as bases de [sanitizado] e [sanitizado]. Vai angariar [opiniões] unilaterais estáveis de qualquer um que possa fazer uma [boa] contribuição. Aconselhar.

177. O documento com código e título: MENGELE, JOSEF VOL. 2_0019 (Doc. 194), de maio de 1985, descreve, na parte que nos interessa, a pressão do senado norte-americano sobre o Paraguai no que concerne a Mengele. O documento partiu da Secretaria de Estado dos EUA e foi dirigido a todos os postos diplomáticos daquele país. Suas 5 páginas confidenciais foram pouco sanitizadas, não havendo informações acerca da data de liberação.

11. O Senador Spectre (...) apresentou e o Senado aprovou, por votação oral, uma sinalização de emenda ao Congresso para que os Estados Unidos empreendam todos os esforços possíveis com o Paraguai e países vizinhos para levar Josef Mengele à justiça em busca desses fins. Os EUA devem participar desses esforços e o presidente deve informar ao Congresso até 1º de outubro de 1985 sobre os esforços paraguaios para localizar e apreender Mengele e sobre o grau de cooperação de outras nações. Os senadores Specter, Kasten (...) D'Amato (...) e Kennedy (...) abordaram a natureza dos crimes de Mengele e pediram a adoção da medida. Os senadores Lugar e Pell juntaram-se aos colegas em apoio. (p. 5)

178. O documento agora em discussão, de mesmo código e título: MENGELE, JOSEF VOL. 2_0027 (Doc. 195), recebeu a data de 23/05/1985. Suas 4 páginas receberam apenas duas sanitizações, pois o conteúdo do memorando era público, mesmo assim ele recebeu classificação “*Secret/Sensitive*”, não havendo data de liberação.

O documento repete dados e fatos já relatados e registra a pressão política do senado norte-americano para a resolução do caso Mengele, havendo a consideração da parte do agente que produziu o memorando, Lucian Heichler, que se destinava aos arquivos. As considerações giravam entre a pressão no senado e como abordar Stroessner; se Mengele estava ainda vivo e se estava no Brasil ou Portugal.

179. O próximo documento é muito significativo para o tema do nazismo, em especial para o caso Mengele. Com código e título: ‘Mengele, JOSEF (DI)_0004’ (Doc. 184), datado de junho de 1985, este documento secreto, coordenado pelo departamento de Estado dos EUA, contendo 5 páginas, foi pouco sanitizado e sua liberação se deu em data não informada. Ele foi dirigido ao corpo diplomático norte-americano em São Paulo, Secretaria de Estado em Washington DC, Brasília, Assunção, Bonn, Londres, Paris, Tel Aviv, Vienna, Munich, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Josef Mengele: seus restos mortais foram encontrados em São Paulo

1. Resumo: durante uma reunião de três horas na noite de 6 de junho, o representante paulista do serviço de inteligência da República Federal da Alemanha BKA (bundeskriminalamt) (...) me disse que com base em provas apreendidas e obtidas nos últimos dias na Alemanha e no Brasil, o BKA está convencida de que; a) Josef Mengele morou em São Paulo entre 1967 e 1979, ou desde que veio do Paraguai para cá, até se afogar após sofrer um derrame em uma praia de São Paulo; b) Mengele foi sepultado no cemitério municipal de Embu, cidade a aproximadamente 20 km a sudoeste da cidade de São Paulo; c) seus restos mortais – ou melhor, o que provavelmente são seus restos mortais – foram exumados na tarde de 6 de junho pela Polícia Federal brasileira e levados ao instituto médico-legal da Polícia Federal de São Paulo para estudo e identificação; d) os restos foram maltratados, na opinião dos quatro especialistas alemães presentes na exumação, pela inépcia e falta de profissionalismo dos funcionários brasileiros que realizavam o procedimento, e assim muitas provas potencialmente importantes foram perdidas ou destruídas desnecessariamente; e) nenhuma das volumosas evidências descobertas pelos investigadores alemães continha a menor indicação de qualquer conhecimento ou envolvimento americano nas atividades de Mengele, esforços para esconder e evitar a descoberta durante esse período, ou no momento em que seus restos mortais foram enterrados; e f) nos próximos dias as autoridades brasileiras que controlam o processo de identificação chegarão a uma conclusão sobre se os restos mortais são de Josef Mengele, mas sua inépcia faz com que especialistas alemães, americanos, israelenses e outros não estejam convencidos da validade de seus achados de qualquer maneira.

2. De acordo com o representante do BKA, oficiais de sua agência, juntamente com colegas dos estados de Hesse e da Baviera, obtiveram um mandado e, em 31 de maio, revistaram a pessoa e a casa de Hans Sedlmeier, um velho que foi o primeiro diretor, após a Segunda Guerra Mundial, da empresa de máquinas agrícolas de Mengele, de propriedade de vários de seus filhos, na cidade bávara de Gunzburg. A busca produziu uma riqueza de evidências compostas por cartas e fotografias

cuidadosamente guardadas pela esposa de Sedlmeier, a partir das quais uma ampla trilha levava a nomes, endereços e números de caixas postais em São Paulo.

3. Como as informações apreendidas incluíam notas e referências feitas ainda este ano e, assim, levam os investigadores a suspeitar que Mengele ainda pode estar vivo, eles sentiram que deveriam agir muito rapidamente com seu acompanhamento no Brasil para evitar notícias atingindo os suspeitos após a busca, e provavelmente resultando na destruição de provas. Assim, os investigadores alemães não tiveram tempo – em suas palavras – para notificar as agências homólogas americanas ou israelenses que vêm trabalhando com eles.

4. Após vir para São Paulo em 1967, Mengele morava em uma fazenda em Caieiras, bem perto de São Paulo, junto com Geza Janos Stammel⁵⁷⁸ e sua esposa Gitte, dois brasileiros naturalizados de origem húngara, qualificados como nazistas radicais pelo BKA. Os Stammel ajudaram Mengele financeiramente e permitiram o uso de sua caixa postal para correspondência com sua família, feita por meio de cartas codificadas, muitas das quais foram encontradas na última busca em Gunzburg. Stammer, que tem um filho servindo na marinha brasileira, está atualmente no Japão, portanto, apenas sua esposa Gitte poderia ser questionada neste momento, e foi considerada altamente evasiva e falsa. A residência de Stammel é hoje, como era em 1967, na avenida das Palmeiras, 2900, no bairro paulistano do jardim Petrópolis.

5. Em 1969, Mengele mudou-se para uma nova casa que comprou na estrada Alvarenga, 5555 (agora 5575) no bairro de Eldorado, e ali morou até falecer em 1979. Esse endereço também foi encontrado entre notas datadas de 1985 entre os pertences de Sedlmeier.

6. A Mengele foi originalmente dado o nome de Dr. Pedro pelos Stammers. Em 1969, um famoso, muito condecorado, antigo piloto aéreo nazista conhecido pelo nome de Rudel introduziu o Dr. Pedro a outro casal nazista, Wolfram e Liselotte Bossert, que morava nas proximidades, ao qual Mengele acabou revelando sua identidade e com eles desenvolveu uma estreita amizade.

7. No período 1967-69 entrou em cena outro ator-chave, um austríaco de nome Wolfgang Gearhart da cidade de Graz, que morou na região de São Paulo até 1974, e se tornou amigo dos Bosserts e de Mengele. Em 1974, Gearhart regressou a Graz, embora a sua mãe tenha ficado para trás, e após a sua morte foi sepultada no cemitério municipal de Embu. Quando Gearhart voltou a Graz, ele deixou todos os seus documentos de identidade brasileiros para Mengele, que mudou apenas as fotografias, e viveu o resto de sua vida com o pseudônimo de Wolfgang Gearhart. O verdadeiro Gearhart, entretanto, morreu em Graz em 16 de dezembro de 1978 e foi enterrado lá de acordo com evidências consideradas inconfundíveis pelo BKA.

8. Em 7 de fevereiro de 1979, Mengele, junto com os Bosserts foi para a praia de Bertioga, uma pequena cidade próxima ao porto brasileiro de Santos. Enquanto nadava, ele sofreu um derrame, foi retirado inconsciente da água pelos Bosserts e morreu pouco depois. Nenhuma autópsia foi realizada, e o atestado de óbito encontrado em 5 de junho de 1985, na posse de Bosserts e assinado por um médico de Santos em 7 de fevereiro de 1979, listava Wolfgang Gearhart como tendo morrido de um acidente vascular

⁵⁷⁸ Referências externas não localizadas.

cerebral, pois no momento da morte o sujeito aparentou ter um lado de seu corpo e rosto paralisado.

9. Os Bosserts enterraram Josef Mengele, aliás Wolfgang Gearhart, no cemitério municipal de Embu, sobre o caixão da mãe real de Gearhart. Quando este túmulo foi desenterrado ontem – 6 de junho especialistas alemães que testemunharam a exumação estavam convencidos de que a sujeira e outros materiais que cobriam o túmulo não haviam sido removidos ou adulterados nos últimos anos.

10. Ao comentar as circunstâncias do que meu interlocutor do BKA considera certamente ter sido a morte de Josef Mengele em 1979, ele fez as seguintes observações: a lei brasileira exige isso, impressões digitais de qualquer morto não identificado, no entanto, uma vez que o corpo tinha uma identidade como Wolfgang Gearhart, nenhuma impressão digital foi tomada neste caso. Mengele, ainda vivo, insistiu aos Bosserts que, após sua morte, ele deveria ser cremado. No entanto, de acordo com a lei brasileira, um corpo só pode ser cremado por ordem de parentes próximos ou por vontade do falecido. Como Mengele não havia deixado testamento e Gearhart não tinha parentes imediatos no Brasil, não havia alternativa para os Bosserts a não ser enterrá-lo. Esses fatos também são comprovados de acordo com o BKA pelas cartas e outras provas obtidas nos últimos dias, e especificamente por uma carta de Bossert a Sedlmeier, datada de 29 de abril de 1979.

11. De acordo com provas de carta adicional obtidas pelo BKA, Rolf, filho de Mengele, foi convidado por Bossert para vir a São Paulo, e ele o fez no final de 1979 ou início de 1980. Naquela época, Bossert criou para Rolf os eventos da morte de Josef Mengele, incluindo o afogamento e o enterro.

12. Quando os Bosserts foram interrogados pela Polícia Federal brasileira na presença dos alemães nos dias 5 e 6 de junho, eles foram, nas palavras do agente do BKA, muito cooperativos e não mostraram nenhuma evidência de terem sido treinados para resistir ao interrogatório. Eles parabenizaram os agentes por encontrá-los tão rapidamente – isto é, em seis anos – dizendo que nunca imaginariam que isso fosse possível. Uma grande quantidade de provas de cartas foi apreendida na casa dos Bosserts e agora está em poder da Polícia Federal brasileira. Várias das cartas eram cópias de originais apreendidos anteriormente na residência de Sedlmeier em Gunzburg. Bossert não apenas conversou muito com a polícia e jurou que tudo o que foi dito era verdadeiro e preciso, mas também conversou muito com a mídia em rápido crescimento que seguia a polícia brasileira até sua porta.

13. Bossert não foi o único que gostou da mídia. De acordo com o agente do BKA, o chefe da Polícia Federal de São Paulo Romeu Tuma e o patologista forense José Antonio Melo gastaram muito mais tempo e esforço se exibindo para as câmeras de televisão do que cuidando das provas. Na residência dos Bossert, eles não usavam luvas enquanto folheavam todos os papéis, embora os especialistas alemães praticamente os colocassem em suas mãos. No túmulo, eles não conseguiram gravar ou fotografar os restos mortais, incluindo partes ou pedaços de cabelo e roupas em seu estado original, em vez de despejar tudo indiscriminadamente em um grande recipiente, depois de segurar vários ossos para as câmeras de televisão.

14. Congen⁵⁷⁹ foi ao instituto médico-legal na noite de 6 de junho e verificou que, pelo menos, segundo o oficial de serviço, os supostos restos mortais de Mengele estavam realmente lá, e que o Dr. Melo começaria a trabalhá-los na sexta-feira, 7 de junho, em um trabalho que provavelmente duraria alguns dias. Embora os oficiais alemães no local estejam convencidos da força de suas provas recentemente apreendidas de que Josef Mengele viveu em São Paulo desde 1967 e morreu aqui em 1979, eles não podem ter certeza de que os restos exumados ontem serão seus. O que mais os preocupa é que o processo de identificação brasileiro será superficial ou não científico, e que qualquer que seja a conclusão a que cheguem não será aceitável ou convincente nem para os alemães nem para os especialistas de outros países interessados.

15. A identificação dentária, um dos meios de identificação potencialmente mais confiáveis, será difícil, mas não impossível de usar. O crânio exumado tinha vários dentes inferiores naturais presentes, mas o maxilar superior estava coberto com uma dentadura completa. Os registros dentários trazidos pelos especialistas alemães consistem apenas em prontuários odontológicos feitos em 1937 e sem raios-x. O BKS afirma ter evidências específicas de alterações ósseas em Mengele, cuja natureza eles se recusaram a revelar, mas que podem se tornar importantes quando todos os ossos forem radiografados. Segundo o jornal paulista 'Folha de São Paulo' essa alteração é um defeito congênito do dedo indicador direito.

16. Outro fator desconhecido neste momento é o grau de assistência que as autoridades brasileiras, altamente sensíveis, provavelmente aceitarão com o exame dos restos mortais. O representante do BKA teme que os brasileiros tenham um forte interesse, politicamente motivado, em uma identificação rápida e positiva, e possam não estudar ou trabalhar as evidências com seriedade suficiente para convencer especialistas externos. Esta última perspectiva, dados os anos de esforço despendidos neste caso, deixou a equipe alemã presente em São Paulo, pelo menos por enquanto, profundamente deprimida. (pp. 1-5)

180. Esta é mais uma matéria de jornal, de Ralph Blumenthal, para o New York Times, datada de 26/06/1985, com código: CIA-RDP90-00552R000404200004-9 (Doc. 158) e título: '*Nazi-Hunters Pick New Top Targets*'. O documento foi sanitizado no topo, no lado direito, e liberado em 06/07/2010.

Com Josef Mengele agora amplamente reconhecido como morto, os principais caçadores de nazistas vêm reavaliando suas prioridades enquanto culpam principalmente a Alemanha Ocidental pelo fracasso em capturar e julgar o médico do campo de extermínio. (...)

Wiesenthal⁵⁸⁰ - que no mês passado anunciou um avistamento do Dr. Mengele em Capitán Miranda, Paraguai, em 1984 - disse em uma entrevista por telefone que ele pode ter recebido 'desinformação' deliberadamente falsa em algumas ocasiões. (...)

Alguns admitiram o embaraço por ter colocado o Dr. Mengele por tanto tempo no Paraguai quando, ao que parece, ele viveu quase constantemente

⁵⁷⁹ *Consulate General* (Consulado Geral).

⁵⁸⁰ Simon Wiesenthal (1908 - 2005) - caçador de nazistas e escritor, sobrevivente do Holocausto, conhecido pelo seu trabalho na perseguição e captura de nazistas (HUTTENBACH, 2006).

no Brasil de 1961 até seu afogamento em 1979. A polícia brasileira e especialistas estrangeiros anunciaram na sexta-feira passada que um esqueleto exumado perto de São Paulo este mês foi inquestionavelmente o do Dr. Mengele. (...)

Um de muitos casos – Em outro caso, em que afirmou – incorretamente – que uma das famílias que abrigaram o Dr. Mengele no Brasil era judia, o Sr. Wiesenthal disse que a informação veio de um rabino de São Paulo que mais tarde alegou ter sido mal interpretado. (...)

Um porta-voz da Embaixada da Alemanha Ocidental em Washington, Peter Mende⁵⁸¹, disse que seu governo ao longo dos anos entrou em contato com Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Venezuela, Panamá e Estados Unidos em esforços para encontrar o Dr. Mengele. Mas ele disse que não tinha uma resposta direta para a pergunta de por que as autoridades não revistaram a casa Sedlmeier há muito tempo ou monitoraram a correspondência da família Mengele em Günzburg. (...) Klarsfeld disse que não se sentiu constrangido com o longo foco dele e de sua esposa no Paraguai como provável santuário do Dr. Mengele. ‘É óbvio que eles o protegeram completamente’, disse ele sobre o regime de Stroessner. ‘É natural acreditar que ele estava lá’.

Klarsfeld disse acreditar que o cancelamento da visita do presidente Stroessner à Alemanha Ocidental no mês passado teve algo a ver com a divulgação da morte do Dr. Mengele. O advogado disse que achava que o líder paraguaio sabia da morte do médico nazista e pediu à família que a tornasse pública para poupá-lo de mais má publicidade. Fontes judiciais no Paraguai, entretanto, disseram que Klarsfeld enfrentaria acusações por caluniar o presidente Stroessner. (p. 1)

181. Este é um documento curioso, pois sua única página traz poucas informações, dando a aparência de mero registro para arquivo, como o que tem sido visto acima, quando se trata de nazismo. Seu código é CIA-RDP90-00552R000404200001-2 (Doc. 157), datado de julho de 1985, com título: *‘IS NAZI WAR CRIMINAL JOSEF Mengele REALLY DEAD?’* O texto abaixo foi produzido por Jack Anderson⁵⁸² em forma de carta a Washington (aparentemente). Não há marcação de classificação, mesmo assim há uma sanitização. O documento foi liberado em 06/07/2010.

O criminoso de guerra nazista Josef Mengele está realmente morto? Estou procurando o ‘Anjo da Morte’ há 25 anos. De tempos em tempos, eu os informava sobre minhas últimas descobertas. Agora, especialistas forenses relatam que um esqueleto exumado de um túmulo brasileiro era o desaparecido Mengele – isto é, ‘dentro de uma certeza científica razoável’. Se eles estiverem certos, então os avistamentos da inteligência dos EUA e de Israel estavam errados. Tanto a CIA quanto o Mossad relataram que Mengele foi visto no Paraguai ainda em 1984. As pessoas que esconderam Mengele no Brasil também contaram histórias que entram em conflito com fatos conhecidos.

Pessoalmente, estou inclinado a aceitar as provas dos peritos forenses. Mas, primeiro, acho que os dois casais que protegeram Mengele deveriam

⁵⁸¹ Referências externas não localizadas.

⁵⁸² Jack Northman Anderson (1922 - 2005) - colunista investigativo norte-americano.

ser minuciosamente interrogados por investigadores americanos, alemães e israelenses.

182. O documento que segue é bem curioso, pois trata-se de uma publicação que tem como objetivo criticar a CIA e que foi transformada em documento pela própria CIA. Datado de 25/11/1985, com código: CIA-RDP90-00845R000100170004-5 (Doc. 161) e título: *'Covert Action: Special: Nazis, the Vatican, and CIA'* este documento tem 56 páginas e foi liberado em 03/06/2010.

Como Allen Dulles e a SS⁵⁸³ se preservaram – por Peter Dale Scott⁵⁸⁴ – Dr. Josef Mengele, o 'Anjo da Morte', o experimentador e executor do campo de concentração alemão em Auschwitz, é talvez o mais notório de todos os não condenados criminosos de guerra nazistas. A exumação no início de 1985 no Brasil de um corpo que os peritos forenses internacionais posteriormente julgaram ser o de Mengele silenciou momentaneamente as exigências de que ele fosse encontrado e levado a julgamento. As provas e testemunhos foram convincentes o suficiente para silenciar muitos. No entanto, outros criminosos nazistas procurados foram erroneamente, mas persuasivamente relatados mortos. Adolf Eichmann, por exemplo, havia sido declarado morto na Áustria em 1947, 'com base no testemunho de um tal Karl Lukas⁵⁸⁵, que jurou estar presente quando Eichmann morreu em Praga em 28 de abril de 1945'. E quando, no mesmo ano, um médico escreveu que desejava testemunhar contra Mengele, a resposta de Telford Taylor⁵⁸⁶, Chefe do Conselho de Crimes de Guerra dos EUA em Nuremberg, era 'para avisar que nossos registros mostram que o Dr. Mengerle [sic] morreu em outubro de 1946 na aldeia bávara de Autenried'. (...)

Vale lembrar que Mengele foi dado como morto em 1968, após a busca por ele ter sido alimentada por revelações no julgamento de Eichmann. Então, como agora, a principal fonte do relatório foi um respeitado policial brasileiro (Erich Erdstein⁵⁸⁷ em 1968) que 'especializou-se em contrabandistas de narcóticos'. Erdstein posteriormente publicou um relato vívido da testemunha ocular da breve captura de Mengele, libertação, recaptura subsequente e morte por tiros em uma barcaça por suas próprias mãos.

Quando um respeitável policial brasileiro com histórico de importantes prisões por entorpecentes descreve a morte de Mengele em detalhes vívidos, é difícil não acreditar nele. Mas depois que um segundo policial brasileiro respeitado com um histórico semelhante forneceu um relato diferente e totalmente incompatível da morte de Mengele, a credibilidade de tais fontes devem ser reavaliada. Mesmo que o segundo relatório esteja

⁵⁸³ Schutzstaffel - uma organização paramilitar ligada ao Partido Nazista e a Adolf Hitler (KOEHL, 2021).

⁵⁸⁴ Peter Dale Scott - poeta, acadêmico e ex-diplomata canadense, conhecido por suas críticas à política profunda e à política externa norte-americana desde a Guerra do Vietnã (<<https://www.peterdalescott.net/>>).

⁵⁸⁵ Referências externas não localizadas.

⁵⁸⁶ Telford Taylor - advogado norte-americano conhecido como procurador nos Julgamentos de Nuremberg (FERENCZ, 1998. <<https://web.archive.org/web/20041223124028/http://www.benferencz.org/telford.htm>>).

⁵⁸⁷ Embora dê a entender que o nome do policial é este, na verdade o que deve ter havido é a citação do policial por Erdstein. Ver mais acerca do autor em: Erich Erdstein e a caça a nazistas: um estudo sobre o livro "O Renascimento da Suástica no Brasil". (NASCIMENTO, 2021).

correto, o relatório anterior permanece como evidência de que existiu uma conspiração bem organizada para proteger Mengele, como Bormann⁵⁸⁸, com desinformação. (pp. 4-5) (...)

Mengele – não era um policial político (como Rauff e Barbie⁵⁸⁹), mas um médico com uma propensão para experimentos letais em cobaias humanas – poderia ter sido salvo como resultado de um acordo secreto entre Dulles e a SS? Tal hipótese já teria sido quase impensável. Mas desde então nos foi dito que seu colega nos experimentos humanos de Auschwitz, Walter Schreiber⁵⁹⁰, foi protegido pelos americanos de uma condenação polonesa à revelia, para que ele pudesse ajudar a orientar as pesquisas pós-guerra da Força Aérea dos EUA em guerra bacteriológica. Em 1952, Schreiber foi ajudado por oficiais americanos a se restabelecer, via Argentina, no Paraguai. É o ano em que o próprio Mengele aparece na Argentina, mudando-se para o Paraguai dois anos depois.

Mengele e o Kameradenwerk⁵⁹¹ – Apesar dos livros, artigos e programas de TV sobre Mengele, o ‘Anjo da Morte’ em Auschwitz, sabe-se menos com certeza sobre suas atividades pós-guerra do que as de qualquer criminoso de guerra comparável. Ele ganhou a cidadania em 1957 e foi destituído dela em 1979, pouco foi documentado, mas em um dos melhores livros publicados sobre a rede pós-guerra de Rauff, Schwend⁵⁹² e Mengele, o chamado Kameradenwerk, a carreira de Mengele estava intimamente envolvida.

O livro é *The Bormann Brotherhood*⁵⁹³, de William Stevenson, ele próprio um agente de inteligência em tempo de guerra com acesso a fontes de inteligência, incluindo os registros de Donovan⁵⁹⁴ e seu amigo em comum, Sir William Stephenson da SOE britânica. Segundo Stevenson, Mengele havia trabalhado em uma zona militar restrita do Paraguai com o ditador croata Ante Pavelic⁵⁹⁵, cujas conexões católicas croatas sem dúvida (...) desempenharam papéis centrais nas fugas de Rauff, Schwend e Barbie. ‘Pavelic tinha inicialmente feito contato com o Kameradenwerk nazista latino-americano através de Rauff’. (...)

Parece que Barbie e Estrella⁵⁹⁶ exportaram casca de quinquina como agentes da empresa farmacêutica alemã Boehringer, que enriqueceu com contratos de quinina para o Exército dos EUA durante a Guerra do Vietnã. Mas o principal negócio de Barbie e Schwend era o tráfico de armas, realizado através de duas empresas alemãs, Merex e Gemetex. Os dois nazistas atuaram como agentes, negociando compras não apenas em nome dos governos boliviano e peruano, mas também através da amizade com o

⁵⁸⁸ Martin Bormann (1900 - ?) chefe da Parteikanzlei e secretário de Adolf Hitler (<<https://www.britannica.com/biography/Martin-Bormann>>).

⁵⁸⁹ Nikolaus 'Klaus' Barbie (1913 - 1991) - oficial da SS nazista conhecido como "carneiro de Lyon" ou "o açougueiro de Lyon" (BOWER, 2017).

⁵⁹⁰ Walter Paul Emil Schreiber (1893 - 1970) - citado em: The Avalon Project - ‘The trial of German major war criminals: proceedings of the International Military Tribunal sitting at Nuremberg Germany’ (<Avalon.law.yale.edu>).

⁵⁹¹ Colega de trabalho, mas a tradução usada em inglês foi irmandade.

⁵⁹² Friedrich Schwend (1906 - 1980) - citado em: L'Opération «Bernhard» (GRANET, 1965).

⁵⁹³ STEVENSON, William. **The Bormann Brotherhood**. Simon and Schuster, 2019.

⁵⁹⁴ William J. Donovan (1883 - 1959) (CARUANA, 1991).

⁵⁹⁵ Ante Pavelić (1889 - 1959) - líder e fundador do movimento nazista e fascista croata na década de 1930 e líder do Estado Independente da Croácia (MCCORMICK, 2014).

⁵⁹⁶ Alfons Sassen ou melhor Alphons Cornelis Eduard Maria (Alfons) Sassen (1926 - 2008) (<<https://www.tracesofwar.nl/articles/1371/Sassen-Willem-en-Alphonse.htm>>)

nazista Hans Rudel, vendas para o Paraguai e Chile e, através de Otto Skorzeny na Espanha, outros negócios em Madri. (...)

Os negócios de armas da Barbie, combinados dessa maneira com a inteligência ocidental, eram politicamente influentes e economicamente lucrativos. Eles o envolveram, segundo fontes francesas, no negócio de tráfico de drogas de Auguste Joseph Ricord⁵⁹⁷, um colaborador nazista corso que, como Mengele, foi estabelecido com conexões de alto nível no Paraguai. Aparentemente, foi a determinação do governo Nixon de quebrar o grupo de Ricord que fez a CIA começar a relatar o envolvimento de Mengele no tráfico de drogas. (pp. 7-8) (...)

Entre eles, Hudal⁵⁹⁸ e Draganovic⁵⁹⁹ ajudaram centenas de nazistas a escapar, e talvez milhares de Ustase⁶⁰⁰ croatas. O chefe deles foi o ex-ditador croata Ante Pavelic. Segundo William Stevenson: 'Desde então, Pavelic havia se retirado para um campo armado no Paraguai compartilhado com colonos alemães em sua zona militar restrita a nordeste de Assunção. Lá ele trabalhou com o Dr. Josef Mengele, o experimentador do campo de extermínio, e [Walter] Rauff... que projetou e construiu câmaras de gaseificação em massa para Auschwitz'¹²¹.

Os nazistas mais proeminentes conhecidos por terem escapado por essa rota estabeleceram uma rede na América Latina, muitas vezes em aliança com coortes croatas, mais ou menos como segue: Bolívia: Klaus Barbie (com croatas); Peru: Friedrich Schwend (com croatas); Chile: Walter Rauff (com croatas); Equador: Alfons Sassen; Argentina: Otto Skorzeny, Hans-Ulrich Rudel e Heinrich Muller⁶⁰¹. Esta rede, chamada Kameradenwerk, manteve estreitos laços políticos, sociais e empresariais. Segundo a maioria dos relatos, Josef Mengele foi seu principal representante no Paraguai. (pp. 10-11)

As notáveis acusações de Loftus⁶⁰² contra Dulles são corroboradas por fragmentos do registro público. Em sua história semi-autorizada do OSS⁶⁰³, R. Harris Smith⁶⁰⁴ observa que o principal intermediário italiano nas negociações, o industrial, barão e camarista papal Luigi Parrelli⁶⁰⁵ estava em 1948 supostamente envolvido em uma operação da CIA para impedir uma vitória da esquerda nas eleições gerais italianas. Também havia rumores de que ele havia inventado um plano para transportar ex-nazistas da Alemanha para o Paraguai. (...) (pp. 12-14)

Por meio de suas conexões com a Organização Gehlen⁶⁰⁶, Skorzeny, Rauff, Barbie e Schwend tornaram-se, de fato, instrumentos de inteligência da CIA e de ações de cobertura política. Ao fazê-lo, contribuíram

⁵⁹⁷ Auguste Joseph Ricord (1911 - 1985) - citado em: Entre as margens do Atlântico: História e direito internacional no trânsito de criminosos entre a Europa e as Américas na segunda metade do século XX (GUERRA, 2020).

⁵⁹⁸ Bispo Alois Hudal do *Collegium Teutonicum* (1885 - 1963) - citado em How South America Became a Nazi Haven (KLEIN, 2015).

⁵⁹⁹ Dr. Krunoslav Draganović (1903 - 1983) - padre croata (SEČKAR, 1993).

⁶⁰⁰ Ustaše, ustashe, ustasas, ou ustashi, eram membros da Ustaša – Movimento Revolucionário nazista Croata atovo entre 1929 e 1945 (MCCORMICK, 2014). ¹²¹ STEVENSON, 2019.

⁶⁰¹ Heinrich Müller (1900 - ?) líder da Gestapo, a polícia secreta da Alemanha Nazista (TUCHEL, 2017).

⁶⁰² John Joseph Loftus - presidente do The Intelligence Summit e do Museu do Holocausto na Flórida (<https://web.archive.org/web/20030604055731/http://john-loftus.com/bio.asp>).

⁶⁰³ Office of Strategic Services (OSS).

⁶⁰⁴ OSS: the secret history of America's first central intelligence agency (SMITH, 2005).

⁶⁰⁵ Referências externas não localizadas.

⁶⁰⁶ Citada em: Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra (GUTERMAN, 2016).

significativamente para o estabelecimento da opressão de estilo fascista nos novos países para os quais se mudaram – no Chile, Bolívia, Paraguai, Argentina e Peru. Um legado dessa opressão é o sistema de Esquadrões da Morte agora em operação na América Central. Outro foi o envolvimento de homens como Barbie e seus clientes políticos no altamente organizado tráfico de drogas latino-americano. (p. 16) (...)

183. O documento de mesmo código e título: *‘Nazis in South America (DI) Vol. 1/Nazis in South America (DI) Vol. 1_0022’* (Doc. 200) recebeu a data de janeiro de 1986. Foi produzida na Embaixada em Assunção, com dados do Departamento de Estado dos EUA, e dirigida *‘FOR GENERAL GALVIN FROM AMBASSADOR TAYLOR’*. Suas 11 páginas tratam de muitas informações acerca do Paraguai, mas destaquei as específicas do nazismo, que mesmo assim envolveu contrabando e tráfico de drogas. O documento era secreto até 29/08/2001.

8. A imagem internacional do Paraguai: As autoridades paraguaias argumentam que sua reputação como ditadura militar e refúgio para traficantes de drogas, nazistas e outros réprobos é imerecida.

Apontam como prova disso a recente evidência de que Mengele não esteve no Paraguai durante grande parte do tempo em que se acreditou aqui e o fato de terem extraditado alguns notórios vilões como Ricord. No entanto, o fato é que Mengele foi admitido no país e recebeu cidadania e as autoridades nunca abriram registros internos aos caçadores de nazistas até que a investigação brasileira foi iniciada. O notório Ricord não foi extraditado para os EUA, até que praticamente todas as paradas fossem puxadas. A apreensão e reexportação dos precursores químicos⁶⁰⁷ exigiram pressão pública e eles negaram categoricamente qualquer envolvimento paraguaio na transação, o que contraria nossa inteligência. O critério primário de quem receberia refúgio no Paraguai parece ter sido quem poderia pagar por isso. Isso foi evidenciado no caso do grupo de extorsão/terrorista croata que funcionou aqui em 1971-82. Além disso, o Paraguai é corretamente identificado como detentor de uma das mais extensas redes de contrabando deste hemisfério. Isso inclui o contrabando de mercadorias entre países vizinhos, mercadorias de exportação paraguaias para evitar controles governamentais e mercadorias ilegais, como narcóticos e couros de espécies ameaçadas. O escândalo mais atual envolve muitos políticos bem relacionados, militares e outros indivíduos proeminentes que obtiveram dólares do banco central para importações fictícias à taxa de câmbio oficial (com a cumplicidade de funcionários do banco) e venderam os dólares à taxa paralela com um lucro de 300 a 400%. (pp. 4-5)

184. Este documento de mesmo código e título: *‘Nazis in South America (DI) Vol. 2/Nazis in South America (DI) Vol. 2_0026’* (Doc. 201) foi datado em novembro de 1997. Produzido

⁶⁰⁷ O termo utilizado no original foi *‘the precursor chemicals’*, o que faria sentido ligando Mengele e Ricord ao tráfico de drogas, já que Ricord tinha contatos com uma máfia europeia e Mengele era reconhecidamente um químico de qualidade. Outra possibilidade é que houvesse um outro significado para o termo àquela época.

com dados do Departamento de Estado, foi enviado para Secretaria de Estado, Embaixada Buenos Aires, Inteligência em Havana, Embaixada Porto Príncipe, Embaixada Assunção, Missão EUA na ONU em Nova York, Embaixada Montevideo, Embaixada Brasília, Embaixada Santiago, Embaixada Madrid. Suas 4 páginas descrevem uma conversa diplomática entre um representante dos EUA e outro da Argentina. Seu conteúdo confidencial foi liberado em 30/08/2001.

2. (c) Em 4 de novembro, a A/S Davidow⁶⁰⁸ convocou o embaixador argentino Diego Guelar⁶⁰⁹ para expressar as preocupações do USG⁶¹⁰ sobre os planos do GOA⁶¹¹ de se abster na resolução de direitos humanos de Cuba na AGNU⁶¹², em vez de apoiá-la como nos anos anteriores.

Guelar respondeu que o GOA pode ser mais eficaz em Cuba se não estiver isolado de seus parceiros do grupo do RIO. Ele prometeu relatar as opiniões do USG diretamente ao presidente Menem⁶¹³. A/S Davidow e Guelar também discutiram a implementação do compromisso do GOA de levar vários protegidos atualmente mantidos na base naval de Guantánamo. A/S Davidow levantou o pedido de o USG (mencionado pela primeira vez durante a visita do presidente à argentina) para que uma ‘equipe da swat’ argentina seja enviada ao Haiti para proteger a polícia civil, mas observou que outras ações devem aguardar conversas em Nova York sobre este tópico. Guelar solicitou opiniões do USG sobre o Paraguai. Ele pediu o início de um diálogo USG-Mercosul e apresentou a ideia de A/S Davidow se reunir informalmente com ministros das Relações Exteriores do Mercosul durante a presidência argentina do Mercosul, que começa em janeiro. Guelar disse esperar que a questão do ‘ouro nazista’ não se torne assunto de debate partidário na Argentina. Ele também fez sua análise das recentes eleições parlamentares argentinas. (pp. 1-2)

Ouro Nazista – 10. (c) Guelar levantou a questão do ouro nazista, agradecendo o *briefing* que sua embaixada deveria receber em breve sobre o relatório de acompanhamento do historiador sobre as atividades de países neutros, incluindo a Argentina. Ele disse que Graciela Fernandez Meijide, do partido de oposição Frepaso, se reuniria em Nova York com funcionários do comitê judaico americano no final do mês e que ele esperava que essa questão, bem como os atentados à bomba na embaixada israelense e Amia⁶¹⁴, surgissem; é importante que não se tornem questões partidárias dentro da Argentina. A/S Davidow sublinhou a importância e a

⁶⁰⁸ Jeffrey Davidow, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental. Nomeado: 29 de julho de 1996. Entrada em serviço: 7 de agosto de 1996. Término da nomeação: 6 de julho de 1998 (<<https://history.state.gov/departmenthistory/people/davidow-jeffrey-s>>).

⁶⁰⁹ Diego Ramiro Guelar - embaixador argentino nos EUA entre 1997 e 1999. Citado em: ‘*What went wrong in Argentina*’ (BIRDSALL, 2002).

⁶¹⁰ U.S. Government (Governo dos Estados Unidos).

⁶¹¹ Government of Argentina (Governo da Argentina).

⁶¹² United Nations General Assembly (Assembleia Geral das Nações Unidas).

⁶¹³ Carlos Saúl Menem Akil (1930 - 1921) - presidente da Argentina entre 1989 e 1999. Citado em: *Régimen político y política exterior en Argentina. El caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989–1995)* (STUHLREHER, 2003).

⁶¹⁴ Informações em: 27 ANOS DO ATENTADO À EMBAIXADA DE ISRAEL NA ARGENTINA (<http://www.institutobrasilisrael.org/2019/03/15/27-anos-do-atentado-a-embaixada-de-israel-na-argentina/>) e Terror no Cone Sul: O fundamentalismo islâmico e o Caso Amia - 1994 (TELES, 2019).

sensibilidade da questão do ouro nazi e disse que o USG reconheceu a seriedade que o GOA demonstrou ao lidar com ela até agora. (p. 4)

A.8 Política Interna

185. A sequência dos documentos traz, na data 18/01/1949, o memorando de código: CIA-RDP79-01090A000200010003-6 (Doc. 53), já tratado na seção Comunismo desta tese, com o título: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA*’. A parte que interessa a esta seção se encontra descrita logo abaixo.

PARAGUAI: Conflito armado evitado – O governo González resistiu a outra ameaça à sua existência, mas a estranha cadeia de circunstâncias que favoreceu o presidente González sobre seus rivais políticos não oferece mais do que uma pausa em sua luta pela supremacia em relação à facção de oposição de Molas Lopez-Rodriguez.

O incidente que precipitou esta crise foi a publicação em 7 de janeiro de uma carta dirigida a González e escrita pelo presidente do Conselho de Administração do Partido Colorado, exigindo a retirada de Venancio Molas Lopez de seu cargo no departamento de polícia, alegando que Molas estava usurpando o poder e ameaçando Colorados que se opunham a ele e a seu irmão, Felipe Molas López, líder da facção antigovernamental. Os Molistas, é claro, recusaram-se a aceder a tal exigência, com o apoio da facção do Colorado⁶¹⁵democrata, por sua vez, dirigiram um ataque contra os Morininguistas que apoiavam o presidente e exigiram sua prisão com o argumento de que estavam bloqueando a unificação do Partido Colorado. O presidente, provavelmente jogando com o tempo, foi informado de ter concordado em 12 de janeiro em destituir seus colegas morininguistas. Naquele momento, a tensão tinha se intensificado até que um surto era esperado momentaneamente. A polícia de Assunção e a Primeira Divisão de Cavalaria deveriam apoiar os Molistas contra o 14º Regimento de Infantaria e a recém-formada Guarda Presidencial, que se acreditava estar apoiando os Gonzalistas. Entretanto, no momento crucial, o exército, embora pressionando pela unificação do Partido Colorado, concordou em ficar fora do ‘caso do partido’; o Presidente da Suprema Corte interveio e ofereceu-se para mediar as diferenças; e um conflito armado foi evitado.

O incidente, entretanto, não está de forma alguma encerrado. Pode-se esperar que as duas facções políticas continuem sua luta pelo poder. Significativo, porém, é a inatividade da polícia e o fato de que o exército, apesar de sua atual falta de unidade, provou mais uma vez ser a força diretiva na política paraguaia. O contínuo distanciamento do exército em relação à participação ativa na política deve ajudar o exército a se unir e recuperar sua antiga posição de domínio sobre a cena política.” (p. 4)

186. O documento que segue, de código: CIA-RDP79-01090A000200010011-7 (Doc. 55), data 22/03/1949 e título: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 22 March*

⁶¹⁵ Partido Colorado.

1949', originado no próprio '*Latin America Branch*', mas sem destinação especificada, tem 8 páginas que foram sanitizadas, isto antes de sua liberação em 02/09/1999.

PARAGUAI – Os 'Democratas Colorados' agora conquistaram o controle total do governo ao (1) nomear um comandante leal para a divisão de cavalaria de Assunção, (2) colocar um de seus próprios membros no controle da polícia de Assunção, anteriormente o centro de poder de Liberato Rodriguez, (3) reduzindo o poder militar da polícia em relação ao exército, retirando suas metralhadoras, (4) rebaixando Rodriguez de um cargo chave do gabinete para um secundário, e (5) substituindo outros oficiais do Guion Rojo por Demo-Colorados⁶¹⁶ em postos de todo o País. Ao alcançar esses resultados sem violência, os Demo-Colorados tornaram patente sua predominância e agora têm pouco a temer de qualquer tentativa subversiva feita contra eles por grupos de seguidores de Rodríguez. A Molas López, ex-aliado com as forças de Rodríguez, foi prometido a presidência nas eleições de 17 de abril se ele permanecer leal aos Demo-Colorados e romper todos os laços com o Guion Rojo, espera-se que o faça já que o controle dos Demo-Colorados está agora completo e sua vitória nas eleições quase certa. Embora os Demo-Colorados estejam usando táticas ditatoriais para estabelecer seu governo, eles são o grupo mais capaz e mais democrático do país. (pp. 2-3)

A Situação Atual do Brasil – A afirmação do Presidente Dutra em sua mensagem de Ano Novo de que o grande problema do Brasil é econômico e financeiro, e não político, oferece um bom índice do alto grau de estabilidade desfrutado pelo atual governo.

Com Dutra entrando no quarto ano de seu mandato de cinco anos, o governo representativo nos níveis nacional, estadual e municipal está agora em pleno funcionamento. Situações críticas decorrentes da luta política dentro de vários Estados foram resolvidas, ou equilibradas, sem recorrer à 'intervenção' federal, e a determinação demonstrada do Presidente em manter o governo constitucional fez muito para restaurar o prestígio dos princípios do Estado, autonomia local e a separação de poderes. Esse prestígio se reflete na confiança geral no Brasil de que Dutra respeitará a disposição constitucional que proíbe o presidente de se suceder, e não há razão para considerar essa confiança infundada.

O Brasil tem, é claro, dois focos perenes de inquietação, seus proscritos Partido Comunista e seu ditador deposto, Getúlio Vargas, nenhum dos quais é considerado uma ameaça ao regime no momento. É verdade que há rumores constantes de que Vargas fará aliança eleitoral com os comunistas na tentativa de reconquistar a presidência em 1950, mas não há indícios recentes de que sua força política, mesmo com ajuda comunista, seja igual à tarefa. Sua popularidade, no entanto, pode aumentar se o atual governo não encontrar soluções adequadas para os problemas econômicos mais prementes do Brasil. Em um esforço para resolver os problemas econômicos de seu país, o presidente Dutra, em 1948, apresentou ao Congresso o Plano SALTE⁶¹⁷, um plano integral para o desenvolvimento de importantes setores da economia brasileira, e solicitou aos EUA assistência técnica na análise dos fatores no Brasil que tendem a promover

⁶¹⁶ Democratas Colorados.

⁶¹⁷ SALTE foi um plano econômico do governo Dutra, que visava estimular o desenvolvimento de setores da saúde, alimentação, transporte e energia no Brasil, melhorando as condições de vida do brasileiro (TEIXEIRA, 1996).

ou retardar o desenvolvimento econômico daquele país. Como resultado dessa solicitação, foi estabelecida a Comissão Técnica Conjunta Brasil-Estados Unidos (geralmente conhecida como Missão Abbink⁶¹⁸ por causa de seu presidente, Sr. John Abbink⁶¹⁹).

Após vários meses de estudo, esta comissão fez muitas sugestões de longo alcance para a melhoria da economia e das finanças do Brasil. Para levar a cabo muitas das sugestões, será necessária legislação, e não é provável que o Legislativo brasileiro adote todas as medidas do relatório, pois algumas delas suscitarão séria oposição de certos grupos ideológicos e de interesses especiais. Pode-se esperar, contudo, que o Brasil melhore seu sistema ineficiente de arrecadação de impostos, bem como sua organização bancária nacional para fortalecer as finanças internas, e aprovará alguma legislação para estimular a entrada de capital e técnicos estrangeiros.

O relatório também enfatiza a falta de petróleo, uma falta que retarda o avanço do sistema de transporte lamentavelmente inadequado e se soma à escassez crônica de divisas (o Brasil gasta aproximadamente US\$ 300.000 por dia para importação de petróleo). Embora existam possibilidades para uma indústria petrolífera considerável no Brasil, não há capital e habilidade técnica suficientes no país para explorar e desenvolver os campos de petróleo. Embora a legislação petrolífera tenha sido redigida (e esteja na agenda do Congresso brasileiro por mais de um ano) as chances atuais de promulgação são pequenas. As disposições do projeto de lei são consideradas desinteressantes para as empresas petrolíferas americanas (apenas 40% de controle das refinarias e oleodutos em troca de grandes investimentos); e os legisladores, temerosos da repercussão política de elementos nacionalistas extremistas e dos comunistas, hesitaram em aprovar um projeto de lei mesmo com essas concessões. A única possibilidade real parece ser que alguma fórmula para a legislação brasileira aceitável para as companhias petrolíferas norte-americanas possa ser elaborada com o presidente Dutra quando ele visitar este país em maio. Tal legislação não deve apenas ser satisfatória para as empresas norte-americanas, mas também deve aparecer como uma vitória conquistada pelo presidente Dutra, a fim de enfraquecer o ataque que os comunistas e nacionalistas certamente farão contra qualquer investimento de capital estrangeiro na indústria do petróleo.

O setor mais articulado da opinião pública brasileira sente que a próxima visita do presidente Dutra a este país marca o momento de um esforço decisivo para melhorar as relações com os Estados Unidos, que consideram estar se deteriorando desde a guerra. Sem dúvida, alguns ainda esperam ver a melhoria tomar a forma de um empréstimo direto de governo a governo para o desenvolvimento brasileiro. Se o relatório da Missão Abbink – enfatizando a auto-ajuda brasileira e um aumento do influxo de capital

⁶¹⁸ Missão Abbink - Teve “por objetivo analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado de seus trabalhos, publicado em fevereiro de 1949, ficou conhecido como Relatório Abbink” (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-abbink>>). Ver também: As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública (SOUZA, 2004).

⁶¹⁹ John Abbink (1890 - ?) - “Chegou ao Brasil em 1948, chefiando uma missão econômica oficial composta de dez técnicos e destinada a retomar com o governo brasileiro a cooperação iniciada pela Missão Cooke, enviada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt durante a Segunda Guerra Mundial” (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/john-abbink>>).

privado estrangeiro será recebido no Brasil como uma aplicação gratificante do ‘Ponto 4’⁶²⁰ do presidente Truman ou como evidência do ‘imperialismo comercial’ dos EUA dependerá de parte da destreza política com que é apresentado ao Brasil. O sentimento antiamericano no Brasil, apontou recente reportagem da imprensa carioca, é ‘ainda um fenômeno superficial’, e a recepção do presidente Dutra nos EUA deve melhorar os aspectos intangíveis e materiais das relações EUA-Brasil. (pp. 7-8)

187. O próximo documento, de código: CIA-RDP79-01090A000200030011-5 (Doc. 59), datado de 13/09/1949, com título: ‘*Weekly Contributions Latin America Branch, ORE, CIA 13 September 1949*’, teve origem similar ao anterior, no ‘*Latin America Branch*’, sem destinação específica. Suas 10 páginas secretas, mais tarde depois confidenciais, foram sanitizadas antes de sua liberação em 29/08/2000.

6. PARAGUAI: A renúncia forçada do presidente Molas López e sua substituição por Federico Chaves, líder do Partido Colorado, é o resultado de uma rivalidade entre os dois homens que dividiram todo o governo em grupos opostos (...). A questão foi decidida sem recurso às armas porque a unidade militar chave – a Divisão de Cavalaria – foi persuadida pelo Comandante em Chefe das Forças Armadas a apoiar Chaves em vez de seguir a liderança do seu comandante, o Coronel Mallorquin. Uma vez que Mallorquin foi deposto (para se refugiar na embaixada brasileira), ficou claro que Chaves detinha um poder militar tão avassalador que não havia nada que o presidente pudesse fazer a não ser renunciar. Exceto por um possível aumento da influência do exército, a mudança de presidentes terá pouco efeito na política interna ou externa do Paraguai. Embora Molas López tenha aumentado os laços do Paraguai com a Argentina, há poucas razões para supor que o presidente provisório Chaves fará alguma mudança a esse respeito. Chaves é um conservador e intimamente ligado por interesses econômicos aos interesses do quebracho e da madeira da Argentina, de modo que está igualmente ciente da dependência econômica do Paraguai em relação à Argentina. (p. 4)

188. O documento de código: CIA-RDP79-01090A000200040009-7 (Doc. 61) já foi trabalhado anteriormente na seção Economia e na seção Política Externa. Ele data de 29/11/1949 e tem como título: ‘*Weekly Contributions Latin America Division ORE, CIA 29 November 1949*’.

3. Uma grave cisão no partido do governo pode resultar na renúncia de Nereu Ramos à liderança do Partido Social Democrático (PSD). Ramos, que esperava receber a indicação do governo como candidato presidencial, renunciou quando a direção do partido decidiu selecionar seu candidato de uma lista de quatro líderes do PSD de Minas Gerais, uma solução que se acredita ser do agrado da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido

⁶²⁰ Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>>).

Republicano (PR). A ‘solução mineira’ foi a defendida pelo presidente Dutra (que tem insistido constantemente em que seu partido se unisse à UDN e ao PR na escolha de um candidato conjunto) apesar da oposição da ala pró-Vargas do partido liderado por Ramos. Como a facção pró-Vargas ainda é forte, a renúncia de Ramos pode levar a uma séria cisão no partido que repercutiria em benefício do principal candidato não-governamental, o governador Adhemar de Barros (de São Paulo).

Se o governador Barros realmente tem um acordo eleitoral com Getúlio Vargas (como afirmou em particular a um funcionário norte-americano), é até possível que o descontente Ramos leve seus seguidores para o campo de Barros, um desdobramento que poderia garantir a eleição do candidato contra quem a coligação governamental se dirige. (p. 3)

189. Este documento em particular, de código: CIA-RDP79-01090A000200050015-9 (Doc. 62), com data de 11/04/1950, foi tratado em outras seções deste capítulo, ficando para a seção atual algumas informações que serão tratadas logo abaixo.

PARAGUAI: Convenção do Partido Colorado – a facção democrática do Partido Colorado, atualmente no controle do governo, procurará dominar a convenção do Partido Colorado marcada para 16 de abril com o objetivo de selecionar os indicados para presidente e para a Câmara dos Deputados, o único órgão legislativo eletivo do Paraguai. O presidente provisório Federico Chaves é o provável candidato a presidente. Apesar de algumas conspirações contra a administração, estima-se que outras facções do Partido Colorado não sejam fortes o suficiente para impedir que os democratas do Colorado controlem a convenção e suas nomeações. Se os procedimentos eletivos usuais forem seguidos, estas indicações serão equivalentes a eleições. (p. 4)

A Situação Atual do Brasil – Político – A evolução recente das próximas eleições presidenciais confundiu ainda mais a situação política. Dois destaques presidenciais, o Ministro da Guerra Canrobert⁶²¹ (...) e o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros⁶²²[sanitizado] (...), eliminaram-se ao não renunciarem até 3 de abril, prazo em que os ministros e governadores de gabinete eram obrigados a renunciar para serem elegíveis para a presidência. Na verdade, as únicas renúncias foram de dois políticos menores – ambos membros do gabinete – um dos ministros tem esperança de se tornar o ‘candidato azarão’ dos dois maiores partidos, o governista PSD e a UDN. No entanto, o acordo sobre um candidato por esses partidos parece tão remota quanto há vários meses, apesar das propostas e contrapropostas quase diárias.

É verdade que essa situação aumenta as perspectivas do ex-ditador Vargas, ou de um candidato mutuamente apoiado por Vargas e Barros (em entrevista à imprensa, este último deu a entender que apoiava a candidatura de Vargas). Também há rumores de um possível golpe militar se PSD e UDN não chegarem a um acordo sobre um candidato cujas chances de sucesso pareçam boas (...). No entanto, em uma situação em que as perspectivas presidenciais surgiram apenas para desaparecer de cena, é

⁶²¹ Canrobert Pereira da Costa (1895 - 1955) - foi Ministro da Guerra entre 1946 e 1951, no Governo Dutra (SVARTMAN, 1988).

⁶²² Adhemar Pereira de Barros (1901 - 1969) - foi Interventor federal (1938–1941) e Governador de São Paulo de 1945 a 1951 e de 1963 a 1966 (COTTA, 2008).

impossível nesta fase prever quais podem ser os candidatos dos respectivos partidos políticos.

Militares – Nos últimos meses, surgiram rumores de um golpe militar iminente que impediria uma solução normal para a escolha do próximo presidente. Esses rumores, que aparentemente ganharam força durante a última quinzena, podem ser responsáveis pela decisão de Canrobert de não renunciar ao Ministério da Guerra para se tornar um candidato presidencial. De qualquer forma, ele já havia afirmado anteriormente que não aceitaria nenhum golpe por parte do exército e em 3 de abril que ‘manterá a ordem democrática a qualquer custo’. Além disso, se os principais partidos políticos se unissem em favor de um único candidato presidencial, tal golpe seria improvável.

Em 1º de março entrou em vigor uma lei que prevê a aposentadoria dos oficiais das Forças Armadas e das polícias federal e estadual que pertençam, sejam filiadas ou apoiem as doutrinas de associações ou partidos políticos ilegais. Esta lei abre caminho para a eliminação das forças armadas dos oficiais filiados a grupos de frente comunista.

As recentes e satisfatórias manobras de armas combinadas, conforme noticiado na imprensa, indicam que as Forças Armadas brasileiras continuam um pouco mais avançadas nesse aspecto do que as de outros exércitos latino-americanos. Além disso, pode-se esperar uma melhoria adicional na qualidade do treinamento militar dos oficiais de alta patente como resultado da criação do ‘*National War College*⁶²³’ (...). (pp. 5-6)

190. Seguindo a pesquisa, tem-se agora um documento de mesmo código e título: CURRENT INTELLIGENCE BULLETIN – 1954/05/07 (Doc. 171), de 07/05/1954, produzido pelo ‘*Office of Current Intelligence*’ e com destino sanitizado. Suas 9 páginas foram classificadas como sendo ‘*Top Secret*’, mas foram liberadas em 02/08/2019 após sanitização.

11. Comentário sobre revolta no Paraguai: Os relatórios recebidos até o momento sobre a revolta de várias unidades do exército paraguaio indicam que o tiroteio pesado cessou, mas que várias unidades de cavalaria ainda estão lutando entre si. A revolta parece ter surgido principalmente de rivalidades dentro do Partido Colorado dominante. Diz-se que o general Alfredo Stroessner, chefe das forças armadas, controla Assunção, a polícia e todas as forças armadas, exceto a divisão de cavalaria criticamente importante, cuja posição ainda não foi determinada. Os partidos comunistas e de oposição aparentemente não estão envolvidos.

Informa-se que a renúncia do Presidente Chávez, que é ditador desde 1949, está prestes a ser aceita. O general Stroessner, considerado pró-americano e a favor do estreitamento das relações com o Brasil, pode assumir a presidência interinamente antes da escolha do sucessor de Chávez.

Os três principais membros do Partido Colorado mencionados como possíveis sucessores incluem Epifanio Méndez, cujas ambições políticas parecem ter sido um fator importante na crise atual. Méndez foi deposto por pressão do exército de seu cargo de chefe do Banco Central em janeiro

⁶²³ Provavelmente se refira a Escola Superior de Guerra (ESG) - criada em 1949 (Ministério da Defesa <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/estudo-estrategicos/escola-superior-deguerra-esg>>).

passado sob a acusação de conspirar contra Chávez e se envolver em atividades pró-argentinas.

A situação política permanecerá incerta enquanto o problema de sucessão e a fidelidade da divisão de cavalaria forem indeterminados. De qualquer forma, nenhuma mudança significativa na política externa paraguaia parece provável. (p. 9)

191. Este documento, o de código: CIA-RDP79R01012A006200020007-6 (Doc. 70), já foi tratado em três outras seções. Aqui trarei as considerações políticas contidas no texto produzido pela CIA. A data atribuída ao documento é 15/03/1955 e seu título é '*Probable Developments in Brazil*'.

II. SITUAÇÃO POLÍTICA E PERSPECTIVAS – O Colapso do Regime Vargas – 12. O atual governo chegou ao poder em agosto de 1954 em decorrência do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. O vice-presidente, João Café Filho, sucederá constitucionalmente à presidência pelo restante do mandato de Vargas (até 31 de janeiro de 1956). Uma compreensão do caráter do regime de Vargas e das causas de seu colapso é pré-requisito para uma estimativa da atual situação e perspectivas políticas.

13. Vargas foi um político esperto que manipulou astutamente as facções opostas e posou com sucesso como amigo do povo. Durante seu primeiro período no poder (1930-1945), ele estabeleceu o “Estado Novo” quase fascista como uma fachada ideológica para seu forte domínio pessoal. Ele defendeu o nacionalismo cultural e econômico, estabeleceu o controle federal sobre os estados, aboliu os partidos políticos, suprimiu toda a oposição tanto da esquerda quanto da direita, empreendeu a intervenção e a iniciativa do governo no desenvolvimento econômico, promoveu a industrialização, preocupou-se com a melhoria das condições de vida das massas urbanas, ampliou privilégios, procurou mobilizar e controlar o trabalho urbano como força política por meio de sindicatos patrocinados pelo governo. Foi nesse período que os grupos urbanos de baixa renda começaram a se tornar um fator importante na política brasileira.

14. Em 1945, em resposta a uma crescente oposição ao totalitarismo, o Exército Brasileiro depôs⁶²⁴ Vargas discretamente e estabeleceu um regime republicano federal mais normal com o general Eurico Gaspar Dutra como presidente eleito constitucionalmente. Os dois principais partidos políticos que surgiram foram o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Ambos eram heterogêneos em composição, mas recebiam sua direção principalmente de elementos da classe média alta e eram correspondentemente moderados-conservadores na perspectiva política. A principal diferença entre eles era que o PSD era liderado por homens que haviam sido proeminentemente associados a Vargas no “Estado Novo”, enquanto muitos líderes da UDN se opunham a Vargas.

15. O moderado-conservador governo Dutra não conseguiu lidar efetivamente com as crescentes dificuldades econômicas sofridas pela classe média baixa e pelos grupos trabalhistas. Em parte, como resultado desse fracasso, Vargas conseguiu manter um grande número de seguidores pessoais e construir uma máquina política pessoal – o Partido Trabalhista

⁶²⁴ Ver: O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945) (PINTO, 2018).

Brasileiro (PTB)⁶²⁵ – baseada principalmente no trabalho organizado. Na campanha presidencial de 1950, Vargas explorou tanto o descontentamento dos grupos de baixa renda quanto a inépcia de líderes políticos conservadores. Ele foi eleito com 49% dos votos populares, contra 30% de seu concorrente mais próximo⁶²⁶. No entanto, conservadores moderados (PSD e UDN) continuaram a predominar nas duas casas do Congresso e a controlar a maioria dos governos estaduais e municipais.

16. Vargas não teve mais sucesso em lidar com as crescentes dificuldades econômicas do Brasil do que seu antecessor. Em contraste com o vigor e a autoconfiança de seu governo anterior, sua política era indecisa, em grande parte devido à falta de uma maioria garantida no Congresso. Embora o PSD geralmente o apoiasse, o fez a um preço de política que tendia a alienar seus seguidores trabalhistas esquerdistas e seu apoio contínuo não era confiável. Os conservadores moderados em geral continuaram a desconfiar dele por causa de seu histórico anterior, suas associações trabalhistas esquerdistas, sua aparente indiferença em relação ao comunismo e sua conhecida tendência de subordinar considerações econômicas urgentes às exigências de conveniência política. Ao vacilar entre políticas destinadas a obter apoio conservador moderado e medidas calculadas para reconquistar a lealdade de seus indispensáveis seguidores trabalhistas de esquerda, Vargas perdeu a confiança de ambos os grupos.

17. No início de 1954, a situação econômica e política no Brasil era extremamente precária. As políticas adotadas sob influência moderada evitaram temporariamente uma crise cambial, mas a inflação continuou sem controle. Com as eleições para o Congresso se aproximando, Vargas voltou-se novamente para a esquerda, sendo o símbolo dessa decisão um decreto dobrando o salário mínimo independentemente das consequências econômicas. Por uma política hábil, Vargas conseguiu manter sua posição apesar dos esforços conservadores para derrubá-lo por causa disso, mas a tensão política foi elevada a tal ponto que seu regime ficou vulnerável a qualquer acidente político. O acidente ocorreu quando um oficial da Força Aérea foi morto por capangas de Vargas que tentavam assassinar um editor que criticava veementemente o regime⁶²⁷. A reação pública provocada pela investigação do caso pela Força Aérea privou Vargas do apoio popular em um momento em que moderados e conservadores já queriam se livrar dele. Nessas circunstâncias, o Exército e a Marinha aderiram às exigências da Força Aérea para que Vargas fosse obrigado a renunciar.

18. Esta intervenção política do Exército, como força militar dominante, estava de acordo com as tradições brasileiras. O Exército normalmente permanece distante da política, apoiando o governo em exercício, qualquer que seja sua compleição política, mas o Exército também considera que tem uma responsabilidade primordial pela preservação da ordem e das instituições estabelecidas. Já havia avisado Vargas, em fevereiro de 1954, quando exigiu e obteve a demissão de seu ministro do Trabalho⁶²⁸. Agiu

⁶²⁵ Ver mais em Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro (GOMES; D'ARAUJO, 1987).

⁶²⁶ Brigadeiro Eduardo Gomes (1896 - 1981).

⁶²⁷ Incidente conhecido como o 'Atentado da rua Tonelero' - Na tentativa de assassinar Carlos Lacerda, na madrugada de 5 de agosto de 1954, em frente à sua residência, rua Tonelero nº 180, Copacabana, Rio de Janeiro, foi morto o major-aviador Rubens Florentino Vaz e ferido o guarda municipal Sálvio Romeiro (CUNHA, 2018).

⁶²⁸ À época o Ministro do Trabalho de Vargas era João Goulart.

em agosto, não apenas em resposta à pressão da Força Aérea, mas também para conter a forte tendência à esquerda do governo e evitar o perigo implícito de graves distúrbios civis.

A Administração Café – 19. A conhecida integridade pessoal e independência política de Café Filho suscitaram esperanças de que ele pudesse ter sucesso onde Vargas havia falhado em fornecer soluções eficazes para as dificuldades político-econômicas do Brasil. Embora politicamente de centro-esquerda, Café chegara ao poder com o apoio dos conservadores moderados e dos militares. Seu gabinete inclui representantes de todos os principais partidos, bem como homens sem filiação partidária. Pela primeira vez nos últimos anos, o gabinete brasileiro é composto predominantemente por homens de alto caráter intelectual e moral, preocupados principalmente com o bem-estar nacional e não com interesses pessoais ou partidários.

20. Como aconteceu com seus antecessores, os problemas mais prementes do novo governo são econômicos, principalmente a escassez de divisas e a inflação. Café Filho tentou enfrentá-los promovendo um programa de contenção e austeridade como nenhum governo brasileiro ousou propor até agora. Os gastos do governo foram reduzidos e o apoio do governo à expansão industrial foi retirado. Em grande parte, no entanto, o programa de redução de gastos do governo foi frustrado pela falta de apoio no Congresso. A inflação não foi substancialmente retardada.

21. As eleições parlamentares de outubro de 1954 falharam em fornecer um mandato claro a favor ou contra o programa de Café. Os partidos conservadores moderados mantiveram uma maioria combinada no Congresso e poderiam aprovar o programa de Café se se unissem para fazê-lo. A disciplina partidária no Congresso é frouxa, no entanto. Além disso, os políticos do partido estão compreensivelmente pouco inclinados a votar em aumentos de impostos, restrições de crédito, redução de suportes de preços agrícolas ou redução de benefícios da classe trabalhadora em um ano de eleição presidencial.

A aproximação das eleições presidenciais – 22. Os preparativos do partido para as eleições presidenciais de outubro de 1955 estão ocorrendo em circunstâncias inusitadas. Durante vinte e cinco anos a política brasileira assumiu a forma de apoio ou oposição a Getúlio Vargas. Sua morte removeu seu ponto de referência habitual. Os elementos trabalhistas-esquerdistas que o seguiram são agora líderes, mas os políticos moderados são tentados a competir pelo voto trabalhista-esquerdista, percebendo que a direção que tomar provavelmente determinará o resultado da eleição. Por outro lado, as forças armadas estão se interessando mais do que o normal pela política. Eles se opõem fortemente à eleição de um trabalhista de esquerda associado a Vargas e, se a evolução política tendesse a esse resultado, eles poderiam intervir para impedir a eleição de tal candidato.

23. Para evitar a incitação das massas por candidatos concorrentes, e também para garantir a eleição de um presidente satisfatório para si, as forças armadas favoreceram a ideia de uma coalizão de todos os principais partidos em apoio a um único candidato que mais ou menos comprometa-se a cumprir as políticas da administração Café. A UDN tem sido receptiva a essa ideia. O PSD, no entanto, sob a influência de sua ala pró-Vargas, optou por nomear Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, e buscar uma coalizão com o PTB, da esquerda trabalhista. O PTB ainda não está pronto para se comprometer com Kubitschek e o PSD, mas provavelmente poderia ser persuadido a fazê-lo por meio de concessões políticas adequadas. Em conjunto com o apelo popular de Kubitschek, uma

combinação PSD-PTB provavelmente seria suficiente para garantir sua vitória em uma eleição livre. Poderia, no entanto, provocar uma intervenção militar na eleição – a menos que os militares fossem persuadidos em particular de que Kubitschek, no cargo, seguiria políticas aceitáveis. 24. O resultado da eleição dependerá principalmente se a maioria dos votos trabalhistas da esquerda pode ser ganho por Kubitschek (ou qualquer outro candidato isolado), ou se será dividido entre muitos candidatos. A última contingência é uma possibilidade. Outros potenciais candidatos com apelo trabalhista esquerdista são Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Estillac Leal⁶²⁹, representando diversas facções. A eleição de um conservador moderado para a presidência do Brasil só seria possível no caso de uma divisão séria do voto da esquerda trabalhista.

25. A ação da UDN será muito influenciada pela perspectiva de divisão do voto da esquerda trabalhista. Contra uma coalizão PSD-PTB, a UDN provavelmente buscaria uma coalizão correspondente com Jânio Quadros, o governador independente de esquerda de São Paulo. Se, no entanto, parecer que o voto da esquerda trabalhista será dividido, a UDN poderá nomear um conservador moderado com ligações militares, como o general Juarez Távora¹⁸. 26. O próximo presidente do Brasil provavelmente será um homem (como Kubitschek) comprometido com políticas trabalhistas esquerdistas. A eleição de tal presidente criaria uma situação política semelhante à que existia durante o regime Vargas. As Forças Armadas seriam confrontadas com uma escolha difícil entre tolerar uma maior evolução à esquerda, sob o risco de eventualmente perder seu poder de atuar como árbitro na política brasileira, ou impor imediatamente um governo ao seu gosto, sob o risco de precipitar amargos conflitos internos. dissensões entre elementos trabalhistas-esquerdistas e conservadores-militares e possivelmente graves distúrbios civis. A perspectiva, na melhor das hipóteses, é de continuidade da tensão política no Brasil. (pp. 5-7)

192. O documento que segue tem título e código: CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/09/15 (Doc. 2), datado de 15/09/1959. Por ser ‘*Top Secret*’, foi tão sanitizado que não conta origem ou destino. Suas 12 páginas foram liberadas em 21/02/2020.

Estabilidade do governo paraguaio enfraquecida pela conspiração – A estabilidade do regime do general Alfredo Stroessner no Paraguai parece cada vez mais ameaçada pelas atividades de membros dissidentes do partido governista Colorado, incluindo alguns dos líderes presos no final de maio. Naquela época, como resultado das dificuldades políticas decorrentes das greves estudantis, o estado de sítio foi restabelecido e o Congresso dissolvido.

Revoltas graves contra Stroessner entre 15 e 30 de setembro teriam sido previstas pelo tenente-coronel Nelson Rolon⁶³⁰, um dos líderes presos que fugiram para o Brasil. [sanitizado] Rolon está ligado a ‘movimentos clandestinos’ no Paraguai, Brasil e Argentina. Rolon também foi citado dizendo que se a convenção do partido Colorado, marcada para 19 de setembro, não censurar Stroessner, o movimento clandestino formará um

⁶²⁹ Newton Estillac Leal (1893 - 1955) foi um general brasileiro e ministro da Guerra durante o governo constitucional de Getúlio Vargas. (MORAIS, 2006). ¹⁸ Juarez Távora (1898 - 1975) (MUNDIM, 2007).

⁶³⁰ Citado em: Foz e a repressão. Um Esclarecimento Necessário Acerca de Minha Pesquisa no Arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu (PALMAR, 2022).

governo no exílio. Tal movimento provavelmente seria calculado para explorar o forte sentimento no hemisfério contra ditadores.

Outro importante dissidente que fugiu para o Brasil com Rolon – o ex-embaixador nos Estados Unidos Osvaldo Chaves⁶³¹ – chegou recentemente à Argentina para tentar unir todos os grupos que buscam a expulsão de Stroessner. Até agora, os principais grupos de oposição não colorados têm relutado em cooperar entre si, mas podem estar mais inclinados a cooperar com os dissidentes colorados, que têm conexões influentes no Paraguai.

As recentes tensões no partido Colorado se refletiram em mudanças nos cargos do governo e oposição no grupo Colorado Jovem, mas até agora nenhuma mudança foi relatada no forte apoio militar a Stroessner. [sanitizado] (p. 10)

193. O documento que segue tem código: CIA-RDP79-00927A002700060001-8 (Doc. 43), é datado de 05/05/1960, tendo o título: ‘*Current Intelligence Weekly Summary*’. Ele foi feito pelo ‘*Office of Current Intelligence*’, mas sem informação de destino. Suas 61 páginas foram classificadas como secretas e confidenciais, mas após sanitização foi liberado em 14/04/2008.

Exilados Paraguaio Lançam Nova Invasão – O regime de Stroessner no Paraguai, cada vez mais no centro das atenções como a última ditadura na América do Sul, encontrou mais uma tentativa de invasão desde o exílio. O esforço baseado na Argentina, que começou em 29 de abril, agora parece ter vacilado, mas em 3 de maio um novo impulso em pequena escala ocorreu no nordeste ao longo da fronteira brasileira. As forças armadas, leais ao regime de Stroessner, dizem estar confiantes de que podem controlar a situação, embora ainda haja relatos de escaramuças isoladas.

As invasões aparentemente são um grande esforço do pequeno movimento esquerdista 14 de maio, que liderou uma invasão semelhante em dezembro. Alguns observadores acreditam que a Frente de Libertação Nacional, de orientação comunista, também estava envolvida. Aparentemente, os grupos moderados de exilados não participaram, apesar de um acordo em janeiro com os líderes do movimento 14 de maio. Membros exilados do partido governista Colorado permaneceram distantes desses grupos de oposição. Enquanto buscam a queda de Stroessner, eles querem que seu partido mantenha o controle do governo e tentaram obter apoio dentro das forças armadas para um golpe no palácio.

As tentativas periódicas do presidente Stroessner, durante os últimos dois anos, de liberalizar a atmosfera política despertaram oposição dentro de seu próprio partido, o Colorado, e foram recebidas com frieza pelos líderes da oposição, que veem a reforma como uma ameaça aos seus planos de revolta. A invasão de dezembro, apesar de sua rápida repressão, abalou os partidários de Stroessner e encorajou os exilados da oposição, em parte porque os rebeldes dramatizaram seus esforços através do uso de transmissores de rádio clandestinos e por meio de acordos com a agência de notícias cubana Prensa Latina, que enviou um representante para viajar com os insurgentes.

⁶³¹ Citado no jornal Correio da Manhã (RJ), na edição de 14 dez. 1956, na seção Mala Diplomática, na notícia: Embaixador paraguaio nos EUA, p. 8.

As dificuldades econômicas contribuíram para os problemas de Stroessner nos últimos meses. Fatores de fortalecimento recentes incluíram uma visita oficial cordial do ministro das Relações Exteriores do Brasil e uma indicação de que a Argentina agora pode estar preparada para reprimir mais fortemente os movimentos de exilados na área de fronteira. [sanitizado] (pp. 41-42)

194. O documento de código: CIA-RDP85-00671R000300020001-8 (Doc. 112) aborda largamente como tema o Brasil com múltiplas informações muito bem organizadas. Aqui destacarei as partes relevantes acerca da política interna. Este mesmo documento já foi abordado em outras seções e tem data de fevereiro de 1968.

B. Estrutura do Governo – 1. Governo Central – a. O Executivo – O presidente, escolhido por um colégio eleitoral composto pelo Congresso e delegados das assembleias estaduais, é o chefe do Executivo e figura central da política brasileira. Seu mandato é de quatro anos. Ele não pode suceder a si mesmo nem ser sucedido pelos ministros de Estado, governadores, juízes do tribunal supremo, chefes militares ou outros especificados na constituição, a menos que estejam fora do cargo pelo menos seis meses antes da eleição. Incapacitado, suas funções são assumidas pelo vice-presidente ou, depois dele, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado e pelo presidente do Supremo Tribunal. Além de exercer a autoridade presidencial quando o presidente está ausente ou incapacitado, o vice-presidente também atua como presidente do Congresso.

O presidente tem o poder de nomear e remover oficiais do gabinete, fazer altas nomeações administrativas e judiciais (algumas das quais exigem aprovação do Senado) e servir como comandante em chefe das forças armadas.

O presidente recebeu poderes especiais sob uma nova constituição promulgada em março de 1967, através da qual ele pode pedir ao Supremo Tribunal que suspenda por um período de até dez anos os direitos políticos de pessoas consideradas culpadas de atividade subversiva ou corrupta. Ele também está autorizado a declarar estado de sítio por 60 dias (prorrogáveis por mais 60 dias) sem consulta prévia ao Congresso, embora deva justificar sua ação em cinco dias. Ele tem amplos poderes para intervir nos assuntos dos estados e emitir decretos nas áreas de segurança nacional e finanças públicas. O Congresso pode aprovar ou rejeitar tais decretos, mas não tem poder para alterá-los. O poder do Congresso é ainda restringido por dispositivo que reserva ao presidente a iniciativa de legislar sobre finanças públicas, serviço público, poder das Forças Armadas e administração do Distrito Federal e dos territórios nacionais. O Congresso deve agir sobre o orçamento federal dentro de um período especificado ou se tornará lei conforme apresentado – uma disposição que encerrou um dos métodos consagrados do Congresso para assediar e pressionar o chefe do Executivo. Também podem ser fixados prazos para a ação do Congresso sobre os projetos de lei ordinária (90 dias), e aqueles designados como “urgentes” pelo presidente devem ser deliberados em até 40 dias ou se tornarão lei conforme a redação. Embora o Congresso possa conceder anistias políticas, só pode fazê-lo com a anistia presidencial. O chefe do Executivo pode vetar projetos de lei no todo ou em parte, embora o Congresso possa derrubá-lo por uma votação de dois terços.

O gabinete do presidente é composto pelo vice-presidente e pelos chefes dos ministérios. O chefe do Serviço Nacional de Inteligência e o procurador-geral sentam-se frequentemente no gabinete, embora não ocupem cargos no gabinete. Os chefes das casas civis e militares do presidente frequentemente exerceram mais autoridade e podem ter maior influência do que muitos ministros.

O poder executivo do governo é um aparato extremamente complexo composto por muitos órgãos administrativos especializados, órgãos consultivos, fundações, agências governamentais e sociedades mistas. Alguns deles estão diretamente sob a autoridade do presidente, enquanto outros são supervisionados apenas vagamente pelo executivo. Entre quase 30 órgãos diretamente sob a presidência estão o Conselho de Segurança Nacional, a Comissão Nacional de Energia Atômica, a Comissão de Tarifas e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Além disso, cerca de 40 outras entidades são coordenadas pelo poder executivo, muitas delas responsáveis por um ou mais ministérios. Entre elas estão fundações públicas como a Fundação Getúlio Vargas, que faz pesquisas em economia, negócios e outras áreas; empresas de economia mista como o Banco do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional e o monopólio estatal do petróleo, a Petrobras; corporações governamentais como o Instituto Brasileiro do Café; e órgãos de cooperação internacional como a Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos.

Os problemas da administração pública são múltiplos. A corrupção, estendendo-se até mesmo ao nível presidencial, já havia sido generalizada antes do governo Castello Branco (1964-março de 1967). A burocracia brasileira, embora reduzida sob Castello Branco, ainda está inchada. Ao mesmo tempo, no entanto, há uma escassez de pessoal treinado em técnicas administrativas modernas. Procedimentos demorados continuam sendo a norma, embora os esforços de reforma administrativa visem agilizar práticas arcaicas. A sobreposição de funções e responsabilidades entre entidades governamentais muitas vezes obscurece as linhas claras de autoridade. Certos ministérios às vezes estão em concorrência direta, e muitas vezes há falta de coordenação não apenas dentro de um ministério, mas também entre o ministério e as agências governamentais que estão frouxamente ligadas a ele. (pp. 208-210) D. A Administração Atual – O Presidente Arthur da Costa e Silva, que tomou posse em 15 de março de 1967, é um marechal do Exército aposentado de 64 anos e ex-ministro da Guerra. Ele é um homem de ação franca, gregário e astuto, que tende a ser menos internacionalista e intelectual do que seu antecessor. Ele não teve oposição na eleição presidencial de outubro de 1966, realizada pelo Congresso, mas controlada pelo governo dominado pelos militares.

Costa e Silva herdou uma economia em boas condições. A inflação estava sendo controlada e uma balança comercial favorável havia sido alcançada. O déficit orçamentário federal, tradicionalmente enorme, havia sido reduzido ao ponto de a maior parte poder ser financiada por meios não inflacionários. Os subsídios governamentais a bens de consumo e serviços foram em grande parte removidos, eliminando-se assim uma séria drenagem do tesouro nacional.

Ele enfrenta, no entanto, problemas econômicos e sociais formidáveis. Uma parcela considerável da população brasileira acredita que os programas de reforma econômica do governo falharam. Os salários reais de muitos trabalhadores caíram nos últimos três anos. São Paulo, o centro industrial, está em uma recessão econômica atribuída principalmente a rígidas políticas de crédito do governo, uma miríade de decretos confusos

e uma tendência de queda no poder de compra do consumidor. Apenas um começo escasso foi feito para aliviar os problemas do nordeste assolado pela pobreza.

Costa e Silva pretende continuar a impulsionar as políticas econômicas e sociais de Castello Branco mas espera ‘humanizá-las’. Ele planeja enfatizar atividades de impacto, como educação, habitação, saúde e bem-estar social. No campo econômico, ele pode afrouxar restrições de crédito e restrições salariais como um meio de estimular a economia e ganhar apoio político mais amplo. O presidente também planeja dedicar muito mais atenção aos assuntos hemisféricos do que seu antecessor.

A política externa do Brasil deve permanecer basicamente inalterada, mas pode se afastar dos laços extremamente estreitos com os EUA que marcaram o regime anterior e provocaram uma reação adversa. Embora seja um admirador dos EUA, o presidente percebe que divergências públicas ocasionais em relação às opiniões dos EUA lhe rendem apoio popular adicional. Os laços provavelmente permanecerão relativamente estreitos, mas o estilo e as táticas podem indicar diferenças maiores do que realmente existem. A agitação antiamericana vem aumentando em muitos setores da população, e muitos fracassos foram atribuídos a uma suposta propensão a adotar soluções norte-americanas para os problemas brasileiros.

Costa e Silva tem plena consciência de que seu mandato depende em grande parte de manter um forte apoio militar. Como recente ex-ministro de guerra e soldado de carreira, o novo presidente tem um interesse vital em modernizar as forças armadas. Graves cortes na participação do Brasil no programa de assistência militar latino-americana dos EUA resultariam em um esfriamento distinto nas relações gerais. Ele incluiu alguns oficiais de linha dura em seu gabinete, provavelmente para manter contato próximo com potenciais dissidentes de direita e para contrabalançar elementos civis que possam pressionar por uma rápida liberalização política. Ao escolher os oficiais para seu gabinete e seu principal conselheiro militar, Costa e Silva costuma escolher entre aqueles que lhe são leais e não muito identificados com seu antecessor.

Embora a maioria dos brasileiros prefira um presidente civil democraticamente eleito, eles o favorecem no momento na crença de que ele suavizará os impopulares programas econômicos austeros. Oficiais militares estão apoiando o novo regime e esperando o melhor, mas muitos parecem duvidar de que ele possa continuar governando de forma eficaz. As perspectivas de que Costa e Silva possa sobreviver ao seu segundo ano no cargo sem uma grande ameaça ao seu regime parecem boas. Se ele não conseguir mostrar um progresso econômico substancial nessa época, no entanto, uma oposição considerável pode se desenvolver, o que o forçaria a adotar uma postura mais autoritária para manter sua posição. (pp. 214-216) 10. Os direitistas – Outra ameaça potencial à estrutura política brasileira está na direita. Existem vários grupos desarticulados de políticos de direita, diferindo em motivações e táticas básicas, mas às vezes compartilhando interesses comuns e capazes de colaborar pelo menos em uma base limitada.

O mais forte dos elementos políticos de direita são os chamados oficiais militares ‘linha-dura’, tanto ativos quanto aposentados, que são intransigentes em sua hostilidade aos homens e instituições do regime pré-revolucionário e pretendem impedir a repetição da política anterior. O elemento mais reacionário consiste em vários conspiradores habituais, a maioria dos quais são oficiais aposentados do exército e da marinha. O

elemento mais forte, no entanto, é um grupo amplamente reformista e idealista de oficiais mais jovens da ativa, a maioria dos quais são coronéis ou majores. Ambos os elementos pressionaram por trás dos vários movimentos autoritários de Castello Branco e continuam a exercer alguma pressão sob o presidente Costa e Silva.

Vários interesses econômicos descontentes (por exemplo, ricos plantadores de café, grandes proprietários de terras e alguns industriais), alienados por reformas econômicas que consideram erosivas de suas posições privilegiadas, são outra potencial ameaça direitista ao regime. No passado, alguns desses interesses uniram forças com nacionalistas de esquerda para criar uma legislação protecionista. O nacionalismo também é uma ponte potencial entre eles e os militares.

O ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, um opositor ativo durante a maior parte das últimas duas décadas, é provavelmente a figura política atualmente mais perigosa para o regime. Ele é um oportunista inteligente com laços estreitos com interesses comerciais conservadores e reacionários, bem como conexões com oficiais militares de linha dura. Em setembro de 1967, sob o patrocínio dos ex-presidentes Kubitschek e Goulart, estabeleceu uma organização de oposição 'Frente Ampla' cujo objetivo é 'defender e exigir direitos cancelados desde abril de 1964'. Ao cortejar essas forças pré-revolucionárias, no entanto, Lacerda pode perder cada vez mais o apoio dos setores conservadores, tanto civis quanto militares, onde tradicionalmente residia sua força. (p. 227)

195. O documento que segue já foi tratado em outras seções desta tese, pois trata do Paraguai em vários aspectos. Seu código é: CIA-RDP79-00927A006300040003-8 (Doc. 49), recebeu data de 01/03/1968 e o título: '*Stroessner's Paraguay*'. Logo abaixo se encontra a parte referente à política.

PARAGUAI DE STROESSNER – Desde que conquistou a independência da Espanha em 1811, o Paraguai conheceu apenas regimes autoritários. A transferência de poder de um dos dois partidos principais para o outro foi realizada apenas por meio de conspiração e força.

O governo do presidente Alfredo Stroessner, que chegou ao poder após um golpe militar em 1954, deu ao Paraguai seu maior período de estabilidade neste século. Stroessner manteve o controle equilibrando astutamente as bases tradicionais de poder dos militares, da polícia e de outras forças de segurança com a organização política do Partido Colorado majoritário e esmagando impiedosamente quaisquer tentativas de exilados descontentes de fomentar a revolução. Ao manter a ordem política dessa maneira vigorosa, Stroessner criou condições nas quais poderia implementar um programa de reconstrução e desenvolvimento econômico e permitir uma liberalização política gradual.

Um político decidido e disciplinado, o presidente Stroessner, que visitará Washington em meados de março, tornou-se um líder nacional flexível e pragmático, cujo programa de paz, ordem e desenvolvimento econômico lhe rendeu uma popularidade raramente alcançada por um governante autoritário. Desde 1963, ele permitiu que um partido da oposição desempenhasse um papel construtivo na legislatura e concedeu maior liberdade à imprensa. A atividade política é travada pelo fato de que o regime de Stroessner pode, se quiser, retornar ao absolutismo a qualquer momento. As eleições de fevereiro de 1968, no entanto, foram as mais

democráticas da história paraguaia. Três partidos da oposição foram autorizados a fazer campanha abertamente para a presidência, bem como para assentos no Congresso.

A Situação Política – O presidente Stroessner começou seu governo em agosto de 1954, subjugando firmemente todas as forças da oposição. Ele manteve um estado de sítio mais ou menos permanente (renovando-o a cada 60 dias, em conformidade com as disposições da constituição de 1940), enquanto sua polícia prendia opositores políticos potencialmente problemáticos e reprimia manifestações estudantis. Essas medidas repressivas logo forçaram a maioria de seus inimigos políticos ao exílio. Desde 1954, Stroessner derrotou várias incursões de guerrilha em pequena escala e frustrou várias tentativas de golpe. Não houve tentativas significativas de derrubá-lo desde 1962. Apesar de algumas contínuas prisões de opositores políticos, o regime tornou-se mais tolerante com os elementos da oposição nos últimos anos.

Por mais autocrata que seja, Stroessner opera com autoridade constitucional. A constituição de 1940 confirmou o presidente como o fator político mais poderoso. Ele poderia, por exemplo, nomear e destituir todos os funcionários não judiciais, decretar leis quando o Congresso não estivesse em sessão e declarar estado de sítio, durante o qual ele poderia prender pessoas potencialmente subversivas. A constituição um pouco mais liberal adotada em agosto de 1967 em nada diminuiu esses poderes. De fato, a principal razão para sua adoção foi possibilitar a Stroessner, que não era elegível para reeleição sob a antiga constituição, concorrer novamente em 1968 e 1973.

Nos últimos anos, Stroessner afrouxou gradualmente os controles sobre a atividade política e a imprensa. Desde 1962, ele encorajou o desenvolvimento de um sistema político mais representativo, concedendo reconhecimento legal a três partidos da oposição e permitindo-lhes participar nas eleições nacionais. Durante a convenção constitucional em agosto passado, o recém-reconhecido Partido Liberal Radical foi autorizado a participar abertamente na eleição de delegados para a convenção, e os delegados da oposição foram autorizados a debater livremente sobre as disposições constitucionais propostas.

Na eleição presidencial do mês passado, pela primeira vez, três partidos da oposição fizeram campanha para a presidência e também para cargos no Congresso. Embora tenha havido algumas reclamações justificadas da oposição sobre a forma como a campanha e as eleições foram reguladas pelo partido majoritário Colorado, a oposição decidiu claramente que é preferível conviver com Stroessner do que ficar à margem. Todos os candidatos presidenciais dos partidos Febrerista, Liberal e Liberal Radical emitiram declarações dizendo que a eleição foi um passo em direção à democracia.

Embora Stroessner governe o Paraguai há quase 14 anos, não há indícios de que sua popularidade esteja diminuindo. De fato, as eleições recentes indicam que Stroessner ganhou popularidade com a oposição e pode ganhar uma eleição completamente livre por uma margem confortável. Mesmo ex-exilados como Carlos Pastore e o Coronel Alfredo Ramos⁶³², que há pouco tempo tentavam derrubar Stroessner, agora parecem aceitar a atual situação política no Paraguai.

Apesar de alguma oposição entre os militares e os partidários do Colorado à liberalização política, as perspectivas de sua continuidade parecem

⁶³² Referências externas não localizadas.

favoráveis enquanto Stroessner mantiver o poder. Os membros mais jovens de todos os partidos parecem interessados em preservar a nova atmosfera política, e durante a campanha recente vários jovens colorados expressaram o desejo de eleições completamente limpas.

Saudável, vigoroso e um trabalhador forte, Stroessner aos 55 anos obviamente gosta dos desafios de ser presidente e quer continuar o maior tempo possível. Porque ele se recusa a se preparar para um sucessor, é duvidoso que a estabilidade e a ordem atuais continuem quando ele morrer ou se ele ficar incapacitado. As chances de subversão efetiva são pequenas, mas o assassinato seria relativamente fácil por causa de seu desrespeito por sua própria segurança em reuniões públicas. De fato, o próprio sucesso de Stroessner criou o perigo de que algum oponente amargurado e exilado, não vendo outra maneira de removê-lo, recorrer ao assassinato.

De acordo com alguns observadores qualificados, os eventos após sua morte passarão por duas fases. Na primeira, os militares restaurariam a ordem e as formalidades constitucionais seriam cumpridas na nomeação de um sucessor. Este homem governaria por um período de tempo dependendo de sua habilidade, mas com o tempo seria derrubado por um golpe. A segunda fase seria de confusão comparável ao período de 1948 a 1954. Essa fase provavelmente terminaria apenas quando alguém do calibre aproximadamente do general Stroessner subisse ao topo. Os contendores em tal luta pelo poder seriam quase certamente os colorados, já que esse partido está no poder desde 1948 e seus membros ocupam quase todas as posições oficiais importantes e controlam o exército. (pp. 3-7)

Panorama – O presidente Stroessner trouxe ordem, progresso social e econômico e alguma liberalização política ao Paraguai. As perspectivas são de que o país continue a se desenvolver nessa linha enquanto Stroessner permanecer no poder.

Contratempos individuais podem ocorrer de tempos em tempos. Elementos conservadores dentro dos militares e do Partido Colorado continuam a se opor à ideia de coexistência política, mas alguns colorados mais jovens argumentam a favor de um estilo menos autoritário e de uma distensão política com a oposição. Se os partidos da oposição continuarem a agir com responsabilidade, Stroessner provavelmente lhes dará mais liberdade.

Parece provável que Stroessner comece a reformular seu gabinete e administração, colocando homens mais jovens do partido e mais tecnicamente orientados em posições-chave. Isso acabaria com o descontentamento crescente entre os líderes estudantis do Colorado e os jovens ativistas com a liderança da velha guarda do Partido Colorado.

Salvo reveses imprevistos para as exportações paraguaias, o crescimento econômico limitado também pode continuar. Embora o setor primário, a agricultura, permaneça relativamente estagnado, os projetos hidrelétricos, juntamente com o aumento do investimento estrangeiro, estão contribuindo para o crescimento da infraestrutura. A principal ameaça à estabilidade é que Stroessner – que em agosto de 1968 iniciará outro mandato de cinco anos como presidente eleito com amplo suporte – pode ser removido da cena por doença, acidente ou assassinato. (p. 10)

196. O documento que segue tem o código: CIA-RDP79-00927A006400080003-3 (Doc. 50), é datado de 24/05/1968 e tem o título: '*Brazil Under Costa e Silva*'. Foi produzido pelo '*Directorate of Intelligence*', mas sem destino divulgado. Suas 9 páginas trazem informações

que serão distribuídas em algumas outras seções. Ele deixou sua condição de secreto, após sanitização, em 27/12/2006.

Brasil Sob Costa e Silva – O Brasil tem desfrutado de relativa estabilidade desde 1964, mas a situação política vem se deteriorando lentamente desde que o governo Costa e Silva assumiu em março de 1967. O progresso econômico, no entanto, tem sido encorajador, apesar de alguns desenvolvimentos adversos no programa de estabilização. O presidente Costa e Silva começou afrouxando os fortes controles políticos herdados do regime antecessor de Castello Branco, mas à medida que a insatisfação popular se espalhou, alguns desses controles foram reinstituídos e reforçados.

Muitas das mudanças observáveis no governo brasileiro decorrem da personalidade de Costa e Silva. Ele mudou muito o estilo e o método de operação do governo, afastando-se do sistema organizacional altamente centralizado de Castello Branco e delegando autoridade mais ampla a seus ministros. Ele falhou em exercer uma liderança forte em assuntos internos ou externos, e alguns de seus ministros mais ambiciosos politicamente exploraram sua liberdade para fazer autopromoção política. O presidente de 65 anos aparentemente tem problemas cardíacos e arteriosclerose, e isso pode explicar em parte seu estilo apático de governo.

Costa e Silva mantém o apoio da maioria dos militares, os árbitros finais da estabilidade brasileira. A turbulência política generalizada, no entanto, pode dividir os militares e enfraquecer seu apoio, tão vital para o governo.

(p. 3)

O Papel dos Militares – Os militares brasileiros estão unidos na visão de suas funções militares, mas não estão e nunca estiveram unidos em questões políticas. O crescente descontentamento popular com o governo claramente tem impacto em muitos militares. Costa e Silva está sob pressão dos militares para tomar medidas ainda mais autoritárias para lidar com distúrbios políticos. Essas pressões aumentarão se a forte oposição ao governo persistir, como quase certamente acontecerá.

Muitos oficiais, particularmente os ‘linha-dura’ que antes apoiavam entusiasticamente o presidente, agora estão preocupados com sua falta de liderança firme. Eles temem que seus esforços para ampliar seu apoio popular não apenas tenham se mostrado ineficazes, mas tenham prejudicado o progresso em direção aos objetivos da revolução. Eles suspeitam que o presidente pode estar tolerando a corrupção de alguns altos funcionários. Se os militares se convencerem de que o governo de Costa e Silva está manchando sua reputação, uma pressão formidável por ações corretivas se formará rapidamente. Atualmente, no entanto, essas pressões visam principalmente fazer com que o presidente substitua alguns de seus ministros e reprima seus adversários políticos mais ruidosos – particularmente o impetuoso Carlos Lacerda. Ele provavelmente cederá a essas pressões o suficiente para evitar qualquer oposição militar generalizada. Por exemplo, o governo recentemente banuiu a atividade da ‘Frente Ampla’ – um movimento político liderado por Lacerda e os ex-presidentes Kubitschek e Goulart, que perderam seus direitos políticos após a revolução.

Além de suas preocupações com questões políticas, os militares também estão pressionando o governo por melhores salários e equipamentos mais modernos. As compras de equipamentos militares entre 1965 e 1967 representaram em média cerca de 5,7% do orçamento total de defesa.

O Ministério da Aeronáutica está muito consciente das aeronaves obsoletas do Brasil e favorece a aceitação da recente oferta francesa de caças supersônicos Mirage. De fato, o Brasil não possui caças a jato modernos, exceto alguns treinadores T-33. Um F-8 – uma aeronave operacional pela primeira vez em 1945 – está em serviço, mas é usado apenas para desfiles e demonstrações.

Os franceses também podem ter tido a possibilidade de construir uma fábrica para construir treinadores a jato no Brasil. Embora Costa e Silva provavelmente prefira comprar os F-5 americanos, nenhuma decisão foi tomada. Se os atrasos na obtenção dos aviões dos EUA continuarem, o apelo do acordo francês aumentará. O inspetor geral da força aérea e o chefe de material estão na Europa, presumivelmente, procurando aeronaves ou equipamentos relacionados. O Ministério da Aeronáutica do Brasil planeja substituir 20 de seus obsoletos treinadores a jato Paris MS-760 por sete treinadores de Fouga-Magister.

O programa de modernização de dez anos da Marinha prevê a construção de 80 navios de guerra, incluindo quatro submarinos e quatro escoltas de destróieres que serão construídos em estaleiros privados americanos ou europeus. O Brasil provavelmente preferiria contratar esses navios nos EUA, mas se voltará para a Europa se os compromissos aqui não forem finalizados em breve. (pp. 5-6)

197. Este novo documento, de código: CIA-RDP79R00967A000400020007-9 (Doc. 66), data 01/12/1971 e título: ‘*The New Order in Brazil*’, foi feito pelo ‘*Office of National Estimates*’ em conjunto com a CIA. Como se trata de um documento diversificado, ele foi dividido e parcialmente reproduzido em outras seções.

I. Antecedentes – 1. Antes de 1964, os militares brasileiros intervieram muitas vezes na política, mas nunca para exercer o poder em nome próprio. Em 1964, uma série de fatores levou os militares a reavaliar seu papel tradicional, incluindo uma crise econômica monumental e uma polarização da política que aumentou a influência dos comunistas e outros radicais. Os militares temiam que essas tendências consolidassem o poder da esquerda e colocassem em risco as perspectivas de desenvolvimento nacional, que consideravam essenciais para a segurança nacional. Quando os generais concluíram que o presidente Goulart estava favorecendo a crescente indisciplina e até mesmo o motim nas Forças Armadas, eles se moveram para assumir o poder.

2. Por um tempo, muitos líderes militares ainda pareciam comprometidos, pelo menos em teoria, com um sistema político representativo com uma legislatura mais ou menos independente e outras restrições parciais ao poder executivo. A hierarquia das forças armadas, no entanto, ficou cada vez mais impaciente com seus críticos civis. Ao ganhar confiança em sua própria capacidade de guiar o país, passaram a acreditar que o controle militar seria essencial por algum tempo. Usaram seus poderes extraordinários para reprimir a dissidência e aumentar a autoridade do executivo. Seus objetivos declarados permaneceram os mesmos: eliminar a corrupção e o interesse próprio no serviço público, erradicar a subversão, promover o rápido desenvolvimento econômico e elevar o Brasil ao seu devido lugar no mundo. Seu estilo de governo foi caracterizado por uma espécie de zelo missionário e, cada vez mais ao longo do tempo, por um nacionalismo enérgico.

II. Os Governantes Militares e Seus Críticos – 3. O poder político no Brasil está nas mãos de um pequeno grupo de oficiais militares intimamente ligados ao presidente Emílio Médici.

O Congresso desempenha pouco ou nenhum papel nas principais iniciativas políticas, e o Judiciário, como os outros ramos do governo, está sujeito à pressão do executivo. Médici parece ter mais controle sobre as autoridades militares locais do que seus antecessores. O aparato de segurança interna, no entanto, tem um impulso próprio e um poderoso eleitorado em todas as forças armadas. Às vezes dá a impressão de agir de forma bastante independente do governo central.

4. Nem todos os oficiais do exército apoiam o atual impulso da política governamental. Ainda há um elemento ‘ultranacionalista’ que abomina a cooperação com os EUA, mesmo quando parece ser do interesse do Brasil no curto prazo. Os linha-dura no campo da segurança prefeririam uma política mais dura sobre subversão e sequestro. Alguns são a favor de um esforço mais abrangente para ajudar o Nordeste atingido pela pobreza. Os oficiais subalternos são conhecidos por criticar o desempenho e os privilégios de seus líderes e geralmente desconfiam de investimentos estrangeiros. Mas, provavelmente, há mais coesão nos escalões superiores do que em qualquer outro momento nos últimos anos. Dissidentes como o general Albuquerque Lima⁶³³ foram preteridos para promoção, dispensados do serviço ou receberam missões sem importância. O círculo íntimo de Médici está no controle do exército e não mostra sinais de fraqueza.

5. A popularidade do regime Médici parece ter aumentado desde que assumiu o cargo. Em parte, isso se deve a relações públicas habilidosas (por exemplo, o sucesso de Médici em se associar à equipe vitoriosa da Copa do Mundo do Brasil), mas também há outras razões. A nova geração de gestores governamentais, principalmente com formação profissional e técnica, parece estar fazendo um trabalho melhor do que a maioria de seus antecessores agora desacreditados. A corrupção não é mais tão difundida nos círculos governamentais. Muitos brasileiros estão dispostos a se acomodar a um governo autoritário, manchado por abusos crônicos dos direitos individuais, desde que traga prosperidade e um sentimento de realização. Para outros politicamente conscientes, a supressão das liberdades do governo e suas ocasionais repressões a indivíduos são favorecidas à permissividade e inépcia do governo Goulart.

6. Provavelmente, os apoiadores mais entusiasmados do regime são os industriais do Brasil centrados em São Paulo, a metrópole em rápido crescimento no Sudeste. Eles lucraram mais com as políticas econômicas do governo e mantêm laços estreitos com o *establishment* militar e o Ministério das Finanças. Numerosos generais aposentados ocupam posições-chave em empresas privadas e semi-privadas. O governo também recebe apoio considerável da classe média em geral. 7. A oposição aberta ao regime é, em sua maioria, silenciada. A maioria dos intelectuais está descontente com o caráter repressivo do regime, mas parece não querer desafiar as autoridades e, assim, correr o risco de ser preso. Os advogados, com medo de um confronto, estão cuidando dos aspectos técnicos de sua profissão e ignorando a política. Até os estudantes, tão ativos há alguns anos, parecem intimidados. Os jornalistas, cientes do que o governo não vai tolerar na imprensa, raramente escrevem algo depreciativo sobre o

⁶³³ Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909 - 1981) (CPDOC/FGV <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-augusto-de-albuquerque-lima>).

regime, e os sindicatos estão sob o controle do Ministério do Trabalho. Os melhores compositores de canções populares do Brasil, tradicionalmente entre os críticos mais contundentes de qualquer governo, estão se calando no momento.

8. A intimidação dos adversários políticos pelo regime Médici é em grande parte responsável por essa relativa falta de crítica. A prisão em novembro de 1970 de várias centenas de advogados liberais, políticos e outros críticos do governo serviu como um alerta. Assim como os relatos explícitos de censura à imprensa e tortura nas prisões. Outro problema para os dissidentes é a atual aura de sucesso do regime. Seu desempenho econômico tem sido impressionante pela maioria dos padrões, e não é fácil criticar um regime que está em alta. Jogar na bolsa de valores substituiu o ativismo político como uma atividade extracurricular popular, por causa de seu equilíbrio mais favorável entre recompensa e penalidade.

9. As organizações terroristas continuaram seus ataques ao governo, mas tornaram-se cada vez mais divididas em facções, confusas sobre táticas e nervosas. Ao todo, o número total de terroristas radicais provavelmente não passa de 100. A crueldade e a crescente eficácia das forças de segurança brasileiras são as principais responsáveis por essa tendência. A tortura tem sido frequentemente usada para obter informações, e vários prisioneiros foram mortos. Os três líderes mais carismáticos dos grupos terroristas foram caçados e mortos⁶³⁴. Os terroristas ainda realizam assaltos e atentados pontuais, mas não são uma grande ameaça ao governo e raramente atrapalham o dia a dia dos brasileiros. Eles podem, no entanto, fazer algo dramático para envergonhar Médici durante sua visita aos EUA.

10. A crítica mais aberta e potencialmente mais significativa ao regime Médici veio de vários elementos da Igreja Católica, que têm defendido reformas sociais e as liberdades civis. A Igreja tornou-se um ponto de encontro respeitável para pelo menos alguns que se opõem ao atual governo. Os clérigos mais radicais concluíram que a única maneira de ajudar a maioria pobre, analfabeta e desfavorecida é através do uso da força. Alguns trabalharam com organizações terroristas; outros violaram a lei organizando sindicatos de trabalhadores rurais. A hierarquia da Igreja, incluindo alguns cardeais moderados, se opôs amargamente à prisão e à tortura ocasional de clérigos radicais.

11. O regime está tentando passar a palavra aos oficiais da Igreja de que não tolerará fortes críticas do púlpito. No entanto, os líderes da Igreja ainda se manifestam contra o caráter repressivo do regime, a obsessão pela subversão e a atenção inadequada aos problemas do Nordeste. O governo e a hierarquia da Igreja tentaram, periodicamente, suavizar os problemas entre as duas instituições poderosas, mas a diferença fundamental de perspectiva mantém viva a ameaça de confronto. (pp. 3-9)

V. Perspectivas – 25. Pelo menos nos próximos anos, os militares pretendem dominar a política brasileira. Embora Médici tenha permitido um pouco mais de participação dos civis nas decisões políticas, os generais como um todo não estão inclinados a abrir mão de seu controle sobre o governo. As forças armadas consideram seu destino guiar o Brasil ao seu devido lugar no mundo. Eles têm pouca fé de que os políticos, mesmo os

⁶³⁴ Marighella foi morto pela polícia de São Paulo em 1969. Seu sucessor, Joaquim Câmara Ferreira, teve destino semelhante em outubro de 1970. O ex-capitão do Exército Carlos Lamarca foi morto em setembro de 1971, depois de escapar por pouco da captura várias vezes (p. 8).

da ARENA, o partido político patrocinado pelo governo, fariam um trabalho tão bom ao administrar o governo. Eles também querem dar continuidade a alguns de seus principais programas, como o desenvolvimento da bacia amazônica. 26. A composição da camarilha militar dominante provavelmente mudará consideravelmente nos próximos cinco anos. Uma nova geração de generais de três e quatro estrelas já está substituindo os colegas de Castello Branco, e um novo lote de oficiais mais jovens treinados na escola de guerra para exercer a liderança política – está a caminho. Cada onda sucessiva parece ser mais nacionalista. O mandato presidencial de Médici termina em 1964 [sic]. Embora possa haver alguma disputa sobre a sucessão e talvez algumas mudanças cosméticas no governo para aumentar a aparência da representação civil, é improvável que haja uma diminuição substancial do controle militar.

27. É difícil vislumbrar uma oposição fora das Forças Armadas capaz de derrubar o governo ou de pressionar para forçá-lo a mudar de rumo. Os terroristas estão ficando mais fracos e mais desorganizados. A *intelligentsia* liberal está intimidada e confusa. O governo tem o poder de intimidar os críticos e não hesita em usá-lo. A longo prazo, a presunção dos militares, a sua intolerância a qualquer oposição vigorosa, e suas táticas brutais para lidar com o que considera subversão podem levar a um sério confronto com a Igreja e mais uma polarização de brasileiros politicamente conscientes. Mas, no momento, há pouco que os oponentes possam fazer além de reclamar, e até mesmo sua capacidade de fazer isso é limitada. (pp. 17-19)

198. O documento de código: CIA-RDP85T00875R001500060005-1 (Doc. 119), data 25/03/1974 e título: ‘*Weekly Summary Special Report Brazil: Geisel Takes Over*’, não informa origem ou destino de suas 10 páginas. Este mesmo documento aparece na seção Economia e na de Política Externa.

Brasil: Geisel assume – Ernesto Geisel é o quarto general do Exército a assumir a presidência desde a revolução de 1964. Sua posse marca o culminar de um processo iniciado há mais de um ano e desenvolvido sem o ar de tensão que acompanhou todas as mudanças de governos anteriores desde a revolução. Diretrizes básicas de política prioridade máxima para o desenvolvimento econômico, ênfase contínua em erradicar a subversão e maior atenção à expansão do prestígio internacional do Brasil – provavelmente permanecerão inalteradas. O novo Presidente terá amplas oportunidades de demonstrar sua considerável competência para lidar com uma série de desafios econômicos e, em menor escala, políticos.

Contexto – Geisel foi formalmente confirmado como presidente em 15 de janeiro por um colégio eleitoral especial composto pelo Congresso Nacional e vários legisladores estaduais. Ele já havia sido designado por Médici, em consulta com os principais membros do *establishment* militar. A transição suave para Geisel difere marcadamente das sucessões anteriores desde 1964. Em 1967, Costa e Silva havia manobrado para a presidência tornando-se o porta-voz de oficiais que pediam políticas mais duras do que as de Castello Branco, o primeiro dos presidentes militares. Quando Costa e Silva ficou incapacitado por um derrame em 1969, as disputas entre os generais que queriam a presidência levaram à instalação de Emilio Médici como candidato de consenso.

Sem dúvida, Médici tinha tudo isso em mente quando começou a planejar a sucessão, e preparou as bases cuidadosamente. Vários fatores lhe permitiram lidar com uma posição de força que seus antecessores não desfrutavam. Uma delas é o desempenho de sua administração. O crescimento econômico sustentado e a cessação virtual de atividades terroristas sérias solidificaram o apoio por trás dele. Seu sucesso demonstrável impediu o surgimento de um desafiante sério que poderia apelar para o apoio de militares insatisfeitos com o desempenho do regime. Depois, Médici escolheu Ernesto Geisel, altamente considerado pelo *establishment* militar como bem qualificado para administrar a próxima fase da revolução.

A presidência do Brasil encerra uma carreira que incluiu uma variedade de altos cargos. General de quatro estrelas aposentado, Geisel, de 65 anos, chefiou mais recentemente a Petrobras, a empresa nacional de petróleo. Sob sua orientação, a empresa adotou políticas altamente agressivas para ajudar a atender às necessidades de uma nação cada vez mais sedenta de petróleo. Como o Brasil tem relativamente pouco petróleo próprio, a empresa iniciou vários empreendimentos no exterior e, nesse processo, tornou-se a maior corporação da América Latina.

Geisel também atuou como juiz do Supremo Tribunal Militar, que tem jurisdição sobre casos envolvendo questões de segurança nacional. Nessa capacidade, ele emitiu opiniões duras e bem articuladas. Líder do movimento que derrubou o presidente de esquerda Goulart em 1964, Geisel atuou como principal conselheiro militar no gabinete do presidente Castello Branco.

Parece que o gabinete de Geisel será trabalhador, competente e totalmente confiável. Nenhum dos ministros tem uma base de poder independente, e espera-se que todos sejam responsivos e subordinados ao Presidente. Geisel está acostumado a dirigir seu próprio programa e, ao contrário de seu antecessor, manterá um controle firme sobre a formulação e execução da política no dia-a-dia. Alguns observadores também percebem que Geisel será mais nacionalista do que Médici, especialmente no que diz respeito aos termos que regem as empresas estrangeiras que desejam operar no país. (pp. 4-8)

Perspectivas Políticas – A revolução praticamente eliminou o velho estilo, a política livre, que os militares consideravam excessivamente cínicos e corruptos. Dentro dos limites estreitos do ‘sistema’ agora em vigor, no entanto, Geisel precisará tomar uma série de decisões essencialmente políticas, algumas das quais podem ser mais do que rotineiras.

Uma decisão diz respeito às eleições senatoriais e governamentais agendadas para o final deste ano. Geisel, assim como seus antecessores, passará adiante a aceitabilidade dos candidatos. Ele já iniciou os trabalhos preliminares no Rio Grande do Sul, onde recentemente conseguiu que o candidato a senador anunciado – que Geisel considerava uma entrada fraca – se retirasse publicamente da disputa. O homem que Geisel aparentemente favorece, no entanto, supostamente pode não estar disposto a concorrer. Pode-se esperar que Geisel continue seu escrutínio minucioso do Rio Grande do Sul, tanto porque é seu estado natal quanto porque o partido oficial dividido experimentou reveses nas recentes eleições locais.

Este ano marca a expiração de um período de dez anos durante o qual um grande número de políticos indesejáveis – em grande parte políticos de estilo antigo italiano – tiveram seus direitos políticos suspensos. Tornam-se assim elegíveis, em teoria, para reentrar na vida pública. Pelo menos um deles, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, continua conhecido e popular.

Geisel pode decidir estender o período de suspensão, mas é mais provável que ele simplesmente os avise para permanecerem discretos.

Tem havido muitos rumores – alimentados em grande parte por aqueles que se beneficiam – de que Geisel pode empreender algum tipo de liberalização geral em relação à censura, relações com a Igreja e restrições à atividade política. Geisel, no entanto, está bem ciente de que, apesar das promessas de seus dois predecessores imediatos de ‘humanizar a revolução’ e ‘restaurar a democracia plena’, nenhum deles se sentiu confiante o suficiente para dar passos nessa direção. Assim, Geisel, de acordo com seus modos reservados, não fez essas promessas públicas e evitou comentários diretos sobre o assunto, enfatizando a necessidade de trabalho árduo e vigilância contínua, especialmente diante da violência contínua em outros países.

No entanto, os sucessos do regime Médici – que praticamente eliminou a ameaça terrorista – criaram condições nas quais o *establishment* militar pode muito bem acompanhar uma liberalização muito limitada. De fato, a reputação de Geisel e o respeito com que é mantido por civis e militares o colocam em uma posição a partir da qual ele poderia, se quisesse, realizar uma flexibilização modesta em uma ou mais áreas. (p. 10)

199. Com o código: CIA-RDP86T00608R000300120009-8 (Doc. 135), este documento traz detalhes acerca de conflitos internos no Paraguai, entre o ditador Stroessner e membros da Igreja Católica local. O Brasil apareceu em outro trecho, mas sem grande interesse. Este documento data de 05/03/1975 e recebeu o título: ‘*Staff Notes: Latin American Trends*’. Ele foi produzido, segundo o próprio memorando, por ‘*regional specialists in the Washington community by the Western Hemisphere Division, Office of Current Intelligence, with occasional contributions from other offices within the Directorate of Intelligence*’⁶³⁵, mas seu destino é ignorado. Suas 14 páginas foram sanitizadas em algumas partes, mais fortemente no final do memorando, que foi completamente removido. Ele esteve secreto até sua liberação em 16/03/2007.

Paraguai: Igreja e Estado brigam novamente – O presidente Stroessner e o arcebispo Rolon estão novamente em conflito, apesar dos recentes esforços de um núncio papal para resolver uma disputa de sete anos entre elementos reformistas dentro da Igreja Católica e o governo de direita. A torrente de protestos que eclodiu após uma batida policial e militar em uma cooperativa agrícola patrocinada pela igreja há três semanas pode levar a um sério confronto.

Na verdade, no entanto, a reaproximação temporária alcançada no ano passado começou a desmoronar em dezembro passado, quando Stroessner reagiu exageradamente à descoberta de um plano de assassinato e começou a prender vários de seus antigos aliados políticos. Na véspera de Natal, o arcebispo de Assunção, Ismael Rolon⁶³⁶, atacou o governo acusando as

⁶³⁵ “Especialistas regionais da comunidade de Washington, pela Divisão do Hemisfério Ocidental, Escritório de Inteligência Atual, com contribuições ocasionais de outros escritórios da Diretoria de Inteligência” (P. 4)

⁶³⁶ Ismael Blas Rolón Silvero (1914 - 2010); ver mais em: *Paraguay de la “Iglesia del silencio” a la Iglesia Profética* (COLMÁN, 1986).

autoridades de usar a tortura como ‘meio normal de interrogatório’. Ele também condenou a corrupção em altos cargos e culpou Stroessner por criar as pré-condições que encorajam a conspiração.

As razões para o ataque não são claras. As alegações do governo de que a cooperativa estava envolvida em atividades subversivas não foram fundamentadas. Embora o ministro do Interior tenha dito em particular aos funcionários dos EUA que as forças de segurança descobriram um esconderijo de armas, ele não apresentou nenhuma evidência. Parece que Stroessner não gosta de experimentos socioeconômicos patrocinados por privados, especialmente em áreas rurais distantes da supervisão do governo. Mais importante, a cooperativa é liderada por um padre que foi expulso de outras paróquias por suas posições antigovernamentais. Ele poderia muito bem ter despertado suspeitas ao se recusar a permitir visitas da polícia local, bem como de autoridades políticas e educacionais.

Outras possibilidades sugeridas são de que a cooperativa estava desconfortavelmente perto de uma fazenda usada por um alto funcionário do governo para operações ilegais de contrabando; e que os comerciantes locais que têm laços estreitos com o governo se ressentiam do esquema de comercialização da cooperativa, que eles temiam que reduzisse seus lucros. De qualquer forma, a falha de Stroessner em desarmar o problema de alguma forma está apenas piorando as coisas. Denúncias vieram de todos os púlpitos e a imprensa publicou vários comunicados da igreja atacando o governo. O arcebispo Rolon e outros líderes da igreja também estão divulgando seus esforços para garantir um habeas corpus para a libertação de clérigos e camponeses que ainda estão detidos. Um prolongamento do conflito sem dúvida comprometerá o prestígio de altos funcionários do governo e membros da hierarquia da Igreja a uma batalha que poderia resultar em uma excomunhão papal. [Sanitizado] (pp. 9-10)

200. Seguindo com a coleta de dados, passamos ao documento datado de 25/08/1977, de código: CIA-RDP79T00912A000700010009-3 (Doc. 84) e com título: ‘*Latin America Regional and Political Analysis*’. Como no caso do documento anterior, origem e destino não são informados, apenas a participação do Departamento de Estado. Suas 38 páginas foram liberadas em 17/03/2006 de sua condição de secretas, isto após sanitização.

A população do Brasil, agora de aproximadamente 110 milhões, está crescendo a uma taxa anual de 2,8% – mais rápido do que qualquer outro grande país do mundo, com a possível exceção da Indonésia. Especialistas em demografia preveem que a população pode dobrar até o ano 2000. Embora a oferta de alimentos do Brasil seja adequada, existe uma superpopulação grave em algumas áreas – especialmente na expansão industrial centro de São Paulo, o Nordeste economicamente deprimido, e em certas regiões de fronteira onde a população migrante cresceu rapidamente e os posseiros se tornaram um grande problema. Na hidrelétrica de Itaipu, milhares de colonos brasileiros já atravessaram o rio Paraná para limpar áreas agrícolas no leste do Paraguai, praticamente eliminando a fronteira entre os dois países. (p. 23)

Albuquerque Lima disse que acha que a carta⁶³⁷ ajuda o presidente Geisel em seus esforços para abrir caminhos para a democracia no Brasil. A carta, sem dúvida, também dá ímpeto às opiniões de indivíduos como o ex-ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes⁶³⁸, que publicou recentemente um livro chamado *Time for Change*, que argumenta que os militares devem devolver o governo aos civis por razões econômicas e políticas. (...)

A resposta do governo à carta, no entanto, foi indireta e silenciosa. O presidente Geisel e seus principais assessores evitaram fazer declarações públicas, e o secretário de imprensa presidencial se recusou a comentar. Um dos professores de direito que assinou a carta diz que agora tem informações de que a reação do governo continuará sendo branda e que ninguém será punido por colaboração. O fracasso em responder a tal desafio só pode reforçar uma crença crescente em círculos brasileiros instruídos de que o governo Geisel e o alto comando militar estão cada vez mais conscientes do declínio do apoio popular às suas políticas e não têm certeza de seu futuro curso político. A pressão contínua e crescente de setores influentes da sociedade brasileira para devolver o Brasil ao regime democrático poderia aumentar as chances desses políticos civis, como o senador pró-governo Magalhães Pinto⁶³⁹ e o ministro da Educação Ney Braga⁶⁴⁰, que já manifestaram interesse em obter altos cargos políticos – possivelmente a vice-presidência – no governo que sucede a Geisel em 1979. Ainda parece altamente improvável, no entanto, que os militares – a única instituição política coesa do Brasil – estejam dispostos a devolver qualquer medida real de poder aos civis até aquela data. (p. 36)

Brasil: Renovação do Protesto – Uma carta assinada por 93 juristas brasileiros pedindo um retorno imediato do governo à lei está tendo um grande impacto político entre brasileiros instruídos e influentes. Aparentemente, forneceu a faísca para a renovação dos protestos estudantis que varreram o país há três meses e concentrou a atenção nacional em expressões de opinião semelhantes nas últimas semanas por líderes militares aposentados e ex-ministros do governo que defendem o retorno ao regime civil.

A carta, lida publicamente há duas semanas na faculdade de direito mais prestigiada do Brasil – localizada em São Paulo – fez parte de uma série de eventos comemorativos do 150º aniversário da fundação das faculdades de direito no Brasil. A redação inicial, no entanto, começou no final da primavera passada, depois que o presidente Geisel colocou em recesso o Congresso por 15 dias e emitiu uma série de decretos importantes agora popularmente conhecidos como ‘Reformas de abril’. A carta, que sem dúvida foi uma resposta direta às ações de Geisel, proclama que a Constituição é soberana e que nenhuma lei ou pessoa pode estar acima dela. Também diz que ‘segurança e desenvolvimento’ – o slogan do governo Geisel – é o slogan dos regimes totalitários. (pp. 36-37)

⁶³⁷ Carta aos Brasileiros foi um texto redigido pelo jurista Goffredo da Silva Telles Jr. e publicado em 8 de agosto de 1977, no Largo de São Francisco da Faculdade de Direito da USP, contra a ditadura militar (TELLES JÚNIOR, 1977).

⁶³⁸ Severo Fagundes Gomes (1924 - 1992) (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>>).

⁶³⁹ José de Magalhães Pinto (1909 - 1996) (CPDOC/FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>>).

⁶⁴⁰ Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000) (CPDOC / FGV <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga>>).

201. O documento que será abordado agora foi datado em março de 1984, tem código: CIA-RDP84S00897R000200170004-5 (Doc. 112) e título: '*Brazil's Presidential Succession: The Civilians Return*'. Foi produzido pelo '*Office of African and Latin American Analysis*', em parceria com o '*Office of Central Reference*'. Não há destino claro. Suas 20 páginas tratam da sucessão presidencial que se aproximava e trouxe uma análise muito interessante da parte dos especialistas da CIA. Tendo sido classificado como secreto, este documento foi sanitizado antes de sua liberação em 03/02/2011.

A sucessão presidencial do Brasil: o retorno dos civis – A incerteza em torno das eleições presidenciais indiretas, marcadas para o próximo mês de janeiro, abriu a sucessão para uma série de candidatos e fez dos militares, apesar do sentimento de retorno ao quartel, mais um ator no processo eleitoral. Tanto as deficiências do presidente Figueiredo quanto a liberalização política em curso estão criando uma atmosfera política livre para todos.

Apesar da incerteza, acreditamos que o sistema indireto – que prevê a escolha do presidente por um colégio eleitoral de 686 membros sobreviverá por mais uma eleição, mesmo que apenas por omissão. O sentimento público esmagador pela votação direta provavelmente será compensado pela oposição militar, falta de consenso político e a relutância do Partido Democrático Social (PDS) do governo em desistir de sua maioria no colégio eleitoral.

Julgamos que as Forças Armadas, apesar de alguma inquietação, permanecem leais a Figueiredo e dificilmente o afastarão ou anularão a vitória de qualquer um dos principais candidatos. Acreditamos que os concorrentes mais fortes são:

- O deputado Paulo Maluf, cuja incansável campanha e manobras de bastidores conquistaram o apoio dos eleitores dos partidos do governo, apesar da intensa antipatia pessoal de Figueiredo por ele;
- O vice-presidente Aureliano Chaves, que impressionou os militares e outros grupos de interesse como presidente interino no ano passado e que está alcançando os moderados da oposição;
- O ministro do Interior, Mário Andreazza, que é a escolha de Figueiredo para a indicação, mas carece de apoio dos militares e da oposição;
- O líder do partido da oposição, o governador Tancredo Neves, cujas políticas centristas lhe dão o maior respaldo institucional de qualquer figura da oposição e o tornam potencialmente aceitável para Figueiredo e os militares.

Em nossa opinião, os militares continuarão sendo os árbitros da política brasileira. Se a erosão da autoridade do governo faz com que pareça incapaz de resistir à campanha popular por eleições diretas (estimamos essas chances em talvez 1 em 5), então a probabilidade de ação militar seria grande. Esperamos que as forças armadas:

- Providenciem uma presidência interina de talvez dois anos preparatória para um pleito público;
- Desqualificar candidatos civis ideologicamente inaceitáveis como o governador populista Leonel Brizola, do Rio de Janeiro.

Políticos da oposição e do governo provavelmente concordariam com qualquer um dos movimentos, raciocinando, como nós, que, caso contrário, o risco de uma intervenção direta seria muito alto. Se as Forças Armadas não agirem com rapidez suficiente para impedir eleições diretas ou desqualificar Brizola e este último de alguma forma for eleito, julgamos que as chances são melhores de que os militares abortem totalmente o processo de transição.

Independentemente do civil que suceder a Figueiredo, o ambiente político será diferente. A assertividade do Congresso e de outros grupos, juntamente com o desmantelamento dos poderes extraordinários do regime, deixarão o novo presidente mal equipado para equilibrar forças concorrentes e manter políticas coerentes. Qualquer sucessor achará os problemas econômicos internos e externos do Brasil particularmente problemáticos. Tanto o partido do governo quanto o principal partido da oposição, forjados sob um sistema autoritário, estão muito divididos e provavelmente se dividirão e se reformarão em novas coalizões dentro do primeiro ano do regime civil.

Julgamos que todos os principais candidatos são moderados, com pouca probabilidade de divergir fortemente das políticas atuais sobre questões-chave EUA-Brasil e que a transição para o governo civil representa um passo positivo para os interesses dos EUA na promoção da democracia na América do Sul. No entanto, as mudanças políticas sistêmicas em curso tornarão o governo brasileiro menos previsível do que em qualquer outro momento desde o início dos anos 1960. Como o Congresso, os partidos políticos, o empresariado e a opinião pública em geral assumirão maior importância, o novo presidente terá que adotar uma postura mais dura em questões como negociações com o FMI e credores estrangeiros. (pp. 4-5)

Desde 1979, o governo Figueiredo:

- Suspendeu a censura;
- Enfraqueceu seus próprios poderes extraordinários, revisando a lei de segurança nacional;
- Parcialmente refreou os serviços de inteligência, que anteriormente tinham liberdade para combater os esquerdistas e outros opositores do regime;
- Anistiou a maioria dos indivíduos que tiveram seus direitos políticos retirados na década de 1960;
- Realizou eleições parlamentares, estaduais e municipais abertas em novembro de 1982, nas quais o governo sofreu perdas substanciais. (...)

Em nossa opinião, graves problemas econômicos aceleraram o processo de abertura e minaram o controle do governo. Agora, no quarto ano de uma profunda recessão, o Brasil está sofrendo um crescimento econômico negativo, alto desemprego e queda da renda per capita. Além disso, os esforços do regime para superar a crise econômica aumentando os empréstimos estrangeiros levaram a uma crise financeira aguda. A necessidade de buscar um pacote de resgate do Fundo Monetário Internacional no final de 1982 e novamente no ano passado foi uma pílula amarga para um país que se vangloriava do ‘milagre brasileiro’ de 1968-74, quando as taxas de crescimento anual eram em média 10%.

Acreditamos que a percepção amplamente difundida da liderança sem brilho do presidente Figueiredo também corroeu a exclusividade de um grupo de assessores próximos e o poder do regime. Durante o primeiro semestre de 1983, a imprensa brasileira refletiu continuamente a preocupação popular com sua saúde física e mental. (pp. 7-9)

Perspectivas – Em nossa opinião, o próximo presidente provavelmente será escolhido de acordo com a fórmula existente – eleições indiretas em janeiro de 1985. A oposição dos militares, bem como de muitos dentro do PDS que não querem abrir mão da vantagem do partido, provavelmente será adequada para bloquear uma emenda constitucional que permita a votação direta. Além disso, a retirada pública do presidente do processo sucessório e o enfraquecimento da autoridade do governo provavelmente descartam uma tentativa de impor um candidato por meio de uma manipulação flagrante dos procedimentos eleitorais, como expandir o tamanho do colégio eleitoral e enchê-lo com partidários do governo.

Acreditamos que Figueiredo, pelo menos no curto prazo, continuará fortalecendo a candidatura de Andreazza nos bastidores. O presidente também provavelmente usará os serviços de inteligência, apesar do insucesso até agora, em um esforço para desacreditar Maluf. A obstinação de Figueiredo, o ímpeto que esses esforços já ganharam e o desejo persistente do presidente de bancar o rei, como seus antecessores, mostram esse rumo. (...)

Concordamos com a sabedoria convencional de que é improvável que as forças armadas interrompam a transição para o governo civil. Em vez disso, acreditamos que eles permitirão que o processo de seleção se desenrole, a menos que seus interesses sejam diretamente ameaçados. (pp. 14-15)

Implicações para os Estados Unidos – Até as eleições do próximo ano, o aumento da atividade política e a incerteza em torno de seu resultado podem dificultar a resolução de algumas questões bilaterais e internacionais de Brasília. A campanha eleitoral provavelmente destacará a situação financeira do Brasil e provavelmente aumentará as pressões para moderar o programa de austeridade do governo e exigir termos mais brandos do FMI e dos credores estrangeiros. Além disso, disputas dentro da burocracia sobre questões delicadas – vendas de armas para o Irã, por exemplo – provavelmente não serão resolvidas definitivamente com o fim do mandato de Figueiredo, dificultando os esforços dos EUA para encontrar um público receptivo e influente para algumas iniciativas políticas. Além disso, quaisquer percepções de que autoridades ou a mídia dos EUA favorecem um determinado candidato serão interpretadas com severidade pelos brasileiros como intromissão em seus assuntos internos e podem prejudicar as perspectivas desse candidato.

A longo prazo, uma transição ordenada para o governo civil promoveria os interesses dos EUA na região. Seria um passo significativo, ainda que realizado por meio de eleições indiretas, para a criação de um governo de base mais ampla e responsivo a diversos grupos de interesse da sociedade brasileira.

Em nossa opinião, os interesses comerciais dos EUA provavelmente ficariam mais à vontade inicialmente com Maluf, que tem um forte histórico pró-negócios. [Sanitizado] ele ofereceu o Itamaraty em sua gestão ao ex-ministro do Planejamento Roberto Campos. Essa escolha reforça as atitudes pró-livre-empresa de Maluf e também sugere que o Brasil pode aproximar-se de relações econômicas mais estreitas com o Japão e o Ocidente industrial.

Além disso, o retorno dos militares brasileiros ao poder pode afetar negativamente a tendência regional em direção ao governo civil. Isso desencorajaria grupos de oposição no Chile e no Paraguai e provavelmente encorajaria elementos das forças armadas uruguaias a adiar seu retorno aos quartéis. Tal exemplo brasileiro também pode fomentar maior resistência

na Argentina aos esforços do presidente Alfonsín para estabelecer o controle civil sobre os militares desacreditados.

A imprevisibilidade do novo ambiente político acarretará, é claro, riscos para os Estados Unidos. Embora todos os principais candidatos presidenciais sejam moderados que provavelmente pretendem manter relações bilaterais corretas. De acordo com relatórios da Embaixada dos EUA, o vencedor precisará demonstrar sua independência de Washington em certas áreas e pode adotar políticas em desacordo com os interesses dos EUA. Além disso, no novo ambiente político, o próximo presidente, ao contrário do isolado Figueiredo, não poderá ignorar as demandas de grupos de interesse e do público em geral. Tais pressões provavelmente empurrarão o sucessor de Figueiredo para, por exemplo, uma linha mais dura nas negociações com o FMI e credores estrangeiros. (pp. 16-17)

202. O próximo documento, o de código: CIA-RDP86B00885R000100070040-5 (Doc. 131), datado de 06/04/1984, traz o relatório de visita de um agente da CIA, que foi dirigido ao ‘*Chairman, Joint Chiefs of Staff*’. O memorando em 5 páginas foi secreto até sua sanitização e liberação em 08/05/2008.

7. No Brasil. As forças armadas estão apreensivas com a questão das eleições e que efeito isso teria na transferência para o governo civil. A liderança militar está inquieta com a proliferação de candidatos, críticas ao governo e ao presidente e à estabilidade final do governo. O Paraguai está compreensivelmente preocupado com esses desenvolvimentos em seu vizinho maior, especialmente considerando a idade do presidente Stroessner, cujo próprio governo pode estar chegando ao fim. Os paraguaios também estão chateados com o rumo dos acontecimentos na Argentina, onde o retorno ao regime civil os privou do patrocínio fornecido pelo governo militar anterior. Além disso, a falta de uma rede de inteligência eficaz no Paraguai causa reação a quase todos os eventos, por mais insignificantes que sejam. Outras nações em minha viagem também estão observando os desenvolvimentos no Brasil e na Argentina em busca de evidências de que a democracia pode realmente se firmar. Esses eventos de curto prazo se desenrolarão ao longo de seu próprio curso e só podem ser observados, não afetados pelos militares dos EUA. (p. 5)

203. Em mais um exemplar do ‘*Latin America Review*’, datado de 18/05/1984, o documento de código: CIA-RDP85T01184R000200980001-7 (Doc. 127), tem origem e destinos não informados para as suas 23 páginas. Ele foi sanitizado e sua classificação como secreto foi removida em 22/03/2011.

Paraguai: Stroessner pode planejar deixar o cargo – Desde o final de abril, dois altos funcionários paraguaios, que se acredita estarem falando com aprovação presidencial, disseram a funcionários da embaixada dos EUA que o presidente Stroessner não buscaria outro mandato em 1988. Sua idade – ele teria quase 76 anos no início da campanha – e crescentes problemas de saúde foram citados como motivos.

Stroessner supostamente quer visitar os Estados Unidos, talvez sob o pretexto de participar das Olimpíadas neste verão, para fazer um exame

médico completo. [sanitizado] o presidente planejava tomar medidas para reprimir os boatos que circulavam sobre sua saúde precária, mas que também estava fazendo planos para uma possível ausência prolongada do Paraguai.

A Embaixada dos EUA informa que não há indícios de que Stroessner esteja doente, [sanitizado]. Sua decisão de contar aos Estados Unidos sobre seus planos pode ter como objetivo reduzir a pressão dos direitos humanos após o recente fechamento de um grande jornal de oposição.

Os rumores de problemas de saúde de Stroessner provocaram uma nova rodada de manobras silenciosas entre os comandantes militares de alto escalão, bem como potenciais sucessores dentro do Partido Colorado e grupos políticos de oposição. Como o presidente aparentemente não fez planos para sua sucessão, qualquer ausência prolongada de sua parte aumentará a inquietação entre os candidatos. O poder do presidente permanece firme, no entanto, não esperamos que os herdeiros em potencial arrisquem qualquer movimento aberto até que Stroessner sinalize claramente suas intenções. [sanitizado]

204. Este documento, de código: CIA-RDP87T00495R001201380001-5 (Doc. 149), datado de 05/04/1985, com título: *'Brazil: Prospects for the Regime'*, teve origem no *'National Intelligence Estimate'* e foi destinado aos *'Holders'* (os *'Titulares'*, os chefes de diretorias). Suas 25 páginas secretas foram liberadas, após sanitização, em 20/05/2010. O trecho abaixo resume as considerações, e embora o texto seja muito rico em análises, não há espaço para elas nesta tese.

Alcance da Avaliação – (...) A eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985 foi um marco importante no progresso do Brasil em direção à plena restauração do governo democrático. Neves foi escolhido para se tornar o primeiro presidente civil do Brasil desde 1964.

Este Memorando foi elaborado antes da doença de Neves e baseia-se no pressuposto de que ele assumirá o cargo. Essa suposição-chave se baseia no amplo apoio popular de Neves, em sua honestidade pessoal e em sua capacidade única de manter unida uma frágil coalizão política. Em caso de morte de Neves, o presidente em exercício José Sarney será empossado como presidente e o líder da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, como vice-presidente, de acordo com as disposições da Constituição de 1967. Sarney, no entanto, não tem a ampla base de apoio de Neves, e a pressão popular por uma eleição direta antecipada para um novo presidente crescerá rapidamente. Embora seja provável que haja um período de incerteza política após a morte de Neves, há fortes indícios de que a maioria dos líderes políticos e militares darão a Sarney o apoio de que ele precisa para ganhar controle sobre o governo e resolver questões críticas, pelo menos no curto prazo. (p. 6)

205. O documento de código: CIA-RDP04T00447R000100150001-7 (Doc. 7), datado de agosto de 1985 e de título: *'Paraguay: Potential Successors To Stroessner'*, foi originado no *'Office of Central Reference'* e no *'Office of African and Latin American Analysis'*, mas sem

informação de destinação. As 18 páginas secretas foram sanitizadas e liberadas em 16/12/2010. Trata-se de um documento longo, mas que foi resumido abaixo.

Embora o presidente Alfredo Stroessner, de 72 anos, não deva deixar o cargo tão cedo, as disputas políticas estão se intensificando. A luta pelo poder dentro do Partido Colorado de Stroessner opõe aqueles que endossam sem reservas suas políticas autoritárias contra aqueles que parecem favorecer uma abertura limitada do sistema político. Este último grupo, conhecido como facção tradicionalista, vem ganhando espaço. Seus líderes, juntamente com vários oficiais militares influentes, provavelmente desempenharão papéis importantes na transição se Stroessner deixar o cargo nos próximos anos.

A Constituição estabelece um processo formal de sucessão envolvendo ação parlamentar e eleições nacionais. Acreditamos, no entanto, que a sucessão será moldada por meio de negociação entre o [Partido] Colorado e os poderosos militares. Esperamos que este processo selecione um presidente com apoio popular relativamente amplo.

Os principais candidatos, em nosso julgamento, incluem o presidente da Suprema Corte e o político tradicionalista do Colorado, Luis Argana; os líderes tradicionalistas veteranos do Colorado, Edgar Insfran e Juan Manuel Frutos; o Ministro da Defesa, major-general Gaspar Martinez; e um respeitado oficial militar sênior, Gen. Gerardo Johannsen [sanitizado]. Qualquer um desses homens provavelmente manteria a política externa pró-Ocidente do Paraguai. Eles provavelmente responderiam à pressão ocidental e regional por um sistema político mais democrático, facilitando os controles sobre as eleições. No entanto, não acreditamos que eles estabeleceriam uma democracia de pleno direito.

Um provável agente chave durante uma transição seria o major-general Andrés Rodríguez, um comandante de corpo do Exército cujo poder só perde para Stroessner. [sanitizado] Por causa de sua notoriedade, acreditamos que ele atuaria nos bastidores em uma transição, em vez de buscar a presidência. No entanto, uma prolongada luta pelo poder, resultando em um governo paralisado e distúrbios civis, pode levar Rodríguez a tomar o poder e impor um governo autoritário duro. As relações entre tal regime e os Estados Unidos provavelmente estariam sujeitas a tensões sobre direitos humanos e tráfico de drogas.

Usando um método alternativo de análise [sanitizado] que aplica a teoria de custo-benefício e escolha social a questões políticas, testamos a validade de nossa abordagem mais convencional. Os resultados corroboram nossa análise de que o sucessor de Stroessner seria selecionado por um processo intermediado – talvez dotado de uma fachada de abertura – em que a escolha real seria feita nos bastidores. [sanitizado] os militares prevaleceriam sobre os tradicionalistas do Colorado em qualquer disputa sobre a sucessão. (pp. 4-5)

Introdução – O presidente Alfredo Stroessner, o chefe de governo mais antigo do hemisfério ocidental, controla firmemente o Paraguai. Ele manteve o poder por mais de três décadas por meio de métodos autoritários clássicos: reescrever a Constituição, controlar eleições, restringir a oposição, construir uma base sólida para o Partido Colorado no poder, restringir as liberdades civis e usar poderes de estado de sítio, restringir atividades sindicais e universitárias, e usando as forças armadas para impor sua vontade. No processo, Stroessner trouxe ao seu país, anteriormente dilacerado por conflitos, uma estabilidade política prolongada e um

desenvolvimento econômico significativo – ainda que distorcido. Ele também respondeu ao forte senso de unidade nacional dos paraguaios – forjado através de uma história de conflitos armados com vizinhos mantendo uma certa independência regional e jogando o Brasil e a Argentina, mais poderosos, um contra o outro.

Há poucas evidências de que Stroessner deixará o cargo em breve. O presidente, agora com 72 anos, ocasionalmente tem problemas de saúde, no entanto, ele indicou que pode se aposentar quando seu mandato terminar em 1988. A perspectiva de sua saída especialmente se ocorrer de repente – levanta questões sobre como e por quem o Paraguai será governado. Desde que assumiu o controle há mais de 30 anos, após um período de grave instabilidade política, Stroessner concentrou o poder e não tomou medidas para preparar um sucessor ou se preparar para uma transição ordenada.

Nos últimos anos, as lutas políticas internas aumentaram dentro do regime entre aqueles que esperam algum grau de reforma política após a saída de Stroessner e aqueles que defendem a continuidade do regime autoritário. Acreditamos que essa luta se intensificará, principalmente se o presidente continuar evitando planejar a sucessão.

Poder dentro do regime – Os pilares do regime de Stroessner são o Partido Colorado do presidente e as forças armadas. O partido administra o governo e mobiliza o apoio popular ao regime, enquanto os militares fornecem a força para manter a estabilidade doméstica. Os partidos de oposição são fracos e fragmentados, [sanitizado] (pp. 8-9).

206. O documento seguinte é o de código: CIA-RDP86T01017R000707310001-2 (Doc. 138), datado de 09/07/1986, e de título: ‘(UNTITLED)’. Ele teve origem na ‘*South America Division, ALA*’ e destinava-se a Robert Gelbard, *Deputy Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs*. Suas 5 páginas foram liberadas em 28/02/2011 após sanitização.

PARAGUAI: Cenários para Mudanças Súbitas e Inesperadas Resumo – Acreditamos que, apesar da crescente atividade de oposição no Paraguai, o presidente Stroessner está no controle, será reeleito em 1988 e provavelmente permanecerá no poder até sua morte, quando os militares e o Partido Colorado, no poder, escolherão um sucessor. No entanto, a mudança no Paraguai pode ocorrer de repente, levando a um regime que inicia algumas reformas democráticas ou a um regime autoritário de direita ou esquerda mais repressivo que o de Stroessner. Acreditamos que Assunção avançará para a democracia se a facção tradicionalista do Partido Colorado, elementos reformistas nas forças armadas ou os partidos da oposição deponham Stroessner. O presidente poderia, no entanto, ser deposto por elementos de direita com a intenção de proteger os interesses lucrativos de narcóticos e contrabando ou – em longo prazo – o Paraguai poderia ser vítima da subversão esquerdista após um breve e caótico interlúdio democrático. Todos esses cenários, a nosso ver, são muito diferentes, mas nenhum pode ser descartado.

Acreditamos que a mudança está no horizonte no Paraguai, mas que uma verdadeira reforma é improvável enquanto o presidente Stroessner permanecer no poder. Como Stroessner não enfrenta oposição séria e já anunciou que concorrerá novamente nas eleições presidenciais de 1988, esperamos que ele seja reeleito e continue a servir como presidente do

Paraguai enquanto sua saúde permitir. Quando Stroessner morrer, acreditamos que alguém aceitável tanto para as forças armadas quanto para o Partido Colorado, como o presidente de 84 anos do Colorado, Juan Chiarino⁶⁴¹, serviria como presidente de transição enquanto as facções militares e do Colorado lutam nos bastidores para determinar o candidato ‘oficial’ a concorrer a uma eleição presidencial cuidadosamente manipulada. Em nossa opinião, o novo presidente provavelmente seria um membro civil moderado do Partido Colorado – como o presidente da Suprema Corte, Luis Maria Argana⁶⁴² – que poderia começar lentamente a afastar o Paraguai do regime autoritário.

Não podemos descartar completamente, porém, cenários alternativos para o futuro do Paraguai. Uma série de desenvolvimentos significativos alteraram a estrutura socioeconômica do país na última década. O boom econômico da década de 1970 – gerado pelos gastos de construção da hidrelétrica de Itaipu com o Brasil – criou pela primeira vez uma grande classe média no Paraguai, com aspirações políticas e econômicas não atendidas pelo regime de Stroessner. A quase conclusão do projeto da barragem, no entanto, já está privando Assunção de muitas receitas e deixou a economia especialmente vulnerável aos baixos preços mundiais das exportações de *commodities* e à má gestão governamental. Mesmo a comunidade empresarial normalmente reticente do Paraguai começou a se manifestar contra as políticas econômicas de Stroessner. Os protestos dos últimos meses, como a greve do Hospital de Clínicas, apresentaram ao regime seu mais sério desafio político em 32 anos. Os jovens paraguaios – mais da metade da população tem menos de 30 anos – não se lembram da desordem que precedeu Stroessner e começam a criticar suas políticas anacrônicas. Os partidos de oposição ainda desconexos, auxiliados pela Igreja Católica, estão se tornando mais vocais em seus apelos por uma transição para a democracia.

Por causa dos fatores acima, há uma chance externa de que a mudança no Paraguai possa ocorrer de maneira abrupta e inesperada. Tal desenvolvimento, a nosso ver, empurraria o país em uma de duas direções: em direção a um governo moderado que promovesse reformas democráticas, ou em direção a um regime autoritário de direita ou esquerda ainda mais repressivo que o de Stroessner.

Cenários que levam ao governo democrático – Muito pouco é feito no Paraguai sem o consentimento do Partido Colorado, no poder, e essa poderosa organização ainda pode instigar um movimento em direção à reforma. O partido já está dividido entre um grupo que defende algum tipo de abertura política – os tradicionalistas – e uma facção que busca o estroessnerismo após Stroessner, conhecidos como militantes. Os tradicionalistas atualmente detêm a maioria dominante na junta governante e já estão manobrando para as eleições da junta do próximo ano. Vários deputados proeminentes do Colorado criticaram publicamente as políticas de Stroessner, fazendo com que o presidente reconhecesse publicamente pela primeira vez que existe um cisma dentro do partido. Se as políticas de Stroessner continuarem a agravar o declínio econômico do Paraguai e o descontentamento público tanto pela inépcia econômica quanto pela rigidez política do governo aumentar drasticamente, a facção tradicionalista – com o apoio tácito dos principais líderes militares – pode

⁶⁴¹ Referência externa não encontrada.

⁶⁴² Luis María del Corazón de Jesús Dionisio Argaña Ferraro (1932 - 1999) - foi vice-presidente do Paraguai entre 1998 e 1999 (STAFF, 1999).

tornar-se suficientemente forte para obrigar o Presidente a renunciar. Stroessner poderia citar problemas de saúde como o motivo para deixar o cargo, e o fato de que ele provavelmente seria sucedido por um líder do Colorado que não repudiaria diretamente a ditadura e apenas gradualmente iniciaria a reforma pode até tornar essa opção mais atraente para Stroessner do que agarrando-se desesperadamente ao poder.

Mudanças mais abruptas e de longo alcance poderiam, em nossa opinião, vir dos militares. [sanitizado] oficiais de grau médio e subalternos estão se tornando desiludidos com o governo e mais crítico das políticas de Stroessner. [sanitizado] os oficiais subalternos, em particular, estão preocupados com a reputação das Forças Armadas como instituição e se ressentem das práticas descaradamente corruptas predominantes no alto comando.

Esses elementos reformistas nas forças armadas podem se cansar da corrupção de seu alto comando [sanitizado] e agir contra o governo. Esse cenário seria mais provável se a dissidência popular – devido às dificuldades econômicas e à mão pesada política do regime aumentasse dramaticamente no próximo ano. Um governo militar reformista provavelmente romperia com o passado de forma mais limpa e rápida do que um regime tradicionalista do Colorado, abrindo caminho para eleições relativamente livres ao expurgar tanto as forças armadas quanto o Partido Colorado.

Finalmente, os paraguaios podem olhar para os partidos de oposição atualmente pequenos e fragmentados do país como uma alternativa a Stroessner. A oposição – liderada pelo relativamente dinâmico Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) – está tentando canalizar o descontentamento público até agora em grande parte incipiente sobre o agravamento das condições econômicas em atividades anti-regime. Além disso, a Igreja Católica juntou-se aos esforços da oposição patrocinando um ‘diálogo nacional’ destinado a pressionar o governo a iniciar uma transição para a democracia. Até agora, os partidos da oposição realizaram vários comícios de protesto, que foram violentamente reprimidos pela polícia, e apoiaram várias greves com claras conotações anti-Stroessner. A dura repressão do presidente aos manifestantes e ações como o espancamento do líder do PLRA, Laino, no aeroporto de Assunção chamaram a atenção internacional para as violações dos direitos humanos no Paraguai e ajudaram a desacreditar e isolar ainda mais o regime de Stroessner.

Se a oposição se tornar mais ousada e bem-sucedida, Stroessner provavelmente reprimirá ainda mais, possivelmente criando um ciclo de manifestações, repressão e polarização semelhante ao chileno. No Paraguai, no entanto, a ausência de uma esquerda forte provavelmente impediria Stroessner de usar de forma convincente a ameaça comunista para manter o poder; em uma situação política tumultuada, a oposição – especialmente se produzisse uma figura carismática para unir os partidos e inspirar o público – poderia rapidamente obter apoio popular substancial. Juntamente com elementos dissidentes dentro das forças armadas e do Partido Colorado, a oposição poderia então combinar pressão pública e politicagem nos bastidores para convencer ou forçar Stroessner a renunciar. Devido ao papel fundamental dos partidos de oposição e da mobilização popular nesse cenário, o governo provisório resultante provavelmente se moveria mais rapidamente em direção ao regime democrático do que um governo controlado pelos tradicionalistas do Colorado. Um cenário ligeiramente diferente pode envolver a oposição

gerando tanta pressão sobre o regime de Stroessner, por meio de greves e manifestações, que ele perderia a capacidade ou sentiria que era politicamente muito perigoso manipular a eleição presidencial de 1988. Isso pode dar a uma chapa unificada de oposição uma chance externa de ganhar o poder nas urnas ou na esteira do caos após uma tentativa fracassada de Stroessner de fraudar a votação.

Cenários que levam a um regime de esquerda ou direita mais autoritário – A mudança no Paraguai poderia, em nossa opinião, também produzir um regime ainda mais repressivo e alheio às preocupações internacionais de direitos humanos do que a ditadura de Stroessner. Acreditamos que o cenário mais provável começaria com um declínio vertiginoso no poder pessoal de Stroessner e um aumento na atividade de protesto da oposição semelhante ao descrito nos exemplos anteriores. Neste caso, porém [sanitizado] altos oficiais militares e militantes líderes do Colorado, temendo que Stroessner poderia perder o controle da situação, poderiam se livrar dele e estabelecer um regime de extrema-direita [sanitizado] lembra o governo Garcia Meza do início dos anos 80 na Bolívia. [sanitizado] O cenário mais remoto, a nosso ver, seria uma virada brusca para a esquerda. A esquerda paraguaia é tão diminuta e fracionada que duvidamos que possa desempenhar um papel significativo tanto na retirada de Stroessner do poder quanto na formação do primeiro governo pós-Stroessner. O restabelecimento das liberdades civis e políticas por um governo eleito ou provisório, no entanto, pode dar uma abertura para elementos radicais. Comunistas e outros esquerdistas poderiam reentrar no país, reorganizar suas forças e começar a infiltrar tanto os militares como os partidos políticos. Se o novo governo paraguaio se mostrasse politicamente inepto, a esquerda poderia começar a ganhar apoio popular e manobrar para uma posição a partir da qual pudesse tomar as alavancas do poder. No entanto, tal golpe de esquerda ou revolta popular exigiria, em nossa opinião, um colapso das instituições políticas e econômicas, bem como manobras políticas quase impossivelmente ágeis da esquerda. Consideramos este cenário o menos provável – e também o mais difícil dos discutidos. (pp. 1-4)

A.9 Terrorismo

Embora eu tenha optado por não estender o texto desta tese com definições acerca do significado dos nomes atribuídos às categorias que emergiram durante a pesquisa documental empreendida no *corpus* selecionado, o conceito de terrorismo merece alguma atenção, não porque o leitor não entenda o conceito, mas porque há uma diferenciação interna feita pela realidade dos fatos apresentados abaixo, onde tanto grupos não estatais quanto o Estado se utilizaram da violência para combaterem-se mutuamente, abrindo uma clivagem conceitual no termo terrorismo, havendo então a necessidade de diferenciar o terrorismo não estatal do terrorismo de Estado, aproveitando a oportunidade para discutir o termo em questão.

Henri Lefebvre (1991) considera que a repressão é algo que ocorre em nossas sociedades em vários âmbitos, desde a vida biológica, fisiológica, natural, passando por nossa infância, educação, impondo abstinências, ascetismos, ideologicamente orientadas para a crença de que a privação é algo meritório. Tal repressão se estende mesmo aos grupos mais poderosos nas sociedades em alguns momentos, quando seus valores e estratégias demandam disciplina e opressão, mesmo sobre eles próprios.

Desta forma, as sociedades tendem a se tornarem super repressivas, convergindo naturalmente para o encontro da sociedade terrorista, gerando uma dualidade entre opressão e desejo de liberdade. Nessas sociedades reinaria um terror difuso, violência em estado latente, com pressões sentidas pelos indivíduos oriundas de todos os lados, sendo cada um o terrorista dos demais e de si mesmos, na busca de exercer o Poder.

A dissertação de Azucena Citlalli Jaso Galván (2016) exemplifica o ponto de vista de Lefebvre ao citar o caso mexicano, no qual aquele Estado, entre os anos de 1964 e 1982, muda de simplesmente autoritário para um Estado contra insurgente, o que implicou em desaparecimentos, torturas, prisões e execuções, em um período conhecido como “guerra suja”.

A lógica por detrás do uso violento da força reside na busca pela hegemonia nas sociedades, buscando-se tanto o domínio quanto a direção ideológica. O que se tenta na escalada da violência é a supremacia de um grupo em relação aos demais, tentando dirigir a sociedade mesmo antes de ocupar o governo (GRAMSCI, 1975). Desta forma, tal hegemonia é entendida não só como a tomada do governo, mas também como a direção ideológica da sociedade governada, o que se reverte em mais domínio, neste caso por consenso (JASO GALVÁN, 2016).

Esta tomada do poder hegemônico não se dá livremente, sem oposição de outro grupo anteriormente governante, o que acarreta por um lado a rebelião contra o *status quo* e por outro a repressão à insurgência (CONDÉS apud JASO GALVÁN, 2016). Este cenário se torna real com o advento da chamada Guerra Fria, sendo que a tentativa de solução estatal, como no exemplo do México, fora a de minorar as condições econômicas e sociais precárias em que grande parte da população vivia, ao mesmo tempo em que o Departamento de Defesa dos EUA inicia a atuação de Grupos de Assessores em Assistência Militar, treinando forças militares para enfrentarem a subversão crescente (JASO GALVÁN, 2016). O mesmo se verificou no Brasil durante o período do Regime Militar pós 1964 (NAVEGA-COSTA; KLAUCK, 2022).

Já os grupos terroristas, por seu turno, são bem diversos, variando em termos organizacionais (hierarquias, redes ou coalizões); de escala (local, regional ou internacional); de crenças (religiosas, seculares, orientadas a uma temática); em termos de táticas e alvos (indivíduos, grupos ou propaganda); de objetivo (reconhecimento, reforma ou revolução); recrutamento (seleção, convite privado ou aberto), entre outras particularidades (MARSDEN; SCHMID apud ATRAN, 2021). No entanto, os meios de ação convergem: a violência. Assim, pode-se definir o terrorismo como uma atividade violenta, contra beligerantes ou não, praticada por grupos ideologicamente formados, com membros operando em redes subterrâneas (ATLAN, 2021). Mesmo em grupos não violentos, com o passar do tempo e a disputa por recursos, a atuação pode ser mudada radicalmente, com alguns de seus membros aderindo à violência como resposta à fragmentação interna, como forma de combater a repressão estatal (CHENOWETH, 2023).

Para Christian Davenport, Håvard Mokleiv Nygård, Hanne Fjelde e David Armstrong (2019) o terrorismo é uma espécie de ato político, que excede o simples protesto, envolvendo atentados, revolução, insurgência, chegando à guerra civil. Já Ignacio Sanchez-Cuenca e Luis de la Calle (2009) afirmam que o terrorismo é observado em Estados desenvolvidos, o que leva os insurgentes à clandestinidade, mas se o Estado é fraco a guerrilha se impõe.

As definições do que é ou não terrorismo ainda estão em discussão, tanto que Schmid Jongman havia, em 1980, catalogado mais de 100 diferentes definições, sendo que tanto os alvos quanto o tipo de ação violenta distinguem as formas já cadastradas (SÁNCHEZ-CUENCA; DE LA CALLE, 2009). Para fins desta tese, trataremos atentados a civis e membros de governos como sendo terroristas, não pela forma de organização, mas pelos resultados esperados.

A outra face do terrorismo é o Terrorismo de Estado, ou seja, contraterrorismo ou repressão estatal, que neste caso toma algumas formas comuns, como prisões em massa, desaparecimento, internamento forçado, extermínio, entre outras, contrastando com as táticas terroristas clássicas, como as bombas, sequestros, assassinatos, tiroteios etc. (SÁNCHEZ-CUENCA; DE LA CALLE, 2009).

Normalmente, os grupos terroristas são incapazes de vencer o Estado que atacam, sendo sua ação uma tentativa de contestar o monopólio estatal da própria violência, levando a atos repressivos em resposta, encarecendo financeira e politicamente a segurança pública, em um ciclo que gira entre o poder de ferir e o poder de reprimir (SCHELLING, 2008).

Como a repressão violenta em excesso tenderia a provocar a simpatia popular pela causa terrorista, o intuito dos terroristas é serem duramente combatidos em uma tática de “ação-repressão-ação”, distanciando o eleitorado do grupo hegemônico (MARIGHELLA, 2016). Como o Estado ignora a identidade dos terroristas, o que acaba acontecendo é uma ação violenta em larga escala, o que desgasta o regime, na tentativa de se alcançar os membros do grupo perpetrador de atentados (FIGUEIREDO; WEINGAST, 2001).

Em uma tentativa de definição, Sánchez-Cuenca e De La Calle (2009) afirmaram que o terrorismo seria uma forma de violência política, perpetrada por atores políticos como os demais, com objetivos e restrições, mas em organizações clandestinas. O FBI (2018), nos EUA, tem sua própria definição de terrorismo (extremismo violento): “encorajar, tolerar, justificar ou apoiar a prática de um ato violento para alcançar objetivos políticos, ideológicos, religiosos, sociais ou econômicos” (LAFREE; FREILICH, 2019).

Como pode-se perceber, terrorismo envolve radicalização, a passagem gradual de ações não violentas a ações violentas, desenvolvendo-se ao longo do tempo de forma complexa (BOSI; MALTHANER apud DELLA PORTA, 2018), sendo que violência pode ser definida como a tomada ou dano causado a pessoas ou objetos mesmo com a presença de resistência (TILLY, 2003). Assim, a violência política, outro termo utilizado nesta tese, se verifica ao usar-se a força física para causar ou evitar alguma mudança política (DELLA PORTA, 2018). No entanto, não se sabe ao certo se a violência política atinge os fins que busca-se alcançar com ela, apenas sabe-se que verificou-se um declínio da mesma logo após o final da chamada Guerra Fria (VALENTINO, 2014).

Quanto ao objetivo, o terror visa alcançar uma vitória política ou emocional, não uma derrota total do inimigo, atingindo civis e símbolos nacionais, matando menos que em uma guerra convencional e mantendo as instituições, mas gerando medo e mudanças sociais (SPILERMAN; STECKLOV, 2019).

Um outro modo de se abordar o problema de definição acerca do terrorismo é olhá-lo do ponto de vista do controle social, mais do que apenas a resistência ao Estado ou a resposta deste, mas algo como uma “autoajuda unilateral de civis organizados que secretamente infligem violência em massa a outros civis” (Black (2002, p. 3) apud TURK, 2004). O desafio é o de lidar com oponentes extremamente distantes, que não se enquadram nos padrões normativos de combate e não aceitam normas legais de ação, o que leva ao combate não normativo em resposta, principalmente por serem algumas exigências dos terroristas impossíveis de atender, sendo o extermínio a resposta padrão, pois o terrorismo é

o ponto final de uma escalada de violência que culmina na aniquilação de uma das partes do conflito (TURK, 2004).

Embora o terrorismo seja condenável em termos sociais, o Estado, sua nêmesis, não é seu oposto em termos de violência. Não se trata de um jogo maniqueísta entre bem e mal, ambos os lados deste conflito são violentos quando querem. O Estado reprime com o uso de vigilância, restrições, prisões, tortura e até assassinato (DAVENPORT, 2007). Assim, tal repressão pode ser real ou apenas uma ameaça, visando a dissuasão de potenciais perigos ao Estado e aos seus membros (GOLDSTEIN apud DAVENPORT, 2007).

Com um objetivo político, o uso de violência ou a ameaça deste uso contra não combatentes por um agente fora do Estado transmite uma mensagem que visa ultrapassar suas vítimas imediatas, sendo uma tática entendida como última alternativa de certos grupos (CHENOWETH, 2023; MCCORMICK, 2003). É inegável que o termo tornou-se polêmico, sendo muitas vezes utilizado retoricamente como sendo o que o inimigo faz, retirando o terrorismo do campo da ação política e o inserindo também no do debate político, sendo usado pelas situações para rotular a violência das oposições, já estas últimas rotulam a ação violenta da situação como ação terrorista do Estado (MCCORMICK, 2003).

O caráter indireto e psicológico do terrorismo carrega um forte teor simbólico, com seu veículo de transmissão variando no tempo e de acordo com as condições de seus perpetradores, sendo uma atividade proposital cuja mensagem transcende os indivíduos de um grupo. É a tática dos mais fracos do que o Estado, visando compensar a desigualdade de forças na tentativa de igualar os opositores (MCCORMICK, 2003). Mas, mais do que o efeito psicológico desejado pelos terroristas, há uma antecipação destes de que o medo e a insegurança se traduzirão em ações estatais alienantes da população, aumentando a quantidade de potenciais terroristas recrutados. Assim, o contraterrorismo deveria levar em consideração como os indivíduos, minorias e demais grupos respondem à contra insurgência (HUQ, 2013). Desta forma, o que parece ser um gatilho para o engajamento em ações terroristas é a percepção da injustiça, independentemente da ideologia, cultura ou religião, associada à falta de perspectivas futuras e a um crescimento de emoções negativas (de ódio, raiva e desprezo) não aliviadas (BOS, 2020).

A assimetria é outra marca da relação entre terror e contra terror, pois os terroristas têm total visão de seu alvo e pouca capacidade de ação, mas o Estado tem pouca visão de seu alvo e uma grande capacidade de contra atacar, os primeiros dominam a informação, o segundo a energia. Este é o quadro esquemático de qualquer conflito terrorista, com nenhum

dos lados detendo o poder completo. Assim, o que ocorre é o uso da informação para levar o Estado a usar a força contra si mesmo, atacando indiscriminadamente, uma “política da atrocidade” (RAPOPORT apud MCCORMICK, 2003), com atrocidades terroristas gerando contra atrocidades, o que apenas beneficia o agressor, mesmo se for apenas uma percepção de resposta estatal, o que revela que o sucesso terrorista reside na desaprovação da resposta violenta do Estado (LEITES apud MCCORMICK, 2003).

Gary Lafree e Gary Ackerman (2009) também definiram terrorismo como sendo a utilização real ou não de violência ilegal contra civis, feito por agentes fora do Estado, visando um fim político, amedrontando, coagindo ou intimidando. Lança-se mão do terrorismo para nivelar o tabuleiro do jogo quando seu oponente é assimetricamente dotado de meios (HUQ, 2013). No entanto, a busca de uma teoria geral que explique o terrorismo, almejando suas raízes e definições, é uma ação infrutífera (LAQUEUR apud LAFREE; ACKERMAN, 2009).

Abaixo segue a sequência de documentos da CIA selecionados para a categoria Terrorismo, que conterà ações de grupos terroristas e a resposta estatal, ambos tratados como terrorismo, isto devido ao uso indiscriminado de violência em busca de manter ou alcançar a hegemonia no controle social e do Estado, tanto o brasileiro quanto o paraguaio.

207. O documento que segue logo abaixo, de 21/08/1970, com o código: CIA-RDP79-00927A008100050001-9 (Doc. 51) e título: ‘*Weekly Summary*’, já foi apresentado na seção dedicada ao Comunismo. Aqui trarei mais algum conteúdo concernente ao Terrorismo.

PARAGUAI: As forças de segurança do governo prenderam mais de 60 pessoas em conexão com um plano abortado para assassinar o presidente Stroessner. O atentado contra a vida do presidente aparentemente estava programado para ocorrer durante cerimônias públicas em Assunção em 15 de agosto. No dia anterior, a Marinha do Paraguai interceptou quatro terroristas que tentavam entrar clandestinamente no país vindos da Argentina. Armas pequenas, munição e uma metralhadora foram encontradas a bordo da pequena embarcação fluvial.

O interrogatório dos quatro – dois uruguaio, um argentino e um iraquiano – resultou na prisão de cerca de 60 pessoas, a maioria uruguaio e argentinos, que se acredita estarem envolvidos na trama. A reunião de líderes estudantis do governo esta semana não parece estar relacionada. A existência do plano de assassinato, no entanto, pode desencorajar críticas da oposição à prisão preventiva dos estudantes, que estariam planejando agitações políticas e manifestações na capital. [Sanitizado] (p. 3)

208. O seguinte documento, de código: CIA-RDP85T00875R002000110011-1 (Doc. 124), datado de 23/02/1971, com o título: *'The Changing Revolutionary Process in Latin America'*, foi produzido pelo *'Office of National Estimates'*, mas não há informação de destino. Suas 29 páginas eram secretas até 03/03/2008, quando foram liberadas ao público. Trata-se de uma espécie de tese acerca de revoluções, especificamente as da América latina.

O que entendemos por processo revolucionário – 5. Em quase todos os países, o processo de mudança ocorre naturalmente de forma mais ou menos contínua. A taxa e a natureza da mudança variam muito de tempos em tempos e de país para país. O processo abrange um amplo espectro, da revolução à evolução. Para os propósitos deste artigo, achamos útil definir revolução como um desenvolvimento que, em um tempo relativamente curto, produz uma mudança fundamental e duradoura na estrutura política e social de um país. Assim, excluimos o tipo familiar de golpe superficial latino-americano, por um lado, e as mudanças evolutivas de longo prazo, por outro. Uma revolução, no sentido em que a usamos aqui, pode ser provocada por forças que usam meios violentos ou não violentos. Mas em ambos os casos, com certeza será um processo drástico.

6. O processo revolucionário começa quando novos grupos sociais entram em cena e exigem uma parcela do poder político. (...)

8. À medida que a combinação de forças revolucionárias se torna forte o suficiente para desafiar a ordem estabelecida, as elites dominantes podem resistir ou se ajustar à pressão por mudança. Em ambos os casos, sua resposta determinará em grande parte a profundidade e a duração do processo. As estruturas políticas podem ser derrubadas, como nas revoluções mexicana e cubana, ou podem simplesmente ser alteradas para servir a novos propósitos, como na Argentina de Perón e na Venezuela de Betancourt. A mudança pode ser sangrenta, como no México e na Bolívia, ou pacífica, como no Brasil de Vargas.

Pode ser rápido, como na aquisição de Castro, ou pode se desenvolver em etapas ao longo de um período de tempo considerável, como no México. O processo revolucionário pode estagnar, como no segundo governo de Paz Estenssoro na Bolívia; ou pode ser freado, como no Brasil (em meados da década de 1940) e na Guatemala (em meados da década de 1950). Mas é improvável que seja completamente revertido. De fato, o ímpeto de ampliação da participação de novos grupos sociais de massa no processo político provavelmente tornará mais fácil, não mais difícil, continuar o processo revolucionário em estágios posteriores.

9. Se e como o processo revolucionário ocorre, é claro, varia muito, dependendo das instituições políticas e sociais peculiares a cada país. Mas certas condições básicas parecem ser necessárias para iniciar o processo em qualquer país. Pode-se dizer que essas condições básicas são uma função das pressões sociais geradas pela mudança sócio tecnológica e da capacidade dos governos estabelecidos de acomodar ou resistir a tais pressões. Nesta equação de forças, as chances de revolução em qualquer país dependerão de vários fatores interdependentes: a. O grau de conscientização pública e frustração com o fracasso da ordem estabelecida em atender às crescentes necessidades sociais; b. A disponibilidade das tecnologias e das técnicas institucionais – ou seja, o material, comunicação e habilidades organizacionais – necessárias para produzir mudanças básicas na ordem social; c. A capacidade do governo no poder de manter a ordem pública e sua reivindicação de legitimidade diante das pressões

sócio tecnológicas decorrentes dos fatores acima; d. E, finalmente, a disposição do governo de arriscar sua permanência no poder instituindo reformas com rapidez e de alcance suficientes para atender às crescentes demandas por mudanças.

(...) Se, por outro lado, o governo for forte, pode ser capaz de adiar um desafio violento por muito tempo. Se, nesses casos, persistisse o impasse entre as forças revolucionárias e as instituições estabelecidas, as chances de uma solução violenta provavelmente aumentariam. Esta é a situação que pode se desenvolver na República Dominicana, possivelmente no Brasil e na Argentina, se os atuais governos relativamente seguros desses países não atenderem às demandas por mudanças políticas e sociais. (...)

12. Finalmente, no outro extremo do continuum revolucionário, estão aqueles países que, em termos de nossos critérios, parecem ter pouco potencial de revolução – violenta ou não – no futuro previsível. Esses são os países em que há relativamente pouca consciência pública das possibilidades de mudança e em que, de qualquer forma, as ferramentas para produzir mudanças ainda são escassas. Nesses países, as pressões sociais ainda não são suficientemente fortes para derrubar o governo existente ou para obrigá-lo a produzir mudanças no *status quo*. Paraguai, Nicarágua e talvez Haiti parecem se enquadrar nessa categoria. (pp. 5-11)

19. c. A violência política é mais do que nunca um fato da vida na América Latina, mas está se tornando menos importante como fator no processo revolucionário. Os insurgentes rurais da América Latina provaram ser notavelmente ineptos em seus esforços para fermentar a revolução. Em sua maioria, eles foram contidos e subjugados por forças de segurança cada vez mais eficientes nos últimos cinco anos. Os terroristas urbanos estão causando sérios problemas em algumas cidades e colocando novas pressões sobre os governos, particularmente na Guatemala, Brasil, Uruguai e Argentina. De fato, na Guatemala, grupos terroristas e antiterroristas estão sobrecarregando severamente o tecido da sociedade. Em nenhum caso, porém, tais grupos parecem capazes de derrubar o governo ou derrubar a ordem estabelecida. Os estudantes continuam a desafiar a autoridade do governo, por meio de manifestações e atividades violentas e, de fato, são os principais participantes de atividades terroristas urbanas, mas não serão capazes de trazer mudanças revolucionárias a menos que se aliem a grupos de elite dentro de instituições estabelecidas. Na maioria dos países, as pressões sobre o governo por parte de grupos trabalhistas organizados parecem, pelo menos por enquanto, visar mais a ganhar uma fatia maior do bolo econômico e a participação no processo político do que a uma mudança revolucionária na ordem econômica e social. Nenhum dos países em nossa lista de candidatos à revolução parece estar se movendo em direção à meta por meios violentos. De fato, na medida em que governos e instituições estabelecidas se envolveram mais no processo revolucionário, eles tenderam, não surpreendentemente, a amortecer, em vez de encorajar ou explorar, a violência política, por exemplo, no Peru, Chile, Panamá e Guiana. Em suma, embora as desordens públicas por elementos extremistas provavelmente continuem a surgir na superfície da vida política na maioria dos países latino-americanos, a probabilidade de qualquer grupo criar um clima revolucionário por meios violentos parece estar diminuindo. (pp. 19-21)

209. O documento de código: CIA-RDP86T00608R000200080001-2 (Doc. 134), foi datado de fevereiro de 1975, recebendo o título: ‘*Disposition of Persons Involved in International Terrorist Incidents*’. Origem e destino foram sanitizados. As 15 páginas secretas foram liberadas em 31/05/2000.

Brasil – Em 15 de setembro de 1973, o Brasil libertou um terrorista *fedayeen*⁶⁴³ que estava envolvido em uma tentativa de sabotar um avião da El Al⁶⁴⁴ em Londres em agosto de 1971 e que estava detido pelas autoridades Brasileiras desde 3 de outubro de 1972 por posse de documentos falsos. (p. 5)

Paraguai. Os dois palestinos que mataram a esposa de um diplomata israelense em 4 de maio de 1970 ainda estão presos em Assunção. Embora uma vez tenham alegado ser membros do *Fatah*⁶⁴⁵, acredita-se agora que este não foi um incidente inspirado nos *fedayeen*.

Em 4 de fevereiro de 1975, um tribunal paraguaio deferiu um pedido colombiano, iniciado em julho de 1973, para extraditar um cidadão paraguaio que era uma das duas pessoas envolvidas no sequestro de um avião colombiano em 30 de maio de 1973. Ele está atualmente preso no Paraguai. (p. 10)

210. O documento seguinte, de código: *NATIONAL INTELLIGENCE DAI [15500361]* (Doc. 197), datado de 17/05/1976, com o título: ‘*National Intelligence Daily Cable Monday May 17, 1976 [Sanitized]*’, não traz informações visíveis de sua origem ou seu destino. Há um grande trecho sanitizado no primeiro parágrafo. As 3 páginas pertencentes a este memorando estão muito sanitizadas, provavelmente devido à sua classificação original como ‘*Top Secret*’. Sua liberação deu-se em 17/09/2018.

BOLÍVIA – [sanitizado] O assassinato do general Joaquín Zenteno⁶⁴⁶, embaixador boliviano na França, na semana passada, em Paris, guarda uma forte semelhança com o assassinato do coronel Ramon Trabal⁶⁴⁷, adido militar uruguaio que estava em seu apartamento em dezembro de 1974.

[sanitizado] Ambos os homens tiveram papéis proeminentes na erradicação de grupos subversivos de esquerda em seus próprios países antes de serem enviados para Paris. Trabal serviu como chefe de segurança militar no Uruguai e teve a responsabilidade primária de planejar e dirigir a campanha contra os Tupamaros. Ele teria recebido uma missão diplomática a pedido de superiores do exército que se ressentiam de sua ambição e habilidade.

[sanitizado] Zenteno alcançou destaque internacional em 1967 por rastrear e capturar Che Guevara; mais tarde tornou-se comandante-em-chefe das forças armadas – a segunda posição mais poderosa da Bolívia. Ele foi para

⁶⁴³ *Fedayin* - grupos ou indivíduos militantes, na Armênia, no Irã e no mundo árabe, em distintas situações (LAFFIN, 1973).

⁶⁴⁴ Companhia aérea israelense.

⁶⁴⁵ *Fatah* ou *Al-Fatah*, é uma organização política e militar palestina. É a maior facção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) (<<https://www.britannica.com/topic/Fatah>>).

⁶⁴⁶ Referências externas não encontradas.

⁶⁴⁷ Caso abordado em: *El enigma Trabal* (ISRAEL, 2002).

o ‘exílio dourado’ em 1973, após um sério desacordo com o presidente Banzer sobre questões administrativas e políticas.

[sanitizado] Em cada caso, grupos terroristas anteriormente desconhecidos reivindicaram a responsabilidade pelo assassinato. Um grupo que se autodenomina Brigada Internacional Raúl Sendic⁶⁴⁸ (nomeado em homenagem ao fundador dos Tupamaros) assumiu o crédito pela ‘execução’ de Tralal e a ‘Brigada Internacional Che Guevara’⁶⁴⁹ afirma que eliminou Zenteno.

[sanitizado] O nome de Zenteno está há muito tempo em uma lista de assassinatos de esquerda que foi preparada para eliminar várias figuras militares e políticas que os esquerdistas consideram responsáveis pela morte de Guevara. O major Gary Prado⁶⁵⁰, que também se acredita estar na lista, foi retirado de seu posto como adido militar boliviano na Espanha no final da semana passada.

[sanitizado] É possível que uma organização internacional, com sede na Argentina, que se autodenomine Junta de Coordenação Revolucionária⁶⁵¹ seja responsável por um ou ambos os assassinatos. [sanitizado], esse grupo é liderado por representantes de grupos subversivos na Bolívia, Uruguai, Paraguai, Chile, Brasil e Argentina e se dedica à derrubada violenta de governos apoiados por militares nesses países.

[sanitizado] Banqueiros em Buenos Aires que foram vítimas de operações terroristas de sequestro disseram em particular que seu dinheiro de resgate foi pago em ouro e depositado em bancos em Beirute e em contas suíças não marcadas na Itália.

[sanitizado] No passado, os terroristas latino-americanos geralmente limitavam suas operações a seus próprios países, mas muitos observadores preveem que as operações agora serão modeladas nas atividades de grupos terroristas do Oriente Médio e ocorrerão em qualquer lugar. [sanitizado] (pp. 2-3)

211. Este documento tem o mesmo código e nome: *South America: Southern Cone Security Practices – 1976/07/20* (Doc. 205), tendo sido datado de 20/07/1976. Sua origem é apontada como sendo a Secretaria de Estado dos EUA e como destino: todos os postos diplomáticos daquele país. Suas 6 páginas secretas são muito reveladoras e felizmente não houve sanitização. Ele foi liberado em 01/10/2018.

2. Ataques recentes a exilados de esquerda na Argentina levantam questões sobre as práticas de segurança das nações do Cone Sul:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

(a) Que grau de cooperação existe entre as forças de segurança do Cone Sul?

(b) Essas forças de segurança participam ativamente ou aquiescem passivamente em um programa para executar exilados políticos que se opõem a qualquer um dos governos envolvidos?

⁶⁴⁸ Referência externa não encontrada.

⁶⁴⁹ Referência externa não encontrada.

⁶⁵⁰ Referência externa não encontrada.

⁶⁵¹ Consultar: Los internacionalistas del Che Guevara: la primera Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR) (SANDOVAL, 2016).

3. O fato de que os governos do Cone Sul são todos regimes militares conservadores, nenhum dos quais tem um histórico exemplar em direitos humanos, convida a especulações sobre a existência de um plano intergovernamental de assassinato. As evidências que sustentam tal especulação são escassas, no entanto, e é igualmente possível que pelo menos alguns dos problemas dos exilados sejam atribuídos a fatores exclusivamente argentinos.

4. Cenário argentino. Nos últimos meses, a Argentina tornou-se um refúgio menos atraente para os exilados de esquerda do que era antes do golpe militar de 24 de março, que elevou o general Videla⁶⁵² à presidência. Depois que os peronistas retomaram o poder em maio de 1973, os opositores dos governos militares conservadores nas fronteiras da Argentina, e especialmente os chilenos pró-Allende, aumentaram o papel dos refugiados na Argentina. Desde o golpe, no entanto, a Argentina tem sido governada por oficiais conservadores empenhados em erradicar a ameaça subversiva, e os exilados foram vitimados por uma batalha em três frentes entre pessoal de segurança, esquerdistas e assassinos de direita. No mais divulgado incidente:

(a) Em 21 de maio, Zelmar Michelini⁶⁵³ e Luis Héctor Gutiérrez Ruiz⁶⁵⁴, ex-parlamentares do Uruguai, foram encontrados assassinados;

(b) Em 4 de junho, o corpo morto do ex-presidente boliviano Juan José Torres foi descoberto;

(c) Em 11 de junho, 24 refugiados chilenos e uruguaios foram sequestrados secretamente em massa e posteriormente liberados após interrogatórios acompanhados de espancamentos e ameaças.

5. O medo que se aproximava do pânico varreu a comunidade de exilados na sequência desses incidentes, e uma fonte do ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados) estimou que cerca de 1.000 chilenos e talvez 400 outros exilados estavam em perigo imediato, seja das forças de segurança argentinas ou da direita extremistas na Argentina ou em seus países de origem.

6. Vítimas das circunstâncias argentinas. O fato de que esses eventos estão ocorrendo na Argentina e não em outros lugares do Cone Sul dá credibilidade à ideia de que suas origens estão em um conjunto de circunstâncias exclusivamente argentino, e não em uma elaborada conspiração internacional. Dado o ambiente de segurança tenso e volátil que existe desde o golpe, os exilados podem se tornar vítimas por vários motivos:

(a) Envolvimento operacional com um dos grupos terroristas da Argentina;

(b) Associação passada com grupos de esquerda estrangeiros e/ou argentinos, fato que por si só é causa suficiente de morte aos olhos dos fanáticos direitistas argentinos; este pode ter sido o ‘crime’ de Michelini, Gutiérrez Ruiz e Torres;

(c) Esforços de extremistas de direita para assustar exilados de esquerda para que fugissem da Argentina, que pode ter sido a

⁶⁵² Jorge Rafael Videla Redondo (1925 - 2013) general e ditador argentino de 1976 a 1981 (SEOANE; MULEIRO, 2012).

⁶⁵³ Zelmar Michelini (1924 - 1976) (<http://www.impunidad.com/caso_detail.php?id=5&pub=34>).

⁶⁵⁴ Luis Héctor Gutiérrez Ruiz (1934 - 1976) - Citado em: Case: Zelmar Michelini (<http://www.impunidad.com/caso_detail.php?id=5&pub=34>).

intenção por trás do sequestro em massa em 11 de junho; e

(d) Tentativas dos chamados linha-dura de intensificar a campanha anti-subversiva, que eles acreditam que o governo de Videla não está realizando com vigor suficiente. Para aqueles que defendem essa visão, o assassinato de exilados serviria a um duplo propósito eliminar supostas ameaças à segurança e minar o governo de Videla, expondo-o a pressões sobre a questão dos direitos humanos.

7. Forças de segurança argentinas envolvidas. O pessoal de segurança oficial argentino está claramente envolvido nas atividades ante exílio, embora seja impossível avaliar em que números ou em que nível de comando. Uma operação como o sequestro em massa de refugiados não poderia ter sido executada sem a conivência policial e/ou militar. O presidente Videla não tolera nem encoraja essas ações, mas também não parece capaz de detê-las.

8. Cooperação intergovernamental. As forças de segurança do Cone Sul, sem dúvida, coordenam seus esforços antiterroristas no que diz respeito às trocas de informações, e Argentina e Brasil podem fornecer treinamento e serviços de consultoria limitados a seus vizinhos menores. Há mais de dois anos, oficiais de segurança de todos os países do Cone Sul, exceto o Brasil, reuniram-se em Buenos Aires e formalizaram acordos para facilitar a troca de informações e a movimentação de oficiais de segurança em assuntos do governo.

9. A cooperação desta natureza é lógica:

(a) Todos os governos do Cone Sul se consideram alvos da subversão esquerdista internacional;

(b) Evidências irrefutáveis mostram que os terroristas se movem para frente e para trás através das fronteiras do Cone Sul; e

(c) Terroristas baseados na Bolívia (ELN⁶⁵⁵), no Uruguai (Tupamaros), no Chile (MIR⁶⁵⁶) e na Argentina (ERP⁶⁵⁷) são formalmente, embora um tanto ineficazes, organizados na Junta de Coordenação Revolucionária (JCR⁶⁵⁸). O JCR é principalmente uma criatura do ERP; e de acordo com as informações disponíveis, não patrocinou nenhuma grande operação no Cone Sul. Os representantes da JCR na Europa Ocidental prestam assistência às coortes que residem temporariamente lá e publicam propaganda contra os governos do Cone Sul.

10. No início de junho deste ano, representantes dos serviços secretos de inteligência da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai se reuniram novamente, em Santiago, com a presença de observadores brasileiros, para organizar ainda mais a cooperação de longo alcance entre os países participantes. Foram tomadas as seguintes decisões:

(a) Um banco de dados computadorizado intergovernamental de informações sobre subversivos conhecidos e suspeitos será estabelecido em Santiago;

(b) O Brasil se tornará um membro de pleno direito do grupo; e

(c) Argentina, Chile e Uruguai cooperarão secretamente contra as atividades do JCR em Paris.

⁶⁵⁵ *Guerrilla Ñancahuazú ou Ejército de Liberación Nacional de Bolívia* (MONTROYA, 2012).

⁶⁵⁶ *Movimento de Esquerda Revolucionária* (MELO, 2021).

⁶⁵⁷ *Exército Revolucionário do Povo* (LIRA ROCHA, 2010).

⁶⁵⁸ Consultar: *Los internacionalistas del Che Guevara: la primera Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR) (SANDOVAL, 2016).

11. Evidência de que a cooperação entre as forças de segurança se estende a algum tipo de ‘Assassinato Ltda’ é, no entanto, inconclusivo na melhor das hipóteses.

(a) Os 24 exilados sequestrados em 11 de junho insistem que reconheceram cidadãos chilenos e uruguaios entre seus interrogadores;

(b) Edgardo Enriquez⁶⁵⁹, um líder de alto nível do MIR chileno, que supostamente foi capturado na Argentina no final de março ou início de abril, pode ter sido entregue e posteriormente morto por chilenos;

(c) Uma fonte brasileira confiável descreveu um acordo Brasil-Argentina sob o qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares Brasileiras e argentinas teriam operado em conjunto e dentro da fronteira uma da outra quando necessário. Apesar das negações apontadas pelo GOA⁶⁶⁰, as acusações publicadas persistem no sentido de que as autoridades argentinas estão repatriando à força exilados políticos.

12. Em suma, as evidências não estabelecem conclusivamente a existência de uma coordenação formal de alto nível entre as forças de segurança do Cone Sul com o propósito expresso de eliminar os exilados. Sugerem fortemente, no entanto, que a cooperação ocorre pelo menos em uma base localizada e oportunista, particularmente em áreas de fronteira e em casos que envolvem a captura de líderes terroristas. Kissinger (pp. 1-6)

212. O próximo documento, de mesmo código e título: *COMMENTS BY A SENIOR BOLIVIAN [SANITIZED] OFFICIAL ON THE “CONDOR” PROGRAM – 1976/07/23* (Doc. 170), além de data evidente, não traz informações acerca de origem ou destino, pois foi severamente sanitizado. Há muitos carimbos e ressalvas neste importante memorando secreto de 3 páginas. Sua liberação deu-se em 02/10/2018.

1. Em 18 de julho de 1976, um alto funcionário de um serviço oficial boliviano do [sanitizado] comentou em particular que acredita que o programa ‘Condor’⁶⁶¹ está desenvolvendo uma organização eficaz e será capaz de operar contra as forças da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR). Já estão sendo elaborados planos, no âmbito do programa ‘Condor’, para agir contra os dirigentes do JCR. O [sanitizado] forneceu informações sobre ‘Condor’, programa cooperativo antiterrorista dos serviços de inteligência do Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Esses serviços estavam planejando montar operações contra o JCR na França. O funcionário boliviano do [sanitizado] disse que equipes especialmente treinadas estão sendo organizadas para ‘ir atrás’ dos alvos do JCR na França e que mais tarde alvos semelhantes em outros países serão perseguidos. Atualmente, Argentina, Chile e Uruguai são os únicos países envolvidos na preparação de equipes, pois essas nações já possuem pessoas na França que podem se juntar às equipes. O funcionário boliviano disse que a Bolívia não tem um papel ativo neste projeto. [sanitizado] (p. 2)

⁶⁵⁹ Talvez seja Edgardo Enriquez (1912 - 1996) - Ministro da Educação do Chile em 1973 (LAWNER, 2004).

⁶⁶⁰ *Government of Argentina* (Governo da Argentina).

⁶⁶¹ Ver: Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas (SOUZA, 2011) e Operação Condor (CONY; LEE, 2019).

213. O documento que segue, de mesmo código e título: *CH 094 MEMORANDUM FROM TH [15502901]* (Doc. 4), tem data de 03/08/1976. Foi produzido por ARA⁶⁶² – Harry W. Shlaudeman e dirigido a ‘*The Secretary (Department of State)*’. De suas 29 páginas, 14 foram censuradas, o que demonstra quão sensíveis podem ter sido as informações às quais não teremos acesso, devido à uma sanitização extrema. Mesmo assim, a parte visível constava como ‘*unclassified*’. O documento foi liberado em 20/09/2018.

A ‘Terceira Guerra Mundial’ e a América do Sul – Os regimes militares do Cone Sul da América do Sul se veem em apuros:

- por um lado, pelo marxismo internacional e seus expoentes terroristas, e;
- por outro pela hostilidade das incompreensíveis democracias industriais enganadas pela propaganda marxista.

Em resposta, eles estão se unindo no que pode se tornar um bloco político de alguma coesão. Mas, mais significativamente, eles estão unindo forças para erradicar a ‘subversão’, uma palavra que cada vez mais se traduz em dissidência não-violenta da esquerda e centro-esquerda. As forças de segurança do Cone Sul:

- agora coordenam de perto as atividades de inteligência;
- operam no território dos países uns dos outros em busca de ‘subversivos’;
- estabeleceram a Operação Condor para encontrar e matar terroristas do ‘Comitê de Coordenação Revolucionária’⁶⁶³ em seus próprios países e na Europa. O Brasil está cooperando aquém das operações de assassinato. Essa mentalidade de cerco que se transforma em paranoia talvez seja resultado natural das convulsões dos últimos anos em que as sociedades do Chile, Uruguai e Argentina têm passado. Mas os líderes militares, abalados pelo ataque da extrema esquerda, apesar da quase dizimação da esquerda marxista no Chile e no Uruguai, juntamente com o progresso acelerado em direção a esse objetivo na Argentina, insistem que a ameaça permanece e a guerra deve continuar. Alguns falam da ‘Terceira Guerra Mundial’, com os países do Cone Sul como o último bastião da civilização cristã.

Um pouco mais racional:

- eles consideram seu contraterrorismo totalmente tão justificado quanto as ações israelenses contra terroristas palestinos;
- e eles acreditam que as críticas das democracias à sua guerra contra o terrorismo refletem um padrão duplo.

O resultado dessa mentalidade, internamente, é ampliar o isolamento das instituições militares do setor civil, estreitando assim o leque de opções políticas e econômicas.

As implicações mais amplas para nós e para as tendências futuras na região – O uso do contraterrorismo sangrento por esses regimes ameaça seu crescente isolamento do Ocidente e a abertura de profundas divisões ideológicas entre os países do hemisfério. Um surto de terrorismo do tipo OLP em escala mundial em resposta é também uma possibilidade. As democracias industriais seriam o campo de batalha. (...)

⁶⁶² *Applied Research Associates* (Associados de Pesquisa Aplicada).

⁶⁶³ O termo utilizado por outros autores/agentes foi ‘Junta de Coordenação Revolucionária’ (JCR).

Cooperação em segurança é um fato – Existe ampla cooperação entre as operações de segurança/inteligência de seis governos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Seus serviços de inteligência realizam reuniões para planejar a ‘Operação Condor’. Incluirá amplas trocas de informações do tipo FBI sobre personagens obscuros. Existem planos para uma rede de comunicações especial. Esses detalhes ainda são secretos, mas uma ampla cooperação de segurança é certa. Autoridades no Paraguai e na Argentina nos disseram que acham necessário cooperar entre si e seus vizinhos contra terroristas e ‘subversivos’ financiados internacionalmente. O problema começa com a definição de ‘subversão’ – nunca o mais preciso dos termos. Um repórter escreve que essa subversão ‘cresceu para incluir perto de qualquer um que se oponha à política do governo’. Em países onde todos sabem que os subversivos podem acabar mortos ou torturados, as pessoas educadas têm uma preocupação compreensível com os limites da dissidência. A preocupação dobra quando há a possibilidade de perseguição por policiais estrangeiros – ou agindo com base em informações indiretas e desconhecidas. Numerosos refugiados uruguaios foram assassinados na Argentina – e há acusações generalizadas de que a polícia argentina está fazendo um favor a seus colegas uruguaios. Essas acusações são pelo menos críveis, sejam ou não – exatas.

A Natureza da Ameaça Esquerda-Extrema; Uma ‘Terceira Guerra Mundial?’ O ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Blanco⁶⁶⁴ um dos membros mais brilhantes e normalmente mais firmes do grupo – foi o primeiro a descrever a campanha contra os terroristas como uma ‘Terceira Guerra Mundial’. A descrição, é interessante por dois motivos:

- Justifica medidas duras e abrangentes em ‘tempo de guerra’;- Enfatiza o aspecto internacional e institucional, justificando assim o exercício do poder para além das fronteiras nacionais.

A ameaça não é imaginária. Pode ser exagerado. Isso é difícil de sugerir a um homem como Blanco, que acredita – provavelmente com razão – que ele e sua família são o alvo. Deve-se admirar sua coragem pessoal.

Mesmo, por padrões objetivos, os terroristas tiveram conquistas substanciais ao longo dos anos:

- Em um momento ou outro, guerrilheiros urbanos e rurais e criaram problemas graves para quase todos os governos sul-americanos, incluindo aqueles onde a democracia ainda está sobrevivendo; – Eles provocaram reações repressivas, incluindo tortura e esquadrões da morte quase governamentais. (Os guerrilheiros normalmente afirmavam acolher a repressão, mas nos perguntamos se eles realmente gostaram do que conseguiram);

- Eles ainda representam uma séria ameaça na Argentina e – possivelmente – um problema menor em dois ou três outros países; – Existe uma ‘Junta de Coordenação Revolucionária’ orientada para o terror, possivelmente com sede em Paris, que é tanto uma contrapartida quanto um incentivo à cooperação entre governos.

No entanto, também é verdade que, em termos gerais, tanto os terroristas quanto à esquerda pacífica falharam. Isso é verdade mesmo nas mentes dos revolucionários estudiosos. O fiasco romântico de Che Guevara acabou com as esperanças de uma revolução rural. A queda de Allende é tomada (talvez de forma pessimista) como prova de que a rota eleitoral pode não funcionar. As guerrilhas urbanas desmoronaram no Brasil com Carlos

⁶⁶⁴ Juan Carlos Blanco Estradé (1934 - 2021) - Ministro de 1972 a 1976.

Marighella e no Uruguai com os Tupamaros. Estes últimos representaram uma marca d'água. Sua estrutura sólida e eficiente representou uma verdadeira ameaça de guerra. Provavelmente os militares acreditam que a tortura era indispensável para quebrar essa estrutura.

Ainda há uma grande campanha na Argentina – Esperamos que os militares levantem suas meias e ganhem. Eles têm precedentes para guiá-los, e os terroristas não têm refúgio prático nos países vizinhos. O que restará é uma cadeia de governos iniciada pelo Brasil em 1964, cuja origem foi na luta contra a extrema-esquerda. É importante para seu ego, seus salários e seus orçamentos de equipamentos acreditar em uma Terceira Guerra Mundial. Na melhor das hipóteses, quando a Argentina se estabilizar, podemos esperar convencê-los de que já venceram: Os guerreiros não vão gostar disso. Eles já riem de nós por estarmos preocupados com coisas de criança como contrabando de drogas quando há uma campanha militar real acontecendo. Eles nos acusam de aplaudir a derrota do terrorismo em Entebe, mas não em Montevideu. Nossas percepções diferentes da ameaça estão levantando suspeitas sobre nossa ‘confiabilidade’.

O que os regimes de direita têm em comum – Esses governos são reativos: eles derivaram sua legitimidade inicial de uma reação contra o terrorismo, extremismo de esquerda, instabilidade e (como eles veem) marxismo. Assim, o ‘antimarxismo’ é uma força moral e política. (...)

Brasil: Podemos e devemos nos relacionar com o Brasil como uma potência mundial emergente e não como um foco de problemas. No entanto, sua revolução de 1964 é o modelo básico para seus vizinhos. O maior problema é que, apesar dos sucessos notáveis, as Forças Armadas brasileiras ainda não conseguem encontrar uma maneira de relaxar o poder. Por outro lado, eles não estão muito preocupados com isso. Eles foram capazes de aproveitar o talento civil para fins econômicos. A esquerda está esmagada, mas não está claro. (...)

O Paraguai está marchando ao mesmo ritmo que seus vizinhos, mas está um quilômetro e meio atrás. Esse é o tipo de regime militar do século XIX que fica bem na página de desenho animado. O Paraguai, no entanto, tem razões eminentemente sólidas – para ser retrógrado – e não se desculpa nem um pouco. Os paraguaios lembram que, na Guerra do Chaco [sic], eles lutaram contra as forças armadas massivamente superiores de três vizinhos por um tempo ridiculamente longo. O orgulho foi salvo, se nada mais⁶⁶⁵. Não há tradição democrática qualquer que seja. O governo reagiu mais ao medo da esquerda do que ao tipo de desafio específico apresentado nos outros países. (...)

- Gostaríamos de compartilhar, digamos, com os brasileiros – uma percepção de que somos aliados naturais. A participação brasileira em um bloco de direita tornaria isso improvável. (...)

No horizonte, há uma chance de problemas sérios em escala mundial. Isso é especulativo, mas não ridículo. A Junta Coordenadora Revolucionária parece agora ter sua sede em Paris, além de uma atividade considerável em outras capitais europeias. Com os terroristas sendo expulsos da Argentina, sua concentração na Europa (e possivelmente nos EUA) aumentará.

Os regimes sul-americanos sabem disso. Eles estão planejando as próprias operações antiterroristas na Europa – Argentina, Chile e Uruguai estão na liderança; o Brasil está cauteloso, mas está fornecendo algum suporte técnico.

⁶⁶⁵ Aqui há a confusão do agente. Ele confunde a Guerra da Tríplice Aliança (para nós Guerra do Paraguai), perdida pelo Paraguai, com a Guerra do Chaco, perdida pela Bolívia.

O próximo passo pode ser que os terroristas empreendam um ataque mundial contra as embaixadas e os interesses dos seis regimes odiados. A OLP mostrou o caminho. Nós podemos imaginar as atividades sul-americanas em uma escala menor, novamente usando as democracias industriais como campo de batalha. A impossibilidade de uma mudança pacífica radicalizará os exilados que, no passado, esperavam voltar para casa pacificamente.

Nossa Resposta: Como termina a Terceira Guerra mundial – Até agora, embora tenhamos tentado exercer uma influência moderadora, não temos uma visão estratégica de longo prazo dos problemas que um bloco de direita criaria. Este artigo tentou um foco mais nítido. Nós devemos ter mais recomendações nos próximos meses, mas o seguinte é um bom começo: (...)

- O Brasil tem peso, sofisticação e perspectiva de mundo árida para compartilhar muitas de nossas preocupações. Nossos programas de vendas militares também podem oferecer uma oportunidade de distinção. A ajuda não fornece mais alavancagem significativa. Há um grande interesse nas relações econômicas gerais – mas não muita liberdade de movimento. (pp. 16-28)

214. Seguindo com os documentos selecionados, há o memorando que apresenta mesmo código e título *MEMORANDUM: TERRORISM IN SOUTH AMERICA AUGUST 9, 1976[SANITIZED] – 1976/08/09* (Doc. 183), com a data já constando deste título. Foi produzido no ‘*Office of Current Intelligence*’, mas não consta o destinatário do memorando. Suas 7 páginas foram pouco sanitizadas e sua condição de confidencial foi removida em 02/10/2018.

O terrorismo moderno convida à repressão. O guerrilheiro tem a intenção de provocar seu inimigo – o governo – em atos de contraterrorismo tão difundidos e tão brutais que o público em geral se torna alienado do governo e simpatizante da causa subversiva. O objetivo imediato, de acordo com Carlos Marighella, o apóstolo brasileiro assassinado da guerrilha urbana, é que ‘a situação política do país se torne uma situação militar, e os atos de violência, os erros e várias calamidades que recaem sobre o povo sejam atribuídos a ‘erros’ dos guarda-costas do governo’.

À medida que a violência gera violência, segundo esta doutrina, o tecido da sociedade é dilacerado, as instituições democráticas dão lugar a decretos autoritários, e a repressão armada suplanta a liberdade política. O objetivo do terrorismo é tornar a vida insuportável para as pessoas comuns, na esperança de que eventualmente se tornem amarguradas e exasperadas com seu governo e clamem por mudanças. Tal situação, argumentou Marighella, poderia levar à tomada do poder por guerrilhas descritas como em um ‘clima de colapso’. Empregado contra os regimes coloniais, essas táticas se mostraram bem-sucedidas, como na Palestina sob mandato britânico e em Chipre, mas essa esperança não se concretizou em nenhuma nação latino-americana. No entanto, é precisamente nos países onde a violência política se tornou a principal preocupação política – Uruguai e Argentina – que o terrorismo tem sido a força catalisadora mais forte nos recentes golpes de Estado militares.

Como arma política, o terrorismo moderno data da Revolução Francesa, onde foi empregado pelo governo insurrecional para incutir medo e respeito pela nova autoridade na população em geral. Então, como agora, o terror consistia em atos simbólicos destinados a influenciar o comportamento político por meios extraordinários, implicando o uso ou ameaça de violência. Por exemplo, na Guatemala, Uruguai e Argentina, guerrilheiros de esquerda enfatizaram fortemente a natureza simbólica de seus atos violentos sequestro e assassinato de oficiais militares e chefes de polícia, diplomatas estrangeiros e empresários ricos – tanto nacionais quanto estrangeiros. (...)

Na realidade, os grupos guerrilheiros na América do Sul nunca representaram um desafio direto a nenhum governo. A maioria dos grupos têm sido muito pequenos e fracos para engajar diretamente as forças de segurança (e nas batalhas que ocorreram, como na Argentina, os guerrilheiros levaram a maioria dos golpes. Como observou um estudioso, ‘o terror pode ser a arma de fanáticos solitários ou um amontoado de conspiradores com a intenção de forçar a história através de seu próprio auto sacrifício e do sangue de outras pessoas, mas raramente é a arma de movimentos de massa engajados em políticas públicas’. (...)

A preocupação oficial foi alimentada pela recente confirmação de uma organização conhecida como Junta de Coordenação Revolucionária, composta por representantes da guerrilha da Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina e possivelmente do Paraguai. A Junta Coordenadora foi originalmente organizada sob a liderança do Exército Revolucionário Popular, no entanto, e apesar de relatos de representantes baseados em vários países europeus, as evidências disponíveis indicam que sua sede ainda está na Argentina e que a maior parte de seus fundos, e provavelmente seus membros, vem do ERP. Se é de fato uma criatura de terroristas argentinos, provavelmente sofreu com o declínio de sua atividade e força. Por outro lado, o fato de a Junta não ter recebido crédito por nenhuma operação terrorista – como é a prática costumeira de organizações guerrilheiras individuais – não significa que tenha estado inativa. A partir de documentos de guerrilha capturados, parece que a organização leva a sério sua função de coordenação e existe para esse fim e para fornecer apoio logístico aos grupos membros.

É o medo de que grupos guerrilheiros individuais em toda a América do Sul se unam que motivou a recente intensificação da cooperação entre as autoridades de segurança no Cone Sul. Atualmente, os serviços de inteligência da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai compartilham informações sobre alvos terroristas, e há relatos de planos de cooperação mais ampla. (pp. 1-5)

215. O documento que segue, de código e título: *NATIONAL INTELLIGENCE BUL[15503020]* (Doc. 196), com data evidente, teve origem atribuída ao ‘*Director of Central Intelligence*’ e destino ‘*Named Principals Only*’. Suas 2 páginas são largamente sanitizadas, restando apenas quatro curtos parágrafos. Isto pode ser devido à sua classificação como ‘*Top Secret*’. Sua liberação ocorreu em 20/09/2018.

Autoridades de segurança do Chile, Argentina e Uruguai estão [sanitizado] expandindo suas atividades antissubversivas cooperativas para incluir o assassinato de terroristas de alto nível no exílio na Europa.

O programa de cooperação em inteligência da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, conhecido como ‘Condor’, já inclui o desenvolvimento de uma capacidade centralizada de coleta de dados e a direção de operações conjuntas no sul da América do Sul.

As Forças do Chile, Argentina e Uruguai planejam agora treinar equipes em Buenos Aires para as missões na Europa Ocidental. Os planos e metas das equipes são conhecidos por pelo menos alguns líderes do governo.

A maior concentração de exilados latino-americanos na Europa está em Paris. [sanitizado] (p. 2)

216. O documento secreto que será descrito logo abaixo, tem o mesmo nome e código: *DECISION BY CONDOR COUNTRIES TO SUSPEND PLANS FOR ACTION OPERATIONS IN EUROPE UNTIL BRAZIL DECIDES WHETHER IT WILL PARTICIPATE* (Doc. 176). Ele data de 12/08/1976, sendo que sua origem e destino não são discerníveis nas imagens do arquivo. Suas 3 páginas foram muito sanitizadas, havendo texto útil apenas na de número 2. Sua liberação deu-se em 01/10/2018.

1. [sanitizado] comentário: [sanitizado] embora o Brasil tenha aderido ao acordo original entre Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai, de cooperar para trocar informações sobre terrorismo e subversão, ainda não havia concordado em participar das atividades da Operação Condor na Europa, e limitaria, por enquanto, sua contribuição ao fornecimento de equipamentos de comunicação para Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países da Condor. [sanitizado]

Os países da Condor que atuariam na Europa seriam Chile, Argentina e Uruguai. Os países da Condor decidiram agora suspender seus planos de operar na Europa e realizar um curso de treinamento em Buenos Aires para os oficiais que deveriam atuar na Europa até que o Brasil decida se participará com outros de operações na Europa a serem centradas na França. [sanitizado]

Comentário: [sanitizado] não se sabe se os demais países da Condor procederão por conta própria com essas operações caso o Brasil decida não participar, ou se algum país está fazendo representações ao Brasil sobre o assunto. (p. 2)

217. Com mesmos código e título: *POTENTIAL POLITICAL AND SECURITY RAMIFICATIONS OF 'OPERATION CONDOR' – 1976/08/17* (Doc. 204) e data evidente, o documento descrito em seguida é composto por 3 diferentes memorandos, colocados na ordem cronológica inversa, que continuam abordando a chamada ‘Operação Condor’. Dois dos memorandos foram assinados por Raymond A. Warren ‘*Chief, Latin America Division*’ e dirigidos ao ‘*Deputy Director of Central Intelligence*’. Boa parte das 14 páginas do documento foram censuradas e há sanitização nos textos secretos, que foram liberados em 17/09/1976.

24/07/1976 – Operação Condor – Cooperação regional entre os serviços de inteligência latino-americanos contra o terrorismo – 1. Nos últimos meses,

os serviços de inteligência do Chile, Argentina, Uruguai, Bolívia, Brasil e Paraguai iniciaram um novo conceito de cooperação contra o terrorismo que inclui a montagem de operações ofensivas fora de seus próprios países contra líderes terroristas latino-americanos. O codinome ‘Condor’ foi atribuído a este esforço cooperativo. Os serviços de inteligência do Chile, Argentina e Uruguai estão agora organizando equipes especiais treinadas para operar [sanitizado]. O objetivo dessas equipes é liquidar os principais líderes terroristas latino-americanos.

2. Os planos desses países de realizar ações ofensivas fora de suas próprias jurisdições trazem novos problemas para a Agência [sanitizado]. Mas, mais importante, levanta a questão de que ação a Agência poderia efetivamente tomar para prevenir atividades ilegais desse tipo. Além disso, devem ser tomadas todas as precauções para que a Agência não seja acusada injustamente de ser parte nesse tipo de atividade. [sanitizado]

13 de agosto de 1976 – Reunião no Departamento de Estado para discutir a ‘Operação CONDOR’ – 1. A pedido do Departamento de Estado, DC/LAD⁶⁶⁶ e [sanitizado] reuniram-se com Ryan Zimmerman e Gardner no Departamento das 1000 às 1030⁶⁶⁷ horas de 11 de agosto para discutir a ‘Operação CONDOR’. Ryan abriu a reunião afirmando que as implicações da ‘CONDOR’ no campo dos direitos humanos chegaram ao ponto em que alguma ação foi exigida pelo governo dos EUA. DC/LAD disse que a Agência deseja ser tão útil ao Departamento quanto possível a esse respeito; [sanitizado] O Sr. Ryan disse que entendia nosso problema e acreditava que nossos interesses foram protegidos em suas propostas de representação a alguns dos países da ‘CONDOR’ sobre o problema do assassinato.

O Sr. Ryan então leu a minuta de uma proposta de telegrama EXDIS⁶⁶⁸ para Buenos Aires, Montevideu e Santiago. Em essência, o telegrama delineava brevemente os objetivos da ‘CONDOR’. Não teve problemas com os planos da ‘CONDOR’ para coletar e coordenar informações sobre terroristas, planos e atividades terroristas nos países do Cone Sul. Expressou a mais séria preocupação em relação aos supostos planos de assassinato da ‘CONDOR’. Solicitou que esta preocupação fosse levada aos mais altos níveis dos governos anfitriões, salientando que quaisquer assassinatos violariam as normas da civilização e, se fossem conhecidos, gerariam reações adversas profundas em todo o mundo aos países envolvidos.

2. Embora o DC/LAD tenha aprovado a orientação geral do projeto, algumas mudanças foram sugeridas e adotadas. Entre estas estavam:

a. Deve haver instruções separadas no telegrama para os embaixadores individuais com base nas diferentes situações em cada um dos três países. Por exemplo, a diligência do Embaixador Siracusa⁶⁶⁹ deveria ser para o General Vadora⁶⁷⁰, e não para o Presidente, uma vez que o Embaixador

⁶⁶⁶ Não está evidente o significado desta sigla. Pode tratar-se de ‘Deputy Chief/Latin America Division’, cargo citado nos 3 memorandos, que corresponderia a Raymond A. Warren.

⁶⁶⁷ Esta é a forma militar de se referir a 10:00h e 10:30h.

⁶⁶⁸ ‘Exclusive Distribution’ (algo como: Distribuição Reservada/Limitada), utilizada no meio militar quando se lida com documentos classificados (com restrições de circulação e divulgação).

⁶⁶⁹ Ernest Victor Siracusa (1918 – 2000) - Embaixador dos EUA na Bolívia (1969 – 1973) e no Uruguai (1973 – 1977). Citado no contexto abordado em: A Operação Condor e a Emenda Koch (NETO, 2018).

⁶⁷⁰ Júlio César Vadora - Citado em: *Falleció el ex general Vadora*. El Observador. Seção Nacional. 11 abr. 2011. Disponível em: <www.elobservador.com.uy/nota/fallecio-el-ex-general-vadora-2011411190>. Acesso em: 20 out. 2022.

teve uma conversa recente com Vadora sobre essas linhas gerais e informações sobre a ‘CONDOR’ não são conhecidas acima do nível de Vadora em Montevidéu.

b. A representação em Buenos Aires deve pressionar diretamente o presidente Videla, se possível, com o efeito adverso que a revelação do esquema de assassinato terá sobre os esforços argentinos para obter empréstimos e, de outra forma, encontrar soluções para melhorar sua ‘economia’ (foi consenso geral que a Argentina é o país no qual deveríamos exercer a maior influência).

c. Cada embaixador deve enfatizar que estão sendo feitas propostas em outros países da ‘CONDOR’ para que não haja nenhum sentimento por parte de qualquer governo anfitrião de ser alvo de atenção. [sanitizado]

d. Embaixadas em Brasília, Assunção e La Paz devem ser os destinatários das informações. [sanitizado]

4. A DC/LA solicitou que o Estado nos fornecesse uma cópia do cabo⁶⁷¹. Eles concordaram em fazê-lo. [sanitizado] O Sr. Ryan concordou em acrescentar isso no telegrama enviado. (pp. 7-8)

17 de agosto de 1976 – Potenciais ramificações políticas e de segurança da ‘Operação Condor’ – 1. A ‘Operação Condor’ foi objeto de correspondência anterior para você e outros altos funcionários da Agência; também gerou considerável correspondência em 13 de agosto de 1976 nos últimos meses e provocou discussões com altos funcionários do Departamento de Estado sobre qual ação o U.S.G.⁶⁷² poderia tomar na tentativa de garantir que os direitos humanos não fossem violados pelos países envolvidos na ‘Condor’. Os mais significativos dos documentos anteriores estão anexados para sua revisão. Além disso, segue um resumo da ‘Condor’ e uma avaliação [sanitizado] das possíveis ramificações políticas adversas para a Agência caso a ‘Condor’ se envolva em assassinatos e outras violações flagrantes de direitos humanos. [sanitizado]

2. Relatórios iniciais sobre a ‘Condor’, codinome dado ao programa de cooperação entre os serviços de inteligência da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, a partir de abril de 1976, indicou que o objetivo do programa era ser o intercâmbio de inteligência e que o alvo desse esforço seria a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR). O JCR é um órgão de coordenação revolucionário internacional formado pelo Exército Revolucionário Popular Argentino (ERP) e que inclui, além da Argentina, organizações terroristas no Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

O JCR recebeu apoio financeiro, logístico e de treinamento de Cuba; além disso, foi o destinatário de milhões de dólares obtidos pelo ERP através do resgate de executivos de empresas norte-americanas na Argentina. O JCR opera principalmente na parte sul da América do Sul, mas é conhecido por ter forte representação na Europa e é suspeito de estar envolvido nos assassinatos em Paris do general Joaquín Zenteno Anaya, embaixador boliviano na França, em 11 de maio de 1976, e do Coronel Ramon A. Tralbal, Adido Militar da Embaixada do Uruguai em Paris em 19 de dezembro de 1974.

Zenteno era o comandante da região militar na área onde Ernesto ‘Che’ Guevara foi capturado e morto em 1967. Tralbal já havia atuado nos esforços bem sucedidos das forças de segurança uruguaias para suprimir os Tupamaros, uma organização membro do JCR, no Uruguai.

⁶⁷¹ Referente a mensagem enviada por transmissão via cabo.

⁶⁷² Pode ser referência a *U.S. Government* (Governo dos Estados Unidos).

3. [sanitizado] indicando que os esforços dos serviços de segurança dos países do Cone Sul para realizar uma abordagem regional para enfrentar uma ameaça terrorista regional, ou seja, a ‘Condor’, iria muito além da troca de informações – incluir planos para assassinar líderes selecionados do JCR em [sanitizado].

4. Em uma tentativa de antecipar potenciais ramificações políticas para a Agência, caso os países da ‘Condor’ continuem com o aspecto europeu de seus planos, tomamos as seguintes medidas. Assim que soubemos do possível [sanitizado]. Além disso, foram realizadas discussões com altos funcionários do Departamento de Estado sobre as medidas que poderiam ser tomadas para dissuadir os países da América do Sul de seu curso de ação planejado. Assim, chegou-se a um acordo sobre o texto de uma mensagem EXDIS do Departamento de Estado aos Embaixadores dos EUA em Buenos Aires, Santiago e Montevideu, instruindo-os a abordar os mais altos níveis de seus governos anfitriões e expressar a séria preocupação do governo dos EUA nos supostos planos de assassinato previstos na ‘Operação Condor’. Os governos anfitriões seriam informados, no entanto, que os EUA não têm problemas com os planos da ‘Condor’ de coletar e coordenar informações para combater o terrorismo regional na área do Cone Sul. [sanitizado]

5. A abordagem do Departamento de Estado descrita acima pode ter algum impacto adverso na segurança do [sanitizado]. Em todo caso, é nosso julgamento que as possíveis repercussões devem ser aceitas para neutralizar os aspectos negativos da ‘Condor’. (pp. 1-3)

218. Seguindo a estrutura de boa parte dos documentos desta seção dedicada ao Terrorismo, tanto o título quanto o código do documento são os mesmos, incluindo a data da publicação: *NATIONAL INTELLIGENCE DAILY WEDNESDAY OCTOBER 6, 1976[SANITIZED]* (Doc. 198). Este diário da CIA é assinado pelo ‘*Director of Central Intelligence*’ e é destinado aos ‘*Named Principals Only*’. De suas 4 páginas, apenas uma traz informações concretas, as demais estão sanitizadas. Sua classificação como sendo ‘*Top Secret*’ foi removida em 17/09/2018.

América Latina: Cooperação entre os países do Cone Sul – Circunstâncias e interesses mútuos estão atraindo líderes dos países do Cone Sul, da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai para uma cooperação política e econômica mais estreita. Os governos controlados pelo exército desses países compartilham um medo onipresente da subversão comunista, um sentimento crescente de isolamento do resto do mundo e uma preocupação de que estão sendo abandonados pelos EUA.

Brasil e Bolívia começam a participar da relação, mas têm reservas por um motivo ou outro. Uma aliança estreita desses países pode ter implicações importantes para os EUA. (...)

Isolamento – A maioria dos países sofre de má imagem na imprensa mundial e nos fóruns internacionais. Os governos militares são descritos como ‘totalitários’ e ‘fascistas’. Um funcionário do governo brasileiro lamentou aos funcionários da embaixada dos EUA que os israelenses sejam elogiados por encenar uma invasão na África contra terroristas, mas atividades antiterroristas semelhantes no Brasil são consideradas excessivas e cruéis pela imprensa mundial.

Os líderes do Cone Sul também acreditam que as investigações de órgãos não oficiais e oficiais, como a Anistia Internacional e a Comissão de Direitos Humanos da ONU, são excessivamente zelosas e equivocadas. Os líderes acham que deveriam ter o direito de eliminar os terroristas sem interferência estrangeira. (...)

Os chilenos primeiro abordaram o Brasil e saíram com a crença de que Brasília pelo menos ajudaria indiretamente se o Chile fosse invadido. Santiago então se aproximou da Bolívia e propôs novas negociações sobre uma saída para o mar. As relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas em fevereiro de 1975.

O golpe militar na Argentina em março passado colocou Buenos Aires em sintonia com seus vizinhos. Os argentinos começaram a falar cada vez mais em ‘novas realidades’ nos assuntos hemisféricos e na cooperação entre todos os países do Cone Sul, incluindo o Brasil. Após um período de concentração na situação da segurança interna e da economia, o governo argentino finalmente se sentiu suficientemente seguro no início deste verão para implementar algumas novas iniciativas de política externa. Em junho, o ministro das Relações Exteriores enviou embaixadores cuidadosamente selecionados à Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai. Altas autoridades argentinas também começaram a visitar o continente para discutir temas de interesse mútuo.

As organizações de segurança dos países do Cone Sul já cooperavam em ações contra refugiados políticos e terroristas. Esse programa aparentemente começou em 1974, quando oficiais de segurança da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia concordaram em estabelecer canais de ligação e facilitar o movimento de agentes de segurança de e para cada país.

A campanha contra a subversão foi intensificada em junho, quando o grupo se reuniu para planejar uma maior cooperação. O Brasil participou dessas discussões e supostamente concordou em se tornar um membro.

A extensão da cooperação em segurança ficou evidente neste verão durante vários incidentes nos quais foram montadas operações contra subversivas conjuntas contra refugiados e terroristas.

A cooperação em segurança supostamente agora foi aumentada por um acordo entre os governos da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai para coordenar posições em questões políticas internacionais, particularmente a ameaça representada pelo terrorismo e comunismo. A coordenação será conduzida secretamente para que cada país pareça estar operando de maneira independente. O grupo espera trazer o Brasil para o arranjo. (p. 2)

219. O próximo documento a ser tratado é o de título e código: *MEETING OF CONDOR MEMBER COUNTRIES IN BUENOS AIRES, Argentina, 13 – 16 DECEMBER 1976, TO DISCUSS PSYCHOLOGICAL WARFARE OPERATIONS* (Doc. 182). Ele foi datado de 07/01/1977. Não há uma atribuição clara a respeito do autor ou destinatário do memorando de 5 páginas, que foi muito sanitizado antes de sua liberação, que ocorreu em 20/09/2018.

1. De 13 a 16 de dezembro de 1976, representantes de todos os países membros da organização Condor se reuniram em Buenos Aires, Argentina, para revisar as atividades anteriores e discutir planos. O principal item da agenda foi a discussão e planejamento de operações coordenadas de guerra

psicológica contra grupos de esquerda e radicais nos diversos países membros. (Comentário da sede: a operação Condor é um arranjo cooperativo entre os serviços militares do Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil para combater o terrorismo e a subversão)

2. A Condor havia aprovado um programa pelo qual um país membro publicaria propaganda útil a outro para que o país de maior interesse não fosse identificado como fonte.

Argentina e Chile recentemente usaram esse programa quando especialistas em propaganda chilena escreveram uma matéria sobre supostas entrevistas entre o ex-presidente chileno Eduardo Frei⁶⁷³ e os líderes políticos dos EUA. [sanitizado] a história foi enviada para a Argentina onde apareceu em um jornal local. O Uruguai também participou desse programa. [sanitizado] (pp. 1-2)

5. A próxima conferência da Condor foi marcada provisoriamente para junho de 1977 em Assunção, Paraguai, com La Paz, Bolívia, selecionada como local alternativo. (p. 4)

220. Neste próximo documento secreto, de 3 páginas, produzido pelo ‘*Directorate of Intelligence*’ em forma de memorando, sem destinação indicada, que tem o mesmo código e título, a data foi fornecida nos mesmos: *THE OAS GENERAL ASSEMBLY AND THE HUMAN RIGHTS ISSUES – 1977/06/28* (Doc. 207). Ele foi pouco sanitizado e depois liberado em 02/10/2018. Logo abaixo foram destacadas as partes que nos competem nesta seção.

(...) As dúvidas sobre a seriedade de Washington a longo prazo sobre o assunto [dos direitos humanos] deram lugar em muitos casos, de fato, a ações concretas de vários países para coibir os piores abusos. Por exemplo, o Chile afirma que libertou seu último prisioneiro político. Enquanto a OEA estava em sessão, o governo chileno também negociou um acordo para uma greve de fome, encenada por familiares de pessoas desaparecidas, que estava em andamento na sede da United em Santiago. Argentina e Brasil instruíram as forças de segurança a serem mais cautelosas ao prender suspeitos de terrorismo. O Paraguai volta a falar em convidar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos para fazer uma inspeção à vista em Assunção. (pp. 1-2)

(...) Apesar da vitória dos EUA na questão dos direitos humanos, o padrão de votação levanta questões preocupantes. Os países do cone sul continuam sendo um bloco sólido e intransigente, com o Brasil emergindo como líder dessa facção e exercendo sua influência em certa medida sobre a Bolívia e a Colômbia. (p. 3)

221. O documento descrito na sequência desta pesquisa segue a mesma estrutura dos anteriores, título e código são os mesmos e a data se encontra escrita em seu corpo, *TEXT OF THE AGREEMENT BY CONDOR COUNTRIES REGULATING THEIR SUBVERSIVE TARGETS. – 1977/08/16* (Doc. 206). As 7 páginas deste memorando foram sanitizadas,

⁶⁷³ Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911 - 1982) - foi presidente do Chile de 1964 a 1970 (FALCOFF, 1982).

sendo difícil determinar origem e destino do mesmo. Sua condição de secreto foi removida em 01/10/2018.

1. [sanitizado] comenta: não se sabe se o documento abaixo descrito, datado de setembro de 1976, ainda é atual ou se já está obsoleto. Condor é o nome dado a um arranjo cooperativo de serviços de inteligência que inclui Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e, até certo ponto, Bolívia e Brasil.

2. O texto a seguir é de um documento da Condor, datado de setembro de 1976, intitulado 'Regulamento Teseo, Centro de Operações':

I. Missão: Planejamento geral para a execução dessas operações a serem realizadas.

1. Determinar as metas de acordo com as solicitações apresentadas pelos interessados, dando prioridade e oportunidades conforme o caso;

2. Determinar quais instruções devem ser dadas às equipes de inteligência e operacionais;

3. Administrar com total liberdade os recursos materiais e humanos disponíveis;

4. Formular os requisitos operacionais necessários que receberão atenção prioritária dos serviços membros;

5. Os serviços de representação colocarão à disposição do centro de operações, mediante solicitação, os meios de que disponham para uso no exterior.

II. Pessoal: O pessoal que compõe a Operação Teseo será composto do seguinte:

1. O centro de operações: com sede no Condor 1 (Argentina) composto por representantes permanentes de cada serviço participante;

2. Equipes de inteligência: compostas por pessoal dos países membros;

3. Equipes operacionais: compostas por pessoal de [parte faltando]

4. Equipes de reserva: constituídas por pessoal dos países participantes.

Com exceção dos representantes permanentes do centro de operações, o pessoal que integra as equipes de inteligência, operacionais e de reserva somente se deslocará ao centro mediante solicitação deste último.

O número mínimo de pessoal fornecido por cada serviço de representação será, sempre que possível, quatro indivíduos, sendo eventualmente incluída uma mulher. Cada país deve ter uma equipe similar de reserva pronta para cobrir qualquer imprevisto que possa surgir.

III. finanças: Os recursos para a Operação Teseo serão administrados pelo centro de operações que determinará como serão utilizados.

Assim, fica estabelecido o seguinte:

1. A administração das despesas incorridas pelo centro de operações será de responsabilidade do país sede;

2. Um fundo comum composto por doações de \$ 10.000⁶⁷⁴ de cada país membro é estabelecido para compensar as despesas operacionais. Este fundo será reabastecido em partes iguais ao final de cada operação durante um período não superior a 15 dias;

3. É estabelecida uma quota mensal de \$ 200 a partir de 30 de setembro de 1976, pagável mensalmente por cada um dos serviços participantes,

⁶⁷⁴ O texto não informa a moeda. Pode ser dólar, pois o agente pode ter convertido para que os leitores tivessem noção do montante envolvido. O mesmo para as demais referências monetárias.

antes do dia 30 de cada mês com a finalidade de atender às despesas funcionais e de manutenção do centro de operações;

4. Os custos operacionais no exterior são estimados em \$ 3.500 por pessoa por dez dias, com um adicional de \$ 1.000 na primeira vez para subsídio de vestuário;

5. A contabilização das despesas incorridas será de responsabilidade do país sede, que apresentará a mesma aos países membros para aprovação;

6. Os representantes permanentes do centro de operações serão responsáveis pela aproximação dos respectivos serviços para a reposição dos fundos operacionais despendidos, bem como para os necessários à cobertura das despesas de funcionamento e manutenção do centro de operações;

7. Ao final de cada operação, cada equipe envolvida na operação prestará contas de todas as despesas incorridas.

IV. Meios: Os meios necessários ao desenvolvimento das operações serão fornecidos pelo centro de operações. No caso dele não o puder fazer, será solicitado aos serviços membros que coloquem estes meios à disposição do centro. Se os serviços não conseguirem criá-los, os fundos necessários para comprá-los serão obtidos de cada serviço em partes iguais. Os meios envolvidos seriam: a. Armas e munições;

b. Explosivos e acessórios;

c. Documentação;

d. Roupas e outros apetrechos;

e. Equipamento eletrônico;

f. Equipamentos de comunicação;

g. Diversos.

V. Sistema de trabalho:

1. As equipes de trabalho serão compostas por membros de um ou mais serviços e de acordo com sua experiência, qualificações particulares e as características do objetivo;

2. O sistema de trabalho no que diz respeito às metas do seguinte modo:

- Determinação da meta e oportunidade: isso é responsabilidade do centro de operações;

- Identificação do alvo: é responsabilidade da equipe de inteligência que deve identificá-lo, localizá-lo, monitorá-lo, comunicar-se com o centro de operações, retirar-se (todos exceto um que entrará em contato com a equipe operacional) e remoção do homem de contato assim que o alvo for identificado para a equipe operacional;

- Execução do alvo: esta é a responsabilidade da equipe operacional que irá (a) interceptar o alvo; (b) realizar a operação; e (c) escapar. Com exceção dos líderes de equipe, os membros das equipes de inteligência e operacionais não devem se conhecer por razões de segurança e funcionais.

VI. Comunicações e ligação:

1. O sistema de comunicações Condortel será a rede utilizada pelo centro de operações em suas comunicações com cada serviço participante;

2. As comunicações do exterior serão por telefone ou cabo em idioma previamente acordado;

3. As despesas incorridas serão cobradas do centro de operações;

4. qualquer ligação necessária entre os países participantes para o fornecimento de documentação e outros materiais será via mala

diplomática ou delegados selecionados que empregarão medidas de máxima segurança e cobertura para tal contato.

VII. Treinamento das Equipes: A programação de treinamentos para as equipes de inteligência e operacionais é de responsabilidade do centro de operações que exigirá, de acordo com a capacidade de cada serviço participante, que a última [ilegível] instrutores, fundos e as instalações necessárias para tal. O transporte das equipes de e para seus respectivos países para treinamento no centro de operações será regido por acordo prévio (ponto 6) (sic).

VIII. Compartimentação da Operação Teseo: O conhecimento 'Operação Teseo' dentro dos serviços participantes deve ser limitado ao número mínimo de pessoas possível e coberto pelas mais rigorosas medidas de segurança.

IX. Regulamentos Internos: O centro de operações será regido pelo seguinte regulamento interno: horário de trabalho: das 0930 às 1230 horas e das 1430 às 1930 horas.

Sempre que uma operação estiver em andamento, serão estabelecidos e contratados diariamente oficiais de plantão noturno de cada respectivo representante. Hospedagem, alimentação e transporte serão de responsabilidade do centro de operações e apoiados pelo país sede. Seleção de Alvos: cada representante apresentará sua escolha de alvo na forma de uma proposta. A seleção final de um alvo será por votação e por maioria simples. Caso surjam divergências, será lavrado um auto do processo, assinado pelos respectivos representantes e remetido aos serviços correspondentes para informação.

Foram elaborados cinco exemplares deste regulamento interno, o que corresponde a um exemplar cada para os países presentes e um exemplar para os outros dois países ausentes (quando o regulamento foi redigido). [sanitizado]

222. O documento que segue poderia facilmente ter sido descrito na seção dedicada a Cuba, pois o assunto principal é aquele país e seu regime. No entanto, seguindo o conjunto de documentos anteriores desta seção, pode ser interessante para nossa análise futura ter este conteúdo deslocado nesta posição, mesmo que o terrorismo presente no memorando seja secundário. O código é: CIA-RDP85T01184R000201050001-8 (Doc. 128), datado de 10/08/1984, e seu título é '*Latin America Review*'. Este documento secreto de 24 páginas teve origem no '*Directorate of Intelligence*'. Sua liberação ocorreu em 22/03/2011, após sanitização.

Brasil – Os terroristas de esquerda no Brasil que receberam ajuda cubana em meados da década de 1960 foram virtualmente destruídos pelos serviços de segurança. Como os poucos membros restantes foram incapazes de se organizar de forma eficaz ou encenar atividades significativas, Havana aparentemente os descartou como não merecedores de apoio sério. Além disso, como resultado da liberalização política gradual de Brasília desde o final da década de 1970, o Partido Comunista Brasileiro, pró-soviético, foi autorizado a fazer campanha por status legal, fragmentando ainda mais antigos grupos terroristas e reduzindo o potencial revolucionário no Brasil. Assim, desde que o atual governo militar assumiu

o poder em 1979, Havana buscou principalmente renovar os laços diplomáticos e comerciais. Esses esforços fizeram pouco progresso, mas Castro presumivelmente está contando com a restauração do governo civil no próximo ano para melhorar sua posição no Brasil. (p. 7)

Paraguai – No Paraguai, Cuba desde o início da década de 1960 manifestou apenas interesse esporádico em ajudar os grupos anti-Stroessner, porque nenhum desses grupos tem potencial insurgente realista e, portanto, Castro não considerou as condições no Paraguai favoráveis para atividades revolucionárias. O governo paraguaio não tem relações diplomáticas com Cuba e, de acordo com relatórios da Embaixada dos Estados Unidos, o presidente Stroessner monitora de perto as atividades cubanas e soviéticas nos países vizinhos. Stroessner, no entanto, reconhece a antipatia que os países do bloco soviético sentem em relação ao seu regime e usa o que vê como uma ameaça comunista internacional iminente como a principal justificativa para seu governo autoritário. (p. 8)

223. Este próximo documento, de mesmo título e código: Argentina: PROSPECTS FOR LEFTIST TERRORISM – 1984/12/21 (Doc. 1) (data informada), não determina origem ou destino para suas 5 páginas secretas. Ele foi liberado em 26/10/2018, após forte sanitização.

A recente extradição do Brasil para Buenos Aires do líder terrorista Montonero, Mario Firmenich⁶⁷⁵, voltou a chamar a atenção do público para o perigo de um ressurgimento do terrorismo de esquerda na Argentina. O terrorismo da esquerda tem sido uma fonte persistente de instabilidade política na Argentina e desempenhou um papel central em minar a autoridade dos regimes militar e civil. A resposta do presidente Alfonsín aos primeiros indícios de reorganização terrorista mostra, a nosso ver, que ele compreende a gravidade da ameaça. (...) (p. 1)

Alfonsín, que pessoalmente abomina o terrorismo e precisa responsabilizar a esquerda por seus crimes se quiser processar com sucesso os militares por seus excessos durante as campanhas antiterroristas do final dos anos 1970, assumiu uma postura dura em relação aos Montoneros. Dois dos principais líderes Montoneros, Ricardo Obregón⁶⁷⁶ e Oscar Bidegain³⁵, foram presos logo após retornarem a Buenos Aires em dezembro de 1983, e Firmenich permaneceu sob custódia desde sua extradição do Brasil em outubro de 1984. Além disso, declarações públicas de funcionários do governo indicam que Alfonsín – apesar de cortes nos gastos militares pretende preservar a habilidade dos militares de monitorar as capacidades terroristas. (...) (pp. 1-2)

Argentino de origem basca, Enrique Gorriarán⁶⁷⁷, de cerca de 42 anos, é o líder do Exército Revolucionário do Povo (ERP⁶⁷⁸). Fundador do ERP em

⁶⁷⁵ Mario Eduardo Firmenich - Citado em: *Brasil concede a Argentina la extradición del dirigente 'montonero' Mario Firmenich*. El País. Seção Internacional. 20 jun. 1984. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1984/06/21/internacional/456616823_850215.html>. Acesso em: 24 out. 2022.

⁶⁷⁶ Ricardo Obregón Cano (1917 - 2016) - Citado em: *Obregón Cano: Entre la desestabilización presidencial y la pasividad montonera. Una interpretación del navarrazo*. (IRIBARNE, 2013). ³⁵ Oscar Raúl Bidegain (1905 - 1994) - Citado em: *Oscar Bidegain: la fugaz experiencia del Pacto Social en la Provincia de Buenos Aires* (BUSTINGORRY, 2015).

⁶⁷⁷ Enrique Haroldo Gorriarán Merlo (1941 - 2006) - Citado em: *Argentina: Incidents, Statements Following La Tablada Attack* (NEAGLE, 1989).

⁶⁷⁸ Sem dados externos consistentes.

1970, Gorriarán foi detido um ano depois e preso no sul da Argentina. Em 1972 fugiu para Cuba, retornando à Argentina no ano seguinte para participar da campanha de guerrilha rural do ERP. Diplomatas dos EUA relatam que, no final da década de 1970, Gorriarán liderou a ala militar do ERP, que atacou empresários e líderes trabalhistas e assassinou policiais e militares. Ele fugiu do país após o golpe militar de 1976 e ressurgiu na Nicarágua, lutando ao lado dos sandinistas. Gorriarán liderou a equipe que assassinou o ex-governante nicaraguense Somoza⁶⁷⁹ no Paraguai em 1980, [sanitizado] Ele atualmente mora em Manáguia. [sanitizado] (p. 3)

224. De código: CIA-RDP90B01370R000300410002-2 (Doc. 163), o documento do ano de 1985, com o título: *'Terrorist Incidents Involving (Possible) Armored Vehicles 1979 – 1984'*, não informa origem ou destino, mas traz uma série de informações de incidentes ao redor do mundo entre os anos de 1979 e 1984. Suas 63 páginas têm diferentes classificações, mas o texto inicia com a informação de secreto. Sua liberação ocorreu em 27/08/2008 após sanitização.

Em 17 de setembro de 1980, no Paraguai, o ex-presidente nicaraguense Anastasio Somoza Debayle, seu motorista e um consultor financeiro foram assassinados, quando o carro de Somoza foi emboscado enquanto eles se dirigiam a um banco em Assunção, Paraguai. Somoza vivia exilado no Paraguai desde que foi forçado a sair da Nicarágua em 17 de julho de 1979. O carro de Somoza foi atingido por um projétil de um lançador de foguetes, que explodiu o teto e matou qualquer ocupante que ainda não estivesse morto como resultado de tiros de armas de fogo automáticas que precederam o ataque de foguete.

A emboscada parece ter sido cuidadosamente planejada e executada com tempo preciso. De acordo com a polícia paraguaia, os membros da equipe de ataque eram argentinos. O líder supostamente era Hugo Alfredo Irurzún⁶⁸⁰, conhecido como 'Capitão Santiago', um ex-membro do exército revolucionário do povo (ERP) na Argentina. Irurzún teria lutado com os guerrilheiros sandinistas na guerra que derrubou Somoza. Chegou ao Paraguai em 16 de julho com passaporte uruguaio. Em meados de agosto Silvia Mercedes Rodgers⁶⁸¹ (nome foi relatado como Hodgers) uma camarada de Irurzún no ERP, entrou no Paraguai pelo Brasil, também com passaporte falso. Ela alugou uma casa na avenida España, a 800 metros da casa que Somoza estava alugando na cidade, mas continuou hospedada em um hotel no centro da cidade. A casa permaneceu vazia. No início de setembro uma caminhonete azul, que deveria ser usada na emboscada, foi roubada no centro de Assunção. Somoza, enquanto isso, movia-se visivelmente pela cidade em seu estilo habitual. Embora tenha sido avisado por autoridades paraguaias há um ano sobre uma possível tentativa de assassinato, ele se recusou a alterar seu estilo de vida. Somoza planejava partir para seu rancho no remoto noroeste do Paraguai em 18 de setembro. Seu consultor financeiro, um americano nascido na Itália, cidadão que

⁶⁷⁹ Anastasio ("Tachito") Somoza Debayle (1925 - 1980) - Presidente da Nicarágua de 1967 a 1972. "Tiro de bazuca mata ditador Somoza e põe fim ao clã que dominou a Nicarágua", O Globo, 4 dez. 2015.

⁶⁸⁰ Fontes externas insuficientemente confiáveis. O agente da CIA escreveu errado: Yrurzun.

⁶⁸¹ Sem referências externas encontradas.

morava em Bogotá, Colômbia, havia chegado no dia 16 de setembro para uma estada de 12 horas, e Somoza o levava para conhecer um banqueiro da Assunção quando foram mortos.

Uma cronologia do incidente foi desenvolvida a partir de entrevistas com testemunhas. Às 10h05, a limusine Somoza passou pelos portões de sua mansão e seguiu pela avenida España. Os quatro policiais paraguaios designados para guardá-lo o seguiram em outro veículo, cerca de meio quarteirão atrás. Na mesma hora dois ou três homens armados saíram correndo da casa alugada pela senhorita Rodgers, na esquina da avenida España com a avenida América. eles desviaram o tráfego do cruzamento e ordenaram que os vizinhos entrassem em suas casas, gritando o aviso de que haveria problemas no local.

Às 10h08 a caminhonete azul roubada, com placas adulteradas, que estava esperando na avenida España, a uma quadra do cruzamento, correu ao lado da limusine e cortou sua frente, obrigando o motorista de Somoza a parar. Pelo menos dois ou três homens vestidos de caqui saíram da picafe, segundo testemunhas, enquanto outros dois ou três saíram da casa alugada bem em frente. De ambos os lados dispararam armas automáticas contra o Mercedes e o carro da polícia atrás. Um homem na porta da casa disparou pelo menos um projétil do lançador de foguetes. O carro rolou na calçada com o motor em marcha lenta. O chofer decapitado jazia na rua, os outros dois corpos no carro. Às 10h10, depois de trocar tiros com os guardas policiais, cinco ou seis dos agressores fugiram na picafe. Às 10h12, os assassinos pararam a caminhonete azul a um quarteirão de distância e pararam um carro que passava dirigido por um arquiteto, ameaçando-o com suas metralhadoras. Policiais chegaram às 10h40. As fronteiras do Paraguai foram fechadas, o aeroporto foi fechado e uma busca nacional começou. Na noite de 18 de setembro a polícia invadiu a casa onde Irurzún morava em Assunção, ele foi morto ao tentar escapar por um muro de jardim.

Dois diplomatas nicaraguenses que chegaram a Assunção em julho de 1980 e foram declarados *personas non gratas* em meados de agosto porque “não cumpriram suas funções” são suspeitos de estarem ligados à preparação do crime. O chefe da equipe de investigação do Paraguai declarou que as metralhadoras e o lançador de foguetes usados no assassinato vieram da Nicarágua. Ele não ofereceu mais informações sobre esta afirmação. (pp. 13-14)

225. O último documento desta seção, o de código: ‘*Nazis in South America (DI) Vol. 2/Nazis in South America (DI) Vol. 2_0026*’ (Doc. 202), com mesmo título, datado de novembro de 1997. Este documento foi tratado na seção dedicada ao Nazismo nos documentos da CIA em estudo.

Paraguai – 8. Guelar citou o Paraguai, primeiro observando que Wasmosy⁶⁸² estava muito irritado com Menem por ter recebido Oviedo⁶⁸³. Este não foi, ele admitiu, ‘no nosso melhor momento’, e recordou que o

⁶⁸² Juan Carlos María Wasmosy Monti - foi presidente do Paraguai de 1993 a 1998. Citado em: *Entrevista de historia oral con Juan Carlos Wasmosy para el proyecto 'Un estudio de la actuación brasileña en las crisis constitucionales y políticas en América Latina (1990-2015)* (STUENKEL; WASMOSY, 2018).

⁶⁸³ Lino César Oviedo Silva (1943 - 2013) - foi comandante do exército paraguaio de 1993 a 1999 (SOUTO, 2012).

MFA⁶⁸⁴ se opôs à visita. O problema do Paraguai foi além de Oviedo, acrescentou. No caso de o líder liberal Domingo Laino vencer, ele também seria difícil para o USG e o GOA trabalharem com. Ele perguntou acerca da visão do USG. Davidow respondeu que nossa posição permanece a mesma. No mínimo os processos democráticos devem ser respeitados e as eleições não devem ser interrompidas. O USG, ele acrescentou, quer trabalhar com a Argentina, Brasil e Paraguai para abordar as ameaças de terrorismo e aplicação da lei que surgem na área da Tríplice Fronteira. Diálogo EUA-Mercosul. (p. 3)

A.10 Tráfico de Drogas

226. Esta seção dedicada ao Tráfico de Drogas inicia-se com um longo estudo da CIA, de código: CIA-RDP80-01601R001000040003-7 (Doc. 94), de outubro de 1970, intitulado ‘*The World Opium Situation*’. O documento de 85 páginas traz um trecho com texto da CIA, mas sua parte final é completada com recortes de jornal e transcrições de programas de TV. Sua origem e destino não foram explicitados, como também qual seria sua classificação. Sua liberação se deu em 04/09/2001 sem sinais aparentes de sanitização.

Geral – O tráfico ilegal de drogas atingiu proporções sérias na América do Sul ao longo dos últimos anos. Duas plantas nativas da área estão envolvidas, o arbusto de coca (*Erythroxylum coca*), do qual a cocaína é derivada, e a planta de cânhamo (*Cannabis sativa*)⁶⁸⁵, que é a fonte da maconha. O tráfico de cocaína é de particular interesse devido ao recente aumento do fluxo dessa droga perigosa da América do Sul para a Europa e os Estados Unidos. Também preocupa o comércio ilegal de drogas sintéticas e o trânsito de heroína e outros narcóticos trazidos da Europa e destinados aos Estados Unidos.

Coca – Milhões de índios das terras altas na Bolívia e no Peru mastigam habitualmente as folhas secas do arbusto de coca. O costume também é praticado em menor grau no sul da Colômbia, norte da Argentina e oeste do Brasil. Desde tempos imemoriais, mascar coca tem sido uma das poucas indulgências dos índios andinos. Hoje, estima-se que talvez 25 milhões de libras de coca sejam usadas anualmente apenas no Peru e na Bolívia. (p. 58)

Cocaína – Grande parte da pasta de coca e da cocaína produzida na Bolívia se desloca para o leste do Brasil. O principal ponto de passagem de fronteira para a droga é entre as cidades de Puerto Suarez, na Bolívia, e Corumbá, no Brasil. A estrada principal que segue para o leste de Santa Cruz, na Bolívia, e a ferrovia paralela Santa Cruz-Corumbá são amplamente utilizadas no tráfico ilícito. Uma vez atravessada a fronteira no Brasil, a cocaína geralmente é enviada para São Paulo ou Rio de Janeiro, muitas vezes por via aérea. As autoridades bolivianas às vezes capturam os contrabandistas antes que eles tirem a droga do país e, ocasionalmente, conseguem rastrear e destruir os laboratórios clandestinos. Nos últimos

⁶⁸⁴ Provavelmente signifique *Ministry of Foreign Affairs* (Ministério das Relações Exteriores).

⁶⁸⁵ Esta planta não é natural da América do Sul, como afirma o texto (MOLINA, 2008).

anos, muitos pequenos laboratórios foram descobertos e destruídos nas proximidades de Santa Cruz.

Na tentativa de controlar o tráfico de cocaína proveniente da Bolívia, as autoridades brasileiras direcionaram a maior parte de seus esforços para centros de distribuição como São Paulo e Rio de Janeiro, e não para a zona de fronteira. Oficiais do exército responsáveis pela segurança ao longo da fronteira reclamaram que, embora seus homens verifiquem os veículos o melhor que podem, a cocaína é tão fácil de esconder que a tarefa de descobri-la é quase impossível. Como no contrabando em geral, a maioria das prisões é feita por denúncias ou reconhecimento de traficantes conhecidos. Os contrabandistas habituais são bem conhecidos da polícia, assim como os hotéis que frequentam em Corumbá, Cuiabá e Campo Grande. A polícia também conhece as horas habituais de sono dos estafetas, quando é relativamente fácil apanhá-los. No entanto, quando um contrabandista é preso, outro quase imediatamente toma seu lugar.

Contrabando de cocaína da Bolívia para o Paraguai – Muito pouca informação está disponível sobre o movimento de cocaína da Bolívia para o Paraguai. A existência de um tráfico regular da droga através do Paraguai para pontos ao sul tem sido frequentemente comentada em Assunção, mas nada foi oficialmente relatado. O serviço aéreo regular está agora disponível de La Paz a Assunção, e pode muito bem ser usado por contrabandistas de cocaína. Outra possível rota de contrabando envolveria o trânsito do território brasileiro, paraguaio, argentino e uruguaio pelos rios Paraguai, Paraná e La Plata. Barcaças de minério de manganês da área de Corumbá são embarcadas por esta rota, e cargas escondidas de drogas poderiam facilmente acompanhá-las. A cocaína é conhecida por ter chegado aos Estados Unidos por via aérea do Uruguai. (pp. 59-60)

Como no Brasil, as prisões por acusações de narcóticos geralmente ocorrem nos centros de distribuição na Argentina e não nas zonas fronteiriças. Por exemplo, uma gangue de traficantes de cocaína foi recentemente capturada no centro de Buenos Aires. No grupo estavam cinco argentinos, um libanês e uma boliviana que trouxeram a cocaína de sua terra natal. (p. 61)

Contrabando de cocaína do Peru para o Brasil – Grande parte da cocaína fabricada em laboratórios clandestinos no sul do Peru é direcionada para Guajará Mirim, Brasil, situado a cerca de 800 quilômetros a nordeste de Cuzco, na fronteira Bolívia-Brasil. De Guajará Mirim, a droga provavelmente se desloca para o sudeste para São Paulo e Rio de Janeiro. A cocaína produzida no norte do Peru geralmente vai de Iquitos para Letícia, Colômbia e depois para São Paulo de Olivença, Tefé e Manaus, Brasil. De Manaus, a cocaína continua por navio ou avião descendo o Amazonas e atravessando o Atlântico até a Itália ou por via aérea para o Suriname e daí para Cuba, México e Estados Unidos. (p. 61)

Tráfico de maconha no Brasil – A maconha (...) é cultivada para o tráfico ilícito de drogas em quase todos os estados do Brasil. Em ordem decrescente de importância, os principais estados produtores são: Alagoas, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão e Bahia. Todos estes, com exceção de Mato Grosso, estão localizados na porção mais pobre do nordeste do Brasil; Mato Grosso é geograficamente e culturalmente o 'oeste selvagem' do Brasil, uma vasta extensão de florestas e pastagens. Os principais centros de consumo, por outro lado, estão localizados nas regiões mais prósperas do litoral centro e sul, particularmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A maior parte

da maconha é trazida para os centros de consumo das áreas de produção por caminhões e automóveis particulares.

O surgimento de Mato Grosso como grande produtor de maconha é um fenômeno relativamente recente, talvez relacionado à supressão do cultivo da cultura no Nordeste ou à interdição do tráfico ao sul. O Estado de São Paulo também está começando a cultivar maconha para o mercado local.

Contrabando de maconha do Paraguai para o Brasil – A partir de 1964, os paraguaios começaram a exportar maconha para o Brasil por meio de Corumbá, no Mato Grosso. Em 1966, a polícia de Corumbá apreendeu um baú contendo 40 quilos da droga. Em 1969, pode-se dizer que o cultivo e o contrabando de maconha se tornaram ‘um modo de vida’ na área de Pedro Juan Caballero e em outras cidades do nordeste paraguaio ao longo da fronteira brasileira. Foi até afirmado que o Paraguai poderia em breve se tornar o maior produtor mundial de maconha. Diz-se que o aumento do cultivo de maconha no Paraguai é resultado da forte repressão aos cultivadores ilícitos no nordeste do Brasil há alguns anos. Os cultivadores primeiro tentaram operar em Mato Grosso, mas muitos deles acharam os riscos ainda muito grandes e atravessaram a fronteira para o Paraguai. O preço da maconha dobra ao cruzar a fronteira para o Brasil. Autoridades paraguaias locais teriam se envolvido fortemente no comércio ilícito.

Drogas Sintéticas – Além do tráfico de cocaína e maconha, tem ocorrido um crescimento alarmante na movimentação ilícita de drogas sintéticas perigosas, especialmente através e para o Brasil.

É sustentado tanto por laboratórios brasileiros quanto por importação ilícita de laboratórios argentinos e uruguaios. Em 1966, as autoridades brasileiras apreenderam 4.000 ampolas de Pervitin⁶⁸⁶ da Argentina, mais de 300 frascos de Dexamyl⁶⁸⁷ do Uruguai, 1.500 tubos de Stenamina⁶⁸⁸ da Argentina e mais 3.000 tubos da mesma droga de Cochabamba, Bolívia. Em 1968, mais de 40.000 comprimidos de diversos psicotrópicos foram apreendidos no Brasil. Um dos principais centros de introdução das drogas sintéticas no Brasil é Pedro Juan Caballero, no Paraguai, famoso pelo jogo, prostituição e contrabando de todos os tipos. Diz-se que as drogas sintéticas são de origem argentina e se deslocam para a área como uma contracorrente à maconha que está saindo.

Opiáceos – O consumo de ópio e seus derivados na América do Sul não é considerado atualmente um grande problema. Não há cultivo significativo conhecido de papoulas de ópio ou produção de morfina ou heroína.

Durante 1966, o tráfico de heroína para o Brasil foi considerado substancial, principalmente por causa das importações ilícitas para Santos e São Paulo por tripulantes chineses de navios holandeses. Acredita-se que a maioria das drogas tenha vindo de Hong Kong. No período de 5 anos, de 1963 a 1967, no entanto, as autoridades brasileiras relataram apreensões reais totalizando menos de 2 quilos de heroína, 1.263 ampolas de morfina e 23 gramas de ópio. O último relatório oficial disponível, de 1968, indica que nenhum opiáceo foi apreendido durante aquele ano.

Certas cidades-chave na América do Sul tornaram-se cada vez mais importantes como pontos de transbordo de heroína da Europa para os Estados Unidos. Já em 1966, relatórios indicavam a probabilidade de contrabando de narcóticos por via aérea da França para a Argentina e

⁶⁸⁶ Uma espécie de Metanfetamina historicamente associada aos Nazistas (SNELDERS, Stephen; PIETERS, 2011).

⁶⁸⁷ Uma espécie de anfetamina (MUKAD, 2013).

⁶⁸⁸ Referências externas confiáveis não encontradas.

depois para os Estados Unidos. Elementos da seção predominantemente italiana de La Boca⁶⁸⁹ de Buenos Aires eram suspeitos de estarem envolvidos no tráfico. Atualmente (1970) gangues franco-italianas e latino-americanas estão envolvidas no contrabando de heroína para o Rio de Janeiro, para transbordo para os Estados Unidos. Essas gangues aparentemente têm conexões em Nova York e Nápoles, e provavelmente também em Buenos Aires e São Paulo. A adição mais recente à lista de pontos de transbordo é Santiago, Chile. (pp. 64-65)

227. O segundo documento em nossa lista, de janeiro de 1971, é o de código: CIA-RDP80-01601R001000040001-9 (Doc. 93) e título: *'The Illicit Production and Movement of Opiates in Latin America'*. Ele foi produzido pelo *'Directorate of Intelligence'*, mas não há menção ao destinatário. Suas 13 páginas foram amplamente sanitizadas, além do fato de o documento ser uma parte de um outro, já que inicia na página 12 (de uma outra paginação original). Sua condição de secreto foi removida em 04/09/2001.

36. A heroína contrabandeada para Buenos Aires às vezes é embarcada pelo Rio da Prata e Rio Paraná. Descarregado antes de chegar ao Paraguai (talvez nas proximidades de Corrientes), é então levado para aeródromos clandestinos naquele país. Do Paraguai a droga segue por via aérea para o Brasil e depois para o norte até os Estados Unidos. A heroína contrabandeada para o Paraguai da Argentina também pode ser transportada para Santiago, Chile, e depois pela costa do Pacífico até o Panamá e, eventualmente, para os Estados Unidos. (...)

38. Acredita-se também que as gangues franco-italianas e latino-americanas estejam contrabandeando heroína destinada ao transbordo para os Estados Unidos no Rio de Janeiro, Brasil. Essas redes de contrabando aparentemente têm conexões em Nova York e Nápoles, e provavelmente também em Buenos Aires e São Paulo. (p. 11)

228. Este próximo documento analisado, datado de agosto de 1971, tem o de código: CIA-RDP85T00875R001700020019-8 (Doc. 121) e o título: *'International Narcotics Series No. 3 Paraguay--Heroin Crossroads Of South America'*. Sua origem é atribuída ao *'Office of Economic Research'* sob coordenação da *'Central Intelligence Agency and with the Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs'*, mas seu destino não está claro. Suas 7 páginas sofreram sanitização e sua condição de secreto foi removida em 25/11/2011.

Introdução – 1. O Paraguai, por muito tempo um ponto focal para todos os tipos de contrabando, tornou-se recentemente uma área de trânsito e armazenamento para grande parte da heroína europeia que entra na América do Sul. A maior parte dessa heroína acaba sendo consumida nos Estados Unidos. Embora paraguaios proeminentes pareçam estar envolvidos no tráfico, há fortes indícios de que o presidente Stroessner se opõe ao comércio e está disposto a agir. Este memorando examina a

⁶⁸⁹ Bairro de Buenos Aires.

posição do Paraguai no tráfico mundial de heroína e avalia as possibilidades de reação do governo paraguaio.

Discussão – Padrões de tráfico de heroína – 2. Durante a última década, a ação cada vez mais eficaz dos agentes do *Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs* (BNDD) e do *Bureau of Customs* interrompeu amplamente a rota tradicional – Turquia para Marselha e Nova York – pela qual a maior parte da heroína entrava nos Estados Unidos. Agora, a maioria das grandes remessas destinadas ao mercado dos EUA são desviadas pelas Índias Ocidentais ou América do Sul, onde os procedimentos alfandegários geralmente são mais frouxos. A maior parte desse tráfego passa pelo Paraguai, com embarques a granel de até 100 quilos sendo trazidos pela Argentina, Brasil, Chile, Peru, Guiana e outros países. Aeronaves particulares com números de registro facilmente alteráveis são os meios usuais de envio de narcóticos para dentro e para fora do país. Essas aeronaves, chamadas ‘Mau-Maus’ pelos paraguaios, utilizam o Aeroporto Internacional Presidente Stroessner⁶⁹⁰, em Assunção, além de mais de 200 pistas de pouso particulares em todo o país.

3. O tráfego geralmente segue um padrão comum. O ópio turco é refinado em morfina na Turquia e contrabandeado para a França, onde é refinado em heroína. Esta parte da operação é geralmente controlada por uma das várias grandes organizações criminosas europeias geralmente franco-córsicas. A heroína é então vendida para exilados cubanos ou outros chamados ‘corretores espanhóis’ que atuam como representantes de grandes organizações criminosas sul-americanas geralmente argentino-italianas.

4. A heroína é então trazida para a Argentina e o Brasil ou, menos comumente, para outros países por mar ou por aeronaves comerciais. Uma variedade de métodos é usada para contrabandear heroína a granel, incluindo armazená-la em automóveis europeus novos, com tanques de gasolina falsos, dentro de cadáveres sendo devolvidos à América do Sul para enterro e outros métodos igualmente bizarros. Salvo uma delação antecipada, esses métodos são praticamente infalíveis e nenhum conluio alfandegário é necessário. Membros confiáveis da tripulação de navios ou aeronaves são necessários para vigiar o ‘investimento’ e protegê-lo de outros criminosos. A disponibilidade de tais tripulantes de confiança explica as rotas ilógicas que determinadas remessas podem tomar.

5. Após o desembarque na América do Sul, a heroína é transportada de carro para um aeródromo particular, geralmente localizado em algum grande rancho ou fazenda (O proprietário do terreno pode ou não ter conhecimento da operação). Se viável, é então levado para um aeródromo privado no Paraguai. Se o avião usado for muito grande, como pode ser necessário para uma viagem sem escalas da Guiana, será usado o aeroporto de Assunção, caso em que é necessário algum conluio com os funcionários do aeroporto.

6. Uma vez no Paraguai, o carregamento é armazenado enquanto o ‘proprietário’ faz acordos com gângsteres americanos para sua eventual venda nos Estados Unidos. Quando os arranjos são feitos, a remessa é dividida em pequenas parcelas para reduzir o risco de detecção pela alfândega dos EUA e a perda financeira, caso haja uma apreensão. Encomendas com peso de um quilo ou menos são usadas para ‘passagem no corpo’ pela fronteira. Encomendas maiores são escondidas em

⁶⁹⁰ Atual Ciudad del Este, cidade gêmea de Foz do Iguaçu, no Brasil.

aeronaves comerciais (geralmente nas asas ou atrás dos painéis do banheiro) por funcionários das companhias aéreas.

7. Ao contrário de períodos anteriores, agora parece não haver uma única organização criminosa controlando o tráfico internacional de heroína com destino aos Estados Unidos. Em vez disso, três ou quatro grandes organizações internacionais podem agora estar envolvidas. Pouco se sabe sobre o funcionamento dessas organizações. É claro, porém, que pelo menos uma está operando no Paraguai.

Perspectivas para a ação paraguaia – 8. O crime internacional escolheu o Paraguai como seu entreposto sul-americano de heroína devido à porosidade de suas fronteiras, suas redes de contrabando já estabelecidas e a disponibilidade de proteção de altas figuras políticas. Dado o grande número de aeródromos privados, a baixa densidade populacional de muitas áreas fronteiriças e os recursos limitados que o governo pode dedicar ao patrulhamento de fronteiras, pouco pode ser feito no curto prazo para tornar as fronteiras do país mais seguras. O contrabando de tudo, de relógios a uísque, não é apenas um modo de vida no Paraguai, mas é de considerável importância para o balanço de pagamentos. Os lucros dessa atividade são amplamente distribuídos por toda a população. Além disso, a garantia do que equivale a ‘concessões de contrabando’ a generais poderosos é uma ferramenta importante para manter a estabilidade política. O Presidente Stroessner ficaria extremamente relutante em movimento contra o contrabando em geral, e a opinião popular provavelmente não o apoiaria em tal movimento.

9. No entanto, as perspectivas de uma ação efetiva voltada especificamente para o narcotráfico paraguaio são muito boas. Aparentemente, o presidente Stroessner está disposto a fazer esforços consideráveis para negar a esse tráfico a proteção de figuras políticas e militares poderosas. Influenciado pela imagem severamente moralista de outros governantes militares no Brasil, Argentina e Peru, ele parece ser sincero em seu desejo de livrar a nação de sua reputação de centro de heroína da América do Sul. Stroessner diferencia claramente entre contrabando normal [sanitizado] e tráfico de entorpecentes, que ele está determinado a reprimir mesmo com risco político para si mesmo. Ele deu liberdade à ‘imprensa da oposição’, fortemente controlada, para atacar figuras de alto escalão do governo na questão dos narcóticos. A oposição tem feito amplo uso dessa liberdade incomum para fazer amplos ataques – muitas vezes com pouca ou nenhuma evidência. Recentemente, praticamente todos os números de todos os jornais, inclusive os do governo, publicaram um ou mais artigos contundentes sobre o assunto.

Compreensivelmente relutante em correr riscos políticos sérios com base em rumores, o presidente Stroessner pediu secretamente à Embaixada dos EUA que lhe fornecesse provas concretas de que esses homens ou outros em seu governo estão envolvidos e prometeu agir imediatamente após o recebimento de tais provas. Ele enfatizou que não exige provas que se sustentam no tribunal, mas apenas provas que o convençam pessoalmente.

11. Por ordem do presidente, os funcionários paraguaios até agora têm sido muito cooperativos ao agir com base nas informações fornecidas pelas autoridades norte-americanas. A prisão de Auguste Ricord chefe do narcotráfico francês, ex-colaborador nazista, importante dono de hotel e restaurante no Paraguai e na Argentina e amigo de muitos altos funcionários paraguaios – é um exemplo disso. Este homem, que normalmente seria invulnerável no Paraguai, foi preso imediatamente a pedido dos EUA. O governo paraguaio se ofereceu para entregá-lo

extralegalmente a autoridades americanas, mas os Estados Unidos decidiram solicitar a extradição. Embora uma interpretação estrita do tratado de extradição entre os Estados Unidos e o Paraguai pareça impedir a extradição neste caso, a Embaixada foi indiretamente informada de que os tribunais atenderão ao pedido dos EUA.

Conclusões – 12. O governo do Paraguai, efetivamente encarnado na pessoa do Presidente Stroessner, está em uma posição razoavelmente forte para interromper o tráfico de heroína que atravessa as fronteiras do país. Tal movimento poderia interromper o fluxo atual da maior parte da heroína europeia destinada ao mercado dos EUA.

13. Devido ao poder e à importância de alguns paraguaios suspeitos de envolvimento no comércio de heroína, a interrupção do tráfico acarretaria riscos políticos para o presidente Stroessner. No entanto, ele aparentemente está disposto a assumir tais riscos quando e se for fornecido com informações sólidas. No caso de uma interrupção bem-sucedida da rede paraguaia, o tráfico logo encontraria outros pontos de distribuição e áreas de armazenamento na América do Sul. Durante o período de transição, no entanto, os traficantes de narcóticos perderiam muito de sua cobertura protetora e se tornariam alvos mais fáceis para os esforços de fiscalização dos países envolvidos. (pp. 4-7)

229. A sequência da pesquisa traz um documento datado de 1972, sem informação do mês e do dia, de código: CIA-RDP78-00052R000100100007-0 (Doc. 34) e título: *'Department of State Narcotics Country Papers – Latin America'*. Não há dados acerca de autoria ou para quem se destinava este memorando e suas 35 páginas não informam a classificação, nem foram sanitizadas. Sua liberação ocorreu em 17/05/2002.

Brasil – 1. Problema de Drogas Ilícitas – A principal preocupação brasileira é o significativo e crescente problema do abuso de drogas, particularmente nas grandes cidades do Rio e de São Paulo. O GOB está muito preocupado com essa ameaça e pretende tomar medidas vigorosas para tentar reduzir o perigo. O uso crescente de maconha e anfetaminas é o principal problema. Além disso, há algum uso de cocaína e heroína, mas a extensão desse uso requer uma investigação mais aprofundada. A maconha é cultivada em várias partes do Brasil, mas o tipo preferido pelos usuários é cultivado no Paraguai. A principal fonte de anfetaminas é, obviamente, os Estados Unidos.

2. Esforços de Controle de Drogas – Em 1º de dezembro de 1971, entrou em vigor uma nova lei brasileira destinada a fortalecer os procedimentos de fiscalização, endurecer as penas para traficantes de drogas e proporcionar tratamento para reabilitação de dependentes químicos. Apesar desta base legal para a ação, ainda há muito a ser feito. As fronteiras do Brasil são extensas e difíceis de controlar. As forças policiais e de segurança brasileiras, embora ansiosas para reprimir o tráfico de drogas, têm pouca experiência ou treinamento com técnicas modernas de controle. Os centros de tratamento para dependentes são poucos e inadequados. Uma melhor informação sobre a verdadeira extensão do movimento e uso de drogas no Brasil e o uso atual e potencial do Brasil como ponto de trânsito para os Estados Unidos é o primeiro passo necessário para o sucesso dos esforços de controle de drogas.

3. Programas dos EUA – Em meados de fevereiro, nossa proposta de plano de cooperação com o GOB no controle de narcóticos foi aprovada e está sendo discutida pelos representantes da Embaixada com funcionários do GOB. A característica essencial do plano é um esforço cooperativo de ambos os países para buscar formas de impedir que os traficantes de drogas usem o Brasil como ponto de trânsito para embarque de drogas pesadas para os Estados Unidos e nossa ajuda às autoridades brasileiras para melhorar suas próprias capacidades para reduzir seu próprio problema interno de drogas. Há todas as razões para acreditar que os objetivos dos EUA e do Brasil no controle de drogas se complementarão e podemos esperar uma medida completa de cooperação para nos ajudar com nosso problema de drogas na medida em que estivermos interessados e prestativos em fornecer assistência para o controle do problema das drogas no Brasil.

Um representante do BNDD, agora em treinamento, em breve será designado para o Brasil e deve aumentar a capacidade de nossa equipe nacional para trabalhar neste campo difícil. É muito cedo para determinar quais projetos conjuntos surgirão de nosso esforço comum para resolver um problema comum, mas é altamente provável que haja custos significativos de treinamento para brasileiros nos EUA e possivelmente alguns custos extras para assistência técnica adicional no Brasil no ano fiscal 73. (pp. 9-10)

Paraguai – 1. Problema de Drogas Ilícitas – A mudança das rotas mundiais do tráfico de drogas colocou-as no padrão de contrabando local do Paraguai nos últimos anos. Algumas das tradicionais facções do contrabando com vínculos com o exterior são o tráfico de entorpecentes e drogas perigosas, e no Paraguai encontraram um armazém vantajoso, um porto seguro e um ponto de transferência para movimentar suas mercadorias dentro ou através do continente. Suas principais vantagens são: as inúmeras pistas de pouso remotas do Paraguai; sua localização central na América do Sul; e a falta de sanções penais contra os traficantes de drogas. As drogas envolvidas no tráfico incluem a heroína, geralmente transportada da Europa para o mercado americano através de países intermediários, e a cocaína, transportada dos países andinos para os EUA ou outros países.

O abuso de drogas no Paraguai ainda é mínimo, provavelmente limitado ao uso de maconha na capital por um círculo muito pequeno de pessoas e ao uso de cocaína ou anfetaminas por grupos ainda menores.

2. Esforços de Controle de Drogas – A primeira legislação criminal sobre drogas no Paraguai, redigida em agosto de 1971, está agora perante a comissão competente da Câmara dos Deputados do Paraguai. A promulgação está prevista para meados de 1972. O projeto contém sanções criminais contra produtores e traficantes que traficam uma lista abrangente de entorpecentes e drogas perigosas, e cria sistemas de controle de importação e venda dessas drogas. O Paraguai assinou e ratificou recentemente a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, bem como a Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas. Além disso, em julho de 1971, o Paraguai assinou com o Brasil um acordo geral de saúde no qual constam disposições relativas ao controle de narcóticos e alucinógenos foram incluídos na iniciativa paraguaia. O Ministério do Interior paraguaio selecionou provisoriamente um funcionário de nível de Secretário Adjunto para chefiar uma nova unidade especializada de investigação de narcóticos dentro desse Ministério.

3 Programas dos EUA – Os EUA estão incentivando os paraguaios a se organizarem rapidamente e treinarem a unidade especializada de investigação de drogas dentro do Ministério do Interior que eles planejam criar. Esperamos fornecer treinamento para o pessoal paraguaio desta unidade, com treinamento em andamento até meados de 1972. Depois de organizada e treinada esta unidade, propomo-nos a disponibilizar equipamentos úteis.

Após a aprovação do projeto de lei de drogas criminosas, agora no Congresso, entraremos em contato com o Ministério da Saúde sobre possíveis ajudas que os EUA possam fornecer na implementação do registro, prescrição e outras medidas de controle contidas na lei. O Paraguai saudou o estabelecimento, em outubro de 1971, de um escritório de dois agentes do Departamento de Narcóticos e Drogas Perigosas dos EUA em Assunção. Também refinaremos e intensificaremos nossos atuais esforços educacionais sobre drogas com a mídia pública. Os esforços da Embaixada nesse sentido têm e continuarão a orientar os principais líderes do governo, bem como o público em geral, para o problema das drogas em geral.

Em maio de 1971, a Embaixada dos Estados Unidos em Assunção solicitou formalmente a extradição do narcotraficante internacional Auguste Ricord, um cidadão francês anteriormente preso a nosso pedido, aguardando a chegada de documentação comprobatória. Tanto em Assunção como em Washington, os Departamentos de Estado e de Justiça dedicaram esforços consideráveis a este caso. Embora um tribunal inferior tenha rejeitado o pedido dos EUA em dezembro de 1971, o Procurador-Geral paraguaio, representando os EUA, está em processo de interposição de recurso. A fiança foi fixada em mais de US\$ 315.000, um valor sem precedentes no Paraguai. O caso em si e a publicidade que o acompanha podem tornar o Paraguai menos atraente como área de trânsito e porto seguro.

PERGUNTA: O governo paraguaio vem cooperando com os EUA em questões de narcóticos?

RESPOSTA: Estamos satisfeitos com a cooperação até o momento. Isto inclui os procedimentos sobre o atual pedido dos EUA para a extradição do narcotraficante Auguste Ricord, estreita coordenação com o *Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs* na investigação de movimentos de drogas no Paraguai e ação na área de leis locais e acordos internacionais.

PERGUNTA: Os funcionários do governo paraguaio estão envolvidos no tráfico de drogas?

RESPOSTA: Houve acusações contra certos oficiais. Em junho de 1971, como parte de uma investigação do governo paraguaio sobre o tráfico de drogas, alguns funcionários foram aparentemente implicados, incluindo um ex-diplomata paraguaio.

PERGUNTA: O pedido dos EUA para a extradição de Auguste Ricord será concedido? Quando se espera uma decisão?

RESPOSTA: Esperamos que o pedido seja atendido. Prevemos uma decisão do Tribunal de Apelações antes do final de abril. (pp. 29-31)

230. O documento analisado logo abaixo é o de código: DOC_0006014831 (Doc. 180), datado de 23/06/1975, com o título: *'The President's Daily Brief 23 June 1975'*. Sua origem não é definida, mas seu destino é claro: *'For the President Only'*. Suas 16 páginas foram

pouco sanitizadas e sua condição de '*Top Secret*' foi modificada em 14/07/2016, data de sua liberação.

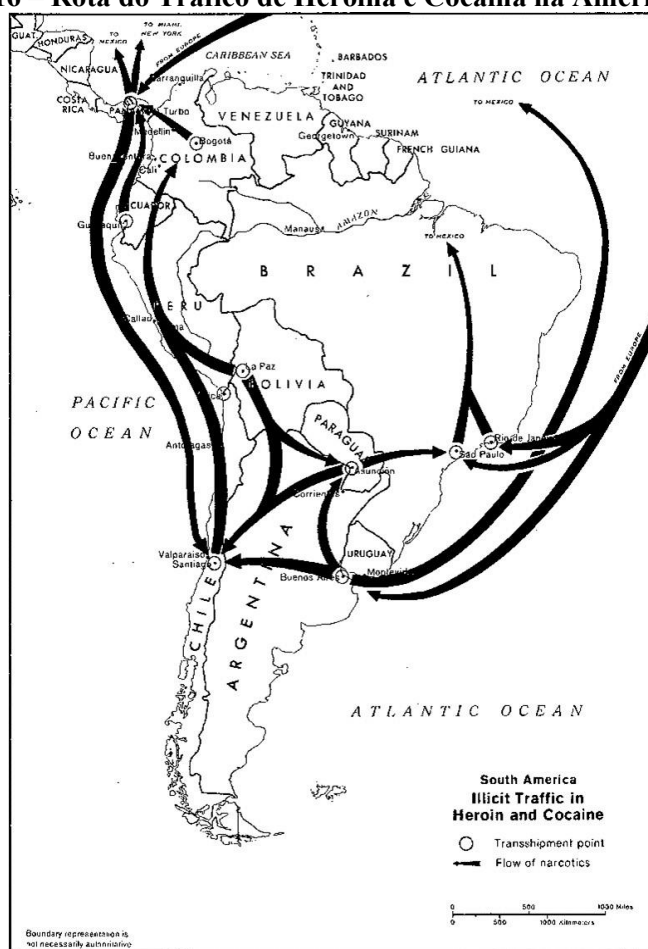
Eventualmente, o progresso provavelmente será realizado nos países mais avançados e politicamente sofisticados. Líderes do México, Brasil, Venezuela e Argentina pretendem tomar mais medidas para controlar a situação. Seu senso de urgência provavelmente aumentará à medida que o abuso de drogas se espalhar entre suas próprias populações. (p. 10)

Geralmente faltam programas regionais, cooperação regional e uma troca completa e honesta de informações entre as nações latinas sobre questões de narcóticos. Um dos poucos encontros regionais dos últimos anos, um conclave de representantes de seis países sul-americanos, está programado para este verão na Bolívia. Outra, patrocinada pela Polícia Federal brasileira, está prevista para Brasília no outono. (p. 13)

Na América Central e do Sul, praticamente todas as grandes cidades serviram como pontos de parada para narcóticos destinados aos EUA. Os principais portos de entrada da heroína europeia são Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideu e Assunção.

A heroína contrabandeada para Buenos Aires, por exemplo, pode viajar por via fluvial até o Paraguai, onde é embarcada em aeronaves particulares e transportada para o Brasil. No Brasil, pode ser enviado diretamente para os EUA por via marítima ou comercial ou ser desviado para a Colômbia, Equador ou Panamá via Santiago, Chile. A cocaína do Peru ou da Bolívia é frequentemente canalizada diretamente para os EUA através de Santiago, Valparaíso e Arica, Chile; La Paz, Bolívia; Lima e Callao, Peru; Guayaquil, Equador; e Cali, Bogotá, Turbo e Barranquilla, Colômbia. Grandes quantidades passam pelo Panamá, América Central e México. Grandes remessas são feitas por via marítima ou aérea; quantidades menores são transportadas por entregadores, muitos deles colombianos, que respondem pela maior parte do tráfego. (p. 15)

Figura 16 – Rota do Tráfico de Heroína e Cocaína na América do Sul



Fonte: Documento DOC_0006014831 (CIA, 1975)

231. O documento que segue, de código: CIA-RDP86T00586R000200140005-9 (Doc. 133), datado de fevereiro de 1985, com título: ‘*Latin American and Caribbean Drug Producers: The Impact of Depressed Economics*’, não informa origem ou destino, provavelmente por já começar na página III, o que significa que se trata de parte de um documento maior. Suas 11 páginas foram sanitizadas antes de sua liberação em 22/12/2011.

As más perspectivas econômicas para os principais países de origem [do tráfico] da América Latina e do Caribe – especialmente na ausência de melhores termos de troca ou mudanças significativas na política econômica – prometem atrasar o controle da indústria farmacêutica e também pode contribuir para uma maior expansão. Além disso, condições econômicas semelhantes em outros países da região, como Brasil, Argentina e Venezuela, os tornarão mais vulneráveis à crescente atividade de narcóticos. (p. 1)

Embora seja difícil obter dados sobre corrupção, existem algumas evidências fragmentárias que apontam para problemas econômicos que contribuem para sua disseminação. No caso do México, funcionários administrativos, policiais e militares [sanitizado] de nível inferior (e com

salários mais baixos) impediram programas de erradicação de drogas e ajudaram traficantes de heroína e maconha. Um relatório recente da Embaixada de Belize indica que os baixos salários e poucas oportunidades de avanço econômico tornam a polícia e outros funcionários do governo encarregados da fiscalização de narcóticos vulneráveis à corrupção. Em outro exemplo, o desespero [sanitizado] por fundos fez com que o governo do Suriname se envolvesse no transporte de cocaína da Colômbia, Peru e Bolívia para a Holanda. Finalmente, um relatório recente da Embaixada dos Estados Unidos no Paraguai sugere que líderes militares de alto escalão podem ter se envolvido mais com o tráfico de drogas por causa da desativação do imenso projeto hidrelétrico de Itaipu, que durante sua construção proporcionou amplas chances para funcionários de alto escalão enriquecerem-se. (...)

Em outros lugares da América Latina, outros países com problemas econômicos também podem ter dificuldades para suprimir a crescente atividade do narcótico. Em grande parte, devido à sua proximidade com os países de origem, Brasil, Argentina e Venezuela experimentaram um aumento na produção e tráfico de cocaína. Todos os três países também são grandes devedores, tiveram crescimento econômico mais lento nos últimos anos em comparação com a década de 1970 e enfrentam orçamentos governamentais mais apertados. [sanitizado] (pp. 10-11)

232. Logo abaixo segue a descrição de um novo documento, datado de junho de 1985, de código: CIA-RDP87T00685R000100040003-2 (Doc. 150) e título: ‘*Narcotics Review*’. O documento foi feito pelo ‘*Directorate of Intelligence*’, mas não há informação clara acerca do destino do mesmo. Suas 45 páginas secretas foram sanitizadas antes de sua liberação em 06/07/2012.

[sanitizado] No exterior, a Costa Rica em 1984 poderia ter fornecido apenas 70.000 das 200.000 onças troy⁶⁹¹ de ouro não colombiano aparentemente adquiridas pelo Banco Central colombiano. A produção de ouro oficialmente registrada do Brasil, Peru, Bolívia e Equador em 1983 foi de 1,8 milhão de onças troy e, em nossa opinião, uma produção não registrada substancial provavelmente entra no comércio subterrâneo. Qualquer que seja sua origem, julgamos que o ouro entrou na Colômbia de áreas vizinhas por meio de rotas de contrabando estabelecidas e exploradas por traficantes. [sanitizado] (p. 3)

Colômbia: “Narcodólares” e o problema da balança de pagamentos Apenas dois países da América Latina, Colômbia e Paraguai, sobreviveram às forças econômicas negativas que atingiram os países pobres nos últimos anos sem reescalonar suas obrigações de serviço da dívida externa. Julgamos que, no caso da Colômbia, os influxos de dinheiro do narcotráfico ajudaram a sustentar sua posição internacional durante os anos em que o ‘choque do preço do petróleo’ paralisou outros países não produtores de petróleo. Mais recentemente, porém, os traficantes trouxeram menos dólares para a Colômbia e isso, combinado com uma depressão sustentada no negócio de exportação de café, reduziu

⁶⁹¹ Há dois tipos de sistemas que usam a libra (pound) como unidade: O sistema ‘avoidupoids’, em que a libra (lb avdp.) é dividida em 16 onças (oz) e o sistema ‘troy’ ou ‘Apothecaries’, usado para ouro, prata, etc., em que a libra (lb troy) é dividida em 12 onças (PINTO, 2010).

substancialmente as receitas cambiais. Em um esforço para evitar duras medidas de austeridade, o governo de Betancur⁶⁹² está experimentando medidas destinadas a maximizar a entrada de divisas. Essas medidas podem ter o efeito colateral de estimular o aumento do fluxo de lucros de narcóticos para a Colômbia a partir de portos seguros estrangeiros. [sanitizado] (p. 6) Dimensões do tráfico de drogas – A Argentina serve principalmente como um centro de transbordo de cocaína. As apreensões de cocaína pelas autoridades argentinas aumentaram de 98 quilos em 1981 para 560 quilos em 1983. Atualmente, a DEA estima que mais de 6.000 quilos de cocaína por ano sejam transbordados pela Argentina. De acordo com a Embaixada dos Estados Unidos e fontes da imprensa, a rota mais utilizada é da Bolívia para as províncias do noroeste argentino de Salta e Jujuy por via aérea; por terra para Rosário, Buenos Aires ou outros portos; e por mar ou ar para a Europa e os Estados Unidos. As variações incluem a passagem pelo Paraguai e nordeste da Argentina, bem como via Chile e a cidade argentina de Mendoza, para pontos de embarque na costa atlântica. [sanitizado] A Embaixada denunciou as atividades de uma quadrilha associada a Arce Gomez⁶⁹³ e ao magnata boliviano da cocaína Roberto Suarez⁶⁹⁴, e da ‘Liga Sul-Americana’, uma quadrilha pouco organizada que inclui argentinos, chilenos, brasileiros e europeus. (p. 18) [sanitizado] Os empresários colombianos geralmente acreditam que a máfia das drogas começou a transferir seus funcionários mais importantes da Colômbia para o Brasil, [sanitizado] traficantes de drogas de médio porte podem permanecer na Colômbia para supervisionar as atividades locais. (p. 33)

O Dr. Arthur Castilho Netto renunciou em março aos cargos de Secretário-Geral do Ministério da Justiça e Presidente do Conselho Federal de Drogas (CONFEN)⁶⁹⁵. O Dr. Castilho estava cada vez mais preocupado com a segurança dele e de sua família. A imprensa indicou que traficantes de narcóticos colombianos podem tentar represálias contra funcionários brasileiros envolvidos em batidas policiais em larga escala em fevereiro de 1985. A renúncia do Dr. Castilho de seu cargo no CONFEN – e sua provável perda de influência dentro do Ministério da Justiça – pode comprometer o futuro do Conselho de Drogas. A renúncia de Castilho indica que a notória reputação dos narcotraficantes colombianos pode ser um poderoso intimidador para os esforços sul-americanos de controle de drogas. [sanitizado]

O Consulado dos Estados Unidos em São Paulo, Brasil, informou no final de maio de 1985 que há uma ameaça crescente do tráfico internacional de narcóticos no Mato Grosso do Sul, um estado na fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Em 27 de maio, elementos do Batalhão de Fronteira Paraguaio estacionados na cidade fronteiriça de Pedro Juan Caballero, Paraguai, buscavam na área a sudoeste da cidade um traficante de maconha que havia matado um suboficial. Um dos cúmplices teria fugido para o Brasil. Além disso, pelo menos duas aeronaves leves – supostamente transportando entorpecentes para o Brasil – foram destruídas pelo Exército paraguaio nas

⁶⁹² Belisário Betancur Cuatrecasas (1923 - 2018) - presidente da Colômbia de 1982 a 1986 (RAMÍREZ; RESTREPO, 1988).

⁶⁹³ Luis Arce Gómez (1938 – 2020) - foi coronel do exército boliviano. Citado em: *Bolivia at the Heart of Darkness* (ESTENSSORO, 2018).

⁶⁹⁴ Roberto Suárez Gómez (January 8, 1932 – July 20, 2000) - conhecido como rei da cocaína (TULLY, 2011).

⁶⁹⁵ Referências externas não encontradas.

últimas semanas. Autoridades brasileiras também afirmam que barris de acetona e éter entram do Paraguai, enquanto a cocaína entra no país da Bolívia. O Pantanal, na região noroeste do estado, também é utilizado por traficantes. Além disso, vários campos de maconha e laboratórios de refino de cocaína estão localizados no lado brasileiro da fronteira, perto de Ponta Porã. Um clima favorável, locais de cultivo isolados e rotas relativamente seguras, convenientes e econômicas para os principais mercados internacionais de drogas, juntamente com programas antinarcóticos mais rígidos na Colômbia e em outros países, explicam o aumento do papel do Brasil no comércio de drogas sul-americano.

As autoridades brasileiras, juntamente com o público em geral, estão começando a perceber a extensão do problema do abuso de drogas e a crescente ameaça do tráfico de entorpecentes em seu país, embora ainda não esteja claro qual o grau de prioridade que a nova administração dará ao problema dos narcóticos nem os recursos que poderá comprometer. O ministro da Justiça, Fernando Soares Lyra⁶⁹⁶, está preparando um ambicioso programa antinarcóticos e anunciou a criação de uma organização dentro do Ministério para liderar os esforços antidrogas. A imprensa informa que o secretário do Ministério da Justiça, general José Paulo Cavalcanti⁶⁹⁷, planeja formar uma comissão composta por médicos, psiquiatras, policiais e outras entidades interessadas para discutir a eficácia da legislação existente sobre entorpecentes e propor emendas. Essas emendas podem incluir leis especiais sobre narcóticos, uma cláusula para negociação de delação premiada que pode encorajar pequenos traficantes a implicar líderes e uma resolução para adotar o sistema americano de confisco de bens no país que os traficantes adquiriram como resultado de suas atividades ilegais. Lyra revelou que seria criado um fundo de combate ao tráfico de entorpecentes com recursos do Brasil, organizações internacionais e países interessados no controle das drogas. Ainda não está claro se as mudanças organizacionais prenunciam algum aumento significativo na capacidade do Brasil de combater o tráfico de entorpecentes. Sérias dificuldades econômicas forçaram o novo governo do presidente José Sarney Costa⁶⁹⁸ a impor medidas de austeridade que cortarão muitas atividades do governo, e a fiscalização de narcóticos não está imune. O programa de austeridade afetou negativamente as operações policiais, particularmente aquelas como a repressão às drogas, que são essencialmente discricionárias. [sanitizado] (pp. 35-36)

233. Agora será descrito o documento de código: CIA-RDP85T01184R000301700001-5 (Doc. 130), datado de 05/07/1985, de título: '*Latin America Review Special Issue: South American Narcotics: The "Spillover" Countries*'. Consta que ele originou-se no '*Directorate of Intelligence*', mas seu destino não aparece ao leitor, podendo ter sido sanitizado. As 28 páginas secretas disponíveis foram muito sanitizadas e liberadas ao público em 03/01/2011.

⁶⁹⁶ Fernando Soares Lyra - foi Ministro da Justiça entre 1985 e 1986 (TV Câmara <<https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/839309>>).

⁶⁹⁷ Referência externa não encontrada.

⁶⁹⁸ Forma incomum de citar este presidente do Brasil.

Visão geral – A indústria ilegal de narcóticos que há muito floresce na Colômbia, Bolívia e Peru está se espalhando para países vizinhos da América do Sul. Muitos desses países têm sido centros de transbordo de drogas há algum tempo, mas agora servem como bases para o processamento de narcóticos e cada vez mais para o cultivo. Esta edição da *Latin America Review* analisará a dispersão da indústria de drogas examinando o ressurgimento e o crescimento da atividade relacionada a narcóticos em cinco países – Argentina, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela. [sanitizado] (p. 5)

O Brasil representa uma nova fronteira fértil para os traficantes. A intensificação da repressão policial contra a florescente indústria de drogas na Colômbia e, em menor grau, no Peru deu um novo impulso ao tráfico no Brasil. Inúmeros chefões do tráfico se mudaram para o Brasil ou intensificaram significativamente as operações existentes lá. De acordo com a Embaixada dos EUA e a DEA, evidências de cultivo e processamento extensivo de coca surgiram nos últimos anos, e a produção de maconha aumentou. [sanitizado]

A preocupação oficial e pública com o abuso e o tráfico de drogas está crescendo, de acordo com relatórios da Embaixada dos EUA. Numerosos artigos na imprensa apelaram a uma maior ação governamental para combater o aumento do vício e do tráfico. O ministro da Justiça do novo governo civil prometeu uma campanha vigorosa contra os traficantes de drogas. A polícia realizou com sucesso três grandes operações de fiscalização desde o final do ano passado. [sanitizado]

Apesar da maior conscientização pública e das medidas antidrogas oficiais, o tráfico de drogas no Brasil provavelmente aumentará, em nossa opinião. Preocupações políticas e econômicas urgentes provavelmente desviarão a atenção e os recursos oficiais da interdição de narcóticos. As forças policiais mal equipadas e com falta de pessoal do Brasil enfrentarão uma luta árdua contra redes de drogas sofisticadas e ricas. Na melhor das hipóteses, eles podem diminuir a taxa de crescimento do comércio ilícito de narcóticos. [sanitizado] Dimensões do problema – O Brasil apresenta enormes oportunidades para os traficantes de entorpecentes. Seu clima é adequado para o cultivo de maconha e coca. Além disso, seu território é vasto demais para ser patrulhado de forma eficaz, e o dossel espesso da selva dificulta a detecção aérea de campos de coca e instalações de processamento. Os produtos químicos utilizados no processo de refino para fazer a cocaína são fabricados localmente. A rede de transporte fluvial bem desenvolvida do país facilita o tráfico. Finalmente, a grande população apresenta um alvo potencialmente lucrativo para os traficantes de cocaína, que enfrentam um excesso nos mercados dos EUA e da Europa. [sanitizado]

Cultivo. Atualmente não existem estatísticas confiáveis sobre o cultivo de maconha e coca no Brasil. A produção de maconha está concentrada principalmente nos estados do centro e nordeste. A polícia brasileira acredita que a maior parte da maconha é vendida no mercado interno, mas algumas podem ser enviadas para países do Caribe, misturadas com sua produção, e depois enviadas para os Estados Unidos. [sanitizado]

A coca é cultivada principalmente ao longo dos cursos dos rios no oeste do estado do Amazonas. [sanitizado] Traficantes peruanos e colombianos encorajaram as populações indígenas locais a cultivar e colher folhas de coca. [sanitizado] o cultivo de coca, originalmente confinado a pequenos campos isolados adjacentes à fronteira colombiana, cresceu a ponto de agora dominar a atividade agrícola ao longo de vários trechos do

Amazonas e seus afluentes. Nestas áreas estão [sanitizado] ‘completamente saturadas’ com coca. [sanitizado] *Processamento*. As autoridades locais acreditam que o papel do Brasil no processamento de cocaína também está se expandindo. Laboratórios de base de cocaína – instalações primitivas que convertem folha de coca crua em um produto intermediário – estavam presentes em quase todos os aglomerados de campos de coca descobertos pela polícia durante operações recentes no oeste do estado do Amazonas. Ainda mais importante foi a descoberta de vários laboratórios de cloridrato de cocaína – instalações maiores e mais sofisticadas capazes de produzir cocaína acabada – e vários estoques de produtos químicos de processamento de cocaína, como éter, acetona e ácido clorídrico. Anteriormente, as autoridades brasileiras acreditavam que a maioria dessas instalações estavam localizadas perto de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. [sanitizado]

Tráfico. O Brasil tem sido uma área de trânsito para cocaína processada da Bolívia, Peru e Colômbia. Os traficantes desses países têm se aproveitado de controles frouxos em ambos os lados da fronteira com o Brasil. De acordo com relatórios da Embaixada dos EUA e da DEA, a cocaína acabada e a base de cocaína entram no Brasil em carros, caminhões, ônibus e aviões particulares que voam para aeródromos clandestinos e no extenso sistema fluvial do país. Em seguida, é transbordado para os Estados Unidos ou para a Europa Ocidental. Os transportadores de cocaína do Peru, Bolívia e Colômbia costumam voar para os Estados Unidos do Brasil, em vez de diretamente de seus próprios países, em um esforço para evitar a detecção por funcionários da alfândega dos EUA. Embora as redes de tráfico no Brasil tenham sido dominadas principalmente por estrangeiros, as autoridades locais notaram um aumento no número de brasileiros participantes nos últimos anos. [sanitizado]

Consumo. A Embaixada dos EUA informa que o consumo interno de drogas ilícitas está aumentando no Brasil. O abuso de drogas tradicionalmente envolve maconha e medicamentos patenteados, mas o uso de cocaína está aumentando, de acordo com a Embaixada. Os preços mais baixos da cocaína e da maconha resultantes do aumento da oferta levaram a um aumento acentuado no uso entre as classes baixa e média no ano passado.

Resposta do Governo – Os esforços brasileiros de fiscalização antidrogas aumentaram na última década sob sucessivos regimes militares e o novo governo civil. Em 1975, a polícia destruiu 60,3 toneladas de maconha. Em 1983 eles erradicaram 1.037 toneladas, e no ano passado destruíram 3.000 toneladas. As apreensões de maconha aumentaram de 363 toneladas em 1982 para 4.000 toneladas em 1984. Da mesma forma, as apreensões de cocaína aumentaram de 43 quilos em 1975 para aproximadamente 800 em 1984. [sanitizado] A Polícia Federal realizou três operações bem-sucedidas contra traficantes desde o final do ano passado:

- Operando principalmente no estado do Amazonas, eles montaram seu maior esforço de erradicação no final de 1984, destruindo mais de 2 milhões de plantas de coca 3 e mais de 125 plantações de coca.
- Na ‘Operação Excêntrica’ no início deste ano, a polícia de seis estados capturou dezenas de traficantes brasileiros, colombianos, peruanos e outros; apreendeu grandes quantidades de produtos químicos de processamento e provas documentais; e demoliu três laboratórios de processamento.
- A polícia de São Paulo fez uma grande prisão em junho de 1985, apreendendo cocaína pura avaliada pelas autoridades de São Paulo em US\$

3,5 milhões e prendendo cinco suspeitos, incluindo um conhecido traficante boliviano. [sanitizado]

O Brasil também está tentando melhorar a cooperação com os países vizinhos no combate a entorpecentes. A Embaixada dos EUA informa que a polícia brasileira fez arranjos para compartilhar inteligência com autoridades colombianas sobre atividades de tráfico na área de fronteira. De acordo com a Embaixada, os brasileiros estão confiantes no aumento da cooperação com a Colômbia. Embora sejam menos otimistas quanto às perspectivas de colaboração com peruanos e bolivianos, planejam manter discussões com representantes desses países sobre métodos conjuntos de combate ao tráfico. [sanitizado] Perspectivas – Acreditamos que as autoridades brasileiras possam retardar a expansão do comércio ilegal de entorpecentes, mas terão que aumentar significativamente os recursos dedicados ao problema se quiserem suprimi-lo. As dificuldades financeiras gerais enfrentadas pelo novo governo provavelmente complicarão as tentativas de alocar fundos suficientes para lançar um esforço antidrogas maciço. A dependência contínua da polícia – agora atormentada por problemas organizacionais, treinamento deficiente e recursos limitados continuará a dificultar a detecção e a interdição nos níveis federal e estadual. Além disso, as proibições legais contra escutas telefônicas e delação premiada restringirão ainda mais os esforços de investigação e execução. [sanitizado]

No que consideramos um cenário menos provável, o pior cenário, o problema dos narcóticos pode se tornar agudo se a situação econômica e política do Brasil se deteriorar acentuadamente. A deterioração econômica também estimularia a tendência entre os agricultores do interior para a substituição da coca por outras culturas. A corrupção oficial relacionada às drogas, aparentemente pouco difundida até o momento, provavelmente aumentaria acentuadamente. Além disso, em um clima econômico e político cada vez pior, o Brasil pode experimentar um ressurgimento de movimentos terroristas e guerrilheiros. Esses grupos podem estabelecer vínculos com traficantes de narcóticos, como os insurgentes fizeram em outros países. [sanitizado] (pp. 11-13)

O Paraguai serve há muito tempo como rota de transbordo para a cocaína produzida ilicitamente na vizinha Bolívia. Oficiais militares e civis paraguaios corruptos desempenharam papéis fundamentais no processo desse tráfico. Nenhum cultivo de coca ocorre no Paraguai, de acordo com relatórios da Embaixada dos EUA, [sanitizado] instalações de processamento de cocaína foram estabelecidas em vários locais em solo paraguaio. Uma quantidade limitada de maconha é cultivada ilegalmente por agricultores paraguaios para consumo interno e exportação. [sanitizado]

De acordo com a Embaixada dos Estados Unidos, o tráfico de drogas no Paraguai aumentou dramaticamente desde o início da década de 1980, após uma pausa que começou em meados da década de 1970. O ressurgimento parece ser em parte resultado da redução de um grande projeto hidrelétrico paraguaio-brasileiro que havia sido uma importante fonte de receita para o Paraguai em geral e para funcionários corruptos em particular. As medidas governamentais tomadas nos países vizinhos contra os narcotraficantes também ajudam a explicar o aumento do tráfico no Paraguai. [sanitizado] Dimensões do problema das drogas – *Tráfico*. O papel do Paraguai no tráfico de cocaína na América do Sul decorre da fronteira contígua do país com a Bolívia, produtora de coca. Alguns traficantes na Bolívia usam pequenos aviões para transportar narcóticos para a região do Chaco, no

Paraguai, [sanitizado] enquanto alguma coca é enviada rio abaixo da Bolívia para a cidade paraguaia de Bahia Negra. Os narcóticos são então transbordados para a Argentina e o Brasil e, finalmente, para os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Tanto a cocaína quanto a maconha chegam ao Brasil pelas cidades fronteiriças de Puerto Presidente Stroessner e Pedro Juan Caballero. Além disso, de acordo com a Embaixada dos EUA, os transportadores de cocaína estão usando cada vez mais o aeroporto internacional de Assunção. [sanitizado]

Processamento. A Embaixada dos EUA, o DEA, [sanitizado] relataram nos últimos anos que o processamento de produtos de coca bolivianos está ocorrendo em vários locais dentro do Paraguai, com a conivência de oficiais militares e civis locais. [sanitizado] laboratórios de processamento de cocaína foram estabelecidos perto da cidade de San Estanislao em terras de propriedade de funcionários do governo. A Embaixada dos Estados Unidos informou no final de 1984 que as informações sobre o processamento dentro do Paraguai ainda não estavam confirmadas, mas em nossa opinião há uma forte probabilidade de que tais instalações tenham sido estabelecidas. [sanitizado]

Cultivo de maconha. A produção ilícita de maconha fornece renda de subsistência para centenas de arrendatários no leste do Paraguai, segundo a Embaixada dos EUA. Estatísticas do governo paraguaio indicam que quase 4.000 toneladas de maconha foram colhidas em 1984 – um aumento de 22% em relação ao nível de 1983. O cultivo de maconha substituiu as culturas de fibras e alimentos em algumas áreas. Parte da maconha é consumida localmente, mas a maioria é exportada para o Brasil e a Argentina. [sanitizado]

Consumo. O uso de drogas historicamente não tem sido difundido no Paraguai. Relatórios de várias fontes sugerem, no entanto, que o consumo de maconha e cocaína pode estar aumentando. De acordo com a Embaixada dos EUA, o consumo de maconha está concentrado nas classes socioeconômicas mais baixas, enquanto o uso de cocaína é limitado quase exclusivamente à classe alta. [sanitizado]

Corrupção Oficial – Oficiais militares e civis paraguaios historicamente têm participado direta e indiretamente de uma ampla gama de atividades de contrabando, e isso incluiu cada vez mais o tráfico de drogas nos últimos anos. [sanitizado] líderes oficiais militares fornecem proteção para operações de narcóticos e que alguns se envolvem diretamente no tráfico de drogas em empreendimentos próprios. De acordo com a Embaixada dos EUA, os principais traficantes privados estão imunes a processos por causa de suas conexões políticas, financeiras e familiares com autoridades paraguaias. [sanitizado]

[sanitizado] bloqueou por vários meses a extradição para os Estados Unidos do chefe da heroína Auguste Ricord, que foi preso enquanto usava o Paraguai como um importante centro de transbordo na década de 1970. Desde 1983, a Embaixada tem recebido relatórios que considera confiáveis indicando que [sanitizado] fornece proteção para traficantes de cocaína e produtos químicos de processamento de cocaína. De acordo com a Embaixada e [sanitizado].

[sanitizado] A Embaixada tem recebido um fluxo constante de relatórios desde o final de 1983, indicando que [sanitizado] fornece proteção aos traficantes de cocaína. [sanitizado]

Apreensão de Produtos Químicos de Processamento de Cocaína – Em setembro de 1984, funcionários da alfândega paraguaia em Puerto Presidente Stroessner apreenderam um grande carregamento de ácido

clorídrico, acetona e éter – produtos químicos usados na produção de cocaína. De acordo com a Embaixada dos Estados Unidos, as quantidades apreendidas, que totalizam cerca de 140 toneladas, superam em muito as necessidades médicas ou industriais paraguaias. A Embaixada informou que os produtos químicos vieram da Alemanha Ocidental e estavam sendo transportados pelo Brasil e Paraguai para a Bolívia. O destinatário pretendido na Bolívia, [sanitizado] era o grupo de tráfico de drogas chefiado por Roberto Suarez. [sanitizado]

A pedido dos EUA, as autoridades judiciais paraguaias ordenaram que os produtos químicos fossem destruídos. O governo, no entanto, atrasou a ação – uma indicação de que paraguaios influentes associados a narcotraficantes podem estar tentando impedir a destruição. As propostas paraguaias para que os Estados Unidos comprassem os produtos químicos foram rejeitadas por Washington, e a questão tornou-se um problema bilateral significativo. Segundo a Embaixada dos Estados Unidos, o Paraguai pode resolver o problema devolvendo os produtos químicos à empresa da Alemanha Ocidental que os fabricou. [sanitizado]

Esforços antinarcóticos do governo – O Departamento Nacional de Entorpecentes e Drogas Perigosas, que faz parte do Ministério do Interior, é responsável pelo controle de entorpecentes no Paraguai. Funcionários de alto nível do Departamento Nacional de Entorpecentes e Drogas Perigosas recebem treinamento da DEA. As capacidades do Departamento Nacional de Entorpecentes e Drogas Perigosas são severamente restringidas pela falta de financiamento adequado e pela corrupção generalizada entre o governo e funcionários judiciais, o que permite que traficantes bem relacionados evitem a prisão e o processo judicial. O Departamento Nacional de Entorpecentes e Drogas Perigosas é mais eficaz ao investigar casos de baixo nível e relativamente sem importância, de acordo com a Embaixada dos EUA. [sanitizado]

Perspectivas – Embora o presidente Stroessner possa tomar medidas limitadas contra o tráfico de drogas em resposta à pressão ocidental, acreditamos que ele reprimiria seriamente os traficantes apenas se se convencesse de que o consumo doméstico de narcóticos estava aumentando e poderia levar a problemas sociais. Ninguém além de Stroessner tem o poder de conter os generais influentes e outros que lucram com o tráfico paraguaio. Além disso, em nossa opinião, seria difícil até mesmo para o presidente agir contra essas pessoas poderosas – particularmente o general Rodríguez. Stroessner se moveu contra os narcotraficantes na década de 1970, na época do caso Ricord, por causa da grande atenção da mídia internacional [sanitizado] mas a variedade de pessoas agora envolvidas no tráfico de drogas no Paraguai representaria um grande obstáculo a qualquer novo esforço sério para controlar o problema. [sanitizado] (pp. 19-21)

A Venezuela se tornou uma importante ponte de tráfico de drogas entre a Colômbia e os Estados Unidos nos últimos anos. Além disso, evidências de cultivo local de drogas e processamento de cocaína estão começando a surgir, e as condições para uma indústria florescente de drogas estão claramente presentes. Diante do aumento do consumo de cocaína em casa, o governo Lusinchi⁶⁹⁹ lançou uma vigorosa campanha de controle de drogas. No entanto, a aplicação rigorosa de sua nova e dura lei antidrogas será prejudicada por rivalidades entre agências, recursos inadequados e

⁶⁹⁹ Jaime Lusinchi (1924 - 2014) - foi presidente da Venezuela de 1984 a 1989 (CIDOB <https://www.cidob.org/biografias_de_lideres_politicos/america_del_sur/venezuela/jaime_lusinchi>).

corrupção oficial. Embora a cooperação com os países vizinhos – especialmente Colômbia e Brasil – deva ajudar os esforços de Caracas para reduzir o influxo de drogas e produtos químicos de refino, acreditamos que a Venezuela continuará sendo um importante centro de transbordo. [sanitizado] (p. 23)

Em um período de 90 dias após esse movimento, as autoridades venezuelanas apreenderam mais de 230.000 galões de éter e acetona. Esses produtos químicos – principalmente de origem brasileira poderiam ter sido usados para produzir mais de 48 toneladas de cloridrato de cocaína, segundo analistas da DEA. Ao todo, cerca de 500 toneladas métricas de precursores químicos foram enviadas do Brasil para a Venezuela em 1984. Como parte de um esforço conjunto antidrogas iniciado no final do ano passado por Brasil e Venezuela, Brasília agora se reporta diretamente às autoridades venezuelanas sobre essa atividade e está promovendo nova legislação para controlar o comércio de produtos químicos de processamento de drogas. [sanitizado] (p. 24)

234. O documento que segue é o de código: CIA-RDP87M00539R002804600026-1 (Doc. 140), datado de 31/10/1985, com o título: '*Letter to William J. Casey from Thomas G. Byrne*'. O documento teve origem no '*U.S. Department of Justice – Drug Enforcement Administration*', tendo sido produzido pelo '*National Narcotics Intelligence Consumers Committee* (NNICC)'. Ele foi dirigido a William J. Casey, diretor da CIA. Suas 85 páginas foram pouco sanitizadas e sua liberação ocorreu em 18/05/2010.

A disponibilidade de cocaína permanecerá em níveis elevados. Espera-se que o número de usuários se estabilize, embora os padrões de uso intensificados continuem a resultar em uma alta incidência de consequências adversas à saúde. Embora não seja esperada uma expansão significativa no número de hectares de cultivo de coca na Bolívia, Colômbia ou Peru, uma data base melhorada poderia mostrar estimativas mais altas. O governo colombiano está considerando a viabilidade de uma campanha de erradicação de herbicidas contra a coca. Os traficantes colombianos, no entanto, provavelmente continuarão apoiando o cultivo de coca no Brasil, Equador, Panamá e Venezuela. O cultivo de coca também pode se expandir em outras partes do mundo, como na Bacia do Pacífico. Os traficantes de cocaína continuarão a ter dificuldade em obter quantidades suficientes de éter para seus laboratórios. Como resultado, a atividade de conversão de cocaína fora da Colômbia aumentará, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A distribuição e o uso da cocaína em todo o mundo provavelmente continuarão a se expandir no curto prazo. (p. 28)

Outros países: Outros países forneceram aproximadamente 4% da maconha disponível nos Estados Unidos em 1984. A Indonésia e a Nigéria forneceram quantidades limitadas. A Nigéria promulgou legislação em 1984 designando o contrabando de drogas como crime capital; as penalidades para violações de maconha também foram aumentadas. Costa Rica, Panamá e Venezuela fizeram um esforço conjunto para controlar a produção por meio da erradicação manual e intensificar os esforços de investigação. Embora o Brasil continuasse a produzir quantidades significativas de maconha, a maior parte da produção era consumida

localmente. O Brasil destruiu mais de 2.600 toneladas métricas de maconha em setembro de 1984, quase triplicando os totais de erradicação de 1983. A Tailândia continuou a produzir uma quantidade significativa de maconha para usuários do Sudeste Asiático e para exportação. A maconha tailandesa, que tem um teor de THC relativamente alto e é cara, foi contrabandeada para os Estados Unidos em quantidades crescentes. (pp. 38-39)

Desenvolvimentos em países estrangeiros – O fator mais significativo de impacto no tráfico internacional de cocaína durante 1984 foi a expansão de todas as fases do tráfico, incluindo cultivo, processamento e distribuição. O cultivo ilícito de coca não apenas se expandia para os países de origem do Peru, Bolívia e Colômbia, mas também para outros países, como Equador e Brasil. Com o aumento do cultivo ilícito de coca, refinarias de cocaína e centros de transbordo continuaram a surgir em todo o hemisfério. A expansão geral do cultivo de coca e do tráfico de cocaína foi em parte resultado da intensificação da atividade de aplicação da lei na Colômbia durante 1984.

Cultivo de coca – O Peru continuou a ser o principal local de cultivo de coca em 1984. Embora alguns cultivos de coca no Peru sejam licenciados, a produção excedeu as quantidades necessárias para fins licenciados; pelo menos 75% da colheita total acabou entrando no tráfico internacional como cocaína HCl⁷⁰⁰. Como no passado, a maior parte dessa produção foi exportada na forma de pasta de coca ou base de cocaína para a Colômbia para processamento em cocaína HCl antes da distribuição para os Estados Unidos. Durante 1984, pequenas quantidades de pasta de coca continuaram a ser contrabandeadas para o Brasil para serem refinadas em cocaína HCl. A avaliação das tendências do cultivo de coca no Peru é difícil porque a maior parte do cultivo está em áreas remotas. Uma deficiência particularmente problemática nas estimativas de produção no Peru é que, embora a coca também seja cultivada nos departamentos centro-sul e noroeste do Peru, a maioria das pesquisas até o momento se concentrou no departamento de Huanuco, no Vale do Alto Huallaga, no centro do Peru. Os dados disponíveis, no entanto, sugerem que 50.000 a 70.000 hectares estavam sendo cultivados em 1984. (p. 46)

No Brasil, campanhas de erradicação em 1984 confirmaram o cultivo de coca na região amazônica. Aparentemente, os traficantes colombianos apoiam o cultivo de coca nesta área há três anos. A variedade de coca cultivada na região amazônica é chamada de 'epadu', que se assemelha ao bambu, cresce em florestas tropicais e pode atingir uma altura de 10 a 15 pés. O teor de alcaloides da folha de coca 'epadu' é consideravelmente menor que o da variedade andina cultivada no Peru e na Bolívia. (p. 48)

O fumo de pasta de coca e base de cocaína se espalhou do Peru para a Bolívia, Colômbia e Equador. Em 1984, houve relatos não confirmados de consumo de pasta de coca e base de cocaína na Venezuela e no Paraguai, bem como em outras partes do hemisfério. (p. 49)

(...) Produtos químicos essenciais eram contrabandeados do Brasil e de outras nações produtoras através da Argentina e do Paraguai. Além disso, alguns produtos de coca bolivianos foram para o norte da Argentina e Brasil para conversão em cocaína HCl destinada à Europa e Estados Unidos.

A atividade de conversão de cocaína foi observada em outras partes do hemisfério durante 1984. O aumento do cultivo de coca no Peru resultou

⁷⁰⁰ Cloridrato de cocaína, a forma refinada da droga (HERRERA, 2014).

no aumento do refino doméstico, mas não na extensão da Bolívia. Uma combinação de programas de erradicação da coca e aumento das apreensões de cocaína HCl no Brasil em 1984 revelou que a comunidade do tráfico de cocaína conquistou uma posição firme em todos os escalões da produção, desde o cultivo, passando pelo processamento, até a distribuição internacional. Embora nenhuma grande apreensão laboratorial tenha sido relatada no Brasil, a indústria de éter do país, juntamente com extensas rotas aéreas comerciais para a Europa, tornam viável o desenvolvimento de instalações de processamento de cocaína no país. (p. 51)

Vários outros países têm leis existentes que preveem a apreensão de ativos de drogas. Esses países incluem Equador, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Egito, Venezuela, Brasil, Costa Rica e Bolívia. O Egito usou suas leis de remoção de ativos de drogas para apreender US\$ 16,5 milhões em ativos relacionados a drogas. (p. 85)

235. Este novo documento, de código: CIA-RDP87T00495R000100030004-3 (Doc. 148), datado de novembro de 1985, com o título: *'The International Narcotics Trade: Implications for US Security'*, é formado por 20 páginas secretas sanitizadas, sem data informada de liberação.

Considerações Chave – O comércio internacional multibilionário de narcóticos representa uma ameaça para os interesses de segurança dos EUA que vai além da preocupação com o próprio problema das drogas:

- Organizações de tráfico poderosas podem corromper e minar instituições políticas, econômicas, sociais e de segurança em nações democráticas.
- Alguns grupos insurgentes estão fortemente envolvidos no tráfico e outros têm a oportunidade, o motivo e a capacidade de participar do tráfico de drogas.
- Há relatos de envolvimento esporádico entre alguns grupos terroristas e traficantes de drogas.
- Alguns Estados soberanos apoiam ou pelo menos toleram o tráfico internacional de drogas.

Julgamos que a ameaça de curto prazo aos interesses dos EUA pelo tráfico de drogas é particularmente grave na América Latina e no Caribe. Nos próximos anos, o tráfico de drogas continuará a causar sérios problemas no México, Colômbia, Bolívia, Peru, Jamaica, Panamá e Bahamas. Outros países da região estão sendo atraídos cada vez mais para o comércio de narcóticos e os consideramos vulneráveis a seus muitos impactos debilitantes. Esses países incluem Belize, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai e várias nações insulares no leste do Caribe. (...)

Embora o impacto da indústria de narcóticos nas instituições e políticas financeiras e econômicas nacionais não seja claro, acreditamos que a expansão contínua do comércio de drogas em algumas áreas, juntamente com a deterioração das condições econômicas, pode prejudicar ainda mais as economias em países como México, Peru, Bolívia, [sanitizado] Brasil. (p. 7)

12. Além disso, estamos preocupados com o impacto do tráfico de drogas na produção agrícola dos países traficantes. Agricultores legítimos enfrentam a crescente competição de plantadores de drogas por terra e

trabalho em países como México, Peru, Bolívia e, cada vez mais, o Brasil. A expansão contínua do comércio de drogas em algumas áreas, juntamente com a deterioração das condições econômicas, pode perturbar ainda mais as economias. Em alguns países traficantes, a produção e o tráfico de drogas ilícitas já ultrapassaram as exportações agrícolas legítimas. (p. 12)

16. Julgamos que nos próximos anos o tráfico de drogas continuará a representar sérios problemas para vários países da América Latina e Caribe, incluindo México, Colômbia, Bolívia, Peru, Jamaica, Panamá e Bahamas. Outros países latino-americanos e caribenhos à margem das áreas de tráfico estabelecidas estão agora sendo atraídos cada vez mais para o comércio de narcóticos em resposta a situações de mudança em outros lugares. Consideramos esses países vulneráveis a vários aspectos debilitantes do comércio de drogas. Estes incluem Belize, Brasil, Venezuela, Equador, Paraguai e vários Estados do leste do Caribe. (p. 13)

236. Apresento agora partes relevantes um documento datado de março de 1986, de código: CIA-RDP87T01127R000500380004-8 (Doc. 151) e título: ‘*South America: The Expansion and Modernization of the Illicit Cocaine Industry*’, originado no ‘*Office of Global Issues*’, tendo tido 500 cópias distribuídas para ‘*Control Branch/CPAS/PDG/IMC; Staff; CYS for [sanitizado]*’. Suas 45 páginas, secretas até 12/12/2011, foram sanitizadas parcialmente.

Acreditamos que a qualidade inferior da coca cultivada na Colômbia e a repressão do governo ao tráfico de drogas que começou em 1984 provavelmente refrearam a expansão do cultivo de coca recentemente. Os campos de coca, antes considerados seguros contra a interferência do governo, agora estão vulneráveis às operações de erradicação manual da polícia especial de narcóticos. Na expectativa de que os esforços do governo colombiano contra a indústria da cocaína continuem, acreditamos que muitos produtores estão transferindo sua coca para regiões mais remotas e não tradicionais da Colômbia como as montanhas de Sierra Nevada de Santa Marta, uma área tradicional de cultivo de maconha, no norte da Colômbia – ou do outro lado da fronteira com o Brasil, Equador e Venezuela. Recentes levantamentos aéreos [sanitizado] confirmam o cultivo de coca no nordeste da Colômbia e na porção oeste do estado do Amazonas, perto da fronteira colombiana. [sanitizado]

Outros países: em alta – Brasil, Equador e Venezuela têm potencial para se tornarem importantes produtores de coca. O Comitê Nacional de Consumidores de Inteligência de Narcóticos estima que até 1.000 hectares estão sendo cultivados no Equador, perto da fronteira colombiana. No Brasil, cerca de 50 hectares de coca foram destruídos em 1983 e, segundo a DEA, outros 840 hectares foram erradicados em 1984. Isso pode ser apenas a ponta do iceberg. Grande parte da coca ilícita cultivada no alto Amazonas é plantada entre as árvores, segundo a Embaixada, e, portanto, é difícil de detectar a partir de aviões. Nem a Embaixada [sanitizado] pode oferecer uma estimativa confiável da área cultivada. A Guarda Nacional da Venezuela estava procurando por plantações de maconha quando tropeçou em plantações de coca ao longo da fronteira com a Colômbia em março passado, mas não temos informações sobre a extensão do cultivo. [sanitizado]

Com base nas tendências atuais, esperamos que o cultivo de coca se expanda na Bolívia e no Peru e que novas áreas sejam abertas no Brasil,

Venezuela e Equador. Esperamos que a nova produção ocorra principalmente por meio de desenvolvimento adicional em regiões de cultivo já estabelecidas. [sanitizado] (pp. 15-16)

Integração vertical – [sanitizado] grandes organizações colombianas integraram o cultivo, processamento, transporte e comercialização em grandes organizações verticais mantidas unidas por laços familiares. Isso começou no final da década de 1970 como uma tentativa de combater o crescente poder de barganha dos corretores de pasta bolivianos e peruanos e as crescentes demandas de processadores e pilotos independentes. Os grandes traficantes se envolveram diretamente no cultivo de coca, primeiro na região de Llanos, na Colômbia, depois no Peru e na Bolívia, e agora provavelmente em países vizinhos como Equador e Brasil. Ao mesmo tempo, os traficantes começaram a ampliar seu controle sobre aspectos adicionais do processo de refino e distribuição, o que eliminou a tomada de lucros por intermediários independentes, proporcionou maior garantia de fornecimento, maior alavancagem no mercado e reduziu o risco financeiro. Essas operações grandes e integradas poderiam utilizar melhor as comunicações sofisticadas, fornecer inteligência para cima e para baixo na cadeia do tráfico e subornar ou corromper funcionários-chave de forma mais eficaz. Os chefes dessas organizações integradas de grande escala têm uma melhor consciência da dinâmica do mercado mundial e uma compreensão das atividades antinarcóticos que melhora sua capacidade de identificar e reagir às mudanças na demanda, bem como na aplicação da lei. (p. 21)

Erradicação – Colômbia, Peru, Equador, Brasil e, recentemente, Venezuela têm programas de erradicação da coca, mas as realizações têm sido irregulares. A tecnologia atual requer um complemento de recursos humanos intensivos para extrair a planta porque os herbicidas pulverizados por via aérea matam apenas as folhas da planta. Até que um herbicida eficaz e ambientalmente seguro esteja disponível para uso em arbustos de coca, os esforços de erradicação serão incapazes de acompanhar as taxas atuais de expansão do cultivo de coca. Mesmo programas de erradicação limitados, no entanto, servirão para manter a pressão sobre produtores e traficantes e ajudar a interromper as operações. [sanitizado] (...)

A polícia brasileira realizou várias operações de erradicação da coca desde o final de 1983 na Bacia Amazônica, e a Embaixada dos EUA em Brasília estima que mais de 800 toneladas de folha de coca foram destruídas. (p. 25)

O éter usado pelos traficantes colombianos para o processamento de cocaína antes de 1983 foi obtido em grande parte nos Estados Unidos e na Alemanha Ocidental. As restrições de importação colombianas e um programa da DEA para controlar a venda de produtos químicos essenciais para processamento de cocaína em todo o mundo no nível do fabricante reduziram drasticamente a disponibilidade de éter para os principais processadores na Colômbia, fazendo com que seu preço no mercado ilícito aumentasse acentuadamente. O preço continua alto apesar do desenvolvimento de locais de processamento fora da Colômbia; rotas alternativas de abastecimento através do Brasil, Venezuela, Argentina e Paraguai; e novas fontes no México e no Brasil. Apesar da intenção de controlar, alguns países, como o Brasil, não conseguiram comprometer fundos suficientes para policiar o comércio de forma eficaz. Outros, como o Paraguai, facilitam transações químicas questionáveis para seu próprio benefício, [sanitizado] fontes da DEA indicam que os traficantes estão tomando medidas para estabelecer organizações de fachada para justificar

as importações de produtos químicos e estão cada vez mais movendo as operações de processamento final para lugares onde os produtos químicos estão mais disponíveis – incluindo os Estados Unidos. [sanitizado] (p. 27)

Levantamentos Aéreos: Entendendo o Problema – Levantamentos fotográficos aéreos são essenciais para estimar efetivamente a quantidade de drogas cultivadas, especialmente nos principais países produtores de coca – Peru, Bolívia e Colômbia. Cada país tem uma capacidade diferente de realizar levantamentos aéreos, desde uma sofisticada agência de mapeamento na Colômbia até quase nada no Brasil, Equador e Venezuela. [sanitizado] (...)

- Brasil, Equador e Venezuela. Esses países não têm levantamentos fotográficos aéreos ativos. Uma pesquisa no Brasil seria cara devido ao tamanho da área potencial de crescimento. Além disso, como acredita-se que grande parte da colheita seja cultivada entre árvores, um levantamento aéreo pode não fornecer uma compreensão abrangente do problema. As restrições orçamentárias domésticas limitam a capacidade de realizar levantamentos aéreos. [sanitizado] (p. 28)

Julgamos que sem uma ação efetiva imediata o Brasil tem alto potencial para se tornar um grande país produtor e traficante de cocaína. As operações de repressão nos países vizinhos tornam o Alto Amazonas – uma região em grande parte desabitada e praticamente não policiada – cada vez mais convidativa para cultivo, processamento e tráfico. As estatísticas de apreensão do Brasil sugerem que todos os aspectos da produção e abuso aumentaram substancialmente nos últimos anos. Fontes da DEA indicam que colombianos, bolivianos, peruanos e brasileiros estão incentivando os índios da Amazônia a cultivar ‘Epadu’, a variedade local de coca que é facilmente propagada entre as árvores da selva amazônica. Esses relatórios não foram verificados e os traficantes teriam que superar alguns grandes obstáculos logísticos para estabelecer operações nessas áreas. [sanitizado]

Não sabemos no momento se a coca brasileira é refinada localmente ou enviada como folha para processamento em países vizinhos. Esperamos, no entanto, que o Brasil possa se tornar um local de processamento popular se as incursões nos laboratórios de cocaína na Colômbia continuarem e à medida que os produtos químicos necessários para processar a folha se tornarem cada vez mais difíceis de obter por lá. Como o principal fabricante de produtos químicos na América do Sul, o Brasil fabrica todos os produtos químicos necessários para transformar a coca em cocaína. Também possui uma rede de transporte grande e de difícil policiamento baseada no rio Amazonas. As terras tribais dos índios são protegidas das atividades de aplicação da lei e, portanto, forneceriam um santuário para as operações dos traficantes. [sanitizado]

O programa antidrogas do Brasil está em sua infância; a conscientização pública sobre questões de narcóticos é baixa; e a aplicação da lei foi impedida por quatro anos de recessão e austeridade governamental. O Ministério da Justiça, que é responsável pelas questões de entorpecentes, tem o menor orçamento de qualquer agência brasileira, e sua divisão de entorpecentes tem apenas 25% dos recursos necessários para atender às maiores exigências de fiscalização impostas por uma indústria de narcóticos em expansão, de acordo com relatórios da Embaixada dos EUA. O Brasil realizou algumas operações antinarcóticos em 1984, incluindo apreensões, erradicação da coca na região amazônica (totalmente financiada pelos EUA) e investigação de transações de éter etílico e acetona; também trabalhou com a Colômbia para restringir as remessas internacionais de produtos químicos essenciais. As atuais capacidades de

fiscalização do Brasil não poderiam combater uma indústria de cocaína bem organizada. A Polícia Federal, amplamente reativa, não dispõe de recursos suficientes para realizar um planejamento de longo prazo; a equipe antinarcóticos é pequena, não especializada e mal treinada; e estatutos legais fortes contra aprisionamento e falha em fazer cumprir a aplicação das leis de conspiração impedirão a condenação efetiva de traficantes. [sanitizado] (...)

O Paraguai também tem um excelente potencial como um importante local de processamento de cocaína, caso a intensificação da fiscalização em outros lugares deixe os traficantes desconfortáveis. Já é uma rota de trânsito significativa para produtos químicos essenciais, e laboratórios de cocaína no Paraguai foram relatados recentemente pela Embaixada dos EUA. Uma zona de livre comércio entre Paraguai e Brasil complica os esforços para controlar drogas e produtos químicos em trânsito. Em setembro de 1984, cerca de 49.000 galões de produtos químicos de processamento de cocaína em trânsito do Brasil foram apreendidos e ainda não foram descartados satisfatoriamente, segundo a Embaixada dos Estados Unidos. Julgamos que a corrupção oficial desempenhe um papel importante. [sanitizado] (pp. 29-30)

Oficiais militares e civis paraguaios historicamente participaram de uma ampla gama de contrabando, que inclui cada vez mais o tráfico de drogas. [sanitizado] os principais oficiais militares fornecem proteção para operações de narcóticos e se envolvem no tráfico. De acordo com relatórios da Embaixada dos EUA, os principais traficantes privados estão imunes a processos por causa de suas conexões políticas, financeiras e familiares com autoridades paraguaias. (...)

Não há evidências de cumplicidade militar ou civil de alto nível no tráfico de drogas no Brasil. No entanto, existem sérias dificuldades econômicas e o governo impôs medidas de austeridade que causarão cortes em muitas atividades do governo. Nessas circunstâncias, a tentação de se entregar ao tráfico de entorpecentes ou receber propina pode vencer as autoridades brasileiras. [sanitizado] (p. 36)

Lições aprendidas – Prevemos que o tráfico ilegal de cocaína no Peru, Bolívia, Colômbia e alguns dos países vizinhos continuará a se expandir no curto prazo e, com isso, poderá provocar indignação pública e oficial, levando a tentativas mais sérias de controle de narcóticos. A crescente conscientização sobre o uso doméstico de drogas, o envolvimento de insurgentes, a violência e a corrupção relacionadas às drogas e a influência política e econômica dos principais traficantes podem levar as autoridades a uma maior ação em todos os setores. Antes que quaisquer medidas de controle intensificadas possam começar, deve haver apoio público; há sinais de que alguns latino-americanos agora reconhecem a produção e o tráfico ilegal de entorpecentes como um problema nacional. Em uma recente pesquisa de opinião pública do Serviço de Informação dos EUA realizada entre as populações urbanas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Venezuela, participantes da Bolívia, Colômbia e Venezuela selecionaram os narcóticos internacionais como o segundo problema internacional mais importante depois da dívida externa. Este é apenas o começo, no entanto, conseguir a ajuda da população rural pode ser outra questão. [sanitizado] (p. 37)

Autoridades da Colômbia, Equador, Brasil e Bolívia se reuniram em setembro de 1984 para planejar medidas cooperativas para controlar a disseminação de drogas ilícitas. Propuseram reativar acordos regionais e bilaterais de controle de drogas e negociar novos acordos para interditar o

tráfico regional e negar refúgios aos traficantes. Os itens sugeridos para discussão futura incluem: uma rede regional de cooperação policial; links de comunicação e compartilhamento de inteligência; controles sobre transporte, produtos químicos e contas bancárias questionáveis; extradição e acusação mais rápidas. Apesar do espírito cooperativo, os programas reais continuam lentos no desenvolvimento. Na segunda Conferência Internacional de Combate às Drogas em Brasília, Venezuela, Colômbia, Brasil, Panamá, Bolívia, Equador e Peru só conseguiram chegar a um acordo vago para estabelecer um centro regional de comunicação e informação. [sanitizado]

No *front* bilateral, a Colômbia e seus vizinhos estão desenvolvendo laços antidrogas mais fortes. Um acordo alcançado com o Equador no ano passado exige maior cooperação, incluindo o retorno de fugitivos. Uma comissão conjunta com a Venezuela continua a se reunir periodicamente em locais alternativos ao longo da fronteira para discutir problemas mútuos de drogas. A polícia brasileira também aumentou a cooperação com a Colômbia; funcionários dos dois países estabeleceram procedimentos para interação na área de fronteira e uma força-tarefa de controle de acetona-éter foi criada no final de 1984. Em agosto de 1985, forças colombianas e peruanas lançaram ataques surpresa contra centros de processamento localizados perto da fronteira remota de Letícia. [sanitizado]

Os países distribuidores – Acreditamos que os maiores sucessos na cooperação regional podem ser alcançados nos ‘países distribuidores’, onde o comércio ilícito de cocaína está apenas começando a se firmar. Os países afetados incluem Brasil, Equador, Argentina, Venezuela, Panamá e Paraguai, todos enfrentando em graus variados um problema de drogas em desenvolvimento. Nessas áreas, as organizações de tráfico ainda são menores, menos sofisticadas, relativamente inexperientes em cooptar autoridades locais e, portanto, mais vulneráveis do que suas contrapartes bem estabelecidas nos principais países da cocaína. As forças organizadas contra os traficantes nos ‘países distribuidores’ são desguarnecidas, sub financiadas, mal equipadas e não escolarizadas, porque nunca enfrentaram um problema sério de drogas antes. Um indicador encorajador, no entanto, é a vontade expressa dos governos de implementar campanhas antidrogas preventivas, notadamente no Brasil, Venezuela, Equador e Argentina. De fato, entre as áreas recentemente afetadas, apenas o Paraguai é uma resistência proeminente. [sanitizado]

Assistência Europeia – A falta de recursos continua sendo um problema para os países comprometidos com o combate às drogas. A internacionalização mais ampla da campanha anti-cocaína ajudaria nessa área. Um sinal positivo é a crescente disposição dos países europeus, onde cresce a preocupação com a expansão do mercado de cocaína, para ajudar no que até agora tem sido um assunto bilateral dos EUA. Com a aprovação do governo anfitrião, os Oficiais de Ligação de Narcóticos da República Federal da Alemanha serão designados para o Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia. O Reino Unido também está considerando colocar especialistas em interdição de narcóticos em vários países sul-americanos. Tais esforços podem ser maximizados pela supervisão e coordenação internacional. Em última análise, organizações como as Nações Unidas podem ajudar a erodir as sensibilidades nacionalistas entre os atores regionais, levando a uma melhor cooperação e medidas de repressão mais uniformes. [sanitizado] (pp. 39-40)

237. O documento que segue neste estudo, datado de 09/09/1986, é o de código: CIA-RDP88G01117R001003990002-7 (Doc. 154), com o título: PFIAB⁷⁰¹. Sua origem não foi explicitada, mas seu destino é o ‘*Deputy Director of Central Intelligence*’. As 23 páginas secretas deste documento foram sanitizadas e depois liberadas em 30/03/2011.

O comércio de cocaína – O tráfico de cocaína e as poderosas organizações de tráfico que o controlam – principalmente os colombianos – continuarão sendo a força do tráfico mais importante em toda a região no futuro próximo.

- Estimamos que a colheita de coca do ano passado na América do Sul foi entre 140.000 e 200.000 toneladas métricas de folha, ou cerca de uma tonelada métrica por hectare cultivado. Peru, Bolívia e Colômbia são os maiores produtores, mas os campos de coca também foram encontrados recentemente no Brasil, Equador e Venezuela. (p. 3)

O comércio internacional multibilionário de narcóticos da América Latina representa uma ameaça para os interesses de segurança dos EUA porque o poder econômico das organizações de tráfico pode minar as instituições políticas, sociais e de segurança dentro das nações democráticas.

- Já apresenta sérios problemas socioeconômicos para México, Colômbia, Bolívia e Peru, o foco principal deste briefing.

- Outros países agora beneficiados pelo comércio de narcóticos – e vulneráveis à sua influência debilitante – incluem Panamá, Jamaica, Bahamas, Belize, Equador, Paraguai, Brasil e Venezuela. (p. 16)

A produção e cultivo ilegal de drogas também está corrompendo os sistemas políticos fora dos principais países produtores da América Latina.

- No Paraguai, o aumento dramático do narcotráfico foi possível graças à cumplicidade de altos funcionários civis e militares. (p. 20) – Os traficantes e produtores de drogas do Brasil contribuem para uma grande economia informal, evasão fiscal e aumento do crime de rua nas principais áreas urbanas do país, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. (p. 21)

238. O documento de código: CIA-RDP91B00776R000300050012-1 (Doc. 167), datado de 19/03/1987, e de título: ‘*Report on 19 March 1987 NIO/Narcotics Warning and Forecast Meeting*’, foi produzido por William R. Kotapish – ‘*National Intelligence Office for Narcotics*’ – com destino ao ‘*Acting Director of Central Intelligence*’. Contendo 6 páginas secretas, que foram sanitizadas, este documento foi liberado em 11/06/2013.

A cobertura da mídia sul-americana da Operação Antidrogas EUA-Boliviana, iniciada em julho de 1986, variou de moderada a pesada; A reação variou de apoio tácito a forte desaprovação. A mídia uruguaia não foi revista e a Venezuela ignorou a operação. Nenhum dos países expressou a necessidade de operações conjuntas adicionais envolvendo forças militares dos EUA. A maioria viu o problema das drogas como um problema do país consumidor e sentiu que a cooperação internacional, incluindo acordos de drogas com os Estados Unidos e entre os países latino-americanos, era uma necessidade. A crítica à operação militar

⁷⁰¹ *President's Foreign Intelligence Advisory Board* (Conselho Consultivo de Inteligência Estrangeira do Presidente).

conjunta foi geralmente no contexto da violação da soberania nacional, a futilidade ou “ineficácia” do esforço militar (mencionado no Equador, Chile e Colômbia), e a ideia de “podemos fazê-lo por conta própria e com recursos próprios” (Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Paraguai). (pp. 2-3)

239. A pesquisa segue para o documento código: CIA-RDP89M00699R002201800002-5 (Doc. 156), de novembro de 1987, de título: ‘*The International Cocaine Industry: Production, Trafficking, and Prospects for Control*’. O memorando que compõe o documento teve origem e destinos não informados. Suas 30 páginas secretas foram sanitizadas antes da sua liberação em 28/02/2012.

(...) As rotas de tráfico também mudaram para acomodar o crescente mercado internacional. Com o crescimento da demanda europeia, a cocaína é enviada com mais frequência diretamente da Bolívia, Brasil e Argentina. [sanitizado] (p. 11)

7. Equador e Brasil têm potencial para se tornarem importantes produtores de coca. Estima-se que o Equador tenha entre 1.000 e 2.000 hectares de cultivo de coca, a maior parte na fronteira equatoriana/colombiana. A coca equatoriana é uma variedade diferente daquela cultivada na Colômbia, Peru e Bolívia. A altura média das plantas de coca no Equador é de 6 a 8 pés, com algumas plantas de até 12 pés. Acredita-se que a maioria das plantações de coca no Equador seja de propriedade e operada por colombianos que transitam livremente pela fronteira. Como é o caso da Bolívia e do Peru, a maior parte da safra de folhas de coca do Equador é convertida em pasta de coca antes de ser transportada para a Colômbia para conversão em cloridrato de cocaína. [sanitizado]

8. No Brasil, nem a Embaixada dos Estados Unidos nem o Departamento de Polícia Federal do Brasil podem oferecer uma estimativa confiável da área cultivada com coca e até o momento não há uma avaliação completa da plantação de coca para o país como um todo. [sanitizado] Informações colaterais indicam que a coca na Bacia do Alto Amazonas é semelhante à variedade equatoriana, cultivada entremeadada de árvores. (p. 15)

Uma variante de E. coca, chamada Amazon ou E. coca variedade ipadu, cresce amplamente na bacia amazônica, no Brasil e no Equador, e nas áreas do leste inferior da Colômbia e do Peru. Suas folhas contêm menos cocaína e a planta tem vida mais curta que a coca boliviana, mas a coca amazônica geralmente é propagada por estacas e parece crescer muito rápido. Pode ser colhida a partir de seis meses após o plantio e ter suas folhas colhidas com frequência a partir de então. (p. 16)

13. Outros países estão envolvidos no movimento do dinheiro da droga devido às suas posições como fornecedores de cocaína e produtos brutos de coca, fornecedores de produtos químicos de processamento ou como Estados de trânsito de materiais relacionados com as drogas. Peru e Bolívia, as principais fontes de pasta de coca e base de cocaína, receberam grandes quantidades de moeda americana do tráfico de drogas que opera através de suas fronteiras. Equador e Venezuela receberam dinheiro de drogas principalmente porque são canais de tráfico. Os contrabandistas brasileiros adquirem moeda americana fornecendo precursores químicos que não são facilmente obtidos no mercado aberto devido ao aumento dos

controles governamentais. Algumas ilhas do Caribe também atraem dinheiro de drogas como resultado de atividades de contrabando de drogas e, em alguns casos, por causa de leis bancárias que conduzem a operações de lavagem de dinheiro. (p. 17)

24. O Brasil é um importante centro de tráfico de cocaína. Também é significativo na produção de cocaína porque é o principal fornecedor de éter e acetona, substâncias químicas precursoras vitais. Estima-se que 95% dos produtos químicos apreendidos nos laboratórios bolivianos durante a Operação Alto-Forno eram do Brasil. O Brasil também é um importante país de trânsito para a cocaína boliviana. As operações policiais de repressão às drogas nos últimos anos mostraram que as organizações de tráfico que operam no Brasil estão se tornando mais sofisticadas. [sanitizado]

25. Acreditamos que o Paraguai está despontando como um importante ponto de trânsito para a exportação de cocaína boliviana. Em agosto, em Bruxelas, a polícia belga apreendeu 115 quilos de cocaína – a maior apreensão de cocaína já realizada na Europa. A cocaína foi encontrada a bordo de um voo da Lineas Aereas Paraguayas (LAP) de Assunção. O Paraguai também desempenha um papel no movimento de produtos químicos essenciais do Brasil e da Argentina para a Bolívia. [sanitizado] (p. 20)

(...) Os traficantes foram forçados a desenvolver novas fontes de abastecimento e novas rotas de contrabando para seus produtos químicos. Os processadores de medicamentos hoje obtêm grande parte de seu éter do Brasil, o maior fabricante deste produto químico na América do Sul. Além disso, houve relatos de produção clandestina de éter na Colômbia. Quanto ao movimento e tráfico desses produtos químicos, vários outros países, incluindo Paraguai, Argentina, Chile, Venezuela, Equador e vários países da América Central estão envolvidos. [sanitizado] (p. 21)

33. Esforços para interditar lojas ou remessas de produtos de coca são feitos em certa medida em todos os países produtores. Bolívia, Peru e Colômbia implementaram campanhas de interdição em seus países. Outros países com problemas menores de cocaína (Brasil, Equador, Paraguai, Venezuela e Argentina) também fizeram esforços de interdição. [sanitizado] (...)

36. Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Brasil e, recentemente, Venezuela têm programas de erradicação da coca, mas suas realizações têm sido irregulares. Extensos recursos de mão de obra são necessários para levantar a planta. Até que um herbicida aéreo ambientalmente seguro, eficaz e politicamente aceitável esteja disponível para uso em arbustos de coca, os esforços de erradicação serão incapazes de acompanhar as taxas atuais de expansão do cultivo de coca. [sanitizado]

37. O Peru extraiu cerca de 2.600 hectares de coca em 1986, de um total de 106.000 hectares; esta erradicação foi cerca de metade do total de 1985. A Bolívia tinha uma meta de eliminação em 1986 de 4.000 hectares dos 34.000 hectares estimados em cultivo; a erradicação real na Bolívia foi insignificante. Os esforços colombianos de erradicação diminuíram acentuadamente e tiveram pouco resultado em 1986. Equador e Brasil conduziram várias operações menores de erradicação em 1986. A Venezuela acaba de adotar um programa de erradicação após a recente confirmação de campos de coca ao longo de sua fronteira colombiana. [sanitizado] (p. 22)

43. O preço do mercado negro de produtos químicos críticos continua alto hoje, apesar do desenvolvimento de locais de processamento de produtos químicos ilícitos dentro e fora da Colômbia; rotas alternativas de abastecimento de produtos químicos através do Brasil, Venezuela, Argentina, Equador e Paraguai; e novas fontes no México, Brasil e Chile. Alguns países, como o Brasil, não comprometeram recursos suficientes para policiar efetivamente o comércio de produtos químicos. Outros, como o Paraguai, facilitam transações químicas questionáveis para seu próprio benefício, segundo várias fontes. Fontes da DEA indicam que os traficantes estão tomando medidas para estabelecer organizações de fachada para justificar as importações de produtos químicos e estão movendo cada vez mais as operações de processamento final para lugares onde os produtos químicos estão mais disponíveis – incluindo os Estados Unidos. [sanitizado] (p. 24)

(...) Entre vários exemplos de corrupção recente, várias fontes relataram o seguinte: na Colômbia, os traficantes supostamente subornaram o juiz para dar o voto decisivo declarando o tratado de extradição inconstitucional; o chefe do transporte aéreo militar boliviano recebeu pagamentos de um grande traficante em troca do uso de aeronaves oficiais para transportar as drogas do traficante para os Estados Unidos e seus lucros de volta para a Bolívia; a polícia antidrogas móvel rural na Bolívia e no Peru rotineiramente recebe subornos para facilitar os carregamentos de traficantes; e no Paraguai o ministro do interior recentemente esteve ligado ao tráfico de drogas. [sanitizado] (p. 27)

(...) A polícia brasileira também aumentou a cooperação com a Colômbia; funcionários dos dois países estabeleceram procedimentos para interação na área de fronteira, e uma força-tarefa de controle de acetona-éter foi criada há vários anos. Uma rede regional de comunicações financiada pelos EUA foi recentemente inaugurada para conectar as organizações policiais andinas.

Controles nos países de distribuição – 67. Acreditamos que os maiores sucessos nos esforços antidrogas na América Latina podem ser alcançados nos ‘países de distribuição’ onde o comércio ilícito de cocaína está apenas começando a se firmar. Estes incluem Brasil, Equador, Argentina, Venezuela e Paraguai, todos confrontados em graus variados com um problema de cocaína em desenvolvimento. Aqui, as organizações de tráfico geralmente são menores, menos sofisticadas, relativamente pouco qualificadas para cooptar as autoridades locais e, portanto, mais vulneráveis do que suas contrapartes bem estabelecidas nos principais países da cocaína. Atacar a conexão da cocaína onde ela ainda é relativamente fraca fomenta o desenvolvimento de um modelo de cooperação regional efetiva; pode até servir de protótipo também para os grandes países produtores de cocaína. Infelizmente, as forças organizadas contra os traficantes nos ‘países de distribuição’ estão seriamente desguarnecidas, subfinanciadas, mal equipadas e destreinadas no combate ao tráfico de drogas. Um indicador encorajador, no entanto, é a vontade expressa dos governos de implementar campanhas antidrogas preventivas. De fato, entre as áreas recentemente afetadas, apenas o Paraguai é uma resistência notável. [sanitizado] (p. 28)

240. O novo documento em pauta, de código: CIA-RDP90M00005R001100050042-4 (Doc. 164), foi datado de março de 1988 e recebeu o título: ‘*Testimony to House Foreign Affairs*

Task Force on Narcotics'. Sua autoria foi atribuída à Secretaria de Estado dos EUA e foi destinada às Embaixadas dos EUA em Lima, La Paz, Brasília, Assunção, Quito, Bogotá e Caracas. Suas 3 páginas não classificadas foram sanitizadas antes de sua liberação em 01/11/2012.

1. A secretária-assistente do INM⁷⁰², Ann Wroblewski⁷⁰³, ARA⁷⁰⁴/diretor Michael Skol⁷⁰⁵ e o vice-diretor-assistente Tom Byrne⁷⁰⁶ compareceram perante a força-tarefa do comitê de relações exteriores da Câmara em 22 de março para continuar o testemunho iniciado em 17 de março. O presidente Smith⁷⁰⁷ levantou várias questões sobre os programas de narcóticos na Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia e Brasil. O deputado Gilman⁷⁰⁸ participou brevemente. (...)

6. Voltando-se para o Paraguai, Smith perguntou a Byrne se os militares paraguaios ainda controlavam a região do Chaco e impediam a entrada da polícia. Byrne respondeu que um agente sênior morto recentemente teve permissão para viajar na área. Smith então perguntou se a rede de 'conexão francesa' ainda operava no Paraguai, ao que Byrne respondeu que não sabia. Smith perguntou se a rede de traficantes chineses/bolivianos/paraguaios desfeita em 1986 tinha alguma relação com o sr. Khan⁷⁰⁹. Byrne respondeu que sim, mas o caso estava pendente e ele não pôde comentar. Em resposta a uma pergunta sobre o envolvimento de autoridades paraguaias no tráfico, Byrne respondeu que as alegações foram feitas, mas ainda não fundamentadas.

7. Wroblewski explicou a justificativa para uma certificação por tempo limitado para o Paraguai. A administração examinará novamente a certificação em 60 dias, o que permitirá que o recém-inaugurado escritório da DEA em Assunção comece a desenvolver programas bilaterais. Rumores de envolvimento do GOP no tráfico continuam a ser investigados.

8. Smith então perguntou à Skol o que ele achava ser a base para uma certificação de 'interesse nacional' para o Paraguai. Skol respondeu que nossos cinco primeiros interesses eram drogas e a cooperação antidrogas, mas também era do interesse nacional dos EUA promover a democracia e os direitos humanos no Paraguai. (...)

10. Sobre o Brasil, Smith questionou a veracidade das estatísticas do INCSR⁷¹⁰ referente a erradicação e cultivo. Ele perguntou quanta coca era cultivada sob o dossel da selva. Wroblewski respondeu que os EUA não tinham uma boa estimativa estatística, mas admitiu que o potencial de cultivo do Brasil era enorme.

⁷⁰² *International Narcotics Matters* (Assuntos Internacionais sobre Narcóticos).

⁷⁰³ Ann Barbara Wroblewski (1952 –) - *Assistant Secretary of State for International Narcotics and Law Enforcement Affairs* (1986 - 1989) (<<https://history.state.gov/departmenthistory/people/wroblewski-annbarbara>>).

⁷⁰⁴ *Applied Research Associate* (Associado de Pesquisa Aplicada).

⁷⁰⁵ Michael Martin Skol (1942 –) - *Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary* (Venezuela) (1990 1993) (<<https://history.state.gov/departmenthistory/people/skol-michael-martin>>).

⁷⁰⁶ Referências externas não encontradas.

⁷⁰⁷ Lawrence Jack Smith (<<https://bioguide.congress.gov/search/bio/S000586>>).

⁷⁰⁸ Benjamin Arthur Gilman (1922 – 2016) (<<https://bioguide.congress.gov/search/bio/G000212>>).

⁷⁰⁹ referências externas não localizadas.

⁷¹⁰ *International Narcotics Control Strategy Reports*.

APÊNDICE B – LISTA DE FONTES

- [Doc.1] ARGENTINA: PROSPECTS FOR LEFTIST TERRORISM – 1984/12/21; ARGENTINA: PROSPECTS FOR LEFTIST TERRORISM – 1984/12/21; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/ARGENTINA%20%20PROSPECTS%20FOR%20%5B15524666%5D.pdf>
- [Doc. 2] CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/09/15; CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/09/15; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CENTRAL%20INTELLIGENCE%20BULL%5B15787652%5D.pdf>
- [Doc. 3] CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/12/14; CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1959/12/14; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CENTRAL%20INTELLIGENCE%20BULL%5B15787753%5D.pdf>
- [Doc. 4] CH 094 MEMORANDUM FROM TH [Doc. 15502901; MEMORANDUM FROM THE ASSISTANT SECRETARY OF STATE FOR INTER-AMERICAN AFFAIRS (SHLAUDEMAN) TO SECRETARY OF STATE KISSINGER; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CH%20094%20MEMORANDUM%20FROM%20TH%5B15502901%5D.pdf>
- [Doc. 5] CIA-RDP03T02547R000100880001-5; THE FALKLANDS DISPUTE: IMPLICATIONS FOR US RELATIONS WITH LATIN AMERICA AND WESTERN EUROPE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP03T02547R000100880001-5.pdf>
- [Doc. 6] CIA-RDP04T00367R000100160001-5; CUBA'S EVOLVING RELATIONS WITH LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP04T00367R000100160001-5.pdf>
- [Doc. 7] CIA-RDP04T00447R000100150001-7; PARAGUAY: POTENTIAL SUCCESSORS TO STROESSNER; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP04T00447R000100150001-7.pdf>
- [Doc. 8] CIA-RDP08C01297R000400330010-3; INFORMATION ON BOUNDRIES OF BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400330010-3.pdf>
- [Doc. 9] CIA-RDP08C01297R000400370001-9; BRAZILIAN COLONIZATION OF THE EASTERN BORDER REGION OF PARAGUAY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370001-9.pdf>
- [Doc. 10] CIA-RDP08C01297R000400370002-8; BRAZIL-PARAGUAY BOUNDARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370002-8.pdf>
- [Doc. 11] CIA-RDP08C01297R000400370003-7; BRAZIL-PARAGUAY BOUNDARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370003-7.pdf>
- [Doc. 12] CIA-RDP08C01297R000400370004-6; BRAZIL-PARAGUAY BOUNDARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370004-6.pdf>
- [Doc. 13] CIA-RDP08C01297R000400370005-5; BRIEFS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370005-5.pdf>
- [Doc. 14] CIA-RDP08C01297R000400370008-2; CABLE TO RUEHC/SECSTATE WASHDC FROM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370008-2.pdf>

- [Doc. 15] CIA-RDP08C01297R000400370009-1; PARAGUAYAN AND BRAZILIAN FOREIGN MINISTERS MEET TO DISCUSS GUIARA FALLS PROBLEM; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370009-1.pdf>
- [Doc. 16] CIA-RDP08C01297R000400370010-9; LATEST BRAZILIAN NOTE ON GUAIRD; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370010-9.pdf>
- [Doc. 17] CIA-RDP08C01297R000400370013-6; GUAIRA FALLS DISPUTE.; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370013-6.pdf>
- [Doc. 18] CIA-RDP08C01297R000400370014-5; BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370014-5.pdf>
- [Doc. 19] CIA-RDP08C01297R000400370015-4; ANALYSIS OF THE GUAIRA FALLS DISPUTE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370015-4.pdf>
- [Doc. 20] CIA-RDP08C01297R000400370018-1; GUAIRA FALLS BOUNDARY DISPUTE WITH BRASIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370018-1.pdf>
- [Doc. 21] CIA-RDP08C01297R000400370021-7; PARAGUAY'S POSITION ON THE GUAIRA FALLS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370021-7.pdf>
- [Doc. 22] CIA-RDP08C01297R000400370022-6; BOUNDARY SURVEY – PARAGUAY/BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370022-6.pdf>
- [Doc. 23] CIA-RDP08C01297R000400370024-4; PARAGUAY #787 ENCLOSURE NO. 2 TO DESPATCH NO. 1021, DATED AUGUST 10, 1945 FROM THE AMERICAN EMBASSY, ASUNCION, PARAGUAY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370024-4.pdf>
- [Doc. 24] CIA-RDP08C01297R000400370025-3; MARKING OF PARAGUAYAN-BRAZILIAN FRONTIER PRESENT STATUS OF WORK.; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000400370025-3.pdf>
- [Doc. 25] CIA-RDP08C01297R000800100003-2; NAVIGATION RIGHTS ON THE PARANA RIVER; PARAGUAYAN-ARGENTINE DISPUTE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000800100003-2.pdf>
- [Doc. 26] CIA-RDP60-00321R000400110034-9; COMMUNIST AND NON-COMMUNIST NEWSPAPERS IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP60-00321R000400110034-9.pdf>
- [Doc. 27] CIA-RDP62-00865R000300030004-4; GERMAN NATIONALIST AND NEO-NAZI ACTIVITIES IN ARGENTINA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP62-00865R000300030004-4.pdf>
- [Doc. 28] CIA-RDP64B00346R000500080030-0; LATIN AMERICAN REACTION TO CUBAN DEVELOPMENTS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP64B00346R000500080030-0.pdf>
- [Doc. 29] CIA-RDP65-00756R000300100001-6; WORLD STRENGTH OF THE COMMUNIST PARTY ORGANIZATIONS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP65-00756R000300100001-6.pdf>
- [Doc. 30] CIA-RDP65B00383R000200040121-4; (UNTITLED); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP65B00383R000200040121-4.pdf>
- [Doc. 31] CIA-RDP65B00383R000400060004-0; STATEMENT BY THE HONORABLE JOHN A. MCCONE DIRECTOR OF CENTRAL INTELLIGENCE TO

THE HOUSE OF REPRESENTATIVES COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS, TUESDAY, 19 FEBRUARY 1963; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP65B00383R000400060004-0.pdf>

[Doc. 32] CIA-RDP65B00383R000400080029-1; STATEMENT BY THE DIRECTOR FOR USE OF THE STAFF OF THE PREPAREDNESS INVESTIGATING SUBCOMMITTEE OF SENATOR STENNIS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP65B00383R000400080029-1.pdf>

[Doc. 33] CIA-RDP73-00475R000402650001-0; THE LAST NAZI REDOUBT; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP73-00475R000402650001-0.pdf>

[Doc. 34] CIA-RDP78-00052R000100100007-0; DEPARTMENT OF STATE NARCOTICS COUNTRY PAPERS – LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00052R000100100007-0.pdf>

[Doc. 35] CIA-RDP78-00915R000100260002-0; INTERNATIONAL COMMUNIST MOVEMENTS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R000100260002-0.pdf>

[Doc. 36] CIA-RDP78-00915R000600160014-3; COMMUNIST PARTY CLANDESTINE ORGANIZATION AND ACTIVITY 1954-1956; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R000600160014-3.pdf>

[Doc. 37] CIA-RDP78-00915R001100230001-3; COMMUNIST PARTY TRAINING SCHOOLS AND RELATED ACTIVITIES IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001100230001-3.pdf>

[Doc. 38] CIA-RDP78-00915R001200220001-3; COMMUNIST AND MARXIST PARTIES OF LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-00915R001200220001-3.pdf>

[Doc. 39] CIA-RDP78-01617A005000010002-3; WEEKLY INTELLIGENCE SUMMARY NO. 1; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-01617A005000010002-3.pdf>

[Doc. 40] CIA-RDP78-01617A005900030001-9; (UNTITLED); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-01617A005900030001-9.pdf>

[Doc. 41] CIA-RDP78-02646R000400330001-7; THE IMPACT OF THE 22ND CPSU CONGRESS ON THE COMMUNIST PARTIES OF THE FREE WORLD; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-02646R000400330001-7.pdf>

[Doc. 42] CIA-RDP78-04864A000100020014-3; PROPAGANDA OF ANTI-AMERICAN TENDENCIES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP78-04864A000100020014-3.pdf>

[Doc. 43] CIA-RDP79-00927A002700060001-8; CURRENT INTELLIGENCE WEEKLY SUMMARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A002700060001-8.pdf>

[Doc. 44] CIA-RDP79-00927A003000070001-2; CURRENT INTELLIGENCE WEEKLY SUMMARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A003000070001-2.pdf>

[Doc. 45] CIA-RDP79-00927A003100040001-4; CURRENT INTELLIGENCE WEEKLY SUMMARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A003100040001-4.pdf>

[Doc. 46] CIA-RDP79-00927A003800120001-9; (UNTITLED); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A003800120001-9.pdf>

[Doc. 47] CIA-RDP79-00927A004100090003-7; CUBAN SUBVERSION IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A004100090003-7.pdf>

- [Doc. 48] CIA-RDP79-00927A005600010002-0; ASSESSMENT OF LATIN AMERICAN MILITARY AND ARMS NEEDS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A005600010002-0.pdf>
- [Doc. 49] CIA-RDP79-00927A006300040003-8; STROESSNER'S PARAGUAY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A006300040003-8.pdf>
- [Doc. 50] CIA-RDP79-00927A006400080003-3; BRAZIL UNDER COSTA E SILVA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A006400080003-3.pdf>
- [Doc. 51] CIA-RDP79-00927A008100050001-9; WEEKLY SUMMARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A008100050001-9.pdf>
- [Doc. 52] CIA-RDP79-01009A002600010006-7; GEOGRAPHIC INTELLIGENCE REPORT – PARAGUAY – PART II: THE CENTRAL REGION; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01009A002600010006-7.pdf>
- [Doc. 53] CIA-RDP79-01090A000200010003-6; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200010003-6.pdf>
- [Doc. 54] CIA-RDP79-01090A000200010006-3; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA 15 FEBRUARY 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200010006-3.pdf>
- [Doc. 55] CIA-RDP79-01090A000200010011-7; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA 22 MARCH 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200010011-7.pdf>
- [Doc. 56] CIA-RDP79-01090A000200020003-5; WEEKLY CONTRIBUTIONS(Sanitized), ORE, CIA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200020003-5.pdf>
- [Doc. 57] CIA-RDP79-01090A000200030004-3; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA 26 JULY 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200030004-3.pdf>
- [Doc. 58] CIA-RDP79-01090A000200030008-9; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA 23 AUGUST 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200030008-9.pdf>
- [Doc. 59] CIA-RDP79-01090A000200030011-5; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA BRANCH, ORE, CIA 13 SEPTEMBER 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200030011-5.pdf>
- [Doc. 60] CIA-RDP79-01090A000200040006-0; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICAN DIVISION, ORE, CIA 8 NOVEMBER 1949; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200040006-0.pdf>
- [Doc. 61] CIA-RDP79-01090A000200040009-7; WEEKLY CONTRIBUTIONS LATIN AMERICA DIVISION, ORE, CIA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200040009-7.pdf>
- [Doc. 62] CIA-RDP79-01090A000200050015-9; WEEKLY CONTRIBUTIONS(Sanitized) ORE, CIA 11 APRIL 1950; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200050015-9.pdf>
- [Doc. 63] CIA-RDP79-01090A000200050032-0; WEEKLY CONTRIBUTIONS 32-50 (Sanitized) CIA 8 AUGUST 1950; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-01090A000200050032-0.pdf>
- [Doc. 64] CIA-RDP79R00603A002800070001-7; CUBAN SUPPORT FOR NATIONALIST MOVEMENTS AND REVOLUTIONARY GROUPS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00603A002800070001-7.pdf>

- [Doc. 65] CIA-RDP79R00904A001400020019-7; THE POLITICAL ROLE OF THE MILITARY IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00904A001400020019-7.pdf>
- [Doc. 66] CIA-RDP79R00967A000400020007-9; THE NEW ORDER IN BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A000400020007-9.pdf>
- [Doc. 67] CIA-RDP79R00967A000500020006-2; SOME THOUGHTS ON NATIONAL RIVALRIES AND INCREASING TENSIONS IN SOUTH AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A000500020006-2.pdf>
- [Doc. 68] CIA-RDP79R00967A001200010019-8; SOME PERSPECTIVE ON LATIN AMERICAN ARMS PURCHASES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A001200010019-8.pdf>
- [Doc. 69] CIA-RDP79R00967A001400030003-1; POLITICAL VIOLENCE IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R00967A001400030003-1.pdf>
- [Doc. 70] CIA-RDP79R01012A006200020007-6; PROBABLE DEVELOPMENTS IN BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R01012A006200020007-6.pdf>
- [Doc. 71] CIA-RDP79R01012A006200020014-8; DISTRIBUTION OF COMMUNIST STRENGTH NOVEMBER 1954; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79R01012A006200020014-8.pdf>
- [Doc. 72] CIA-RDP79S01060A000100220001-0; CURRENT INTELLIGENCE REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79S01060A000100220001-0.pdf>
- [Doc. 73] CIA-RDP79T00428A000200050007-4; LATIN AMERICAN REACTION TO THE CUBAN CRISIS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00428A000200050007-4.pdf>
- [Doc. 74] CIA-RDP79T00429A000400020017-6; REPORT ON CUBAN PROPAGANDA -- NO.4 HAVANA'S REVOLUTIONARY PROGRAM FOR LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00429A000400020017-6.pdf>
- [Doc. 75] CIA-RDP79T00472A000400010014-2; SOME POLITICAL AND ECONOMIC PROBLEMS ARISING FROM STATE ENTERPRISE IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00472A000400010014-2.pdf>
- [Doc. 76] CIA-RDP79T00472A000800010020-8; CUBAN SUBVERSION IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00472A000800010020-8.pdf>
- [Doc. 77] CIA-RDP79T00472A000800020012-6; CUBA: A BRIEF SURVEY OF THE CURRENT SITUATION; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00472A000800020012-6.pdf>
- [Doc. 78] CIA-RDP79T00472A001100050001-4; REVIEW OF INSURGENCY PROBLEMS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00472A001100050001-4.pdf>
- [Doc. 79] CIA-RDP79T00826A001600010038-7; COMMUNIST INFLUENCE IN LATIN AMERICAN LABOR; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00826A001600010038-7.pdf>
- [Doc. 80] CIA-RDP79T00826A001700010052-9; THE SECURITY SITUATION IN URUGUAY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00826A001700010052-9.pdf>

- [Doc. 81] CIA-RDP79T00827A000800050001-4; CUBAN SUBVERSIVE ACTIVITIES IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00827A000800050001-4.pdf>
- [Doc. 82] CIA-RDP79T00827A000900110001-6; CUBAN SUBVERSION IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00827A000900110001-6.pdf>
- [Doc. 83] CIA-RDP79T00865A002200240001-2; LATIN AMERICAN TRENDS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00865A002200240001-2.pdf>
- [Doc. 84] CIA-RDP79T00912A000700010009-3; LATIN AMERICA REGIONAL AND POLITICAL ANALYSIS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00912A000700010009-3.pdf>
- [Doc. 85] CIA-RDP79T00912A000700010013-8; LATIN AMERICA REGIONAL AND POLITICAL ANALYSIS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00912A000700010013-8.pdf>
- [Doc. 86] CIA-RDP79-00927A006200040001-1; WEEKLY SUMMARY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A006200040001-1.pdf>
- [Doc. 87] CIA-RDP79T00975A024400020001-8; CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A024400020001-8.pdf>
- [Doc. 88] CIA-RDP79T01018A000200060001-6; PETROLEUM IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T01018A000200060001-6.pdf>
- [Doc. 89] CIA-RDP79T01018A000200090001-3; INTERNATIONAL BOUNDARIES IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T01018A000200090001-3.pdf>
- [Doc. 90] CIA-RDP79T01049A000300090001-8; TWO MAPS OF SOUTH AND CENTRAL AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T01049A000300090001-8.pdf>
- [Doc. 91] CIA-RDP79T01098A000200020001-2; (Sanitized) GROWING ECONOMIC TIES WITH LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T01098A000200020001-2.pdf>
- [Doc. 92] CIA-RDP80-01445R000100180001-8; CHINESE COMMUNISM AND LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80-01445R000100180001-8.pdf>
- [Doc. 93] CIA-RDP80-01601R001000040001-9; THE ILLICIT PRODUCTION AND MOVEMENT OF OPIATES IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80-01601R001000040001-9.pdf>
- [Doc. 94] CIA-RDP80-01601R001000040003-7; THE WORLD OPIUM SITUATION; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80-01601R001000040003-7.pdf>
- [Doc. 95] CIA-RDP80B01676R001900100037-3; (Sanitized); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80B01676R001900100037-3.pdf>
- [Doc. 96] CIA-RDP80B01676R004200160018-2; SOVIET BLOC EFFORTS AT PENETRATION OF LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80B01676R004200160018-2.pdf>
- [Doc. 97] CIA-RDP82-00047R000400370002-4; SOCIOLOGICAL AND ECONOMIC CONDITIONS IN BORDER AREA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00047R000400370002-4.pdf>

- [Doc. 98] CIA-RDP82-00457R001800820008-8; ARGENTINA-PARAGUAYAN RELATIONS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R001800820008-8.pdf>
- [Doc. 99] CIA-RDP82-00457R002000460002-1; ARGENTINIAN INTEREST IN FOREIGN EXPLOITATION OF BRAZILIAN OIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R002000460002-1.pdf>
- [Doc. 100] CIA-RDP82-00457R002000520007-9; PARAGUAYAN COMMUNIST PROPAGANDA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R002000520007-9.pdf>
- [Doc. 101] CIA-RDP82-00457R002100030004-5; REMARKS BY PRESIDENT BATLLE BERRES AT CONFERENCE OF DIPLOMATS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R002100030004-5.pdf>
- [Doc. 102] CIA-RDP82-00457R002300250001-2; ATTITUDE OF URUGUAYAN PRESIDENT ON ARGENTINE PENETRATION; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R002300250001-2.pdf>
- [Doc. 103] CIA-RDP82-00457R002500070010-0; POLITICAL VIEWS OF CUBAN COMMUNIST LEADER; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R002500070010-0.pdf>
- [Doc. 104] CIA-RDP82-00457R005000550002-8; XV NATIONAL CONGRESS OF CPU; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R005000550002-8.pdf>
- [Doc. 105] CIA-RDP82-00457R013200230012-1; PARAGUAYAN COMMUNIST PARTY ACTIVITIES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP82-00457R013200230012-1.pdf>
- [Doc. 106] CIA-RDP83-00415R001500100001-2; BREAK-DOWN IN NEGOTIATIONS BETWEEN YUGOSLAV GOVERNMENT AND 'S.N.I.A. VISCOSA'; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP83-00415R001500100001-2.pdf>
- [Doc. 107] CIA-RDP83-00415R007000100003-9; COMMUNIST PLANS FOR SABOTAGE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP83-00415R007000100003-9.pdf>
- [Doc. 108] CIA-RDP84-00825R000300210001-7; POWER POLITICS IN THE RIO DE LA PLATA BASIN; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84-00825R000300210001-7.pdf>
- [Doc. 109] CIA-RDP84B00049R000501100005-5; U.S. POLICY TOWARD LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84B00049R000501100005-5.pdf>
- [Doc. 110] CIA-RDP84B00049R000701830026-0; SOVIET POLICIES AND ACTIVITIES IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84B00049R000701830026-0.pdf>
- [Doc. 111] CIA-RDP84B00049R001800100003-4; CUBA S RENEWED SUPPORT FOR VIOLENCE IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84B00049R001800100003-4.pdf>
- [Doc. 112] CIA-RDP84S00897R000200170004-5; BRAZIL S PRESIDENTIAL SUCCESSION: THE CIVILIANS RETURN; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP84S00897R000200170004-5.pdf>
- [Doc. 113] CIA-RDP85-00671R000300020001-8; INTELLIGENCE HANDBOOK(Classified) BRAZIL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85-00671R000300020001-8.pdf>
- [Doc. 114] CIA-RDP85-00671R000300070004-0; THE SETTING; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85-00671R000300070004-0.pdf>

- [Doc. 115] CIA-RDP85-00671R000300070005-9; THE BOLIVIAN GUERRILLA MOVEMENT: AN INTERIM ASSESSMENT; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85-00671R000300070005-9.pdf>
- [Doc. 116] CIA-RDP85T00353R000100170001-7; THE STATUS OF CUBAN SUBVERSION IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00353R000100170001-7.pdf>
- [Doc. 117] CIA-RDP85T00875R001000070016-3; WEEKLY REVIEW SPECIAL REPORT BRAZIL'S CHANGING FOREIGN POLICY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001000070016-3.pdf>
- [Doc. 118] CIA-RDP85T00875R001100160083-8; LATIN AMERICA: THE AFTERMATH OF THE CHILEAN COUP; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100160083-8.pdf>
- [Doc. 119] CIA-RDP85T00875R001500040004-4; WEEKLY SUMMARY SPECIAL REPORT CUBA'S CHANGING RELATIONS WITH LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500040004-4.pdf>
- [Doc. 120] CIA-RDP85T00875R001500060005-1; WEEKLY SUMMARY SPECIAL REPORT BRAZIL: GEISEL TAKES OVER; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500060005-1.pdf>
- [Doc. 121] CIA-RDP85T00875R001700020019-8; INTERNATIONAL NARCOTICS SERVICES NO. 3 PARAGUAY--HERION CROSSROADS OF SOUTH AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001700020019-8.pdf>
- [Doc. 122] CIA-RDP85T00875R001900010186-2; IMPACT OF HIGHER OIL PRICES ON SOUTH AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001900010186-2.pdf>
- [Doc. 123] CIA-RDP85T00875R002000010023-0; A YEAR LATER: IMPACT OF HIGHER OIL PRICES ON LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000010023-0.pdf>
- [Doc. 124] CIA-RDP85T00875R002000110011-1; THE CHANGING REVOLUTIONARY PROCESS IN LATIN AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000110011-1.pdf>
- [Doc. 125] CIA-RDP85T00875R002000120044-5; THE INTENSIFIED RIVALRY BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf>
- [Doc. 126] CIA-RDP85T00875R002000190005-1; ATTITUDES OF OTHER LATIN AMERICAN GOVERNMENTS TOWARD CUBA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000190005-1.pdf>
- [Doc. 127] CIA-RDP85T01184R000200980001-7; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T01184R000200980001-7.pdf>
- [Doc. 128] CIA-RDP85T01184R000201050001-8; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T01184R000201050001-8.pdf>
- [Doc. 129] CIA-RDP85T01184R000301570001-0; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T01184R000301570001-0.pdf>
- [Doc. 130] CIA-RDP85T01184R000301700001-5; LATIN AMERICA REVIEW SPECIAL ISSUE: SOUTH AMERICAN NARCOTICS: THE SPILLOVER COUNTRIES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T01184R000301700001-5.pdf>
- [Doc. 131] CIA-RDP86B00885R000100070040-5; TRIP REPORT; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86B00885R000100070040-5.pdf>

- [Doc. 132] CIA-RDP86T00268R000900020013-9; INTERIM REPORT OF U.S. PERSONNEL STATIONED IN FOREIGN COUNTRIES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T00268R000900020013-9.pdf>
- [Doc. 133] CIA-RDP86T00586R000200140005-9; LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN DRUG PRODUCERS: THE IMPACT OF DEPRESSED ECONOMICS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T00586R000200140005-9.pdf>
- [Doc. 134] CIA-RDP86T00608R000200080001-2; DISPOSITION OF PERSONS INVOLVED IN INTERNATIONAL TERRORIST INCIDENTS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T00608R000200080001-2.pdf>
- [Doc. 135] CIA-RDP86T00608R000300120009-8; STAFF NOTES: LATIN AMERICAN TRENDS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T00608R000300120009-8.pdf>
- [Doc. 136] CIA-RDP86T00608R000300120049-4; LATIN AMERICAN TRENDS STAFF NOTES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T00608R000300120049-4.pdf>
- [Doc. 137] CIA-RDP86T01017R000505320001-5; (UNTITLED); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T01017R000505320001-5.pdf>
- [Doc. 138] CIA-RDP86T01017R000707310001-2; (UNTITLED); <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP86T01017R000707310001-2.pdf>
- [Doc. 139] CIA-RDP87M00539R001902990005-4; LETTER TO CHARLES B. RANGEL FROM CHARLES A. BRIGGS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M00539R001902990005-4.pdf>
- [Doc. 140] CIA-RDP87M00539R002804600026-1; LETTER TO WILLIAM J. CASEY FROM THOMAS G. BYRNE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M00539R002804600026-1.pdf>
- [Doc. 141] CIA-RDP87M01152R000100090028-7; BRIEFING OF SENATOR ALFONSE D'AMATO (R-N.Y.) ON DR. JOSEF MENGELE; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M01152R000100090028-7.pdf>
- [Doc. 142] CIA-RDP87M01152R000100100005-0; HEARING BEFORE THE SUBCOMMITTEE ON JUVENILE JUSTICE, SENATE COMMITTEE ON THE JUDICIARY ON THE SEARCH FOR DR. JOSEF MENGELE, NAZI WAR CRIMINAL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M01152R000100100005-0.pdf>
- [Doc. 143] CIA-RDP87M01152R000100100012-2; LETTER TO BERNARD MCMAHON FROM CHARLES A. BRIGGS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M01152R000100100012-2.pdf>
- [Doc. 144] CIA-RDP87M01152R000100100013-1; LETTER TO WILLIAM J. CASEY FROM ALFONSE D'AMATO; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87M01152R000100100013-1.pdf>
- [Doc. 145] CIA-RDP87T00289R000200940001-4; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00289R000200940001-4.pdf>
- [Doc. 146] CIA-RDP87T00289R000201030001-3; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00289R000201030001-3.pdf>
- [Doc. 147] CIA-RDP87T00289R000301530001-7; LATIN AMERICA REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00289R000301530001-7.pdf>
- [Doc. 148] CIA-RDP87T00495R000100030004-3; THE INTERNATIONAL NARCOTICS TRADE: IMPLICATIONS FOR US SECURITY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00495R000100030004-3.pdf>

- [Doc. 149] CIA-RDP87T00495R001201380001-5; BRAZIL: PROSPECTS FOR THE REGIME; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00495R001201380001-5.pdf>
- [Doc. 150] CIA-RDP87T00685R000100040003-2; NARCOTICS REVIEW; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T00685R000100040003-2.pdf>
- [Doc. 151] CIA-RDP87T01127R000500380004-8; SOUTH AMERICA: THE EXPANSION AND MODERNIZATION OF THE ILLICIT COCAINE INDUSTRY; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP87T01127R000500380004-8.pdf>
- [Doc. 152] CIA-RDP88-00374R000100110006-2; USSR AND SATELLITES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88-00374R000100110006-2.pdf>
- [Doc. 153] CIA-RDP88-01365R000300310145-3; SCORE SHEET FOR A TROUBLED CONTINENT; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88-01365R000300310145-3.pdf>
- [Doc. 154] CIA-RDP88G01117R001003990002-7; PFIAB; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88G01117R001003990002-7.pdf>
- [Doc. 155] CIA-RDP88T00768R000400470001-1; SOUTH AMERICA AND THE SOVIET UNION: SLOWLY EXPANDING TIES; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88T00768R000400470001-1.pdf>
- [Doc. 156] CIA-RDP89M00699R002201800002-5; THE INTERNATIONAL COCAINE INDUSTRY: PRODUCTION, TRAFFICKING, AND PROSPECTS FOR CONTROL; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP89M00699R002201800002-5.pdf>
- [Doc. 157] CIA-RDP90-00552R000404200001-2; IS NAZI WAR CRIMINAL JOSEF MENGELE REALLY DEAD?; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-00552R000404200001-2.pdf>
- [Doc. 158] CIA-RDP90-00552R000404200004-9; NAZI-HUNTERS PICK NEW TOP TARGETS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-00552R000404200004-9.pdf>
- [Doc. 159] CIA-RDP90-00552R000404200030-0; NAZIS WHO ARE ALIVE AND WELL MAY FINALLY BE LIVING IN FEAR; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-00552R000404200030-0.pdf>
- [Doc. 160] CIA-RDP90-00552R000404200040-9; NAZI FUGITIVE LINKED TO DRUG TRAFFICKING; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-00552R000404200040-9.pdf>
- [Doc. 161] CIA-RDP90-00845R000100170004-5; COVERT ACTION: SPECIAL: NAZIS, THE VATICAN, AND CIA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-00845R000100170004-5.pdf>
- [Doc. 162] CIA-RDP90-01208R000100140089-1; NAZIS ABOUND IN SOUTH AMERICA; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90-01208R000100140089-1.pdf>
- [Doc. 163] CIA-RDP90B01370R000300410002-2; TERRORIST INCIDENTS INVOLVING (POSSIBLE) ARMORED VEHICLES 1979 – 1984; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90B01370R000300410002-2.pdf>
- [Doc. 164] CIA-RDP90M00005R001100050042-4; TESTIMONY TO HOUSE FOREIGN AFFAIRS TASK FORCE ON NARCOTICS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90M00005R001100050042-4.pdf>
- [Doc. 165] CIA-RDP90T00114R000100470001-6; PARAGUAY'S PUBLIC ENTERPRISES: DESTROYING ECONOMIC GROWTH; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP90T00114R000100470001-6.pdf>

- [Doc. 166] CIA-RDP91-00965R000200020027-7; COMMUNIST THREAT TO THE UNITED STATES THROUGH THE CARIBBEAN; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP91-00965R000200020027-7.pdf>
- [Doc. 167] CIA-RDP91B00776R000300050012-1; REPORT ON 19 MARCH 1987 NIO/NARCOTICS WARNING AND FORECAST MEETING; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP91B00776R000300050012-1.pdf>
- [Doc. 168] CIA-RDP97R00694R000600030001-1; COMMODITY SMUGGLING IN LDCs: ECONOMIC BOON, POLITICAL BANE?; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP97R00694R000600030001-1.pdf>
- [Doc. 169] CIA-RDP97R00694R000600250001-7; SOUTH AMERICAN REGIONAL TRADE: ECONOMIC, GEOGRAPHIC, AND POLICY CONSTRAINTS; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP97R00694R000600250001-7.pdf>
- [Doc. 170] COMMENTS BY A SENIOR BOLIVIAN [SANITIZED] OFFICIAL ON THE "CONDOR" PROGRAM – 1976/07/23; COMMENTS BY A SENIOR BOLIVIAN [SANITIZED] OFFICIAL ON THE "CONDOR" PROGRAM – 1976/07/23; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/COMMENTS%20BY%20A%20SENIOR%20BOLIVIAN%20OFFICIAL%20ON%20THE%20CONDOR%20PROGRAM%20-%201976%2007%2023.pdf>
- [Doc. 171] CURRENT INTELLIGENCE BULLETIN – 1954/05/07; CURRENT INTELLIGENCE BULLETIN – 1954/05/07; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CURRENT%20INTELLIGENCE%20BULLETIN%20-%201954%2005%2007.pdf>
- [Doc. 172] CURRENT%20INTELLIGENCE%20BULLETIN[15587357]; CURRENT INTELLIGENCE BULLETIN – 1951/03/08; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CURRENT%20INTELLIGENCE%20BULLETIN%20-%201951%2003%2008.pdf>
- [Doc. 173] DAILY SUMMARY #395-419[15507261]; DAILY SUMMARY – 1947/06; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/DAILY%20SUMMARY%20-%201947%2006%20-%20395-419.pdf>
- [Doc. 174] DAILY SUMMARY #420-445[15507262]; DAILY SUMMARY – 1947/07; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/DAILY%20SUMMARY%20-%201947%2007%20-%20420-445.pdf>
- [Doc. 175] DAILY%20SUMMARY%20-%201947%2008%20-%20446-471[15507013]; DAILY SUMMARY – 1947/08; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/DAILY%20SUMMARY%20-%201947%2008%20-%20446-471.pdf>
- [Doc. 176] DECISION BY CONDOR COUNTRIES TO SUSPEND PLANS FOR ACTION OPERATIONS IN EUROPE UNTIL BRAZIL DECIDES WHETHER IT WILL PARTICIPATE; DECISION BY CONDOR COUNTRIES TO SUSPEND PLANS FOR ACTION OPERATIONS IN EUROPE UNTIL BRAZIL DECIDES WHETHER IT WILL PARTICIPATE. – 1976/08/12; <https://www.cia.gov/readingroom/docs/DECISION%20BY%20CONDOR%20COUNTRIES%20TO%20SUSPEND%20PLANS%20FOR%20ACTION%20OPERATIONS%20IN%20EUROPE%20UNTIL%20BRAZIL%20DECIDES%20WHETHER%20IT%20WILL%20PARTICIPATE.pdf>
- [Doc. 177] DOC_0005993107; THE PRESIDENT'S DAILY BRIEF 28 JANUARY 1972; https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0005993107.pdf
- [Doc. 178] DOC_0005993981; THE PRESIDENT'S DAILY BRIEF 9 NOVEMBER 1973; https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0005993981.pdf
- [Doc. 179] DOC_0005996785; THE PRESIDENT'S INTELLIGENCE CHECKLIST 21 JANUARY 1964; https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0005996785.pdf
- [Doc. 180] DOC_0006014831; THE PRESIDENT'S DAILY BRIEF 23 JUNE 1975; https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0006014831.pdf

- [Doc. 181] LOC-HAK-105-11-8-4; THE OUTLOOK FOR BRAZIL;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/LOC-HAK-105-11-8-4.pdf>
- [Doc. 182] MEETING OF CONDOR MEMBER COUNTRIES IN BUENOS AIRES, Argentina, 13 – 16 DECEMBER 1976, TO DISCUSS PSYCHOLOGICAL WARFARE OPERATIONS; MEETING OF CONDOR MEMBER COUNTRIES IN BUENOS AIRES, ARGENTINA, 13 – 16 DECEMBER 1976, TO DISCUSS PSYCHOLOGICAL WARFARE OPERATIONS – 1977/01/07;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/MEETING%20OF%20CONDOR%20MEMBER%20%5B15503008%5D.pdf>
- [Doc. 183] MEMORANDUM: TERRORISM IN SOUTH AMERICA AUGUST 9, 1976[SANITIZED] – 1976/08/09; MEMORANDUM: TERRORISM IN SOUTH AMERICA AUGUST 9, 1976[SANITIZED] – 1976/08/09;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/MEMORANDUM%20TERRORISM%20IN%20S%5B15515855%5D.pdf>
- [Doc. 184] Mengele, JOSEF (DI)_0004; Mengele, JOSEF (DI)_0004;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%28DI%29_0004.pdf
- [Doc. 185] Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0015; Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0015;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0015.pdf
- [Doc. 186] Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0020; Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0020;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0020.pdf
- [Doc. 187] Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0022; Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0022;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0022.pdf
- [Doc. 188] Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0042; Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0042;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0042.pdf
- [Doc. 189] Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0043; Mengele, Josef Vol. 1/Mengele, Josef Vol. 1_0043;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0043.pdf
- [Doc. 190] MENGELE, JOSEF VOL. 1_0047; MENGELE, JOSEF VOL. 1_0047;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0047.pdf
- [Doc. 191] MENGELE, JOSEF VOL. 1_0075; MENGELE, JOSEF VOL. 1_0075;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0075.pdf
- [Doc. 192] MENGELE, JOSEF VOL. 1_0079; MENGELE, JOSEF VOL. 1_0079;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0079.pdf
- [Doc. 193] MENGELE, JOSEF VOL. 1_0084; MENGELE, JOSEF VOL. 1_0084;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%201_0084.pdf

- [Doc. 194] MENGELE, JOSEF VOL. 2_0019; MENGELE, JOSEF VOL. 2_0019;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%202_0019.pdf
- [Doc. 195] MENGELE, JOSEF VOL. 2_0027; MENGELE, JOSEF VOL. 2_0027;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/MENGELE%2C%20JOSEF%20%20%20VOL.%202_0027.pdf
- [Doc. 196] NATIONAL INTELLIGENCE BUL[15503020]; NATIONAL INTELLIGENCE BULLETIN – 1976/08/10;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/NATIONAL%20INTELLIGENCE%20BUL%5B15503020%5D.pdf>
- [Doc. 197] NATIONAL INTELLIGENCE DAI [15500361]; NATIONAL INTELLIGENCE DAILY CABLE MONDAY MAY 17, 1976[SANITIZED] – 1976/05/17;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/NATIONAL%20INTELLIGENCE%20DAI%5B15500361%5D.pdf>
- [Doc. 198] NATIONAL INTELLIGENCE DAILY WEDNESDAY OCTOBER 6, 1976[SANITIZED]; NATIONAL INTELLIGENCE DAILY WEDNESDAY OCTOBER 6, 1976[SANITIZED] – 1976/10/06;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/NATIONAL%20INTELLIGENCE%20DAI%5B15499902%5D.pdf>
- [Doc. 199] Nazis in South America (DI) Vol. 1/Nazis in South America (DI) Vol. 1_0018; NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1/NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1_0018;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/NAZIS%20IN%20SOUTH%20AMERICA%20%20%28DI%29%20%20%20VOL.%201_0018.pdf
- [Doc. 200] Nazis in South America (DI) Vol. 1/Nazis in South America (DI) Vol. 1_0022; NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1/NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1_0022;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/NAZIS%20IN%20SOUTH%20AMERICA%20%20%28DI%29%20%20%20VOL.%201_0022.pdf
- [Doc. 201] NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1_0004; NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 1_0004;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/NAZIS%20IN%20SOUTH%20AMERICA%20%20%28DI%29%20%20%20VOL.%201_0004.pdf
- [Doc. 202] Nazis in South America (DI) Vol. 2/Nazis in South America (DI) Vol. 2_0026; NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 2/NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 2_0026;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/NAZIS%20IN%20SOUTH%20AMERICA%20%20%28DI%29%20%20%20VOL.%202_0026.pdf
- [Doc. 203] NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 2_0026; NAZIS IN SOUTH AMERICA (DI) VOL. 2_0026;
https://www.cia.gov/readingroom/docs/NAZIS%20IN%20SOUTH%20AMERICA%20%20%28DI%29%20%20%20VOL.%202_0026.pdf
- [Doc. 204] POTENTIAL POLITICAL AND SECURITY RAMIFICATIONS OF 'OPERATION CONDOR' – 1976/08/17; POTENTIAL POLITICAL AND SECURITY RAMIFICATIONS OF 'OPERATION CONDOR' – 1976/08/17;
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/POTENTIAL%20POLITICAL%20AND%20S%5B15499948%5D.pdf>
- [Doc. 205] South America: Southern Cone Security Practices – 1976/07/20; SOUTH AMERICA: SOUTHERN CONE SECURITY PRACTICES – 1976/07/20;

<https://www.cia.gov/readingroom/docs/SOUTH%20AMERICA%20SOUTHERN%20CO%5B15515265%5D.pdf>

[Doc. 206] TEXT OF THE AGREEMENT BY CONDOR COUNTRIES REGULATING THEIR SUBVERSIVE TARGETS. – 1977/08/16; TEXT OF THE AGREEMENT BY CONDOR COUNTRIES REGULATING THEIR SUBVERSIVE TARGETS. – 1977/08/16;

<https://www.cia.gov/readingroom/docs/TEXT%20OF%20THE%20AGREEMENT%20BY%20%5B15514587%5D.pdf>

[Doc. 207] THE OAS GENERAL ASSEMBLY AND THE HUMAN RIGHTS ISSUES – 1977/06/28; THE OAS GENERAL ASSEMBLY AND THE HUMAN RIGHTS ISSUES – 1977/06/28;

<https://www.cia.gov/readingroom/docs/THE%20OAS%20GENERAL%20ASSEMBLY%20%5B15516128%5D.pdf>